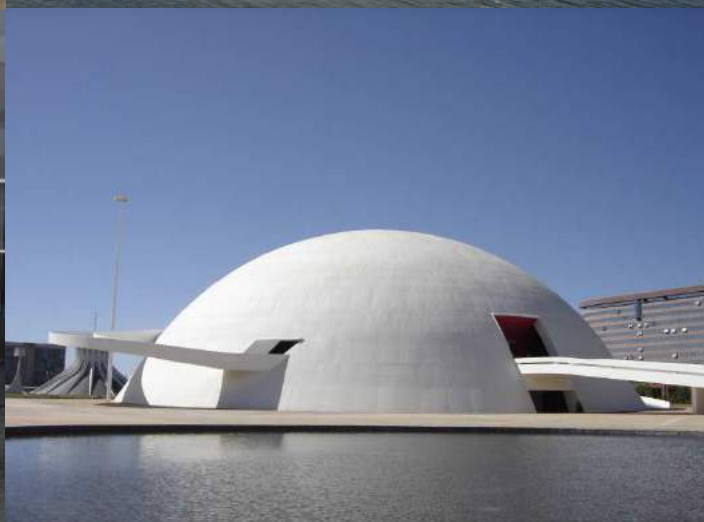




Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento



Relatório de Atividades - 2012

Prestação de Contas Anual do Governador - Anexo IV



Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Prestação de Contas Anual do Governador – Anexo IV

- 2012 -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Nelson Tadeu Filippelli

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Luiz Paulo Barreto

SECRETÁRIA – ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Wanderly Ferreira da Costa

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

José Agmar de Souza

- 2012 -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



ÓRGÃOS E ENTIDADES DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO
DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – 2012

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA – RA XIII
<i>Deputado Wasny de Rouse</i>	<i>Neviton Pereira Júnior</i>
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO – RA XIV
<i>Inácio Magalhães Filho</i>	<i>Antonio Jucélio Gomes Moreno - Interino</i>
SECRETARIA DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL -CACI	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS – RA XV
<i>Swedenberger do Nascimento Barbosa</i>	<i>Sebastião Stênio Pinho</i>
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER - SEMDF	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL – XVI
<i>Olgamir Amância Ferreira</i>	<i>Wandermilson de Jesus Garcez de Azevedo</i>
Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Distrito Federal - SEN	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO – RA XVII
<i>Arquicelso Bites Leão Leite</i>	<i>Adauto de Almeida Rodrigues</i>
SECRETARIA DE ESTADO ESPECIAL DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO DISTRITO FEDERAL - SEPIR	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE – RA XVIII
<i>Silvana Gomes Temóteo</i>	<i>Sandra Faraj Cavalcante</i>
SECRETARIA DE ESTADO ESPECIAL DO IDOSO DO DF - SEID	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA – RA XIX
<i>Ricardo Quirino dos Santos</i>	<i>João Hermeto de Oliveira Neto</i>
VICE-GOVERNANDORIA - GVG	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS – RA XX
<i>Nelson Tadeu Filippelli</i>	<i>Carlos Sidney de Oliveira</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II – RA XXI
<i>Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago</i>	<i>Geralda Godinho Sales</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA I	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL – RA XXII
<i>José Messias de Souza</i>	<i>Marcelo Ciciliano</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA – RA II	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO – RA XXIII
<i>Márcio Palhares de Oliveira</i>	<i>José Ricardo do Nascimento</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA – RA III	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY – RA XXIV
<i>Carlos Alberto Jales</i>	<i>José Benevenuto Estrela</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA – RA IV	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAL DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – RA XXV
<i>Bolívar Rocha</i>	<i>Maria do Socorro Torquato Fagundes</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO – RA V	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II – RA XXVI
<i>Márcio Ribeiro Guedes</i>	<i>Hamilton Alves da Cunha</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA – RA VI	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO – RA XXVII
<i>Nilvan Pereira de Vasconcelos</i>	<i>César Trajano de Lacerda</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ – RA VII	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ITAPOÃ – RA XXVIII
<i>Cezar Castro Lopes</i>	<i>Donizete dos Santos</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO N. BANDEIRANTE – RA VIII	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABASTECIMENTO – RA XXIX
<i>Elias Dias Carneiro</i>	<i>José Tenório da Silva Neto</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA – RA IX	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES – RA XXX
<i>Aridelson Sebastião de Almeida</i>	<i>Ebenezer da Costa Aquino – Interino</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ – RA X	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ArPDF
<i>Carlos Nogueira da Costa</i>	<i>Gustavo Guilherme Leon Chauvet</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI	PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - PGDF
<i>Antônio Sabino de Vasconcelos Neto</i>	<i>Marcelo Augusto da Cunha Castello Branco</i>
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA – RA XII	
<i>Risomar da Silva Carvalho</i>	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEAP	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL – NOVACAP
<i>Wilmar Lacerda</i>	<i>Nilson Martorelli</i>
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR DO DF - INAS	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB
<i>Alberto Felipe Barbosa</i>	<i>Célio Biavati Filho</i>
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF - IPREV	COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB
<i>Gustavo Falcão da Silva</i>	<i>Rubem Fonseca Filho</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI	CEB – LAJEADO S.A.
<i>Abdon Henrique de Araújo</i>	<i>Vital Dias Ferreira</i>
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - CEASA	COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS – CEBGÁS
<i>Wilder da Silva Santos</i>	<i>Carlos Antonio Leal</i>
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.
<i>João Pires da Silva Filho</i>	<i>Rubem Fonseca Filho</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM	CEB GERAÇÃO S.A.
<i>Ugo de Barros Braga</i>	<i>Rubem Fonseca Filho</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT	CEB PARTICIPAÇÕES S.A. – CEBPAR
<i>Hamilton Pereira da Silva</i>	<i>Edgard Ketelhut Minari</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA - SEDEST	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SES
<i>Carlos Daniel Dell Santo Seidel</i>	<i>Rafael de Aguiar Barbosa</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDF	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO - FHB
<i>Denilson Bento da Costa</i>	<i>Beatriz Mac Dowell Soares</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFDF	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – FEPECS
<i>Adonias dos Reis Santiago</i>	<i>Gislene Regina de Sousa Capitani</i>
BANCO DE BRASÍLIA S/A – BRB	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSPDF
<i>Paulo Roberto Evangelista de Lima</i>	<i>Sandro Torres Avelar</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF
<i>Gutemberg Uchoa de Araújo</i>	<i>Cel. Suamy Santana da Silva</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – CBMDF
<i>Eduardo Dutra Brandão Cavalcante</i>	<i>Cel. Gilberto Lopes da Silva</i>
JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF
<i>Jeanito Sebastião Gentilini Filho</i>	<i>Jorge Luiz Xavier</i>
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – SLU	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN
<i>Gastão José de Oliveira Ramos</i>	<i>José Alves Bezerra</i>
AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DF – ADASA	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP
<i>Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides</i>	<i>Adalberto Monteiro</i>
FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA - FJZB	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO - SETRAB
<i>José Belarmino da Gama Filho</i>	<i>Renato Andrade dos Santos</i>
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DF – Brasília Ambiental - IBRAM	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - STDF
<i>Nilton Reis Batista Junior</i>	<i>José Walter Vazquez Filho</i>
SECRETARIA DE ESTADO OBRAS - SODF	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB
<i>David José de Matos</i>	<i>Carlos Alberto Koch Ribeiro</i>
	TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS
	<i>Marco Antônio Tofetti Campanella</i>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DERDF
<i>Fauzi Nacfur Junior</i>
COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ
<i>Ivelise Maria Longhi Pereira</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR
<i>Luís Otávio Rocha Neves</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDHAB
<i>Geraldo Magela Pereira</i>
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
<i>Antônio Carlos Rebouças Lins</i>
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF – CODHAB
<i>Luciano Nobrega Queiroga</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN
<i>Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto</i>
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN
<i>Júlio Flávio Gameiro Miragaya</i>
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A. - SAB
<i>Mário Hissashi Ikeziri</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE - SESPDF
<i>Julio Cesar Ribeiro</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECT
<i>Glauco Rojas Ivo</i>
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF
<i>Alexandre Gouveia</i>

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUS
<i>Alirio de Oliveira Neto</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - STC
<i>Vânia Lucia Ribeiro Vieira</i>
CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DF – CEAJUR
<i>Jairo Lourenço de Almeida</i>
SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL - SEOPS
<i>José Grijalma Farias Rodrigues</i>
AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS
<i>Gleiston Marcos de Paula</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEPI
<i>Abimael Nunes de Carvalho</i>
SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA - SECRIANCA
<i>Rejane Guimarães Pitanga</i>
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC
<i>Antonio Gilberto Porto</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - SEMP
<i>Vitor de Abreu Correa - Interino</i>
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICO DO DISTRITO FEDERAL - SEAEDF
<i>Newton Lins Teixeira de Carvalho</i>
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
<i>Francisco Cláudio Monteiro</i>



SUMÁRIO

	Apresentação	11
1.	Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.....	14
1.1	Fundo de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa do DF – FASCAL.....	18
2.	Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.....	20
3.	Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal – CACI.....	22
4.	Vice-Governadoria do Distrito Federal - GVG.....	36
5.	Secretaria de Estado de Governo – SEG.....	37
5.1	Administração Regional de Brasília – RA I.....	44
5.2	Administração Regional do Gama – RA II.....	55
5.3	Administração Regional de Taguatinga – RA III.....	62
5.4	Administração Regional de Brazlândia – RA IV.....	74
5.5	Administração Regional de Sobradinho – RA V.....	79
5.6	Administração Regional de Planaltina – RA VI.....	86
5.7	Administração Regional do Paranoá – RA VII.....	96
5.8	Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII.....	101
5.9	Administração Regional de Ceilândia – RA IX.....	107
5.10	Administração Regional do Guará – RA X.....	119
5.11	Administração Regional do Cruzeiro – RA XI.....	130
5.12	Administração Regional de Samambaia – RA XII.....	136
5.13	Administração Regional de Santa Maria – RA XIII.....	144
5.14	Administração Regional de São Sebastião – RA XIV.....	151
5.15	Administração Regional do Recanto das Emas – RA XV.....	156
5.16	Administração Regional do Lago Sul – RA XVI.....	162
5.17	Administração Regional do Riacho Fundo – RA XVII.....	166
5.18	Administração Regional do Lago Norte – RA XVIII.....	171
5.19	Administração Regional da Candangolândia – RA XIX.....	174
5.20	Administração Regional de Águas Claras – RA XX.....	178
5.21	Administração Regional do Riacho Fundo II – XXI.....	183
5.22	Administração Regional do Sudoeste/Octogonal – RA XXII.....	190



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



5.23	Administração Regional do Varjão – RA XXIII.....	193
5.24	Administração Regional do Park Way – RA XXIV.....	197
5.25	Administração Regional do Setor Compl. de Indústria e Abastecimento – RA XXV.....	203
5.26	Administração Regional de Sobradinho II – RA XXVI.....	207
5.27	Administração Regional do Jardim Botânico – RA XXVII.....	212
5.28	Administração Regional de Itapoã – RA XXVIII.....	215
5.29	Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX.....	219
5.30	Administração Regional de Vicente Pires – RA XXX.....	222
5.31	Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF.....	226
6	Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF.....	234
6.1	Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal - PRÓ-JURÍDICO	241
7.	Secretaria de Estado de Administração Pública - SEAP.....	248
7.1	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF – INAS	252
7.2	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF.....	255
7.3	Fundo de Melhoria da Gestão Pública – PRÓ GESTÃO	283
8.	Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEAGRI	285
8.1	Central de Abastecimento de Brasília – CEASA.....	304
8.2	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.....	309
8.3	Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF.....	332
8.4	Fundo de Desenvolvimento Rural do DF – FDR	334
8.5	Fundo Distrital de Sanidade Animal - FSA.....	341
9.	Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM.....	342
10.	Secretaria de Estado de Cultura – SECULT.....	345
10.1	Fundo das Artes e da Cultura – FAC.....	358
11.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF – SEDEST.	367
11.1	Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS.....	394
12.	Secretaria de Estado de Educação – SE.....	418
12.1	Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal.....	427
12.2	Fundo de Apoio ao Programa Perm. de Alfabetização e Educ. Básica de Jovens e Adultos – FUNALFA.....	428
12.3	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissionais de Educação – FUNDEB.....	429



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



13.	Secretaria de Estado de Fazenda – SEF.....	432
13.1	Banco de Brasília S.A – BRB	481
13.2	BRB Crédito, Financiamento e Investimento S.A - BRB CFI.....	497
13.3	BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A – BRB - DTVM.....	499
13.4	Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFÉ	502
13.5	Fundo de Modernização e Reparelhamento da Administração Fazendária FUNDAF.....	510
14.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SDE	514
15.	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH.....	524
15.1	Jardim Botânico de Brasília – JBB	529
15.2	Serviço de Limpeza Urbana – SLU	540
15.3	Agência Reguladora de Águas e Saneamento do DF – ADASA	550
15.4	Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB.....	585
15.5	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF – BRASÍLIA AMBIENTAL	590
15.6	Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal – FUNAM	633
16.	Secretaria de Estado de Obras – SO.....	635
16.1	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.....	688
16.2	Companhia de Saneamento Ambiental do DF – CAESB.....	693
16.2.1	Caesb Participações S.A – CAESBPAR.....	705
16.3	Companhia Energética de Brasília – CEB.....	708
16.4	CEB – Lajeado S/A	711
16.5	Companhia Brasiliense de Gás – CEBGÁS	713
16.6	CEB Distribuição S.A.....	716
16.7	CEB Geração S.A.....	731
16.8	CEB Participações S.A. CEBPar.....	733
17.	Secretaria de Estado de Saúde – SES.....	736
17.1	Fundação Hemocentro de Brasília – FHB.....	824
17.2	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS	844
17.3	Fundo de Saúde do Distrito Federal – FSDF.....	861
18.	Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF – SSP/DF.....	866
18.1	Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.....	874
18.2	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.....	878
18.3	Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.....	887
18.4	Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN.....	892



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



18.5	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP.....	898
18.6	Fundo de Saúde da Polícia Militar – FSPMDF.....	904
18.7	Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do DF – FSCBMDF.....	905
18.8	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do DF.....	908
18.9	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do CBMDF.....	909
18.10	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do DF.....	910
18.11	Fundo Penitenciário do Distrito Federal – FUNP/DF.....	912
19.	Secretaria de Estado de Trabalho do DF – SETRAB.....	915
19.1	Fundo para Geração de Emprego e Renda do DF- FUNGER/DF.....	928
20.	Secretaria de Estado de Transportes – ST	934
20.1	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA – TCB.....	952
20.2	Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS	956
20.3	Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF.....	974
20.4	Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ/DF.....	1025
20.5	Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FUNTPCDF.....	1032
21.	Secretaria de Estado de Turismo - SETUR.....	1036
21.1	Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal – FITUR	1052
22.	Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB....	1053
22.1	Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.....	1086
22.2	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF – CODHAB	1109
22.3	Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB	1124
22.4	Fundo Habitacional do Distrito Federal – FUNDHABI	1132
22.5	Fundo Distrital de Habitação e Interesse Social - FUNDHIS.....	1134
23.	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN	1136
23.1	Companhia de Planejamento do DF – CODEPLAN	1153
23.2	Sociedade de Abastecimento de Brasília S. A. – SAB.....	1162
24.	Secretaria de Estado de Esporte – SESP.....	1164
24.1	Fundo de Apoio ao Esporte – FAE.....	1190
25.	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECT	1192
25.1	Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF	1196
25.2	Fundo de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF	1201
26.	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUS.....	1202



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



26.1	Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor - FDDC.....	1214
26.2	Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD.....	1216
27.	Secretaria de Estado de Transparência e Controle - STC.....	1217
28	Centro de Assistência Judiciária – CEAJUR/DF.....	1223
28.1	Fundo de Apoio e Aparentamento do Centro de Assistência Judiciária do DF- PROJUR	1227
29.	Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social - SEOPS.....	1228
29.1	Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS.....	1236
30.	Secretaria de Estado de Publicidade Institucional - SEPI.....	1248
31.	Secretaria de Estado da Criança – SECRIANCA.....	1251
31.1	Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FCDA.....	1263
32.	Secretaria de Estado de Defesa Civil - SEDEC.....	1265
33.	Secretaria de Estado de Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária - SEMPES.....	1277
34.	Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos.....	1283



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



APRESENTAÇÃO

O Relatório de Atividades dos Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, previsto no inciso V, do art. 138, da Resolução nº 38/90, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, alterado pela Emenda Regimental nº 24, de 08/07/2008, é parte integrante do processo que compõe a Prestação de Contas Anual do Governador e tem por objetivo demonstrar as realizações governamentais referentes ao exercício de 2012, nos termos do disposto no inciso XVII, do art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Para que seja possível conhecer os resultados alcançados em cada área de atuação do governo, o Relatório foi estruturado por Secretaria e respectivas Unidades Vinculadas.

Conforme previsto no inciso VI, do artigo 89, do Decreto 32.598, de 15 de dezembro de 2010, compete ao Órgão Central de Planejamento do Governo do Distrito Federal elaborar normas e procedimentos referentes aos instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação.

Nesse sentido, a Subsecretaria de Planejamento Governamental - SUPLAN realizou reunião técnica com as Unidades Orçamentárias; elaborou a estrutura básica do Relatório, que foi enviada a cada Órgão e Entidade do Governo do Distrito Federal e produziu instruções para elaboração do Relatório em pauta, as quais foram disponibilizadas no site: <http://www.seplan.df.gov.br>.

Nas instruções enfatizou-se que ao final de cada Programa a Unidade deveria apresentar texto descritivo das realizações finalísticas referente à sua área de atuação, considerando o proposto nos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015, os resultados alcançados e, ainda, o público-alvo beneficiado.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



Conforme a metodologia adotada para a elaboração do Relatório, a informação quanto aos resultados alcançados deve ser acompanhada do diagnóstico da Unidade, visando contextualizar a análise de suas realizações à luz das dificuldades encontradas ou os fatores favoráveis ao seu desempenho e ainda as perspectivas para 2013.

A partir dos relatórios elaborados pelas Unidades a SUPLAN realizou criteriosa revisão, sempre com a preocupação de preservar a essência do texto original enviado pelas áreas setoriais de planejamento e sem interferir em seu conteúdo. Em alguns casos as informações foram complementadas com dados do Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG/SIGGO e do Sistema Integrado de Administração Contábil - SIAC/SIGGO.

Visando aprimorar o processo de planejamento a SUPLAN buscou conscientizar os gestores quanto à importância do Relatório de Atividades para sua Pasta, visto que este se configura em uma oportunidade de demonstrar o seu desempenho frente à Unidade; de apresentar o compromisso com a oferta de bens e serviços à população e, ainda, promover a transparência da gestão dos recursos públicos.

Ressalta-se que este Relatório por apresentar de forma detalhada as realizações de todas as áreas do Governo constitui-se com os demais documentos que integram a Prestação de Contas Anual do Governador um importante instrumento de transparência da atuação governamental na gestão dos recursos públicos no âmbito do Distrito Federal.

1. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – CLDF – UO: 01.101

As competências da Câmara Legislativa do Distrito Federal encontram-se na Constituição Federal de 1988, art. 32 e Lei Orgânica do Distrito Federal artigos 58, 59 e 60.

Com base nos princípios da autonomia e da independência, a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF exerce o Poder Legislativo e tem como finalidade precípua o cumprimento das funções legislativa e fiscalizadora conferidas a ela pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Distrito Federal. A CLDF é composta por 24 Deputados Distritais, representantes do povo brasileiro, eleitos, pelo sistema proporcional, para mandato de 4 anos, encontrando-se a Câmara Legislativa do Distrito Federal já na sua quinta legislatura, período assim denominado para cada mandato.

A sua estrutura legislativa se compõe da Mesa Diretora – que é constituída pelo Presidente, Vice-Presidente e pelos Primeiro, Segundo e Terceiro Secretários, Corregedoria, Ouvidoria, do Colégio de Líderes e das Comissões Permanentes. Estas últimas, na atualidade, são em número de nove, a saber: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; Comissão de Assuntos Sociais; Comissão de Defesa do Consumidor; Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; Comissão de Assuntos Fundiários; Comissão de Educação e Saúde; Comissão de Segurança; e Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro de servidores efetivos	131	525	27	40	723
Requisitados	Órgãos do GDF	11	-	74	85
	Órgãos de outros estados	02	-	-	02
	Órgãos do Governo Federal	05	-	4	09
Servidores comissionados, s/ vínculo efetivo	123	-	686	-	809
Subtotal (Força de Trabalho)	272	525	791	40	1.628
(+) Cedidos para outros órgãos	-	17	-	-	17
Total Geral	272	542	791	40	1.645

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6204 – ATUAÇÃO LEGISLATIVA

OBJETIVO GERAL:

Promover a cidadania por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4143 – Execução de Projetos de Educação Política pela CLDF	238.820	238.820	107.908	107.908	-
0001 – Execução de Projetos de Educação Política pela CLDF – Plano Piloto	238.820	238.820	107.908	107.908	15
4191 - Aperfeiçoamento das Ações de Fiscalização e Controle Externo pela CLDF	200.000	0	0	0	-
0001 – Aperfeiçoamento das Ações de Fiscalização e Controle Externo pela CLDF – Plano Piloto	200.000	0	0	0	02
4192 – Desenvolvimento e Implementação de Sistema de Captação e Tratamento de Informações pela Ouvidoria da CLDF – Plano Piloto	500.000	30.000	12.720	0	-
0001 – Desenvolvimento e Implementação de Sistema de Captação e Tratamento de Informações pela Ouvidoria da CLDF – Plano Piloto	500.000	30.000	12.720	0	02
4193 – Promoção de Eventos de Integração da CLDF com a Sociedade	600.000	42.100	31.300	29.690	-
0001 – Promoção de Eventos de Integração da CLDF com a Sociedade do DF – Plano Piloto	600.000	42.100	31.300	29.690	04

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Promover a cidadania por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade e de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Relatórios de fiscalização divulgados	Unidade	-	-	Semestral	1	2	2	2	Relatório de atividades da ASFICO
Atendimentos realizados pela Ouvidoria	Unidade	916	12/2011	Anual	2000	2500	3000	3500	Relatório da Ouvidoria
Nº de encontros e de participantes do Projeto Cidadão do Futuro realizado	Número de Encontros e de Participantes	6.679	12/2012	Anual	35 3.150	35 3.150	35 3.150	35 3.150	Relatório da ELEGIS
Nº de encontros e de participantes do Projeto Jovem Cidadão	Número de Encontros e de Participantes	348	12/2012	Anual	28 2.520	28 2.520	28 2.520	28 2.520	Relatório da ELEGIS
Nº de encontros e de participantes do Projeto Cidadania para Todos	Número de Encontros e de Participantes	8	12/2012	Anual	4 120	4 120	4 120	4 120	Relatório da ELEGIS
Nº de encontros e de participantes do Projeto "Uma Conversa sobre Cidadania"	Número de Encontros e de Participantes	-	-	Anual	8 720	8 720	8 720	8 720	Relatório da ELEGIS
Nº de encontros e de participantes do Projeto Educação Política	Número de Encontros e de Participantes	18	12/2012	Anual	2 100	2 100	2 100	2 100	Relatório da ELEGIS
Nº de Seminários Realizados e seus participantes	Número de Seminários e de Participantes	231	12/2012	Anual	2 200	2 200	2 200	2 200	Relatório da ELEGIS
Nº de proposições produzidas	Unidade	7.211	12/2012	Anual	4500	4800	4500	3500	Relatório LEGIS
Audiências Públicas realizadas	Unidade	119	12/2012	Anual	130	135	140	150	Relatório Cerimonial
Nº de eventos e de participantes do projeto "Você Mais Perto da Câmara Legislativa" realizados	Número de Eventos e de Participantes	-	-	Semestral	30 6.000	30 6.000	30 6.000	30 6.000	Relatório da Comunicação Social

Indicador: Relatório de fiscalização divulgados - Redação final do Projeto de Resolução nº 53 de 2012, que cria a Comissão Permanente de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, aprovada em 13/12/2012, e publicada sob o nº 261, em 16/01/2013. Redação final do projeto de lei nº 1272/2012 que dispõe sobre os Cadernos de Responsabilidade Ativa, estabelece diretrizes de fiscalização e controle externo, a cargo da CLDF, aprovada em 13/12/2012, aguardando sanção do Senhor Governador. Tais normas viabilizam a produção de relatório em 2013.

Indicador: "Uma conversa sobre Cidadania" - Esse projeto é realizado em parceria com a TV Legislativa que em 2012 permaneceu fora do ar por falta de contrato para operar transmissão de áudio e vídeo para TV Distrital.

Indicador: "Você Mais Perto da Câmara Legislativa" – Não houve tempo hábil para que a Comunicação Social concluísse o relatório contemplando os dados do projeto realizado durante o ano de 2012.

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6005 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - LEGISLATIVO

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1006 – Reforma e Benfeitorias no Edifício Sede na CLDF	600.000	0	0	0	-
0001 – Reforma e Benfeitorias no Edifício Sede da CLDF – Plano Piloto	600.000	0	0	0	5
1471 – Modernização de Sistema de Informação	6.000.000	1.122.200	895.143	824.359	-
0006 – Modernização de Sistema de Informação - Câmara Legislativa do Distrito Federal – Plano Piloto	6.000.000	1.122.200	895.143	824.359	12 e 13
2414 – Participação da Câmara Legislativa em Instituições Ligadas às Atividades do Poder Legislativo	91.580	89.582	89.581	89.581	-
0001 – Participação da Câmara Legislativa em Instituições Ligadas às Atividades do Poder Legislativo – Plano Piloto	91.580	89.582	89.581	89.581	1
4088 – Capacitação de Servidores	677.385	887.385	834.675	820.680	-
0040 – Capacitação de Servidores – Escola do Legislativo – Plano Piloto	677.385	887.385	834.675	820.680	14
4194 – Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho e Bem Estar Social dos Servidores da CLDF	203.060	80.672	69.162	67.638	-
0001 – Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho e Bem Estar Social dos Servidores da CLDF – Plano Piloto	203.060	80.672	69.162	67.638	6
8502 – Administração de Pessoal	244.144.536	233.665.218	222.113.269	219.607.808	-
0070 – Administração de Pessoal – Câmara Legislativa do Distrito Federal – Plano Piloto	244.144.536	233.665.218	222.113.269	219.607.808	7
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	21.780.000	19.940.000	19.840.902	19.840.902	-
0062 – Concessão de Benefícios a Servidores – Câmara Legislativa do DF – Plano Piloto	21.780.000	19.940.000	19.840.902	19.840.902	08, 09 e 10
8505 – Publicidade e Propaganda	35.500.000	26.047.600	26.281.648	6.744.028	-
0020 – Publicidade e Propaganda – Institucional – Câmara Legislativa do DF – Plano Piloto	26.000.000	26.000.000	25.251.700	6.725.980	16
0021 – Publicidade e Propaganda – Funcionamento da TV Legislativa da CLDF – Plano Piloto	7.500.000	47.600	29.948	18.048	17
8706 – Publicidade e Propaganda – Funcionamento da Rádio Legislativa – Plano Piloto	2.000.000	0	0	0	18
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	29.179.650	16.515.308	14.046.298	11.561.678	-
0065 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Câmara Legislativa do Distrito Federal – Plano Piloto	29.179.650	16.515.308	14.046.298	11.561.678	11

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4145 -Desenvolvimento de Ações de Vigilância em Saúde	90.000	0	0	0	-
2259 - Realização do II Seminário Brasiliense de Nutrição na CLDF	45.000	0	0	0	20
2260 - Realização da I Semana Brasiliense de Aleitamento Materno na CLDF	45.000	0	0	0	21

3. Informações complementares

Quadro – Proposições elaboradas nas sessões legislativas de 2010, 2011 e 2012

	2010	2011	2012
Proposta de Emenda à Lei Orgânica	-	-	-
Apresentados	10	36	13
Promulgados	2	1	0
Tramitando	3	31	12
Projetos de Lei Complementar	-	-	-
Apresentados	21	27	30
Promulgados	0	0	0
Tramitando	5	10	12
Projetos de Lei Ordinária	-	-	-
Apresentados	214	696	625
Promulgados	3	8	2
Tramitando	23	264	403
Projetos de Decreto Legislativo	-	-	-
Apresentados	47	101	81
Promulgados	33	52	18
Tramitando	2	33	39
Projetos de Resolução	-	-	-
Apresentados	11	45	13
Promulgados	4	8	4
Tramitando	5	36	9

Fonte: Sist. de Info. Legislativa/SPL – 18/01/2013

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A CLDF aprovou por intermédio do Ato da Mesa Diretora, nº 06, de 08/02/2012, o Plano Estratégico Institucional – PEI, consignando no seu mapa estratégico institucional a missão, os valores e a visão prevista para 2020, além dos respectivos objetivos estratégicos a serem alcançados ao longo do processo de execução do PEI.

Ato contínuo, por meio do Ato da Mesa Diretora nº 39, de 18/04/2012, a CLDF aprovou as carteiras de projetos estratégicos priorizados para o biênio 2012/2013 que vem sendo executada sob a responsabilidade de vários comitês, encontrando-se os projetos em estágios variados de execução.

A nova Mesa Diretora, eleita para o biênio 2013/2014, também deverá, oportunamente, definir em Ato próprio os projetos estratégicos que deverão ser priorizados para o biênio 2014/2015.

Isso posto, conclui-se que a CLDF vem buscando aprimorar a sua gestão administrativa do ponto de vista de uma melhor eficiência em seus processos internos e de uma maior eficácia nos resultados produzidos para a população do Distrito Federal.

01.1 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – FASCAL – UO: 01901

De acordo com a Resolução 155/1999 compete ao Fascal a assistência complementar à saúde dos Deputados Distritais, dos servidores ativos e inativos da CLDF, aos pensionistas e aos respectivos dependentes. A assistência à saúde compreende as ações necessárias à prevenção da doença e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro de servidores efetivos	16	33	-	-	49
Requisitados Órgãos de outros estados	-	-	-	-	01
Servidores comissionados, s/ vínculo efetivo	04	-	-	-	04
Subtotal (Força de Trabalho)	20	33	-	-	53
(+) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	-
Total Geral	20	33	-	-	53

1. Realizações

PROGRAMA:

6005 – LEGISLATIVO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2042 - Manutenção do Fundo de Assistência a Saúde dos Servidores	17.789.531	25.764.204	22.336.631	18.497.682	001
0001 – Manutenção do Fundo de Assistência a Saúde dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal	17.789.531	25.764.204	22.336.631	18.497.682	001

Atendimentos efetuados: – Janeiro: 4.718; Fevereiro: 4.610; Março: 5.579; Abril: 5.112; Maio: 5.589; Junho: 5.271; Julho: 5.083; Agosto: 5.650; Setembro: 4.638; Outubro: 5.019; Novembro: 2.511; Dezembro: 51. Dados extraídos do sistema FASCAL acesso em 7/01/2013.

PROGRAMA:

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9050 – Ressarcimentos, indenizações e restituições-fundo de assistência à saúde da CLDF – Plano Piloto	1.029.000	1.029.000	928.016	839.016	-
0049 – Ressarcimentos, indenizações e restituições-fundo de assistência à saúde da CLDF – Plano Piloto	1.029.000	1.029.000	928.016	839.016	002

Reembolso de medicamentos e procedimentos. Janeiro: 146; Fevereiro: 301; Março: 371; Abril: 218; Maio: 307; Junho: 242; Julho: 131; Agosto: 507; Setembro: 323; Outubro: 273; Novembro: 509; Dezembro: 246.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6219 – CULTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 – Apoio e realização do Congresso Nacional de Odontologia	300.000	0	0	0	003
2617 – Apoio a realização do Congresso Nacional de Odontologia	300.000	0	0	0	003

Apoio a realização do Congresso Nacional de Odontologia pela ABO – Associação Brasileira de Odontologia. Bloqueio de Emendas – Lei nº 4.744, de 29/12/2011 – cancelado – Lei nº 4.846, 28/05/2012.

2. Informações complementares

O Fundo de assistência à saúde dos Deputados Distritais e dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL, criado pela resolução nº 38/91 e regulamentada pela resolução 155/99, é um fundo de natureza contábil, mantido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e pela contribuição e participação de seus associados, que tem como finalidade proporcionar assistência complementar à saúde dos Deputados Distritais, dos servidores ativos e inativos, dos pensionistas, dos ex-servidores e dos respectivos dependentes.

No biênio 2011/2012 o Fascal esteve subordinado administrativamente à Vice – Presidência, bem como ao Conselho de Administração do Fascal – CAF, nas funções deliberativas e fiscais.

Durante o exercício de 2012 a contribuição da Câmara Legislativa para o Fascal continuou como no exercício anterior, ou seja, na ordem de 4% (quatro por cento), conforme consta na Lei Orçamentária Anual aprovada para o exercício de 2012, incidentes sobre a folha de pagamento da CLDF.

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

É importante destacar o profissionalismo que norteia o corpo de servidores do FASCAL, que sempre primou pelo espírito de equipe e cooperativismo, buscando sempre alternativas e soluções para os diversos problemas existentes no Fundo.

Por oportuno, esclarece-se que o número de servidores lotados no FASCAL atende às necessidades do Fundo de Saúde, deveria haver um esforço conjunto de todos os responsáveis pela Casa para profissionalizar os servidores no FASCAL.

A competência e a dedicação dos servidores do FASCAL têm sido fatores determinantes dos bons serviços que o Fundo vem prestando a Casa e ao elevado conceito adquirido junto às instituições médicas credenciadas.

2. TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF – UO: 02.101

O Tribunal de Contas do Distrito Federal órgão por excelência do Controle Externo da Administração Pública do Distrito Federal, foi criado pela Lei nº 3.751, de 13/04/60 e instalado em 15/09/60. Tem, conforme previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, a missão de exercer o Controle Externo da administração dos recursos públicos do Distrito Federal, em auxílio à Câmara Legislativa, zelando pela legalidade, legitimidade, efetividade, eficácia, eficiência e economicidade na gestão desses recursos.

De acordo com a Lei Orgânica do DF e com a Lei Complementar do Distrito Federal nº 001 de 09/05/94, tem por competências:

I. Apreçar, mediante emissão de parecer prévio, as contas anuais do Governador e julgar aquelas relativas aos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos;

II. Apreçar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

III. Avaliar a execução das metas estabelecidas no Plano Plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual;

IV. Realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo;

V. Fiscalizar as aplicações do Poder Público em empresas de cujo capital social o Distrito Federal participe de forma direta ou indireta;

VI. Fiscalizar a aplicação de recursos repassados ou recebidos pelo Distrito Federal, a qualquer título;

VII. Atender às solicitações da Câmara Legislativa relativas às atividades de Controle Externo;

VIII. Aplicar, em caso de ilegalidade ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei e sustar, se o Tribunal não for atendido, a execução de ato impugnado.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do TCDF		27	125	57	247	456
Requisitados	Órgãos do GDF	02	09	05	06	22
	Órgãos Estaduais	-	01	-	-	01
	Órgãos do Governo Federal	02	-	01	02	05
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		12	-	31	-	43
Estagiários		-	61	-	46	107
Subtotal (Força de Trabalho)		43	196	94	301	634
Cedidos para outros órgãos		-	-	-	-	10
Total Geral		43	196	196	196	634

Fonte: Divisão de Recursos Humanos – DRH da Diretoria-Geral de Administração Geral – DGA. Posição em 31.12.2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6005 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - LEGISLATIVO

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
6005 - Gestão, Manutenção e Serviços Ao Estado - Legislativo	236.134.581	236.956.930	227.729.157	222.880.671	—
1471 -Modernização de Sistema de Informação	3.457.000	3.652.000	2.610.445	2.300.653	—
0005 - Modernização do Sistema de Informática-Tribunal de Contas do DF - Plano Piloto	3.457.000	3.652.000	2.610.445	2.300.653	15 e 16
2422 -Concessão de Bolsa Estágio	1.500.000	1.500.000	1.408.686	1.027.539	—
9637 - Concessão de Bolsa Estágio-Tribunal de Contas do DF- Plano Piloto	1.500.000	1.500.000	1.408.686	1.027.539	04
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	6.565.000	6.470.000	5.861.801	5.049.492	—
9702 - Reforma de Prédios e Próprios-Tribunal de Contas do Distrito Federal- Plano Piloto	6.565.000	6.470.000	5.861.801	5.049.492	01 e 02
3996 -Promoex - Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo	577.000	1.399.349	632.410	388.989	—
0001 - Promoex - Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo - Tribunal de Contas do Df- Plano Piloto	577.000	1.399.349	632.410	388.989	03
9050 – Ressarcimentos, Indenizações e	5.950.987	10.750.987	8.480.416	7.473.136	—

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
Restituições					
0013 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - Tribunal de Contas do Distrito Federal- Plano Piloto	5.950.987	10.750.987	8.480.416	7.473.136	21, 22 e 23
4088 -Capacitação de Servidores	1.464.000	944.000	604.326	334.833	—
0035 - Capacitação de Servidores-Tribunal de Contas do DF - Plano Piloto	1.464.000	944.000	604.326	334.833	17
8502 -Administração de Pessoal	182.164.279	178.664.279	177.871.646	177.870.891	—
0021 - Administração de Pessoal-Tribunal de Contas do DF - Plano Piloto	182.164.279	178.664.279	177.871.646	177.870.891	05 e 06
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	16.950.315	17.850.315	17.284.410	17.286.064	—
0020 - Concessão de Benefícios A Servidores-Tribunal De Contas Do Distrito Federal- Plano Piloto	16.950.315	17.850.315	17.284.410	17.286.064	07, 08, 09 e 10
9001 – Execução de Sentenças Judiciais - Tribunal de Contas do DF- Plano Piloto	2.000.000	2.000.000	1.385.863	1.385.863	—
6165 – Execução de Sentenças Judiciais - Tribunal de Contas do DF- Plano Piloto	2.000.000	2.000.000	1.385.863	1.385.863	20
8505 -Publicidade e Propaganda	300.000	300.000	22.808	18.756	—
0008 - Publicidade e Propaganda-Institucional - Tribunal de Contas do DF- Plano Piloto	300.000	300.000	22.808	18.756	18 e 19
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	15.206.000	13.426.000	11.566.342	9.744.450	—
0019 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Tribunal de Contas do DF- Plano Piloto	15.206.000	13.426.000	11.566.342	9.744.450	11, 12, 13 e 14

Fonte: SIGGO – dados atualizados até 31.12.2012 – consulta realizada no dia 18.01.2013

As atividades de controle externo compreendem basicamente a realização, pelas Secretarias de Controle Externo – SECEX, de fiscalizações externas — auditorias e inspeções — e a instrução de processos, que após finalizadas são submetidas à apreciação do Plenário do Tribunal. As principais realizações finalísticas estão a seguir discriminadas:

Auditorias e Inspeções

Fiscalizações Externas

2010	2011	2012
242	208	184

Instrução de Processos

Processos Instruídos

2010	2011	2012
6.730	7.062	6.703

Apreciação de Processos pelo Plenário

Decisões Plenárias

2010	2011	2012
6.767	6.870	6.774

O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem desenvolvido atividades e projetos objetivando, sobretudo, ao aprimoramento de sua forma de atuação, com vistas à oferta de melhor serviço público à população do Distrito Federal. A participação do Tribunal no **Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios – PROMOEX** tem possibilitado que esta corte obtenha benefícios advindos da integração e troca de experiências com os demais Tribunais de Contas do país, mediante o compartilhamento de soluções para a melhoria do controle externo.

Assim, as realizações acima registradas decorrem das ações de modernização dos equipamentos e instalações do Tribunal, aperfeiçoamento do plano de capacitação, implantação de novo modelo de avaliação e gestão do desempenho dos servidores, desenvolvimento de novas ferramentas de apoio à fiscalização, dentre outras atividades já concluídas ou ainda em curso.

2. Informações complementares

Em complemento às ações de fiscalização acima descritas, o Tribunal tem atuado de forma proativa na orientação dos entes jurisdicionados, mediante a promoção de eventos de integração e compartilhamento de informações, consubstanciados em palestras, reuniões, visitas e outros eventos, que visam, sobretudo, evitar e corrigir erros que possam causar prejuízos ao erário.

3. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

Nesse contexto, o Tribunal tem alcançado as metas programadas para as suas atividades de fiscalização. A recomposição do seu quadro de pessoal, ocorrida em meados de 2012, e a implantação de novos sistemas informatizados de fiscalização, apontam para avanços consideráveis nos resultados de sua atuação, refletidos no incremento da programação das metas para 2013, previstas no seu Plano Geral de Ação.

3. SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 09.101

A Secretaria de Estado da Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal (CACIDF), criada pelo Decreto nº 33.583, de 16 de maio de 2012, publicado no do DF nº 55, sessão I, página 02, de 19 de março 2012, como órgão de direção superior, com nível hierárquico de Secretaria de Estado, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, tem como finalidade o desenvolvimento das seguintes atividades:

- I. acompanhamento das políticas de gestão governamental, visando à eficiência das demais Secretarias de Estado, Administrações Regionais e da Administração Indireta;
- II. acompanhamento e avaliação da eficiência e eficácia da execução dos programas de governo;
- III. registro, monitoramento e acompanhamento das decisões;
- IV. publicação dos atos oficiais;
- V. supervisão e coordenação das Administrações Regionais;
- VI. coordenação da execução orçamentária e financeira dos órgãos da Administração Direta;
- VII. gestão orçamentária e financeira da Casa Civil (CACI) e da:
 - a) Governadoria do Distrito Federal (GAG);
 - b) Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SEM);
 - c) Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal (SEE);
 - d) Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal (SEPIR);
 - e) Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal (SEI).

Vinculam-se à Casa Civil, o Arquivo Público do Distrito Federal e as Administrações Regionais, e integram a estrutura administrativa da Casa Civil as seguintes unidades:

- 1-Gabinete
- 2 - Assessoria especial
- 3 - Assessoria
- 4 - Assessorias de Controle Interno
- 5 - Assessorias de comunicação social
- 6 - Assessorias Orçamentárias e Financeiras
- 7- Assessorias de Programas e Projetos
- 8 - Ouvidoria
- 9 - Coordenadoria de Assuntos Jurídico
- 10 - Coordenadorias de Monitoramento dos Projetos e d as Políticas Públicas
- 11- Coordenadoria de Planejamento e Gestão
- 12 - Coordenadoria das Cidades
- 13 - Coordenadoria do Diário Oficial
- 14 - Subsecretaria de Administração Geral (SUAG)

O Núcleo Jurídico da Casa Civil do Distrito Federal tem status de coordenadoria em função do alcance e do papel da própria Secretaria na estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Distrito Federal.

Assim, cabe à Coordenadoria de Assuntos Jurídicos a apreciação dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos atos que tramitam na Casa Civil. Cabe ainda o oferecimento de propostas que aprimorem o conjunto normativo do Distrito Federal. Para tanto, essa Coordenadoria interage com a Procuradoria-Geral e a Consultoria-Jurídica do Distrito Federal e, igualmente, com as Assessorias Jurídicas das demais Secretarias, Administrações Regionais e Procuradorias da Administração Indireta.

A Coordenadoria de Monitoramento dos Projetos e das Políticas Públicas tem como objetivo o acompanhamento físico e financeiro das ações e projetos prioritários do Governo do Distrito Federal. Atualmente, essa Coordenadoria tem feito o levantamento das obras prioritárias, do orçamento participativo e acompanha as ações estratégicas, como as relativas à Copa do Mundo FIFA de 2014, DF Sem Miséria, Viva a Vida Sem Drogas, Morar Bem, entre outras. Ela também monitora ações, obras e programas prioritários das Regiões Administrativas e das Secretarias. As ações contempladas com recursos aprovados pela Junta de Execução Orçamentária também são fiscalizadas.

Outro foco da Coordenadoria é o seguimento do programa Qualidade de Vida nas Cidades. A iniciativa, coordenada pela Casa Civil, visa a levantar e atender às demandas da população, ligadas a

infraestrutura básica, como a restauração dos espaços públicos, limpeza das cidades, recuperação das vias, construção de ciclovias, melhoria da iluminação, entre outras.

A Coordenadoria de Planejamento e Gestão visa à integração do governo e ao desenvolvimento de soluções, a fim de garantir a execução das ações prioritárias do GDF. Esse trabalho é dividido em três dimensões: projetos, redefinições de processos e comitês gestores, de modo que a sua dinâmica baseia-se na permanente análise de dados para as situações definidas.

Essa Coordenadoria também faz a articulação das atividades setoriais, com a finalidade de potencializar as ações da gestão e eliminar o distanciamento entre o planejamento e o resultado. E, além disso, dá suporte aos Comitês Intersetoriais relacionados a temas complexos, como o fechamento do Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE) e a reestruturação do sistema socioeducativo do Distrito Federal, a mobilidade urbana por bicicletas, o combate à pobreza extrema, a política de tratamento de resíduos sólidos, entre outros.

Com o advento do Decreto n.º 33.583, de 16 de março de 2012, a Coordenadoria das Cidades passou a integrar a estrutura da Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal. Entre as suas atribuições, a Coordenadoria das Cidades é responsável por:

I- Coordenar e planejar ações articuladas entre as Administrações Regionais;

II- Coordenar e planejar ações de desenvolvimento regional das Administrações Regionais, mediante articulação com os demais órgãos do Governo do Distrito Federal;

III- Promover políticas de integração entre a comunidade e as Administrações Regionais, objetivando identificar e definir prioridades, com vistas a subsidiar a elaboração do programa plurianual e das leis orçamentárias anuais.

A Coordenadoria do Diário Oficial, observando o disposto no Decreto nº 23.501, de 31 de setembro de 2002, tem como competência viabilizar a publicação e a divulgação dos atos oficiais, com qualidade, pontualidade e segurança. E, além disso, deve divulgar com fidelidade os documentos originais que são encaminhados para a Coordenadoria, assegurando um bom atendimento aos usuários.

A Subsecretaria de Administração Geral (SUAG) corresponde ao que se denominava de Unidades de Administração Geral (UAG), cuja mudança de nomenclatura ocorreu por solicitação do Fórum de UAG'S. Essa Subsecretaria é uma unidade de execução que tem como competência:

I - prestar assessoramento direto ao Gabinete do Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil nas atividades pertinentes ao planejamento, orçamento e finanças, à gestão de pessoas, aos contratos e convênios ao apoio logístico;

II - promover a instrução e o encaminhamento de expedientes afetos à SUAG;

III - coordenar e supervisionar a elaboração do Orçamento Anual e a execução orçamentária e financeira sob a responsabilidade da Casa Civil do DF;

IV - coordenar, acompanhar e analisar a programação, a execução e o desempenho das atividades das unidades orgânicas que lhe são diretamente subordinadas.

Além dos órgãos acima mencionados, por força do Decreto nº 33.888, de 03 de setembro de 2012, cria-se na Governadoria do Distrito Federal, a Secretaria de Estado Extraordinária da Copa 2014 – SECOPA órgão de direção superior da Administração Direta, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para execução de suas atividades.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		65	06	35	79	185
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		264	-	313	-	577
Requisitados	Órgãos do GDF	171	203	45	01	420
	Órgãos Estaduais	-	-	01	-	01
	Órgãos do Governo Federal	09	-	05	-	14
Outros	Estagiários	-	07	-	-	07
Subtotal (Força de Trabalho)		509	209	399	80	1.197
(+) Cedidos para outros órgãos		-	-	04	-	04
Total Geral		509	209	399	84	1.208

Posição em 31/12/2012.

1. Realizações por Programa

PROGRAMA TÉMATICO:

6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3711 -Realização de Estudos e Pesquisas	0	10.000	0	0	-
6177 - Realização de Estudos e Pesquisas- Casa Civil e Órgãos Vinculados-Distrito Federal	0	10.000	0	0	12

O Programa de Aperfeiçoamento Institucional do Estado tem como objetivo promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate de credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão. Nesse ano, não foi realizada diretamente pela CACI nenhuma atividade neste programa.

PROGRAMA TÉMATICO:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3132 -COPA 2014	0	5.000	0	0	-
0003 - Copa 2014-Coordenação- Plano Piloto	0	5.000	0	0	29

O Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos tem o objetivo de garantir, à sociedade brasileira, o acesso a prática esportiva e inserir Brasília na rota dos grandes e mega eventos esportivos, mediante ações que venham a consolidar essa cidade no cenário de grandes eventos esportivos mundiais. Além disso, busca dotar a cidade de infraestrutura adequada à Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Copa América 2015. Nesse ano, não foi realizada diretamente pela CACI nenhuma atividade neste programa.

Como já mencionado, o Decreto nº 33.888, de setembro de 2012, cria na GAG, a SECOPA, órgão de direção superior da Administração Direta, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal. Tendo executado as seguintes atividades, no exercício de 2012:

I - Processos de locação da sede da Coordenadoria de Integração das Ações Sociais (CIAS), onde está instalado o Centro de Qualificação "Fábrica Social". Este Centro tem a finalidade de promover a cidadania aos moradores de comunidades em situação reconhecida de vulnerabilidade social, por meio da geração de trabalho, com qualificada capacitação profissional, para suprir as demandas do Distrito Federal relativas a materiais esportivos e uniformes, para a rede pública de ensino; vestuário específico de utilização profissional; bem como de outros itens diversos relativos às diretrizes da atividade. Atualmente, tem-se em andamento, uma quantidade estimada de 45 processos de aquisição de máquinas, equipamentos e materiais para implementar as atividades do Centro em questão.

II – Elaboração do Projeto de Lei nº 1292/2012, que dispõe sobre a qualificação e capacitação profissional, no âmbito do Programa DF Sem Miséria, tratando do auxílio aos participantes das atividades de formação e capacitação profissional.

III - Criação da Unidade Orçamentária e Programação Orçamentária para o Exercício de 2013.

Para o desenvolvimento dessas atividades, foi repassado, no final do exercício de 2012, o montante de R\$ 1.600.000 (Um milhão e seiscentos mil Reais) à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, para adequação da Unidade de Produção desta Coordenadoria.

PROGRAMA TÉMATICO:

6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
5011 -Implantação de Infraestrutura e Integração da Ride	0	23.000	0	0	
0002 - Implantação de Infraestrutura e Integração da Ride-Casa Civil-DF Entorno	0	23.000	0	0	30

O Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal tem como objetivo promover e articular a política de desenvolvimento econômico desta unidade da federação, mediante ações de incentivo

à modernização de seus parques produtivos do DF, por meio de realizações de eventos para divulgação da importância da modernização dos processos produtivos no seu contexto do Distrito Federal.

O programa ainda prevê a implantação, revitalização e infraestrutura para as áreas de Desenvolvimento Econômico do DF, buscando a ampliação da atividade produtiva e a articulação política integrada de desenvolvimento com a Região Integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE. Nesse projeto, não ocorreu movimentação financeira durante este período de 2012.

A Secretaria de Estado do Entorno participou de 41 eventos no decorrer do ano de 2012. Essas atividades contribuíram para o desenvolvimento da Secretaria, ampliando o diálogo participativo, o crescimento e o desenvolvimento do Entorno em parceria com a RIDE/DF. Com isso vem consolidando as políticas públicas legais e viáveis dentro da lógica de colaboração e participação.

PROGRAMA TÉMATICO:

6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	0	294	0	294	-
9135 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas-Casa Civil-Distrito Federal	0	294	0	294	31

O Programa de Desenvolvimento Urbano tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentado do Distrito Federal, mediante ações de planejamento, monitoramento e controle urbano e territorial.

Esse programa é destinado a promover o desenvolvimento, ambiental e cultural do Distrito Federal, por meio da execução de obras de urbanização e infraestrutura urbana para proporcionar melhoria da qualidade de vida da população. As atividades realizadas nesse ano foram coordenadas pela Coorcidades e executadas no orçamento da Secretaria de Estado de Governo.

As ações implementadas pela Coorcidades, órgão que tem a missão de coordenar e planejar ações de desenvolvimento regional, tem com objetivo o crescimento continuado e a redução das desigualdades regionais e socioeconômicas do Distrito Federal. Como responsável pela coordenação e planejamento de desenvolvimento regional das Administrações Regionais, atuando no programa Cidade Limpa e em projetos do Governo.

Cabe ressaltar que essa Coordenadoria promove também políticas de integração entre a comunidade e as Administrações Regionais objetivando identificar e definir prioridades, com vistas a subsidiar a elaboração do Plano Plurianual e das leis orçamentárias anuais.

Durante o ano de 2012, articulando-se com vários órgãos do Distrito Federal, foram realizadas ações para manutenção de todas as cidades do Distrito Federal, entre essas ações citam-se a remoção de entulhos, resíduos inservíveis, terraplenagem, preparação de bacias e contenção de águas, patrolamento e melhoria das vias rurais, compactação de vias, construção e melhoramento de vias e drenagem pluvial, recolhimento de 180.000 toneladas de resíduos em geral.

PROGRAMA TÉMATICO:

6209 – ENERGIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
	0				
8507 -Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	0	43.166.521	43.166.521	36.638.645	
6466 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública-Regiões Administrativas-Distrito Federal	0	43.166.521	43.166.521	36.638.645	32

O Programa de Energia vem a atender integralmente às necessidades de serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica, a manutenção preventiva e corretiva da iluminação pública, bem como a recomposições de postes e cabos danificados por furto e vandalismos, em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal.

No exercício de 2012, foram instalados 6.467 novos pontos de iluminação pública no âmbito do Distrito Federal, totalizando 277.794 pontos.

PROGRAMA TÉMATICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4123 -Promoção da Igualdade Racial	0	75.480	75.480	75.480	-
2258 - Promoção da Igualdade Racial-Secretaria da Igualdade Racial-Distrito Federal	0	75.480	75.480	75.480	16
6032 -Manutenção e Funcionamento do Conselho de defesa dos Direitos do Negro	0	25.000	0	0	17
0006 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de defesa dos Direitos do Negro--Distrito Federal	0	25.000	0	0	17

O Programa de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania tem como objetivo promover a defesa e a garantia dos direitos humanos, assegurando a pessoa o pleno exercício do direito à cidadania, contribuindo para a conscientização do cidadão sobre os direitos sociais, reinserção social e igualdade, para possibilitar sua participação efetiva na sociedade do Distrito Federal.

A Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial, criada pelo Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, tem seus recursos orçamentários e financeiros sob gestão da CACI, conforme estabelecido pelo decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012. desenvolve ações com objetivo de divulgar a importância dos trabalhos que podem ser realizados junto à população negra do DF, com a finalidade de resgatar sua autoafirmação, configurada com políticas públicas, discutindo os avanços e limites das questões raciais no âmbito dessa unidade da federação.

Na ação 4123, Promoção da Igualdade Racial, ao longo do ano foram realizadas várias atividades, entre elas, marchas, palestras, conferências, campanhas, shows, oficinas e mesas de debates, com a participação de vários segmentos da sociedade.

Na ação 6032, Manutenção e Funcionamento do Conselho de defesa dos Direitos do Negro, não houve realização financeira no exercício de 2012.

O Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012, a CACI também responsável pelo desenvolvimento da gestão dos recursos orçamentários e financeiros da SEI, criada pelo Decreto nº 33.116, de 08 de agosto de 2011. Essa secretaria vem trabalhando na elaboração de políticas públicas que visem à proteção, o respeito, a valorização e a qualidade de vida da população idosa do Distrito Federal.

Durante o ano de 2012, a SEI atendeu a população em eventos comunitários e sociais, entre os quais palestras, campanhas de conscientização, movimentos culturais, seminários, orientações jurídicas, orientação psicológicas e assistenciais.

Na ação 2268, Assistência ao Idoso, destacam-se os trabalhos da Subsecretaria Comunitária, que oferece orientação jurídica, orientação psicológica, atividades físicas, aferição de pressão arterial, medição de glicose, entre outros. de janeiro a dezembro de 2012, foram registradas 2.510 pessoas beneficiadas com os atendimentos, dentre essas 2.060 são idosos.

Na mesma ação destacam-se também o projeto Orientação Física nos Pontos de Encontro Comunitário (PEC), que consiste em oferecer a população idosa frequentadora os pontos já implantados em Candangolândia, Cruzeiro, Guará e Núcleo Bandeirante, orientações para realização de atividade física nos aparelhos. Nesse projeto, foram realizadas 3.456 orientações.

Além desses Projetos, a atividade física também foi levada ao Centro de Convivência do Idoso que oferece essa prática em quatro centros com o total de 105 participantes. A SEI possui um serviço de ouvidoria e assessoria jurídica, que no ano de 2012, realizou 563 atendimentos.

Destacam-se ainda as atividades desenvolvidas pelo Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, órgão vinculado à SEI, que possui entre suas atribuições, a importante função de fiscalizar e registrar as instituições que realizam trabalhos com a população idosa no DF. Atualmente, existem 14 instituições registradas, sendo 9 Centros de Convivência do Idoso - CCIs e 5 Instituições de Longa Permanência para os Idosos-(ILPIs). de janeiro a dezembro de 2012, foram registrados 3.158 atendimentos nessas instituições.

Os recursos financeiros foram executados pela SEG, por força da Portaria conjunta nº 13, de 1º de outubro de 2012.

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6229 – EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES****Execução Orçamentária e Financeira**

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3227 -Rede Mulher	0	1.800	0	0	-
2705 - Rede Mulher-Secretaria de Estado da Mulher-Distrito Federal	0	1.800	0	0	18,9, 20, 21, 22, 23,24,25
4211 -Manutenção das Unidades de Atendimento a Vítima e ao Agressor	0	1.664.477	9.781,02	1.704	26
0002 - Manutenção das Unidades de Atendimento À Vítima e ao Agressor-Secretaria da Mulher-Distrito Federal	0	1.664.477	9.781,02	1.704	26
4213 -Desenvolvimento de Ações Relacionadas ao Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	0	847.089	62.500	0	27
0002 - desenvolvimento de Ações Relacionadas ao Pacto de Enfrentamento à Violência Contra A Mulher-Secretaria da Mulher-Distrito Federal	0	847.089	62.500	0	27

A Secretaria de Estado da Mulher (SEM/DF) foi criada por meio do Decreto nº. 32.713, de 01 de janeiro de 2011, e reestruturada pelo Decreto nº. 33.186 de 08 de setembro de 2011. Anteriormente à criação desse órgão, a questão da mulher no Distrito Federal era tratada institucionalmente sob a estrutura da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS).

Ação 3227 – Rede Mulher

A SEM atua em duas diretrizes de enfrentamento **i)** à desigualdade de gênero, sob a ótica da emancipação feminina, e **ii)** à violência contra as mulheres. Essas diretrizes estão alinhadas, ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Na área do enfrentamento à desigualdade de gênero e da promoção da emancipação feminina, a SEM-DF articula, desenvolve e implanta políticas para as mulheres, por meio do Plano Rede Mulher. O público alvo do Plano abrange a totalidade das mulheres dessa unidade da federação, contemplando, prioritariamente, o recorte de público, definido pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Suas ações são desenvolvidas com ênfase nas áreas de maior número de ocorrências policiais, baseadas na Lei Maria da Penha, indicadas e monitoradas por meio do sistema Polaris (Polícia Civil), e também nos 33 (trinta e três) territórios indicados pela Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal, realizada pelo departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de fevereiro de 2011.

O plano está organizado em cinco Eixos Temáticos e quatro Eixos Transversais. Os Temáticos são: **i)** Rede Mulher Trabalhadora; **ii)** Rede Mulher Rural; **iii)** Rede Mulher Artesã; **iv)** Rede Mulher Cidadã; **v)** Rede Mulher Saúde e os Transversais são: **i)** Mutirão Rede Mulher; **ii)** documentação e Memória Feminista; **iii)** Pesquisas de Gênero, de Monitoramento e Avaliação; e **iv)** Relação com o enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Com início de suas ações em janeiro de 2012, o Plano já apresenta um expressivo número de atendimentos realizados. No período de janeiro a dezembro de 2012 foram registrados 15.804 (quinze mil, oitocentos e quatro), atendimentos em todos os seus eixos de atuação.

Ação 4211 – Manutenção das Unidades de Atendimento à Vítima e ao Agressor – CASA ABRIGO e Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência doméstica (NAFAVDs).**Casa Abrigo**

A Casa Abrigo se constitui como espaço de garantia de defesa e proteção de mulheres e meninas vítimas de violência doméstica e sexual, que correm risco de morte. O encaminhamento das mulheres é realizado pela delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), após o registro do boletim de ocorrência contra o familiar agressor.

As mães e crianças abrigadas permanecem na instituição por até noventa dias. Durante este período, elas têm acesso a vários tipos de acompanhamento: psicológico, pedagógico, jurídico e de assistência social. Necessidades básicas como alimentação saudável, vestimenta, educação, transporte, lazer e segurança são também supridas pelo programa. Durante o ano, foram realizados 8.085 atendimentos diretos.

Atividade: Casa Abrigo												
Nº de Pessoas Atendidas em 2012 - (Mulheres, Adolescentes e Crianças)												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
26	30	39	28	23	28	14	29	29	25	29	18	318

Fonte: Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – SEM/DF

Atividade: Casa Abrigo												
Número de atendimentos realizados em 2012 em áreas especializadas a mulheres e filhos abrigados												
Áreas: saúde, assistência social, psicologia, atendimento jurídico, acompanhamento pedagógico.												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
581	815	886	1064	872	634	488	706	398	572	323	428	7.767

Fonte: Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – SEM/DF

NAFAVDs – Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência doméstica

A Secretaria oferece à população 09 (nove) NAFVDs, localizados em espaços do Ministério Público, nos Fóruns ou Promotorias. Os núcleos atendem as famílias das mulheres que passam pela Casa Abrigo durante e após a situação de abrigamento e recebem encaminhamentos dos Juizados Especiais Criminais, referentes a processos de violências domésticas contra as mulheres.

As vítimas e autores das agressões recebem atendimentos individuais, para o casal e para a família realizados por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. O período de atendimento é de seis meses e tem por objetivo promover o empoderamento, a escuta qualificada das vítimas e a responsabilização dos autores sobre as violências cometidas. Há ainda uma conscientização sobre formas mais assertivas e alternativas à violência para a resolução dos conflitos familiares. Durante o ano, foram realizados 11.324 atendimentos diretos.

O Projeto de criação do NAFVD ocorreu em 2003, pelo CDM, e se enquadra na concepção atual técnica, teórica e na Lei Maria da Penha de incluir o agressor no acompanhamento. O primeiro Núcleo implantado foi o de Samambaia em 2003.

Atividade: NAFVDs				
Nº de Pessoas atendidas em 2012				
Mulheres	Homens	Adolescentes	Crianças	Total
590	503	27	49	1169

Fonte: Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – SEM/DF

Atividade: NAFVDs												
Nº de Atendimentos Realizados em 2012*												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
666	1046	831	812	1082	887	680	971	896	951	897	436	10155

Fonte: Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – SEM/DF

*Neste item estão incluídas ligações telefônicas.

Ação 4212 – Manutenção e Funcionamento do Conselho Distrital da Mulher

Ao longo do ano foram realizadas 12 reuniões ordinárias (média de uma por mês) e inúmeras outras atividades desenvolvidas, tanto diretamente pelo Conselho, quanto em parceria com a SEI e outros órgãos. As principais foram: visita à Casa Abrigo; produção de documento, em função da visita da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre violência doméstica no Distrito Federal; atuação ativa na defesa das creches distritais, entre outras já mencionadas no SAG.

Ação 4213 – Implantação dos Centros de Referência da Mulher (CRAMs)

Observa-se, cada vez mais relevante a implementação efetiva no Distrito Federal, da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, garantindo o enfrentamento do fenômeno, de forma articulada, pelas políticas públicas, com o objetivo de dar excelência a ação de combate à violência contra as mulheres, em todas as suas expressões.

Para contribuir com a superação do quadro apresentado, torna-se imperiosa a necessidade de ampliação e o fortalecimento dos Centros de Referência. Esses Centros, essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, promovem-se a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania, por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher vítima da violência. Essas instituições devem também exercer o papel de articuladores dos serviços governamentais e não governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero.

Os atendimentos consistem em acolhimentos, atendimentos individuais, orientações, contatos institucionais, encaminhamentos, visitas domiciliares e/ou institucionais e palestras educativas e de capacitação.

Atualmente estão em funcionamento 2 (dois) Centros de Referência: um na Rodoferroviária e outro na Estação de Metrô da 102 Sul. Na cidade de Planaltina será instalado o CRAM na área do Hospital Regional da cidade, aguardando aprovação para dar início às adequações para a instalação. Em Ceilândia continua sendo aguardada uma resposta da Secretaria da Criança que ainda ocupa imóvel, o qual será destinado ao CRAM na cidade.

Atividade: CRAMs												
Nº de Atendimento Realizados em 2012												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago*	Set	Out	Nov	Dez	Total
117	171	163	135	169	70	105	298	123	248	257	177	2033

Fonte: Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – SEM/DF

* O número de atendimentos referente ao mês de AGOSTO está acrescido de 157 atendimentos devido à matrícula no curso “Mulheres na Construção”, parceria entre a Secretaria de Estado da Mulher e do Instituto Federal Brasília.

Atividade: CRAMs	
Nº total de Mulheres Atendidas em 2012	
Quantidade de Mulheres Atendidas nos CRAMs	483

Fonte: Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – SEM/DF

Atividade: Central de Atendimento a Mulher - 156 Opção 6												
Nº de Atendimento Realizados												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul*	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
						9	9	9	9	18	14	68

Fonte: Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – SEM/DF

*Atividade em funcionamento a partir do mês de julho/12.

Ação 4213 – Desenvolvimento de Ações Relacionadas ao Pacto de Enfrentamento à Violência

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado, em agosto de 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal. Consiste em um acordo federativo entre o governo federal, estados e municípios brasileiros e o Distrito Federal, para o planejamento de ações que consolidassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres executando políticas públicas integradas em todo território nacional.

Em 2012, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a União, por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), e o Distrito Federal, por intermédio da SEM/DF. O objetivo desse termo é estabelecer regime de cooperação mútua entre os partícipes, com o finalidade de manter e instalar os NAFAVDs nas unidades das Promotorias de Justiça do MPDFT. A cooperação consistirá na realização de acompanhamento psicossocial pelas equipes dos NAFAVDs, em espaços cedidos pelo MPDFT, de mulheres e homens encaminhados a partir de processos relacionados à violência contra mulheres, tipificados na Lei Maria da Penha.

No dia 23 de agosto, foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, o decreto de criação e funcionamento da Câmara Técnica Distrital de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional, que também contribuiu para a construção do Planejamento Integral Básico do Distrito Federal, encaminhado para análise da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres para a produção da sua versão final. Após a criação dessa Câmara, foram realizadas 10 reuniões.

Ouvidoria. Entre os serviços oferecidos pela SEM/DF cabe ressaltar o serviço *Ouvidoria Itinerante*, que tem o objetivo de melhorar os serviços públicos prestados por esta Secretaria. Essa é uma Ouvidoria Especializada da Mulher, que, de acordo com o calendário do Programa Rede Mulher, faz-se presente onde a população estiver, mantendo, assim, o escopo principal de colher as manifestações acerca dos problemas de cada cidade e cidadão, ouvir e registrar tais manifestações, bem como encaminhá-las aos órgãos competentes para as devidas providências. O registro dessas manifestações é realizado em uma ficha com as informações pertinentes, que são posteriormente lançadas no Sistema de Ouvidorias e Informações – SOIWEB (156 opção 6). Durante o ano de 2012, foram registrados 103 (cento e três) atendimentos.

Melhoria da eficiência na comunicação interna e externa. Foi realizada reformulação da página da internet para incorporar e divulgar, interna e externamente, conteúdos importantes da Secretaria de interesse público a todo cidadão e cidadã do DF. Outras ações também foram amplamente divulgadas por meio da mídia impressa e das redes sociais, entre os quais o *Boletim Rede Mulher Online*, *Centro de documentação e Memória Feminista*, *Ações de Conscientização*, *Outubro Rosa*, *Acompanhamento das atividades pelas mídias sociais*.

Nas redes sociais, atualmente, a SEM conta com uma página no *Facebook* e um perfil no *Twitter*, que são alimentados diariamente, ou conforme a demanda. Foi também criado o perfil no *YouTube* para divulgação dos vídeos e áudios produzidos para a pasta. Os resultados dessas redes vêm sendo muito importantes. Já foi alcançada a marca de 221 usuários no *Facebook* e 145 seguidores no *Twitter*.

As metas pactuadas por essa Secretaria foram alcançadas, exceto as relativas ao quantitativo dos Centros de Referência, devido à dificuldade de destinação de imóveis públicos nas localidades a serem atendidas por esse serviço.

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2557 -Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	0	4.545.694	94	94	-
2562 - Gestão da Informação e dos Sistemas de TI-Casa Civil-DF Entorno	0	4.545.694	94	94	13
2578 -Cerimonial do Governador	0	0	0	0	-
0006 - Cerimonial do Governador--Distrito Federal	0	0	0	0	1
2901 -Modernização e Edição do Diário Oficial	0	301.000	300.000	62.362	14
0003 - Modernização e Edição do Diário Oficial-Casa Civil-Distrito Federal	0	301.000	300.000	62.362	14
3678 -Realização de Eventos	0	46.970	7.959,36	0	2
2695 - Realização de Eventos-Feiras, Congressos e Conferências-Casa Civil-Distrito Federal	0	46.970	7.959,36	0	2
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	0	29.367	0	0	-
9722 - Reforma de Prédios e Próprios-Casa Civil-Distrito Federal	0	29.367	0	0	28
4212 -Manutenção e Funcionamento do Conselho Distrital da Mulher	0	48.256	0	0	-
0002 - Manutenção e Funcionamento do Conselho Distrital da Mulher-Secretaria da Mulher-Distrito Federal	0	48.256	0	0	15
8502 -Administração de Pessoal	0	32.338.108	32.096.832	32.095.234	-
8804 - Administração de Pessoal-Casa Civil- Plano Piloto	0	32.338.108	32.096.832	32.095.234	3
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	0	2.121.011	1.571.278	1.571.278	-
9623 - Concessão de Benefícios à Servidores-Casa Civil- Plano Piloto	0	2.121.011	1.571.278	1.571.278	04,05,06,07
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	0	3.217.670	2.910.742	1.493.130	-
9699 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Casa Civil e Órgãos Vinculados- Plano Piloto	0	2.636.882	2.332.955	1.252.913	08
9700 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Residência Oficial- Águas Claras	0	3.000	0	0	9
9701 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Serviços de Segurança-Distrito Federal	0	577.788	577.788	240.217	10
9051 -Participação em Organismos Internacionais	0	15.000	0	0	-
0007 - Participação em Organismos Internacionais— Exterior	0	15.000	0	0	11

O Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado Gestão Pública tem como função prover os órgãos do Distrito Federal de meios administrativos necessários para implementação e gestão das ações responsáveis pela geração de bens e serviços ofertados à sociedade. dentro da sua estrutura, esse programa conserva a manutenção do sistema administrativo relacionado à área de pessoal da unidade e à manutenção dos serviços administrativos gerais e operacionais da CACI; GAG; SEM; SEE; SEPIR; SEI e SECOPA. Além de promover a participação da CACI, junto a organismos internacionais, na colaboração de programas e/ou doações.

2901 – Modernização e Edição do Diário Oficial

Durante o ano, foram publicados 327.127 diários oficiais, os quais foram encaminhados para todos os órgãos do Distrito Federal e disponibilizados para toda a sociedade através do site oficial do GDF. A execução financeira dessa ação foi informada pela SEGOV, por força da Portaria conjunta nº 10, de 20 de setembro de 2012, sendo pago apenas o resíduo do contrato pela CACI.

3678 – Realizações de Eventos para o Distrito Federal

Foi realizado o Seminário de Planejamento e Execução da Coordenadoria das Cidades com a participação de 40 pessoas, com custo para CACI. Além desse evento, durante todo o ano, foram realizadas, pelas demais Coordenadorias e pela SUAG, várias reuniões e encontros gerenciais, contando com a estrutura existente e sem custo direto para a administração.

8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

Trata-se de contrato que atende à CACI e a GAG, na implementação das atividades de gestão de gerações de bens e serviços ofertados à sociedade. A estrutura da CACI conserva a manutenção do sistema administrativo nas áreas de pessoal, de manutenção dos serviços administrativos gerais e

operacionais, bem como de todo sistema de telefonia fixa e móvel da própria Secretaria, da GAG e das Administrações Regionais e seus órgãos vinculados, conforme tabela a seguir.

Serviço de Telefonia Fixo Comutado – Discagem Direta a Ramal – DDR			Diretas não residenciais
Órgão	QTD de Feixes (E1 – 30 Canais)	Ramais DDR	QTD.
Palácio do Buriti e Anexo	08	800	
Centro Administrativo SAI			
SEI – 16 linhas; SEE – 29 linhas; SEM – 39 linhas; IPREV – 20 linhas; Defesa Civil – 49 linhas; SEPIR – 30 linhas	02	200	
Residência Oficial de Águas Claras (ROAC)	01	100	
COORDINADORIAS	01	100	
STC			2
SEG			12
Secretaria de Estado da Criança			15
RA I – Brasília	01	100	6
RA II – Gama	01	100	17
RA III – Taguatinga	01	100	21
RA V – Sobradinho	01	100	14
RA IV – Planaltina	01	100	6
RA VIII – Núcleo Bandeirantes	01	100	12
RA IX – Ceilândia	01	100	25
RA X – Guarã	01	100	4
RA XI – Cruzeiro	01	100	3
RA XVII - Riacho Fundo	01	100	6
RA XIX – Candangolândia	01	100	5
RA XXIII –Varjão	01	100	
RA XX - Águas Claras	01	100	
RA XXII - Octogonal/Sudoeste	01	100	
RA XXIX – Setor de Indústria e Abastecimento	01	100	
RA IV – Brazlândia	01	100	15
RA VII – Paranoá	01	100	
RA XII – Samambaia	01	100	11
RA XIII - Santa Maria	01	100	5
RA XIV - São Sebastião	01	100	2
RA XV - Recanto das Emas	01	100	7
RA XVI - Lago Sul	01	100	
RA XVIII - Lago Norte	01	100	
Órgão	QTD de Feixes (E1 – 30 Canais)	Ramais DDR	QTD.
RA XXI – Riacho Fundo II	01	100	8
RA XXX- Vicente Pires	01	100	
RA XXIV - Park Way	01	100	
RA XXV – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento	01	100	
RA XXVI - Sobradinho II	01	100	5
RA XXVII - Jardim Botânico	01	100	
RA XXVIII – Itapoã	01	100	
RAXXI – Fercal			02
Secretaria assuntos Copa			10

9701 - Manutenções de Serviços Administrativos Gerais – Serviços de Segurança – Distrito Federal

A Casa Militar, órgão de apoio logístico e de segurança do Governador, tem como titular o chefe da Casa Militar, a que compete:

I – realizar a segurança pessoal e transporte do Governador e do Vice-Governador e seus familiares;

II – realizar a segurança de dignitários e autoridades em visita oficial ao Distrito Federal;

III – realizar segurança, comunicação, suprimento e manutenção do Palácio do Buriti e das residências oficiais.

Em 2012, a Casa Militar realizou, entre outras atividades, a segurança pessoal do Governador, em cerca de 430 eventos locais, 120 eventos oficiais no salão do Palácio do Buriti e nas viagens nacionais e internacionais.

3. Informações Complementares

A - das Informações Gerais Complementares:

A Casa Civil do Distrito Federal é responsável pela gestão das prioridades do Governo do Distrito Federal. Recriada por meio do Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012, tem organizado a

máquina governamental, a fim de entregar à população os resultados definidos pelo Governo atual. Para tanto, tem articulado as ações de maneira intersetorial, instrumentalizando as diversas áreas do governo com ferramentas capazes de conferir mais eficiência às políticas públicas.

Em um governo de ampla composição partidária e uma grande estrutura administrativa, a primeira tarefa da Casa Civil foi uniformizar a pauta de prioridades, previamente definidas pelo Governador. Coube à Casa Civil identificar, nos órgãos e nas entidades do GDF, as características e as necessidades de cada área. Organizou a carteira de projetos prioritários e a execução dessas ações tendo como parâmetro principal o plano de governo.

Com a criação da Junta de Execução Orçamentária (JEO) – instrumento fundamental de gestão, presidido pelo Governador, Coordenado pelo Secretário-Chefe da Casa Civil e composto pelos secretários de Estado da Fazenda e do Planejamento –, foi possível reorganizar o orçamento do Distrito Federal, a fim de permitir a implementação e/ou a adequação de uma série de ações essenciais.

Ao mesmo tempo em que atua internamente, a Casa Civil articula suas políticas locais com as do Governo Federal. Com isso, em 2012, o GDF aderiu a programas importantes, como o *Crak*, é Possível Vencer e o Viver Sem Limites. Nessa relação, ficou também responsável pela coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Distrito Federal. Para tanto, articulou reuniões entre os órgãos federais e o governo local, como forma de diálogo permanente e centralizado, estabelecendo as relações com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério do Planejamento. E, apesar de seguir o modelo do PAC, a Casa Civil do DF inovou ao coordenar a criação de uma carteira de projetos estruturantes, a serem executados em 2013.

B - Subsecretaria de Administração Geral/Caci:

Das Estratégias Adotadas

Entre as estratégias adotadas pela SUAG, destacam-se: a publicação de Ordens de Serviço diversas, relacionadas a designação de executores de contratos e convênios, substituições de férias, autorização de lançamentos de benefícios assistenciais diversos; acompanhamento junto a Diretoria Jurídica de Procedimentos Administrativos Disciplinares e de Fornecedores (DIJUPAD) e à Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC) de auditorias nos processos administrativos da Unidade de exercícios anteriores; propor nomeação de servidores efetivos para os cargos disponíveis em comissão de liderança; encaminhamento de processos para abertura de sindicância e apuração de fatos, adoção de postura e conscientização sobre importância da elaboração de relatórios circunstanciados pelos executores de contratos, entre outras.

Na sequência, os principais processos de sindicância que estão sendo acompanhados pela equipe da DIJUPAD, da CACI:

Processos de Sindicância		
Nº Processo	Objeto	Tipo
360.001.338/2011	TCE - Extravio de processo	SIND
480.000.991/2009	Decisão TCDF - declaração de Idoneidade	PA
480.000.992/2009	Decisão TCDF - declaração de Idoneidade	PA
480.000.993/2009	Decisão TCDF - declaração de Idoneidade	PA
410.003.584/2008, 410.000.056/2010	Utilização de veículo	PD
002.000.259/2011	Alvará	PD
002.000.228/2012	Cobrança indevida de taxa	PD
360.000.557/2011	Recebimento indevido de remuneração	PD
480.000.990/2009	Decisão TCDF - declaração de Idoneidade	PA
480.000.988/2009	Decisão TCDF - declaração de Idoneidade	PA
480.000.989/2009	Decisão TCDF - declaração de Idoneidade	PA
140.000.280/2007	Alvará	PD
141.004.776/2001	Prescrição	PD
052.000.306/2008	Aprovação e licenciamento de projeto Arquitetônicos	PD
0362-000635/2011	Fraude em licitação modalidade convite	PD
480-000373	Denúncia de irregularidades	PD
480.000.987/2009	Decisão do TCDF	PA
480.001.004/2009	Decisão do TCDF	PA
480.001.005/2009	Decisão do TCDF	PA
360.001.174/2010	Despesa sem nota de empenho	PD
138.001.501/2009	Retirada de documentos nos autos sem justificativa	PD
362.000.635/2011	Irregularidades na execução de obras	PD
Nº Processo	Objeto	Tipo
360.000.915/2011	Denúncia de Assédio Moral	Instrução Prévia
360.000.557/2011	Acumulação indevida de cargos	PD
143.001.199/2006	Irregularidade na concessão de bancas	PD

A SUAG estruturou seus setores para atender a gestão dos processos de aquisição de material, acompanhamento de contratos e convênios, buscando agilidade no atendimento às demandas da Casa Civil e de seus Órgãos vinculados.

Destacamos a gestão e execução dos seguintes contratos:

Número do Contrato	Número do Processo	Objeto do Contrato
039/2008 – SEG	360.000.628/2008	Prestação de serviços de manutenção, conservação e limpeza de piscina para atender à ROAC.
020/2009	360.000.301/2009	Contratação de empresa para o fornecimento de peças, componentes e prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e emergencial para o grupo gerados da marca WEG, instalado no Palácio do Buriti.
17/2009 – SEG	360.000.819/2008	Prestação de serviços de telefonia fixa, comutado (STFC) - DDR, na modalidade local.
13/2010 – SEG	360.000.486/2009	Prestação de serviço de telefonia, com assinatura básica das linhas diretas não residenciais, taxa de instalação das linhas telefônicas diretas não residenciais, tráfego telefônico local em chamadas fixo-fixo anual, tráfego telefônico local em chamadas fixo-móvel.
13/2011-SEGOV	002.000.345/2011	Prestação de serviços técnicos de manutenção de ar condicionado
22/2011 – SEG	360.000.645/2011	Fornecimento de energia elétrica para o Parque de Iluminação Pública do Distrito Federal
18/2012 – SEG	360.001.267/2011	Prestação de Serviço Móvel Especializado (SME), do tipo Sistema Troncalizado Digital, com cobertura em todo Distrito Federal
21/2012 – SEG	360.000.332/2011	Prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes a consultoria, engenharia de manutenção, operação, manutenção preventiva e corretiva, bem como gerenciamento do Parque de Iluminação Pública do Distrito Federal.
01/2012 – CACI	002.000.352/2012	Prestação de serviço de agenciamento de viagens, por vias aéreas e terrestres, no âmbito nacional e internacional para atendimento em aeroportos e afins
02/2012 – CACI	360.000.234/2012	Locação de 05 (cinco) salas na Estação 102 Sul do Metrô/DF
03/2012 – CACI	002.000.023/2012	Fornecimento de 1.724 microcomputadores de mesa, novos e para primeiro uso, incluindo instalação e garantia de funcionamento, com suporte técnico por 48 meses para CACI.
04/2012 – CACI	002.000.023/2012	Fornecimento de 1.724 monitores de vídeo para microcomputadores para CACI
05/2012 – CACI	002.000.088/2012	Prestação de Serviço de transporte, com caminhão baú e fornecimento de mão de obra, embalagens, equipamentos e ferramentas necessárias para efetuar a mudança para nova sede dos órgãos vinculados à Casa Civil
06/2012 – CACI	002.000.096/2012	Fornecimento e instalação de 05 (cinco) unidades de <i>scanners</i> de aparelhos de raio-X para o Palácio do Buriti
07/2012 – CACI	002.000.138/2012	Contratação de seguradora especializada na prestação de serviços de seguro aeronáutico (RETA, CASCO e LUC 2º RISCO) para riscos que envolvem a operação da aeronave tipo helicóptero, prefixo PR-GDF, pertencente à carga patrimonial da Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal.
08/2012 – CACI	360.000.252/2012	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças na central telefônica instalada na ROAC.
09/2012 – CACI	360.000.191/2012	Fornecimento de solução de VoIP (Voice over Internet Protocol), compreendendo a cessão de 25 (vinte e cinco) licenças de uso de <i>software</i> para comunicação segura, a se ser instalada em telefones celulares
10/2012 – CACI	002.000.062/2012	Aquisição de gêneros alimentícios, consoante especifica Pregão Eletrônico nº 338/2012 - SULIC/SEPLAN
11/2012 – CACI	002.000.062/2012	Aquisição de gêneros alimentícios, consoante especifica Pregão Eletrônico nº 338/2012 - SULIC/SEPLAN
12/2012 – CACI	002.000.062/2012	Aquisição de gêneros alimentícios, consoante especifica Pregão Eletrônico nº 338/2012 - SULIC/SEPLAN
13/2012 – CACI	360.000.423/2012	Prestação de serviços de acesso a TV por assinatura digital, com instalação, assistência técnica e fornecimento de todos equipamentos para 30 (trinta) pontos de acesso
14/2012 – CACI	002.000.528/2012	Fornecimento de 4.600 (quatro mil e seiscentos) licenças de uso permanente/vitalícias de Solução Corporativa de Segurança de Tecnologia da Informação.
15/2012 – CACI	360.000.262/2011	Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção corretiva, preventiva e emergencial, elétrica e mecânica, no Grupo Gerador da Residência Oficial de Águas.
20/2012 – CACI	360.000.610/2012	Contratação para a prestação, de forma contínua, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário das dependências do CONSUMIDOR, na unidade de consumo locado e destinado ao Projeto Casa Abrigo, gerido administrativamente pela Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal.
16/2010 – CACI	360.001.632/2010	Prestação de Serviços a serem executados de forma contínua, correspondente à manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças da Aeronave tipo helicóptero marca BELL - Modelo 407 - Prefixo PP-JDR.
17/2012 – CACI	002.000.216/2012	Contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens (Travel Management Company TMC), para prestação de serviços de viagens, executados por meio de ferramenta

		<i>on line de auto agendamento (self-booking).</i>
18/2012 – CACI	002.000.382/2012	Locação de Imóvel de terceiro, localizado na Asa Norte SEPN 509, Conjunto A - Edifício Nazir I, para atender às Secretarias de Estado da Criança, Sec. da Micro e Pequena Empresa, Sec de Estado de Regularização de Condomínios, GRUPAR, Coordenadoria das Cidades Sec. de Esporte, Assuntos Estratégicos e Procuradoria Gera.l
19/2012 – CACI	002.000.525/2012	Fornecimento de 50 (cinquenta) impressoras <i>Laser</i> ou <i>Led</i> Colorida, com serviço de garantia e assistência técnica Local (<i>on-site</i>), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, e 30 (trinta) impressoras Multifuncional <i>Laser</i> ou <i>Led</i> Colorida, com serviço de garantia e assistência técnica Local (<i>on-site</i>).
19/2012 – CACI	002.000.525/2012	Fornecimento de 50 (cinquenta) impressoras <i>Laser</i> ou <i>Led</i> Colorida, com serviço de garantia e assistência técnica Local (<i>on-site</i>), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, e 30 (trinta) impressoras Multifuncional <i>Laser</i> ou <i>Led</i> Colorida, com serviço de garantia e assistência técnica Local (<i>on-site</i>).
20/2012 – CACI	002.000.630/2012.	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de editoração, diagramação e impressão do Diário Oficial do Distrito Federal.
21/2012 – CACI	002.000.523/2012	Fornecimento de 100 (cem) <i>Notebooks</i> , com assistência técnica on-site e garantia de 48 (quarenta e oito) meses.
22/2012 – CACI	002.000.651/2012	Contratação de serviços especializados em TI, estruturados sobre a malha de infraestrutura de fibra ótica e de conectividade urbana do Serviço Federal de Processamento de dados – SERPRO, de modo a interligar a Casa Civil do Distrito Federal e Órgão vinculados à Infovia do Governo Federal.
16/2012 – CACI	360.000.487/2012	Contratação de empresa especializada em manutenção de piscina semiolímpica, com fornecimento de materiais químicos, para atender à Casa Abrigo/DF.
07/2009 – CACI	360.000.628/2007	Prestação de serviços especializados de locação de ônibus, vans, caminhões, máquinas e equipamentos, incluindo a operação e manutenção preventiva e corretiva dos objetos locados.
08/2011 – CACI	400.001.841/2010	Locação de Imóvel situado no Park Way, para uso da Secretaria da Mulher – Casa Abrigo.
17/2011 – CACI	362.000.039/2010	Prestação de Serviços Relativos à plataforma de comunicação de voz, para operação, programação, atualização de base de dados, de <i>softwares</i> , licenças e mídias corretivas, com fornecimento de peças e acessórios integrantes do sistema de comunicação de voz.
07/2012 – CACI	360.000.646/2011	Contratação de empresa especializada para realizar serviços gráficos.
27/2012 – CACI	360.000.585/2011	Fornecimento contínuo de energia elétrica à Casa Abrigo.

A SUAG/CACI reconhece que a capacitação é um processo que promove e estimula o desenvolvimento profissional dos servidores da Secretaria. Por meio de disponibilização de cursos pela Escola de Governo e/ou da demanda de cada área, foram capacitados 239 servidores, conforme tabela a seguir:

Quantitativo de Capacitação/Desenvolvimento - Referente a 2012				
Órgão	Capacitação		Desenvolvimento	
	Interno	Externo	Interno	Externo
Governadoria	0	0	0	11
CACI	31	17	3	56
Casa Militar	0	6	0	0
SEC. Extraor. Copa	0	0	0	2
SEC. IDOSO	0	2	5	4
Quantitativo de Capacitação/Desenvolvimento - Referente a 2012				
Secretaria da Mulher	0	6	0	76
Secretaria do Entorno	0	0	5	0
Secretaria Igualdade Racial	3	2	1	9
Total Individual	34	33	14	158
Total (Capacitação/Desenvol.)	67		172	
Total Geral			239	

C - Ouvidoria

A Ouvidoria da Casa Civil, além de apurar denúncias feitas pela população, realiza visitas espontâneas às cidades, onde identifica problemas e antecipa soluções. de agosto a dezembro de 2012, foram recebidas 114 denúncias. Todas devidamente respondidas e/ou encaminhadas para apuração de responsabilidades.

Atendimentos 2012						
Áreas	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Demandas
SAÚDE	8	3	4	4	1	dificuldade para marcar consultas e exames; falta de remédio, médico, exames
NOVACAP	6	3		3	6	obras inacabadas, calçadas, estacionamentos, poda de árvores
Administrações	4	4	4	2		brinquedos quebrados, obras irregulares, falta coleta lixo, assédio moral, necessidade de pintar praças
SLU	2	1				sujeira em parada de ônibus
AGEFIS	4	6	4	1		invasão de área pública
DETRAN	1		2			construção de redutores velocidade, distribuição cartão

Atendimentos 2012						
Áreas	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Demandas
						estacionamento
AUDIÊNCIAS	3					Secretário, Governador
DFTRANS		1				falta de ônibus
Atendimentos 2012						
CEB		3	2			falta de iluminação pública, falta de energia
CICLOVIA		3				falta de alguns trechos
PPP/LAI		2			1	pedidos de informação sobre processos PPP's
ELOGIOS		3				ao trabalho do Secretário da Casa Civil
SEPLAN		2				suposto uso irregular veículos
COORDCIDADES			5			supostas irregularidades em algumas feiras
Servidores			4	2	4	fantasmas, nepotismo
ORÇ. PARTICIPATIVO			1			Lei da Ficha Limpa
SEDHAB			2		1	cadastros
CAESB					1	conta muito cara
Publicidade				1		propaganda eleitoral antecipada
Total Geral	28	31	28	13	14	114
Resolvidos	75%					

D - Convênios

Destacamos também a gestão e execução dos seguintes convênios:

Convênio	Processo	Vigência	Objeto
SEM – Convênio SPM e DEPEN	360.000.277/2012	27/12/2011 a 03/11/2013	Ampliar os mecanismos de atendimento à mulher no D.F., garantindo o atendimento social, psicológico e jurídico, orientação e informação às mulheres em situação de violência, na perspectiva de fortalecer a autoestima e a construção da cidadania dessas mulheres.
SEM – Ministério da Justiça	360.000.269/2012	30/12/2011 a 31/01/2014	Cooperação dos partícipes na execução do Projeto Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens autores de violência doméstica no D.F, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo departamento Penitenciário Nacional.
SEPPIR e Distrito Federal	002.000.545/2012	03/07/2012 a 01/09/2014	Apoio às atividades da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do DF, por meio da sua estruturação, com divulgação dos marcos regulatórios do SINAPIR, ao viabilizar ações dessa Secretaria junto às organizações e lideranças negras, em 8 (oito) regiões administrativas do Distrito Federal.

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

A Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal em cumprimento às suas atribuições apoiou-se no aspecto orçamentário, pessoal e material de suas Unidades Vinculadas, atendendo às necessidades dos órgãos para o seu pleno funcionamento.

No decorrer do exercício, foram observadas dificuldades orçamentárias e financeiras, que como já mencionado anteriormente, a dotação autorizativa aprovada pela Lei Orçamentária Anual (LOA-2011), Lei nº. 4.744, de 29/12/2011, inicialmente previa as despesas fixadas para a SEG. Todavia, com a criação da CACI, ocorreram diversas alterações orçamentárias, visando à transferência de orçamento da SEG para a CACI, com objetivo de cumprir os programas de governo e dar continuidade aos compromissos já assumidos. O ano de 2012 foi um ano de muitas mudanças. Inicialmente, conforme o decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012, foi criada a CACI, permanecendo a SEG, ligada à GAG como órgão gestor das ações de atendimento direto ao Governador. Nesse sentido, foram realizadas diversas adequações orçamentárias e financeiras, já que a dotação autorizativa aprovada pela Lei Orçamentária Anual (LOA-2011), Lei nº. 4.744, de 29/12/2011, inicialmente previa as despesas fixadas para a Secretaria de Estado de Governo, e estas foram repassadas para a Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal, por força da Lei nº 4.872, de maio de 2012.

No início do segundo semestre, com a Lei nº 4.872, de 05 de julho de 2012, abriu-se crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal – LOA para o exercício financeiro de 2012, no valor de 14.018.700 (quatorze milhões dezoito mil e setecentos reais). Esse crédito, aberto para atender às Programações do Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, sofre diversos remanejamentos de recursos para adequação orçamentária, com o objetivo de atender às demandas da Casa Civil e suas unidades vinculadas.

Alguns programas que constam no Quadro de detalhamento de despesas (QDD) e no Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG), vindos da Secretaria de Estado de Governo, não tiveram movimentação financeira dentro da UO 09.101 – CACI, mas possuem realizações especificadas no SAG.

4 – VICE-GOVERNADORIA – UO: 10.101

A Vice-Governadoria foi reestruturada, em novembro de 2011, conforme Decreto nº 33.330, de 10/11/2011, publicado no DODF nº 218, de 11/11/2011, republica no DODF nº 221, de 18/11/2011.

Conforme Decreto nº 25.511, de 19/01/2005, publicado no DODF nº 14 de 20/01/2005 que aprovou o Regimento Interno, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, as seguintes competências, em síntese, são exercidas pela Vice-Governadoria:

- I. Assessorar o Vice-Governador no que concerne aos assuntos políticos, sociais, econômicos e de natureza parlamentar;
- II. Auxiliar o Vice-Governador em suas representações política e social;
- III. Acompanhar os programas, projetos e atividades do Governo do Distrito Federal, mantendo o Vice-Governador permanentemente informado;
- IV. Assistir diretamente o Vice-Governador em sua segurança pessoal, em assuntos de natureza militar e na segurança da Residência Oficial;
- V. Executar as atividades de cerimonial do Vice-Governador;
- VI. Executar as atividades de secretaria executiva do Vice-Governador.

Força de trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	09	04	-	-	13
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	45	-	-	-	45
Requisitados	Órgãos do GDF (Incluem militares)	27	-	-	74
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	01
Outros	Estagiários	04	-	-	04
Subtotal (Força de Trabalho)	106	-	-	-	106
(+) Cedidos para outros órgãos	01	-	-	-	01
Total Geral	107	31	-	-	138

1. Realizações

Ação	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6003 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Gestão Pública	5.539.225	7.821.704	7.701.013	7.639.842	-
8502 – Administração de Pessoal	4.327.145	6.927.145	6.923.888	6.923.888	-
0027 – Administração de Pessoal – Gabinete do Vice Governador – Plano Piloto	4.327.145	6.927.145	6.923.888	6.923.888	01
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	250.000	255.000	231.449	231.449	-
6982 – Concessão de Benefícios a Servidores – Gabinete do Vice Governador – Plano Piloto	250.000	255.000	231.449	231.449	02,03,04
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	962.080	639.559	545.676	484.500	-
0026 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Gabinete do Vice Governador – Plano Piloto	962.080	639.559	545.676	484.505	05
0001 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	150.000	208.383	171.183	171.183	06

2. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Vice-Governadoria executa, basicamente, atividades de apoio ao Vice-Governador no exercício de suas atribuições legais, conforme descrito no Regimento Interno, Decreto nº 25.511 de 19 de janeiro de 2005, publicado DODF nº 14 de 20 de janeiro de 2005.

A Vice-Governadoria não executa programas e projetos prioritários e estratégicos; obras e serviços de engenharia custeados com recursos do próprio orçamento; obras em parcerias público-privadas e com a comunidade; atividades dos Fundos Especiais e não possui convênios firmados com a União.

No exercício 2012, a Vice-Governadoria cumpriu suas principais competências regimentais sem que ocorressem problemas relacionados a recursos orçamentários, humanos e materiais.

Com relação ao exercício de 2013, as perspectivas são de sucesso no cumprimento de sua missão institucional, sem ocorrência de óbices significativos.

05. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 11.101

A Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal - SEGOV, órgão do administração pública direta, tem como atuação e competência:

- I. coordenação e articulação político-governamental do administração direta e indireta;
- II. coordenação política dos relações institucionais com os demais Poderes do Distrito Federal e com os Poderes do República e dos Governos Estaduais ou Municipais;
- III. análise das proposições a serem encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou por ela submetidas à sanção do Governador;
- IV. articulação, em âmbito distrital, dos programas e projetos destinados aos jovens de faixa etária entre 15 e 30 anos;
- V. elaboração de políticas para a juventude; e
- VI. inserção do jovem no mercado de trabalho.

Legislação

- Lei Distrital nº 236, de 30 de janeiro de 1992;
- Decreto nº 32.816, de 1 de janeiro de 2011, Publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, Edição Especial de 01/01/2011 – Pág. nº 7 e alterações posteriores.

Vincula-se à Secretaria o Conselho de Juventude do Distrito Federal, conforme decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012.

Foi aprovado em 11 de dezembro de 2012 pela Câmara Legislativa do DF o Projeto de Lei nº 1202/2012 de autoria do Poder Executivo, que institui Conselho de Juventude do DF.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	16	13	5	7	41
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	25	0	163	0	188
Requisitados	Órgãos do GDF	13	8	19	60
	Órgãos Estaduais	01	-	-	01
	Órgãos do Governo Federal	-	-	05	05
Outros	Estagiários	-	06	-	06
Subtotal (Força de Trabalho)	55	27	192	27	301
(+) Cedidos para outros órgãos	-	02	-	578	580
Total Geral	55	29	192	605	881

Força de Trabalho do Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	-	-	01	01	02
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	68	-	21	-	89
Requisitados	Órgãos do GDF	10	05	-	15
	Órgãos do Governo Federal	-	04	-	04
Total Geral	78	-	31	01	110

A Secretaria de Estado de Governo, tendo em vista, insuficiência de recursos financeiros e orçamentários do Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios, efetivou as despesas com gastos de pessoal do SERCOND, no mês de dezembro de 2012.

1. Realizações**PROGRAMA TÉMATICO:****6206 – ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****OBJETIVO GERAL:**

Garantir à sociedade brasileira o acesso à prática esportiva e inserir Brasília na rota dos grandes e mega eventos esportivos.

Execução Orçamentária e Financeira

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3132 -Copa 2014	30.000	0	0	0	
0001 - Copa 2014-Coordenação- Plano Piloto	30.000	0	0	0	41

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – Consolidar Brasília no cenário de grandes eventos esportivos mundiais, bem como dotar a cidade de infraestrutura adequada a estes eventos, entre eles: Copa dos Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Copa América 2015.

Indicadores: 1149 – Reforma dos Campos Oficiais de Treinamento, 1088 – Voluntários Capacitados e 1150 – Grandes Eventos Futuros.

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em Mm/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte do Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Reforma dos Campos Oficiais de Treinamento (3 campos)	%	-	31/07/2011	Trimestral	80	100	-	-	
Voluntários capacitados	Pessoa	-	31/07/2011	Semestral	800	1500	2000	-	
Grandes eventos futuros	Unidade	3	31/07/2011	Anual	3	4	5	7	

Os indicadores especificados acima estão vinculados no PPA a Secretaria de Estado de Governo, porém, não são executados pela secretaria.

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2557 -Gestão do Informação e dos Sistemas de Tecnologia do Informação	2.050.000	2.202.251	2.173.536	1.633.536	
0014 - Gestão do Informação e dos Sistemas de TI-Secretaria de Governo-DF Entorno	2.050.000	2.202.251	2.173.536	1.633.536	12
2578 -Cerimonial do Governador	600.000	723.072	321.366	265.116	
0004 - Cerimonial do Governador--Distrito Federal	600.000	723.072	321.366	265.116	1
2901 -Modernização e Edição do Diário Oficial	6.847.840	2.004.067,10	2.004.067	2.004.067	
0001 - Modernização e Edição do Diário Oficial-Secretaria de Governo-Distrito Federal	6.847.840	2.004.067	2.004.067	2.004.067	14
3678 -Realização de Eventos	100.000	110.584	10.584	10.584	
0071 - Realização de Eventos-Feiras, Congressos e Conferências-Sec de Governo-Distrito Federal	100.000	110.584	10.584,00	10.584,00	15
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	30.000	16.052	0	0	
6960 - Reforma de Prédios e Próprios-Secretaria de Governo-Distrito Federal	30.000	16.053	0	0	16
4088 -Capacitação de Servidores	80.000	34.950	34.400	34.400	
0041 - Capacitação de Servidores-Secretaria de Governo- Plano Piloto	80.000	34.950	34.400	34.400	13
4212 -Manutenção e Funcionamento do Conselho Distrital do Mulher	96.512	0	0	0	
0001 - Manutenção E Funcionamento do Conselho Distrital do Mulher-Secretaria do Mulher-Distrito Federal	96.512	0	0	0	36
8502 -Administração de Pessoal	164.246.034	166.394.430	166.288.266,04	166.288.266,04	
0062 - Administração de Pessoal-Secretaria de Governo- Plano Piloto	164.246.034	166.394.430	166.288.266,04	166.288.266,04	2
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	5.740.000	5.740.000	4.959.171,24	4.959.171,24	
6973 - Concessão de Benefícios a Servidores-Secretaria de Governo- Plano Piloto	5.740.000	5.740.000	526.120,12	526.120,12	3
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	12.835.000	14.557.743,12	14.415.945,16	12.847.746,08	
0060 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Secretaria de Governo e Órgãos Vinculados- Plano Piloto	10.750.000	12.883.272,55	12.741.655,63	12.264.910,08	9
0120 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Residência Oficial- Águas Claras	1.185.000	572.475,98	572.474,06	572.474,06	10
9684 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Serviços de Segurança-Distrito Federal	900.000	1.101.994,60	1.101.402,60	13.822,60	11
9051 -Participação em Organismos Internacionais	200.000	0	0	0	

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
0005 - Participação em Organismos Internacionais--Exterior	200.000	0	0	0	17

O Programa tem como função prover os órgãos do DF dos meios administrativos necessários para implantação e gestão das ações responsáveis pela geração de bens e serviços ofertados à sociedade. dentro de sua estrutura conserva a manutenção do sistema administrativo relacionado a área de pessoal da unidade. A manutenção dos serviços administrativos gerais e operacionais do SEGOV e Residência Oficial do Governador de Águas Claras e promove a participação do órgão junto a organismos internacionais na colaboração de programas e/ou doações.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6203 - APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO****Execução Orçamentária e Financeira**

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3711 -Realização de Estudos e Pesquisas	500.000	0	0	0	
6167 - Realização de Estudos e Pesquisas-Secretaria de Governo e Órgãos Vincula-Distrito Federal	500.000	0	0	0	18

Não ocorreu execução na referida ação durante o exercício de 2012.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
5011 -Implantação de Infraestrutura e Integração do Ride	120.000	0	0	0	
0001 - Implantação de Infraestrutura e Integração do Ride-Secretaria de Governo-DF Entorno	120.000	0	0	0	19

Não ocorreu execução na referida ação durante o exercício de 2012.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 - DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	552.390	18.935.482	18.935.482	18.935.482	
0045 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas-Secretaria de Governo-Distrito Federal	552.390	18.935.482	18.935.482	18.935.482	20

O programa tem por objetivo a aquisição de materiais e prestação de serviços de urbanização tem como função, a infraestrutura urbanística, por meio de pavimentação asfáltica, recapeamento, implantação de meios fios, calçados, plantio de grama, aquisição de concreto betuminoso (massa asfáltica), locação de caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos para manutenção das áreas urbanizadas e ajardinadas do DF.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
8507 -Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	94.154.634	77.654.883	76.953.846	76.953.846	
6453 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública-Regiões Administrativas-Distrito Federal	94.154.634	77.654.883	76.953.846	76.953.846	21

O programa tem como função a manutenção dos pontos de iluminação do DF. (Ação foi transferida para Casa Civil, conforme decreto nº 33.583 de 16.03.2012 e Lei nº 4.864 de 05/07/2012).

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 - GARANTIA do DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
7294 -Construção de Centro de Convivência de Idosos	1.250.000	0	0	0	
2297 - Construção de Centro de Convivência de Idosos	1.250.000	0	0	0	22

Não houve execução da ação em 2012. (Ação foi transferida para Casa Civil, conforme Decreto nº 33.583 de 16.03.2012 e Lei nº 4.864 de 05/07/2012).

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6219 - CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	1.500.000,00	0	0	0	
2618 - Realização dos Conferências Distritais do Juventude 2012	600.000	0	0	0	32
2619 - Realização do Projeto Viva Bem com a Idade Que Tem"	900.000	0	0	0	38
4090 -Apoio a Eventos	100.000	99.999	0	0	
2417 - Realização de Eventos - 4ª Formatura Estudantil - UMESB/FEUBE	100.000	99.999	0	0	37

A Coordenação de Juventude promoveu diversas ações em comemoração ao mês do juventude, tais como: conferência virtual com diversos diálogos – temas e debatedores (direito à mobilidade; à cultura; à participação; à Juventude; Segurança e Prevenção à Violência, além de apresentações culturais em diversas regiões administrativas). Importante, destacar que foi realizada na Câmara Legislativa do DF Audiência Pública, na qual discutiu a condição juvenil, os direitos dos jovens, propostas e metas de políticas públicas para a juventude com o objetivo de construir em Plano Distrital de Juventude. Em dezembro de 2012 foram realizadas reuniões referentes ao planejamento estratégico do coordenadoria para os exercícios de 2013 e 2014, sem impacto orçamentário e financeiro.

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1269 - Ampliação e Reestruturação dos Centros de Convivência de Idosos - Ccis do Distrito Federal	800.000	340.000	0	0	
2841 - Ampliação e Reestruturação dos CCIS do Distrito Federal	800.000	340.000	0	0	27
2268 -Assistência ao Idoso	500.000	189.188	0	0	
2555 - Assistência ao Idoso	500.000	189.188	0	0	40
8375 - Assistência ao Idoso-Transporte de Idosos-Distrito Federal	11.000	0	0	0	39
4123 -Promoção do Igualdade Racial	2.150.000	0	0	0	
0002 - Promoção do Igualdade Racial-Secretaria do Igualdade Racial-Distrito Federal	1.650.000	0	0	0	24
2257 - Apoio À Implementação do Programa DF Pela Promoção do Igualdade Racial	500.000	0	0	0	25
6031 -Manutenção e Funcionamento do Conselho dos Direitos do Idoso	50.000	0	0	0	
0006 - Manutenção e Funcionamento do Conselho dos Direitos do Idoso--Distrito Federal	50.000	0	0	0	23
6032 -Manutenção e Funcionamento do Conselho de defesa dos Direitos do Negro	50.000	0	0	0	
0005 - Manutenção E Funcionamento do Conselho de defesa dos Direitos do Negro--Distrito Federal	50.000	0	0	0	26

Não houve execução da ação em 2012. (Ação foi transferida para Casa Civil, conforme Decreto nº 33.583 de 16.03.2012 e Lei nº 4.864 de 05/07/2012).

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO INFÂNCIA E DO ADOLESCÊNCIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2102 -Assistência Aos Adolescentes em Risco Pessoal e Social	80.000	52.000	0	0	
2546 - Apoio ao desenvolvimento do Projeto Semeando a Ressocialização	80.000	52.000	0	0	29
2794 -Assistência ao Jovem	50.000	0	0	0	
9723 - Assistência ao Jovem-Secretaria do Juventude-Distrito Federal	50.000	0	0	0	28
3233 -Implantação dos Centros do Juventude	30.000	30.000	0	0	
0001 - Implantação dos Centros do Juventude-Secretaria	30.000	30.000	0	0	31

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
do Juventude-Distrito Federal					
4072 -Manutenção e Funcionamento do Conselho do Juventude	50.000	6.500	6.500	6.500	
0003 - Manutenção e Funcionamento do Conselho do Juventude do Distrito Federal-Secretaria do Juventude-Distrito Federal	50.000	6.500	6.500	6.500	30

O programa realizou vídeos conferências e lançamento do Projeto de Lei 1.202/2012 que instituiu o Conselho de Juventude do DF, aprovado na Câmara em 12/2012.

Nas demais ações, não ocorreu execução em 2012.

As ações 2102 e 2546, foram transferidas para Casa Civil, conforme Decreto nº 33.583 de 16.03.2012 e Lei nº 4.864 de 05/07/2012.

PROGRAMA TÉMATICO:

6229 - EMANCIPAÇÃO DOS MULHERES

Execução Orçamentária e Financeira

Programa/Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3227 -Rede Mulher	150.000	4.900	4.900	4.900	
0001 - Rede Mulher-Secretaria de Estado do Mulher-Distrito Federal	150.000	4.900	4.900	4.900	43
3228 -Implantação dos Centros de Referência do Mulher	100.000	0	0	0	
0001 - Implantação dos Centros de Referência do Mulher-Secretaria do Mulher-Distrito Federal	100.000	0	0	0	35
4211 -Manutenção dos Unidades de Atendimento a Vítima e ao Agressor	495.000	214.423	213.086	211.180	
0001 - Manutenção dos Unidades de Atendimento a Vítima e ao Agressor-Secretaria do Mulher-Distrito Federal	495.000	214.423	213.086	211.180	33
4213 -Desenvolvimento de Ações Relacionadas ao Pacto de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher	650.000	150.000	0	0	
0001 - desenvolvimento de Ações Relacionadas Ao Pacto de Enfrentamento À Violência Contra A Mulher-Secretaria do Mulher-Distrito Federal	650.000	150.000	0	0	34
4240 -Desenvolvimento de Ações de defesa, Garantia e Ampliação dos Direitos dos Mulheres	600.000	30.200	0	0	
2277 - Rede Mulher - Secretaria de Estado do Mulher - Distrito Federal	600.000	30.200	0	0	42

O programa tem como função a manutenção do casa abrigo que ampara mulheres vítimas de violência, com atendimento: pedagógico, psicológico, parceria no atendimento médico e abrigamento. Implantados 5 projetos: Qualificopa, formação de mulheres para construção civil, pesquisa (Compreendendo a Lei Maria da Penha), mutirão de cirurgia de reconstrução mamária e Lei Maria da Penha.

3. Informações complementares

Visando a eficiência e a transparência como princípios norteadores na busca do excelência dos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal, a SEGOV tem como principais funções a política do participação social e a articulação dos políticas públicas, tanto institucional quanto intergovernamental,

Foi realizada a reorganização dos atribuições do SEGOV, nesse sentido a gestão pública retornou a vinculação a Casa Civil em março de 2012.

Em 2012 foram realizadas no DF, 4 conferências públicas: Pessoas Portadoras de deficiência Física, quantidade de participantes 334, Criança e Adolescentes quantidade de participantes 916, desenvolvimento Regional – Rede quantidade de participantes 136 e Transparência e Controle Social quantidade de participantes 2.690 (o documento final está disponibilizado na Internet).

No que se refere aos conselhos, a SEGOV por intermédio do Coordenadoria de Articulação Intergovernamental, realizou por meio do Comitê Diretor, 6 (seis) reuniões do Conselho de desenvolvimento Econômico e Social, além disso, foram intensas as ações do Coordenadoria nos conselhos do área rural (pequenos produtores).

O acompanhamento dos plenárias do Orçamento Participativo - OP, também, foi realizado pela SEGOV, por intermédio do Núcleo de Acompanhamento do OP, que implica no levantamento dos demandas, a priorização e a execução dos projetos aprovados no OP.

A SEGOV realizou de 08 a 09 de agosto de 2008 o primeiro seminário interno sobre o tema “Senso de Liderança, Evolução do TODO” com o objetivo de motivar a participação dos servidores.

A Coordenação de Juventude promoveu diversas ações em comemoração ao mês do juventude, tais como: conferência virtual com diversos diálogos - temas e debatedores (direito à mobilidade; à cultura; à participação; à Juventude; Segurança e Prevenção à Violência, além dos apresentações culturais em diversas regiões administrativas).

Importante, destacar que foi realizada na Câmara Legislativa do DF audiência pública, na qual discutiu-se a condição juvenil, os direitos dos jovens, propostas e metas de políticas públicas para a juventude, com o objetivo de construir um Plano Distrital de Juventude.

A Coordenadoria de Articulação Intergovernamental e de Juventude realizou várias ações de fortalecimento do participação social de diversos segmentos, por meio de conferências, acompanhamento dos plenárias do Orçamento Participativo, monitoramento dos audiências públicas e dos conselhos institucionais e conselhos gestores de políticas públicas.

Nesse contexto foi criado o Comitê Intersetorial do Política Distrital de Juventude, por força do decreto nº 33.927, de 28 de setembro de 2012, para elaborar e acompanhar a implantação de ações destinadas a execução do Programa Integrado de Atenção aos Jovens do DF e Entorno. O referido Comitê será coordenado pela Secretaria de Estado de Governo por intermédio do Coordenação de Juventude.

Em relação ao estágio dos projetos de Governo do Distrito Federal associados a Parcerias Público-Privadas – PPP, segue abaixo a lista dos projetos e estágio em que se encontram:

- Centro Administrativo – Contratada, em andamento;
- Jardins Mangueiral – Contratada em andamento;
- Hospitais (de Base e do Gama) – Estudo Aprovado - Em fase Pré-licitatório;
- Estacionamentos subterrâneos – Estudo Concluído – Em análise;
- Resíduos Sólidos Urbanos – Estudo aprovado – Em fase Pré-licitatório;
- Nova Saída Norte (Mobiliário) – Em fase de escolhas do empresa(s) para estudo;
- Centro de Gestão Integrada – CGI – Estudo Aprovado – Em fase Pré-licitatória;
- Sistema Adutor Paranoá – Estudo Concluído – Em análise;
- Operação do Metrô – Estudo de 2009, atualizado em 2011;
- Novas Unidades do Na Hora – Em fase de escolha de empresa(s) para estudo;
- Sistema Penitenciário – Estudo atualizado em análise na Secretaria de Segurança Publica

do DF.

Considerando seu perfil e competência, a Coordenadoria de Assuntos Legislativos desempenhou interface de interlocução direta entre os interesses do Governadoria e o Poder Legislativo, destacando-se assim o quantitativo de cinco itens referentes à movimentação de proposições legislativas e de matérias administrativas:

- 1 - projetos encaminhados à Câmara Legislativa, quantidade: 166;
- 2 - projetos sancionados de iniciativa do Poder Executivo, quantidade: 114;
- 3 - requerimentos de informações respondidos, quantidade: 338;
- 4 - indicações respondidas, quantidade: 1.060, e
- 5 - indicações recebidas, quantidade: 31.966.

A representatividade do SEGOV não está assegurada apenas na esfera governamental, mas também entre os diversos segmentos do sociedade, fato este, evidenciado pela sua participação de 39 conselhos, sendo 24 conselhos do Administração Direta e 15 do Companhia Energética de Brasília – CEB.

4. Diagnóstico do desenvolvimento do Unidade

Durante o exercício de 2012, foram observadas dificuldades orçamentárias e financeiras, considerando que a dotação autorizativa aprovada pela Lei nº 4.744, de 29.12.2011, inicialmente previa as despesas fixadas para a Secretaria de Estado de Governo, por força do decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012, o qual criou a Governadoria do Casa Civil.

Neste contexto as Unidades Administrativas e suas respectivas ações que estavam vinculadas a Secretaria de Estado de Governo, foram transferidas para Casa Civil, conforme o referido o Art. 11, parágrafo único do decreto supracitado.

Os contratos referentes aos programas: Cerimonial do Governador, Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, Modernização e Edição do Diário Oficial do DF e Gestão do Informação e Sistemas de Tecnologias foram sub-rogados a Casa Civil.

Em relação ao Sistema SIGGO/SAG a partir do publicação decreto nº 33.583, de 16/03/2012, e Lei nº 4864, de 5/07/2012, as etapas referentes aos programas de trabalho voltados a mulher, promoção de

igualdade racial, idoso, administrações regionais e Copa 2014, passaram a compor o Quadro de detalhamento de despesas do Casa Civil.

A SEGOV apresentou junto a bancada de Parlamentares Federais do DF, 20 sugestões de projetos estruturantes para o Distrito Federal ao Orçamento Geral da União, para o exercício de 2013, destas, 7 sugestões foram acatadas pela referida bancada.

Objetivando dar mais agilidade à operacionalização das atividades referentes à Agenda do Governador, foi criada na estrutura desta Secretaria a Coordenação Institucional, através do Parágrafo 1º do decreto nº 34.044, de 14/12/2012.

Atualmente encontra-se em fase de elaboração decreto que regulamenta as conferências, com definição de conceitos, formas de organização, regras e procedimentos a serem adotados por todos os entes do GDF, na realização de conferências públicas.

5.01. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA I – UO: 11.103

A Administração Regional de Brasília, criada pela Lei nº 408, de 13/01/1993, vinculada à Secretaria de Estado de Governo, tem por competência, de acordo com o Decreto nº 27.982 de 28/02/2007, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa de Brasília, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	01	09	02	-	12
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	52	-	81	-	133
Requisitados	02	06	03	05	16
Outros	Estagiários	11	-	10	21
	Terceirizados (FUNAP)	12	-	21	33
Subtotal (Força de Trabalho)	55	38	86	36	223
(+) Cedidos para outros órgãos	-	02	-	01	03
Total Geral	55	40	86	37	226

Os serviços primordiais prestados pela Administração Regional envolvem o atendimento direto à Comunidade de Brasília, conforme competência definida por norma legal, sendo esses serviços executados por diversos setores como a Diretoria de Desenvolvimento Econômico – DIDEC, Diretoria de Urbanismo e Projetos – DIRURP, Diretoria de Obras e Licenciamento – DIOLIC, e Diretoria de Serviços – DISERV, Diretoria do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek – DPCDSK, Ouvidoria, Assessoria de Atendimento a Comunidade – ASACOM, Assessoria de Planejamento e Ordenamento Territorial – ASPOT, Junta Regional do Serviço Militar e Diretoria Social – DIRSO, dentre outros setores responsáveis pelo atendimento à população.

Nesse momento contamos com estrutura mínima de servidores públicos de carreira, com necessidade de o governo contratar novos servidores nas áreas técnicas, tais como: arquitetos, engenheiros civis, agrimensores, topógrafos, advogados, administradores, técnicos administrativos e técnicos em edificações e informática.

1. Realizações

PROGRAMA:

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 -Realização de Eventos	30.000	0	0	0	

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	106.000	0	0	0	21
4088 -Capacitação de Servidores	18.000	0	0	0	04
8502 -Administração de Pessoal	5.877.108	5.866.638	5.862.640	5.861.465	-
8772 - Administração de Pessoal- Administração Regional- Plano Piloto	5.877.108	5.866.638	5.862.640	5.861.465	01 e16
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	652.922	777.422	776.922	776.920	-
9590 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Plano Piloto	652.922	777.422	776.922	776.920	02, 15 e17
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	2.250.000	4.547.821	4.393.088	3.971.741	-
6217 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Plano Piloto	2.250.000	4.547.821	4.393.088	3.971.741	03

Foram implantadas junto à empresa em que a administração aluga o prédio, ações de suporte às atividades fins, visando melhorar a infraestrutura física da Administração Regional: alteração do layout do 1º andar, serviços de pintura externa da sede, melhorias na rede elétrica e telefônica.

Em 2012 foi realizada, sem custo aos cofres do GDF, uma palestra com o tema: Desenvolvendo Potencialidade no Serviço Público marcando a criação do Programa de Desenvolvimento de Pessoas da Administração Regional de Brasília.

Os recursos destinados à administração de pessoal aos 165 servidores da Administração Regional de Brasília foram utilizados de modo satisfatório para o pagamento da folha de janeiro à dezembro de 2012, os servidores empenharam em zelar pela ética e transparência das atribuições sob nossa competência, e aprimorar a qualidade do atendimento ao público, que é a atividade fim desta Administração Regional.

Durante o exercício de 2012, esta Unidade adotou medidas administrativas e operacionais, objetivando a diminuição dos gastos de energia, água e papel, buscando a melhoria contínua na qualidade das soluções administrativas.

PROGRAMA:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3440 -Reforma de Quadras de Esportes	200.000	0	0	0	13 e,14

Houve a revitalização de diversas quadras de esportes, obras realizadas com recursos da NOVACAP e Secretaria de Obras.

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	100.000	60.000	0	0	08 e 09
4092 -Manutenção de Praças Públicas e Parques	591.656	516.656	510.615	433.915	-
0001 - Manutenção de Praças Públicas e Parques- Administração Regional- Plano Piloto	591.656	516.656	510.615	433.915	10
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	29.000	29.000	15.820	15.820	-
6222 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Plano Piloto	29.000	29.000	15.820	15.820	11

A Administração de Brasília realiza a manutenção do Parque da Cidade Dona Sarah Kubistchek, por meio de pagamento das contas de água e esgoto junto a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.

No decorrer do exercício, houve a necessidade de compra de equipamentos tais como: roçadeira, esmerilhadeira, lixadeira elétrica, máquina de policorte, máquina de solda elétrica pequena, máquina de solda elétrica grande, cabo de solda, compressor de ar comprimido, pistola para pintura, serra circular manual, máquina para lavagem de alta pressão e duas furadeiras elétricas. Esses equipamentos foram de extrema importância para a realização de serviços de limpeza e manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas da Administração Regional de Brasília fazendo um governo cada vez mais eficiente no que tange a trazer respostas rápidas para a solução dos simples problemas da comunidade de Brasília. Dentre as ações realizadas com esses equipamentos cabe ressaltar a revitalização de dez parquinhos e pequenas revitalizações em: praças, quadras poliesportivas, alambrados, parquinhos e logradouros públicos.

PROGRAMA:**6209 - ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1763 -Ampliação da Rede de Iluminação Pública	10.000	10.000	0	0	12

Devido a recursos financeiros insuficientes para esta ação, não houve a ampliação da rede de iluminação pública pela Administração Regional do Plano Piloto, mas houve a revitalização e implantação de novos pontos de iluminação pública, obras realizadas com recursos da NOVACAP e Secretaria de Obras.

PROGRAMA:**6219 - CULTURA****Execução Orçamentária Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 -Realização de Eventos	112.000	49.788	48.170	48.170	22
0007 – Realização de Eventos Culturais: Administração Regional - Plano Piloto	82.000	49.788	48.170	48.170	07
4090-Apoio a Eventos	210.00	0	0	0	24 e 27

No que se refere à realização de eventos culturais na Região Administrativa de Brasília, foram realizados três eventos:

“Mérito Cidadão Candango 2012” – A premiação faz parte da programação de Aniversário de Brasília e é uma forma de homenagear os pioneiros de Brasília e cidadãos que vivem na capital e muito contribuíram e contribuem para a construção de uma Brasília melhor ao longo dos seus 52 anos de história.

Nessa segunda edição foram agraciadas, com a medalha Mérito Cidadão Candango 2012, 52 personalidades uma para cada ano de história de nossa cidade.



Imagem do evento de premiação Mérito Cidadão Candango 2012, ocorrido em 21/04/2012.

“Festa do Dia das Crianças” – realizada no Parque da Cidade, com oficina de malabare, brinquedo inflável, piscina de bolinha, oficina de brinquedos populares, futebol de sabão, bolo de 32 quilos, coffe break, e oficinas de perna de pau. O evento contou com um público de aproximadamente 2.000 pessoas.



Imagem da Festa do Dia das Crianças no Parque da Cidade 2012, ocorrido em 12/10/2012.

“34º Aniversário do Parque da Cidade” – realização de grande show em comemoração aos 34 anos do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek com apresentação de banda musical, público presente de aproximadamente 3.000 pessoas.



Imagem do show na festa de 34 anos do Parque da Cidade, ocorrido em 12/10/2012.

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	337.216	417.216	417.216	383.299	
0003 - Reintegra Cidadão-Administração Regional- Plano Piloto	337.216	417.216	417.216	383.299	05

Em atendimento às reivindicações da comunidade, a Administração de Brasília promoveu um conjunto diversificado de ações de recuperação e manutenção da cidade, que contou com a colaboração dos sentenciados assistidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP. Entre as ações cabe citar pequenos reparos nas calçadas, pintura de meios-fios, construção de pequenas rampas de acessibilidade, construção de púlpito para inauguração de obras, operação de limpeza no lago Paranoá, operação cidade limpa, poda de árvores, e montagem e desmontagem de tendas. E também serviços prestados na área administrativa em diversos setores de nossa RA-I. Por meio do convênio com a FUNAP valorizamos as pessoas que cometeram erros no passado, mas estão pagando e prestando serviço comunitário para poder retornar em breve à sua vida normal com a pena e o dever cumpridos.

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	3	NOVACAP	NOVACAP
Confecção de quebra molas	Unid.	-	NOVACAP	NOVACAP
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	489	185
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	12	71
Recuperação de calçadas	m²	94	1.710	1.600
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	45	69
Transporte de material apreendido	Viag.	-	12	46
Capina, varrição e rastelagem	m²	1.379	620	7.930
Remoção de entulhos	m³	1.638	4.215	6.110
Reposição de meios-fios	Unid.	50	684	54
Serviços de terraplanagem	m²	-	1.500	13.300
Roçagem manual	m²	-	700	2.300
Serviços de roçagem mecânica	m²	NOVACAP	NOVACAP	NOVACAP

Entre as iniciativas para manutenção e recuperação da cidade, cabe ressaltar a cooperação da Administração com a Agência de Fiscalização - AGEFIS com a finalidade de recolher e multar as pessoas físicas e jurídicas que fixam faixas ilegalmente na cidade. Essa parceria resultou no recolhimento de uma média de 450 faixas por mês, totalizando no ano de 2012, exatamente, 5.404 faixas.

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	3	-
	Habitação, CEB, CAESB	-	10	120
	SINE/ APEC/ CRAS	-	5	1
	Outros (Escolas, creches, etc)	-	2	5
Trabalho com Grupos	Idosos	-	3	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Visitas a entidades assistenciais	-	3	-
	Reuniões com outros órgãos	-	22	12
	Outros	-	-	16

A Promoção e Assistência Social não são áreas estritamente da Administração Regional de Brasília, mas muito procurada para solucionar problemas dessa natureza. Nesse sentido durante o ano de 2012 a Administração de Brasília promoveu reuniões de trabalho junto a SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, para tratar do atendimento à população em situação vulnerável que se encontra no perímetro de nossa Administração Regional. Realizou ações conjuntas com a Secretaria de Segurança Pública e a SEDEST em locais como, Setor Comercial Sul, Setor de Diversões Sul, Setor Comercial Norte no combate a pobreza e uso de drogas. Foram realizadas ações de apoio, limpeza e retirada de invasões nas proximidades do HRAN – Hospital Regional da Asa norte e UNB – Universidade de Brasília. Estas ações contaram com o apoio do SLU – Serviço de Limpeza Urbana, Polícia Civil e SEDEST.

Em relação aos setores mais sensíveis da Região, a Administração de Brasília recuperou a quadra de esportes e implantou um PEC na Granja do Torto, regularizou a creche da Vila Planalto,

encaminhou e reforçou junto à Secretaria de Educação o pleito da instalação de uma creche na Vila Telebrasil.

A Gerência de Ação Social foi extinta conforme Decreto nº 30.930 de 21 de outubro de 2009, publicado no DODF do dia 22/10/2009, ficando a administração sem uma unidade específica para tratar do tema até a criação da Diretoria Social, criada conforme Decreto nº. 33.095 de 28 de junho de 2011, publicada no DODF do dia 29/07/2011.

Ações Culturais, Esportivas e de Lazer

Cultura

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	1	-	1	200	-	300
Teatro	-	3	3	-	3.300	3.000
Música	1	17	22	20.000	107.500	150.000
Dança	1	-	-	20.000	-	-
Artes Plásticas	1	-	3	20.000	-	1.000
Literatura	1	2	1	-	800	3.00
Eventos culturais	-	-	14	-	-	40.000
Outros eventos	33	-	20	-	-	70.000

Desporto e Lazer

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	26	10	8	15.200	6.100	1.270
Eventos esportivos	-	11	31	-	4.230	8.610
Outros	10	-	15	300	-	9.000

O contingenciamento orçamentário e o reduzido número de pessoal nas Gerências de Esporte, Lazer e de Cultura e Educação, foi superado pela atuação em parcerias com outros órgãos entre o GDF e sociedade civil organizada, realizando com sucesso as atividades desenvolvidas. Cabe destacar o Aniversário de Brasília, com atividades de Música, dança e esporte, tendo como ponto alto o campeonato de Remo, contribuindo para que a comunidade se aproprie do espaço destinado para atividades esportivas.; Destacamos também a “Festa do Dia das Crianças” e o “Aniversário do Parque da Cidade” com inúmeras atrações de cultura e lazer.

Análises, Exames, Licenciamentos e Outros Serviços

Licenciamento de Atividades Econômicas

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Comercial	-	-	-	2.885	1.803	3.723	2.885	1.803	3.723
Industrial	-	-	-	27	11	-	27	11	-
Outros (Eventual)	475	542	429	-	-	-	475	554	429
Total Expedido	475	542	429	2.912	1.814	3.723	3.387	2.368	4.152

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	47	34	23	241.296	60.148,22	70.639,65
Habitação Coletiva	4	15	2	66.152,44	157.689,35	28.307,23
Industrial	6	3	4	103.459,11	340,65	65.758,32
Comercial	23	42	8	545.566,61	470.840,93	71.563,51
Institucional	25	18	27	591.957,72	496.557,08	341.936,19
Outros	1	2	2	60.634,36	7.490,42	8.096,13
Total Expedido	106	114	66	1.609.066,50	1.193.066,65	586.301,03

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	7	8	18	16.019,30	21.726,30	88.481,04
Industrial	2	1	4	19.764,88	38.380,61	46.964,70
Comercial	20	28	22	281.222,48	130.946,56	152.058,77
Institucional	14	5	10	443.510,54	105.593,03	250.454,59
Outros	9	7	2	100.796,06	121.699,58	7.960,36
Total Expedido	52	40	56	861.313,26	418.346,08	545.919,16

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação familiar	2012	-	30
	Outros	2012	-	35
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2010	-	160
		2011	-	82
		2012	-	169
Elaboração de Croquis de Cadastro		2011	-	11
		2012	-	32
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	-	103
		2011	-	70
		2012	-	73

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	14	2.079	30	1.526	1	11,64	45	3.616
		Habitação Coletiva	37	351.312	18	1.253	-	-	55	352.565
	Comercial			37	88.294	81	16.645	1	11,64	119
	Institucional			10	47.873	-	-	-	-	10
Misto	Residencial/Comercial			4	44.289	-	-	-	-	4
	Outros			8	71.735	-	-	-	-	8

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	02	01	01	350	24	19	AES 703/704 ASA SUL
Feiras Permanentes	-	-	01	-	-	611	Área especial -Torre de TV - SDC Eixo Monumental Norte/sul

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		-	24	02
Fiscalização de Feiras		2.185	24	350
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-	76	401

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	70	65	64
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	104	104	125

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	3.151	3.275	3.292
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	4.470	3.275	2.453
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-	1.364	881
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	25	25	21
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-	1	04
Atestado de desobrigação	181	54	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	32	5	-
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-	-	165
Transferência de domicílio	-	1.204	900
Averbações de certificado de alistamento	-	3.275	3.292
Outros (2ª via CAM e atestados)	181	186	558

3. Informações complementares

É importante destacar as ações abaixo, que foram realizadas pela Administração Regional de Brasília sem nenhum custo aos cofres do Governo do Distrito Federal.

O desenvolvimento do Projeto Escola de Gestão Comunitária é uma iniciativa que tem o objetivo de desenvolver e apoiar lideranças comunitárias, oferecendo cursos, palestras e encontros que possam contribuir para o trabalho realizado por síndicos, prefeitos e membros de associações de moradores, porteiros e zeladores.

A troca de conhecimentos é a melhor forma de aproximar o governo dos moradores de Brasília, diagnosticando os problemas, alcançando as soluções e construindo uma gestão mais democrática na nossa cidade. Durante o ano de 2012 foram formados cerca de 150 síndicos, no curso de formação para

síndicos, e 70 zeladores, no curso de formação para zeladores. Os cursos citados receberam nota excelente quanto á qualidade dos temas e aulas pelos alunos.



Imagem da turma do Curso de Formação para Zeladores 2012.

O Projeto “Ocupe o Centro” – Uma intervenção no coração de Brasília é um evento que veio para ficar, com o intuito de promover as áreas centrais enquanto espaços privilegiados para a revitalização de Brasília e aproximar atores públicos e privados interessados na revitalização do centro da Capital Federal. Durante o evento que marcou o plantio da semente do Projeto Ocupe o Centro ocorrido em 2012 contamos com a presença de aproximadamente 6.000 pessoas.

A realização deste projeto foi fruto de uma reflexão sobre a necessidade de revitalização de toda a área central da cidade com a intenção de trazer para o centro de Brasília bares, restaurantes, boates, casas de show e eventos, tornando o Centro de Brasília atrativo para o lazer, diversão e gastronomia. A intenção do Projeto “Ocupe o Centro” é incentivar a vinda de empreendedores da cultura e do lazer para os diversos setores centrais de Brasília, tais como: Setor de Diversões Sul/Norte, Setor Bancário Sul/Norte, Setor Comercial Sul/Norte, setor de autarquias Sul//Norte, tornando esta área central de Brasília atrativa e muito utilizada no período noturno. Este projeto visa combater problemas de mendicância, usuários de drogas e prostituição que tem como consequência a queda do comercio local, visando transformar o mesmo em um comercio de vizinhança para atender as demandas da comunidade local.



Imagem do evento “Ocupe o Centro” ocorrido no dia 29/11/2012 no Setor Bancário Norte

Administração Vai as Quadras é um programa que democratiza o acesso da população de Brasília á gestão pública envolvendo diversos órgãos como: Administração Regional de Brasília, CEB – Companhia Energética de Brasília, NOVACAP – Companhia Urbanizadora Nova Capital, SLU – Serviço de Limpeza Urbana, Policia Militar e Policia Civil. Nesses eventos, vamos ao encontro da comunidade juntos com representantes dos órgãos citados acima. É a presença do governo nas quadras verificando os problemas e em busca de solução em conjunto com a comunidade. No ano de 2012 foram realizados 10 encontros com a comunidade nas quadras: SAAN, Granja do Torto, SQS 106 e 215 Sul, SCS - Setor Comercial Sul, SCN - Setor Comercial Norte, SQN 104, 304, e 211.



Imagem do evento “Administração Vai às Quadras, ocorrido no SAAN em 2012.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Estrutura insuficiente de cargos comissionados, especialmente nas áreas técnicas, que não atendem as especificidades de Brasília como área tombada, como capital federal e como centro de uma região metropolitana que sofre o impacto diário de mais de um milhão de pessoas sobre seus equipamentos urbanos. O organograma da RA-I revela-se minimalista na alocação de servidores da área técnica, tais como: arquitetos, engenheiros civis, agrimensores, topógrafos, advogados, administradores, técnicos administrativos e técnicos em edificações e informática. Primordialmente, as dificuldades ficam por conta da escassez de recursos humanos, sendo necessário destacar também a falta de qualificação dos servidores e alta rotatividade provocada pelos melhores salários da área técnica no setor privado.

A Administração Regional de Brasília tem como objetivo atender as reivindicações da população e implantar os projetos do Governo do Distrito Federal, para tanto fez importantes parcerias com diversas secretarias do governo, tais como Secretarias de Obras, Esportes, Cultura, Desenvolvimento Social, Habitação, Segurança Pública, Educação, Trabalho, Turismo, Meio Ambiente e Casa Civil.

Ao longo do ano de 2012 a Administração de Brasília teve uma atuação destacada, as ações políticas, administrativas, de gestão e planejamento ressaltam esta percepção, principalmente as referentes às questões de urbanismo, gestão, relações comunitárias, campanhas e obras, tais como:

I. Urbanismo, Tombamento e Ordenamento Territorial:

- Entrega das primeiras cartas de habite-se do setor noroeste, 1º bairro totalmente sustentável do Brasil;
- Participação na institucionalização pelo GDF do Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade;
- Participação no programa “Tempo de Plantar”, programa do GDF conduzido pela SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que vai plantar 1,5 milhões de mudas nativas do Cerrado até 2014;
- Participação na elaboração, nos debates e nas audiências públicas tanto no executivo quanto no legislativo sobre o PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília;
- Participação no debate com a sociedade e as entidades da área de lazer em torno do PGLP - Plano de Gerenciamento da Segurança do Uso e da Ocupação do Lago Paranoá;
- Participação no seminário “Transporte Público em Brasília e Região Metropolitana”;
- Participação no seminário “Perspectivas para o Desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília”;
- Participação no Seminário Internacional “Preservação e Desenvolvimento de Sítios Históricos Urbanos”;
- Participação na Conferência Distrital dos Direitos das Pessoas com Deficiências.

II. Programas e Ações para melhorar a gestão e o atendimento à comunidade:

- Ampliação da relação do governo do Distrito Federal com as comunidades da Região Administrativa de Brasília; Asa Norte, Asa Sul, Vila Planalto, Vila Telebrasil, Granja do Torto, SAAN e SOF, com a criação do programa “Administração Vai as Quadras”;
- Criação e institucionalização da “Escola de Gestão Comunitária” promovendo cursos para Prefeitos, Síndicos, Líderes Comunitários, Porteiros e Zeladores, assim ajudando essas lideranças melhorarem e aprimorarem as suas ações e gestões junto à RA-I;
- Criação do programa “Diálogos com a Juventude” promovendo diálogos constantes entre a Administração Regional e a População Jovem de Brasília;
- Participação nos debates sobre o OP - Orçamento Participativo;
- Participação na 1ª Conferência Distrital sobre Transparência e Controle Social;
- Melhoria e ampliação do atendimento da Junta do Serviço Militar na RA-I aos jovens alistando, acabando com as longas filas de espera e realizando no auditório da Administração Regional de Brasília cerimônia de juramento da bandeira, palestra sobre drogas e palestra sobre o mercado de trabalho;
- Implantação de medidas internas que agilizam a apreciação dos projetos de arquitetura, licenciamento de obras, carta habite-se e licença de funcionamento no âmbito da Administração Regional de Brasília;
- Implementação de medidas internas para melhora no atendimento na retirada/entrada de licenciamento, no âmbito da RA-I;
- Criação do Programa de Desenvolvimento de Pessoas da Administração de Brasília, para melhorar a qualidade dos serviços prestados por nossos servidores.

III. Campanhas feitas junto à comunidade:

- Realização da campanha junto a Secretaria de Saúde, “Brasília Contra a Dengue”, com ações educativas no combate a dengue;
- Realização da campanha “Cidadania Tem Endereço”, realizada junto a SEDEST, Secretaria de Segurança Pública, e empresários, com o objetivo de incentivar as pessoas a fazerem doações nos postos comunitários credenciados; Postos Comunitários de Segurança, Centro POP, Administração de Brasília e Postos da Rede Gasol, a campanha visa diminuir a mendicância em Brasília e alertar a população que cidadania tem endereço;
- Realização da campanha “Natal Solidário Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek 2012”, feita em conjunto com permissionários e usuários do parque da cidade. Visa arrecadar alimentos para serem distribuídos às instituições de caridade de Brasília. A campanha de 2012 arrecadou 10 toneladas de alimentos não perecíveis.

IV. Realizações no Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek:

- Implantação e inauguração do Posto do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, no Parque da Cidade Sarah Kubitschek com a presença das bikelancias e servidores do SAMU para prestar socorro aos usuários do parque;
- Inauguração do PEC do Parque da Cidade;
- Implantação e inauguração de dois Circuitos Inteligentes de Ginástica no Parque da Cidade Sarah Kubitschek, em parceria com associação dos permissionários e comunidade de usuários do parque;
- Implantação e inauguração do Posto do Corpo de Bombeiros Militar no Parque da Cidade Sarah Kubitschek, com Bombeiros de plantão para auferir pressão e prestar socorro aos usuários do Parque da Cidade;
- Revitalização da pintura de todos os banheiros do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek;
- Realização de diversos eventos no Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, podemos citar: 1) Festa do dia da Mulher; 2) Festa do dia das Crianças; 3) Comemoração da Semana da Consciência Negra, com realização de shows.

V. Participação, implantação, construção e inauguração de diversas obras e serviços na RA-I:

- Construção de diversos estacionamentos nas entre quadras de Brasília, junto a NOVACAP e Secretaria de Obras;
- Construção de estacionamento na entre quadra 208/209 Sul, obra feita em parceria com empresários do comércio local e a Administração Brasília;
- Construção de 35 km de ciclovias em Brasília, junto a NOVACAP e Secretaria de Obras;
- Construção das vias de acesso direto das tesourinhas ao Eixão, “Aguhinhos”, em parceria com a NOVACAP e Secretaria de Obras;
- Colaboração na implantação do Centro POP, junto à SEDEST;
- Inauguração de 12 novas escadas rolantes na rodoviária, junto à secretaria de Transportes;
- Inauguração de PEC na Granja do Torto;
- Inauguração de quadra de esportes na Granja do Torto;
- Participação no Programa “Cidade Limpa”, com a equipe da administração junto a Coordenadoria das Cidades;
- Participação da equipe da diretoria de obras da RA-I da operação “Tapa-buracos”, com a equipe da NOVACAP e Secretaria de Obras;
- Revitalização de todas as passagens subterrâneas do eixão, serviço feito pela Administração de Brasília em parceria com a NOVACAP e Secretaria de Obras;
- Revitalização de faixas horizontais e verticais em diversos estacionamentos, junto ao DETRAN – Departamento de Trânsito do Distrito Federal;
- Revitalização de 25 quadras de esportes, junto a NOVACAP e Secretaria de Obras;
- Revitalização de iluminação pública em diversos estacionamentos, feito em parceria com a CEB, NOVACAP e secretaria de Obras;
- Recapeamento da via W3 sul e norte, junto à NOVACAP e secretaria de Obras;
- Recapeamento dos eixinhos L e W norte e sul, junto à NOVACAP e secretaria de Obras;
- Recapeamento da via L4 (avenida das nações), norte e sul, junto à NOVACAP e secretaria de Obras.

Este segundo ano foi importante para consolidar a relação da Administração Regional de Brasília com os órgãos de governo na implantação de obras e serviços. Diante disso, elementos importantes são consolidados para o planejamento e gestão no ano de 2013, dando resposta as principais demandas da população.

É importante considerar as limitações institucionais da Administração Regional no modelo legal vigente tais como:

- Sistema burocrático excessivamente processual, entre a Coordenadoria das Cidades e SEDHAB – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação que funciona como instância de revisão em matéria de urbanismo e aprovação de projetos quando a instância obrigatória de passagem e o encaminhamento de processos à Procuradoria Geral do Distrito Federal;

- Dependência excessiva da NOVACAP, SLU e CEB para obras de construção de equipamentos públicos, manutenção dos mesmos ou para ampliação dos pontos e da rede de iluminação pública;

- Quanto aos recursos materiais, há muita dificuldade enfrentada pela Divisão de Obras diante da insuficiência de máquinas, equipamentos e pessoal preparado a fim de atender todas as demandas que se apresentam no dia a dia da cidade;

- As perspectivas para o ano de 2013 são de continuidade do trabalho iniciado no ano anterior, desempenhando atividades de cunho comunitário, cultural, esportivo e realização de obras.

- Dentre as metas para o ano de 2013 na RA-I, destaca-se a inauguração do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha e trabalhar no ano de 2013 no âmbito das atividades diretas e correlatas à organização da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014, eventos de porte que projetarão o nome de Brasília para grande visibilidade internacional. Esses eventos representam a oportunidade de se obter um importante legado para a Capital da República na área de infraestrutura. Nesse sentido, a Administração Regional busca junto aos diversos órgãos do GDF acima citados:

- a) Revitalização completa do parque da cidade com melhorias na iluminação, pista de Cooper, estacionamento, quiosques e administração;
- b) Construção de ciclovias no eixo monumental;
- c) Reconstrução de calçadas em toda a cidade;
- d) Ampliação dos pontos de iluminação pública de Brasília;
- e) Construção de túnel ligando o Estádio Nacional ao Parque da Cidade;
- f) Revitalização de todo o centro da cidade;
- g) Conclusão do viaduto no final da Asa Sul;
- h) Revitalização de todas as praças da cidade;
- i) Revitalização de todas as vias da cidade;
- j) Execução de obras de acessibilidade;
- k) Revitalização de todas as quadras de esportes da cidade.

- Em 2013 outras metas importantes no âmbito de nossa Região Administrativa é melhorar a qualidade de vida da nossa população, com o intuito de dar melhor andamento no processo de implantação de políticas públicas, especialmente relacionadas à:

- a) Regularização fundiária das Vilas: Planalto, Telebrasilândia e Granja do Torto;
- b) Realizar quatro edições do projeto “Ocupe o Centro”;
- c) Realizar dez edições do programa “Administração Vai as Quadras”;
- d) Realizar seis edições do programa Diálogos com a Juventude;
- e) Realizar um grande evento no “Aniversário de Brasília”;
- f) Realizar Festival de Música;
- g) Realizar campeonatos de futebol, futsal, vôlei, basquete, skate e kiai;
- h) Trazer o carnaval de volta para Brasília, por meio de uma ação conjunta entre a LIESB - Liga das Escolas de Samba de Brasília e Secretaria de Cultura;
- i) Formar 400 pessoas por meio do Programa Escola de Gestão Comunitária;

- j) Criação de praças de encontro e cidadania para atender ao público de todas as faixas etárias;
- k) Construção de Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H, junto à Secretaria de Saúde;
- l) Construção de Creche na Vila Telebrasília, junto à Secretaria de Educação;
- m) Construção de ginásio de esportes na Vila Planalto;
- n) Implantação de “Pontos de Inclusão Digital”, junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- o) Implantar 10 novos “Pontos de Encontro Comunitário”, junto a NOVACAP e Secretaria de Obras;
- p) Iniciar implantação de drenagem pluvial na Asa Norte, junto a NOVACAP e Secretaria de Obras;
- q) Inaugurar acesso direto das tesourinhas ao eixão, “Agulhinhas”.

A Administração de Brasília vai continuar trabalhando em parceria com outros órgãos do Governo do Distrito Federal para fazer uma cidade melhor, com qualidade de vida, melhorar sua infraestrutura para realizar a mais bela de todas as aberturas da Copa das Confederações.

5.02. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA – RA II – UO: 11.104

A Administração Regional do Gama é um órgão da Administração Direta Regionalizada, é vinculada à Casa Civil da Governadoria, de acordo com art. 2º, §3º do DECRETO nº 33.583, de 16 de março de 2012.

De acordo com seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29/12/94, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa II, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público na sua área de atuação.

As competências supracitadas cumprem-se através do planejamento da supervisão, do contrato, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	03	35	3	31	72
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	20	-	94	-	114
Requisitados	01	05	06	08	20
Órgãos do GDF	-	-	01	-	01
Órgãos do Governo Federal	-	-	-	-	-
Outros	-	02	-	06	08
Estagiários	-	-	-	-	-
Subtotal (Força de Trabalho)	24	42	104	45	215
(+) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	02	02
Total Geral	24	42	104	47	217

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA TEMÁTICO:

1350 – PROGRAMA DE GESTÃO DAS ÁGUAS E DRENAGEM URBANA DO DISTRITO FEDERAL – ÁGUAS DO DF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3022 -Recuperação Ambiental - Programa Águas do DF	150.000	0	0	0	

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	100.000	85.337	66.025	59.708	
6239 - Reforma de Prédios e Próprios-Administração Regional- Gama	100.000	76.853	67.377	66.025	21
4088 -Capacitação de Servidores	50.000	25.710	25.710	25.710	
0052 - Capacitação de Servidores- Administração Regional- Gama	50.000	25.710	25.710	25.710	8
8502 -Administração de Pessoal	10.226.392	9.593.316	9.588.211	9.588.211	
8773 - Administração de Pessoal- Administração Regional- Gama	10.226.392	9.593.316	9.588.211	9.588.211	1 e 3
8504 -Concessão de Benefícios a servidores	661.388	762.388	759.982	759.982	
9591 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Gama	661.388	762.388	759.982	759.982	4, 5 e 6
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.349.108	575.631	543.093	511.659	
6246 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração e Regional- Gama	1.349.108	575.631	543.093	511.659	7

A manutenção dos serviços consiste em compra de materiais de custeio e capital e pagamentos dos serviços pertinentes à manutenção do órgão.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2015 - Apoio ao Desporto e Lazer Para os Idosos	200.000	0	0	0	
2024 - Apoio ao Desporto e Lazer para a Juventude do Distrito Federal	500.000	0	0	0	
3440 -Reforma de Quadras de Esportes	500.000	400.000	339.767	107.740	
9605 - Reforma de Quadras de Esportes-Revitalização Quadras de Esportes nos Setores Leste, Oeste e Sul- Gama	0	400.000	339.777	107.741	50
3678 -Realização de Eventos	570.000	131.350	46.942	46.942	
0006 - Realização de Eventos- Esportivos: Administração Regional- Gama	70.000	47.000	46.942	46.942	41
4090 -Apoio a Eventos	20.000	15.000	9.513	9.513	
0056 - Apoio a Eventos- Esportivos: Administração Regional- Gama	20.000	15.000	9.513	9.513	42

Várias atividades foram realizadas no exercício de 2012, no sentido de desenvolver e conscientizar a importância da prática esportiva na comunidade entre eles:

Realização do Projeto Conjunto – pedalada contra pedofilia e retomada do Itapuã, no dia 07 de julho mobilizamos os moradores da cidade e as Companhias de Bonecos animaram o evento, veja foto abaixo:

E entre outros, apoio a vários campeonatos: Free Step, Copa Master de Futebol, Copa Brasília de FUTSAL/2012, torneio de golzinho, 1º MMA no Gama e festejos juninos.

**PROGRAMA TEMÁTICO:****6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1101 -Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização	500.000	500.000	500.000	285.572	
2752 - Pavimentação de Vias na Região Administrativa do Gama	500.000	500.000	500.000	285.572	22
1110 -Execução de Obras de Urbanização	1.930.000	1.545.068	1.030.182	0	
2760 - Execução de Obras de Urbanização no Gama	500.000	500.000	454.951	0	24
9662 - Execução de Obras de Urbanização- Apoio a Implantação de Parque Infantil e Kit Malhação na Q.06 Área Especial, Setor Sul e na Quadra 31 Setor Oeste, na Ra- Gama	0	300.000	224.724	0	49
9748 - Execução de Obras de Urbanização—Gama	0	450.000	350.507	0	52
3246 -Construção de Centro Comunitário	150.000	1	0	0	
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	240.000	15.205	7.410	7.410	
6245 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Gama	240.000	15.205	7.410	7.410	30

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 - ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1133 -Implantação de Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica	200.000	0	0	0	
1763 -Ampliação da Rede de Iluminação Pública	10.000	12.500	0	0	

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1836 -Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	35.000	0	0	0	
8507 -Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	28.000	0	0	0	

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 -Promoção de Assistência Social Comunitária	85.000	0	0	0	

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	520.000	793.280	919.487	859.487	
0056 - Realização de Eventos- Culturais: Administração Regional- Gama	290.000	243.280	193.560	193.560	11
2623 - Apoio ao Evento Miss Gama 2012	100.000	100.000	99.864	99.864	13
2764 - Realização de Eventos-Apoio a Realização da FAGAMA - Gama	0	450.000	450.000	390.000	47
4090 -Apoio a Eventos	550.000	475.000	176.064	176.064	
2424 - Apoio a Atividades Culturais na Cidade do Gama	250.000	215.000	176.064	176.064	18

Várias atividades foram realizadas no exercício de 2012, destacando os eventos do calendário oficial da cidade que conta com uma grande participação da população local e entorno, entre outras, as discriminadas abaixo:

Projetos e atividades culturais executados no ano de 2012:

Itinerarte - foram realizados quatro eventos no Centro de Ensino Especial; na Associação de crianças carente; na Feira Permanente, dia 18/08; e o último foi no dia 14/09 na Toca do Ari.

Campanha Contra exploração a criança e adolescente - realizada no dia 18 de maio, em parceria com a Coordenação Regional de Ensino, Voar Teatro de Bonecos (Festineco) – CRAS – CREAS – Conselhos Tutelares, e entidades civis (Palestras nas escolas, apresentações teatrais e musicais cortejo artístico na área central da cidade).

I Festival da Canção Estudantil – Festival competitivo para os alunos da rede pública e privada do gama, inédito no DF, veja foto:



Projeto “O Artesão mostra sua cara” - em parceria com Coordenadoria das Cidades que disponibilizou 15 boxes que estavam desativados no Shopping Popular do Gama, para os artesãos da cidade, este projeto tem três pilares: escoar os Produtos dos artesãos, valorização do espaço e geração renda e empregos; veja foto abaixo:



FAAGAMA – com o Tema: Em Defesa da criança e do Adolescente - restabelecendo e fazendo valer o nome, contou com exposição de artesanatos com produtos de qualidade, músicos da cidade.



II Mostra Afro brasileira do Gama - com parceria MADEB (Movimento Afro Descendente de Brasília) e CRE (Coordenadoria Regional de Ensino), exposição de artes e trabalhos pedagógicos dos alunos da rede pública, alusiva ao mês da consciência Negra, contratação de músicos da cidade para abrilhantar este projeto.



PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 - Reintegra Cidadão	260.000	0	0	0	

2. Outras Realizações**OBSERVAÇÃO:**

As tabelas a seguir foram selecionadas dando-se ênfase às atividades desenvolvidas no âmbito das Administrações Regionais.

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	8.790	130.506	475.104
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	18	-	41
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	48	20	216
Recuperação de calçadas	m²	3.768	-	62
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	-	1
Remoção de entulhos	m³	-	162.714	715.696
Reposição de meios-fios	Unid.	539	-	75
Serviços de terraplanagem	m²	-	40.440	-

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	31	42	15
	Habitação, CEB, CAESB	-	10	-
	SINE/ APEC/ CRAS	160	34	20
	Outros(Escolas, creches, etc)	268	136	30
Trabalho com Grupos	Gestantes	-	1	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Entrega de cestas básicas	-	-	4
	Outros	102	1	11

Ações Culturais, Educativas, Esportivas e de Lazer**Educação e Cultura**

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	2	-	-	1.000	-
Teatro	47	6	15	9.460	4.150	5.700
Música	59	24	23	145.500	82.700	48.500
Dança	51	-	-	13.100	-	-
Artes Plásticas	3	2	1	350	850	250
Literatura	2	1	-	1.950	200	-
Outros eventos	1	-	-	5.000	-	-

Esporte e lazer

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	-	10	12.250	7.300	3.150
Eventos esportivos	3	8	15	0	0	8.300

Análises, Exames, Licenciamentos e Outros Serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas****Alvará de Funcionamento**

Setor	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	51	-	-	51	1	37	59	1	37
Habitação Coletiva	2	-	-	19	-	-	21	-	-
Comercial	18	-	-	297	112	405	315	112	405
Industrial	03	-	-	48	3	46	51	3	46
Área Rural	05	-	-	16	-	20	21	-	20
Outros (Eventual)	124	-	-	-	-	90	124	-	90

Relatório Anual de Atividades – 2012 - RA 11									
Setor	Provisório			Definitivo			Total		
Total Expedido	160	-	-	431	116	598	591	116	598

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	75	149	155	30.160,04	44.628,84	37.167
Industrial	-	4	6	0	2.389,04	9.880
Comercial	31	42	40	63.126,11	32.079,45	42.796
Institucional	01	7	2	2.606,81	37.503,49	5.747
Outros	09	28	-	139.179,54	161.260,88	-
Total Expedido	116	230	224	235.074,50	277.861,70	95.590

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	27	67	62	4.261,84	13.356,40	54.498
Industrial	-	03	1	-	1.486,68	7.331
Comercial	02	21	11	6.525,82	11.248,52	8.514
Institucional	-	01	4	0	10.791,45	8.125
Outros	05	08	-	12.841,77	3.047,72	0
Total Expedido	34	100	78	23.629,43	39.930,77	78.468

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	125.495	49
		2011	166,00	1
		2012	2.659	8
	Outros	2011	2.376,38	3
		2012	3.938	15
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2010	293.588,18	46
		2011	243.962,21	33
		2012	280.898	38
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	236.786,08	29
		2011	294.951,66	6
		2012	121.530	24

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	67	17.293,18	101	27.910,94	9	1.108	76	46.312
		Habitação Coletiva	12	146.699	2	43.983	-	-	14	190.682
	Comercial		46	99.720	7	4.015	-	-	53	103.735
	Industrial		-	-	5	8.466	-	-	5	8.466
	Institucional		1	2.628	1	1.279	-	-	1	1.279
Misto	Residencial/Comercial		6	27.207	8	5.992	2	777	16	33.976
	Outros		7	17.404	-	-	-	-	7	17.404

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	3	4	42	431	1.100	26.090	S/L, Sul, V.Rz e outras
Feiras Permanentes	3	3	43	1.202	1.148	8.282	S/N e Central

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		-	-	1.276
Fiscalização de Feiras		-	-	423
Documentação Expedida	Processos Protocolados	25	12	112

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	1	-	264
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	21	21	-

Apoio Industrial e Rural

Atividade		Quantidade		
		2010	2011	2012
Sistema Viário (m²)	Estradas recuperadas	-	346.340	194230

Atividade	Quantidade		
	2010	2011	2012
Vistorias realizadas	1.466	-	-
Propriedades rurais	-	-	40
Associações	-	22	17
Visitas e reuniões	268	36	19
Outros (Poda de árvores, horta comum, medicinal)	1.364,60	14	15

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	1.936	2.160	2774
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	463	2.342	2.316
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	30	10	8
Atestado de desobrigação	116	18	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	15	19	1
Transferência de domicílio	94	63	299
Outros (2ª via CAM e atestados)	-	56	-

3. Informações complementares

Durante o exercício de 2012, a Administração Regional do Gama lançou a campanha “Jogue seu lixo no lixo”. O projeto foi criado com a finalidade de disponibilizar dicas de como armazenar corretamente o lixo e conscientizar a comunidade da necessidade de mudança de hábito. Iniciou o projeto “Administração mais perto de você”. O objetivo é levar a Administração Regional para mais perto da comunidade para ouvir suas reivindicações, entre outros.

Realizou Investimentos em infraestrutura, urbanização, esporte e lazer que proporcionam mais qualidade de vida aos moradores do Gama. Uma das obras em destaque é a construção do Expresso DF, sistema de transporte com a expectativa atender 250 mil habitantes; reforma e ampliação da subestação do Gama pela CEB a fim de garantir mais eficiência e qualidade na distribuição de energia para a cidade; construção de rede de drenagem pluvial na Q-12, S/Leste; instalação da rede de água potável no residencial Mansões Paraíso; a recuperação da quadra poliesportiva localizada na Área Especial 14/18, Setor Oeste; a substituição da claraboia do Shopping Popular do Gama; operação tapa-buracos com equipe própria da Administração Regional (300 toneladas de massa asfáltica); recuperação e instalação de bancos na arquibancada do campo de grama sintético da Quadra 50, Setor Leste; reforma nas instalações e construção do estacionamento da Feira Permanente; e recuperação de 45km nas estradas rurais.

Ações que se referem ao exercício orçamentário de 2012, porém, com previsão para conclusão em 2013: Reforma das quadras poliesportivas das Q. 4/6, Setor Leste e Q.08 S/Sul; Construção de cinco estacionamentos; construção de um campo de grama sintética no parque Urbano e Vivencial Norte; construção de praça com um ponto de encontro comunitário na Quadra 6 S/Sul; construção de calçadas, entre outras. Destacando ainda as obras do VLP e outras que tanto contribuirão para o desenvolvimento da nossa cidade.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Dentre as atividades de esporte, referente às perspectivas para 2013, estão vários eventos na área cultural, entre outros o Concurso de Fotografia, Expoesia, Festival de Cultura, Underground – Gama Mostra de Arte Visuais, Oficina Tecendo Vídeo Estudantil, Oficina de Hip-hop do Gama, Mostra Audiovisual do Gama, Festival da Canção do Gama, Mostra de Teatro do Gama, Festival da Canção estudantil, Festival de Skate Cultura pela Paz, Mostra Literária do Gama, FAAGAMA, Mostra Afro Brasileira do Gama, Itinerante – Arte de Bar em Bar, etc.

As execuções governamentais de responsabilidade desta Administração Regional - RA II esbarram em situações relacionadas, principalmente, às demandas que dependem do posicionamento de outros órgãos. Porém, dentro das nossas atribuições ressaltamos a importância da majoração da autonomia das Administrações Regionais, buscando dar maior celeridade aos trâmites burocráticos.

5.03. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA – RA-III – UO: 11.105

A Administração Regional de Taguatinga – RA-III é um órgão da Administração Direta criada através do Decreto nº 488, de 08 de fevereiro de 1966. Tem por competência, de acordo com o Decreto nº 16.247 de 29/12/1994, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

O Governo do Distrito Federal passou por alterações na estrutura administrativa em janeiro de 2007 e, hoje, as Administrações Regionais são coordenadas pela Coordenadoria das Cidades, criada através do Decreto nº 27.982, de 28 de maio de 2007, republicado no Suplemento ao DODF nº 196, 10/12/2007.

A partir de 16/03/2012, com a publicação do Decreto nº 33.583 no art. 2 §3º, as administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado da Casa Civil.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	08	37	05	43	93
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	37	-	98	-	135
Requisitados	-	05	-	22	27
Outros	-	-	-	-	15
Subtotal (Força)	45	42	103	65	270
(+) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	11
Total Geral	-	-	-	-	281

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações por Programa

PROGRAMA:

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9050 – Ressarcimento, Indenizações e Restituições					
7070 – Ressarcimento, Indenizações e Restituições – Administração Regional de Taguatinga	400.000	446.800	439.387,60	439.387,60	51

Neste Programa foram realizados ressarcimentos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal pela cessão, a esta RA-III, de um servidor da Polícia Civil do Distrito Federal, utilizando para tal fim 36,09% da dotação autorizada sobre a qual se estabeleceu a meta. Assim, do valor restante na dotação, 98,33% foram destinados aos pagamentos de licenças-prêmio, indenizações e restituições aos servidores da RA-III, conforme ocorrências na Folha de Pagamento.

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	0	0	0	0	-
6298 – Reforma de Prédios e Próprios – Administração Regional - Taguatinga	557.763	597.697	596.701	574.784	28/59/93/94/ 96/103/104
4088 – Capacitação de Servidores	0	0	0	0	-
0001 – Capacitação de Servidores – Administração Regional - Taguatinga	120.000	30.854	30.596	28.486	5
8502 – Administração e Pessoal	0	0	0	0	-
8774 – Administração de Pessoal – Administração Regional - Taguatinga	12.572.902	12.060.902	12.060.179	12.060.179	3
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	0	0	0	0	-
9592 – Concessão de Benefícios a Servidores – Administração Regional - Taguatinga	790.146	1.026.756	1.026.484	1.026.484	4,60,61
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	0	0	0	0	-
6301 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Administração Regional - Taguatinga	2.200.000	1.196.811	1.124.258	1.044.912	1,2

Neste programa foram adquiridos materiais e realizados serviços com vista a promover a reforma de prédios e próprios da RA-III.

- Reforma de 22 abrigos de ônibus no Pistão Norte Taguatinga- DF;

da QS 03;

- 46m² de ampliação da cobertura superior lateral e banheiro na Feira do Shopping Popular
- 180m² de reforma e reparos da fonte luminosa da Praça do Relógio de Taguatinga;
- 1.446,68m² de construção de sala e calçadas no Centro Cultural do Taguaparque;
- Instalação de 115 metros de BT Multiplexada com 5 postes para atender banheiro público no Taguaparque;
- Serviço de instalação de 01 ponto de energia elétrica definitivo do Posto Policial da Praça do Relógio.

Além disso, por meio deste Programa, a RA-III investiu na capacitação de 11 servidores efetivos com vista a enriquecer o capital intelectual da organização e a aprimorar a qualidade dos serviços prestados à comunidade. Embora este órgão tenha utilizado 25% da dotação autorizada para este fim, ou seja, este corresponde ao percentual de execução da meta estabelecida, verificou-se que os servidores capacitados agregam conhecimento especializado ao trabalho que realizam. Ainda neste Programa a Administração Regional de Taguatinga realizou o pagamento de pessoal em pleno acordo com os prazos estipulados e com a legislação.

Portanto, em relação à meta estabelecida com base na despesa autorizada, o orçamento executado (liquidado), corresponde à 91,23%. A relação estabelecida entre os empenhos e a despesa autorizada resulta no percentual de 99,99% de alcance da meta estabelecida.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1745 – Construção de Quadras de Esportes	0	0	0	0	-
2489 – Construção de Quadras de Esportes em Taguatinga	250.000	147.721	147.720,17	147.720,17	42
3048 – Reforma de Espaços Esportivos	0	0	0	0	-
9574 – Reforma de Espaços Esportivos – Apoio a Reforma de Espaços Esportivos - Taguatinga	0	150.000	149.543,51	0	89/120
3440 – Reforma de Quadras de Esportes	0	0	0	0	-
2601 – Reforma de Quadras de Esportes em Taguatinga	250.000	100.000	100.000	0	43
6300 – Reforma de Quadras de Esportes – Administração Regional - Taguatinga	300.000	140.875,64	140.875,28	140.875,28	44/81
3596 – Implantação de Infraestrutura Esportiva	0	0	0	0	-
2610 – Implantação de Infraestrutura Esportiva em Taguatinga	200.000	150.000	145.908,72	94.245,04	45
3678 – Realização de Eventos	0	0	0	0	-
2629 – Realização do Circuito Copa do Mundo de Futebol Digital	200.000	200.000	193.077,90	193.077,90	46
2632 – Apoio à Realização do Torneio Arimatéia de Futsal	100.000	0	0	0	47
4090 – Apoio a Eventos	0	0	0	0	-
0048 – Apoio a Eventos-Esportivos: Administração Regional – Taguatinga	90.000	3.600	3.600	3.600	49
2430 – Apoio a Eventos da Associação Arimatéia em Taguatinga	100.000	0	0	0	48
2501 – Apoio a Eventos - Realização do Evento Esportivo "Jeep Cross" – Taguatinga	0	250.000	249.991,93	249.991,93	90
2506 – Apoio a Eventos – Apoio à Realização de Projetos Esportivos - Taguatinga	0	50.000	0	0	74
2530 – Apoio a Eventos – Apoio a Eventos Esportivos – Taguatinga	0	250.000	0	0	91
2559 – Apoio a Eventos – Esportivos - Taguatinga	0	200.000	183.561,57	183.561,57	98

A Administração Regional de Taguatinga/RA-III, neste Programa, realizou diversos eventos esportivos e também investiu em obras que visam propiciar espaços para a prática desportiva, tendo como público-alvo toda a comunidade de Taguatinga.

Os principais eventos apoiados pela RA-III neste Programa tiveram como público cerca de 45.000 pessoas e foram os seguintes: Brasília Capital Fitness; Jeep Cross; Festa da Criança no Taguaparque. O orçamento executado (liquidado), em relação à meta estabelecida através da dotação autorizada, corresponde à 53,11%. A relação estabelecida entre os empenhos e a despesa autorizada resulta no percentual de 71,45% de alcance da meta estabelecida com base no orçamento dotado.

Obras realizadas:

- Construção de 1.031,86m² de quadra de areia no Taguaparque;
- Reforma de espaço esportivo com a implantação de PEC na EQNM 34/36, Taguatinga - DF em andamento;
- Reforma de 1.555,96m² da quadra de esporte da QNJ 03/05, Taguatinga-DF;
- Reforma de 638,27m² da quadra de esportes e ampliação da academia de ginástica na praça da CNF 02, Taguatinga-DF. Percentual executado: 64,59%.

Eventos realizados:

- Circuito da Copa do Mundo de Futebol Digital em Taguatinga: Super Games (Bsb Capital Fitness) Público Alvo: 15.000 pessoas;
- Aquisição de 300 camisetas malha-fria;
- Realizado o evento: Super Games (BSB Capital Fitness), em Taguatinga, dias 14, 15 e 16 set/2012. Público-alvo: 15000 pessoas;
- Realizado o evento: Festa da Criança, no Taguaparque, dias 12 a 14 set/2012, público-alvo: 15000 pessoas;
- Realizado o evento: Jeep Cross (integrante da semana da acessibilidade), dias 21, 22, 23 set/2012. Público alvo: 15000 pessoas.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 – Execução de Obras de Urbanização	0	0	0	0	-
2763 – Construção de Estacionamento Público no Setor QSD 24	150.000	150.000	140.888,41	140.888,41	29
2764 – Execução de Obras de Urbanização	300.000	0	0	0	30
2765 – Execução de Obras de Infraestrutura e Urbanização em Taguatinga	500.000	500.000	499.636,87	468.223,35	31/80/83/84/86/92
2766 – Obras de Infraestrutura e Urbanização em Taguatinga	2.000.000	2.837.000	2.836.762,63	2.517.240,72	32/62/63/64/65/66/67/76/77/78/79/87/95/99/101/102/105/108/124
2767 – Execução de Obras de Urbanização em Taguatinga	200.000	99.999	99.999	99.999	33
6303 – Execução de Obras de Urbanização – Administração Regional – Taguatinga	2.100.000	1.149.163,89	1.149.163,77	1.149.163,77	34/52/53/54/55/56/69/70/71
9687 – Execução de Obras de Urbanização da Quadra EQNM 38/40 de Taguatinga	0	150.000	141.423,12	141.423,12	85
9693 – Execução de Obras de Urbanização – Construção de Pontos de Encontro Comunitário na QSC 01 - Taguatinga	0	140.000	139.997,56	0	106
9722 – Execução de Obras de Urbanização – Execução de Praça com Instalação de PEC na QNM 36 em Frente ao CEI 03	0	139.865	139.864,91	0	107
9757 – Execução de Obras de Urbanização – Reforma da Praça do Relógio - Taguatinga	0	40.000	40.000	0	125
9788 – Execução de Obras de Urbanização – Obras de Infraestrutura Urbana e Urbanização em Taguatinga	0	1.927.220	1.927.210,48	0	109/110/111/113/114/115/116/117/118/119/121/122/123
3902 – Reforma de Praças Públicas e Parques	0	0	0	0	-
2359 – Reforma e Ampliação de Praças	150.000	0	0	0	35
2360 – Execução de Obras de Melhorias no Taguaparque – Arena Multiuso	300.000	0	0	0	36
6304 – Reforma de Praças Públicas e Parques – Administração Regional – Taguatinga	300.000	420.589,54	420.228,29	279.029,08	37/75/82
8508 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	0	0	0	0	-
6306 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas – Administração Regional - Taguatinga	1.300.000	764.254,31	733.536,20	733.536,20	38/57/58/72

O desenvolvimento urbano com vista à promoção da qualidade de vida dos moradores da cidade foi priorizado pela Administração Regional de Taguatinga no ano de 2012. Os resultados alcançados por meio deste Programa podem ser constatados pela realização das seguintes obras:

- Construção de 1.444,43m² de estacionamento na QSD 24;
- Instalação de 3.522,8m de meios fios na QS 09, Taguatinga-DF;
- Construção de 1.322,75m² de estacionamento na Praça da QS 05 de Taguatinga-DF;
- Revitalização na QI 23 com a implantação de estacionamento e acessibilidade, em Taguatinga-DF. Área total: 1.375,62;
- Construção de 1.380,87m² de estacionamento na QSA 01, Taguatinga;
- Construção de 2.308,49m² de estacionamento, acessibilidade e revitalização de calçadas na Praça do Bicalho, Taguatinga-DF;
- 2.105,04m² de pavimentação asfáltica na QS 05, Taguatinga DF;
- 1.718,17m² de acessibilidade em frente ao CILT na QSB 01 a 06;
- Instalação, substituição, e recuperação de 390 placas de endereçamento no Setor C 01 a C 10, QNB, QND e QNE de Taguatinga, sendo 240 recuperações e 150 instalações;
- Construção de 1.939m² de calçadas na Boca da Mata - Taguatinga-Sul;
- Pavimentação de 1.395m² em bloco de concreto no Setor H Norte, Taguatinga;
- Construção de 1.117,77m² de estacionamento na CSG 10, Taguatinga, Área: 1.117,77 m², Percentual executado: 100%;
- 473,75m² de pavimentação asfáltica, 275,91m² de calçadas e 276,54m² de meios-fios no Setor de Oficinas Norte de Taguatinga;
- Revitalização de 1.176,7m² de área da QS 07 com a construção de estacionamento em frente a Sede da AGEFIS;
- Revitalização de 1.186,07m² na área da QSD 28/30 com construção de estacionamento;
- Urbanização de 1.032,89m² da QNL 24 com a construção de estacionamento ao redor da Praça;
- Instalação de 3.522,8m de meios fios na QS 09, Taguatinga-DF;
- Construção de 1.380,87m² de estacionamento na QSA 01, Taguatinga;
- Construção de 527m² de baias para coletoras de lixo, Taguatinga-DF;
- Implantação de área de 1.409,96m² de acessibilidade na QNA 16 até o Centro de Ensino EIT na CNA 01/02 e Praça do DI;
- 900m² de obra de acesso da QND 58 a 60, Pistão Norte, com revitalização de canteiro, Taguatinga-DF;
- 737m² de construção do Espaço do Idoso com instalação de passeio de concreto e plantio de grama no Taguaparque, Taguatinga-DF;
- Construção de 2.715,95m² de calçadas na QSE para acesso a Estação do Metrô, Taguatinga - DF;
- Execução de 484m² de drenagem pluviais na QSF 16, em Taguatinga-DF;
- Urbanização de 485,10m² de área com reforma de playground, próximo ao HRT;
- Instalação de 30 bancos na Praça do Relógio, Taguatinga-DF;
- Construção de 2.715,95m² de calçadas na QSE para acesso a Estação do Metrô, Taguatinga - DF;
- Construção de 1.709,55m² de ciclovias na QNL 03 a 09;
- Construção de 1.229,96m² de estacionamento no Setor de Indústria de Taguatinga Norte QI 03;
- Reforma de 692m² de alambrados do Taguaparque, Taguatinga-DF;
- Construção de 527m² de baias para coletoras de lixo com recuperação de passeios em concreto de 5,00cm de espessura, em vários locais de Taguatinga-DF;
- Revitalização de 1.468,69m² com construção de estacionamento na QSE Vila Dimas, em Taguatinga – DF;
- Urbanização de 1.159,49m² com a substituição de grama por blocos de concreto, calçadas e meios fios, em frente a C 01 Taguatinga Norte;

- Revitalização de 1.430,72m² na QI 10 próximo à Feira dos Goianos, Setor de Indústria, com construção de estacionamento;
- Construção de 3.856,38m² de pista de cooper no Taguaparque;
- Construção de ponto de encontro comunitário com a instalação de academia e playground na C1 Taguatinga Centro;
- Revitalização de 1.112,52m² da praça, incluindo construção de academia e estacionamento na EQNM 38/40- Taguatinga-DF;
- Implantação de 1.864m² de PEC na QSC 01 e na Praça da CNJ 07 -Taguatinga -DF. 56% executado;
- Revitalização de 864m² da praça da QNM36 com a instalação de academia da QSC 22, em Taguatinga/DF. Área: 864 m². 61% executado;
- Instalação de 30 bancos na Praça do Relógio, Taguatinga-DF;
- Revitalização, ampliação de 1.262m² de estacionamento na QNG AE 06, em Taguatinga-DF. 67,43% executado;
- Acesso da QNB 15/16 ate a QNB/QNE com implantação de calming traffic, em Taguatinga-DF. Área: 1611 m². 50% executado;
- Construção de 1.492m² de acesso na QNC 01 AE 20/21. Área: 1492 m². 84% executado;
- Reforma de 4.089m² de alambrado no Taguaparque, Taguatinga-DF. 54,11% executado;
- 1.825m² construção de boca de lobo e rede de águas Pluviais na QSF junto ao Parque boca da mata, em Taguatinga/DF. 64,18% executado;
- Recuperação de 2.033m² de calçadas e estacionamento na Sandu em frente ao CTN - Taguatinga-DF. 55% executado;
- Construção de 1.673m² de estacionamento na QNC14/15 em Taguatinga - DF. Executado: 58%;
- Implantação de 734m² de playground e PEC no Taguaparque, em Taguatinga - DF;
- 1.380m² de pavimentação asfáltica no acesso a QS 05 Praça 400 avenida subipiruna, em Taguatinga-DF. Executado: 80%;
- Revitalização de 1.697m² nas entrequadras QSA 02/04, 11/13, 15/17, com implantação de PEC, Taguatinga- DF;
- Reforma de 193m² da quadra de esporte da QNL 10/12. Executado: 61,74%;
- Implantação de 1.320m² de ciclovia no Taguaparque;
- Recuperação de 1.414m² de calçadas e implantação de ciclovias na QSA 01, Taguatinga-DF. Executado: 48,78%;
- Revitalização de 526,26m² da praça com implantação de PEC e Playground no setor Taguacenter;
- Reforma de 1.815,11m² da Praça do Relógio, incluindo calçadas em pedra portuguesa;
- Serviços de isolamento de 2.250m² das áreas e equipamentos com tapume em chapa de madeira compensada para remanejamento da rede elétrica, no Taguaparque, Taguatinga/DF;
- Serviço de limpeza e desobstrução de 1.500 bocas de lobo e tubulações de águas pluviais, Taguatinga-DF;
- Serviços de reforma e recuperação das cascatas do Taguaparque e do Setor de Mansões de Taguatinga com limpeza e manutenção.

Assim, em relação à meta estabelecida com base na despesa autorizada, o orçamento executado (liquidado), corresponde à 51,84%. Muitas obras empenhadas se encontram em pleno andamento e estão incluídas, portanto, nos restos a pagar não processados. A totalização das obras empenhadas, por sua vez, corresponde à 73,26% da despesa autorizada que serviu de base para o planejamento e consequente estabelecimento da meta desta unidade orçamentária para este Programa.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6209 – ENERGIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1836 – Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	0	0	0	0	-
6928 – Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública – Administração Regional - Taguatinga	200.000	0	0	0	39

Despesa não foi autorizada. Os créditos orçamentários foram bloqueados.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 – Promoção de Assistência Social Comunitária	0	0	0	0	0
8369 – Promoção de Assistência Social Comunitária	20.000	0	0	0	6

A despesa não foi autorizada. Os créditos orçamentários foram bloqueados.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3090 – Implantação de Ciclovias	0	0	0	0	-
2580 – Implantação de Ciclovias em Taguatinga	800.000	150.000	139.957,84	0	40

A despesa autorizada para a implantação de ciclovias na cidade de Taguatinga permitiu apenas o planejamento e a realização de uma obra de construção de 1.945,63 m² de ciclovia nas QNL 03 a 11, com vista a propiciar que a população local pratique atividade física regular e utilize um meio alternativo de locomoção.

Portanto, 93,30% do orçamento autorizado foi utilizado para empenhar a obra de implantação de ciclovias. Esta, por sua vez encontra-se com 85,91% de execução.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6217 – SEGURANÇA PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1482 – Reforma de Quartéis	0	0	0	0	-
2485 – Diversas Obras de Reforma no Segundo Batalhão de Taguatinga	300.000	140.050	140.046,63	140.046,63	8

Neste Programa foi realizada a obra de reforma da fachada do bloco do Segundo Batalhão, totalizando 820 m². O orçamento autorizado foi utilizado em 100%. A obra encontra-se 100% concluída. O valor dotado inicialmente foi reduzido tornando inviável a sua utilização.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 – Realização de Eventos	0	0	0	0	-
0007 – Realização de Eventos – Apoio a Realização de Diversos Eventos Culturais – Taguatinga	0	150.000	149.959,96	149.959,96	68
2625 – Realização de Atividades Culturais na RA III	100.000	100.000	99.900	99.900	10
2626 – Realização de Eventos Culturais na RA III	100.000	100.000	99.960	99.960	11
2626 – Realização de Eventos Culturais na RA III	50.000	0	0	0	41
2627 – Realização de Atividades Culturais na QNL de Taguatinga	100.000	0	0	0	12
2628 – Realização de Atividades Culturais e Desportivas	500.000	500.000	447.310,02	447.310,02	13
2630 – Promoção de Atividades Culturais Para a População de Taguatinga	500.000	250.000	249.996,46	249.678,44	14
2631 – Apoio a Via Sacra de Taguatinga/DF	300.000	0	0	0	15
2736 – Realização de Eventos – Apoio ao Evento Cultural "Festa Genuína" - Taguatinga	0	200.000	182.761,92	182.761,92	88
4090 – Apoio a Eventos	0	0	0	0	-
0004 – Apoio a Eventos Culturais: Administração Regional – Taguatinga	50.000	174.109,41	173.218,82	171.329,74	16/100
2161 – Apoio às Atividades de Fomento à Cultura nas RAs do DF	0	200.000	199.932	199.932	-
2182 – Apoio para o Congresso Geral da UMADEB	0	250.000	249.768	249.768	-
2425 – Apoio ao Evento Brasília Capital Fitness	150.000	150.000	143.402,50	143.402,50	50
2426 – Apoio a Atividade Cultural COMADT	250.000	0	0	0	17
2427 – Apoio ao Congresso Cultural da Juventude	170.000	0	0	0	18

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2428 – Incentivo a Festa Cultural do Milho	180.000	80.000	0	0	19
2429 – Apoio à Realização do Projeto Conectando Vidas na M NORTE	70.000	0	0	0	20
2431 – Apoio a Eventos – Dia Internacional da Amizade e Casamentos Comunitários	80.000	0	0	0	27/73
2432 – Apoio a Realização da Festa Junina da QNF 24 de Taguatinga	100.000	0	0	0	9
2433 – Apoio a Realização da Festa Junina da QSF 05/07 de Taguatinga	100.000	100.000	100.000	100.000	21
2434 – Encontro Nacional de Pumas	30.000	0	0	0	22
2435 – Projeto CNBB – Taguatinga	300.000	0	0	0	23
2436 – Realização de Eventos Culturais da Cidade de Taguatinga	500.000	0	0	0	24
2437 – Apoio ao Evento Cultural Cristão – Via Sacra da Paróquia Sagrada Família	150.000	0	0	0	25
2438 – Apoio ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Capela Imperial	150.000	0	0	0	26
2527 – Apoio a Eventos – Apoio a Atividades e Eventos Voltados à Cultura – Taguatinga	0	100.000	0	0	112
2532 – Apoio a Eventos – Apoio à Realização Evento Cultural e Social Jovens – Taguatinga	0	300.000	299.924,87	299.924,87	97
2541 – Apoio a Eventos – Apoio a Atividades Evangélicas – Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	-

As atividades culturais tradicionalmente desenvolvidas pela comunidade de Taguatinga foram apoiadas pela Administração Regional da cidade tendo em vista a garantia do direito à cultura e ao lazer para todos. Dessa forma, 87,35% da despesa autorizada, definida como meta, foi empenhada e executada no ano de 2012.

Eventos Realizados:

- Contratação de bandas para apresentação no evento Ação Social e Cultural na QNL no dia 09/06. Público-alvo: 2.500 pessoas. Locação de Equipamentos para Festa Cultural, QSE 11/13 Vila Dimas Taguatinga;
- Congresso de Jovens da UMADEB, público alvo: 2000 pessoas por dia;
- Locação de equipamento, contratação de profissionais, evento Abraço do Pai, na EQNL 9/11. Público alvo: 10000 pessoas.
- Contratação de Bandas, evento Festa Cultural. Público alvo: 5000 pessoas, QSE 11/13, Vila Dimas, Taguatinga-DF;
- Locação de equipamentos, evento Semana da Acessibilidade/Idoso. Público-alvo: 2000 pessoas;
- Contratação de banda para Festa Cultural, 1000 pessoas por dia;
- Contratação de bandas para realização do Show Musical do Evento Feira de Cultura e Cidadania da Mulher no dia 25 de maio na Praça do Relógio;
- Locação de Equipamentos e contratação de profissionais para apoio a evento, Festa Cultural. Público-alvo: 5000 pessoas;
- Locação equipamentos para evento Baile Solidário de Debutantes na QSE 11/13 Vila Dimas. Público alvo: 1500 pessoas;
- Via Sacra Taguatinga. Público alvo: 7.500 pessoas por dia;
- Festa Genuína das Águas. Público alvo: 3.000 pessoas por dia de evento;
- Contratação de banda para apresentação em Evento da Semana da Acessibilidade. Público alvo: 15000 pessoas;
- Incentivar a Festa Cultural do Milho, Taguatinga – DF. Público alvo: 1200 pessoa por dia;
- Projeto Conectando Vidas evento: “M. Norte contra o crack”. Público alvo: 3000 pessoas/dia;
- Contratação de bandas e duplas para apresentação no evento Festa Junina da QSF 05/07. Público alvo: 3.000 pessoas;
- Encontro de Mulheres e Jovens de Taguatinga. Público alvo: 15.000 pessoas.

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 - Reintegra Cidadão	0	0	0	0	-
8414 - Reintegra Cidadão - Administração Regional - Taguatinga	1.000.000	262.000	252.000	218.198,66	7

Neste Programa foi realizado o contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso que encaminhou cerca de 40 sentenciados para esta RA-III. Estes trabalhadores realizam atividades de conservação, manutenção preservação e recuperação de áreas públicas e de prédios públicos da Administração Regional de Taguatinga conforme projeto básico. A despesa autorizada, base para estabelecimento da meta, foi empenhada em 96,18%.

2. Outras realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade	
		2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	364.080	1.176.680,00
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	34	104
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	51	-
Recuperação de calçadas	m²	2.683,50	-
Remoção de entulhos	m³	65.511	70.983
Reposição de meios-fios	Unid.	750	893
Serviços de terraplanagem	Km	1.200	-
Serviços de roçagem mecânica	m²	5.400	-
Remoção de galhos e restos de poda	m³	16.443	19.133
Pá mecânica carregando entulhos	Horas	1.147	1.750
Pá mecânica carregando terra	Horas	395	158
Insumo Ferramental	Viagens	111	26
Remoção de Terra	m³	2.488	3.336
Transporte de massa asfáltica	Kg	651	97
Transporte de terra	Kg	807	-
Construção de quadra de areia	Unid.	9	-
Área ajardinada	m²	57.648	482.193
Área não urbanizada	m²	1.028.098	2.293.304
Transporte de freezado	m²	181	-
Colocação de manilhas de 40cm	Unid.	28	-
Colocação de Aduelas em PV	Unid.	02	4
Colocação de manilhas de 80cm	Unid.	-	10
Substituição de Tampa de Ferro em PV	Unid.	-	2
Recuperação de Boca de Lobo	Unid.	-	80
Colocação de Pedra Portuguesa	m²	-	507
Substituição de Grelhas de Ferro	Unid.	-	12
Bloquetes	m²	-	62
Quadra de Areia (reposição de Areia)	m²	-	37
Praça (reforma)	Unid.	-	30

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	-	100
	Visitas a entidades assistenciais	-	-	04
	Entrega de cestas básicas	-	-	250
	Reuniões com outros órgãos	-	-	10
	Outros	106	108	-

Obs (1): O serviço de Assistência Social foi interrompido em 2011 por causa da reforma geral do imóvel na QNA 39 onde funciona os trabalhos; os funcionários foram transferidos para outros setores da Administração Regional e até o dia 31 de dezembro de 2012 a reforma não havia sido concluída.

Ações Culturais

Educação e Cultura

Setor	Cultura					
	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	23	01	65	1.620	2.000	12.020
Teatro	71	32	216	8.935	300	10.515
Música	19	09	43	5.580	4.750	17.910
Dança	48	02	100	5.148	660	11.351
Artes Plásticas	2	01	-	440	2.000	-
Literatura	18	-	5	-	-	680
Eventos culturais	22	37	88	108.900	42.100	79.632
Outros eventos (Obs 1)	93	27	158	-	-	2.049.547

Obs(1): Em 2012, o evento PENTECOSTES realizado no Taguaparque teve uma estimativa de 2.000.000 de pessoas presentes.

Informações Complementares de Educação e Cultura – Biblioteca Pública

Biblioteca Pública de Taguatinga Machado de Assis	Especificação		
	2010	2011	2013
Número de Bibliotecas Públicas	02	02	02
Acervo disponível ao público	35.000	40.140	35.114
Usuários (Frequência Mensal)	34.565	44.167	3.816
Empréstimos	7.041	4.596	7.571
Devolução de Livros	6.491	4.339	7.509
Inscrição de Leitor	1.233	1.043	1.012
Descarte de Livros	3.570	6.066	1.304
Restauração	-	114	59
Doações Recebidas	8.230	9.690	13.786
Livros Processados	2.080	1.526	1.450
Baixa de Livros	-	194	443
Troca de Etiquetas	-	1.725	478
Doação de Livros	-	25.880	6.681
Empréstimo de Filmes OBS (2)	862	2.265	1.564
Filmes Processados	226	327	397
Utilização do Telecentro OBS (2)	9.363	9.594	6.556
Oficinas Realizadas	03	08	14
Filmes Adquiridos	-	37	254
Projetos Realizados	05	02	-
Total de Leitores Inscritos:	-	-	1.699
Apostilas Processadas:	-	-	441
Baixa de Apostilas:	-	-	08
Apostilas Substituídas:	-	-	39
Apostilas Doadas:	-	-	30
Inclusão na Base de Dados:	-	-	2.260
Livros Incluídos no Acervo de Reserva:	-	-	3.308
Livros Retirados no Acervo de Reserva:	-	-	469
Livros Substituídos:	-	-	103
Pesquisa Raridade:	-	-	14
Filmes Devolvidos:	-	-	263
Filmes Incluídos na base de dados:	-	-	594
Acervo Total de Filmes (DVD):	-	-	1.161
Acervo Total de Filmes (VHS):	-	-	597

Obs (1): A segunda Biblioteca Pública é a Braille Dorina Nowill para Cegos, que funciona nas dependências da Biblioteca Pública Machado de Assis.

Esporte e lazer

Setor	Desporto e Lazer					
	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	2	10	0	800	1.400	0
Eventos esportivos	353	1.437	1.436	10.360	99.165	138.390
Outros (Obs 1)	51	26	22	6.600	1.004.670	26.600

OBS (1): Em 2011, o evento PENTECOSTES realizado no Taguaparque teve uma estimativa de 1.000.000 de pessoas presentes.

Análises, Exames, Licenciamentos e Outros Serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	5	OBS(1)	-	72	16	-	77	16	-
Habitação Coletiva	OBS (2)	OBS(1)	-	OBS(2)	OBS(2)	23	OBS(2)	OBS(2)	-
Comercial	23	OBS(1)	33	1.034	545	1.445	1057	545	1.478
Industrial	2	OBS(1)	-	11	15	15	13	15	15
Institucional	-	OBS(1)	1	-	-	2	-	-	3
Área Rural	-	OBS(1)	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Eventual)	-	OBS(1)	-	47	56	48	47	56	48
OBS (03) Setor Não Especificado	-	-	73	-	-	1.037	-	-	1.110
Total Expedido	30	OBS(1)	107,00	1.117	632	2.570	1194	632	2.677,00

OBS (1) – O Alvará de Funcionamento Precário foi extinto com o Decreto nº 31.482, de 29/03/2010.

OBS (2) – Em 2010 e 2011 os dados de Habitação Coletiva foram incluídos em Residencial.

OBS (3) – Em julho de 2012 após atualização da planilha de Licenciamento de Atividades Econômicas pela Coordenadoria das Cidades os dados deixaram de ser especificados por setor e passaram a ser informados os endereços.

CONSULTAS PRÉVIAS: em 2010 = 5.182; em 2011 = 5.422; em 2012 = 10.688.

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar (OBS 1)	265	136	194	180,74	34.105,54	47.881,07
Habitação Coletiva (OBS 2)	-	12	12	-	116.077,52	98.769,03
Industrial	-	-	-	-	-	-
Comercial (OBS 3)	134	83	113	518.777,59	191.832,60	169.836,13
Institucional	10	08	17	76.510,33	169.232,27	67.229,49
Outros	01	-	-	520,54	-	-
Total Expedido	410	217	336	776.556,63	511.247,93	383.715,72

OBS(1): 2010 os dados de Habitação Coletiva foram incluídos em Residencial.

OBS(2): Em 2012 os dados de Habitação Coletiva/Comercial foram incluídos em Habitação Coletiva.

OBS(3): Em 2010, 2011 e 2012 os dados de Comércio/Residência foram incluídos em Comercial.

Outras Licenças Autorizadas - Obras: 07; Corte de Pista: 04; Canteiro de Obras: 41; Demolição de Obras: 34; Eventos em Área Pública: 93; Meio de Propaganda: 25.

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar (OBS 1)	112	42	83	37.431,21	8.437,73	18.628,85
Habitação Coletiva (OBS 2)	-	10	9	-	58.976,62	86.709,02
Comercial (OBS 3)	66	27	47	248.759,89	32.174,90	38.425,10
Institucional	10	-	1	51.269,27	-	20.481,82
Total Expedido	188	79	140	337.460,37	99.589,25	164.244,79

OBS(1): Em 2010 os dados de Habitação Coletiva foram incluídos em Residencial.

OBS(2): Em 2012 os dados de Habitação Coletiva/Comercial foram incluídos em Habitação Coletiva.

OBS(3): Em 2010, 2011 e 2012 os dados de Comércio/Residência foram incluídos em Comercial.

Topografia

Especificação		Ano	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	404
		2011	383
		2012	449
	Outras	2010	-
		2011	07
		2012	318
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2010	666
		2011	383
		2012	449
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	436
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	84
		2011	105
		2012	173

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	155	36.515,69	86	10.315,80	1	2,61	240	46.828,88
		Habitação Coletiva	13	106.263,88	1	52,00	-	-	14	106.315,88
	Comercial		76	181.630,12	31	29.915,70	3	813,50	104	210.732,32
	Industrial		1	303,64	-	-	-	-	1	303,64
	Plano de Ocupação		4	8.511,37	-	-	-	-	4	8.511,37
	Institucional		10	9.818,50	8	12.497,84	-	-	18	22.316,34
Misto	Residencial/Comercial		22	71.521,01	9	1.149,56	2	411,24	29	72.259,33
	Residencial / Industrial		3	4.497,80	4	2.150,35	-	-	7	6.648,15
	Habitação Coletiva/ Comercial		2	22.555,25	-	-	-	-	2	22.555,25
	Outros (especificar: Tapume)		9	8.986,26	-	-	-	-	9	8.986,26

OBS(1): Projetos analisados e colocados em exigência: 1077.

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres (OBS 1)	05	05	05	677	677	868	QSB 12 A.E.; EQND 5/6; QSD Praça do Cine Rex; CND Praça do Bicalho; QSE Praça da Vila Dimas.
Feiras Permanentes (OBS 2)	03	03	03	622	622	636	QSC AE 7 (Importados); QNL/QNJ AE; QNM 36/38 (M-Norte)
Shopping Popular	01	01	01	536	536	164	QS 03 A.E.

OBS (1): Correção dos nºs de boxes das Feiras Livres em 2010=677.

OBS (2): Correção dos nºs de Boxes das Feiras Permanentes em 2010=622.

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		0	0	1668
Fiscalização de Feiras		93	108	132
Documentação Expedida	Processos Protocolados	0	0	0

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	51	51	56
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	26	26	25

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	3.575	3.792	3809
CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	3.621	4.459	4082
CI-Certificado de Incorporação	-	-	-
Atestado de desobrigação	185	197	160
CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	08	18	10
CAM-Certificado de Alistamento Militar	-	-	-
Declarações de dispensado	-	-	-
Transferência de domicílio	-	-	-
Certificado de Reservista	09	-	1
Certificado de Isenção	15	41	44

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade**Análise das realizações:**

As realizações no ano de 2012 atingiram o desejável no que concerne às obras, às atividades de cultura, esporte e lazer e à manutenção dos serviços administrativos gerais da RA-III. O planejamento das ações buscou atender prioritariamente as reivindicações da comunidade. O Quadro Permanente de servidores efetivos do GDF continua apresentando déficit, conforme tabela na página 01. O investimento na troca de mobiliário de diversos setores da Administração foi realizado com vista a propiciar um ambiente de trabalho com condições ergonômicas que favoreçam os servidores em suas atividades ao mesmo tempo em que visa propiciar, à comunidade atendida, um ambiente agradável de atendimento.

Dificuldades encontradas:

As dificuldades encontradas pela RA-III são oriundas da escassez de recursos humanos para áreas que requerem especialização pela natureza dos serviços prestados. Assim, constata-se a necessidade de servidores efetivos nas áreas mais carentes, tais como: arquitetos; engenheiros civis; agrimensores; topógrafos; advogados; contadores; técnicos em: edificações, eletrônica, administração e informática. Outro fator a ser ressaltado diz respeito à alta rotatividade de servidores ocupantes de cargos

comissionados nos diversos setores. No que diz respeito à qualificação dos servidores, são necessários cursos periódicos e treinamentos no âmbito da gestão pública, gestão de documentos, leis e normas do serviço público e atendimento ao usuário a fim de melhorar o desempenho dos servidores em suas funções. A Divisão de Obras precisa lidar constantemente com a insuficiência de máquinas, equipamentos e pessoal preparado a fim de atender a todas as demandas que se apresentam em diversos setores da cidade.

Perspectiva para 2013:

Realizar obras de urbanização e os eventos culturais tradicionais da cidade com vista a proporcionar melhoria da qualidade de vida da população de Taguatinga. Outra realização importante será a troca dos equipamentos de informática com vista a tornar ágeis os atendimentos à comunidade utilizando para tanto, o que há de mais moderno na estrutura do GDF. Planeja-se utilizar os recursos financeiros destinados ao investimento na qualificação de servidores com vista aos ganhos trazidos para a Unidade em termos de eficiência e efetividade dos serviços prestados.

5.04. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA – RA IV – UO: 11.106

A Administração Regional de Brazlândia, criada pela Lei nº 4.545 de 10/12/64 é um órgão da Administração Direta Regionalizada, vinculado a Casa Civil e supervisionada pela Coordenadoria das Cidades.

De acordo com seu Regimento Interno, aprovado pelo decreto nº 16.247, de 29/12/94, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa IV, assim como coordenar executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta de atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	07	29	8	-	44
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	-	-	87	-	87
Requisitados	-	-	01	-	01
Órgãos do GDF	-	-	-	-	-
Outros	-	02	-	-	02
Estagários	-	-	-	-	-
Subtotal (Força de Trabalho)	07	31	96	-	132
(+) Cedidos para outros órgãos	01	01	-	-	02
Total Geral	08	32	96	-	136

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	55.000	347.981	255.924	145.964	
7875 - Reforma de Prédios e Próprios- Administração Regional- Brazlândia	55.000	147.981	145.964	145.964	03
9736 – Reforma de Prédios e Próprios – no Setor Veredas - Brazlândia	0	200.000	109.960	0,	
4088 -Capacitação de Servidores	30.000	0	0	0	
8502 -Administração de Pessoal	4.897.772	5.831.610	5.812.435	5.812.435	
8775 - Administração de Pessoal-Administração Regional- Brazlândia	4.897.772	5.831.610	5.812.435	5.812.435	15
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	430.242	463.371	463.320	463.320	
9593 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Brazlândia	430.242,00	463.371	463.320	463.320	16,22,23
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	971.761	437.527	432.645	404.964	
6984 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Brazlândia	971.761	437.527	432.645	404.964	17,19

Os recursos deste programa referem-se à execução de obras de reforma do Estádio Chapadinha. As demais despesas correspondem à remuneração de servidores ativos e benefícios concedidos: auxílio creche, alimentação e transporte.

PROGRAMA:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3596 -Implantação de Infra-Estrutura Esportiva	150.000	150.000	0	0	
2611 - Construção de Pista de Skate Em Brazlândia	150.000	150.000	0	0	25
3678 -Realização de Eventos	50.000	15.157	15.114	15.114	
0008 - Realização de Eventos- Esportivos: Administração Regional- Brazlândia	20.000	15.157	15.114	15.114	04

Os gastos deste Programa corespondem a aquisição de materiais de premiação em apoio a eventos esportivos, inclusive a 9º Copa de Futsal de Brazlândia (Quadrado).

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	280.000	307.466	276.440	129.905	
6954 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Brazlândia	280.000	157.466	154.982	15.982	02
9667 – Execução de Obras de Urbanização – em - Brazlândia	0	150.000	121.458	113.923	
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	420.000	71.800	71.800	71.800	
6941 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Brazlândia	420.000	71.800	71.800	71.800	01,21

Executadas diversas obras de urbanização e de infraestrutura na cidade tais como: Construção de Cruzeiro na Praça São Sebastião, construção de Quadra com grama sintética na Praça da Vila São José, construção de Banheiros e Sede Administrativa no Galpão de Multiuso da Feira da Expansão da Vila São José. Neste programa executou-se, também, serviços de manutenção das áreas urbanas e rurais e aquisição de um trator New Roland.

PROGRAMA:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 -Ampliação da Rede de Iluminação Pública	100.000	700.000	699.745	0	
9498 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Administração Regional- Brazlândia	100.000	700.000	699.745	0	07

As despesas, objeto deste programa, foram inscritas em restos a pagar não processados, cuja meta é a instalação de 78 (setenta e oito) postes em diversos setores da Cidade, com vistas a proporcionar mais segurança e qualidade de vida a população beneficiada.

PROGRAMA:**6216 - TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3361 -Construção de Pontes	550.000	0	0	0	

A programação prevista não foi realizada por insuficiência de recursos financeiros.

PROGRAMA:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	40.000	972.742	807.220	807.220	
0035 - Realização de Eventos- Carnaval: Administração Regional- Brazlândia	20.000	672.742	672.741	672.741	12
2756 - Realização de Eventos-Apoio A Realização Atividades Culturais e desportivas Brazlândia	0	150.000	134.479	134.479	25
2797 – Realização de Eventos – Apoio ao Projeto “Skate Park” - Brazlândia	0	150.000	0	0	28
4090 -Apoio a Eventos	297.000	883.744	787.709	670.009	
0033 - Apoio a Eventos- Festa do Morango Administração Regional- Brazlândia	70.000	319.951	319.951	319.950	09
0034 - Apoio a Eventos- Culturais: Administração Regional- Brazlândia	57.000	563.793	467.779	350.078	10
2439 – Apoio a Realização do Evento Festa das Crianças Em Brazlândia	150.000	0	0	0	
2440 - Apoio ao Encontro dos Pequenos Produtores Rurais de Brazlândia	20.000	0	0	0	11

No exercício de 2012, neste programa, diversos eventos culturais foram apoiados e realizados, tais como: Carnaval de Brazlândia, que contou com um público estimado em 40.000 pessoas; aniversário da Cidade; evento de natureza religiosa “O Encontro da Mãe com o Filho”; show pirotécnico em

comemoração a virada do ano; decorações natalinas. Destes eventos destacam-se a XVII Festa do Morango de Brasília, evento de grande relevância para comunidade urbana e rural, pois constitui-se como uma Festa que incrementa a produção agrícola, o turismo e o comércio em geral.

PROGRAMA:**6222 - PROMOÇÃO dos DIREITOS HUMANOS E da CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	130.000	0	0	0	

Ação não foi realizada por conveniência administrativa.

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	-	270tl
Confecção de quebra molas	Unid.	-	-	12
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	-	155
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	-	90
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	-	8
Remoção de entulhos	m³	-	-	39500
Reposição de meios-fios	Unid.	-	-	300
Serviços de terraplanagem	m²	-	-	160km
Roçagem manual	m²	-	-	21000km
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	-	420000 m²

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	-	98
	Habitação, CEB, CAESB	-	-	313
	SINE/ APEC/ CRAS	-	-	31
	Outros(Escolas, creches, etc)	-	-	424
Trabalho com Grupos	Remoções	-	-	119
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	-	3
	Reuniões com outros órgãos	-	-	25
	Outros	-	-	725

Ações Culturais**Educação e Cultura****Cultura**

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema						220
Teatro						300
Música						374.100
Dança						374.100
Literatura						20
Eventos culturais						353.350
Outros eventos						880

Esporte e lazer**Desporto e Lazer**

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer						25.000
Eventos esportivos						25.000

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	
Comercial	-	-	18	-	-	14	-	-	32
Área Rural	-	-	27	-	-	-	-	-	27
Outros (Eventual)	-	-	12	-	-	-	-	-	12
Total Expedido	-	-	57	-	-	14	-	-	71

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	-	-	41	-	-	5.898,11
Industrial	-	-	2	-	-	818,16
Comercial	-	-	1	-	-	115,50
Institucional	-	-	1	-	-	779,00
Total Expedido	-	-	45	-	-	7.610,77

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	-	-	11	-	-	1.400,67
Comercial	-	-	1	-	-	147,75
Institucional	-	-	1	-	-	220,50
Total Expedido	-	-	13	-	-	2.168,92

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2012	5.194,60	28
Outras		2012	5.982,00	07
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2012	2.207,40	03
Levantamento para Carta de Habite-se		2012	3331,40	19

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	32	5.712,42	-	-	-	-	-	6.465,28
	Comercial		01	115,50	-	-	-	-	-	115,50
	Institucional		18	36.699,25	-	-	-	-	-	36.699,25
Misto	Residencial/Comercial		01	779,00	-	-	-	-	-	779,00

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres							2
Feiras Permanentes							1

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras				271
Documentação Expedida	Processos Protocolados			01

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação		2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias				
Bancas de Jornais e Revistas definitivas				4

Apoio Industrial e Rural

Atividade		Quantidade		
		2010	2011	2012
Sistema Viário (m²)	Estradas recuperadas			42.560
Vistorias realizadas				150
Produtores rurais cadastrados				230
Propriedades rurais				600
Associações				40
Cooperativas				01
Visitas e reuniões				70

Atividade	Quantidade		
	2010	2011	2012
Outros (Poda de árvores, Horta Comum. Medicinal)			53

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados			843
CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação			789
CI-Certificado de Incorporação			130
Atestado de desobrigação			09
CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo			01
CAM-Certificado de Alistamento Militar			900
Declarações de dispensado			789
Transferência de domicílio			12

3. Informações complementares

As obras de recapeamento das principais avenidas de Brazlândia foram realizadas pela Novacap e os serviços de Iluminação Pública foram realizados pela CEB.

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

As fases técnicas dos procedimentos de execução dos programas ocorreram dentro das normalidades com o atendimento aos prazos jurídicos com êxito. Nas respectivas execuções as dificuldades encontradas se estendem a fase de elaboração dos projetos, em face da não disponibilidade de mão de obra na necessidade que as demandas requerem. A problemática que se destaca é a indisponibilidade dos orçamentos em financeiros, em virtude do contingenciamento dos créditos ao longo do exercício. A perspectiva almejada é efetivamente que se faça o fluxo dos créditos financeiros para os projetos que hora se encontram listados no planejamento do presente exercício.

5.05. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO – RA V – UO: 11.107

A Administração Regional de Sobradinho, órgão da administração direta regionalizada, com regimento interno aprovado pelo decreto Nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, é vinculada à Casa Civil da Governadoria, de acordo com Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012 e representa o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa V, tendo por competência coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	10	31	01	01	43
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	84	-	29	-	113
Requisitados	Órgãos do GDF	10	11	1	22
	Órgãos Estaduais	-	-	-	-
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	1
Outros	Estagiários	-	7	-	7
	Terceirizados (FUNAP)	-	12	-	12
Subtotal (Força de Trabalho)	105	61	31	01	198
(+) Cedidos para outros órgãos	02	-	-	-	02
Total Geral	107	61	31	01	200

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA TEMÁTICO:

0001–PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
9050–Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	200.000	7.770	7.770	7.770	
7071–Ressarcimentos, Indenizações e Restituições- Administração Regional –Sobradinho	200.000	7.770	7.770	7.770	7

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	20.000	0	0	0	29
4088 -Capacitação de Servidores	50.000	4.866	4.866	4.866	
0005 - Capacitação de Servidores- Administração Regional- Sobradinho	50.000	4.866	4.866	4.866	17
8502 -Administração de Pessoal	5.567.341	7.462.687	7.458.518	7.458.518	
8776 - Administração de Pessoal- Administração Regional- Sobradinho	5.567.341	7.462.687	7.458.518	7.458.518	2 e 9
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	360.265	652.047	652.045	652.045	
9594 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Sobradinho	360.265	652.047	652.045	652.045	3, 4 e 5
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.483.000	763.976	673.834	660.898	
6364 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Sobradinho	1.483.000	763.976	673.834	660.898	1

Visando melhorar a eficiência e a eficácia das atividades desenvolvidas, a Administração Regional de Sobradinho proporcionou treinamento e capacitação a servidores, por meio da participação no “5º Encontro Nacional de Contabilidade Pública”, realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do DF. e no Curso de “Orçamento de Obras na Construção Civil”, os quais foram de suma importância para o aprimoramento técnico dos servidores atuantes nas respectivas áreas fins.

Com finalidade de contribuir para que as ações de políticas públicas efetivamente alcancem os resultados quantitativos e qualitativos almejados, em conformidade com os reais anseios e necessidades da sociedade, foram adquiridos alguns equipamentos: notebook, projetor multimídia, tela de projeção, câmera digital, televisor e tenda. Todos de extrema importância para a Administração no que diz respeito à apresentação nas realizações de eventos públicos, treinamentos, cursos e reuniões, bem como auxiliar nas atividades educativas e motivacionais.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6201 – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4090 - Apoio a Eventos	100.000	100.000	99.947	99.947	
2446 - Apoio à Realização da Exposição Agropecuária de Sobradinho	100.000	100.000	99.947	99.947	24

Como parte das comemorações do 52º Aniversário da cidade, foi realizado a 28ª edição nos dias 1, 2 e 3 de junho de 2012 a tradicional **EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA** de Sobradinho. A Exposição Agropecuária de Sobradinho se configura como uma das tradições culturais de nossa região. É consagrada como a maior festa do gênero das Regiões Administrativas do DF, por reunir grande potencial agrícola e pecuário. Chega a atrair, a cada dia de festa, cerca de 40 mil pessoas. Shows, exposição de animais (equinos e bovinos), cavalgada, exposição de hortaliças e de flores, além de deliciosas comidas típicas, são as principais atrações da nossa 28ª Agropecuária.

A Exposição é fruto de uma parceria entre a Administração Regional, Emater, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Turismo. A mostra agropecuária tem o objetivo de demonstrar as potencialidades da área rural de Sobradinho, fomentar o turismo e difundir conhecimentos sobre tecnologia de produção e consumo – por meio de informações entre técnicos, produtores e consumidores. A agropecuária de Sobradinho também é famosa por proporcionar cultura aos seus visitantes.

No dia 2 de junho, a programação foi recheada para as crianças e jovens da cidade. Teve uma mescla de literatura e interpretação cênica, com danças regionais de diversas localidades do País. Por fim, das 16h às 18h, o Bumba-meu-boi e o Tambor de crioula do Mestre Teodoro Freire apresentou as tradições maranhenses à garotada.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO de SAÚDE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3135 - Construção de Unidades Básicas de Saúde	1.000.000	0	0	0	30 e 31

PROGRAMA TEMÁTICO:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1745 - Construção de Quadras de Esportes	130.000	0	0	0	32
3047 - Implantação de Espaços Esportivos	60.000	0	0	0	14
3440 - Reforma de Quadras de Esportes	300.000	0	0	0	33
3678 - Realização de Eventos	100.000	129.000	7.890	7.890	
2705 - Realização de Eventos - Apoio Ao Futebol Amador - Asfi- Sobradinho	0	29.000	7.890	7.890	54
4090 - Apoio a Eventos	0	260.000	96.500	96.500	
2595 - Apoio a Eventos – Apoio a Eventos Esportivos - Sobradinho	0	260.000	96.500	96.500	55
4091 - Apoio a Projetos	100.000	0	0	0	15 e 16

A realização do tradicional evento esportivo “80 km pedal da Serra”, consolida esta atividade de grande importância e já tornou-se tradicional no calendário de nossa cidade. Evento conta com a participação de aproximadamente 5.000 (cinco mil) pessoas direta e indiretamente envolvidas no evento. Conta com a parceria de grupos de ciclistas organizados de nossa cidade, além do apoio de empresários do ramo.

Apoio a valorização as categorias de base do futebol amador de Sobradinho buscando a integração e dando oportunidade aos jovens carentes da Cidade.

Dentre as atividades desportivas realizadas destacamos a 25ª edição do GP de Ciclismo. Contou com a parceria da Federação Brasileira de Ciclismo, grupos de corredores da cidade órgãos públicos (segurança, saúde e educação) além da participação efetiva da população de nossa cidade, onde aproximadamente 2.000 (dois mil) pessoas acompanharam a atividade.

Realização da Rua de Lazer no Parque dos Jequitibás, local que se tornou o ponto de encontro da comunidade Sobradinho aos domingos, que por iniciativa da Administração Regional fez o fechamento da via em frente ao parque tornando uma via de prática desportiva e de encontro comunitário.

Realização de parceria com a Entidade de jogos interescolares, reunindo cerca de 2.000 (dois mil) estudantes da rede pública e particular de ensino teve como objetivo a congregação e a valorização do esporte como competição dentro de uma visão pedagógica de construção de cidadãos conscientes com a importância da competição esportiva. Em parceria com vários órgãos públicos, além de segmentos da sociedade civil e empresários locais.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4090 - Apoio a Eventos	200.000	200.000	200.000	200.000	
2442 - Apoio a Realização de Eventos - Feicotur	200.000	200.000	200.000	200.000	20

A FEICOTUR (Feira do Comércio e Turismo de Sobradinho) vem se consolidando a cada ano como o maior evento comercial e de caráter turístico de nossa cidade. Reunindo diversos empresários de vários segmentos da cadeia produtiva. Conta, além disso, com inúmeras atividades culturais e em especial no ano de 2012 recebeu o circuito regional do Concurso de Quadrilhas do Distrito Federal, agregando valores significativos em meio às atividades econômicas eminentemente exploradas nesta feira. Atinge uma média de 30.000 (trinta mil) pessoas por dias de realização do evento.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1110 - Execução de Obras de Urbanização					37, 38, 43, 36, 39, 40 e 41
	2.070.000	544.000	191.615	0	
3902 - Reforma de Praças Públicas E Parques	100.000	100.000	77.792	0	42
8508 - Manutenção de Áreas Urbanizadas E Ajudadas	100.000	0	0	0	35

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1763 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública	10.000	250.000	154.457	154.457	13 e 50
9503 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Ampliação da Rede de Iluminação Pública-Administração Regional- Sobradinho	0	250.000	154.457	154.457	50
1836 - Ampliação Dos Pontos de Iluminação Pública	250.000	0	0	0	44

A ampliação do sistema, além de complementar a iluminação local, propiciou mais segurança nas Quadras de Sobradinho levando iluminação a pontos deficientes em especial ao Comércio da Quadra 08.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1583 - Reforma de Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0	0	0	0	53
2094 - Promoção de Assistência Social Comunitária	22.000	13.900	13.897	13.897	
8375 - Promoção de Assistência Social Comunitária- Administração Regional- Sobradinho	22.000	13.900	13.897	13.897	11

A Conferência Livre dos Direitos das Pessoas com deficiência foi realizada no dia 3 de agosto de 2012, por indicação da Coordenadoria das Cidades e do Conselho de defesa dos Direitos da Pessoa

com deficiência – CODDEDE por ocasião da Conferência Distrital marcada para os dias 18 e 19 de agosto de 2012.

Trata-se do evento voltado a atividade de grande relevância social conforme registro e deliberações construídas durante sua realização.

Durante o evento que contou com a participação de 92 inscritos credenciados entre membros da sociedade civil e do poder público garantindo assim um rico debate e um marco na retomada do dialogo com a sociedade.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6214 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4089 -Capacitação de Pessoas	150.000	0	0	0	45

PROGRAMA TEMÁTICO:

6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3087 -Execução de Obras de Acessibilidade	30.000	0	0	0	12

PROGRAMA TEMÁTICO:

6219 – CULTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	200.000	400.000	199.992	199.992	
2634 - Apoio A Festa do Aniversário da Cidade de Sobradinho	200.000	200.000	199.992	199.992	26
4089 -Capacitação de Pessoas	150.000	0	0	0	21
4090 - Apoio a Eventos	850.000	987.946	841.851	784.851	
2441 - Apoio a Realização de Eventos - Bumba-Meu-Boi	100.000	340.000	334.633	334.633	19
2445 - Apoio a Realização de Eventos - Artise	100.000	100.000	100.000	100.000	25
2448 - Apoio a Eventos - Via Sacra -Sobradinho	100.000	7.946	7.946	7.946	18
2450 - Apoio a Festas Religiosas em Sobradinho	150.000	150.000	136.772	136.772	23
2578 - Apoio a Eventos - Apoio a Eventos Culturais em-Sobradinho	0	290.000	262.500	205.500	51
5968 -Construção de Espaço Cultural	300.000	0	0	0	28
9104 -Apoio Financeiro A Eventos	1.250.000	0	0	0	48

A cidade de Sobradinho tem forte apelo religioso por conta da realização das festas tradicionais do Padroeiro e das Barracas Marianas, organizadas em conjunto com as paróquias e os movimentos sociais que buscam a aproximação e a tradição religiosa de nossa cidade. Tanto as Barracas Marianas quanto a Festa do Padroeiro reúnem em média 4 a 5.000 (mil) pessoas por dia.

A VIA SACRA de Sobradinho, tornou-se uma das maiores realizadas em todo o Distrito Federal, onde reúne em torno de 15.000 (dez mil) pessoas durante o evento e uma atividade expressiva de renovação espiritual para a comunidade religiosa de nossa cidade, contribuindo para a preservação de valores familiares.

Dentre as atividades culturais realizadas pela Administração Regional de Sobradinho no ano de 2012. Resgatar os valores culturais da comunidade cultural, desenvolvendo o potencial artístico e cultural através de expressões culturais próprias através de atividades de grande relevância cultural como a 2ª feira do Livro de Sobradinho, a participação da cidade como sede do tradicional Festival de Brasília do cinema Brasileiro, o desfile Cívico Militar durante as comemorações do 52ª Aniversário da cidade que fortaleceu o dialogo com o segmento estudantil e com as entidades representativas de nossa cidade, além do apoio às manifestações populares como a Tradicional festa do Boi do Seu Teodoro, ícone cultural de nossa cidade, além de exposições, oficinas produção de trabalho e atividades culturais para novos valores na feira cultural de nossa cidade;

PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2426 -Reintegra Cidadão	0	101.608	80.159	80.159	
8434 - Reintegra Cidadão-Administração Regional – Sobradinho	0	101.608	80.159	80.159	6

Os trabalhos desenvolvidos pelos prestadores da FUNAP, em média 12 pessoas, vem atendendo à demanda de serviços da Administração de Sobradinho na área de manutenção, conservação e reparo dos próprios e em mobiliários urbanos da RA-V, prestando um serviço relevante aos moradores da cidade.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6230 – TURISMO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4090 -Apoio a Eventos	200.000	75.000	0	0	49 e 57

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	847	142.308,48	668,74
Confecção de quebra molas	Unid.	-	18	0
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	110	179	180
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	65	20	52
Recuperação de calçadas	m²	625	315	50
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	-	1
Transporte de material apreendido	Viag.	-	-	0
Capina, varrição e rastelagem	m²	10.150	-	500
Remoção de entulhos	m³	30.200	21.570	21.900
Reposição de meios-fios	Unid.	291	209	784
Serviços de terraplanagem	m²	41.500	208.500	191.200
Roçagem manual	m²	4.240	480	0
Serviços de roçagem mecânica	m²	34.450	29.270	208.100
Passeios (construção)	m²	-	240	1.837
Pintura de praça	m²	-	1.900	0
Muro (construção)	m	-	60	0
Execução de tapume	m²	-	176	0
Limpeza de calhas de concreto de águas pluviais	m	-	200	0
Poda de árvores	Unid.	-	-	150
Rede de águas pluviais	m	-	-	18
Pintura de ponto de ônibus	Unid.	-	-	1

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	5	15
	Habitação, CEB, CAESB	5	3	29
	CDS/ Na hora/SEDEST	-	-	45
	SINE/ APEC/ CRAS/CREAS	93	12	0
Trabalho com Grupos	Outros(Escolas, creches, etc)	154	16	97
	Idosos	-	-	3
	Remoções	1	3	16
	Outros	79	2	140
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	25	12
	Visitas a entidades assistenciais	-	6	18
	Reuniões com outros órgãos	-	8	0
	Outros	26	36	31

Ações Culturais

Educação e Cultura

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012 (#)	2010	2011	2012
Cinema	-	3	5	-	4.550	3.150
Teatro	5	6	3	800	9.550	230
Música	52	3	27	71.000	6.200	71.900
Dança	-	-	1	-	-	0
Artes Plásticas	8	3	2	760	4.650	2.190
Literatura	1	2	1	50	2.340	2.000
Artesanato	5	-	0	1.200	-	0
Eventos culturais	-	4	3	-	197.198	1.250
Outros eventos	15	56	32	10.300	22.600	96.501

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012 (#)	2010	2011	2012
Lazer	-	8	5	-	2.400	4120
Eventos esportivos	69	10	5	40.160	238.250	7700
Outros	16	1	0	21.950	2.000	0

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços

Licenciamento de Atividades Econômicas

Alvará de Funcionamento									
Setor	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	3	10	40	54	15	8	57	25	48
Comercial	-	66	238	571	165	143	571	231	381
Institucional	-	1	2	15	-	1	15	1	3
Área Rural	-	-	-	5	-	1	5	-	1
Outros (Eventual)	-	1	15	7	1	-	7	2	15
Total Expedido	3	78	295	652	181	153	655	259	448

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	141	82	100	17.134,90	11.340,97	13.616,91
Habitação Coletiva	-	1	1	-	8.335,95	4.901,69
Comercial	18	16	24	14.582,99	37.834,98	23.621,21
Institucional	2	1	2	9.903,86	781,36	1.819,21
Área Rural	1	1	-	26,63	584,72	-
Condomínio	-	121	104	-	27.063,79	24.198,71
Outros	76	-	-	19.869,31	-	-
Total Expedido	238	222	231	61.517,69	85.941,77	68.157,73

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	43	46	35	9.216,44	11.851,93	7.981,08
Habitação Coletiva	-	1	1	-	8.098,04	4.969,78
Comercial	9	11	13	4.028,69	5.797,32	7.430,50
Total Expedido	52	58	49	13.245,13	25.747,29	20.381,36

Topografia

Especificação		Ano	Área/m2	Quantidade
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2010	138.751,16	252
		2011	-	313
		2012	-	137
Verificação de Alinhamento		2011	-	313
		2012	-	112
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	24.888,68	55
		2011	-	68
		2012	-	47

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	91	22.636,03	99	9.478,34	2	72,46	192	32.186,83
		Habitação Coletiva	1	4.902,71	-	-	-	-	-	-
	Comercial		9	4.789,62	6	1.496,50	3	82,14	18	6368,26
	Institucional		1	6.173,18	2	1.141,38	-	-	3	7.314,56
Misto	Residencial/Comercial		2	9.659,80	-	-	-	-	2	9.659,80
	Outros		1	733,95	1	69,04	0	0	2	802,99

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012 (#)	2010	2011	2012	
Feiras Livres	2	7	-	225	566	441	-
Feiras Permanentes	1	1	-	307	329	304	-

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		-	-	695
Fiscalização de Feiras		-	184	15
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-	-	-

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas definitivas	-	12	10

Apoio Industrial e Rural

Atividade	Quantidade		
	2010	2011	2012
Sistema Viário (m²) Estradas recuperadas	65	63	-
Vistorias realizadas	83	8	03
Produtores rurais cadastrados	-	2.177	-
Propriedades rurais	70	815	-
Associações	53	11	-
Cooperativas	-	1	1
Visitas e reuniões	71	18	12
Outros (Poda de árvores, Horta Comum. Medicinal)	26	-	6

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos Efetuados	1.780	2.055	2.055
CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	2.143	1.494	2.813
CI-Certificado de Incorporação	14	22	15
Atestado de desobrigação	28	5	28
CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	6	2	49
CAM-Certificado de Alistamento Militar	-	-	152
Declarações de Dispensado	-	-	1700
Transferência de Domicílio	170	271	321
Certidão Tempo de Serviço	-	-	3
Processo Reservista 2ª Via	-	-	5

3. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

Com uma natureza privilegiada, a cidade serrana investe para se transformar no maior centro de lazer rural do DF. A cidade de Sobradinho localizada ao norte do Distrito Federal a vinte dois quilômetros do Plano Piloto possui hoje um grande potencial para o ecoturismo. Com sua rica produção agrícola e sua vertente artística, Sobradinho hoje se consolida como uma das melhores cidades do Distrito Federal.

Assim todo o esforço tem sido no sentido de preservar e manter as características que achamos importantes para nossa cidade. A execução do “Quadro detalhamento despesas – QDD”, tem se privado pela lisura e pelo cuidado em bem aplicar estes recursos públicos.

As dificuldades que encontradas estão no que diz respeito à falta de pessoal, equipamentos e materiais para atender de forma eficaz e eficiente todas as demandas da Comunidade.

Mesmo com tantos problemas conseguimos realizar algumas licitações, o que nos faz confiantes para o ano de 2013 de executarmos ainda mais, ou um percentual maior que o ano de 2012, devido a experiência adquirida e o planejamento elaborado por esta Regional Administrativa. Com isto, destacamos o grande diferencial desse governo em atender aos anseios da nossa população.

5.06. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA – RA VI – UO: 11.108

A Administração Regional de Planaltina, criada pela lei nº 4545, de 10/12/1964, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, é vinculada à Casa Civil da Governadoria, de acordo com art. 2º, §3º do Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012.

A Administração tem por competência coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	06	10	-	23	39
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	16	-	113	-	129
Requisitados de Órgãos do GDF	03	04	12	02	21
Subtotal (Força de Trabalho)	25	14	125	25	189
(+) Cedidos para outros órgãos	-	04	-	-	04
Total Geral	25	18	125	25	193

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1984 - Construção de Prédios e Próprios	200.000	0	0	0	32

O GDF realizou concurso visando selecionar o melhor projeto técnico para a construção do parque de exposições de Planaltina, porém o projeto vencedor careceu de revisão/redefinição para atender às necessidades locais.

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	30.000	387.885	7.850	7.850	-
6388 - Reforma de Prédios e Próprios- Administração Regional- Planaltina	30.000	7.885	7.850	7.850	22
8502 -Administração de Pessoal	5.895.179	7.556.619	7.530.839	7.530.839	-
8777 - Administração de Pessoal- Administração Regional- Planaltina	5.895.179	7.556.619	7.530.839	7.530.839	01, 39
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	489.316	783.119	781.540	781.540	-
9595 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Planaltina	489.316	783.119	781.540	781.540	02,37,08
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	2.121.468	1.083.880	1.078.621	944.268	-
6390 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Planaltina	2.121.468	1.083.880	1.078.621	944.268	03

Neste programa, além das ações relativas à manutenção dos serviços administrativos gerais, também foram contratados serviços de firma especializada para elaboração de laudo técnico e realização de perícia nas instalações do Ginásio de Múltiplas Funções de Planaltina.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6201 – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4090 -Apoio a Eventos	100.000	100.000	99.583	99.583	-
2451 - Realização da XXIII Semana do Produtor Rural do DF no Núcleo Rural Tabatinga	50.000	50.000	49.583	49.583	30
2452 - Realização da Festa do Pimentão no Núcleo Rural Taquara	50.000	50.000	50.000	50.000	31

As ações descritas neste programa representam emendas parlamentares e atingiram um público-alvo aproximado de 2.000 e 6.000 pessoas, respectivamente.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1745 -Construção de Quadras de Esportes	900.000	270.000	260.332	0	-
2491 - Construção de Quadras Poliesportivas - Planaltina	900.000	270.000	260.332	0	29
3047 -Implantação de Espaços Esportivos	800.000	1.590.000	435.473	0	
2565 - Construção de Campo Sintético em Planaltina	800.000	1.290.000	146.972	0	34
9144 – Implantação de Espaços Esportivos-Construção de Campo Futebol Areia ao Lado Estádio -Planaltina	0	150.000	141.602	0	44
9148 – Implantação de Espaços Esportivos-Construção de Pista de Skate-Planaltina	0	150.000	146.899	0	45
3048 – Reforma de Espaços Esportivos	0	260.000	241.926	0	-
9575 – Reforma de Espaços Esportivos-Reformas de Quadras Poliesportivas-Planaltina	0	260.000	241.926	0	46
4091 -Apoio a Projetos	700.000	0	0	0	35

As ações realizadas no programa se referem à implantação de quadras poliesportivas nos locais relacionados abaixo:

- Núcleo Rural Sarandi;
- Quartel 9º GBM;
- Vila Nossa Senhora de Fátima;
- Escola Classe Vale do Sol;
- Vila Buritis II;
- 9º GBM.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	962.050	570.724	239.279	83.175	23, 25
2774 - Execução de Obras de Urbanização em Planaltina	300.000	220.000	210.279	54.175	24
6395 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Planaltina	341.750	30.424	29.000	29.000	26
3089 -Requalificação de Espaços Urbanos	240.000	150.000	144.600	0	-
2579 - Construção de PECS - Planaltina	240.000	150.000	144.600	0	27
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	100.000	0	0	0	28

Ações Afetas à Urbanização

Praças em Construção
Praça da quadra 07 SRNA
Praça Bahia – Setor Sul
Praça da quadra 01/02 Buritis
Obras Concluídas
Implantação de 03 pontos de ônibus na DF 128
Implantação de lixeiras centro comercial - SHD
Implantação de lixeiras na Praça Pe. A. Macigaglia
Implantação de lixeiras na Praça Salviano Monteiro
Implantação de lixeiras na Praça São Sebastião
Implantação de lixeiras no Morro da Capelinha
Implantação de ponto de ônibus DF 130 – Rajadinha III
Implantação de Sistema de Água Potável – CED Várzea
Implantação de Sistema de Água Potável – CEF São José
Implantação de Sistema de Água Potável – N R São José
Implantação de Sistema de Água Potável – NR Tabatinga
Implantação de Sistema de Água Potável – NR Taquara
Implantação de Sistema de Semáforo AV Independência
Substituição de Sistema de Água Potável 21 Condomínios
Drenagem da AV Água de Coco - Arapoanga
Construção de Calçadas – CED dona América

Construção de Calçadas – EC 02 do Arapoanga
Construção de Calçadas – AV Independência
Construção de Calçadas – CEF Arapoanga
Rede de Água Potável
Instalação de rede de Água Potável – NR Taquara – Escola/Comunidade
Instalação de rede de Água Potável – NR Tabatinga – Escola/Comunidade
Instalação de rede de Água Potável – NR São José – Escola/Comunidade
Instalação de rede de Água Potável – NR Córrego do Meio – Escola/Comunidade
Substituição da rede de água potável dos 21 Cond.
Obras Licitadas
Pavimentação da DF 230 – Núcleo Rural Taquara
Pavimentação da DF 355 – NR Tabatinga
Obras em Processo de Licitação
Projeto de pavimentação da DF 131 – NR Monjolo
Outras Melhorias
Acero na reserva de Águas Emendadas
Criação de áreas para recepção de resíduos de pequenos geradores da construção civil – até 01 m ³
Pintura, demarcação das vias e estacionamentos
Pintura, demarcação e acero das DF 130 e 128
Projeto de drenagem pluvial da AV Independência

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1133 - Implantação de Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica	0	35.938	35.938	0	-
2836 - Implantação de Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica - Instalação de Iluminação Pública em Planaltina - PECS e Posto Policial - Planaltina	0	35.938	35.938	0	43
1763 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública	27.250	143.540	126.627	14.895	-
9490 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Administração Regional- Planaltina	27.250	43.540	38.311	14.895	33
9504 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública - Planaltina	0	100.000	88.316	0	41
1836 - Ampliação dos Pontos de Iluminação	0	300.000	299.197	0	
6941 - Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública - Planaltina	0	300.000	299.197	0	42

As ações descritas acima foram realizadas nos seguintes locais:

- Condomínio Guirra – Prado;
- DF 128 – BR 020 ao 1º deR – 3 km;
- DF 128 – BR 020 ao Posto Policial/Planaltina de Goiás – 10 km;
- DF 203 – BR 020 ao Arapoanga – 9 km;
- Escola Classe 03 e Paraná – Vila Buritis;
- Escola Classe 04 e 08 – Vila Buritis;
- Lotes 01 e 40/41 da Vila Buritis;
- Mestre D'armas – margens da BR 020;
- Núcleo Rural São José;
- Núcleo Rural Monjolo;
- Vila Taquari;
- Condomínio Park II;
- Condomínio Santa Monica;
- Condomínio Nova Petrópolis;
- Chácara 100 quadra 129, 130 e 131 ;
- Condomínio Mestre D'armas II.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 -Promoção de Assistência Social Comunitária	67.506	3	0	0	4
3246 -Construção de Centro Comunitário	100.000	100.000	0	0	21

Estas ações não foram executadas por indefinição de projeto técnico, decorrente da insuficiência de recursos humanos.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	1.250.000	850.000	834.049	824.368	-
2636 - Realização da Festa de Santa Rita de Cássia	50.000	50.000	40.925	40.925	6
2638 - Realização de Eventos Culturais - Administração Regional - Planaltina	1.100.000	800.000	793.124	783.443	8
4090 -Apoio a Eventos	1.330.000	1.001.261	930.766	930.766	10, 11, 16
2453 - Apoio a Realização da Folia da Roça de Planaltina	200.000	200.000	200.000	200.000	9
2456 - Apoio a Eventos Culturais - Via Sacra - Planaltina	300.000	180.500	170.085	170.085	12
2457 - Apoio a Eventos Culturais- Festa do Divino - Planaltina	150.000	150.000	150.000	150.000	13
2458 - Festa do Divino Espírito Santo Em Planaltina	100.000	100.000	99.158	99.158	14
2459 - Apoio a Eventos Culturais - Festa de Santa Rita – Planaltina	50.000	50.000	50.000	50.000	15
2461 - Apoio a Eventos Culturais - Cruzada Evangelística – Planaltina	100.000	92.748	85.497	85.497	17
2462 - Apoio ao Encontro das Folias do Divino Espírito Santo	140.000	140.000	140.000	140.000	18
2463 - Apoio a Festa do Divino Espírito Santo - Folia da Roça	20.000	18.013	16.026	16.026	19
2464 - Apoio ao Evento da Cruzada Evangelística e Cultural de Planaltina	20.000	20.000	20.000	20.000	20

As ações executadas, antes relacionadas, representaram emendas parlamentares e beneficiaram expressivo quantitativo de público-alvo, conforme quadro descritivo a seguir:

Emendas Executadas	Público-Alvo
Apoio a Eventos Culturais – Festa do Divino de Planaltina	100.000
Apoio ao Encontro das Folias do Divino Espírito Santo	20.000
Apoio a Festa do Divino Espírito Santo Folia de Roça	60.000
Festa do Divino Espírito Santo em Planaltina	100.000
Apoio a realização da Folia de Roça de Planaltina	60.000
Realização da Festa de Santa Rita de Cássia	10.000
Apoio a Eventos Culturais Festa de Santa Rita	10.000
Apoio a Eventos Culturais e Cruzada Evangelística	35.000
Apoio ao Evento da Cruzada Evangelística e Cultural	35.000
Realização de Eventos Culturais – Adm. Reg. Planaltina	733.000
Realização da Grande Cruzada Evangelística de Planaltina	35.000
Apoio a Eventos Culturais – Via Sacra Planaltina	180.000
Apoio ao Encontro de Folias do Divino Espírito Santo	20.000

PROGRAMA TEMÁTICO:**6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2390 -Manutenção do Ensino Médio	150.000	150.000	128.819	128.819	-
2558 - Manutenção de Banda - Compra de Instrumentos Musicas - Centro Educacional 01 - Planaltina	150.000	150.000	128.819	128.819	5

Esta ação representa a aquisição de instrumentos musicais para a banda do CED 01 – CENTRÃO, tais como: uma bateria musical completa, duas flautas transversais, um saxofone barítono, três trompetes, dois saxofones tenor, duas tubas, seis clarinetes, dois saxofones altos e três trombones de vara.

2. Outras Realizações

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	100	1.500
Confecção de quebra molas	Unid.	-	-	93
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	70	38
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	16	108
Recuperação de calçadas	m²	-	-	1.827
Capina, varrição e rastelagem	m²	-	15.000	280
Remoção de entulhos	m³	-	16.370	152.433
Reposição de meios-fios	Unid.	-	-	1.000
Serviços de terraplanagem	m²	-	210.000	1.626.050
Roçagem manual	m²	-	9.300	215.740
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	81.000	198.980
Outros (replanteio de gramado, pintura de pontos de ônibus)	Unid.	3.000	-	3.396

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	62	33
	Habitação, CEB, CAESB	-	28	6
	CDS/ Na hora	-	162	112
	SINE/ APEC/ CRAS	-	364	19
	Outros(Escolas, creches, etc)	-	-	17
Trabalho com Grupos	Gestantes	-	15	-
	Idosos	-	27	-
	Deficientes	-	16	-

Ações Culturais

Educação e Cultura

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	22	-	-	1.300	2.000
Teatro	-	27	-	-	11.250	106.000
Música	-	26	-	-	110.950	139.500
Artes Plásticas	-	8	-	-	6.480	2.040
Literatura	-	12	-	-	2.700	3.150
Eventos culturais	8	23	-	-	29.200	-
Outros eventos	27	30	-	-	12.360	56.110

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	-	-	-	-	7.000
Eventos esportivos	-	91	-	-	129.850	91.100
Outros	16.612	-	-	-	-	-

Análises, Exames, Licenciamentos e Outros Serviços

Licenciamento de Atividades Econômicas

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	-	-	-	-	02	-	-	02	12
Comercial	02	-	-	379	53	-	381	53	105
Industrial	-	-	-	01	02	-	01	02	3
Misto	-	-	-	-	27	-	-	27	659
Institucional	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Outros (Eventual)	-	-	-	-	40	-	-	40	102
Total Expedido	02	-	-	380	124	-	382	124	885

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	91	18	65	18.441,11	3.794,82	13.335,47
Comercial	26	04	16	18.600,00	6.701,53	7.165,15
Institucional	-	02	-	-	4.514,49	-
Total Expedido	117	24	81	3.7041,11	15.010,84	20.500,62

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	12	14	36	1.773,89	2.350,66	5.370,94
Comercial	02	02	-	744,00	1.150,44	-
Total Expedido	14	16	36	2.517,89	3.501,10	5.370,94

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	108.071,59	199
		2011	45.187,46	72
		2012	42.934,53	133
	Outras	2010	-	05
		2011	4.528,00	15
		2012	5.858,77	3
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2010	108.071,59	199
		2011	5.613,00	30
		2012	47.443,30	133
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	8.468,43	36
		2011	73.026,30	43
		2012	332.237,15	51
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	23.602,00	89
		2011	289.907,32	148
		2012	1.396,00	7

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2010

Característica do Uso			Característica dos Projetos Aprovados						A+B +C (m²)
			Nova		Acréscimo		Sem Acréscimo		
			Qtd	(A) m²	Qtd	(B) m²	Qtd.	(C)m²	
Restrito	Residencial	Unifamiliar	173	39.660,68	-	-	-	-	39.660,68
	Comercial		45	72,24,23	-	-	-	-	72,24,23
	Institucional Pública		01	422,60	-	-	-	-	422,60
	Institucional Privada		01	35.745,45	-	-	-	-	35.745,45
	Ocupação de Área Pública		01	44,60	-	-	-	-	44,60
Misto	Residencial/Comercial		45	22.055,37	-	-	-	-	22.055,37

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2011

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	14	1.452,17	-	-	-	-	14,00	1.452,17
	Comercial		02	1.252,00	-	-	-	-	02	1.252,00
Misto	Residencial/Comercial		03	4.532,00	-	-	-	-	03	4.532,00

Projetos analisados: 196

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	114	20.171,77	1	46,88	-	-	-	20.218,65
	Comercial		23	11.448,85	-	-	-	-	-	11.448,85
	Institucional		8	6.506,65	-	-	-	-	-	6.506,65
Misto	Residencial/Comercial		5	1.328,54	-	-	-	-	-	1.328,54
	Outros		1	75,40	-	-	-	-	-	75,40

Projetos analisados: 545

Apoio Industrial e Rural

Atividade	Quantidade		
	2010	2011	2012
Vistorias realizadas	-	-	221
Produtores rurais	-	349	1361
Propriedades rurais	115	-	48
Associações	166	164	120
Cooperativas	13	-	60

Atividade	Quantidade		
	2010	2011	2012
Visitas e reuniões	-	155	296
Cartas Consultas atendidas	17	92	-
Organização de Eventos	01	11	-
Apoio a Eventos	-	72	-
Outros (Vistorias, Poda de árvores, Erradicações)	163	129	1579

3. Informações complementares

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	-	01	04	122	122	269	Praça S. Sebastião
Feiras Permanentes	03	03	03	1.337	1.337	951	Setor Educacional/Centro

Especificações		2010	2011	2012
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-	-	108/130

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas definitivas	06	02	03

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	2.417	-	2.521
CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.985	-	2.521
CI-Certificado de Incorporação	13	-	-
Atestado de desobrigação	60	-	-
CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	06	-	09
CAM-Certificado de Alistamento Militar	2.700	-	-
Transferência de domicílio	189	-	-

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

Em 2012, a Administração Regional de Planaltina desempenhou relevante papel junto aos órgãos competentes, como interlocutora e intermediadora, visando canalizar recursos para a realização de melhorias na cidade.

Ainda que na cidade de Planaltina haja a necessidade de implementação nas áreas de saúde, infraestrutura, segurança, cultura, lazer e educação, são notórios as mudanças graças à força de trabalho de toda a equipe desta administração.

Nesse sentido, observa-se que as administrações regionais carecem de maior autonomia nas tarefas de fiscalizar, inspecionar, gerir recursos e executar obras de interesse público em suas respectivas jurisdições.

Alguns fatores que representaram entraves à execução das ações governamentais, em 2012, consistiram na escassez de recursos financeiros, na falta de regularização fundiária e de mão de obra qualificada. Não obstante, esta administração não medirá esforços para suplantear tais deficiências, otimizando os instrumentos de que dispõe para dinamizar sua atuação em prol do bem comum, conduzindo esta cidade rumo ao pleno desenvolvimento, como potência econômica e social.

Perspectivas para 2013

Iluminação
Núcleo Rural Bonsucesso
DF 128 km 00 ao km 04
Condomínio Santa Monica
Condomínio Park II
Condomínio Nova Petrópolis
Ponto de Encontro Comunitário - PEC
PEC - E/Q. 3/4 Setor Residencial Leste
PEC - E/Q 21 A e 22 A Buritis IV
Equipamentos Públicos
Campo sintético da quadra 06 Vila Buritis
Campo sintético da Vila Vicentina
Campo sintético no Arapoanga – licitado
Pista Skate – licitado
Campo de Areia – licitado

Quadra poliesportiva Estância Planaltina – licitado
Quadra poliesportiva Araponga
Quadra poliesportiva com cobertura CEF Pipiripau II - SEEDF
Cobertura quadra CED 01 – SEEDF
Cobertura da quadra – CED 03
Cobertura da quadra – CED Taquara
Cobertura da quadra – CEF Estância III
Cobertura da quadra – EC Altamir
Cobertura da quadra – EC dom Bosco
Cobertura da quadra – CEF JK
Reforma de Quadra Poliesportivas
Vila Buritis entre quadra 01/02
Vila Buritis entre quadra 03/04
Vila Buritis entre quadra 05/06
Vila Vicentina
Vale do Amanhecer 02 Quadras
Nova Planaltina
Praça do Estudante – 04 Quadras
Setor Residencial Norte – A – 03 Quadras Obs.: Licitado
Praça São Sebastião Obs.: Licitado
Vila Feliz Obs.: a Licitar
Obras em Andamento
Cobertura da quadra – CED 03 SRNA
Cobertura da quadra – CEF Cond. Estância III
Cobertura da quadra – CEF JK Mestre D’armas
Cobertura da quadra – EC Altamir
Cobertura da quadra – EC Cerâmicas R D Bosco
Construção de Calçadas – CEF 03 Vila Buritis III
Construção de Calçadas – CEF 15
Construção de Calçadas – CEF Cond. Estância III
Implantação de esgoto – Arapoanga
Implantação de esgoto – Cond. Sarandi
Implantação de esgoto – Estância Planaltina
Implantação de quadra poliesportiva – EC Vale do Sol
Implantação de quadra poliesportiva – NR Sarandi
Implantação de quadra poliesportiva – VNS Fátima
Pavimentação asfáltica na Estância Planaltina
Reforma do Ambulatório Cirúrgico do HRP
Reforma do Centro Cirúrgico do HRP
Restauração da Igreja de São Sebastião
Vila Olímpica – Setor Recreativo e Cultural
4320 Casa e Apartamentos Populares - Planaltina
Projeto de revestimento do canal do NR Santo Dumont
Restauração da BR 020
Rede de Esgoto
Esgoto no Cond. Sarandi (em andamento)
Esgoto na Vila Buritis IV – quadra 21A e 22A – começo no Final de novembro
Esgoto na Estância Planaltina – Início em dezembro
Esgoto Arapoanga 40% da rede executada
Esgoto SRO – Autorizada as ligações
Estudo de implantação de esgoto - Taquara
Estudo de implantação de esgoto – Nova Petrópolis
Rede de Água Potável a concluir
Instalação de rede de Água Potável – Bonsucesso (inicia em novembro)
Estudo para instalação de água potável – NR Pedra Fundamental
4320 Casa e Apartamentos Populares - Planaltina
Projeto de revestimento do canal do NR Santo Dumont
Restauração da BR 020

Malha Viária

- Duplicação da DF 130 - Duplicação da DF 230 a DF 250;
- Asfaltamento da DF 131 - Asfaltamento da DF 128 a DF 205;
- Duplicação da DF 128- Duplicação da DF 230 à Planaltina-GO;
- Asfaltamento da DF 345 até a GO 118;
- Asfaltamento da DF 100 – trecho entre a DF 250 e DF 295;
- Asfaltamento da DF 205 – Via alternativa para acesso à DF 345 (Fercal);
- Viaduto da BR 020 entroncamento com a DF128 – Acesso a Planaltina-GO.

Infra Estrutura – Urbana

- Construção da Casa de Cultura: Valor estimado R\$ 5,5 milhões;
- Construção do Parque de Exposição: Valor estimado R\$ 17 milhões;
- Expoplan – exposição agropecuária de Planaltina-DF é um evento tradicional na região, que busca divulgar e valorizar a produção regional, tendo como objetivos principais;
 - Demonstrar as inovações tecnológicas para produção agropecuária, diretamente para produtores rurais e técnicos que atuam na área, através de palestras, leilão e outros;
 - Promover o contato direto entre produtores, pesquisadores e empresas produtoras ou revendedoras de insumos agrícolas e equipamentos, objetivando uniformizar e melhorar informações;
 - Divulgar a região como polo de produção agropecuária;
 - Contribuir para o desenvolvimento local, geração de empregos e renda;
 - Integração entre o homem do campo e o da cidade;
- Divulgar a cultura rural; Reforma do Estádio Adonir Guimarães; Implantação do sistema SENAC; Construção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento; Construção de Creches – no Vale do Amanhecer; Construção de Creches – na Estância; Construção de Creches – Vila Nossa Senhora de Fátima; Construção do Entrepósito da CEASA – Núcleo Rural Santos Dumont; Implantação da ADE – Área de desenvolvimento Econômico; Implantação do Programa Morar Bem – 0 a 3; Reforma das feiras – Confeção, Hortifruti e Utilidades; Drenagem e Asfalto; Iluminação Pública; Rede de Esgoto; Água Potável; PEC; Quadras; Parquinhos; Complexo Esportivo da cidade (ao lado da vila);
 - Cobertura de quadra;
 - Área Rural:
 - CEF TAQUARA;
 - E.C. ALTAMIR;
 - E.C. CERÂMICA REUNIDAS D. BOSCO.
 - Área Urbana:
 - CED 03;
 - CEF CONDOMÍNIO ESTÂNCIA III;
 - CEF JK;

Revitalização do Centro Histórico

- Praça da Igrejinha – Igrejinha de São Sebastião (Igrejinha de São Sebastião já em processo de restauração) - Surgiu a partir do povoado "Mestre D'Armas" que recebeu o título de "Arraial de São Sebastião de Mestre D'Armas", em cumprimento a uma promessa feita à São Sebastião pela comunidade onde, principalmente os escravos, haviam sido assolados por uma epidemia. Essa promessa consistia na doação de terras para a construção de uma capela em honra ao santo que se tornou padroeiro do arraial. A capela construída em adobe e palha, inicialmente, ganhou uma imagem do Santo, trabalhada em madeira vinda de Portugal a pedido de dona Marta Carlos Alarcão. Sua construção definitiva ocorreu em 1870, porém os registros citam o ano de 1880, como o de criação da paróquia, pela Lei nº 615, de 02 de abril de 1880. A atual Igreja de São Sebastião conserva até hoje as mesmas características da sua criação. Teve seu tombamento em 1982 pelo GDF e em 1984 foi restaurada.

- Praça Salviano Monteiro Guimarães; Casa de Câmara e Cadeia; Pedra Fundamental; Implantação do ECOMUSEU; Iluminação; Asfalto; eInfra estrutura básica – Banheiros.

Reconstrução de escolas

Unidade de Ensino	Nº Alunos	Nº Salas Existentes	Nº Salas Ideal	REFORMA
CEF JK	1080	16	20	Reforma Geral
EC. 10	550	14	14	Reforma Geral
CED 03	1500	17	20	Reforma Geral
CEF Mestre D'armas	867	16	18	Reforma Geral
EC. Santos Dumont	182	04	06	Reforma Geral
CED Taquara	710	15	18	Reforma Geral
CEF Rio Preto	304	06	06	Reforma Parcial
CEF São José	220	11	11	Reforma Geral
EC. Rajadinha	302	04	09	Reforma Geral

Infra Estrutura – Rural

- Asfaltamento dos núcleos rurais;
- Taquara: área interna;
- São José: trecho ligando a DF 250 ao Núcleo rural e área interna do Núcleo rural: aprox. 5,0 Km;
- Asfaltamento trecho de ligação BR 020 à Cerâmica Reunidas dom Bosco;
- Asfaltamento Núcleo rural Pipiripau – área interna.

05.07. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ – RA VII – UO: 11.109

A Administração Regional do Paranoá, criada pela Lei nº 049, de 25/10/89, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, coordenada pela Casa Civil conforme decreto nº 33.583 de 16/03/2012.

De acordo com seu Regimento Interno, aprovado pelo decreto nº 22.338, de 24/08/01, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administração VII, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	-	04	2	02	08
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	30	-	39	-	69
Requisitados	Órgãos do GDF	-	05	01	06
	Órgãos do Governo Federal	-	02	-	02
Outros	Estagiários	-	-	02	02
	Terceirizados (FUNAP)	-	-	07	24
Total Geral	30	21	48	12	111

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1984 – Construção de Prédios e Próprios	-	300.000	279.654	0	
9775 – Construção de Prédios e Próprios – Construção de Prédios e Próprios na RA, Paranoá – Paranoá	-	300.000	279.654	0	
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	0	1.250.000	1.250.000	0	
9723 - Reforma de Prédios e Próprios-Administração Regional do Paranoá- Paranoá	0	450.000	450.000	0	33
9737 – Reforma de Prédios e Próprios – Reforma de Ampliação de Prédios e Próprios da RA, Paranoá	0	800.000	800.000	0	
4088 -Capacitação de Servidores	14.000	15.422	15.076	15.076	
0075 - Capacitação de Servidores-Administração Regional-Paranoá	14.000	15.422	15.076	15.076	14
8502 -Administração de Pessoal	2.086.627	3.526.627	3.500.618	3.500.618	
8778 - Administração de Pessoal- Administração Regional-Paranoá	2.086.627	3.526.627	3.500.618	3.500.618	01 e 09
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	248.987	412.687	390.266	390.266	
9596 - Concessão de Benefícios a Servidores-Administração Regional- Paranoá	248.987	412.687	390.266	390.266	10, 11 e 12
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.424.580	487.103	449.747	355.131	
6975 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Administração Regional- Paranoá	1.424.580	487.103	449.747	355.131	04

Programa onde enquadram-se as despesas com manutenção da Unidade, pagamento de gastos com pessoal e de natureza continuada e capacitação de servidores. Foi contratada empresa para execução de reforma do Edifício Sede da Administração Regional e outros próprios.

- Concessão do auxílio creche para vinte (20) servidores;
- Concessão de auxílio transporte para oitenta e oito (88) servidores;
- Concessão de auxílio alimentação para oitenta e oito (88) servidores;
- Remuneração para noventa e três (93) servidores ativos da Administração Regional;
- Capacitação de servidores da Administração ao longo do ano.

PROGRAMA:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 -Realização de Eventos	200.000	72.000	43.953	36.000	
2639 - Apoio a Atividades Esportivas na Paranoá	200.000	72.000	43.953	36.600	27
4090 -Apoio a Eventos	300.000	0	0	0	
4091 -Apoio a Projetos	100.000	0	0	0	
5474 -Reforma de Ginásio de Esportes	300.000	850.914	847.702	847.702	
2284 - Reforma do Ginásio Poliesportivo do Paranoá	300.000	850.914	847.702	847.702	05

- Final de Campeonato de Futebol Amador, com show artístico e apoio com troféus e medalhas, com público estimado de 1.000 pessoas;
- Reforma do Ginásio Poliesportivo do Paranoá.

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	-	02	-	-	6.000
Eventos esportivos	02	30	02	12.000	74.100	7.000

PROGRAMA:**6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1302 -Construção de Feiras	500.000	0	0	0	

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Permanentes	1	1	1	-	163	163	Qd. 26 Paranoá

Especificações	2010	2011	2012
Fiscalização de Feiras	10	-	-

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas definitivas	01	01	01

Apoio Industrial e Rural

Atividade	Quantidade		
	2010	2011	2012
Sistema Viário (m ²) Estradas recuperadas	459	959	888.000
Vistorias realizadas	119	52	32
Produtores rurais cadastrados	2.115	2.115	-
Associações	19	22	18
Visitas e reuniões	38	68	69

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	1.070.000	6.903.113	4.544.058	346.467	
2776 - Execução de Obras de Urbanização no Paranoá	500.000	500.000	441.962	296.729	24
6946 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Paranoá	100.000	6.003.113	3.822.072	0	6
9663 - Execução de Obras de Urbanização-Infraestrutura- Paranoá	0	300.000	280.023	49.739	34
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	120.000	54.636	19.273	19.273	
6947 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Paranoá	120.000	54.636	19.273	19.273	26

- Construção da Praça Religiosa no Paranoá – 100% concluída;
- Implantação de calçadas e meios-fios em vários pontos do Paranoá – 50% concluída;
- Construção do estacionamento da Praça Central – 100% concluída

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	299	1.182
Confecção de quebra molas	Unid.	129	-	12
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	58	61	198
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	46	08	35
Recuperação de calçadas	m²	46	13	12
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	7	10
Transporte de material apreendido	Viag.	-	3	-
Capina, varrição e rastelagem	m²	1.022	17.200	5.115
Remoção de entulhos	m³	21.814	1.249.000	10.623
Reposição de meios-fios	Unid.	-	154	79
Serviços de terraplanagem	m²	-	30.000	9.868
Roçagem manual	m²	1.682	93.940	7.328
Serviços de roçagem mecânica	m²	33.907	-	4.565

PROGRAMA:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1763 -Ampliação da Rede de Iluminação Pública	10.000	200.000	193.211	33.211	
9496 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Administração Regional- Paranoá	10.000	165.000	160.000	0	30
9499 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Iluminação Pública da Colônia Agrícola Lamarão- Paranoá	0	35.000	33.211	33.211	32

- Instalação de iluminação pública em vários pontos do Paranoá e Região Rural;
- Troca de lâmpadas e poste em vários pontos da cidade do Paranoá.

PROGRAMA:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2094 -Promoção de Assistência Social Comunitária	80.000	0	0	0	

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	81	07
	Habitação, CEB, CAESB	-	17	2000
	CDS/ Na hora	-	12	-
	SINE/ APEC/ CRAS	31	237	19
	Outros(Escolas, creches, etc)	140	125	12
Trabalho com Grupos	Gestantes	27	3	01
	Idosos	23	02	-
	Remoções	14	87	-
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	10	-	03
	Visitas a entidades assistenciais	-	-	01
	Entrega de cestas básicas	-	-	01
	Reuniões com outros órgãos	35	-	03
	Outros	32	08	135

PROGRAMA:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 -Realização de Eventos	90.000	23.495	16.988	11.318	
0059 - Realização de Eventos- Culturais: Administração Regional- Paranoá	30.000	23.495	16.988	11.318	13
2640 - Apoio ao Projeto Amor em Ação - Associação Comunitária Educativa e Recreativa Amor em Ação	60.000	0	0	0	19
4090 -Apoio a Eventos	1.990.000	1.904.000	1.494.000	1.224.000	
2465 - Apoio À Realização de Eventos na Reg. Adm do Paranoá	500.000	654.000	562.000	417.000	3 e 35
2467 - Promoção de Atividades Culturais no Paranoá	300.000	300.000	282.000	232.000	21
2469 - Apoio ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Vila Paranoá	250.000	250.000	250.000	250.000	16
2470 - Apoio a Eventos Culturais no Paranoá	250.000	400.000	400.000	325.000	17
2471 - Apoio a Eventos - Via Sacra - Paranoá	40.000	0	0	0	18

- Ação Social e Cultural Natalina;
- Fest Vida;
- Carnaval da Cidade do Paranoá com Trio Elétrico, público estimado 20.000 pessoas;
- Aniversário da Cidade do Paranoá;
- Encenação da Morte de Cristo (Via Sacra)

Educação e Cultura

Setor	Cultura					
	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	01	02	1.000	10.000	5.000
Teatro	-	02	02	400	2.500	1.500
Música	-	34	04	45.000	103.000	45.000
Dança	-	01	03	-	2.000	1.5000
Artes Plásticas	-	09	01	-	6.000	4.500
Literatura	-	01	10	-	500	500
Eventos culturais	-	-	04	40.000	-	-
Outros eventos	-	08	-	-	5.600	6.100

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2426 -Reintegra Cidadão	320.000	229.350	228.700	180.002	
8423 - Reintegra Cidadão- Administração Regional- Paranoá	320.000	229.350	228.700	180.002	02

Contratação de mão-de-obra terceirizada para atividades de apoio administrativo, técnico e operacional por intermédio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, dando oportunidade de reinserção no mercado de trabalho e ressocialização de apenados.

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	-	42	-	-	-	-	-	-	-
Habituação Coletiva	-	-	-	405	70	-	672	70	-
Comercial	237	267	-	-	-	-	-	-	179*
Área Rural	03	-	-	-	-	-	-	-	12*
Outros (Eventual)	-	-	-	-	-	-	24	79	46*
Total Expedido	240	309	-	405	70	-	696	149	237*

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	-	29	16	7.895,45	3.456,51	2.377,80
Comercial	-	24	19	13.024,17	15.577,96	3.724,90
Outros	-	-	01	-	768,76	5.415,58
Total Expedido	-	53	36	20.919,62	19.803,23	11.518,28

Topografia

Especificação		Ano	Área/m2	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2012	-	8
	Outras	2012	-	21
Elaboração de Croquis de Cadastro		2012	-	19
Levantamento para Carta de Habite-se		2012	-	01

A Administração Regional do Paranoá teve seu comando trocado em agosto/2012, e, conseqüentemente alguns servidores foram substituídos por outros. A atual Gerência de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos não conseguiu identificar em seus arquivos, as informações necessárias para inserção nesse Relatório de Atividades.

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	1.560	5.152	1.182
CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.270	2.000	984
CI-Certificado de Incorporação	19	700	-
Atestado de desobrigação	45	55	21
CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	4	80	-
CAM-Certificado de Alistamento Militar	1.560	5.152	1.329
Declarações de dispensado	-	-	515
Transferência de domicílio	38	430	79

2. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

A Administração Regional realizou várias obras, eventos e outras atividades que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida e bem estar da comunidade, das quais, destacam-se:

- Obras de urbanização tais como calçadas, meios-fios, estacionamentos, construções e reformas de praças e quadras poliesportivas;
- Realização de eventos culturais, que permitiram a integração da comunidade e Governo.

5.08. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE – RA VIII UO: 11.110

A Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RAVIII é órgão da Administração Direta Regionalizada, vinculada a Secretaria de Estado da Casa Civil.

De acordo com o Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29/12/1994, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa VIII, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, coordenação e execução direta das atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		05	10	02	10	27
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		24	-	35	-	59
Requisitados	Órgãos do GDF	02	02	01	-	05
	Órgãos do Governo Federal	-	-	01	-	01
Outros	Estagiários	-	03	-	05	08
	Terceirizados (FUNAP)	-	-	-	-	15
Subtotal (Força de Trabalho)		31	15	39	15	115
(+) Cedidos para outros órgãos			01	01	01	03
Total Geral		31	16	40	16	118

1. Realizações por Programa

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	200.000	98.751	97.500	97.500	
8531 - Reforma de Prédios e Próprios- Administração Regional- Núcleo Bandeirante	200.000	98.751	97.500	97.500	7
4088 -Capacitação de Servidores	5.000	0	0	0	
0006 - Capacitação de Servidores Administração Regional- Núcleo Bandeirante	5.000	0	0	0	4
8502 -Administração de Pessoal	3.887.866	4.637.866	3.924.099	3.924.099	
8779 - Administração de Pessoal- Administração Regional- Núcleo Bandeirante	3.887.866	4.797.866	4.790.531	4.790.531	1
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	241.532	424.532	405.259	405.259	
9597 - Concessão de Benefícios a Servidores Administração Regional- Núcleo Bandeirante	241.532	424.532	405.259	405.259	02, 11 e 12
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	890.122	583.230	576.931	541.043	
6448 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Núcleo Bandeirante	890.122	583.320	576.931	541.043	3

PROGRAMA:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3048 -Reforma de Espaços Esportivos	0	150.000	148.615	49.492	
9576 - Reforma de Espaços Esportivos na RA do Núcleo Bandeirante	0	150.000	148.615	49.492	30
3678 -Realização de Eventos	0	100.000	99.998	99.998	
2716 - Realização de Eventos-Esportivos- Núcleo Bandeirante	0	100.000	99.998	99.998	13

A reforma de espaços desportivos acima citada, refere-se a reforma da pista de skate do complexo administrativo da RAVIII localizado na Praça Padre Roque – com área de 540,00m2

O evento citado refere-se ao Evento Brasil máster x Bandeirante Master realizado em 30/06 no Estádio Vasco Viana

PROGRAMA TEMÁTICO:

6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	550.000	176.696	176.036	176.036	
6452 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Núcleo Bandeirante	550.000	176.696	176.036	176.036	8
9670 - Execução de Obras de Urbanização-Infra-Estrutura- Núcleo Bandeirante	0	300.000	294.184	294.184	16
9692 - Execução de Obras de Urbanização-Execução de Obras de Urbanização No Setor Gráfico- Núcleo Bandeirante	0	300.000	297.487	194.713	18
9736 - Execução de Obras de Urbanização-Execução de Obras De Urbanização Na RA. do- Núcleo Bandeirante	0	150.000	145.023	145.023	27
9749 - Execução de Obras de Urbanização-Instalação de Pontos do Encontro Comunitários na Cidade- Núcleo Bandeirante	0	150.000	146.003	83.207	28
9750 - Execução de Obras de Urbanização-Construção de Academia para 3ª Idade na Cidade- Núcleo Bandeirante	0	150.000	147.052	0	22
9799 - Execução de Obras de Urbanização – Execução de Obras De Urbanização e Infra Estrutura na Vila Cauhy	0	150.000	135.286	0	29
8508 -Manutenção De Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	46.800	64.200	0	0	
6449 - Manutenção De Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Núcleo Bandeirante	46.800	64.200	0	0	09

Referente a ação - Execução de Obras de Urbanização – cita-se as seguintes obras:

- Execução de obras de Instalação de manilhas e calçamento da ferrovia - Metropolitana – NB;
- Obra de drenagem no Campo da Divinéia – Divinéia – NB;
- Construção de Campo de grama sintética com área de 540,00m2 no Setor Gráfico – SIBS Quadra 03 entre conjuntos AeC – NB;
- Construção de 1.089,00m2 de calçada para acesso à UPA – NB;
- Instalação de PEC com área total de 608,73m2 – implantada na área verde entre 2ª Avenida e EPNB Próximo ao bloco 780;
- Construção de 02 academias para 3ª idade com área total de 240,00 m2 implantadas uma na área verde 2ª Avenida/EPNB Próximo ao bloco 211 e outra na Rua 04 – Setor dos Engenheiros Metropolitana – NB;
- Reforma de 02 pontes de ligação com área total de 150,00 m2 entre o setor de oficinas/ Vila Cauhy;
- Construção de 02 academias para 1ª idade, implantadas na área verde Entre 2ª Avenida / EPNB próximo aos blocos b;
- Construção de Campo de Futebol de Areia com área de 1728,00 m2 – implantada no Parque Vivencial da Metropolitana – Metropolitana – NB.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 -Promoção de Assistência Social Comunitária	5.000	0	0	0	
8377 - Promoção de Assistência Social Comunitária- Administração Regional- Núcleo Bandeirante	5.000	0	0	0	5

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	0	400.000	400.000	200.000	
2718 - Realização de Eventos-Promoção de Atividades Culturais- Núcleo Bandeirante	0	400.000	400.000	200.000	15
2728 - Realização de Eventos-Apoio a Realização da Feira de Artesanato- Núcleo Bandeirante	0	70.000	70.000	70.000	14
2737 - Realização de Eventos-Realização de Primeira Semana Nordestina- Núcleo Bandeirante	0	80.000	80.000	80.000	17
2817 - Realização de Eventos-Promoção a Atividades Culturais – Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	25

Eventos Realizados:

- Comemoração do 56º Aniversário do Núcleo Bandeirante realizado nos dias 21,22 e 23/12/2012;
- Feira cultural realizada nos dias 15,16/12/2012;
- Semana Nordestina realizada nos dias 23,24/11/2012;
- Apoio à realização da Feira de Artesanato e Comidas Típicas realizadas nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2012.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	150.200	158.399	146.138	132.301	
8405 - Reintegra Cidadão- Administração Regional- Núcleo Bandeirante	150.200	158.399	146.138	132.301	6
1269 - Ampliação e Reestruturação dos CCIS	0	150.000	148.240	101.152	
2842 – Ampliação e Reestruturação dos CCIS - DF	0	150.000	148.240	101.152	25

Reforma da Casa do Idoso, com área de 376,36m², situada no início da Avenida Central entroncamento com a antiga Rua Cidade Livre – Núcleo Bandeirante

PROGRAMA:**0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições – Administração Regional do Núcleo Bandeirante	50.000	41.801	39.192	30.596	
7074 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições – Administração Regional do Núcleo Bandeirante	50.000	41.801	39.192	30.596	10

2. Outras realizações que não se enquadram especificamente nos programas anteriores**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m ³	6.153	896	5.741
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	605	90	90
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	104	28	76
Recuperação de calçadas	m ²	600	932	2.380
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	01	05
Transporte de material apreendido	Viag.	44	04	-
Capina, varrição e rastelagem	m ²	1.867	47676	66.200
Remoção de entulhos	m ³	11.075	11.516	15.340
Reposição de meios-fios	Unid.	231	180	1.010
Serviços de terraplanagem	m ²	932	12.000	35.500
Roçagem manual	m ²	2.226	8.8617	16.4800
Serviços de roçagem mecânica	m ²	3135	342.015	226.068

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Retirada de faixas	und	-	833	1.555
Retirada de galhos, madeiras, etc	m²	-	2950	10.500
Recapeamento asfáltico	m²	1175	180	510
Replanteio de mudas de árvores	und	235	50	160
Replanteio de gramado	m²	-	467	1.500

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	04	13
	Habitação, CEB, CAESB	-	04	05
	Educação	-	03	08
	SINE/ APEC/ CRAS	-	15	21
	Outros(Escolas, creches, etc)	-	18	61
	SEDEST	-	-	43
Trabalho com Grupos	Idosos	178	12	70
	Deficientes	-	-	05
	Comunidade	-	-	05
	FUNAP	-	-	02
	Moradores de rua	-	-	02
	Carroceiros/catadores	-	-	70
	Mulheres artesãs	-	-	12
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Reuniões rede intersetorial	-	-	153
	Cursos técnicos	-	-	2.000
	Invasão irregular	-	-	77

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	180	02	02	60	1200	1200
Eventos esportivos	10	02	10	25	400	600
Educação	170	04	05	450	120	600
Saúde	90	01	02	30	300	400
Religioso			01			3000

Eventos

- Colônia de Férias no Park BAN BAN – 400 crianças e 100 colaboradores;
- Campeonato de Futsal Sub-17 – 300 pessoas;
- Campeonato interescolar – aproximadamente;
- Campeonato do Dia do Trabalhador;
- Semana Santa;
- XIII Jogos interescolares Regionais do Núcleo Bandeirante;
- II Torneio de Futebol Society do Núcleo Bandeirante;
- IV Circuito de Vôlei da Ajude;
- Projeto Boleiro;
- Bolamense Futebol Clube;
- 75º Corrida do Fogo Simbólico da Pátria;
- III Etapa do Circuito DFSTREET;
- Final do Campeonato de Futebol Amador Feminino;
- Campeonato Brasiliense 4 de Futebol Profissional;
- III Etapa de Karatê – DO Protector;
- Desfile de Musas Núcleo Bandeirante 2012;
- Skate FreeStyle;
- 54ª Festa de Confraternização "Solteiros x Casados.

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	-	-	01	27	-	-	27	-	01
Comercial	24	-	-	88	-	72	112	-	72
Industrial	-	-	-	07	-	12	07	-	12
Institucional	-	-	-	03	-	-	03	-	-
Residencial / Comercial	-	-	34	-	-	-	-	-	34
Residencial / Industrial	-	-	45	-	-	-	-	-	45
Industrial / Comercial	-	-	45	-	-	-	-	-	45
(Eventual)- Área Pública	-	-	23	-	-	-	-	-	23
(Eventual) –Área Privada	-	-	13	-	-	-	-	-	13
Total Expedido	24	00	161	125	00	84	149	00	245

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	06	04	16	1072,95	950,71	3.578,25
Habitação Coletiva- 2quartos	-	-	01	-	-	665,00
Industrial	02	03	03	1.541,84	6.501,30	793,00
Comercial	05	02	08	4.961,82	1.410,54	11.823,15
Institucional	-	01	-	-	547,24	-
Outros	01	02*	-	441,72	-	-
Total Expedido	14	12	28	8.018,33	9.409,79	16.859,40

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	09	06	11	1.904,88	1.772,56	2.369,46
Industrial	01	04	-	461,25	2.783,69	-
Comercial	01	03	2	384,74	2.901,80	4.738,84
Institucional	-	-	1	-	-	547,24
Outros	-	-	-	-	-	-
Total Expedido	11	13	14	2.750,87	7.458,05	7.655,54

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	3.384,22	03
		2011	5.367,15	03
		2012	360,00	04
	Outros	2012	1.400,00	04
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	2.894,78	15
		2011	4.415,56	07
		2012	2.759,76	12

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	12	1988,32	17	2509,04	-	-	29	4497,36
		Habitação Coletiva	01	2128,78	-	-	-	-	01	2128,78
	Comercial		05	26509,73	3	1599,95	1	256,66	09	28366,34
	Industrial		03	1735,00	03	11793,66	-	-	06	13528,66
	Institucional Pública		01	548,98	-	-	-	-	01	548,98
	Institucional Privada		-	-	01	1158,34	-	-	01	1158,34

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	-	-	-	-	-	-	-
Feiras Permanentes	01	01	01	108	108	108	Praça Padre Roque
Feira dos Importados	-	01	01	-	48	48	Beco ao lado do CRAS
Ambulantes	-	23	32	-	-	-	-
Cachorro quente	-	21	21	-	-	-	-
Eventual	-	-	04	-	-	-	-

Setor	Quantidade		
	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	13	12	12

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade
	2012
Alistamentos efetuados	693
CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	699
CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	34
CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	-
CAM-Certificado de Alistamento Militar	-
Declarações de dispensado	-
Transferência de domicílio	25

Biblioteca

Ano	Frequência	Inscrição	Empréstimo	Devolução	Aquisição	Seleção	Descarte	Registro	Telecentro
2009	28.669	332	4.367	3.353	5.161	438	3.602	288	3.009
2010	14.529	249	2.850	2.623	5.304	249	5.070	229	1.289
2012	19.480	139	1.244	1.092	1.316	83	1.128	122	2.045

Acervo Total : 32.573

3. Informações complementares

As realizações de eventos e as concretizações de projetos que não se enquadram nas situações anteriores puderam ser realizadas pela RA, devido a participação da comunidade, comerciantes da região e colaboração dos servidores desta RA, que não mediram esforços em apoiar.

Vale ressaltar entre os diversos feitos, a decoração Natalina que com a montagem da Vila do Papai Noel na Praça Padre Roque, totalmente executada com materiais recicláveis (garrafas pet e pneus),foi destaque na mídia nacional e internacional, com grande destaque.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A grande preocupação da RA atualmente, é a inexistência de mão de obra qualificada para execução de pequenos reparos que por vezes acarretam grandes prejuízos aos cofres públicos pela morosidade na execução do serviço ou pela solução inadequada adotada.

Salienta-se ainda que, é de suma importância a criação de equipe de avaliação, cadastro e registro dos próprios do GDF, para que periodicamente fosse feita atualização da situação destes bens e atualização documental.

Apesar de todas as dificuldades encontradas neste ano, ressalta-se que a RA contribuiu em muito para o bem da comunidade e do governo.

Para o próximo ano além de dar continuidade aos serviços iniciados, pretende-se investir com maior propriedade na busca de recursos para realização de grandes obras do anseio da comunidade.

5.09. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA – RA IX – UO: 11.111

A Administração Regional de Ceilândia - RA IX, órgão da Administração Direta, tem como função básica, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação, conforme previsto em seu regimento aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, Art. 1º.

A Administração Regional de Ceilândia - RA IX está vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme previsto no art. 2 § 3º do Decreto nº 33.583 de 16.03.2012 que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		07	35	05	21	68
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		20	-	133	-	153
Requisitados	Órgãos do GDF	02	02	10	01	15
Outros	Estagiários	-	04	-	04	08
	Terceirizados (FUNAP)	-	10	-	-	10
Subtotal (Força de Trabalho)		29	51	148	26	254
(+) Cedidos para outros órgãos		-	05	-	02	07
Total Geral		29	56	148	28	261

Obs.: Incluído o pessoal terceirizados (FUNAP), lançado a partir deste exercício despesa consignada no Programa Reintegra Cidadão 04.421.6222.2426.8407, listado abaixo deste Relatório.

1. Realizações**PROGRAMA:****6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	540.000	0	0	0	
4088 – Capacitação de Servidores	35.000	31.023	30.236	30.236	
0042 – Capacitação de Servidores- Administração Regional- Ceilândia	35.000	31.023	30.236	30.236	4
8502 – Administração de Pessoal	10.916.040	10.295.040	10.278.136	10.278.136	
8780 – Administração de Pessoal-Administração Regional- Ceilândia	10.916.040	10.295.040	10.278.136	10.278.136	1
9598 – Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Ceilândia	901.478	1.011.478	980.511	980.511	2, 41 e 42
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	2.536.571	1.675.718	1.552.454	1.326.776	
6495 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Ceilândia	2.536.571	1.675.718	1.614.764	1.445.955	3

Realizada a Capacitação e aperfeiçoamento, referente ao tema: “Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF”, para 04 Servidores, Fórum Brasileiro de Contratações Públicas e Infraestrutura para 05 Servidores.

A partir do exercício de 2012 foi repassado para a Unidade Administrativa a responsabilidade de gerir a Folha de Pagamento de Pessoal dos 245 servidores e com ela os encargos, auxílios e benefícios.

PROGRAMA:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3048 – Reforma de Espaços Esportivos	150.000	150.000	0	0	
3440 – Reforma de Quadras de Esportes	200.000	200.000	0	0	
3678 – Realização de Eventos	95.681	95.681	95.681	94.417	
0013 – Realização de Eventos- Esportivos: Administração Regional- Ceilândia	95.681	95.681	94.417	94.417	38

Apoio a 2º Copa AGAP de Futsal – Ceilândia. Local: Praça dos Eucaliptos situada na QNM 14, e na Praça do Cidadão situada na EQNM 18/20 – Ceilândia Norte/DF, nos dias 05 à 13 de janeiro de 2013 – estimativa de público: 6000 pessoas.

Realizados 05 eventos desportivos. 20º Campeonato de Futebol Socyte de Ceilândia, público estimado: 200 pessoas; Circuito Nacional de Jogos de damas, público estimado: 115 pessoas; Open

Ceilândia de Taekwondo, público estimado: 220 pessoas; Liga Brasileira de Basquete de Rua, público estimado: 257 pessoas; Circuito de Futsal Celândia, público estimado: 315 pessoas Proc. 138.000291/2012.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3247 – Reforma de Feiras	400.000	0	0	0	
2740 – Reforma da Feira do Setor O de Ceilândia	200.000	0	0	0	31
2741 – Reforma da Feira da Guarapari	100.000	0	0	0	32
2742 – Reforma da Feira do Guarapari	100.000	0	0	0	33

As ações deste Programa são de autoria de Deputados da Câmara Legislativa, cujos créditos das mesmas no início do lançamento da Lei Orçamentária Anual foram bloqueados e seriam liberados mediante Carta Ofício do Autor da emenda Parlamentar à Secretaria de Orçamento e Planejamento-SEPLAN. Portanto, várias ações nessas condições não foram executadas por não liberação dos créditos, além disso, constatamos alguns problemas de natureza técnica na Natureza de Despesa – ND destas ações. Porém, como a Unidade no seu planejamento necessitava realizar benfeitoria em Feiras da cidade foi utilizado Programa – 6208.1110 – Execução de Obra de Urbanização em Ceilândia - revitalizou 9.729,82m² de piso em concreto laminado na Feira do Produtor no Setor QNP -01 Área Especial.

O intuito da Unidade é revitalizar as outras feiras da cidade que necessitam de benfeitorias no exercício de 2013, em razão da cobrança dos cidadãos, visando também melhorar o desempenho econômico do comércio das feiras populares.

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 – Execução de Obras de Urbanização					
2778 – Execução de Obras de Urbanização	100.000	500.000	477.452	0	24 e48
2779 – Execução de Obras de Urbanização em Ceilândia	500.000	0	0	0	25
2780 – Execução de Obra de Urbanização em Ceilândia	2.055.000	2.055.000	2.055.000	1.489.596	26
2781 – Reforma de Centro de Saúde em Ceilândia	450.000	0	0	0	27
6948 – Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Ceilândia	390.000	474.950	474.949	471.278	28
9669 – Execução de Obras de Urbanização – Infra-Estrutura-Ceilândia.	0	150.000	144.554	0	47
3902 – Reforma de Praças Públicas e Parques	150.000	0	0	0	
2362 – Reforma e Ampliação de Praças	150.000	0	0	0	29
8508 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	735.256	97.676	92.839	92.839	
6496 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Ceilândia	735.256	97.676	92.839	92.839	30

– Obra de revitalização de calçadas, piso interno e pinturas das paradas de ônibus da Avenida Hélio Prates, Processo: 138.001707/2012 Construção de Campo de Grama Sintética na EQNO 13/15, calçadas;

– Implantação de rampas – Ceilândia/DF. OBS. As obras foram empenhadas, firmado Contrato e iniciará a execução no exercício de 2013;

– Implantação de 9.729,82 m² de piso em concreto laminado - Feira do Produtor – QNP 01 área especial – Ceilândia;

– Edificação de 6.126,78 m² de muro do Estádio Abadião na QNN 14 Ceilândia;

– Implantação de estacionamento em blocos de concreto intertravados, incluindo execução de calçadas na área em frente aos Lotes 24/25/26 da Quadra 01 Conjunto “A” – ADE VIA Centro Norte em Ceilândia;

– Obras de revitalização de 1.273 m² da Praça da EQNN 04/06, em Ceilândia/DF;

– Revitalização de 1.381,30 m² de piso da quadra, alambrado, calçadas, implantação de calhas para captação de águas pluviais na QNN 38 entre os conjuntos “D” e “F”;

– Implantação de estacionamento e via de acesso à EQNM 01/03, entre os blocos D/E/F em Ceilândia/DF;

– Implantação e revitalização de calçadas, implantação e substituição de meios fios.

- Implantação de rampas de acessibilidade nas quadras EQNM 24/26, EQNM 18/20 e EQNN 07/09, em Ceilândia área: 2.469,50 m²;
- Urbanização incluindo implantação de estacionamento, calçadas, meios fios e paisagismo na Via Marginal Centro Norte em Frente a QNP 18 em Ceilândia/DF área:1.292,06.
- Construção de PEC e Parquinho na EQNP 13/17 do Setor “P” Norte e implantação de academia na QNP 14 do Setor “P” Sul – Ceilândia/DF área: 572,64 m²
- Obra de revitalização da praça da EQNM 24/26, incluindo execução de calçadas, meio fios, piso da quadra poliesportiva, piso intertravado e playground e paisagismo;
- Implantação estacionamento em piso intertravado, calçadas e rampas de acessibilidade na QNO 11/13, em frente ao Lote “A” – Setor “O” – Ceilândia/DF;
- Construção de Praça na QNQ 04, implantação de parque infantil e PEC – entre os conjuntos 20 e 21 em Ceilândia-DF;
- Revitalização do piso na quadra, calçadas, meios fios e alambrado na praça QNR 01 entre os conjuntos 15 e 16, e área especial 01;
- Compra de 197,50 t, de massa asfáltica-CBUQ, 578,28m³; aquisição de materiais de bens imóveis e manutenção das áreas urbanizadas.

As várias realizações das ações executadas no programa de Execução de Obras e Urbanização de Ceilândia foram implementadas segundo avaliações, planejamento e a viabilidade do investimento na localidade, através das reivindicações da comunidade de cada setor. Tais projetos atenderam as expectativas do público-alvo beneficiado, ao sanar e amenizar os problemas gerados nos anos anteriores pela ausência de infra-estrutura, urbanização e lazer nos locais solicitados pela população, as quais proporcionaram melhor qualidade vida. No entanto, esclarece-se que em razão do bloqueio dos recursos das ações de natureza investimento, de autoria de emenda parlamentar, muitas não foram liberadas os recursos, consequentemente a Unidade Administrativa não executou vários projetos que constavam no orçamento disponibilizado na Lei Orçamentária Anual de 2012.

Construção da Praça da QNQ 04 Entre os Conjuntos 20/21:



Instalação Completa do Piso e Calçada:



Instalação Completa dos Equipamentos:



Instalação do Playground:



Público Alvo Utilizando os Serviços Implantados:**PROGRAMA TEMÁTICO:****6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 – Ampliação Da Rede De Iluminação Pública	840.000	1.011.178	1.010.188	973.944	
9488 – Ampliação Da Rede De Iluminação Pública- Administração Regional- Ceilândia	840.000	1.011.178	1.010.188	973.944	34

– Instalação de postes e luminárias na EQNP 15/19 (23 postes e retirada de 26 braços e 02 postes) EQNP 09/13 (20 postes e retirada 35 braços;EQNP 11/15(23 postes e retirada 26 braços); EQNP 13/17 (25 postes e retirada de 26 braços) ; EQNP 05/09 (23 postes e retirada 33 braços).

A gestão desta ação no exercício de 2012 atingiu as metas esperadas. Porém, algumas das solicitações reivindicadas pela comunidade não foram atendidas de instalação de rede de iluminação pública em várias escolas, quadras e praças na Região Administrativa de Ceilândia. Salienta-se, que infelizmente os investimentos disponíveis na Lei Orçamentária Anual no Subtítulo 9488 - Ampliação do sistema de iluminação pública em Ceilândia não foram suficientes, conforme valor apresentado na dotação inicial do quadro demonstrativo acima relacionado, haja vista que, a referida despesa gera um custo muito alto para sua execução ser implementada.

Cabe esclarecer que esta demanda de serviços que não foram atendidos em 2012 será reavaliada e programada para o exercício de 2013. Porém, a administração enfrentará um grande dilema, motivado pela RETIRADA do Programa incluído na Proposta Orçamentária Anual de 2013 por esta Regional de Ceilândia, cujos créditos foram preservados na ação para atendimento desta demanda e de outras, onde com certeza a população solicitará os serviços, mas que foi inexplicavelmente retirado pela Secretaria Estado da Casa Civil do Distrito Federal.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 – Promoção de Assistência Social Comunitária					
2539 – Apoio as Atividades Desenvolvidas pelo Centro Assistencial Maria Carmem Colera – CAC	80.000	80.000	0	0	40
8380 – Promoção de Assistência Social Comunitária- Administração Regional- Ceilândia	200.000	0	0	0	5

As ações deste Programa são de autoria de Deputados da Câmara Legislativa, cujos créditos das mesmas no início do lançamento da Lei Orçamentária Anual foram bloqueados e seriam liberados mediante carta Ofício do Autor da emenda Parlamentar à Secretaria de Orçamento e Planejamento-SEPLAN. Portanto, as ações nessas condições não foram executadas pela não liberação dos recursos no orçamento da Unidade, por parte do autor da emenda e outras problemáticas envolvidas.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 – Realização de Eventos	0	0	0	0	
0062 – Realização de Eventos- Culturais: Administração Regional- Ceilândia	98.246	464.779	462.866	446.843	7
2757 – Realização de Eventos-Realização de Eventos Culturais em Ceilândia- Ceilândia	0	100.000	99.947	99.947	44
2759 – Realização de Eventos-Apoio ao Evento “Circuito Cultural Radical Motoroc-Ceilândia	0	350.000,00	340.000,00	339.999,20	46
4089 – Capacitação de Pessoas	0	0	0	0	
2388 – Apoio às Atividades Desenvolvidas Pelo Instituto de Desenvolvimento Comunitário - Sete Raios, na Região Administrativa de Ceilândia	150.000	0	0	0	10
4090 – Apoio a Eventos	0	0	0	0	
2481 – Festa do Trabalhador P Norte	30.000	30.000	29.995	29.995	20
2489 – Apoio a Eventos-Apoio a Execução do Projeto Cultural Cidadão Feliz- Ceilândia	0	100.000	100.000	100.000	45
4091 – Apoio a Projetos	100.000	0	0	0	
2222 – Apoio aos Projetos da Prefeitura Comunitaria do Setor P Sul	100.000	0	0	0	21

– 03 eventos apoiados: 1ª Cidadania com Energia”, “Miss Ceilândia 2012”, Apoio “2ª Cidadania com Energia”;

– 1º Domingão do Lazer, na Via M1 na altura da QNM 03 a QNM 07 – Ceilândia/DF;

– Contratação artísticas e locação de estrutura necessária, visando apoiar ao evento “Radical Moto Rock”, nos dias 12 a 14 de outubro de 2012;

– “Festa do Trabalhador” no P Norte” ocorrido no dia 1º de maio de 2012;

– Apoio “Projeto Cidadão Feliz”, realizado na EQNN 25/23, próximo a Estação do Metrô da Ceilândia Norte;

– Apoio “Projeto Cidadão Feliz”, realizado na EQNN 25/23, próximo a Estação do Metrô da Ceilândia Norte.

As realizações do programa Difusão e Promoção Cultural foram também parcialmente atendidas, conforme constam no quadro demonstrativos no campo autorizado, cuja explicação é a mesma já relatada em alguns Programas já informado anteriormente, no que se refere às ações de autoria de Deputados da Câmara Legislativa, cujos créditos das mesmas no início do lançamento da Lei Orçamentária Anual foram bloqueados e seriam liberados mediante Carta Ofício do Autor da emenda Parlamentar à Secretaria de Orçamento e Planejamento-SEPLAN. Portanto, as ações nessas condições não foram executadas por não êxito na liberação dos recursos no orçamento da Unidade, por parte do autor da emenda e outras problemáticas envolvidas. Entretanto, independentemente da insuficiência de recursos próprios, a Regional empenhou durante o corrente ano em executar os eventos: “Domingão Do Lazer, Ceilândia Em Ação, Cidadania Com Energia” e outros, visando o cumprimento das metas programadas e dos pedidos solicitados pela comunidade, através das ações vinculadas ao programa em questão.

Evento: Cidadania Com Energia, Realizado No Por Do Sol

Cidadania Com Energia Dia 16/07/2012



Ceilândia Em Ação Dia 24/11/2012



Ceilândia Em Ação Dia 24/11/2012



Ceilândia Em Ação Dia 24/11/2012



Ceilândia Em Ação Dia 24/11/2012



Ceilândia Em Ação Dia 24/11/2012



PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	150.000	105.000	96.891	60.585	
8407 - Reintegra Cidadão- Administração Regional-Ceilândia	150.000	100.946	96.891	60.584	6

Foram 10 pessoas assistidas, despesa vinculada a contrato de prestação de serviços de reprografia, entrega de documentos, manutenção e conservação predial, manutenção e recuperação de bens móveis, recolhimento de bens servíveis, copeiragem, garçons e serviços gerais, visando dar oportunidade e integrar o cidadão ao convívio da sociedade.

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	125.650,58	628,29	1.082,50
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	61	423	102
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	150	229	49
Recuperação de calçadas	m²	1.864	1.520	3.630,00
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	198	08	-
Transporte de material apreendido	Viag.	63	1.299	2.416
Capina, varrição e rastelagem	m²	1.300	-	1.240
Remoção de entulhos	m³	22.920	70.187	67.478
Reposição de meios-fios	Unid.	406	869	337,00
Serviços de terraplanagem	m²	9.690	-	8.000,00
Roçagem manual	m²	15	-	-
Serviços de roçagem mecânica	m²	35.494	144.200	169

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	84	127	131
	Habitação, CEB, CAESB	207	346	162
	CDS/ Na hora	229	596	111
	SINE/ APEC/ CRAS	73	127	1201
	Outros(Escolas, creches, etc)	98	189	1114
Trabalho com Grupos	Gestantes	49	26	08
	Idosos	05	07	26
	Remoções	94	09	41
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	274	916	1.542
	Visitas a entidades assistenciais	62	78	56
	Entrega de cestas básicas	123	84	321
	Reuniões com outros órgãos	29	117	31
	Outros	77	306	-

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Setor	Cultura					
	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	03	04	14	1.847	2.634	2.000
Teatro	02	03	18	897	985	5.100
Música	07	08	96	2.634	4.126	171.600
Dança	06	05	15	593	648	17.700
Artes Plásticas	09	10	07	2.123	1.718	7.350
Literatura	10	12	-	3.158	4.790	-
Eventos culturais	48	55	19	17.129	23.867	21.050
Outros eventos	04	06	-	1.734	1.345	-

Esporte e lazer

Setor	Desporto e Lazer					
	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	15	17	15	8.894	10.045	25.000
Eventos esportivos	22	26	55	28.945	25.000	45.000
Outros	06	02	-	2.000	8.000	-

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	56	-	-	46	99	281	102	99	281
Habitação Coletiva	-	-	-	-	53	517	-	53	517
Comercial	08	-	-	550	225	480	558	225	480
Industrial	01	-	-	82	42	71	83	42	71
Área Rural	-	-	-	05	4	-	05	4	-
Outros (Eventual)	47	-	-	495	-	-	542	-	-
Total Expedido	112	-	-	1.172	423	1.349	1.290	423	1.349

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	333	112	159	53.680,61	31.475,51	45.430,46m²
Industrial	-	05	1	-	2.808,56	312,50m
Comercial	29	83	49	16.738,25	64.131,40	47.082,15
Institucional	06	01	6	4.550,82	2.253,62	17.060,58
Outros	31	03	-	96.471,37	1.615,39	-
Total Expedido	399	204	215	171.441,05	102.284,48	109.885,69m²

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	136	68	65	74.552,14	29.418,26	68.462,56
Industrial	-	01	-	-	2.022,52	-
Comercial	01	10	11	4.695,57	41.347,70	22.777,63
Outros	04	-	-	5.963,79	-	-
Total Expedido	141	79	76	83.004,57	-	91.240,19

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	705.191,20	359
		2011	268.036,62	324
		2012	140.658,86	279
	Outras	2010	71.590,03	166
		2011	44.783,94	50
		2012	13.960	19
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2010	68.268,96	86
		2011	170.278,29	250
		2012	60.940,94	186
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	50.292,72	180
		2011	100.483,14	294
		2012	15.978,00	48
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	-	-
		2011	68.876,02	201
		2012	97.445,83	130

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	140	37.027,745	35	8.358,07	5	668,41	180	46.054,225
		Habitação Coletiva	2	6.994,85	0	0,00	0	0,00	2	6.994,85
	Comercial		37	35.049,255	10	9.928,07	1	225,45	48	45.202,775
	Industrial		0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Institucional		4	4.671,20	1	8.348,20	0	0,00	5	13.019,40
Misto	Residencial/Comercial		14	6.045,295	8	2.515,798	0	0,00	22	8.561,093
	Outros		1	1.060,46	0	0,00	0	0,00	1	1.060,46

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	01	01	01	176	176	176	Feira Guarapari – EQNM 05/07 –Área Especial – Ceilândia Sul
Feiras Permanentes	01	01	01	834	834	834	Shopping Popular
	01	01	01	463	463	463	Feira Central – CNM 02
	01	01	01	552	552	552	Feira P Norte – QNN 37 Área Especial
	01	01	01	112	112	112	Feira P Sul – EQNP 26/30
	01	01	01	736	736	736	Feira Guariroba – QNN38/40
	01	01	01	323	323	323	Feira Atacado – QNP 01
	01	01	01	462	462	462	Feira Setor O – EQNO 10

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		01	00	01
Fiscalização de Feiras		44	262	162
Documentação Expedida	Processos Protocolados	00/1.728	286/82	182-0

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	22	-	
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	39	80	80

Apoio Industrial e Rural

Atividade	Quantidade		
	2010	2011	2012
Sistema Viário (m ²) Estradas recuperadas	-	12.934	9.245
Vistorias realizadas	142	198	114
Produtores rurais cadastrados	94	76	89
Propriedades rurais	15	18	12
Associações	32	46	14
Cooperativas	09	12	08
Visitas e reuniões	07	34	04
Outros (Poda de árvores, Horta Comum. Medicinal)	433	425	129
Corte de árvore	28	109	136

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	4.691	5.034	5.334
CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	2.072	4.401	5.200
CI-Certificado de Incorporação	43	06	87
Atestado de desobrigação	-	02	172
CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	10	16	16
CAM-Certificado de Alistamento Militar	4.691	4.691	4.691
Transferência de domicílio	121	311	355

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

No exercício de 2012, o Governo do Distrito Federal e a Administração Regional realizaram obras, eventos e outras atividades que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida e bem estar da comunidade de Ceilândia, das quais, destaca-se.

a) As Obras de urbanizações, revitalizações e substituições no que tange as calçadas, meios fios, estacionamentos, bem como a construção e reformas de praças e quadras poliesportivas com infra estruturas necessárias em vários locais da cidade, os quais foram projetos de investimentos realizados, no intuito de melhorar a qualidade de vida da comunidade, conservando, criando e revitalizando os espaços públicos;

b) A gestão também destaca, apesar dos poucos recursos disponíveis no Programa para o corrente ano as metas atingidas quanto à instalação de iluminação pública em algumas escolas, quadras e praças na Região Administrativa de Ceilândia, conforme solicitações reivindicadas;

c) A realização de eventos culturais, cujos trabalhos permitiram a integração da sociedade de Ceilândia e Governo, através dos eventos: Domingão Do Lazer, Ceilândia Em Ação, Cidadania Com Energia, bem como, “O Maior São João do Cerrado, a qual mais uma vez, houve uma grande repercussão e

aceitação da festa não só pelo povo de Ceilândia como das outras cidades Satélites que participaram do evento, realizado em parceria com outros Órgãos e em particular a Secretaria de Estado de Cultura.

Todas as obras foram licitadas em cumprimento aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, nas Modalidades Convites e Tomadas de Preço.

Conclui-se que no ano de 2012, a Administração de Ceilândia enfrentou desafios no gerenciamento de novas responsabilidades, bem como, as dificuldades envolvendo a insuficiência de recursos para executar e realizar projetos e atividades de interesse da comunidade. Entretanto, vale ressaltar que a Unidade diante das limitações do cenário apresentado, empenhou-se em definir na gestão as prioridades das ações a serem executadas com a participação mais efetiva da população, visando maximizar e alocar com qualidade os recursos, e gerir de forma eficiente diante das adversidades. Portanto, a Unidade exerceu suas competências, executando obras, eventos, promovendo lazer, emitindo Alvarás de Construção e de Licenciamento comercial, industrial, fiscalizando feiras e realizando concessões provisórias e definitivas, Manutenções de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas, através da equipe Técnica Operacional da Diretoria de Obra e a colaboração da população, conforme relatório apresentado das realizações alcançadas durante o corrente ano, no intuito de reforçar e buscar a cada gestão, eficiência e eficácia neste processo de gerenciar e administrar a Cidade em conjunto com os gestores, corpo técnico e operacional da Unidade e a comunidade da Região Administrativa de Ceilândia, as quais serão as perspectivas para 2013.

5.10. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ – RA X – UO: 11.112

A Administração Regional do Guará, criada pela Lei nº 049, de 25.10.89, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, vinculada à Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal, conforme decreto nº. 33.583, de 16/03/2012.

De acordo com seu regimento interno, aprovado pelo decreto nº 16.247 de 29.12.94, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa X, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	01	20	-	18	39
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	53	-	72	-	125
Requisitados	02	02	02	-	06
Outros	-	05	-	-	05
Subtotal (Força de Trabalho)	56	27	74	18	175
(+) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	-
Total Geral	56	27	74	18	175

Obs.: Posição em 31/12/2012

1. Realizações

PROGRAMA:

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3467 -Aquisição de Equipamentos	150.000	150.000	74.553	0	
2608 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para a Casa de Cultura do Guará	150.000	150.000	74.553	0	7

Com a construção da nova casa da Cultura do Guará, houve a necessidade de aquisição de equipamentos modernos e mobiliários de qualidade para este espaço, no sentido de proporcionar a população que busca conforto e um ambiente de qualidade no que diz respeito ao assunto cultural.

PROGRAMA:

6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDUCAÇÃO E CULTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1984 -Construção de Prédios e Próprios	150.000	0	0	0	

Não houve execução.

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	98.000	94.000	92.275	67.295	
6564 - Reforma de Prédios e Próprios- Administração Regional- Guará	98.000	94.000	92.275	67.295	0018
4088 -Capacitação de Servidores	30.000	1.990	1.980	1.980	
0070 - Capacitação de Servidores- Administração Regional- Guará	30.000	1.990	1.980	1.980	0004
8502 -Administração de Pessoal	5.452.188	7.302.188	7.277.268	7.277.268	
8781 - Administração de Pessoal-Administração	5.452.188	7.302.188	7.277.268	7.277.268	0001

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
Regional- Guará					
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	451.843	814.843	777.098	777.098	
9599 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Guará	451.843	814.843	777.098	777.098	0002
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	878.600	805.551	743.546	682.241	
6560 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Guará	878.600	805.551	743.546	682.241	0003

A capacitação de servidores realizados em 2012, a concessão de benefícios, bem como, a manutenção de serviços administrativos são mecanismos utilizados com o objetivo de proporcionar mais qualidade nos serviços prestados à comunidade desta RA.

Houve, ainda, a compra de material de reforma de todos os prédios e próprios da RA X.

PROGRAMA:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1745 -Construção de Quadras de Esportes	1.550.000	1.077.854	834.462	297.920	
2492 - Construção de Campo Sintético de Futebol Amador no Guará	1.400.000	927.854	685.262	148.720	0031
2493 - Construção de Quadras Poliesportivas No Guará	150.000	150.000	149.200	149.200	0032
2024 - Apoio ao desporto e Lazer para a Juventude do Distrito Federal	100.000	300.000	126.000	126.000	
2547 – Apoio Ao desporto e Lazer para a Juventude do DF-Apoio às Atividades Esportivas No Guará	0	200.000	126.000	126.000	0083
3596 –Implantação de Infra-Estrutura Esportiva	650.000	80.000	0	0	
3678 –Realização de Eventos	540.000	328.000	146.668	133.168	
0014 – Realização de Eventos- Esportivos: Administração Regional- Guará	40.000	40.000	39.668	39.668	0039
2644 – Promoção de Atividades desportivas Diversas no Guará	500.000	30.000	30.000	30.000	0036
2698 – Realização de Eventos-Apoio a Realização da Corrida de Rua “Guará 2012”- Guará	0	30.000	30.000	30.000	0061
2699 – Realização de Eventos-Apoiar a Realização da Corrida de Rua “Guará 2012”- Guará	0	20.000	20.000	20.000	0062
2738 – Realização de Eventos-Apoio ao Projeto de Livro e Leitura do Guará- Guará	0	80.000	27.000	13.500	0064
4090 –Apoio a Eventos	65.000	195.000	194.900	194.900	
0062 – Apoio a Eventos-Esportivos: Administração Regional- Guará	15.000	15.000	14.900	14.900	0040
2106 – Apoio ao 32º Campeonato de Futebol do Guará – Liga de Futebol Amador do Guará – LIFAG	50.000	50.000	50.000	50.000	0037
2502 – Apoio a Eventos-Realização do Projeto Futvoley- Guará	0	70.000	70.000	70.000	0084
2507 - Apoio A Eventos-Projeto de Futebol da Associação Galáticos FC-AGFC- Guará	0	60.000	60.000	60.000	0070

As realizações na área de esporte e lazer foram executadas com grande êxito e de acordo com o que foi programado. Apoio ao esporte para a juventude do Guará. A população do Guará presenciou e participou de várias atividades esportivas em várias modalidades; a partir do mês de maio, por ocasião do aniversário da cidade, até o final do ano, as atividades esportivas foram bem diversificadas.

PROGRAMA:

6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3247 -Reforma de Feiras	250.000	100.000	97.911	0	
2584 - Reformar As dependências da Feira Permanente do Guará	100.000	100.000	97.911	0	0028

Não houve execução.

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	3.500.000	2.986.970	2.785.245	2.089.557	
2782 - Execução de Obras de Urbanização no Guará	250.000	250.000	245.723	146.366	0019
2784 - Execução de Obras de Urbanização no Guará	1.400.000	1.500.000	1.475.101	1.280.988	0021
2787 - Execução de Infra-Estrutura nas QES 38, 22 e no Cave	900.000	391.970	295.471	282.265	0023
9684 - Execução de Obras de Urbanização- Implantação de Academia Comunitária no Guará- Guará	0	150.000	141.444	56.767	0071
9685 - Execução de Obras de Urbanização- Revitalização de Praça Com Modernismo Infantil- Guará	0	150.000	145.209	137.792	0067
9694 - Execução de Obras de Urbanização- Construção de Faixas de Aceleração e desaceleração- Guará	0	150.000	140.964	107.386	0072
9770 – Execução de Obras de Urbanização- Execução de Obras de Infra-Estrutura e Urbanização, Implantação de Placas de Endereçamento No Guará	0	150.000	147.273	77.993	77
9784 – Execução de Urbanização-Região Administração do Guará	0	150.000	149.060	0	78
9807 – Execução de Obras de Urbanização-Plantio de Gramas Em Diversas Localidades do Guará	0	45.000	45.000	0	0079
1950 –Construção de Praças Públicas e Parques	150.000	0	0	0	
1968 –Elaboração de Projetos	100.000	0	0	0	
3902-Reformas de Praças Públicas e Parques-Reforma de Praças Públicas E Parques – Guará	0	550.000	404.185	0	
9483-Reforma de Praças Públicas e Parques- Guará	0	500.000	404.185	0	0081
8508 –Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	219.500	152.666	133.742	132.932	
6555 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Guará	219.500	152.666	133.742	132.932	0026

Foram realizadas obras, no decorrer do ano, tais como, construção de praças e parques, construção de rampas de acessibilidades, faixas de aceleração, recuperação de calçadas, de meios fios, revitalização de praças, parques, pinturas de meio fios, limpeza de bocas de lobos, implantação dos PEC'S em quase todas as praças do Guará, execução e manutenção de obras e manutenção de áreas urbanizadas. Tudo realizado pensando no bem está da população do Guará, no sentido de proporcionar melhor qualidade de vida a todos. Os objetivos propostos pelos programas de trabalho foram alcançados dentro de sua dinâmica e funcionalidade.

PROGRAMA:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1763 –Ampliação da Rede de Iluminação Pública	500.000	515.000	514.988	500.000	
2501 – Iluminação Pública em Diversos Locais do Guará	500.000	500.000	500.000	500.000	0030
9507 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Instalação de Iluminação Na Cidade-Guará	0	15.000	14.988	0	0082
1836 -Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	70.000	0	0	0	

A ampliação dos pontos de iluminação pública em diversas localidades do Guará proporciona à comunidade mais conforto e mais segurança.

PROGRAMA:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3178 -Reforma de Edificações e Espaços Culturais do Patrimônio Histórico	0	150.000	149.703	149.703	
2697 - Reforma de Edificações e Espaços Culturais do Patrimônio Histórico-Reforma da Casa de Cultura do Guará- Guará	0	150.000	149.703	149.703	0063
3678 -Realização de Eventos	330.000	447.000	447.000	440.000	
0063 - Realização de Eventos- Culturais: Administração Regional- Guará	30.000	97.000	97.000	97.000	0009
2643 - Apoio Às Diversas Atividades Culturais na Cidade do Guará	300.000	300.000	300.000	293.000	0010
2816 – Apoio a Realização do Evento denominado Formatura Legal-Guará	0	50.000	50.000	50.000	73
4089 –Capacitação de Pessoas	500.000	630.000	498.000	498.000	
2389 – Apoio a Projetos Culturais no Guará	500.000	500.000	498.000	498.000	0011
4090 –Apoio a Eventos	360.000	540.000	540.000	540.000	
0011 – Apoio a Eventos-Culturais: Administração Regional- Guará	20.000	20.000	20.000	20.000	0012
2104 – Realização de Eventos – Comemoração do 23º Aniversário do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império do Guará”	50.000	50.000	50.000	50.000	0014
2105 – Eventos Culturais No Guará – ONG Social Esportiva Maringá	140.000	140.000	140.000	140.000	15
2493 – Apoio a Eventos-Apoio ao Aniversário do Guará- Guará	0	200.000	200.000	200.000	45
2552 – Apoio a Eventos-Apoio a Atividades Culturais do Guará 2012.	0	130.000	130.000	130.000	0075
5968 -Construção de Espaço Cultural	400.000	250.000	244.847	144.847	
2289 - Construção de Espaço Cultural no Guará	250.000	100.000	100.000	0	0006
2290 - Construção do Espaço Cultural na Feira- Guará II	150.000	150.000	144.847	144.847	0016

No decorrer do ano de 2012, a programação cultural foi bastante diversificada; foram realizados vários eventos culturais com artistas de Brasília e artistas de fora, do Sul do país e do Nordeste. Eventos de qualidade que agradaram bastante a população do Guará, chegando a lotar o Teatro local.

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2426 -Reintegra Cidadão	320.000	287.500	275.000	250.932	
0013 - Reintegra Cidadão- Administração Regional- Guará	320.000	287.500	275.000	250.932	0005

O trabalho realizado em parceria com a FUNAP proporcionou a reintegração de várias pessoas que estavam incluídas nesse programa, que é de suma importância, no sentido de dar dignidade e cidadania ao trabalhador preso em processo de reabilitação.

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação do Serviço	Unid. de Medida	Etapas Realizadas/Quant.		
		2010	2011	2012
Arborização	M²	-	-	18
Alambrado conserto/Pintura	M	-	09	08
Assentamentos de bancos	Unid	-	92	42
Caixa de areia	M	-	06	-
Capina, varrição e rastelagem	m²	475	133.080	91.735
Colocação de Areia no parque	M³	-	18	-

Discriminação do Serviço	Unid. de Medida	Etapa Realizada/Quant.		
		2010	2011	2012
Colocação de cerâmica	M²	-	36	-
Colocação de lixeira	Unid	-	12	-
Confecção de quebra-molas	Unidade	04	13	-
Colocação de meios fios	Unidade	1.459	-	123
Conserto de meio-fios	Unidade	-	673	-
Colocação de mesa de concretos	Unidade	-	01	-
Colocação de obstáculos	M³	-	122	58
Colocação de tampa de ferro boca de lobo	Unidade	-	01	-
Colocação tampa concreto boca de lobo	Unidade	-	03	-
Colocação de Play ground	Unidade	-	05	-
Colocação de terra	M²	-	-	120
Construção de boca de lobo	Unidade	-	04	-
Construção de calçadas	M²	-	825	595
Construção de Paredes	M²	-	60	-
Construção de pedras portuguesas	M²	-	140	133
Construção de rampa de acesso	Unidade	315	41	282
Construção de tabela de basquete	Unid	-	02	-
Construção de lombada	Unid	-	04	-
Corte e poda de árvores	Unidade	719	83	197
Desobstrução de boca-de-lobo	Unidade	465	286	154
Execução de calçadas	m²	-	785	-
Limpeza geral	m²	6.170	132	-
Nivelamento Asfáltico	Unid	-	21	59
Nivelamento de bloquetes	Unid	-	-	95
Operação tapa buraco	m³	1.915	286	105,08
Pintura de Alamedado	Unid	-	-	08
Pintura de muros e outros	m²	-	852	-
Pintura de meios fios	ml	-	61.000	90.721
Pintura de PEC	Unid	-	-	01
Poda de árvores	Unid	-	-	46
Recapeamento asfáltico	m²	24.500	150	-
Recolhimento de faixas promocionais	M	5.225	4.285	5.161
Recolhimento de galhos	M²	-	-	2.574
Recuperação de calçadas	m²	-	205	-
Reformas de alamedados	Unid	-	04	-
Reformas em Prédios Públicos	Unidade	78	-	-
Remoção de entulhos e galhos	m²	3.840	23.236	24.323
Replanteio de mudas de árvores	Unid	-	-	05
Reposição de meio-fio	Unidade	30	47	-
Reposição de tampas de PV e de boca-de-lobo	Unidade	80	02	-
Roçagem manual	m²	670	1.684.000	389.738
Roçagem mecânica	m²	20.074	200.000	72.350
Serviços diversos	Unid	-	-	35
Serviços de eletricitista	Unidade	1.002	26	-
Serviços de marceneiro	Unidade	-	18	-
Serviço de serralheiro	Unidade	630	149	-
Serviço de terraplanagem	m²	-	10.900	-
Transporte de terra	m³	3260	188	-

Obras Implantadas

Discriminação das Obras	Unid. de Medida	Quantidade		
		2010	2011	2012
Abrigo para passageiros	Unid	-	-	02
Alamedado	M²	4.176	-	-
Alamedado manutenção	M²	-	08	35,24
Arquibancada	Unid.	-	-	04
Bancos de praça	Unid.	40	35	58
Caixa de areia	M²	-	12	-
Colocação de obstáculos	Unid	-	47	02
Colocação de play ground	Unid	-	01	-
Captação de águas pluviais	m	94	115	09
Compactação de leito, subleito, base e sub base	M²	1.290	-	-
Construção de rampa de acesso	Unid	-	-	14
Desobstrução de boca de lobo/conserto	Unid	-	-	05
Encascalhamento	m²	125	-	03

Discriminação das Obras	Unid. de Medida	Quantidade		
		2010	2011	2012
Gramado	M²	8.210	-	17.100
Iluminação Pública		33	-	-
Lombada	Unid	-	67	56
Meios-Fios	Unid	1.332	618	377
Muro	m²	925	-	01
Parque infantil	Unid.	69	02	-
Passeios	m²	4.250	1.570	2.432
Paredes de alvenaria	m	-	60	-
Pavimentação asfáltica	m²	-	48	407,27
Pavimentação por blocos inter-travados	M²	831	-	-
Pintura de meios fios	m	-	94.000	-
Pintura de parede	m	-	910	-
Praça	Unid	12.500	-	01
Quadra de areia	Unid	-	02	-
Quadra Poliesportiva	Unid.	01	-	-
Rede de Águas pluviais (Boca de lobo)	M²	-	-	647
Rede de águas pluviais	m	-	292	-

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamentos	Abordagem de população de rua	40	-	-
	Administração em ação	-	09	12
	Aniversário do Guará	-	03	-
	Área Médica	-	01	-
	Casa das pedras	-	01	-
	Conselho tutelar	-	01	-
	Convênios	-	03	24
	Coordenadoria	-	03	-
	CRAS/ Na hora	-	-	12
	Dengue	-	01	-
	Educação	-	01	-
	Gedes	-	04	-
	Outros (Escolas, creches, etc)	-	17	-
	Cursos(cabeleireiro, manicure, pão caseiro, horta caseira, informática, papel reciclado ,sabão e elaboração de projetos	910	-	-
	Horta comunitária	168	03	02
	Palestras alimentação saudável	-	-	-
	Pastoral da criança	-	02	-
	Rede Social	-	03	-
	Seção Solene	-	-	03
	SEDEST-CRAS/CREAS/REDE	-	14	01
Trabalhos com Grupos	Abordagem de população de rua	-	02	-
	Chamamento	-	06	-
	Comunidade/geral	-	31	17
	CRAS/CREAS/REDE	-	03	06
	Crianças e adolescentes	-	256	02
	Educadores populares	-	01	-
	Elaboração plano ação 2011	-	01	-
	Elaboração de relatório	-	01	-
	Eventos hora brincar /int/ext/proj unidos pela cidadania	-	07	41
	Famílias/Diretoria de Saúde	-	20	-
	Famílias/atendimento social/riscos social	-	60	02
	Gestão de gerência	-	04	-
	Horta comunitária (colheita)	-	05	-
	Idosos	-	105	-
	Jornal do Guará (publicação)	-	01	-
	Meio ambiente (audiência)	-	01	-

Áreas	Quantidades		
	2010	2011	2012
ONG's	-	13	-
População de rua	-	02	-
Reuniões instituc/aniv guará/rede social/casa das pedras	-	19	-
Visitas institucionais	-	08	-
Comemoração do dia dos pais/Idosos/crianças	540	-	-
Crianças e Adolescentes	4.150	-	-
Distribuição de verduras	6	-	-
Idosos/Festividades	3.110	-	-
Outros(Especificar)	4.134	-	05
Orientações/Famílias/Carroceiros/Creche			

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	05	05	-	1.080	950
Dança: cigana/ventre/balé	-	17	34	-	200	1.150
Teatro	-	41	13	-	3.560	1.250
Música	-	12	37	-	4.760	22.390
Lazer	-	-	34	-	-	39.900
Artes Plásticas	-	22	03	-	1.060	100
Literatura	-	-	06	-	1.500	1.680
Eventos culturais	-	-	02	-	-	600
Eventos Culturais	-	-	41	-	-	-
Concurso banda da casa	-	-	01	-	-	200
Museu Itinerante	-	-	03	-	-	300
Artes Marciais/kung fú	-	-	05	-	-	135
Caminha Cultural	-	-	02	-	-	600
100 anos de Luis Gonzaga	-	-	14	-	-	1.269
Outros eventos: Outros eventos (Pintura em tela, cursos, reuniões, decoupage, participação do grupo batalá, carnaval no Guará, lazer (Adm em Ação), projeto grafiti cultura urbana.	-	28	07	-	18.830	240

Biblioteca	Acervo	Usuário	Empréstimo
01	81.957	1.263	309

Esporte e lazer

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	07	10	08	1.600	30.600	5.102
Eventos esportivos	59	31	37	67.220	29.100	31.730
Outros	11	02	11	13.000	1.000	1.757

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento até junho de 2012								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	15	-	-	01	04	-	16	04	-
Institucional Pública	-	-	-	161	04	04	162	04	04
Comercial	-	-	-	659	352	140	659	352	140
Industrial	1	-	-	-	-	28	-	-	28
Área Rural	-	-	-	-	-	02	-	-	02
Habilitação coletiva	-	-	-	-	-	32	-	-	32
Total Expedido	16	-	-	821	360	206	837	360	206

Licença de Alvará - 2012		
Eventual	Indeterminada	Provisório
24	272	-

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	152	127	50	58.893,07	29.265,74	11.642,48
Institucional Familiar	-	-	03	-	-	1.418,02
Industrial	13	06	03	6.905,58	21.485,66	814,29
Ind. Com. Bens e Serviços	-	-	01	-	-	526,07
Comercial	42	26	05	665.213,46	8.780,47	2.913,02
Institucional/Privado	02	06	04	981,25	8.989,49	56.347,00
Hab. Unifamiliar	-	-	96	-	-	21.608,14
Outros/Unif. Comércio	-	07	04	-	2.852,69	70.486,68
Total Expedido	209	172	166	731.993,36	42.108,31	165.755,70

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	53	38	22	20.137,61	8.561,09	7.517,10
Industrial	-	-	02	-	-	841,08
Industrial Unifamiliar	-	04	02	-	2.317,15	623,57
Comercial	21	10	13	17.173,99	66.840,30	80.401,37
Institucional Privada	-	01	05	-	1.570,85	5.477,30
Ind. Com. Bens e Serviços	-	-	02	-	-	794,13
Unifamiliar comércio	-	01	04	-	52.771,36	70.782,92
Habitação coletiva	-	-	08	-	-	3.461.788,70
Hab. Coletiva/Comercial	-	-	01	-	-	30.158,95
Hab. Unifamiliar	-	-	64	-	-	17.270,69
Total Expedido	74	57	123	37.311,60	243.026,97	3.675.655,81

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	-	34
		2011	320,00	02
		2012	7.673	02
	Outras	2010	-	239
		2011	5.955,00	1
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2010	-	61
		2011	-	04
		2012	8.692,00	05
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	-	32
Cota de Coroamento		2010	-	97
Levantamento para Carta de Habite-se		2011	1340,00	11
		2012	90.395,03	172
		2011	128,00	01
		2012	95.241,43	83

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	109	24.769,99	49	4.735,05	10	367,12	168	29.505,04
		Habitação Coletiva	-	-	01	1.894,54	-	-	01	1.894,54
	Comercial		01	189,70	-	-	-	-	01	189,70
	Industrial		01	208,39	-	-	-	-	01	208,39
	Institucional/Privado		02	450,00	-	-	-	-	02	450,00

Projetos analisados e colocados em exigências 2012 – (431)**Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários**

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Permanentes	01	01	01	526	646	646	Guará II

Especificações		2010	2011	2012
Fiscalização de Feiras		547	410	645
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-	10	-
Advertências		-	-	651
Notificações		-	-	03

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas definitivas	21	21	21

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	1.636	1.550	2197
Abertura de Processo/CDSA	-	-	9
CDIs Emitidos	-	-	292
CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.511	-	-
CDI – 1ª via – maior de 30 anos	-	81	132
CDI – 1ª via	-	453	1.884
CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	11	01	09
CDI -2ª via	-	220	444
Juramento a Bandeira	-	-	08
Notoriamente Incapaz	-	-	23
Outros	16	08	-

3. Informações complementares

Seguem outras ações realizadas pela Administração Regional do Guará ao longo de 2012:

- Reuniões com o Administrador, consolidando metas e melhorias do processo administrativo;
- Busca de recursos humanos, financeiros e tecnológicos nos órgãos do governo como um todo, visando uma administração com melhor qualidade e eficiência;
- Atendimento da comunidade que busca solicitações de melhorias diversas, desde um buraco no asfalto, a limpeza e roçagem do mato;
- Abertura de Processo de Materiais e Serviços, atendendo necessidades da Administração, exemplo: abertura de Processo para aquisição de sacos de cimento, reparo de e aquisição de Roçadeiras, aluguel de banheiros químicos, aquisição de Betoneira, aquisição de areia lavada, aquisição de material e etc;
- Suporte Técnico e Administrativo para todas as áreas da Administração;
- Acompanhamento e controle nos gastos com água, luz e telefones;
- Acompanhamento e melhorias no setor de Vigilância e limpeza;
- Intervenção direta com a CEB, solicitando iluminação Pública;
- Acompanhamento e melhorias dos processos junto aos Auditores em processos auditados;
- Montagem de comissões e de inventários patrimonial e inventários de almoxarifado;
- Acompanhamento e Relatório de atividades executados pela a Assessoria de Planejamento;
- Ações preventivas em todos os próprios desta RA-X, exemplo: Verificando portas, telhados, podas de árvores e etc;
- Além dos exercícios realizados em 2012, pretende-se em 2013:
 - Realizar cursos para especialização dos servidores;
 - Melhorar o processo de controle de veículos;

- Melhorar os processos de controle da CEB, CAESB, vigilância e limpeza.

Conselho Comunitário de Segurança - CONSEG

O CONSEG-Guará desenvolveu, em 2012, as seguintes atividades:

Reuniões ordinárias nos meses de janeiro a maio, com a presença do Subsecretário de Programas Comunitários e do Secretário de Estado de Segurança Pública.

No mês de maio, dia 5, por ocasião do aniversário da nossa Cidade, foi realizada a 1ª Caminhada Ecológica do Guará, com aproximadamente 500 pessoas. Houve a participação do grupo de caminhada da 3ª idade do SESC, do grupo da 3ª idade do Corpo de Bombeiros, além de pessoas da Comunidade. Nos meses de junho, julho e agosto, reuniões ordinárias normais.

No período de 13 a 24 de agosto, em parceria com o 4º Batalhão de Polícia Militar, foi realizado nas dependências do mesmo, o Curso de Capacitação Comunitária para Trabalhadores de Segurança em Condomínios, com carga horária de 12 horas e Coordenação dessa Suproc. Inicialmente, foram abertas 02 turmas, mas como a procura pelo curso foi intensa, houve a necessidade da abertura de mais turmas. Foram 120 inscrições com 115 certificações.

No período de 17 a 21 de setembro e de 1º a 15 de outubro, em parceria com o 4º Batalhão da Polícia Militar, foi realizado o Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, com carga horária de 40 horas, sob Coordenação da SUPROC. Na oportunidade 52 alunos foram diplomados.

Em novembro, foi realizada reunião Ordinária, contando com a presença do Comandante Geral da Polícia Militar. Em dezembro, sem atividade.

A Administração aguarda, por parte da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a entrega de 10 urnas que servirão para que a Comunidade participe, de forma mais efetiva, com elogios, sugestões, críticas e, principalmente, denúncias de toda natureza.

Com relação aos cursos oferecidos, foi verificado que :

1ª) No Curso de Capacitação Comunitária para Trabalhadores de Segurança em Condomínio com menor carga horária, a procura foi intensa.

2ª) No Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária com maior carga horária, houve mais dificuldade em formar turmas. das duas turmas montadas, ambas com 26 alunos cada, foi alterada a programação do curso de 02 períodos diários na 1ª turma (pela manhã e a tarde) para um período diário na 2ª turma (somente pela manhã). Essa alteração foi necessária, pois foi verificado que a carga horária aplicada na 1ª turma foi motivo de avaliação negativa por parte da maioria dos alunos.

A participação dos alunos no Curso de Capacitação Comunitária para Trabalhadores de Segurança em Condomínio não atingiu apenas a qualificação profissional dos mesmos, mas também, a elevação da autoestima de cada um.

Com as considerações acima, entende-se que o CONSEG deverá dar continuidade à proposta de envolvimento com a comunidade, promovendo as reuniões ordinárias ou extraordinárias, quando necessário. Também deverá continuar oferecendo cursos, na área de segurança pública e na área social, como objeto de aprendizagem.

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

O trabalho da Administração Regional do Guará em 2012 consolidou a parceria com os diversos órgãos do GDF na execução de serviços e obras bem sucedidos ao longo do ano. Comprovou que a filosofia do Governo do Distrito Federal de trabalhar em equipe de forma sincronizada e bem orientada nas diversas administrações regionais é muito mais produtiva e eficaz.

A Administração Regional deu continuidade aos projetos especiais próprios. Além dos trabalhos realizados diariamente pelas equipes da Diretoria de Obras, como roçagem, operação tapa-buracos, recolhimento de faixas promocionais, pinturas de meios-fios, implantação de calçadas e limpeza de bocas de lobo, a Administração iniciou uma nova fase de prestação de serviços, promovendo a reforma de quadras de esporte, construção de rampas de acessibilidade, faixas de aceleração e desaceleração, recuperação de calçadas, construção de novas vagas de estacionamento público em diversos pontos da cidade, revitalização de praças, parques, colocação de meios-fios, nivelamento de bloquetes e implantação de PECs e APIs em diversas quadras da cidade.

O projeto Administração em Ação, em seu segundo ano, promoveu um verdadeiro mutirão por toda cidade. Só no segundo semestre de 2012 foram 4 edições, realizadas de forma itinerante, em parceria com órgãos do GDF (Procon, detran, SLU, Novacap, SSP, Vigilância Ambiental). O objetivo foi o atendimento imediato da comunidade; enquanto a equipe da Ouvidoria ouvia relatos, reclamações e

sugestões de obras dos moradores, a Divisão de Obras realizava serviços de recuperação e manutenção nas quadras que recebiam a ação.

Este projeto acabou se transformando em marca registrada da atual Administração. O contato mais próximo com a comunidade, desde o diagnóstico do problema até a obra concluída, quando os servidores da Ouvidoria da Administração vão até as residências dos moradores saber se ficou faltando alguma coisa, proporcionou um mapeamento detalhado da cidade e orientou no planejamento e na elaboração dos serviços e obras nas quadras do Guará.

Paralela à ação de atendimento ao cidadão, o Administração em Ação levou às quadras do Guará a cultura desenvolvida por artistas da cidade, como grupos musicais, artistas de circo, entre outros, que fizeram a alegria da criançada em todas as suas edições.

Outro projeto especial, muito bem recebido pela comunidade da cidade, em suas quatro edições em 2012, foi a “Caminhada Cultural”: uma proposta simples de levar cultura e lazer onde o público está. Pelos sete quilômetros da orla do Guará II, sempre às terças-feiras de lua cheia, artistas de circo, dançarinos, poetas, músicos e pintores exibiam seus trabalhos a todos que passam pelo calçadão.

As atividades apresentadas nas áreas do esporte e lazer no ano de 2012, executadas conforme programado, foram diversificadas e com a participação efetiva da população.

O programa pioneiro de promoção dos direitos humanos e da cidadania desenvolvido pela Administração Regional, em parceria com a FUNAP, proporcionou, em 2012, a reintegração de 25 sentenciados com a prestação de serviço em áreas urbanizadas do Guará. O projeto tem por objetivo resgatar a dignidade e a cidadania ao trabalhador preso em processo de reabilitação.

Sempre com o foco na melhoria da qualidade de vida dos moradores da cidade do Guará, a Administração Regional tem como meta para 2013 dar continuidade às ações que promovam o bem estar coletivo como: instalação de novos PECs e APIs, revitalização de praças e quadras poliesportivas, inauguração da Casa da Cultura e manutenção e conservação dos espaços públicos.

05.11. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CRUZEIRO – RA XI – UO: 11.113

A Administração Regional do Cruzeiro foi criada pela Lei nº 49/89, de 25/10/89, e seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29/12/94.

Órgão da Administração Direta, coordenada e supervisionada pela Casa Civil de acordo com o Decreto nº 33.583, de 16/03/2012, têm por competência representar o governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa, na coordenação e execução de atividades e serviços de interesse público na sua área de atuação. Atualmente, vem realizando processos de revitalização e urbanização de espaços com vista a preparar a cidade para a Copa do Mundo e para os grandes eventos nos próximos dez anos.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	-	04	01	04	09
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	13	-	39	-	52
Requisitados	Órgãos do GDF	01	-	01	03
	Órgãos Estaduais	01	-	-	01
	Órgãos do Governo Federal	02	-	-	02
Outros	Estagiários	-	-	02	05
	Terceirizados (FUNAP)	-	-	17	17
Subtotal (Força de Trabalho)	17	07	41	24	89
(+) Cedidos para outros órgãos	-	01	-	-	01
Total Geral	17	08	41	24	90

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações**PROGRAMA:****6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
8502 -Administração de Pessoal	2.659.339	3.017.767	2.981.024	2.958.731	
8782 - Administração de Pessoal- Administração Regional- Cruzeiro	2.659.339	3.017.767	2.981.024	2.958.731	1
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	249.027	337.027	315.683	315.683	
9600 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Cruzeiro	249.027	337.027	315.683	315.683	2, 3 e 4
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	625.512	313.533	297.391	282.247	
6577 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Cruzeiro	625.512	313.533	297.391	282.247	5

Os Serviços Administrativos foram realizados na manutenção dos contratos com fornecedores de energia, água, serviços de postagem, telefonia móvel, na aquisição de materiais de consumo e materiais permanentes, pequenas contratações como manutenção e recarga de extintores, com placas de identificação nos próprios da Administração Regional e outros.

PROGRAMA:**6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2145 – Serviços Assistenciais Complementares em Saúde	100.000	0	0	0	

PROGRAMA:**6206 - ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3048 – Reforma de Espaços Esportivos	80.000	0	0	0	
3678 -Realização de Eventos	40.000	13.512	7.023	7.023	
0064 - Realização de Eventos- Esportivos: Administração Regional- Cruzeiro	40.000	13.512	7.023	7.023	14
4091 – Apoio a Projetos	50.000	0	0	0	

Foram adquiridos troféus e medalhas para campeonato de futsal.

PROGRAMA:**6208 - DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	1.100.000	1.868.697	1.762.679	458.121	
6578 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Cruzeiro	100.000	218.697	218.696	216.919	12
9701 – Execução de Obras de Urbanização – Execução	0	300.000	300.000	147.095	23
9755 – Execução de Obras de Urbanização – Implantação	0	200.000	147.322	0	
9756 – Execução de Obras de Urbanização – Execução de	0	300.000	300.000	0	
9776 – Execução de Obras de Urbanização No Cruzeiro	0	200.000	200.000	94.107	19
9777 – Execução de Obras de Urbanização – Cruzeiro	0	100.000	46.660	0	
9783 – Execução de Obras de Urbanização – Região Administrativa – Cruzeiro	0	150.000	150.000	0	
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	65.000	36.371	36.370	27.207	
9133 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Cruzeiro	65.000	36.371	36.370	27.207	17

Foram instaladas 234 lixeiras; elaborados 4 projetos arquitetônicos, planilhas orçamentárias e cadernos de especificações para execução de obras; construído o calçadão da Avenida das Mangueiras com 1.200 m em bloquetes intertravados na Via HCE – RE – Cruzeiro.

Ajardinamento com plantio de grama e mudas ornamentais nas quadras 305, 505, 705, 1.107, 1.207 e 1.405, instaladas placas de endereçamento, executada urbanização de área e construído playground na SHES Qd. 1.101 – Cruzeiro Novo, implantado PEC – Ponto de Encontro Comunitário e Parquinho na Qd 1 e Qd. 3 – Cruzeiro Velho.

Executados o paisagismo na Qd. 1.205, obras de urbanização da praça na Qd.1.505 em frente ao terminal de ônibus, adquirido areia, brita, cal e cimento para execução de 936,16 m² de calçadas e manutenção das áreas ajardinadas.

PROGRAMA:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública	0	100.000	67.384	0	
9501 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública – na	0	100.000	67.384	0	20
1836 -Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	10.000	463.000	463.000	0	
6924 - Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública- Administração Regional- Cruzeiro	10.000	463.000	463.000	0	13

Aguardando a poda de árvore para o remanejamento de 430m de rede elétrica convencional para compacta/isolada e instalação de postes de concreto de 16m com iluminação e pétalas e postes de aço curvos duplos de 7,5m.

Instalados 20 postes de iluminação pública de 4 pétalas na Avenida das Mangueiras.

PROGRAMA:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4138 – Desenvolvimento de Ações de Serviços Sociais	0	162.000	0	0	
7294 – Construção de Centro de Convivência de Idosos	100.000	100.000	96.973	94.063	
2298 – Construção do CCI – Centro de Convivência do	100.000	100.000	96.973	94.063	22

Executada a reforma da cobertura do Centro de Convivência do Idoso – CCI.

PROGRAMA:**6214 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4089 – Capacitação de Pessoas	300.000	50.000	49.980	0	
2424 – Capacitação de Pessoas – Apoio as Atividades	0	50.000	49.980	0	

Realizada a capacitação de profissionais da ARUC para o Carnaval 2013.

PROGRAMA:**6219 - CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 -Realização de Eventos	180.000	291.200	271.000	271.000	
0015 - Realização de Eventos- Culturais: Administração Regional- Cruzeiro	30.000	115.000	115.000	115.000	7 e 18
2645 - Apoio e Promoção de Atividades Culturais	150.000	176.200	156.000	156.000	8 e 15
4089 – Capacitação de Pessoas	0	50.000	0	0	
4090 -Apoio a Eventos	350.000	500.000	500.000	500.000	
2107 - Apoio a Realização do Carnaval - ARUC	100.000	100.000	100.000	100.000	9
2108 - Apoio a Realização do Projeto Cultural Recordar é Viver – 2ª Edição"	250.000	250.000	250.000	250.000	10
2492 - Apoio a Eventos-Apoio a Atividades Culturais do Grêmio Recreativo- Cruzeiro	0	150.000	150.000	150.000	16

Apoio a Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro – ARUC e blocos carnavalescos de rua, apoio as atividades do carnaval 2012 da ARUC, realização do projeto Recordar é Viver – 2ª edição – ARUC, realização do projeto ARUC a Voz do Samba, apoio ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Vila Paranoá e comemoração ao dia das crianças.

PROGRAMA:**6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3238 – Reforma de Unidades de Educação Infantil	0	100.000	95.897	0	-
2733 – Reforma de Unidades de Educação Infantil -	0	100.000	95.897	0	-

Executada a reforma da Creche São Vicente de Paulo.

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2426 -Reintegra Cidadão	310.000	230.755	221.710	202.732	
0006 - Reintegra Cidadão- Administração Regional- Cruzeiro	310.000	230.755	221.710	202.732	6

Prestação de serviços de conservação e manutenção da Região Administrativa do Cruzeiro por sentenciados do Sistema Penitenciário de Brasília, através da FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal.

2. Outras Realizações**Demandas da Ouvidoria - 2012**

Descrição do Atendimento	Quantidade
Atendimento Geral – Telefone	490
Atendimento Geral – Presencial	92
Reclamações	32
Solicitações	592
Elogios	21
Total	1.227

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	-	12 ton
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	-	8 (Qds. 5 e 7)
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	-	8

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Recuperação de calçadas	m²			8 km
Reforma de equipamentos públicos	Unid.			5
Capina, varrição e rastelagem	m²			200.000
Remoção de entulhos	m³			800 ton
Reposição de meios-fios	Unid.			600
Serviços de terraplanagem	m²			5.000
Roçagem manual	m²			100.000
Serviços de roçagem mecânica	m²			20.000

Os serviços de roçagem manual foram realizados pelos trabalhadores oriundos da FUNAP, nos locais onde não passa a roçadeira mecânica.

Operação Tapa-buraco nos seguintes locais: Cruzeiro Velho; SRES Qd. 10 – blocos B, C, E, J, K-1 e Q; SRES Qd. 12 – blocos K, L N, S, T, U e V; SRES QD. 8 – em frente a Administração Regional, ao lado dos Correios e da Força Nacional e SRES Qd 6 bloco “A”.

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	12	29
	Habitação, CEB, CAESB	-	19	10
	SINE/ APEC/ CRAS	-	50	614
	Outros(Escolas, creches, etc)	-	3	9
Trabalho com Grupos	Gestantes	-	1	2
	Idosos	-	17	8
	Remoções	-	105	212
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	3	6
	Visitas a entidades assistenciais	-	-	1
	Entrega de cestas básicas	-	23	57
	Reuniões com outros órgãos	-	10	23
	Outros	-	24	40

Ações Culturais

Educação e Cultura

Cultura

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	1	8	6	50	683	-
Teatro	15	4	143	784	190	-
Música	4	-	40	336	-	-
Dança	3	-	-	370	-	-
Outros eventos	25	31	100	2.175	859	-

A cultura foi estimulada através das **Sextas Culturais** e apresentações de shows populares nas praças e na ARUC – Patrimônio Cultural e Imaterial do DF.

Outras Ações:

Incentivo à leitura com colocação de estandes com livros infantis no Coreto da SHES quadras 1.205/1.303 aos domingos;

Realização da Sexta Cultural com 9 apresentações musicais gratuitas na quadra 505 e no Auditório do Centro Cultural Rubem Valentim, da Festa Julina do Cruzeiro no Ginásio de Esportes do Cruzeiro, da Corrida do Fogo Simbólico e do Seminário Regional de Cultura.

Foram realizados também os seguintes eventos: a Taça Hélio Lopes de Futsal, Torneio de Dominó (XX Terno de branco), I Chá da Memória do Cruzeiro, II Mostra de Videoarte, inauguração da Casa da Memória do Cruzeiro, Baile de aniversário do Cruzeiro com show e público estimado de 2.500 pessoas.

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	28	29	15	14.696,94	7.903,45	14.874,46
Habitação Coletiva	-	-	1	-	-	-
Comercial	-	-	1	-	-	-
Total Expedido	28	29	17	14.696,94	7.903,45	14.874,46

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	6	3	2	2.578,32	1.729,22	-
Total Expedido	6	3	2	2.578,32	1.729,22	-

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Outras	2012	-	19
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2012	-	33
Elaboração de Croquis de Cadastro		2012	-	36-
Levantamento para Carta de Habite-se		2012	-	13

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	14	3.588,38	6	723,05	1	86,57		3.588,38
	Comercial		1	15,00	-	-	-	-	-	15,00
	Tapume		9	682,90	-	-	-	-	-	-
	Privada		1	1.488,27	1	93,92	-	-	-	-

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	-	1	1	1	1	1	-
Feiras Permanentes	-	1	1	-	-	-	-

Realização da Feira das Artesãs do Cruzeiro localizada no espaço da Feira Permanente e Feira Permanente do Cruzeiro ao lado do Ginásio de Esportes.

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		-	-	2
Fiscalização de Feiras		-	-	2
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-	-	60

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-	-	13
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	1	1	1
Outros - Quiosques	-	-	51
Ambulantes	-	-	116

3. Informações complementares

Foram realizadas outras ações como: parceria para a Horta Comunitária da Escola Classe nº 1, podas de árvores na cidade, parcerias com a comunidade e encontros com comerciantes e moradores.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Administração do Cruzeiro em 2012 teve como principais realizações na execução de atividades e serviços na área de urbanização e manutenção de áreas urbanizadas, a compra de materiais permanentes tais como trena digital, motopodas, motosserras, e corta-relva e a manutenção de equipamentos agrícolas para dar prosseguimento aos trabalhos.

Foi priorizado o capital humano capacitando-o em cursos como: projeto básico, orçamento e finanças e Qualificaicopa.

A área da cultura foi estimulada por meio das “Sextas Culturais” e apresentações de shows populares nas praças e na ARUC – Patrimônio Cultural e Imaterial do DF, muitas vezes em parceria com a comunidade.

Os principais objetivos cumpridos nesta gestão foram:

- Construção de 8km de calçadas;
- Regularizações de quiosques e do comércio local;
- Calçamento da avenida das Mangueiras com 1.200m de calçamento em bloquetes;
- 3.000 podas;
- Instalação de 234 lixeiras;
- Retirados 800 caminhões carregados com entulhos;
- Pintura de 100km de meios-fios;
- Construídos 3 Pontos de Encontros Comunitários;

- Instalação de 20 pontos de iluminação pública na Av. das Mangueiras;
- Construção de 2 estacionamentos públicos nas quadras 203 e 305 do Cruzeiro Novo;
- Conclusão da obra da praça, calçadas e estacionamento da quadra 1.505 do Cruzeiro

Novo.

As dificuldades encontradas em 2012 para a execução das atividades e serviços de interesse público na Administração Regional do Cruzeiro foram: a carência de servidores efetivos, falta de profissionais qualificados como pedreiros, serralheiros, marceneiros, engenheiros, arquitetos, técnicos em informática e outros, rotinas administrativas deficientes e composição política não alinhada com as metas e objetivos definidos no programa de governo.

Além dessas dificuldades, outro obstáculo que interferiu na execução da programação planejada da Administração Regional do Cruzeiro, foram os excessos de emendas parlamentares destinadas a eventos e a restrição orçamentária.

Para 2013 as metas e objetivos definidos são as realizações das demandas solicitadas pela população, através da ouvidoria, reuniões com a comunidade e no orçamento participativo além do atendimento direto na administração e no Projeto Governo nas Ruas.

05.12. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA – RA XII – UO: 11.114

A Administração Regional de Samambaia, criada pela Lei nº 049 de 25/10/89 é um órgão da Administração Direta Regionalizada, supervisionada pela Casa Civil do Governo do Distrito Federal de acordo com o art. 2º, § 3º do decreto nº 33.583 de 16/03/2012.

Conforme seu Regimento Interno aprovado pelo decreto nº 16.247 de 29/12/94 tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa XII assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	04	15	02	16	37
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	57	-	73	-	130
Requisitados	Órgãos do GDF	12	10	-	22
	Órgãos do Governo Federal	-	-	01	01
Outros	Estagiários	-	08	-	08
	Terceirizados (FUNAP)	-	09	-	09
Subtotal (Força de Trabalho)	73	42	76	16	207
(+) Cedidos para outros órgãos	2	-	-	-	02
Total Geral	75	42	76	16	209

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	35.000	70.155	7.500	7.500	
6971 - Reforma de Prédios e Próprios- Administração Regional- Samambaia	35.000	70.155	7.500	7.500	9
8502 -Administração de Pessoal	6.215.904	7.435.483	7.433.301	7.433.301	
8783 - Administração de Pessoal- Administração Regional- Samambaia	6.215.904	7.435.483	7.433.301	7.433.301	1 e 32
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	386.701	771.540	752.476	752.476	
9601 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Samambaia	386.701	771.540	752.476	752.476	2, 3 e 4
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.643.000	354.299	329.002	328.386	
6616 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Samambaia	1.643.000	354.299	329.002	328.386	5 e 6

As ações empreendidas no Programa “Gestão Pública” em 2012 marca a introdução no âmbito administrativo, de procedimentos estratégicos e operacionais fundados em duas diretrizes fundamentais: 1 - Propiciar maior atenção e agilidade no atendimento aos usuários, como forma de resgatar credibilidade e apoio a governabilidade; 2 – reduzir custos operacionais pela racionalidade de procedimentos e concomitante transparência dos atos administrativos. Para a obtenção dos resultados a gestão em 2012 iniciou com Encontro de Planejamento fora da Administração, com a participação de todos os servidores, onde, em ambiente descontraído, expuseram suas atividades, resultados, carências e propostas de aprimoramento ao tempo em que palestrantes convidados destacavam importantes linhas de ação e os retornos positivos do trabalho praticado com entusiasmo e boa vontade. A racionalidade das ações e dos gastos operacionais foi também evidenciada no seminário e praticada no dia a dia por meio de medidas de eficiência, tais como: redução significativa de viagens com veículos sub-lotados; maior rigor na distribuição de material de consumo; adoção de senhas individuais para ligações para celulares; implantação de monitor e câmeras de segurança com redução de riscos e de práticas ociosas; modernização do arquivo técnico com maior agilidade e segurança das tramitações de processos; dentre outras diretrizes centradas na busca de excelência no atendimento. .

Cabe destacar especialmente a iniciativa de concentrar na Administração Regional o total das atividades de recursos humanos em especial da folha de pagamentos dos servidores desde a sua

elaboração até a homologação e pagamento. As referidas atribuições e seus recursos orçamentários eram competência da Secretaria de Gestão Administrativa enquanto unidade supervisora das Administrações Regionais. Para viabilizar a nova atividade foram necessários a alocação e o treinamento de pessoal efetivo do GDF, como forma de assegurar eficiência, confiabilidade e continuidade no trato das questões do capital humano.

PROGRAMA:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1745 -Construção de Quadras de Esportes	270.000	0	0	0	
3440 -Reforma de Quadras de Esportes	230.000	150.000	139.734	0	
2604 - Reforma de Quadras de Esportes na Expansão de Samambaia	230.000	150.000	139.734	0	29
3678 -Realização de Eventos	40.000	20.000	0	0	
4090 – Apoio à Eventos	0	9.485	0	0	

As práticas desportivas são exercitadas em Samambaia por meio de 36 quadras de esportes além de um estádio regional, quatro campos de grama sintética e outros quatro campos de terra, tamanho oficial, todos iluminados com refletores, o que a torna uma das RAs mais bem equipadas desses equipamentos no DF. As demandas da comunidade nesse contexto tem se direcionado mais para a necessidade de reformas do que de novas unidades esportivas. Neste exercício os recursos foram investidos na reforma de cinco quadras poliesportivas na Expansão de Samambaia.

PROGRAMA:**6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3247 -Reforma de Feiras	0	170.000	44.632	0	
9216 - Reforma de Feiras-Reforma da Feira Permanente da - Samambaia	0	170.000	44.632	0	33

As ações voltadas para o desenvolvimento econômico neste exercício concentraram-se em debates, encontros de trabalho e audiências públicas em torno da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, atualmente em tramitação na Câmara Legislativa do DF. No âmbito local, o montante gasto no programa cuidou de sanar antiga questão relacionada ao consumo de água nas feiras, iniciando pela implantação de infraestrutura básica para instalação de hidrômetros individuais nos boxes da Feira Permanente da Q. 202, no Centro Urbano.

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	1.660.000	2.175.000	1.685.249	903.807	
2792 - Execução de Obras de Urbanização em Samambaia	500.000	500.000	476.294	0	17
6619 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Samambaia	300.000	572.000	562.777	420.777	19
9654 - Execução de Obras de Urbanização-Obras de Urbanização em- Samambaia	0	360.000	351.363	340.434	34
9690 - Execução de Obras de Urbanização-Execução de Obras de Urbanização e Infra-Estrutura - Samambaia	0	150.000	142.595	142.595	35
9796 – Execução de Obras de Urbanização – Obras de Urbanização e Infra-Estrutura RA XII – Samambaia.	0	293.000	152.219	0	39
3902 -Reforma de Praças Públicas e Parques	400.000	400.000	393.043	252.411	
2363 - Realização de Obras de Revitalização e Urbanização de Praças na Região Administrativa de Samambaia	400.000	400.000	393.043	252.411	20
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	200.000	87.657	86.812	86.812	
6615 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e	200.000	87.657	86.812	86.812	21

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
Ajardinadas- Administração Regional- Samambaia					

Os investimentos realizados a conta do Programa desenvolvimento Urbano foram aplicados prioritariamente em parceria com a NOVACAP por meio de descentralizações de crédito para execução das seguintes obras: construção de duas Quadras Poliesportivas nas QR 323 e 504/506; implantação de meios fios e estacionamentos públicos na QN 206 e QR 410; reforma da Quadra poliesportiva na QR 208 com implantação de calçadas, polimento de 560 m² de piso em concreto e 134 m de rampas de acessibilidade; implantação de três abrigos de passageiros; calçadas na via de acesso a Feira da QR 510; plantio de grama nas QR 202 e 302 (linhão de Furnas); construção de alambrados nas três Clínicas da Família implantadas; reinstalação de 39 postes com luminárias e 15 braços pesados e obras complementares de urbanização no entorno das quadras poliesportivas.

Como exemplo de gestão racional do recurso público, vale destacar o tratamento diferenciado adotado nesta administração para a utilização dos recursos destinados a “manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas” que inclui a recuperação de infraestrutura em vias e logradouros como galerias de águas pluviais, bocas de lobo, etc. Note-se que enquanto em exercícios anteriores esses serviços eram objetos de múltiplas licitações públicas, acarretando expressivo gasto adicional, nesta administração o montante despendido destinou-se a aquisição de 1.430 sacos de cimento, 900 m³ de areias, 260 m³ de britas; 1000 sacos de cal hidratada e itens menores, que resultou na execução de mais de uma centena de pequenas obras de reparo e manutenção, todas executadas pela equipe de obras da Administração Regional, formada por servidores locais e reeducandos do programa “Reintegra Cidadão”.

PROGRAMA:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 -Ampliação da Rede de Iluminação Pública	425.000	554.568	554.557	403.948	
2502 - Implantação de Iluminação Pública nas Quadras 309/509 a 317/517 em Samambaia	360.000	360.000	359.989	359.989	23
9491 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Administração Regional- Samambaia	65.000	194.568	194.568	43.959	24
1836 -Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	10.000	83.893	83.887	83.887	
6933 - Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública- Administração Regional- Samambaia	10.000	83.900	83.887	83.887	25

O expressivo incremento de recursos na ampliação da rede e de pontos de iluminação pública é resultado de persistentes apelos da população, registrados em nossa Ouvidoria ou apresentados diretamente ao Administrador em suas andanças e audiências semanais com moradores e líderes comunitários. Soma-se a essas demandas, a percepção do Administrador enquanto antigo morador local, de que a iluminação de áreas ermas e travessas com luminárias de qualidade assegura tanto mais comodidade quanto maior segurança para os moradores.

Os valores financeiros despendidos resultaram na implantação de 178 postes com luminárias de duas e quatro pétalas em pontos prioritários das QR 311, 511, 517, PEC da 504/506, QR e QN 312 e 316, praça da 508, estacionamento da QS 308, Quadra de Esporte da 316, estacionamento do Fórum, além de ampliação da rede em diversos locais da cidade.

PROGRAMA:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 -Promoção de Assistência Social Comunitária	13.000	10.425	7.850	7.850	
7883 - Promoção de Assistência Social Comunitária- Administração Regional- Samambaia	13.000	10.425	7.850	7.850	7

As atividades de assistência social no âmbito da Administração Regional são atribuição regimental da Diretoria Social com suas gerências de “Promoção e Assistência Social” e de “Ação Social, Saúde e Segurança”. Estas unidades se encarregam de combater a fome, a pobreza e outras formas de privação valendo-se de parcerias com o setor empresarial privado e dos recursos orçamentários disponibilizados para a Administração Regional.

Como se pode observar, o orçamento autorizado, além de reduzido é de difícil aplicação nas demandas mais frequentes da população mais pobre, que via de regra são ações emergenciais, tais como:

ajuda imediata para alimentação (cestas básicas), remédios, gás de cozinha, pagamento de água e luz cortadas, passagens de ônibus, caminhão para mudança, ônibus para sepultamento, dentre outras. Quando são realizadas, parte dessas ações se dá por meio de parceria com o setor privado ou com recursos arrecadados pela própria Administração junto aos seus servidores. Ressente-se sobremaneira de regulamentação que facilite a liberação desses recursos e da participação compartilhada da Secretaria de desenvolvimento Social, enquanto órgão central responsável pela implementação das ações do Programa no âmbito do Governo.

O montante despendido no Programa neste exercício destinou-se ao evento “Ação Social Comunitária” realizado em janeiro de 2012 na Expansão de Samambaia, com a presença do Senhor Governador. Na ocasião foram distribuídas 300 geladeiras de baixo consumo e centenas de brinquedos para a população carente, que predomina naquela região.

PROGRAMA:**6213 – SANEAMENTO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
7040 – Programa de Saneamento Básico	170.000	0	0	0	

PROGRAMA:**6214 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4089 -Capacitação de Pessoas	150.000	50.000	50.000	50.000	
2392 - Apoio à UECDAC- União Educativa , Cultural , desportiva, Assistencial e Cidadania.	150.000	50.000	50.000	50.000	15

A Administração Regional não dispõe de estrutura administrativa essencialmente destinada ao fortalecimento da promoção do trabalho, emprego e renda. O órgão central responsável por essa política no DF é a Secretaria de Trabalho por meio das Agências do Trabalhador. Num esforço adicional, a Administração Regional recorre aos empresários na busca de vagas para o atendimento aos moradores que deixam seus currículos na Diretoria Social.

O valor despendido no programa foi descentralizado para a Secretaria de Cultura para a realização o 1º Encontro Nacional de BBoys e BGirls em Brasília realizado em outubro no Centro Comercial CONIC, com a participação de mais mil jovens adeptos da dança de rua.

PROGRAMA:**6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3179 -Construção de Baías Para Ônibus	500.000	499.999	434.686	222.959	
2697 - Construção de Baías Para Recuo de Ônibus Na Avenida Leste	500.000	499.999	434.686	222.959	26

O Programa Transporte Integrado e Mobilidade foi efetivado neste exercício por meio da revitalização da Av. Leste, que além de se caracterizar como um dos portões da cidade tornou-se também via preferencial de acesso entre os que transitam para Ceilândia e Taguatinga vindos do Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, N. Bandeirante e Gama. O Intenso fluxo observado nos momentos de pico e os consequentes entraves à circulação dos veículos eram propícios a acidentes e motivo de repetitivos reclamos da população usuária daquela via.

Os valores empenhados e pagos neste exercício destinaram-se a NOVACAP por meio de descentralização de crédito, para a implantação de dez baías de recuo de ônibus naquela avenida, como parte de um projeto maior para adequação daquela via a crescente demanda de veículos observada nos últimos anos.

PROGRAMA:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	150.000	120.045	120.000	120.000	
0065 – Realização de Eventos Culturais - Administração Regional de Samambaia	50.000	20.045	20.000	20.000	10
2646 - Promoção do Evento Arraia Amigos do Bem"	100.000	100.000	100.000	100.000	12
4090 -Apoio a Eventos	180.000	121.030	121.030	121.030	
2109 - Caminhada Mariana em Samambaia	100.000	41.030	41.030	41.030	13
2110 - Apoio ao Celebrar em Samambaia	80.000	80.000	80.000	80.000	14

Como esforço de atenção às diretrizes governamentais de contenção de gastos, as atividades culturais obtiveram neste exercício recursos significativamente reduzidos em relação aos anos anteriores. Os valores disponibilizados buscaram atender prioritariamente aos eventos habituais já inseridos no calendário cultural da cidade quais sejam: festas juninas, festivais de quadrilhas, eventos religiosos tradicionais, aniversário da cidade; decorações para ocasiões especiais, dentre outros.

Essa restrição orçamentária ao invés desestimular, acalorou o espírito de voluntariado mobilizando a comunidade cultural para atividades mais singelas, porém mais criativas e frequentes. Nesse contexto cabe assinalar à dedicação e comprometimento do Conselho de Cultura de Samambaia que em parceria com a Gerência de Cultura da Administração Regional se mobilizaram para incrementar a movimentação cultural na cidade. "Entre as múltiplas manifestações que afloraram de grupos de dança, música, teatro, poesia, festivais de cinema em escolas e praças, todos amparados pelo esforço voluntário do Conselho de Cultura, cabe destacar o evento mensal denominado "Sarau Complexo" que já na sua 42ª edição estimula e propicia variados talentos artísticos ao mesmo tempo em que apregoa o sonho da construção do Complexo Cultural Regional em Samambaia.

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	150.000	44.728	34.456	22.307	
8421 - Reintegra Cidadão- Administração Regional- Samambaia	150.000	44.728	34.456	22.307	8

A Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania enquanto programa de governo foi praticada na Administração Regional por meio da atividade: Reintegra Cidadão, que se constitui num esforço de recuperação de egressos do sistema penal, inserindo-os apropriadamente no sistema produtivo da cidade. Na Administração Regional esse esforço de ressocialização se deu mediante a alocação de nove reeducandos em obras e serviços de recuperação e manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas.

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	-	3.854,1
Confecção de quebra molas (NOVACAP / RA XII)	Unid.	-	-	86
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	12	540
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	-	262
Recuperação de calçadas	m²	1.299	10.000	1.189
Reforma de equip. públicos (Parquinhos, Qds. Esportivas, Sanitários)	Unid.	-	-	31
Parquinhos construídos	Unid.	-	-	2
Remoção de entulhos	m³	-	-	36.320
Reposição de meios-fios	Unid.	-	-	775
Serviços de terraplanagem	m²	76.600	-	6.300
Recapamento asfáltico (NOVACAP /RA XII)	m²	-	-	9.290
Implantação de Ramais de Aguas Pluviais	m	-	-	292
Bocas de lobo construídas	unid.	-	-	41
Placas de endereçamento implantadas (Avenidas, Quadras e Conjuntos)	unid.	-	-	3.000
Replanteio de gramado (NOVACAP / RA XII)	m²	-	-	5.932
Plantio de mudas de árvores (NOVACAP / RA XII)	unid.	-	-	3.500
Roçagem manual	m²	-	-	23.000
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	-	238.488 (*)

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
(*) mutirão, NOVACAP, SLU, RA XII)				

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	139	64	-
	Habitação, CEB, CAESB	-	78	-
	CDS/ Na hora	-	36	-
	SINE/ APEC/ CRAS	185	50	41
	Outros(Escolas, creches, etc)	33	-	66
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	19	73	32
	Visitas a entidades assistenciais	-	41	-
	Entrega de cestas básicas	37	-	-
	Reuniões com outros órgãos	-	-	14
	Outros	531	267	360

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	3	-	17	2.657	-	2.190
Teatro	7	-	14	28.894	-	2.240
Música (Desfile cívico)	-	-	11	-	-	10.000
Dança	1	-	4	1.021	-	2.120
Artes Plásticas	9	-	2	33.214	-	800
Literatura	-	-	1	-	-	200
Outros eventos (Artes marciais, etc.)	-	61		4	80.000	15.000

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	32	9	4	10.050	5.000	9.000
Eventos esportivos			62			7.150

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	71	-	-	98	22	114	169	22	114
Habitação Coletiva	-	-	-		81	-		81	-
Comercial	128	-	-	242	-	296	370	-	296
Industrial	09	-	-	20	-	20	29	-	20
Área Rural	02	-	-	-	-		02	-	-
Total Expedido	210	-	-	360	103	430	570	103	430

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	453	315	148	56.935,29	17.110,95	18.642,63
Habitação Coletiva	57	23	58	352.899,95	152.740,09	385.655,22
Industrial	1	1	1	203,00	393,45	724,97
Comercial	83	23	23	66.752,78	8.680,55	14.225,48
Institucional	2	3	2	2.556,04	2.460,71	848,69
Outros	1	-	-	2.099,82	-	-
Total Expedido	598	365	232	481.443,48	181.793,20	420.096,99

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	255	161	112	75.485,94	134.569,82	145.126,75
Industrial	-	-	2	-	-	48.277,03
Comercial	20	22	20	13.702,62	13.600,64	13.987,70
Total Expedido	275	183	134	89.188,56	148.170,46	207.391,48

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção e Carta de Habite-se	Habitação Unifamiliar	2010	32.016,00	99
		2011	19.335,88	88
		2012	58.964,63	371
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2010	-	-
		2011	108.184,81	88
		2012	-	285
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	-	-
		2011	-	-
		2012	119.905,00	38

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	245	35.033,42					245	35.033,42
		Habitação Coletiva	65	306.385,24					65	306.385,24
	Comercial		36	23.890,08					36	23.890,08
	Industrial		3	1.197,47					3	1.197,47
	Institucional		6	11.035,29					6	11.035,29
Misto	Residencial/Comercial		9	9.825,81					9	9.825,81

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	3	3	4	1028	927	1227	Qds. 210, 311, 421, 510
Feiras Permanentes	1	1	1	342	342	342	Qd. 202

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas definitivas	20	16	8

Apoio Industrial e Rural

Atividade			Quantidade		
			2010	2011	2012
Sistema Viário (m²)	30 km	Estradas recuperadas	-	5.000	5.000
Vistorias realizadas			-	12	14
Produtores rurais cadastrados			-	500	500
Propriedades rurais (produtores)			-	180	180
Associações			-	2	2
Visitas e reuniões			-	3	4
Outros (Poda de árvores, etc.)			-	1.000	1.000

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	2189	2795	2574
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	168	1993	2151
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-	389	504
1ª Via CI-Certificado de Isenção	-	38	51
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-	-	10
Atestado de desobrigação	36	-	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	10	115	108
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	395	19	153

3. Informações complementares

O exercício de 2012, o segundo de uma nova e dinâmica gestão administrativa, após um ano de intensivas ações direcionadas a adequação do aparato operacional pré-existente, caracterizou-se pela continuação das medidas de racionalização de gastos, valendo-se de parcerias com órgãos centrais de execução já dotados de equipes experientes e estrutura operacional sedimentada. A atuação desses órgãos compartilhada com o esforço pessoal da equipe de servidores da Administração, aliada à firme disposição de realizar mais e melhor com o mínimo de recurso possível contribuiu para que a execução do orçamento de 2012 se destacasse entre os de menor dispêndio e maiores realizações dos últimos dez anos. Como exemplo, vale assinalar que neste exercício as despesas liquidadas com Investimentos somadas a Outras despesas Correntes totalizaram menos de 30% do valor gasto com as mesmas naturezas de despesa no exercício de 2010 e menos de 50% no de 2009 (últimos anos do governo anterior). Este fato que denota excepcional desempenho administrativo decorreu principalmente da determinação do administrador de, ao invés de terceirizar integralmente as obras e serviços de urbanização junto a iniciativa privada, empregar ao máximo os recursos físicos e humanos já existentes na esfera administrativa, recorrendo ao mercado apenas para aquisição de produtos e serviços de sua competência exclusiva. Certamente o esforço de contenção de gasto empreendido nesta gestão, resultou em salutar excedente financeiro a ser empregado na concretização de várias importantes obras realizadas na cidade por outras unidades governamentais, dentre as quais destacamos: finalização e inauguração da via de ligação Samambaia/Ceilândia (DF 459); construção de três Clínicas da Família estando a última em fase de conclusão; implantação de 23 abrigos de passageiros; 3.000 placas de endereçamento em avenidas, quadras e conjuntos; 86 quebra-molas e instalação do primeiro semáforo de Samambaia no acesso Avenida Leste/Boca da Mata, dentre outras.

Além das obras e serviços realizados com os recursos financeiros racionalizados, cabe salientar outras importantes ações de caráter não financeiro que se destacaram neste exercício, resultando em importantes dividendos sociais enquanto elementos de resgate e fortalecimento da cidadania. Neste contexto cabe ressaltar o trabalho da Administração no sentido de mobilizar a população e apoiar as atividades voltadas para a melhoria da saúde, propiciando eficácia as campanhas de prevenção de doenças empreendidas pela Secretaria de Saúde, tais como: a Carreta da Mulher com mais de mil atendimentos com ações preventivas dos cânceres mais comuns nas mulheres, além de múltiplas ações de cuidado e conscientização contra dengue, hepatite, DSTs e outras. Assinalem-se ainda como relevantes para o fortalecimento da cidadania e legitimação das ações de governo, a mobilização popular para a tomada de decisões e definição de prioridades realizada por meio dos encontros do Orçamento Participativo e da convocação e apoio a entidades culturais e organizações sociais para a efetiva participação na vida política, administrativa e cultural da cidade. Some-se a estas, as medidas de fortalecimento organizacional adotadas por meio da mudança definitiva da Administração Regional após reforma do seu edifício-sede e sua adequação físico-ambiental a um layout que valoriza o servidor e privilegia a comunidade.

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

Embora muito se tenha realizado com os recursos disponibilizados, é inegável que mais e melhores serviços poderiam ser oferecidos a população não fora os obstáculos há muito entranhados na estrutura do Governo e que se tornam a cada dia desafios maiores a serem enfrentados. dentre as principais limitações a um desempenho mais eficiente e eficaz das ações programadas destacam-se a carência de pessoal técnico qualificado, bem como de mão-de-obra primária ambos preferencialmente pertencentes ao quadro efetivo da administração pública. de forma semelhante sobressai-se também como fator impeditivo a um melhor desempenho a carência de recursos tecnológicos apropriados para o desenvolvimento de trabalhos técnicos com a rapidez e qualidade compatíveis com as demandas atuais. Trata-se, sobretudo da dificuldade em se obter com a necessária agilidade, acesso a internet e aquisição de programas computacionais imprescindíveis, cuja carência implica em serviços alongados e produtos medíocres, suscitando descrédito da população nos serviços que lhes são prestados.

5.13. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA – RA XIII – UO: 11.115

A autorização para a criação da Região Administrativa de Santa Maria se deu por meio da Lei nº 348/92, de 04/11/92; regulamentada pelo Decreto nº 14.604/93 que a constituiu como RA XIII, Região Administrativa do Distrito Federal. É vinculada à Casa Civil da Governadoria, de acordo com art. 2º, §3º do DECRETO nº 33.583, de 16 de março de 2012.

O órgão de direção superior, a Administração Regional de Santa Maria, foi criado por meio da Lei nº 423 de 23 de março de 1993, e, de acordo com o seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 22.338, de 24/08/01, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa XIII, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades dela decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		03	33	-	-	36
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		82	-	40	-	122
Requisitados	Órgãos do GDF	09	07	-	-	16
Outros	Estagiários	-	11	-	-	11
	Terceirizados (FUNAP)	-	09	-	-	-
Subtotal (Força de Trabalho)		94	60	40		185
(+) Cedidos para outros órgãos		01	05	-	-	06
Total Geral		95	65	40	-	191

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	0	0	0	0	-
4088 – Capacitação de Servidores	60.000	53.235	45.840	35.233	-
0003 – Capacitação de Servidores-Administração Regional- Santa Maria	60.000	51.237	51.235	51.235	4
8502 – Administração de Pessoal	4.867.619	6.369.759	6.362.763	6.362.763	-
8784 – Administração de Pessoal - Administração Regional - Santa Maria	4.867.619	6.369.759	6.362.763	6.362.763	1 e 5
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	251.466	704.326	680.173	680.173	
9602 – Concessão de Benefícios a Servidores-Administração Regional- Santa Maria	251.466	704.326	680.173	680.173	2, 6 e 8
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.125.129	292.301	248.125	211.828	-
6640 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Administração Regional - Santa Maria	1.125.129	292.301	248.125	211.828	3

Das realizações do Exercício de 2012 referentes a este programa, cabe ressaltar a conclusão da Reforma do Almoxarifado do Prédio Sede da Administração, área total de 340m², o que proporcionou otimização dos serviços internos e consequente melhoria no atendimento ao público.

Com o objetivo de reforçar a necessidade de capacitação dos servidores lotados nesta RA XIII, 37 servidores receberam conhecimento técnico pertinente à Administração Pública conforme descrição dos cursos no quadro a seguir:

Cursos	Horas/Aula
Curso de Treinamento em AutoCad	100 horas
Elaboração de Planilha Orçamentária	20 horas
Licitações e Contratos Administrativos com Excelência	20 horas
Planejamento, Execução Orçamentária Financeira e Contábil	80 horas
Redação de Documentos Oficiais com Excelência	20 horas
Sequência dos Atos Processuais de Despesas Públicas	25 horas
Sindicância e Processo Disciplinar da Administração Pública do Distrito Federal	25 horas

Com relação a manutenção dos serviços foram adquiridos: material de consumo; aquisição de material permanente (ex: divisórias, circuito de câmeras...); contratação de serviços (ex: caça vazamentos, kits de coleta para anemia, locação de brinquedos infláveis...).

PROGRAMA TEMÁTICO:**6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3247 - Reforma de Feiras	200.000	0	0	0	-

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 – Execução de Obras de Urbanização	0	0	0	0	-
2794 – Execução de Obras de Urbanização em Santa Maria	1.000.000	1.000.000	998.998	293.487	13
6639 – Execução de Obras de Urbanização-Administração Regional- Santa Maria	1.311.500	798.333	797.614	565.927	18 e 19
9672 – Execução de Obras de Urbanização-Infra-Estrutura- Santa Maria	0	1.000.000	998.108	585.232	31
9704 – Execução de Obras de Urbanização-Execução de Obras de Infraestrutura Urbana- Santa Maria	0	250.000	248.320	78.217	32
8508 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	330.380	20.190	0	0	20

Obras Concluídas

- Ponto de Encontro Comunitário na QR 103 – beneficia toda a população de Santa Maria, pois proporciona melhoria da qualidade de vida com a possibilidade da prática de atividade física gratuita além de ser um local de convívio e interação social;
- Construção de Estacionamento na QR 302;
- Construção de Quadra Poliesportiva QR. 208/308 - beneficia toda a população, diretamente os moradores da quadra;
- Construção de um Parque Infantil na QR 116 e outro na Praça Central – proporciona melhor qualidade de vida a toda comunidade ampliando as opções de lazer familiar e convívio social.

Obras em período de Execução, iniciados os Procedimentos Administrativos no Exercício de 2012

- Construção de Calçada - beneficiará toda a população de Santa Maria, pois, proporcionará melhor mobilidade urbana e acesso amplo e democrático ao espaço urbano. Término Previsto: 12/02/2013;
- Implantação e Ampliação da Rede de Captação de Águas Pluviais em Santa Maria – beneficiará toda a população de Santa Maria, diretamente os frequentadores dos Comércios Locais (CL) 105, 203, 204, 205, 206 e 207 principalmente em observância ao período chuvoso e os problemas dele decorridos. Término Previsto: 31/01/2013;
- Implantação de Blocos Intertravados – esta melhoria beneficiará toda a população de Santa Maria, diretamente aos usuários do estacionamento em frente ao conjunto B da Área Comercial (AC) 200. Término Previsto: 31/01/2013;
- Revitalização de Áreas de Lazer – beneficia todos os usuários e frequentadores de tais áreas mantendo os bens públicos em bom estado de conservação;
- Instalação de Lixeiras ao Longo da Avenida Alagados e Avenida Santa Maria – beneficia toda a população de Santa Maria ao disponibilizar recipientes próprios para o descarte de resíduos sólidos.
- Placas de Endereçamento – necessidade de melhorar a circulação de pedestres e veículos na cidade com as devidas identificações de endereços;
- Implantação de Palco QC 01 – beneficiará toda a população devido a grande demanda de eventos culturais realizados na Área Especial próxima ao Ginásio de Esportes de Santa Maria, pois, diminuirá os consequentes gastos com estrutura contratada para tais eventos;
- Construção de Arquibancada – melhoria na Quadra de Campo Sintético da QR 116, a fim de proporcionar maior comodidade aos frequentadores do local;
- Implantação de Acessibilidade em Calçada na Avenida Santa Maria – dá continuidade à política democrática de mobilidade urbana com maior segurança;

- Construção de Abrigo de Ônibus – necessidade de proteção contra as intempéries climáticas para a comunidade próxima à QR 201;
- Construção de Coreto – atende aos anseios da comunidade local, o abrigo destina-se aos frequentadores da praça na CL 206 e Quadra 206;
- Construção de Baia de Ônibus (pavimento rígido de concreto e meio-fio) – beneficiará todos os usuários do transporte público, pois, proporcionará maior segurança e conforto. Local: QR 208, QR 210 e QC 01 de Santa Maria;
- Recapeamento – recapeamento em diversos locais em Santa Maria;
- Implantação de Meio-Fio nos Módulos IA, I, II, III E IV – a continuidade deste processo de urbanização beneficiará toda a população de Santa Maria. Local: Residencial Santa Maria. Término Previsto: 03/02/2013;
- Recuperação de Abrigo de Ônibus – beneficiará toda a população de Santa Maria que utiliza Transporte Público, pois são diversas localidades a receberem reparos. Término Previsto: 03/02/2013;
- Construção de Quadra de Beach Soccer;
- Implantação de Quebra-Molas - devido à incidência de acidentes e motivado por reivindicação dos moradores por meio de abaixo-assinados, solicitou-se autorização para a implantação de quebra-molas ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal que concluiu estudos técnicos e autorizou a construção das ondulações transversais. Término Previsto: 09/02/2013;
- Plantio de Grama – beneficiará toda a população de Santa Maria, inclusive cidadãos de outras Regiões Administrativas e entorno de Brasília que frequentam esta RA XIII. Término Previsto: 08/02/2013.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1763 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública	50.000	50.000	50.000	0	24
9482 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Administração Regional- Santa Maria	50.000	50.000	50.000	0	24
8507 – Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	50.000	0	0	0	26

- Ampliação da Rede de Iluminação da Feira Permanente – beneficia os concessionários e os frequentadores da Feira Permanente de Santa Maria.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2094 – Promoção de Assistência Social Comunitária	100.000	0	0	0	9

PROGRAMA TEMÁTICO:**6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
5071 – Construção de Estacionamentos	0	150.000	0	0	30

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 – Realização de Eventos	65.000	601.794	598.307	0	-
0067 – Realização de Eventos - Culturais: Administração Regional - Santa Maria	65.000	386.794	384.793	136.793	11
2692 – Realização de Eventos - Apoio a Via Sacra- Santa Maria	0	65.000	63.514	63.514	28

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2788 – Realização de Eventos - Festa da Moagem e Carro de Bois de Santa Maria	0	150.000	150.000	150.000	36
4090 – Apoio a Eventos	20.000	0	0	0	-
2553 – Apoio a Eventos - Apoio as Atividades Culturais em Santa Maria 2012 - Santa Maria	0	130.000	130.000	130.000	33
2580 – Apoio a Eventos - Apoio a Festa da Moagem e do Carro de Boi - Santa Maria	0	200.000	200.000	200.000	37

Eventos Realizados:

- Apoio a Evento Miss Santa Maria;
- Aquisição de Material Esportivo – troféus e medalhas para atender os torneios esportivos durante o ano de 2012;
- Aquisição de Material – distribuição gratuita de botões de rosa para homenagear as mulheres no decorrer do mês de maio;
- Apoio a Evento Cultural dia da Padroeira da Cidade – locação de palco, som e iluminação, participação estimada de 800 pessoas.
- Brasília de Todos os Cantos - contratação de três bandas para o evento com público estimado de 1.500 pessoas;
- Evento Forrodilha do Cerrado - com público estimado 5.000 pessoas;
- Realização da Festa Fassanta – contratação de artistas musicais para animação do evento cultural FASSANTA, estiveram presentes nos três dias cerca de 100.000 pessoas;
- Apoio a Via Sacra - Santa Maria, aproximadamente 3.000 pessoas assistiram a apresentação, já tradicional na cidade. A população foi beneficiada tanto pela possibilidade de livre manifestação da fé, quanto pelo enriquecimento cultural;
- Festa da Moagem e Carro de Bois de Santa Maria cabe informar a contratação de bandas artística para animar este evento cultural com público estimado de 20.000 pessoas.
- Show de Diversidade Cristã com o objetivo de estimular a produção cultural por meio da música cristã gratuitamente, sem violência e sem drogas e contou com a participação de 3.000 pessoas nos dois dias de Evento.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 – Reintegra Cidadão	150.000	150.000	150.000	61.381	10
8406 – Reintegra Cidadão-Administração Regional- Santa Maria	150.000	150.000	150.000	61.381	10

- Houve assistência e ressocialização de sentenciados à disposição da Administração de Santa Maria durante os meses de julho a dezembro (conforme contrato com a FUNAP).

2. Outras Realizações

Observação: As tabelas a seguir foram selecionadas dando-se ênfase às atividades desenvolvidas no âmbito das Administrações Regionais.

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	17.279	8.501	69.512
Confecção de quebra molas	Unid.	-	12	-
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	175	158	910
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	26	41
Recuperação de calçadas	m²	-	40	1.872
Capina, varrição e rastelagem	m²	711	-	41.020
Remoção de entulhos	m³	432.082	118.648	61.930
Reposição de meios-fios	Unid.	680	2.050	723
Serviços de terraplanagem	m²	47.362	8.690	79.361
Roçagem manual	m²	4.058	287	2.657
Serviços de roçagem mecânica	m²	39.980	218	121.030

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	301	480	155
	Habitação, CEB, CAESB	27	-	13
	CDS/ Na hora	114	-	-
	SINE/ APEC/ CRAS	134	800	229
	Outros(Escolas, creches, etc.)	30	100	-
Trabalho com Grupos	Gestantes	95	-	60
	Idosos	121	-	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	550	409
	Entrega de cestas básicas	316	350	127
	Outros	313	-	-

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Teatro	-	02	05	-	5.000	1.000
Música	-	03	02	-	100.000	3.000
Dança	-	01	-	-	300	-
Artes Plásticas	-	01	-	-	1.000	-
Eventos culturais	-	-	100	-	-	5.000
Outros eventos	-	-	11	-	-	4.110

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	07	4	-	10.000	6.000
Eventos esportivos	01	02	15	-	3.000	16.500
Outros	04	-	14	-	-	11.700

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	353	270	24	07	-	340	360	270	364
Habitação Coletiva	46	30	-	02	-	-	48	30	-
Comercial	182	07	18	07	03	186	189	10	204
Industrial	15	-	-	06	02	18	21	03	18
Área Rural	21	-	-	-	-	15	21	-	15
Outros (Eventual)	57	06	-	-	-	23	57	06	23
Total Expedido	674	313	-	22	05	582	696	319	624

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	189	194	155	23.337,04	25.560,84	21.491,31
Industrial	-	03	9	-	40.320,12	55.210,14
Comercial	27	20	18	49.516,90	15.270,00	19.169,24
Institucional	-	-	1	-	-	5.811,65
Outros	-	-	4	-	-	15.138,97
Total Expedido	216	217	187	72.853,94	81.150,96	116.821,31

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	03	180	68	450	20.840	15.511,67
Industrial	-	07	08	-	-	42.165,26
Comercial	-	15	05	-	16.720	6.387,84
Institucional	-	-	01	-	-	2.625,89
Outros	-	-	02	-	-	5.095,94
Total Expedido	03	202	84	450	37.560	71.786,60

Topografia
Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Especificação						Ano	Área/m²	Quantidade		
Demarcação para Alvará de Construção				Habitação Unifamiliar		2010	33.220,33	219		
						2011	18.913,92	121		
						2012	67.845,32	218		
				Outras		2010	117.726,91	644		
						2011	7.675,50	14		
						2012	60.366,05	57		
Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	150	20.786,08	-	-	-	-	150	20.786,08
		Habitação Coletiva	05	58.557,53	-	-	-	-	05	58.557,53
	Comercial		26	146.854,56	-	-	-	-	26	146.854,56
	Institucional		03	9.265,00	-	-	-	-	03	9.265,00
Misto	Outros		02	26.926,90	-	-	-	-	02	26.926,90

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários.

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	-	-	01	-	-	42	Setor Central Lote 44 Santa Maria - DF
Feiras Permanentes	02	02	02	15	158	155	Setor Central Lote 44 Santa Maria - DF

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-	-	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	02	02	02

Apoio Industrial e Rural

Atividade		Quantidade		
		2010	2011	2012
Sistema Viário (m ²)	Estradas recuperadas	-	3.000	20km
Vistorias realizadas		-	12	95
Produtores rurais cadastrados		30	30	308
Propriedades rurais		280	280	308
Associações		04	04	12
Cooperativas		12	12	02
Visitas e reuniões		43	05	50
Outros (Poda de árvores, horta comum. medicinal)		-	-	-

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	1.955	2.077	2.182
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.629	1.071	1.329
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	312	370	426
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	31	15	09
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-	08	02
Atestado de desobrigação	52	06	06
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	08	18	*
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	166	12	86
Declarações de dispensado	-	-	1.329
Transferência de domicílio	42	19	208

*Ainda não houve resposta dos Processos Enviados para a Delegacia de Serviço Militar 7º CSM.

3. Informações complementares

Durante o Exercício de 2012, a Gestão Administrativa desta RA somou esforços com o intuito de resolver questões primordiais para a cidade como a busca pela regularização do Condomínio Porto Rico junto aos órgãos competentes para enfim poder proporcionar melhor infraestrutura à região. Outra questão importante é o recadastramento dos concessionários da Feira Central, as ações de fiscalização e reuniões realizadas com a presença de representante da Coordenadoria das Cidades resultaram em 76 do total de concessionários em busca da regularização por meio da entrega da documentação exigida, estas encaminhadas à Coordenadoria das Cidades para as devidas providências.

A preocupação com os produtores rurais também gerou ações importantes como o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Programa Reflorestar com o intuito de recuperar áreas de erosão, e a disponibilidade de uma linha direta para atendimento do produtor.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Várias foram as ações realizadas em prol do crescimento e desenvolvimento social, cultural e econômico da Região Administrativa de Santa Maria a começar pela reestruturação física das dependências da Sede Administrativa, proporcionando melhor logística e eficiência no trâmite administrativo. Aliado a isso, a preocupação em capacitar tecnicamente os servidores resultou na melhoria do atendimento e dos serviços prestados à população.

Outro ponto importante e que também trouxe significativas melhorias nos serviços prestados por esta RA XIII é resultado de Convênio Firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, que no Exercício de 2012 manteve 09 contratados executando serviços indispensáveis nas áreas urbanas de Santa Maria.

Outras parcerias importantes com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural - SEAGRI e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST refletiram na melhoria de vida nas áreas rurais. Os programas e ações do GDF também foram de suma importância para o desenvolvimento da cidade, como o programa Regularizou é Seu realizando o mutirão das escrituras, a vacinação antirrábica realizada pela Diretoria de Vigilância Ambiental; o Comando Itinerante da Polícia Militar do Distrito Federal interagindo com as unidades policiais da cidade com a finalidade de buscar maior conhecimento sobre as demandas locais por segurança; a presença do órgão judiciário na cidade com a inauguração do Centro Judiciário da Mulher em Situação de Violência Doméstica o Orçamento Participativo e outros.

Espera-se, portanto, que outras parcerias sejam firmadas junto aos órgãos do Estado a fim de dar continuidade ao desenvolvimento da Região Administrativa de Santa Maria e, também, que as ações já iniciadas deem resultados concretos a esta RA.

5.14. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO – RA XIV – UO: 11.116

A Administração Regional de São Sebastião, criada pela Lei nº 467 de 25/06/93 e estruturada por meio do Decreto nº 14.604 de 10/02/1993, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, vinculada à Casa Civil da Governadoria, de acordo com art. 2º, §3º do DECRETO nº 33.583, de 16 de março de 2012.

Conforme seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 22.338 de 24/08/01, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa XIV, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	04	04	03	11	22
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	38	-	38	-	76
Requisitados	-	-	02	-	02
Outros	-	06	-	-	06
Total Geral	42	10	43	11	106

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	40.130	89.222	88.223	88.223	-
6671 - Reforma de Prédios e Próprios- Administração Regional- São Sebastião	40.130	89.222	88.223	88.223	09
4088 -Capacitação de Servidores	20.000	12.740	12.740	12.740	-
0053 - Capacitação de Servidores- Administração Regional- São Sebastião	20.000	12.740	12.740	12.740	04
8502 -Administração de Pessoal	2.182.424	3.982.739	3.982.552	3.982.552	-
8785 - Administração de Pessoal- Administração Regional- São Sebastião	2.182.424	3.982.739	3.982.552	3.982.552	01 e 24
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	251.466	473.801	473.800	473.800	-
9603 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- São Sebastião	251.466	473.801	473.800	473.800	2, 22 e 23
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.083.565	379.962	366.657	330.853	03
6672 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- São Sebastião	1.083.565	379.962	366.657	330.853	03

Foi efetivada a capacitação de nove servidores desta RAXIV nos cursos de Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência e Elaboração de Pareceres e Relatórios Técnicos;

Realizada também a reforma interna da Administração Regional, totalizando a colocação de 800m² de divisórias em todos os setores. Todas estas ações foram realizadas .em benefício próprio do servidores da Administração Regional

PROGRAMA TEMÁTICO:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3047 -Implantação de Espaços Esportivos	200.000	350.000	346.945	233.412	-
2566 – Construção de Vestiários e Banheiros do Campo Central de São Sebastião	200.000	200.000	199.950	89.125	16
9146 - Implantação de Espaços Esportivos-Construção de Quadra em Grama Sintética- São Sebastião	0	150.000	146.995	144.287	36
3678 -Realização de Eventos	1.100.000	500.000	496.586	496.586	-
2648 - Realização do Circuito Copa do Mundo de Futebol Digital"	200.000	200.000	200.000	200.000	17
2651 - Apoio a Atividades Esportivas em São Sebastião	900.000	300.000	296.586	296.586	18
4091 -Apoio a Projetos	30.000	0	0	0	-

Foi realizada a construção dos vestiários e banheiros no campo central de São Sebastião totalizando 290m², executada 54,35% da obra em 2012 e será liquidada em restos a pagar em 2013;

Realização de eventos diversos como: Rua de Lazer para a comunidade, aproximadamente 500 pessoas. Realização do evento Arena Digital e Cultural de São Sebastião; Campeonato de Futebol/Sete Society Categoria Adulto - Público beneficiado comunidade regional e escolas.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6208 - DESENVOLVIMENTO URBANO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	3.649.970	846.299	829.373	769.018	10 e 11-
6677 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- São Sebastião	149.970	146.299	146.298	146.298	12
9683 - Execução de Urbanização-Urbanização e Infra-Estrutura na Região Administra- São Sebastião	0	250.000	243.465	240.674	29
9751 - (EPE)Execução de Obras de Urbanização-Execução de Obras de Infra-Estrutura em São Sebastião Instalação de Leixeiros em Vias Públicas- São Sebastião	0	150.000	146.336	95.419	31
9752 - Execução de Obras de Urbanização-Instalação de Pontos de Encontro Comunitários na Cidade- São Sebastião	0	150.000	146.309	142.502	32
9753 - Execução de Obras De Urbanização- Instalação de Academia em- São Sebastião		150.000	146.965	144.125	33
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	188.000	14.191	14.190	14.190	13
6679 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- São Sebastião	188.000	14.191	14.190	14.190	13

Execução de 1.500m de meios-fios implantados no Bairro Morro da Cruz; Construção de 540m² de quadra poliesportiva na Quadra 305 do Bairro Residencial Oeste; Construção de 600m de calçada na praça do Bairro Residencial Oeste, conjuntos 6, 7, 8, 9 e no conjunto 1 do Bairro Bom Sucesso; Aquisição de roçadeiras para manutenção de 2.000m² de áreas urbanizadas e ajardinadas. Público beneficiado população dos respectivos bairros. As metas foram atingidas conforme planejadas pela instituição.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6209 – ENERGIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 -Ampliação da Rede de Iluminação Pública	15.000	4.289	4.289	0	-
9489 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Administração Regional- São Sebastião	15.000	4.289	4.289	0	14
1836 -Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	25.000	20.311	20.311	14.372	-
6932 - Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública- Administração Regional- São Sebastião	25.000	20.311	20.311	14.372	15

Realizada a instalação de 8 braços pesados com luminárias com lâmpadas VSAP 250w na Av. Comercial, Cj. 03. Colocação de 200m; Ampliação de 26 braços pesados com 4 luminárias e lâmpadas VSAP 150w e substituição de 26 luminárias para lâmpadas VSAP 150w. 44%.das obras executadas em 2012 e serão liquidadas em restos a pagar em 2013. As metas oram atingidas conforme planejadas pela instituição.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 -Promoção de Assistência Social Comunitária	30.000	0	0	0	5
4089 -Capacitação de Pessoas	100.000	100.000	100.000	100.000	
2393 - Apoio a Ajax - Associação Recreativa Desportiva de São Sebastião.	100.000	100.000	100.000	100.000	20

Realização do evento Viva a Melhor Idade, com um público 1.700 pessoas. Meta alcançada conforme planejada.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 - CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 - Realização de Eventos	1.150.000	2.100.000	2.097.720	2.097.720	
2649 - Apoio e Promoção de Atividades Culturais	150.000	150.000	150.000	150.000	7
2650 - Apoio a Atividades Culturais em São Sebastião	1.000.000	1.000.000	999.720	999.720	8
2696 – Realização de Eventos-Apoio a Realização de Diversos Eventos Culturais- São Sebastião	0	150.000	150.000	150.000	26
2762 - Realização de Eventos-Apoio ao Evento Circulo Cultural Radical Motorock- São Sebastião		200.000	200.000	200.000	27
2788 - Realização de Eventos-Apoio às Atividades Culturais a Serem Realizadas em- São Sebastião		600.000	598.000	598.000	28

Foram apoiadas atividades como a Feira Cultural de São Sebastião, nos dias 10, 11, 17 e 18/03/12, com 5.000 pessoas;

Apoiados também dez eventos referentes ao Festival de Verão São Sebastião/2012, com 1.500 pessoas; 12º Carnaforró de São Sebastião/2012, com 10.000 pessoas; 1º Grito de Carnaval de São Sebastião/2012, com 9.000 pessoas. 19º Aniversário de São Sebastião, com 20 mil pessoas. Arraiá dos Caipira, com 3.000 pessoas; Realização do Evento Ação Cultural do Trabalhador, realizado no CAIC de São Sebastião, no dia 12/05/2012. Público: 4.000 pessoas; Apoio ao Evento Circuito Cultural Radical Motorock, realizado nos dias 1º e 2/09/2012, no Parque de Exposição e Feiras Agropecuárias de São Sebastião. Público de 5.000 pessoas; Comemoração à Semana da Criança na Escola V. do Boa, no N. Betânia; em São. Bartolomeu, no Estacionamento do Campo Sintético do Morro da Cruz e na Praça Central do Bairro São Gabriel. Público: 2.000 crianças. Metas atingidas conforme planejadas pela instituição.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 - Reintegra Cidadão	150.000	46.430	46.430	36.429	
8420 - Reintegra Cidadão- Administração Regional- São Sebastião	150.000	46.430	46.430	36.429	6

Esta Administração Regional atendeu, pelo programa Reintegra Cidadão, dez sentenciados assistidos pela Fundação Nacional de Amparo ao Preso – Funap no exercício de 2012, pretendendo atender o mesmo quantitativo em 2013.

2. Outras Realizações

As tabelas a seguir foram selecionadas dando-se ênfase às atividades desenvolvidas no âmbito das Administrações Regionais.

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	900,87	1.500	969
Confecção de quebra molas	Unid.	850	930	
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	850	520	301
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	220	2.100	-
Capina, varrição e rastelagem	m²	0,00	500	50
Remoção de entulhos	m³	4865	3.900,00	931
Reposição de meios-fios	Unid.	420	530	81
Serviços de terraplanagem	m²	480	610	108
Roçagem manual	m²	-	300	3.000
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	450	-

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	15	03	19
	Habitação, CEB, CAESB	-	02	05
	CDS/ Na hora	-	-	76
	SINE/ APEC/ CRAS	31	11	145
	Outros(Escolas, creches, etc)		05	02
Trabalho com Grupos	Gestantes	10	9	14
	Idosos	-	2	16

Áreas		Quantidades		2012
		2010	2011	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Remoções	01	-	-
	Visitas a pessoas carentes	-	-	02
	Entrega de cestas básicas	-	-	12
	Outros	253	159	08

Ações Culturais

Educação e Cultura

Cultura

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	4	4	3	1.800	1.800	1.000
Teatro	-	-	9	-	-	14.900
Música	5	15	1	60.880	45.200	150
Dança	15	16	2	-	5.000	2.850
Artes Plásticas	15	5	-	350	420	-
Literatura	-	1	3	-	-	100
Eventos culturais	12	5	12	-	6.000	17.000
Outros eventos	6	6	5	30.000	50.000	5.950

Esporte e lazer

Desporto e Lazer

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	6	04	2	5.000	1200	2.000
Eventos esportivos	30	12	3	13.500	1200	3.200
Outros	15	10	2	60.880	50.000	1.500

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços

Licenciamento de Atividades Econômicas

Setor	Alvará de Funcionamento					
	Provisório			Definitivo		Total
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	-	-	08	-	05	03
Habitação Coletiva	-	-	-	-	13	-
Comercial	-	-	50	-	105	51
Outros (Eventual)	-	-	-	-	46	-
Total Expedido	-	-	58	-	169	-

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	1,3	2	-	331.349	231.229	-
Total Expedido	-	-	-	331.349	231.229	-

Topografia

Especificação		Ano	Area/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	63.788m²	9
		2011	105.550 m²	12
		2012	2.010,41	13
	Outras	2010	-	-
		2011	-	-
		2012	-	-
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2010	9.769,00	15
		2011	20.686,98	31
		2012	84.702,76	50
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	-	-
		2011	-	-
		2012	6.530	6
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	-	-
		2011	-	-
		2012	46.012,68	43

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012**Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários**

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	-	-	-	01	01	-	Bairro Centro
Feiras Permanentes	01	01	01	183	183	183	Bairro Centro

Especificações	2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras	183	183	183
Fiscalização de Feiras	145	350	320
Documentação Expedida	53	37	49

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	01	01	01
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-	-	-

Apoio Industrial e Rural

Atividade	Quantidade		
	2010	2011	2012
Sistema Viário (m ²) Estradas recuperadas	30.000	50.000	40.000
Vistorias realizadas	34	15	14
Associações	16	16	16
Cooperativas	16	16	16
Visitas e reuniões	101	-	106
Outros (Poda de árvores, horta comum. medicinal)	-	-	10

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	959	1100	1.450
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	574	720	1.440
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	959	-	205
Declarações de dispensado	-	-	1440
Transferência de domicílio	140	-	150

3. Informações complementares

Esta Administração Regional atende as demandas e diversas reivindicações da comunidade rural e urbana quanto à infra-estrutura, desenvolvimento social, comitê de transporte, autuação de processos entre outras.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Em 2012 esta unidade realizou 90% das ações constantes no Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD, com perspectiva de realização em 100% para o exercício de 2013.

5.15. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE RECANTO DAS EMAS – RA XV – UO: 11.117

A Administração Regional do Recanto das Emas, criada pela Lei n.º 510, de 28.07.1993, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da RAXV, na coordenação e execução de atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação. Estas competências cumprir-se-ão através do planejamento, da supervisão, do contrato, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes, conforme Decreto nº 22.338, de 24.08.2001.

A Administração Regional do Recanto das Emas, de acordo com o Decreto nº 33.583, de 16.03.2012 é vinculada para fins de controle e supervisão à Secretaria de Estado da Casa Civil..

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	05	09	-	-	14
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	62	-	18	-	80
Requisitados	Órgãos do GDF	04	-	03	14
	Órgãos Estaduais	-	01	-	01
Outros	Estagiários	-	15	-	15
	Terceirizados (FUNAP)	-	-	13	13
Subtotal (Força de Trabalho)	71	32	18	16	137
(+) Cedidos para outros órgãos	02	-	-	-	02
Total Geral	73	32	18	16	139

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1984 - Construção de Prédios e Próprios	1.000.000	0	0	0	
2513 - Execução de Obras de Edificações no Recanto das Emas	1.000.000	0	0	0	24
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	562.000	39.403	31.253	31.253	
8526 - Reforma de Prédios e Próprios- Administração Regional- Recanto das Emas	62.000	39.403	31.253	31.253	25
4088 - Capacitação de Servidores	30.000	35.604	35.603	35.603	
0062 - Capacitação de Servidores- Administração Regional- Recanto das Emas	30.000	35.604	35.604	35.603	7
8502 - Administração de Pessoal	2.691.413	4.471.413	4.394.430	4.394.431	
8786 - Administração de Pessoal-Administração Regional-Recanto das Emas	4.471.413	4.471.413	4.394.431	4.394.431	2
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	178.356	455.357	427.982	427.982	
9604 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Recanto das Emas	178.356	455.357	427.982	427.982	3,4 e 5
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.550.652	462.096	267.457	245.509	
6704 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Recanto das Emas	476.005	462.096	267.457	245.508	6 e 34

A Administração do Recanto das Emas, por meio deste Programa teve as seguintes realizações:

- Manutenção das instalações físicas do Núcleo de Material e Patrimônio (Almoxarifado) e manutenção de toda parte elétrica da sede da Administração Regional;

- Capacitação de 14 servidores nos seguintes cursos: Sequência de Atos Processuais de Despesas Públicas; Gestão de Material e Patrimônio; Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar; e Execução Orçamentária, Financeira e Contábil; Acompanhamento e Controle; Licitações e Contratos Administrativos;

- Pagamento de servidores da Administração Regional e de concessão de benefícios a servidores, ambos no período de janeiro a dezembro/2012;

- Pagamento de despesas para manutenção do órgão, tais como, água/taxas de esgoto (CAESB), energia elétrica da sede e próprios da RA (CEB); conserto de relógio datador (protocolo); aquisição de uniformes; aquisição de fax, de aparelhos de ar condicionado e fogão industrial.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1745 – Construção de Quadras de Esportes	0	150.000	146.959	146.959	
9523 – Construção de Quadras de Esportes-Construção de Quadra Poliesportiva na Quadra 206- Recanto das Emas	0	150.000	146.959	146.959	36
2024 – Apoio ao Desporto e Lazer para a Juventude do Distrito Federal	850.000	0	0	0	
4090 – Apoio a Eventos	300.000	650.000	449.856	100.000	
2120 – Apoio ao Circuito de Volei Brasília	150.000	150.000	149.856	0	32
2121 - Apoio ao Evento Líderes do Brasil	150.000	200.000	100.000	100.000	30
2579 – Apoio a Evento – Apoio ao Evento Capital FIGHT – Recanto das Emas	0	300.000	200.000	0	

- Construção de quadra poliesportiva, na Quadra 205;
- Montagem de infraestrutura e apoio logístico, para realização do Circuito de Voleibol Master, na Quadra 206/300, nos dias 23, 24 e 25/11/2012;
- Apresentação artística de vários grupos no evento Líderes do Brasil;
- Realização do amistoso da Seleção Brasileira de Beach Soccer, nos dias 19, 20 e 21/10/2012. Descentralização de Crédito da SESP/RA XV.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 – Execução de Obras de Urbanização	2.975.000	4.138.919	4.001.179	2.576.847	
2799 – Execução de Obras de Urbanização em Recanto das Emas	300.000	300.000	294.700	127.056	26
2800 – Execução de Obras de Urbanização no Recanto das Emas	2.000.000	1.999.999	1.887.198	777.701	27
6702 – Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Recanto das Emas	675.000	338.920	326.420	326.420	28
9674 – Execução de Obras de Urbanização-Infra-Estrutura-Recanto das Emas	0	1.500.000	1.492.861	1.345.671	35
8508 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	250.000	92949	15.896	15.896	
6705 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional - Recanto das Emas	250.000	92.949	15.896	15.896	29

As realizações neste Programa foram as seguintes:

- Construção de mini campo sintético na quadra 201 e execução de passeios em concreto na quadra 201/202 do Recanto das Emas;
- Obra de execução de placas de aviso de endereçamento no Recanto das Emas;
- Urbanização na praça da Quadra 511;
- Reforma do auditório da quadra 300; revitalização do Tatuzão na Quadra 300;
- Execução de 03 baias de ônibus na Av. Recanto das Emas;
- Ampliação da biblioteca da Quadra 805; reforma da brinquedoteca da Quadra 108;
- Construção de estacionamento na Quadra 201 da Av. Recanto das Emas; construção de arquibancada no campo de grama sintética da Quadra 508;
- Plantio de grama em frente ao Conjunto 03 da Quadra 204, do Recanto das Emas;
- Execução do pátio de múltiplas funções da Quadra 205;
- Bloquetes intertravados na Quadra 110;
- Construção da Quadra de grama sintética na praça da quadra 403;
- Montagem e instalação de lixeiras no Recanto das Emas;
- Construção de área de lazer na Quadra 201 em frente aos conjuntos 12 e 15; de praças de esportes na Quadra 305 em frente ao conjunto 05-A;
- Execução de meios fios no Recanto das Emas;
- Implantação do Kit malhação;
- Implantação de alambrado, pavimentação e recuperação de calçadas na quadra 101, lote 19, construção da via de acesso ao campo de grama sintética na quadra 101, Av. Vargem da Benção;
- Plantio de grama em frente ao conjunto 04 da quadra 403 do Recanto das Emas;

– Aquisição de material de construção cimento, areia lavada etc.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública	78.000	249.658	246.033	46.033	
9494 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública – Administração Regional – Recanto das Emas	78.000	246.658	246.033	46.033	10

Realizada a ampliação de rede de iluminação nas Quadras 101 a 107, 109 a 115, 201, 205, 300, 304, 307, 308, 311 e 800; remanejamento de poste na Qd. 106/107, altura do conjunto 07.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 - GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 – Promoção de Assistência Social Comunitária	50.000	0	0	0	

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 - CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4089 – Capacitação de Pessoas	350.000	100.000	100.000	100.000	
2394 – Apoio ao Grupo Integração do Recanto das Emas	150.000	100.000	100.000	100.000	22
4090 – Apoio a Eventos	1.400.000	1.730.000	1.427.716	1.265.716	
2112 – Apoio as Atividades Culturais no Recanto das Emas	810.000	675.626	672.250	525.250	14
2113 – Paixão de Cristo ao Vivo (Via Sacra), no R. das Emas	120.000	4.374	4.324	4.324	15
2114 - Festado Padroeiro do Recanto das Emas	120.000	120.000	116.143	116.143	16
2116 – Promoção de Eventos Culturais e Educativos - Saúde no Recanto das Emas	100.000	100.000	100.000	100.000	18
2117 - Apoio a Realização do Evento Enc. das Famílias na Quadra 106 do Recanto das Emas	50.000	50.000	49.999	49.999	38
2119 - Apoio a Realização do Evento Encontro das Famílias na Quadra 106 do Recanto das Emas	50.000	50.000	50.000	50.000	21

– Realização de apresentação artística com várias bandas no evento Apoio ao Grupo Integração do R. das Emas, no dia 18/11/2012, com participação de aproximadamente 2.000 pessoas;

– Realização de show musical com várias bandas no evento Canta Recanto 2012, no dia 21/04/2012, com participação de aproximadamente 300 pessoas;

– Apresentação musical com várias bandas no evento Festa do Padroeiro da Paróquia São José Operário nos dias 11 a 13 de maio de 2012, com participação de aproximadamente 1.500 pessoas.

– Apresentação musical com várias bandas no evento Ação Cidadã Azteka, no dia 01/07/2012, com participação de aproximadamente 600 pessoas;

– Apresentação de show musical de várias bandas para o “V ANARRIEMA”, nos dias 07 e 08/07/2012; com participação de aproximadamente 2.000 pessoas.

– Instalação/retirada de 04 refletores de 2.000 watts, na Quadra 603 lote 23 Av. Buriti para atender o evento Festa do Padroeiro São José Operário;

– Instalação/retirada de 04 refletores de 2.000 watts, na Quadra 309, rea da Capela São Rafael Arcanjo para atender a Festa Julina;

– Instalação/retirada de 02 refletores de 2.000 watts e 01 de 1000 watts para atender o evento Show da Ressurreição de Cristo, dia 08/04/2012, na Quadra 201 lote 19 estacionamento da P. São Gabriel Arcanjo;

– Instalação/retirada de 06 refletores de 2.000 watts para atender o evento Encenação da Paixão de Cristo – Via Sacra, no dia 06/04/2012, na Quadra 400/600 próximo a UPA;

– Instalação/retirada de 06 refletores de 2.000 watts para atender o evento Festa do Padroeiro do Recanto das Emas, nos dias 06 e 07/10/2012, na Quadra 201 lote 19 Av. Recanto das Emas;

– Realização do evento Festa do Padroeiro do Recanto das Emas, nos dias 06 e 07 de outubro de 2012, na Quadra 201 lote 19 Avenida, com participação de aproximadamente 1.700 pessoas;

– Apresentação artística na Promoção de Eventos Culturais Educativos, no dia 09/12/2012, com participação de aproximadamente 900 pessoas;

– Realizado evento Encontro das Famílias da Quadra 106, no estacionamento ao lado da Paróquia São Miguel Arcanjo, no dia 30/09/2012, com participação de aproximadamente 1.500 pessoas.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	150.000	149.740	149.479	82.1155	
8422 - Reintegra Cidadão- Administração Regional- Recanto das Emas	150.000	149.740	149.479	82.115	9

Contratação junto a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, de 13 sentenciados com bolsa socialização no valor de R\$ 1.149,84.

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	1.384	1.109.843
Confecção de quebra molas	Unid.	-	46	12
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	460	345
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	89	54
Recuperação de calçadas	m²	-	400	2.294
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	-	3
Remoção de entulhos	m³	-	66.000	59.700
Reposição de meios-fios	Unid.	-	800	341
Serviços de terraplanagem	m²	-	190 km	67.200

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	02	1.009
	Habitação, CEB, CAESB	-	02	05
	SINE/ APEC/ CRAS	-	83	48
	Outros(Escolas, creches, etc)	-	20	800
Trabalho com Grupos	Gestantes	-	62	31
	Idosos	-	100	2.625
	Remoções	-	01	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	400	120
	Visitas a entidades assistenciais	-	21	-
	Entrega de cestas básicas	-	38	125
	Reuniões com outros órgãos	-	20	-
	Outros	-	1.668	1.144

Ações Culturais**Educação e Cultura****Cultura**

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Teatro	-	6	2	-	1.600	3.600
Música	-	3	4	-	3.000	3.900
Dança	-	2	1	-	2.000	600
Eventos culturais	-	9	2	-	27.000	2.500
Outros eventos	-	11	-	-	30.000	-

Esporte e lazer**Desporto e Lazer**

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	-	-	-	-	-
Eventos esportivos	-	02	03	-	1.200	3.700
Outros	-	05	-	-	3.500	-

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	-	-	268	-	28	02	-	28	270
Comercial	-	-	176	-	54	10	-	54	186

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Área Rural	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Outros (Eventual)	-	-	8	-	31	-	-	31	8
Total Expedido	-	-	453	-	113	12	-	113	465

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	-	171	232	-	21.275,57	32.464
Industrial	-	2	-	-	527,33	-
Comercial	-	52	34	-	20.978,60	34.978
Institucional	-	2	2	-	9.905,86	5.183
Outros	-	2	9	-	433,16	11.163
Total Expedido	-	-	277	-	52.310,52	83.786

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	-	84	118	-	7.697	10.106
Industrial	-	-	1	-	-	2.240
Comercial	-	38	10	-	6.608	5.733
Total Expedido	-	122	129	-	14.305	18.079

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	45.030,23	320
		2011	44.850,50	184
		2012	42.412,50	288
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2010	3.450,00	26
		2011	3.773,00	17
		2012	17.428,78	30
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	15.324,00	46
		2011	17.991,00	10
		2012	83.858,00	30
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	33.700,16	148
		2011	55.019,50	179
		2012	54.321,70	141

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	40	47.270	-	-	-	-	40	47.270
	Comercial		53	26.111	-	-	-	-	53	26.111
	Outros		4	6.752	-	-	-	-	4	6.762

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	02	02	02	90	170	170	Quadra 205/Água Quente
Feiras Permanentes	01	01	01	180	120	120	Quadra 305/111

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		-	-	01
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-	-	228

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação		2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias		01	01	01

Apoio Industrial e Rural

Atividade	Quantidade		
	2010	2011	2012
Associações	-	2	2
Cooperativas	1	1	1

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação		Quantidade		
		2010	2011	2012
Alistamentos efetuados		1549	2.887	1555

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	994	3535	1681
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	994	3535	1681
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	11	30	26
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	11	30	26
Atestado de desobrigação	30	20	05
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	02	15	04
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	67	180	1331
Declarações de dispensado	-	35	515
Transferência de domicílio	102	133	580
Averbações de certificado de alistamento	210	138	58

5.16. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL – RA XVI – UO: 11.118

A Administração Regional do Lago Sul, criada pela Lei nº 643/1994, alterada pelo Decreto nº 27.982, de 28/05/2007, é vinculada à Casa Civil da Governadoria, de acordo com art. 2º, §3º do DECRETO nº 33.583, de 16 de março de 2012, é responsável pela execução regionalizada de atividades do Governo do Distrito Federal na Região Administrativa do Lago Sul.

De acordo com o Regimento Interno, ainda em vigor, aprovado pelo Decreto 16.244, de 28/12/1994, a Administração Regional tem por competência coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		04	02	01	02	09
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		22	-	34	-	56
Requisitados	Órgãos do GDF	-	-	01	-	1
	Órgãos do Governo Federal	02	-	01	-	03
Outros		-	-	-	02	02
Total Geral		28	02	37	04	71

Obs.: Posição em 31/12/2012.

Em 2012 os servidores comissionados sem vínculo continuaram a representar a maior parte da força de trabalho na Administração Regional somando 72% do total dos servidores estando, entre estes, 3 servidores cedidos do Governo Federal.

Os serviços primordiais prestados pela Administração Regional envolvem o atendimento direto à Comunidade do Lago Sul, conforme competência definida por norma legal, sendo esses serviços executados pela Diretoria de Obras por meio das Gerências de Aprovação de Projeto - GEAPRO e de Licenciamento - GELIC.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	55.000	6.933	4.866	4.866	-
9692 – Reforma de Prédios e Próprios-Administração Regional- Lago Sul	55.000	6.933	4.866	4.866	9
4088 – Capacitação de Servidores	14.000	0	0	0	-
8502 – Administração de Pessoal	2.920.981	3.269.981	3.241.153	3.241.153	-
8787 – Administração de Pessoal-Administração Regional- Lago Sul	2.920.981	3.269.981	3.241.153	3.241.153	1 e 16
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	237.027	357.027	337.126	337.126	-
9605 – Concessão de Benefícios a Servidores-Administração Regional- Lago Sul	237.027	357.027	337.126	337.126	2, 14 e 15
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	415.000	112.061	98.262	93.703	-
6730 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Administração Regional- Lago Sul	415.000	112.061	98.262	93.703	3

- Instalação de piso elevado na sala de TI da Sede, necessário para o funcionamento da rede de cabeamento lógico.

- Durante o exercício de 2012, esta Unidade passou a ficar responsável administrativa, orçamentária e financeiramente por sua folha de pagamento de pessoal e benefícios, conforme estabelecido no Decreto nº 33.351, de 21/11/2011, publicado no DODF nº 223, de 22/11/2012, pág. 01.

- Durante o exercício de 2012, esta Unidade adotou medidas administrativas e operacionais, objetivando a diminuição dos gastos (energia, água e iluminação), dando suporte às atividades fins, buscando a melhoria contínua na qualidade das soluções administrativas, empenhando-se em zelar pela ética e transparência das atribuições sob nossa competência.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4090 – Apoio a Eventos	10.000	3.250	0	0	-

No tocante ao esporte, a comunidade é bastante receptiva. As corridas de rua e esportes realizados no Lago Paranoá levam um número considerável de participantes e espectadores. Participação também no evento “Olimpíadas das Cidades”, no qual esta Administração do Lago Sul consagrou-se bicampeã em 2009 e 2010.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 – Execução de Obras de Urbanização	660.000	139,00	0	0	-
8508 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	100.000	12.600	200	200	-
6724 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Lago Sul	100.000	25.000	200	200	10

- Optou-se pelo remanejamento de recursos para o atendimento de demandas da comunidade para a ampliação de rede de iluminação pública no Lago Sul.
- Reparo no ancoradouro (píer) da Ermida Dom Bosco, de maneira a manter e valorizar a área para que os moradores possam usufruí-la com segurança. Não gerou gasto financeiro com contratação de empresa, tendo em vista que sua execução se deu com mão de obra da própria RA XVI.
- Aquisição do material utilizado para o reparo no ancoradouro (píer) da Ermida Dom Bosco.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública	10.000	62.726	62.453	0	-
6733 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Administração Regional- Lago Sul	10.000	62.726	62.453	0	11
1836 – Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	30.000	0	0	0	-

- Atendimento à demanda da comunidade para execução de instalação de iluminação pública no SHIS QL 08 – PEC na Orla (Marina), próximo à ponte das Garças, e instalação de rede de distribuição urbana e baixa tensão isolada na SHIS QI 21, conjunto 04/09, ambas ainda em andamento.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4090 – Apoio a Eventos	10.000	42.200	4.400	4.400	-
0046 – Apoio a Eventos-Culturais: Administração Regional - Lago Sul	10.000	42.200	4.400	4.400	6

- O Aniversário do Lago Sul vem, ao longo dos anos, propiciando lazer e entretenimento à comunidade local e ao público em geral. Juntamente com a Comemoração do Aniversário do Sonho – Visão de Dom Bosco que reúne os fiéis em carreatas e passeatas levando a imagem do Santo, culminando com a tradicional Missa na Ermida D. Bosco.
- Desde 2007 esta Regional desenvolve o programa "**Vivendo com + de 60**", que objetiva a inclusão social dos moradores da terceira idade residentes no Bairro. O trabalho com os idosos é muito gratificante, não só para o grupo da terceira idade, que elogia e agradece com entusiasmo o trabalho que a Administração do Lago Sul vem desenvolvendo, como também para esta Regional que, a partir desta experiência, tem a oportunidade de elaborar argumentos para provar que novos caminhos podem ser traçados no sentido de valorizar e respeitar as pessoas idosas;

PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 - Reintegra Cidadão	6.000	0	0	0	-

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	385	105	310
Confecção de quebra molas	Unid.	-	08	-
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	83	03	-
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	18	18	-
Recuperação de calçadas	m²	-	148	30
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	-	02
Capina, varrição e rastelagem	m²	64.000	-	65.000
Remoção de entulhos	m³	14.594,40	12.745,20	16.311,00
Reposição de meios-fios	Unid.	-	10	70
Roçagem manual	m²	-	35.000,00	149.000
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	830.000,00	1.510.000

Observação: Estes serviços foram executados pela NOVACAP

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Habitação, CEB, CAESB	39	50	60
	SINE/ APEC/ CRAS	46	08	10
	Outros(Escolas, creches, etc)	-	-	02
Trabalho com Grupos	Idosos	60	45	30
	Remoções	73	-	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	10	04
	Visitas a entidades assistenciais	-	06	10
	Entrega de cestas básicas	-	41	20
	Reuniões com outros órgãos	-	13	12

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	06	-	-	380 crianças	-
Teatro	-	-	02	-	-	80
Música	01	04	02	2000	2.050	5.000
Dança	04	03	-	160	50	-
Artes Plásticas	01	-	01	360	-	150
Literatura	-	02	-	-	90	-
Eventos culturais	15	01	18	-	65	30.000
Outros eventos	04	-	-	-	350	-

Ações Culturais: Aniversário do Lago Sul, Renda-se, Cantata de Natal Do Lago Sul, Formação do Conselho de Cultura do Lago Sul, Feira Cultural Casa Verde, Leilão Beneficente de Obras de Arte Renata La Porta.

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	02	02	10	750	140	10.000
Eventos esportivos	15	07	23	6000	6174	15.000

Lazer e Eventos Esportivos: Exposição de Auto Clássico Lago Sul, Over meeting, Campeonato de Stand UP Paddle, Corrida de rua JK 10km, Corrida do Aviador, Corrida do Fogo Casa Militar, Circuito de Águas abertas, Canoagem, Projeto Orla Limpeza do Lago, Cortejo Náutico, Brasília MULTISPORT do Lago Limpo, Canoagem-Corrida-Canoagem.

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	-	-	-	26	-	-	26	-	-
Comercial	-	-	-	319	197	194	319	197	194
Outros (Eventual)	-	-	-	86	76	65	86	76	65
Total Expedido	-	-	-	431	273	259	431	273	259

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	185	201	120	71.389,48	86.400,56	45.374,27
Comercial	-	02	03	-	-	2.070,25
Institucional	-	-	03	-	11.478,83	16.439,26
Total Expedido	185	203	126	71.389,48	97.879,39	63.883,78

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	124	91	79	66.199,54	52.912,02	55.173,55
Comercial	-	-	03	-	-	2.935,16
Institucional	-	-	01	-	-	3.177,33
Total Expedido	124	91	83	66.199,54	52.912,02	61.286,04

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Outras (verificação de alinhamento)	2010	-	
		2011	26.369,33	20
		2012	26.630,33	11
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2010	288.625,81	142
		2011	223.601,83	125
		2012	240.812,46	179
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	62.827,91	14
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	172.527,49	144
		2011	137.390,33	103
		2012	162.430,45	103

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	60	47.069,13	82	10.293,52	14	2.175,87	156	59.538,52
		Plano de ocupação	11	116.268,00	-	-	-	-	11	116.268,00
	Comercial		-	-	01	954,64	-	-	01	954,64
	Industrial (Guarita)		01	12,00	-	-	-	-	01	12,00
	Institucional		01	1.105,10	04	2.936,23	-	-	05	4041,33
Misto	Residencial/Comercial (canteiro de obras)		04	22.355,53	-	-	-	-	04	22.355,53

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	13	13	13
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-	-	-
Outros - Quiosques	20	20	20

OBS: As bancas aguardam legislação própria. Os quiosques já possuem legislação. Porém o plano de ocupação ainda não foi aprovado, pela SEDHAB.

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade**Força de Trabalho**

Em decorrência da grande escassez de servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal desta Regional XVI, para o atendimento de todo o rol de suas necessidades, tornou-se necessário o provimento de seus cargos comissionados por servidores que guardassem o perfil do cargo a ser assumido.

Execução Financeira Orçamentária

Os recursos disponibilizados no Orçamento de 2012, para esta RA XVI foram suficientes.

Serviços

Os serviços de manutenção e recuperação atingiram níveis satisfatórios, superando os resultados de 2011, valendo destacar o apoio da comunidade local nas áreas de assistência social, cultura e lazer.

5.17. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO – RA XVII – UO: 11.119

Administração Regional do Riacho Fundo, criada pela Lei nº 620, de 15/12/1993, que transformou o assentamento Granja do Riacho Fundo em Região Administrativa, conta, hoje, com uma população estimada de 69.287 habitantes, segundo projeção do IBGE de novembro de 2010, incluindo a Região administrativa do Riacho Fundo II, pois as poligonais que delimitarão as duas áreas se encontram abertas.

Vinculada à Casa Civil de acordo com o art. 2º, § 3º, do decreto nº 33.583 e tem por competência regimental representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa XVII, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades dela decorrente.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	01	18	-	-	19
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	78	-	-	-	78
Requisitados	03	07	-	-	10
Outros	Órgãos do GDF	04	-	-	04
	Estagiários	09	-	-	09
Terceirizados (FUNAP)		-	-	-	-
Total Geral		82	38	-	120

1. Realizações**PROGRAMA:****6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	30.000	28.954	27.909	27.909	
9661 - Reforma de Prédios e Próprios- Administração Regional- Riacho Fundo	30.000	28.954	27.909	27.909	6
8502 -Administração de Pessoal	3.840.598	4.705.598	4.662.309	4.662.309	
8788 - Administração de Pessoal- Administração Regional- Riacho Fundo	3.840.598	4.705.598	4.662.309	4.662.309	13 e 23
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	327.796	495.796	484.644	484.644	
9606 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Riacho Fundo	327.796	495.796	484.644	484.644	14, 16 e 17
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	380.000	354.423	353.149	341.050	
6738 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Riacho Fundo	380.000	354.423	353.149	341.050	1 e 18

PROGRAMA TEMÁTICO:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 -Realização de Eventos	120.000	119.296	115.064	115.064	
0069 - Realização de Eventos- Esportivos: Administração Regional- Riacho Fundo	20.000	19.296	18.593	18.593	11
2653 - Realização de Eventos Esportivos em Prol da Comunidade Do Riacho Fundo I	100.000	100.000	96.471	96.471	12

Promoção de atividades desportivas na cidade, tais como: torneio de futsal com contratação de arbitragem, torneio de vôlei, campeonatos de futebol de campo entre outros.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1101 -Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização	1.400.000	1.400.000	1.392.605	1.271.398	
2753 - Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização no Riacho Fundo I	1.400.000	1.400.000	1.392.605	1.271.398	7, 19, 20, 27, 28 a 32
1110 -Execução de Obras de Urbanização	1.475.000	613.933	611.504	611.503	
6739 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Riacho Fundo	1.325.000	613.933	611.504	611.503	9, 21, 22, 24, 25, e 26
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	77.084	67.084	67.072	67.072	
6740 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Riacho Fundo	77.084	67.084	67.072	67.072	10

Execução de obras de urbanização, tais como construção de praças, revitalizações de quadra poliesportivas entre outras.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública	-	200.000	0	0	

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 -Promoção de Assistência Social Comunitária	7.000	5.150	3.300	3.300	
8370 - Promoção de Assistência Social Comunitária- Administração Regional- Riacho Fundo	7.000	5.150	3.300	3.300	2

Promovido o dia de lazer e entretenimento para crianças de famílias assistidas e comunidade e comemoração ao 22º aniversário do Riacho Fundo.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	500.000	500.000	499.900	499.900	
2652 - Realização de Eventos Culturais em Prol da Comunidade do Riacho Fundo I	500.000	500.000	499.900	499.900	4
4090 -Apoio A Eventos	50.000	50.000	49.950	49.950	
2122 - Apoio A Realização do Evento Encontro das Famílias no Riacho Fundo	50.000	50.000	49.950	49.950	5

Promoção de atividades culturais na cidade como, aniversário da cidade, festa junina e contratação de artistas.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	100.000	134.000	134.000	121.555	
0007 - Reintegra Cidadão- Administração Regional- Riacho	100.000	134.000	134.000	121.555	3

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
Fundo					

Ressocialização de sentenciados à disposição da Administração Regional, conforme contrato com a FUNAP.

2. Outras Realizações

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	-	2.288,43
Confecção de quebra molas	Unid.	-	-	27
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	-	183
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	-	55
Recuperação de calçadas	m²	-	-	1.214
Remoção de entulhos	m³	-	-	5.575
Reposição de meios-fios	Unid.	-	-	395
Roçagem manual	m²	-	-	6.613
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	-	60.313

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	26	34	17
	Habitação, CEB, CAESB	-	288	803
	SINE/ APEC/ CRAS	75	217	101
	Outros(Escolas, creches, etc)	-	-	03
Trabalho com Grupos	Gestantes	69	14	13
	Idosos	174	140	01
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	87	1.296
	Visitas a entidades assistenciais	-	04	-
	Entrega de cestas básicas	-	79	138
	Reuniões com outros órgãos	-	09	05
	Outros	368	-	292

Estas atividades tiveram como objetivo promover a integração dos moradores do Riacho Fundo com programas desenvolvidos por instituições que tenha com objetivo o desenvolvimento comunitário.

Apesar da falta de recurso para o setor, foi possível dentro das limitações financeira atender, encaminhar e acompanhar as reivindicações da comunidade local.

Ações Culturais

Educação e Cultura

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	02	-	-	180	-
Teatro	-	04	05	-	240	990
Música	-	77	08	-	30.340	26.980
Dança	-	01	01	-	800	80
Artes Plásticas	-	09	-	-	146	-
Literatura	-	-	01	-	-	1.500
Eventos culturais	-	-	10	-	-	2.668
Outros eventos	-	-	10	-	-	1.445

Os eventos realizados na cidade tiveram público de aproximadamente 30.000 pessoas em todo o ano de 2012, com apoio de vários órgãos público.

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	02	-	-	1.300	-
Eventos esportivos	45	38	603	25.745	20.000	30.000
Outros	-	54	-	-	-	-

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	-	-	69	-	-	-	-	-	69
Habitação Coletiva	-	-	02	-	-	38	-	-	40
Comercial	-	-	-	-	-	59	-	-	59
Área Rural	-	-	02	-	-	-	-	-	02
Outros (Eventual)	-	-	10	-	-	-	-	-	10
Total Expedido	-	-	83	-	-	97	-	-	180

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	-	-	55	-	-	11.669,72
Comercial	-	-	10	-	-	5.898,73
Institucional	-	-	01	-	-	4.409,37
Outros	-	-	01	-	-	199,28
Total Expedido	-	-	67	-	-	22.177,10

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	-	-	34	-	-	14.702,05
Comercial	-	-	01	-	-	1.194,57
Total Expedido	-	-	35	-	-	15.896,62

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2012	18.991,58	67
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2012	32.738,42	22
Elaboração de Croquis de Cadastro		2012	6.756,64	04
Levantamento para Carta de Habite-se		2012	7.877,72	32

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	68,00	10.301,99	-	-	-	-	-	10.301,99
		Habitação Coletiva	1,00	6.908,25	-	-	-	-	-	6.908,25
	Comercial		8,00	10.681,02	-	-	-	-	-	10.681,02
	Institucional		1,00	890,00	-	-	-	-	-	890,00
Misto	Residencial/Comercial		5,00	4.580,53	-	-	-	-	-	4.580,53
	Outros		3,00	2.240,61	-	-	-	-	-	2.240,61

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Permanentes	01	01	01	107	107	107	AC 03

Especificações		2010	2011	2012
Fiscalização de Feiras		-	-	01
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-	-	101

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas definitivas	04	04	04

Junta Regional do Serviço Militar

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
Alistamentos efetuados	994	896	987
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	526	509	871
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-	-	684
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	07	02	02

Especificação	Quantidade		
	2010	2011	2012
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-	-	09
Atestado de desobrigação	23	07	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	-	05	-
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-	-	203
Transferência de domicílio	07	-	324
Averbações de certificado de alistamento	-	-	1.565
Outros (2ª via CAM e atestados)	-	-	203

3. Informações complementares

As atividades priorizadas pela administração foram: limpeza de bueiros, poda de arvores, coleta diária de lixo, operações tapa buraco entre outras inerentes a atuação do agente público.

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

A Administração Regional do Riacho Fundo conseguiu implementar importantes ações como: Construção de praças, estacionamentos, calçadas, quadras esportivas entre outros, ampliando a qualidade de vida dos moradores.

05.18. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE – RA XVIII – UO: 11.120

A Administração Regional do Lago Norte, criada pela Lei n.º 641 de 10/01/04, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, subordinada à Casa Civil, da Governadoria do Distrito Federal, de acordo com o decreto n.º 33.583, de 16 de março de 2012, que tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da respectiva Região Administrativa, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	02	09	-	06	17
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	21	-	20	-	41
Requisitados	07	-	-	04	11
Outros	-	02	-	02	04
Subtotal (Força de Trabalho)	30	11	20	12	73
(+) Cedidos para outros órgãos	-	02	-	01	03
Total Geral	30	13	20	13	76

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações**PROGRAMA:****6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4088 - Capacitação de Servidores	10.000	1	0	0	004
8502 - Administração de Pessoal	2.760.484	3.490.484	3.413.486	3.413.486	
8789 - Administração de Pessoal - Administração Regional- Lago Norte	2.760.484	3.490.484	3.413.486	3.413.486	001
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	220.616	305.616	289.654	289.654	-
9607 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Lago Norte	220.616	305.616	289.654	289.654	002/013/014
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	687.634	553.706	492.605	492.605	-
6757 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Lago Norte	687.634	553.706	492.605	492.605	003/015

* Crédito bloqueado ou contingenciado para cumprimento do art. 3º da Port. Conjunta n.º 02/12 de 27/01/2012 (DODF n.º 22, de 30/01/2012).

PROGRAMA TEMÁTICO:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3047 - Implantação de Espaços Esportivos	15.000	0	0	0	-
3678 - Realização de Eventos	200.000	0	0	0	-
2654 – Apoio Ao Circuito Overmeeting Skates downhill	200.000	0	0	0	011

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	380.000	290.610	0	0	-
2802 - Execução de Obras de Urbanização no Lago Norte	240.000	0	0	0	005
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	38.000	500	0	0	-
6758 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas - Administração Regional - Lago Norte	38.000	500	0	0	007

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública	110.000	106.414	102.531	0	-
2503 - Iluminação Pública no Acesso ao Setor Habitacional Taquari	100.000	100.000	99.704	*0	009
9492 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Administração Regional- Lago Norte	10.000	6.414	2.828	**0	008

* Atividade Não Iniciada, a despesa será inscrita em restos a pagar não-processados.

** Atividade Não Iniciada, a despesa será inscrita em restos a pagar não-processados.

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Capina, varrição e rastelagem	m ²	-	-	3.994
Remoção de entulhos	m ³	48.491	18.581	15.810
Serviços de terraplanagem	m ²	28.052	182.000	1.000
Roçagem manual	m ²	9.424	21.500	19.204

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Trabalho com Grupos	Idosos	-	04	-
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a entidades assistenciais	-	02	-
	Reuniões com outros órgãos	-	-	*01

*Atividade desenvolvida: Reunião da Rede Social

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Teatro	-	03	-	-	120	-
Artes Plásticas	-	01	-	-	200	-
Outros eventos	-	03	*01	-	500	20

*Atividade desenvolvida: Reunião com arte do entorno e outras artes.

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	04	-	-	100	-
Eventos esportivos	-	05	-	-	80	-
Outros	-	05	*01	-	500	50

*Atividade desenvolvida: Trote solidário na cachoeira do urubu.

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Comercial	-	-	-	302	154	96	302	154	96
Industrial	-	-	-	-	-	17	-	-	17
Área Rural	-	-	-	-	-	9	-	-	9
Total Expedido	-	-	-	302	154	122	302	154	122

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m ²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	129	111	60	153.936	34.758	23.543
Comercial	10	08	02	142.593	16.487	16.553
Total Expedido	139	119	62	296.529	51.245	40.096

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	47	53	60	25.584	21.700	14.429
Comercial	03	04	04	116.153	28.472	30.713
Total Expedido	50	57	64	141.737	50.172	45.142

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2010	20.218	84
		2011	143.579	128
		2012	106.652	72
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	73.317	47
		2011	154.900	130
		2012	181.587	73
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	32.088	113
		2011	117.897	115
		2012	100.390	85

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	67	29.653	59	13.954	-	-	126	43.607
	Comercial		04	11.122	04	7.792	-	-	08	18.914

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	-
Feiras Livres	03	02	02	03	02	02	- Quituart-EPPN QI 09/10 Canteiro Central Lago Norte; - Empório Rural-Rancho ESPMN

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas definitivas	05	05	05

3. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

A Administração Regional do Lago Norte executou e coordenou da melhor maneira possível suas atividades no exercício de 2012, apesar dos contratempos políticos que passou, como os 104 dias sem Administrador Regional, motivo que pode ter comprometido muitas das funções do Órgão perante a comunidade local.

Porém, muitos projetos ficaram em andamento para o ano de 2013, como a implementação do Parque das Garças, que fica no fim da Península e implantação de iluminação pública no acesso ao Setor Habitacional Taquari.

05.19. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA – RA XIX – UO: 11.121

A Região Administrativa de Candangolândia, criada pela Lei nº 658 de 27/01/94, Órgão da Administração Direta, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, de acordo com o Decreto nº 33.583 de 16/03/2012. Tem como objetivo representar o Governo do Distrito Federal na área de sua jurisdição, visando implementar as ações de Governo em benefício da coletividade, atendendo aos anseios e necessidades da comunidade local na busca de melhor qualidade de vida.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	04	05	01	-	10
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	29	-	23	-	52
Requisitados	Órgãos do GDF	02	01	-	05
Outros	Estagiários	-	10	-	10
	Terceirizados (FUNAP)	-	-	04	04
Total Geral	35	17	25	04	81

1. Realizações**PROGRAMA:****6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	0	187.664	184.687	36.546	
7882 – Reforma de Prédios e Próprios - Administração Regional – Candangolândia	0	187.664	184.687	36.546	15
8502 – Administração de Pessoal	2.493.629	3.155.329	3.131.716	3.131.716	
8790 – Administração de Pessoal-Administração Regional- Candangolândia	2.493.629	3.155.329	3.131.716	3.131.716	1 e 14
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	262.814	301.814	288.848	288.848	
9608 – Concessão de Benefícios a Servidores – Administração Regional – Candangolândia	262.814	301.814	288.848	288.848	2,3 e 4
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	291.000	243.248	214.174	214.174	
6768 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Administração Regional – Candangolândia	291.000	243.248	214.174	214.174	5

No Programa foram pagos a remuneração dos servidores, contribuição de RPPS, concessão de auxílio-creche, auxílio-alimentação e de auxílio-transportes; realizada manutenção do órgão (pagamento CEB e CAESB), bem como, construído alambrado com 198.030m², calçada do salão comunitário com 42.800m² e instalação de perfis em aço.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3440 – Reforma de Quadras de Esportes	12.800	6.400	0	0	
3678 – Realização de Eventos	10.000	3.488	2.476	2.476	
0099 – Realização de Eventos Esportivos: Administração Regional – Candangolândia	10.000	3.488	2.476	2.476	12

Não foram realizadas reformas das quadras por não ter sido disponibilizado orçamento.

Realizado campeonato de inauguração do campo sintético na Praça do Bosque com público de 700 pessoas com premiação de medalhas e troféus para os primeiros colocados e Aniversário de 56 anos da cidade.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 – Execução de Obras de Urbanização	390.000	188.503	182.593	130.041	
6770 – Execução de Obras de Urbanização –	390.000	188.503	182.593	130.041	8

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
Administração Regional – Candangolândia					
8508 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	44.623	65.067	58.061	58.061	
6776 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas – Administração Regional – Candangolândia	44.623	65.067	58.061	58.061	9

Construção de equipamentos urbanos da Praça dos Estados – Etapa I: calçadas 1.175,85m²; gramas 125.570m²; bancos, monumentos a Memória Candonga, Memorial aos Pioneiros e escadarias.

Foram comprados material de consumo para realizar pequenos reparos; tinta spray para utilizar em 30m²; gerador de energia, botinas de segurança, uniformes, materiais para construção de 1.916m² de calçadas e a aquisição de tubos de concretos manilhas.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6209 – ENERGIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1836 – Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	10.000	0	0	0	

Crédito contingenciado pela Portaria nº 02 de 27 de janeiro de 2012 publicado no DODF nº 22 de 31 de janeiro de 2012.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6219 – CULTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 – Realização de Eventos	10.000	15.250	14.737	14.737	
0100 – Realização de Eventos-Culturais: Administração Regional- Candangolândia	10.000	15.250	14.737	14.737	7

No exercício de 2012, foram realizados o 1º Campeonato de Futsal da Candangolândia, o Aniversário de 56 anos da Cidade e a decoração natalina.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 – Reintegra Cidadão	50.000	43.576	38.881	38.881	
0008 – Reintegra Cidadão-Administração Regional- Candangolândia	50.000	43.576	38.881	38.881	6

A Administração Regional por meio de convênio com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, participou do projeto Reintegra Cidadão, contratando 04 reeducando.

2. Outras Realizações

A Administração Regional realizou limpeza nas praças e locais de acesso comum da cidade, possibilitando a comunidade usufruir desses espaços com maior conforto e higiene. Um grande parceiro nesse objetivo foi o projeto (Abrace sua Praça), ação social em que os servidores escolhem um dia da semana para executar trabalho braçal de limpeza dessas localidades.

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	63	68
Confecção de quebra molas	Unid.	-	-	02
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	458	360
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	172	55
Recuperação de calçadas	m²	-	487	1.066
Remoção de entulhos	m³	-	6.452	7.134
Reposição de meios-fios	Unid.	-	105	537
Serviços de terraplanagem	m²	-	2.500	-

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	-	49
	Habitação, CEB, CAESB	-	-	75
	SINE/ APEC/ CRAS	-	-	100
Trabalho com Grupos	Gestantes	-	-	10
	Idosos	-	-	420
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	-	-
	Visitas a entidades assistenciais	-	-	04
	Reuniões com outros órgãos	-	-	06

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	-	01	-	-	400
Teatro	-	-	03	-	-	750
Música	-	-	10	-	-	8.830
Eventos culturais	-	-	03	-	-	12.000

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	-	05	-	-	2400
Eventos esportivos	-	-	20	-	-	17.400
Outros	-	-	04	-	-	750

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento							
	Provisório			Definitivo			Total	
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011
Comercial	-	03	70	-	-	-	-	03

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	-	24	21	-	5.082,86	5.655,08
Comercial	-	01	07	-	7.242,38	23.156,37
Total Expedido	-	25	28	-	12.325,24	28.811,45

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	-	05	09	-	665,13	1.678,77
Comercial	-	-	01	-	-	7.242,38
Total Expedido	-	-	-	-	665,13	8.921,15

Topografia

Especificação	Ano	Área/m²	Quantidade
Levantamento para Carta de Habite-se	2010	-	-
	2011	665,13	05
	2012	8.921,15	10

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	14	5.986,52	05	1.716,96	01	98,40	20	7.801,88
	Comercial		-	-	01	17.446,20	-	-	01	17.446,20
	Institucional		-	-	01	352,36	-	-	01	352,36
Misto	Residencial/Comercial		07	2.776,08	01	819,68	-	-	08	3.595,76
	Outros		01	13.146,67	-	-	-	-	01	13.146,67

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	01	01	01	10	07	06	QR 01 Área Especial
Feiras Permanentes	01	01	01	95	95	95	QR 01 Área Especial

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		-	-	01
Fiscalização de Feiras		-	15	30
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-	-	86

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	03	03	03

3. Informações complementares

Em 2012 a Administração Regional realizou limpeza das praças da cidade e locais de acesso comum a comunidade para que a comunidade local, usufruíssem desses espaços com mais conforto e higiene, contando sempre com o apoio dos servidores administrativos para a execução de tal projeto.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A construção da I Etapa do complexo de lazer na entrada sul da cidade foi uma conquista significativa no que tange a proporcionar a comunidade uma melhor qualidade de vida.

A meta para o exercício de 2013 serão maiores investimentos para que se realize a construção da II etapa do complexo de lazer, bem como os demais projetos, a saber: a reforma de áreas de uso comum da comunidade, salão comunitário, feira permanente, construção da sede da administração e investimento em cultura através de shows e outros eventos que possam sanar esta carência e demais demandas que a cidade venha a necessitar no decorrer do próximo exercício.

5.20. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS – RA XX – UO: 11.122

A Administração Regional de Águas Claras, criada pela Lei nº 3.153 de 06/05/2003, é um órgão da Administração Direta, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, de acordo com art. 2º, § 3º do Decreto nº 33.583, de 16/03/2012. Tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa de Águas Claras, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	04	14	05	12	35
Requisitados Órgãos do GDF	-	01	01	-	02
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	43	-	35	-	78
Estagiários	-	12	-	-	12
Total Geral	47	27	41	12	127

1. Realizações

PROGRAMA

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4088 – Capacitação de Servidores	50.000	49.547	49.093	49.093	
0007 – Capacitação de Servidores	50.000	49.547	49.093	49.093	04
8502 – Administração de Pessoal	4.491.862	5.663.862	5.633.805	5.633.805	
8791 – Administração Pessoal – Adm. Regional – Água Claras	4.491.862	5.663.862	5.633.805	5.633.805	01 e 23
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	277.170	564.170	542.571	542.571	
9609 – Concessão de Benefícios a Servidores	277.170	564.170	542.571	542.571	02, 24 e 25
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Adm. Regional – Águas Claras	950.000	793.662	758.388	728.101	
6785 – Manutenção de Serviços Adm. Gerais	950.000	793.662	758.388	728.101	03

- Realizado pagamento de remuneração de servidores, benefícios concedidos, bem como, serviços administrativos e manutenção do órgão;

- Realizada capacitação de 20 servidores nos seguintes cursos: Pós-graduação em Administração Pública e em Gestão Pública, Mestrado em Comunicação e outros.

PROGRAMA

6004 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	850.000	0	0	0	

PROGRAMA TEMÁTICO:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 – Realização de Eventos	30.000	342.926	341.500	341.500	
0023 – Realização de Eventos Esportivos em Águas Claras	30.000	342.926	341.500	341.500	21
4090 – Apoio a Eventos	300.000	650.000	550.000	550.000	
2124 – Promoção de Atividades Esportivas de Águas Claras	300.000	300.000	300.000	300.000	06
2482 – Apoio a Eventos – Etapas Campeonato de Futvôlei	0	350.000	250.000	250.000	27

Foram realizados os seguintes eventos esportivos:

- Promoção de oficinas interdependentes de modalidades esportivas - futsal, futvôlei, voleibol, ginástica e artes marciais – Projeto Águas Claras sem drogas;

- Campeonato de Futvôlei no Parque de Águas Claras, 1ª Etapa nos dias 23 e 24/06/12 e 2ª Etapa nos dias 31/08 a 02/09/12, com público estimado de 2.000 pessoas por dia.

- Efetuada complementação orçamentária para a realização do evento Superliga de Motocross, realizado nos dias 15 a 17/06/12.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1101 – Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização	500.000	0	0	0	
1110 – Execução de Obras de Urbanização	4.967.560	2.300.000	2.298.045	1.901.368	
2804 – Execução de Obras de Urbanização em Águas Claras	300.000	300.000	298.045	220.788	14
2805 – Obras de Urbanização Diversas Localidades de Águas Claras e Arniqueira	3.000.000	2.000.000	2.000.000	1.680.580	15
1950 – Construção de Praças Públicas e Parques	650.000				
8508 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	439.123	7.170	7.170	7.170	
6944 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas – Administração Regional - Águas Claras	439.123	7.170	7.170	7.170	20

Foram realizadas as seguintes obras:

- Construção de estacionamento, calçadas, meios fios, rampas PNE e paisagismo na Quadra 301, Rua B c/ Av. Parque de Águas Claras, área 853,40 m²;
- Construção de pista de bicicross/motocross no Parque do Areal, área 12.200 m²;
- Reforma dos equipamentos dos parques infantis das Quadras 102, 204 e 301 e QS 11 e 06/08;
- Adequação do sistema viário em Águas Claras - pavimentação asfáltica e meios fios na Rua 27 Norte, via de acesso ao Parque de Águas Claras e Rua 14 Sul, 1.430 m² de pavimentação e 182 ml de meios fios;
- Construção de PECs entre as ruas 25 e 26 Norte e no Parque do Areal;
- Iluminação de quadras, incluindo a quadra coberta e o campo de futebol de areia do Parque de Águas Claras e a quadra poliesportiva da Praça Rouxinol;
- Construção de quadra poliesportiva no Areal, área 612 m²;
- Pista de cooper no Parque do Areal;
- Fornecimento e instalação de equipamentos para parques infantis na Quadra 107, com 259,93 m² e na Quadra 209 com 67,50m²;
- Implantação de mobiliário urbano em Águas Claras;
- Recapeamento de vias em Águas Claras, área 2085 m².

Obras parcialmente realizadas e em fase de conclusão:

- Reforma de quadra de futevlei no Parque do Areal;
- Reforma e recuperação de alambrados e de banheiros no Parque de Águas Claras;
- Construção de quadra de futebol society em grama sintético em Águas Claras;
- Reforma e recuperação de três quadras poliesportivas no Parque de Águas Claras, duas quadras na QS. 05 do Areal e uma no Setor Arniqueiras.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
7294 – Construção de Centro de Convivência de Idosos	0	500.000	0	0	

PROGRAMA TEMÁTICO:**6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3087 – Execução de Obras de Acessibilidade	80.000	0	-	-	

Não houve realização no Programa, o crédito foi cancelado.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 – Realização de Eventos	830.000	1.989.800	1.952.100	1.654.350	
0081 – Realização de Eventos Culturais em Águas Claras	330.000	139.800	109.600	109.600	07
2655 – Realização de Atividades Culturais e Desportivas	500.000	500.000	500.000	500.000	08
2697 – Realização de Eventos – Apoio a Realização de Campanhas Educacionais na RA – Águas Claras *	0	1.000.000	992.500	694.750	28
2723 – Realização de Diversos Eventos Culturais em Águas Claras	0	100.000	100.000	100.000	29
2734 – Realização do Festival de Humor Cearense – Águas Claras	0	250.000	250.000	250.000	32
4090 – Apoio a Eventos	600.000	500.000	200.000	200.000	
2555 – Apoio a Eventos – São João de Brasília – Águas Claras	0	200.000	200.000	200.000	33
4091 – Apoio a Projetos	0	80.000	80.000	80.000	
2253 – Apoio a Projetos Sociocultural Afluentes Limpos - DF	0	80.000	80.000	80.000	30

* Etapa paralisada

Foram realizados os seguintes eventos culturais:

- Show de pré-carnaval no Areal com a participação da Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro – ARUC, nos dias 11 e 12/02/12, público estimado de 1.000 pessoas/dia;
- Torneio de Beach Soccer, nos dias 14 e 15/04/12, público estimado de 5.000 pessoas;
- Campanhas educativas com aquisição de revistas e criação de vídeo para distribuição gratuita nas escolas e condomínios de Águas Claras (3/5 da etapa realizada, encontra-se paralisada);
- Festa São João de Brasília, nos dias 04 e 05/08/2012, público estimado de 3.000 pessoas;
- Festival Humor Cearense - Projeto Feliz Cidade, nos dias 07 a 09/09/2012, público estimado de 3.000 pessoas.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2426 – Reintegra Cidadão	150.000	135.648	0	0	

1.1. Outras Realizações por meio de Descentralização de Crédito**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
6206 – Esportes e Grandes Eventos Esportivos				
2575 – Apoio a Reforma de Espaços Esportivos nas RAs do DF	150.000,00	150.000,00	145.195,37	145.195,37
2534 – Incentivo ao Esporte e Lazer nas RAs do DF	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
6209 – Energia				
0012 – Ampliação do Sistema de Iluminação Pública – DF	9.712,31	9.712,31	9.712,31	9.712,31
6219 – Cultura				
2327 – Apoio e Promoção de Atividades Culturais nas RAs do DF	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00
2161 – Apoio as Atividades s e Fomento a Cultura nas RAs do DF	450.000,00	450.000,00	448.000,00	448.000,00
2243 – Apoio ao Projeto Cultural "Natureza Viva"	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00

As ações foram executadas e as despesas foram custeadas por meio de descentralização de crédito, conforme Portarias Conjuntas especificadas a seguir:

- Portaria Conjunta nº 06, de 09/02/2012, SECULT/RA XX – Águas Claras, publicada no DODF nº 31, de 10/02/2012;
- Portaria Conjunta nº 02, de 13/02/2012, SO/RA XX – Águas Claras, publicada no DODF nº 33, de 14/02/2012;
- Portaria Conjunta nº 15 de 12/03/2012, SECULT/RA XX – Águas Claras, publicada no DODF nº 53, de 15/03/2012;
- Portaria Conjunta nº 02, de 29/05/2012, SEMARH/RA XX - Águas Claras, publicada no DODF nº 106, de 31/05/2012;

– Portaria Conjunta nº 02, de 14/06/2012, SESP/RA XX – Águas Claras, publicada no DODF nº 115, de 15/06/2012;

– Portaria Conjunta nº 28, de 26/07/2012, SO/RA XX – Águas Claras, publicada no DODF nº 149, de 27/07/2012.

Obras realizadas:

- Construção de quadra de futebol de areia no Parque de Águas Claras;
 - Instalação de 02 postes de aço, curvos, simples de 10m, com luminárias e lâmpadas vsap 250 watts, substituição de 08 luminárias com lâmpadas vsap 150 watts, por luminárias e lâmpadas de 250 watts, em braços existentes, na Quadra 107 final da Rua E, Águas Claras/DF.

Eventos realizados:

- Superliga de Motocross, realizado em 15 a 17/06/12, público estimado de 6.000 pessoas;
 - Realização do Projeto Futebol Digital;
 - Divulgação e montagem do espaço recreativo para combate a pedofilia - Projeto Fim de Tarde;
 - Feira Ambiental Cerrado Sustentável, dias 14 a 17/06/12 – artesanatos em geral e exposição de pequenos produtores (cereias, mel etc), público estimado em 20.000 pessoas.

2. Outras Realizações

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	761	1.032	2.500
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	81	05	03
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	57	05	
Transporte de material apreendido	Viag.	04	-	-
Capina, varrição e rastelagem	m²	12.005	-	-
Remoção de entulhos	m³	1.036.702	75.743	2.416
Reposição de meios-fios	Unid.	-	-	5.980
Serviços de terraplanagem	m²	10	-	-
Roçagem manual	m²	-	-	1.400
Serviços de roçagem mecânica	m²	610	375	18

Obras implantadas

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Encascalhamento	m²	-	950	7.000
Execução de calçadas	m²	-	950	7.570
Implantação de meios-fios	Unidade	250	3.400	5.980
Regularização de vias	m³	-	175	273
Compactação de leito, subleito e base e sub-base	m²	-	2.750	15.240
Arborização	Unidade	-	1.040	1.551
Captação de Águas Pluviais	Unidade	-	-	13
Iluminação Pública	Unidade	385	-	5

Ações Culturais

Educação e cultura

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	07	-	-	3.800	-
Música	-	19	05	-	4.600	35.000
Dança	-	02	-	-	350	-
Artes Plásticas	-	17	-	-	3.550	-
Outros eventos	01	-	-	300	935	-

Esporte e lazer

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	01	32	01	180	11700	6.000
Eventos esportivos	06	147	218	750	2.420	11.317
Outros	61	01	-	130	5.000	-

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	02	-	04	-	-	-	02	-	04
Comercial	381	14	112	-	283	260	381	297	372
Industrial	13	01	04	-	-	10	13	01	14
Total Expedido	396	15	120	-	283	270	396	298	390

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	22	11	08	392.529,41	46.043,91	285.470,86
Habitação Coletiva	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	01	01	-	16725,9	2.267
Comercial	50	52	44	226.486,61	574.519,17	2.052.197,24
Institucional	05	04	01	1.621,89	7.641,69	2.216,61
Outros	35	-	12	1.369.591,07	-	580.330,97
Total Expedido	112	68	66	1.990.228,98	-	2.922.482,68

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	49	21	27	866.019,48	206.100,51	617.192,45
Industrial	-	01	01	-	29.748,25	8.589,96
Comercial	28	36	17	119.344,24	204.619,12	56.174,92
Institucional	02	04	01	14.233,06	61.904,39	1.522,92
Outros	15	-	12	204.049,12	-	264.098,48
Total Expedido	94	62	58	1.239.645,90	502.372,27	947.578,73

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2011	-	27
		2011	-	10
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2012	-	72
Elaboração de Croquis de Cadastro		2011	-	33
Levantamento para Carta de Habite-se		2011	-	32
		2012	-	74

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	05	101.152,74	08	59250,87	01	831,75	-	-
	Comercial		15	16.050,68	14	34.722,85	02	1.195,7	02	8.722,08
	Institucional		01	300	-	-	-	-	-	-
Misto	Residencial/Comercial		10	71.235,92	02	25.057,49	02	435.772,31	02	24.894,75

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Esta Administração Regional realizou várias atividades importantes para o desenvolvimento da cidade durante o ano de 2012, dentre elas pode-se destacar diversas obras como urbanização de praças, pavimentação asfáltica, construção de calçadas, instalação de rede de águas pluviais, estacionamentos e outras.

Foram realizados também eventos culturais, de esporte e lazer, importantes para difundir a cultura local e promover a socialização do esporte com a comunidade, principalmente em áreas com baixa renda como é o caso do Areal.

Todavia, o fato de não ter sido publicada oficialmente a poligonal da RA XX, definindo os limites de sua abrangência, dificulta o desenvolvimento dos trabalhos. Outro limitador é a falta de regularização do Setor Habitacional Arniqueiras, o que inviabiliza a emissão de documentos como alvarás, aprovação, licenciamento, bem como a realização de obras de infraestrutura pública no local.

5.21. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II – RA XXI – UO: 11.123

A Administração Regional do Riacho Fundo II - RAXXI, criada por meio da LEI nº 3.153 de 06/05/2003, é um Órgão da Administração Direta, que integra a estrutura administrativa do Distrito Federal. A Administração Regional de Riacho Fundo II é vinculada à Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal, conforme decreto nº. 33.583, de 16/03/2012, e tem por competência representar o Governador do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa XXI, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades dela decorrentes.

As competências e atribuições das Administrações Regionais estão fundamentadas no decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, que aprova o Regimento Interno e cumprir-se-ão através do planejamento da supervisão, do contrato, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	03	05	-	01	09
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	25	-	39	-	64
Requisitados	Órgãos do GDF	02	01	02	5
	Órgãos Estaduais	-	-	-	-
	Órgãos do Governo Federal	-	-	-	-
Outros	Estagiários	-	08	-	08
	Terceirizados (FUNAP)	-	07	-	07
Total Geral	30	20	40	03	93

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4088 -Capacitação de Servidores	12.000	32.505	32.314	32.314	
0060 - Capacitação de Servidores da Administração Regional- Riacho Fundo II	12.000	32.505	32.314	32.314	2
8502 -Administração de Pessoal	1.865.116	3.173.630	3.163.451	3.163.451	
8792 - Administração de Pessoal-Administração Regional- Riacho Fundo II	1.865.116	3.173.630	3.163.451	3.163.451	14
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	214.199	339.199	322.934	322.934	
9610 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Riacho Fundo II	214.199	339.199	322.934	322.934	15;19;20
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	302.358	262.440	242.979	228.473	
6795 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Riacho Fundo II	302.358	262.440	242.979	228.473	1

Foram realizados diversos cursos de capacitação de servidores no da Administração Regional, tais como: a) Curso: Sequencia dos atos processuais de despesas públicas – Roteiro-GDF; b) Curso: Planejamento, execução orçamentária, financeira e contábil, acompanhamento e controle; c) Curso: Licitações e contratos administrativos com excelência, entre outros. Estes cursos tiveram como resultado positivo um excelente desempenho dos servidores nas tarefas diárias

Foram adquiridos diversos materiais para a manutenção de bens imóveis e móveis, materiais elétricos e eletrônicos, materiais de expediente, contratação de serviços como locação de tendas, serviços de manutenção dos próprios, como as despesas com o consumo de água e serviços de esgoto, despesas de consumo de energia elétrica e de instalação de pontos de energia, além de outros serviços indispensáveis para a manutenção e funcionamento da Administração regional.

PROGRAMA:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1745 -Construção de Quadras de Esportes	100.000	150.000	147.309	0	
9532 – Construção de Quadras de Esportes – Construção de Quadra de Esporte Sintética – Riacho Fundo II	0	150.000	147.309	0	25
3047 -Implantação de Espaços Esportivos	8.000	0	0	0	
3678 -Realização de Eventos	14.000	11.989	11.166	11.166	
0024 - Realização de Eventos- Esportivos: Administração Regional- Riacho Fundo II	14.000	11.989	11.166	11.166	24

Foi realizada a construção de Quadra de Esporte Sintética no CAUB II – Riacho Fundo II.

Durante o Exercício de 2012, houve varias atividades esportivas, entre eles: O Campeonato da liga desportiva do Riacho Fundo II no 2º semestre a partir do dia 13 de abril de 2012; Realização do Campeonato de futsal infantil no mês das crianças (outubro de 2012), XI – Campeonato de Futebol Amador do Riacho Fundo II, em que foram adquiridos troféus e medalhas para premiação dos participantes; Pedalada contara a pedofilia, entre outros.

Com a realização destes e outros eventos não relacionados, o objetivo maior foi promover lazer, saúde e melhoria da qualidade de vida da população do Riacho Fundo II, de forma a incentivar a população local à pratica de esportes.

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	930.000	1.244.166	1.234.296	576.756	
2807 - Execução de Obras de Urbanização no Riacho Fundo II	300.000	300.000	300.000	234.633	27
6801 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Riacho Fundo II	420.000	194.166	194.163	194.163	09
9671 – Execução de Obras de Urbanização-Infra Estrutura- Riacho Fundo II	0	150.000	147.959	147.959	28
9760 – Execução de Obras de Urbanização – Execução de Obras de Infraestrutura Urbana No Riacho Fundo II	0	450.000	444.575	0	29
9798 – Execução de Obras de Urbanização – Construção de Galpão Múltiplas Funções – Riacho Fundo II	0	150.000	147.598	0	26
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	57.000	7.398	7.304	7.304	
6797 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Riacho Fundo II	57.000	7.398	7.304	7.304	12

Foi realizada a construção de recuo de baia de ônibus com abrigo, fornecimento e assentamento de meios-fios, calçada em concreto e rampa de acessibilidade na QN 14E, avenida Contorno, Riacho Fundo II – DF, com 249m2, 100% realizada;

Foi realizada a reforma das Quadras de esportes nos seguintes endereços: QN 08; QS 06; QS 14 – Riacho Fundo II, estas obras trouxe grandes benefícios para a população local;

Foram adquiridos diversos materiais inerentes à manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas, como areia, cimento, brita, materiais para manutenção de bens imóveis, entre outros;

Foi realizada a construção de calçada na via de ligação entre o CAUB I e a DF 480 – Riacho Fundo II;

Encontram-se, ainda, em realização as seguintes obras:

- Construção de calçada na via de ligação entre o CAUB I e a DF 480 – Riacho Fundo II
- Construção de 02(dois) Pontos de Encontro Comunitário – PEC,S nas Quadras QN 14 e QC 04 – Riacho Fundo II - obra em andamento;
- Construção de pórtico de entrada, plantio de grama e palmeiras e paisagismo no CAUB I – Riacho Fundo II;

- d) Obra de urbanização de praças e becos na QN 14ª, QN 14C e QN 14E – Riacho Fundo II – DF;

- e) Construção de estacionamento em blocos intertravados no CAUB I – Riacho Fundo II.

E está em realização a obra de construção de galpão de múltiplas funções do CAUB II – Riacho Fundo II.

PROGRAMA:

6209 – ENERGIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 -Ampliação da Rede de Iluminação Pública	35.000	145.106	145.101	145.101	
9493 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Administração Regional- Riacho Fundo II	35.000	145.106	145.101	145.101	22

Foi realizada a obra de instalação de 17 postes de concreto, reto de 16 metros, com luminária tipo duas pétalas e lâmpadas vsap de 400w em diversos locais do Riacho Fundo II, obra esta que melhorou muito a iluminação pública na região por se tratar de antiga reivindicação dos moradores o que proporcionou assim maior segurança a população em geral do Riacho Fundo II – DF.

PROGRAMA:

6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 -Promoção de Assistência Social Comunitária	10.000	0	0	0	

Implementação e execução de projetos para criança e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Atualmente, a Assessoria de Promoção e Assistência Social conta com dois principais projetos sociais: projeto “Espaço Vida” que visa a emancipação e garantia dos direitos dos idosos em parceria com a Secretaria Especial do Idoso e; o projeto com adolescentes e jovens realizado pela OnG “Vila dos Sonhos” (Ceilândia) que visa a inclusão daqueles em atividades esportivas.

Atualmente os trabalhos são desenvolvidos em parceria com a Rede de Proteção e Promoção para melhor efetividade dos atendimentos e encaminhamentos da comunidade. As visitas são realizadas pela Assistente Social sempre com agendamento prévio para melhor conhecimento da situação familiar, social e econômica do (a) usuário (a). Assim, após avaliação é realizado o encaminhamento necessário para a Rede (CRAS, CREAS, Agência do Trabalhador, Centro de Saúde, Conselho Tutelar, etc.).

Durante o exercício de 2012 foram atendidos pela Assessoria de Promoção e Assistência Social no âmbito desta Região Administrativa, cerca de 132 (cento e trinta e dois) usuários, sendo realizados os encaminhamentos necessários relacionados no quadro “Promoção e Assistência Social”, constante do item 2. Outras Realizações.

PROGRAMA:

6219 – CULTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	80.000	339.900	339.900	339.900	
0086 - Realização de Eventos-Culturais: Administração Regional- Riacho Fundo II	10.000	269.900	269.900	269.900	5
2656 - Realização da Festa de Aniversário do CAUB I	70.000	70.000	70.000	70.000	6

Foram realizados os seguintes eventos no exercício de 2012:

- a) Evento pré-carnavalesco 2012, em Janeiro, com público de aproximadamente 400 pessoas;

- b) Ressaca de Carnaval, em Fevereiro, com público aproximado de 5.000 pessoas;

- c) Baile da Mulher, em Março, com público aproximado de 450 pessoas;

- d) 17º Aniversário da Cidade do Riacho Fundo II, em Maio, com público aproximadamente de 4.500 pessoas;

- e) Festa de Aniversário do CAUB I e CAUB II, nos dias 09, 10 e 11/11/2012, com público aproximado de 2.400 pessoas;

f) I Concurso Vozes do Riacho Fundo II, em Outubro, com publico aproximado de 400 pessoas, por meio de parceria da comunidade local com a Administração Regional, com a aplicação direta de recursos somente com a aquisição de materiais para premiação dos participantes.

A Administração Regional do Riacho Fundo II promoveu um grande incentivo à cultura local de forma a beneficiar a comunidade local, com a realização de vários eventos culturais, valorizando e desenvolvendo a cultura local, de modo a contribuir para a cultura brasileira.

PROGRAMA:

6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	80.000	65.618	65.416	60.077	
0009 - Reintegra Cidadão- Administração Regional- Riacho Fundo II	80.000	65.618	65.416	60.077	4

Com o contrato firmado entra a Administração Regional do Riacho Fundo II e a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, foram assistidos 06(seis) sentenciados, cujo objetivo é a prestação de serviços inerentes à manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas e na manutenção e preservação dos prédios e próprios desta RAXXI.

2. Outras Realizações

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	42	96
Confecção de quebra molas	Unid.	-	02	05
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	25	98
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	12	100
Recuperação de calçadas	m²	-	100	260
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	01	06
Transporte de material apreendido	Viag.	-	-	-
Capina, varrição e rastelagem	m²	-	#	#
Remoção de entulhos	m³	-	16.570	15.902
Reposição de meios-fios	Unid.	-	10	3100
Serviços de terraplanagem	m²	-	03	03
Roçagem manual	m²	-	200	350
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	##	##

Serviços executados pelo SLU

Serviço executado pela NOVACAP

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	-	05
	Habitação, CEB, CAESB	-	-	03
	CDS/ Na hora	-	-	01
	SINE/ APEC/ CRAS	-	-	15
	Outros(Escolas, creches, etc)	-	-	60
Trabalho com Grupos	Gestantes	-	-	01
	Idosos	-	-	03
	Remoções	-	-	---
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	-	14
	Visitas a entidades assistenciais	-	-	02
	Entrega de cestas básicas	-	-	05
	Reuniões com outros órgãos	-	-	12
	Outros	-	-	20

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	-	01	-	-	5.000
Teatro	-	-	03	-	-	3.000
Música	-	-	05	-	-	28.000
Dança	-	-	00	-	-	0
Artes Plásticas	-	-	00	-	-	0
Literatura	-	-	00	-	-	0
Eventos culturais	-	-	12	-	-	8.000
Outros eventos	-	-	55	-	-	12.000

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	11	15	-	15.000	17.000
Eventos esportivos	-	06	16	-	6.000	12.000

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento						
	Provisório			Definitivo			Total
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2012
Comercial	63	53	227	-	-	-	63
Total Expedido	63	53	227	-	-	-	63

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	-	44	62	-	26.722,14	84.018,67
Comercial	-	2	-	-	464,02	-
Outros	-	2	-	-	134,74	-
Total Expedido	-	48	62	-	-	84.018,67

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	-	-
		2011	5.027,73m2	37
		2012	23.867,23 m2	101
	Outras	2010	-	-
		2011	2.611,51m2	01
		2012	18.352,35 m2	12
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2010	-	-
		2011	131.521,71m2	46
		2012	119.461,76 m2	99

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	125	66973,26	1	219,60	-	-	126	67192,86
		Habitação Coletiva	20	160902,80	-	-	-	-	20	160902,80
Misto	Residencial/Comercial		2	-	-	-	-	-	2	278,31

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	-	01	01	-	120	45	Terminal QS 18
Feiras Permanentes	-	01	01	-	74	65	QD 10/15

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		-	194	50
Fiscalização de Feiras		-	87	
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-		50

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-	01	01
Bancas de Jornais e Revistas definitivas	-	00	00

Apoio Industrial e Rural

Atividade		Quantidade		
		2010	2011	2012
Sistema Viário (m ²)	Estradas recuperadas	-	5.197m	6.500m
Vistorias realizadas		-	10	48
Produtores rurais cadastrados		-	50	77
Propriedades rurais		-	110	71
Associações		-	01	02
Cooperativas		-	00	00
Visitas e reuniões		-	08	11
Outros (Poda de árvores, horta comum, medicinal)		-	02	03

3. Informações complementares

Outras ações relevantes realizadas na Região Administrativa:

- Janeiro de 2012: Polícia Militar instala Companhia no Riacho Fundo II - Realização: PMDF;
- Fevereiro: Entrega dos primeiros Alvarás de funcionamento da Cidade do Riacho Fundo II/DF – Realização: RAXXI;
- Março/2012: Inauguração do Restaurante Comunitário do Riacho Fundo II/DF – Realização: Secretaria de Estado de Obras; Abertura do Orçamento Participativo no Riacho Fundo II/DF – Realização: SEPLAN;
- Abril/2012: Projeto Cidade Limpa Começa em Casa no Riacho Fundo II/DF – Realização: RAXXI;
- Maio/2012: Inauguração da Agencia do Trabalhador do Riacho Fundo II/DF – Realização: Secretaria de Estado do Trabalho e RAXXI;
- Junho/2012: Projeto Cidade Limpa Começa em Casa no CAUB II / Riacho Fundo II/DF – Realização: RAXXI;
- Julho/2012: Instalação da Unidade Móvel de Saúde da Mulher(Visita do Governador) – Realização: Secretaria de Estado de Saúde;
- Agosto/2012: Recolhimento de Carros Abandonados nas ruas da Cidade – Realização: DETRAN-DF;
- Setembro/2012: Apresentação aos moradores do Riacho Fundo II do Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal(LUOS) – Realização: SEDHAB; Instalação provisória do Comando Itinerante da Polícia Militar no Riacho Fundo II-DF – Realização: PMDF; Instalação provisória da defensoria Pública Itinerante do Distrito Federal na Cidade do Riacho Fundo II/DF – Realização: defensoria Pública do DF; Campanha de Vacinação Contra a Raiva Animal no Riacho Fundo II / DF – Realização: Secretaria de Saúde do DF;
- Participação da Administração do Riacho Fundo II na Campanha “Outubro Rosa Contra o Câncer de Mama” – Realização: Secretaria de Estado da Mulher;
- Entrega da Primeira Ambulância para a população do Riacho Fundo II/DF – Realização: Secretaria de Estado de Saúde;

– Início das obras de Construção da Ciclovia no Riacho Fundo II/DF – Realização: Secretaria de Estado de Obras/NOVACAP.

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

A gestão dos recursos públicos foi realizada com zelo, responsabilidade e afinco, sempre buscando melhorar a urbanização e a infraestrutura, em especial buscando a regularização fundiária da Cidade, avaliando os resultados e corrigindo os setores e procedimentos com falhas, a fim de possibilitar ao Riacho Fundo II uma melhoria na qualidade do atendimento ao cidadão, objetivando atender as demandas da cidade com eficiência, eficácia, transparência e profissionalismo, sempre buscando acompanhar, zelar e cumprir a Legislação vigente e a preservação do Erário para o atendimento das necessidades da comunidade local com mais eficiência e melhoria da qualidade de vida da população.

Todas as ações desenvolvidas refletem o trabalho permanente dos servidores, dos colaboradores, bem como da coletividade, tendo destacado-se o compromisso com os projetos de melhoria contínua da Cidade.

Para 2013, espera-se que a Administração Regional seja fortalecida com recursos tecnológicos, humanos, materiais e financeiros de forma que os serviços sejam prestados com excelência a Administração possa cumprir sua missão institucional.

5.22. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/ OCTOGONAL – RA XXII – UO: 11.124

A Administração Regional do Sudoeste/ Octogonal, Órgão de Administração Direta regionalizada, vinculada à Casa Civil, de acordo com o decreto nº. 33.583, de 16/03/2012, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de respectiva Região Administrativa, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	01	08	-	-	09
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	29	-	28	-	57
Requisitados	01	02	-	-	03
Outros	-	-	-	02	02
Total Geral	31	10	28	02	71

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4088 -Capacitação de Servidores	10.000	20.935	20.870	20.870	
0067 - Capacitação de Servidores-Administração Regional- Sudoeste/Octogonal	10.000	20.935	20.870	20.870	5
8502 -Administração de Pessoal	2.083.509	3.326.509	3.311.928	3.311.92	
8793 - Administração de Pessoal-Administração Regional- Sudoeste/Octogonal	2.083.509	3.326.509	3.311.928	3.311.92	2
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	251.519	412.722	384.919	384.919	
9611 - Concessão de Benefícios a Servidores-Administração Regional- Sudoeste/Octogonal	251.519	412.722	384.919	384.919	26
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	358.000	114.150	74.053	65.420	
6809 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Administração Regional- Sudoeste/Octogonal	358.000	114.150	74.053	65.420	4

- Despesas com pessoal;
- Despesas com atividade meio de Administração Regional;
- Capacitação de servidores no Curso de "formação e aperfeiçoamento de líderes de equipes".

PROGRAMA:

6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	1.200.000	605.699	477.660	105.144	
2808 - Execução de Obras Complementares de Urbanização Na Reg. Adm. do Sudoeste/Octogonal	1.000.000	500.000	372.516	0	7
6808 - Execução de Obras de Urbanização-Administração Regional- Sudoeste/Octogonal	200.000	105.699	105.144	105.144	22
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	105.000	25.470	0	0	

- Obra de construção de calçadas;
- Construção de Pontos de Táxi;
- Construção de Quadra Poliesportiva;
- Construção de Pontos de Encontro Comunitário – PEC's.

PROGRAMA:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1836 -Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	10.000	152.357	149.273	92.951	
6935 - Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública- Administração Regional- Sudoeste/Octogonal	10.000	152.357	149.273	92.951	9

– Instalação de iluminação pública nas seguintes quadras: CCSW 05, QRSW 01 e 06, SQSW 301, 302, 303, 304 e 504.

PROGRAMA:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	100.000	649.708	529.415	529.415	
0025 - Realização de Eventos-Culturais: Administração Regional- Sudoeste/Octogonal	100.000	249.708	249.415	249.415	10
2702 - Realização de Eventos- Realização de Eventos Culturais- Sudoeste/Octogonal	0	400.000	280.000	280.000	15

– Comemoração do 8º aniversário de Adm. Regional do Sudoeste com apresentação de bandas;

- Evento Cultural “Encontro de Arte, Cultura e Lazer”;
- Evento Cultural “Cultura na Praça”;
- Evento Cultural “Seleção de Miss Sudoeste”.

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade	
		2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	78,81	127,52
Confecção de quebra molas	Unid.	06	04
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	30	45
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	08	10
Recuperação de calçadas	m²	85	139
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	01	-
Transporte de material apreendido	Viag.	04	25
Remoção de entulhos	m³	26.000	30.000
Reposição de meios-fios	Unid.	10	12

Ações Culturais

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Eventos esportivos	05	01	01	12.200	3.900	3.000

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Comercial	09	-	14	386	303	318	386	303	332
Outros (Eventual)	09	09	-	408	-	-	417	09	-
Total Expedido	09	09	14	794	303	318	390	312	332

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Habitação Coletiva	-	-	01	-	-	24.246,33
Comercial	02	-	01	7.08,78	-	6.540,09
Institucional	03	01	01	9.376,45	4.899,53	890,00
Outros	01	01	02	158,23	28,94	1.004,71
Total Expedido	06	02	05	10.243,46	4.928,47	32.681,13

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Habitação Coletiva	-	-	02	-	-	21.772,33
Comercial	02	01	01	1.091,47	13.487,49	4.800,30
Institucional	02	-	04	2.738,73	-	41.321,84
Total Expedido	04	01	07	3.830,20	13.487,49	67.894,47

Topografia *

Especificação		Ano	Área/m2	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	60	1
		2012	100	4
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2010	3.000	01
		2012	4.400	03
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	56.000	07
		2012	5.000	01

Obs.: O núcleo de Topografia de Administração Regional do Sudoeste Octogonal ficou um longo período sem topógrafo, meados de 2010 até outubro de 2011, por conta do falecimento do servidor que atuava na área. Além do mais, a Administração não dispõe de equipamentos para realizar as medições planialtimétricas.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Habitação Coletiva	02	48.891,20	03	55,45	-	-	05	48.946,65
	Comercial		01	12.690,35	01	423,00	-	-	02	13.113,35
	Institucional		01	890,00	01	962,09	-	-	02	1852,09
Misto	Outros		-	-	01	2,80	-	-	01	2,80

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários**Bancas de Jornais e Revistas**

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas definitivas	04	04	04

3. Diagnóstico do desenvolvimento de Unidade

O aproveitamento da Unidade mostrou-se satisfatório, levando-se em consideração a disponibilidade financeira oferecida, consubstanciada no índice de aprovação junto à comunidade do Sudoeste/Octogonal.

A Regional encontrou consideráveis dificuldades no que tange a prestação de serviços de informática e internet, que por diversos momentos ficaram inoperantes, causando transtornos de ordem administrativa e operacional.

No entanto, a RA encontrou dificuldades quanto a execução e suplementação de recursos no último quadrimestre do ano, tendo em vista o contingenciamento de receitas, o que acabou por prejudicar seu planejamento, bem como o efetivo desempenho de Unidade no exercício de 2012.

5.23. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO – RA XXIII – UO: 11.125

A Administração Regional do Varjão - RA XXIII, órgão da Administração Direta é uma Unidade que tem como função básica, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação, bem como representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa.

A Administração Regional do Varjão - RA XXIII está vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme previsto no art. 2 § 3º do Decreto nº 33.583 de 16.03.2012, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	01	01	-	-	01
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	58	-	-	-	58
Requisitados	02	01	-	-	03
Órgãos do GDF	01	-	-	-	01
Outros	-	-	-	-	04
Estagiários	-	-	-	-	04
Total Geral	65	-	-	-	65

1. Realizações

PROGRAMA:

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3467 -Aquisição de Equipamentos	0	50.000	19.593	19.593	
9565 - Aquisição de Equipamentos-Reequipamento e de Manutenção de Atividades- Varjão	0	50.000	19.593	19.593	21

A Administração do Varjão adquiriu material para a melhoria das condições de trabalho de seus servidores, como exemplo o ar-condicionado. Essa melhora foi feita para que houvesse também uma melhora no rendimento do trabalho em cada setor. Com estas mudanças, possibilitou a Administração atender melhor a população, dando condições para que os servidores possam realizar o seu trabalho com mais rapidez e eficácia.

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	10.000	0	0	0	
4088 -Capacitação de Servidores	10.000	12.978	12.978	12.978	
2389 - Capacitação de Servidores-Capacitação Complementar de Servidores- Varjão	0	12.978	12.978	12.978	22
8502 -Administração de Pessoal	1.524.447	2.379.179	2.377.910	2.377.910	
8794 - Administração de Pessoal-Administração Regional- Varjão	1.524.447	2.379.179	2.377.910	2.377.910	1
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	195.756	267.783	267.687	267.687	
9612 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Varjão	195.756	267.783	267.687	267.687	9
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	371.358	314.779	301.093	262.375	
6823 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Varjão	371.358	314.779	301.093	262.375	5

A Administração do Varjão realizou reformas não só em seu edifício-sede como também nos demais próprios. As reformas visaram não só reparar alguns danos provocados por chuvas muito fortes que ocorreram e danificaram as antenas e o telhado, como também aumentar alguns espaços e melhorar as condições de trabalho para os servidores.

A Administração realizou também, no ano de 2012, diversos cursos de capacitação, para tornar seus servidores mais aptos a realizarem suas tarefas diárias, como exemplo, o curso de capacitação para redigir documentos oficiais, que se mostrou muito útil em todos os setores.

Foi realizada também a implantação do sistema de contenção de águas nas encostas do varjão, com o objetivo de solucionar o problema de inundação de casas em épocas de chuva. O problema foi solucionado e os moradores agora afirmam que a melhora é visível, uma vez que a água já não invade mais as casas das regiões antes afetadas.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4090 - Apoio a Eventos	0	105.000	105.000	105.000	
2508 - Apoio a Eventos - Realização de Eventos Esportivos Nacional e Internacional - Varjão	0	105.000	105.000	105.000	20

A Administração do Varjão tem histórico de apoiar e promover eventos esportivos. A cidade conta com seis quadras poliesportivas e um campo de futebol society ao lado da sede da Administração, visando apoio a eventos esportivos.

Realizou em 2012 um curso de capacitação de 150 atletas pertencentes à liga de futebol do Varjão, onde muitos jovens da comunidade tiveram a oportunidade de participar de palestras e treinos, contribuindo para sua formação não só física, mas também social.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	2.025.000	693.103	677.692	674.221	
2811 - Construção de Prédios e Próprios da Administração - Varjão	480.000	480.000	478.743	206.624	17
9665 - Execução de Obras de Urbanização-- Varjão	0	200.000	198.949	195.478	25
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	33.000	8.000	7.930	7.930	
6824 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Varjão	33.000	8.000	7.930	7.930	32

O Varjão, em 2012, foi contemplado com diversas reformas em prédios importantes para a comunidade, como a reforma do prédio conhecido como “Pão e Leite”, que distribui comida às crianças carentes, bem como a implantação de um Ponto de Encontro Comunitário - PEC, que fica na quadra seis da cidade. Assim como também foi feita a reforma e urbanização da Casa de Cultura do Varjão, que tem como função dar apoio e organizar eventos culturais de todos os tipos. Foram feitas também reformas e revitalizações de praças por toda a comunidade, com o objetivo de aumentar e tornar mais prazeroso o convívio entre os cidadãos.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 -Ampliação da Rede de Iluminação Pública	15.000	7.500	0	0	

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 -Promoção de Assistência Social Comunitária	6.000	0	0	0	

PROGRAMA TEMÁTICO:**6217 – SEGURANÇA PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4031 - Monitoramento por Câmara de Vídeo		126.000			

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4090 -Apoio a Eventos		235.000	175.000	175.000	
2551 – Apoio a Eventos - Apoio Participação no Seminário de Myaythai em Brasília – Varjão	0	15.000	15.000	15.000	
2554 – (EP) Apoio a Eventos - Apoio ao Projeto o PAS no Teatro - Varjão	0	100.000	100.000	100.000	
2557 - Apoio a Eventos-Apoio a Participação no Congresso de Combate às Drogas - Varjão	0	20.000	20.000	20.000	23
2563 - Apoio a Eventos - Apoio Participação Servidores Eventos Diversos Contra Drogas - Varjão	0	50.000	50.000	40.000	24
3678 – (EP) Realização de Eventos		15.000			

A Gerência de Cultura da Administração Regional do Varjão teve no ano de 2012 feitos muito importantes. Uma das maiores conquistas foi o início das obras de reforma e urbanização da Casa de Cultura do Varjão, local destinado para servir de sede ao apoio aos eventos culturais de todos os tipos que ocorrem na cidade, que agora poderá funcionar com muito mais eficácia e poderá atender a um numero muito maior de eventos e de uma maneira muito melhor.

Em 2012 foram realizadas diversos eventos culturais, tais como o 1º congresso de combate às drogas do Varjão e a realização do evento “Drogas, o Varjão ta fora”. Também foi uma preocupação do Varjão dar todo o apoio necessário à Escola de Samba do Varjão, que pode contar com transporte para os desfiles e ensaios, e o uso de nossos espaços físicos para armazenar o material usado.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	28.000	0	0	0	

2. Outras Realizações

Observação: As tabelas a seguir foram selecionadas dando-se ênfase às atividades desenvolvidas no âmbito das Administrações Regionais.

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	220	72	160
Confecção de quebra molas	Unid.	04	-	10
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	36000	73	103
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	10	22	05
Recuperação de calçadas	m²	105	358424	-
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	52	18	09
Capina, varrição e rastelagem	m²	6300	3500	6188
Remoção de entulhos	m³	2459	7761	23364
Reposição de meios-fios	Unid.	52	18	15
Serviços de terraplanagem	m²	3800	2350	1900
Roçagem manual	m²	160	7060	2100
Serviços de roçagem mecânica	m²	190	1670	1300

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	SINE/ APEC/ CRAS			02
Trabalho com Grupos	Gestantes			01
	Idosos			16
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes			49
	Visitas a entidades assistenciais			02
	Outros			23

Cultura

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	-	01	-	-	500
Teatro	-	-	04	-	-	500
Eventos culturais	15	19	07	4500	4000	3000

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial	65	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Eventual)	03	11	01	-	-	34	-	-	35
Total Expedido	68	11	01	-	-	34	-	-	35

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	11	17	09	1418	3339	1414
Comercial	03	03	02	810	629	359
Total Expedido	14	20	11	2228	3968	1773

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	-	-	01	-	-	199
Total Expedido	-	-	01	-	-	199

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	15	1918
		2011	15	1918
		2012	15	2423
	Outras	2011	02	452
		2012	03	3123
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2011	03	980
Elaboração de Croquis de Cadastro		2012	05	2962
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	01	122

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	26	7.374	-	-	-	-	26	7374
		Habitação Coletiva	15	7.352	-	-	-	-	15	7352
	Comercial		12	3.263	-	-	-	-	12	3263
	Industrial		-	-	-	-	-	-	-	-
	Institucional		7	6.242	-	-	-	-	7	6242
Misto	Residencial/Comercial		12	2.966	-	-	-	-	12	2966

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	-	-	1	-	-	51	Feira Cultural do Varjão

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O espaço físico continua sendo uma questão da maior importância e urgência. Esta Unidade Administrativa ocupa um imóvel locado e que cada vez mais vem sofrendo com a falta de uma sede própria, com um projeto de arquitetura específico e adequado a um funcionamento interno com qualidade e atendimento à comunidade eficiente.

5.24. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY – RA XXIV – UO: 11.126

A Administração Regional do Park Way, criada pela Lei nº 3.255 de 29/12/2003, é um órgão da Administração Direta, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme o Decreto nº 33.583, de 16/03/2012. Tem por competências representar o GDF no âmbito de sua Região Administrativa, coordenar e executar atividades de interesse público em sua jurisdição.

A nova estruturação administrativa da Administração Regional do Park Way foi instituída pelo Decreto nº 33.062 de 20/07/2011, buscando facilitar as condições operacionais, tornar eficiente o atendimento e suprir as demandas comunitárias.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	-	-	04	05	09
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	35	-	16	-	51
Requisitados	01	-	-	-	01
Outros	Estagiários	04	-	-	04
	Terceirizado (FUNAP)	-	-	12	12
Total Geral	40	-	20	17	77

1. Realizações

PROGRAMA TEMÁTICO:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4088 - Capacitação de Servidores	16.022	12.687	12.686	12.686	
0048 - Capacitação de Servidores-Administração Regional- Park Way	16.022	12.687	12.686	12.686	7
8502 - Administração de Pessoal	2.031.554	3.047.132	3.045.312	3.045.312	-
8795 - Administração de Pessoal- Administração Regional- Park Way	2.031.554	3.047.132	3.045.312	3.045.312	1
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	191.674	291.674	280.776	280.776	-
9613 - Concessão de Benefícios a Servidores-Administração Regional- Park Way	191.674	291.674	280.776	280.776	2,3 e 4
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	262.200	144.454	135.201	119.287	-
6846 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Administração Regional- Park Way	262.200	144.454	135.201	119.287	6

A Administração Regional do Park Way, visando o aperfeiçoamento profissional para seus servidores e mais eficiência e eficácia na prestação dos seus serviços, capacitou 12 servidores nos seguintes cursos: Redação Oficial, Contratos e Licitações e Elaboração de Projeto Básico. Ainda neste programa a Administração realizou o pagamento da folha normal dos servidores, de benefícios assistenciais aos servidores e de despesas relacionadas à manutenção do órgão, tais como telefonia, energia elétrica, água, internet, chaveiro, plotagens, dedetização, crachás, carimbos e materiais de expediente diversos.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3440 - Reforma de Quadras de Esportes	24.000	199.648	199.648	0	-
9602 - Reforma de Quadras de Esportes- Administração Regional- Park Way	24.000	199.648	199.648	0	18

Procurando atender e proporcionar melhorias para a comunidade, a Administração Regional, realizou em parceria com NOVACAP, a reforma da quadra poliesportiva com 800 m². Foi trocado todo o piso, alambrados e realizada pintura e urbanização de praça com 2.071,86 m², com reforma do parquinho infantil, reforma das calçadas com acessibilidade, paisagismo, no Núcleo Rural de Vargem Bonita/Park Way.

O valor de R\$ 175.000,00 é oriundo de decisão por parte da junta orçamentária e Decreto nº 33.694, de 31/05/2012, publicado no DODF nº 107, de 01 de junho de 2012. O valor foi descentralizado para a NOVACAP, por meio das Portarias Conjuntas nº 01, de 23/07/2012, publicada DODF nº 157, de 08/08/2012 e a de nº 03, de 22/08/2012, publicada no DODF nº 31/08/2012. As notas de empenhos encontram-se em restos a pagar não processados.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 - Execução de Obras de Urbanização	42.670	780.000	0	0	
8508 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	103.800	62.970	54.638	54.638	
6847 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Park Way	103.800	62.970	54.638	54.638	13

A Administração visando à melhoria de qualidade de vida da comunidade realizou ações voltadas para a manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas, quais sejam, roçagem de 2.000.000 m², reposição de 1.230 m de meios fios, plantio de mais de 1000 mudas de árvores do cerrado e execução de 2.000m de calçadas. Aquisição de quatro equipamentos de roçagem dentro deste programa reforçou as ações de manutenção das áreas verdes e ajardinadas da Região Administrativa.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública	15.000	175.000	147.217	0	-
9483 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública- Administração Regional- Park Way	15.000	175.000	147.217	0	16

Neste Programa foram adquiridos 27 postes em concreto para serem instalados na área pública da Quadra 14 do Park Way, totalizando 3.200 m de cobertura.

A nota de empenho encontra-se inscrita em restos a pagar não processados. Esta ação recebeu o Crédito de R\$ 150.000,00, proveniente de Emenda Parlamentar.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3070 - Implantação de Unidades de Conservação	300.000	300.000	0	0	
2577 - Implantação de Parque Ecológico no Park Way	300.000	300.000	0	0	14
4098 - Preservação de Áreas Protegidas e Recursos Florestais	150.000	0	0	0	
2252 - Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas no Park Way	150.000	0	0	0	15

Apesar da Administração Regional do Park Way preocupar-se com o meio ambiente e recursos hídricos, no exercício de 2012, não houve efetivamente realização, levando-se em consideração entraves com licenças ambientais e a indefinição de questões fundiárias que impediram o início de projetos urbanísticos na cidade, prejudicando o andamento de algumas realizações como a implantação de parque ecológico. No entanto, o valor foi remanejado para atender a comunidade local com a ampliação da rede de iluminação pública no Park Way, para a instalação de postes de iluminação da ciclovia na Quadra 14.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 - Promoção de Assistência Social Comunitária	11.880	0	0	0	

PROGRAMA TEMÁTICO:**6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1309 - Pavimentação de Vias	300.000	300.000	255.769	0	
2848 - Pavimentação Asfáltica no Park Way	300.000	300.000	255.768	0	12
3090 - Implantação de Ciclovias	150.000	150.000	128.464	0	
2581 - Implantação de Ciclovias no Park Way	150.000	150.000	128.464	0	17

Neste programa foram executados 3.183,85m² de pavimentação asfáltica nas vias das Quadras 01, 02, 04, 06, 15, Área Especial 02 da Agrovila Vargem Bonita do Park Way. Está em execução 3.5 km de ciclovias em concreto na área pública da Quadra 14 do Park Way atendendo toda comunidade com a implantação de uma moderna ciclovia que vai permitir o tráfego dos cidadãos com comodidade e segurança pelas vias por onde passa um grande número de veículos e transeuntes.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 - Realização de Eventos	40.000	15.047	10.093	10.093	
0028 - Realização de Eventos- Culturais: Administração Regional- Park Way	40.000	15.047	10.093	10.093	10

A Administração por meio deste Programa realizou os seguintes eventos: um evento esportivo denominado 1º passeio ciclístico do Park Way na quadra 26, no dia 14/09/2012, com um público estimado de 1.200 pessoas, e um evento para a valorização da identidade cultural japonesa em Vargem Bonita/Park Way, com apresentações culturais e mostra gastronômica no dia 23/10/2012, com um público estimado de 2.400 pessoas, ambos contaram com a participação da comunidade e foram realizados com a participação de setores da sociedade civil organizada.

PROGRAMA TEMÁTICO:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2426 - Reintegra Cidadão	130.000	76.500	76.500	66.148	
8404 - Reintegra Cidadão-Administração Regional- Park Way	130.000	76.500	76.500	66.148	9

A Administração Regional do Park Way, visando contribuir para promoção dos direitos humanos e da cidadania firmou convênio com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, contratando 12 sentenciados para realizar atividades de manutenção e conservação da área da região administrativa do Park Way.

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m ³	-	-	517
Confecção de quebra molas	Unid.	-	-	9
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	-	15
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	-	8
Recuperação de calçadas	m ²	-	-	340
Transporte de material apreendido	Viag.	-	-	190
Capina, varrição e rastelagem	m ²	-	-	142.410
Remoção de entulhos	m ³	-	-	6.798
Reposição de meios-fios	Unid.	-	-	1.681
Serviços de terraplanagem	m ²	-	-	110.323
Roçagem manual	m ²	-	-	1.466.000
Serviços de roçagem mecânica	m ²	-	-	4.870.000

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	-	138
	Habitação, CEB, CAESB	-	-	16
	CDS/ Na hora	-	-	3
	SINE/ APEC/ CRAS	-	-	12
	Outros(Escolas, creches, etc)	-	-	20
Trabalho com Grupos	Gestantes	-	-	2
	Idosos	-	2	6
	Remoções	-	-	14
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	-	26
	Visitas a entidades assistenciais	-	-	12
	Reuniões com outros órgãos	-	-	38

Ações Culturais
Educação e Cultura
Cultura

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	-	3	-	-	450
Música	-	-	2	-	-	600
Dança	-	-	1	-	-	200
Literatura	-	-	1	-	-	110

Esporte e lazer
Desporto e Lazer

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	5	4	-	2.000	6.000
Eventos esportivos	-	4	4	-	2.000	10.000

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços
Licenciamento de Atividades Econômicas

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Outros (Eventual)	-	10	-	-	-	-	-	-	-
Total Expedido	-	10	-	-	-	-	-	-	-

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	-	66	103	-	30.370,60	48.428,30
Outros	-	61	36	-	-	-
Total Expedido	-	127	139	-	30.370,60	48.428,30

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	-	84	52	-	6.631,57	25.653,00
Total Expedido	-	84	52	-	6.6131,57	25.663,00

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para alvará de construção	Habitação Unifamiliar	2011	-	76
		2012	-	146
Levantamento para Carta de Habite-se		2012	25.974	55

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	97	44.322	58	8575	6	739	161	53.636
	Outros (condomínios)		15	300.000	-	-	-	-	-	300.000

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	-	01	01	-	18	18	Quadra 14 Park Way

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		-	01	-
Fiscalização de Feiras		-	18	12
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-	36	40

Apoio Industrial e Rural

Atividade		Quantidade		
		2010	2011	2012
Sistema Viário (m ²)	Estradas recuperadas	-	8000	30.000
Vistorias realizadas		-	200	6
Associações		-	05	05
Cooperativas		-	02	02
Visitas e reuniões		-	12	12
Outros (Poda de árvores, horta comum. medicinal)		-	20	32

3. Informações complementares

No ano de 2012, a Administração Regional do Park Way, além dos serviços de infraestrutura, reforçou sua atuação nas áreas de cultura, esporte, saúde, segurança e assistência social.

A Administração Regional empenhou-se em estimular a preservação e proteção ambiental e o equilíbrio ecológico da RA-XXIV, no intuito de manter o cenário bucólico do local, característica essa que a comunidade local visa conservar, harmonizando as políticas urbanas e ambientais, adequando-as ao interesse social, visando à promoção do desenvolvimento sustentável.

A aquisição de massa asfáltica pela Administração Regional possibilitou a manutenção das vias, mesmo que muitas necessitem de obras de restauração mais complexas que estão relacionadas a suplementação orçamentária do programa de transporte e mobilidade, como é o caso da construção de calçadas e ciclovias, o que possibilitará um sistema de mobilidade cada vez mais integrado e menos poluente, proposta que está em consonância com o estilo de vida local e com as obras de maior porte em curso pelo GDF.

Na área social, ressalta-se os vários avanços: ações de apoio à comunidade de Vargem Bonita, tais como: dia de lazer, manutenção da biblioteca pública, reforma da quadra poliesportiva e a pavimentação asfáltica. Estes exemplos da presença do poder público denotam que tem se aplicado recursos para esta área mais carente da Região com o investimento em políticas públicas eficazes, com recursos de fontes como as relacionadas aos programas de cultura e de esportes, como resultado destes investimentos pode ser observado por meio dos dados da secretária de segurança a redução dos índices de criminalidade e violência no local uma vez que a Administração tem ampliado as oportunidades de ocupação dos jovens e crianças na localidade.

Na área de infraestrutura destaca-se a recuperação das vias, a finalização das obras da rodovia Vicente Pires (DF 079), o início das obras do BRT que ampliará sobre maneira a circulação viária na região, essas obras apesar de não estarem vinculadas ao orçamento da RA tem exercido grande influência na vida da comunidade e tem gerado grande expectativa, pois são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e da melhoria do sistema de mobilidade urbana.

Ao término do exercício 2012, vale ressaltar, as atividades desenvolvidas pela Administração em parceria com a NOVACAP, Coordenadoria das Cidades, Secretaria de Obras, Secretaria de Transportes, DFtrans, Fazenda Água Limpa - UNB e outros. Junto a esses parceiros foram implantadas obras no sistema viário (encascalhamento, patrolamento, quebra-mola), serviços de recuperação e manutenção (Operação Tapa buraco e Força Tarefa- roçagem, poda de árvores, recapeamento asfáltico, reposição de meios-fios, retirada de faixas, implantação de calçadas e ciclovias, gramados e arborização, implantação de placas de conscientização ambiental, abrigos para passageiros, serviços de terraplanagem, rede de infra-estrutura, iluminação pública, rede de águas pluviais).

Sendo assim, ressalta-se que algumas atividades devem ter seus ciclos de desenvolvimento e debate aprofundados no próximo ano, tais como: estudo da implantação de comércio; de transporte; sistema de captação de águas pluviais; criação da Companhia de Incêndio Florestal; criação da sede da Administração do Park Way; instalação do sistema de monitoramento de segurança digital e a regularização fundiária das chácaras das áreas rurais da RA XXIV.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Durante o exercício 2012, foram realizadas ações dentro de uma nova programação plurianual, entretanto cabe ressaltar que alguns aprimoramentos devem ser realizados para ampliar a qualidade da prestação de serviços essenciais a comunidade.

Para 2013, estão previstas algumas iniciativas que visam minimizar os impactos negativos ocorridos no exercício anterior, uma vez que impedir que aconteçam novamente se torna complexo, pois dependem da definição de algumas diretrizes depende de ação de outros órgãos.

Para que as metas definidas tanto na programação orçamentária, quanto no planejamento estratégico institucional sejam plenamente atingidas se faz necessário às melhorias na estrutura da administração como aquisição de maquinários, aumento da frota de veículos, contratação de servidores terceirizados, modernização de equipamentos de informática, recuperação da capacidade operacional da diretoria de obras da RA.

Diante das perspectivas que nos apresentam é fundamental para o funcionamento de todos os setores da administração, meios que facilitem o acesso aos recursos disponíveis para a execução de projetos, uma vez que alguns setores não são contemplados no quadro de despesas e ficam dependentes dos recursos das Secretarias correlatas as áreas de atuação.

5.25. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – RA XXV – UO: 11.127

A Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, criada pela Lei nº. 3.315 de 27 de janeiro de 2004, vinculada a Casa Civil de acordo com art. 2º, § 3º do decreto nº 33.583, de 16/03/2012, têm por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa XXV (SCIA), assim como coordenar a executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades dela decorrente.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	-	-	03	-	03
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	11	-	54	-	65
Requisitados	Órgãos do GDF	01	-	04	05
Outros	Estagiários	-	-	01	01
	Terceirizados (FUNAP)	-	-	08	08
Total Geral	12	-	61	09	82

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	10.000	0	0	0	
4088 -Capacitação de Servidores	10.000	990	980	980	
0082 - Capacitação de Servidores-Administração Regional- Setor Compl. de Ind. e Abastecimento	10.000	990	980	980	15
8502 -Administração de Pessoal	1.837.335	3.129.538	3.032.974	3.032.974	
8796 - Administração de Pessoal- Administração Regional do SCIA- Setor Compl. de Ind. e Abastecimento	1.837.335	3.129.538	3.032.974	3.032.974	1
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	178.486	343.486	323.495	323.495	
9614 - CONCESSÃO de Benefícios a servidores- Administração Regional do SCIA- Setor compl. de Ind. e Abastecimento	178.486	343.486	323.495	323.495	2,3 e 4
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	258.210	180.222	178.272	130.171	
6876 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Setor Compl. de Ind. e Abastecimento	258.210	180.222	178.272	130.171	5

PROGRAMA:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2024 - Apoio ao Desporto e Lazer para a Juventude do Distrito Federal	70.000	0	0	0	
3047 -Implantação de Espaços Esportivos	25.000	0	0	0	

PROGRAMA:

6208 - DESENVOLVIMENTO URBANO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	1.500.000	865.262	681.601	265.785	
2812 - Execução de Obras de Urbanização Na Estrutural	400.000	299.464	299.463	248.359	23 e 29
2813 – (EP) Colocação de Meios Fios das Quadras 04,05 e 06 Da Estrutural	200.000	0	0	0	22
6880 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Setor Compl. de Ind.	100.000	115.798	115.797	17.425	6 a 13 e 31

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
eAbastecimento					
9747 – (EPE) Execução de Obras de Urbanização-Cidade Estrutural-SCIA	0	300.000	266.344	0	27 e 28
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	100.000	112.023	111.994	67.144	
6873 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas-Administração Regional- Setor Compl. de Ind. e Abastecimento	100.000	112.023	111.994	67.144	21

Durante o exercício de 2012 obras pontuais foram realizadas pela Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento.

- Execução de bocas de lobo e ramais;
- Execução de meios – fios;
- Construção de playground;
- Urbanização de Praça;
- Reforma de Galpão do Artesão;
- Construção do Bloco “c” da sede da Administração Regional;
- Iluminação do Campo de Areia do SLU;
- Execução de calçadas e rampas de acessibilidade;
- Execução de pavimentação asfáltica;

Além das obras acima descritas, várias compras foram realizadas para a manutenção da Cidade, como meios – fios, tampas de boca – lobo, tampas de poço de visita, areia, cal, cimento, asfalto usinado a quente entre outros materiais utilizados para a manutenção as áreas urbanizadas e ajardinadas.

PROGRAMA:

6209 – ENERGIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1836 -Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	20.000	0	0	0	

A dotação orçamentária foi transferida para o Programa de Trabalho 04.421.6222.2426.8427 através de Nota de Crédito Adicional 2012NA25, para darmos continuidade ao Programa.

PROGRAMA:

6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3237 –(EPE) Reforma de Unidades de Ensino Médio	0	42.961	42.961	42.961	
2734- Reforma de Unidades de Ensino Médio – Construção de Passarela No Cef 01 Da Estrutural – Setor Compl. de Ind. E Abastecimento	0	42.961	42.961	42.961	26

Foi construída passarela no Centro de Ensino Fundamental nº. 01 da Estrutural, para proteger os alunos do sol e chuva e proporcionar um ambiente mais adequado para os alunos.

PROGRAMA:

6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	5.000	104.372	104.372	104.371	
8427 - Reintegra Cidadão-Administração Regional- Setor Compl. de Ind. e Abastecimento	5.000	104.372	104.372	104.371	14

Durante o exercício de 2012 tivemos a colaboração de 13 sentenciados em regime aberto e semiaberto na manutenção e organização da Cidade Estrutural. Foram realizadas roçagens com as costais adquiridas pela Administração Regional, limpeza dos espaços públicos, colocação de meios fios, de tampas de boca lobo e diversas ações de tapa buraco. Os sentenciados além de colaborarem com a Administração pública estão em um projeto de ressocialização eficiente e importantíssimo para o Estado.

2. Outras Realizações

Serviços de manutenção e recuperação

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	1.260	2.460
Confecção de quebra molas	Unid.	-	05	32
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	73	101
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	16	48
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	01	03
Capina, varrição e rastelagem	m²	-	6.300	9.000
Remoção de entulhos	m³	-	5.288	8.300
Reposição de meios-fios	Unid.	-	-	402
Serviços de terraplanagem	m²	-	43.000	112.000
Roçagem manual	m²	-	38.000	45.000
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	130.000	176.000

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Trabalho com Grupos	Idosos	-	-	04
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	-	12
	Entrega de cestas básicas	-	-	112

Ações Culturais

Educação e Cultura

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	-	11	-	-	506
Teatro	-	-	18	-	-	400
Dança	-	-	08	-	-	120
Artes Plásticas	-	-	02	-	-	30
Eventos culturais	-	-	10	-	-	10.000

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	10	31	8	24.000	4.800	700
Eventos esportivos	02	11	4	1.200	2.640	150
Outros	-	-	2	-	-	60

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços

Licenciamento de Atividades Econômicas

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Comercial	22	02	48	65	60	71	82	62	119
Outros (Eventual)	-	-	-	-	-	04	-	-	07
Total Expedido	22	02	48	65	60	64	82	62	126

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Comercial	22	20	20	27556,08	20.454,54	18.727,97
Total Expedido	22	20	20	27556,08	20.454,54	18.727,97

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Comercial	-	-	15	-	-	16.847,28
Total Expedido	-	-	15	-	-	16.847,28

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2010	-	03
Levantamento para Carta de Habite-se		2011	-	11
		2012	-	28

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso		Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
		Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Comercial	07	3.801,19	16	8230,81	1	129,65	24	12.161,65

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres	-	01	01	-	440	539	Praça central

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		280	440	539
Fiscalização de Feiras		-	11	53
Documentação Expedida	Processos Protocolados	280	440	502

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	01	01	-

3. Informações complementares

A Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento conseguiu realizar 94,48% do orçamento disponível para execução de obras de urbanização e infraestrutura e aplicou as regulamentações da Lei Complementar 123, sendo este um fator importantíssimo para o Governo do Distrito Federal. As obras licitadas foram pontuais e de grande relevância para a comunidade da Cidade Estrutural. As mais de 100 ações realizadas pela Diretoria Social enaltecem a presença do Estado na vida da comunidade, levando atividades para crianças, melhor idade, trabalhadores do SLU, jovens, adolescentes, para toda uma população que necessita de alternativas saudáveis para as complicações do dia a dia da cidade com o IDH mais baixo do Distrito Federal. A Feira Livre da Cidade é acompanhada todo domingo pelos Técnicos da Diretoria de serviços e a Diretoria de Obras junto com o SINDUSCOM elaborou plano para a revitalização da Cidade do Automóvel, que será executado pela Novacap.

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

As conquistas realizadas no exercício de 2012 foram perceptíveis, porém, se os recursos orçamentários fossem liberados antecipadamente, outras obras importantes teriam sido realizadas, haja vista o corpo técnico da Administração ter terminado o ano com outros projetos prontos para serem executados. As grandes obras não foram realizadas, e a Comunidade aguarda essas obras impactantes e de mudanças fundamentais para a Cidade, como a Construção do 15º Batalhão da Polícia Militar, Unidade de Pronto Atendimento, delegacia de Polícia Militar, Creches, entre outros.

5.26. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II – RA XXVI – UO: 11.128

No início de 1990 foi criado o Núcleo Habitacional Sobradinho II como parte integrante da Região Administrativa V – Sobradinho, como consequência do Programa de Assentamento de População de Baixa Renda, que tinha como objetivo transferir as famílias que residiam em um mesmo lote e também fixar os moradores das invasões do Ribeirão Sobradinho e Lixão.

O Decreto nº 13.362 de 7 de agosto de 1991, publicado no DODF de 12/8/1991, declarou ser de utilidade pública, as glebas de terras de particulares, e direitos de arrendamentos de chacareiros das fazendas Sobradinho e Paranoazinho, para ser desapropriado e para dar continuidade ao programa de assentamento da população de menor poder aquisitivo.

A Administração Regional de Sobradinho II, criada pela Lei nº 3.314 de 27/01/2004, é um órgão da administração direta regionalizada, vinculada à Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal para fins de controle e supervisão. Embora não tenha sido aprovado o regimento interno até a presente data, a mesma, por analogia às demais Administrações Regionais, tem atuado representando o Governo do Distrito Federal por meio do planejamento, supervisão, coordenação, fiscalização específica e execução direta de atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	02	03	-	-	05
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	-	-	70	-	70
Requisitados	11	-	-	-	11
Outros	-	-	-	02	02
Total (Força de Trabalho)	13	03	70	02	88

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3903 – Reforma de Prédios Próprios – Sobradinho II	220.000	220.000	0	0	-
8502 -Administração de Pessoal	2.053.390	3.297.390	3.274.949	3.274.949	
8797 - Administração de Pessoal- Administração Regional- Sobradinho II	2.053.390	3.297.390	3.274.950	3.274.950	01, 03
8504 -Concessão de Benefícios a servidores	227.198	402.198	376.742	376.741	
9615 - Concessão de Benefícios a Servidores- Administração Regional- Sobradinho II	227.198	402.198	376.742	348.599	04, 05, 06
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	502.308	296.724	249.419	218.827	
6891 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Sobradinho II	502.308	296.723	249.418	218.827	07, 08

Consta a execução mediante pessoa jurídica de despesas de caráter continuado, tais como: fornecimento de água, luz, serviços de correios e telégrafos e demais ações dessa natureza.

Em segundo lugar, os gastos com aquisição de material de consumo, tais como: café, açúcar, material de informática e outros similares corresponderam a aproximadamente 7% do total dos recursos utilizados para custeio da máquina pública.

Foram adquiridos equipamentos primordiais para o bom funcionamento da Região Administrativa de Sobradinho II, dos quais podemos citar, dentre outros: 05 containers, 100 cadeiras, 25 mesas, 04 extintores de incêndio, 01 amplificador de som, 23 caixas acústicas, 01 microfone, 02 bebedouros e 03 purificadores de água.

PROGRAMA:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1745 -Construção de Quadras de Esportes	200.000	200.000	146.915	-	
2497 - Construção de Quadras Poliesportivas	200.000	200.000	146.915	-	19
2024 - Apoio ao Desporto e Lazer para a Juventude do Distrito Federal	500.000	53.000	40.902	40.902	
2533 - Apoio ao Desporto Amador em Sobradinho II	500.000	53.000	40.902	40.902	20
3678 -Realização de Eventos	50.000	0	0	0	21

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4091 -Apoio a Projetos	50.000	50.000	0	0	22

No tocante ao material permanente, foram adquiridas mesas de pebolim e de tênis de mesa, e 200 bolas de futebol de campo com o objetivo de proporcionar melhorias nos eventos promovidos pela Gerência de Esporte desta Unidade, junto à comunidade local.

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	3.258.256	850.439	547.759	280.833	16
2815 - Implantação de Ponto de Encontro Comunitário em Sobradinho II	300.000	300.000	148.874	0	14
6886 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Sobradinho II	2.928.836	535.729	398.885	280.833	15
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	20.000	10.000	0	0	17
9218 – Reforma de Feiras – Reformar a Feira Permanente em Sobradinho II	1.000.000	1.000.000	921.883,59	0	35

Foram implantadas PECs nas quadras AR 01, AR 15 e entrada do Condomínio Verde Vale em Sobradinho II; recuperação de 1.450 m² de drenagem na DF-420 em Sobradinho II

Não foi possível a execução de obra de urbanização na Fercal em 2012, uma vez que os recursos disponíveis foram insuficientes.

Portanto foram concluídas neste exercício, obras iniciadas no final de 2011, tais como:.

Obras de 2011 concluídas em 2012	Tamanho/m²	local
Execução de pavimentação asfáltica	10.910	Fercal – Rua São João, dos Garrinchas, das Curvas, Boca do Lobo, no Bananal e Leste e Oeste Sobradinho II
Instalação de meios-fios	4.380	Fercal – Rua São João, dos Garrinchas, das Curvas, Boca do Lobo, no Bananal e leste e Oeste Sobradinho II
Reforma de 07 Praças Públicas	14.900	Quadras ARs 9, 11, 13, 16, 19, 23 e 24 – Sobradinho II
Reforma do piso da Quadra Coberta	655	Sobradinho II
Reforma do alambrado da Quadra coberta	105	Sobradinho II
Construção de rede de captação de água pluvial	140,8	Fercal
Execução de pista de skate	528	Quadra AR 23 – Sobradinho II
Reforma das instalações da Feira permanente (em conclusão)	700	Sobradinho II
Recuperação de rede de drenagem na DF-420	1.450	

Estas obras foram realizadas com o orçamento de 2011 e com liquidação financeira realizada com recursos dos restos a pagar de 2012.

PROGRAMA:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1836 -Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	300.000	300.000	260.078	39.921	
2506 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública	300.000	300.000	260.078	39.921	18

Foi ampliada a rede de iluminação pública em diversas localidades de Sobradinho II e Fercal, com instalação de postes, luminárias e 01 transformador.

Conclusão da obra de implantação de 6.545 m² de iluminação com instalação de braços pesados, obra iniciada em 2011 e concluída em 2012, realizada em diversas comunidades da Fercal e Sobradinho II.

Os gastos com a ampliação da rede de iluminação corresponderam a aproximadamente 86% do total dos recursos utilizados para tal finalidade.

PROGRAMA:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2094 -Promoção de Assistência Social Comunitária	200.000	200.000	0	0	24

Não foi possível executar a promoção de assistência social comunitária em Sobradinho II, uma vez que não foi apresentado projeto para o desenvolvimento da ação.

PROGRAMA:**6214 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4239 -Apoio a Cooperativas e Associações	520.000	20.000	0	0	25 e 26
9107 -Apoio Financeiro a Entidades	150.000	150.000	0	0	27

As ações acima não tiveram projetos apresentados em tempo hábil e os que foram enviados apresentaram inconsistências, tornando inviável a sua efetivação.

PROGRAMA:**6219 - CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	350.000	550.000	168.210	168.210	
2657 - Promoção de Atividades Culturais	350.000	550.000	168.610	168.210	9
4090 -Apoio à Eventos	650.000	450.000	323.958	323.958	10 e 11
2128 - Promoção de Atividades em Comemoração ao Aniversário de Sobradinho II	350.000	350.000	323.957	323.957	12
5968 -Construção de Espaço Cultural	400.000	200.000	0	0	13

As ações acima possibilitaram a realização de diversos eventos culturais propostos pela Câmara Legislativa do Distrito Federal com finalidade específica, podendo citar, dentre outros:

Eventos	Estimativa de Pessoas Presentes
23º Aniversário de Sobradinho II	10.000 pessoas
Festa Junina no Buritizinho	900 pessoas
Projeto Cidade Saudável	300 pessoas
2º Baile de Debutantes	450 pessoas
3º Baile de Debutantes	450 pessoas
Educação e Saúde Bucal	300 pessoas
Show da Quinta	200 pessoas

A pedido do Autor da Emenda referente à realização da Festa do Divino Espírito Santo da Fercal, foi realizada descentralização de dotação orçamentária para execução pela Secretaria de Estado de Cultura. Apesar da descentralização, a dotação não foi executada pela Unidade favorecida.

Acerca da construção de espaço cultural em Sobradinho II não foi possível executar a ação, uma vez que não há equipamento público para esse fim, ainda.

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	107.553	181.282,50
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	77	18	22
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	56	10	21
Recuperação de calçadas	m²	192,00	3,00	8,00
Capina, varrição e rastelagem	m²	4.445	60.000	60.070
Remoção de entulhos	m³	12.460	35.627,76	1.611.350,50
Reposição de meios-fios	Unid.	42	2.200	-
Serviços de terraplanagem	m²	4.690	237.997,80	52.093
Roçagem manual	m²	6.680	-	50.050
Serviços de roçagem mecânica	m²	157.590	-	115.035

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	37	04	10
	Habitação, CEB, CAESB	136	-	03
	CDS/ Na hora	26	-	01
	SINE/ APEC/ CRAS	32	14	13
	Outros (Escolas, creches, etc)	03	-	06
Trabalho com Grupos	Gestantes	10	-	-
	Idosos	20	-	-
	Remoções	10	-	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social	Entrega de cestas básicas	-	-	01

Ações Culturais

Cultura

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Teatro	-	07	06	-	1.730	1.400
Música	-	48	40	-	75.600	40.266
Dança	-	10	-	-	9.900	-
Artes Plásticas	-	5	06	-	472	900
Literatura	-	07	-	-	1.450	-

Desporto e Lazer

Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	87	01	-	95.150	350
Eventos esportivos	-	24	06	-	8.600	400
Outros	-	14	-	-	1.192	1.300

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços

Licenciamento de Atividades Econômicas

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Comercial	-	-	-	18	-	-	18	-	-
Industrial	-	-	-	26	-	-	26	-	-
Outros (Eventual)	-	06	01	61	-	-	61	-	01
Total Expedido	-	06	01	105	-	-	105	-	01

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	122	43	37	14.008,30	7.385,19	5.788,34
Habitação Coletiva	-	01	01	-	195,52	195,52
Comercial	-	07	02	-	-	624,00
Total Expedido	122	51	04	14.008,30	10.739,53	57.559,45

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	18	25	19	2.884,75	3.218,70	2.622,51
Comercial	-	02	01	-	1.524,00	595,39
Total Expedido	18	27	20	2.884,75	4.742,70	3.217,90

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Demarcação para Alvará de Construção	Habitação Unifamiliar	2010	1.890,00	12
	Outras	2010	115,00	01
		2011	115,00	01
Cota de Soleira	Levantamento de Definições	2010	40.849,96	280
		2011	4.266,00	50
		2012	2.322,00	16
Levantamento para Carta de Habite-se		2010	11.663,00	74

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	41	5.085,19	04	209,59	04	328,61	49	5.623,39
		Habitação Coletiva	01	242,55	-	-	-	-	01	242,55
	Comercial		03	645,71	-	-	-	-	03	645,71

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Permanentes	221	223	-	221	223	223	26

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		221	-	-
Documentação Expedida	Processos Protocolados	221	204	223

Apoio Industrial e Rural

Atividade		Quantidade		
		2010	2011	2012
Sistema Viário (m ²)	Estradas recuperadas	150	-	-
Vistorias realizadas		57	-	-
Associações		13	-	-
Visitas e reuniões		169	-	-

3. Informações complementares

A Região Administrativa de Sobradinho II possui uma população urbana aproximada de 105.363 habitantes, o que representa 7,9% do total populacional do Distrito Federal, com renda familiar estimada em 9,0 e per capita de 2,5 salários mínimos, conforme PDAD 2010/2011.

Conforme dados constatados em anos anteriores, um dos pontos mais abordados e questionados pela comunidade foi o acúmulo de lixo e entulho em áreas não urbanizadas e, ainda, de obras necessárias para urbanização de áreas que ainda não tiveram a infraestrutura adequada.

Nesse sentido, a população de Sobradinho II reivindicou serviços como retirada de entulhos, poda de árvores, construção de quebra-molas, tapa-buracos, instalação de container, plantio de árvores e recuperação de estradas sem pavimento. Ademais, outros fatores relevantes foram estudados em conjunto com a comunidade para atingir seus objetivos, tais como: cultura, lazer, educação, esporte, segurança, saneamento básico, meio ambiente, dentre outros.

A Execução de eventos obteve destaque no exercício de 2012, uma vez que os recursos oriundos de Emenda Parlamentar foram alocados no orçamento com finalidade específica, portanto sendo possível sua execução apenas para tal finalidade. Dessa forma, a Administração executou essas ações na contratação de estruturas e artistas para realização dos eventos.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Há outras demandas de urbanização a serem estudadas e executadas no exercício de 2013. O Orçamento previsto para o exercício não será suficiente para a demanda atual, acarretando em necessidade de suplementações futuras.

Outras obras prioritárias, tais como a implantação de pavimentação asfáltica, de estacionamentos, recapeamento da DF-420, instalação de rede de drenagem e saneamento básico no Setor Habitacional Buritizinho, construção de rampas para a melhor acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais, construção de quadras de vôlei de areia, instalação de ciclovia e PECs em diversas localidades de Sobradinho II.

Diversas ações relacionadas à ampliação de iluminação pública estão previstas para execução em 2013.

Outras ações relacionadas à iluminação pública estão previstas para o exercício de 2013.

Diante do exposto e ainda no intuito de atender as demandas apresentadas em conjunto com a comunidade, espera-se a parceria com outros Órgãos integrantes do Governo do Distrito Federal para realização de outras obras e serviços prioritários para atender ainda melhor a comunidade de Sobradinho II.

5.27. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO – RA XXVII – UO: 11.129

A Administração Regional do Jardim Botânico, órgão integrante da estrutura básica da Administração Direta regionalizada, coordenada e supervisionada pela Casa Civil, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 3.435, de 31/08/2004, compete, por analogia com o Regimento de órgãos análogos, já que a Unidade aguarda a publicação do seu Regimento próprio, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da respectiva Região Administrativa, bem como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua Jurisdição.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	-	06	03	01	10
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	11	-	36	-	47
Requisitados	03	01			04
Outros	-	01	-	-	01
Total Geral	14	08	39	01	62

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações**PROGRAMA:****6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4088 - Capacitações de Servidores	8.000	0	0	0	-
8502 - Administrações de Pessoal	1.906.530	3.066.530	3.058.418	3.068.418	3
8798 – Administração de Pessoal - Administração Regional - Jardim Botânico	1.906.530	3.066.530	3.058.418	3.058.418	3
8504 - Concessões de Benefícios a Servidores	186.605	376.605	391.475	391.475	-
9616 - Concessões de Benefícios a Servidores - Administração Regional - Jardim Botânico	186.605	376.605	391.475	391.475	12
8517 - Manutenções de Serviços Administrativos Gerais	290.016	189.172	171.397	157.723	-
6906 – Manutenções de Serviços Administrativos Gerais - Administração Regional - Jardim Botânico	290.016	189.172	171.397	157.723	6

PROGRAMA:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 - Realizações de Eventos	30.000	0	0	0	-

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1110 - Execução de Obras de Urbanização	80.000	51.777	49.850	49.850	-
6908 - Execuções de Obras de Urbanização- Administração Regional - Jardim Botânico	80.000	51.777	49.850	49.850	10
1950 – Construção de Praças Públicas e Parques	0	150.000	0	0	-
8508 - Manutenções de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	40.000	9.394	0	0	-

Realizada a Construção de calçadas nas margens lindeiras do condomínio solar de Brasília.

PROGRAMA:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 - Realizações de Eventos	55.000	72.995	7.990	7.990	
0031 - Realização de Eventos-Culturais: Administração Regional- Jardim Botânico	55.000	72.995	7.990	7.990	9

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 - Reintegra Cidadão	101.073	536,50	0	0	

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	150.140	230.320
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	60	72
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	24	24
Remoção de entulhos	m³	-	110.400	120.898
Serviços de terraplanagem	m²	-	14.980	19.982
Roçagem manual	m²	-	16.600	22.200
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	17.276	28.400

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços

Emitidas 06 licenças durante o exercício de 2012:

- 03 Institucional para igreja (Licença Eventual);
- 02 Licenças Eventuais para comércio (Festas);
- 01 Licença Provisória para comércio (01 ano).

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	96	110	156	35.445	34.464	61.730
Total Expedido	96	110	156	35.445	34.464	61.730

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial Unifamiliar	21	23	34	7.110	7.621	11.777
Total Expedido	21	23	34	7.110	7.621	11.777

Topografia

Especificação	Ano	Área/m²	Quantidade
	2012	177.600	222
	2012	38.400	48

Elaborados os Projetos de:

reforma e ampliação do estacionamento da comercial do SMJB
reforma da Feira dos produtores.
construção das calçadas entre a DF 001 e o condomínio Solar de Brasília
cálculo das áreas dos projetos em análise para aprovação

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	198	74.685	12	4.115	01	253	211	79.053
	Comercial		01	2.880	-	-	-	-	01	2.880
	Outros		01	244	-	-	-	-	01	244

Licenças de Construção

Quantidade		
2010	2011	2012
81	45	30

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Livres		1	1		29	29	RA XXVII

Especificações		2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras		-	-	17
Fiscalização de Feiras		-	12	12
Documentação Expedida	Processos Protocolados	-	39	39

3. Informações complementares

Foram desenvolvidas algumas atividades de forma integrada com outras Regiões Administrativas sem comprometer o orçamento desta RA.

Em termos do quadro de pessoal, no exercício de 2012, em comparação com o exercício de 2010, onde aproximadamente 90% do corpo eram servidores sem vínculos com o GDF, a partir do exercício de 2011 que se iniciou uma nova reformulação da estrutura das Regiões Administrativas o que, no âmbito desta Região, até 31/12/2012 o número de servidores sem vínculo passou para aproximadamente 79%.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Tendo em vista o processo de reestruturação da Administração, bem como a dotação orçamentária voltada para despesa de custeio e investimento em torno de apenas 22% (vinte e dois por cento), algumas ações para melhor atender o complexo da Região em termos de infraestrutura de acesso para os moradores; bem como para os que desenvolvem atividades econômicas não puderam ser atendidas.

Para o exercício de 2013/2014 a Administração do Jardim Botânico procurará elevar a qualidade, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados à comunidade, retomando os projetos e ações, contribuindo com novas propostas, buscando sempre inovar e cumprir com sua responsabilidade social.

As principais necessidades para 2013 são:

- retorno da operação tapa-buraco, e poda de árvores e roçagem de mato alto;
- implantação de pequenos trechos de asfalto (ligações);
- construção de calçadas;
- construção de estacionamento na Avenida Comercial - Condomínio San Diego;
- construção de Delegacia Policial - Etapa III;
- construção de Centro de Saúde - Etapa III;
- construção de Quartel da Polícia Militar - Etapa III;
- construção de Quartel do Corpo de Bombeiros- Etapa III;
- recapeamento asfáltico das principais ruas;
- revitalização das faixas de pedestre;
- Execução da ação: Reintegra Cidadão;
- disponibilização de recursos para pequenas obras;
- reestruturação administrativa para aumento de recursos humanos com servidores efetivos e

nova modulação dos cargos comissionados, conforme setor, serviços a serem desempenhados e grau de complexidade dos mesmos.

5.28. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ – RA XXVIII – UO: 11.130

A Administração Regional do Itapoã – RA XXVIII, criada pela Lei 3.527/2005, é órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal subordinada a Casa Civil de acordo com o art. 2º, § 3º, do decreto nº 33.583, de 16/03/2012.

Tem por competência, de acordo com o decreto nº 16.247 de 29/12/1994, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua circunscrição.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	02	01	-	-	03
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	-	17	48	-	65
Requisitados Órgãos do GDF	03	-	-	-	03
Total Geral	05	18	48	-	71

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	50.000	0	0	0	
9660 – Reforma de Prédios e Próprios-Administração Regional- Itapoã	50.000	0	0	0	22
4088 – Capacitação de Servidores	15.000	2.180	2.180	2.180	
0008 – Capacitação de Servidores- Administração Regional- Itapoã	15.000	2.180	2.180	2.180	12
8502 -Administração de Pessoal	1.410.767	2.857.167	2.856.806	2.856.806	
8800 - Administração de Pessoal-Administração Regional- Itapoã	1.410.767	2.857.167	2.856.806	2.856.806	01 e 06
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	252.402	357.727	357.648	357.648	
9617 – Concessão de Benefícios a Servidores - Administração Regional- Itapoã	252.402	357.727	357.648	357.648	02,03,04,05 e 07
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	465.036	247.586	183.950	155.367	
6980 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Itapoã	465.036	247.586	183.950	155.367	013

O Órgão foi mantido: Servidores remunerados de janeiro a dezembro, benefícios concedidos a servidores, contribuição previdenciária executada. Aquisição de material de expediente, material de consumo: copa e cozinha, material esportivo, material permanente: equipamentos de informática diversos, aquisição de notebooks, ventiladores, relógio protocolador, bebedouros, ferramentas em geral. Contratação de Serviços: confecção de camisetas, serviços de locação de palco e som e divulgação sonora, confecção de faixas e banners e informativo, custeio com fornecimento de água e energia elétrica dos próprios desta RA, no intuito de facilitar e aprimorar o trabalho dos servidores, buscando maior eficiência nos procedimentos.

PROGRAMA:

6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1302 -Construção de Feiras	500.000	0	0	0	

Obra não executada por falta de área definitiva destinada a construção da Feira, visto que a cidade ainda se encontra em fase de regularização.

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1110 – Execução de Obras de Urbanização	1.021.000	3.003.068	2.663.325	1.116.318	
2816 - Execução de Obras de Urbanização	150.000	210.000	0	0	
6947 – Execução de Obras de Urbanização-Administração Regional- Itapoã	871.000	695.188	695.187	562.714	08, 11 e 19
9686 – Execução de Obras de Urbanização – Execução de Obras de Urbanização – Execução de Obras - Itapoã	0	1.000.000	999.239	0	31 a 37
9689 – Execução de Obras de Urbanização – Execução de Obras de Urbanização e Infraestrutura - Itapoã	0	147.880	147.880	80.739	28
9740 – Execução de Obras de Urbanização – Execução de Obras de Infraestrutura e Urbanização – Itapoã	0	500.000	390.264	254.782	29
9761 – Execução de Obras de Urbanização – Execução de Obras de Infraestrutura e Urbanização Na Cidade do Itapoã Implantação de Lixeiras Em Vias Públicas – Itapoã	0	150.000	146.942	146.942	27
9763 – Execução de Obras de Urbanização – Construção de Praças E Parques Públicos na Cidade do Itapoã	0	150.000	135.690	71.141	30
9764 – Execução de Obras de Urbanização – Execução de Obras de Infraestrutura e Urbanização no Cidade do Itapoã	0	150.000	148.122	0	
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajudadas	10.000	0	0	0	

Obras realizadas/em andamento: Construção da quadra poliesportiva da DF-250, construção de 1.700m² de calçadas, construção de 174 quebra molas, limpeza e gradil das bocas de lobos, implantação de bocas de lobo, aquisição e instalação de 145 lixeiras, construção de 2 praças, instalação de 720m² de defensas metálicas, instalação de 2 PEC'S, construção de estacionamento 900m², construção de campo de grama sintético, Pavimentação de ruas em concreto intertravado, revitalização de 15 paradas de ônibus, implantação de área para sanitização de hortaliças, construção de cascata ornamental na entrada da cidade, instalação de placas de endereçamento, para proporcionar maior qualidade de vida a população regional e desenvolvimento para cidade.

PROGRAMA:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2094 – Promoção de Assistência Social Comunitária	40.000	7.960	7.960	7.960	
8374 – Promoção de Assistência Social Comunitária-Administração Regional- Itapoã	40.000	7.960	7.960	7.960	18

Evento Realizado: Realização de casamento comunitário, contratação de Buffet. Objetivando promover assistência social aos cidadãos da região.

PROGRAMA:**6214 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4089 – Capacitação de Pessoas	0	100.000	0	0	

PROGRAMA:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 – Realização de Eventos	180.000	930.000	929.600	929.600	
2659 – Apoio Festa do Padroeiro do Itapoã	80.000	80.000	80.000	80.000	14
2660 - Apoio E Promoção de Atividades Culturais	100.00	440.000	440.000	440.000	23 e 25
2758 – Realização de Eventos – Apoio Evento "Circuito Cultural Radical Motorock" - Itapoã	0	150.000	149.600	149.600	24 e 26

Eventos Apoiados/Realizados: Concurso de Dança do Itapoã, Aniversário do Itapoã, Festa do Padroeiro, Feira Cultural com locação de brinquedos para as crianças, Circuito Radical Moto Rock, Projeto Jovem Cultural e o rodeio “ Brasília Rodeio Show”. Todos os eventos houve uma boa participação do Público, atendendo a expectativa dos projetos.

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 – Reintegra Cidadão	0	8.478	0	0	

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	-	11.000
Confecção de quebra molas	Unid.	-	-	174
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	-	839
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	-	60
Remoção de entulhos	m³	-	-	9.000
Serviços de terraplanagem	m²	-	-	8.000
Roçagem manual	m²	-	-	20.000
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	-	30.000

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Área Médica	-	-	1629
	Habitação, CEB, CAESB	-	-	837
	CDS/ Na hora	-	-	205
	SINE/ APEC/ CRAS	-	-	60
	Outros(Escolas, creches, etc)	-	-	95
Trabalho com Grupos	Gestantes	-	-	90
	Idosos	-	-	10
	Remoções	-	-	08
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	-	150
	Visitas a entidades assistenciais	-	-	35
	Entrega de cestas básicas	-	-	120
	Reuniões com outros órgãos	-	-	25
	Outros – Reunião Hospitalar	-	-	10
	Campanha do Câncer de mama (Rosa)	-	-	01

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	-	03	-	-	50
Teatro	-	-	04	-	-	30
Música	-	-	10	-	-	5.000
Dança	-	-	03	-	-	200
Artes Plásticas	-	-	01	-	-	50
Literatura	-	-	01	-	-	20
Eventos culturais	-	-	11	-	-	3.000

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	-	04	-	-	500
Eventos esportivos	-	-	04	-	-	500

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento								
	Provisório			Definitivo			Total		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	65
Outros (Eventual)	-	-	-	-	-	-	-	-	02
Total Expedido	-	-	-	-	-	-	-	-	67

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso		Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
		Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Institucional	*01	7.512	-	-	-	-	-	-

A Cidade encontra-se em processo de regularização fundiária, portanto não foi aprovado nenhum tipo de projeto, exceto o da *Praça da Juventude, pois a SEDHAB/TERRACAP elaborou uma NGB (Normas de Gabarito de Brasília) apropriada (Ofício nº1021/2012-GABIN E Processo: 111.0000.565/2012).

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Permanentes	-	-	1	-	-	220	DF-001

Especificações	2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras	-	-	07/12
Fiscalização de Feiras	-	-	106

3. Informações complementares

Atividades/Horta Comunitária: Apoio a Horta Comunitária com custeio de consumo de água e energia, limpeza e manutenção em geral, e ao Projeto Picasso não Pichava que utiliza as instalações da horta para desenvolver os seus projetos. Cultivo de hortaliças e coordenação da distribuição da produção as famílias carentes.

Projeto Itapoã Vida Saudável: desenvolvimento de Atividades Esportivas (atividades físicas como alongamentos acompanhados de caminhadas e corridas) com a comunidade em geral, o Projeto é de responsabilidade da Gerencia de Esporte e Lazer, onde, os encontros acontecem nos PEC'S, pela manhã, Três vezes por semana, com professores de educação física.

Aulas Grátis: Aulas gratuitas, de Karatê, Ginástica, Kickboxing e Escolinha de Futsal para, os jovens e adolescentes da comunidade. As aulas são ministradas as terças, quintas e aos sábados na Quadra Coberta.

Aniversário da Cidade: Em comemoração ao aniversário da Cidade, foi realizada uma grande Ação Social, com vários serviços gratuitos a comunidade, atração cultural com artistas da cidade e convidados, rua de lazer e oferecimento de bolo e refrigerante para os participantes.

Biblioteca: Disponibilizam livros, revistas, a toda comunidade, de forma a proporcionar o acesso a informação, atuando principalmente para diminuir as desigualdades.

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

Dificuldades encontradas: São inúmeras as dificuldades encontradas, mas, as principais são: O serviço prestado de internet, o serviço de manutenção e assistência técnica de informática, de servidores capacitados com experiência, além da baixa quantidade de servidores para atender a demanda com maior eficiência.

Problemas que interferiram na Execução dos Programas: Falta da prestação de serviço da internet para acessar os softwares institucionais e realizar os procedimentos necessários.

Perspectivas para 2013: No que se refere à competência desta Unidade e visando atender de forma efetiva a comunidade do Itapoã, que é carente em diversas áreas, espera-se que as dificuldades sejam sanadas ou pelo menos amenizadas para que se possa atingir os objetivos institucionais e atender as demandas com eficiência e gerar melhores resultados. A perspectiva para 2013 é executar obras necessárias e atividades culturais para proporcionar maior qualidade de vida, desenvolvimento humano, econômico, territorial aos moradores e visitantes da cidade. Realizar políticas públicas em consonância com as diretrizes do Governo e planejamento estratégico da Administração Regional para que os objetivos institucionais sejam alcançando de forma eficiente e gerando um resultado efetivo.

5.29. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – RA XXIX – UO: 11.131

A Administração Regional do SIA – RA-XXIX é um órgão da Administração Direta criada por meio da Lei nº 3.618, de 14/07/2005, vinculada à Casa Civil de acordo com o art. 2º, § 3º, do decreto nº 33.583. Tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	-	01	01	02	04
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	-	23	-	31	54
Requisitados	Órgãos do GDF	02	-	-	02
Outros	Estagiários	-	-	04	04
	Terceirizados (FUNAP)	-	-	04	04
Total Geral	02	24	01	41	68

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4088 -Capacitação de Servidores	37.000	0	0	0	
8502 -Administração de Pessoal	1.336.882	2.816.882	2.705.697	2.705.697	
8799 - Administração de Pessoal-Administração Regional do Setor de Ind. e Abast.- SIA	1.336.882	2.816.882	2.705.697	2.705.697	01
8504 -Concessão de Benefício a Servidores	163.606	315.876	303.126	303.126	
9618 - Concessão de Benefícios a Servidores-Administração Regional do Setor de Ind. e Abast.- SIA	163.606	315.876	303.126	303.126	02
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.075.000	530.268	271.641	266.861	
6935 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Administração Regional do Setor de Ind. e Abast.- SIA	1.045.000	530.268	271.641	266.861	03

Recursos utilizados na manutenção do órgão, no que se refere à administração de pessoal. Objetivo é manter o órgão funcionando para atendimento da comunidade local.

Pagamento do aluguel do edifício sede desta Administração Regional, de serviço de energia elétrica, de água e esgoto, aquisição de material de consumo e permanentes, pagamento referente à prestação de serviços indispensáveis ao funcionamento desta Administração Regional.

PROGRAMA:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	400.000	50.000	5.730	5.730	
0033 - Realização de Eventos-Esportivos: Administração Regional do Setor de Ind- SIA	400.000	50.000	5.730	5.730	20

Apoio na realização do 52º aniversário do SIA.

PROGRAMA:

6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	80.000	388.327	234.754	0	
6934 - Execução de Obras de Urbanização-Administração Regional do Setor de Ind. e Abast.- SIA	80.000	388.327	234.754	0	18
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	310.000	10.000	0	0	

Execução de obras de urbanização da Administração Regional do SIA, valor referente à construção de dois pontos de apoio a taxistas.

PROGRAMA:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1763 -Ampliação da Rede de Iluminação Pública	25.000	0	0	0	

PROGRAMA:**6217 – SEGURANÇA PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4031 -Monitoramento por Câmera de Vídeo	150.000	150.000	0	0	

PROGRAMA:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 - Realização de Eventos	200.000	0	0	0	

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2426 -Reintegra Cidadão	150.119	85.932	32.601	22.131	
8418 - Reintegra Cidadão- Administração Regional Do Setor de Ind. e Abast.- SIA	150.119	85.932	32.601	22.131	15

Contratação de 06 apenados junto à FUNAP, para prestar serviços nesta Administração Regional.

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminação das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m³	-	-	66.000,00
Confecção de quebra molas	Unid.	-	-	08
Desobstrução de bocas de lobo	Unid.	-	-	10
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	-	36
Recuperação de calçadas	m²	-	-	06
Reforma de equipamentos públicos	Unid.	-	-	01
Transporte de material apreendido	Viag.	-	-	40
Capina, varrição e rastelagem	m²	-	-	95
Remoção de entulhos	m³	-	-	52.200
Reposição de meios-fios	Unid.	-	-	95.040
Serviços de terraplanagem	m²	-	-	215.00
Roçagem manual	m²	-	-	23.100
Serviços de roçagem mecânica	m²	-	-	28.600

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Habitação, CEB, CAESB	-	01	01
Trabalho com Grupos	Gestantes	-	03	03
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	02	05
	Visitas a entidades assistenciais	-	01	03
	Entrega de cestas básicas	-	200	300

Áreas	Quantidades		
	2010	2011	2012
Reuniões com outros órgãos	-	15	30

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Teatro	-	-	3	-	-	1.000
Música	-	-	4	-	-	3.000
Dança	-	-	1	-	-	500

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	-	02	01	-	1.000	1.000
Eventos esportivos	-	01	01	-	700	900

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento							
	Provisório			Definitivo			Total	
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2012
Comercial	-	-	-	-	161	214	-	-
Outros (Eventual)	-	05	04	-	-	-	-	-
Total Expedido	-	05	04	-	161	214	-	-

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Industrial	-	01	-	-	9.660,08	-
Comercial	-	38	25	-	86.455,86	110.978,82
Outros	-	03	-	-	-	-
Total Expedido	-	42	25	-	96.115,94	110.978,82

Carta de Habite-se

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Comercial	-	18	25	-	120.220,37	13.022,64
Total Expedido	-	18	25	-	120.220,37	13.022,64

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Cota de Soleira	Levantamento de definições	2011	23.957,61	12
		2012	23.332,10	17
Elaboração de Croquis de Cadastro		2011	126.831,11	25
		2012	578.589,12	224
Levantamento para Carta de Habite-se		2011	2.967,61	03
		2012	23.325,10	13

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso		Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
		Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Comercial	16	56.484,98	09	34.516,86	01	992,80	-	-
Misto	Outros: Modificação (D)	-	-	-	-	10	22.539,88	36	114.534,49

Administração de feiras, bancas e terminais rodoviários

Especificações	Quantidade			Nº de Boxes			Localização
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	
Feiras Permanentes	-	-	-	-	01	171	SIA

Especificações	2010	2011	2012
Recadastramento de Feiras	-	01	01

Bancas de Jornais e Revistas

Especificação	2010	2011	2012
Bancas de Jornais e Revistas definitivas	-	04	04

5.30. REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES – RA XXX – UO: 11.133

A Administração Regional de Vicente Pires – RA-XXX é um órgão da Administração Direta criada através da Lei n.º 4.327 de 26 de maio de 2009, Tem por competência, de acordo com o decreto nº 16.247 de 29/12/1994(Regimento Interno), representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação.

O Governo do Distrito Federal passou por alterações na estrutura administrativa em janeiro de 2007 e, hoje, as Administrações Regionais são coordenadas pela Casa Civil de acordo com o art. 2º, § 3º, decreto nº 33.583 de 16/03/2012.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	03	01	02	01	07
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	24	-	26	-	50
Requisitados	02	-	02	-	04
Outros	-	01	-	02	03
Total Geral	29	02	30	03	64

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4088 -Capacitação de Servidores	40.000	5.504	5.503	5.503	
0009 - Capacitação de Servidores - Administração Regional- Vicente Pires	40.000	5.503	5.503	5.503	3
8502 -Administração de Pessoal	1.969.287	2.939.287	2.929.709	2.929.709	
8801 - Administração de Pessoal-Administração Regional- Vicente Pires	1.969.287	2.939.287	2.929.709	2.929.709	5 e 25
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	247.478	347.478	333.684	333.684	
9619 - Concessão de Benefícios A Servidores - Administração Regional- Vicente Pires	247.478	347.478	333.684	333.684	6, 15 e 16
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	433.636	159.811	116.032	116.032	
8680 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais- Administração Regional- Vicente Pires	433.636	159.811	116.032	116.032	1 e 2

Foram realizados cursos de capacitação de servidor em pós graduação, curso de capacitação do regime disciplinar à luz do novo estatuto dos servidores. Todos os cursos foram feitos para aperfeiçoamento e qualificação dos servidores da RAXXX.

Foram realizadas compras de materiais de consumo, permanente (ar condicionado ,guilhotina, perfurador e impressora) e os serviços prestados por terceiro para manutenção da Administração Regional de Vicente Pires.

Aproximadamente 99,7% dos valores autorizados foram empenhados demonstrando que as metas foram quase totalmente alcançadas, os servidores mais qualificados para desempenhar suas funções e a comunidade beneficiada na qualidade do atendimento.

PROGRAMA:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1745 -Construção de Quadras de Esportes	150.000	0	0	0	

PROGRAMA:**6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1110 -Execução de Obras de Urbanização	1.107.108	778.891	401.805	249.635	
2817 - Execução de Obras de Urbanização	350.000	227.000	226.811	74.641	8 e 27
8115 - Execução de Obras de Urbanização- Administração Regional- Vicente Pires	557.180	201.891	174.994	174.994	10,17,18, 19 ,21, 22, 23,24 e 28
3902 -Reforma de Praças Públicas e Parques	150.000	0	0	0	
8508 -Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	90.000	71.444	34.921	34.921	
8671 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas- Administração Regional- Vicente Pires	90.000	71.444	34.921	34.921	4

Foram executados 1.480 m² de passeios em concreto na rua 07 em Vicente Pires/DF, 205 m² de cobertura em estrutura metálica, 45 m² de calçadas em concreto, 115 m² de grade de proteção na feira do produtor em Vicente Pires.

Executadas 1.260 m² de pavimentação asfáltica na Colônia Agrícola Samambaia Chácara 03 bloco “B” em Vicente Pires/DF, e estudos e projetos de engenharia e arquitetura para a Administração Regional de Vicente Pires.

Realizada compras de material (areia, caibros, telha, adaptadores, pedra marruada, fechaduras, reator, tinta, cabo, mangueira, trincha, rolo de espuma, forro pvc, lâmpada, caixa de descarga, torneira, carrapeta, brita, tubo de esgoto, ferro para construção e cimento) para manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas na RAXXX.

Aproximadamente 51,94% dos valores autorizados foram empenhados. O planejamento do exercício de 2012 ficou bastante prejudicado devido a diversas trocas na diretoria de obras. Consequentemente alguns projetos que foram planejados anteriormente não foram executados. A RA XXX enfrentou inúmeras dificuldades de infraestrutura, pois trata-se de uma região administrativa recém-criada dependendo ainda de regularização ambiental e fundiária. Com isso a maioria dos projetos de grandes obras que poderiam ser executados fica prejudicada devido à falta de licença ambiental e do projeto de urbanismo da região que é de fundamental importância para definir as regras de edificações na cidade.

PROGRAMA:**6209 – ENERGIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1763 –Ampliação da Rede de Iluminação Pública	25.000	14.374	0	0	
1836 -Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	22.820	11.410	0	0	

PROGRAMA:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4090 – Apoio a Eventos	0	5.000	0	0	

2. Outras Realizações**Serviços de manutenção e recuperação**

Discriminações das Obras	Unid.	Quantidade		
		2010	2011	2012
Operação tapa-buraco	m ³	-	400t	490t
Confecção de quebra molas	Unid.	-	-	8
Reposição de tampas de PV e boca de lobo	Unid.	-	-	15
Recuperação de calçadas	m ²	-	-	68
Capina, varrição e rastelagem	m ²	-	-	260
Remoção de entulhos	m ³	-	-	280t
Reposição de meios-fios	Unid.	-	-	1.746
Serviços de terraplanagem	m ²	-	-	25.000

Promoção e Assistência Social

Áreas		Quantidades		
		2010	2011	2012
Encaminhamento	Habitação, CEB, CAESB	-	-	567
	SINE/ APEC/ CRAS	-	-	9
	Outros (Escolas, creches, etc)	-	-	122
Trabalho com Grupos	Gestantes	-	-	12
	Idosos	-	-	14
	Remoções	-	-	1
Outras Atividades de desenvolvimento Social	Visitas a pessoas carentes	-	-	300
	Entrega de cestas básicas	-	-	100
	Reuniões com outros órgãos	-	-	5

Ações Culturais**Educação e Cultura**

Cultura						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Cinema	-	-	1	-	-	500
Teatro	-	-	3	-	-	3.000
Música	-	-	3	-	-	10.000
Eventos culturais	-	-	5	-	-	3.000
Outros eventos	-	-	3	-	-	1.800

Esporte e lazer

Desporto e Lazer						
Setor	Quantidade			Público presente		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Lazer	13	2	3	60.000	10.000	200
Eventos esportivos	3	2	2	2.000	2.000	680
Outros	-	2	-	-	10.300	-

Análises, exames, licenciamentos e outros serviços.**Licenciamento de Atividades Econômicas**

Setor	Alvará de Funcionamento							
	Provisório			Definitivo			Total	
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011
Comercial	2	15	225	-	-	-	2	15
Industrial	-	-	1	-	-	-	-	-
Total Expedido	2	15	226	0	0	0	2	15

Obs. Trata-se de região não regularizada por isso não tem condições de emitir alvarás definitivos.

Alvará de Construção

Setor	Quantidade			Área (m²)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Residencial unifamiliar	27	9	3	7.421	2.142	789
Comercial	15	4	1	22.230	2.276	1.150
Total Expedido	42	13	4	29.651	4.418	1.939

Topografia

Especificação		Ano	Área/m²	Quantidade
Elaboração de Croquis de Cadastro		2010	-	-
		2011	-	57
		2012	-	21

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos – 2012

Característica do Uso			Projetos Novos (A)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C)	
			Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	04	1.164	-	-	-	-	04	1.164
	Comercial		1	1.150	-	-	-	-	1	1.150

Apoio Industrial e Rural

Atividade		Quantidade		
		2010	2011	2012
Associações		1	1	1

3. Informações complementares

O planejamento da RA XXX ficou prejudicado devido ao fato de tratar-se de uma Administração recém-criada e cidade ainda não regularizada. Em 2012, houve várias trocas na diretoria de obras e com isso, inúmeras dificuldades de infraestrutura. Consequentemente a maiorias metas não foi cumprida dentro do orçamento proposto.

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

Falta de infraestrutura necessária para a qualidade na prestação dos serviços, como exemplo: falta de máquinas e equipamentos para atender a demandada cidade. Neste ano houve treinamento para os servidores, no entanto ainda muito abaixo do necessário. Os servidores carecem de aperfeiçoamento por meio de cursos de treinamento/reciclagem para qualificar a mão-de-obra para o melhor desempenho de atendimento ao público, informatização e digitalização para melhor rapidez/encaminhamento de documentos, processos, etc. Quanto aos recursos materiais para atender a demanda, diante da insuficiência de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, continuam as dificuldades na área da Diretoria de Obras.

Espera-se para o próximo ano a regularização da Região de Vicente Pires, com isso há a possibilidade de arrecadar mais recursos financeiros para aplicar na infraestrutura da cidade com aquisição de novas máquinas e equipamentos para atender aos serviços inerentes à Diretoria de Obras e Diretoria de Serviços e outros equipamentos de interesse das unidades desta RA-XXX. Esse processo é fundamental para dar continuidade ao crescimento da cidade, e com isso dar uma melhor qualidade de vida para a população.

Que os recursos financeiros vindouros continuem sendo plenamente utilizados para melhorar a cidade e a qualidade de vida da população.

5.31. ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL – ArPDF – UO: 11.134

O Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF foi criado há 27 anos, pelo Decreto nº. 8.530/1985, com a finalidade de recolher, preservar e garantir proteção especial aos documentos arquivísticos, como elementos de prova e instrumentos de apoio ao planejamento, à administração, à cultura, à história e ao desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas aos interesses do governo e da comunidade. A partir da publicação da Lei nº. 2.545/2000, o Arquivo Público recebe novas atribuições, tornando-se responsável, também, pela orientação técnica e treinamento de servidores, para a gestão de documentos de arquivo nos órgãos da administração direta e indireta do GDF, enquanto órgão central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal – SIARDF. Sua missão institucional é harmonizar a gestão dos documentos de arquivo no GDF e facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público distrital. Nesse sentido, para serem recolhidos ao ArPDF, os acervos documentais deverão estar organizados, avaliados, higienizados, acondicionados e acompanhados de instrumento descritivo que permita a sua identificação. No desenvolvimento das suas atividades, o ArPDF conta com a imprescindível participação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSAD, conforme os preceitos dos Decretos Distritais nº. 24.204/2003 e 24.205/2003 e as normas do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.

Desde a sua criação, como órgão relativamente autônomo, o ArPDF esteve vinculado à Secretaria de Cultura do GDF, depois, por um breve tempo, à Secretaria de Governo. Atualmente, está subordinado à Secretaria de Estado da Casa Civil do DF (Decreto nº 33.583/2012), e o seu principal desafio estratégico é a efetiva implantação do Sistema de Arquivo do Distrito Federal - SIARDF, nos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal. Nesse Governo, o ArPDF está realizando as seguintes macrometas prioritárias:

- I. Criar condições adequadas para a preservação da documentação histórica;
- II. Constituir um quadro de servidores qualificados em Arquivologia, História, Biblioteconomia, Tecnologia da Informação e Gestão Pública;
- III. Definir a melhor personalidade jurídica do ArPDF, garantido-lhe maior autonomia administrativa e financeira, contribuindo para a atualização da legislação arquivística do Distrito Federal e corrigindo a estrutura organizacional do órgão, para fortalecer a realização das suas atribuições regimentais;
- IV. Restaurar, descrever e digitalizar todos os documentos históricos de Brasília, para disponibilizá-los em um portal virtual na Internet;
- V. Implantar um sistema de arquivos atualizado, eficiente e eficaz para a gestão documental, integrado com as políticas de acesso, transparência e de tecnologia da informação do Governo do Distrito Federal;
- VI. Formar os professores da rede pública de ensino em História do Distrito Federal e História Local, para uso de documentos de arquivo e produção de materiais pedagógicos para uso em sala de aula (exposições físicas e virtuais, livros, álbuns, jogos, audiovisuais etc.); e
- VII. Descentralizar alguns dos serviços prestados pelo ArPDF em cada Administração Regional, facilitando o acesso ao acervo documental histórico local e a incorporação de documentos privados de interesse público para as comunidades, por meio das Casas da Memória. Metas a serem realizadas em cooperação com as unidades do GDF e com a efetiva integração nas redes de memória, pesquisa e educação do Distrito Federal e da RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	02	04	03	04	13
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	11	-	-	06	17
Requisitados	0	0	05	01	06
Outros	-	01	-	02	03
Subtotal (Força de Trabalho)	13	05	08	13	39
(+) Cedidos para outros órgãos	07	-	-	-	07
Total Geral	20	05	08	13	46

Obs.: Posição em 31/12/2012.

Segundo um estudo realizado ainda no final dos anos 80, o Arquivo Público do DF deveria possuir cerca de 120 servidores em seu quadro de pessoal. Ao longo dos seus 27 anos, a equipe nunca foi superior a 60 servidores. E em apenas alguns períodos pode contar com a presença de historiadores e arquivistas. O Arquivo hoje possui apenas 36 servidores. Dentre esses, apenas 3 arquivistas e 4 historiadores. E a quantidade de documentos produzidos e acumulados nos mais de 100 órgãos do GDF aumenta cotidianamente.

Uma das macrometas do Arquivo Público é a formação de um corpo técnico qualificado, por meio de um concurso específico para o órgão, com ênfase em sua atividade finalística.

1. Realizações

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

OBJETIVO GERAL:

Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
13.391 – Gestão de Procedimentos Arquivísticos Implementação do SIAR/DF	35.000	-	-	-	11
1329 – 0004 – Gestão de Procedimentos Arquivísticos Implementação do SIAR/DF	35.000	-	-	-	9
13.391 – 0001 – Modernização da Biblioteca –SAI	17.000	3.950	3.950	3.950	10

OBJETIVO ESPECÍFICO:

010 – Gerenciar, pesquisar e divulgar a documentação produzida e de caráter histórico, promovendo a memória relacionada ao Distrito Federal e à Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE

Indicadores

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Tratamento técnico de documentos textuais	M	-	-	Bimestral	150	300	500	800	Arquivo Público do DF
Conservação preventiva de acervos textuais	M	-	-	Bimestral	150	300	500	800	Arquivo Público do DF
Pesquisa sobre a História do Distrito Federal e RIDE	Unidade	-	-	Bimestral	10	20	30	40	Arquivo Público do DF
Atendimento com orientações técnicas aos órgãos do GDF	Unidade	-	-	-	20	40	60	96	Arquivo Público do DF
Publicação de material paradidáticos, científicos e institucional	Unidade	-	-	-	4.000	8.000	16.000	20.000	Arquivo Público do DF
Implantação de Centros de Memórias nos órgãos do GDF	Unidade	-	-	-	15	30	45	66	Arquivo Público do DF

A divulgação jornalística evidenciou ao longo do ano de 2012 as diversas realizações do Arquivo Público do Distrito Federal, dentre elas as suas pesquisas, que visam reconstruir a história do DF, preenchendo lacunas e colocando em diálogo as fontes textuais, fotográficas, fílmicas e bibliográficas, além dos relatos orais disponíveis no acervo do ArPDF. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes atividades, conforme as macrometas do Plano Estratégico 2011 – 2014.

Gestão Estratégica do Arpdf

Macrometa 1 – Infraestrutura: Criar condições adequadas para a preservação da documentação histórica:

- Realizadas reuniões técnicas para discussão do projeto arquitetônico para a sede do ArPDF;
- Realizado um levantamento de edificações com características adequadas para a instalação do ArPDF como possível alternativa para a sede do ArPDF;
- Realizado um registro fotográfico do terreno do ArPDF no Setor Cultural, entre a Funarte e o Centro de Convenções.

Macrometa 2 – Gestão de Pessoas: Constituir um quadro de servidores qualificados para o

ArPDF:

- Contratação do Assessor de Comunicação;
- Contratação do Coordenador da Coordenadoria de Biblioteca;
- Contratação do Coordenador da Coordenadoria de Arquivos;
- Contratação do Gerente da Gerência de Orientação Técnica;
- Contratação do Gerente da Gerência de Capacitação e Normatização;
- Contratação de dois Assessores de Gabinete;
- Contratação do Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças;
- Contratação do Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio;
- Contratação do Gerente de Conservação e Restauro.

Macrometa 3 – Marco Regulatório: Definir a melhor personalidade jurídica do ArPDF e atualizar a legislação arquivística do DF:

– A minuta do decreto para atualização do Regimento Interno do ArPDF está sendo elaborada pela Assessoria Jurídica do ArPDF. Sua finalidade é adequá-lo à nova reestruturação organizacional, aprovada com a publicação do Decreto nº. 33.201, de 16 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação administrativa da Secretaria de Estado de Governo do DF e o Decreto nº. 33.583, de 16 de março de 2012, que altera o Decreto no. 32.716, de 1º de janeiro de 2012, vinculando o ArPDF à Casa Civil do GDF;

– Os estudos para a revisão da personalidade jurídica do Arquivo Público têm como objetivo apontar, em 2013, qual será o melhor relação jurídica entre o Arquivo Público, o governo e a sociedade;

– Foi realizado um levantamento e análise da legislação arquivística do DF, a fim de subsidiar estudos que visem a elaboração de propostas de instrumentos normativos e legais para a atualização do marco regulatório do Sistema de Arquivos do GDF, especialmente a partir da Lei de Acesso à Informação;

– Foi realizado um estudo comparativo sobre a evolução organizacional dos serviços de atendimento ao cidadão e de gestão do acervo bibliográfico do ArPDF, abrangendo os decretos de 1985, 1998, 2000 e 2011, bem como a descrição das competências e rotinas da Coordenação de Biblioteca e da Gerência de Atendimento ao Cidadão, criadas como unidades organizacionais em 2011.

Macrometa 4 – Arquivo Digital: Restaurar, descrever e digitalizar todos os documentos:

– Teve início a digitalização de cerca 4.500 cartazes herdados da extinta Fundação Cultural do Distrito Federal e a migração de mídias obsoletas para acetatos mais modernos, além da produção de cópias de segurança e elaboração de guia do acervo de filmes e fotografias. Ainda por meio da Gerência de Acervo Audiovisual, a organização, listagem e identificação do acervo de filmes em película;

– Foi elaborado um plano de trabalho para a digitalização do acervo da Biblioteca do ArPDF, articulando-se com o Projeto de Biblioteca Digital de Brasília, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação do DF;

– Iniciaram-se as atividades de digitalização de documentos históricos, em parceria com as seguintes instituições e acervos privados:

- a) Arquivo Histórico de Goiás;
- b) Fórum da Comarca de Planaltina – Goiás;
- c) Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro;
- d) Museu de Astronomia – MAST – Rio de Janeiro;
- e) Família do Sr. Hastimphilo de Moura – Engenheiro que participou da Comissão Cruls – 1892;
- f) Mapoteca do Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores – Palácio do Itamaraty – Rio de Janeiro;
- g) Arquivo Histórico do Exército;
- h) Casa da Cultura de Luziânia Rui Carneiro – Goiás;
- i) Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central – IPEHBC – Goiás;
- j) Gazeta de Uberaba – Acervo particular de Arnaldo Rosa Prata – São Paulo;
- k) Gelmires Reis – Publicações - Acervo particular sob tutela do filho do historiador, Sr. Antônio Reis – Brasília;
- l) Prefeitura de Formosa.

Para dar maior agilidade aos pesquisadores e demais interessados em acessar os acervos sob custódia do Arquivo Público do Distrito Federal o ArPDF, a Coordenação de Arquivo Permanente criou “Centro de Reprodução Digital”.

O novo site do ArPDF será lançado no dia 1 de março de 2013, com versões em Português, Inglês e Espanhol, bem como uma conjunto significativo de fotos e filmes históricos.

Macrometa 5 – Implantação do SIARDF: Implantar um Sistema de Arquivos atualizado, eficiente e eficaz:

- Foram realizadas 30 visitas técnicas às Administrações Regionais, para que o ArPDF pudesse conhecer a realidade da gestão de documentos nessas unidades e convidar servidores para participação no Curso de Gestão Documental Aplicada, no segundo semestre de 2012. Também foi importante conhecer as instalações de todas as administrações, notadamente os seus arquivos e protocolos;

- Capacitação de 67 servidores das Administrações Regionais do GDF, por meio do Curso de Gestão Documental Aplicada. Foram ministrados cursos temáticos sobre legislação e técnicas arquivísticas, eliminação documental, classificação, arquivo permanente e preservação documental, entre outros, totalizando 50 horas-aula conforme cronograma apresentado. Os encontros foram pontuados por exercícios e trabalhos. Como resultado do curso realizado, 22 projetos de organização de documentos foram apresentados pelas Administrações regionais;

- O curso de Gestão documental Aplicada ministrado para os servidores das Administrações Regionais, com a participação de 97 servidores e com a entrega de certificado a 67 servidores, foi uma experiência muito animadora, pois houve uma troca de experiências e saberes, com os servidores contextualizando a situação dos documentos de arquivo nas ARs e firmando parceria com a Coordenação de Arquivos do ArPDF, a qual teve a oportunidade de passar as orientações técnicas para a gestão documental de forma coletiva. No entanto enfatizamos que o término do curso é o início de uma longa caminhada para organizar os acervos das administrações regionais, agora com os servidores na condição de ter dúvidas mais qualificadas, possibilitando daqui pra frente uma atuação melhor do ArPDF na orientação dos mesmos, para a realização da gestão documental dentro das técnicas arquivísticas. Será necessário que os administradores regionais apoiem os servidores dos serviços de protocolo e arquivo, para que possam aplicar os conhecimentos adquiridos, disponibilizando os recursos necessários para a execução dos seus projetos. Também, será necessário que a Coordenação de Arquivo do ArPDF seja fortalecida, com a contratação de mais arquivistas para completar o seu quadro, conforme previsto no organograma atual, e que tenha orçamento suficiente para a impressão de material didático, de certificados e o material de consumo para os eventos de formação, como lápis, borracha, papel A3;

- Foram realizadas atividades de orientação técnica para a Criação de Comissões Setoriais de Avaliação Documental, visando iniciar ou dar continuidade à ações voltadas para o fortalecimento da gestão documental no GDF. Essas atividades resultaram na formação de 26 (vinte e seis) Comissões Setoriais de Avaliação documental previstas em lei e que é o início da conscientização da necessidade de realizar a gestão documental de acordo com as técnicas arquivísticas, imprescindível para promover a organização, recuperação e preservação da memória documental do Distrito Federal.

Macrometa 6 – Formação de Professores: Formar os professores da rede pública de ensino em História do Distrito Federal:

- Realizado o Curso “Brasília: 10 Mil Anos de História”, cujo objetivo é estudar a ocupação do território do Distrito Federal desde a chamada pré-história até a inauguração da nova capital. O curso teve como abordagem prática a visita a Formosa, Planaltina e Luziânia e explicações sobre as primeiras obras da construção e o plano urbanístico do Plano Piloto.

Macrometa 7 – Casa da Memória: Descentralizar os serviços prestados pelo ArPDF em cada Administração Regional:

- Foram realizados vários “Chás da memória”, que são encontros promovidos com pioneiros de Brasília com o intuito de resgatar histórias da cidade, em: Brazlândia (29/06); Corpo de Bombeiros Militar do DF (22/08); Cruzeiro (18/10); Núcleo Bandeirante (19/10); e Samambaia (27/10);

Foram organizadas Exposições Temáticas que evocam a História de Brasília e as cidades do Entorno. Assim, ao longo de 2012, cinco grandes eventos do gênero foram realizados no DF:

- Exposição “*Brasília: Memória da Construção*” em comemoração ao Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Essa exposição foi exibida no Foyer do Teatro Nacional e na Câmara Legislativa do DF;

- Exposição “*Mulheres: Cotidiano e Violência na Construção de Brasília – Ocorrências Policiais 1957/1958*” – produzida em comemoração ao mês da mulher (março de 2012);

- Exposição “*Brasília de Madeira: memória da construção do Catetinho*” – produzida para Reabertura do Museu do Catetinho, em 20/04/2012, a partir de pesquisa documental e de campo com trabalhadores da cidade de Araxá – MG, que participaram na construção do Catetinho. Essa exposição é permanente no espaço, sendo uma das atrações para a visitação de turistas;

– Exposição “*Taguatinga: Fragmentos de Memórias*” – realizada a partir de fotos e depoimentos orais transcritos dos pioneiros da cidade. Em 2013, essa mostra será itinerante pelas escolas públicas de Taguatinga;

– Exposição “*O Cruzeiro também é Patrimônio Cultural da Humanidade*” – produzida como exposição permanente para a Casa da Memória do Cruzeiro, instalada no Centro Cultural Rubem Valentim em novembro de 201;

– Exposição “*Imagens do Corpo de Bombeiros Militar do DF*”, instalada desde 04/ 12 no Museu Histórico, localizado na Academia do CBM-DF. Desse projeto nasceu uma parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do DF, com previsão de lançamento em 2013, para a implantação do Programa de História Oral da instituição.

Em novembro de 2012, foi criada, na Administração Regional do Cruzeiro, dentro das comemorações de 25 anos de tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, a primeira “Casa da Memória” do DF, espaço que visa descentralizar algumas dos projetos e ações do ARPDP.

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
8502 – Administração de Pessoal	2.408.764	2.948.764	2.902.637	2.902.637	1 e 2
6003 – Administração de Pessoal do Arquivo Público do Distrito Federal	2.408.764	2.948.764	2.902.637	2.902.637	1
8759 – Contribuição Patronal Para o RPPS	219.311	191.654	192.653	192.653	2
8517 – Manutenção de Serviços Adm. Gerais	230.000	159.666	142.841	141.655	3 e 4
9666 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais do Arquivo Público do Distrito Federal	230.000	159.666	142.841	141.655	3 e 4
4088 – Capacitações de Servidores do Arquivo Público do DF	10.000	7.040	2.960	2.960	4
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	130.000	150.000	143.898	143.898	2,8 e 9
9578 – Concessão de Benefícios aos Servidores Arquivo Público do Distrito Federal	130.000	150.000	143.898	143.898	2,8 e 9
2426 – Reintegra Cidadão do Arquivo Público do DF	12.000	12.000	-	-	3
2426 – 8425 – Reintegra Cidadão do Arquivo Público do DF (Orçamento Bloqueado)	12.000	12.000	-	-	3

PROGRAMA:

6219 – CULTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2463 – Divulgação da História do Distrito Federal	122.000	165.249	138.675	135.101	10 e 11
0004 – Divulgação da História do Distrito Federal	122.000	165.249	138.675	135.101	10 e 11
2465 – Preservação da Memória Documental do Distrito Federal	25.000	-	-	-	5
0006 – Preserções Da Memória Documental, Filme Gráfica e Digitalização Do Distrito Federal (Bloqueado o orçamento)	25.000	-	-	-	5
2467 – Pesquisa Sobre a História do Distrito Federal	25.000	9.518	5.446	5.446	6
0003 – Pesquisa Sobre A História do Distrito Federal	25.000	9.518	5.446	5.446	6

PROGRAMA ESPECIAL:**9050 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DO ArPDF****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
28.846 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições do Arquivo Público do DF	10.000	10.000	7.220	7.220	7
0001 – 7037 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições do Arquivo Público do DF	10.000	10.000	7.220	7.220	7

3. Informações complementares**Atividades Complementares às Macrometas do Arpdf**

Com a finalidade de dinamizar e otimizar a imagem do Arquivo Público a Assessoria de Imprensa do órgão tem efetivado inúmeras atividades com o apoio das mídias sociais como facebook, twitter e um no site. Todas as notícias referentes às ações das coordenações têm sido divulgadas, sistematicamente, nesses três veículos, assim como publicações em jornais, sites e televisão, com uma média de uma matéria por mês na mídia;

A nova administração do Arquivo Público do Distrito Federal constatou a necessidade de identificar e localizar fontes que permitam a compreensão da história da nova capital dentro de uma perspectiva de história longa, de tal forma a conhecer o complexo contexto cultural das cidades e fazendas da região escolhida para a construção da capital. A capital não é construída num sertão vazio, mas em um cadinho cultural de séculos de socialização. Toda atividade desempenhada dentro dessa perspectiva faz parte do projeto “Documentos Goyaz”, tais como: (1.1) viagens a Uberaba, Formosa e outras cidades do entorno de Brasília como Planaltina de Goiás e Gama, para a pesquisa e recolhimento de documentos referentes ao surgimento do Distrito Federal; (1.2) a pesquisa e recolhimentos de documentos inéditos sobre a Comissão Cruls; (1.3) a organização do guia documental da Cartografia Histórica, com cerca de 50 mapas referentes à formação do DF, com a expectativa de que este valioso trabalho de pesquisa seja editado em 2013 para atendimento aos interessados; e (1.4) a cooperação técnica para pesquisa e organização documental com o Museu de Astronomia e Ciências Afins, com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, com o Instituto de Pesquisas e estudos Históricos do Planalto Central, a PUC Goiás e o Centro de Documentação da Universidade Federal de Goiás.

Nota-se certa carência no que se refere à visualização espacial das informações históricas sobre Goiás, dificultando uma adequada apreensão dos acontecimentos históricos relativos à região em que se criou o Distrito Federal. Além disso, a distância da capital brasileira das importantes mapotecas nacionais, geralmente dificulta o acesso à cartografia histórica da região Centro-Oeste. Para tentar superar essas carências o Arquivo Público do Distrito Federal criou o Núcleo de Cartografia Histórica. O objetivo é possuir a reprodução impressa das cartas sobre Goiás que se encontrem em toda e qualquer instituição pública ou privada do Distrito Federal, das cidades do Entorno, especialmente dos municípios de Planaltina, Luziânia e Formosa em cujo território o Distrito Federal foi constituído, bem como das cartas custodiadas por mapotecas de outros Estados de Federação Brasileira que a instituição considera de relevância para a compreensão histórica dos antecedentes da região que hoje agrega o território do Distrito Federal. Num primeiro momento foram localizadas importantes instituições que possuíam mapotecas e inventariados os mapas históricos relativos à Goiás. Num segundo momento foram solicitadas reproduções digitais dos mapas históricos. Atualmente o Núcleo já conta com cartas históricas de Goiás do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Histórico do Exército, Biblioteca Nacional, Mapoteca do Itamaraty, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Fórum da Comarca de Planaltina – GO, além de vários outros sugeridos por pesquisadores. Os mapas foram impressos e estão também à disposição dos pesquisadores em formato digital.

Para atender aos pesquisadores de História de Brasília e subsidiar as atividades técnicas do ArPDF, foi iniciada a implantação da Coordenação de Biblioteca, criada na última reestruturação organizacional. Para planejar o seu funcionamento, foi realizado o levantamento de dados sobre a situação atual do acervo, com preenchimento de planilha e fotografia, a fim de embasar a elaboração de um projeto para implantação dos serviços de acervo bibliográfico especializado em História de Brasília e em Arquivologia. Também estão sendo selecionadas diversas publicações que serão adquiridas para a Biblioteca do ArPDF, assim como a realização de um levantamento obras de interesse, que encontram-se em acervos públicos e privados. Foi iniciada a destinação de documentos repetidos constantes do acervo do ArPDF;

Foi realizado o levantamento de parâmetros para o desenvolvimento de um banco de dados para os registros das pesquisas registradas na Gerência de Atendimento ao Cidadão, e para o controle

efetivo da reprodução de documentos em formato digital, atendendo às solicitações dos pesquisadores, com vistas à utilização para vários fins;

Pesquisas Realizadas na Gerência de Atendimento ao Cidadão do Arpdf

Mês	Qtde.	Assuntos e Documentos Mais Pesquisados
Janeiro	18	Imagens (fotos), depoimentos orais e digitalizações diversas Assunto: Construção de Brasília
Fevereiro	24	Imagens (fotos) Assunto: Construção de Brasília, Catetinho, educação no DF
Março	46	Imagens (fotos) e digitalizações diversas Assunto: Construção de Brasília, Invasões do DF, Obras de Oscar Niemeyer
Abril	39	Imagens (fotos), depoimentos e digitalizações diversas (plantas e livros) Assunto: Catedral, Inauguração de Brasília, Os Palácio (Alvorada e do Planalto).
Maio	75	Imagens (fotos), depoimentos e digitalizações diversas (plantas e livros) Assunto: Construção de Brasília, Catedral, os palácios
Junho	34	Imagens (fotos), filmes, doação de material para entidades e pessoas interessadas. Assunto: Brasília, Escola Parque
Julho	40	Imagens (fotos), digitalizações diversas e depoimentos orais Assunto: Imagens de Brasília , utilização das fotos em filmes e documentários
Agosto	37	Imagens (fotos), digitalizações diversas e depoimentos orais Assunto: Imagens de Brasília, Missão Cruls, Festival de Cinema , Unb
Setembro	33	Imagens (fotos), Assunto: Imagens de Brasília, Missão Cruls, Imagens da Candangolândia, Taguatinga
Outubro	58	Imagens (fotos), digitalizações (plantas) Assunto: Imagens dos palácios Alvorada e do Planalto, Construção e inauguração de Brasília, Catedral.
Novembro	38	Imagens (fotos) Assunto: Obras de Oscar Niemeyer, Imagens de Brasília, Plantas dos Palácios
Dezembro	11	Imagens (fotos) Assunto: Obras de Oscar Niemeyer
Total	453	

– O atendimento aos pedidos de cópias de documentos evidenciou a necessidade de atualização das normas de permissão de uso das imagens. Nesse sentido, foi constituído o Grupo de Trabalho de Acesso à Informação, que é presidido pelo Coordenador da Biblioteca, envolvendo a participação de servidores do ArPDF;

– Por meio de pesquisa e entrevistas com familiares do segundo prefeito de Brasília, que atuou no ano de 1961, foi feito o recolhimento de documentação particular do político, ação que culminou na criação do Fundo Privado, Paulo de Tarso dos Santos.

– Foi produzido o documentário “O Palácio de Tábuas” – curta de 12 minutos que conta a história do Catetinho, a partir de documentos e memórias dos trabalhadores mineiros de Araxá, pelos Coordenadores de Pesquisa e de Educação e Cultura do ArPDF, no Festival Internacional de Cinema de Arquivo (RECINE);

– No âmbito interno, estudos preliminares concluíram ser urgente a organização dos arquivos de documentos produzidos e recebidos pelo ArPDF no desempenho de suas atribuições. Foi observado que não existe uma estrutura adequada para isso, nem de material e nem de recursos humanos. Foram indicadas algumas providências para resolver esta questão: definir no Regimento Interno do ArPDF a localização do seu Serviço de Arquivo Intermediário. Foi constatado, também, ser necessário no ArPDF uma unidade de arquivo separada da unidade protocolo, a contratação de servidores para organizar o Arquivo Intermediário e a compra de material de segurança e de trabalho;

– Durante todo o ano de 2012, o ArPDF esteve representado na Comissão do Cinquentenário da Universidade de Brasília, colaborando com atividades e firmando parcerias para a realização de projetos com a UnBTV, com o Projeto Promemória da UnB, com o Departamento de História, com a Faculdade de Ciência da Informação e com a Comissão da Memória e Verdade;

– Participação na Reunião Fórum nacional de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais, dias 18 e 19 de junho, no Salão Nobre do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro;

– Realização, em parceria com o Arquivo Nacional, da 6ª Oficina – Região Centro-Oeste do Programa Memória do Mundo, que aconteceu em Brasília – DF;

– Participação do Programa do Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio da Humanidade;

– Realização da reimpressão da revista Brasília nº. 1, publicada pela NOVACAP em janeiro de 1957.

A ouvidoria do Arquivo Público do Distrito Federal iniciou a implantação da Lei de Acesso à Informação, e sua a estrutura física para o funcionamento do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão. Realizando, também, a capacitação de servidores e trocas de experiências positivas, que se deu por meio de visita técnica na Ouvidoria especializada da Candangolândia e Visita no Arquivo Municipal de Curitiba.

Seminários, além da participação nos seguintes eventos: (14.1) “Seminário Internacional sobre acesso à informação: desafios de implementação”, realizado pela CGU; (14.2) Seminário “O Papel da Ouvidoria Pública na Consolidação da Democracia Participativa”, realizado pela Associação Nacional de Ouvidores Públicos – ANOP; (14.3) 1º Seminário de Redes Sociais e E-GOV para administração pública; (14.4) Visita técnica no Arquivo Municipal de Curitiba; (14.5) Visita técnica na Ouvidoria da Administração da Candangolândia; (14.6) Implantação da Lei de acesso à informação no Distrito Federal e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O Arquivo Público do Distrito Federal completará 30 anos em 2015. Para a sua consolidação, enquanto Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF, os principais desafios são os seguintes: (1) a contratação de uma equipe especializada para o seu quadro de pessoal permanente, por meio de concurso; (2) a construção da sede definitiva, com instalações técnicas adequadas para todos os setores técnicos e administrativos; (3) a identificação, descrição, digitalização e indexação de todo acervo já recolhido pelo Arquivo; (4) a efetiva instalação do SIARDF Sistema de Arquivo do Distrito Federal em todas as unidades do GDF. Dentre esses desafios, a falta de uma equipe técnica permanente está sendo a maior dificuldade.

6. PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – PGDF – UO: 12.101

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, é instituição de natureza permanente, essencial à Justiça e à Administração, dotada de autonomia funcional, administrativa e financeira, na forma do artigo 132 da Constituição Federal.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal tem por finalidade exercer a advocacia pública, cabendo-lhe, ainda, prestar a orientação normativa e a supervisão técnica do sistema jurídico do Distrito Federal e tem por objetivos:

- I. Orientar sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Direta do Distrito Federal;
- II. Zelar pelo cumprimento, na Administração Pública Direta e Indireta, das normas jurídicas, das decisões judiciais e dos pareceres jurídicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- III. Publicar, manter e divulgar matéria doutrinária, legislativa e de jurisprudência visando o aperfeiçoamento de pessoal;
- IV. A PGDF tem por diretrizes:
- V. Representar o Distrito Federal em juízo;
- VI. Cumprir suas competências legais e regimentais;
- VII. Defender os interesses públicos e a manutenção do patrimônio do Distrito Federal;
- VIII. Exercer a Consultoria Jurídica do Distrito Federal;
- IX. Uniformizar matérias de interesses comuns com Procuradorias Gerais e outros Estados e jurisprudências administrativas existentes;
- X. Efetuar a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa do Distrito Federal;
- XI. Ajuizar ações de improbidade administrativa e medidas cautelares e de sequestro de bens;
- XII. Zelar pela obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais regras expressas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal, nas leis e atos normativos aplicáveis aos atos da Administração Pública Direta e Indireta do DF.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com Cargo em Comissão	Sem Cargo em Comissão	Com Cargo em Comissão	Sem Cargo em Comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	74	185	22	190	471
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	87	-	-	-	87
Requisitados	Órgãos do GDF	13	04	-	17
	Órgãos Estaduais	01	-	-	01
Outros	Estagiários	-	158	-	158
Subtotal (Força de Trabalho)	175	347	22	190	576
(+) Cedidos para outros órgãos	-	04	-	01	05
Total Geral	175	351	22	191	581

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Gestão Pública

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
8502 -Administração de Pessoal	132.415.140	99.386.344	98.575.389	97.516.680	
8766 - Administração de Pessoal-Procuradoria Geral do Distrito Federal- Plano Piloto	132.415.140	99.386.344	98.575.389	97.516.680	01 e 02
8504 –Concessão de Benefícios a Servidores	1.500.000	2.419.690	2.317.504	1.410.947	
9583 - Concessão de Benefícios a Servidores	1.500.000	2.419.690	2.317.504	1.410.947	03, 04, 05
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	2.030.434	1.278.839	1.156.230	1.084.129	
9689 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Procuradoria Geral do Distrito Federal- Plano Piloto	2.030.434	1.278.839	1.156.230	1.084.129	06, 07, 08, 09, 10

Ao final de 2012 constata-se que em média, foram remunerados 606 servidores, recolhidas 113 contribuições patronais para o RPPS, concedidos 86 auxílios-creche, 583 auxílios-alimentação e 258 auxílios-transportes mensalmente. Todos valores inferiores ao estabelecido para o ano. Evidenciando a grande evasão de servidores da casa. Pois apesar de terem sido previstas nomeações de procuradores e servidores, a reestruturação do plano de carreira dos servidores da casa e a própria reestruturação dos cargos da Procuradoria, nada foi realizado, prejudicando o andamento dos serviços e o atendimento da demanda.

A Procuradoria emitiu cerca de 15 vezes mais pareceres do que o previsto para o ano; autuou mais de 285.000 processos, 30% a mais do que o previsto; e deferiu mais de 18.000 parcelamentos, 4

vezes superior ao estimado; evidenciando um aumento exponencial dos serviços prestados pela Procuradoria.

PROGRAMA:

0001 – Programa para Operação Especial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9050 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	2.990.000	4.768.750	4.499.698	6.518.964	
7056 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições- Procuradoria Geral do Distrito Federal- Plano Piloto	2.990.000	4.768.750	4.499.698	6.518.964	11, 12, 13

No decorrer do ano foram pagas em média 228 indenizações de transportes mensalmente a servidores da PGDF; efetuou-se o ressarcimento referente a requisição de 01 servidor e foram pagas 13 indenizações de licença prêmio pecúnia, perfazendo um saldo positivo em relação as metas traçadas no início do ano. Contudo, saliento que com relação aos recursos disponíveis para o pagamento das indenizações de transportes, houve a necessidade constante de abertura de crédito suplementar e de remanejamento, tendo em vista que a necessidade de dotação para o ano é estimada em cerca de R\$ 3.500.000,00, e a quantia liberada para fazer face a despesa foi bem inferior, situação que tornará a acontecer, já que o montante estabelecido na LOA 2013 é de apenas R\$ 2.300.000,00, ficando um déficit de R\$ 1.200.000,00 para o ano.

2. Informações complementares

Dando prosseguimento a implantação do Núcleo de Compras na Procuradoria independente da Central de Compras do GDF, foram realizados 11 pregões eletrônicos, 14 cotações eletrônicas e 5 pregões estão em andamento.

Existem 46.310 processos em andamento na PROPES, 7.358 processos foram arquivados e foram emitidos 3.797 pareceres no decorrer do ano.

A recuperação dos créditos do Distrito Federal ajuizados como execução fiscal bateu um novo recorde em 2012. De acordo com os dados levantados até novembro de 2012, foram arrecadados R\$ 93.888.520,97, o que representa um aumento de 11,22% em relação ao ano de 2011. Nesses valores não foram considerados os valores arrecadados em face do novo programa de recuperação fiscal denominado de “ICMS em dia”.

Atualmente estão em curso cerca de 310.000 ações de execução fiscal. Foram editadas novas súmulas administrativas, diante da sedimentação da jurisprudência sobre determinados temas, o que vem permitindo o arquivamento das execuções fiscais já prescritas e daquelas que foram ajuizadas incorretamente.

Com isso a PGDF vem conseguindo se concentrar nas ações fiscais mais relevantes, como aquelas contra os Grandes Devedores, com créditos superiores a R\$ 500.000,00, bem como aquelas contra devedores solventes.

Além disso, a PGDF, juntamente com a Vara de Execuções Fiscais do TJDF vem promovendo as audiências de conciliação, onde os devedores são chamados a negociar as suas dívidas com base na legislação fiscal em vigor, o que vem contribuindo significativamente com os índices de incremento da arrecadação fiscal.

A realização de audiências vem sendo usadas como forma de usar um só ato jurídico para solucionar casos de executados com centenas de processos e, com isso, incrementar a arrecadação.

Destacam-se ainda as seguintes realizações da PROFIS:

- Atuação pontual em 25 ações que levaram os executados a discutir o débito, somando um valor superior a 600 milhões de reais. Nestes casos podemos afirmar que há penhora de imóvel, fiança bancária ou mesmo depósito judicial;

- Decisão no Agravo de Instrumento nº 2012.00.2.027898-5 - O Distrito Federal obteve a concessão de antecipação de tutela recursal a fim de que a União, locatária do imóvel de propriedade do Grupo OK (situado na EQN 102/103, Asa Norte, Brasília-DF), deposite os valores referentes ao aluguel deste imóvel em conta judicial;

- Decisão no Agravo de Instrumento 2012.00.2.019075-7 - Negou-se provimento ao recurso interposto pela VIPLAN – Viação Planalto Ltda. – pelo entendimento de que a eficácia de sentença transitada em julgado não se aplica com a alteração do ordenamento jurídico. Nesse sentido, definiu-se precedente que mantém a validade da constituição de créditos cobrados contra este Executado sobre obrigação de recolhimento de ICMS em operações que destinam a outros estados combustíveis e derivados de petróleo;

- Criação de processos administrativos que visam melhorar a atuação do NGD na recuperação de créditos: 020.003204/2012 - Livro Fiscal, 020.003430/2012 - Arquivamento de Autos/Análise de Créditos Ilíquidos, 020.003429/2012 - Correção da Certidão de Ajuizamento, 020.003972/2012 - Serviço de Investigação de Bens, 020.005106/2012 - Pedido de Providência - Compensação com Precatório na Execução Fiscal;

- Garantia depositada em juízo no valor de R\$ 919.234,45, realizada pelo Executado Santa Mônica Construções, conforme informações constantes no PA 020.005837/2012;

- Extinção de embargos com pagamento no valor de R\$ 675.642,86 (Embargos à Execução 2012.01.1.097782-9) e R\$ 130.803,67 (Embargos à Execução 2012.01.1.097786-0), ambos referentes ao Executado Votorantim Cimentos S/A;

- Garantia de dívida da Execução Fiscal 2001.01.1.003086-9, referente ao Executado Companhia de Promoção Agrícola – CPA, para oposição de Embargos no valor de R\$ 3.762.761,23;

- Pagamento de todas as dívidas da Shell Brasil Ltda., no total de R\$ 4.750.160,73, em 23/11/2012, devido ao programa ICMS em Dia no DF (Embargos 141326-3/07);

- Atuação dos procuradores na elaboração da nova política tributária do Distrito Federal, com participação na elaboração do novo Código Tributário do Distrito Federal;

- Elaboração da Lei Distrital 4866/12, sobre depósitos judiciais tributários, que vai garantir ao Governo do Distrito Federal a possibilidade de usar parte dos recursos financeiros depositados judicialmente, em favor do DF, enquanto as ações ainda estão em trâmite;

- PROMAI – As conquistas consolidadas nos anos anteriores foram mantidas em 2012, refletindo na otimização expressiva dos trabalhos desenvolvidos, e permanecendo o estreitamento da comunicação com os demais órgãos do Distrito Federal. Permanece o diálogo com a Secretaria de Saúde, Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para a resolução dos conflitos;

Em 2012, destacam-se alguns processos de grande relevância e com atuações louváveis e resultados exitosos, a saber:

- Na defesa dos assuntos relacionados à saúde, a PROMAI obtivera recentes decisões favoráveis, tais como a determinação de que se devem respeitar os protocolos clínicos (Ação Cominatória n. 2012.01.1.107490-6); de que se devem respeitar as listas de espera para realização de cirurgias eletivas (AGI n. 2012.00.2.013868-5) e, ainda, acerca da impropriedade do manejo de mandado de segurança para pedido judicial de medicamentos (autos n. 2012.00.2.012598-0);

- Mandado de Segurança nº 20100020196199MSG impetrado junto ao Conselho Especial do TJDF para fornecimento do fármaco de alto custo ECULIZUMAB. Segurança denegada, após a manifestação do Distrito Federal, sob o argumento de que o “medicamento não está registrado na ANVISA nem foi aprovado pela Comissão Permanente de Protocolos Assistenciais da Coordenação de Hematologia e Hemoterapia” e que “Não há controle “dos eventos adversos e dos efeitos colaterais do medicamento”, que custa aproximadamente R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por ano, para cada paciente”;

- Ação Civil Pública no. 2012.01.1.150802-2, ajuizada pelo MPDFT, questionando o sistema de dispensação de medicamentos pelo Hemocentro de Brasília. Foi deferida liminar, que, entretanto, foi revogada, após oitiva e acolhimento dos argumentos do DF em audiência de justificação;

- Agravo de Instrumento no. 2010.00.2.016425-8, interposto pelo DF, contra decisão que determinou a indicação de médico da rede pública do DF, para realizar perícia judicial. Provimento pelo TJDF, no sentido de anular a decisão agravada;

- Agravo de Instrumento no. 2010.00.2.005975-8, interposto pelo DF, contra decisão que fixou multa diária no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), para o caso de não internação de paciente em UTI. Provimento pelo TJDF, no sentido de reduzir a multa para R\$ 500, 00 (quinhentos reais);

- Agravo Regimental no. 2012.00.2.022282-7, interposto pelo DF, em MS, para cassar liminar que havia deferido o fornecimento de medicação não padronizada. Provimento pelo TJDF, ao entender não caber, na espécie, mandado de segurança, por ser imprescindível a dilação probatória, tratando-se de prescrição médica particular;

- Agravo de Instrumento no. 2012.00.2.017792-6, no qual o DF se manifestou no sentido de que fosse mantida a decisão que indeferiu pleito de fornecimento de medicamento importado (EPIPEN). Mantida sentença agravada pelo TJDF, por entender não haver omissão do Estado na espécie;

- Decisão interlocutória (2012.01.1.154260-4) na qual, prestadas as informações pelo DF, indeferiu-se liminar para prestação de florais (medicamentos homeopáticos) prescritos por médico particular a autora idosa;

– Agravo de instrumento nº 2011002018680-8, interposto pela parte autora. Pedido de inclusão no programa de tratamento com Hormônio de Crescimento. Relatórios médicos divergentes. TJDF negou provimento ao recurso, acatando os argumentos do DF no sentido de que a parte autora não era hipossuficiente e que a discrepância entre os relatórios médicos da rede pública evidencia a falta de plausibilidade do direito;

– Apelação nº 2011011092252-3 interposta pela parte autora. Sentença de improcedência, com dispensa de citação do DF. Art. 285-A do CPC. Recurso desprovido sob o fundamento de que ente federado não pode ser responsabilizado pelo pagamento das despesas médico-hospitalares relativas ao tratamento realizado direto na rede particular, se este foi opção dos familiares do paciente;

– Apelação nº 20060110852827 interposta pelo Distrito Federal junto ao TJDF, para reformar decisão que determinou a entrega de medicamento pelo nome comercial. Provimento do recurso, sob o entendimento do Tribunal de que "a obrigação imposta ao ente distrital deve ser relativa ao fornecimento da medicação: seja pelo nome comercial, seja pelo nome genérico";

– Apelação nº 2009011107213-7 interposta pela parte autora. Pretensão de custeio de despesas hospitalares em UTI na rede privada e indenização por danos morais. Nulidade de citação suscitada pelo Distrito Federal pela ausência de contrafé da emenda à inicial. Não interrupção da prescrição. Nulidade decretada pelo Magistrado de 1º grau. Recurso desprovido, para manter sentença que promulgou a prescrição, pelo decurso de mais de cinco anos entre a citação válida e os fatos apontados como lesivos;

– Ação de reintegração de posse nº 2012.01.1.161182-3, ajuizada pelo Distrito Federal e pelo SLU, este representado pela PGDF por avocação, visando a: (1) reintegrar o Distrito Federal na posse das vias públicas que dão acesso ao prédio do Aterro Sanitário do Jôquei (Lixão) localizado na Vila Estrutural; (2) manter o SLU na posse dos terrenos do Aterro do Jôquei e dos Núcleos Regionais de Limpeza (NUNOR e NUSOB); 3) obter mandado proibitório para preservar a posse do SLU nos demais Núcleos Regionais de Limpeza (NUSUL, NUGAM, NUBRA E USINA DO P. SUL). A regular prestação do serviço público de limpeza à comunidade do local litigioso somente foi possível graças à obtenção de provimento liminar por essa PROMAI;

– Ação civil pública nº 2012.01.1.156114-6, ajuizada pelo MPDFT em desfavor do Distrito Federal, TERRACAP e NOVACAP com o objetivo de obter condenação à elaboração de projeto e execução de obras na rede de drenagem pluvial da Asa Norte e do Setor Noroeste. As tentativas do Autor de obtenção de provimento liminar foram infrutíferas e a PROMAI está em fase de elaboração de contestação;

– Mandado de Segurança n. 48302-60.2012.4.01.3400 impetrado pelo Distrito Federal objetivando a suspensão dos efeitos do ato administrativo de cancelamento da autorização concedida pelo IPHAN para construção das ligações viárias denominadas agulhinhas. Liminar favorável ao Distrito Federal;

– Ação de reintegração de posse n. 2012.01.1.150555-3 proposta pelo Distrito Federal para desocupação das dependências da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal. Liminar favorável ao Distrito Federal;

– Ação civil pública n. 15510-53.2012.4.01.3400, ajuizada pelo MPDFT e pelo MPF, que tem por objeto o Projeto de Lei do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). A atuação da PROMAI foi fundamental para a viabilização da audiência pública, fase que possibilitara a conclusão do referido projeto de lei;

– Ação civil pública nº 2009.34.00.030472-1, ajuizada pelo MPF, que tem por objeto a revogação da licença ambiental nº 46/2009 expedida pelo IBRAM em favor de Jardins Mangueiral Empreendimentos Imobiliários. Foi pleiteado o reconhecimento de nulidade da licença de instalação expedida para o Setor Habitacional Mangueiral, com a imposição de ordem quanto a notícia de óbice urbanístico à implantação do parcelamento de solo, cessando as obras e edificações em andamento na área. A liminar vindicada foi indeferida após o oferecimento de defesa por esta procuradoria;

– Ação civil pública nº 2011.01.1.037290-2, ajuizada pelo MPDFT, que tem por objetivo a anulação do alvará de construção de obra e ampliação do Estádio Nacional. A sentença exarada julgou improcedente os pedidos, acolhendo os argumentos de defesa apresentados pela PROMAI;

– PROCAD – Em 2012 foram exarados 1.550 pareceres pelo Consultivo da PROCAD.

Destacam-se algumas tarefas de relevo:

– Atuação preventiva nas tarefas de assunção da FÁCIL pelo DFTRANS, bem como apoio à Secretaria de Transportes na preparação para deflagração da licitação da concessão do serviço de transporte público coletivo rodoviário;

– Padronização de editais: a aprovação de edital-padrão pela PGDF tornou desnecessário o envio de cada caso concreto ao exame da Procuradoria, poupando tempo e recursos financeiros, de modo a propiciar maior agilidade à Administração;

– Elaboração de Pareceres Normativos que permitam aos Órgãos da Administração realizar contratações sem envio dos autos à PGDF: contratação direta da ECT para serviços postais; contratação direta da CEB para fornecimento de energia elétrica; contratação direta da CAESB para fornecimento de água e coleta de esgoto; locação de imóvel para uso da Administração, mediante dispensa de licitação; contratação direta da FUNAP, mediante dispensa de licitação, para fornecimento de mão-de-obra de egressos do sistema penitenciário; e requisitos para a celebração de termo aditivo que represente acréscimo ou supressão quantitativa do objeto contratual com fundamento no Art. 65 da Lei 8.666/93;

– Elaboração de pareceres analisando minutas de editais de licitação para Parcerias Público-Privadas a serem contratadas futuramente pelo DF;

– Apoio à Secretaria de Educação nos estudos preliminares para deflagração de licitação, no regime diferenciado de contratação (Lei 12.462/2011), visando a construção de creches.

O Núcleo Contencioso da PROCAD envolveu-se no acompanhamento de 14.067 processos ativos, com o advento de 2.278 ações novas em 2012. Sendo que dentre as suas principais atuações em juízo destacam-se: o acompanhamento do processo de licitação do transporte público coletivo; a manutenção do processo seletivo para Conselheiros Tutelares, ameaçado por decisões judiciais que permitam a participação de candidatos sem a devida habilitação; e o restabelecimento do procedimento de contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de transporte público coletivo da região de Planaltina/DF

O Núcleo Contencioso da PROCAD promoveu: um aperfeiçoamento de rotina para padronização do tratamento de casos recorrentes, com preparação prévia das respectivas minutas de petições pela Assessoria; o apoio aos procuradores em casos de destaque, com assinatura conjunta da Chefia e Coordenação, além de acompanhamento na definição da estratégia de atuação; o encaminhamento eletrônico de recomendações de atuação aos procuradores, com antecipação de casos de urgência, eventuais indeferimentos de pedido de dispensa de recursos ou solicitação de esclarecimentos; e a reavocação dos casos antes acompanhados pelo jurídico do DFTRANS.

Foram emitidos 1547 pareceres pela SERAP/PROCAD.

A Gerência de Cobranças da PROCAD realizou 79 parcelamentos, a arrecadação geral com honorários de sucumbência foi de R\$ 1.725.337,08, 125 parcelamentos aguardam quitação mediante desconto em folha de pagamento e 102 aguardam quitação conforme o Decreto nº 28.147/2007.

CETES – Ao longo do exercício 2012 as atividades de capacitação foram promovidas por meio da participação de servidores e procuradores em cursos, palestras, seminários, congressos, simpósios e fóruns, organizados por empresas especializadas em serviços de capacitação, pelo Centro de Estudos ou, ainda, por meio da adesão às vagas disponibilizadas por instituições parceiras. No total foram realizadas 56 (cinquenta e seis) atividades de capacitação, contando com 374 (trezentos e setenta e quatro) participantes, entre servidores e procuradores. Foram viabilizadas as participações de integrantes da PGDF em 17 (dezessete) eventos sem ônus, contando com um total de 269 participações e 37 eventos com ônus, contando com 105 participações.

Durante o exercício 2012 contratou-se a empresa Centro de Integração Empresa Escola para prestação de serviços de agente de integração do Programa de Estágio da PGDF. Houve a atualização do valor da bolsa auxílio, bem como um incremento no número de oportunidades de estágio, passando a PGDF a contar com um total de 158 estagiários, sendo 67 estudantes de nível superior e 91 estudantes de nível médio.

Com relação ao atendimento à pesquisa/circulação de material bibliográfico, a Biblioteca desenvolveu as seguintes atividades:

Atividades	Quantidades
Pesquisa de Doutrina	0427
Empréstimo/Renovações - Rede de Intercâmbio	0483
Empréstimos/Renovações - Acervo Local	3335
Cópias de Artigos de Periódicos	0517

Nos meses de junho a setembro de 2012 foi feita a compilação de todos os normativos da PGDF cadastrados no SINJ para análise dos registros, além da inclusão e acompanhamento das alterações e revogações desses atos em busca da permanente atualização do sistema. Paralelamente ao trabalho de produção, o Comitê Gestor responsável pelo SINJ/DF deu continuidade ao desenvolvimento do Sistema aprimorando os requisitos previstos no documento de especificação como: o detalhamento dos objetivos do sistema, os requisitos de dados, os requisitos funcionais, definição das necessidades de infraestrutura e atualização da ferramenta. O Comitê elaborou (02) duas Portarias Conjuntas que tratam da regulamentação

do sistema e da nova composição do Comitê e Subcomitês de Indexação e Padronização. Segue a tabela com outras atividades desenvolvidas:

Participação em reuniões do Comitê Gestor	016
Pesquisa de Legislação e Jurisprudência – Distrital e Federal	955
Reuniões dos Subcomitês de Indexação e Padronização	008
Leitura e arquivamento do Diário Oficial do Distrito Federal	256
Cadastramento dos atos normativos da Procuradoria Geral do Distrito Federal	068
Atos não numerados e analisados da PGDF publicados no DODF	221
Análise de atos emitidos pelo Executivo e Legislativo de interesse da PGDF	064
Pareceres Normativos cadastrados no SINJ	005
Elaboração de planilha de atos da PGDF e atualizações	001
ADIs analisadas e cadastradas no SINJ	199

O Processo licitatório nº 020.000.224/2009 – Pregão Presencial nº 026/2009 para aquisição de material bibliográfico permitiu a renovação do acervo da Biblioteca. Foram adquiridas 893 obras, sendo a maior parte do acervo composta por livros jurídicos em matérias diversificadas, não obstante também terem sido adquiridos títulos de outras áreas como Administração, Orçamento, Contabilidade, Recursos Humanos, Saúde focando também os profissionais da atividade-meio desta Procuradoria.

Houve um aumento no empréstimo em 975% (novecentos e setenta e cinco por cento) em relação ao ano anterior.

Dando continuidade ao projeto de atualização do acervo, e em garantia as perspectivas futuras de atuação da Unidade, já no segundo semestre de 2012 foi autuado o Processo 020.0004158/2012 – para uma nova aquisição de Material Bibliográfico.

A Biblioteca recebeu, por meio de doação, 36 (trinta e seis) títulos entre livros jurídicos e literários, dos próprios autores, servidores, procuradores e de algumas editoras. Nem toda doação foi incorporada ao acervo, que após análise, foi direcionada ao Programa Mala do Livro, da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

Iniciou-se a reorganização física do acervo de periódicos, buscando a otimização do espaço e a identificação de duplicatas para futura proposição de descarte.

Em outubro de 2012, iniciou-se o projeto para a contratação de empresa que prestará serviço especializado de digitalização dos pareceres, incluindo a preparação, o escaneamento, o tratamento das imagens, o reconhecimento óptico dos caracteres e o armazenamento eletrônico.

No decorrer do ano foram cadastrados 5027 pareceres, sendo: 4638 aprovados, 80 parcialmente aprovados e 83 não aprovados.

A GEPEL realiza diariamente a leitura do Diário Oficial do Distrito Federal, do Diário Oficial da União e do Diário Oficial do Distrito Federal – verificando matérias que sejam de interesse da Casa, a conversão de projetos de leis em leis e o encaminhamento de e-mail para GEAC com a anotação do número do parecer, bem como do processo em que foi analisado o referido projeto de lei, e ainda a seleção de ADI's publicadas no DODF.

A GEPEL produz: o Informativo do Centro de Estudos – de periodicidade mensal, distribuído internamente e aos demais órgãos e entidades públicas do Distrito Federal, com os pareceres, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADI e a legislação distrital e federal de interesse da Casa; o Boletim de Informações Legislativas - divulgado internamente e apresenta a seleção das principais normas publicadas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Distrito Federal que sejam de interesse da Procuradoria, e o Boletim de Jurisprudência - um novo produto elaborado em parceria com a Assessoria do Centro de Estudos, lançado em setembro de 2012, o boletim é semanal, de divulgação interna e apresenta as decisões do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas da União que sejam de interesse da Procuradoria.

Foram atendidas pela GEPEL 386 solicitações de consultas e pesquisas.

A SERES, a fim de compor o Boletim de Publicações Oficiais da Procuradoria, realizou 243.700 captações nos Diários Oficiais até 20 de dezembro de 2012, dando origem a publicação de 244 BPOs.

CETEC – Foram realizados até novembro 2.533 cálculos com diversos objetivos (Atualização de Honorários, RPV, GATE, Precatórios). O montante das execuções foi de R\$ 157.723.542,48, sendo que a diferença apontada pelo CETEC foi de R\$ 16.611.322,89 a menor.

Destacam-se ainda as seguintes atuações do CETEC:

- Publicação da Portaria nº 28/2012, que trata da padronização de procedimentos do CETEC, em especial, da instrução dos autos suplementares com todos os documentos e informações indispensáveis à correta elaboração de cálculos;
- Alteração dos Critérios de Cálculo até então utilizados para pagamento de precatórios;
- Tentativas de informatização dos cálculos no âmbito do CETEC mediante convênio entre a PGDF e o Setor de Cálculos da Advocacia Geral da União;
- Automação do procedimento de cálculos nos processos executivos de valor mais expressivo.

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A unidade apresentou um aumento expressivo qualitativamente e quantitativamente dos trabalhos desenvolvidos, além de ter contribuído sobremaneira para o crescimento da receita do Distrito Federal em 2012.

A ampliação do quadro de servidores, em virtude das nomeações efetuadas em janeiro de 2013, a previsão de aprovação do Plano de Cargos e Salários dos servidores da PGDF (o processo encontra-se na CPRH), a previsão da realização de concurso público para Procuradores do Distrito Federal, e a previsão da aprovação do Projeto de Lei Complementar que trata da nova estrutura orgânica da PGDF contribuirão para o cumprimento das atividades da Procuradoria em 2013 e propiciarão a adequação da demanda por serviços da casa ao número e qualificação dos servidores.

Foram iniciadas as obras de construção do Edifício Anexo da Procuradoria, com conclusão prevista para agosto de 2014. Estas estender-se-ão por todo o ano de 2013 e continuarão sendo realizadas com os recursos do Fundo da Procuradoria do Distrito Federal.

A fim de dar maior celeridade ao andamento processual, em 2012, a PGDF investiu no aprimoramento do Sistema de Pesquisa de Pareceres, realizando a digitalização dos pareceres da casa. A PGDF tem como meta para 2013 a continuidade deste processo e a realização da virtualização dos processos administrativos e judiciais para atender a demanda do Judiciário.

6.01. FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – PRÓ-JURÍDICO – UO: 12.901

O PRÓ-JURÍDICO, desenvolvido e coordenado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 2.605, de 18 de outubro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 21.624, de 20 de outubro de 2000, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual e material, que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública.

Objetivos:

- I. Aparelhamento das instalações da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- II. Aquisição de bens e serviços;
- III. Qualificação profissional dos seus integrantes;
- IV. Apoio aos setores jurídicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta do DF;
- V. Realização de outras atividades relacionadas ao bom exercício da advocacia pública.

Produto de Arrecadação

Constituem recursos financeiros do Pró Jurídico:

- I. Os honorários advocatícios arbitrados em favor do Distrito Federal, em face da aplicação do princípio da sucumbência;
- II. Os honorários de sucumbências deferidos a autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economias públicas e sociedade de economia mista, quando essas entidades forem representadas por Procurador do Distrito Federal;
- III. Os honorários decorrentes de acordos extrajudiciais celebrados pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- IV. Os encargos de que trata o parágrafo único do art. 42da Lei Complementar nº 4 de 30 de abril de 1994, em relação aos créditos cobrados de acordo com o inciso II do mesmo dispositivo.
- V. As contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- VI. As doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privadas, nacionais e internacionais, além de outros recursos;
- VII. Os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios outros ajustes;
- VIII. Os valores advindos da aplicação dos recursos do Fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;
- IX. As contribuições, as subvenções de outros valores destinados a propiciar a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública;
- X. Outros recursos resultantes de dotação orçamentárias consignadas em lei.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6003 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Gestão	0	0	0	0	-
1471 – Modernização de Sistema de Informação	3.200.000	4.692.135	44.271	41.271	-
0034 – Modernização de Sistema de Informação – Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal – Plano Piloto	3.200	4.692.135	44.271	41.271	8
1984 – Construção de Prédios e Próprios	1.000.000	30.029.810	1.942.491	1.942.491	-
9768 – Construção de Prédios e Próprios-Fundo da Procuradoria Geral- Plano Piloto	1.000	30.029.810	1.942.491	1.942.491	12 e 15
2557 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	710.000	1.234.680	89.359	89.359	-
0019 – Gestão da Informação e dos Sistemas de TI – Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal – Plano Piloto	710.000	1.234.680	89.359	89.359	9
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	1.578.062	2.640.540	148.435	73.999	-
9711 – Reforma de Prédios e Próprios – Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal – Plano Piloto	1.578.062	2.640.540	148.435	73.999	1
4088 – Capacitação de Servidores	560.000	337.384	95.163	88.468	-
0069 – Capacitação de Servidores – Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal – Plano Piloto	560.000	337.384	95.163	88.468	11

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4220 – Gestão de Recursos de Fundos	4.470.512	4.373.207	1.242.080	1.223.180	-
0007 – Gestão de Recursos de Fundos – Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal – Plano Piloto	4.470.512	4.373.207	1.242.080	1.223.180	3, 4 e 5
9083 – Concessão de Bolsas de Estudo	400.000	1.927.037	87.223	87.223	-
0004 – Concessão de Bolsas de Estudo – Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal – Plano Piloto	400.000	1.927.037	87.223	87.223	7

O Conselho de Administração do Fundo Pró-Jurídico no que lhe confere o disposto no Decreto nº 21.624, de 20 de outubro de 2000, que aprovou o Regimento Interno, empregou os recursos arrecadados nos programas acima discriminados, mediante aprovação das despesas apresentadas em treze reuniões dentre ordinárias e extraordinárias realizadas no exercício de 2012.

A dotação inicial foi autorizada atendendo à proposta orçamentária apresentada, que foi baseada no cálculo da arrecadação de 2011 mais a aplicação dos índices indicados pelo Órgão responsável. A Lei nº 4.796, de 06 de março de 2012, publicado no DODF nº 048/12, adequou o orçamento para atender ao superávit financeiro do Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Com o compromisso de trabalhar para o melhoramento institucional dos investimentos para a modernização da Procuradoria Geral do Distrito Federal, priorizou-se o investimento na obra do novo edifício sede da PGDF e na área de tecnologia, visado o sucesso na obtenção da excelência dos serviços prestados, assegurando-se a integridade das informações e contribuindo para que ela seja ágil, flexível e robusta. Os investimentos em 2012 fizeram da Procuradoria Geral do Distrito Federal, um dos órgãos da administração pública do Distrito Federal de maior excelência em tecnologia da informação no âmbito do Distrito Federal, tendo sido destaque do setor, com projetos escolhidos dentre os principais do ramo na região Centro-Oeste. Entre 18 e 21 de outubro de 2012 ocorreu a premiação, durante o *CIO Weekend 2012*, realizado em Arraial D'Ajuda (Bahia). A escolha como CIO Destaque 2012 coloca a Procuradoria-Geral do DF em evidência no setor de TI, uma novidade dentro do Governo do Distrito Federal. Para 2013 a PGDF dará prosseguimento à implantação e/ou melhoria do Processo Eletrônico Digital, contemplando soluções de Autos Suplementares Digitais, Escaneamento Virtual para procuradores, Plano de Contingência e Continuidade em TI, a criação e disponibilização do sistema e-Parecer (sistema de consulta online aos pareceres produzidos pela PGDF), entre outros. Cabe ressaltar que os projetos da PGDF concorreram diretamente com trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), DNIT, Agência Nacional de Águas (ANA) e Saneago, instituições que chegaram à disputa final.

As aquisições para o setor estão sendo realizadas gradualmente de forma a garantir o acompanhamento da evolução tecnológica, bem como as demandas da Casa.

Capacitação e Especialização de Servidores

Em consonância com o contido na Portaria nº 21, de 2005 e no Decreto 29.814 de 10 de dezembro de 2008, o Centro de Estudos, elabora anualmente um Plano de Capacitação, que é estruturado em 2 (dois) grupos, sendo que o primeiro aborda todos os cursos de aperfeiçoamento, visando o desenvolvimento de competências gerais, específicas e comportamentais e o segundo palestras. Quando há interesse na participação em cursos, congressos, palestras, seminários, não integrantes ao plano, existem procedimentos específicos a serem adotados.

O processo de capacitação ocorre também através da adesão de servidores da PGDF ao Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas – PCDP, desenvolvido pela Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV/SEAP, com cursos oferecidos a todos servidores do Distrito Federal, mediante inscrição direta junto àquela instituição, com a mediação do Centro de Estudos - CETES.

O PAC/PGDF – Plano de Capacitação, tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades e competências dos integrantes da Procuradoria Geral do Distrito Federal proporcionando o alcance dos objetivos institucionais.

A concepção do plano é constituída das seguintes etapas: levantamento das necessidades junto às Unidades Administrativas, definição dos cursos de capacitação a serem realizados, apresentação do Plano Anual de Capacitação ao Conselho de Administração do Fundo Pró-Jurídico para aprovação, estabelecimento do maior número de parcerias com instituições ou entidades promotoras de eventos de capacitação mediante convênios, para realização de cursos sem custo para a PGDF.

No início de cada exercício é feita a divulgação do Plano de Capacitação, onde os servidores são informados dos cursos a serem oferecidos pelo CETES ao longo do ano, para que, dessa forma, as unidades tenham a possibilidade de uma programação prévia quanto a participação e comprometimento dos servidores nos cursos.

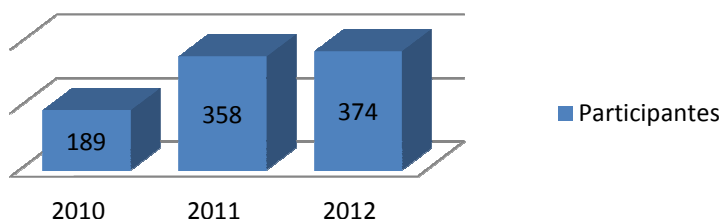
No Plano de Capacitação também são informados os procedimentos a serem adotados quando houver interesse dos servidores na participação em cursos, congressos, palestras, seminários, não integrantes do plano.

Ao longo do exercício 2012 as atividades de capacitação foram promovidas por meio da participação de servidores e procuradores em cursos, palestras, seminários, congressos, simpósios e

fóruns, organizados por empresas especializadas em serviços de capacitação, pelo Centro de Estudos ou, ainda, por meio da adesão às vagas disponibilizadas por instituições parceiras.

No total foram realizadas 56 (cinquenta e seis) atividades de capacitação, contando com 374 (trezentos e setenta e quatro) participantes, entre servidores e procuradores.

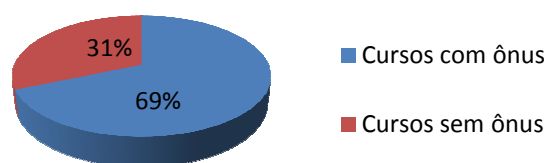
Participantes em Atividades de Capacitação



O processo de capacitação ocorre por meio da participação de procuradores e servidores em eventos internos ou externos, promovidos diretamente pela PGDF ou em parceria com outras instituições ou entidades, mediante custeio pela Procuradoria, como também mediante convênios ou convites, sem custo para a PGDF.

Foram viabilizadas as participações de integrantes da PGDF em 17 (dezessete) eventos sem ônus, contando com um total de 269 participações e 37 eventos com ônus contando com 105 participações.

Eventos realizados



As ações de capacitação foram realizadas visando o desenvolvimento de competências e de comportamentos e atitudes.

Tipo	Quantidade	Proporção
Competências Gerais: Cursos e eventos destinados a desenvolver competências fundamentais, ou seja, essenciais ao exercício das respectivas atividades.	03	5,35%
Competências Específicas: Cursos e eventos destinados a desenvolver competências técnicas conforme as necessidades específicas das diversas áreas.	46	82,15%
Competências Gerenciais: Cursos e eventos destinados a desenvolver competências de gestão e liderança.	-	0%
Competências Comportamentais: cursos ou eventos destinados a desenvolver aspectos intangíveis ao ambiente de trabalho que, direta ou indiretamente, afetam o rendimento profissional.	07	12,5%
Total	56	100%

Os resultados do Plano de Capacitação são avaliados sob três perspectivas: no âmbito institucional, em relação aos servidores e em relação aos cargos ocupados. No âmbito institucional é avaliado o aumento da eficácia do órgão, da melhoria da sua imagem e do atendimento prestado. Com relação aos servidores é avaliada a elevação dos conhecimentos, mudança de comportamentos e atitudes, aumento das competências pessoais e da eficiência pessoal. No que diz respeito aos cargos ocupados são avaliados o nível de adequação dos servidores aos requisitos exigidos pelos cargos que ocupam e a melhoria do espírito de grupo.

O levantamento das necessidades, planejamento prévio das ações de capacitação, bem como a previsão de recursos a serem investidos na execução do Plano Anual de Capacitação resultou na realização de 33 eventos de capacitação com a utilização de recursos do Fundo Pró-Jurídico. Num universo de 618 servidores, foi alcançado um total de 358 participantes em atividades de desenvolvimento e capacitação promovidas pelo Centro de Estudos e 30 participantes em eventos de capacitação promovidos pela EGOV/SEAP.

Para o exercício 2013 tem-se como objetivo a capacitação também em temas atualmente incorporados a administração pública tais como: planejamento estratégico, gestão por competências, gestão de projetos, gestão por resultados, líder coach, educação à distância e outros. O objetivo é otimizar os recursos humanos e financeiros resultando em melhoria de produtividade e do alcance das metas da organização.

Eventos com Ônus Realizados

	Curso/Evento	Servidor	Procurador
1	Curso Entendendo a GFIP/SEFIP 8.4 na Administração Pública	04	0
2	Curso Análise de Pontos de Função	02	0
3	Curso Atualização em Direito Urbanístico	01	02
4	Curso Cerimonial, Protocolo, Organização de Eventos	01	0
5	Curso sobre Depreciação Patrimonial	01	0
6	Curso Exame de Admissibilidade do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial - Aspectos Práticos	0	02
7	Curso Formação de Analista de T&D	01	0
8	Curso Comunicação e Gerenciamento de Conflitos para profissionais de secretariado	01	0
9	Curso Indexação Legislativa	04	0
10	Curso Direito Administrativo - Novas Perspectivas para o Controle da Adm. Pública	01	01
11	Curso de Atualização em Direito Constitucional	0	01
12	Curso de Teoria Geral dos Contratos	0	02
13	Curso de Tributação no Mercado Financeiro	0	01
14	Curso de Didática do Ensino Jurídico Online	0	01
15	Curso de Processo do Trabalho em Tribunais: Recursos e Ações Originárias	0	04
16	Curso de Atualização em Processo Civil com o Ministro Luiz Fux	0	04
17	Curso "Senso de Julgamento, Ética e Liderança - Encontro com Michel Sandel"	0	03
18	Seminário "O Papel da Ouvidoria Pública na Consolidação da Democracia Participativa"	01	0
19	Seminário Contratações Públicas Sustentáveis	03	0
20	Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica	03	0
21	Seminário Especial RDC e PAC	0	01
22	Seminário Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	0	01
23	Seminário o Estado e suas parcerias	0	02
24	Seminário Processo Administrativo e Judicial Tributário	0	04
25	Simpósio sobre Grandes Questões Atuais de Direito Tributário	0	01
26	IX Jornadas de Direito Processual	0	02
27	X Simpósio de Direito Tributário	0	01
28	XXVI Congresso Brasileiro de Direito Tributário	0	01
29	V Congresso de Direito Administrativo	0	02
30	XXXVIII Congresso Nacional de Procuradores de Estado	0	21
31	V Congresso Brasileiro de Direito Tributário	0	01
32	Congresso CONSAD de Gestão Pública	06	0
33	Congresso Internacional de Direito Administrativo e Administração Pública	04	02
34	4º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional da ABCD	03	02
35	Congresso Regional de Procuradores de Estado da Região Centro Oeste e Tocantins	0	01
36	Fórum Brasileiro de Direito Processual Civil	0	06
37	III Fórum Nacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	01	0
	Total de Participantes de Atividades com Ônus	37	68

Eventos sem Ônus Realizados

	Curso/Evento	Servidor	Procurador
1	Curso Administração Financeira Pessoal	20	2
2	Curso Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	4	0
3	Curso Orçamento Público: elaboração e execução	1	1
4	Curso Novo Acordo ortográfico da Língua Portuguesa	3	0
5	Curso Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	1	0
6	Curso Ética no Serviço Público	2	0
7	Curso Processo de Contratação Pública - Fase de Planejamento	1	0
8	Curso Hermenêutica Jurídica	2	3
9	Curso De Oficinas De Textos – CEFOR	2	0
10	Curso De Direito Constitucional - CEFOR	2	0
11	Curso Word Avançado	2	0
12	Simpósio Licitações E Contratações Sustentáveis	3	0
13	Simpósio Hipóteses E Procedimento De Rescisão Contratual E Aplicação De Sanções Administrativas	3	0
14	Workshop Zênite De Contratação Pública	6	0
15	Congresso CONSAD De Gestão Pública	6	0
16	Seminário RJU	26	7
17	Palestra Como melhorar a autoestima pessoal e profissional	42	01
18	Palestra Administrando suas finanças	50	02
19	Palestra A importância da inteligência emocional no trabalho	75	02
	Total de Participantes de Atividades sem Ônus	251	18

Programa de estágio

O Centro de Estudos e em consonância com o contido na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e na Portaria PGDF nº 06, de 30 de abril de 2010, coordena o Programa de Estágio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Com os objetivos de proporcionar aos estudantes o desenvolvimento de habilidades técnicas e aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas com a área de formação do estudante e possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos em situações reais de trabalho, o Programa de Estágio é desenvolvido com o assessoramento técnico e administrativo de um Agente de Integração contratado.

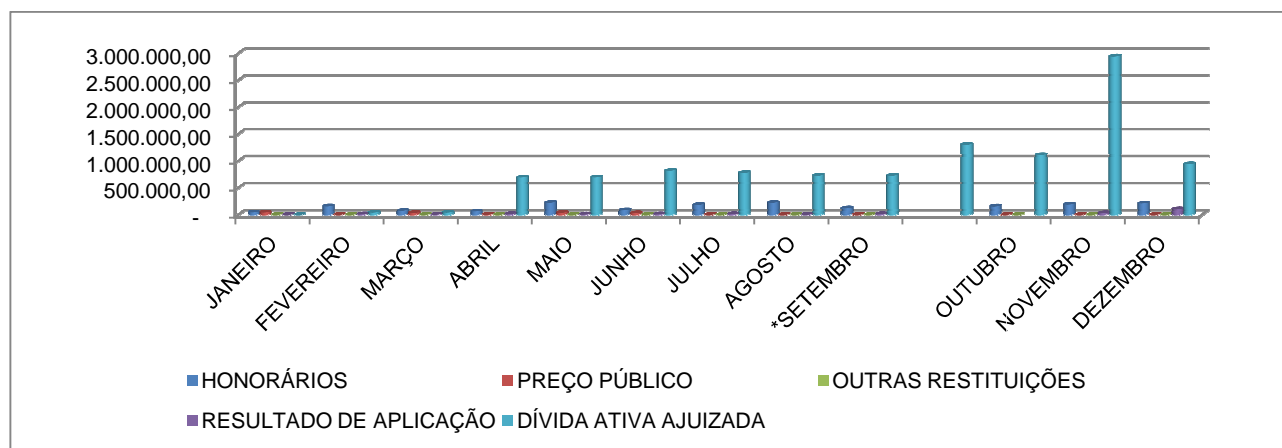
Durante o exercício 2012, a PGDF contou com a colaboração da empresa Instituto Cidades e Centro De Integração Empresa-Escola-CIEE, que viabilizaram a participação no Programa de Estágio de 158 estudantes de ensino médio e superior.

Concessão de bolsas de pós-graduação

A Lei 4.468, de 13 de outubro de 2011, criou o Programa de Trabalho que viabilizou o Programa de Concessão de Bolsa de Estudos para os servidores da Procuradoria-Geral do DF, regulamentado no exercício 2011, através da Resolução do Conselho de Administração do Fundo Pró Jurídico de Nº 01, de 15 de fevereiro de 2011. A concessão de Bolsas a Servidores ou a Procuradores depende de prévia autorização do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do DF, que analisará o pedido, tendo em conta os critérios de oportunidade, conveniência e o interesse da Procuradoria Geral do DF, observados os requisitos estabelecidos na Resolução.

Também se tem como meta para o exercício de 2013 o aprimoramento do Programa de Concessão de Bolsas de Estudos, regulamentado no exercício 2011, através da Resolução do Conselho Administrativo do Fundo Pró-Jurídico Nº 01, de 15 de fevereiro de 2011. Foram aprovadas 8 (oito) bolsas de estudos no exercício de 2012.

2. Informações complementares



A arrecadação do Fundo Pró Jurídico tem apresentado alta nos anos subseqüentes, de acordo com os dados obtidos no Sistema Integrado de Gestão Governamental do Distrito Federal. Fruto da especialização da Casa Jurídica, que tem obtido melhores resultados no exercício da Advocacia Pública, ano após ano. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal é responsável pelas cobranças judiciais e execuções fiscais, bem como a lavratura de contratos de que trata o artigo 6º, § 4º e 5º da Lei Complementar nº 755 de 28 de janeiro de 2008. O orçamento da Procuradoria Geral do Distrito Federal tem sofrido alterações em todos os exercícios, fruto da constante superação das expectativas de arrecadação.

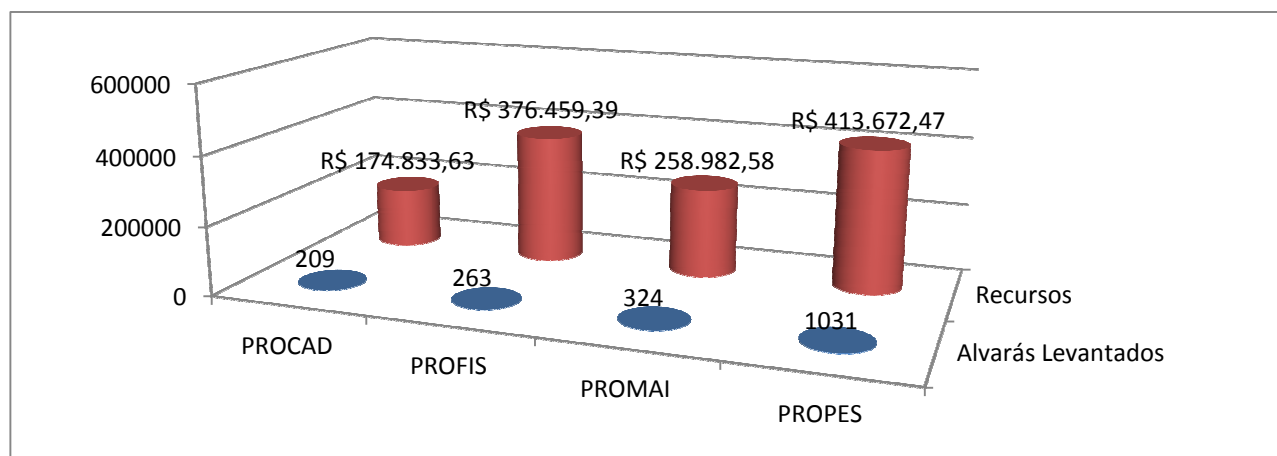
Após gestões do Presidente do Conselho de Administração do Fundo Pró Jurídico, ao longo do ano de 2012, a Secretaria de Fazenda, regularizou os repasses em atraso devidos ao Fundo contribuindo para melhoria da ação governamental por parte da unidade gestora.

Atividades desempenhadas

Consolidação dos comprovantes de depósitos relativos a honorários e preços públicos, devidamente controlados e registrados no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e planilhas de acompanhamento, bem como, controles através da Guias de Arrecadação – GR e controle dos rendimentos bancários, na busca incessante da melhor rentabilidade para valorização dos recursos públicos.

A Secretaria Executiva do Fundo Pró-Jurídico é responsável por receber processos administrativos e autos suplementares para pesquisa e emissão de respostas às unidades especializadas desta Casa Jurídica, objetivando a confirmação dos depósitos realizados na conta corrente do Pró-Jurídico, incluídos os processos com proposta de despesas para aquisições e contratação de serviços, os quais foram devidamente analisados e preparados para a apreciação do Conselho de Administração do Fundo Pró Jurídico.

A Resolução Nº 02, de 08 de outubro de 2009, atribuiu à Secretaria Executiva do Pró Jurídico a execução dos alvarás de levantamento. Neste ano ingressaram para levantamento 1.827 (mil oitocentos e vinte e sete) alvarás, sendo executados 1.770 (mil setecentos e setenta); e 57 (cinquenta e sete) foram devolvidos às Especializadas por apresentarem restrições, que inviabilizaram o levantamento dos recursos.



3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O Fundo Pró Jurídico possibilitou o desenvolvimento de projetos de natureza intelectual e material, com aquisições de equipamentos e capacitação dos integrantes das carreiras que compõem a Procuradoria Geral do Distrito Federal.

A Secretaria Executiva do Fundo Pró Jurídico conta com rotinas criteriosas de acompanhamento, controle, registros contábeis e documentais para assegurar o apoio técnico e administrativo ao Presidente e membros do Conselho de Administração do Pró-Jurídico, às Especializadas no que se refere ao controle e levantamento de alvará, bem como a prestação de contas aos Órgãos fiscalizadores do Governo do Distrito Federal. Por isso, finalizou processo de digitalização de documentos e comprovantes de depósitos, a fim de disponibilizar tais informações no sistema Judicial da PGDF.

Em 2012 deu-se início à execução da obra do Edifício Sede da Procuradoria, aumentando o volume de trabalho e por conseguinte a necessidade de ampliação da estrutura física e de pessoal do Fundo.

Perspectivas 2013

Para o exercício de 2013 a prioridade é o Projeto de Construção do Edifício Sede da PGDF. Serão seis pavimentos, em uma área com cerca de 15 (quinze mil) metros quadrados. Estão previstos refeitório, biblioteca, arquivos em todos os andares, salas de reuniões, sala de eventos, sistema de refrigeração central, além de estacionamento subterrâneo. A Novacap, responsável pela licitação do projeto executivo e do acompanhamento da obra, trabalha juntamente com uma comissão de obras criada para garantir o controle da execução do contrato. Outra prioridade neste exercício diz respeito a atualização tecnológica.

O investimento em capacitação tem como objetivo aperfeiçoar os recursos humanos resultando em melhoria de produtividade e do alcance das metas da organização. Para isso pretende-se continuar com a política de capacitação desenvolvida pelo Centro de Estudos para o treinamento e capacitação de servidores e procuradores em temas atualmente incorporados à administração pública tais como: planejamento estratégico, gestão por competências, gestão de projetos, gestão por resultados, líder coach, educação à distância e outros. Também tem-se como meta o aprimoramento do Programa de Concessão de Bolsas de Estudos, realizando dentre outras ações a revisão e adequação da Resolução Nº 001/2011, que dispõe sobre a concessão de bolsas de estudos para cursos de pós-graduação aos membros da Carreira dos Servidores da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e aos Procuradores do Distrito Federal, em exercício na Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Considerando a contribuição social da Procuradoria Geral do Distrito Federal com o oferecimento de oportunidade de estágio, para o exercício de 2013 tem-se como meta o incremento dos recursos financeiros para o Programa de Estágio, visando torná-lo referência dentro do Distrito Federal.

07. SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DF – UO: 13.101

A Secretaria de Administração Pública do Distrito Federal foi criada pelo Decreto nº 32.716 de 1º de janeiro de 2011, que fixou a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Distrito Federal. Tem como missão:

I. Formular, definir e coordenar políticas e diretrizes relacionadas aos servidores e empregados dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal;

II. Propor, implementar, acompanhar e avaliar ações relativas à valorização dos servidores e empregados, à promoção da democratização das relações de trabalho, planos de carreira e remuneração, planos de cargos e salários, benefícios, provimento de cargos e empregos públicos, capacitação, desenvolvimento e qualidade de vida no trabalho no âmbito dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal;

III. Elaborar e coordenar programas e projetos de capacitação e desenvolvimento dos servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal;

IV. Estabelecer políticas, diretrizes e normas para a disponibilização de informações a cidadãos, empresas, governo, servidores sobre os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria;

V. Coordenar e articular ações que subsidiem a formulação, implementação e avaliação de programas e projetos voltados para gestão dos servidores e empregados distritais e cumprimento das metas governamentais estratégicas e;

VI. Promover parcerias e estimular a interação entre os órgãos da Administração do Distrito Federal para o desenvolvimento de programas e projetos de gestão de pessoas.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	07	26	50	154	237
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	07	-	58	-	65
Requisitados	Órgãos do GDF	06	11	-	17
	Órgãos do Governo Federal	-	02	-	02
Outros	Estagiários*	16	-	24	40
	Terceirizados (FUNAP)	01	-	03	04
Subtotal (Força de Trabalho)	20	69	121	181	365
(+) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	68
Total Geral	20	69	121	181	433

Obs: Posição em 31/12/2012.

*Posto que a SEAP é responsável pela manutenção do programa Bolsa-Estágio, a quantidade de estagiários informada compreende estagiários de nível médio e de nível superior apenas da Secretaria de Estado de Administração Pública.

1. Realizações**PROGRAMA TÉMATICO:****6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO****OBJETIVO GERAL:**

Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

008 – Desenvolver políticas públicas orientadas à gestão dos servidores e empregados do Governo do Distrito Federal, dando ênfase a estratégias de recrutamento, formação continuada, democratização das relações do trabalho, aperfeiçoamento de ferramentas e processos e fomento da saúde e da qualidade de vida no trabalho, conferindo à valorização dos agentes públicos distritais o papel de principal vetor de aprimoramento da prestação de serviços aos cidadãos.

Indicadores

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em MM/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Servidores Capacitados	Pessoa	2495	12/2012	Anual	3.640	3.640	3.640	3.640	EGOV/SEAP
Atendimento ao servidor	Pessoa	232	12/2012	Anual	240	270	300	250	OUVSE/SEAP

A política de formação continuada foi o pressuposto basilar da SEAP, uma vez que se objetivou desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes com foco no incremento da qualidade das funções desempenhadas pelos servidores, ampliando a oferta de eventos de formação pela Escola de Governo e por convênios com instituições aptas a desenvolverem capacitações.

A promoção da capacitação e formação dos servidores traduziu a disseminação da informação das realizações do serviço público e, dessa forma, a sociedade passou a acompanhar com proximidade as implementações das políticas públicas. Um instrumento que serviu para dirimir as dúvidas e questionamentos teve uma relevante função nesse escopo de informações: a atuação da Ouvidoria desta Unidade. A Ouvidoria estabeleceu um exponencial canal de interação entre Governo, servidores e sociedade, respondendo sobre a realização de eventos voltados às temáticas de relações de trabalho, bem como sobre concursos públicos e, também, disponibilizando informações de utilidade pública e de apoio aos servidores e sociedade que a demandaram.

A SEAP permeou a formulação e a implementação de estratégias eficazes de recrutamento e alocação de força de trabalho, função a qual se tornou fundamental para aprimorar o funcionamento dos órgãos e entidades distritais na medida em que permitiu a customização das equipes de trabalho de forma a atender às necessidades específicas de cada unidade, proporcionando maior eficiência.

2. Outras Realizações**PROGRAMA:****6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6003 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Gestão Pública	80.974.534	95.130.748	94.540.721	94.354.047	-
2422 – Concessão de Bolsa Estágio	2.389.747	6.270.091	6.269.451	6.151.297	-
9631 – Manutenção do Programa Bolsa Estágio – Governo do Distrito Federal – Plano Piloto	2.389.747	6.270.091	6.269.451	6.151.297	0006, 0007
2557 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	3.077.391	116.360	116.360	111.780	-
0015 – Gestão da Informação e dos Sistemas de TI – Secretaria de Administração Pública – Plano Piloto	3.077.391	116.360	116.360	111.780	20
2619 – Atenção à Saúde e Qualidade de Vida	7.500.000	7.438	0	0	-
9707 – Atenção à Saúde e Qualidade de Vida – Secretaria de Administração Pública – Plano Piloto	7.500.000	7.438	0	0	8
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	500.000	0	0	0	-
9678 – Reforma de Prédios e Próprios – Secretaria de Administração Pública – Plano Piloto	500.000	0	0	0	21
8502 – Administração de Pessoal	56.293.562	79.466.562	79.394.172	79.394.172	-
8751 – Administração de Pessoal – Secretaria de Administração Pública – Plano Piloto	56.293.562	79.466.562	79.394.172	79.394.172	9
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	9.427.538	8.624.843	8.285.878	8.285.878	-
9574 – Concessão de Benefícios a Servidores - Secretaria de Administração Pública – Plano Piloto	9.427.538	8.624.843	8.285.878	8.285.878	12, 13, 14
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.786.296	645.454	474.860	410.920	-
9663 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Administração Pública – Plano Piloto	1.786.296	645.454	474.860	410.920	18,19

A concessão da bolsa estágio foi mantida durante o exercício de 2012, tendo como média mensal um quantitativo de 986 (novecentos e oitenta e seis) estagiários, subdivididos em nível médio e nível superior. A manutenção dos serviços administrativos gerais foi igualmente realizada. As ações relacionadas à “Gestão da Informação”, “Atenção à Saúde e Qualidade de Vida” e “Reforma de Prédios e Próprios” não puderam ser realizadas devido ao contingenciamento e/ou insuficiência de dotações orçamentárias.

PROGRAMA:**6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6222 – Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania	100.000	50.000	10.000	3.715	
2426 – Reintegra Cidadão	100.000	50.000	10.000	3.715	
8400 – Reintegra Cidadão – Secretaria de Administração Pública – Plano Piloto	100.000	50.000	10.000	3.715	22

A Secretaria de Estado de Administração Pública celebrou contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF, assinado em 01/10/2012. A partir de novembro/2012, 07 (sete) sentenciados foram requisitados, porém apenas 04 (quatro) permanecem prestando os serviços.

PROGRAMA:**0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9050 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	1.121.199	1.551.804	1.414.688	1.414.688	-
7044 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da Secretaria de Administração Pública do Distrito Federal	1.121.199	1.551.804	1.414.688	1.414.688	2
9004 – Encargos Previdenciários do Distrito Federal	10.000.000	13.868.000	13.783.623	13.783.623	-
9717 – Complementação de Aposentadorias dos Ex-Empregados Públicos do Distrito Federal – Lei nº 701/9	10.000.000	13.868.000	13.783.623	13.783.623	1

3. Informações complementares

O comprometimento social da SEAP se ratificou na contratação de estagiários de acordo com a política de gestão de pessoas do GDF, visando à inserção de jovens na capacitação e aprimoramento com fulcro no futuro mercado de trabalho.

A garantia de pleno e seguro funcionamento da gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação foram norteadores para a implantação de alterações e de novas funcionalidades decorrente do aperfeiçoamento dos processos de trabalho e de alterações legais e estruturais. Mapeamento dos gastos com a folha de pagamento, documentação normativa e das regras de pagamentos das rubricas, aquisição e implantação do sistema de monitoramento, correção e melhoria continua dos cadastros de pessoal e a parametrização da folha de pagamento ganharam suporte de qualidade.

A manutenção das condições de uso dos materiais de consumo e de condições de trabalho dos agentes da “atenção à saúde e qualidade de vida” proporcionaram a elaboração do programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA), do programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO), de laudos técnicos sobre as condições de trabalho (LTCAT), de laudos de insalubridade/periculosidade, de perfis profissiográficos, bem como de mapeamentos de riscos das áreas.

A administração de pessoal permeou não somente os servidores da SEAP, mas também os empregados da TCB, de forma a planejar o número de servidores lotados no órgão e promover a sua administração na folha de pagamento.

A execução de implementação dos meios administrativos necessários para a execução das atividades rotineiras sob o aspecto operacional e técnico da SEAP, permitiu a elaboração de estudos e análises de viabilidade para concessão de benefícios aos servidores, tais como auxílio alimentação, auxílio transporte, benefícios assistenciais, entre outros.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

De fato, a Secretaria de Estado de Administração Pública – SEAP desempenhou com exponencial habilidade suas funções e objetivos inerentes à competência de sua gestão. A responsabilidade de suas ações pautaram o equilíbrio e o comprometimento com o “servir” público e, consequentemente, com a sociedade.

Nesse sentido, o mapeamento das atividades desempenhadas no âmbito das unidades de cada órgão e entidade, considerando sua natureza, complexidade e peculiaridades, a revisão dos perfis de cargos e carreiras, subsidiaram tanto a elaboração dos critérios e requisitos a serem exigidos nos processos seletivos do GDF como o remanejamento dos servidores que já integram o quadro de pessoal distrital.

Diante do exposto em testilha, ficou aparente a busca de parceria junto ao próprio servidor incentivando sua inclusão nos processos de formação, desde a etapa de proposição e formulação até eventual participação como formador, visando aproveitar a *expertise* de um quadro de pessoal dotado de notória qualificação a fim de possibilitar tanto a disseminação de novos conhecimentos como o intercâmbio de experiências profissionais, o que qualifica a eficácia das tomadas de decisões.

As Mesas Setoriais de Negociação, a realização de eventos voltados às temáticas de relações de trabalho e a disponibilização de informações de utilidade pública e de apoio às negociações trabalhistas determinaram um marco regulatório que permitiu a ampla participação dos agentes envolvidos em diversas temáticas.

Diante da busca pelo equilíbrio sadio das contas do GDF, o que permitirá a *posteriori* a execução de medidas responsáveis e relevantes aos servidores, a SEAP se enveredou na contumaz modernização de ferramentas de trabalho e, como consequência, logrou destaque como órgão central da gestão de pessoas do GDF, de repositório de dados financeiros e funcionais dos servidores e empregados distritais fidedignos, de mecanismos confiáveis de geração e crítica de folha de pagamento.

Por conseguinte, as ações pretendidas da SEAP para 2013 serão acompanhadas e complementadas pela revisão do arcabouço legislativo relativo à pessoal, com a modernização dos dispositivos normativos legais e infralegais distritais, constituindo sólida base que sustentará a política de gestão de pessoas do Governo do Distrito Federal.

7.1. INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL – INAS – UO: 13.202

O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, autarquia em regime especial, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, foi criado por meio da Lei nº. 3.831, de 14 de março de 2006, e tem por finalidade proporcionar, sem fins lucrativos, aos servidores ativos e inativos do Distrito Federal, inclusive aos ocupantes de cargo em comissão e aos ocupantes de cargos de natureza especial, o Plano de Assistência Suplementar à Saúde.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	02	-	-	-	02
Subtotal (Força de Trabalho)	02	-	-	-	-
Total Geral	02	-	-	-	02

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA TÉMÁTICO:

6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

Execução Orçamentária e Financeira

Ações/Subtítulos	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
6195 – Concessão de Plano de Saúde Aos Servidores	127.180.821	127.180.821	0	0	
6005 – Concessão de Plano de Saúde Aos Servidores – Instituto de Assistência aos Servidores do DF	127.180.821	127.180.821	0	0	

O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, autarquia em regime especial, vinculada à Secretaria de Estado de Administração Pública – SEAP, foi criado por meio da Lei nº. 3.831, de 14 de março de 2006, e tem por finalidade proporcionar, sem fins lucrativos, aos servidores ativos e inativos do Distrito Federal, inclusive os ocupantes de cargo em comissão e os ocupantes de cargos de natureza especial, um Plano de Assistência Suplementar à Saúde.

O plano de assistência suplementar à saúde é um demanda histórica dos servidores do Governo do Distrito Federal. Contudo ao ser iniciada, a atual gestão, ainda no exercício de 2011, deparou-se diante de um quadro totalmente adverso, pois o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS encontrava-se com um sério problema de definição estratégica, no que se refere ao modelo de plano de saúde a ser implantado e oferecido aos servidores públicos do GDF e seu financiamento.

Estas indefinições estavam ligadas ao fato de haverem duas leis, uma contemplando a implantação em regime de autogestão (Lei 3831 de 14 de março de 2006) e outra, a Lei 4330, de 08 de junho de 2009, contemplando a implantação em regime de credenciamento de operadoras. Ambas as leis foram analisadas pela PGDF a qual, pelo parecer 384/2010 – PROCAD/PGDF de 09 de abril de 2010 se manifestando favorável à norma que atribuiu ao INAS competência para “*proceder ao credenciamento e à contratação de operadoras de planos privados*” de assistência à saúde e de “*administrar os respectivos contratos*”.

Em 2012, com a restrição do orçamento para gastos com pessoal, pois o montante existente ameaçava o limite da responsabilidade fiscal, o Governo do Distrito Federal, aconselhou ao INAS, a fazer estudos técnicos, pesquisas e visitas a órgãos e empresas públicas que haviam implantado plano de saúde para seus servidores e empregados.

A Lei Orçamentária Anual nº 4.744, de 29 de dezembro de 2011/2012, destinou ao INAS um orçamento inicial de 129.195.985,00. Houve um decréscimo de R\$1.348.006,00 decorrente de alteração e um bloqueio orçamentário no valor de R\$100.001,08, perfazendo um total de R\$127.747.977,92 de despesa autorizada.

Analisando o orçamento proposto e comparando com sua execução, constata-se a situação descrita na tabela a seguir:

Programa de Trabalho	Dotação Inicial	Autorizado	Liquidada
10.122.6003.8502.8741 Administração de Pessoal – INAS/DF	64.440	135.192	133.298
10.122.6003.8504.9565 Concessão de Benefícios a Servidores – INAS/DF	250.000	10.000	4.186
10.122.6003.4088.0031 Capacitação de Servidores – INAS-DF	1.100.000	321.965	397

10.302.6203.6195.6005 Concessão de Plano de Saúde aos Servidores- INAS/DF	200.724	0	0
28.846.0001.9050.7038 Formação de Patrimônio do Servidor Público – INAS/DF	127.180.821	127.180.821	0
28.846.0001.9050.7038 Ressarcimentos Indenizações e Restituições – INAS/DF	200.000	0	0
Total	129.195.985	127.747.978	137.881

Fonte: Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD/SIGGO/2012.

De acordo com o Quadro de Detalhamento da Despesa, aprovado para o exercício de 2012, pode-se afirmar que a realização dos programas de trabalho executados pelo INAS/DF foi de 0,107% da despesa autorizada e foi basicamente com Administração de Pessoal. É necessário informar, também, que o INAS/DF, para realizar sua gestão orçamentária no exercício de 2012, dependeu de decisão política do governo central para conceder aos servidores do DF, qualquer modalidade de saúde complementar, indicada no Regime Jurídico Único do DF.

Dos 7 (sete) programas de trabalho aprovados pelo QDD para a execução orçamentária pelo INAS, no exercício de 2012, houve execução em 03 (três). E o que teve maior volume de recursos autorizados, foi o PT – 10.302.6203.6195.6005 – Concessão de Plano de Saúde aos Servidores.

2. Informações complementares

1. O ano de 2012 começa com uma solicitação do Secretário, para que o INAS apresentasse ao Governador do Distrito Federal a Modelagem das Alternativas de Implantação do Plano de Assistência Suplementar à Saúde dos Servidores Públicos do DF. E que incluísse na apresentação, um Check List para a implantação desta política pública, uma proposta de estrutura organizacional e o custo financeiro mensal.

2. A segunda providência do ano foram reuniões com a ASCOM da SEAP, para que fosse elaborada uma série de peças publicitárias de informações sobre o INAS e o Projeto de Plano de Saúde Complementar que o GDF adotaria.

3. Foram realizadas mais de 5 (cinco) reuniões com a CUT e Sindicatos filiados, para a criação da Comissão Paritária do INAS, onde Governo e Sindicatos teriam assento nesta instância.

4. Em junho daquele ano, o INAS passa por uma Auditoria de Controle Interno.

5. No segundo semestre de 2012, por solicitação do Secretário de Administração Pública, o INAS foi conhecer o Plano de Saúde do BRB, onde foi apresentado como funciona o atendimento da Saúde Complementar aos empregados daquela empresa. Também nos reunimos com a Subsecretaria de Saúde e Previdência da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, por diversas vezes, para discutir a Portaria Normativa No 1/2007 e a Portaria No. 5/2010, que se aplica aos servidores ativos, inativos e seus dependentes e pensionistas do Governo Federal. Ainda trabalhou-se nestas legislações até hoje, com a assessoria do Assessor Jurídico da Secretaria de Administração Pública.

6. Em 09 de agosto de 2012, no Diário Oficial do DF, foi indicado o Sr. Alberto Felippi Barbosa, Diretor-Administrativo do INAS.

7. Convém dizer, também que em 27 de setembro de 2012 pelo Decreto No.33.925 de 26 de setembro de 2012, o Governador criou a nova estrutura do INAS, com 7 cargos e nomeou um Diretor-Geral e uma Diretoria-Administrativa.

8. Por Solicitação do Secretário de Administração Pública, começou-se a trabalhar desde outubro, numa Portaria da Secretaria que fosse semelhante à mesma que os Policiais Federais têm no Governo Federal, no que diz respeito ao Plano de Saúde dos Policiais Cíveis da Secretaria de Segurança Pública do DF. Foram realizadas várias reuniões com o Departamento de Polícia Civil e o Secretário de Segurança Pública, bem como reuniões na Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Bloco C, 7º Andar. Nestas reuniões estiveram os dirigentes sindicais da Polícia Civil do DF.

9. No mês de novembro de 2012, por autorização do Governador do DF e do Secretário de Administração Pública do DF, começamos a nos reunir com a GEAP, o Plano de Saúde Complementar dos servidores públicos federais. Acompanhou-se o Secretário Adjunto da Secretaria de Administração Pública, que por várias vezes esteve na sede da instituição no Shopping Terraço, na Ortogonal, no Cruzeiro Novo. Para conversar com a GEAP e saber dos custos financeiros do Plano que ela poderia oferecer, foram realizadas visitas ao IPREV por diversas vezes, onde fizemos vários estudos sobre o quantitativo de servidores do DF, faixa etária e remuneração e número de dependentes.

10. Em seguida a GEAP foi convidada para fazer uma palestra na SEAP, acompanhado de sua Diretoria, o que aconteceu. Assim tomou-se conhecimento sobre os Planos de Saúde oferecidos por aquela instituição aos servidores do governo federal e qual era a tabela de preços. Infelizmente, poucos dias após aquela reunião, saiu na imprensa local que a GEAP tinha um passivo de mais de cem milhões a vencer e

estava em situação financeira insustentável. Assim, desistiu-se de fazer um Convênio com aquela Fundação, que acabava de completar mais de 60 anos de existência.

11. Atualmente, está sendo elaborados novos estudos para a Secretaria de Administração Pública, visitando novamente a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, que detém métodos e técnicas sobre Planos de Saúde aplicados aos servidores públicos federais.

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Não se pode afirmar que o INAS/DF em 2012, atingiu suas metas propostas, conforme seu planejamento realizado em janeiro daquele ano. As dificuldades encontradas e os problemas encontrados pela Autarquia deparam-se em decisões políticas que estão fora de sua governabilidade. Também não se pode afirmar que o Governo Central do DF, não quer oferecer aos seus servidores públicos, saúde complementar ou um Plano de Saúde. Por diversas vezes, o Governador colocou uma data para ter início a modalidade de saúde complementar a ser oferecida aos servidores públicos do DF, mas por razões financeiras ou políticas, esta decisão teve que ser adiada.

De acordo com o Art.271 do Regime Jurídico Único dos Servidores do DF, a Assistência à saúde do servidor ativo, aposentado e pensionista, compreendendo a assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, pode ser prestada da seguinte maneira:

I – pelo SUS e sua rede pública de Hospitais e Centros de Saúde;

II – diretamente pelo serviço de saúde do órgão, autarquia ou fundação ao qual o servidor estiver vinculado;

III – na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento;

IV – pela rede privada de saúde, mediante credenciamento por convênio, na forma estabelecida em lei ou regulamento.

Por outro lado, o INAS funciona atualmente, com um número reduzidíssimo de funcionários, devido a não implantação da modalidade de plano de saúde. Deste modo, o INAS funciona, solicitando apoios e sustentação técnica, com unidades de diversas Secretarias do Governo do DF.

Mas, o INAS/DF, com sua estrutura aprovada no Decreto 33.925 de 26/12/2012, tem condições de vir a ser a unidade que vai gerenciar controlar e fiscalizar a saúde complementar dos servidores do DF em 2013. É bastante que se decida qual a modalidade proposta no Regime Jurídico Único, com a qual pode-se sustentar esta política pública, pois uma vez decidido, isto pode gerar direito adquirido e não se poderá mais retroceder, implicando responsabilidade e custos de recursos públicos.

O INAS vem aconselhando o Secretário de Estado de Administração Pública que atualmente, a modalidade de assistência à saúde complementar aos servidores do DF, seria a que indica a modalidade de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido, pois cada um poderia buscar no mercado de saúde do DF, o plano privado que melhor lhe atendesse e à sua família. Isso reduziria muito a estrutura para administrar uma modalidade como esta e teria um custo muito menor aos cofres públicos, apesar de depender de projeto de lei a ser enviado à Câmara Legislativa do DF.

Por outro lado, teria que se investir em fiscalização e controle, pois o servidor teria que justificar mensalmente às unidades de recursos humanos que está aplicando o auxílio oferecido a um determinado Plano de Saúde. Entretanto, caso a folha de pagamento dos servidores do Distrito Federal, sustentasse um módulo de consignação, a exemplo do SIAPE no Ministério do Planejamento, isso poderia reduzir muito a fiscalização e controle, pois mensalmente o SGRH listaria quem paga e quem não paga o plano de saúde contratado, fazendo jus a cada mês do auxílio financeiro oferecido pelo Distrito Federal.

Vale lembrar que está-se falando de quase 200.000 servidores e seus dependentes diretos, no que diz respeito ao auxílio financeiro. Sem falar que deve-se levar em conta a faixa etária relacionada à remuneração, a exemplo como faz o Governo Federal. Quanto mais ganha, menos auxílio e quanto menos idade, menos auxílio. Assim teria-se uma tabela publicada ou semestralmente ou anualmente, dividida por faixa etária e por remuneração, onde todos saberiam de quanto teriam direito, mensalmente, para fazer frente ao pagamento de seu plano de saúde.

Concluindo, alerta-se sempre à Secretaria de Estado de Administração Pública que o ano de 2012 é o melhor ano para tomar a decisão final sobre o Plano de Assistência à Saúde dos servidores do DF, pois o ano de 2014, por motivos de ser um ano eleitoral tornaria muito complexo a implantação de um benefício como esse.

7.2. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL – IPREV/DF

Por intermédio do Decreto Nº 33.475, de 03 de janeiro de 2012, publicado no dia 04 de janeiro de 2012, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF, entidade da administração indireta, como autarquia de regime especial, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira vinculada à Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal, teve sua estrutura aprovada por meio do Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, para execução de suas atividades.

A Lei Complementar nº 769/2008, de 30 de junho de 2008, normatizou os preceitos das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005 no ordenamento jurídico do Distrito Federal e reorganizou a unificação do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

Por meio da supramencionada Lei foi instituído o Órgão Gestor Único do Regime Próprio de Previdência sob a denominação de Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, Autarquia de Regime Especial, composta de um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal, órgãos internos que deliberam as linhas gerais da administração sujeitos à fiscalização e supervisão de órgãos reguladores.

Base Legal

- Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98;
- Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03;
- Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/05;
- Lei Federal nº 9.717, de 27/11/98;
- Portaria MPS nº 916, de 15 de julho de 2003;
- Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, atualizada até 19/07/2012;
- Portaria do MPS nº 154/155, de 15/05/08;
- Portaria do MPS nº 204, de 10/07/08;
- Portaria do MPS nº 402, de 10/12/2008;
- Portaria do MPS nº 403, de 10/12/2008;
- Portaria 519 de 24/08/2011;
- Portaria MPS nº 746, de 27 de dezembro de 2011;
- Lei Complementar nº. 769, de 30/06/2008;
- Lei Complementar nº 790, de 05/09/2008;
- Lei Complementar nº 818, de 18/11/2009;
- Resolução BACEN Nº 3.922, DE 25/11/2010 e atualizações;
- Portaria MPS nº 170, de 25.04.2012.

Missão

“Captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários, atuais e futuros, dos segurados e dependentes por meio de uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, dotada de credibilidade e excelência no atendimento.”

Objetivos da Gestão

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF, tem a função de gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF e sua gestão obedece aos seguintes princípios:

- Gestão dos ativos financeiros originários das contribuições e demais receitas previdenciárias, visando rentabilizar esses ativos por meio de aplicações no mercado financeiro, em conformidade com as normas legais e específicas, tendo como finalidade o cumprimento de suas obrigações previdenciárias;
- Gestão do passivo previdenciário oriundo dos direitos aos benefícios de aposentadorias e pensões dos segurados e dependentes, com a finalidade de assegurar aos beneficiários os meios de subsistência nos eventos de idade, morte e invalidez.
- Na consecução de seus objetivos a gestão atende aos seguintes propósitos:
 - Cobertura dos eventos a que estão sujeitos os seus beneficiários, tais como: garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, acidente em serviço, idade avançada, reclusão, morte e proteção à família.
 - Preservação do equilíbrio financeiro e atuarial;
 - Transparência na gestão de seus recursos previdenciários;

- Provimento de regime de previdência social aos segurados e dependentes;
- Caráter democrático e eficiente de gestão, com a participação de representantes do Poder Público do Distrito Federal, dos segurados e seus dependentes;
- Gestão administrativo-financeira autônoma em relação ao Distrito Federal;
- Custeio da previdência social, mediante contribuições do Governo do Distrito Federal e dos servidores ativos, aposentados e pensionistas de que trata o art. 1º da Lei Complementar 760/2008, segundo critérios socialmente justos e atuarialmente compatíveis;
- Proibição da criação, majoração ou extensão de quaisquer benefícios ou serviços, sem a correspondente fonte de custeio total.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro Próprio		-	-	-	-	-
Requisitados	Órgãos do GDF	03	-	02	02	05
	Órgãos do Governo Federal	-	-	-	-	-
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo.		20	-	04	-	24
Contratados Temporariamente		-	-	-	-	-
Conveniados		-	-	-	-	-
Estagiários		-	07	-	08	15
Total Geral		23	07	06	08	44

1. Realizações

O objetivo do presente Relatório é demonstrar os avanços da previdência social dos servidores públicos do Distrito Federal, com destaque para apresentação das informações consolidadas referentes às realizações alcançadas durante o ano de 2012, bem como projetos e atividades desenvolvidas e em desenvolvimento pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, gestor único do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – RPPS/DF, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal.

Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar Distrital nº 769/2008, de 30 de junho de 2008 e como parte da estratégia de implementação do Gestor Único do RPPS/DF, a massa dos servidores foi segregada conforme a seguir:

Contingente dos servidores que ingressaram na carreira pública até 31/12/2006, tiveram seus benefícios previdenciários suportados pelo Fundo Financeiro – SEGURIDADE SOCIAL, e suas despesas custeadas pelo Regime Financeiro de Repartição Simples, ou seja, os recursos das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, aposentados e pensionistas são utilizados para o pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas com o Tesouro do Distrito Federal assumindo os eventuais déficits entre os valores arrecadados e as despesas do regime.

Por sua vez, os servidores admitidos a partir de 01 de janeiro de 2007 terão seus benefícios gerados por estes servidores que são vinculados ao Fundo Previdenciários do Distrito Federal - DFPREV, administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF. Ao contrário do Fundo Financeiro, o Fundo Previdenciário opera sob o regime de capitalização. Nesse modelo, as contribuições dos servidores segurados, juntamente com as contribuições patronais, são acumuladas em forma de poupança e aplicadas no mercado financeiro com o propósito de se constituir um volume de recursos capaz de suportar os benefícios previdenciários dos segurados.

Os investimentos do regime de capitalização são realizados no mercado financeiro com o propósito de garantir retornos suficientes para superar a meta atuarial, entendida como a rentabilidade mínima a ser alcançada pelas aplicações financeiras, de forma a preservar a sustentabilidade e a saúde financeira do regime.

1.1. Programas Realizados em 2012 – Execução Orçamentária

PROGRAMA:

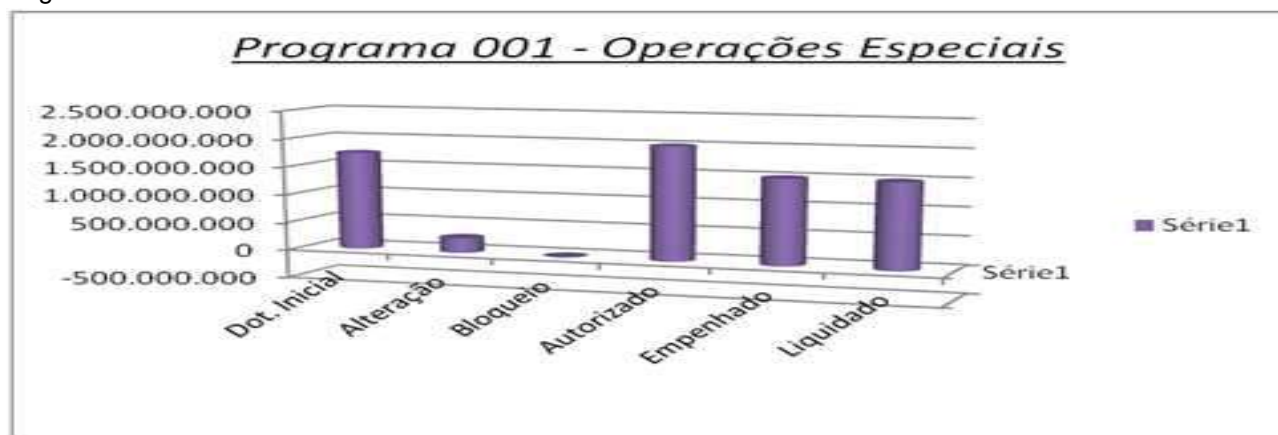
0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alteração	Bloqueio	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9001 – Execução de Sentenças Judiciais	3.010.878	0	0	3.010.878	45.644	46.644	-
6170 – Execução de Sentenças Judiciais – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal	3.010.878	0	0	3.010.878	45.644	46.644	24
9004 – Encargos Previdenciários do	1.418.909.573	255.105.272	-1.048.368	1.672.966.477	1.485.365	1.485.365	-

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alteração	Bloqueio	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
Distrito Federal							
9712 – Encargos Previdenciários do Distrito Federal – Pagto Inativos e Pensionistas – Fundo Financeiro – Distrito Federal	1.394.992.799	199.635.272	0	1.594.628.071	1.407.234.053	1.407.234.053	05,06,07,08,09,10,11,12,13,14
9713 – Encargos Previdenciários do Distrito Federal – Pagto Inativos e Pensionistas do Distrito Federal	23.148.406	55.190.000	0	78.338.406	78.144.311	78.144.311	15,16,17,18,19,25,26
9714 – Encargos Previdenciários do Distrito Federal – Inativos e Pensionistas – Fundo Previd. Executivo – Distrito Federal	270.855	280.000	-550.855	0	0	0	22,23
9715 – Encargos Previdenciários do Distrito Federal – Inativos e Pensionistas – Fundo Previd. TCDF – Distrito Federal	47.513	0	-47.513	0	0	0	22,23
9716 – Encargos Previdenciários do Distrito Federal – Fundo Previd. TCDF – Distrito Federal	450.000	0	-450.000	0	0	0	22,23
9097 – Reserva Orçamentária do RPPS	307.224.868	-280.000	0	306.944.868	0	0	-
0003 – Reserva Orçamentária do RPPS – Instituto de Previdência dos Servidores DF	307.214.868	-280.000	0	306.934.868	0	0	20
0004 – Reserva Orçamentária do RPPS – Prev. Instituto de Previdência dos Servidores DF	10.000	0	0	10.000	0	0	20
9033 – Formação do Patrimônio do Servidor Público	10.907.671	7.036.211	-996	17.942.886	17.942.886	15.877.103	-
9552 – Formação do Patrimônio do Servidor Público – Instituto de Previdência dos Servidores do DF – Plano Piloto	10.907.671	7.036.211	-996	17.942.886	17.942.886	15.877.103	20
9050 – Ressarcimentos, Indeniz. e Restituições – Iprev - DF	29.173	0	0	29.173	0	0	-
7054 – Ressarcimentos, Indeniz. e Restituições – Iprev - DF	29.173	0	0	29.173	0	0	-
Totalizador	1.740.082.163	261.861.483	-1.049.364	2.000.894.282	1.503.366.894	1.501.301.112	-

Do montante empenhado e liquidado no PASEP ficou R\$ 2.065.782,51 inscritos em Restos a Pagar.



Fonte QDD, SIGGO e SAG

Ao Programa 001 – OPERAÇÕES ESPECIAIS são alocadas despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Exemplos desse tipo de despesa são o pagamento de dívidas, ressarcimentos, sentenças judiciais, transferências, indenizações, financiamentos e contribuições a entidades.

O Programa de Operação Especial é parte integrante da Lei Orçamentária Anual (LOA). Durante o exercício de 2012 foram realizadas as seguintes ações e subtítulos neste Instituto:

A esta ação 9001, subtítulo 6170 – Execução de Sentenças Judiciais – IPREV-DF, foram alocadas despesas relativas a decisões judiciais transitadas em julgado, proveniente de revisão de aposentadoria e recálculo de diferença do índice de reajuste da pensão civil objeto da Decisão do TCDF, integrantes do Orçamento de Seguridade Social, as quais foram objeto do programa "Operações Especiais", e classificadas na Função "28 - Encargos Especiais", na subfunção "846 - Outros Encargos Especiais" no montante de R\$ 45.644,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais)

No tocante à ação 9004 (Encargos Previdenciários do Distrito Federal), subtítulo 9712 e 9713 foram apropriadas e pagas as despesas: com pessoal inativo civil e militares reformados e segurados;

pensionistas de civis e militares, pensões concedidas por lei específica ou por sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores, em cumprimento ao Art.37 da Lei nº 4.320/64, (as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las) do Instituto de Previdência do Distrito Federal no montante de R\$ 1.485.378.365 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil e trezentos e sessenta e cinco reais). Esses pagamentos consistem em assegurar ao servidor ou a sua família amparo a situações especiais como idade avançada, invalidez, morte, reclusão e doença.

As despesas relativas a esses encargos previdenciários (pagamento de inativos e pensionistas) foram classificados na função 09-Previdência Social, no Programa "Operações Especiais", correspondente ao código "0001". As despesas previdenciárias custeadas com recursos previdenciários, na forma da Lei Complementar nº 769, de 2008, foram classificadas no grupo "1 – Pessoal e Encargos e Sociais" e financiadas com recursos previdenciários.

As despesas referentes ao pagamento de tributos e contribuições sociais (PASEP), foram empenhadas na ação 9033 (FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO) subtítulo nº: 9552, no montante de R\$ 17.942.886 (dezessete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais) no período de janeiro a dezembro de 2012. Desse montante, o valor de orçamento de R\$ 2.065.783 (dois milhões, sessenta e cinco mil, setecentos e oitenta e três reais) foram registrados como "Restos a Pagar", conforme preceitua a Lei nº 4.320/1964, de 17 de março de 1964 no Artigo 36.

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Alteração	Bloqueio	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2422 – Concessão de Bolsa Estágio	59.556	-59.556	0	0	0	0	0
9630 – Concessão de Bolsa Estágio - Instituto de Previdência Dos Servidores do DF- Plano Piloto	59.556	-59.556	0	0	0	0	0
7325 – Realização de Intercâmbio e Cooperação Técnica	29.778	-29.778	0	0	0	0	
0003 - Realização de Intercâmbio e Cooperação Técnica- Instituto de Previdência dos Servidores do DF- Plano Piloto	29.778	-29.778,00	0,00	0	0,00	0,00	
8502 – Administração de Pessoal	11.261.365	-9.000.000	0	2.261.365	2.070.087	2.070.087	
8746 - Administração de Pessoal - Instituto de Previdência dos Servidores do DF- Plano Piloto	11.261.365	-9.000.000	0	2.261.365	2.070.087	2.070.087	1
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	78.489	1.790.000	0	1.868.489	1.452.867	1.452.867	
9581 - Concessão de Benefícios a Servidores - Instituto de Previdência dos Servidores do DF- Plano Piloto	49.704	230.000	0	279.704	82.022	82.022	2
9582 - Concessão de Benefícios a Servidores LC 769/08 - DF	28.785	1.560.000	0	1.588.785	1.370.845	1.370.845	3
8517- Manutenção dos Serviços Administrativos	1.276.182	-629.068	-114.956	532.157	310.878	310.878	
9660- Manutenção dos Serviços Administrativos- Instituto de Previdência dos Servidores do DF- Plano Piloto	1.276.182	-629.068	-114.956	532.157	310.878	310.878	4
2557- Gestão da Informação e dos Sistemas de TI	30.770	-30.770	0	0	0	0	

0005- Gestão da Informação e dos Sistemas de TI - Instituto de Previdência dos Servidores do DF- Plano Piloto	30.770	-30.770	0	0	0	0
4088- Capacitação de Servidores	148.891	-148.891		0	0	0
0047 - Capacitação de Servidores - Instituto de Previdência dos Servidores do DF- Plano Piloto	148.891	-148.891		0	0	0
8505 – Publicidade e Propaganda	20.000	-20.000	0	0	0	0
8701 – Publicidade e Propaganda – Institucional - Instituto de Previdência dos Servidores do DF- Plano Piloto	20.000	-20.000	0	0	0	0
Totalizador	12.905.031	-8.128.063	-114.956	4.662.011	3.833.833	3.833.833

Ao Programa 6003 – **Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Gestão Pública** Instrumento do Plano que classifica o conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental e as ações não tratadas nos programas temáticos.

O Programa de **Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Gestão Pública** é parte integrante da Lei Orçamentária Anual (LOA). E durante o exercício de 2012 foram realizadas as seguintes ações e subtítulos neste Instituto:

Na ação 8746 – Administração de Pessoal Instituto de Previdência dos Servidores do DF – Plano Piloto, apropriam-se os gastos com remuneração do pessoal ativo e encargos sociais. A Folha de Pagamento dos servidores é elaborada mensalmente mediante alimentação dos dados no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH pela unidade administrativa, sob a coordenação da Secretaria de Administração Pública – SEAP e nesta ação foram apropriadas e pagas o montante de R\$ 2.070.087 (dois milhões, setenta mil, oitenta e sete reais);

No tocante à ação 8504 – Concessão de Benefícios a Servidores – subtítulo 9581 foram alocadas despesas referentes ao auxílio –transporte, auxílio – alimentação e no montante de R\$ 279.704 (duzentos e setenta e nove mil, setecentos e quatro reais); e quanto ao subtítulo 9582 – Concessão de Benefícios a Servidores – Instituto de Previdência dos Servidores do DF – Plano Piloto, pagou-se o montante de R\$ 1.370.845 (um milhão, trezentos e setenta mil, oitocentos e quarenta e cinco reais) referente a auxílio-funeral devido às famílias dos servidores efetivos falecidos em atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração, subsídio ou provento conforme preceitua o Artigo 97 da Lei Complementar nº 840, de 23 de Dezembro de 2011, publicada no DODF nº 246, de 26/12/11 – Págs. 1 a 18;

Em relação à ação 8517 – Manutenção dos Serviços Administrativos – subtítulo 9660 (manutenção dos serviços administrativos – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal) foi apropriado e pago o montante de R\$ 310.878,00 (trezentos e dez mil, oitocentos e setenta e oito reais) referente a despesas administrativas, tais como: contas de concessionárias públicas (telefone, água e energia), concessão de diárias, pagamento de serviços prestados por terceiros e aquisição de material de consumo, exceto aquelas que são próprias das ações de transporte, recursos humanos e informática;

2. Compensação Previdenciária (COMPREV)

Trata-se da operacionalização da Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

Foi regulamentada pela Lei nº. 6.226, de 14 de julho de 1975, em obediência ao que estabelece o artigo 201 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nºs. 20/98 e 41/03 e regulamentado pela Lei nº. 9.796, de 05 de maio de 1999, Decreto nº. 3.112, de 06 de julho de 1999, alterado pelo de nº. 3.217, de 11 de outubro de 1999 e pela portaria nº. 6.209, de 16 de dezembro de 1999.

A partir de setembro de 2010, o trabalho da compensação previdenciária passou a ser realizado de forma precária tendo em vista a quantidade insuficiente de servidores para realização dos trabalhos. Dessa forma, a solução encontrada foi a contratação de estagiários para a realização das atividades relacionadas ao COMPREV. Porém, com a grande rotatividade e a grade horária de apenas 4 horas diárias o resultado dos trabalhos ficaram aquém do esperado. Neste sentido houve a redução dos serviços de recuperação de créditos junto ao INSS por meio do COMPREV, conforme tabela abaixo:

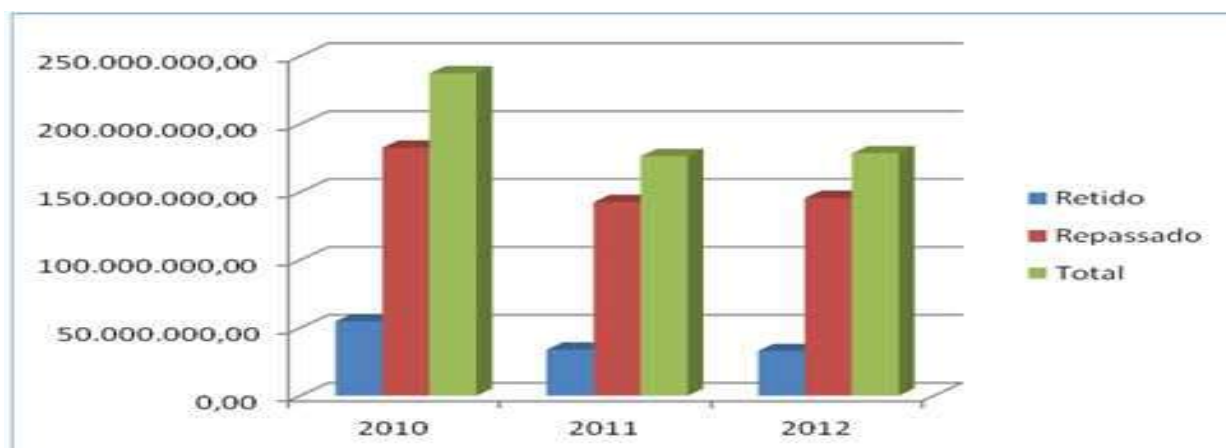
Tabela demonstrativa da evolução dos créditos do COMPREV – Valores devidos:

2010			
Mês	Crédito Comprev - R\$		
	Retido	Repassado	Total
Janeiro	29.173.253	16.478.229	45.651.482
Fevereiro	3.796.620	20.145.542	23.942.162
Março	2.245.413	16.543.690	18.789.103
Abril	1.897.334	15.084.935	16.982.269
Maio	1.189.670	12.248.336	13.438.007
Junho	1.681.954	12.151.337	13.833.291
Julho	2.476.652	15.565.102	18.041.754
Agosto	1.707.986	14.219.632	15.927.618
Setembro	8.368.400	14.384.545	22.752.946
Outubro	1.441.661	13.543.469	14.985.130
Novembro	630.858	21.742.154	22.373.012
Dezembro	134.189	10.501.348	10.635.537
Total	54.743.993	182.608.319	237.352.311

Nota: Valores referentes ao mês de competência

2011			
Mês	Crédito Comprev - R\$		
	Retido	Repassado	Total
Janeiro	31.866.526	11.155.705	43.022.232
Fevereiro	211.307	10.595.766	10.807.073
Março	579.291	12.338.643	12.917.934
Abril	190.173	11.384.506	11.574.679
Maio	189.441	11.414.069	11.603.510
Junho	255.745	10.688.648	10.944.394
Julho	295.542	10.107.689	10.403.231
Agosto	40.836	10.387.867	10.428.703
Setembro	0,00	9.935.112	9.935.112
Outubro	30.639	9.977.700	10.008.339
Novembro	107.297	23.723.758	23.831.055
Dezembro	73.022	10.760.370	10.833.392
Total	33.839.819	142.469.833	176.309.653

2012			
Mês	Crédito Comprev - R\$		
	Retido	Repassado	Total
Janeiro	32.094.358	11.931.748	44.026.106
Fevereiro	121.967	11.040.620	11.162.587
Março	72.190	10.324.331	10.396.522
Abril	22.461	11.122.864	11.145.324
Maio	0,00	10.890.105	10.890.105
Junho	42.050	10.838.383	10.880.432
Julho	355.270	11.711.110	12.066.380
Agosto	10.058	11.245.325	11.255.383
Setembro	0,00	11.014.698	11.014.698
Outubro	0	10.987.593	10.987.593
Novembro	27.058	21.890.082	21.917.140
Dezembro	138.591	12.560.316	12.698.908
Total	32.884.002	145.557.175	178.441.178



3. Homologação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição:

Este Instituto de Previdência analisa conforme preceito da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, em seus Artigos 101 a 103, bem como a Portaria MPS Nº. 154, de 15 de maio de 2008 e a Lei nº 10.887, de 2004, as Certidões de Tempo de Serviço/Contribuição, para fins de contagem e comprovação de tempo de contribuição dos ex-servidores, junto a qualquer Regime Previdenciário. Assim, neste exercício o Instituto analisou o quantitativo o abaixo especificado:

Levantamento do quantitativo de CTC's analisadas:

Ação	Quantidade
CTC's analisadas e Homologadas	416
CTC's analisadas e NÃO Homologadas	583

4. Declaração para a Caixa Econômica Federal:

Em atendimento às exigências da Agência Nacional de Saúde - ANS relativos à inclusão e renovação de dependentes indiretos dos titulares do plano de Saúde CAIXA, Programa de Assistência Médica Supletiva da Caixa Econômica Federal sob o número 31.292-4, por força de solicitação da Caixa Econômica Federal este Instituto emite Declarações atestando se há algum tipo de vínculo com o GDF ou benefício percebido, após a realização de pesquisas junto ao Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH neste exercício de 2012 foram efetuadas a emissão de 154 certidões para atender a esta demanda.

Levantamento de Declarações emitidas:

Declarações Para Cef Emitidas Em 2012	154
---------------------------------------	-----

5. Análise e Homologação de Declaração de Tempo Especial

Conforme o entendimento estabelecido pela Decisão Extraordinária nº 6.611/2010 do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, o IPREV juntamente com uma Comissão Técnica criada pela SEAP instituiu os critérios e as documentações necessárias à instrução processual em casos de Aposentadoria Especial ou Conversão de Tempo Insalubre, bem como análise e homologação mediante a apresentação dos Mandados de Injunção impetrados por servidores do GDF perante o Supremo Tribunal Federal-STF, pleiteando o reconhecimento de Tempo Insalubre realizado no período estatutário, conforme a seguir:

Levantamento de Processos analisados:

Especificação Do Procedimento	Quantidade
Análise com Homologação da Declaração de Reconhecimento do Tempo Insalubre	180
Análise com a NÃO Homologação da Declaração de Reconhecimento do Tempo Insalubre	264
Outras solicitações não resultantes em Declaração de Reconhecimento de Tempo Insalubre	133
Total De Processos Analisados	577

6. CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária.

O CRP é um documento expedido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social (MPS) e é exigido dos Governos do Distrito Federal, Estados e Municípios nos casos de realização de transferências voluntárias de recursos pela União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais e; de pagamento dos valores referentes à compensação previdenciária devidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em razão do disposto na Lei nº. 9.796, de 05 de maio de 1999.

O IPREV-DF obteve a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) com validade até vigente até 08/06/2013, com regularidade em todos os 34 critérios exigidos no Extrato Externo dos Regimes Previdenciários.

Extrato Externo dos Regimes Previdenciários

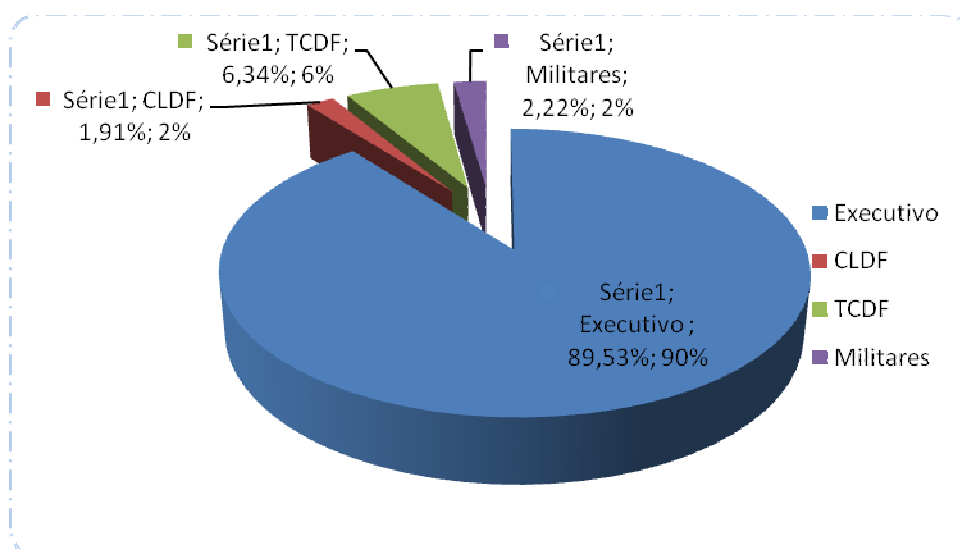
Governo do Distrito Federal - DF		
CRP VIGENTE: Nº 974001-109797, emitido em 10/12/2012, estará vigente até 08/06/2013.		
Critério	Informações	Fundamentação Legal
Acesso dos segurados às informações do regime	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, VI; Port.nº 204/2008, art. 5º, VIII; Port.nº 402/2008, art.12.
Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN - Decisão Administrativa	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, arts. 1º, § único e 6º, IV e V; Port.nº 204/08, art.5º, XV; Port. nº402/08, art.20.
Aplicações financeiras de acordo com Resolução do CMN - previsão legal	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, arts. 1º, § único e 6º, IV e V; Port.nº204/08,art.5º, XV;Port. nº402/08, art.20.
Atendimento ao Auditor Fiscal em auditoria direta no prazo	- Exigido desde 11/07/2008	Lei 9.717/98,art.9º,§único; Port.204/08,art. 5º,XII , e 10; Port.402/08,art. 29,§2º

Atendimento ao MPS em auditoria indireta no prazo	- Exigido desde 26/03/2004	Lei 9.717/98, art. 9º § único; Port. 204/08, art. 5º, XII, e 10; Port. 402, art. 29, § 6º.
Caráter contributivo (Ente e Ativos - Alíquotas)	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, II; Port. nº 204/2008, art. 5º, I, "a"; Port. nº 402/2008, art. 3º, I e III.
Caráter contributivo (Ente e Ativos - Repasse) - Clique aqui para mais informações.	- 53 declaração(ões) enviada(s) - Exigido desde 01/01/2004 - Periodicidade: bimestral	Lei nº 9.717/98, art. 1º, II; Port. nº 204/2008, art. 5º, I, "b", e XVI, "e"; Port. nº 402/08, art. 6º
Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas- Alíquotas)	- Exigido desde 01/10/2005	Lei nº 9.717/98, art. 1º, II; Port. nº 204/2008, art. 5º, I, "a"; Port. nº 402/08, art. 3º, II e § 2º
Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas- Repasse) - Clique aqui para mais informações.	- 53 declaração(ões) enviada(s) - Exigido desde 01/01/2004 - Periodicidade: bimestral	Lei nº 9.717/98, art. 1º, II; Port. nº 204/2008, art. 5º, I, "c" e XVI, "e"; Port. nº 402/08, art. 6º
Caráter contributivo (pagamento de contribuições parceladas) - Clique aqui para mais informações.	- 15 declaração(ões) enviada(s) - Exigido desde 01/05/2010 - Periodicidade: bimestral	Lei nº 9.717/98, art. 1º, II; Port. nº 204/2008, art. 5º, I, "d", e art. 10, § 6º; Port. nº 402/08, art. 5º
Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, II; Port. nº 204/2008, art. 5º, I; Port. nº 402/08, arts. 6º e 29, §§ 3º e 5º
Cobertura exclusiva a servidores efetivos	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, V; Port. nº 204/2008, art. 5º, III; Port. nº 402/08, art. 2º, § 1º
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal	- Exigido desde 01/10/2005	Lei 9.717/98, art. 5º; Port. nº 204/2008, art. 5º, XI, b; Port. nº 402/08, art. 23
Contas bancárias distintas para os recursos previdenciários	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, arts. 1º, § único e 6º, II; Port. nº 204/2008, art. 5º, X; Port. nº 402/08, art. 19
Convênio ou consórcio para pagamento de benefícios	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, V; Port. nº 204/2008, art. 5º, VII; Port. nº 402/08, art. 24
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN	- Exigido desde 01/01/2009 Periodicidade: anual	Lei nº 9.717/98, art. 1º, § único e 6º, IV e VI; Port. nº 519/2011, art. 1º; Port. nº 204/2008, art. 5º, XV
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência das Informações	- Exigido desde 10/05/2007	Lei 9717/98, art. 9º, PU; Port. nº 204/2008, art. 5º, XVI, "d", art. 10, § 8º; Port. 402/08, art. 22.
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento à SPS - Clique aqui para mais informações.	- 56 declaração(ões) enviada(s) - Exigido desde 01/09/2003 Periodicidade: bimestral	Lei nº 9.717/98, art. 9º, PU; Port. nº 204/08, art. 5º, XVI, "d", art. 10, §§ 2º e 8º; Port. 402/08, art. 22
Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA - Clique aqui para mais informações.	- 1 declaração(ões) enviada(s) - Exigido desde 01/01/2003 Periodicidade: anual	Lei nº 9.717/98, art. 1º, I; Port. 204/08, art. 5º, XVI, "b"; Port. 402/08, art. 9º; Port. 403/08, arts. 23 e 24
Demonstrativo Previdenciário - Consistência das Informações	- Exigido desde 10/05/2007	Lei nº 9.717/98, art. 9º, PU; Port. nº 204/08, art. 5º, XVI, "c", § 6º, II, art. 10, § 8º; Port. nº 402/08, art. 6º
Demonstrativo Previdenciário - Encaminhamento à SPS - Clique aqui para mais informações.	- 66 declaração(ões) enviada(s) - Exigido desde 01/01/2002 Periodicidade: bimestral	Lei nº 9.717/98, art. 9º, PU; Port. nº 204/08, art. 5º, XVI, "c", § 6º, II, art. 10, § 8º; Port. nº 402/08, art. 6º
Demonstrativos Contábeis	- Exigido desde 01/05/2008	Lei nº 9.717/98, art. 1º, caput; Port. nº 204/08, art. 5º, XVI, "f"; Port. nº 402/08, arts. 16 e 17
Encaminhamento da legislação à SPS	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 9º, PU; Port. nº 204/08, art. 5º, XVI, "a", § 1º a 5º; Port. nº 402/08, art. 29, § 6º
Equilíbrio Financeiro e Atuarial	- Exigido desde 01/10/2005	Lei nº 9.717/98, art. 1º, caput; Port. nº 204/08, art. 5º, II, art. 14; Port. nº 402/08, art. 8º e 9º
Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Nota Técnica Atuarial	- Exigido desde 01/04/2010	L. 9.717/98, art. 1º, caput; PTs. 204/08, art. 5º, II, art. 14; 402/08, art. 8º/9º; 403/08, art. 5º, § 1º
Escrituração de acordo com Plano de Ctas	- Exigido desde 01/01/2007	Lei nº 9.717/98, art. 1º, caput; Port. nº 204/2008, art. 5º, XIII; Port. nº 402/08, art. 16
Existência de colegiado ou instância de decisão em que seja garantida a participação dos segurados	- Exigido desde 01/01/2008	Lei nº 9.717/98, art. 1º, VI; Port. nº 204/2008, art. 5º, V; Port. nº 402/08, art. 10, § 3º
Inclusão de parcelas remuneratórias temporárias nos benefícios	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, X e XI; Port. nº 204/08, art. 5º, IX; Port. nº 402/08, art. 23, §§ 2º, 3º e 4º
Observância dos limites de contribuição do ente	- Exigido desde 01/10/2005	Lei nº 9.717/98, art. 2º; Port. nº 204/2008, art. 5º, XIV, "c"; Port. nº 402/08, art. 3º, III
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas	- Exigido desde 01/10/2005	Lei nº 9.717/98, art. 3º; Port. nº 204/2008, art. 5º, XIV, "a" e "b"; Port. nº 402/08, art. 3º, I e II
Regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios	- Exigido desde 01/10/2005	Lei 9717/98, art. 5º; Lei 10887/04, arts. 1º, 2º e 15; Port. 204/08, art. 5º, XI, a, c; Port. 402/08, art. 25
Unidade gestora e regime próprio únicos	- Exigido desde 01/01/2008	Lei nº 10.887/04, art. 9º; Port. nº 204/2008, art. 5º, IV; Port. nº 402/08, art. 10
Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, III; Port. nº 204/08, art. 5º, VI; Port. nº 402/08, arts. 13, 14, 15, § 4º
Utilização dos recursos previdenciários - Previsão legal	- Exigido desde 26/03/2004	Lei nº 9.717/98, art. 1º, III; Port. nº 204/08, art. 5º, VI; Port. nº 402/08, arts. 13, 14 e 15, § 4º

7. Despesas Orçamentárias do Exercício de 2012

Contemplam os dispêndios com folha de pagamentos de aposentadorias, pensões e outros benefícios do Regime Financeiro do Poder Executivo, Câmara Legislativa, Tribunal de Contas e pagamentos de gratificações aos militares, bem como do Regime Previdenciário do Poder Executivo, distribuídos a seguir:

Descrição	Planos		Total
	Financeiro	Previdenciário	
Pagamentos a Beneficiário	1.485.424.008	532.420	1.485.956.428
Executivo	1.329.778.038	532.420	1.330.310.458
Aposentadorias e Reformas	994.396.637	390.709	994.787.346
Pensões	331.921.085	141.711	332.062.796
Outros Benefícios Previdenciários	3.460.316	-	-
CLDF	28.397.199	-	-
Aposentadorias e Reformas	25.253.461	-	-
Pensões	2.044.338	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	1.099.400	-	-
TCDF	94.229.420	-	-
Aposentadorias e Reformas	72.926.954	-	-
Pensões	20.201.746	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	1.100.720	-	-
Pagamento a Beneficiário Militar	33.019.351	-	-
Reformas	27.569.802	-	-
Pensões	5.396.066	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	53.483	-	-



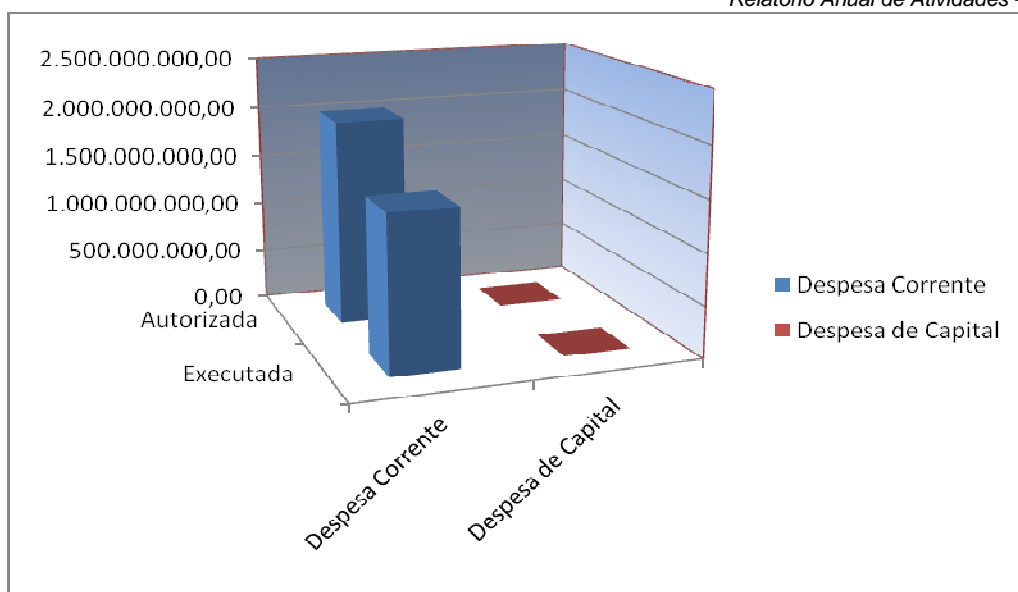
7.1. Execução da Despesa Orçamentária do exercício de 2012

Despesa orçamentária é aquela que depende de autorização legislativa para ser realizada e que não pode ser efetivada sem a existência de crédito orçamentário que a corresponda suficientemente. Neste Instituto, foram utilizadas as despesas correntes para cobrir entre outros gastos, os com pessoal do Instituto, material de consumo, serviços de terceiros; e gastos com folha de pagamentos de aposentadorias, pensões e outros benefícios do regime financeiro do Poder Executivo, Câmara Legislativa, Tribunal de Contas e pagamentos de gratificações aos militares e do regime previdenciário do Poder Executivo.

Execução Orçamentária por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Autorizada	Executada	%
Despesa Corrente	2.006.603.661	1.507.733.147	75,14%
Despesa de Capital	1.000	0	0
Total	2.006.604.661	1.507.733.147	75,14%

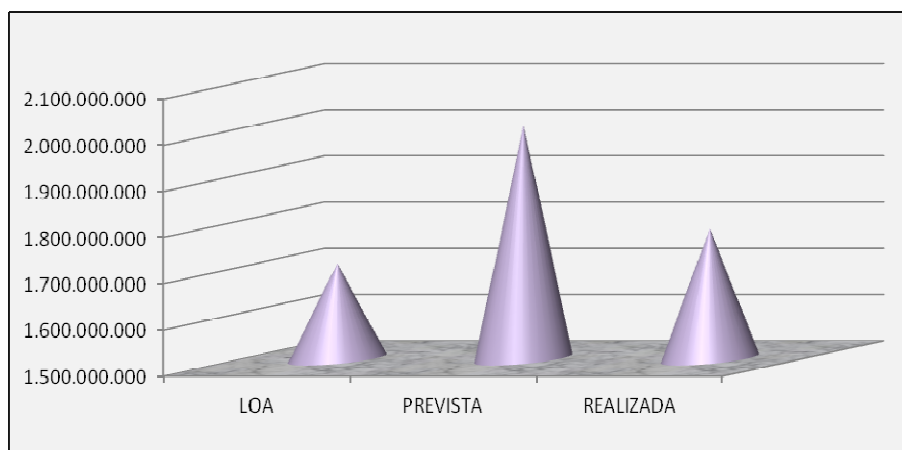
Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas - SIGGO



7.2. Realização da Receita Orçamentária do exercício de 2012

Receita Orçamentária: contempla as receitas previdenciárias provenientes da contribuição pessoal civil (ativos, inativos e pensionistas, além de outras contribuições), contribuição pessoal militar (ativo, inativo e pensionista), contribuições decorrentes do Sistema COMPREV, contribuição patronal, receitas de valores mobiliários, serviços administrativos, indenizações e restituições e as decorrentes de repasses do Tesouro.

Descrição	LOA 4.744/2011	LOA + Dotação Suplementar	Realizadas (3)		
			Fundo Financeiro	Fundo Capitalizado	Total
Contribuição do Servidor Ativo	1.037.817.422	1.037.817.422	850.699.705	121.387.930	972.087.634
Contribuição do Servidor Inativo	216.014.458	216.014.458	215.535.311	14.181	215.549.492
Contribuição do Pensionista	22.155.401	22.155.401	25.960.984	1.288	25.962.272
Contribuição Patronal	225.847.716	225.847.716	361.781	238.062.573	238.424.354
Outras Receitas Intra-orçamentárias	0	0	0		0
Outras Contribuições do Servidor	1.174.560	1.174.560	3.154.674	0	3.154.674
Subtotal	1.503.009.557	1.503.009.557	1.095.712.456	359.465.971	1.455.178.427
COMPREV	168.685.322	168.685.322	143.757.229	0	143.757.229
Restituições de Proventos e Salários	0	0	106.714	0	106.714
Serviços Administrativos	0	0	22	0	22
Multa e Juros de Mora das Contribuições	0	0	168	311617	311785
Receita Patrimonial	34.291.156	34.291.156	5.245.697	177.333.821	182.579.518
Subtotal	1.705.986.035	1.705.986.035	1.244.822.286	537.111.409	1.781.933.695
Repasse Financeiro - Tesouro	0	270.299.307	0	0	0
Subtotal	1.705.986.035	1.976.285.342	1.244.822.286	537.111.409	1.781.933.695
Superávit - Exercício 2011 (Crédito Aberto)	0	30.435.269	0	0	0
Contingenciamento	0	-115.953	0	0	0
Bloqueado	0	0	0	0	0
Total Geral	1.705.986.035	2.006.604.658	1.244.822.286	537.111.409	1.781.933.695

Receita Orçada/Realizada

Fontes: (1) Lista Consolidação da Receita – SIGGO
 (2) Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – SIGGO
 (3) Balancetes Financeiro e Previdenciário – 2012 – SIGGO

7.3. Governança Corporativa

No exercício de 2012, o Instituto contou com a atuação dos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal, ambos instituídos conforme Lei Complementar nº 769/2008, de 30 de junho de 2008, Artigos nºs: 88 e 89.

O atual Conselho de Administração – CONAD foi nomeado pelo Decreto nº 33.932, de 02 de outubro de 2012 e empossado em 04 de dezembro de 2012 e o Conselho Fiscal foi nomeado por meio do Decreto nº 33.695, de 31 de maio de 2012.

No âmbito do Conselho de Administração foram abordados os seguintes temas:

- Necessidade de apresentação de propostas para alteração da Lei Complementar 769/2008;
- Rediscussão do Regimento Interno do CONAD;
- Solicitação de esclarecimentos junto à Diretoria do IPREV acerca dos custos com a mudança de prédio do Palácio do Buriti para o Setor de Indústrias/SIA;
- Ciência dos processos e contratos em tramitação no IPREV;
- Apresentação formal do Conselho de Administração à nova Diretoria do IPREV, nomeada pelo Decreto nº 129 de 3 de julho de 2012;
- Eleição do Presidente e Vice Presidente do Conselho para o exercício do novo mandato;
- Análise da Política de Investimentos do Instituto para o exercício de 2013;
- No âmbito do Conselho Fiscal – CONFIS foram abordados os seguintes temas:
- Apresentação formal do Conselho Fiscal à nova Diretoria, nomeada conforme Decreto nº 129 de 3 de julho de 2012;

- Solicitação à Diretoria do IPREV para acesso ao Sistema SIGGO por parte dos conselheiros fiscais, para posteriores análises dos balancetes e balanço do IPREV/DF;

- Solicitação à Diretoria do IPREV para contratação de Consultoria Técnica com o propósito de auxiliar os trabalhos do Conselho Fiscal – CONFIS.

No âmbito da Diretoria Executiva foram executadas as seguintes atividades:

- Assinatura do Protocolo de Intenções com o Ministério da Previdência Social – MPS para pagamento do estoque de compensação previdenciária;
- Elaboração do diagnóstico situacional do IPREV;
- Encaminhamento à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de processo relativo à incorporação dos imóveis dominicais do Distrito Federal ao patrimônio do IPREV;
- Criação do Comitê de Investimentos conforme Portaria nº 01, publicada no DODF nº 32 de 01 de novembro de 2012, em consonância com a Lei Complementar nº 769 de 30 de junho de 2008 e Portaria do Ministério da Previdência Social nº 170 de 25.04.2012.

No decorrer de 2012, o Instituto de Previdência disponibilizou aos membros do Conselho Fiscal e de Administração, bem como a servidores do Instituto o acesso ao Curso de Certificação em Investimentos Financeiros, visando à capacitação técnica e a contribuição efetiva nas discussões acerca dos investimentos, além de fomentar o diálogo democrático e participativo entre a Diretoria e os Conselhos vinculados ao IPREV.

7.4. Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Distrito Federal

O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Distrito Federal foi instituído em 30 de outubro de 2012, conforme Portaria nº 01, publicada no DODF nº 32 de 01 de novembro de 2012, em consonância com a Lei Complementar nº 769 de 30 de junho de 2008 e Portaria do Ministério da Previdência Social nº 170 de 25.04.2012.

A Portaria nº 170 dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a seus Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, que comprovarão a elaboração da política anual de investimentos de que trata a Resolução nº 3922/2010, do Conselho Monetário Nacional -CMN, que dispõe sobre a aplicação dos recursos dos RPPS, mediante o envio à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.

Esse Comitê é órgão auxiliar da Diretoria Executiva no processo decisório de investimentos, o qual obedecerá a Política de Investimentos, legislação e diretrizes pertinentes.

7.5. Realização da Diretoria Jurídica do IPREV-DF

Dentre as atribuições da Diretoria Jurídica do Instituto destacam-se:

No Âmbito Interno

- Emissão de pareceres em processos de Questões Administrativas, juntamente com a área financeira do IPREV-DF, e em processos de concessão de aposentadorias e pensões em parceria com a Diretoria de Previdência do IPREV-DF;

- Prestação de informações sobre processos judiciais em andamento e opinativos jurídicos.

No Âmbito Externo

- Em cumprimento ao Art. 95 da Lei complementar nº 769/08 o Patrocínio desta Autarquia é exercido pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

- Subsídio à PGDF acerca de informações dos servidores;

- Recebimento de Mandados e Citações e Intimações;

- Encaminhamento das citações aos órgãos de origem do servidor, visando à obtenção dos assentos funcionais para a instrução aos autos dos processos.

Estatísticas – Processos Externos

Existem 103 processos em que o IPREV-DF é parte, dentre eles, 33 são do exercício de 2012.

De Janeiro a 31 de Dezembro de 2012 foram enviados 291 ofícios; 232 processos nos quais consta esta Autarquia no polo passivo e 59 processos em que o IPREV auxilia com informações referentes a servidores.

Estatísticas – Processos Internos

No exercício de 2012 foram emitidos 25 pareceres, de janeiro a junho, elaborados pelo Diretor Jurídico exonerado em julho/2012 e 17 pareceres, de julho a dezembro, elaborados pelo novo Diretor Jurídico deste Instituto.

8. Equilíbrio Financeiro e Atuarial

8.1. Equilíbrio Financeiro

É o método que garante, no período de um ano (exercício financeiro) que as receitas sejam suficientes para honrar as despesas previdenciárias.

8.2. Equilíbrio Atuarial

É o método que garante que as receitas serão suficientes para pagar as despesas previdenciárias durante a sobrevivência dos servidores e seus dependentes que compõem o plano.

A elaboração da avaliação atuarial inicial e reavaliações decorrem de exigências da Lei nº 9.717/1998 e servem de instrumento para análise e adequação dos planos de custeio, que visam a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio.

A avaliação atuarial é o estudo técnico desenvolvido com base nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada e objetiva estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

Os Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) e a Política de Investimentos são exigidos, anualmente, pelo Ministério da Previdência Social após aprovados pelo Conselho de Administração.

A avaliação atuarial complementa as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe, em seu art. 24, que nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000 (art.4º , § 2º, inciso IV, alínea “a”) estabelece que o Demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS deve compor o Anexo de Metas Fiscais, cuja finalidade é explicitar a real situação atuarial do regime próprio de previdência, numa perspectiva de longo prazo. A partir desse demonstrativo é elaborada uma análise descritiva dos parâmetros utilizados na avaliação atuarial e de valores que possuam maior relevância para o atendimento da situação financeira e atuarial do RPPS.

Outros três demonstrativos que contemplam informações relacionadas aos regimes próprios de previdência social devem compor o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO (art. 53 da LRF):

- Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos: tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do regime próprio dos servidores públicos, que o ente da Federação manter ou vier a instituir;

- Anexo VI – Demonstrativo do Resultado Nominal: objetiva demonstrar a evolução da dívida fiscal líquida dos entes públicos.

Apesar de não afetar o limite de endividamento do ente público, em função dos valores relativos ao RPPS serem apresentados à parte, todos os entes da Federação que pagam aposentadorias ou pensões, que criaram ou não entidades para gerir o RPPS, deverão elaborar o Demonstrativo do Resultado Nominal;

- Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos: apresenta a projeção atuarial de, pelo menos, 35 anos dos servidores públicos vinculados ao regime próprio de previdência social.

A avaliação atuarial inicial e suas respectivas atualizações são, ainda, a base de cálculo da provisão matemática previdenciária, que decorre da expectativa da concessão de benefícios ou pelo fato de o benefício haver sido concedido.

O Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF adotou duas modalidades de planos previdenciários:

8.3. Fundo Financeiro – Seguridade Social

Formado pelos servidores admitidos até 31 de dezembro de 2006 e benefícios gerados por estes, bem como aposentadorias e pensões vigente à época da publicação Lei Complementar nº 769, de 01 de julho de 2008. Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Repartição Simples.

Plano de Custeio

Contribuintes do Sistema	Percentual de Contribuição
Ente	22% da folha de segurados ativos
Servidor Ativo Efetivo	11% da remuneração
Servidor Inativo	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência
Pensionistas	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência

Quantitativo da População Estudada por Segmento: 31/08/2012

Ativos	Inativos	Pensionistas
66.825	36.479	8.988

Fonte: Avaliação Atuarial – Governo do Distrito Federal – DF

Agosto/2012 – fl. 67

Atualmente, estão vinculados ao FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA – SEGURIDADE SOCIAL 66.825 servidores ativos com data de admissão até 31/dez/06, 36.479 aposentados e 8.988 pensionistas, sendo os benefícios financiados pelo regime financeiro de Repartição Simples.

A despesa previdenciária deste grupo evoluirá gradativamente, havendo, em momento futuro a necessidade de aumento de participação financeira do Governo do Distrito Federal visto que à medida que o número de participantes ativos reduzir e o de aposentados e pensionistas aumentar, o valor da arrecadação com contribuição não será suficiente para cobrir as despesas correntes.

No entanto, num segundo momento, esses gastos começarão a reduzir, fazendo com que o custo previdenciário passe a ser decrescente, reduzindo gradativamente até a completa extinção do grupo.

O Governo do Distrito Federal complementa a diferença entre as receitas resultantes do plano de custeio atual e as despesas correntes, o que continuará acontecendo, visto que este Fundo é financiado pelo regime financeiro de Repartição Simples, cuja premissa é a não formação de reservas financeiras.

Estatísticas – data-base dos dados: 31/08/2012

População	Quantidade		Remuneração Média		Idade Média	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Ativos	44.354	22.471	R\$ 6.340	R\$ 6.982	46	48
Aposentados por Tempo de Contribuição	20.401	8.435	R\$ 7.749	R\$ 7.270	63	68
Aposentados por Idade	415	498	R\$ 3.774	R\$ 2.588	70	74
Aposentados Compulsória	571	792	R\$ 4.097	R\$ 2.344	70	75
Aposentados por Invalidez	3.250	2.117	R\$ 5.659	R\$ 4.329	67	72
Pensionistas	7.306	1.682	R\$ 4.901	R\$ 5.028	62	53

Avaliação Atuarial – Governo do Distrito Federal – DF

Agosto/2012 – fl. 109

8.4. Provisões Matemáticas Previdenciárias

Um passivo ou uma exigibilidade pode ser definido como uma obrigação, que é o dever ou a responsabilidade de agir ou de cumprir (Iudícibus & Marion, 1999:157). Quando essa obrigação refere-se a passivos de montante e prazo incertos, temos uma provisão. Giuntini et al (2003:11) esclarecem que o montante a reconhecer como provisão deverá ser a melhor estimativa da quantia exigida para liquidar a obrigação presente, na data de referência do balanço, feita com base na experiência passada e, se necessário, recorrendo a pareceres de especialistas.

No rol das provisões passivas a serem constituídas pela unidade gestora do RPPS, destaca-se a de natureza atuarial, projetada em função de apuração dos compromissos previdenciários (Plano Financeiro e Plano Previdenciário) sob sua responsabilidade, intitulada Provisão Matemática Previdenciária, que representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, traduzidos a valor presente.

A norma contábil brasileira relativa à contabilização da provisão matemática previdenciária encontra-se em perfeita consonância com o disposto na Norma Internacional de Contabilidade – NIC nº 19, que regulamenta o registro contábil das Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Reconhecem-se como provisões as obrigações provenientes de fatos passados existentes, independentemente de ações futuras da entidade. Por sua vez, para que um passivo cumpra com os requisitos necessários a seu reconhecimento, deve existir não só uma obrigação presente, mas também a probabilidade de fluxo de recursos para honrar essa obrigação, como é o caso da provisão matemática previdenciária dos RPPS.

O registro contábil da provisão matemática previdenciária também encontra respaldo nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, com destaque para o Princípio da Oportunidade, que exige a apreensão, o registro e o relato de todas as variações sofridas no patrimônio de uma entidade, no momento em que elas ocorrerem (CFC, 48/2000).

No caso dos RPPS, desde o primeiro dia em que o segurado servidor passa a contribuir para o seu plano de previdência, a entidade previdenciária tem o compromisso de arcar com a cobertura dos seus benefícios, ainda que sob a forma de compensação previdenciária (no caso de o servidor migrar para o regime geral). Ou seja, a provisão matemática previdenciária sempre será constituída enquanto houver adesões aos RPPS, ou enquanto forem mantidas as já existentes. Em razão de sua natureza, as provisões matemáticas previdenciárias serão classificadas contabilmente no passivo exigível a longo prazo.

Provisões Matemáticas - Exercício 2012

Benefícios Concedidos	1.687.610.542
Benefícios a Conceder	-20.257.806.233
Total	-18.570.195.690

Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - 2012 A 2087**Plano Financeiro**

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2012	479.391.671	920.222.458	0,01
2013	2.041.587.014	4.283.000.767	0,01
2014	1.859.219.410	4.798.189.425	0,01
2015	1.766.418.240	5.003.240.310	0,01
2016	1.702.100.786	5.110.947.191	0,01
2017	1.686.676.390	5.041.355.734	0,01
2018	1.613.199.356	5.169.276.831	0,01
2019	1.531.977.376	5.318.211.154	0,01
2020	1.440.676.575	5.496.214.919	0,01
2021	1.348.739.530	5.670.362.531	0,01
2022	1.252.829.227	5.852.680.970	0,01
2023	1.152.762.403	6.043.550.517	0,01
2024	1.061.797.740	6.197.223.228	0,01

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2025	973.376.964	6.336.426.480	0,01
2026	894.784.807	6.435.941.601	0,01
2027	820.030.472	6.517.022.348	0,01
2028	736.397.579	6.624.881.723	0,01
2029	665.407.927	6.683.968.525	0,01
2030	604.127.432	6.702.790.677	0,01
2031	549.898.034	6.694.602.035	0,01
2032	504.550.692	6.653.029.088	0,01
2033	462.937.244	6.594.879.458	0,01
2034	429.083.744	6.507.015.553	0,01
2035	399.354.544	6.402.374.006	0,01
2036	373.686.881	6.281.239.172	0,01
2037	350.560.493	6.149.207.300	0,01
2038	329.990.883	6.006.290.076	0,01
2039	312.162.179	5.852.030.630	0,01
2040	296.032.805	5.690.198.589	0,01
2041	281.536.887	5.521.143.079	0,01
2042	268.160.476	5.346.709.607	0,01
2043	255.266.094	5.169.285.912	0,01
2044	242.873.098	4.988.803.782	0,01
2045	231.373.953	4.804.035.681	0,01
2046	220.364.131	4.616.647.900	0,01
2047	209.586.390	4.427.573.982	0,01
2048	198.962.817	4.237.342.552	0,01
2049	149.110.784	4.045.646.390	0,01
2050	139.592.513	3.852.934.038	0,01
2051	130.248.849	3.660.010.500	0,01
2052	121.096.589	3.467.229.864	0,01
2053	112.161.867	3.274.954.482	0,01
2054	103.463.167	3.083.646.915	0,01
2055	95.023.752	2.893.765.099	0,01
2056	86.869.951	2.705.733.182	0,01
2057	79.024.857	2.520.161.038	0,01
2058	71.510.894	2.337.553.638	0,01
2059	64.354.327	2.158.510.417	0,01
2060	57.574.502	1.983.765.086	0,01
2061	51.188.028	1.813.974.050	0,01
2062	45.208.274	1.649.816.425	0,01
2063	39.649.249	1.492.056.784	0,01
2064	34.517.536	1.341.313.562	0,01
2065	29.818.591	1.198.166.620	0,01
2066	25.552.842	1.063.097.333	0,01
2067	21.714.388	936.610.538	0,01
2068	18.291.559	819.035.929	0,01
2069	15.267.443	710.673.184	0,01
2070	12.618.470	611.686.868	0,01
2071	10.320.011	522.090.335	0,01
2072	8.345.138	441.748.004	0,01
2073	6.666.948	370.378.440	0,01
2074	5.258.470	307.525.197	0,01
2075	4.090.175	252.702.289	0,01
2076	3.134.609	205.347.296	0,01
2077	2.363.662	164.891.859	0,01
2078	1.752.907	130.758.817	0,01
2079	1.279.705	102.291.107	0,01
2080	922.320	78.877.902	0,01
2081	659.890	59.876.119	0,01
2082	472.944	44.727.930	0,01
2083	342.886	32.914.799	0,01
2084	253.980	23.930.305	0,01
2085	193.393	17.284.134	0,01
2086	151.182	12.511.712	0,01
2087	120.601	9.161.611	0,01

Fonte: Avaliação Atuarial – Governo do Distrito Federal – DF (Agosto/2012 – fl.110/111)

8.5. Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV

Composto pelos servidores admitidos a partir de 01 de janeiro de 2007 e com benefícios gerados por estes servidores vinculados ao **Fundo Previdenciário** do Distrito Federal - DFPREV, administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, sob o regime de capitalização.

Plano de Custeio

Contribuintes do Sistema	Percentual de Contribuição
Ente	22% da folha de segurados ativos
Servidor Ativo Efetivo	11% da remuneração
Servidor Inativo	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência
Pensionistas	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência

Quantitativo da População Analisada por Segmento DFPREV: 31/08/2012

Ativos	Inativos	Pensionistas
20.560	12	8

Fonte: Avaliação Atuarial – Governo do Distrito Federal – DF (Agosto/2012 – fl.7)

Analisando a composição da população de servidores do Governo do Distrito Federal vinculada ao DFPREV, verifica-se que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 0,10% do grupo. Esta distribuição aponta para uma proporção de 1.028 servidores ativos para cada servidor aposentado ou dependente em gozo de benefício, conforme demonstrado no quadro a seguir.

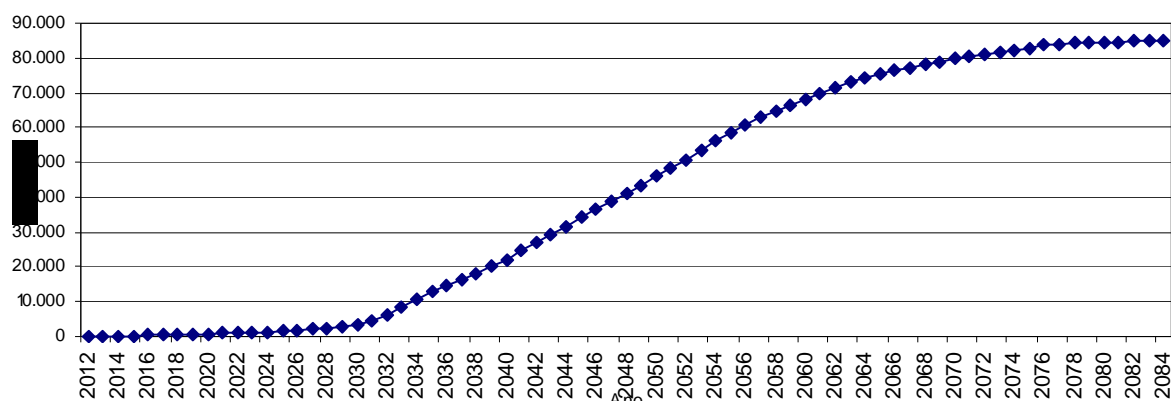
Proporção entre Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas

Discriminação	Ativos	Aposentados e Pensionistas	Proporção Ativos / Aposentados e Pensionistas
Quantitativo	99,90%	0,10%	1.028

Fonte: Avaliação Atuarial – Governo do Distrito Federal – DF (Agosto/2012 – fl.7)

O gráfico abaixo demonstra a evolução da população de servidores aposentados e pensionistas do Governo do Distrito Federal vinculada ao DFPREV prevista para as próximas décadas. Esta previsão é realizada considerando as possibilidades de desligamento que o grupo está sujeito, quais sejam: benefícios de aposentadoria e invalidez.

Evolução do número de participantes Vinculados ao DFPREV



Fonte: Avaliação Atuarial – Governo do Distrito Federal – DF (Agosto/2012 – fl.7)

Como pode ser observado no gráfico, a concessão dos benefícios concedidos do DFPREV evoluirá gradativamente até atingir a maturidade, quando o quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas tenderá a estabilidade. Entretanto, variações nesse quantitativo podem ocorrer motivadas pela ocorrência dos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez ou pensão por morte).

Estatísticas – data-base dos dados: 31/08/2012

População	Quantidade		Remuneração Média		Idade Média	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Aposentados por Tempo de Contribuição	0	1	0	3.710	0	77
Aposentados por Idade	0	0	0	0	0	0
Aposentados Compulsória	1	3	2.730	R\$ 3.672	71	72
Aposentados por Invalidez	3	4	2.755	9.892	56	48

Fonte: Avaliação Atuarial – Governo do Distrito Federal – DF (Agosto/2012 – fl. 26)

Provisões Matemáticas – Fundo Previdenciário Capitalizado - Exercício 2012

Benefícios Concedidos	16.550.684
Benefícios a Conceder	576.145.759
Total	592.696.442
Ajuste do Resultado Atuarial Superavitário (25% RM)	121.100.215

Fonte: Avaliação Atuarial – Governo do Distrito Federal – DF (Agosto/2012 –fl. 51)

Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – 2012 A 2087
Plano Previdenciário

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2012	87.891.236	5.427.318	1.244.872.371
2013	486.243.489	32.473.350	1.773.334.853
2014	666.977.967	47.788.442	2.498.924.469
2015	763.909.376	58.317.703	3.354.451.610
2016	836.393.381	68.074.543	4.324.037.545
2017	864.637.324	75.757.085	5.372.360.037
2018	943.882.129	87.270.371	6.551.313.397
2019	1.029.449.476	100.023.954	7.873.817.722
2020	1.123.409.277	114.142.388	9.355.513.675
2021	1.217.309.663	129.118.511	11.005.035.647
2022	1.314.757.556	145.393.242	12.834.702.099
2023	1.415.410.931	163.022.504	14.857.172.652
2024	1.507.402.911	181.286.856	17.074.719.065
2025	1.596.928.528	201.017.273	19.495.113.464
2026	1.677.371.401	221.139.889	22.121.051.784
2027	1.753.825.708	243.336.744	24.958.803.855
2028	1.838.439.157	266.588.500	28.028.182.744
2029	1.910.651.359	320.187.176	31.300.337.891
2030	1.973.914.303	362.144.847	34.790.127.620
2031	2.030.123.579	455.567.551	38.452.091.305
2032	2.078.754.725	562.365.251	42.275.606.258
2033	2.125.720.758	729.634.679	46.208.228.712
2034	2.164.613.068	918.398.826	50.226.936.676
2035	2.195.561.819	1.080.273.098	54.355.841.597
2036	2.224.687.561	1.215.382.679	58.626.496.975
2037	2.251.583.026	1.356.382.758	63.039.287.063
2038	2.275.712.444	1.500.395.071	67.596.961.660
2039	2.297.701.172	1.657.453.631	72.293.026.900
2040	2.317.724.012	1.832.931.904	77.115.400.623
2041	2.335.429.626	2.019.738.766	82.058.015.520
2042	2.351.682.936	2.222.664.942	87.110.514.445
2043	2.366.120.694	2.424.803.783	92.278.462.222
2044	2.379.639.086	2.638.230.492	97.556.578.550
2045	2.390.614.018	2.833.053.496	102.967.533.785
2046	2.402.944.111	3.039.951.234	108.508.578.689
2047	2.412.523.936	3.224.029.182	114.207.588.164
2048	2.424.113.694	3.427.023.148	120.057.134.000
2049	2.433.416.765	3.622.003.918	126.071.974.887
2050	2.442.511.116	3.810.095.282	132.268.709.214
2051	2.451.319.100	4.003.708.510	138.652.442.357
2052	2.460.032.737	4.205.251.354	145.226.370.281
2053	2.467.149.580	4.399.816.773	152.007.285.305
2054	2.475.201.225	4.600.095.669	159.002.827.978
2055	2.482.820.621	4.811.080.295	166.214.737.983
2056	2.487.440.563	4.985.837.597	173.689.225.228
2057	2.492.924.802	5.143.503.953	181.459.999.591
2058	2.497.916.519	5.275.521.880	189.569.994.205
2059	2.505.259.247	5.420.838.802	198.028.614.302
2060	2.510.371.039	5.550.055.942	206.870.646.257
2061	2.517.255.434	5.699.105.626	216.101.034.841
2062	2.520.243.985	5.811.063.884	225.776.277.033
2063	2.526.468.958	5.937.689.593	235.911.633.020
2064	2.529.813.533	6.039.755.968	246.556.388.566
2065	2.534.303.522	6.132.637.702	257.751.437.700
2066	2.537.877.896	6.205.941.297	269.548.460.561
2067	2.543.216.258	6.288.531.955	281.976.052.498
2068	2.545.740.474	6.338.301.719	295.102.054.403
2069	2.551.472.953	6.408.970.910	308.950.679.710
2070	2.554.562.069	6.467.217.072	323.575.065.490

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2071	2.557.702.286	6.514.425.559	339.032.846.146
2072	2.560.694.678	6.562.225.345	355.373.286.247
2073	2.563.905.245	6.619.712.659	372.639.876.008
2074	2.564.443.518	6.647.004.518	390.915.707.568
2075	2.568.599.946	6.701.300.682	410.237.949.286
2076	2.570.065.400	6.750.056.576	430.672.235.068
2077	2.570.496.548	6.773.111.799	452.309.953.921
2078	2.571.399.328	6.785.984.718	475.233.965.767
2079	2.573.197.730	6.803.151.437	499.518.050.007
2080	2.573.132.311	6.801.768.743	525.260.496.575
2081	2.575.022.197	6.813.842.037	552.537.306.529
2082	2.575.570.880	6.824.928.846	581.440.186.954
2083	2.575.480.308	6.825.569.618	612.076.508.862
2084	2.576.119.692	6.830.387.012	644.546.832.074
2085	2.576.790.471	6.843.476.173	678.952.956.296
2086	2.575.789.631	6.841.829.061	715.424.094.244

Fonte: Avaliação Atuarial – Governo do Distrito Federal – DF (Agosto/2012 –fl. 55/56)

9. Carteira de Investimentos

A Política de Investimentos para o exercício de 2012, aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião de 22.12.2011 e respectiva ata publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, em 13.01.2012, foi elaborada em conformidade com a Portaria nº 155, de 15 de maio de 2008, revogada no decorrer de 2011, por meio da Portaria nº 519, de 24.08.2011, ambas do Ministério da Previdência Social de 24.08.2011 e a Resolução do Conselho Monetário Nacional, sob nº 3.922, de 25.11.2010. Na qualidade de gestor único do Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal, o IPREV/DF gerencia sua carteira de investimentos, tendo como objetivo garantir uma rentabilidade equivalente à variação do INPC + 6% ao ano, o que representa a sua exigibilidade atuarial, de maneira a garantir os futuros benefícios dos servidores do Distrito Federal e seus dependentes.

Evidenciamos a seguir, os objetivos, diretrizes, requisitos e restrições relativos à gestão da carteira de investimentos do IPREV/DF:

9.1. Objetivos

a) Definir as estratégias a serem utilizadas no processo de alocação e/ou realocação dos recursos em investimentos, de médio e longo prazo, de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial no exercício de 2012, observando as restrições legais vigentes e suas peculiaridades;

b) Apresentar tais estratégias aos gestores do Instituto, seus servidores, segurados, aposentados e pensionistas, órgãos reguladores e de fiscalização, de forma clara e objetiva;

c) Materializar um instrumento de planejamento e gerenciamento dos ativos e passivos sob gestão do Instituto, preservando a independência do processo de gestão de investimentos com relação a um gestor específico, isto é, apresentar ao gestor do processo de investimento as diretrizes que devem ser seguidas no direcionamento e gerenciamento das carteiras;

d) Identificar e definir claramente o processo de gerenciamento de seus ativos e passivos, de forma a preservar a qualidade da gestão da carteira de investimentos, orientando o direcionamento e diversificação de seus investimentos para ativos de menor risco e maior rentabilidade;

e) Estabelecer os parâmetros de retorno, risco, tolerância a risco e restrições de investimento, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.922/2010;

f) Definir as diretrizes e bases para o gerenciamento e alocação dos recursos do IPREV/DF, a fim de obter, no longo prazo, a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, em sintonia com os princípios norteadores da boa governança, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência;

g) Buscar a maximização do retorno e a minimização dos riscos, por meio da diversificação da carteira de investimentos, de forma a atingir a meta atuarial, considerando as perspectivas do cenário econômico e as restrições legais de alocação por segmento de investimento;

h) Rentabilizar a carteira de investimentos tendo por parâmetro de decisão o atendimento à meta atuarial previamente definida em patamar superior ao INPC, divulgado pelo IBGE, adicionado de 6% ao ano, de acordo com o perfil de suas obrigações, de forma a preservar o equilíbrio atuarial e financeiro, respeitadas as restrições legais de alocação de recursos por segmento de ativos;

i) Ter flexibilidade estratégica que permita aproveitar as oportunidades e adversidades da conjuntura econômica, sem prejuízo dos limites legais e da segurança dos investimentos.

9.2. Diretrizes

a) As macroalocações das aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência Social - IPREV/DF, obedecem aos limites, critérios de enquadramento e vedações definidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010;

b) A administração das carteiras de investimentos está baseada na otimização de segurança, de solvência, de liquidez, de rentabilidade e dos riscos componentes de renda fixa, de renda variável, de imóveis e de seus derivativos, buscando o cumprimento das obrigações atuariais do IPREV/DF;

c) A gestão dos recursos do IPREV/DF é de natureza própria e realizada por pessoa aprovada em exame de certificação, organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais;

d) A carteira de investimentos é gerida de forma qualificada e prudencial de forma a garantir liquidez suficiente para atender compromissos previdenciários e ter flexibilidade estratégica para se posicionar tanto nas oportunidades quanto nas adversidades que surjam no mercado.

9.3. Requisitos Legais

a) As decisões de investimentos seguem rigorosamente as regras determinadas pela Secretaria de Previdência Social (SPS) do Ministério da Previdência e Assistência Social, Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de qualquer outro órgão competente;

b) Os normativos legais aos quais estão subordinadas as aplicações dos recursos do IPREV/DF – gestor único do fundo com finalidade previdenciária instituído pelo Distrito Federal nos termos da Lei Federal nº 9.717/98 – estão dispostos na Resolução nº 3.922. de 24 de novembro de 2010;

c) Conforme Portaria MPS nº 155, de 15 de maio de 2008, revogada no decorrer de 2011, por meio da Portaria nº 519, de 24.08.2011, ambas do Ministério da Previdência Social de 24.08.2011, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar junto à SPS que os responsáveis pela gestão dos recursos dos seus regimes próprios de previdência social tenham sido aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

9.4. Alocações dos Ativos

a) Os investimentos são realizados em carteiras administradas por meio de fundos de investimentos ou em cotas de fundos de investimentos geridos por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, detentora de classificação de risco soberano, com elevados níveis de governança corporativa e de qualidade da carteira de crédito, além de ambiente qualificado de controle e gestão de recursos de terceiros;

b) Conforme previsto na Política de Investimentos de 2012, os investimentos dos recursos do IPREV foram realizados por meio de carteira administradas pelo Banco de Brasília (BRB), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A;

c) Os recursos do IPREV/DF, representados por disponibilidades financeiras, são depositados em contas próprias, em instituições financeiras bancárias devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, controlados e contabilizados de forma segregada dos recursos do Governo do Distrito Federal;

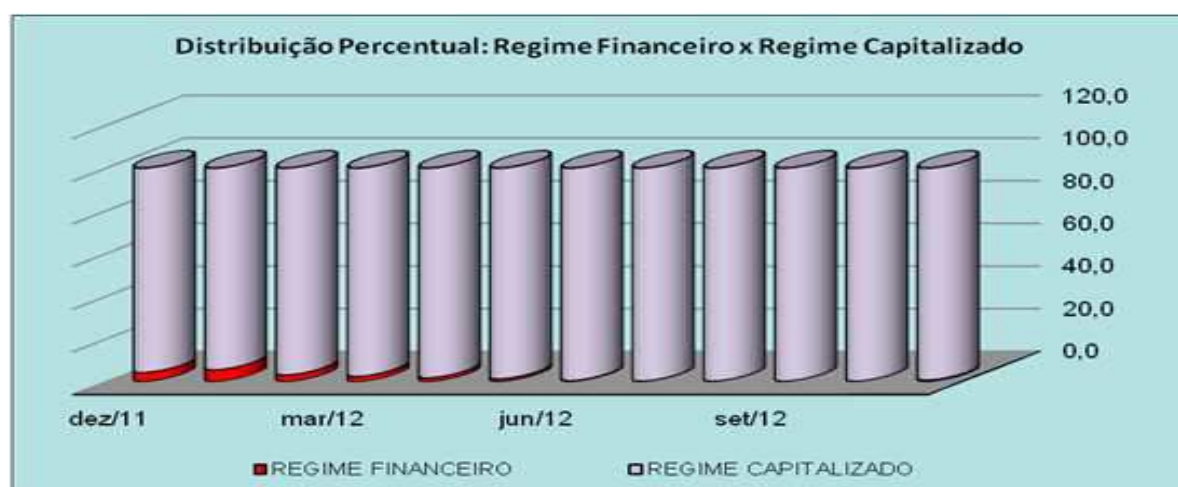
d) Os recursos são segregados em dois regimes: financeiro e capitalizado e o direcionamento das aplicações para fundos de investimentos é feito, também, de forma segregada, com controles em contas específicas, de forma a racionalizar o acompanhamento da carteira de investimentos, preservando o tripé que norteia a gestão de recursos: manutenção da rentabilidade, minimização de riscos e controle da liquidez.

O total dos investimentos sob gestão do Instituto apresentaram crescimento de 75,57%, em 2012, ao atingir o montante de R\$ 1,263 bilhões, assim segregados:

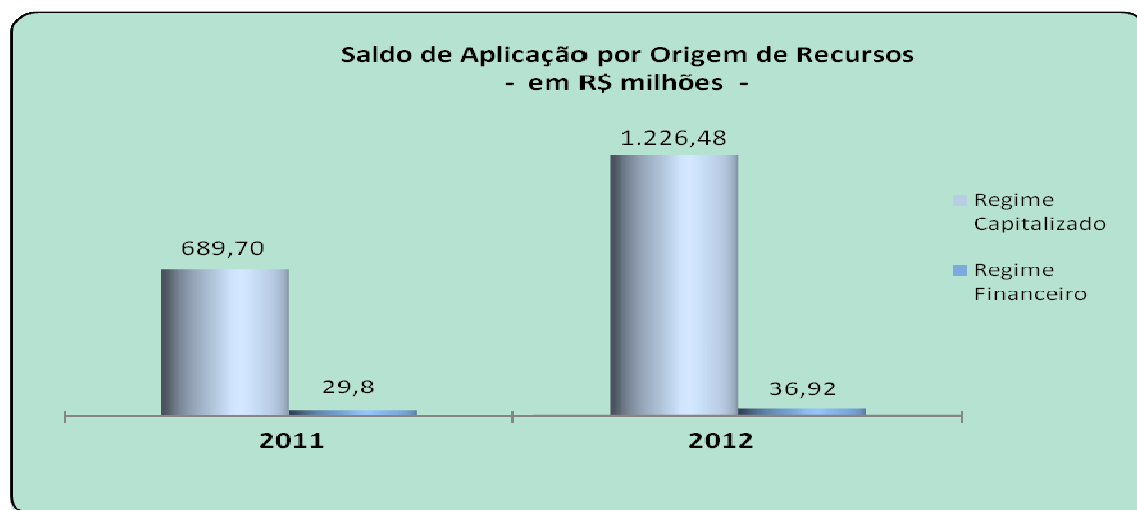
Data-Base	Regime Financeiro	Regime Capitalizado	Total Geral da Carteira
31.12.2011	29.891.816	689.701.283	719.593.098
31.01.2012	41.407.033	725.787.246	767.194.279

Data-Base	Regime Financeiro	Regime Capitalizado	Total Geral da Carteira
29.02.2012	23.553.975	766.329.916	789.883.891
30.03.2012	19.234.955	806.456.975	825.691.930
30.04.2012	14.836.281	861.217.012	876.053.293
31.05.2012	11.255.418	900.756.540	912.011.958
29.06.2012	3.637.852	928.398.963	932.036.816
31.07.2012	1.755.048	978.519.462	980.274.510
31.08.2012	1.606.958	1.023.347.509	1.024.954.467
28.09.2012	1.486.622	1.066.107.176	1.067.593.798
31.10.2012	1.527.356	1.130.657.835	1.132.185.191
30.11.2012	7.525.214	1.169.898.882	1.177.424.096
31.12.2012	36.918.392	1.226.478.800	1.263.397.192

A distribuição percentual das aplicações entre os regimes financeiro e capitalizado apresentou o seguinte perfil:



A seguir, estão evidenciados os estoques das aplicações, por origem de recursos, ao final dos exercícios de 2011 e 2012.



A segmentação e respectivas alocações por classe de ativos atendem aos parâmetros e limites exigidos pela Resolução CMN 3.922/2010, constantes da Política de Investimentos para o exercício de 2012:

Quadro Resumo – Limites por Segmento de Aplicação – Exercício de 2012 (RESOLUÇÃO CMN nº 3.922, de 25/11/2010)

Resolução CMN nº 3.922 10

Segmento	Art.	Inciso	Alínea	Limite Legal de Aplicação	Tipo de Ativo	Limites de Diversificação	Limite Superior %
Renda Fixa (Máximo 100%)	7º	I	a	100%	Títulos Públicos (SELIC)		0
		I	b	100%	Cotas de FI com 100% TPF	20% PL FI / 70% IMA	33
		II		15%	Compromissada Lastreada em TPF	20% PL FI	0
		III	a	80%	Cotas de Fundos de Investimento Referenciados em RF (IMA ou IDKA)	20% PL RPPS e 20% PL FI / 70% IMA	12
		IV		30%	Cotas de Fundos de Investimentos Previdenciários Classificados como RF ou Referenciados sob a forma de Condomínio Aberto	20% PL FI	30
		V		20%	Depósito de Poupança		0
		VI		15%	Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) Abertos	20% PL FI	5
		VII	a	5%	Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) Fechados	20% PL FI	3
		VII	b	5%	Cotas de Fundos de Investimentos de RF ou Referenciados que contenham em sua denominação a expressão "Crédito Privado"	20% PL RPPS e 25% PL FI	5
Renda Variável (Máximo 30%)	8º	I		30%	Cotas de Fundos de Investimentos sob a forma de Condomínio Aberto, Referenciado, admitindo-se exclusivamente ao IBOVESPA, IBRX ou IBRX-50	20% PL RPPS e 25% PL FI	5
		II		20%	Cotas de Fundos de Índices referenciados em Ações, Negociadas em Bolsa de Valores, Admitindo-se exclusividade ao IBOVESPA, IBX e IBX-50	20% PL FI	2
		III		15%	Cotas de Fundos de Investimento em Ações	20% PL FI	0
		IV		5%	Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Abertos	20% PL FI	5
		V		5%	Cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP) Fechados, Cumulativo com o Limite do Inciso II	20% PL FI	0
		VI		5%	Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII)	20% PL FI	0
Imóveis (Máximo Carteira de Imóveis)	9º			Terrenos ou Outros Imóveis Vinculados por Lei ao RPPS	Aplicações no Segmento de Imóveis		0

9.5. Cenário Macroeconômico e a Indústria de Fundos de Investimentos

O cenário financeiro internacional desfavorável, iniciado em 2008 com importantes reflexos ainda no decorrer de 2012, resultantes do elevado nível de endividamento público por parte das grandes economias mundiais, notadamente a americana, as dos países da zona do euro, e mais recentemente impactando a dos países asiáticos com destaque para a economia chinesa, associado às barreiras de natureza político-econômicas enfrentadas por seus governantes para implementar medidas de austeridade fiscal, gerou uma crise de liquidez de dimensões jamais observadas, desde a década de 20, com efeitos sistêmicos nos mercados internacionais.

Em que pese os fatores negativos de diminuição da liquidez internacional, a indústria brasileira de fundos continuou em plena expansão no volume de patrimônio sob gestão.

A captação líquida de R\$ 2,3 trilhões em 2012, foi a terceira maior da história e pode ser considerada a demanda por produtos mais adequados ao novo cenário de juros, refletindo a reação dos investidores ao novo cenário econômico brasileiro, no qual devem prevalecer taxas de juros reais mais baixas e mais próximas às registradas nos demais países.

A captação dos fundos em 2012 mostra a busca dos investidores por produtos mais sofisticados e com perfil de longo prazo, como os fundos multimercado e os de previdência liderando em captação. A busca por diversificação, deve se consolidar ainda mais ao longo deste ano, o que também deve levar à sofisticação das carteiras, com aumento da participação de títulos privados, renda variável e fundos estruturados no portfólio dos fundos.

Desempenho da indústria de Fundos

As captações recordes da indústria de fundos nos últimos quatro anos contribuíram para que o PL (Patrimônio Líquido) dobrasse no período, passando de R\$ 1,12 trilhão em 2008 para R\$ 2,3 trilhões em 2012. O resultado permitiu que o Brasil consolidasse a 6ª posição no ranking mundial, com US\$ 1,1 trilhão sob gestão, atrás de países como Estados Unidos, Luxemburgo, Austrália, França e Irlanda.

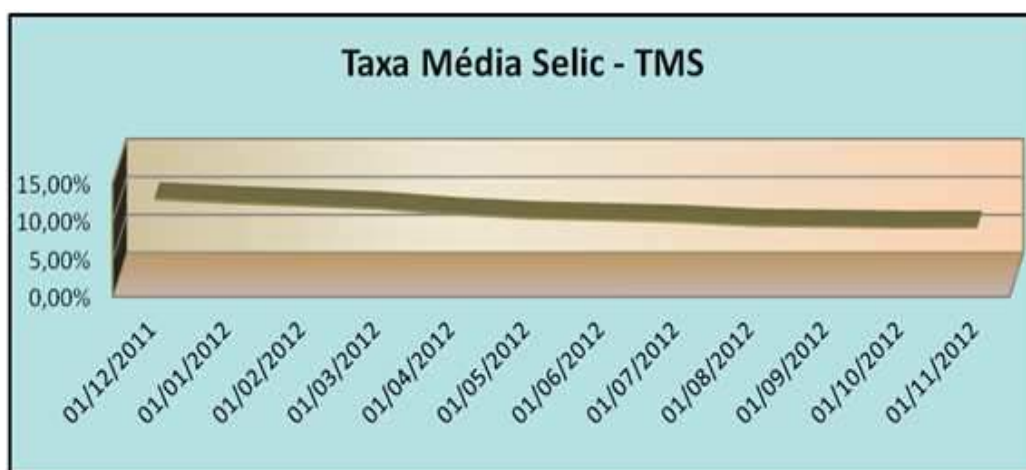
Na comparação com 2011, o PL cresceu 16%, passando de R\$ 1,93 trilhão para R\$ 2,3 trilhões. A captação foi a terceira maior da história da indústria, de R\$ 97,6 bilhões, inferior apenas aos resultados de 2010 (R\$ 113,3 bilhões) e 2011 (R\$ 99,1 bilhões).

A captação líquida dos fundos Multimercados atingiu R\$ 20,6 bilhões no período, concentrada no segmento Private Banking (cliente com capacidade de investimento de ao menos R\$ 1 milhão), que registrou captação líquida positiva de R\$ 21,5 bilhões. A categoria Previdência, no entanto, manteve a liderança na captação, com R\$ 35 bilhões em 2012, enquanto os fundos de Renda Fixa captaram R\$ 9,4 bilhões.

Rentabilidade

O tipo Renda Fixa Índices é o grande destaque da indústria de fundos no ano e em 24 meses, com rentabilidade de 21,71% e 39,71%, respectivamente. Os fundos da categoria Ações superaram a alta do Ibovespa e fecharam o ano com rentabilidade positiva: Ações Livre (19,29%), Ações Small Caps (20,56%) e Ações Sustentabilidade/Governança (19,45%).

Diante do cenário macroeconômico adverso observado no decorrer de 2012, advindo da crise financeira mundial e tendo por balizamento de decisão a manutenção dos índices de preços dentro das metas inflacionárias, medidas pelo IPC-A, associado ao controle da atividade produtiva de forma a preservar níveis satisfatórios de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, o Comitê de Política Monetária – COPOM efetuou ajustes na Taxa Média Selic – TMS, de forma prudencial conforme demonstrados a seguir:



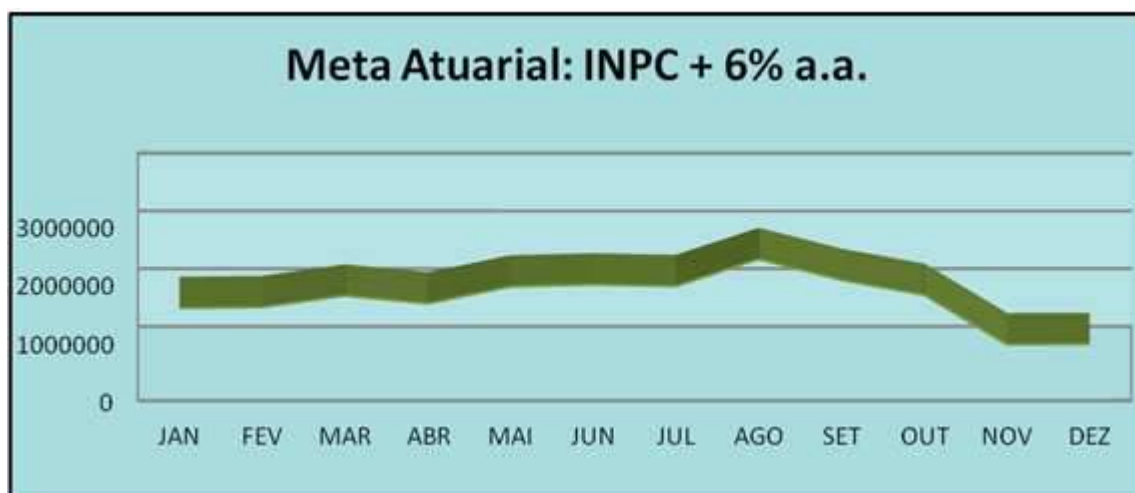
Para minimizar os impactos da crise de liquidez internacional sobre os fundamentos da economia brasileira e, por conseguinte, nas variáveis que norteiam o mercado brasileiro de capitais, além das decisões tomadas pela autoridade monetária, foram necessárias medidas adicionais de natureza fiscal e tributária, por parte dos poderes executivo e legislativo, tendo por parâmetro de decisão preservar o nível de atividade econômica por meio do estímulo ao crédito e da desoneração tributária, com efeitos positivos no nível de demanda agregada e do PIB.

9.6. Estratégias para a Alocação de Recursos

No início de 2011, a carteira de investimentos do Instituto concentrava suas aplicações em somente dois tipos de ativos: 64,5% em Fundos de Investimentos de Renda Fixa e 35,5% em Fundos de Investimentos 100% Títulos do Tesouro Nacional (respectivamente, Art. 7º, I e Art. 7º, I, b, da Resolução CMN nº 3.922/2010). O volume aplicado apresentava-se distribuído em quatro fundos de investimentos administrados pelas instituições financeiras credenciadas, conforme aprovado na Política de Investimentos de 2011: Banco de Brasília, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.

Considerada a instabilidade dos mercados financeiros globais, em 2011 e 2012, as estratégias de investimentos do IPREV/DF tiveram que ser revistas, uma vez que as aplicações não poderiam manter-se centradas em índices atrelados à TMS (Taxa Média Selic), como é o caso dos fundos de investimentos referenciados pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

Nesse contexto e atuando de forma prudencial, foram direcionados recursos para aplicações em fundos de investimentos cuja composição de ativos predomina títulos públicos federais atrelados a índice de preços, como é o caso das Notas do Tesouro Nacional – Série B. Essa decisão foi bem sucedida contribuindo para o cumprimento da meta atuarial para o ano de 2012: variação do INPC, acrescida de uma taxa (mensalizada) de juros real de 6% a.a., que apresentou o seguinte comportamento:



Além disso, com base no potencial de crescimento do mercado de renda variável já percebido de forma ainda incipiente, ao final de 2011, foram direcionados recursos de forma conservadora e prudencial para essa modalidade de ativos. Mantido o direcionamento conservador e prudente de recursos para 2012, com a diversificação dos investimentos realizados, a Carteira de Investimentos encerrou o exercício de 2012, com o seguinte perfil de ativos:



De acordo com a Política de Investimentos de 2012, a alocação de recursos foi organizada nos segmentos de aplicação definidos na legislação vigente, a seguir explicitados:

- Segmento de renda fixa (Art. VII, da Resolução CMN nº 3.922/2010)

Neste segmento estão classificadas as seguintes aplicações:

Títulos Públicos (SELIC)
Cotas de FI com 100% TPF
Compromissada Lastreada em TPF
Cotas de Fundos de Investimento Referenciados em RF (IMA ou IDKA)
Cotas de Fundos de Investimentos Previdenciários Classificados como RF ou Referenciados sob a forma de Condomínio Aberto
Depósito de Poupança
Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) Abertos
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) Fechados
Cotas de Fundos de Investimentos de RF ou Referenciados que contenham em sua denominação a expressão "Crédito Privado"

Dentre as aplicações realizadas pelo IPREV/DF durante o ano de 2012, detalhamos a seguir os fundos de investimentos, por instituição financeira, na modalidade de renda fixa e respectivas rentabilidades:

Banco Regional de Brasília – Renda Fixa

Nome do Fundo	Tipo de Ativo	Rentabilidade em 2012
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Renda Fixa Governo	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	8,0196%
Fundo de Investimento em Renda Fixa BRB Planalto	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	8,1913%
Fundo de Investimento em Renda Fixa BRB Solidez	FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	21,6856%
Fundo de Investimento em Renda Fixa Corporativo BRB IMA-B	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	26,9015%
QAM BRB Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa IMA-B QAM BRB FIC RF	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	20,7500%
BRB FIP Imobiliário Paraná I	FI participações imobiliárias - RV - Art. 8º	-0,1704(*)

(*) Ingresso IPREV: Dezembro/2012

Caixa Econômica Federal – Renda Fixa

Nome Do Fundo	Tipo De Ativo	Rentabilidade Em 2012
Fundo de Investimento Caixa Brasil Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	9,0457%
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Novo Brasil IMA-B Renda Fixa Longo Prazo	FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	26,3392%
Fundo de Investimento Caixa Brasil IMA-B Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	26,4875%
Fundo de Investimento Caixa Brasil IPCA X Renda Fixa Crédito Privado	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	18,7754%
Fundo de Investimento Caixa Brasil IPCA XIV Renda Fixa Crédito Privado	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	18,8949%
Fundo de Investimento Caixa Brasil IMA Geral Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	16,9938%
Fundo de Investimento Caixa Brasil IMA B 5+ Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	16,6005% (*)
Fundo de Investimento Caixa Brasil IMA-B 5 Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo	FI títulos - Art. 7º, inciso I, "b"	6,4796(**)
Fundo de Investimento Imobiliário Agências Caixa - FII	FII - Art. 7º, inciso VI	2,7927%(***)
Fundo de Investimento em Participações Caixa Incorporação Imobiliário	FII - Art. 7º, inciso VI	-1,8000%(****)

(*) Ingresso IPREV: Maio/2012

(**) Ingresso IPREV: Agosto/2012

(***) Ingresso IPREV: Novembro/2012

(****) Ingresso IPREV: Dezembro/2012

Banco do Brasil S.A. – Renda Fixa

Nome do Fundo	Tipo de Ativo	Rentabilidade em 2012
BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M Títulos Públicos Fundo de Investimento	FI Renda Fixa- Art. 7º, inciso I, "b"	4,3194% (*)
BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B5+ Títulos Públicos Fundo de Investimento	FI Renda Fixa - Art. 7º, inciso I, "b"	29,9000% (**)
BB RPPS Renda Fixa IDKA 2 Fundo de Investimento	FI 100 títulos TN - Art. 7º, I, "b"	15,8037%

Nome do Fundo	Tipo de Ativo	Rentabilidade em 2012
BB RPPS Renda Fixa Crédito Privado IPCA I Fundo De Investimento	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	12,1300%
BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B Títulos Públicos Fundo de Investimento	FI 100 títulos TN - Art. 7º, I, "b"	25,5700%

(*) Ingresso IPREV: Agosto/2012

(**) Ingresso IPREV: Fev/2012

- Segmento de Renda Variável (Art. VIII, da Resolução CMN nº 3.922/2010)

Consideram-se nesse segmento as seguintes modalidades, cujas volatilidades são acentuadas e exigem uma gestão ativa e profissional capaz de aproveitar as oportunidades de mercado em benefício do IPREV/DF, preservando-se os limites de risco aceitáveis:

Cotas de Fundos de Investimentos sob a forma de Condomínio Aberto Referenciado, admitindo-se exclusivamente ao IBOVESPA, IBrX ou IBrX-50
Cotas de Fundos de Índices referenciados em Ações, negociadas em Bolsa de Valores, admitindo-se exclusividade ao IBOVESPA, IBX e IBX-50
Cotas de Fundos de Investimento em Ações
Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado Abertos
Cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP) Fechados, Cumulativo com o Limite do Inciso II
Cotas De Fundos de Investimento Imobiliário (FII)

No exercício de 2012, houve pequena elevação dos recursos aplicados nesse segmento, orientados por uma atuação prudencial em função dos níveis de risco envolvidos:

Caixa Econômica Federal - Renda Variável

Nome Do Fundo	Tipo De Ativo	Rentabilidade Em 2012
Fundo de Investimento Caixa Brasil IPCA IV Multimercado Crédito Privado	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	16,8900%
Fundo de Investimento Caixa Brasil IPCA VIII Multimercado Crédito Privado	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	22,2800 %
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações Caixa Valor Small Cap RPPS	FI Ações - Art. 8º, III	31,3100%
Fundo de Investimento Caixa Brasil Capital Protegido Multimercado	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	7,0500%
Fundo de Investimento CEF FIC Ações valor Dividendos RPPS	FI Ações - Art. 8º, III	0,2700% (*)

(*) início de atividades do fundo: agosto/2012

- Segmento de Imóveis (Art. IX, da Resolução CMN nº 3.922/2010)

O IPREV/DF somente alocará recursos no segmento de imóveis, desde que seja realizado, exclusivamente, com os terrenos ou imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social, conforme Art. 9º da Resolução CMN 3.922/2010.

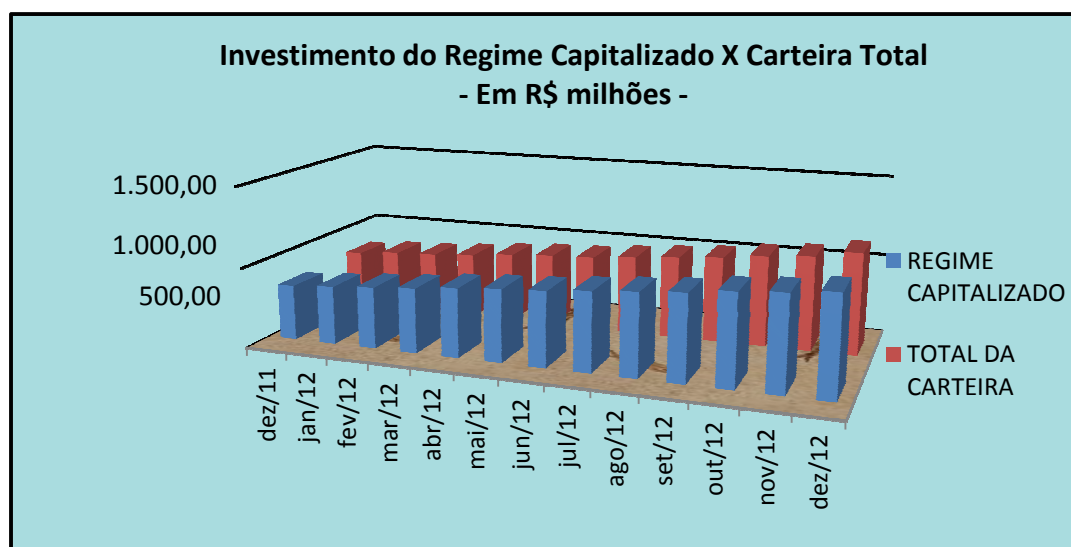
No decorrer do exercício de 2012, a participação percentual dos valores investidos, aí considerados os do regime financeiro e do regime capitalizado, junto às instituições financeiras credenciadas, manteve-se em patamares relativamente estáveis, conforme evidenciado a seguir:



O estoque dos ativos vinculados ao regime financeiro apresentou redução significativa no decorrer dos anos de 2011 e 2012, em virtude do aumento no fluxos mensais da folha de pagamento de aposentados e pensionistas.



Os investimentos originários dos recursos do regime capitalizado, já impactados pelas rentabilidades auferidas no período, totalizaram R\$ 1.226.478.799,54 com crescimento de 77,83% e a participação relativa desses investimentos sobre o total da carteira também apresentou crescimento da ordem de 97,08%, melhor evidenciados a seguir:

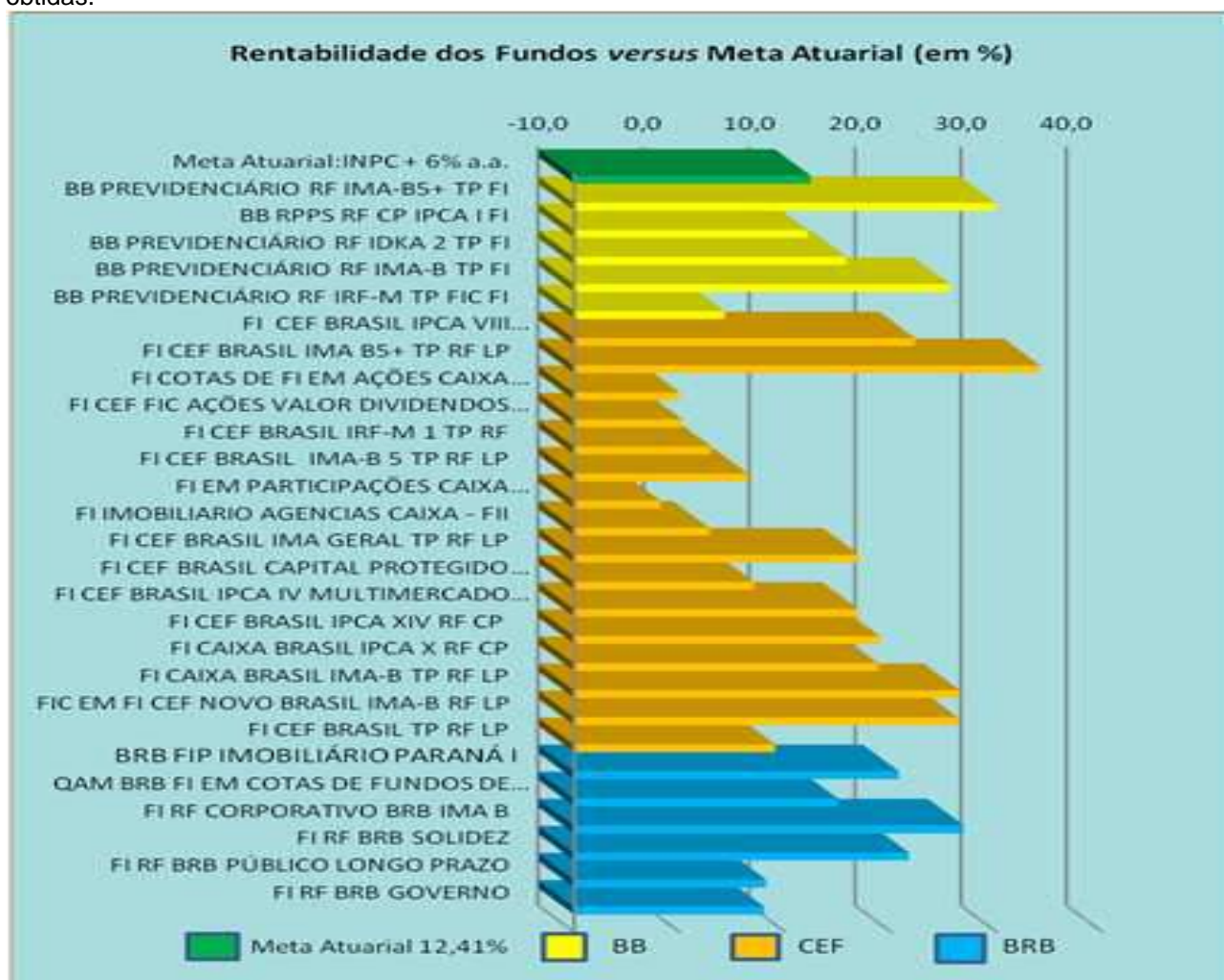


As rentabilidades médias das carteiras de investimentos do regime capitalizado, mantidas junto às instituições financeiras credenciadas, foram apuradas considerando a média aritmética dos valores aplicados em fundos de investimento e a rentabilidade média mensal de cada fundo. A meta atuarial anual foi apurada considerando o INPC projetado para o mês de Dezembro/2012*. Tais rentabilidades superaram a meta atuarial (INPC+6%aa), conforme demonstrado a seguir:



*INPC DEZ/2012 – 0,61% - Banco Central

Detalhamos, a seguir, as rentabilidades dos fundos de investimentos, segregados por instituição financeira gestora, ressaltando que os investimentos realizados pelo IPREV, em 2012, foram orientados de forma a preservar o alinhamento das rentabilidades do Instituto com as rentabilidades obtidas pelos fundos de investimentos. Ressalte-se, também, que o volume de recursos sob gestão das instituições financeiras credenciadas apresenta-se alinhado com as rentabilidades obtidas.



Fonte: Comissão de Valores Mobiliário

9.7. Conclusão do Investimento

As diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos aprovada para o exercício de 2012, respeitados os parâmetros legais para alocação e diversificação da carteira, associadas às revisões necessárias e uma gestão técnica, prudencial, qualificada e atenta às instabilidades decorrente da crise liquidez, que teve início no ano de 2011 e continuou em 2012, e seus impactos no mercado de capitais brasileiro permitiram a obtenção de rentabilidades superiores à meta atuarial para o período, ou seja, INPC + 6% ao ano.

10. Dificuldades Encontradas:

O objetivo primordial do IPREV é o de efetivar o pagamento dos benefícios previdenciários aos atuais beneficiários, aposentados e pensionistas, além de garantir a suficiência de recursos para cobertura dos benefícios previdenciários aos servidores que irão se aposentar ou aos beneficiários de pensões, no futuro.

O alcance desse objetivo passa, necessariamente, pelo aprimoramento da estrutura organizacional do Instituto e uma arquitetura de informações que contemple a centralização, correção, saneamento e dos dados de todos os servidores e seus familiares, permitindo, assim, gerir o Regime de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, de forma eficiente, eficaz e integrada, levando-se em conta o aprimoramento dos serviços prestados e preservando-se a desoneração de custos à sociedade e ao Tesouro local.

Ocorre que, contrariamente às melhores técnicas de gestão, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal continua a mercê do processo de concessão dos benefícios de forma descentralizada, onde cada órgão ou entidade define seus fluxos de trabalho com metodologias próprias.

Em decorrência, evidenciam-se outras falhas operacionais: falta de sistema informatizado que possibilite a gestão profissional e padronizada de todo o sistema, impossibilidade de manutenção de um cadastro único e atualizado, fundamental para a fidedignidade do cálculo atuarial e concessão de benefício.

Por fim, essas limitações têm dificultado a compensação previdenciária, com consequentes impactos negativos sobre as contas do Tesouro do Distrito Federal.

Para a consecução de seus objetivos, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF precisa dispor de recursos de toda ordem para fazer frente às suas rotineiras despesas correntes e de um quadro permanente de pessoal.

O órgão gestor único é a base na qual se fundamenta a operacionalização e a gestão previdenciária dos entes federados. Entende-se como unidade gestora única, a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública de cada ente federativo, que tenha por finalidade, a administração, o gerenciamento e a operacionalização do regime próprio, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensões.

Em virtude do Instituto ainda não ter o seu quadro próprio de pessoal para executar as atividades de elevada complexidade e, além, da alta rotatividade de estagiários no Instituto, todos esses fatores prejudicam o andamento dos processos de trabalho, o cumprimento das metas do exercício, além de sobrecarregar a estrutura, até então existente.

11. Metas Planejadas para 2013

Para o cumprimento da missão e visão do IPREV/DF, a Diretoria Executiva deste Instituto estabeleceu as estratégias de ação, abaixo relacionadas, para serem alcançadas em 2013:

- 1) Aperfeiçoar o Relacionamento com os Segurados e Dependentes.
- 2) Reforçar a Imagem Institucional
- 3) Otimizar Procedimentos e Processos Internos
- 4) Criar os Indicadores de Gestão
- 5) Implementar o RH estratégico.
- 6) Ampliar a Área de Gestão de Investimentos
- 7) Garantir a Regularidade Previdenciária

O IPREV-DF ainda não teve definida por legislação competente sua fonte de receita para custeio de suas atividades meio. Como não há recursos próprios definidos, a SEPLAG e a SEFAZ não autorizaram, à época, a criação da Carreira Previdenciária e quadro permanente de pessoal, bem como a realização de Concurso Público para provimento de vagas.

Mas, apesar, do déficit de pessoal apresentado pelo IPREV/DF, isto não o impediu de cumprir com suas atribuições. O Instituto, em buscado adotar medidas que permitam o aprimoramento nas atividades mantenedoras do RPPS, visando o equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos sob sua gestão.

Agindo de forma transparente, o IPREV proporciona aos beneficiários a segurança de que os recursos destinados a garantir suas aposentadorias, pensões e demais benefícios têm sido gerenciados com extrema competência.

7.3. FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA – PRÓ-GESTÃO – UO: 13.905

O PRÓ-GESTÃO, desenvolvido e coordenado pela Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de recursos humanos, para o exercício da função pública, objetivando a melhoria do atendimento ao público, compreendendo os seguintes objetivos:

- I. qualificação profissional dos servidores dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional por meio de treinamento, especialização e/ou formação específica de servidores de carreiras de estado;
- II. desenvolvimento de programas e/ou projetos firmados com entidades públicas ou particulares de âmbito nacional ou internacional, com vistas à busca de novas tecnologias e metodologias, voltadas para a modernização administrativa;
- III. prestação de suporte didático-pedagógico de estudos, na elaboração e implantação dos programas e ações de desenvolvimento institucional e de pessoas, com vistas à permanente melhoria da prestação dos serviços e profissionalização da gestão pública;
- IV. implantação de programas voltados para a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e das condições de vida e do trabalho dos servidores;
- V. modernização administrativa;
- VI. programas de desburocratização administrativa e aperfeiçoamento tecnológico;
- VII. aparelhamento das unidades voltadas para a gestão pública;
- VIII. realização de outras atividades relacionadas à gestão pública.

O PRÓ - GESTÃO/SEAP é administrado por um Conselho de Administração, composto dos seguintes membros:

- I. O Secretário de Estado de Administração Pública;
- II. O Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Administração Pública;
- III. O Subsecretário de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Administração Pública;
- IV. O Diretor-Executivo da Escola de Governo;
- V. O Subsecretário de Administração-Geral da Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal;
- VI. O Subsecretário de Modernização da Gestão da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento;
- VII. 01 (um) representante dos servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

A presidência do Conselho cabe ao titular da Secretaria de Estado de Administração Pública.

Além dos representantes do Conselho, há 03 (três) servidores que trabalham na execução orçamentária e financeira desta Unidade.

1. Realizações

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4088 – Capacitação de Servidores	1.600.000	4.600.000	931.574	706.370	-
0027 – Qualificação e Desenvolvimento Pessoas	1.600.000	4.600.000	931.574	706.370	002

No período de janeiro a dezembro de 2012, deu-se continuidade à política de valorização do servidor público, mediante a implementação de cursos de especialização, pós-graduação (MBA), treinamento e aperfeiçoamento em áreas estratégicas e essenciais do governo, como: gestão estratégica e planejamento público, direito administrativo e Planejamento Econômico e finanças, com isso garantindo o aperfeiçoamento de servidores e a melhoria do atendimento ao usuário.

Essa política reflete de forma significativa a visão moderna, qualitativa, com foco na uniformização dos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal e suas Instituições.

No esforço em desenvolver uma rigorosa profissionalização do serviço público, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEAP, obedecendo às diretrizes governamentais no período de janeiro a dezembro de 2012, proporcionou a qualificação de 839 servidores, com investimento da ordem de R\$ 931.574,16 (novecentos e trinta e um mil quinhentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos).

Essa estratégia visa desenvolver formuladores de políticas públicas, de forma a contribuir para a melhoria dos serviços prestados, sendo, sem dúvida, um compromisso dessa gestão.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4220 - Gestão de Recursos de Fundos	2.200.000	5.671.071	3.324.542	3.078.959	-
0002 – Modernização Unidades Administrativas	2.200.000	5.671.071	3.324.542	3.078.959	001

Com a política de Modernização das Unidades Administrativas do DF, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEAP direciona seus esforços no sentido de promover investimento para equipar e modernizar as unidades administrativas do Governo do Distrito Federal, com vistas à melhoria dos serviços públicos e do atendimento ao cidadão, reconhecendo-os como foco da atenção do Estado.

No esforço de promover a uniformização das instalações e equipamentos, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEAP, obedecendo às diretrizes governamentais, no período de janeiro a dezembro de 2012, proporcionou a modernização da Subsecretaria de Saúde, da Escola de Governo e da Secretaria de Estado de Administração Pública por meio de aquisição de software, equipamentos de informática e modernização estrutural, tendo um investimento total na ordem de R\$ 3.324.542,12 três milhões trezentos e vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e doze centavos.

2. Informações Complementares

No período de janeiro a dezembro de 2012 foram arrecadados R\$ 3.676.570,50 (três milhões seiscentos e setenta e seis mil quinhentos e setenta reais e cinquenta centavos), sendo R\$ 236.395,25 (duzentos e trinta e seis mil trezentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos) com serviço de inscrição de concursos públicos, R\$ 2.832.404,18 (dois milhões oitocentos e trinta e dois mil quatrocentos e quatro reais e dezoito centavos) com taxa de administração de serviço e R\$ 607.771,07 (seiscentos e sete mil setecentos e setenta e um reais e sete centavos) com rendimento de aplicação financeira.

Ressalta-se que do exercício de 2011 houve um Superávit financeiro na ordem de R\$ 6.471.070,61 (seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil, setenta reais e sessenta e um centavos).

O Fundo de Melhoria da Gestão Pública, em cumprimento às diretrizes e à missão institucional da Secretaria de Estado de Administração Pública, que é *“promover com eficiência, transparência e efetividade a gestão de pessoas e dos recursos, comprometida com o alcance dos resultados institucionais e a excelência dos serviços prestados à sociedade”*, vem dando grande ênfase à melhoria da prestação dos serviços públicos, à qualificação profissional dos servidores do Distrito Federal, o desenvolvimento gerencial e a busca de instrumentos e mecanismos que assegurem melhores resultados com menor custo, maior eficiência e eficácia, mediante a implementação da Política de Valorização da Função Pública, da Melhoria da Gestão Pública e da Melhoria do Atendimento ao Cidadão.

Para auxiliar a SEAP no desenvolvimento destas Políticas, o Fundo Pró - Gestão em seu Planejamento Estratégico trabalha com duas ações que foram implementadas durante o exercício. Cabe registrar, ainda, todo o esforço despendido pelas equipes do Fundo Pró – Gestão e Unidade da SEAP, onde se encontram servidores comprometidos no desempenho das responsabilidades atribuídas.

3. Diagnósticos do Desenvolvimento da Unidade

O Fundo de Melhoria da Gestão Pública, em cumprimento às diretrizes e à missão institucional da Secretaria de Estado de Administração Pública, que é *“promover com eficiência, transparência e efetividade a gestão de pessoas e dos recursos, comprometida com o alcance dos resultados institucionais e a excelência dos serviços prestados à sociedade”*, vem dando grande ênfase à melhoria da prestação dos serviços públicos, à qualificação profissional dos servidores do Distrito Federal, o desenvolvimento gerencial e a busca de instrumentos e mecanismos que assegurem melhores resultados com menor custo, maior eficiência e eficácia, mediante a implementação da Política de Valorização da Função Pública, da Melhoria da Gestão Pública e da Melhoria do Atendimento ao Cidadão.

Para auxiliar a SEAP no desenvolvimento destas Políticas, o Fundo Pró - Gestão em seu Planejamento Estratégico trabalha com duas ações que foram implementadas durante o exercício. Cabe registrar, ainda, todo o esforço despendido pelas equipes do Fundo Pró-Gestão e Unidade da SEAP, onde se encontram servidores comprometidos no desempenho das responsabilidades atribuídas.

8. SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL – SEAGRI/DF – UO: 14.101

A Secretaria de Estado de Agricultura e desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para execução de suas atividades, nos termos do decreto nº 32.716, de 01 de janeiro de 2011, tem as seguintes competências:

- I. agricultura, pecuária, pesca, agroindústria e abastecimento;
- II. produção e comércio de insumos e implementos agrícolas;
- III. fiscalização alimentar da população;
- IV. fiscalização, inspeção, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal;
- V. fiscalização fundiária e terras públicas rurais.

Programas Estratégicos

Renda Rural

Fomentar a geração de renda no campo e promover a inclusão produtiva da população rural, com a estruturação de canais de comercialização de produtos e serviços da agricultura, a agregação de valor e possibilitando o acesso ao crédito e aos mercados.

Abastecer

Promoção e ampliação do abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros para a população do Distrito Federal e Entorno.

Assentar

Promover e apoiar o assentamento de famílias de agricultores e a regularização dos assentamentos, pré-assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária.

Infraestrutura Rural

Ampliar e assegurar a infraestrutura do setor agropecuário e a mobilidade no meio rural.

Melhor Ambiente

Desenvolver a gestão ambiental e a sustentabilidade rural por meio do estímulo à adimplência à legislação ambiental, desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis e promoção da conservação da água, solos e biodiversidade.

Organização Rural

Apoiar e sensibilizar a população rural para as iniciativas de organização, em especial de associativismo e cooperativismo, de forma a contribuir para a geração de renda e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e agricultores.

Produzir

Apoiar o fortalecimento das cadeias produtivas do setor agropecuário, por meio da assistência técnica, da capacitação, do fomento à inovação tecnológica e à criação e ampliação de empreendimentos no meio rural e as boas práticas agropecuárias.

Sanidade Total

Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, bem como a inocuidade dos alimentos produzidos a partir destes, contribuindo para a regularidade e excelência dos processos produtivos.

Terra Legal

Promover e apoiar a regularização das terras rurais públicas do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		56	466	-	-	522
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		53	-	-	-	53
Requisitados	Órgãos do GDF	02	-	-	-	02
Outros	Estagiários	-	05	-	-	05
	Terceirizados (FUNAP)	-	23	-	-	23
Subtotal (Força de Trabalho)		111	494	-	-	605
(+) Cedidos para outros órgãos		36	26	-	-	62
Total Geral		147	520	-	-	667

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6201 – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVO GERAL:

Promover a agricultura e o desenvolvimento rural sustentáveis, propiciando o aumento da cadeia produtiva, melhorias para o setor agropecuário, através da assistência técnica e extensão rural e ações de defesa e inspeção sanitária agropecuária, garantia do abastecimento de alimentos agropecuários a fim de gerar renda, oportunidades e a segurança alimentar e nutricional da população do DF e entorno.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1077 -Construção de Centro de Capacitação	0	2.504.261	60	60	
0004 - Construção de Centro de Capacitação--Distrito Federal	0	2.504.261	60	60	46
2770 -Fomento a Produção Vegetal	120.000	4.495	3.990	3.990	
0001 - Fomento a Produção Vegetal--Distrito Federal	120.000	4.495	3.990	3.990	21
2771 -Fomento a Produção Animal	80.000	1.639	1.639	1.639	
0001 - Fomento À Produção Animal-- Park Way	80.000	1.639	1.639	1.639	23
2772 -Fomento a defesa Sanitária Vegetal e Animal	370.000	81.051	61.402	61.402	
0001 - Fomento a defesa Sanitária Vegetal e Animal-Vegetal-Distrito Federal	120.000	27.313	15.858	15.858	63
0002 - Fomento a defesa Sanitária Vegetal e Animal-Animal-Distrito Federal	250.000	53.737	45.543	45.543	25
2780 -Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal e Animal	170.000	52.596	52.596	52.596	
0001 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal e Animal--Distrito Federal	170.000	52.596	52.596	52.596	36
2889 -Apoio a Agricultura Familiar	924.571	1.253.150	715.955	715.955	
0003 - Apoio a Agricultura Familiar--Distrito Federal	350.000	810.570	273.433	273.433	26
0007 - Apoio a Agricultura Familiar-Distribuição de Sementes e Mudanças-Distrito Federal	400.000	442.580	442.522	0	22
3043 -Reabilitação e Manutenção Ambiental	200.000	1.200.000	0	0	
3100 - Construção de Centro de Comercialização	200.000	240.884	27.275	27.275	
0002 - Construção de Centro de Comercialização-- São Sebastião	100.000	173.728	60	60	18
0003 - Construção de Centro de Comercialização-- Distrito Federal	0	27.301	27.214	27.214	49
3467 -Aquisição de Equipamentos	690.000	5.507.669	4.617.942	4.617.942	
9557 - Aquisição de Equipamentos-Veículos, Máquinas e Implementos Agrícolas - Distrito Federal	690.000	5.973.669	4.617.942	4.617.942	29
4090 -Apoio a Eventos	50.000	160.000	160.000	160.000	
2496 - Apoio a Eventos-Apoio ao 1º Evento Agropecuário de São Sebastião – Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	50
2498 - Apoio a Eventos-Apoio a Realização da Festa do Morango de Brasília	0	30.000	30.000	30.000	40
2499 - Apoio A Eventos-Apoio a Realização da Festa do Pimentão da Taguara- Planaltina	0	30.000	30.000	30.000	41
4107 -Assistência Técnica e Inovação de Tecnologia Agropecuária	7.000.000	300.000	270.000	270.000	
2253 - Apoio A Assistência Técnica e Inovação de Tecnologia Agropecuária no DF	7.000.000	300.000	270.000	270.000	30
4108 -Análise Laboratorial de Produtos Agropecuários	130.000	37.364	37.229	37.229	
0001 - Análise Laboratorial de Produtos Agropecuários-Alimentos-Distrito Federal	130.000	37.364	37.229	37.229	37
4115 -Apoio as Compras Diretas da Produção Agropecuária	6.000.000	17.531.680	16.338.586	15.317.070	
0001 - Apoio as Compras Diretas da Produção Agropecuária-Compras Institucionais da Agricultura Familiar-Distrito Federal	2.000.000	5.266.723	4.073.630	3.052.113	11

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
0002 - Apoio as Compras Diretas da Produção Agropecuária-Alimento do Programa Nosso Leite-Distrito Federal	4.000.000	12.264.956	12.264.956	12.264.956	12
4117 -Manutenção e Funcionamento dos Conselhos Rurais e do Território de Cidadania	50.000	0	0	0	
4119 -Manutenção da Infraestrutura do Setor Agropecuário	1.200.000	0	0	0	
4120 -Execução de Serviços Motomecanizados	410.000	96.316	93.763	93.763	
0001 - Execução de Serviços Motomecanizados--Distrito Federal	410.000	96.316	93.763	93.763	33

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Fomentar a geração de renda no campo com o apoio à agricultura familiar e a promoção da inclusão social e produtiva da população, promovendo a melhoria das condições de vida dos produtores, trabalhadores e famílias do Distrito Federal e RIDE.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Família assistida	Família	3545	31/12/2010	Anual	4.000	4.000	4.000	4.000	SEAGRI
Agricultores atendidos pelo PAA/PNAE	Pessoa atendida	276	31/05/2011	Anual	1000	1500	2000	2500	SEAGRI

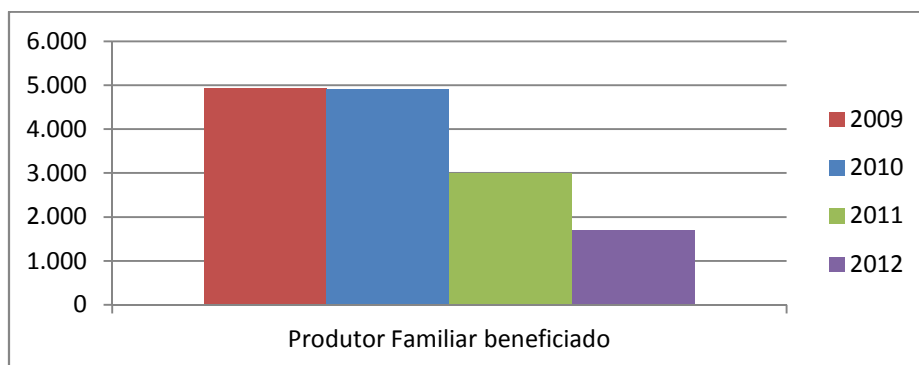
A Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEAGRI participou até junho de 2012 do Programa Vida Melhor – Nosso Leite que beneficiou mensalmente mais 30 mil famílias de baixa renda, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida da população local, além de proporcionar a geração de renda no campo com a compra de 60 mil litros diários de leite que foram distribuídos pela Secretaria de Estado de desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST.

Apoiando o Projeto DF sem Miséria ocorreu à distribuição gratuita de Fertilizantes Minerais e Sementes de Milho e Feijão para agricultores de base familiar do Distrito Federal, como fomento à produção rural de auto consumo e promoção da segurança alimentar.

Indicativos	2012
Produtor Atendido	739
Semente de Milho(kg)	15.200
Semente de Feijão (kg)	14.340
Fertilizante (kg)	218.500

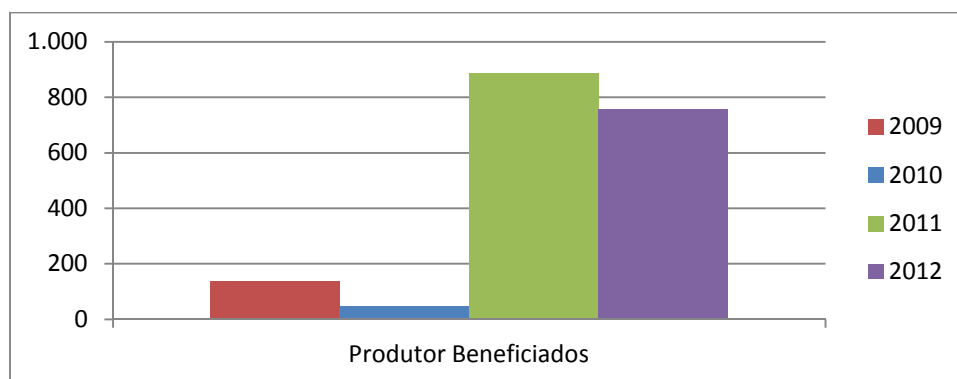
O Apoio a Agricultura familiar ocorreu também pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAT com atendimento de 1704 produtores familiares, 211 lideranças rurais assistidas e 66 conselhos regionais de desenvolvimento rural assessorados.

Indicativos	2009	2010	2011	2012
Produtor Familiar beneficiado	4.924	4900	3002	1704
Liderança Rural Assistida	303	296	805	211
Conselho Regional Assessorado	190	183	103	44
Conselho Regional de desenvolvimento Assistido	96	96	99	66



O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é uma das ações do Programa Fome Zero e promove acesso de alimentos à população em situação de insegurança alimentar, além de promover a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O apoio às compras diretas da produção agropecuária ocorreu pela aquisição de 1.426 toneladas de produtos adquiridos, 756 produtores beneficiados e mais de 280 associações atendidas.

Indicativos	2009	2010	2011	2012
Produtor Beneficiados	139	49	889	756



Visando ainda a promoção da inclusão social e produtiva dos produtores familiares foi assinado convênio entre o GDF e os agricultores familiares para a utilização de maquinários agrícolas.

O governador em exercício do Distrito Federal juntamente com o secretário de Agricultura e desenvolvimento Rural e os dirigentes das nove entidades vencedoras do primeiro edital de patrulhas agrícolas assinaram convênio para a cessão de uso dos maquinários pelas associações e cooperativas contempladas. Com a assinatura, os conjuntos de mecanização agrícola já estão disponíveis para a utilização das entidades. Durante a solenidade, também foram entregues 40 kits de apoio à produção familiar do DF, compostos de ferramentas agrícolas e sementes de hortaliças a agricultores do assentamento chapadinha.

Cerca de mil famílias serão beneficiadas com as entregas dos conjuntos de mecanização. São agricultores familiares que vão produzir mais e melhor, permanecerão no campo e proporcionaram alimentação mais saudável para toda a população do DF. Cada patrulha contém trator agrícola (com 75 cv); grade aradora, de 14 discos de 26 polegadas; carreta agrícola, com capacidade para 4 toneladas; enxada rotativa com kit encanteirado e distribuidor de calcário e adubo orgânico com capacidade para 2,5 toneladas. Os contratos têm duração de um ano e podem ser renovados por mais quatro. Os vencedores devem realizar seguro dos maquinários e zelar pela manutenção e bom estados de conservação das patrulhas agrícolas.

O desenvolvimento da Agricultura Familiar não foi melhor devido a não execução de alguns programas de trabalho que sofreram cortes orçamentários e a algumas obras previstas que não foram concluídas no exercício, como a Construção do Centro de Capacitação – CEASA e a Construção do Centro de Comercialização no Gama e São Sebastião.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – Desenvolver a gestão ambiental e sustentabilidade rural, por meio da adoção de práticas agroecológicas, preservacionistas e ambientalmente sustentáveis.

Indicadores:

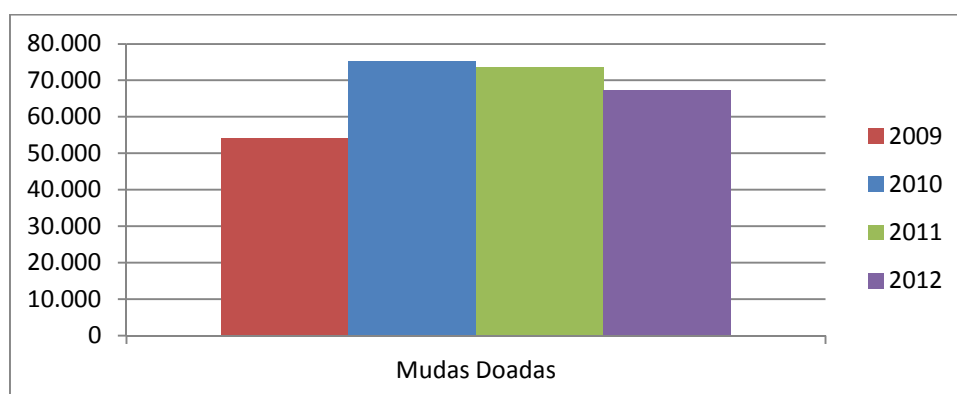
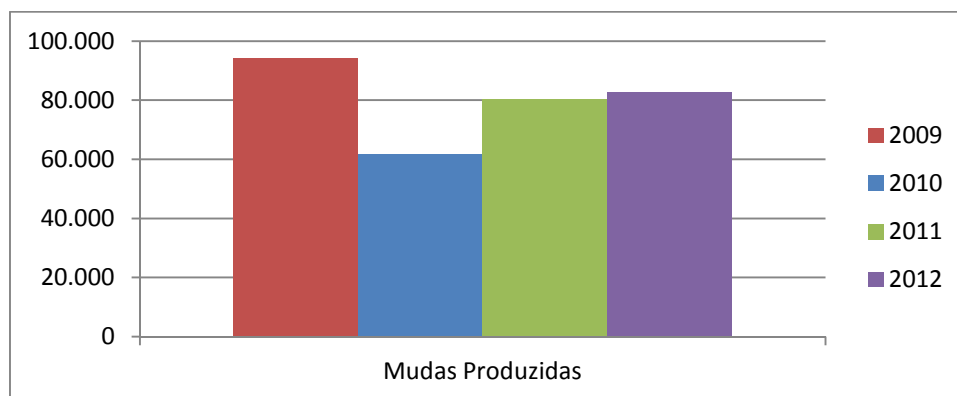
Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Área agrícola recuperada	Ha	-	-	Anual	50	50	50	50	SEAGRI

* Condicionado à aprovação do Projeto de Conservação de Solos e Águas com financiamento internacional e contrapartida do GDF

Trabalhando com o Programa Reflorestar, Projeto Produtor de Água do Pipiripau e Projeto descoberto Coberto, a SEAGRI- DF promove a reabilitação ambiental através de doações de mudas nativas

do Bioma Cerrado, cultivadas na Granja Modelo de Ipê. No intuito de fomentar essa reabilitação foram realizadas orientações a produtores, vistorias em propriedades, disponibilização de mudas para plantio e etc.

Indicativos	2009	2010	2011	2012
Mudas Produzidas	94.228	61.728	80.417	82605
Mudas doadas	54.134	75.265	73.699	67209
Orientação Técnica aos Produtores	144	99	186	234
Lotes rurais atendidos com mudas	162	103	226	367
Área Plantada (ha)	40	68	95	95



Existem hoje aproximadamente 250 hectares de área em recuperação, distribuídos em mais de 90 regiões atendidas, entre Núcleos Rurais, Colônias Agrícolas, Assentamentos, Parques Vivenciais, mais de 40 espécies do Bioma Cerrado disponíveis em viveiro e mais de 400 árvores matrizes fornecedoras de sementes georreferenciadas.

Visando práticas agroecológicas, preservacionistas e ambientalmente sustentáveis é desenvolvido um Projeto de educação ambiental em Brazlândia com o objetivo de conscientizar para a coleta seletiva de lixo na área rural e orientação quanto à utilização dos resíduos orgânicos na própria unidade produtiva, além de incentivar o uso consciente dos agrotóxicos nos cultivos.

Com a finalidade de conservar a água e o solo no Distrito Federal foi firmado um Convênio com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Agência Nacional das Águas – ANA.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 - desenvolver as cadeias produtivas do setor agropecuário, por meio da assistência técnica, capacitação, fomento às inovações tecnológicas e organização das cadeias produtivas.

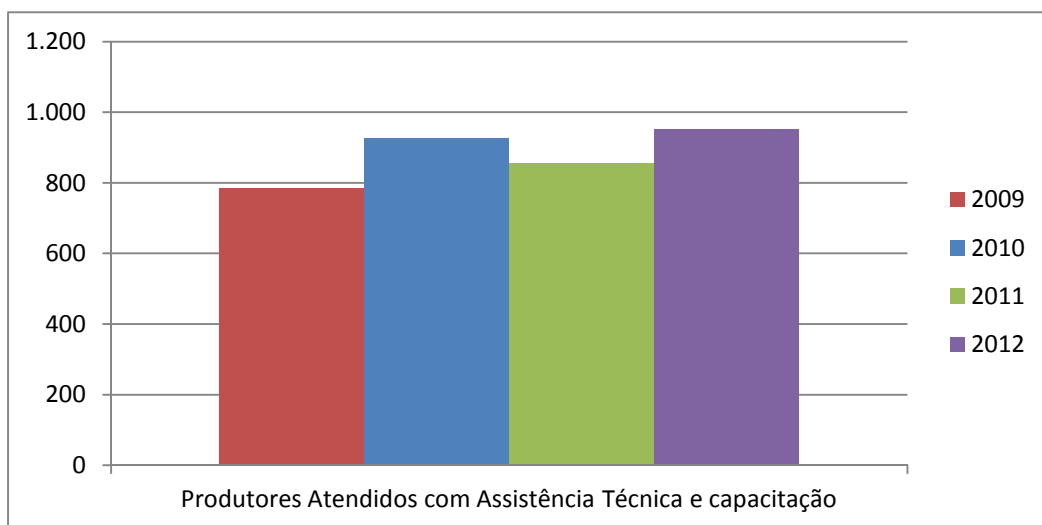
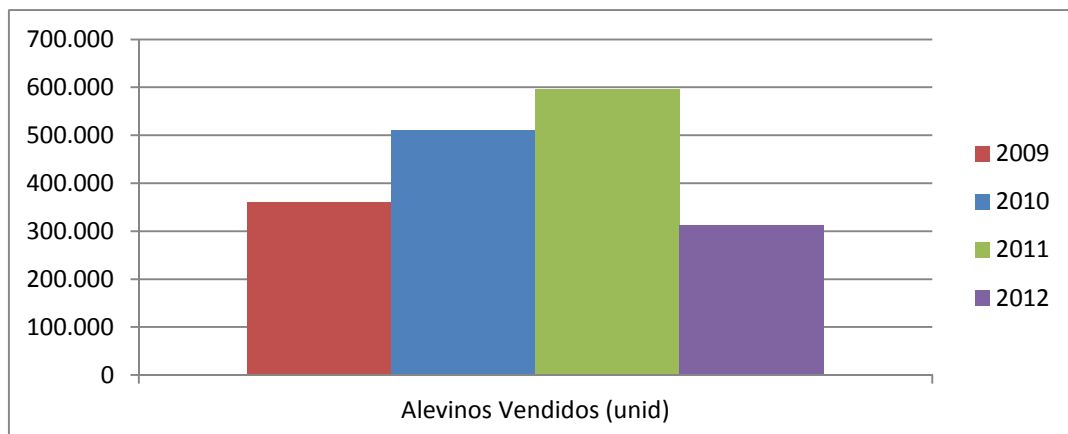
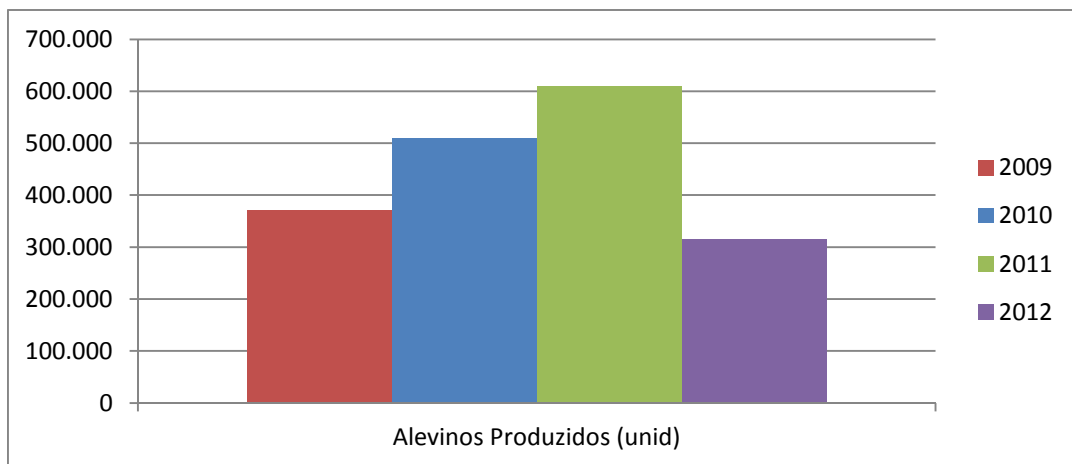
Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Produtor beneficiado	Pessoa	-	-	Anual	1.200	1.300	1.300	1.300	SEAGRI

A SEAGRI-DF, por intermédio do Núcleo de Tecnologia em Piscicultura e Pecuária – NUPISC,

desenvolve projetos de pesquisa voltados ao desenvolvimento de tecnologias aplicáveis à piscicultura, realiza suporte técnico ao desenvolvimento de projetos aquícolas, promove capacitação e a reprodução de peixes e a produção de alevinos destinados a produtores rurais do DF.

Indicativos	2009	2010	2011	2012
Alevinos Produzidos (unid)	370.838	509.020	609.638	314.865
Alevinos Vendidos (unid)	360.338	509.620	595.025	312.280
Alevinos para Uds (Unid)	10.500	400	14.613	2.585
Produtores Atendidos com Alevinos	223	261	294	205
Produtores Atendidos com Assistência Técnica e capacitação	785	926	855	953



O Governador do Distrito Federal, o Ministro da Pesca, e o Secretário de Agricultura do DF, assinaram convênio que prevê cerca de R\$ 4,5 milhões em investimentos para o desenvolvimento da piscicultura no DF e Entorno, dos quais R\$ 1,5 milhão do GDF. A cooperação entre o governo do DF e a União irá criar o Centro de Referência em Piscicultura do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico e permitirá a ampliação do Mercado do Peixe de Brasília, em funcionamento na Ceasa-DF. A solenidade para a assinatura ocorreu no Ministério da Pesca e Aquicultura em Brasília. A ação promoverá a produção local de alimentos mais saudáveis, a geração de novos postos de trabalho e o fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura.

Os investimentos trarão benefícios para pescadores artesanais, produtores rurais, estudantes, técnicos e piscicultores. A sociedade como um todo será beneficiada, pois o novo centro tecnológico, que funcionará na Granja do Ipê, terá laboratórios para estudos sobre a nutrição dos peixes, estruturas de reprodução e estocagem de alevinos (filhotes dos peixes), reprodução de espécies nativas e exóticas, além da construção de usina de ração de pequeno porte, para produzir ração de acordo com os avanços decorrentes dos estudos.

Com o intuito de fomentar as inovações tecnológicas e a organização das cadeias produtivas a SEAGRI promoveu e apoiou diversos eventos da área rural, dentre eles:

- Agrobrasil 2012;
- Festa do Morango de Brazlândia;
- 1º Evento Agropecuario de São Sebastião;
- Festa do Pimentão da Taquara.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 - Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, vegetal e seus derivados	Unidade	1.036	30/04/2011	Mensal	13.600	15.000	16.540	18.000	SEAGRI
Produção sob inspeção oficial	Tonelada	6.173	30/04/2011	Mensal	80.000	89.600	98.000	105.000	SEAGRI
Educação sanitária	Unidade	12.007	31/05/2011	Anual	8.060	10.060	12.070	10.060	SEAGRI

Cont...

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Produtos impróprios para o consumo apreendidos ou inutilizados	Tonelada	13,72	30/04/2011	Mensal	166	175	185	200	SEAGRI
Análises físico-químicas e microbiológicas de água ou de produtos de origem animal e vegetal	Unidade	943	30/04/2011	Mensal	11.300	12.430	13.673	15.040	SEAGRI
Ações de defesa Sanitária Animal	Unidade	69.945	31/12/2010	Anual	72.043	74.204	76.430	78.723	SEAGRI
Ações de defesa Sanitária Vegetal	Unidade	29.397	31/12/2010	Anual	30.866	32.335	33.804	35.273	SEAGRI

A vigilância sanitária e epidemiológica é executada pela Subsecretaria de defesa e Vigilância Agropecuária – SDV através das atividades de defesa agropecuária, por meio da diretoria de defesa e vigilância agropecuária – DDV e de inspeção de produtos de origem animal e vegetal, pela diretoria de inspeção de produtos de origem animal e vegetal – DIPOVA.

Dentre as atividades destacam-se a execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória demandados pelo Ministério da Agricultura (MAPA) em cada Estado da Federação por meio de mapeamento e monitoramento de ocorrências fitossanitárias e zoonosológicas, para estudo epidemiológico, controle do trânsito animal e vegetal e de ações educativas sanitárias.

Destacam-se ainda a fiscalização e inspeção sanitária dos produtos de origem vegetal e animal nos estabelecimentos agroindustriais do Distrito Federal - DF, a fiscalização para coibir o trânsito de produtos em desacordo com a legislação e o combate ao abate ilegal e clandestino, visando à melhoria da qualidade desses produtos que chegam à mesa do consumidor.

Com relação à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, vegetal e seus derivados, a redução na quantidade de inspeção dos estabelecimentos registrados no ano de 2012 ocorreu pelo fato da adoção de uma metodologia com foco em resultados qualitativos em detrimento aos aspectos quantitativos, o que resultou em um avanço da qualidade do trabalho de inspeção por meio da avaliação técnica da situação de todos os estabelecimentos registrados, incluindo adequação da rotulagem, avaliação das instalações, inclusive com aplicações e acompanhamento de Termos de Ajustamento de Conduta, revisão de procedimentos e visitas para adesão ao SISBI. Além disso, houve um grande esforço por parte da DIPOVA no sentido de atender aos estabelecimentos em processo de registro, por meio de visitas orientativas, direcionando os fiscais para tal atividade e aumentando assim o número de estabelecimentos registrados, números estes que não são apresentados neste indicador.

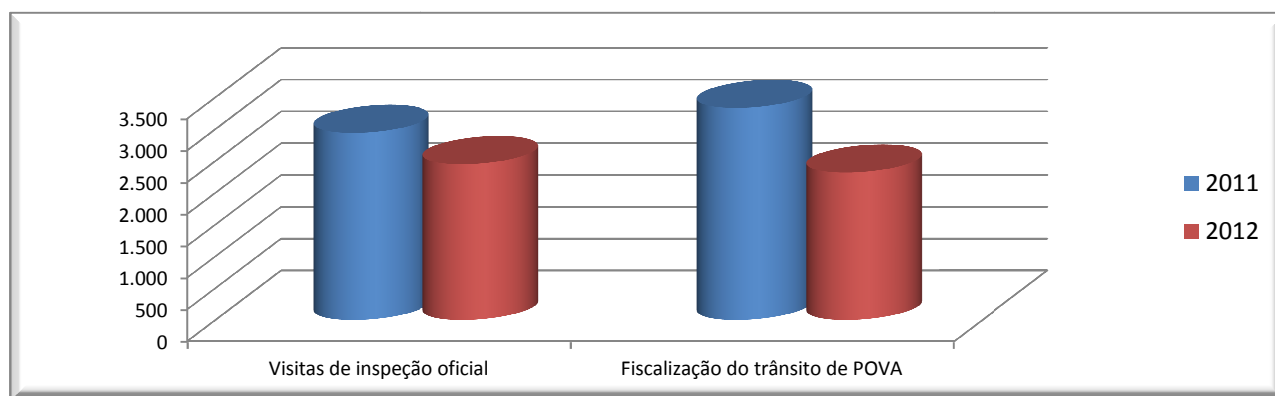
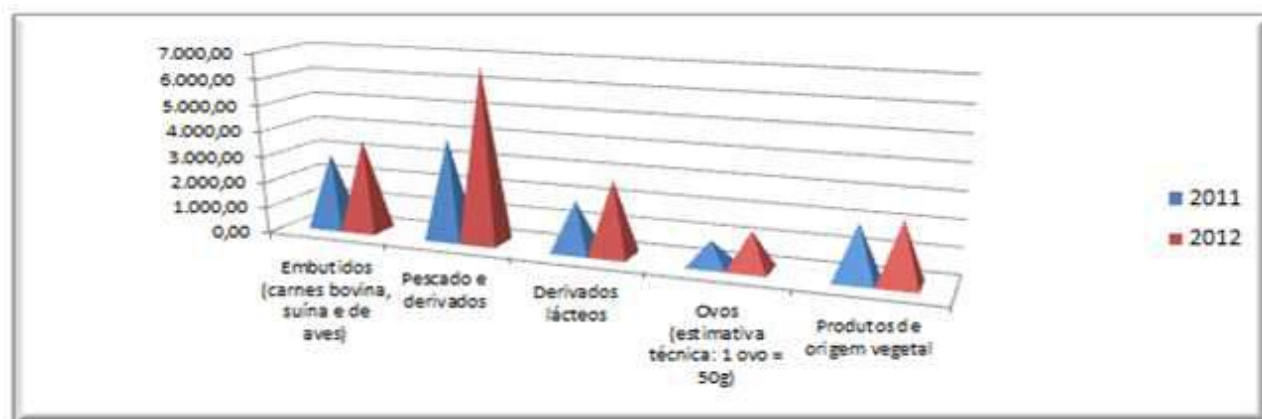


Figura – Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, vegetal e seus derivados (Unidade)

A redução do volume de produção nos estabelecimentos registrados é um fator inerente às atividades em questão e estão relacionados aos aspectos da dinâmica de mercado do Distrito Federal.



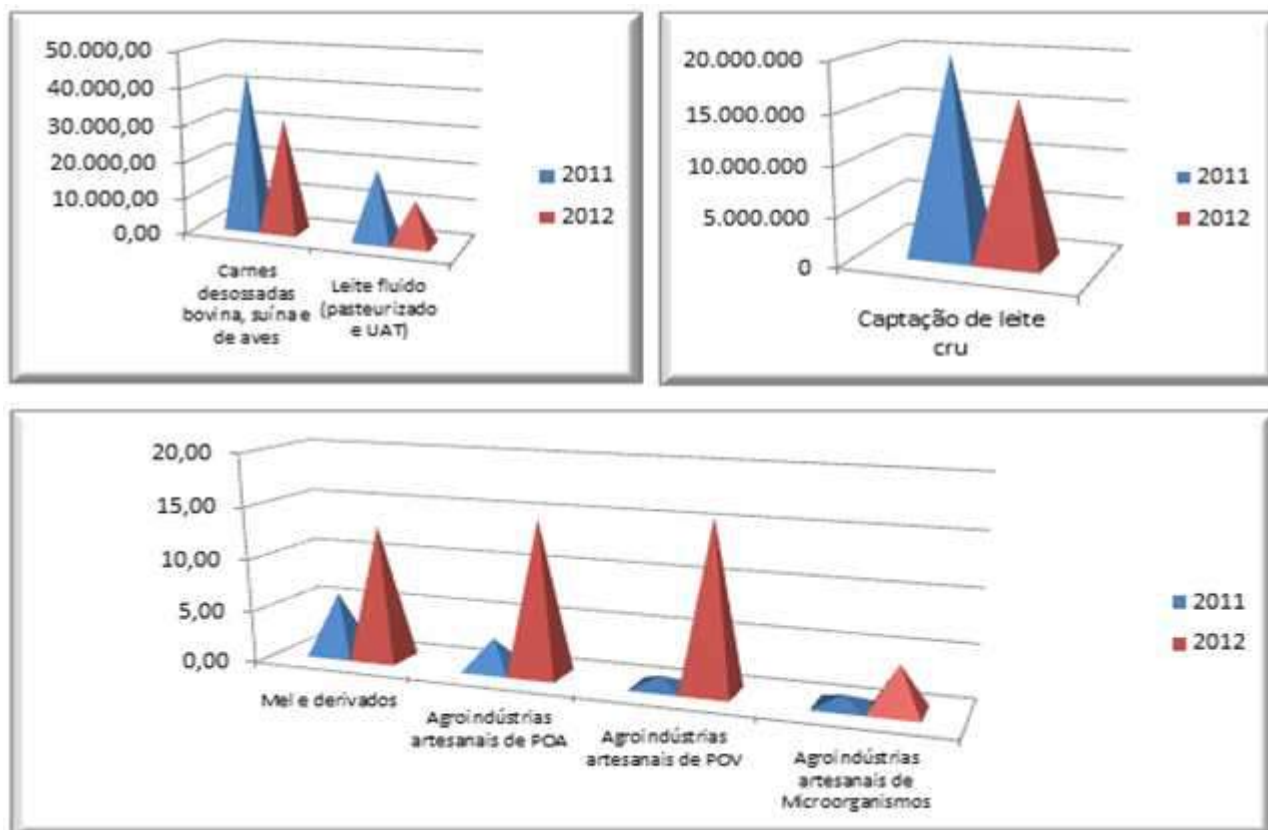


Figura – Produção sob Inspeção Oficial nos estabelecimentos (ton.)

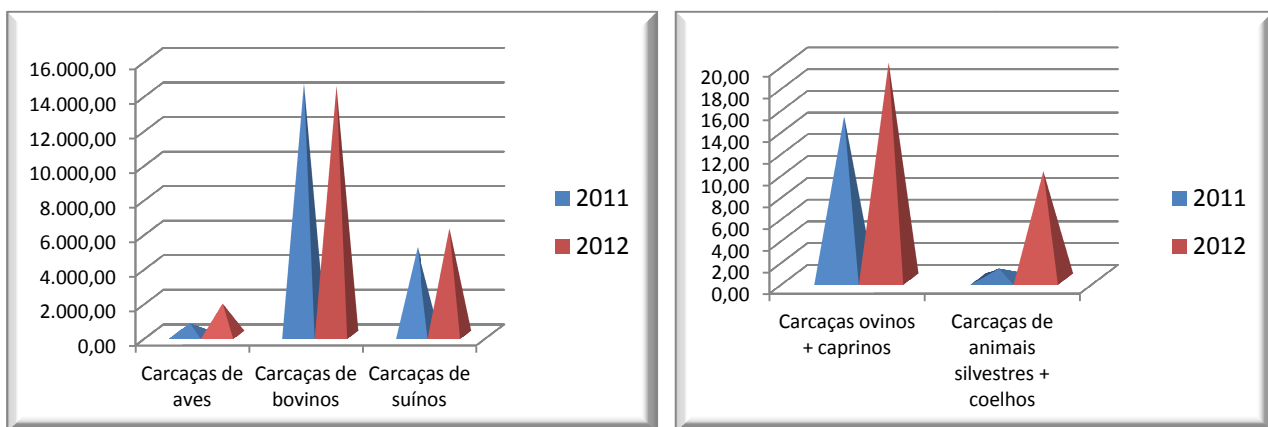


Figura – Produção sob Inspeção Oficial nos abatedouros (ton.)

A redução do volume de produtos apreendidos se deve ao fato da redução drástica no espaço para armazenamento dos produtos apreendidos em trânsito, devido à perda de uma das câmaras de armazenamento do CEASA, além dos constantes defeitos apresentados pela câmara da SEDEST, o que prejudicou a capacidade de armazenamento dos produtos apreendidos com garantia de respeito ao prazo de recurso legal, obrigando assim, por vezes, a uma redução das ações devido à falta de espaço para armazenamento. Acrescenta-se a isso os constantes defeitos apresentados pelos veículos de patrulhas (utilizados pela fiscalização de trânsito), que estão bastante depreciados, com longos períodos de espera para a sua reforma e a gradativa redução dos integrantes da equipe de fiscalização de trânsito.

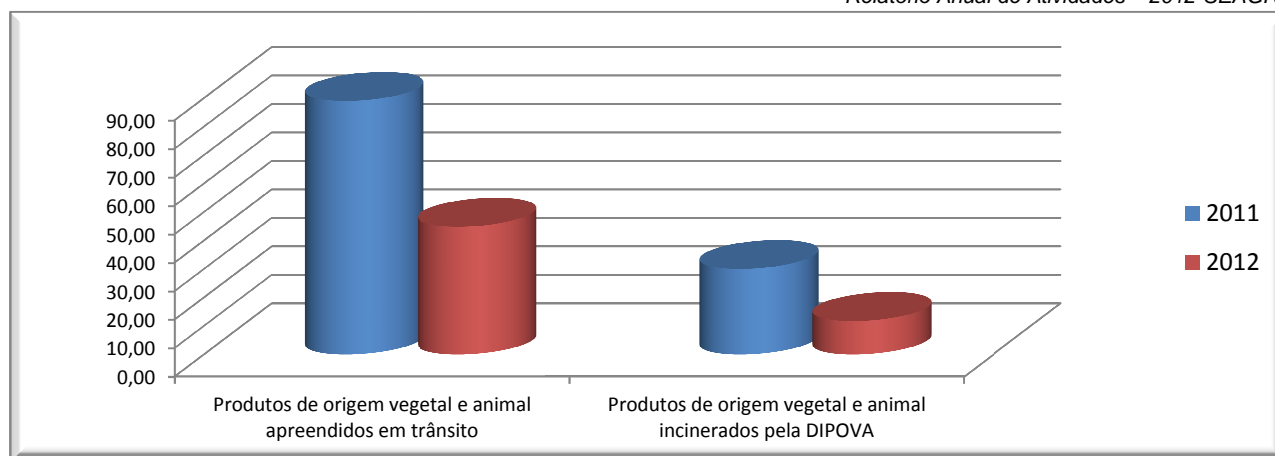


Figura - Produtos impróprios para o consumo apreendidos ou inutilizados (ton.)

A redução das análises físico-químicas e microbiológicas de água ou de produtos de origem animal e vegetal se deve a grande quantidade de reagentes vencidos presentes no laboratório o que levou à redução no fluxo de análise buscando não comprometer a qualidade dos seus resultados.

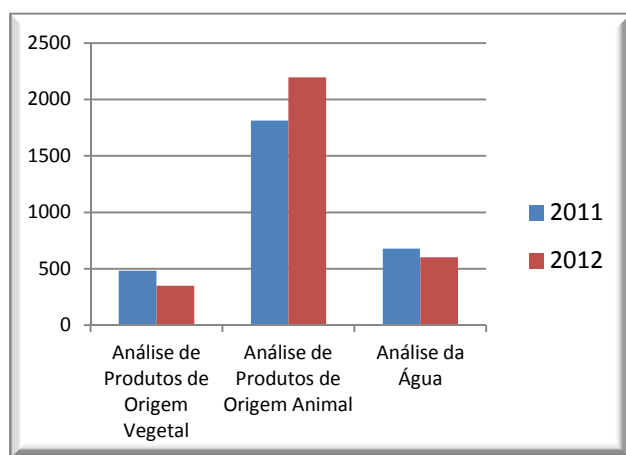


Figura – Análises Microbiológicas (Unidade)

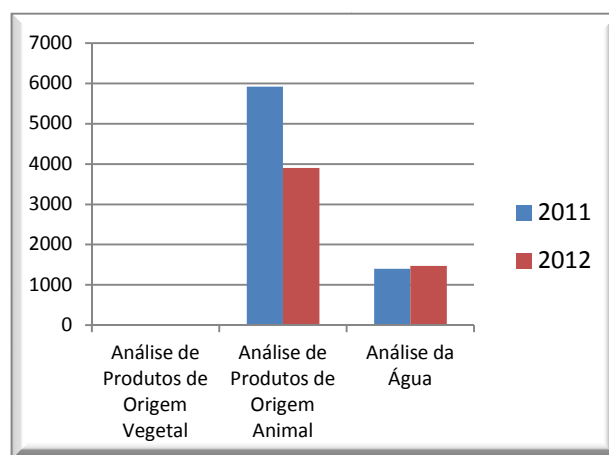


Figura – Análises Físico-químicas (Unidade)

Em relação ao excelente resultado das ações de defesa sanitária animal, a equipe responsável passou por um processo de integração e aumento da comunicação a fim de sanar entraves técnicos e pessoais que de certa forma dificultavam o trabalho. À medida que os processos foram discutidos e resolvidos em grande parte, houve uma melhora nos resultados práticos do trabalho. Houve também uma união das equipes da sede e dos Núcleos de Operacionais através de reuniões periódicas, o que facilitou a comunicação entre toda a equipe de médicos veterinários e técnicos da defesa Agropecuária. No ano de 2012, a gerência operacional realizou a unificação das barreiras móvel e fixa numa só barreira atuando nas duas frentes e contando com o planejamento mais efetivo da Gerência de Sanidade Animal através do programa de epidemiologia. Isto gerou maior eficácia da fiscalização de trânsito com maior dinamismo. Com a melhoria da comunicação houve incremento das campanhas, educação sanitária e atividades de fiscalização ativa e passiva.

Dentre as ações de defesa sanitária animal, destaca-se o aumento da vacinação contra brucelose de bezerras entre 3 e 8 meses de idade devido principalmente às campanhas de vacinação contra Brucelose e às atividades de educação sanitária. A aquisição dos blocos para autos de Infração e treinamento em instrução processual possibilitou o aumento no número de autos de infração emitidos. E mais uma vez a atividade de educação sanitária e a melhoria na conscientização do produtor rural atrelada à mudança na entrega da declaração do produtor nos escritórios da defesa fez aumentar o número de Guias de Trânsito Animal emitidas.

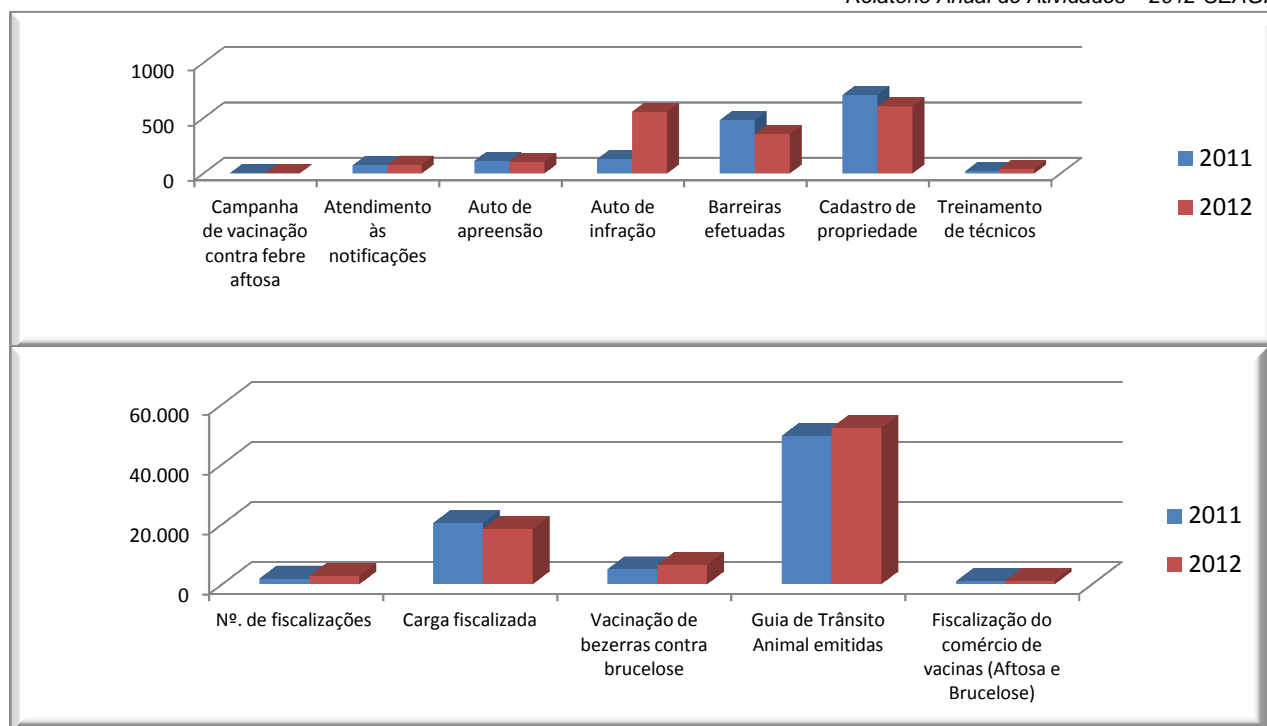
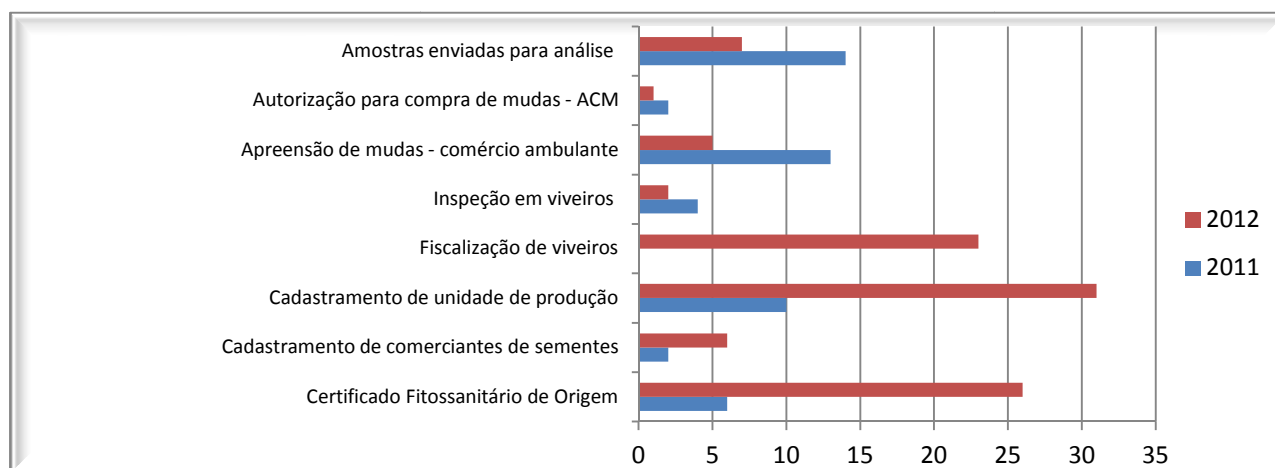


Figura – Ações de defesa Sanitária Animal (Unidade)

Embora o resultado obtido nas ações de defesa sanitária vegetal no ano de 2012 tenha ficado abaixo do realizado no ano de 2011, superou a projeção desejada para o período. dentre as ações que provocaram a queda no indicador destacam-se a desativação das barreiras 040 e 251, que passaram a ser um apoio operacional para a barreira móvel. Isso gerou a queda significativa nos valores de entrada e saída de produto vegetal no DF. O envio de amostras para análise ficou abaixo das expectativas, por depender do convênio com o MAPA que só foi oficializado no mês de novembro de 2012, afetando significativamente a realização dessa ação. A fiscalização de viveiros que comercializam sementes e mudas obteve resultado abaixo das expectativas devido a problemas com a internet. Isso impossibilitou o acesso ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (RENASEM) e criou entrave para a realização das inscrições no sistema.



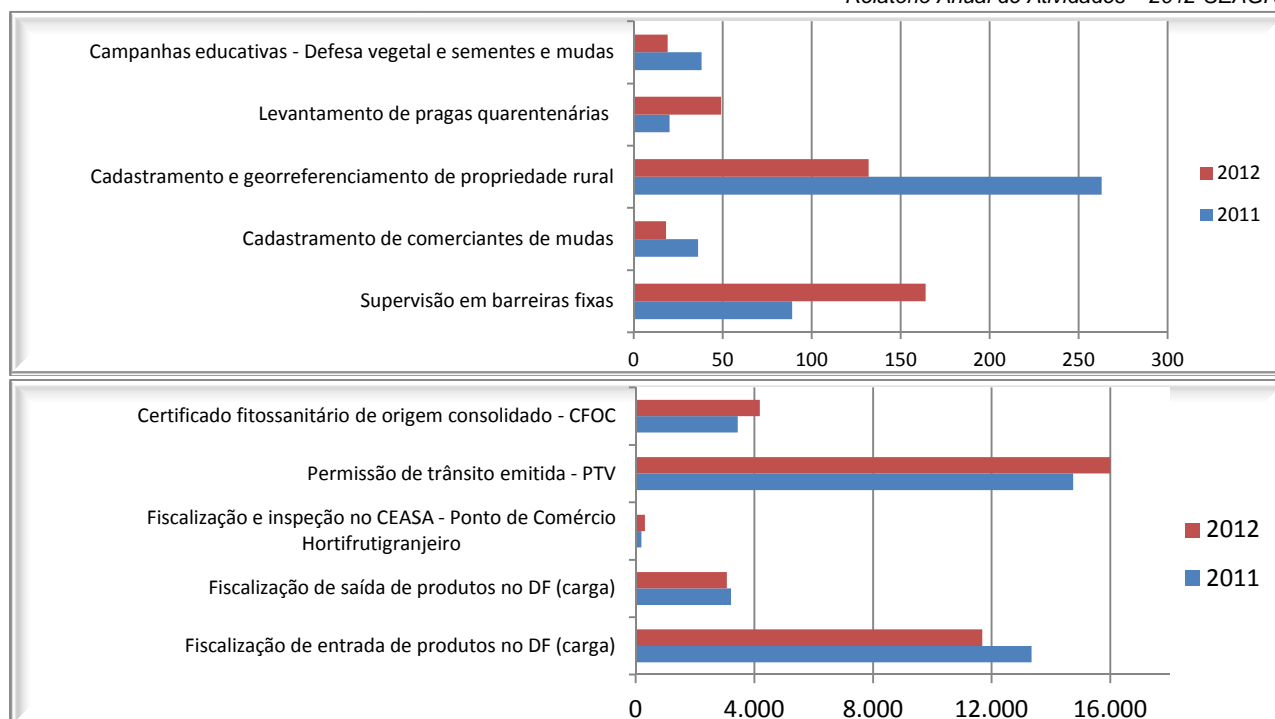
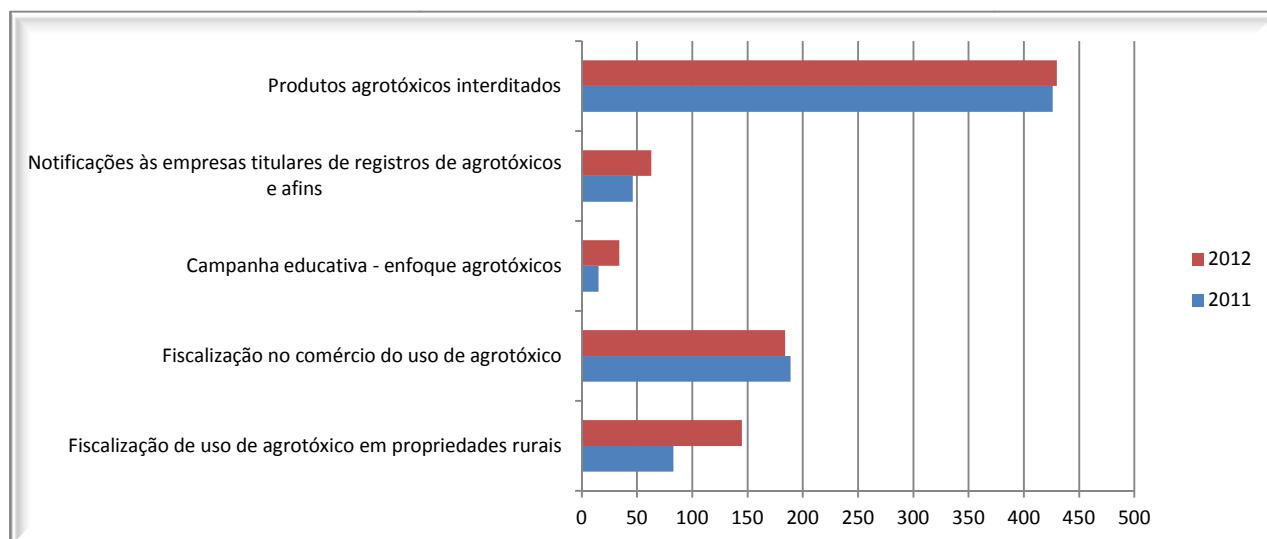


Figura – Ações de defesa Sanitária Vegetal - Sanidade Vegetal (Unidade)

A fiscalização do comércio de agrotóxicos em estabelecimentos comerciais apresentou resultados abaixo das expectativas devido à mudança na metodologia de fiscalização, havendo a interdição e apreensão de produtos. Estas ações demandam grande período de tempo devido à necessidade de relacionar todos os produtos irregulares, no caso da interdição, e devido à necessidade do apoio operacional da delegacia de Meio Ambiente, ficando o procedimento mais moroso devido ao encaminhamento à DP e tomada de depoimento, no caso da apreensão. Entretanto, houve aumento no número de propriedades rurais fiscalizadas quanto ao uso de agrotóxicos e afins. Houve, também, aumento significativo no número de palestras ministradas nas áreas rurais do DF. Os produtores rurais do DF estão mais conscientes da importância do uso correto de agrotóxicos e afins, bem como na importância do serviço de defesa Agropecuária.



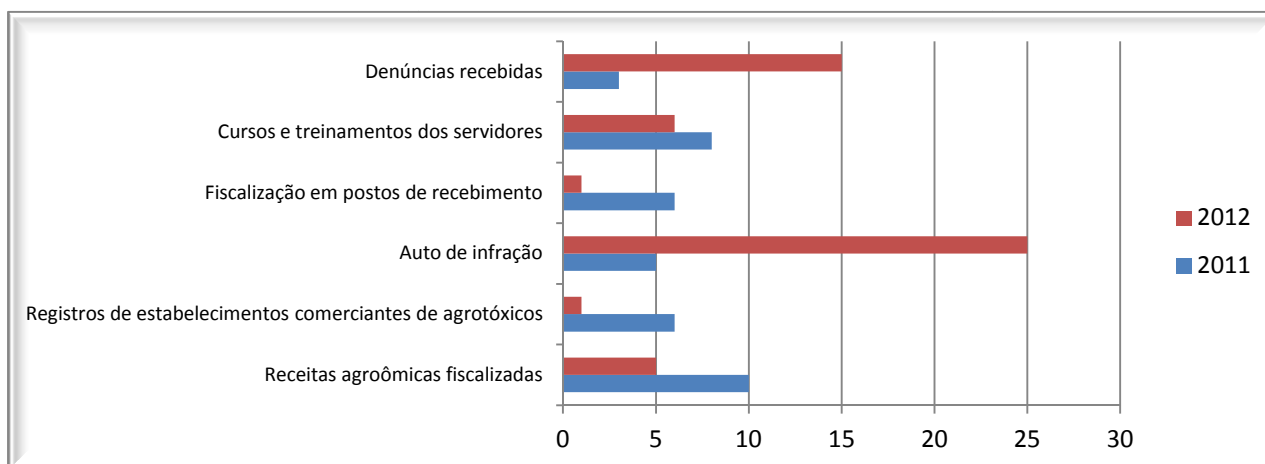


Figura – Ações de defesa Sanitária Vegetal – Agrotóxicos e afins (Unidade)

Algumas ações que obtiveram resultados em 2012 menores que em 2011 são indicativas de que o serviço de defesa atingiu seu objetivo de conscientizar produtores e comerciantes no atendimento à legislação vigente. dentre elas destacam-se: a apreensão de mudas no comércio ambulante, a quantidade em quilos e litros de agrotóxicos interditados no comércio e a quantidade em litros de agrotóxicos interditados nas propriedades rurais

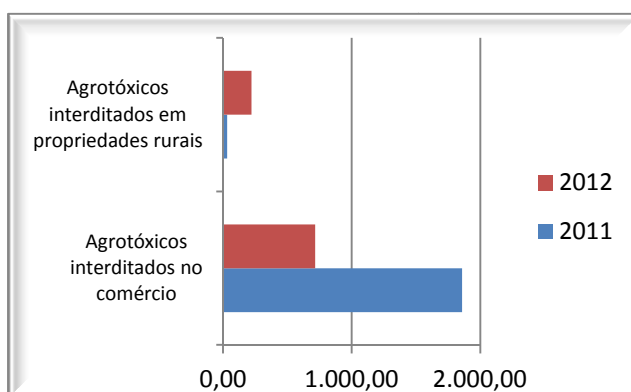


Figura - Agrotóxicos interditados (Kg)

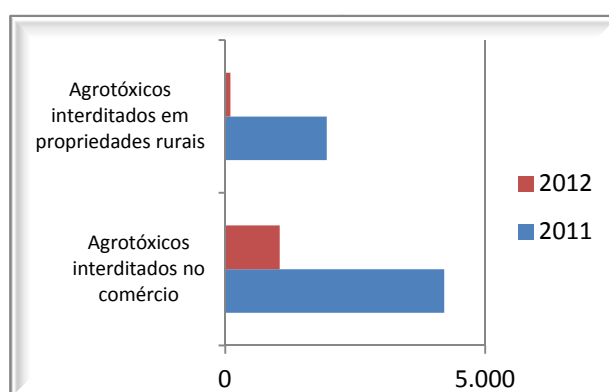


Figura - Agrotóxicos interditados (L)

As ações de Educação Sanitária no ano de 2012 superaram o projetado para o ano, embora tenham ficado abaixo do realizado no ano de 2011. dentre as ações, destacam-se a realização de palestras que atendeu um público alvo de mais de 1.500 pessoas, incluindo produtores rurais, comerciantes do ramo do agronegócio e alunos de escolas rurais e a realização de campanhas de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos e de vacinação contra a febre aftosa. destaca-se, também, a distribuição de material informativo sobre doenças dos animais que são de notificação obrigatória e de importância para a saúde pública, sobre uso de equipamentos de proteção individual para aplicação de insumos agrícolas e sobre o registro de agroindústrias artesanais, de estabelecimentos e de entrepostos de produtos de origem animal e vegetal.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 - Recuperação dos canais de água para irrigação, recuperação e manutenção da malha viária vicinal, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, construção de galpões de produtores rurais, para comercialização dos produtos dos produtores e construção de viveiros para produção de mudas.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Recuperação e melhoria de estradas vicinais	Km	534	31/12/2010	Mensal	300	400	400	400	SDR/DMA
Sistema coletivo distribuição de água p/ irrigação	Unidade	-	-	Quadrimestral	2	4	4	4	SDR
Produtor familiar atendido	Pessoa	-	-	Mensal	1.000	1.100	1.100	1.100	SDR/DMA
Produtor patronal atendido	Pessoa	-	-	Mensal	200	200	200	200	SDR/DMA
Associações atendidas	Unidade	-	-	Mensal	24	24	24	24	SDR/DMA

A SEAGRI adquiriu, no exercício, 112 equipamentos para execução de serviços ao produtor rural, entre eles: 01 Motoniveladora, 04 Caminhões basculante, 19 Tratores, 16 Arados reversíveis, 16 Grades aradora e 16 Carretas agrícolas.

A manutenção da infraestrutura rural visando à recuperação e melhoria das estradas vicinais ocorreu com o Termo de Cooperação Técnica entre a SEAGRI e o departamento de Estradas e Rodagens – deR, sendo 479 km de estradas recuperadas numa área equivalente a 2.170 hectares. A SEAGRI desenvolveu 01 Sistema coletivo de distribuição de água para irrigação na Granja modelo do Ipê, além da recuperação do canal do buriti vermelho.

Além disso, com a execução de serviços motomecanizados a produtores rurais foram executadas mais de 10.000 horas – máquinas, 116 produtores foram inscritos no DF e entorno, 420 produtores foram atendidos por associações e mais de 2000 hectares foram trabalhados.

Indicativos	2009	2010	2011	2012
Produtores inscritos no DF	123	145	105	107
Produtores Inscritos no entorno	2	4	5	9
Total de produtores Inscritos	125	149	110	116
Produtor atendido no DF	77	34	35	81
Produtor atendido no entorno	1	4	5	4
Total de Produtores atendidos	78	38	40	85
Hectare trabalhado no DF	1.871	3.845	2.016	2.170
Hectare trabalhado no entorno	285	33	69	16
Hectare trabalhado por associação	4.045	3.047	967	841
Total de hectare trabalhado	6.201	6.925	3.052	3.027
Hora-máquina executada no DF	631	349	309	379
Hora-máquina executada no entorno	100	66	53	30
Hora-máquina executada Associação/SEAGRI	8887	5946	7509	10.708
Total de Hora-máquinas executadas	9618	6361	7871	11.117
Estradas Vicinais recuperadas nas áreas rurais (km)	0	484	270	479
Associações Atendidas				19
Produtor Patronal Atendido				15

PROGRAMA TÉMATICO:

6225 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVO GERAL:

Promover a regularização fundiária, urbanística e ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4109 -Implementação da Política de Utilização de Terras Públicas Rurais	200.000	0	0	0	

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0005 – Regularização de áreas públicas rurais do Distrito Federal, mediante a realização de levantamento georreferenciado de todos os imóveis anteriormente pertencentes ao patrimônio da Fundação Zoobotânica, gerenciamento dos contratos firmados e intensificação da fiscalização.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Fiscalização realizada	Unidade	2.510	31/12/2010	Anual	2.500	2.500	2.500	2.500	SEAGRI
Contratos gerenciados	Unidade	-	-	Anual	500	500	500	500	SEAGRI
Cadastro realizado	Unidade	-	-	Anual	1.000	1.000	1.000	1.000	SEAGRI
Levantamento topográfico realizado	Unidade	-	-	Anual	125	125	125	125	SEAGRI

A regularização da ocupação fundiária passou a ser possível após a edição da Lei nº 12.024 de 27/08/2009, que autorizou o governo do Distrito Federal a realizar a regularização das áreas rurais diretamente aos seus ocupantes. Lei esta regulamentada pelo decreto 31.084, em 25/11/2009. A TERRACAP e a SEAGRI definiram os procedimentos para sua efetividade, por meio da resolução nº 224 de 17/03/2011 e pela Portaria nº 25 de 10/03/2011, respectivamente.

Em 2012, o entendimento sobre a operacionalização dessas atividades foi alterado e a SEAGRI que antes era detentora da realização de todos os processos de regularização passou para a TERRACAP o gerenciamento dos contratos, o cadastro realizado e o levantamento topográfico, sendo assim, a análise de alcance do objetivo específico pela SEAGRI ficou prejudicado pela alteração do entendimento político fundiário que avançou no exercício.

Ainda assim, a SEAGRI realizou 755 vistorias/fiscalizações, apurou 30 denúncias, emitiu 84 notificações e realizou 26 reuniões em áreas públicas rurais. Além de prestar 6.816 atendimentos com orientação sobre regularização e arrecadar com taxa de ocupação R\$ 1.668.371 (um milhão seiscentos e sessenta e oito mil e trezentos e setenta e um reais).

Com relação aos Contratos Gerenciados, estes estão sendo gerenciados pela TERRACAP e 141 foram firmados até o final do exercício. No entanto, esta pasta tem gerenciado e recebido as taxas das áreas que detinham vínculo com a Administração Pública e que não tiveram seus vínculos renovados e que ainda não assinaram novos contratos, além das áreas que foram requeridas a regularização da ocupação nos moldes atuais e, que também, ainda não assinaram contratos. Já o cadastramento das terras públicas e o levantamento topográfico estão sendo realizado por empresa terceirizada, que computou 5.351 unidades cadastradas.

2. Outras Realizações

PROGRAMA TEMÁTICO:**6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1471 -Modernização de Sistema de Informação	100.000	0	0	0	
1984 -Construção de Prédios e Próprios	0	67.000	67.000	13.400	
9771 - Construção de Prédios e Próprios-Apoio a Construção do Auditório No Pad/Df- Paranoá	0	67.000	67.000	13.400	43
2557 -Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	0	0	0	0	
3678 -Realização de Eventos	70.000	0	0	0	
3903 -Reforma de Prédios E Próprios	250.000	91.000	0	0	
4088 -Capacitação de Servidores	200.000	0	0	0	
8502 -Administração de Pessoal	52.454.221	54.935.367	54.812.534	54.812.534	3
0004 - Administração de Pessoal-Secretaria de Agricultura E desenvolvimento Rural- Plano Piloto	52.454.221	54.935.367	54.812.534	54.812.534	3
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	3.037.229	2.872.657	2.804.214	2.804.214	
0005 - Concessão de Benefícios a Servidores-Secretaria de Agricultura e desenvolvimento Rural- Plano Piloto	3.027.229	2.872.657	2.804.214	2.804.214	15

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	8.699.030	6.603.087	6.546.501	6.423.871	
0004 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Secretaria de Agricultura e desenvolvimento Rural-Plano Piloto	8.699.030	6.603.087	6.546.501	6.423.871	7

A Secretaria de Agricultura e desenvolvimento Rural, mesmo com todas as dificuldades orçamentárias ocorridas no corrente exercício, conseguiu executar o seu orçamento de forma eficaz e eficiente, pois conseguiu honrar e economizar em seus contratos, fazer investimentos nas áreas finalísticas e manter dentro dos limites do GDF o gasto com pessoal. No entanto, devido a outras prioridades emergenciais da área finalísticas e do próprio governo, muitas ações não puderam ser executadas e tiveram seus créditos cancelados.

PROGRAMA TÉMATICO:

6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3246 -Construção de Centro Comunitário	100.000	0	0	0	

A ação Construção do Curral Comunitário na Expansão de Samambaia é oriunda de Emenda Parlamentar e teve seu crédito bloqueado/contingenciado devido à indefinição política quanto à construção. Por isso, a obra não foi executada no exercício.

PROGRAMA TÉMATICO:

6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	350.000	294.811	254.081	254.081	
0019 - Reintegra Cidadão-Secretaria de Agricultura E desenvolvimento Rural-Distrito Federal	350.000	294.811	254.081	254.081	14

A Secretaria de Agricultura e desenvolvimento Rural – SEAGRI participa do Programa Reintegra Cidadão, celebrado com a FUNAP, para a prestação de serviços de manutenção e conservação predial e recuperação de bens móveis e beneficia 21 sentenciados.

3. Informações complementares

Tendo em vista que a Secretaria de Agricultura e desenvolvimento Rural – SEAGRI tem um orçamento relativamente baixo frente aos objetivos a serem alcançados, buscaram-se parcerias com o Governo Federal por intermédio de Contratos de Repasse e Convênios com a finalidade de aumentar a atuação desta Pasta junto ao seu público alvo.

Contratos de Repasse

Objeto	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Total dos Recursos	Concedente
Execução de Ações Relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Infra-Estrutura e Serviços	4.000.000	651.892	4.651.892	MDA
Execução de Ações Relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Infra-Estrutura e Serviços	207.646	66.177	273.823	MDA
Execução de Ações Relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Infra-Estrutura e Serviços	340.000	34.000	374.000	MDA
Execução de Ações Relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Infra-Estrutura e Serviços	221.000	32.000	253.000	MDA
Aquisição de Motoniveladora e Rolo Compactador	600.000	169.000	769.000	MDA
Aquisição de Máquinas e Equipamentos	1.462.500	289.957	1.752.457	MAPA
Aquisição de Caminhão Com Baú Isotérmico	179.010	19.890	198.900	MAPA
Aquisição de Caminhão Com Baú Isotérmico	179.010	19.890	198.900	MAPA
Aquisição de Máquina Classificadora	537.685	59.743	597.428	MAPA
Aquisição de Patrula Móvel Para Tratamento de Resíduos Líquidos	481.570	53.508	535.078	MAPA
Aquisição de 6 (Seis) Tanques de Expansão Com Capacidade para 9.000 (Nove Mil) Litros de Leite	315.635	35.0705	350.705	MAPA
Aquisição de Patrulha Motomecanizada	157.500	17.500	175.000	MAPA
Aquisição de Caminhão Tipo Baú	135.000	15.000,00	150.000	MDA
Aquisição de Máquinas, Equipamentos E Veículos	1.182.753	220.000	1.402.753	MAPA

Convênios

Objeto	Valor de	Valor da	Total dos	Concedente
--------	----------	----------	-----------	------------

	Repasse	Contrapartida	Recursos	
Apoio ao desenv. do Programa de Aquisição de Alimentos - Compra Direta Local Familiar	5.260.177	1.167.666	6.427.843	MDS
Recuperação da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Piripipau - Programa Produtor de Águas	2.000.000	284.580	2.284.580	ANA
Descentralização de Atividade delegáveis Inerentes ao desenvolvimento Institucional dos Serviços de Saúde Animal e Vegetal Ao Distrito Federal	2.808.094	212.500	3.020.594	MAPA
Estruturar e Manter o Sistema Unificado de Atenção À Sanidade Vegetal, Visando A Prevenção E Controle das Pragas dos Vegetais	303.145	R\$ 31.044	334.189	MAPA
Implantação do Centro de Referência em Psicultura	3.000.000	1.457.455	4.457.455	Ministério da Pesca e Aquicultura
Aquisição de Veículos, Caminhões, Equipamentos e Construção de 06 Unidades de Recebimento E Distribuição de Alimentos No Âmbito do Distrito Federal	5.305.499	589.475	5.894.974	Ministério da Integração Nacional

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

Balanco de Atividades de 2012 e Perspectivas para 2013

O Sistema Público da Agricultura do DF é constituído pela Secretaria de Agricultura e desenvolvimento Rural -SEAGRI, cuja estrutura contempla quatro Subsecretarias e uma Unidade de Administração Geral, e suas empresas vinculadas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, com o papel da transferência de conhecimento e de tecnologias, e a Centrais de Abastecimento de Brasília - CEASA, que contribui para a segurança alimentar e nutricional do DF.



Figura O Sistema Público de Agricultura do Distrito Federal.

O setor público da agricultura, no Governo atual, estabeleceu seu planejamento estratégico envolvendo o Sistema Público da Agricultura e a população do meio rural, valorizando a participação das organizações sociais dos produtores e trabalhadores rurais, especialmente os da agricultura familiar, sem perder de vista a interlocução permanente com os demais entes governamentais.

O foco de trabalho do Sistema Público da Agricultura do DF é a geração de renda no campo, como estratégia de favorecer a permanência ativa e sustentável das famílias no espaço rural. Assim, podemos destacar, de forma objetiva, os principais alcances no ano de 2012 e as perspectivas para 2013.

Área de Agricultura Familiar e desenvolvimento Agrário:

- Criação do Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura (PAPA-DF), que possibilita que pequenos agricultores possam vender a produção da agricultura familiar para o Governo. SEDEST, BRB e Jardim Zoológico já estão adquirindo produtos. Em 2012, o Programa movimentou R\$4.000.500,00, comprando 1.500 toneladas de alimentos e beneficiando 889 agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária;

- Os programas de compras Governamentais (PAA, PAPA e PNAE) compraram e distribuíram 1.500 toneladas de alimentos, atendendo a 30 mil pessoas em situação de insegurança alimentar, distribuídas em 285 entidades sócio-assistenciais. No âmbito do PNAE, foram atendidos 180 mil alunos, em 340 escolas da rede pública rural;

- Disponibilizados aos pequenos agricultores R\$5.840.000,00 em crédito rural, em parceria com diversas instituições bancárias. Tendo em vista o efeito multiplicador da renda, que, conforme estudos, a cada real investido no espaço rural há um retorno de três reais, pode-se ter noção da proporção da distribuição de renda no meio rural;

- Realizados cinco levantamentos da realidade situacional de 619 famílias em assentamentos, em São Sebastião (Acampamentos: Grito da Terra Brasil, Tiradentes, 15 de Agosto, 251 e 1º de julho);

– Apoio e implantação de 03 casas digitais nos Assentamentos Fazenda Larga e Três conquistas, em Planaltina; e 26 de setembro, em Taguatinga.

Área de desenvolvimento Rural

– Trabalhando com programas de reabilitação ambiental, a SEAGRI tem promovido a produção e distribuição de mudas de espécies nativas do cerrado, para o replantio de Áreas de Proteção Permanente (APP) e reservas legais. Foram produzidas 82.605 mudas em 2012. A previsão é de produção anual de 80 mil mudas, para o biênio 2013-2014;

– Recuperação e melhoria de estradas públicas rurais de terra, com a disponibilização de patrulhas agrícolas mecanizadas, para associações e cooperativas de produtores familiares. Foram recuperados 270 km de estradas em 2011 e 402 km em 2012. Foram assinados convênios com nove entidades familiares, para disponibilização de patrulhas constituídas de trator, implementos agrícolas e carreta, para apoiar a produção da agricultura familiar;

– Reprodução de peixes, para a distribuição de alevinos para os pequenos produtores rurais do DF. Apoio técnico e treinamento dos produtores, para desenvolvimento de projetos agrícolas. Em 2012, foram produzidos 315 mil alevinos, que foram distribuídos para 205 pequenos produtores. Foram capacitados 953 técnicos e produtores rurais. Em 2013, está prevista a produção de 700 mil alevinos;

– Apoiando o Programa DF Sem Miséria, a SEAGRI distribuiu gratuitamente, fertilizantes minerais e sementes de milho e feijão, para os agricultores de base familiar, com vistas ao fomento da produção rural de auto consumo e promoção da segurança alimentar. Em 2012, foram distribuídos 19.740 kg de sementes e 218.500 kg de fertilizantes para atendimento a 739 produtores rurais. Para 2013, está prevista a distribuição de 38.500 kg de sementes e 266.500 kg de fertilizantes.

Área de administração e fiscalização fundiária

– Visando qualificar os procedimentos, o Governador determinou que fossem desenvolvidas ações conjuntas da SEAGRI e da TERRACAP, com vistas à viabilização dos compromissos de regularização. Como resultado, verificou-se aumento no número de processos autuados e a emissão de Certificados de Legítimo Ocupante (CLO), que garantem a regularização diretamente aos possuidores das áreas;

– Visando dar transparência e tornar mais eficaz o processo de regularização, a SEAGRI implementou as Caravanas da Regularização, com o deslocamento de sua estrutura de administração fundiária até as diversas comunidades rurais. As Caravanas levam a informação e a possibilidade do início dos processos de regularização nas próprias comunidades. Em 2012, foram realizadas Caravanas a 14 comunidades e núcleos rurais, resultando em 943 atendimentos e autuação de 655 processos, representando quase 50% do total de áreas regularizáveis, no DF;

Área de defesa agropecuária

– Ampliação do número e unificação das barreiras móveis e fixas, gerando maior eficácia da fiscalização de trânsito e tráfego de produtos da agricultura. Verificou-se aumento na apreensão de mudas no comércio ambulante e na interdição de agrotóxicos, no comércio e nas propriedades rurais, em relação aos anos anteriores;

– Elaboração de Projeto de Lei que trata do Programa de Qualidade de Alimentos no Distrito Federal;

– Adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que permite comercialização dos produtos do DF para todo o território nacional.

Área de assistência técnica e extensão rural

– A EMATER teve papel fundamental na operacionalização dos programas de compras institucionais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Aquisição dos Produtos da Agricultura (PAPA-DF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

– Merece destaque a realização do Espaço de Valorização da Agricultura Familiar (EVAF), dentro da AGROBRASÍLIA, que levou orientação técnica especializada a milhares de pequenos agricultores. O público total de visitantes da Feira foi de 90 mil pessoas, tendo sido feitos 33.997 atendimentos nas diversas estações da EVAF;

A perspectiva da EMATER, para 2013, é a ampliação das ações desenvolvidas em 2012 para um incremento de 467 famílias, nos assentamentos da reforma agrária; 1.300 novos agricultores familiares atendidos pelo PAPA-DF; atendimento a mais 550 famílias em situação de pobreza extrema e um aumento de dois milhões de reais em crédito rural.

Área de segurança alimentar e nutricional

– Na CEASA, principal mercado atacadista do Distrito Federal e Entorno, foi retomada a gestão pública, adquiridos equipamentos e contratados servidores concursados. Em 2012, o volume comercializado atingiu a maior marca de toda sua história, atingindo 328,6 mil toneladas, com movimento financeiro de 577,4 milhões de reais;

– A inauguração do Mercado do Peixe (convênio com o MPA) foi um grande avanço. O Mercado, administrado pela Haja Peixe, associação da Agricultura Familiar, com 98 associados, comercializou 24,6 toneladas de pescado em 2012;

– Para combater o desperdício de alimentos na comercialização, foram criados três programas que atuam de forma integrada: o Banco de Alimentos, o Programa desperdício Zero e o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos. O Banco de Alimentos, alinhado com o Plano DF Sem Miséria, possibilitou a distribuição de 932 toneladas de alimentos a entidades sócio-assistenciais do DF, em 2012;

– Dentre as perspectivas da CEASA para 2013 está a descentralização das estruturas de comercialização, contribuindo para melhor acesso da população aos alimentos. Estão previstas a implantação da CEASA Planaltina e o Programa Direto da CEASA (rede móvel de comercialização).

Dificuldades Enfrentadas

As dificuldades da SEAGRI se referem principalmente à carência de servidores, à reestruturação de sua carreira e ao baixo orçamento designado para esta pasta.

O quadro caótico no quantitativo de servidores da SEAGRI é evidenciado pela Portaria N° 181 da SEAP, de 24 de novembro de 2011, doDF nº 226, de 25 de novembro de 2011, que informa 947 (novecentos e quarenta e sete) cargos vagos na estrutura administrativa. Além disso, o corpo funcional tem idade avançada, o que eleva a quantidade de aposentadorias para uma média anual de 5% em relação ao número de ativos e devido à falta de reestruturação da Carreira de desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária 29 (vinte e nove) candidatos convocados não tomaram posse e 15 (quinze) solicitaram exoneração, ocasionando assim, um quantitativo de ativos inferior ao do período do concurso já citado. Ou seja, em 2009 tinha 611 (seiscentos e onze) e atualmente 548 (quinhentos e quarenta e oito) servidores ativos, com idade média de 49 anos e 46 estão recebendo o Abono de Permanência e podem se aposentar a qualquer momento.

8.1. CENTRAIS de ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A – CEASA/DF – UO: 14.202

As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A - CEASA é uma sociedade de economia mista da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 5.691 de 04 de março de 1971. O seu Estatuto Social foi aprovado quando da sua constituição, ocorrendo alterações estatutárias nas Assembleias Gerais Extraordinárias dos Acionistas realizadas para esse fim, de números 38ª, 39ª, 40ª, 41ª, 53ª, 73ª e 77ª e 78ª.

A empresa entrou em processo de liquidação por meio da Lei Distrital nº 3.125, de 16 de janeiro de 2003 e, em 28 de dezembro de 2006, foi revogado o processo de liquidação por meio da Lei Distrital nº 3.929. O ato administrativo da retirada da CEASA/DF do processo de liquidação só foi consolidado na 73ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da CEASA/DF, voltando a empresa ao seu pleno funcionamento.

Foi aprovada a alteração estatutária, objeto de adequação aos termos da Lei nº 4.361 de 15 de junho de 2009, quando então foi assinado o contrato de gestão entre o Governo do Distrito Federal e o Centro de Abastecimento Alimentar do DF, com a finalidade de transferir para essa Organização Social as atividades fins no âmbito do mercado hortifrutigranjeiro, tornando-se então responsável pela manutenção e investimentos necessários para o bom funcionamento de todo o complexo.

Em 24 de fevereiro de 2011, foi revogado pela SEAGRI/DF o contrato de gestão com a Organização Social, o qual foi declarado nulo pelo TJDF, a pedido do Ministério Público do Distrito Federal, voltando assim a administração do complexo para a CEASA/DF.

Em 21 de julho do ano de 2011, houve nova reforma estatutária, no sentido de adequá-la aos exatos termos do Parecer nº 02/2011-GAB/PGDF.

Segundo as alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do art. 3º do Estatuto Social, a empresa terá por objeto:

a) a construção, instalação, exploração e administração, nesta Capital, de Centrais de Abastecimento destinadas a operar nos moldes de um centro polarizador coordenador do abastecimento sustentável de gêneros alimentícios e incentivador da produção agrícola;

b) participar dos planos e programas de abastecimento coordenados pelo Governo do Distrito Federal e ao mesmo tempo prover e facilitar o intercâmbio com as demais Centrais de Abastecimento;

c) firmar convênios, acordos, contratos ou outros tipos de intercâmbio com pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou estrangeiro, a fim de facilitar e/ou participar de atividades destinadas à melhoria do abastecimento de produtos agrícolas;

d) desenvolver em caráter especial ou sistemático, estudos de natureza técnico-econômica, a fim de fornecer base à melhoria, ao aperfeiçoamento e inovações nos processos e técnicas de comercialização, com vistas ao abastecimento de gêneros alimentícios;

e) promover a política de abastecimento, segurança alimentar e nutricional distrital que articule as ações dos setores de produção, circulação, beneficiamento e consumo de alimentos fortalecendo sistemas públicos de segurança alimentar priorizando pessoas e famílias em vulnerabilidade social, com vista a contribuir na garantia do direito humano à alimentação.

Objetivo Geral

Incrementar a produtividade no setor de distribuição de hortifrutigranjeiros, empregando novas tecnologias nos processos de reunião, manipulação e comunicação, com a finalidade de beneficiar produtores, distribuidores e consumidores.

Objetivos Específicos

1. Reduzir os custos de comercialização em nível de atacado;
2. Melhorar as condições de abastecimento, propiciando melhor concorrência na formação de preços mais justos;
3. Elevar o nível de renda dos produtores agrícolas;
4. Criar facilidades de comercialização para os produtores;
5. Manter um programa confiável, de informação de mercado agrícola;
6. Interagir com o Ministério da Agricultura na instituição de normas para a classificação de padronização de produtos hortifrutigranjeiros;
7. Formar um banco de dados que permitam aos produtores elaborar o planejamento da produção e comercialização de hortifrutigranjeiros;
8. Ofertar infraestrutura física ao produtor rural, para o escoamento da produção agrícola do Distrito Federal e RIDE através da comercialização no Pavilhão B-8 (PEDRA);

9. Ofertar infraestrutura física aos comerciantes atacadistas usuários do setor permanente, fomentando a aquisição de produtos produzidos na região e em outros estados da federação, bem como a importação estrangeira de frutas e hortaliças.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	11	19	03	11	44
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	03	-	-	01	04
Requisitados	Órgãos do GDF	02	-	-	02
	Órgãos Estaduais	14	-	07	21
Outros	Estagiários	-	01	07	08
	Terceirizados (FUNAP)	-	05	03	08
Subtotal (Força de Trabalho)	30	25	10	22	87
(+) Cedidos para outros órgãos	-	02	-	-	02
Total Geral	30	27	10	22	89

1. Realizações

PROGRAMA TÉMATICO:

6201 – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVO GERAL:

Promover a agricultura e o desenvolvimento rural sustentáveis, propiciando o aumento da cadeia produtiva, melhorias para o setor agropecuário, através da assistência técnica e extensão rural e ações de defesa e inspeção sanitária agropecuária, garantia do abastecimento de alimentos agropecuários a fim de gerar renda, oportunidades e a segurança alimentar e nutricional da população do DF e entorno.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Etapa SAG
3120 - Construção de Unidades descentralizadas da CEASA	3.500.000	7.504.325	4.600	
0001 - Construção de Unidades descentralizadas da CEASA Entreponto-Planaltina	3.500.000	7.504.325	4.600	0019
3191 - Melhoria das Estruturas Físicas	1.000.000	5.350.000	0	
0001 - Melhoria das Estruturas Físicas-Centrais de Abastecimento do Distrito Federal- SIA	1.000.000	5.350.000	0	0016
4089 - Capacitação de Pessoas	50.000	0	0	
4134 - Implantação de Centro de Alimentos para a Rede Sócio-Assistencial	40.000	0	0	
4090 - Apoio a Eventos	50.000	10.620	10.620	
0036 - Apoio à Eventos-Agropecuários-Distrito Federal	50.000	10.620	10.620	0012

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 - Promover a melhoria do abastecimento de produtos hortifrutícolas com a ampliação da segurança alimentar e nutricional para a população do Distrito Federal e Entorno.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Produtor Beneficiado	Pessoa	600	31/12 / 2010	Anual	600	650	720	720	CEASA
Atendimento Realizado	Unidade	800.000	31/12 / 2010	Anual	800.000	850.000	960.000	960.000	CEASA

A CEASA/DF realizou o cadastramento dos produtores rurais que utilizam o pavilhão B-8 (PEDRA), com a redistribuição racional dos módulos destinados à comercialização dos seus produtos com a criação de mais 100(cem) módulos/pedras por meio da DIROP – Diretoria Operacional, conseguindo contemplar 589 (quinhentos e oitenta e nove) agricultores aptos. Por falta de cadastramento e restrições com certificado de habilitação, não foi possível atingir a meta de 600 (seiscentos) agricultores atendidos no exercício de 2012.

Com relação à Construção de Unidades descentralizadas da CEASA, foi confeccionada a maquete eletrônica para fins de elaboração do projeto executivo para a realização da obra.

As melhorias das estruturas físicas estão em andamento no âmbito da CEASA/DF e devem ser executados no exercício de 2013.

O Banco de Alimentos recebeu e distribuiu 932 toneladas de alimentos. destes, 5 (cinco) toneladas foram doações da CONAB, 21(vinte e uma) toneladas foram doações dos permissionários da CEASA via Programa desperdício Zero e 906(novecentas e seis) toneladas vieram das aquisições de alimentos ocorridas via PAA.

Conforme tabela abaixo, o Banco de Alimentos da CEASA/DF, atendeu semanalmente ao longo de 2012, um público de 22.700 pessoas assistidas por 101 instituições.

Relação das Entidades Beneficiadas no Banco de Alimentos - 2012

Público Atendido	Nº. Entidades	Nº. Beneficiários	Representatividade
Creches	49	9.148	40%
Atendimento A Famílias	11	5.240	23%
Adolescentes	12	3.260	14%
Escolas	7	1.623	7%
Dep. Químicos	7	1.020	4%
Deficientes	7	950	4%
Idosos	5	835	4%
Portadores de DSTS	3	624	3%
Total	101	22.700	100%

A CEASA/DF apoiou a realização da 5ª. Edição do Agrobrasil na região do PAD/DF evento que contou com a participação de mais de 50.000 (cinquenta mil) visitantes.

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Etapa SAG
3467 - Aquisição de Equipamentos	500.000	4.950.000	298.074	
9563 - Aquisição de Equipamentos-Ceasa-Distrito Federal	500.000	4.950.000	298.074	0014
1984 - Construção de Prédios E Próprios	3.000.000	4.450.000	1.254.813	
7903 - Construção de Prédios e Próprios-Centrais de Abastecimento Do Distrito Federal-SIA	3.000.000	4.450.000	1.254.813	0018
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	1.000.000	2.200.000	0	
8502 - Administração de Pessoal	7.000.000	6.280.000	6.274.917	
6985 - Administração de Pessoal-Centrais de Abastecimento do Distrito Federal-SIA	7.000.000	6.280.000	6.274.9147	0001
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	660.000	343.000.	341.869	
6978 - Concessão de Benefícios a Servidores-Centrais de Abastecimento do Distrito Federal- SIA	660.000	343.000	341.869	0002
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	4.158.000	7.388.921	7.387.908	
6978 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais Centrais de Abastecimento Do Distrito Federal-SIA	4.158.000	7.388.921	7.387.908	0005
4088 - Capacitação de Servidores	30.000	4.545	4.545	
0013 - Capacitação de Servidores-Centrais de Abastecimento do Distrito Federal-SIA	30.000	4.545	4.545	0006
8505 - Publicidade e Propaganda-Institucional	60.000	259.810	198.825	
6968 - Publicidade e Propaganda-Institucional-Ceasa-SIA	30.000	235.000	174.015	0008
8673 - Publicidade e Propaganda-Utilidade Pública-Ceasa-SIA	30.000	24.810	24.810	0009

A CEASA/DF adquiriu 80 computadores, 10 impressoras e 50 Contêineres, construiu cabine medição e subestações elétricas e concluiu as obras de ampliação da cobertura do pavilhão B-8.

Quanto à reforma de prédios e próprios, está em andamento no âmbito da CEASA/DF processo para ser executado no exercício de 2013.

A CEASA/DF realizou restauração da pintura e Sinalização vertical e horizontal do sistema viário, recuperação asfáltica do sistema viário, recuperação da iluminação do complexo, restauração da pintura dos módulos do pavilhão B-8(PEDRA), aquisições de materiais administrativos e obrigações das manutenções de serviços administrativos do Estado.

Foi feita a capacitação de servidores para habilitação de pregoeiro e de aplicação da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Etapa SAG
2426 - Reintegra Cidadão	152.000	58.000	53.154	
8403 - Reintegra Cidadão-Centrais de Abastecimento do Distrito Federal-SIA	152.000	58.000	53.154	0010

A CEASA/DF, por meio da FUNAP, contratou 08 (oito) reeducandos para compor a força de trabalho na área fim e em programas sociais.

3. Informações complementares**Balanço Operacional de 2012**

A CEASA/DF é o principal mercado atacadista do Distrito Federal e entorno. Em 2012, o volume comercializado de produtos hortifrutigranjeiros, em nível de atacado, atingiu a maior marca de toda a história da CEASA/DF. Foram 347,6 mil toneladas comercializadas. Este volume significa também o maior movimento financeiro da história, ficando na ordem de R\$ 580,9 milhões de reais. O volume comercializado é ligeiramente superior ao realizado em 2011.

O maior destaque neste ano foi o aumento da comercialização de produtos orgânicos. O Mercado Orgânico da CEASA/DF comercializou mais de 214 toneladas, aumentando em 18,8% o volume comercializado quando comparado a 2011. Este aumento no volume comercializado é resultado da maior procura por alimentos de qualidade e pelos investimentos em infraestrutura, assistência técnica e maior acesso ao crédito, realizado pelo GDF e pelos agricultores, que possibilitam um aumento da produção e conseqüentemente da oferta deste tipo de alimento.

Mercado do Peixe

A inauguração e implantação do Mercado do Peixe na CEASA/DF foi um dos grandes avanços ocorridos nestes dois últimos anos. Inaugurado em dezembro de 2011, é fruto da parceria entre o GDF (CEASA/DF, SEAGRI, EMATER) e Ministério da Pesca e Aquicultura. Atualmente é administrado pela Associação dos Aquicultores e Pescadores Artesanais da Região Integrada de desenvolvimento do DF e Entorno- HAJAPEIXE/DF. A Hajapeixe é uma associação da Agricultura Familiar e possui 98 associados que comercializaram 24.580 kg de pescado no mercado de Brasília, inclusive fornecendo pescado para a alimentação escolar através dos programas de compras institucionais do GDF e do Governo Federal.

O peixe tem se tornado cada vez mais presente no prato dos moradores do Distrito Federal. Entre 2007 e 2011, o consumo anual de pescado por habitante passou de 12,8 kg para 14 kg, bem superior do que a média nacional, que é de 9 kg por pessoa. O Mercado do Peixe da CEASA tem também o desafio de contribuir para que nossa população tenha maior acesso ao pescado, consolidando hábitos alimentares mais saudáveis e fortalecendo a pesca e a aquicultura de nossa região.

Planejamento Estratégico

Desencadeamos um processo de planejamento estratégico que está em plena execução, monitoramento e avaliação. Este processo é de fundamental importância para redefinir estrategicamente diretrizes, programas e ações que devem orientar a reestruturação da CEASA/DF rumo à construção de uma moderna política distrital de abastecimento e segurança alimentar.

Principais eixos:

- 1) Ampliar o volume de produtos hortifrutigranjeiros e não-agrícolas comercializados na CEASA/DF
- 2) Implantar uma Política de Redução do desperdício de Alimentos e Gestão dos Resíduos Sólidos na CEASA/DF
- 3) Implantar uma política adequada de recursos humanos, modernizando o ambiente de trabalho e motivando o corpo funcional.
- 4) Alcançar a sustentabilidade financeira e viabilizar novos investimentos

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

A CEASA/DF deve se fortalecer como centro distribuidor de alimentos no DF e Entorno. Para que isso aconteça é importante que nosso mercado amplie ainda mais o volume de alimentos comercializados, conquistando mais espaço no mercado atacadista. A primeira grande ação executada em 2012 para criar as condições de expansão foi a regularização do mercado. A partir da Lei nº 4.900, de 16 de agosto de 2012, proposta pelo Governador e aprovada pela Câmara Legislativa, foi possível regularizar mais de 90% dos permissionários da CEASA/DF. A instabilidade jurídica e administrativa era uma realidade cruel desde 1996 e foi superada nesta administração. Esta regularização possibilita que todos os agentes de mercado realizem investimentos e ampliem seus negócios, impactando diretamente nos serviços prestados, na qualidade dos alimentos e no volume comercializado. Outra frente de iniciativas desencadeada que já apresentou resultados concretos foi a implantação de um plano de obras e investimentos que proporcionará a modernização e ampliação dos espaços de comercialização da CEASA/DF. Neste período várias melhorias foram realizadas, destacando-se a construção de novas subestações de energia elétrica, a reforma nos telhados, a implantação de sinalização interna. Estão em andamento os processos para licitação, ainda em 2013, de várias outras obras que tiveram seus projetos elaborados em 2012 e dotarão a CEASA/DF de melhores condições de abastecimento do Distrito Federal e Entorno. Algumas delas são: novo estacionamento, novos prédios de comercialização e processamento de alimentos, reordenamento do fluxo de veículos, modernizando a logística interna e proporcionando para os comerciantes e clientes maior eficiência e eficácia no processo de aquisição e transporte de mercadorias.

Como parte do processo de reestruturação e modernização da empresa, pela primeira vez em seus 40 anos de história, foi realizado um concurso público na CEASA/DF. Foram contratados 23 novos profissionais em 2012, duplicando a força de trabalho permanente da empresa, criando as condições de qualificar e ampliar os serviços prestados. Esta ação autorizada pelo Governador é a demonstração concreta da decisão deste Governo em reestruturar um dos principais instrumentos de abastecimento alimentar do Distrito Federal. Foi, também em 2012, regulamentada uma nova estrutura administrativa, garantindo mais eficiência e estabilidade administrativa, pois no mínimo 50% dos cargos devem obrigatoriamente ser ocupados por servidores do quadro permanente.

Outra ação fundamental executada em 2012 foi um amplo processo de repactuação dos contratos de concessão com todos os permissionários da CEASA/DF. A última repactuação havia ocorrido em 1998 e os valores cobrados já se encontravam desatualizados, provocando um desequilíbrio financeiro na empresa. Depois de um amplo processo de estudos e discussões, a atual gestão repactuou 100% dos contratos existentes. Esta repactuação já possibilitou o incremento de 40% na arrecadação a partir de novembro de 2012. Os parâmetros nela aprovados, uma vez aplicados para todos os empreendimentos poderão alavancar um incremento de receita na ordem de 115%. Outras ações também foram executadas na perspectiva de viabilizar a sustentabilidade financeira da empresa: conclusão da implantação de um Plano de demissão Voluntária, início da construção de um novo Plano de Cargos e Salários e realização de estudos e projetos técnicos para implantação de outras ações complementares que gerarão novas receitas para a empresa, como: exploração de espaços publicitários, instalação de novos empreendimentos através da construção de novas estruturas, estacionamento pago, novos espaços de comercialização, dentre outras.

As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A - CEASA/DF, conforme fica demonstrado nas informações prestadas neste relatório referente ao exercício de 2012, à custa de uma administração comprometida com os resultados, não somente financeiros, mas também sociais, busca sempre administrar, de forma a atender os interesses do Governo do Distrito Federal e da sua população, além de aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados.

A orientação administrativa na CEASA/DF tem visado reduzir custos e aperfeiçoar resultados, além de desenvolver ações de cunho social, por meio dos vários programas sociais e atividades objetivando proporcionar o abastecimento à população do Distrito Federal e Entorno, em parceria com a SEAGRI, SEDEST, EMATER/DF, Ministério do desenvolvimento Agrário, CONAB, Ministério da Pesca, Associações de Produtores Rurais em todo o DF e RIDE, e outras entidades governamentais e não governamentais que interagem com nossas atividades e programas sociais.

8.2. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER-DF – UO: 14.203

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF) é uma organização da estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Distrito Federal; criada pelo decreto nº 4.140, de 07 de abril de 1978, de acordo com a autorização constante da Lei nº 6.500, de 07 de dezembro de 1977 e ratificada através do decreto nº 32.716, de 01 de janeiro de 2011 o qual dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, Capítulo II – dos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal, Art. 3º São órgãos da administração indireta, Inciso IV – como empresa pública.

Teve o seu Estatuto vigente aprovado pelo decreto nº 28.900, de 25 de março de 2008, publicado no Diário Oficial nº 57 - de 26 de março de 2008 - páginas 05 a 08 e alterado pelo decreto nº 31.729, de 26 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial nº 101 – de 27 de maio de 2010 – pag. 01 e 02.

Aborda, dentre outros, o regime jurídico da empresa e seus objetivos e diretrizes de ação:

Art. 1º - A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF, criada pelo decreto nº 4.140, de 07 de abril de 1978, de acordo com a autorização constante da Lei nº 6.500, de 07 de dezembro de 1977, fica constituída na forma estabelecida por este Estatuto.

Art. 2º - A EMATER-DF é uma empresa pública, individual, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia jurídica, administrativa e financeira, integrante da administração indireta do Distrito Federal, na forma do que dispõe a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 3º - A EMATER-DF, com sede e foro em Brasília e jurisdição em todo território do Distrito Federal, reger-se-á pela Lei nº 6.500, de 07 de dezembro de 1977, pelo presente Estatuto e subsidiariamente, pelas normas de direito a ela aplicáveis.

Parágrafo Único - A EMATER-DF poderá, mediante convênio com as Secretarias de Agricultura dos Estados de Minas Gerais e Goiás, desenvolver programas de assistência técnica e extensão rural nesses Estados.

Art. 4º - O prazo de duração da EMATER-DF é indeterminado, podendo ser extinta nos casos e na forma prevista na legislação pertinente e neste Estatuto.

Art. 5º - A EMATER-DF, para fins de exercício de controle e da supervisão de que trata o §1º, do artigo 3º, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, vincula-se à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, sem prejuízo de auditoria financeira, a cargo do órgão próprio da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal.

Art. 6º - São objetivos da EMATER-DF:

I - Colaborar com os órgãos competentes do Governo do Distrito Federal, na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;

II - Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando ao aumento da produção, da produtividade, da renda líquida e a melhoria das condições no meio rural do Distrito Federal, por meio da difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, de acordo com as políticas de ação do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	17	62	-	128	207
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	16	-	-	-	16
Requisitados	Órgãos do GDF	1	37	30	68
	Órgãos Estaduais	-	-	-	-
	Órgãos do Governo Federal	-	-	-	-
Outros	Estagiários	-	10	60	70
	Terceirizados (FUNAP)	-	-	-	-
Subtotal (Força de Trabalho)	34	109	-	218	361
(+) Cédidos para outros órgãos	-	4	-	9	13
Total Geral	34	113	-	227	374

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6201 – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVO GERAL:

Promover a agricultura e o desenvolvimento rural sustentáveis, propiciando o aumento da cadeia produtiva, melhorias para o setor agropecuário, através da assistência técnica e extensão rural e ações de defesa e inspeção sanitária agropecuária, garantia do abastecimento de alimentos agropecuários a fim de gerar renda, oportunidades e a segurança alimentar e nutricional da população do DF e entorno.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2173 -Desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural	2.603.492	4.819.809	3.203.730	2.202.103	
0002 - desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural-Prestação de Serviço de Ater-DF Entorno	553.492	4.096.117	2.517.308	1.559.274	10,11,12,14,53
2550 - desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural No Distrito Federal E Entorno	2.000.000	723.691	686.422	642.829	54
2401 -Desenvolvimento da Agroecologia eda Agricultura Orgânica	40.000	0	0	0	
4046 -Desenvolvimento da Gestão de Empreendimentos Rurais	50.000	0	0	0	
4089 -Capacitação de Pessoas	150.000	113.495	112.773	112.773	
2397 - Apoio a Realização do III Seminário de Agroecologia	150.000	113.495	112.773	112.773	22
4090 -Apoio a Eventos	320.000	1.100.000	1.079.899	1.079.899	
0038 - Apoio A Eventos-Agropecuários-Distrito Federal	20.000	800.000	781.864	781.864	23
2129 - Apoio A Realização da Festa do Agrobrasil 2012	100.000	100.000	98.037	98.037	24
2130 - Apoio A Realização da Festa do Morango e Fest Flor	200.000	200.000	199.998	199.998	25
4107 -Assistência Técnica e Inovação de Tecnologia Agropecuária	100.000	50.000	50.000	50.000	
0001 - Assistência Técnica e Inovação de Tecnologia Agropecuária-Difusão e Fomento de Tecnologias para Agricultura-Distrito Federal	50.000	20.000	20.000	20.000	26
2254 - Fomento A Floricultura	30.000	30.000	30.000	30.000	40
4111 -Promoção da Inclusão Social e Produtiva da População Rural	290.000	65.141	65.140	65.140	
0001 - Promoção da Inclusão Social E Produtiva da População Rural-Emater-Distrito Federal	100.000	21.623	21.623	21.623	28,29,30,31
0002 - Promoção da Inclusão Social e Produtiva da População Rural-Agricultura Urbana-Distrito Federal	40.000	40.000	40.000	40.000	34
2256 - Apoio À Inclusão Social e Produtiva de Mulheres da Área Rural	150.000	3.518	3.517	3.517	01
4114 -Desenvolvimento da Organização e Gestão Social	40.000	10.000	10.000	10.000	
0001 - desenvolvimento da Organização e Gestão Social-Distrito Federal	40.000	10.000	10.000	10.000	36
4116 -Desenvolvimento da Gestão Ambiental	68.000	5.000	5.000	5.000	
0001 - Desenvolvimento da Gestão Ambiental-Emater-Distrito Federal	50.000	5.000	5.000	5.000	37
4131 -Implementação de Políticas Públicas de Compras Institucionais	40.000	40.000	40.000	40.000	
0001 - Implementação de Políticas Públicas de Compras Institucionais-Compras da Agricultura Familiar-Distrito Federal	40.000	40.000	40.000	40.000	39

Obs.: dados até 31/12/2012.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – Fomentar a geração de renda no campo com o apoio à agricultura familiar e a promoção da inclusão social e produtiva da população, promovendo a melhoria das condições de vida dos produtores, trabalhadores e famílias do Distrito Federal e RIDE.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Percentual de agricultor familiar assistido	%	80	31/12/2010	Anual	90	100	100	100	EMATER DF
Família em condições de extrema pobreza atendida	Família	-	-	Anual	150	250	300	300	EMATER DF
Assentamento atendido	%	80	31/12/2010	Anual	100	100	100	100	EMATER DF
Capacitações realizadas	Unidade	-	-	Anual	1200	1300	1400	1500	EMATER DF

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – Desenvolver a gestão ambiental e sustentabilidade rural, por meio da adoção de práticas agroecológicas, preservacionistas e ambientalmente sustentáveis.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Evolução do nº de produtores em transição agroecológica	Unidade	750	31/12/2010	Anual	1000	1250	1500	1750	EMATER-DF
Evolução do nº de propriedades com produção orgânica	Unidade	100	31/12/2010	Anual	260	230	300	390	EMATER-DF
Evolução do nº de propriedades com práticas preservacionistas	Unidade	1500	31/12/2010	Anual	2400	2100	2500	2900	EMATER-DF

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – Desenvolver as cadeias produtivas do setor agropecuário, por meio da assistência técnica, capacitação, fomento às inovações tecnológicas e organização das cadeias produtivas.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Câmaras Setoriais implantadas	Unidade	2	31/12/2010	Anual	6	6	6	6	EMATER
Produtores assistidos	Pessoa	6700	31/12/2010	Anual	7000	7000	7000	7000	EMATER
Trabalhadores assistidos	Pessoa	1300	31/12/2010	Anual	1000	1500	1600	1700	EMATER
Pessoas Capacitadas	Pessoa	8500	31/12/2010	Anual	9000	9000	9000	9000	EMATER

Os recursos alocados para atividade fim no âmbito do Programa 6201 – Agricultura e desenvolvimento Rural custearam diretamente a implantação dos projetos através de métodos coletivos próprios de extensão rural, como: unidades de experimentação, dias de campo, oficinas, cursos, reuniões, encontros, semanas tecnológicas, feiras, palestras, encontros técnicos, dentre outros. Em se tratando de um processo educativo, tais métodos vão gerar diversas demandas, que são respondidas pela prestação de serviços de assistência técnica, através de atendimentos pessoais e personalizados. Buscou-se oferecer um serviço de qualidade, com o objetivo de promover a agricultura e o desenvolvimento rural sustentáveis em parceria com diversas instituições públicas e privadas, atendendo as exigências da Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 a qual institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Esta tem como princípios o desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos

recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e a contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Seguem as realizações no âmbito do Programa, no ano 2012:

Desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural: a natureza dos serviços prestados pela Empresa - EMATER-DF para a população e instituições rurais tem como base as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural capazes de estimular, implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, tendo como foco o fortalecimento da Agricultura Familiar e de suas organizações, através de processos educacionais baseados no conhecimento da realidade rural e adequados às necessidades do meio com a participação dos atores locais beneficiários das políticas públicas no meio rural e/ou urbano do DF e Entorno. Em se tratando de processo educacional, conforme a literatura nos afirma em termos conceituais, a “Educação Informal” é o que melhor define e caracteriza a atuação do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública; desse modo atuou-se de forma continuada, utilizando o principal capital - o recurso humano - formado por um quadro multidisciplinar de profissionais, em áreas correlatas com a função da instituição.

Prestou-se o serviço de assistência técnica e extensão rural a:

- 5.382 empreendedores familiares assistidos, os quais receberam 59.182 atendimentos com repetição;
- 4.321 empreendedores patronais assistidos, que receberam 22.158 atendimentos com repetição;
- 1.606 trabalhadores rurais assistidos, que receberam 7.188 atendimentos com repetição;
- 1.774 assentados no DF assistidos;
- 96.852 participantes assistidos em 14 eventos agropecuários; e
- 3.193 pessoas assistidas do público rural.

Em 2012, A EMATER-DF implantou na feira Agrobrasil o Espaço de Valorização da Agricultura Familiar – EVAF, visando apresentar aos produtores e trabalhadores familiares do DF e Entorno as principais tecnologias e inovações voltadas a esse segmento produtivo. Nesse espaço, foram implantados com diversos parceiros 13 rotas tecnológicas (rota da agroecologia, da flor, da fruta, da qualidade e do sabor, das aves, das boas práticas, das hortaliças, do leite, do mel, do peixe e dos cordeiros), a área demonstrativa de iLPF (com a grande parceria MAPA, EMBRAPA, CAMPO, EMATER-DF E COOPA-DF), a presença do IAPAR- Instituto Agrônomo do Paraná, com diversas tecnologias de máquinas de Plantio Direto para a agricultura familiar. É importante destacar que o público beneficiário destas atividades era composto por caravanas oriundas tanto do Distrito Federal como de outros estados da federação (Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Alagoas entre outros). Conforme relatório de controle de público visitaram o Espaço de Agricultura Familiar – EVAF 5.845 pessoas credenciadas, com 47.898 acessos às atividades das 13 rotas no campo demonstrativo. A análise de visibilidade (mídia espontânea) fez o evento crescer politicamente e socialmente, com a presença de diversos representantes governamentais, como o governador do Distrito Federal, diversos senadores, diversos deputados, ministros, secretários de estado, prefeitos, embaixadores e adidos agrícolas de diversos países, sendo muito importante a presença institucional do MDA, SUDECO, do IICA, do SESCOOP-DF, do SEBRAE, do SENAR, da FAPE-DF, de todas as cooperativas com o apoio do Mapa, dos agentes financeiros, facilitando cada vez mais o crédito aos produtores.

A Agrobrasil como um todo tornou-se um centro de encontros e debates em prol do fortalecimento da classe produtora brasileira, cumpriu o papel com local estratégico para a tomada de decisões e a disseminação de ideias em busca de melhorias para o setor agrícola. A presença maciça de autoridades e estudiosos do agronegócio, bem como a grande representatividade dos agricultores da região, consolida o evento. Além de reuniões, palestras, seminários, encontros técnicos, oficinas que atendem aos interesses e ajudam na união e capacitação dos mais variados segmentos da atividade rural, o volume de negócios da Agrobrasil 2012 gerou em movimento financeiro a ordem de 400 milhões de reais, um aumento em relação à edição passada de 88%. Também houve incremento no número de público geral de 77 mil participantes. É muito importante ressaltar, que apesar de todo esse volume de negócios, a Feira cresceu muito também em diversidade de tecnologias, tanto nos campos demonstrativos quanto nos stands.

Desenvolvimento da Agroecologia e da Agricultura Orgânica: estão incluídas as metodologias e atividades de motivação, capacitação sobre princípios e métodos de Agroecologia, desenvolvimento tecnológico, assistência técnica e extensão rural agroecológica, incluindo a implantação e manutenção de

sistemas de base ecológica e a transição agroecológica dos agricultores que praticam agricultura em moldes convencionais, promovendo sua transição para estilos de agricultura de base ecológica e sustentável. A perspectiva de trabalhar a sustentabilidade em suas várias dimensões, sintoniza-se totalmente com as prioridades e políticas públicas que emanam da área federal e distrital no que se refere à inserção produtiva e social. Assim, vêm sendo propostos sistemas produtivos que integram produção vegetal e animal e os sistemas agroflorestais biodiversos, os quais envolvem a produção de hortaliças, frutas, grãos, café, plantas medicinais, madeira, leite, frango, ovos, entre outros alimentos que também receberam incentivos para sua produção.

No ano de 2012, deu-se continuidade ao Projeto Biodiversidade e Transição Agroecológica de Agricultores Familiares e foi dado apoio ao projeto Agro biodiversidade como provedora de serviços ecológicos para sustentabilidade de sistemas agrícolas de produção, coordenados pela Embrapa, ambos com aporte de recursos do CNPq. Foram instaladas mais quatro Unidades de Experimentação (UE) em Agroecologia, realizadas excursões técnicas para agricultores, extensionistas e pesquisadores nessas UE para demonstrar a viabilidade dos sistemas agroecológicos. As unidades têm servido de referência para novos agricultores assentados da reforma agrária e motivaram a publicação de mais um livro denominado “Predadores e parasitoides: aliados do produtor rural no processo de Transição Agroecológica”, destinado a agricultores familiares e extensionistas rurais. Em se tratando de comercialização, várias ações foram organizadas como a inauguração de três feiras de produtos orgânicos e o lançamento da feira do Atacado de orgânicos na Cooperativa do Mercado orgânico da CEASA.

Foi promovida a articulação para que três grupos organizados de agricultores atendessem critérios de conformidade orgânica de acordo com o mecanismo denominado Organização de Controle Social – OCS, aceito para comercializar produtos orgânicos para o PAA, PNAE, em feiras orgânicas e diretamente em domicílios. Viabilizou-se a certificação orgânica da produção de 11 famílias do assentamento Chapadinha criando a OCS Chapadinha, devendo chegar a 25 famílias até 2013. No momento, mais dois grupos de OCS estão em fase conclusiva de capacitação e regularização em Brazlândia e São Sebastião, respectivamente. Além desses dois grupos, outros dois já haviam sido formados e apoiados pela EMATER-DF, os quais estão com a OCS válida junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em conformidade orgânica e comercializando alimentos orgânicos.

Em parceria com o Sindicato de Produtores Orgânicos, foi apoiada a criação e regularização de uma Organização Participativa de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), denominada OPAC Cerrado. Em outra modalidade de certificação, por auditoria, todos os produtores familiares e pequenos patronais que precisaram de assistência técnica para certificar sua produção com certificadoras credenciadas no MAPA foram apoiados, elaborando planos de manejo, preenchendo documentos, declarações e resolvendo pendências. A EMATER incentivou a venda de alimentos orgânicos dos agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal (PAA), tendo aumentado a participação dos mesmos em número de agricultores e volume comercializado.

A Unidade vem desenvolvendo esforços para resolver problemas de excesso e uso indevido de agrotóxicos nas culturas, especialmente morango, pimentão, tomate e outras que vêm sendo apontadas como problemáticas nas análises da ANVISA. Em 2008, quase 100% de amostras de morango tiveram problemas de resíduos no DF e em 2010 o índice de amostras de morango analisadas como insatisfatórias, segundo a ANVISA, foi de 63% no DF. Para mitigar os problemas de resíduos de agrotóxicos na cultura do morango, houve intensificação da ação de assistência técnica agroecológica visando intensificar pesquisas e demonstrar aos agricultores convencionais a viabilidade técnica e econômica de produzir morango em sistema orgânico ou minimizar a utilização de agrotóxicos substituindo as práticas convencionais por agroecológicas.

Também há o trabalho de três projetos básicos visando à inserção produtiva e social de agricultores familiares de assentamentos e áreas rurais mais pobres: o PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) em parceria com o SEBRAE, o fomento à produção orgânica e o projeto SABIA (Sistemas Agroflorestais Biodiversos para Inclusão de Agricultores). Para esses dois últimos, já houve a aquisição de materiais para instalação de 20 kits a serem implantados no DF em áreas de assentamento e de agricultores familiares, visando aumentar a base de referência tecnológica e incentivar a conversão da produção convencional para agroecológica e orgânica.

Ainda no fomento à produção orgânica, estão em processo de orçamento e compra, em parceria com a CEASA-DF, 140 KITS de produção, sendo 100 para produção de grãos orgânicos e 40 para produção de hortaliças orgânicas, todos esses kits deverão ser implantados em 2013. Até agora existem 338 kits implantados em todo o DF, sendo 169 instalados em parceria com o SEBRAE-DF e outros 169 apoiados pela EMATER-DF e estão sendo implantados pela ONG ACESPA. Quanto ao SABIA, consiste em pequenos módulos de produção com elevada biodiversidade produtiva e funcional visando sua sustentabilidade e têm os sistemas agroflorestais como base do desenho dos agro ecossistemas. A

principal característica desta metodologia é promover autonomia, independência e sustentabilidade. Até agora foram implantadas cinco unidades de referência, que foram iniciadas com a perspectiva de enriquecer as propriedades de pequenos agricultores com biodiversidade produtiva e funcional. Independente do sistema de cultivo, um bom começo para transição agroecológica de propriedades convencionais ou para melhorar a produção orgânica é enriquecer os agros ecossistemas pela introdução de sistemas agroflorestais, gerando enriquecimento pela maior quantidade e variedade de alimentos produzidos para consumo da família, mais itens para comercialização, pelos significativos excedentes gerados no sistema, e pela produção de madeira para uso na propriedade; cujo resultado é mais conservação ambiental e melhor microclima da propriedade resultando no bem-estar da família. Já existem mais de 28 propriedades no DF com sistemas agroflorestais implantados, fruto do trabalho de disseminação realizado pela EMATER-DF, ONGs e demais instituições parceiras.

Outro importante trabalho iniciado em 2012 foi o incentivo à produção de sementes agroecológicas, que garantirá no futuro uma maior autonomia dos agricultores por selecionar e manter material genético adequado à produção agroecológica e orgânica, proporcionará redução de custos e adequação à legislação orgânica. Outra ação importante é o incentivo à produção animal agroecológica. A marca de 6,90 mil toneladas de alimentos produzidos para abastecimento do DF foi atingida, sendo 50% de alimentos certificados como orgânicos. Foram 244 pessoas capacitadas em sistemas agroecológicos/ produção orgânicos e 752 pessoas capacitadas em transição agroecológica/agroecologia, além de sete publicações de trabalhos de agroecologia pela EMATER-DF. Buscou-se atender as necessidades dos agricultores familiares e pequenos patronais, que buscam alcançar maior grau de sustentabilidade ambiental, econômica e social na atividade rural.

Desenvolvimento da Gestão Empreendimentos Rurais: nesta ação estão reunidos os seguintes subtemas:

1 - Administração rural - as atividades da área com ênfase no uso do Software Rural Pro/ EMATER-DF, como ferramenta de administração rural que contribui no acompanhamento das atividades de administração dentro e fora de diversas propriedades rurais no Distrito Federal. Foram realizadas capacitações na área gerencial, visando melhorar a administração da propriedade com foco no produtor e seus filhos, munindo-os de informação para que estes possam ser mais eficientes na gestão da atividade leiteira. Há uma parceria com a UNB, em que o curso de Agronegócios do campus de Brasília possui um projeto de extensão, com a finalidade de capacitar jovens rurais em gestão de propriedades. Oito propriedades participam com a realização do levantamento econômico da atividade leiteira através do software Rural-pró; projeto este que possui grande importância para manter também o jovem incentivado e engajado na atividade rural exercida por sua família.

A criação da Unidade Incubadora de empreendimentos rurais que tem como base atender a necessidade de superar a ausência de disponibilidade de um serviço de suporte aos segmentos do agronegócio de base familiar, com soluções sistêmicas, nas áreas científica social de Administração de Empresas, Marketing, Jurídico, Contábil/ Tributário, Serviço de despachante, Mídia. A EMATER atende em parceria com o Instituto de Estudos e Assessoria ao desenvolvimento (CEADES), através do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA), três organizações de produtores rurais com daP (Declaração de Aptidão PRONAF) jurídica, e envolveu as unidades de São Sebastião – atendimento a COPAS (Cooperativa Agropecuária de São Sebastião Ltda.), Rio Preto – atendimento à cooperativa Multiflores e Sobradinho – atendimento à ASPRAF, para as quais foram apresentados planos de negócio. As atividades estão sendo continuadas no intuito de validar os planos de negócios elaborados juntos as organizações, inicialmente.

2- Crédito rural - em termos da política agrícola de fomento, foi prestado serviço na confecção e acompanhamento técnico dos projetos, na elaboração de 131 projetos de solicitação de crédito para as linhas de crédito PRONAF, PROSPERA, RO, FDR, destinados predominante aos agricultores familiares do DF, totalizando R\$ 5.840.000 contratados.

3 – Comercialização – atuação com a agricultura familiar, promovendo atividades para melhorar a agregação de valor e competitividade do agronegócio, incluindo aqueles com daP nos programas de aquisição de alimentos (PAA, PNAE, PAPA-DF). Acompanhamento dos processos diversificados dos canais de comercialização por meio de apoios às comercializações realizadas na CEASA-DF, coordenação do funcionamento das Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos (URDAs) adquiridos pelo programa PAA, acompanhando e divulgando toda a dinâmica de preços dos principais produtos produzidos no Distrito Federal, focando nas técnicas de classificação e padronização de produtos e formação de preços, de forma a auxiliar os agricultores na comercialização dos seus produtos.

4- Verticalização da produção - com foco em pós-colheita, foram realizadas atividades para transferência de tecnologias de redução de perdas e a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas. Foram 2.268 pessoas capacitadas em gestão de negócios agropecuários e apresentados, como destaque, os resultados da ação “Implementação de Políticas Públicas de Compras Institucionais”, que tem interface com

esta ação. Estima-se que a alavancagem do desenvolvimento trazida pelo crédito movimentou em torno de 35 milhões de reais durante o ano de 2012 na área rural do Distrito Federal, conforme cálculos relativos à multiplicação de renda no setor agropecuário.

Capacitação de Pessoas: nesta ação destinada ao apoio à transição agroecológica, foi realizado o III Seminário de Agroecologia, superando as expectativas em termos quantitativos e qualitativos, tendo 12 pesquisadores e consultores externos, colaboradores e tantos outros palestrantes das diversas instituições apoiadoras da Agroecologia no Distrito Federal. Foram palestras, conferências, oficinas técnicas, apresentação de 106 resumos de trabalhos científicos ou relatos de experiências, feiras de troca de material genético, livros e trabalhos produzidos no meio rural do DF e Entorno. No Seminário, formou-se o Grupo de Articulação de Agroecologia do DF, que conta com a participação de entidades públicas, agricultores e ONG, que visa articulações, sinergismos e desenvolvimento conjunto de projetos de incentivo à Agroecologia. O seminário ocorreu nas dependências da Universidade de Brasília, campus Planaltina e contou com a participação de 266 agricultores, 87 profissionais, entre extensionistas, pesquisadores, professores e técnicos em geral, 311 estudantes dos cursos de ciências agrárias e áreas correlatas e outros 46 interessados.

Apoio a Eventos: a EMATER atua nos eventos comunitários em diferentes níveis, desde a organização dos produtores rurais, mobilização das lideranças rurais e urbanas, passando pela implantação do espaço, contatos com empresas privadas, captação e aplicação de recursos. A empresa proporcionou ao público o conhecimento de novas tecnologias, colocar à mostra para divulgar a produção rural agropecuária do Distrito Federal e encurtar o caminho entre produtores e consumidores e oferecer opções de lazer e entretenimento a população rural e urbana.

O Espaço de Valorização de Agricultura Familiar (EVAF), que foi um dos destaques da Agrobrasil 2012, teve como objetivo divulgar novas tecnologias, compartilhar conhecimentos e criar oportunidades para o aprimoramento tecnológico e realização de negócios para os agricultores familiares, trabalhadores e empreendedores rurais do Distrito Federal e Entorno. Esta 5ª edição teve o foco na produção e na geração de renda, buscando uma maior excelência na finalização de um produto agrícola, a fim de valorizá-lo no momento da comercialização.

Em 2012 o EVAF foi composto por treze rotas temáticas – Organização Social, Agroecologia, Fruticultura, Bovinocultura de Leite, Apicultura, Piscicultura, Olericultura e Produção de Carne, que inclui ovinos, caprinos e aves e rota do Cooperativismo. Além destes, houve o espaço do programa “Mais Alimentos” que trouxe equipamentos adequados à produção familiar, linhas de crédito e condições facilitadas de compra. Os visitantes puderam encontrar sistemas de produção, máquinas, equipamentos, inovações tecnológicas, políticas públicas e linhas de crédito que atendam às necessidades dos agricultores. A culinária, o artesanato, a agroindústria e a comercialização divulgando os programas de inclusão sócia produtiva também tiveram espaço reservado para apresentar o que há de melhor no DF e entorno. Os recursos utilizados para a realização desse evento estão diretamente relacionados com as demais ações com finalidade correlatas aos temas das rotas apresentadas.

Com o objetivo de promover o setor da floricultura, integrar e fortalecer a cadeia produtiva de flores e de plantas ornamentais e a de proporcionar a divulgação dos produtos e de seus produtores e integrá-los juntos aos lojistas, atacadistas, decoradores, artistas florais, paisagistas e consumidores finais da cadeia, a EMATER-DF participou do evento nacional Fest Flor Brasil, em que todas as atividades programadas foram realizadas com sucesso. A participação dos produtores de artesanato, flores e plantas ornamentais com estandes proporcionou mais visibilidade para os seus produtos. Além disso, possibilitou uma venda direta de seus produtos e serviços da ordem de R\$ 350.000.

Foram cerca de 23 produtores e mulheres rurais participantes do estande institucional da empresa e da Secretaria de Agricultura, outros 31 produtores no estande da Cooperativa Multiflor de produtores familiares de flores e de plantas ornamentais, 20 mulheres rurais produtoras de artesanato com fibras de bananeiras comercializando também no estande da Multiflor e outros 57 famílias de produtores e produtoras nos estandes individuais para plantas e flores. Ao todo, contando as famílias envolvidas no evento junto aos produtores cadastrados como participantes, mais de 150 famílias foram beneficiadas diretamente com espaços para demonstração e venda de seus produtos, além das outras 120 que vieram participar de oficinas (nas excursões – caravanas ao evento) e mesmo apenas conhecer o mercado como motivação para futuros processos produtivos em suas propriedades. O mais importante foi a interação proporcionada entre os produtores e os outros elos da cadeia produtiva como os decoradores, paisagistas, lojistas, empresas de cerimonial, buffets, musica, doces, etc. Esta união promove negócios no futuro, parcerias no fornecimento de flores e de plantas ornamentais para eventos, além é claro de promover troca de informações sobre tecnologias, mercado e oportunidades para o futuro. O saldo também foi muito positivo para a EMATER-DF que expôs ao público urbano o que realiza no meio rural e também para os seus técnicos, que puderam se capacitar e integrar mais com seu público direto. O evento saiu em várias

matérias televisivas e jornais impressos e abriu portas para continuidade do projeto dentro do DF, pois geraram mais oportunidades para nossos produtores e mais demandas para serem dirimidas.

De acordo com a empresa organizadora do evento, passaram pelo Pavilhão do Parque da Cidade nos quatro dias do evento cerca de 35.000 pessoas. Além disso, o contato direto com o consumidor, proporcionou aumento da renda das famílias rurais do Distrito Federal levando melhorias na qualidade de vida dessas pessoas, mantendo e aumentando o número de empregos na área rural, economizando e gerando divisas para o Estado e inserindo mais recursos em nossa economia local, ou seja, deixou-se de comprar produtos de outras cidades e Estados e passou-se a gerar esta riqueza dentro do DF.

Foi cumprido o compromisso de capacitação de técnicos da empresa e de produtores rurais e de suas famílias. Foram mais de 47 técnicos envolvidos nas atividades das Mesas Redondas, no Congresso de Paisagismo, nas oficinas e ajudando os produtores nos estandes e nos auditórios. Vários também foram os produtores capacitados durante os quatro dias do Fest Flor Brasil 2012. Cerca de 120 produtores vieram em caravanas para o evento para visitar, fazer oficinas e se motivarem para o setor. Alguns produtores de flores tiveram a oportunidade de proferir cursos para o público visitante, o que proporciona a abertura de um mercado enorme para negócios futuros para estes produtores.

A tradicional Festa do Morango na 17ª versão, realizada em Brazlândia, divulga a região, que é a sétima maior produtora de morango do país e a primeira do Centro-Oeste. Em 2011, foram colhidas 5,5 mil toneladas em 164 hectares e em 2012, foram colhidas 6,5 mil toneladas em 193 hectares, o que demonstra que um dos principais objetivos da festa que é valorizar e expandir o cultivo do morango na região está sendo alcançado. A produção é reconhecida por qualidades apropriadas ao transporte e comercialização, inclusive para o Norte e Nordeste do país. Nesse espaço, a EMATER organizou o 8º Encontro Técnico do Morango, um dia de campo com palestras sobre monitoramento do solo, manipulação do produto na colheita e pós-colheita, dentre outros temas de interesse do agricultor; organizou o espaço mais visitado do evento, a Morangolândia, oferecendo estandes onde foram expostos produtos feitos com o fruto, como doces, licores, tortas e picolés, além do morango “in natura”. Na programação da festa, é realizada a Exposição Agrícola de Brazlândia, onde são apresentados o morango e outros produtos cultivados na região, como goiaba, cenoura, repolho e batata, dentre outros. Durante os seis dias de festa, cerca de 350 mil pessoas visitaram o local, segundo dados da Polícia Militar. Quanto ao público rural envolvido com a realização e participação direta, foram 450 agricultores e 4.519 jovens rurais/estudantes e outros.

Assistência Técnica e Inovação de Tecnologia Agropecuária: ação voltada para modernização do processo produtivo agropecuário, em que destacam-se como prioridade três cadeias produtivas para envidar os esforços, ofertando métodos de capacitação e desenvolvimento de habilidades, que são colocadas à disposição dos agricultores rurais, bem como políticas de fomento à produção, que buscam aumentar o número de produtores, aumentar a produção e permitir o ingresso de pequenos produtores na atividade comercial e apoiamos os já consolidados.

1 - Olericultura - continua sendo uma das mais importantes atividades econômica do setor rural no Distrito Federal e que gera mais empregos, aproximadamente 30.000 pessoas em toda a cadeia produtiva. Além disso, é a atividade exercida por um maior número de empreendedores que são em sua maioria classificados como agricultores familiares (80%), ou seja, são pequenos e utilizam basicamente da força de trabalho da família. A área plantada em 2011 foi de 9.108,88 hectares/ano com uma produção de 286.975,85 toneladas, em mais de setenta espécies diferentes utilizando sistemas de produção do mais alto padrão tecnológico do país.

Em 2012, a EMATER-DF teve importante atuação na produção da agricultura familiar, com ações concentradas nas inovações tecnológicas, na comercialização, na melhoria da qualidade e segurança dos alimentos, agregação de valor e competitividade do agronegócio de hortaliças. Como inovação tecnológica e relacionada ao manejo da fertilidade de solo, foram despendidos esforços no sentido de incrementar o uso da análise de solos pelos olericultores como forma de redução de custos e aumento da produtividade. da mesma forma continuaram ocorrendo ações no sentido de capacitar os agricultores no uso de tecnologias que possibilitarão a racionalização no uso da água para a irrigação, implicando em benefícios para o meio ambiente e ainda na qualidade das hortaliças.

Por meio do projeto Qualidade do Alimento, foi realizado um grande número de métodos com destaque para os cursos de Aplicador de Agrotóxicos e de Boas Práticas Agrícolas com o objetivo de melhorar a qualidade sanitária e redução da contaminação química e biológica das hortaliças oferecidas à população. As hortaliças foram os produtos com maior volume comercializado nos programas institucionais de aquisição de alimentos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A Olericultura novamente teve destaque no “Espaço de Valorização da Agricultura Familiar” na AgroBrasília 2012, em que foram implantadas várias Unidades de Experimentação buscando a atualização nos aspectos tecnológicos de produção e tecnologias de pós-colheita. Merece

destaque a Unidade de Experimentação de “Hortaliças Não Convencionais ou Tradicionais”, implantada em parceria com a Embrapa Hortaliças que busca resgatar e divulgar o plantio e consumo de hortaliças, consumidas tradicionalmente pelos brasileiros, mas que não possuem cadeia produtiva organizada. A capacitação dos técnicos foi realizada por meio de viagens técnicas à Hortitec 2012, ao 7º Encontro Brasileiro de Hidroponia e cursos realizados em parceria com a Embrapa Hortaliças (Produção de Hortaliças, Pós-colheita e Produção de Sementes de Hortaliças). Foram atendidos em olericultura mais de 2000 agricultores e capacitados 2035 pessoas.

2- Floricultura - no Distrito Federal vem se consolidando e expandindo gradativamente ao longo dos últimos anos, apresentando crescimento anual de até 30% no consumo, o que representa hoje cerca de 130 milhões de reais anuais e gira em toda a cadeia produtiva, a preços pagos pelo consumidor. Este valor torna a Capital Federal o terceiro mercado em volumes globais de flores e o primeiro consumidor per capita do país. O abastecimento é basicamente garantido pela importação de produtos, mas a produção local de flores e plantas ornamentais já atende 15% da demanda, variando dentre os tipos de flores produzidas. A atividade conta com 139 produtores, tanto de flores quanto de plantas ornamentais.

A floricultura empresarial que está nascendo e se consolidando atualmente no Distrito Federal é extremamente diversificada e abrangente, envolvendo desde o cultivo de flores e plantas ornamentais para jardins, quanto os de flores e folhagens temperadas, subtropicais e tropicais de corte, o de flores e plantas envasadas e o de gramas. Envolve, ainda, desde os grandes cultivos extensivos conduzidos a céu aberto, até aqueles mais intensivos e conduzidos sob a proteção de telados e estufas, adotando-se as mais modernas e avançadas tecnologias de produção.

Em 2009, com a criação da Cooperativa dos Produtores de Flores e de Plantas Ornamentais do Distrito Federal – Multiflor, na região de Planaltina, hoje com 54 membros, sendo 75% da agricultura familiar, está se fortalecendo a cada dia agregando outros produtos ao seu catálogo. Atualmente, dois projetos de viabilização de crédito estão sendo direcionados para a Multiflor visando provê-la de infraestrutura para viabilizar sua consolidação e a produção de seus produtores cooperados. Estes dois projetos já estão aprovados e um deles em fase de compra dos equipamentos e materiais para infraestrutura administrativa e de logística para o grupo. A comercialização hoje se dá por meio de participação em feiras e eventos no Distrito Federal promovido pela iniciativa privada e pública para a comercialização de plantas e flores ornamentais. Este ano também se agregou valor aos produtos da Multiflor implantando a venda casada de vasos de flores juntamente com cache pôs de fibras naturais. Para tanto, sete grupos de mulheres rurais do Distrito Federal, totalizando em média a participação de 30 mulheres, foram criados para viabilizar o projeto, acarretando um aumento da renda destas famílias na área rural. O grupo de artesanato com fibras de bananeiras conta hoje com cerca de 70 mulheres rurais.

Para o desenvolvimento da floricultura, foi oferecida capacitação de produtores e trabalhadores rurais e de técnicos da empresa, nas áreas de produção, associativismo, agregação de valor, crédito e comercialização. Cerca de 190 pessoas receberam capacitação na área participando de excursões técnicas fora de Brasília e de treinamento realizados nas Unidades Locais da empresa.

Com o objetivo de promover o setor da floricultura, integrar e fortalecer a cadeia produtiva de flores e de plantas ornamentais e a de proporcionar a divulgação dos produtos e de seus produtores e integrá-los juntos aos lojistas, atacadistas, decoradores, artistas florais, paisagistas e consumidores finais da cadeia, a EMATER-DF participou do evento nacional Fest Flor Brasil, conforme já citado.

Em 2012, 36 técnicos da EMATER-DF receberam capacitação em uma das áreas da produção de flores e de plantas ornamentais em um curso na cidade de Joinville/SC e em curso na própria EMATER-DF com o consultor especialista em produção e exportação de plantas ornamentais.

3- Pecuária Leiteira - é uma atividade produtiva de suma importância socioeconômica para a agricultura familiar e para o abastecimento de leite no mercado, pois é um dos principais alimentos, principalmente para crianças e idosos. As compras institucionais têm demanda crescente para os produtos lácteos, através do PAA, PAPA-DF e PNAE. Para desenvolvimento da atividade, os produtores são beneficiados com linhas de crédito rural como o Fundo de desenvolvimento Rural da SEAGRI (FDR), Próspera, PRONAF e outros para investimentos e custeios da atividade; e a EMATER-DF presta serviço na confecção e acompanhamento técnico dos projetos.

Na assistência técnica foi priorizada a atuação no Programa Brasília Leite Sustentável, criado este ano com o objetivo de estabelecer uma assistência técnica regular a um número limitado de pequenas propriedades, com foco na gestão eficiente e profissional da atividade leiteira, com vistas ao fortalecimento das linhas de leite existentes facilitando o escoamento da produção. Atualmente existem 30 propriedades assistidas.

Além das políticas de fomento à produção, que buscam aumentar o número de produtores, aumentar a produção, permitir o ingresso de pequenos produtores na atividade comercial, há ações que visam também garantir o atendimento às normas sanitárias do rebanho e a produção de um alimento de

qualidade. Neste aspecto, uma importante área de atuação da EMATER é o apoio ao serviço de defesa Sanitária Animal da SEAGRI, onde o DF encontra-se dentro do circuito de zona livre para febre aftosa com vacinação. Para que se possa alcançar status sanitário de zona livre sem vacinação, são realizadas ações contínuas de educação e defesa sanitária para alcançar este resultado.

Em 2012, a EMATER realizou duas campanhas por unidade local com esse fim. Em relação às doenças como brucelose, tuberculose e raiva, as ações buscam o controle e a erradicação, conforme determina a legislação. A empresa realiza também a vacinação contra brucelose gratuitamente em propriedades rurais agricultura familiar do DF, tendo alcançado em 2012 mais de 2100 bezerras vacinadas contra a doença. O treinamento de mão-de-obra para o setor é fundamental e a empresa disponibilizou vários cursos, entre eles o Vaqueiro Competente, que é um curso de 40 horas, aplicado em módulos semanais e que permite aos trabalhadores e pequenos produtores atualizarem-se em procedimentos, tecnologias de produção e coleta de dados que permitam avaliar a atividade, do ponto de vista técnico e econômico. Foram realizados vários métodos complexos de pequeno, médio e grande porte, como a AgroBrasília 2012 que proporcionou visita dos produtores do DF e entorno no Circuito do Leite; este último apresentou tecnologias voltadas à pequena produção de base familiar.

Promoção da Inclusão Social e Produtiva da População Rural: a empresa priorizou alguns subtemas para serem trabalhados, tendo em vista:

- As atividades que são executadas para capacitar os membros das famílias rurais, primordialmente de agricultores familiares, em diferentes aspectos do desenvolvimento social e humano;
- O conceito de desenvolvimento: uma necessidade ampla com a ação do Estado e a participação da comunidade, observando três pilares da coesão social: Oportunidades de acesso às necessidades básicas, para melhor qualidade de vida, como educação, emprego, segurança e geração de renda;
- Habilidades, como conhecimento do ser humano, competência, condições para realizar; e proteção, como ações sociais para assegurar ou manter condições necessárias para o bem-estar do ser humano, tornando o desenvolvimento uma ação sistêmica, de longo prazo, e tão relevante para o bem-estar do ser humano.

Seguem os subtemas:

1 - Segurança Alimentar, Saúde e Infraestrutura - nesta área buscou-se promover o projeto qualidade do alimento, atividades de saneamento rural, educação alimentar e melhoria das condições de saúde do agricultor e trabalhador rural. No projeto qualidade do alimento, de uma forma geral, foram realizadas capacitações pelas unidades locais na área rural do DF, acompanhamento das visitas realizadas pela ANVISA-DF às propriedades fiscalizadas e orientações indicando como melhorar os aspectos sanitários da propriedade, análises de águas e de alimentos. O Centro de Treinamento da EMATER – CENTRER realizou cursos de mais de 24 horas de BPA – Boas Práticas Agrícolas para folhas, raiz e frutos e de higiene e manipulação de hortaliças para comercialização, realizou também capacitações de aplicador de agrotóxico visando à qualidade dos alimentos a saúde do trabalhador atendendo agricultores e trabalhadores rurais. As ações visando à qualidade sanitária dos alimentos focaram os produtores que participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Com relação às atividades de educação alimentar, no Distrito Federal existe um número significativo de hortaliças que são produzidas para a comercialização. No entanto muitos agricultores e suas famílias não consomem estes produtos. Isto é um dos fatores que faz a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ser um dos projetos mais trabalhados nas unidades locais e de grande importância no atendimento às famílias rurais. No projeto de SAN uma das principais atividades é a educação alimentar e nutricional, em que é incentivado a alimentação saudável, o consumo de hortaliças e frutas, o aproveitamento integral de alimentos e a utilização dos frutos nativos do cerrado.

Nesta linha, foi dada continuidade ao projeto Cozinhando e Aprendendo com Gente Pequena em escolas rurais. Este projeto conta com a parceria da Secretaria de Saúde por meio dos Postos Rurais e Secretaria de Educação por meio das Escolas Rurais que permitiram o atendimento a crianças, jovens e mães. As atividades relacionadas à Saúde do Trabalhador tiveram ações educativas e preventivas de zoonoses com a campanha de vacinação antirrábica, exames de colinesterase e Dias Especiais em Saúde do Trabalhador com palestras e atendimento médicos em várias especialidades.

2 - Educação, lazer e cultura - foi dado apoio em atividades realizadas pelas comunidades, tais como: o dia especial para crianças, a Festa da Pamonha, a Semana do Pimentão, Fest Flor, AgroBrasília 2012, a Festa do Morango e a Semana do Produtor Rural de Tabatinga, dentre outras realizadas pelas diversas Associações de Produtores. Outras ações desenvolvidas foram cursos de informática básica, realizados no Centro de Treinamento da EMATER-DF.

3 - Cidadania e Benefícios Sociais - foram realizados atendimentos com orientações para o agricultor familiar segurado especial do INSS, focando mais a questão aposentadoria e salário maternidade. Foi feita mobilização, no período de março a maio, das famílias da área rural para acessarem o CAD Único de Políticas Sociais. A este movimento chamou-se “Busca Ativa” em cooperação com a SEDEST para o DF Sem Miséria. A EMATER também está realizando os diagnósticos com as famílias em situação de pobreza extrema, para o acordo de cooperação técnica com Ministério do desenvolvimento Agrário e Ministério do desenvolvimento Social, Programa Brasil Sem Miséria.

4 - Atividades Rurais Não Agrícolas - são desenvolvidas ações nas áreas de processamento de alimentos, artesanato e turismo rural. Em *processamento de alimentos* foi dada continuidade ao projeto de qualificação e organização dos setores de agroindústria, processamento artesanal de alimentos e artesanato associado com o turismo rural na agricultura familiar. Foi realizado um fórum com os empreendedores de agroindústria e de processamento artesanal com o objetivo de continuar os trabalhos iniciados em 2010, com o foco de fortalecer a organização deste importante setor para o desenvolvimento local e regional das áreas rurais do DF. Participaram do fórum o Secretário de Agricultura, os técnicos de fiscalização da Secretaria de Agricultura, da Secretaria da Fazenda e da EMATER Paraná com o intuito de trocar informações e experiências para o desenvolvimento do setor de processamento de alimentos. Foram realizados atendimentos e capacitações, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências para fabricação de produtos com qualidade sanitária. Parte dessas capacitações ocorreu no CENTRER. Um dos trabalhos em destaque é o registro das “Unidades de Processamento Artesanal” de alimentos, que são unidades de produção em pequena escala, realizada na maioria pelo agricultor familiar com o objetivo de comercialização. Além das orientações prestadas aos agricultores houve capacitação sobre gestão e qualificação para agroindústria, de formação de preços e capacitação em Boas Práticas de Fabricação voltado para lei de processamento artesanal dos alimentos. Como resultado, foram registradas mais 10 unidades de Processamento Artesanal.

5 - Artesanato – deu-se continuidade às atividades de melhoria de produtos com fibra de bananeira e desenvolvimento de novos modelos de cachê, integrando a comercialização com os produtos de floricultura em vários eventos como Agrobrasil e Fest Flor. Esta ação é desenvolvida com cinco grupos de artesãos do Rio Preto, Planaltina, Tabatinga, Paranoá e Pipiripau. Este trabalho tem como destaque a participação das mulheres rurais como artesã e como representante na comercialização dos produtos, desenvolvendo nestas mulheres o espírito empreendedor e a inclusão sócia produtiva. Na região de Taquara, as mulheres rurais se motivaram para produção e comercialização de novos produtos com tecidos e bordados tradicionais da cultura brasileira.

Em 2012, iniciaram-se as capacitações com mulheres rurais para o desenvolvimento de um novo produto - a fabricação de sacolas recicláveis de sacos de farinha de trigo, nas regiões de Paranoá, Sobradinho, Brazlândia, Alexandre Gusmão e Brasília. Para 2013 está programado o apoio à produção destas sacolas em pequena escala, integrando um projeto de inclusão sócio produtiva. Ocorreu um curso de Qualificação e Gestão do Artesanato com o público de 20 pessoas e um capacitação em formação de preços.

6 - Turismo Rural - foi dada continuidade ao incentivo para a inserção da agricultura familiar no contexto do turismo rural. A abertura de um ponto de comercialização na Torre Digital, novo ponto turístico de Brasília, proporcionou a divulgação e comercialização dos produtos associados produzidos por agricultores e agricultoras do Distrito Federal, como o artesanato, alimentos processados e o turismo rural. Para maior preparo dos extensionistas para desenvolver projeto de produção associada foi realizada excursão técnica na região rural de Fortaleza, onde este tipo de turismo tem se fortalecido.

7 - Agricultura Urbana - tem três objetivos básicos. No primeiro a qualificação de pessoas na produção de hortaliças no espaço urbano o programa alcançou, por meio de cursos de qualificação, a formação de 274 pessoas, sendo que a maior parte destes será multiplicador desses conhecimentos, público constituído principalmente por professores das escolas públicas do DF. O segundo objetivo visou melhorar as hortas comunitárias existentes e obteve sucesso em 30 hortas comunitárias e escolares, que receberam insumos e assistência técnica. O terceiro obteve a instalação de 50 novas hortas e houve participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2012, com “stand” que incluiu uma horta “demonstrativa”, disseminando informações sobre o potencial e os benefícios da agricultura urbana e ainda distribuiu 6000 mudas de hortaliças para os mais de 1500 visitantes do “stand”. A EMATER participou ainda da “Ação Comunitária” no aniversário da Região Administrativa do Itapoã, atendendo 1500 pessoas e da Semana Nacional de Ciências em Sobradinho – DF, em que participou da instalação do parque temático em Agricultura Urbana recebendo a participação de mais de 2000 pessoas.

Desenvolvimento da Organização e Gestão Social: com o objetivo de promover os processos de empoderamento das comunidades rurais, da organização social e engajamento dos beneficiários da EMATER, a fim de promover a emancipação político-social, torna-se necessário o

desenvolvimento de ações metodológicas vinculadas aos diagnósticos multidimensionais dessas comunidades. Para apoiar esta ação os técnicos da EMATER-DF desenvolveram o Índice de desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR), que faz um levantamento de diversos temas e assuntos que é concretizado em um relatório e serve de base para a construção coletiva do Plano de Ação Interinstitucional – PAI. O questionário foi aplicado em uma comunidade; e em oito comunidades, a restituição.

A EMATER atuou junto às Associações para regularizar a situação para acessar as compras governamentais e os projetos de apoio e fomento agropecuário (patrulha mecanizada da SEAGRI). Houve também nesta ação a realização do espaço Jovem no Agrobrasil, participação e organização do tema Juventude e Agroecologia no III Seminário Distrital de Agroecologia. Além do apoio e organização na parte de competência dos cursos e eventos no PRODUCOOP (ACT EMATER-DF, Senar, Setrab, Sescop-DF, CDT/UnB) com as 5 organizações da área rural que fazem parte do programa. Foi dada continuidade às atividades com as mulheres representantes da área rural, eleitas durante o último Encontro Distrital de Mulheres Rurais, fortalecendo a participação deste segmento no desenvolvimento local de suas regiões.

De acordo com decreto 28.860, de 13 de Março de 2008, que dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Distrital de desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS-DF), a Unidade participou de 07 reuniões ordinário-extraordinárias com 34 conselheiros e convidados e de 09 reuniões (CRDS) dos Conselhos Regionais de desenvolvimento Rural Sustentável, valorizando ainda mais a participação, a cooperação, a organização, a gestão e o envolvimento da comunidade rural no processo participativo de construção de propostas e alternativas de desenvolvimento sustentável.

Na organização dos produtores de leite e olericultura, os esforços estão sendo realizados através do apoio junto a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e derivados do DF e a Câmara Setorial de Hortaliças, que trata dos assuntos ligados aos respectivos setores em todos os elos da cadeia produtiva.

Desenvolvimento da Gestão Ambiental: nesta ação a EMATER-DF desenvolveu vários trabalhos de destaque como a revitalização da orla do Rio descoberto iniciado em 2009. No âmbito do planejamento das ações em 2012 os trabalhos ocorreram focando as atividades no âmbito executivo, dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2010. Foram plantadas 46.700 mudas de espécies nativas no período 2011/2012. Este plantio de mudas é fruto de compensações ambientais da CAESB, além de mudas produzidas pela SEAGRI utilizada para reflorestamento do Distrito Federal. Foram desenvolvidas ações focando a educação ambiental, com destaque para a semana da água e diversas ações voltadas ao fortalecimento da organização dos produtores rurais como medida de fortalecimento do projeto. Existem diversos órgãos distritais e federais apoiando o projeto, que tem contado também com forte engajamento da Associação dos Produtores e Protetores do descoberto.

Outra ação importante é quanto ao licenciamento ambiental de empreendimentos familiares, agroindústrias, visando à regularização destas atividades. Foram efetuados diversos treinamentos voltados ao correto manuseio de agrotóxicos visando maior segurança alimentar e do trabalhador rural. Com as Campanhas de Recolhimento de Embalagens de Agrotóxicos, tiveram significativos resultados em se tratando de redução do impacto ambiental destes produtos, tendo sido realizadas 13 campanhas no DF.

Dentro da perspectiva da gestão de resíduos sólidos é importante destacar a atuação junto à utilização do COL- Composto Orgânico de Lixo, que beneficiou centenas de produtores rurais com substanciais ganhos para a sociedade urbana. Foram atendidos 660 produtores e uma área de 1.034,31 hectares, perfazendo um total de 29.577 toneladas de composto. Quanto à qualidade dos alimentos, uma comissão multidisciplinar vem cuidando da intensificação e organização dos trabalhos da EMATER-DF em parceria com a Secretaria de Agricultura e de desenvolvimento Rural, visando reduzir o uso de agrotóxicos na produção agrícola por meio da introdução de princípios e práticas agroecológicas de produção e da fiscalização e adequação do uso de agroquímicos.

Diversas ações foram desenvolvidas na bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau, escolhida para ser beneficiária do Programa Produtor de Água, que é coordenado pela Agência Nacional de Águas – ANA em parceria com diversos órgãos distritais e federais, devido a sua importância para produção agropecuária e abastecimento humano. Neste ano, foram identificados os locais para plantação de 75.000 mudas de espécies nativas visando à recuperação de nascentes e matas ciliares, que será feito a partir de janeiro de 2013. destaca-se que o projeto técnico para conservação de solos foi concluído e aceito pela ANA. As negociações para o pagamento por serviços ambientais aos produtores que aderirem ao programa já se encontram praticamente concluídas. Cabe destacar que já estão empenhados R\$ 1.200.000 em convênio da ANA com a SEAGRI para execução de práticas conservação de solo, que serão iniciadas na bacia do Córrego Taquara, de um total de R\$ 6.000.000 já disponíveis ao Programa, incluindo o PSA, Pagamento Por Serviços Ambientais. Já foram elaborados 09 PIP (Projeto Individual da Propriedade) pela EMATER-DF e atualmente o programa conta com aproximadamente 60 inscritos.

O Programa de desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS-DF) trata-se de um programa voltado a diversas ações visando a sustentabilidade do setor rural do DF; os recursos são da ordem de US\$ 146.000.000, que contemplará aproximadamente 175 micro bacias hidrográficas do Distrito Federal. A SEAGRI/EMATER-DF visa à melhoria de infraestrutura, conservação ambiental e desenvolvimento econômico e no segundo semestre de 2012 foram retomadas as revisões da carta consulta, a qual já teve a sinalização do GDF, no sentido de fazer o seu encaminhamento ao Ministério do Planejamento.

Foram desenvolvidas ações significativas na área de licenciamento ambiental visando à regularização de assentamentos rurais no DF e entorno, totalizando 14 empreendimentos atendidos total ou parcialmente. Tais ações permitirão que estes assentamentos possam ter acesso a várias políticas públicas como crédito rural, dentre outros. É importante destacar que o Programa apoiou diretamente a elaboração de Planos de Utilização das propriedades rurais do DF, com vistas à regularização das mesmas. A EMATER-DF envidou muitos esforços visando à simplificação dos procedimentos de licenciamento ambiental, visando dar maior celeridade ao financiamento da produção agropecuária, face a exigência dos órgãos ambientais junto aos agentes financeiros da necessidade do licenciamento para fins de financiamento.

Em 26 de dezembro de 2011 foi assinada a portaria conjunta número 05 da SEAGRI e da SEMARH. Neste sentido foi criada a DCAA, declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária, que possibilitou o acesso ao crédito rural para centenas de produtores rurais, sendo 230 elaborados pela EMATER-DF em atividades passíveis de dispensa do licenciamento ambiental.

A EMATER também teve atuação marcante no ZEE - Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal, o qual fornecerá importantes subsídios para o planejamento do desenvolvimento do DF, com sustentabilidade. É importante destacar a participação em diversas comissões, conselhos e comitês ambientais, que têm fundamental importância para o desenvolvimento equilibrado do DF.

O Programa ABC - Agricultura de Baixo Carbono, compromisso assumido pelo Brasil na COP-15, coordenado pelo Ministério de Agricultura-MAPA, teve a participação direta da área de Gestão Ambiental da EMATER-DF, e no ano de 2012 foi lançado oficialmente no Distrito Federal. Este programa visa à redução dos gases causadores do efeito estufa através de práticas de manejo e conservação dos solos, oferecendo aos produtores rurais que participarem condições diferenciadas para o financiamento da atividade rural, dentre outros benefícios. As áreas contempladas para atuação serão o sistema de plantio direto, a integração lavoura pecuária e florestas – ILPF e a recuperação de pastagens.

Em 2012, foram efetuadas diversas ações visando à recuperação do Canal Santos Dumont, na bacia do Ribeirão Piripipau que atualmente apresenta elevadas perdas de água, afetando a produção agropecuária e o abastecimento das cidades de Planaltina e Sobradinho. Neste ano houve a elaboração do projeto básico e em breve será feito o procedimento de elaboração do projeto executivo, com alta perspectiva de execução das obras em 2013.

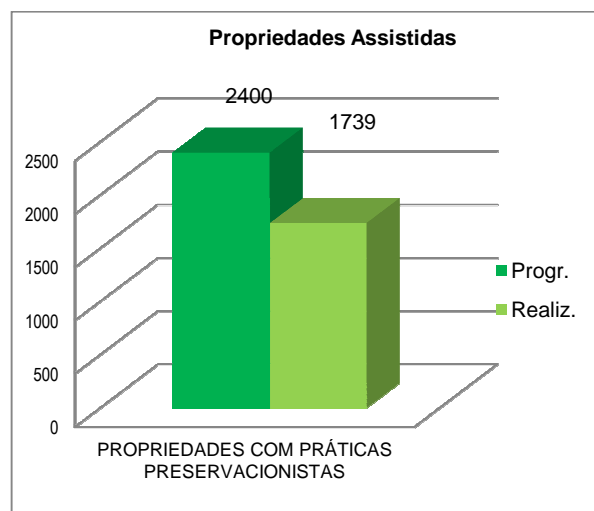
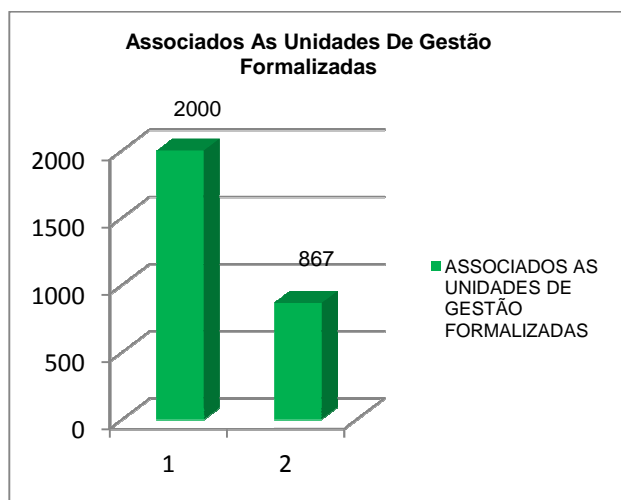
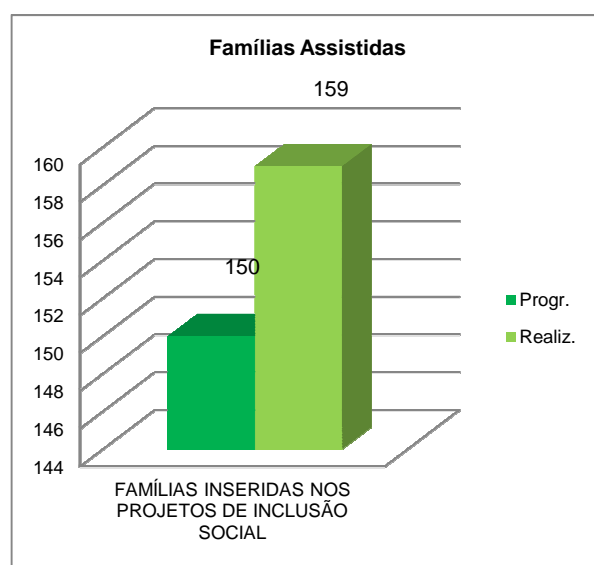
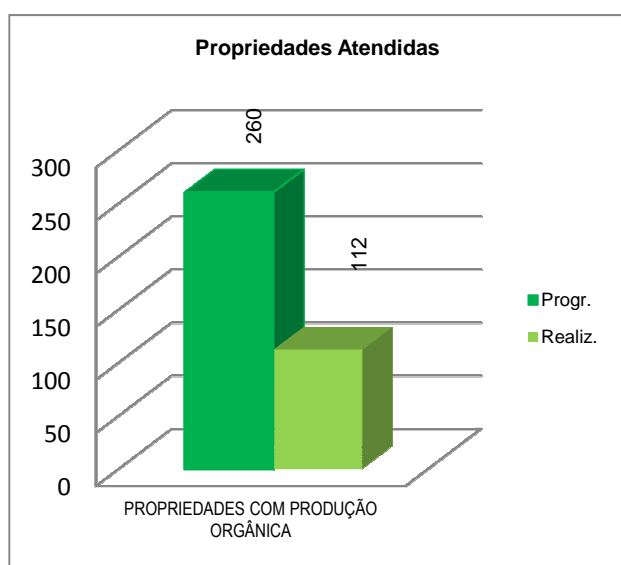
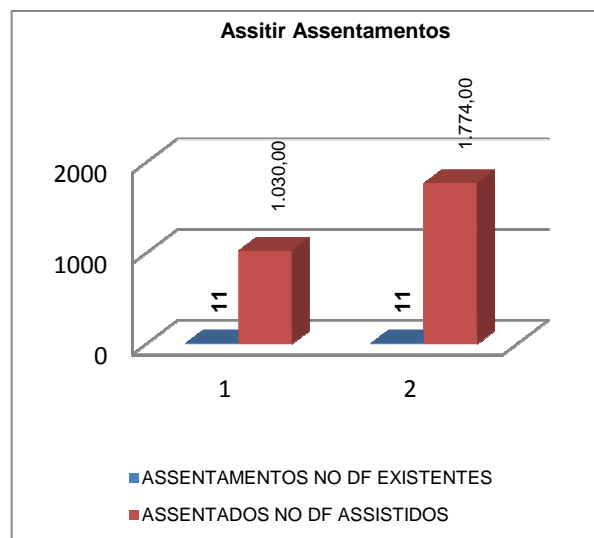
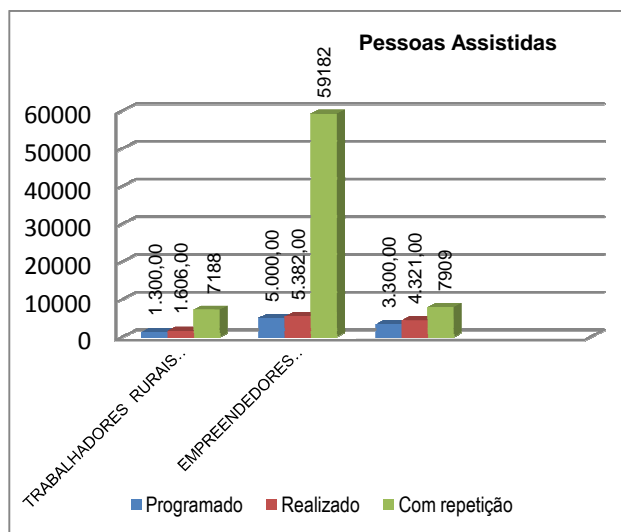
Implementação de Políticas Públicas de Compras Institucionais: a EMATER trabalhou diretamente com três programas governamentais referentes à compra direta de produtos oriundos da agricultura familiar, a saber:

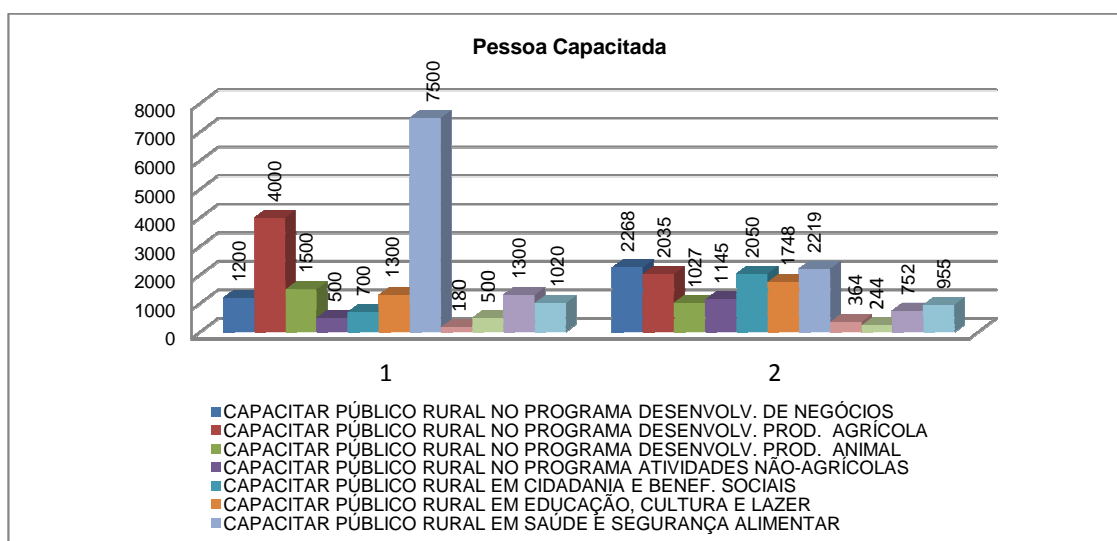
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura e desenvolvimento Rural / EMATER-DF, que visa atender a segurança alimentar de grupos de risco através de instituições assistenciais beneficiárias. Alcançou 100% da meta, de acordo com o recurso disponibilizado, atendendo 889 agricultores familiares, com cerca de 1500 toneladas de alimentos em natura comercializadas e 6 toneladas de produtos processados, tais como doces, pão, frango resfriado e peixe, por meio de convênio entre a Secretaria de Agricultura e desenvolvimento Rural e o Ministério de desenvolvimento Social 2012. Atendeu ainda a 285 entidades sócio assistenciais, com 30 mil pessoas beneficiadas;

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), coordenado pela Secretaria de Estado de Educação, que visa atender a merenda escolar nas escolas públicas. Foram atendidos 180 mil alunos em 340 escolas da rede de ensino do Distrito Federal;

- Programa de Aquisição da Produção da Agricultura Familiar do Distrito Federal (PAPA-DF) do Governo do Distrito Federal, coordenado pela Secretaria de Agricultura e desenvolvimento Rural/ EMATER-DF, em que as primeiras atividades realizadas atenderam a 110 agricultores familiares.

- Seguem os resultados significativos, principalmente quanto à promoção da inclusão social e produtiva fomentando a geração de renda no campo, conforme a quantificação dos valores injetados no campo com os esforços da EMATER/DF. À luz da Teoria Econômica Keynesiana, que fala da multiplicação da renda, pode-se calcular um montante de aproximadamente 30 milhões de reais circulando na área rural do Distrito Federal no ano de 2012, somente nesta ação.





Curso de Formação para Comitê Gestor e Assentamento Planaltina – Metodologia Participativa



Mudas a serem utilizadas em áreas de preservação permanente e Sistema de Plantio Direto



Agro Brasília e Espaço de Valorização da Agricultura Familiar



2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1471 -Modernização de Sistema de Informação	230.000	127.352	126.058	126.058	
0020 - Modernização de Sistema de Informação-Emater-Distrito Federal	230.000	127.352	126.058	126.058	05
1984 -Construção de Prédios e Próprios	55.000	0	0	0	
2422 -Concessão de Bolsa Estágio	400.000	269.998	248.929	248.929	
9633 - Concessão de Bolsa Estágio-Emater- Plano Piloto	400.000	269.998	248.929	248.929	44
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	187.500	0	0	0	
4088 -Capacitação de Servidores	55.000	130.699	58.177	54.451	
0016 - Capacitação de Servidores-Emater- Plano Piloto	55.000	130.699	58.177	54.451	06
8502 -Administração de Pessoal	59.967.002	63.393.639	63.366.754	63.366.754	
0006 - Administração de Pessoal-Emater- Plano Piloto	59.967.002	63.393.639	63.366.754	63.366.754	46
8504 -Concessão de Benefícios A Servidores	2.475.000	2.630.000	2.398.566	2.398.566	
6986 - Concessão de Benefícios a Servidores-Emater-Plano Piloto	2.475.000	2.630.000	2.398.566	2.398.566	48,49,50,51

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
8505 -Publicidade e Propaganda	40.000	39.000	39.000	37.035	
0003 - Publicidade e Propaganda-Institucional-Emater-Distrito Federal	40.000	39.000	39.000	37.035	07
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	2.835.000	2.600.127	2.529.903	2.334.570	
0093 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Emater- Plano Piloto	2.835.000	2.600.127	2.529.903	2.334.570	04

Modernização de Sistema de Informação: Foi feito o documento de visão do novo sistema de acompanhamento das ações de ATER (ATER web) e deu-se início à construção dos casos de uso deste sistema. Também foram iniciadas a construção do módulo de gestão da capacitação dos funcionários da EMATER-DF, a construção do módulo de gestão de contratos e a construção do módulo de controle de estagiários. Foi elaborada a Norma de Utilização dos Recursos de Tecnologia da Informação (TI) em atualização à Norma para Utilização da Rede e Equipamentos de Informática na Empresa, a qual está aguardando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que irá abranger o período de 2013 a 2015. E em relação à Infraestrutura de Redes, foi concluída a implantação da Rede de Comunicação de dados voz e imagem (Rede Verde) em todas as Unidades da EMATER-DF/SEAGRI-DF/CEASA-DF; na sequência foi criada a sala de situação para o monitoramento e manutenção da Rede Verde, a qual é composta de um televisor LCD 55 polegadas e um microcomputador ligado à rede com software livre. Quatro painéis acompanham em tempo real as atividades dos rádios e servidores das Gerências Locais.

Com a implantação da Rede Verde, também se passou a fazer uso de acesso remoto para solucionar diversos tipos de manutenções em microcomputadores localizados nas Gerências Locais, inclusive a atualização do sistema de acompanhamento das ações de ATER (SisATER), assim como a coleta dos bancos de dados para a consolidação no datacenter na sede da Empresa, toda essa ação repercutiu na qualidade da base de dados, principalmente na aferição da produção e renda agropecuária. O SisATER foi atualizado, adequando-o a nova realidade.

Foi criado o novo sitio institucional na Internet que passa a contar com novos recursos. Realizou-se o inventário dos equipamentos de informática e softwares nos escritórios do campo, iniciados em junho, juntamente com a operação padrão; as atualizações foram feitas no banco de dados próprio e repassadas ao setor de patrimônio para a sincronização das informações. Durante esse processo a área responsável recolheu alguns equipamentos que estavam sem uso ou quebrados nas Gerências locais. Com a contratação dos estagiários de suporte, fez-se um levantamento do que se poderia aproveitar destes equipamentos que foram disponibilizados para uso e os demais serão leiloados; as demais ações realizadas, basicamente, foram de manutenção dos sistemas hoje existentes.

Concessão de Bolsa Estágio: a EMATER-DF cumpre seu papel social como opção para diferentes áreas profissionais relacionadas às Ciências Agrárias; além disso, essas ações aprimoram relações interinstitucionais entre o GDF e as 14 (quatorze) instituições conveniadas, sendo 12 (doze) de nível superior, Instituto Federal de Brasília (que oferece cursos de Nível Técnico e Superior) e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Neste ano foram oferecidas 55 (cinquenta e cinco) vagas, ocupadas por 70 (setenta) alunos que cumpriram estágio em sistema de reposição de vagas, sendo 03 (três) do Ensino Médio, na área administrativa, 19 (dezenove) técnicos em: agropecuária e agroindústria, 02 (duas) vagas de técnico em informática e 46 (quarenta e seis) de nível superior nas áreas de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Administração, Direito, Gestão do Agronegócio, Gestão Ambiental e Florestal, Ciência da Computação e Análise de Sistema, Comunicação Social e Publicidade e Propaganda.

Capacitação de Servidores: é uma política destinada aos empregados do quadro permanente e também para aos empregados não efetivos (requisitados ou comissionados). Foram contemplados diversos tipos de ações de capacitação, como cursos presenciais e à distância, congressos, seminários, feiras, visitas técnicas, workshops, conferências, simpósios, encontros, excursões e fóruns, repercutindo, assim, na melhoria da qualidade dos serviços prestados. Em 2012, ocorreram 33 ações de capacitação que envolveu 249 empregados, com repetição. de forma resumida estas ações foram: quatro cursos internos, treze cursos externos, quatro intercâmbios técnico, dois palestras, seis viagens técnicas, um seminário, um congresso e dois encontros técnicos. Para o atendimento às demandas de participação aos eventos externos, foi avaliada cuidadosamente cada solicitação, visando a melhor gestão dos recursos e consequentemente a maior cobertura de empregados em eventos de capacitação.

As capacitações desenvolvidas objetivaram o alinhamento entre as necessidades da organização. Seguem alguns dos cursos externos realizados: Elaboração de Projeto Básico e termo de Referência, Introdução ao Pregão e seus conceitos e fases, o pregão Presencial e o Pregão Eletrônico, a Lei complementar nº 123/2006 e o decreto nº 6204/20 07 e Aspectos Práticos do Pregão, Analista de

Processos de Negócio e Processos BPMN, Comunicação Estratégica, Capacitação e Aperfeiçoamento: Auditoria Governamental - Curso em Auditoria de licitações e contratos. Uma importante ação interna realizada foi uma capacitação para os executores de contratos administrativos, intitulada de “Executor de Contratos Administrativos”. Quanto ao Programa de Pós-Graduação, no momento há um (1) empregado liberado para cursar mestrado, conforme seleção interna realizada em 2010.

Manutenção de Serviços Administrativos Gerais: custos referentes a manutenção dos bens móveis e imóveis das 16 unidades descentralizadas e da unidade sede

PROGRAMA TEMÁTICO:

6214 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2239 – Bolsa do Menor Aprendiz	0	19.450	988	988	
2922 – Bolsa do Menor Aprendiz – Capacitação Profissional do Menor Aprendiz – Distrito Federal	0	19.450	988	988	56

Bolsa do Menor Aprendiz: é um programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, com especificação do público-alvo, dos conteúdos programáticos a serem ministrados, período de duração, carga horária e prática, mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendizado, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria nº 615, de 13 de dezembro de 2007. Aprendiz é o jovem com idade entre 14 e 22 anos, matriculado em curso de aprendizagem profissional e admitido por estabelecimentos de qualquer natureza que possuam empregados regidos pela CLT.

Em 2012, foram oferecidas 7 vagas, sendo 4 (quatro) para atuação nos escritórios locais e 3 (três) no escritório central, em todos os casos operando com atividades administrativas. Os candidatos a empregado aprendiz passaram por seleção interna a critério da empresa, em que foram selecionados filhos de produtores rurais concretizando o papel social de atuação da EMATER-DF. A etapa de formação inicial dos aprendizes aconteceu no primeiro mês por meio de um programa de aprendizagem. Como forma de acompanhamento essa formação é continuada, uma vez por semana, durante a vigência do contrato conciliando o desenvolvimento profissional do empregado aprendiz com orientação profissional na EMATER-DF.

3. Informações complementares

A EMATER-DF, em razão de sua presença assídua e marcante na área rural do Distrito Federal, realiza vários trabalhos em parceria com as organizações e liderança de produtores rurais, das administrações regionais e de outras instituições públicas e privadas, abaixo seguem as realizações de 2012:

Parcerias para desenvolvimento do Espaço Rural – a EMATER possui diversos parceiros para a realização e apoio das atividades comunitárias. Nos eventos a Empresa participa como organizadora das ações que contemplam o desenvolvimento social, cultural e da cidadania do trabalhador rural e de sua família, levando às comunidades rurais os serviços governamentais e privados, nas áreas de saúde, educação, segurança, cultura, tecnologia, entre outros. O alcance desses eventos geralmente é da ordem de milhares de pessoas e abrange não somente a população rural, mas também a população urbana, sendo que alguns desses eventos estão incluídos no calendário oficial de eventos do GDF. Festa do Pimentão, Semana do Produtor Rural de Tabatinga e exposições agrícolas como a de Planaltina, Gama, Sobradinho e São Sebastião são grandes espaços de divulgação, comercialização da produção local, promovendo a expansão das atividades produtivas e participação de agricultores e suas associações.

Evento	Tipo de Público	Números participantes
I Fórum de Inclusão Socioprodutivo	Produtores rurais	150
	Público Urbano	70
Dia Especial de Saúde Emater Taquara	Produtores rurais	32
Dia Especial da Mulher Emater Taquara	Produtores rurais	368
Semana do Produtor Rural Tabatinga	Produtores rurais	272
	Público Urbano	4.100
	Jovens Rurais / Estudantes / Outros	756
Dia Especial Córrego das Corujas Emater-Ceilândia	Produtores rurais	180
Exposição Agropecuária São Sebastião	Produtores rurais	178
	Público Urbano	30.000
4º Encontro Regional dos Produtores de Maracujá	Produtores rurais	296
Rota do Turismo Rural Emater Paranoá	Produtores rurais	100
6ª Exposição Agropecuária de Ponte Alta Emater Gama	Produtores rurais	536

Evento	Tipo de Público	Números participantes
	Jovens Rurais / Estudantes / Outros	2.000
Semana do Pimentão	Produtores rurais	430
Semana Tecnológica do Rio Preto	Produtores rurais	391
Festival de Flores e Plantas do Brasil	Produtores rurais	257
	Jovens Rurais / Estudantes / Outros	30.935
	Jovens Rurais / Estudantes / Outros	70
Dia especial 2ª Hortilarga EMATER- Pipiripau	Produtores rurais	69
	Jovens Rurais / Estudantes / Outros	500
Total		303.056

O Prêmio Santander Universidade Solidária reconhece projetos de desenvolvimento sustentável com ênfase em geração de renda. Na edição deste ano, um projeto desenvolvido por alunos e professores da UnB, em parceria com a EMATER-DF, recebeu a premiação. O trabalho tem como tema o uso de tecnologias sustentáveis para agregação de valor e geração de renda à produção familiar no Cerrado. A proposta visa estimular o extrativismo sustentável de espécies do Cerrado como estratégia de conservação do bioma e de complementação de renda dos agricultores familiares da comunidade de Monjolo, onde vivem 80 famílias. O objetivo principal é a formalização de uma organização de agricultores para o beneficiamento de espécies vegetais nativas da região. A EMATER-DF participa do projeto em três frentes: na pesquisa de mercado dos produtos do Cerrado, no desenvolvimento de produtos e receitas com os frutos para agroindústria artesanal e no uso do Índice de desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR) para o diagnóstico e desenvolvimento local. Além do troféu, o grupo de trabalho recebeu R\$ 50 mil para serem investidos na comunidade Monjolo.

A adesão aos princípios da sustentabilidade e a tese de que todas as funções da agricultura e de todas as dimensões do desenvolvimento local convergem para o território, para a preservação e valorização dos seus recursos e da pessoa humana, em especial os atores locais de desenvolvimento oriundos da agricultura familiar, levou a Empresa a participar do Colégio Territorial de Águas Emendadas (COTAE) que tem todas as suas ações coordenadas pela Secretaria de desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA).

O Território Rural de Águas Emendadas, instituído pelo decreto 28.860, de 13 de Março de 2008, único no País a reunir três Unidades da Federação, está localizado no Planalto Central Brasileiro, abrangendo todo o Distrito Federal, três municípios do noroeste do Estado de Minas Gerais (Buritis, Cabeceira Grande e Unaí), e sete municípios do nordeste do Estado de Goiás (Água Fria, Cabeceiras, Formosa, Mimosa, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás e Vila Boa). É composto por 84 membros, sendo 42 da sociedade civil organizada e 42 de representantes dos três níveis de Governo do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. Perfaz uma superfície de aproximadamente 37. 721 km², com uma população estimada de 2.898.988 habitantes, em áreas de nascentes de três Grandes Regiões Hidrográficas brasileiras: a do São Francisco, a do Tocantins e a do Paraná, daí o nome de Águas Emendadas.

Como membro titular, a EMATER-DF participou ativamente de todas as propostas de desenvolvimento sustentável do Território, destacadas no Plano Territorial de desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania de Águas Emendadas - 2011, que tem como principais eixos temáticos de desenvolvimento: apoio as ações de ATER aos agricultores familiares; acesso ao crédito como ferramenta de desenvolvimento; apoio a ações voltadas a capacitação de agricultores em atividades produtivas; apoio a ações de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, inserindo-os no mercado institucional (PAA/PNAE) e garantia de posse da terra através da regularização fundiária.

A EMATER-DF assinou, em 2012, aditivo ao contrato com a Superintendência do INCRA SR 28 para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade, elaborar Planos de desenvolvimento do Assentamento – PDA e Planos de Recuperação do Assentamento – PRA, por meio de atividades individuais e grupais para agricultores e agricultoras beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária da região do Entorno.

A Empresa continua com este objetivo, desde a comemoração dos seus 33 anos, data da assinatura do contrato com a Superintendência do Incra SR 28. A empresa destacou 03 pontos que deverão ser considerados no trabalho:

- A questão da participação e organização da comunidade que deverá estar envolvida nos processos de decisão e execução das atividades;
- Desenvolvimento de ações com enfoque nos princípios agroecológicos; e
- Considerar que o meio rural é também composto por cidadãos, que têm direito à saúde, educação, lazer e infraestrutura.

Ao todo foram 441 famílias perfazendo um total de 1700 pessoas beneficiadas em 11 assentamento (Rio Maranhão, Contagem, Itaúna, Cocal da Águas Quentes, União Flor da Serra, Cigano, Sonho Realizado, Santo Antônio da Brancas , Terra Conquistada, Contagem I e Contagem II), localizados

nos municípios goianos de Planaltina de Goiás, Água Fria e Padre Bernardo. O trabalho desenvolvido no primeiro ano de contrato foi basicamente para realizar uma leitura da realidade de cada assentamento com o objetivo de tornar cada um deles uma unidade de produção estruturada, com segurança alimentar, inseridos na dinâmica do desenvolvimento municipal, regional e territorial, de forma ambientalmente equilibrada.

Assim, foram realizadas as seguintes ações: Visita a cada unidade familiar para aplicação de questionário para verificação do Índice de desenvolvimento Comunitário Rural – IDCR de cada assentamento; Oficinas para realização do Diagnóstico Rural Participativo – DRP junto aos assentados; Oficinas para atualização elaboração dos Planos de desenvolvimento dos Assentamentos - PDA,s; e Oficinas para elaboração dos Planos de Recuperação dos Assentamentos – PRA,s.

O Brasil tem promovido uma política de diversificação de parcerias internacionais, aproximando-se dos países em desenvolvimento da região Latino-americana, do Sudeste Asiático e do Continente Africano. Na pauta dos debates internacionais assuntos como segurança alimentar e erradicação da pobreza passaram a ter prioridade. Nesse sentido o Brasil passou a ser um importante colaborador mundial, com seu exemplo de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, de combate à pobreza e principalmente de segurança alimentar.

A assistência técnica e extensão rural – ATER, pública e gratuita, mostrou ser um importante instrumento para o desenvolvimento rural, levando aos agricultores familiares às políticas do Governo Federal e Estadual. Diante deste panorama, a EMATER-DF assumiu um papel central devido a sua localização e aos trabalhos que veem desenvolvendo nesta área onde se verificam consideráveis margens brutas de rentabilidade em pequenas áreas rurais através de trabalho eficiente e continuado de assistência técnica e extensão rural pública, direcionada prioritariamente aos agricultores familiares.

No ano de 2012, a empresa executou as ações previstas no protocolo de intenções com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores – MRE, que tem por objeto a colaboração entre os partícipes na implementação de programas, projetos e atividades de cooperação técnica em benefício de países em desenvolvimento, a partir da experiência acumulada pela EMATER-DF. Isto possibilitou a procura por diversas missões diplomáticas em busca de conhecimentos sobre a produção de alimentos no Brasil e quais as possibilidades de transferir metodologias de trabalho e tecnologias aos agricultores desses países.

Foram recebidas 28 comitivas compostas por 395 autoridades e técnicos de 40 países. Também houve a participação de técnicos da EMATER-DF em seis missões ao exterior: Alemanha, Tunísia, Senegal, Moçambique, Nova Zelândia e Inglaterra.

Atualmente, a EMATER participa de 05 (cinco) projetos de cooperação técnica, com os seguintes países: Angola, Tanzânia, República dominicana, Senegal e Suriname. Faz parte ainda do Grupo de Trabalho, coordenado pela ABC, que junto com a JICA subsidia a elaboração de um Projeto para Implantação de Programa Pró-Savanas dentro da perspectiva de desenvolvimento das Savanas, do Corredor de Nacala, em Moçambique.

Foram realizados esforços para captar e executar os recursos por meio de convênios e contratos voltados para fins específicos. Convênios firmados com recursos da união, de acordo com tabela abaixo:

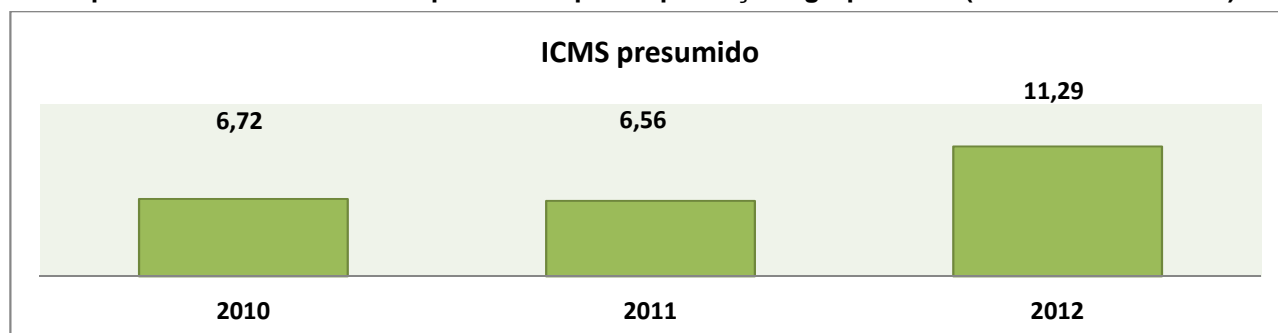
Nº. do Convênio	Órgão Concedente	Objeto do Convênio	Vigência	Valor	Situação
701200/2008	Ministério do desenvolvimento Agrário - MDA	Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para os agricultores familiares, com base nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, com ênfase aos Programas Mais Alimentos e Territórios da cidadania, no Distrito Federal.	31/12/2008 a 31/03/2013	Valor total: R\$ 3.716.842,50 Valor do repasse: R\$ 3.345.157,50 Valor da contrapartida financeira: R\$ 371.685,00	Em prestação de contas
763059/2011	Superintendência do desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	Aquisição de 7(sete) patrulhas mecanizadas	29/12/2011 a 25/04/2013	Valor total: R\$ 1.444.444,44 Valor do repasse: R\$ 1.200.000,00 Valor da contrapartida financeira: R\$ 244.444,44	Em execução
756749/2011	Superintendência do desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	Fomento à floricultura no Distrito Federal	29/12/2011 a 03/05/2013	Valor total: R\$ 225.000,00 Valor do repasse: R\$ 200.000,00 Valor da contrapartida financeira: R\$ 25.000,00	Em execução

Nº. do Convênio	Órgão Concedente	Objeto do Convênio	Vigência	Valor	Situação
760564/2011	Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	Reestruturar e ampliar as hortas comunitárias instaladas nas cidades e escolas do DF, levando capacitação, assistência e fomento produtivo aos beneficiários do projeto.	28/12/2011 a 30/11/2014	Valor total: R\$ 800.000,00 Valor do repasse: R\$ 720.000,00 Valor da contrapartida financeira: R\$ 80.000,00	Em execução
773459/2012	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	Aquisição de duas unidades móveis para atendimento e capacitação de pequenos agricultores do Distrito Federal e Entorno.	28/12/2012 a 30/10/2013	Valor total: R\$ 649.000,00 Valor do repasse: R\$ 536.250,00 Valor da contrapartida financeira: R\$ 112.750,00	Em execução
774925/2012	Ministério do desenvolvimento Agrário - MDA	Aquisição de veículos, equipamentos de informática e audiovisual para fortalecimento da estrutura pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Distrito Federal.	28/12/2012 a 30/10/2013	Valor total: R\$ 500.000,00 Valor do repasse: R\$ 450.000,00 Valor da contrapartida financeira: R\$ 50.000,00	Em execução
775963/2012	Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA	Disponibilizar ações de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola – ATEPA, no território do Distrito Federal e assentamentos da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (RIDE).	21/12/2012 a 31/12/2014	Valor total: R\$ 391.012,81 Valor do repasse: R\$ 371.012,81 Valor da contrapartida financeira: R\$ 20.000,00	Em execução

Impactos Sociais e Empregos Gerados

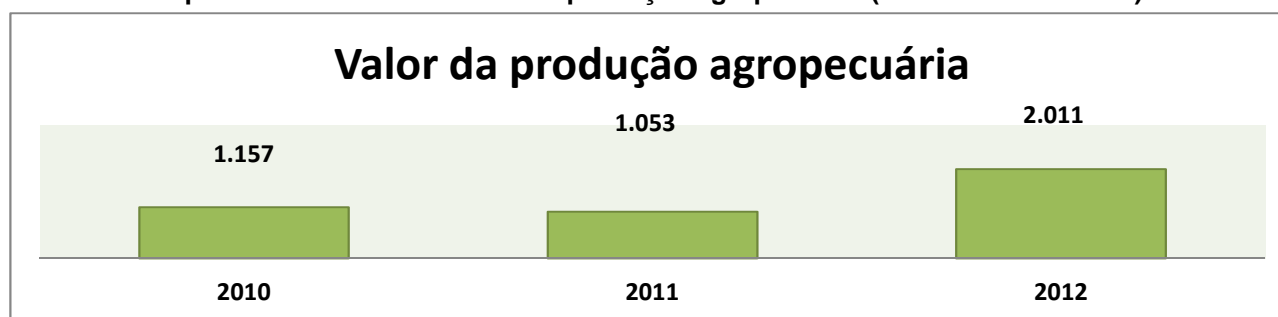


Impactos econômicos -ICMS presumido para a produção agropecuária (em milhões de reais)



Observação: Ressalta-se que não incide ICMS sobre frutas e hortaliças, portanto os valores acima computados referem-se apenas às atividades primárias de grãos, pecuária e floricultura.

Impactos econômicos - valor da produção agropecuária (em milhões de reais)



Observação: Não estão computadas as atividades dos setores secundários (agroindústrias) e terciários (prestação de serviços).

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

Entre as realizações alcançadas não se pode deixar de citar, ao final, as ações de desenvolvimento Institucional que aconteceram durante o período, pois elas propiciaram ou vão propiciar os alcances obtidos em todas as realizações finalísticas. A política de renovação do quadro de pessoal foi continuada no ano de 2012, aliando vacâncias decorrentes do Programa de desligamento Voluntário – PDV às admissões decorrentes de concurso público.

O PDV oferece oportunidade de desligamento voluntário aos empregados da EMATER-DF por acordo e com incentivos sociais e financeiros para a empresa e empregados, e continua vigente até 28 de fevereiro de 2013. O concurso público também se encontra vigente até janeiro de 2014 para os empregos de motorista, mecânico automotivo e eletricista, e até dezembro de 2013 para os demais empregos.

No ano de 2012, 19 empregados se desligaram da empresa por meio do PDV, porém até o momento não houve autorização por parte do Governo para reposição das vagas. A EMATER também iniciou, em 2012, uma proposta junto ao Governo para implantação de previdência complementar patrocinada para os empregados, objetivando a garantia de um benefício futuro que amplia a atração e manutenção dos talentos da empresa.

No tocante às normas institucionais, foi estruturado em 2012 um projeto para atualização e consolidação das normas da empresa. Esse processo é contínuo e gradual e ocorre de acordo com a necessidade prioritária da empresa. A principal atualização normativa concluída em 2012 foi a Norma de Transportes, além das instruções normativas de folgas compensatórias e manutenção de informações no sítio da empresa na intranet e internet.

Também foram continuadas as ações voltadas à qualidade de vida dos empregados, com realização da Semana da Saúde no mês de setembro. A realização de um novo diagnóstico do Clima Organizacional foi concluída no ano de 2012 por meio da aplicação de pesquisa junto aos colaboradores da empresa. As ações de melhoria do clima serão planejadas para execução a partir de 2013. Neste ano, ocorreu ainda a avaliação por mérito dos empregados (avaliação de desempenho), objetivando a identificação de pontos fortes e pontos de melhoria dos empregados, oportunizando o feedback das ações e embasando atividades voltadas para acompanhamento, capacitação e desenvolvimento que serão trabalhados principalmente pelo Programa de Capacitação de Recursos Humanos da EMATER-DF.

As dificuldades diagnósticas são de diversas naturezas. Apesar de o concurso estar vigente e ter havido desligamentos por meio do PDV no ano de 2012, ainda não obtivemos autorização do Governo para realizar novas nomeações via concurso e o quantitativo de pessoal ainda é incompatível com o volume de trabalho realizado.

Com relação a contratação de técnicos de informática a EMATER-DF possui um parque de informática em crescimento para chegar ao tamanho ideal, de modo a atender plenamente às necessidades da Empresa, com as atividades desenvolvidas pelos seus empregados. A informatização de seus sistemas está em plena evolução e planeja-se um aumento substancial para os próximos anos.

Com a recente chegada de novos empregados, o quadro de técnicos da Gerência de Tecnologia da Informação (GETIN), principalmente na área de suporte técnico, pôde ser ampliado e, com isso, já se verificou melhorias no atendimento e na apresentação de soluções aos usuários. Porém, ainda está longe do ideal, haja vista o aumento da demanda atual e das previstas a curto, médio e longos prazos, por suas Unidades que abrangem todo o Distrito Federal.

Ressalte-se que a recém-adquirida rede de comunicação de dados, voz e imagem da EMATER-DF, integrada com a SEAGRI-DF e CEASA-DF requer pessoal com bons conhecimentos das características peculiares da Empresa para acompanhar a sua dinâmica de trabalho. Não se poderá ter qualquer tipo de interrupção em seus sistemas, sob pena de causar prejuízos às atividades desenvolvidas e, conseqüentemente, ao público atendido e, portanto, à sociedade de maneira geral.

Assim sendo, a Empresa precisa aumentar a quantidade dos profissionais técnicos em informática para dar suporte nas manutenções preventivas e corretivas, que é constante, em seus equipamentos. Além disso, a prestação de serviços de manutenção dos diversos sistemas corporativos, incluindo-se os sistemas de informações gerenciais, necessita de um maior conhecimento e agilidade da equipe para não haver solução de continuidade.

Salienta-se que os trabalhos passíveis de terceirização devem ser utilizados em atividades temporárias e pontuais, onde a não retenção dos conhecimentos na EMATER-DF não implique em perda de qualidade ou descontinuidade dos serviços. Também para execução de contratos de terceirização, necessita-se de pessoal do próprio quadro com os conhecimentos necessários para o seu gerenciamento. A área de TI é fundamental para qualquer empresa.

A EMATER-DF está se estruturando de forma planejada, e precisa aumentar o seu quadro, para que tenha o dimensionamento adequado de pessoal de suporte técnico, com a necessária retenção de

conhecimento. Para que isso ocorra, não se pode ficar sujeito às mudanças periódicas desses profissionais. Sendo assim, a terceirização de técnicos em informática é um risco às atividades de toda a Empresa, visto que os treinamentos e o tempo que se necessitam para um técnico ter um amplo conhecimento de seus sistemas demandam um grande investimento, e não se pode perdê-lo com as frequentes substituições de empregados, situação corriqueira quando se trata de terceirização de pessoal técnico.

A área de suporte da GETIN encontrou dificuldades para atender a algumas demandas devido à falta de materiais e ferramentas específicas, só adquiridas em outubro. O contingenciamento no orçamento e o bloqueio das emendas parlamentares com sua liberação parcelada dificultou a execução financeira e consequentemente levou ao não cumprimento de algumas metas da área fim.

Para a modernização do modelo de gestão será implantada a gestão do Planejamento Estratégico, a gestão por processos, a capacitação dos gestores. Há previsão de assinar de 03 convênios (MDA, MPA, MAPA), todos com alocação de recursos para investimento e custeio para prestação de ATER. Em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o software Rural Pró está sendo traduzido para o espanhol para utilização nos seguintes países latino-americanos: Paraguai, Chile e Equador.

8.3. FUNDO DE AVAL DO DISTRITO FEDERAL – FADF – UO: 14.901

O Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF, administrado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, foi criado pela Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 22.024, de 21 de março de 2001. E posteriormente alterada pela Lei nº 4.726, de 28 de dezembro de 2011 e pelo Decreto nº 33.616, de 17 de abril de 2012.

O FADF tem por finalidade conceder garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos junta às instituições financeiras operantes do Crédito Rural no Distrito Federal a micro, mini e produtores rurais, inclusive em fase de implantação, de forma individual ou organizada em grupos associativos ou cooperativos.

Resoluções aprovadas pelos Conselheiros do FADF:

- Resolução nº 01, de 16 de junho de 2009: Regimento Interno do FADF;
- Resolução nº 02, de 16 de junho de 2009: Normas de Organização e Funcionamento do FADF;
- Resolução nº 02, de 06 de setembro de 2012: estabelece limites e Taxas para concessão de Garantias Complementares.

Processo nº 070.001.790/2012 – Contrato de Prestação de Serviço, a ser firmado entre a SEAGRI/DF e o BRB S/A para operacionalização do FADF, foi restituído ao FADF em 08.01.2013 após análise e parecer da Procuradoria Geral do Distrito Federal. O referido contrato encontra-se em cumprimento das exigências formuladas pela PGDF para aprovação das partes, publicação e início da operacionalização do Fundo.

Conselho Administrativo e Gestor do FADF

São atribuições do Conselho Administrativo e Gestor do Fundo de Aval do Distrito Federal, criado pela Lei Complementar nº 292, de 02 de junho de 2000, que dispõe sobre condições para instituição e funcionamento de fundos, regulamentado, em parte, o § 12 do Art.149 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

- I. Deliberar sobre os pleitos de concessão de aval;
- II. Manter o acompanhamento mensal dos dados relativos ao desempenho do Fundo de Aval do Distrito Federal, com a manutenção de arquivos com todas as informações das ações, programas e projetos desenvolvidos;
- III. Indicar providências quanto à funcionalidade do Fundo de Aval do Distrito Federal, de forma a permitir, em tempo hábil, a manutenção de reservas em níveis suficientes para honrar os avais;
- IV. Administrar o Fundo de Aval do Distrito Federal de modo a ensejar sempre que possível a continuidade de ações e programa que, iniciados em um governo, tenham condições de prosseguimento no subsequente;
- V. Receber e analisar a solicitação de honra de aval concedido, nos termos do §2º do Art.10 deste decreto, podendo impugná-lo no prazo de quinze dias, informando ao agente financeiro os motivos da impugnação;
- VI. Expedir resoluções e atos normativos complementares;
- VII. Elaborar no prazo de trinta dias, a contar da data de publicação deste decreto, o seu regimento interno, que deverá estabelecer as normas de organização e funcionamento do Fundo de Aval do Distrito Federal, devendo ser aprovado por resolução.

Beneficiários do FADF

Consideram-se beneficiários do Fundo de Aval do Distrito Federal–FADF, os produtores rurais classificados como micro e mini de acordo com as normas em vigor, enquadrados no Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – PRÓ – RURAL – DF/RIDE, conforme estabelece a Lei nº 2.499, de 07 de dezembro de 1999, em empreendimentos com capacidade de geração de oportunidades de trabalho, emprego, renda, desenvolvimento tecnológico e ambiental, ouvido do Conselho de Política de Desenvolvimento do Distrito Federal – CPDR, instituído nos termos do Art. 20 da Lei nº 2.499/99, cujos projetos contemplem:

- I. A implantação de unidades novas de empreendimentos produtivos de bens e serviços, inclusive em regiões objeto de Reforma Agrária em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- II. A expansão de empreendimento produtivo, que objetive o aumento da produção;
- III. A modernização de empreendimento produtivo visando aprimorar a melhoria da qualidade dos produtos, com implantação de novas tecnologias, como meio de competir no mercado cada vez mais exigente;

IV. A reativação de empreendimento produtivo;

V. A implantação de empreendimentos produtivo cujo resultado implique preservação ou recuperação de área ambientalmente degradada.

1. Realizações

PROGRAMA:

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação / Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9089- Garantia de Aval aos Micro e Pequenos Produtores Rurais	90.190	362.191	0	0	

Não houve execução. O Fundo de Aval do Distrito Federal não foi utilizado por parte dos produtores rurais, no exercício de 2012, por encontrar-se em fase de conclusão do Contrato de Prestação de Serviços com o agente financeiro.

8.4. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL – FDR /DF – UO: 14.902

O Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR/DF, administrado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, foi criado pela Lei nº 2.653, de 27 de dezembro de 2000 e regulamentado pelo Decreto nº 22.023, de 21 de março de 2001.

O FDR/DF tem por finalidade financiar projetos de investimento e custeio na área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE/DF.

Conselho Administrativo do FDR/DF

O Conselho Administrativo do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, presidido pelo Secretário de Estado de Agricultura e desenvolvimento Rural do Distrito Federal, se reúne uma vez por mês ou quando se fizer necessário, com vistas à análise e deliberação acerca dos pleitos de financiamentos, é composto pelos seguintes membros:

- Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal;
- Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal;
- Presidente do Banco de Brasília S.A. - BRB;
- Presidente do Sindicato Rural do Distrito Federal;
- Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito Federal; e.
- Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

São atribuições do Conselho Administrativo do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, além das contidas no artigo 4º da Lei Complementar do Distrito Federal nº 292, de 02 de junho de 2000, que dispõe sobre condições para instituição e funcionamento de fundos, regulamentando, em parte, o § 12 do art.149 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

- I. Deliberar sobre os pleitos de concessão de financiamentos com recursos do Fundo;
- II. Manter o acompanhamento mensal dos recursos disponíveis e dados relativos ao desempenho do FDR/DF, com a manutenção de arquivos com todas as informações das ações, dos programas e dos projetos desenvolvidos;
- III. Indicar providências quanto à operacionalização dos financiamentos;
- IV. Administrar o FDR/DF de modo a ensejar, sempre que possível, a continuidade de ações e programas que, iniciados em um governo, tenham condições de prosseguimento no subsequente;
- V. Expedir resoluções e atos normativos complementares.

Beneficiários do FDR/DF

São beneficiários do FDR/DF os produtores rurais enquadrados no Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - PRÓ-RURAL- DF/RIDE, conforme estabelece a Lei nº 2.499, de 07 de dezembro de 1999, em empreendimentos com capacidade de geração de oportunidades de trabalho, emprego, renda, desenvolvimento tecnológico e ambiental, cujos projetos contemplem:

- I. A implantação de unidades novas de empreendimentos produtivos de bens e serviços;
- II. A expansão de empreendimento produtivo que objetive o aumento da produção;
- III. A modernização de empreendimento produtivo visando aprimorar a melhoria da qualidade dos produtos, com implantação de novas tecnologias;
- IV. A reativação de empreendimento produtivo;
- V. A implantação de empreendimento produtivo cujo resultado implique preservação ou recuperação de área ambientalmente degradada.

1. Realizações

PROGRAMA TÉMÁTICO:

6201 – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9109 -Financiamento a Produtores Rurais	2.485.670	10.186.048	3.291.631	3.291.631	
0001 - Apoio Financeiro Aos Produtores Rurais--Distrito Federal	2.485.670	10.186.048	3.291.631	3.291.631	1

Quadro I – Arrecadação - 2010

Arrecadação - 2010						
Meses	Arrendamentos	Rend. Aplic. Financeira	Retorno de Empréstimos			Total
			Amortizações	Juros	Total	
Janeiro	104.544	0	15.208	3.389	18.597	123.141
Fevereiro	58.671	46.545	21.814	5.607	27.421	132.637
Março	74.244	0	45.292	15.158	60.451	134.695
Abril	53.272	49.948	33.215	14.274	47.489	150.710
Maio	149.142	28.043	58.711	34.336	93.046	270.231
Junho	88.877	31.294	52.027	18.613	70.640	190.811
Julho	215.046	36.490	47.667	13.967	61.634	313.171
Agosto	211.407	39.844	52.304	10.019	62.323	313.573
Setembro	217.587	40.481	39.396	4.198	43.594	301.661
Outubro	121.513	40.689	37.850	3.700	41.550	203.753
Novembro	77.791	42.441	51.546	4.391	55.937	176.169
Dezembro	60.063	0	72.203	7.412	79.616	139.679
Total	1.432.158	355.771	527.234	135.065	662.298,87	2.450.232

Quadro II – Arrecadação - 2011

Meses	Arrendamentos	Rend. Aplic. Financeira	Retorno de Empréstimos			Total
			Amortizações	Juros	Total	
Janeiro	60.903	99.540	75.465	9.091	84.556	244.999
Fevereiro	57.902	49.447	17.673	5.147	22.820	130.169
Março	153.408	55.595	35.923	2.886	38.809	247.812
Abril	131.049	52.930	55.122	4.240	59.362	243.342
Maio	133.669	64.450	50.573	5.889	56.462	254.581
Junho	159.483	64.894	75.168	13.467	88.635	313.012
Julho	126.157	68.652	70.867	15.100	85.967	280.776
Agosto	216.638	79.202	86.079	5.234	91.313	387.153
Setembro	193.916	73.681	50.374	8.994	59.368	326.964
Outubro	91.178	70.245	52.599	14.556	67.155	228.577
Novembro	124.967	69.835	96.373	21.119	117.492	312.294
Dezembro	151.189	71.562	66.628	5.816	72.444	295.194
Total	1.600.458	820.033	732.844	111.539	844.382	3.264.874

Quadro III – Arrecadação - 2012

Meses	Arrendamentos	Rend. Aplic. Financeira	Retorno de Empréstimos			Total
			Amortizações	Juros	Total	
Janeiro	127.825	61.353	83.074	0	83.074	272.252
Fevereiro	60.404	0	28.260	2.890	31.150	91.554
Março	128.355	141.875	108.001	9.054	117.055	387.285
Abril	122.308	61.016	83.505	6.478	89.983	273.308
Maio	96.577	56.561	46.838	2.180	49.017	202.156
Junho	137.467	51.449	59.910	1.499	61.410	250.326
Julho	119.908	45.766	83.280	68	83.349	249.022
Agosto	171.566	51.265	70.159	7.969	78.128	300.959
Setembro	279.142	45.512	51.456	0	51.456	376.110
Outubro	4.382	57.374	48.315	15.711	64.027	125.782
Novembro	97.227	39.417	18.514	0	18.514	155.159
Dezembro	114.487	42.165	99.590	16.211	115.801	272.453
Total	1.459.648	653.754	780.902	62.060	842.962	2.956.365

Quadro IV – Atividades e equipamentos financiados 2009/2012

Projetos Financiados e Implantados		Quantidades				Total
Atividades/Equipamentos	Discriminação	2009	2010	2011	2012	
Brete com balança	Unidade	0	0	0	1	1
Bovinocultura de corte	Res	0	45	0	0	45
Bovinocultura leiteira	Matrizes	133	66	0	83	282
Caldeira à vapor	Unidade	0	0	0	2	2
Carreta agrícola	Unidade	1	1	7	6	15
Cultivador	Unidade	0	0	3	2	5
Cultivo de frutíferas	Hectares	2	0	0	5	7
Agroindústrias	Equipamentos	0	0	0	2	2
Distribuidora de fertilizantes	Conjunto	0	0	0	2	2
Enxada rotativa	Unidade	0	1	4	5	10

Projetos Financiados e Implantados		Quantidades				Total
Atividades/Equipamentos	Discriminação	2009	2010	2011	2012	
Estufa agrícola	350m²	6	3	0	58	67
Forrageira	Conjunto	0	0	0	3	3
Formação de capineira	Hectares	1	0	0	5	6
Formação de pastagens	Hectares	10	0	0	5	15
Grade aradora	Unidade	1	0	3	5	9
Grupo gerador	Conjunto	1	0	0	1	2
Microtrator	Unidade	0	0	5	3	8
Plaina	Unidade	0	0	1	2	3
Plantadeira	Unidade	1	0	0	2	3
Plataforma p/ colheitadeira	Unidade	0	0	1	0	1
Poço tubular profundo	Unidade	4	1	0	0	5
Pulverizador	Unidade	1	0	0	5	6
Roçadeira	Unidade	0	0	3	4	7
Silo agrícola	Unidade	2	0	0	0	2
Sulcador/subsolador	Unidade	0	0	6	3	9
Trator	Unidade	2	2	7	14	25
Veículo utilitário	Unidade	1	1	5	7	14

Quadro V – Comparativos FDR/DF

Indicativo	2008	2009	2010	2011	2012
Recursos disponíveis	2.749.671	3.555.151	5.305.766	7.700.293	6.894.418
Valor total financiado	1.068.606	850.986	569.623	1.295.041	3.016.992
Recursos empenhados	1.068.606	922.985	569.623	1.326.560	3.291.631
Recursos liquidados	1.068.606	922.985	569.623	1.295.041	3.291.631
Nº da etapa no SAG	01	01	01	01	01
Etapas realizadas	32 Produtores	21 Produtores	11 Produtores	18 Produtores	45 Produtores

É imperativo destacar que no exercício de 2012, a escolha, por parte dos Produtores Rurais, foi pela implantação de tecnologias mais produtivas, em especial para a aquisição de maquinários e implementos agrícolas. É de fácil visualização essa tendência, se observarmos o período de 2009/2012, no caso dos tratores agrícolas de médio porte, o FDR/DF aprovou projetos e liberou recursos para 25 unidades, dos quais 14 somente em 2012, portanto, um incremento acima de 50% somente no último ano.

Não menos relevante, citamos os Projetos destinados à aquisição de veículos utilitários de carga, (caminhões e furgões), destinados ao transporte e escoamento da produção agrícola, 14 unidades foram financiadas em quatro anos, dos quais 07 no exercício de 2012.

Mister também foi a visão dos Produtores para o aumento da produção e produtividade, quando optaram pelos Projetos de estufas agrícolas, 58 foram implantadas em 2012, ou seja, mais de 20.300m², onde podem exercer um controle maior sobre os fatores externos, tais como as pragas e doenças, a otimização da mão de obra, o aproveitamento da água, da área de plantio e a diminuição dos agrotóxicos.

Gráfico I – Projetos aprovados e implantados de 2004 a 2012 (quantidade x valores)

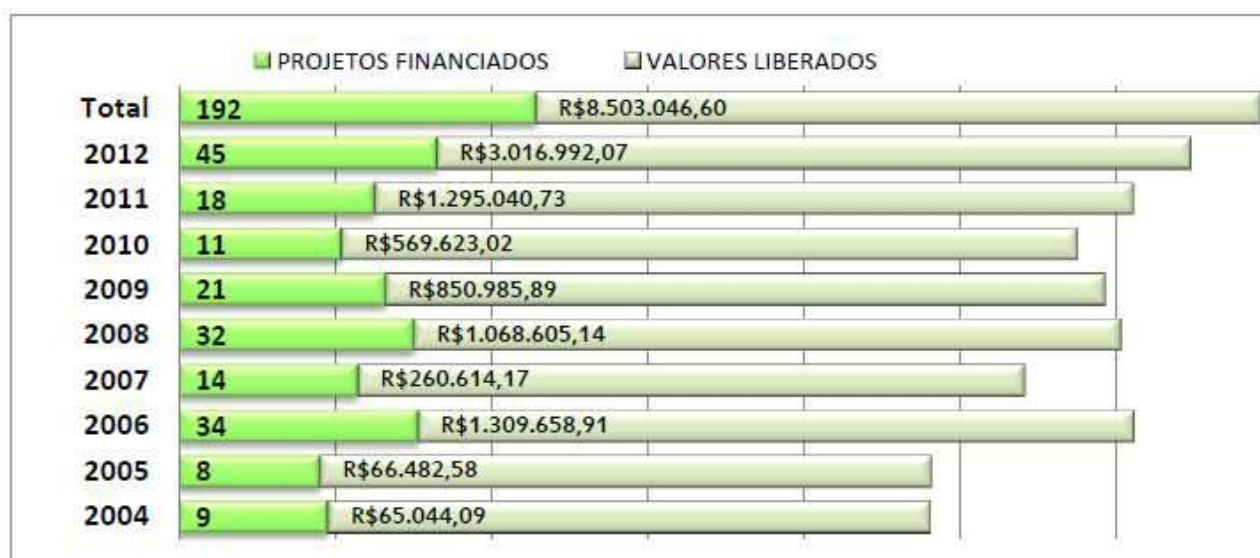
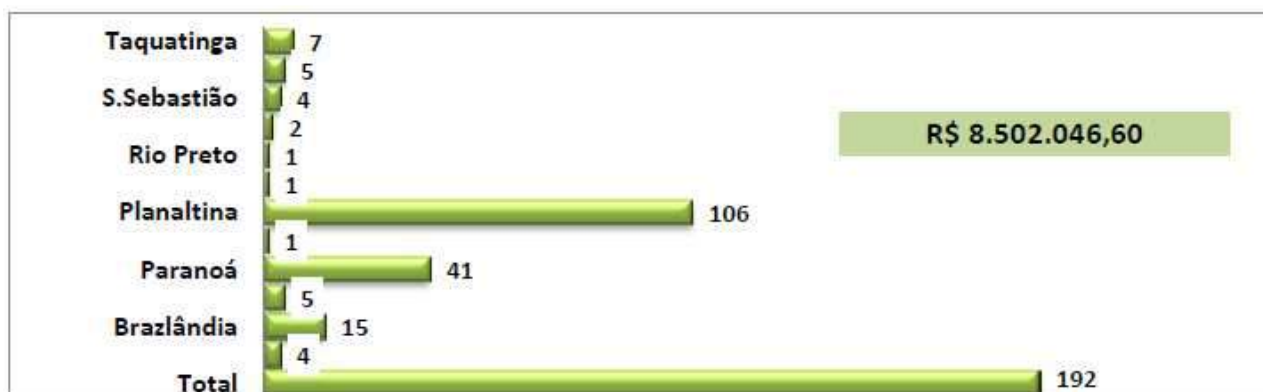


Gráfico II – Projetos aprovados e implantados de 2004 a 2012 (por região)



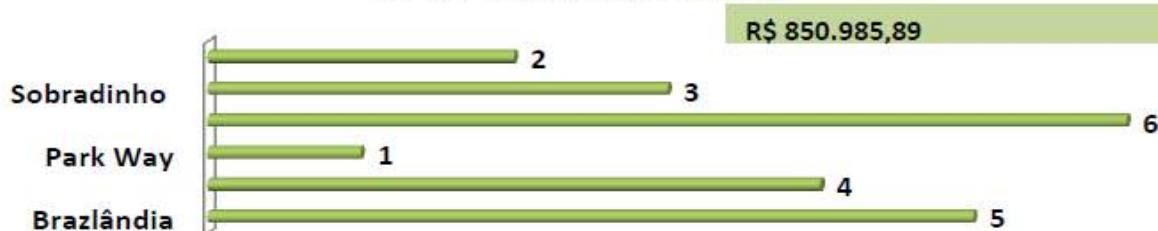
Gráficos III – Projetos aprovados e implantados de 2004 a 2012 (anualmente por região)



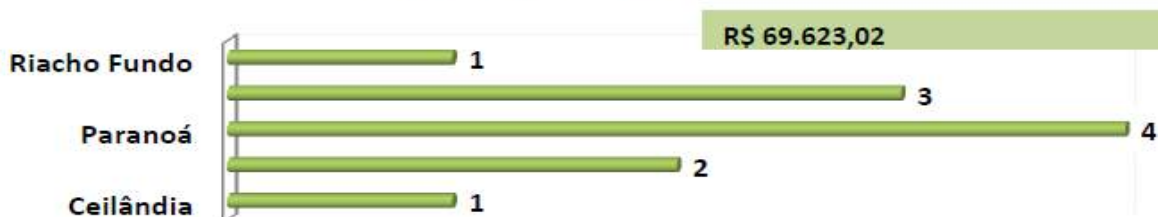
2008 - FDR - Projetos Aprovados e Implantados



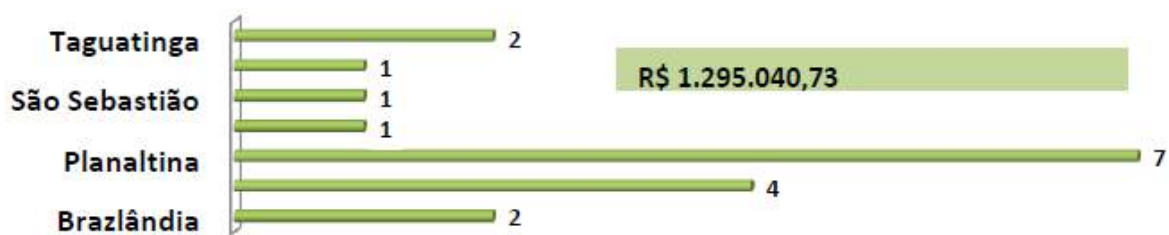
2009 - FDR - Projetos Aprovados e Implantados



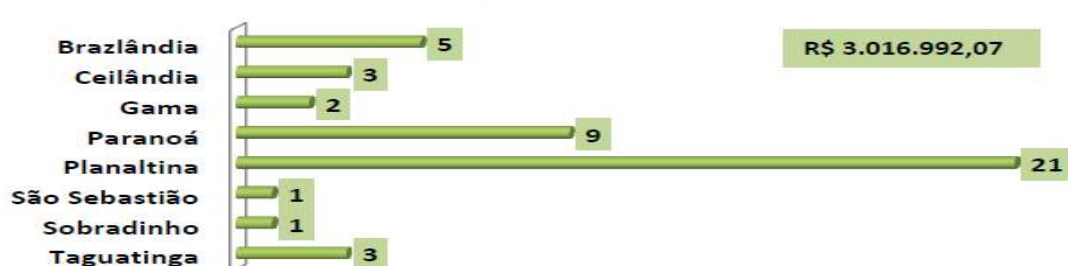
2010 - FDR - Projetos Aprovados e Implantados

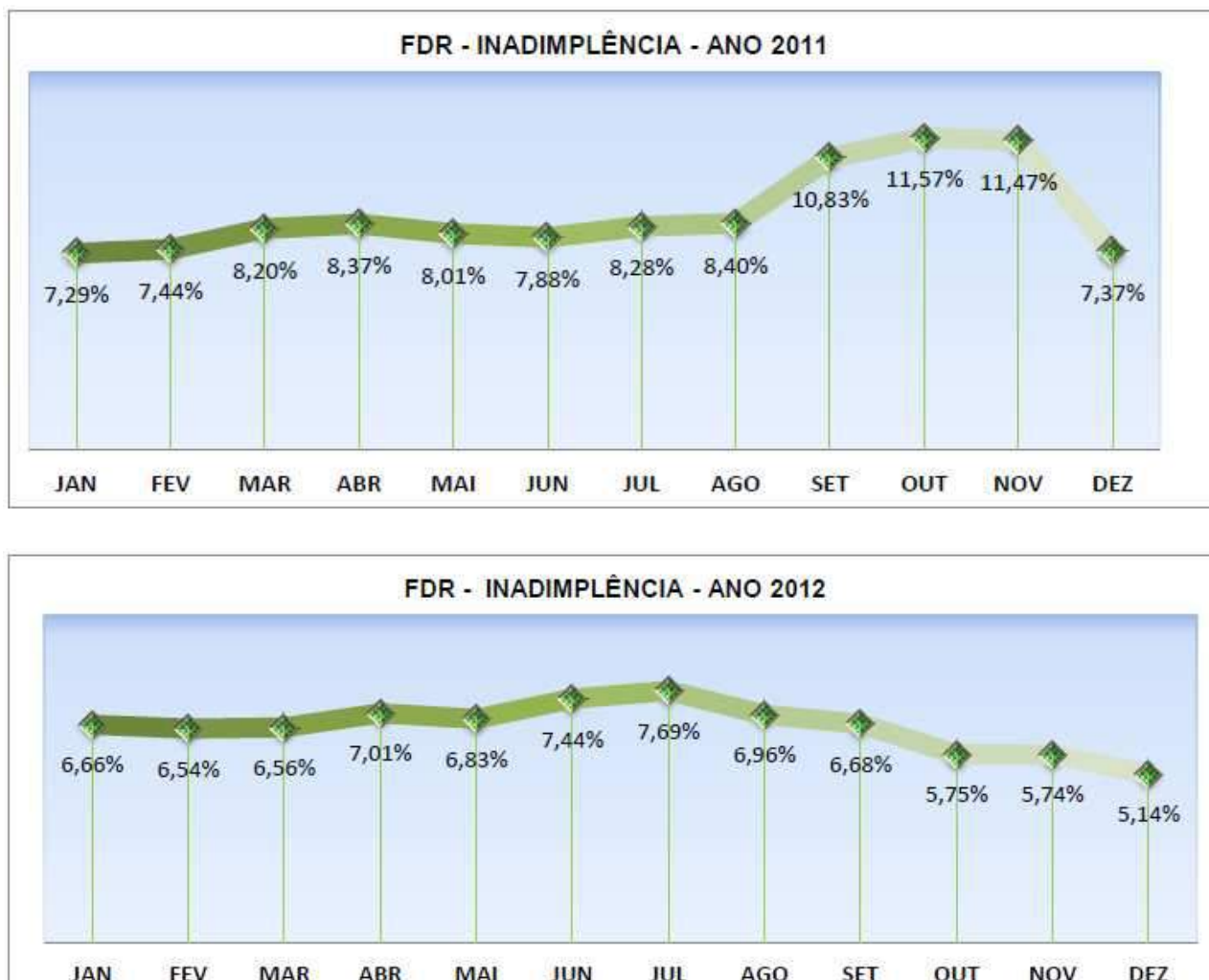


2011 - FDR - Projetos Aprovados e Implantados



2012 - FDR - Projetos Aprovados e Implantados



Gráficos IV – Inadimplências**2. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade**

No triênio (2009/2011), o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal aprovou e financiou em média/ano 13 projetos e R\$ 929.216,20, para produtores rurais do DF.

Para o exercício de 2012, o FDR/DF, projetou metas mais ousadas, visou atender 40 produtores rurais com financiamento de projetos de investimento e custeios, com capacidade de geração de oportunidade de trabalho, emprego, renda, desenvolvimento tecnológico e ambiental, prevendo um total de R\$ 2.485.670,00. Todavia, ao final do exercício obtivemos um resultado acima do esperado, ou seja, 45 Projetos aprovados com financiamentos liberados na ordem de R\$ 3.016.992,07, portanto acima da meta 12% e 21% respectivamente.

No início de 2012, a Secretaria Executiva do FDR/DF, não medindo esforços em divulgar as ações do Fundo, visando cumprir as metas pré-estipuladas, passou a promover palestras em Associações, Cooperativas e em Feiras Agropecuárias, bem como distribuir material informativo.

Neste mesmo diapasão, outras ações tomaram corpo. Em 14 de março de 2012, o FDR/DF editou a Resolução nº 02, regulamentando a utilização de Garantia Real, passando a ser aceito o penhor de tratores agrícolas, micro tratores, equipamentos agrícolas e veículos utilitários, no percentual de até 80% do valor do bem financiado.

Diante desses procedimentos, o FDR/DF, liberou em abril de 2012, os quatro primeiros Projetos, importando no valor total de R\$ 333.832,38.

Outra ação de suma importância para o cumprimento das metas do FDR/DF foi à emissão da Resolução nº 01, de 29 de maio de 2012, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal que culminou na emissão da Portaria Conjunta nº 6, entre o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, datada de 12 de julho de 2012, vindo a instituir a Declaração de

Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, documento que informa sobre as atividades dispensadas de licenciamento pelo órgão ambiental, em função do reduzido potencial poluidor/degradador. Esta ação veio facilitar ao cumprimento da Legislação Ambiental por parte dos Produtores, permitindo assim ao acesso aos recursos do FDR/DF.

Desta forma, ao final de 2012, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER/DF havia encaminhado 82 projetos de viabilidade técnica, econômica e financeira, dos quais 71 formaram processos, sendo que desses, 03 por desistência dos produtores foram arquivados, 08 projetos foram sobrestados por estarem em desacordo com as Normas do FDR/DF, outros 10 projetos se encontram na Secretaria Executiva do FDR/DF em análise, que serão apreciados no início de 2013, pela Câmara Técnica do CPDR e pelo Conselho Administrativo do FDR/DF. Os demais não lograram êxitos por falta de consistência em suas documentações.

Deste montante, foram aprovados 50 projetos de investimentos e custeios agropecuários. foram financiados e pagos 45 projetos, com recursos do FDR/DF na ordem de R\$ 3.016.992,07. Dos 05 projetos restantes, 03 foram empenhados em 2012 e serão liberados no início de 2013, os outros 02 projetos, mesmo aprovados, não foram empenhados no exercício de 2012, porque se encontram com restrições cadastrais.

Vale destacar também as ações implementadas para o controle da inadimplência, mantendo os produtores sempre informados dos vencimentos das suas obrigações para com o FDR/DF e da importância que o Fundo exerce para o desenvolvimento regional. O resultado disto pode ser observado nos Gráficos IV, quando a inadimplência ao final de 2011 figurava em 7,37% e baixou para 5,14% ao término do exercício de 2012.

As dificuldades encontradas referem-se ao cumprimento dos prazos, previstos na Legislação do FDR/DF, para a realização das reuniões da Câmara Técnica do CPDR/DF e do Conselho Administrativo do FDR/DF. Com os prazos estipulados não há possibilidade de liberação de financiamento antes de 45 dias.

Ressaltamos que no final do exercício de 2012, a SEAGRI/DF encaminhou ao Governo do Distrito Federal, com vistas à Câmara Legislativa do DF, Projeto de Lei propondo mudança do objeto do FDR/DF e atualização das normas operacionais. Quando da regulamentação da nova Lei, estudaremos a possibilidade de diminuir os prazos supracitados.

8.5. FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL– FDS – UO: 14. 903

O Fundo Distrital de Sanidade Animal - FDS, administrado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, foi criado pela Lei Complementar nº 763, de 30 de maio de 2008 e regulamentado por meio do Decreto nº 33.785, de 16 de julho de 2012.

Por meio de Portaria o Governador do Distrito Federal, designou os membros para constituição do Conselho de Administração do FDS, conforme publicação no DODF Nº 149, de 27 de julho de 2012, pág. 19.

O Regimento Interno do Conselho de Administração do FDS foi aprovado pelos Conselheiros conforme Resolução nº 01, de 24 de outubro de 2012.

O FDS tem por finalidade:

- I. Indenizar pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário no âmbito do Distrito Federal;
- II. Suplementar recurso para atender ao desenvolvimento de ações ou à execução de serviços relativos à vigilância e à fiscalização em saúde animal e educação sanitária.

Conselho de Administração do FDS

São atribuições do Conselho de Administração do Fundo Distrital de Sanidade Animal, criado pela Lei Complementar nº 763, de 30 de maio de 2008:

- I. .Elaborar seu regimento;
- II. Selecionar e autorizar o pagamento de indenização a que se refere o Art. 2º, inciso I, por proposta da Subsecretaria de Defesa Vigilância Sanitária da SEAGRI/DF;
- III. .Autorizar a liberação de recursos para os fins previstos no Art. 2º, inciso II, mediante solicitação da Secretaria Executiva do FDS;
- IV. Propor medidas ou programas para aperfeiçoamento de atividades de vigilância sanitária e epidemiológica, educação sanitária e comunicações relacionadas ao FDS;
- V. Exercer o controle de utilização dos recursos do FDS;
- VI. Publicar, trimestralmente, no Diário Oficial do Distrito Federal, os valores depositados nas rubricas do FDS;
- VII. Criar comissão e designar os membros para assessoramento em matéria técnico-sanitária.

Beneficiários do - FDS

São beneficiárias do Fundo Distrital de Sanidade Animal – FDS as propriedades que preencherem no mínimo um dos requisitos relacionados a seguir:

- I. Possuírem animais atingidos pela medida definida no Art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 763, de 30 de maio de 2008;
- II. Possuírem animais passíveis de terem tido contato com outros portadores de enfermidades elencadas no Art. 2º, observado o Código Zoossanitário Internacional;
- III. Possuírem animais que estejam sendo criados ou mantidos em locais apropriados e condições adequadas de manejo, nutrição, higiene e profilaxia de doenças e de proteção ao meio ambiente, desde que ofereçam risco sanitário.

1. Realizações

PROGRAMA:

0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e financeira

Ação / Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9110 - Ressarcimentos, indenizações e restituições.	92.007,00	24.575,00	0	0	

Não houve execução. As ações do Fundo Distrital de Sanidade Animal serão executadas quando de ocorrências de surtos de epidemias na região.

9. SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SCS – UO: 15.101

A Secretaria de Estado de Comunicação Social-SECOM, criada pelo Decreto nº 32.716, de 1º/01/2011, com fulcro na Lei 2.299, de 21/01/1999, e estruturada pelo Decreto nº 33.256/2011, tem entre seus objetivos formular, supervisionar, coordenar e executar as ações, projetos e programas no âmbito do Governo do Distrito Federal, abrangendo as áreas de política de comunicação social do Governo do Distrito Federal, das autarquias, agências, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas ao Governo do Distrito Federal, na qualidade de órgão central do sistema de comunicação social do Governo do Distrito Federal, no que concerne a relações públicas, imprensa e atividades de comunicação social.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	01	-	-	-	01
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	05	-	51	-	56
Requisitados Órgãos do GDF	01	-	01	-	02
(+) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	01	01
Total Geral	07	0	52	01	60

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

Atendimento à imprensa

De janeiro a novembro de 2012, a Subsecretaria de Imprensa foi responsável pelo envio de 469 releases para a imprensa local e para as sucursais dos veículos nacionais em Brasília. Esses textos foram produzidos pela assessoria e pela equipe da Agência Brasília. Também foram enviadas 70 notas, com informações pontuais e gerais. De janeiro a novembro de 2012, foram atendidas 3.753 demandas de imprensa – crescimento de 40,29% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram atendidas 2.675 demandas.

Agência Brasília de Notícias

Vinculada à Subsecretaria de Produção de Conteúdo, a Agência Brasília é o grande canal de comunicação institucional do governo e o segundo mais acessado dentre todos os cinco portais do GDF: fica atrás apenas do Portal do Servidor (onde os 200 mil servidores do DF acessam seus contracheques).

De 1º de janeiro a 10 de dezembro de 2012, a Agência Brasília produziu 3.184 matérias e notas, sendo a maioria delas com fotos. A média de publicações é de 11,5 textos por dia, de segunda a sexta-feira. A audiência da Agência é, historicamente, mais alta às segundas-feiras, entre 9h e 10h, quando os jornais e portais de notícias acessam o site em busca de novas informações após o fim de semana. Média de acessos nesse dia da semana: 14.195.

Temas de maior interesse: saúde, convocação de servidores ou aviso de contratações temporárias (professores), Copa do Mundo, obras, habitação, segurança pública e cultura.

O novo Portal da Agência Brasília (www.agenciabrasilia.df.gov.br) entrou no ar em 21 de abril, como parte das celebrações pelos 52 anos de Brasília. Nesse mês, foram produzidas 286 matérias – grande parte, conteúdo especial pelo aniversário da capital.

As matérias divulgadas pela Agência Brasília alcançam grande aproveitamento pelos veículos de comunicação. Elas pautam os jornais (impressos, TVs e rádios) e em grande parte são aproveitadas na íntegra. Como exemplo, podemos citar: o recorde histórico de transplantes de coração realizados no DF, registrado em setembro deste ano, foi matéria de página inteira e chamada de capa no Correio Braziliense e pautou todos os veículos. A matéria da agência sobre a inauguração da UPA de São Sebastião foi reproduzida na íntegra, em página inteira, do Jornal de Brasília, assim como o lançamento do mutirão de cirurgias no DF.

A agência reserva especial espaço à divulgação do trabalho dos secretários de Estado, presidentes/diretores de empresas públicas e administradores regionais.

Semanalmente, são publicadas entrevistas especiais: às quartas-feiras, com os administradores; aos domingos, com secretários ou presidentes/diretores das estatais.

GDF nas redes sociais

Em 2012 houve um amadurecimento dos perfis e contas oficiais do GDF nas redes sociais mais utilizadas no Brasil e no mundo, como Facebook, Twitter, Youtube, Google+, entre outras. Os canais proporcionam maior interação entre governo e população, que pode conhecer diariamente as realizações da gestão.

A equipe da Subsecretaria de Articulação Social e Novas Mídias trabalha em três frentes: a) recebimento de demandas por informações, reclamações e/ou sugestões; b) produção de conteúdo com foco no cidadão, e c) monitoramento dos principais temas tratados nas redes.

O principal foco da produção foi para o Facebook: a rede mais popular. Em janeiro de 2012, 5.346 pessoas curtiram a página do GDF: esse número alcançou 12.722 em dezembro.

Para aumentar o número de acessos nas redes, em 2012 foram produzidas 21 campanhas específicas (de engajamento), como de doação de sangue, divulgação de programação do aniversário de Brasília e carnaval, Bienal do Livro e da Leitura, Festival de Cinema, Sistema Ciclovitário, entre outras.

Também neste ano, a Secom criou os perfis da Copa DF no Twitter e no Facebook. Para os tornarem mais conhecido e popular, foram feitas parcerias com o Ministério dos Esportes na rede (@copagov), além de convidar os usuários que já seguiam os perfis do governo a conhecerem e também seguir o @CopaGov_DF. Realizamos campanhas de divulgação do @CopaGov_DF com os perfis das demais sedes da Copa.

2. Informações complementares

Ações e Produtos

Portal do GDF

Criado para facilitar o acesso do cidadão aos serviços e demais informações relacionadas ao GDF, o novo portal institucional estreou em 21 de abril de 2012, como parte das celebrações pelos 52 anos de Brasília. Com um sistema integrado ao Datacenter do governo, torna-se quase impossível a operação do site por hackers. São 5 sites dentro de um único portal: GDF, Servidor, Cidadão, Empresas e Agência Brasília. Além disso, é totalmente interativo e o cidadão pode fazer o compartilhamento de informações com as principais redes sociais. O portal passará a contar com o sistema de ouvidoria direcionado a cada área do GDF.

Paralelamente à reformulação do Portal do GDF, houve a criação do Comitê de Portais, grupo formado por várias secretarias e coordenado pela Secom, para mudar o leiaute do www.df.gov.br e dos sites de todas as secretarias, administrações regiões e órgãos ligados ao Executivo. A equipe da Secom treinou 50 gerentes de conteúdo das regiões administrativas. A Secom também integra o comitê de banda larga, de tecnologia e informação.

Conversa com o Governador

Em 6 de setembro de 2011 estreou o programa de rádio semanal *Conversa com o Governador*. Desenvolvido pela Secom, ele tem duplo desafio: estreitar o diálogo com a população e prestar contas das ações adotadas pela atual gestão para melhorar a qualidade de vida no DF e conferir excelência aos serviços públicos. O programa é veiculado em parceria com a Secretaria de Cultura, que o transmite pela Rádio Cultura FM (100,9) em quatro edições diárias. Emissoras comerciais e comunitárias também reproduzem o conteúdo gratuitamente. Em 2011, foram veiculados 17 programas inéditos e 3 especiais. Fecharemos 2012 com 52 edições semanais e 2 programas extras.

Momento da Copa

Também sob a responsabilidade da Secom, o Momento da Copa estreou em 15 de junho de 2012, exatamente a 1 ano da Copa das Confederações de 2013, para apresentar à população as transformações pelas quais o DF vem passando para receber os grandes eventos esportivos de 2013 e 2014. O semanal trata dos investimentos que o GDF realiza em todas as áreas, tendo as copas das Confederações e do Mundo como impulsionadoras do desenvolvimento socioeconômico. Graças a parceria com a Secretaria de Cultura, ele também é transmitido pela Rádio Cultura FM em duas edições diárias/semana e disponibilizado a emissoras comerciais e comunitárias gratuitamente. O ano de 2012 fecha com 29 programas veiculados.

#Comunicadf

Em atitude pioneira, o GDF promoveu em 2012 um amplo debate com o 1º Seminário de Comunicação Pública – #ComunicaDF. Por meio dele, a atual gestão estabeleceu um canal de discussão para ouvir jornalistas, blogueiros, comunicólogos e representantes de vários setores da sociedade civil. Isso mostrou que o governo valoriza o setor e quer trabalhar em parceria. O evento foi realizado de 16 a 18 de agosto, sob a coordenação da Secretaria de Comunicação, e contou com a participação de cerca de 400 pessoas, entre profissionais de imprensa, blogueiros, tuiteiros, comunicadores populares, representantes de entidades do setor e integrantes de governos estaduais, federal e do DF. Os 3 dias de debates resultaram na elaboração de 24 propostas (12 foram consideradas prioritárias). São diretrizes para a construção de políticas públicas de comunicação verdadeiramente plurais, inclusivas, participativas e agregadoras.

Conselho de Comunicação

Pela primeira vez uma gestão do GDF teve a coragem de chamar entidades representativas do setor e sociedade civil para debater a instalação de um Conselho de Comunicação no DF. Trata-se de reivindicação antiga do segmento, prevista na Lei Orgânica, mas que foi relegada pelas gestões anteriores. O debate sobre o conselho começou a ser construído nas reuniões preparatórias do #ComunicaDF.

GDF Faz

Boletim on-line, apresenta o balanço periódico das ações de governo, com foco nos órgãos públicos, empresas e autarquias. Proporciona acesso mais fácil às notícias e às informações de utilidade pública. A partir de 2013, a publicação será diária e impressa, veiculada ao Diário Oficial do Distrito Federal.

Sistema Integrado de Ouvidoria

Equipe Secom e Secretaria de Planejamento desenvolveram, finalizaram e entregaram em dezembro o Sistema Integrado de Ouvidoria. A ferramenta engloba formulários para a Lei de Acesso à Informação, tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas, e formulários para denúncias e manifestações. O sistema aguarda apenas homologação da Secretaria de Planejamento para ser vinculado aos sites dos órgãos do GDF.

10. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA – SC – UO: 16.101

A Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (SEC), órgão integrante do GDF, compete basicamente:

- I. Criar, manter, preservar, estimular e apoiar direta e/ou indiretamente bibliotecas, centros de ação cultural, museus, arquivos, teatros, salas de espetáculos e outros afins relacionados à área de cultura;
- II. Formular e executar a política cultural do Distrito federal;
- III. Propiciar acesso à cultura, através da manutenção dos espaços culturais do DF;
- IV. Incentivar a produção cultural do Distrito Federal, por meio do Fundo da Arte e da Cultura;
- V. Incentivar os programas de valorização e profissionalização na área cultural do DF;
- VI. Promover e incentivar festivais, seminários, temporadas e programas de intercâmbio cultural, artístico e científico;
- VII. Promover, apoiar e patrocinar eventos de cunho artístico e cultural da cidade e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno;
- VIII. Programar, coordenar, organizar, executar e fiscalizar anualmente o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, direta ou indiretamente;
- IX. Adquirir, arrendar, manter ou administrar teatros, cinemas, bibliotecas e outros espaços culturais.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		20	03	10	398	431
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		-	-	95	-	95
Requisitados	Órgãos do GDF	04	-	12	38	54
Outros	Estagiários	-	43	-	32	75
	Terceirizados (FUNAP)	-	04	-	02	06
Subtotal (Força de Trabalho)		24	50	22	565	661
(+) Cedidos para outros órgãos		-	16	-	08	24
Total Geral		24	66	117	478	685

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações**PROGRAMA TÊMÁTICO:**

6219 – CULTURA

OBJETIVO GERAL:

Lançar as bases para um novo ciclo de desenvolvimento do Distrito Federal de forma a promover a cultura como direito da cidadania, instrumento de integração social e fator econômico relevante na sociedade do conhecimento, por meio de ações de incentivo a leitura, a preservação do patrimônio cultural e a promoções de atividades culturais.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2478 - Manutenção da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro	450.000	747.934	747.730	747.730	-
0002 - Manutenção da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro--Distrito Federal	450.000	747.934	747.730	747.730	30
3174 -Brasília Capital Criativa	0	1.015.260	0	0	-
3178 -Reforma de Edificações e Espaços Culturais do Patrimônio Histórico	2.200.00	538.445	455.051	202.834	-
0004 - Reforma de Edificações e Espaços Culturais do Patrimônio Histórico--Distrito Federal	400.000	400.000	377.808	202.834	17
3678 -Realização de Eventos	14.970.000	28.136.621	26.545.019	25.164.285	-
0041 - Realização de Eventos-Culturais-Distrito Federal	500.000	3.077.932	1.824.253	1.347.160	8
0104 - Realização de Eventos-Festival de Brasília do Cinema Brasileiro-Distrito Federal	500.000	1.547.921	1.547.920	1.483.478	31
0105 - Realização de Eventos-Bienal do Livro e da Leitura-Distrito Federal	700.000	10.605.123	10.597.929	10.555.493	32/177/178
2321 - Realização do Projeto Todos Radicalizando Contra o Crack"	100.000	100.000	100.000	100.000	36
2324 - Realização do Projeto Brasília Capital Cultural	200.000	200.000	200.000	200.000	39

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2327 - Apoio e Promoção de Atividades Culturais na RAS do Df	350.000	450.000	450.000	350.000	42
2328 - Realização de Eventos Culturais no Distrito Federal	800.000	878.000	876.125	876.125	43
2329 - Promoção de Eventos Culturais a Serem Realizados em Todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal	1.500.000	1.500.000	1.477.276	1.474.776	44
2331 - Apoio as Atividades Culturais em todas as Cidades	1.500.000	1.163.742	1.163.610	1.163.610	46
2334 - Apoio as Atividades da Secretaria de Cultura	3.310.000	1.209.679	1.284.180	996.386	49
2335 - 2º Festival de Ópera de Brasília	610.000	610.000	610.000	610.000	50
2336 - Realização de Eventos - Festival Internacional de Bonecos	250.000	250.000	250.000	250.000	51
2661 - Apoio a Realização da Festa do Interior - um Arraiá de Alegria"	80.000	80.000	80.000	80.000	52
2664 - Apoio a Eventos da Cultura da Diversidade LGBT do Gama	90.000	90.000	90.000	90.000	55
2667 - Apoio a Realização da 7ª Parada Cultural da Diversidade LGBT de Taguatinga"	50.000	50.000	50.000	50.000	57
2668 - Apoio a Realização da Feira Cultural e Ação Cidadã" na QNL em Taguatinga"	30.000	30.000	30.000	30.000	58
2670 - Realização da Festa do Boi de seu Teodoro	100.000	100.000	100.000	100.000	60
2671 - Realização da Festa do Divino Espírito Santo em Planaltina	200.000	100.000	100.000	100.000	61
2672 - Realização da Via Sacra ao Vivo de Planaltina	300.000	300.000	300.000	300.000	62
2673 - Realização da Grande Cruzada Evangelística de Planaltina	150.000	150.000	149.000	149.000	63
2676 - Apoio a Realização da Feira Cultural e Ação Cidadã" em Ceilândia"	90.000	240.000	240.000	238.800	66
2678 - Apoio ao Festival Cantar Ceilândia	150.000	119.000	119.000	119.000	68
2679 - Apoio a Realização do Projeto Festa da Paz"	70.000	90.000	90.000	90.000	69
2680 - Apoio Realização do 2º Festival Contra as Drogas" em Samambaia"	70.000	69.000	69.000	69.000	70
2682 - Apoio ao Evento Encontro de Equipes de Som"	60.000	60.000	60.000	60.000	72
2683 - Apoio a Realização da Feira Cultural e Ação Cidadã" em Santa Maria"	50.000	50.000	50.000	50.000	73
2688 - Realização do Evento Sacode Águas Claras	100.000	100.000	100.000	100.000	78
2689 - Apoio a Realização da Feira Cultural e Ação Cidadã" na Estrutural"	30.000	30.000	30.000	30.000	79
2693 - Realização de Eventos-Apoio a Via Sacra-Planaltina-DF	0	100.000	100.000	100.000	80
2694 - Realização de Eventos-Apoio a Eventos Culturais - Via Sacra - Planaltina- Planaltina	0	300.000	300.000	299.993	81
2707 - Realização de Eventos-Apoio a Realização de Eventos Desenvolvidos Pela B- Ceilândia	0	100.000	98.000	98.000	181
2708 - Realização de Eventos-Apoio a Realização do Festival Puroritmo-Distrito Federal	0	150.000	150.000	150.000	182
2709 - Realização de Eventos-Apoio a Realização do Projeto "Brasília Capital Se-Distrito Federal	0	300.000	300.000	300.000	179
2710 - Realização de Eventos-Apoio a Realização do Projeto "Frutos da Terra"-Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	183
2713 - Realização de Eventos-Apoio a Realização da Feicotur em Sobradinho- Sobradinho	0	32.500	32.500	32.500	191
2724 - Realização de Eventos-Promoção de Atividades Culturais- Brasília	0	48.000	48.000	48.000	218
2743 - Realização de Eventos-Apoio a Realização do Projeto "Açougue Cultural T-Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	193
2744 - Realização de Eventos-Apoio a Realização do Festival Porão do Rock-Distrito Federal	0	150.000	150.000	150.000	194
2745 - Realização de Eventos-Realização do Projeto Rap Hour - nas Escolas- Planaltina	0	150.000	149.982	0	219
2746 - Realização de Eventos-Apoio ao I Festival Internacional de Cinema de Bra-Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	189
2747- Realização de Eventos – Apoio ao Projeto de Viola	0	29.000	29.000	29.000	255
2754 - Realização de Eventos-Apoio a Realização do Projeto 'Maratona do Cinema-Distrito Federal	0	500.000	500.000	500.000	196
2765 - Realização de Eventos-Projeto "Caravanas da Igualdade"-Distrito Federal	0	30.000	30.000	30.000	198
2768 - Realização de Eventos-Apoio as Atividades Culturais em Todas as Cidades-Distrito Federal	0	140.000	140.000	140.000	215
2769 - Realização de Eventos-Projeto Amor em Ação- Associação Comunitária Educat- Paranoá	0	60.000	60.000	60.000	199

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2771 - Realização de Eventos-Promoção de Atividades Culturais no DF-Distrito Federal	0	117.000	117.000	117.000	200
2772 - Realização de Eventos-Apoio a Atividades Culturais em Todas as Cidades-Distrito Federal	0	150.000	150.000	150.000	201
2775 - Realização de Eventos-Apoio a Realização de Projetos Sociais e Culturais-Distrito Federal	0	170.000	170.000	170.000	202
2777 - Realização de Eventos-Apoio ao Evento Celebrar Brasília-Distrito Federal	0	150.000	150.000	150.000	203
2782 - Realização de Eventos-Apoio a Realização do II Festival de Música Candango Cantador-Distrito Federal	0	200.000	200.000	200.000	221
2791 - Realização de Eventos-Promoção de Evento Cultural-Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	223
2792 - Realização de Eventos-Apoio ao Projeto "Festival de Estilos" Cultura e Diversidade-Distrito Federal	0	30.000	30.000	30.000	224
2793 - Realização de Eventos-Apoio as Atividades do IGPAS-Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	225
2794 - Realização de Eventos-Realização de Evento da AGAP-Distrito Federal	0	128.000	128.000	113.000	226
2795 - Realização de Eventos-Apoio Financeiro na Realização de Evento do Grupo Josac-Distrito Federal	0	40.000	40.000	0	227
2796 - Realização de Eventos-Apoio as Atividades do CIEC de Planaltina- Planaltina	0	80.000	80.000	80.000	228
2798 - Realização de Eventos-Realização da FAGAMA-Distrito Federal	0	218.725	218.249	214.962	229
2802 - Realização de Eventos-Apoio a Eventos Culturais-Distrito Federal	0	127.000	127.000	112.000	230
2805 - Realização de Eventos-Apoio À Realização do Espetáculo "O Quebra Nozes" - Ostncs-Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	231
2806 - Realização de Eventos-Apoio a Realização do Projeto Samba Social-Distrito Federal	0	80.000	80.000	45.000	232
2807- Realização de Eventos-Apoio a Realização do Projeto Amor em Ação -Distrito Federal	0	50.000	47.000	0	258
2808 - Realização de Eventos-Apoio as Atividades da ARUC-Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	233
2812 - Realização de Eventos-Apoio a Cia Bagagem de Teatro	0	100.000	100.000	0	259
2822 - Realizaçãode Eventos-Apoio a Realização do Espetáculo O Quebra Nozes	0	100.000	100.000	82.000	256
4089 -Capacitação de Pessoas	1.410.000	761.517	761.432	692.432	
2399 - Apoio as Atividades da Cia Articum	150.000	140.517	140.516	140.516	82
2400 - Apoio as Atividades Desenvolvidas Pelo ICEP Brasil (Instituto Cultural e Profissional de Pessoas com Deficiência)	300.000	300.000	300.000	300.000	83
2403 - Apoio a Formação de Educadores Populares	60.000	60.000	59.916	59.916	85
2405 - Apoio ao IC-BSB Instituto Cultural Black Spin Breakers	100.000	100.000	100.000	100.000	87
2418 - Capacitação de Pessoas-Apoio a Prefeitura Comunitária do Bosque- São Sebastião	0	161.000	161.000	92.000	234
4090 -Apoio a Eventos	24.570.000	33.004.685	32.775.223	30.761.394	
0040 - Apoio a Eventos-Culturais-Distrito Federal	1.750.000	2.189.552	2.189.105	2.141.655	9
0068 - Apoio a Eventos-Carnaval-Distrito Federal	500.000	10.579.827	10.579.653	10.579.653	10
2131-Encontro Nacional de Motos do Bptran-A Copa Começa Aqui	300.000	300.000	300.000	300.000	171
2132 - Apoio a Realização da Via Sacra de Taguatinga	200.000	80.000	80.000	80.000	90
2133 - ApoioaA Realização do 12º Encontro de Violeiros de Brazlândia	125.000	125.000	125.000	125.000	91
2134 - Apoio as Atividades Artísticas e de Cultura Popular Vinculadas ao Centro de Tradições Populares	200.000	200.000	200.000	200.000	11
2137 - Realização de Eventos - Show na Praça da Quadra 25 do Paranoá	30.000	30.000	30.000	30.000	94
2138 - Realização de Eventos - Apoio as Atividades Culturais do Grapi	30.000	30.000	30.000	30.000	95
2139 - Realização de Eventos - Apoio as Atividades Culturais da ASFEJUPI	30.000	30.000	30.000	30.000	96
2140 - Realização de Eventos – Comemoração do 15º Aniversário da Quadriha Triscou Queimou""	30.000	30.000	30.000	30.000	97
2142 - Apoio a Realização do Evento Cowboy Solidário em Ceilândia	100.000	95.000	95.000	95.000	99
2143 - Apoio a Realização do Evento Arraiá da Feira do Produtor de Ceilândia	200.000	200.000	200.000	200.000	100
2145 - Apoio a Realização do Evento Ceilândia Metallic Street Dance	250.000	250.000	250.000	250.000	102

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2147 - Apoio a Realização das Festas de Aniversário do Setor ?P? Norte, da Expansão do Setor ?O?, do Setor QNQ e do Condomínio Privê	250.000	250.000	250.000	250.000	104
2150 - Apoio a Realização do Evento Denominado Revelando o Crack em Ceilândia	200.000	200.000	200.000	200.000	107
2157 - Apoio ao Projeto Domingo na Família	120.000	120.000	120.000	120.000	172
2161 - Apoio as Atividades de Fomento a Cultura nas RAS do DF	2.000.000	2.000.000	1.982.943	1.982.943	115
2162 - Incentivo ao Evento Cultural Beneficente - CIBER	250.000	240.000	240.000	240.000	116
2166 - Apoio Financeiro a Realização do Projeto Lanterna Mágica	3.000.000	850.000	849.999	849.999	117
2167 - Apoio Financeiro a Realização do Festival Musical de Brasília	3.000.000	2.175.000	2.174.999	2.174.999	118
2168 - Apoio a Realização de Eventos no Âmbito do DF	500.000	290.000	290.000	290.000	119
2172 - Apoio a Realização do Evento Rádio Feira Show - Cultura Popular nas Feiras do Distrito Federal	400.000	376.000	376.000	376.000	122
2176 - Realização de Eventos - 1º Festival de Pagode Pérola Negra	50.000	50.000	50.000	50.000	126
2177 - Realização de Eventos - Celebrar Brasília 2012	50.000	47.000	47.000	47.000	127
2178 - Apoio a Realização do Evento 1ª Bienal do Livro	800.000	800.000	800.000	800.000	128
2179 - Apoio a Realização do Evento Porão do Rock	400.000	400.000	400.000	400.000	129
2182 - Apoio para o Congresso Geral da UMADEB	250.000	250.000	249.768	249.768	132
2183 - Apoio a Realização do Evento Denominado Vaquejada JC	200.000	200.000	200.000	200.000	133
2186 - Som de Todos os Cantos	150.000	150.000	148.745	148.745	136
2187 - Festa Candanga por Ser Candango	100.000	100.000	99.843	99.843	137
2188 - Pra Ficar de Boa	200.000	200.000	200.000	200.000	138
2189 - FEMUBRA - Hip Hop Contra o Crack	200.000	200.000	200.000	200.000	139
2190 - Apoio ao Projeto Talentos de Brasília - Um Caminhão de Cultura	120.000	112.000	112.000	112.000	140
2191 - Celebrar Brasília - Capital da Copa	150.000	149.000	149.000	149.000	141
2192 - Repensando nas Escolas	150.000	150.000	150.000	120.000	142
2193 - I Festival de Música de Brasília	150.000	150.000	148.922	148.922	143
2194 - Apoio a Eventos Culturais no Distrito Federal 2012	390.000	230.000	230.000	230.000	144
2195 - Apoio a Comemorações do Dia do Evangélico	2.300.000	1.052.655	1.052.655	408.000	145
2196 - Apoio a Atividades Culturais Voltadas a Cultura de Matriz Africana, Indígena e Cigana	300.000	297.250	297.250	64.000	146
2198 - Apoio as Atividades da Cultura Popular	300.000	298.000	297.932	297.932	12
2485 - Apoio a Eventos-Apoio ao Evento Via Sacra ao Vivo Planaltina 2012- Planaltina	0	100.000	100.000	100.000	148
2509 - Apoio a Eventos-Apoio ao Projeto-Comemoração do Dia Nacional da Co-Distrito Federal	0	300.000	300.000	300.000	235
2515 - Apoio a Eventos-Apoio a Realização do Evento Caravanas da Igualda- Ceilândia	0	150.000	150.000	150.000	204
2516 - Apoio a Eventos-Apoio a Realização da Semana da África na Praça- Plano Piloto	0	150.000	150.000	0	205
2517 - Apoio a Eventos-Apoio a Realização de Diversos Eventos Culturais-Distrito Federal	0	212.500	212.500	212.500	186
2519 - Apoio a Eventos-Apoio ao Projeto Cultural 100 Anos de Nelson Rodri-Distrito Federal	0	500.000	500.000	500.000	206
2535 - Apoio a Eventos-Apoio ao Evento 9- Domingão de São Vicente- Ceilândia	0	115.000	115.000	115.000	236
2536 - Apoio a Eventos-Apoio a Promoção de Atividades Culturais-Distrito Federal	0	250.000	250.000	250.000	207
2539 - Apoio a Eventos-Apoio a Realização do Evento Denominado Intinerância Forrozeira.	0	90.000	90.000	0	260
2541 - Apoio a Eventos-Apoio a Atividades Evangélicas-Distrito Federal	0	400.000	400.000	150.000	208
2542 - Apoio a Eventos-Realização de Projetos Culturais e Sociais nas RA-Distrito Federal	0	198.900	198.900	191.000	237
2548 - Apoio a Eventos-Realização de Eventos Socioculturais no DF-Distrito Federal	0	200.000	200.000	200.000	209
2567 - Apoio a Eventos-Realização do Evento Cantoria nas Escolas- Ceilândia	0	100.000	100.000	100.000	239
2569 - Apoio a Eventos-Apoio a Marcha Para Jesus-Distrito Federal	0	150.000	150.000	150.000	210
2570 - Apoio a Eventos-Atividades Culturais nas Administrações Regionais-Distrito Federal	0	170.000	170.000	161.392	211
2572 - Apoio a Eventos-Diversos Eventos e Atividades Culturais no DF-Distrito Federal	0	2.500.000	2.489.617	2.114.043	212
2573 - Apoio a Eventos-Apoio ao Projeto "Tocando Arte	0	350.000	350.000	350.000	240

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
nas Escolas"-Distrito Federal					
2574 – Apoio a Eventos-Realização de Projetos Culturais e Sociais nas R.A-Distrito Federal	0	426.000	426.000	426.000	241
2575 - Apoio a Eventos-Apoio a Realização do Festival de Bonecos-Distrito Federal	0	330.000	330.000	330.000	242
2576 - Apoio a Eventos-Apoio ao Projeto "Formatura Social"-Distrito Federal	0	50.000	50.000	0	243
2584 - Apoio a Eventos-Apoio ao Projeto Cultural 100 Anos de Nelson Rodrigues-Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	245
2588 - Apoio a Eventos-Apoio a Realização de Projetos Culturais nas RAS do DF-Distrito Federal	0	60.000	60.000	60.000	246
2593 - Apoio a Eventos-Apoio ao Projeto de Matriz Africana da Federação de Umbanda e Candomblé-Distrito Federal	0	30.000	30.000	30.000	247
2594 - Apoio a Eventos-Apoio ao Projeto "Festival de Bandas"-Distrito Federal	0	70.000	70.000	70.000	248
2601 - Apoio a Eventos-Apoio a Realização do Elefante Festival de Música	0	100.000	100.000	100.000	257
2605 - Apoio a Eventos-Dança e Arte-Distrito Federal	0	116.000	116.000	101.000	249
2615 - Apoio a Eventos-Atividades Culturais Alusivas ao Natal no DF.	0	120.000	120.000	0	261
4091 -Apoio a Projetos	1.940.000	770.000	769.000	468.000	
2232 - Apoio a Projetos de Produção e Distribuição de Curtas e Longas Metragens - Cinema -Distrito Federal	400.000	350.000	349.000	48.000	155
2235 - Apoio ao Projeto Cia Nós no Bambú	90.000	90.000	90.000	90.000	158
2255 - Apoio a Projetos-Apoio a Realização do "Projeto Obará"-Distrito Federal	0	200.000	200.000	200.000	214
2266 - Apoio a Projetos-Apoio a Realização e ao Fomento de Eventos Culturais do Distrito Federal-Distrito Federal	0	130.000	130.000	130.000	251
5928 -Implantação de Bibliotecas Públicas	200.000	0	0	0	
6059 -Manutenção da Rede de Bibliotecas Públicas	1.460.000	653.997	567.095	153.995	
8772 - Manutenção da Rede de Bibliotecas Públicas-- Distrito Federal	260.000	153.997	153.995	153.995	161
8776 - Manutenção da Rede de Bibliotecas Públicas-Aquisição de Acervo Bibliográfico para as Bibliotecas Públicas do DF-Distrito Federal	0	500.000	413.100	0	262
9104 -Apoio Financeiro a Eventos	1.230.000	255.000	255.000	253.000	
2305 - Apoio as Atividades Culturais da Casa do Cantador	200.000	255.000	255.000	253.000	162
9105 -Apoio Financeiro a Projetos	1.600.000	1.330.000	790.000	709.000	
2311 - Apoio a Realização do Projeto Diálogos Contemporâneos"	500.000	500.000	500.000	500.000	166
2315 - Apoio Financeiro a Projetos-Apoio a Realização do Projeto Sociocultural Brazto-Distrito Federal	0	140.000	140.000	95.000	188
2319 - Apoio Financeiro a Projetos-Apoio ao Projeto Estudantil "Tocando Arte nas Escolas"-Distrito Federal	0	150.000	150.000	114.000	253
9112 -Apoio Financeiro ao Memorial JK	1.100.000	2.100.000	2.100.000	2.100.000	
0001 - Apoio Financeiro ao Memorial JK--Distrito Federal	800.000	1.700.000	1.700.000	1.700.000	07
2318 - Incentivo a Sociedade Civil Memorial JK	100.000	100.000	100.000	100.000	20
2319 - Manutenção e Conservação do Memorial JK	200.000	200.000	200.000	200.000	15
2322 - Apoio Financeiro ao Memorial JK-Manutenção e Conservação do Memorial JK-Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	197

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Promover a estruturação da política do livro e da leitura, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural da população do Distrito Federal e a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE, através de ações de formação, estruturação de bibliotecas, ampliação da mala do livro e apoio a cadeia produtiva do livro.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Bibliotecas instaladas	Unidade	-	Anual	31/05/2011	5	5	5	5	CPLL
Bibliotecas públicas modernizadas	Unidade	-	Anual	31/05/2011	5	5	5	5	CPLL
Pontos de Leitura instalados	Unidade	-	Anual	31/05/2011	10	10	10	10	CPLL
Edição de livros em formatos especiais (Braille, áudio-livro e e-book) título - ano	Unidade	-	Anual	31/05/2011	10	20	30	40	CPLL
Agentes da Mala do Livro capacitados e qualificados	Unidade	-	Anual	31/05/2011	500	500	500	500	CPLL
Bibliotecários e auxiliares capacitados e qualificados em mediação de leitura	Unidade	-	Anual	31/05/2011	20	40	60	80	CPLL
Atividades, ações e projetos sociais de leitura apoiados	Unidade	-	Anual	31/05/2011	10	10	10	10	CPLL
Prêmio para reconhecimento às ações de incentivo às práticas sociais de leitura no Distrito Federal	Unidade	-	Anual	31/05/2011	1	1	1	1	CPLL

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – Promover a manutenção, preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Distrito Federal, por meio de ações de restauração, educação patrimonial e memória, revitalizando os espaços culturais existentes e construindo novos.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Quantidade de patrimônio reformado	%	20	Anual	31/05/2011	30	40	70	80	SUPHAC
Acervo digitalizado e restaurado	%	10	Anual	31/05/2011	30	60	70	80	SUPHAC
Quantidade de Áreas de Memória criadas	Unidade	-	Semestral	31/05/2011	10	15	20	30	SUPHAC
Quantidade de museus integrado ao sistema criado.	Unidade	-	Semestral	31/05/2011	10	30	40	66	SUPHAC
Quantidade de espaços culturais construídos	Unidade	-	Anual	31/05/2011	1	05	05	5	SUPHAC

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 - Promover e difundir a produção cultural no Distrito Federal das diferentes expressões locais, oriundas das diversas regiões brasileiras e das expressões culturais do mundo.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Quantidade de atividades de valorização da cultura brasileira apoiadas	Unidade	07	Anual	30/06/2011	8	8	8	8	SME
Quantidade de ações integradas com vistas à copa do mundo de 2014	Unidade	01	Anual	30/06/2011	5	5	5	-	SME
Quantidade de Festivais Artísticos/Culturais apoiados	Unidade	05	Anual	30/06/2011	8	8	8	8	SME
Quantidade de Atividades Culturais Prioritárias do GDF realizadas	Unidade	08	Anual	30/06/2011	10	10	10	10	SME
Quantidade de Atividades Locais organizadas pelas RAs, apoiadas	Unidade	07	Anual	30/06/2011	45	45	45	45	SME
Quantidade Eventos Artístico-Religiosos apoiados	Unidade	05	Anual	30/06/2011	6	6	6	6	SME
Quantidade de ações de Intercâmbio Cultural apoiados	Unidade	02	Anual	30/06/2011	40	40	40	40	SME

No exercício 2012, a Secretaria de Estado de Cultura do DF realizou as (os) seguintes atividades e eventos:

– 1º Festival Internacional de Artes - Festiarte, no período de 04 de janeiro a 12 de fevereiro de 2012. O evento tem por objetivo proporcionar o acesso à cultura nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal com uma programação diferenciada, com *shows* musicais, mostras de cinema, teatro, dança, exposições, oficinas e apresentações de circo. O público estimado durante todo o festival foi em torno de, aproximadamente, 100.000 pessoas e atingiu o objetivo desejado pela Unidade;

– 34ª CIVEBRA – Curso de Verão da Escola de Música de Brasília, no período de 17 a 19/01/2012 que, em parceria com o GDF – Secretaria de Cultura, tem por objetivo promover encontros entre alunos e professores de vários estados brasileiros e de outros países, numa mistura de sons, sotaques e culturas, além de apreciadores dessa arte. O público participante neste exercício foi de, aproximadamente 1.200 pessoas, atingindo o objetivo desejado;

– Ano de Valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, com o objetivo de comemorar os 25 anos da capital como Patrimônio Cultural da Humanidade, título concedido pela UNESCO, em 07/12/1987. O evento foi realizado em 07/03/2012, com a promoção de uma série de ações de preservação e valorização da cidade: conclusão da reforma de monumentos como o Panteão da Pátria, concluída em 2012, realização de seminários nacionais e internacionais sobre a valorização e proteção de Brasília, e a realização de ações de educação patrimonial, atividades educativas sobre o tema em escolas e universidades, com o intuito de levar os estudantes a compreenderem a importância do título da Unesco para Brasília;

– Temporada de Palhaças no Mês da Mulher – TPM, em Sobradinho, em março de 2012, em comemoração ao mês da mulher. O objetivo da atividade é valorizar trabalhos feitos sob a ótica feminina, e acontece justamente em março, com o apoio desta Secretaria, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher com o intuito de lembrar a luta delas por mais espaço e isonomia nas questões profissionais e sociais. O público estimado no evento foi de 3.000 pessoas e atingiu o objetivo desejado;

– Intinerância Forrozeira, na Casa do Cantador, na Ceilândia, realizada no dia 25/03/2012. O evento é um projeto da ASSFORRODF – Associação dos Forrozeiros do DF, apoiado pela Secretaria de

Cultura em prol dos artistas deste ritmo do DF. O público estimado foi de, aproximadamente, 4.000 pessoas e atingiu o objetivo desejado;

- Semana Santa em Planaltina, no período de 31/03 a 08/04/2012, em comemoração à Semana Santa, evento já conhecido e bastante popular do Distrito Federal, simbolizando a passagem do Cristo. O público estimado foi de 50.000 pessoas, atingindo o objetivo desejado;

- XV Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres, no período de 08 a 12/04/2012, no Centro de Convenções, com o tema voltado para a crise capitalista e seus impactos nas mulheres, além de abordagens à igualdade, desenvolvimento e paz para as mulheres. O público estimado foi de 1.200 pessoas, atingindo o objetivo esperado;

- V Feira e Encontro Cultural da Pamonha da Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno, no período de 13 a 15/04/2013, na Chapadinha, em Sobradinho. É um evento tradicional no Distrito Federal, que conta com o apoio desta Secretaria de Cultura com apresentação de shows, cavalgada, passeios turísticos, brinquedos para as crianças, degustação de pamonhas, além de feiras de produtos orgânicos e concurso de beleza Miss Feira e Encontro Cultural da Pamonha com premiações. O público estimado para o evento foi de 1.500 pessoas, atingindo o objetivo desejado;

- 1ª Bienal do Livro e da Leitura, no período de 14 a 23/04/2012, em frente ao Complexo Cultural da República, com o objetivo de levar à população de Brasília o gosto pela leitura, principalmente para o público infantil e infanto-juvenil; o evento coincidiu com o aniversário de Brasília, cujas comemorações se juntaram. O público estimado foi de, aproximadamente, 30.000 pessoas durante todo o evento, atingindo o objetivo desejado pela Secretaria;

- Carnaval 2012, no Ceilambódromo, na Ceilândia, com a apresentação dos desfiles das escolas de samba de Brasília, além da apresentação das bandas locais, desde o eixão sul até o Gran Folia onde a festa continua; na Baratinha, que representa o carnaval direcionada às crianças do DF e é realizado todo ano no estacionamento do parque Ana Lúcia; e Baratoná no eixão norte. O público estimado desse evento foi de, aproximadamente, 500.000 pessoas, atingindo o objetivo esperado;

- Feira Cultural e Ação Cidadã na Estrutural, em 05/05/2012, comemorando o aniversário da cidade. O evento tem por objetivo promover a inclusão social e mostrar o trabalho feito nas comunidades. O público estimado foi de 1.500 pessoas;

- 5ª Edição do Festival de Filmes Curtíssimos, no período de 10 a 15/05/2012, com público estimado de 6.000 pessoas, atingindo o objetivo;

- Samba na Terra – Sobradinho Cidade Serrana, no dia 11/05/2012, apoiado por esta Secretaria, com a apresentação e divulgação do samba no DF, com público estimado de 4.000 pessoas, e atingindo o seu objetivo;

- Sacode Águas Claras, no dia 12/05/2012, com público de 1.200 pessoas;

- Ação Cidadã e Feira Cultural, em Taguatinga, no dia 20/05/2012, com o objetivo de trazer as empresas parceiras para promover a inclusão social; além de apresentações culturais há também a mostra de trabalhos realizados nas comunidades promovendo a cultura. O evento teve um público estimado de 2.000 pessoas e atingiu seu objetivo;

- III Festival Regional de Repentistas do DF e Entorno, no período de 25 a 26/05/2012, na Casa do Cantador, na Ceilândia, com público de 2.500 pessoas, aproximadamente, atingindo o objetivo;

- Aniversário do Guarã, com apresentação do Circo Chronos, no Cave, nos dias 25 a 27/05/2012, com público estimado de 15.000 pessoas;

- Folia do Divino, nos dias 26 e 27/05/2012, em Planaltina, em comemoração à festa do Divino Espírito Santo, com público estimado de 6.000 pessoas, atingindo seu objetivo;

- 2º Festival de Ópera de Brasília, no período de maio a junho de 2012, em todo o Distrito Federal, com a contratação de solistas, regentes e outros artistas para participarem das apresentações, inclusive da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, levando a música lírica a todo o público da capital. O público estimado foi de 30.000 pessoas durante todo o evento, atingindo o objetivo desejado;

- Ação Cidade Cidadã e Feira Cultural em Santa Maria, no dia 02/06/2012, com público estimado de 1.200 pessoas;

- Festa Junina na Ceilândia, no período de 15 a 17/06/2012, com público estimado de 4.000 pessoas;

- Feira Cultural e ação Cidadã na Ceilândia, dias 23 e 24/06/2012, na Casa do Cantador, na Ceilândia, com público estimado de 2.500 pessoas, atingindo o objetivo;

- São João do Boi de Seu Teodoro, no período de 23 e 24/06/2012, em Sobradinho, em comemoração às festas juninas do DF e à tradicional festa do Boi de Seu Teodoro, com público estimado de 5.000 pessoas, atingindo seu objetivo;
- Festa do Interior – Um Arraiá de Alegria, no período de 06 a 08/07/2012, na Vila Planalto, em comemoração às festas juninas do DF. O público foi de, aproximadamente, 3.000 pessoas durante todo o evento;
- 11º Arraiá da Feira da Guariroba, na Ceilândia, comemorando as festas juninas tradicionais do DF, com o apoio desta Secretaria, no período de 13 a 15/07/2012, com público estimado de 4.000 pessoas, atingindo o objetivo desejado;
- 2º Festival Contra as Drogas em Samambaia, no dia 14/07/2012, com o apoio desta Secretaria e um público estimado de 1.000 pessoas;
- 12º Circuito de Quadrilhas Juninas do DF e Entorno, nas Regiões Administrativas do DF, com o apoio desta Secretaria, em comemoração às festas juninas, com público estimado de 6.000 pessoas, atingindo o objetivo desejado;
- 4ª Parada LGBT do Gama, que tem por objetivo a conscientização da população em relação à igualdade de direitos das pessoas homossexuais. O evento aconteceu em 12/08/2012 e teve um público estimado de 8.000 pessoas, atingindo o objetivo desejado;
- Festival Internacional de Filmes Curtíssimos, com o objetivo de incentivar o cinema em Brasília. O festival aconteceu nos dias 11 a 12/08/2012 e teve público estimado de 10.000 pessoas, atingindo o seu objetivo;
- VIII Festa Comunitária da Praça do Bicalho, no período de 24 a 26/08/2012, em Taguatinga, com público estimado em 1.800 pessoas;
- Dia do Uso Racional da Motocicleta, no dia 25/08/2012, no Gama, com público estimado de 4.000 pessoas, atingindo o objetivo;
- Todos Radicalizando Contra o Crack, em Itapoã; o evento tem por objetivo conscientizar o jovem do mal causado pelo uso de drogas e tem o apoio desta Secretaria para a realização. O público estimado foi de 3.000 pessoas, atingindo o objetivo desejado;
- 32ª Noite Cultural T-Bone, em 30/08/2012, na SCLN 312, Asa Norte. O evento tem mais de dez anos de existência e conta com o apoio desta Secretaria. Faz parte do calendário oficial do DF, que funciona como açougue e promove a cultura à noite. O pagamento do evento foi inscrito em Restos a Pagar pelo término do exercício sem que o processo houvesse retornado Nesse ano o público estimado foi de 2.000 pessoas;
- Festival Satélite 061 – 24 Horas no Ar, nos dias 01 e 02/09/2012, no Complexo Cultural da República; é um festival cultural que contempla diversos segmentos artísticos: artes plásticas, artes cênicas e arte urbana dentre outros, com programação musical, oficinas gratuitas ministradas por produtores e artistas participantes do evento. O público estimado deste evento foi de 1.300 pessoas;
- Festival Porão do Rock 2012 – 15 Anos, nos dias 07 e 08/09/2012, no estacionamento do Ginásio Nilson Nelson, com o apoio desta Secretaria. O evento tem por objetivo promover o fortalecimento e desenvolvimento do mercado da música independente do Distrito Federal e do Brasil, proporcionando aos artistas condições técnicas excepcionais para suas apresentações com estrutura de grande porte, exposição para um grande público e visibilidade nacional junto às mídias especializadas, além da geração de empregos diretos: segurança: voluntários, produção etc, contribuindo para o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da música do DF e Entorno. O Festival, através da ONG Porão do Rock também realiza campanhas socioeducativas. O evento em 2012 teve um público estimado de 12.000 pessoas durante os dois dias de shows, atingindo o objetivo esperado;
- Caravanas da Igualdade, de 10 a 21/09/2012, nas escolas públicas da Ceilândia e do Gama, promovendo a inclusão social e a conscientização da igualdade entre as pessoas, com público estimado de 350 alunos;
- 7ª Parada Cultural da Diversidade LGBT de Taguatinga, no dia 16/09/2012, que tem por objetivo a conscientização da população em relação à igualdade de direitos das pessoas homossexuais. O evento teve um público estimado de 8.000 pessoas, atingindo o objetivo desejado;
- 45º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, no período de 17 a 24/09/2012, com mostras de curtas e longas metragens, apoiando o cinema brasileiro e os artistas locais. O público foi de, aproximadamente, 80.000 pessoas durante todo o festival, atingindo o objetivo desejado;
- X Lavagem do Acarajé da Yayá 2012, em Taguatinga, em 23/09/2012, com público de 800 pessoas;

- Celebrar Brasília 2012, dias 27 e 28/09/2012, no Espaço Cultural da República, no Museu Nacional, com público estimado de 500 pessoas;
- Bumba-Meu-Boi e Tambor de Crioula de Seu Teodoro nas Escolas Públicas do DF, nos dias 28/09, 01 e 03/10/2012, em várias escolas do DF;
- Maratona do Cinema, de 29/09 a 31/12/2012 em todo o Distrito Federal;
- 52º Aniversário do Gama – FAAGAMA, nos dias 12 e 13/10/2012, em comemoração ao aniversário do Gama, com público estimado de 10.000 pessoas;
- Amor em Ação, no Paranoá, em 13/10/2012, com público estimado de 8.000 pessoas;
- Festa Pela Paz – Festival de Bandas, no dia 13/10/2012, em Samambaia. O evento tem por objetivo somar esforços e impactar toda a sociedade com uma cultura de paz; o evento teve público estimado de 8.000 pessoas;
- Samba Azul e Branco, no dia 27/10/2012, na ARUC, no Cruzeiro, com público estimado de 800 pessoas;
- Projeto Frutos da Terra, nos dias 27 e 28/10/2012, nas escolas em Planaltina. Tem por objetivo o resgate da cidadania através do trabalho em hortas, da consequente geração de renda, da inclusão nutricional e hortifrúti no cardápio das famílias em situação de insegurança alimentar e da capacitação de agentes multiplicadores. O público estimado foi de 810 alunos;
- Moto Musical 2012, em Sobradinho, no dia 04/11/2012, em comemoração ao aniversário da cidade, no projeto Feicotur. O público foi de 2.000 pessoas, aproximadamente;
- Rap Hour nas Escolas Públicas de Planaltina, no período de 06 a 22/11/2012, com apresentações de rapper nas escolas, incentivando os alunos contra as drogas. O pagamento do evento foi inscrito em Restos a Pagar pelo término do exercício sem que o processo houvesse retornado. O público foi de, aproximadamente, 600 alunos, atingindo o objetivo;
- Talento das Artes, em Taguatinga e na Ceilândia, no período de 05 a 10/11/2012, com público estimado de 3.000 pessoas;
- Festa Comunitária, na Ceilândia, nos dias 09 e 10/11/2012, com público estimado de 3.000 pessoas;
- 7º Aniversário da Chapadinha e Encontro Técnico da Agricultura Familiar do DF e Entorno, no dia 10/11, em Brazlândia, com público estimado de 15.000 pessoas;
- Festival Canta Ceilândia 2012, nos dias 10 e 11/11/2012, na Ceilândia. O evento realizado pela AACUC – Associação de Arte e Cultura da Ceilândia, com o apoio desta Secretaria, é um movimento histórico da Ceilândia que tem por objetivo fortalecer a cultura ceilandense em parcerias com as escolas, projetos comunitários, mídia em geral, entidades, empresas e órgãos governamentais, e ser referência para todos os artistas em geral; o evento atrai até o público de fora do DF. Teve um público de, aproximadamente, 30.000 pessoas;
- Festival Internacional de Bonecos de Brasília, no período de 11 a 29/11/2012, em várias escolas do Distrito Federal, incentivando a cultura teatral para o público infantil e juvenil estudantil. O público estimado foi de 112.000 alunos durante o evento, atingindo o objetivo esperado;
- Feira Cultural de Santa Maria – Exposanta, no dia 18/11/2012, com público de 18.000 pessoas;
- Mostra CIEC de Arte e Cultura, no dia 24/11/2012, em Planaltina, com público de 600 pessoas;
- Samba Social, no dia 24/11/2012, na ARUC, no Cruzeiro, com público estimado de 15.000 pessoas;
- Festival de Estilos – Cultura e Diversidade, na Ceilândia, no dia 25/11/2012, com público estimado de 150 pessoas;
- Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, dias 01 e 03/12/2012, no Núcleo Bandeirante e no Teatro Nacional Cláudio Santoro, com público de 8.000 pessoas;
- XII Encontro de Folias de Reis do DF – 12ª Edição, na Casa do Cantador, na Ceilândia, dentro do projeto de Viola, com público estimado de 5.000 pessoas, atingindo o objetivo;
- Marcha Pela Paz, no Setor P Sul, na Ceilândia, no dia 08/12/2012. O evento tem por objetivo somar esforços e impactar toda a sociedade com uma cultura de paz. O público estimado no exercício 2012 foi de, aproximadamente, 1.500 pessoas, atingindo o objetivo desejado;
- Elefante Festival de Música 2012, no Taguaparque, em Taguatinga, em dezembro. O evento gratuito apoiado pela Secretaria de Cultura tem por objetivo a comemoração do cinquentenário do

Centro de Ensino Médio Elefante Branco – CEMEB e conta com a presença de um grande público, sendo a maioria estudantes da rede pública e toda a comunidade. Neste exercício teve um público estimado de 5.000 pessoas;

– Caravana Candanga, em vários locais do DF, no período de 10 a 23/12/2012, com apresentação de teatro de Natal, e público estimado em 2.500 pessoas;

– Festividades de Final de Ano – Natal O Auto do Divino Nascimento, no período de 11 a 24/12/2012, na Torre de TV, em comemoração a essas festas, com público estimado de 1.000.000 pessoas;

– Cia Josac Show, na Ceilândia, no dia 16/12/2012. O pagamento do evento foi inscrito em Restos a Pagar pelo término do exercício sem que o processo houvesse retornado. O público estimado foi de 6.000 pessoas;

– Festividades de Fim de Ano – Cantatas de Natal e Reveillon, no período de 13 a 31/12/2012, em vários pontos do Distrito Federal: Esplanada dos Ministérios, Rodovias, estações do Metrô, Setor de Diversões Sul e Norte, Torre de TV e Regiões Administrativas, em comemoração às festas de fim de ano, promovidas e/ou apoiadas por esta Secretaria de Estado de Cultura. O público estimado foi de, aproximadamente, 1.000.000 de pessoas.

Dados Estatísticos do Centro Cultural 3 Poderes:

Panteão da Pátria

Monumento projetado por Oscar Nyemeier que homenageia os heróis nacionais; é uma espécie de mausoléu e em seu acervo encontram-se 20 nomes no Livro de Aço, de pessoas que tiveram importância histórica para a Capital. Nos salões do prédio figuram dois novos quadros de heróis brasileiros para compor um novo acervo a ser criado pela administração local. O local esteve fechado para reforma desde o dia 10/04/2008 e retornou suas atividades de visitação ao público em setembro de 2012 com um total de visitas às suas dependências de 15.199 pessoas, conforme consta no quadro abaixo:

2010	2011	2012
0	0	15.199

Espaço Lúcio Costa

Pequeno museu subterrâneo concebido por Oscar Niemeyer para homenagear o idealizador da capital, Lúcio Costa. Abriga a maquete de Brasília, a maquete Tátil do Plano Piloto, painéis com cópias no projeto do Plano Piloto e fotos históricas da época da construção e inauguração da cidade. No espaço há exposição permanente e visitação diária de todos os pontos do Distrito Federal, bem como de outros Estados e até do Exterior. No exercício 2012 o público foi bem diversificado em relação a faixas etárias. O quadro abaixo mostra a estatística de visitação pública ao local, em comparação com os dois últimos exercícios:

2010	2011	2012
160.565	164.477	114.692

Museu da Cidade

Museu mais antigo de Brasília e integra o Centro Cultural Três Poderes. Arquitetado por Oscar Niemeyer, foi concebido para preservar a história da construção da capital. Na fachada leste existe incrustada uma grande cabeça de Juscelino. Na fachada oeste foi gravada uma cronologia do processo de interiorização da capital entre 1789 e 1960, destacando algumas datas significativas. O interior guarda fotos históricas em exposição permanente, com inscrições nas paredes relativas a fatos importantes, e há espaços para exposições temporárias. No decorrer do exercício 2012 o museu também recebeu a visitação de públicos de todo o Distrito Federal, do Entorno, dos Estados e do Exterior, de várias faixas etárias. O quadro abaixo mostra a estatística de visitação pública ao local, em comparação com os dois últimos exercícios.

2010	2011	2012
34.333	17.276	15.430

O Centro Cultural 3 Poderes, em seu conjunto, no período 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012 recebeu um total de público visitante de 145.321 pessoas. O quadro abaixo mostra a estatística de visitação pública em comparação com os dois últimos exercícios.

2010	2011	2012
194.898	181.753	145.321

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – EDUCAÇÃO E CULTURA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4088 – Capacitação de Servidores	150.000	0	0	0	16
8502 – Administração de Pessoal	45.808.253	48.093.752	47.593.608	47.593.608	1
8715 – Administração de Pessoal-Secretaria de Cultura-Distrito Federal	45.808.253	48.093.752	47.593.608	47.593.608	1
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores	1.938.767	2.036.227	2.016.373	2.016.373	2 a 5
9551 – Comcessão de Benefícios a Servidores-Secretaria de Cultura-Distrito Federal	1.938.767	2.036.227	2.016.373	2.016.373	2 a 5
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	6.573.548	7.546.724	7.529.373	7.338.323	6
9634 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Secretaria de Cultura-Distrito Federal	6.573.548	7.546.724	7.529.373	7.338.323	6

A Secretaria de Estado de Cultura remunerou, durante o exercício 2012, em média, 541 servidores ativos e manteve com êxito os serviços administrativos gerais desta SEC, alcançando as metas referentes a essa área de atuação da Unidade.

No período de 01/01/2012 a 31/12/2012 a Secretaria de Estado de Cultura concedeu quatro tipos de benefícios aos servidores ativos a saber: auxílio-creche a uma média de 58 servidores, auxílio-natalidade a 5 servidoras, auxílio-alimentação a aproximadamente 504 servidores, e auxílio-transporte a 218 servidores; alcançou as metas inerentes a essas etapas durante o período supracitado.

PROGRAMA:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 – Realização de Eventos	500.000	0	0	0	-

PROGRAMA:

6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4090 – Apoio a Eventos	892.000	4.591.699	4.590.763	2.859.579	-
2164 – Apoio a Divulgação e Exibição do Filme “A Pedra Do Mal” - Instituto Núbia Santana	100.00	100.000	100.000	100.000	25
2199 – Apoio a Realização do “Filme A Pedra Do Mal” - Inst. Núbia Santana	482.000	463.579	463.579	463.579	26
2511 – Apoio a Eventos – Apoio a Realização de Projetos Culturais e Sociais.	0	4.028.120	4.027.185	2.296.000	254

Os eventos apoiados por esta Secretaria no exercício 2012 dentro do referido programa de trabalho referem-se a filme e às festividades de final de ano, cujas realizações ocorreram dentro dos padrões normais e sem ocorrências que pudessem impedi-los de acontecer. A estimativa de público das festividades natalinas e de Reveillon foi de 1.500.000 pessoas no total atendendo ao planejado.

PROGRAMA:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4090 – Apoio a Eventos	200.000	0	0	0	-

PROGRAMA:

6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4090 – Apoio a Eventos	200.000	0	0	0	-

PROGRAMA:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3202 – Criação dos Territórios da Cultura e Cidadania	150.000	0	0	0	-

PROGRAMA:**6214 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4089 – Capacitação de Pessoas	150.000	150.000	150.000	150.000	-
2398 – Apoio a Cia de Bonecos Bagagem	150.000	150.000	150.000	150.000	173

A Cia de Bonecos Bagagem capacita pessoas para o ofício do teatro e faz apresentações por todas as escolas do Distrito Federal. No exercício 2012 ela fez apresentação do projeto Teatro Móvel em várias escolas das Regiões Administrativas do Distrito Federal: o nome Teatro Móvel se dá em vista de a Cia passar por escolas do DF divulgando a importância do teatro para os alunos de ensino fundamental; teve público satisfatório de 600 alunos, alcançando o objetivo esperado.

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Secretaria de Estado de Cultura encontrou algumas dificuldades na realização de suas atividades tendo em vista a grande quantidade de emendas parlamentares incluídas no decorrer do exercício que tiveram orçamentos contingenciados ou cancelados para atender medidas emergenciais, tendo que ser realizadas dentro de outros programas não específicos. A unidade prevê para o exercício 2013 a alocação de recursos em programas reduzidos, mas gerais, de maneira que todos os projetos sejam realizados e alcançadas todas as metas previstas na LOA.

10.1. FUNDO DE APOIO À CULTURA – FAC – UO: 16.903

O Fundo de Apoio à Cultura – FAC foi criado pela Lei Complementar nº 267, de 15/12/1999 e regulamentado pelo Decreto nº 31.414, de 11/03/2010, tem por finalidade prover recursos financeiros a pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Distrito Federal e inscritas no Cadastro de Entes e Agentes Culturais - CEAC, para a realização de projetos que tenham por finalidade a difusão e incremento das atividades artísticas e /ou culturais, e tem por objetivos:

- I. Incentivo à formação artística e cultural;
- II. Fomento à formação artística e cultural;
- III. Preservação e restauração do patrimônio artístico, cultural e histórico;
- IV. Pesquisa e difusão dos bens e valores artísticos e culturais;
- V. E outros objetivos considerados relevantes pela Secretaria de Estado de Cultura do DF ouvido o Conselho de Cultura do DF.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	02	07	-	-	09
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	03	-	-	-	03
Total Geral	05	07	-	-	12

Obs: 06 (seis) servidores com jornada de 40 h. semanais e 01 (um) servidores com jornada de 30 h. semanais

1. Realizações**PROGRAMA TEMÁTICO:****6219 – CULTURA****OBJETIVO GERAL:**

Lançar as bases para um novo ciclo de desenvolvimento do Distrito Federal de forma a promover a cultura como direito da cidadania, instrumento de integração social e fator econômico relevante na sociedade do conhecimento, por meio de ações de incentivo a leitura, a preservação do patrimônio cultural e a promoções de atividades culturais.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4091 - Apoio a Projetos	44.453.351	75.639.520	36.976.179	26.461.907	0
0012 - Apoio a Projetos-Artísticos e Culturais - Distrito Federal	44.333.351	75.539.520	36.976.179	26.461.907	1
2236 - Apoio a Projetos - Artísticos e Culturais - Projeto Fotográfico Feiras De Brasília	120.000	100.000	0	0	2
4220 -Gestão de Recursos de Fundos	406.309	1.074.651	621.475	535.210	0
0003 - Gestão de Recursos de Fundos - Manutenção e Suporte Para Ações do FAC-Distrito Federal	406.309	1074651	621.475	535.210	3

O Fundo de Apoio à Cultura - FAC, no exercício de 2012, mais uma vez atingiu de forma plena seu objetivo de fomentar a cultura local, patrocinando um montante de 348 (trezentos e quarenta e oito), projetos artísticos culturais as áreas de: Música, Teatro, Cinema, Circo/Cultura Popular, Dança, Artes Visuais, Literatura e Projetos Especiais, de interesse da cidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 - Promover e difundir a produção cultural no Distrito Federal das diferentes expressões locais, oriundas das diversas regiões brasileiras e das expressões culturais do mundo.

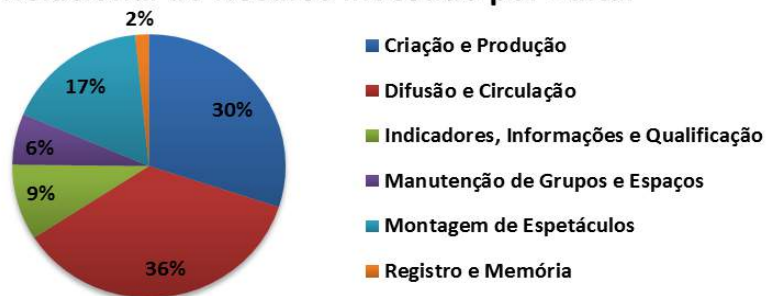
Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Quantidade de atividades de valorização da cultura brasileira apoiadas	Unidade	07	Anual	30/06/2011	8	8	8	8	SME
Quantidade de ações integradas com vistas à Copa do Mundo de 2014	Unidade	01	Anual	30/06/2011	5	5	5	-	SME
Quantidade de Festivais Artísticos/Culturais apoiados	Unidade	05	Anual	30/06/2011	8	8	8	8	SME
Quantidade de Atividades Culturais Prioritárias do GDF realizadas	Unidade	08	Anual	30/06/2011	10	10	10	10	SME
Quantidade de Atividades Locais organizadas pelas RAs apoiadas	Unidade	07	Anual	30/06/2011	45	45	45	45	SME
Quantidade Eventos Artístico-Religiosos apoiados	Unidade	05	Anual	30/06/2011	6	6	6	6	SME
Quantidade de ações de Intercâmbio Cultural apoiados	Unidade	02	Anual	30/06/2011	40	40	40	40	SME

2. Informações complementares

Em 2011, foram lançados 6 Editais para orientar a aplicação dos recursos do Fundo. Abaixo, observa-se dois quadros que apresentam a distribuição dos recursos por meios dos Editais lançados, alinhados aos eixos programáticos da política de fomento à cultura no Distrito Federal.

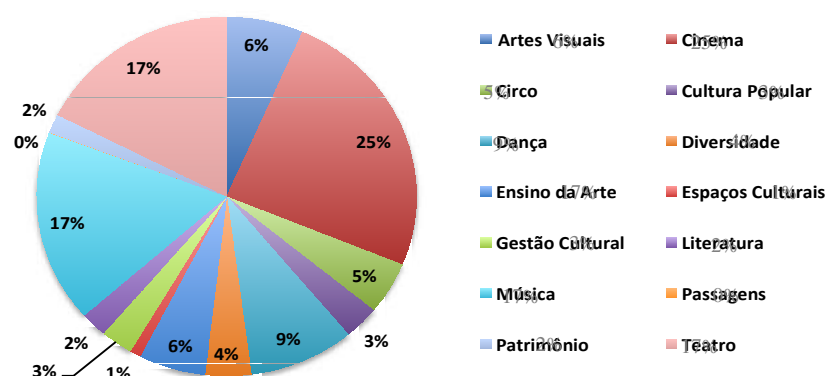
Edital	Investimento Real
Criação e Produção	R\$ 7.521.074,99
Difusão e Circulação	R\$ 8.970.488,72
Indicadores, Informações e Qualificação	R\$ 2.328.460,07
Manutenção de Grupos e Espaços	R\$ 1.562.845,90
Montagem de Espetáculos	R\$ 4.250.197,97
Registro e Memória	R\$ 403.057,40
TOTAL	R\$ 25.036.125,05

Relacional do Recurso investido por Edital

Seguem dois quadros que apresentam essa dimensão financeira em relação às linguagens e áreas preconizadas nos Editais.

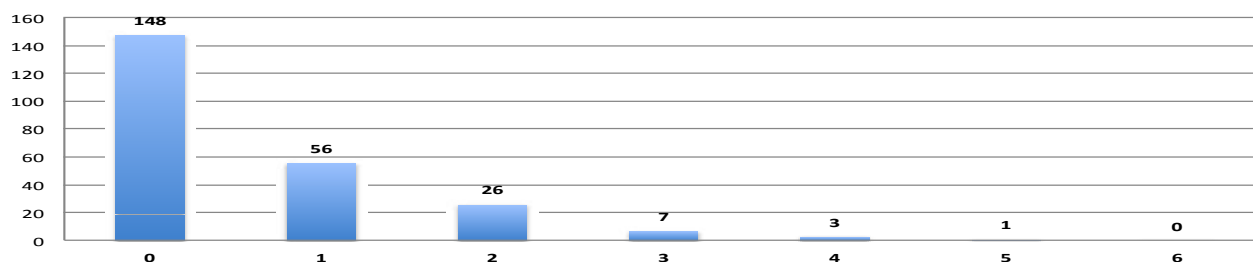
Linguagem	Investimento Real
Artes Visuais	R\$ 1.640.858,40
Cinema	R\$ 6.161.779,14
Circo	R\$ 1.184.005,83
Cultura Popular	R\$ 757.552,00
Dança	R\$ 2.255.356,00
Diversidade	R\$ 978.466,83
Ensino da Arte	R\$ 1.430.405,27
Espaços Culturais	R\$ 234.600,00
Gestão Cultural	R\$ 689.908,06
Literatura	R\$ 567.984,14
Música	R\$ 4.322.117,75
Passagens	R\$ 9.744,80
Patrimônio	R\$ 425.149,90
Teatro	R\$ 4.378.196,93
TOTAL	R\$ 25.036.125,05

Relacional do Recurso Investido por Linguagem



Observamos também que, dos proponentes contemplados no FAC 2011, 148 nunca haviam recebido apoio financeiro do Fundo em anos anteriores, o que representa 61% desse universo. Desses, 92 efetivaram seu Cadastro de Ente e Agente Cultural (CEAC) em 2011 (o que significa 62% dos proponentes que nunca foram contemplados e 33% do total de proponentes contemplados). Dessa forma, observamos que novos proponentes ganharam espaço no lido com os recursos públicos por meio dessa seleção, ajudando na oxigenação da produção e fruição cultural do Distrito Federal, sem no entanto desvalorizar as atividades com tradição nas cidades.

Distribuição do Perfil de Proponentes - Histórico de Contemplação

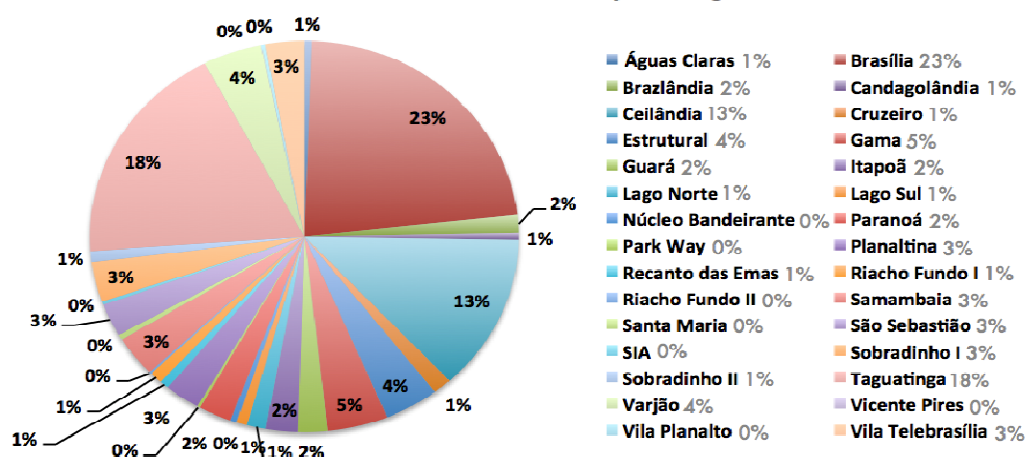


Outra importante vertente do exercício da política pública de fomento à cultura por meio do FAC, a descentralização de recursos, pode ser observada na tabela abaixo:

Região Administrativa	Investimento por RA	Distribuição do Recurso por RA	Investimento por Indivíduo
Águas Claras	R\$ 140.325,93	0,56%	R\$ 1,03
Brasília	R\$ 5.665.404,77	22,63%	R\$ 27,00
Brazlândia	R\$ 375.585,60	1,50%	R\$ 6,97
Candagolândia	R\$ 142.733,29	0,57%	R\$ 8,81
Ceilândia	R\$ 3.232.316,22	12,91%	R\$ 8,11
Cruzeiro	R\$ 354.541,74	1,42%	R\$ 4,37
Estrutural	R\$ 1.025.117,44	4,09%	R\$ 39,84
Gama	R\$ 1.143.168,24	4,57%	R\$ 8,99
Guará	R\$ 555.651,42	2,22%	R\$ 4,42
Itapoã	R\$ 612.620,29	2,45%	R\$ 12,17
Lago Norte	R\$ 353.857,54	1,41%	R\$ 8,50
Lago Sul	R\$ 202.682,27	0,81%	R\$ 6,86
Núcleo Bandeirante	R\$ 119.540,54	0,48%	R\$ 4,58
Paranoá	R\$ 621.901,16	2,48%	R\$ 13,37
Park Way	R\$ 55.761,94	0,22%	R\$ -
Planaltina	R\$ 670.959,27	2,68%	R\$ 3,92
Recanto das Emas	R\$ 175.732,57	0,70%	R\$ 1,40
Riacho Fundo I	R\$ 242.903,83	0,97%	R\$ 7,88
Riacho Fundo II	R\$ 39.896,83	0,16%	R\$ 1,02
Samambaia	R\$ 843.669,79	3,37%	R\$ 4,36
Santa Maria	R\$ 107.578,27	0,43%	R\$ 0,93
São Sebastião	R\$ 677.870,28	2,71%	R\$ 9,44
SIA	R\$ 70.673,31	0,28%	R\$ -
Sobradinho I	R\$ 820.199,25	3,28%	R\$ 9,59
Sobradinho II	R\$ 237.401,26	0,95%	R\$ 2,25
Taguatinga	R\$ 4.621.514,55	18,46%	R\$ 20,83
Varjão	R\$ 1.113.273,26	4,45%	R\$ 207,27
Vicente Pires	R\$ 5.333,33	0,02%	R\$ 0,07
Vila Planalto	R\$ 73.212,12	0,29%	R\$ 9,59
Vila Telebrasil	R\$ 734.698,71	2,93%	R\$ 251,61
	R\$ 25.036.125,05		R\$ 9,56

Com vistas a melhor visualização de como o investimento se comportou entre as regiões administrativas, pode-se visualizar a tabela que se segue:

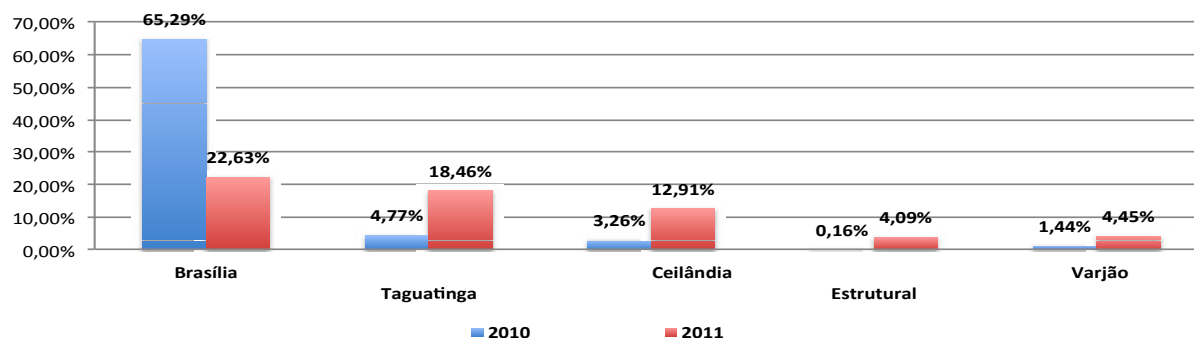
Relacional do Investimento Realizado por Região Administrativa



Um elemento muito interessante de destacarmos é a descentralização que ocorreu na distribuição desses recursos. Observamos que Brasília, que tradicionalmente mobilizava um grande montante do investimento, teve uma queda significativa (42,66%), enquanto expandiu-se a participação das demais Regiões

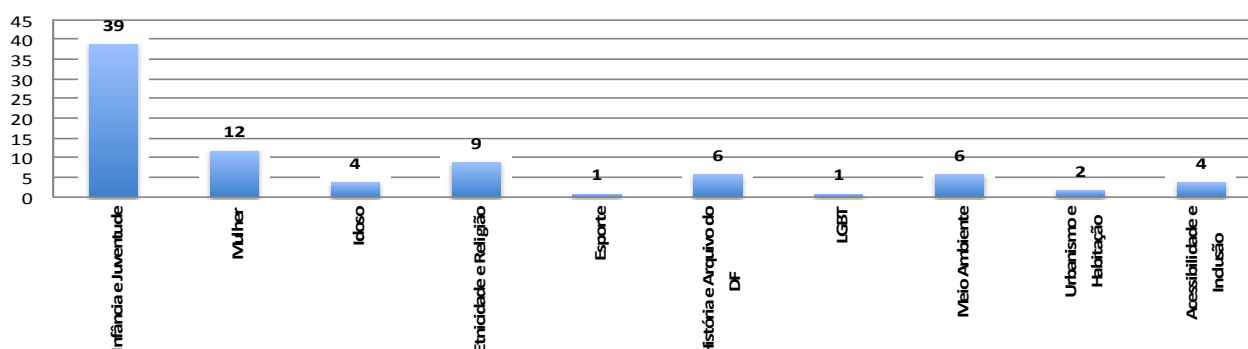
Administrativas (aumento de 287% em Taguatinga, 296% em Ceilândia, 2.456% na Estrutural e, por fim, 209% no Varjão). Vale salientar que o cálculo de difusão do investimento de 2010 foi realizado por meio de amostragem, rastreando a alocação de 38% dos valores mobilizados. Veja o quadro abaixo:

Relação da Concentração de Investimento Realizado 2010/2011



Vale também destacar o protagonismo do Fundo no desenvolvimento de bens e processos culturais na região, bem como sua contribuição na ativação de outras pastas estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal. Os projetos agraciados em 2011 serão responsáveis por gerar 72 bens audiovisuais (entre CDs, DVDs e filmes), 37 festivais, mostras e concursos, 53 circuitos e lançamentos de bens culturais, 19 ações de formação e capacitação, 7 pesquisas e plataformas de gestão, 15 publicações, 15 apoios a grupos e espaços artísticos e 65 espetáculos e exposições culturais. Sobre a aderência do FAC à outras agendas de política pública, podemos observar que parte significativa dos projetos aprovados pelo Fundo desempenham papel importante em temáticas como infância e juventude, meio ambiente, entre outros. Veja o quadro a seguir:

Quantidade de Projetos Contemplados por Interface de Aderência a Políticas Públicas



Outro eixo complementar de informação que se faz importante ressaltar é a geração de postos de trabalho, renda e impostos. Por meio dos projetos com apoio financeiro selecionados pelos Editais em 2011, projeta-se que sejam gerados cerca 3.055 postos de trabalho temporários, mais de R\$ 21,9 milhões de renda direta e mais de R\$ 3 milhões em impostos, voltando parte do investimento aos cofres públicos.

Editais FAC 2012

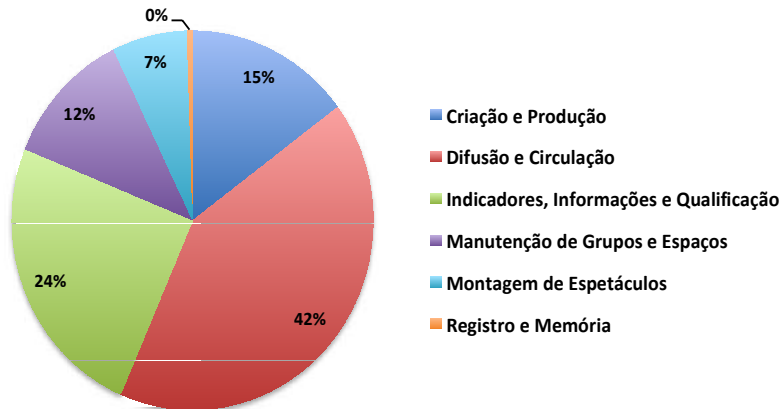
Compreendendo que faz-se necessário observar, além da execução orçamentária e financeira em 2012 apontada anteriormente, o investimento segundo a estrutura das políticas públicas de fomento e seus respectivos instrumentos, segue um breve relatório sobre os processos em curso de apoio financeiro. Em 2012, buscando a maior celeridade e acuidade dos certames referentes ao apoio financeiro do FAC, foi estruturado um certame dividido em dois blocos, que totalizaram R\$ 42.027.000,00 e 453 vagas distribuídas em 11 Editais. Veja quadro abaixo:

Editais	Vagas	Investimento Previsto
Criação e Produção	93	R\$ 9.035.000,00
Difusão e Circulação	183	R\$ 19.040.000,00
Indicadores, Informações e Qualificação	47	R\$ 5.552.000,00
Manutenção de Grupos e Espaços	17	R\$ 1.800.000,00
Montagem de Espetáculos	79	R\$ 5.100.000,00
Registro e Memória	34	R\$ 1.500.000,00
Total	453	R\$ 42.027.000,00

Desses Editais, 6 já foram totalmente finalizados, sendo que estes representam 47,46% (R\$ 19.947.000,00) do total de investimento previsto do ano. O investimento realizado e os projetos contemplados podem ser organizados conforme o quadro abaixo (tendo sido executado 77,04% do total disponibilizado):

Editais	Contemplados	Investimento Real
Criação e Produção	40	R\$ 2.278.507,37
Difusão e Circulação	50	R\$ 6.408.031,07
Indicadores, Informações e Qualificação	31	R\$ 3.777.836,30
Manutenção de Grupos e Espaços	16	R\$ 1.797.138,33
Montagem de Espetáculos	13	R\$ 1.031.499,70
Registro e Memória	1	R\$ 73.645,00
Total	151	R\$ 15.366.657,77

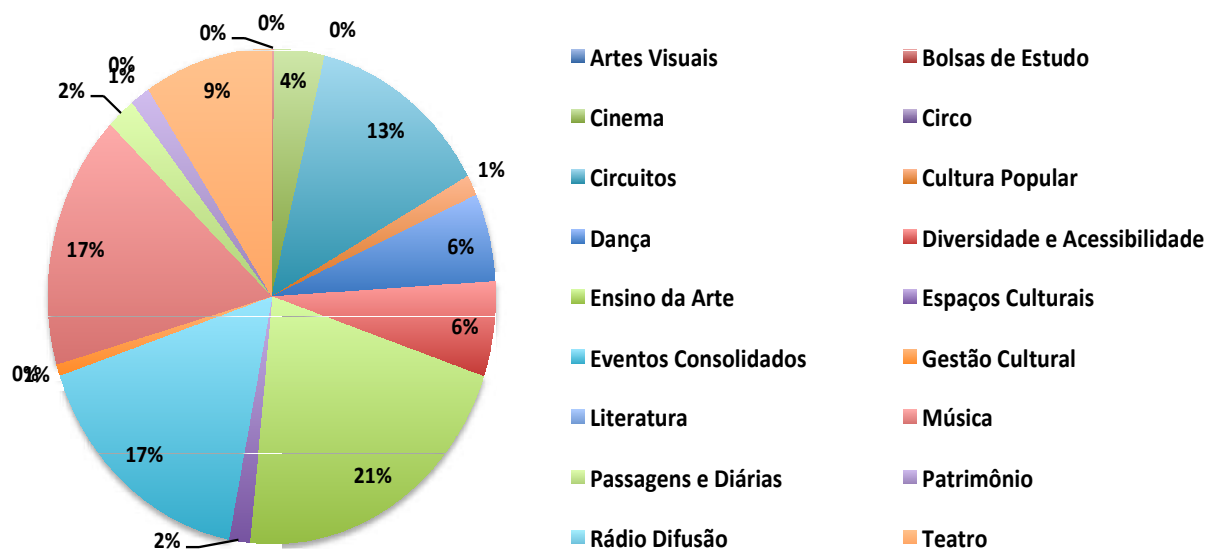
Relacional do Recurso investido por Edital



Seguem dois quadros que apresentam essa dimensão financeira em relação às linguagens e áreas preconizadas nos Editais:

Linguagem / Áreas	Contemplados	Investimento Real
Artes Visuais	0	R\$ -
Bolsas de Estudo	1	R\$ 34.760,00
Cinema	9	R\$ 565.857,01
Circo	0	R\$ -
Circuitos	27	R\$ 2.058.339,52
Cultura Popular	2	R\$ 212.965,00
Dança	6	R\$ 897.674,73
Diversidade e Acessibilidade	8	R\$ 974.261,41
Ensino da Arte	25	R\$ 3.350.397,99
Espaços Culturais	2	R\$ 240.000,00
Eventos Consolidados	8	R\$ 2.622.871,41
Gestão Cultural	1	R\$ 119.975,20
Literatura	0	R\$ -
Música	40	R\$ 2.606.850,23
Passagens e Diárias	18	R\$ 328.115,49
Patrimônio	2	R\$ 223.645,00
Rádio Difusão	0	R\$ -
Teatro	20	R\$ 1.459.060,24
Total	169	R\$ 15.694.773,26

Relacional do Recurso Investido por Linguagem



No que se refere ao georeferenciamento dos recursos investidos tomando como base as regiões de execução e produção dos projetos, temos o seguinte quadro parcial de 2012:

Região Administrativa	Investimento por RA	Distribuição do Recurso por RA	Investimento por Indivíduo
Águas Claras	R\$ 19.596,52	0,13%	R\$ 0,14
Brasília	R\$ 4.608.338,97	29,99%	R\$ 21,96
Brazlândia	R\$ 56.818,44	0,37%	R\$ 1,05
Candagolândia	R\$ 25.387,91	0,17%	R\$ 1,57
Ceilândia	R\$ 2.190.568,77	14,26%	R\$ 5,50
Cruzeiro	R\$ 415.755,75	2,71%	R\$ 5,13
Estrutural	R\$ 316.804,23	2,06%	R\$ 12,31
Gama	R\$ 567.751,83	3,69%	R\$ 4,47
Guará	R\$ 510.123,61	3,32%	R\$ 4,06
Itapoã	R\$ 301.524,73	1,96%	R\$ 5,99
Lago Norte	R\$ 258.116,01	1,68%	R\$ 6,20
Lago Sul	R\$ 31.293,51	0,20%	R\$ 1,06
Núcleo Bandeirante	R\$ 65.570,21	0,43%	R\$ 2,51
Paranoá	R\$ 549.084,20	3,57%	R\$ 11,80
Park Way	R\$ 233.333,25	1,52%	R\$ 9,33
Planaltina	R\$ 653.160,50	4,25%	R\$ 3,81
Recanto das Emas	R\$ 259.183,56	1,69%	R\$ 2,07
Riacho Fundo I	R\$ 53.306,40	0,35%	R\$ 1,73
Riacho Fundo II	R\$ 16.205,20	0,11%	R\$ 0,42
Samambaia	R\$ 409.096,37	2,66%	R\$ 2,11
Santa Maria	R\$ 177.628,38	1,16%	R\$ 1,54
São Sebastião	R\$ 655.628,21	4,27%	R\$ 9,13
SIA	R\$ 3.450,02	0,02%	R\$ 1,33
Sobradinho I	R\$ 571.213,08	3,72%	R\$ 6,68
Sobradinho II	R\$ 92.203,26	0,60%	R\$ 0,88
Taguatinga	R\$ 1.474.128,52	9,59%	R\$ 6,64
Varjão	R\$ 520.852,93	3,39%	R\$ 96,98
Vicente Pires	R\$ 31.293,51	0,20%	R\$ 0,42
Vila Planalto	R\$ 168.018,40	1,09%	R\$ 22,01
Vila Telebrasil	R\$ 131.221,47	0,85%	R\$ 44,94

Vale ressaltar, portanto, que os 5 Editais ainda não finalizados (que mobilizam 52,54% do investimento previsto, ou seja, R\$ 22.380.000,00) já estão na última etapa do processo seletivo, a Análise de Mérito Cultural e Capacidade de Gestão. Veja o quadro de investimento previsto dos Editais restantes:

Programas	Investimento Previsto
Edital de Apoio à Difusão e Circulação	9.710.000
Edital de Registro e Memória	950.000
Edital de Montagem de Espetáculos	4.060.000
Edital de Criação e Produção	6.755.000
Edital de Indicadores, Informações e Qualificação	905.000

Esses projetos não serão contemplados com recursos de 2013, vale salientar. Os recursos investidos nos projetos a serem beneficiados desses 5 Editais serão oriundos de superávit de 2012.

Fest FAC

O Festival do Fundo de Apoio à Cultura (FESTFAC) foi uma realização pioneira, que aconteceu entre os dias 12 a 15 julho, na Sala Plínio Marcos do Complexo da Funarte, e entre os dias 25 de setembro e 5 de outubro, no Teatro Nacional Cláudio Santoro, Biblioteca Nacional e contou, ainda, com a parceira da Secretaria de Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária para realizar uma ação no Shopping Popular.

Toda a programação foi formada por contrapartidas de projetos apoiados pelo FAC. Foram 43 atividades entre shows, oficinas, espetáculos e palestras oferecidas gratuitamente à população. Cerca de 3690 pessoas usufruíram da extensa programação.

O FESTFAC, além de comemorar os 21 anos de existência do Fundo, pretende entrar para o calendário da Capital como uma demonstração das políticas públicas de cultura e da pujança da produção cultural do Distrito Federal.

Durante o Festival, foi realizada uma pesquisa entre o público para conhecer um pouco do perfil e medir o quanto a população conhece o FAC. Das 252 respostas obtidas, obtivemos 59% de alta satisfação referente à qualidade da apresentação/oficina e 65% já haviam ouvido falar do FAC anteriormente. Também identificamos a importância no FAC no acesso e fruição a conteúdos culturais, sendo que 44% dos participantes da pesquisa indicaram ter contato com aquela natureza de manifestação duas ou menos vezes por ano. Por mais que a fruição ainda esteja envolta predominantemente de moradores da RA Brasília (33% do total), observou-se a participação ativa de moradores de outras cidades, como Taguatinga (15%), Ceilândia (6%) e Guará (6%).

Programa de Apoio a Passagens e Diárias

A partir de 2011, a Secretaria de Cultura instituiu formalmente o seu Programa de Apoio a Passagens e Diárias. Em sua primeira implantação, foram disponibilizadas vagas ligadas ao Edital de Difusão e Circulação, que resultaram na contemplação de apenas 1 projeto no valor de R\$ 9.744,80.

Objetivando aperfeiçoar este cenário, o Programa foi remodelado e atualmente é regimentado por meio de portaria específica, tornando o recebimento de projetos contínuo ao longo de todo o ano. No primeiro ciclo de exercício da portaria, foram 18 projetos contemplados, que totalizaram um investimento de R\$ 328.115,49. Entre destinos nacionais e internacionais, mais de 100 agentes culturais foram beneficiados.

Espaço Reynaldo Jardim

Como parte das comemorações de 21 anos do Fundo de Apoio à Cultura, em dezembro de 2012 foi inaugurado o Espaço Cultural Reynaldo Jardim. O jornalista, pintor e poeta dá nome a um espaço cujo objetivo é possibilitar maior acesso aos bens culturais desenvolvidos a partir do FAC. O primeiro conteúdo que ocupa esse espaço é oriundo das contrapartida dos projetos contemplados. São filmes, músicas, livros e catálogos de artistas locais que agora estão disponíveis para consulta, pesquisa e fruição da comunidade brasiliense.

Fonte: Subsecretaria de Fomento

Diretoria de Indicadores Culturais

3. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Em 2012 o FAC manteve a política de prestigiar o artista local, proporcionando a população conhecer a cultura da cidade, concedendo ao artista o apoio financeiro para realização de seu projeto cultural.

.+A cultura tem demonstrado de forma inequívoca sua dimensão e seu peso no conjunto da economia gerando emprego e renda e arrecadando impostos. O FAC, cumprindo seu papel institucional, comprova com seus dados estatísticos a eficácia e a importância da atividade cultural, procurando prestigiar o artista local no contexto social e econômico.

11. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL – SEDEST - UO: 17.101

De acordo com o Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e dá outras providências, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST é órgão da administração direta do Governo do Distrito Federal, com atuação e competência nas seguintes áreas:

- I. assistência e ação sociais;
- II. transferência de renda;
- III. inclusão social;
- IV. programas de solidariedade;
- V. segurança alimentar e nutricional;
- VI. gestão dos restaurantes comunitários, abrigos e demais espaços públicos que lhe são

afetos.

A atuação da SEDEST compreende:

- I. a formulação, a implementação e a execução de políticas públicas;
- II. a promoção do desenvolvimento humano, social, econômico e ambientalmente sustentável;
- III. a gestão dos recursos humanos, orçamentários, financeiros e patrimoniais que lhe são

afetos;

IV. a articulação com a sociedade e suas organizações civis no planejamento e execução de suas ações;

- V. a transparência e a publicidade de seus atos e ações;
- VI. a fiscalização, a supervisão e o controle da Administração Pública;
- VII. o poder de polícia, quando for o caso.

Em setembro de 2011 foi publicada, no Diário Oficial do Distrito Federal, nova estrutura orgânica da SEDEST, nos termos do Decreto nº 33.187, de 9 de setembro de 2011, com alterações posteriores conforme Decreto nº 33.668 de 21 de maio de 2012 e Decreto nº 33.679, de 25 de maio de 2012. Integram a Secretaria as seguintes unidades centrais, além das unidades a elas subordinadas:

- I. Gabinete;
- II. Assessoria Jurídico-Legislativa;
- III. Assessoria de Comunicação Social;
- IV. Controladoria Interna;
- V. Ouvidoria;
- VI. Subsecretaria Extraordinária do DF Sem Miséria e Projetos Especiais;
- VII. Divisão de Apoio às Coordenações Regionais de Desenvolvimento Social;
- VIII. Subsecretaria de Administração Geral;
- IX. Subsecretaria de Planejamento e Gestão da Informação;
- X. Subsecretaria de Assistência Social;
- XI. Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional;
- XII. Subsecretaria de Transferência de Renda; e
- XIII. Subsecretaria de Fomento a Parecerias.

São vinculados à Secretaria:

- I. Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- II. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal; e
- III. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.



Destaca-se que o Regimento Interno da SEDEST foi elaborado e deverá em breve ser publicado pela Secretaria de Planejamento do GDF.

Para a execução das ações sob sua responsabilidade, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST conta com equipe composta por servidores efetivos da Carreira Pública de Assistência Social, da Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do DF, servidores ocupantes de cargos em comissão, requisitados, entre outros, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		74	193	133	1.252	1.652
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		50	0	42	0	92
Requisitados	Órgãos do GDF	6	1	8	0	15
	Órgãos do Governo Federal	2	0	1	0	3
Outros	Estagiários	0	21	0	37	58
Subtotal (Força de Trabalho)		132	215	184	1.289	1.820
(+) Cedidos para outros órgãos		18	0	51	0	69
Total Geral		150	215	235	1.289	1.889

Obs.: Posição em 31/12/2012.

Do total de servidores da SEDEST, 82% atuam nas unidades das Subsecretarias responsáveis pelas ações finalísticas e os 18% restantes atuam nas unidades das Subsecretarias responsáveis pelas atividades gerenciais.

O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências.

O último concurso público realizado não logrou recompor a defasagem do quadro de pessoal da SEDEST, advindo do desligamento de servidores por demissão, exoneração de cargo efetivo a pedido, falecimento, posse em outro cargo inacumulável, transferência IPREV – aposentadorias.

A criação de novas Secretarias de Estado, como Criança, Justiça e Cidadania, Mulher, supridas em suas necessidades de pessoal com servidores da Carreira da SEDEST, que atende o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e o Sistema Nacional de Atividades Socioeducativas – SINASE, acarretou a transferência de muitos servidores para outros órgãos.

Tais circunstâncias impactaram e continuam impactando, consideravelmente, no desempenho das atividades da Secretaria, gerando acúmulo de atividades entre os atuais servidores, duplas funções, impossibilidade de expansão de unidades e serviços, etc.

A tendência, diante desse cenário, caso não haja recomposição de pessoal efetivo, é o agravamento da situação em virtude do considerável número de servidores que estão na iminência de se aposentarem numa projeção para os próximos anos.

Como demonstrado no quadro acima, visando complementar sua força de trabalho a SEDEST conta com um pequeno quantitativo de estagiários, não conta com pessoal terceirizado e é pequeno o quantitativo de servidores sem vínculos que ocupam cargos em comissão na SEDEST. Esta última medida, sem dúvida alguma acertada, ao tempo em que promove a valorização dos trabalhadores da Secretaria com

perfil adequado aos cargos e ampliação do nível de responsabilidade dos mesmos com o órgão e com as políticas de desenvolvimento social no DF, gera também uma redução de pessoal para execução das atividades técnicas e administrativas.

Mesmo diante de tais circunstâncias, a SEDEST considera que o desenvolvimento das ações tem ocorrido dentro de uma normalidade aceitável, superando, algumas vezes as expectativas, vez que os servidores se mantêm comprometidos em seus locais de trabalho.

1. Realizações

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

OBJETIVO GERAL:

Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	10.000	180.000	0	0	
4089 - Capacitação de Pessoas	15.000	0	0	0	
4180 - Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais	250.000	0	0	0	

OBJETIVO ESPECÍFICO:

009 - IMPLEMENTAR MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Sistema consolidado	Unidade	-	-	Anual	-	-	-	1	SUBPLAGI/ SEDEST
Subsistemas implementados	Unidade	-	-	Anual	-	-	-	3	SUBPLAGI/ SEDEST
Estudo/pesquisa realizado (a)	Unidade	1	28/02/2011	Anual	6	5	6	5	SUBPLAGI/ SEDEST
Evento de capacitação realizado	Unidade	-	-	Anual	2	2	2	2	SUBPLAGI/ SEDEST
Políticas sociais monitoradas/avaliadas	Unidade	-	-	Anual	-	3	3	3	SUBPLAGI/ SEDEST

Embora sem execução orçamentária e financeira em virtude da não liberação de recursos, foram desenvolvidas atividades para viabilizar a realização de Pesquisa para Avaliação do Impacto da Suplementação Financeira concedida pelo GDF às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Plano DF Sem Miséria, bem como a produção de breves estudos com delineamento de perfil das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais, beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Ressalta-se a importância da referida pesquisa e dos referidos estudos, para compreensão da realidade vivenciada pelas famílias e da possibilidade de superação da situação de vulnerabilidade sócio econômica em que se encontram, o que possibilitará dimensionar a eficácia e efetividade das ações estratégicas implementadas pelo GDF, expressas no “Plano DF sem Miséria”, favorecendo o redesenho de ações e adequação de políticas públicas, ou seja, uma intervenção melhor qualificada por parte do Estado em sintonia com as demandas e necessidades da população.

Considerando a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros a SEDEST enviou esforços no sentido de estabelecer cooperação técnica e financeira, com organismos e instituições locais e internacionais, o que permitiu captar e aplicar recursos técnicos e financeiros, necessários ao início das seguintes atividades:

- Realização de Pesquisa “Diagnóstico sobre a Utilização do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social/SIDS – Módulo SUAS nas Unidades da Subsecretaria de Assistência Social/SEDEST”;

- Realização de procedimentos necessários à realização da "Pesquisa de Avaliação do Impacto da Suplementação Financeira concedida pelo GDF às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Plano DF Sem Miséria" em 2013:

- Elaboração de Projeto Básico de captação recursos Banco Mundial /SEPLAN-SEDEST/GDF, para construção do Plano Amostral e execução da Pesquisa de Campo de "Avaliação do Impacto da Suplementação Financeira concedida pelo GDF às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Plano DF Sem Miséria".

- Elaboração de Termo de Referência para realização de "Pesquisa de Avaliação do Impacto da Suplementação Financeira concedida pelo GDF às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Plano DF Sem Miséria".

- Elaboração de Termo de referência, seleção e contratação de consultor para construção do Plano Amostral da "Pesquisa de Avaliação do Impacto da Suplementação Financeira concedida pelo GDF às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Plano DF Sem Miséria".

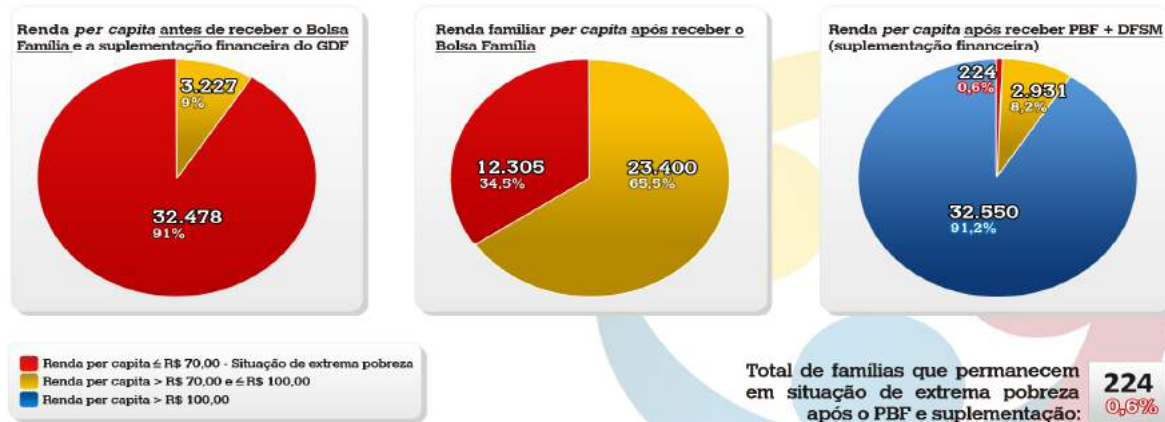
- Consolidação do Plano Amostral da "Pesquisa de Avaliação da Suplementação Financeira concedida pelo GDF às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Plano DF Sem Miséria";

- Estudos preliminares: "Delineamento do perfil e georeferenciamento das famílias com suplementação financeira/ Programa Bolsa Família - PBF" e "Delineamento do perfil das famílias beneficiárias do programa Pão e Leite";

- Elaboração de gráficos com informações referentes a famílias cadastradas no CADÚNICO, beneficiárias do Programa Bolsa Família com suplementação do GDF (Número de beneficiários, renda familiar /evolução, composição familiar, escolaridade, situação habitacional, faixa etária, idosos, jovens, crianças 0 a 6 anos, pessoas com deficiência);

Famílias que recebem suplementação financeira do GDF e ainda permanecem na extrema pobreza (Renda \leq a R\$ 70,00 per capita)

Total de famílias beneficiadas com a suplementação: **35.705**



Fonte: SEDEST/SUTRAR - DEZEMBRO 2012

SUBSAGI
Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação

DF Sem Miséria
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda

GDF

- Levantamento de dados e consolidação de informações, relacionados às situações de violência e/ou violação de direitos, trabalho infantil no DF, abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes, junto a Instituições e órgãos do DF, subsídio ao planejamento, monitoramento e avaliação de ações no âmbito das Políticas de Proteção Social sob a gestão da SEDEST;

- Pesquisa de Identificação e Percepção dos Usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal - realizada de abril a julho de 2012, para efetuar diagnóstico da satisfação dos usuários dos Restaurantes Comunitários, com vistas a qualificar o serviço de fornecimento de refeições à população em situação de insegurança alimentar e nutricional e conhecer o perfil dos usuários - Definição dos instrumentos e da metodologia em andamento, em parceria com a CODEPLAN. Foram entrevistados 4.900 usuários de todos os 13 Restaurantes Comunitários do Distrito Federal (DF). A amostra foi calculada proporcionalmente ao fluxo de usuários em cada restaurante, por dia de semana, nos meses de abril e

maio. O nível de confiança foi de 95% e o erro foi de 1,4. Foram entrevistados usuários com idade igual e superior a 18 anos ou mais, que frequentaram o restaurante na semana anterior.

Foi realizada capacitação específica de servidores da SEDEST para operação inicial do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social – SIDS/SEDEST- Módulo SUAS, com a colaboração de técnicos desta Secretaria responsáveis pelo desenvolvimento inicial do Sistema, que atuaram como instrutores/facilitadores:

- Realização de Treinamento do SIDS-Módulo SUAS/DF (Etapa II/2012) – cinco (5) turmas, totalizando cem (100) servidores capacitados;
- Participação em Cursos e Seminários sobre monitoramento, avaliação e gestão da informação, realizados pela Rede Brasileira de M&A, pelo Ministério do Desenvolvimento Social/MDS – participação de 10 servidores;
- Participação de 03 servidores no Seminário Internacional de Políticas Sociais - UnB;
- Participação no Seminário sobre Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho-TST, CSJT – participação de 03 (três) servidores da SUBSAGI/SEDEST.

Quanto ao Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais, não houve execução orçamentária e financeira, mas foi iniciada a construção de ferramentas informacionais para subsidiar o M&A das políticas sob a gestão da SEDEST.

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO GERAL:

Universalizar a proteção social não contributiva como sistema de provisão de serviços e benefícios sociais instituídos e garantidos pelo Estado para enfrentar situações de risco social ou privações sociais já instaladas e implementar a gestão de Sistema Único de Assistência Social, com centralidade na família e no território onde esta vive.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	EtapaSAG
1235 - Construção de Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	2.100.000	354.916	354.914	354.914	
0001 - Construção de Centro de Referência da Assistência Social - CRAS--Distrito Federal	2.100.000	354.916	354.914	354.914	19
1583 - Reforma de Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	300.000	685.000	300.000	98.514	
0002 - Reforma de Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Gama	100.000	100.000	100.000	0	20
0003 - Reforma de Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Taguatinga	200.000	200.000	200.000	0	21
2094 - Promoção de Assistência Social Comunitária	620.000	570.000	200.000	0	
9742 – Apoio ao Serviço de Convivência do Centro tia Angelina – Varjão	0	200.000	200.000	0	
2693 -Manutenção e Funcionamento Do Conselho de Assistência Social - CAS	58.000	30.100	4.370	4.370	
0001 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de Assistência Social – CAS - Plano Piloto	58.000	30.100	4.370	4.370	24
3184 -Construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social	0	275.000	275.000	0	
0003 - Construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS QNR 02 Lote 02- Ceilândia	0	275.000	275.000	0	63
3185 -Construção de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CRE POP)	0	0	0	0	
3186 - Construção de Unidades de Acolhimento - UACS	2.760.875	3.594.544	3.594.500	0	
0004 - Construção de Unidades de Acolhimento – UACS - São Sebastião	1.210.875	1.210.875	1.210.875	0	27
0005 - Construção de Unidades de Acolhimento - UACS - Planaltina	1.250.000	1.250.000	1.249.956	0	28
0006 - Construção de Unidades de Acolhimento - UACS - Unidade De Acolhimento Noturno -Carrefour/Asa Norte - Plano Piloto	0	500.000	500.000	0	69
0007 - Construção de Unidades de Acolhimento – UACS - Adolescentes em Situação de Rua - QNM 28 Lt B- Ceilândia	0	550.000	500.000	0	67
0008 - Construção de Unidades de Acolhimento - UACS - L2 Sul - Quadra 614/615 Lote 4- Plano Piloto	0	83.669	83.669	0	68

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	EtapaSAG
3190 - Reforma de Unidades de Acolhimento - UACS	2.407.500	748.771	748.771	579.120	
0001 - Reforma de Unidades de Acolhimento - UACS - Plano Piloto	87.500	87.500	87.500	0	29
0002 - Reforma de Unidades de Acolhimento -UACS - Taguatinga	820.000	420.000	420.000	347.199	30
0003 - Reforma de Unidades de Acolhimento - UACS - Águas Claras	1.500.000	241.271	241.271	231.921	31
3192 - Reforma de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	150.000	150.000	150.000	0	
0001 - Reforma de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS - Sobradinho	150.000	150.000	150.000	0	32
3678 - Realização de Eventos	100.000	0	0	0	
4089 - Capacitação de Pessoas	380.000	0	0	0	
4118 - Acolhimento Institucional	0	40.000	0	0	
4138 -Desenvolvimento de Ações de Serviços Sociais	162.000	84.999	0	0	
4153 - Proteção e Atendimento Especializado e Famílias e Indivíduos	150.000	0	0	0	
4158 - Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e Suas Famílias	0	343.500	0	0	
7294 - Construção de Centro de Convivência de Idosos	60.000	0	0	0	

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Aprimorar a Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Distrito Federal, Conferindo Eficiência e Eficácia à Rede de Atendimento e Proteção Social dos Usuários da Política de Assistência.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade e de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º An o	2º An o	3º An o	4º An o	
Sistema de vigilância social implantado	Unidade	-	-	anual	40	60	80	100	SEDEST/SUBSAS
Nº de estudos e pesquisas afetas ao SUAS realizadas	Unidade	04	07/11	anual	06	09	11	13	SEDEST/SUBSAS
Nº de parcerias e ações integradas de proteção social efetivadas com municípios do entorno do DF	Unidade	-	-	anual	02	06	08	10	SEDEST/SUBSAS
Plano de Capacitação do SUAS do DF implementado	Unidade	-	-	anual	01	02	03	04	SEDEST/SUBSAS
Nº de capacitações de gestores da política de assistência social do DF realizadas	Unidade	01	12/10	anual	02	03	04	05	SEDEST/SUBSAS
Nº de capacitações de conselheiros de assistência social do DF realizadas	Unidade	01	12/10	anual	02	03	04	05	SEDEST/SUBSAS
Nº de Conferências de Assistência Social no DF realizadas	Unidade	09	31/12/11	bianual	09	10	10	11	SEDEST/SUBSAS
Nº de fóruns, seminários e eventos similares afetos à política de assistência social realizados no DF	Unidade	0	07/11	anual	07	14	22	30	SEDEST/SUBSAS

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6227 – GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA****OBJETIVO GERAL:**

Garantir o direito humano à alimentação adequada por meio da implementação e consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal e da promoção do acesso da população do DF a uma alimentação saudável e adequada.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
6227 - Garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada	18.978.235	50.126.321	48.571.440	44.040.591	
4171 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional	49.000	0	0	0	
4172 - Manutenção e Funcionamento da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional	49.000	0	0	0	
4173 - Fornecimento Emergencial de Alimentos	233.360	10.860.822	10.860.536	10.250.989	
0001 - Fornecimento Emergencial de Alimentos - Cesta Básica - Distrito Federal	233.360	10.860.822	10.860.536	10.250.989	43
4174 - Fornecimento Continuado de Alimentos	2.500.000	7.313.504	7.313.504	6.028.644	
0001 - Fornecimento Continuado de Alimentos - Distribuição de Pães - Rede Conveniada - Distrito Federal	2.500.000	7.313.504	7.313.504	6.028.644	44
4175 - Fornecimento de Refeições nos Restaurantes Comunitários	12.740.000	30.409.188	30.397.399	27.760.958	
0001 - Fornecimento de Refeições nos Restaurantes Comunitários - Distrito Federal	12.740.000	30.409.188	30.397.399	27.760.958	45
4176 - Fornecimento de Refeições nas Cozinhas Comunitárias	546.000	0	0	0	
0001 - Fornecimento de Refeições nas Cozinhas Comunitárias - Distrito Federal	546.000	6.000	0	0	46
5762 - Construção de Restaurante Comunitário	2.860.875	1.542.807	0	0	
8587 - Construção de Restaurante Comunitário - Sol Nascente - Ceilândia	2.860.875	1.542.807	0	0	47

OBJETIVO ESPECÍFICO:**001 – CONSOLIDAR O SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO DF.****Indicadores:**

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA-DF- reestruturado	%	-	-	Anual	40	60	100	100	SUDEST/ SUBSAS
Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional consolidada	%	-	-	Anual	40	60	100	100	CAISAN/DF e DODF
Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional instituído	Unidade	-	-	Anual	1	1	1	1	SEDEST/ SUBSAN E DODF
Pesquisas sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no DF	Unidade	-	-	Anual	1	1	1	1	SEDEST/ SUBSAN

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – CONTRIBUIR PARA A PROMOÇÃO DO ACESSO DA POPULAÇÃO DO DF A UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Percentual de Domicílios em situação de IAN	%	21,3	31/12/2009	Bianual	-	16	10,6	2,1	Pnad IBGE
Percentual de Domicílios com IAN moderado ou grave	%	6,2	31/12/2009	Bianual	-	3,1	-	-	Pnad IBGE
Média mensal de cestas emergenciais de alimentos/mês	Unidade	445	31/05/2011	Mensal	2000	2000	2000	2000	SIDS/ SAN
Média mensal de famílias atendidas nos Programas Nosso Pão Nosso Leite	Família	47.757	30/04/2011	Mensal	47.757	35.818	17.909	-	SEDEST/ SUTRAR
Média mensal de refeições fornecidas na rede de restaurantes e cozinhas comunitários (RC)	Unidade	685.000	31/05/2011	Mensal	802.000	932.000	1.010.000	1.374.000	SEDEST/ SUBSAN
Número de novos restaurantes comunitários construídos / ano	Unidade	-	-	Anual	1	2	2	-	SEDEST/ SUBSAN
Número de novas cozinhas comunitárias construídas / ano	Unidade	-	-	Anual	3	3	4	-	SEDEST/ SUBSAN
Número de restaurantes comunitários reformados e /ou modernizados	Unidade	2	30/06/2011	Anual	4	4	-	-	SEDEST/ SUBSAN
Número de Restaurantes Comunitários com modelo de gestão reconvertido para gestão semi-direta	Unidade	-	30/06/2011	Anual	1	2	4	7	SEDEST/ SUBSAN

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

Em 24/10/2012 o Governo do Distrito Federal deu posse à nova gestão do conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal – CONSEA/DF. Os conselheiros empossados terão mandato até 2014.

A SEDEST, apoiou o reordenamento, com presidência da sociedade civil deste Conselho, iniciou a elaboração do Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional e assinou convênio com o Governo Federal para repasse de recursos financeiros com a finalidade de apoiar à elaboração do Plano e capacitação de conselheiros e agentes políticos e SAN e DHAA. Além disso, o CONSEA/DF, em parceria com a EMATER DF, participa ativamente do monitoramento das entidades cadastradas no Banco de Alimentos, pelo PAA.

Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

Foi instituída por meio do Decreto 33.142, de 19 de agosto de 2011 e realizou sua reunião de instalação no dia 20 de outubro de 2011.

Conforme regimento a CAISAN é coposta, pelos seguintes Comitês:

- Comitê Técnico 01 (CT 01) – Responsável pela elaboração do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Comitê Técnico 02 (CT 02) – Responsável pela implementação, monitoramento e proposição de ampliação do Programa Refeição Adicional nas Escolas, a fim de complementar a alimentação dos estudantes da Rede pública de educação do Distrito Federal, que frequentam escolas localizadas em territórios de alta vulnerabilidade social;
- Comitê Técnico 03 (CT 03) – Responsável pela implementação, monitoramento e qualificação dos programas de Provisão Alimentar Institucional previstos no âmbito do Decreto Regulamentador do DF Sem Miséria.

Foram realizadas no ano de 2012, três Reuniões Ordinárias do Pleno Executivo da CAISAN/DF e uma Reunião Ordinária do Pleno Secretarial. Além das reuniões ordinárias e das reuniões dos comitês técnicos, cabe destacar que foram realizadas reuniões de grupos de trabalho, criados no âmbito do Comitê Técnico 01, para auxiliar no processo de elaboração do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional - I PDSAN.

No ano de 2012, o Comitê Técnico 01 cumpriu as seguintes etapas no processo de elaboração do I PDSAN:

- Mapeamento das ações de SAN, com base no PPA 2011-2015, desenvolvidas pelas Secretarias de Estado do Distrito Federal (cópia encontra-se anexa);
- Ratificação destas ações com as respectivas Secretarias de Estado, através de reuniões bilaterais;
- Estabelecimento das diretrizes do I PDSAN (cópia encontra-se anexa), com base nas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, nos Objetivos da Política Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional e nas Proposições oriundas da 3ª Conferência Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Criação e aprovação da Estrutura e Metodologia do I PDSAN (cópia encontra-se anexa);
- Criação de um cronograma de elaboração do I PDSAN;
- Elaboração do conteúdo da Apresentação e do Capítulo 01 do I PDSAN.

De acordo com o cronograma de elaboração do I PDSAN, estima-se que o mesmo seja validado pela sociedade civil, através de uma oficina técnica, a ser realizada em abril de 2013, para posterior aprovação do Pleno Secretarial, em maio de 2013 e previsão de publicação em junho 2013.

Restaurantes Comunitários (RC) do DF

A rede de restaurante foi ampliada em uma unidade, localizada em Riacho Fundo II e inaugurada em abril de 2012. Iniciou-se o processo de reforma na área física do Restaurante Comunitário de Samambaia, unidade mais antiga do DF e aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS/Governo Federal o projeto de transferência de recursos para a SEDEST, com o fim de reformar unidades de Planaltina e Recanto das Emas, que devem ocorrer em 2013.

Em 2012 as 13 unidades em funcionamento serviram em torno de 10,2 milhões de refeições em 2012. No mesmo ano, concluiu-se a realização de uma pesquisa, em parceria com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, sobre o perfil dos usuários dessas unidades e a avaliação que fazem do serviço, cujas informações trarão subsídio para reformulação das ações referentes aos Restaurantes Comunitários, com objetivo de focalizar a atuação desses equipamentos e melhorar a qualidade da alimentação servida.

Provisionamento Alimentar Institucional

Este programa iniciou em julho de 2012 e foi formatado a partir de uma revisão das ações de fornecimento de pão e leite a instituições socioassistenciais. Para atendimento complementar de cerca de 100 instituições cadastradas, conforme Portaria nº 51, de 05 de outubro de 2012 a SEDEST adquire pão por meio de licitação e, leite, queijo e iogurte, por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar. Essas instituições receberam, desde o início do programa – 62.258.515 pães, 454.702 litros de leite tipo C, 52.134 quilos de queijo mussarela e 165.994 litros de iogurte.

Provisionamento Alimentar Emergencial

Este Programa contribui para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, além de fortalecer a agricultura familiar do Distrito Federal. Também foi reformulado, estabelecendo-se um protocolo para a concessão das cestas com maior transparência nos critérios e controle do fornecimento. Em 2012 foram entregues mais de 11.500 cestas básicas.

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA

OBJETIVO GERAL

Promover o acesso e a elevação da renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza por meio da concessão de benefícios de transferência de renda no Distrito Federal.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6228 - Transferência de Renda	69.337.611	94.698.995	93.628.332	90.542.575	
4160 -Cadastramento das Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza	300.000	0	0	0	
0001 - Cadastramento das Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza -Distrito Federal	300.000	0	0	0	35
4162 -Complementação do Benefício do Programa Bolsa Família	63.691.763	84.560.350	84.560.350	84.560.350	

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
0001 - Complementação do Benefício do Programa Bolsa Família -Distrito Federal	63.691.763	84.560.350	84.560.350	84.560.350	36/37/62
4232 -Ações Complementares ao Programa de Transferência de Renda	5.345.848	10.138.645	9.067.982	5.982.225	
0001 - Ações Complementares ao Programa de Transferência de Renda -Distrito Federal	5.145.848	10.138.645	9.067.982	5.982.225	39/40

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Promover o acesso e a elevação da renda, como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza por meio da concessão de benefícios de transferência de renda no Distrito Federal.

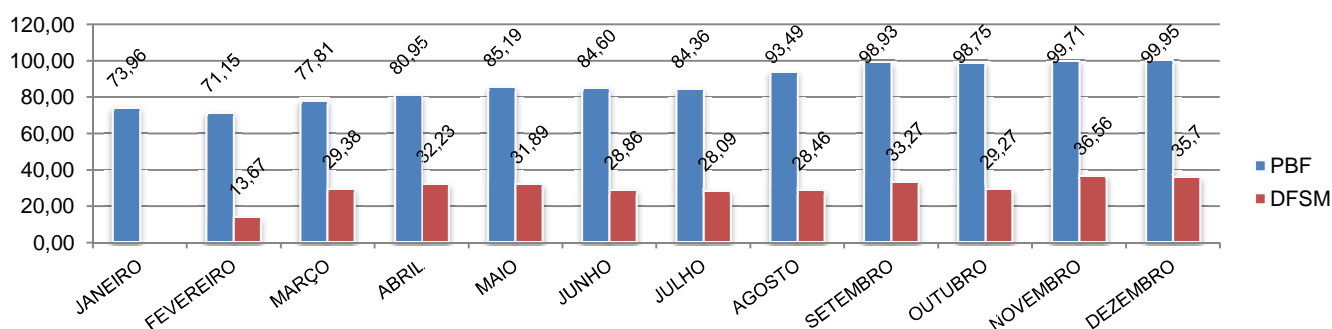
Indicadores

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Abrangência do Cadastro Único para Programas Sociais no DF	%	-	-	Anual	50	100	100	100	Cadastro Único PNAD/IBGE ; censo IBGE
Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil educação (crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.	%	88,28	30/06/2011	Bimestral/Anual	88	89	90	92	Sistema De Condicionalidade s/Sicon Senarc-Mds
Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil saúde (vacinação, crescimento e desenvolvimento das crianças (vigilância nutricional) de 0 a 7 anos incompletos e acompanhamento da saúde e/ou pré - natal e de mulheres com idade entre 14 a 44 anos.	%	25,77	02/07/2011	Semestral/Anual	35	45	55	65	Sistema De Condicionalidade s/Sicon Senarc-Mds
Taxa de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família com complemento de recursos do GDF	%	53	31/07/2011	Anual	75	85	100	100	Sedest/Sutrar

A política de Transferência de Renda, no ano de 2012, convergiu para a consolidação dos processos e atividades relativos ao Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO como único cadastro de identificação social de famílias pobres do DF e de seleção para programas sociais e à nova política de transferência de renda do DF, integrante do Plano DF sem Miséria.

Em sintonia com o Plano Brasil Sem Miséria lançado pelo Governo Federal em de junho de 2011, o Governo do Distrito Federal lançou o Plano Pela Superação da Extrema Pobreza - DF sem Miséria, por meio da Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, regulamentado pelo Decreto nº 33.329. O DF Sem Miséria - DFSM estabeleceu ações integradas e articuladas das diversas políticas públicas com vistas à garantia de direitos de cidadania e superação da extrema pobreza no DF, por meio de acesso à renda, serviços públicos, projetos de inclusão produtiva e geração de emprego e renda.

A partir do Plano, a política de transferência de renda do DF passou a ter centralidade no Programa Bolsa Família - PBF. O GDF potencializa a proteção que este programa proporciona às famílias pobres e extremamente pobres complementando com recursos próprios, os valores financeiros do PBF. As famílias beneficiárias do PBF que, após o recebimento dos benefícios, apresentarem renda per capita inferior a R\$100,00, recebem recurso financeiro do GDF, a título de complementação, até atingirem renda per capita de R\$100,00, conforme a Lei 4.737/2011. Os valores do complemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, proporcionando às mais pobres receberem mais recurso de complementação do Plano DF sem Miséria. Desta forma, a política de transferência de renda do DF proporciona mais proteção a quem mais precisa, além de elevar e garantir às famílias patamar mínimo de dignidade.

Programa Bolsa Família x DF Sem Miséria – 2012**Quantitativo de Famílias**

Conforme dados apresentados acima, verifica-se que houve ampliação do quantitativo de famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família, com ou sem complementação financeira do GDF – Plano DF em Miséria, no decorrer do ano de 2012.

Esse resultado demonstra que o objetivo de promover acesso aos benefícios de transferência de renda, com vistas à elevação da renda e a redução da pobreza foi alcançado, o que se deve a um conjunto de ações realizadas pela SEDEST parceiros, no âmbito da gestão da política de Transferência de Renda, do CADÚNICO e das Ações Complementares, que contribuíram para o acesso e a manutenção dos benefícios de transferência de renda, quais sejam:

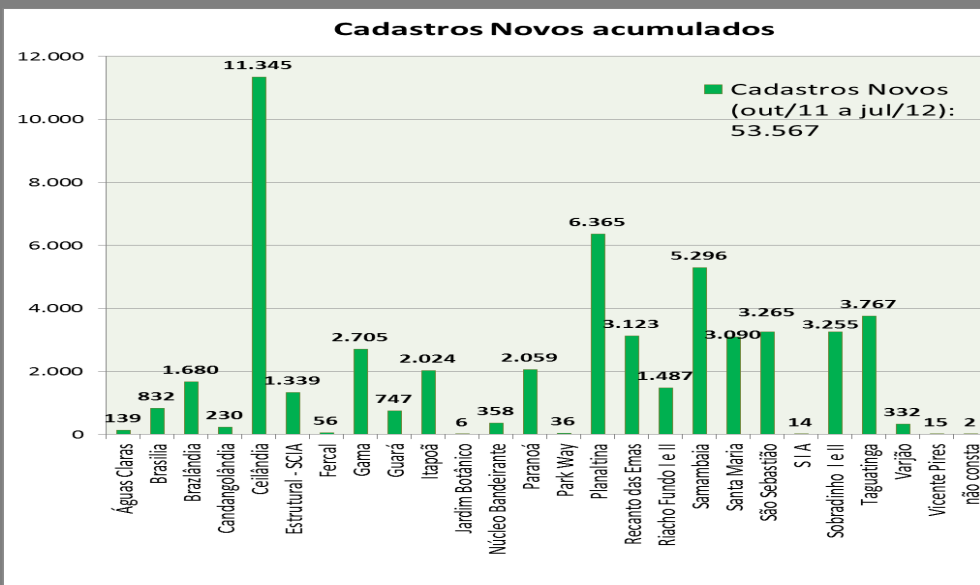
- Realização de Busca Ativa para cadastrar e atualizar cadastros de famílias pobres e extremamente pobres do DF - ação de grande importância, uma vez que somente as famílias que estão cadastradas no CADÚNICO, e que estão com seus cadastros atualizados, podem concorrer ao Programa Bolsa Família e/ou complementação financeira do DF Sem Miséria, observados os critérios de elegibilidade dos programas. A Busca Ativa contou com o envolvimento de vários setores integrantes da SEDEST e com a colaboração e parceria de vários órgãos governamentais e organizações sociais, especialmente no período de outubro de 2011 a julho de 2012, identificando grupos e áreas vulneráveis (famílias residentes em áreas mais remotas e as que vivem em regiões urbanas conflagradas pela violência; catadores de materiais recicláveis, comunidades tradicionais, dentre outras). O amplo e diversificado processo de mobilização atingiu 158.808 famílias, sendo que 53.567 famílias realizaram seu cadastramento no CADÚNICO e 105.241 famílias tiveram seus cadastros atualizados;

- Consolidação da nova política de transferência de renda do DF e finalização do processo de extinção do Programa Vida Melhor que implicou no aumento da inserção das famílias no PBF e do acesso à complementação do DFSM;

- Melhoria nos processos de gestão da transferência de renda e do CADÚNICO no âmbito da Secretaria, proporcionando aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, e consequentemente aos usuários, melhor compreensão acerca do acesso e manutenção dos benefícios;

- Aumento e qualificação de oferta de assessoramento e capacitação aos CRAS, em conteúdos relacionados ao Cadastro Único, ao Programa Bolsa Família e à nova política de transferência de renda do DF, proporcionando melhoria nas informações e orientações aos usuários para acessarem e/ou manterem os benefícios de transferência de renda;

- Redução do quantitativo de cartões em estoque nas agências da CAIXA (cartões do PBF e do PBF+DFSM não entregues em função da não localização das famílias pelo correio) - a redução ocorreu devido a ações desenvolvidas junta a CAIXA para melhorar a gestão da confecção e disponibilização de cartões do Programa Bolsa Família e da complementação do Plano DF Sem Miséria. Parcerias realizadas com a Secretaria de Educação do DF para a distribuição de cartões também contribuíram para o acesso aos cartões e, consequentemente, dos benefícios de transferência de renda.

TERRITÓRIOS
VULNERÁVEIS
ATINGIDOS:**AÇÕES DE BUSCA ATIVA**

- Mapeamentos, Reuniões com a comunidade, Agendamentos e Cadastramento

412

204

A garantia de renda articulada com a inclusão das famílias em atividades de acompanhamento no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dá condição de acesso a serviços de outras políticas setoriais e é compreendida como a estratégia mais adequada para a superação da miséria.

No que se refere às Ações Complementares, vale destacar:

- Aumento da cobertura de acompanhamento de famílias em descumprimento de condicionalidades pelos CRAS e CREAS e de famílias que, mesmo recebendo o complemento financeiro do Plano DFSM ainda apresentavam situação de miséria. A identificação e acompanhamento dessas famílias, além de promover a manutenção de seus benefícios, proporcionam a inserção em ações complementares de convívio/fortalecimento de vínculos, qualificação profissional, alfabetização, etc;

- Fortalecimento do Comitê Gestor do PBF no Distrito Federal, com reuniões sistemáticas entre os representantes das três Secretarias de Estado: Educação, Saúde e SEDEST;

- Realizado o *I Encontro Intersectorial do Programa Bolsa Família no Distrito Federal*, cujo principal objetivo foi a mobilização para criação e fortalecimento de Comitês nas diversas Regiões Administrativas do DF. Estes comitês devem promover e fortalecer as redes de apoio de cada Região do DF, na identificação dos motivos do não cumprimento das condicionalidades do PBF (educação: frequência na escola e saúde; vacinação de crianças e pré-natal de gestantes atualizados).

- Produção e disponibilização de dados sistematizados do CADÚNICO para diversos órgãos do GDF, para fins de planejamento e inserção de famílias do PBF em ações complementares, especialmente aquelas relacionadas ao *Plano Brasil sem Miséria* e o *Plano DF sem Miséria*, tais como: PRONATEC, EMATER, Subsecretaria de Qualificação e Capacitação Profissional – QUALICOPA, etc.

A SEDEST desenvolveu atividades que repercutem positivamente na política de transferência, como a consolidação do Plano DF sem Miséria, em estrita observância aos eixos estratégicos quais sejam: garantia de renda; acesso a serviços públicos; inclusão produtiva e geração de emprego e renda. Tais eixos são compostos por atividades desenvolvidas por várias políticas públicas no âmbito do Distrito Federal, sendo que a Coordenação do Comitê Intersectorial e do Comitê Gestor do Plano ficam a cargo do titular desta Pasta.

Atividades apoiadas pela secretaria**Quanto ao Plano DF sem Miséria**

- Finalizado o processo de migração, para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal/CadÚnico, de dados das famílias do DF que, anteriormente, estavam dispersos em outras bases cadastrais;

- Incrementada a Busca Ativa das famílias extremamente pobres para ingresso em programas sociais, após inserção no CadÚnico. Estão cadastradas, cerca de 255 mil famílias com as informações validadas;
- Garantia de acesso à renda a 99 mil famílias, por meio do Programa Bolsa Família;
- Implantada a complementação de renda, com recursos próprios do GDF a 35.905 famílias, para que essas alcancem pelo menos R\$100,00, por membro;
- Repasse de alimentos nutritivos (pão, leite e derivados), para cerca de 120 entidades de Assistência Social, além de creches conveniadas com a Secretaria de Educação, atingindo mais de 23 mil crianças, adolescentes, adultos e idosos;
- Implantado, o âmbito do DF, pactuações federais do Plano Brasil sem Miséria, a exemplo do PRONATEC, ACESSUAS e Projeto Empreendedores do SEBRAE;
- Cooperação Técnica com a CEB (tarifa de energia para as famílias do CadÚnico) e com o BrB (espaços de convivência e bilhetagem nos Restaurantes Comunitários).

Quanto às Instâncias de Controle Social:

- **CAISAN/DF:** Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional.
- **CONSEA/DF:** Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal.
- **CAS/DF:** O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal-CAS/DF é órgão colegiado, integrante do Sistema Único de Assistência Social, de natureza participativa e representativa na gestão democrática da Política de Assistência Social com atribuições “normativa, consultiva, deliberativa e fiscalizadora”.

A gestão 2012/2013 buscou o investimento no aperfeiçoamento contínuo dos Conselheiros e pelo Controle Social da Política de Assistência Social no Distrito Federal. Dentre as realizações do CAS/DF destacam-se:

- Reuniões Ordinárias: 11(onze);
- Reuniões Extraordinárias: 05(cinco);
- Apresentações realizadas no Pleno 06 (seis):
 - Política de Transferência de Renda no DF;
 - Ações da SEDEST/2012;
 - Ações de Provisão Alimentar Institucional para população em situação de vulnerabilidade social, ou com insegurança alimentar e nutricional, acolhidas em unidades públicas ou privadas da rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, conforme disposto no inc. III do art.18 do Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011 e discussão da Lei nº. 4.601/2011 que institui Plano DF Sem Miséria;
 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
 - Resolução CAS/DF nº. 21, de 03 de abril de 2012, que estabelece critérios e procedimentos para inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como de serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social, perante o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; e
 - Nova NOB-SUA
- Comissões temáticas:
 - Comissão de Orçamento e Finanças-COF: 06(seis) Reuniões Ordinárias e 01(uma) Reunião Extraordinária;
 - Comissão de Política-CPAS: 06(seis) Reuniões Ordinárias;
 - Comissão de Legislação e Normas-CLN: 08(oito) Reuniões Ordinárias e 01(uma) Reunião Extraordinária;
 - Reuniões Conjuntas entre as Comissões Temáticas: 01(uma) entre a COF e a CPAS e 01(uma) entre as três Comissões.
- Tramitação de processos em 2012.

Do total de 157 processos que tramitaram em 2012, foram deliberados 66 processos sendo 55 deferidos e 11 indeferidos.

A Secretaria Executiva realizou em 2012 parte do preenchimento do formulário eletrônico com informações sobre as entidades de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos nos Conselhos de Assistência Social, conforme a Portaria SNAS nº 403, de 28 de junho de 2012.

– Resoluções e Portarias publicadas:

• Foram publicadas em 2012, uma Portaria Conjunta com a SEDEST para convocação ordinária da X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal-DF e 100 (cem) resoluções, sobre temas diversos afetos à política de assistência social como:

• critérios e procedimentos para inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como de serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social; processo eleitoral;

• inscrição de entidades e organizações de assistência social (novas, manutenção e cancelamento);

• expansão qualificada dos serviços socioassistenciais do cofinanciamento federal;

• aprovação de reprogramação de Superávit Financeiro;

• aprovação da proposta orçamentária do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF, para o exercício de 2013;

• aprovação da prestação de contas do exercício de 2011;

• aprovação da aplicação dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD/SUAS no Plano do Distrito Federal para a Capacitação no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social-SUAS;

• critérios e prazo para a concessão de benefícios eventuais;

• aprovação do Projeto de Aquisição de Materiais de Consumo e Contratação de Serviços de Terceiros para execução de serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial.

Além disso, o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal-CAS/DF participou de seminários, encontros, reuniões sobre temas relevantes para o exercício do controle social da política de assistência social no Distrito Federal, num total de 11 (onze) eventos.

Para o exercício de 2013 estão postos alguns desafios para o CAS/DF, entre eles:

▪ Realização de Processo Eleitoral para preenchimento de vagas a 2ª, 3ª e 4ª suplências do segmento de Entidade e Organizações de trabalhadores do SUAS;

▪ Plano de Fiscalização e Acompanhamento da Rede Socioassistencial e da SEDEST;

▪ Acompanhamento do Programa Bolsa Família – PBF;

▪ Realização da X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal;

▪ Revisão do Regimento Interno;

▪ Revisão da Resolução CAS/DF nº. 21/2012; e

• Realização de Audiência Pública.

A atuação da SEDEST quanto ao trabalho social relacionado aos Projetos de Trabalho Técnico Social – PTTS, voltados à melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias, registrou, os seguintes avanços:

PTTS – Sol Nascente

Apresentação do Projeto Social e de Engenharia; Levantamento sócioeconômico de 269 famílias; Visita às obras; Plantão Social; Reunião com as 53 famílias a serem realocadas e Envio à Caixa Econômica Federal da Reprogramação do Projeto de Trabalho Técnico Social.

PTTS – Vila Estrutural

Envio à Caixa Econômica Federal da Reprogramação do Projeto de Trabalho Técnico Social e Reunião com as 316 famílias das unidades habitacionais que demandam reforma.

Vila Dnocs (Sobradinho)

Atividades	Mês / Atendimento
Janeiro	
Plantão Social	32 atendimentos
Visita as Obras	07 participantes
Reunião de Repasse de Informações	94 famílias participantes
Fevereiro	
Plantão Social	30 atendimentos e 35 encaminhamentos para cursos de Governança (camareira), Garçom, Serviço Administrativo
Visita as Obras	05 participantes
Vistoria das Unidades Habitacionais	27 casas vistoriadas
Março	
Plantão Social	22 atendimentos
Vistoria das Unidades Habitacionais	33 casas vistoriadas
Visita as Obras	04 participantes

Atividades	Mês / Atendimento
Reunião de Repasse de Informações	35 famílias participantes
Casa Linda Casa Limpa	35 famílias participantes
Despertar para a Escola	31 inscrições para o DF Alfabetizado
Abril	
Plantão Social	07 atendimentos e 08 encaminhamentos para cursos profissionalizantes.
Vistoria das Unidades Habitacionais	28 casas vistoriadas
Visita as Obras	04 participantes
Reunião de Repasse de Informações	26 famílias participantes
Casa Linda Casa Limpa	26 famílias participantes
Mai	
Plantão Social	32 atendimentos
Vistoria das Unidades Habitacionais	29 casas vistoriadas
Visita as Obras	03 participantes
Reunião de Repasse de Informações	25 famílias participantes
Casa Linda Casa Limpa	25 famílias participantes
Junho	
Plantão Social	39 visitas domiciliares
Vistoria das Unidades Habitacionais	48 casas vistoriadas
Visita as Obras	02 participantes
Despertar para a Escola	Implantação de duas turmas do DF Alfabetizado na Vila DNOCS
Julho	
Vistoria das Unidades Habitacionais	49 casas vistoriadas
Visita as Obras	04 participantes
Reunião de Repasse de Informações	48 famílias participantes
Casa Linda Casa Limpa	48 famílias participantes
Agosto	
Reunião de Repasse de Informações	41 famílias participantes
Casa Linda Casa Limpa	41 famílias participantes
Setembro	
Atividade	Atendimento
Plantão Social	59 atendimentos
Ação DNOCS	429 famílias beneficiárias
Outubro	
Plantão Social	44 fichas de atendimento e 89 inscrições para os cursos de manicure, pedicure e depilação.
Reunião de Repasse de Informações	11 famílias participantes
Novembro	
Plantão Social	28 inscrições para o DF Alfabetizado e 45 visitas domiciliares
Reunião de Repasse de Informações	29 famílias participantes
Dezembro	
Plantão Social	30 inscrições para o DF Alfabetizado
Visita técnica para reparo das unidades habitacionais	Equipe técnica e fiscal da obra

Estatísticas relacionadas à execução do Programa Bolsa Universitária - PBU, que em 2012 apresentou os seguintes resultados:

Fluxo de estudantes atendidos em 2012

Especificação	Número de Estudantes
Existentes no final de 2011	1731
Readmitidos no ano de 2012	22
Desligados no ano de 2012	541
Existentes no final do mês de 2012	1190

Dentre as famílias pobres e extremamente pobres há o seguimento de catadores e catadoras de materiais recicláveis, que atua na ação ambiental e também tem um forte caráter para geração de trabalho e renda.

Como se sabe, a pobreza tem diversas dimensões e exige articulação das Políticas Públicas com olhar específico para aqueles que sempre foram excluídos do acesso a direitos sociais básicos, de forma a garantir equidade de oportunidades no exercício da cidadania a todos. O enfrentamento das situações de pobreza e extrema pobreza demandam, entre outras medidas, o desenvolvimento de capacidades e a oferta de oportunidades que auxiliem as famílias e indivíduos no processo de superação das vulnerabilidades e potencializem os efeitos das transferências condicionadas de renda na redução das desigualdades.

Neste sentido, no ano de 2012 a SEDEST criou a Subsecretaria de Fomentos e Parcerias – SUPAR, buscando potencializar a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal e de outros segmentos que demandem ações específicas.

Conforme levantamento de dados realizado recentemente pela SEDEST, identificou-se 2.856 catadores e catadoras de materiais recicláveis no DF. Existem 24 cooperativas vinculadas à Central de Cooperativas – CENTCOOP, sendo que existem outras duas cooperativas que não são vinculadas na referida Central. Também foram mapeados 46 catadores e catadoras de materiais recicláveis sem vínculo com as cooperativas.

Segundo informações do GDF, é tímida a quantidade de resíduos gerados no território e encaminhados para reciclagem, que é realizada por catadores e catadoras sem o devido acompanhamento dos órgãos públicos.

A inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis, tem se dado através de 33 (trinta e três) empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos em conformidade com as ações do Plano de Superação da Extrema Pobreza que visa a:

- I. redução das desigualdades sociais e superação da extrema pobreza;
- II. elevação da qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre;
- III. oferta de serviços públicos voltados às famílias pobres e extremamente pobres, compreendendo:
 - a) segurança alimentar e nutricional;
 - b) assistência social;
 - c) habitação e saneamento;
 - d) educação;
 - e) saúde.

IV. geração de emprego e renda, visando à promoção social das famílias pobres e extremamente pobres.

Os Programas de inclusão socioeconômica desenvolvidos pela SEDEST estão baseados na Política Nacional de Assistência Social (Lei nº 8742 de 12/1993, alterada pela Lei nº 12435 de 2011, especialmente o art. 2º, inciso I, parágrafo c- promoção da integração ao mercado de trabalho) e na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305 de agosto de 2010, que reúne os princípios, objetivos instrumentos, diretrizes, metas e ações integradas pela união isoladamente ou em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios e Particulares para a gestão integrada dos resíduos sólidos.

As principais ações desenvolvidas em 2012 foram:

- Ação para inclusão dos catadores no CADUNICO;
- Concessão, nos termos da Lei 12305/2010, de Benefício Vulnerabilidade para os catadores devido à situação de pobreza dos mesmos, no final do ano em decorrência das chuvas;
- Captação de recursos para inclusão social e econômica dos Catadores – parceria SENAES/TEM - Programa Pró Catador - que pretende identificar, sensibilizar e incluir no CADÚNICO 2.000 catadores, propiciando-lhes atendimento diferenciado e acesso às políticas públicas, em especial inclusão produtiva dos catadores atuantes no lixão da estrutural, os isolados de diferentes pontos do DF e os catadores organizados em cooperativas ou associações. Além disso, o projeto visa à formação e assessoria técnica, a fim de fortalecer empreendimentos já constituídos e regularizados, com o objetivo de aprimorar conceitos e fortalecer grupos de catadores por meio de capacitação e treinamento. Tem ainda objetivo como integrar e articular as ações, do Governo Federal e do Distrito Federal.

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6009 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 -Realização de Eventos	100.000	0	0	0	
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	100.000	1.200.000	1.000.000	617.211	
9704 - Reforma de Prédios e Próprios - SEDEST- Plano Piloto	100.000	1.000.000	1.000.000	617.211	17
4088 -Capacitação de Servidores	200.000	107.609	107.608	104.848	
0046 - Capacitação de Servidores - SEDEST- Plano Piloto	200.000	107.609	107.608	104.848	9
8502 -Administração de Pessoal	162.800.000	147.216.512	147.037.362	147.037.362	
0033 - Administração de Pessoal - SEDEST- Plano Piloto	162.800.000	147.216.512	147.037.362	147.037.362	2 e 61

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	7.680.000	7.285.000	7.173.164	7.173.164	
0033 - Concessão de Benefícios a Servidores -SEDEST- Plano Piloto	7.680.000	7.285.000	7.173.164	7.173.164	3,4 e 5
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	40.700.250	20.939.091	20.826.865	17.741.039	
0032 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - SEDEST	40.700.250	20.939.091	20.826.865	17.741.039	6

Em que pese não terem sido liberados recursos para a realização de eventos, ao longo de 2012 a SEDEST obteve êxito na realização de importantes atividades como: Realização do Seminário “1º ano do Plano DF sem Miséria” - nos dias 17 e 18 de outubro de 2012, a Sedest realizou o Seminário "1 Ano do Plano DF Sem Miséria: Balanço e Perspectivas". Durante o evento, foi realizada avaliação das ações desenvolvidas no primeiro ano do Plano, implementado com objetivo de superar a pobreza e a extrema pobreza no Distrito Federal, e ainda foram divulgadas e apresentadas atuações intersetoriais realizadas pelos demais órgãos do GDF. O seminário reuniu aproximadamente 400 participantes, que debateram os desafios para ampliar o acesso aos serviços públicos, ações de qualificação profissional e inclusão produtiva, além das perspectivas a serem traçadas para o Plano DF Sem Miséria.

Em 2012 destacam-se as seguintes atividades de reformas, construções e manutenção de prédios e próprios:

- Reformas realizadas: Casa Lar localizada na M-Norte; Casa de Passagem TCB/Giração; 03 Galpões do ALBERCON; Restaurante Comunitário de Samambaia; casa 11 ABRIRE e Casa de Passagem Feminina – Casa Flor;

- Manutenção preventiva Ed. Touring;
- Instalação e correções elétricas para instalação de Ar condicionado 515 Norte;
- Alamedado COSE Vila São José Brazlândia;
- Cobertura com telha metálica da Gerência de Transportes;
- Implantação do CRAS Areal; Centro POP Taguatinga e do Centro POP Ceilândia;
- Reforma para implantação das Unidades no Ed. Touring;
- Manutenção, reforma, instalação de divisórias, pintura, colocação de vidros, colocação de alamedados e azulejos nos Restaurantes Comunitários de Sobradinho, Gama, Brazlândia, Paranoá, São Sebastião, Planaltina, Recanto das Emas, Estrutural, Samambaia e Ceilândia.

No sentido de ampliar e potencializar conhecimentos das equipes que atuam nas diversas áreas da SEDEST, em 2012 foram capacitados 640 pessoas, entre servidores e gestores, em temas afetos à gestão e implementação das políticas sob a responsabilidade da Secretaria - promoção de formas, ações e estratégias de aprendizagem que possibilitem ao corpo funcional da Secretaria, a aquisição e o aprimoramento de competências que agreguem valor à instituição e ao indivíduo, atendendo padrões de qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho e pela missão institucional. As atividades realizadas estão discriminadas no quadro a seguir.

Atividades de Treinamento e Capacitação

Nº	Atividade	Período de Realização	Objetivo	Resultados Obtidos
01	Básico de Excel	Janeiro a fevereiro de 2012	Potencializar conhecimentos dos principais recursos do Excel como a elaboração de planilhas, sua edição, cálculos básicos e formatação.	O curso foi realizado em 20 horas/aula. 06 servidores capacitados, sendo: 03 – SUBSAS; 03 – SUAG.
02	Avançado de Excel	Janeiro a fevereiro de 2012	Conhecer novos recursos para aprimorar a utilização do Excel.	O curso foi realizado em 20 horas/aula. 03 servidores capacitados, sendo: 02 – SUBSAS; 01 – SUAG.
03	Básico de Word	Janeiro a fevereiro de 2012	Demonstrar os recursos do Word desde como abrir e salvar documentos; copiar, inserir e excluir textos; a formatação de caracteres, margens e páginas; inserção de colunas, figuras, tabela entre outras funcionalidades básicas.	O curso foi realizado em 20 horas/aula. 03 servidores capacitados, sendo lotados na SUBSAS.
04	Avançado de Word	Fevereiro de 2012	Conhecer novos recursos para aprimorar a utilização da ferramenta Word.	O curso foi realizado em 20 horas/aula. 05 servidores capacitados, sendo: 04 – SUBSAS; 01 – SUAG.
05	Executores de Convênios PBU	Fevereiro de 2012	Capacitar executores de convênio do Programa Bolsa Universitária	O curso foi realizado em 12 horas/aula. 49 servidores capacitados, sendo lotados na SUTRAR.
06	LIBRAS	Fevereiro a abril de 2012	Oferecer uma oficina de LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, com aspectos linguísticos inerentes à língua, respeitando, contudo a regionalidade e sinais brasileiros.	O curso foi realizado em 60 horas/aula. 52 servidores capacitados, sendo: 49 – SUBSAS; 03 – UAG.
07	Seminário: Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do GDF	Abril de 2012	Conhecer sobre os direitos e deveres do servidor público diante da LC nº 840/2011	O curso foi realizado em 08 horas/aula. 36 servidores capacitados, sendo: 10 – SUBSAS; 21 – UAG; 04 – SUTRAR; 01 – SUBSAGI.
08	Capacitação SIDS - Módulo SUAS	Abril de 2012	Conhecer o sistema SIDS - Módulo SUAS	O curso foi realizado em 09 horas/aula. 88 servidores capacitados, sendo: 83 – SUBSAS; 03 – SUAG; 01 – UTEC; 01 – SUBSAGI.
09	Sanções Administrativas - Penalidades Aplicáveis às Modalidades da Lei nº. 8.666/93 - ONE Cursos	Março de 2012	Capacitar os participantes a preparar especificações técnicas, projetos básicos e termos de referência que assegurem processos de licitação econômicos e juridicamente eficientes.	O curso foi realizado em 24 horas/aula. 04 servidores capacitados, sendo: 03 – SUBSAN; 01 – SUAG.
10	Workshop "O Contador de Histórias" - Visões e Desafios	Abril de 2012	Sensibilizar os servidores para prestar um melhor serviço à população.	O curso foi realizado em 08 horas/aula. 15 servidores capacitados, sendo: 14 – SUBSAN; 01 – SUAG.
11	Informática - módulo básico - Gerência de Treinamento e Capacitação	Maio de 2012	Conhecer as ferramentas mais importantes da informática e aprender como adequá-las no trabalho.	O curso foi realizado em 20 horas/aula. 05 servidores capacitados, sendo: 02 – SUBSAN; 03 – UAG.
12	Workshop Sustentabilidade na Administração Pública	Maio de 2012	Inserção de critérios ambientais e sociais no ambiente de trabalho e uma reflexão no modo de perceber as relações coletivas dentro de um constante aprimoramento da qualidade de vida do trabalhador, sua saúde e bem-estar.	O curso foi realizado em 04 horas/aula. 25 servidores capacitados, sendo: 07 – SUBSAN; 01 – SUAG.
13	Redação Oficial	Maio de 2012	Capacitar a redigir documentos oficiais de forma clara e objetiva, bem com aprofundar na contextualização dos temas para melhorar o desempenho na escrita de forma planejada e organizada	O curso foi realizado em 20 horas/aula. 47 servidores capacitados, sendo: 41 – SUBSAN; 04 – UAG; 01 – SUBSAN; 01 – SUTRAR.
14	Gestão de Documentos	Maio de 2012	Apresentar alternativas para a gestão de arquivos públicos com o propósito de	O curso foi realizado em 32 horas/aula. 01 servidor capacitado, sendo lotado

Nº	Atividade	Período de Realização	Objetivo	Resultados Obtidos
	Públicos		viabilizar programas de gestão de documentos que condicionem o órgão a preservar e proporcionar acesso aos seus documentos e processos.	na UAG.
15	Ética e Relação Interpessoal no Serviço Público	Maio de 2012	Informar e discutir a respeito da ética e a relação interpessoal.	O curso foi realizado em 20 horas/aula. 25 servidores capacitados, sendo: 21 – SUBSAN; 03 – SUAG; 01 - SUTRAR
16	Terapia Comunitária Integrativa – MISMEC/DF	Junho a dezembro de 2012	Promover a formação de pessoas para atuarem com grupos de terapia comunitária integrativa, exercendo assim, a construção de redes solidárias, prevenção e inserção social de indivíduos, famílias e comunidades que vivem em situação de crise e sofrimento psíquico.	O curso foi realizado em 360 horas/aula. 30 servidores capacitados, sendo todos lotados na SUBSAS.
17	Administração Financeira Pessoal	Junho a novembro de 2012	Controlar as finanças pessoais de forma a mudar o status de tomador para investidor de recursos e valorizá-los no curto, médio e longo prazo, a fim de obter mais qualidade de vida para si e para os familiares.	O curso foi realizado em 09 horas/aula. 83 servidores capacitados, sendo: 61 – SUBSAS; 18 – SUAG; 02 – SUTRAR; 02 – SUBSAGI.
18	Especialização Planejamento Econômico e Finanças com Foco nos Estados e Municípios	Fevereiro de 2012 a agosto de 2013	Especializar, habilitar e atualizar profissionais para desempenhar atividades inerentes ao processo de execução do Planejamento Econômico e Finanças Públicas dos Estados e Municípios.	O curso terá 360 horas/aula. 03 servidores capacitados, sendo lotados na SUAG.
19	3º Congresso de Gestão Pública - Gestão Estratégica de Pessoas e Inteligência Pública	Julho de 2012	Reunir temas de grande relevância para o setor público e criar uma oportunidade única de aprendizado e troca de experiências entre órgãos e entidades ligadas ao Estado para agregar valor público.	O curso foi realizado em 24 horas/aula. 01 servidor capacitado, sendo lotado na SUAG.
20	Capacitação em Políticas no Âmbito da SEDEST	Agosto de 2012	Capacitar os servidores ocupantes de cargo em comissão, no que cerne as Políticas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, e Transferência de Renda.	O curso foi realizado em 17 horas/aula. 125 servidores capacitados, sendo: 82 – SUBSAS; 13 – SUBSAN; 06 – CAS/DF; 03 – SUPAR; 10 – SUAG; 01 - GABINETE; 05 – SUBSAGI; 01 – CONTROLADORIA INTERNA; 04 - SUTRAR
21	Averbação por Tempo de Serviço e de Contribuição no Serviço Público	Agosto de 2012	Capacitar os participantes nos institutos indispensáveis ao conhecimento dos princípios básicos da Administração Pública, em especial no tocante à averbação de tempo de serviço e de contribuição inerentes aos servidores públicos.	O curso foi realizado em 14 horas/aula. 04 servidores capacitados, sendo lotados na SUAG.
22	XI Curso sobre Lei de Responsabilidade e Fiscal – ABOP	Agosto de 2012	Propiciar a possibilidade de que suas ações pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal se pautem dentro da legalidade e nos balizadores de natureza prática, já consagrados no âmbito dos órgãos fiscalizadores da despesa pública, na jurisprudência pertinente e nas doutrinas administrativa e financeira nacionais, estimulando-lhes a uma cultura crítico-reflexiva sobre o assunto e ao rompimento para com o amadorismo operacional e com atavismo por ensaio e erro, causador de tantos prejuízos aos administradores públicos dos Três Poderes, na medida em que inadimplências no SIAFI e tomadas de contas especiais prejudicam os concedentes federais e as comunidades e governos municipais e estaduais.	O curso foi realizado em 20 horas/aula. 12 servidores capacitados, sendo lotados na SUAG.

Nº	Atividade	Período de Realização	Objetivo	Resultados Obtidos
23	Gestão de Convênios e Contrato de Repasse	Novembro a dezembro de 2012	Discutir a importância do SICONV como sistema gerenciador das transferências voluntárias da união, à luz dos marcos da Administração Pública e do Orçamento Público; divulgar adequadamente os objetos de convênios; formalizar o convênio de acordo com as normas estabelecidas pelo Governo Federal; gerir a execução do convênio sob a ótica do concedente; analisar a prestação de contas; instaurar o processo de tomada de contas especial.	O curso foi realizado em 20 horas/aula. 04 servidores capacitados, sendo lotados na SUBSAS.
24	Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência	Novembro de 2012	Capacitar os profissionais que executam atividades direta ou indiretamente voltadas para a elaboração de Projeto Básico/Termo de Referência, disponibilizando lhes orientações e alternativas para essa gestão na SEDEST.	O curso foi realizado em 20 horas/aula. 46 servidores capacitados, sendo: 02 – UTEC; 09 – SUBSAS; 24 – UAG; 04 – SUBSAGI; 05 – SUBSAN; 02 – SUPAR.
25	Especialização em Gestão de Documentos e Informações – Teoria e Prática Arquivista	Agosto de 2012 a agosto de 2013	Qualificar profissionais que atuam no gerenciamento de arquivos nas administrações públicas federal, estadual, municipal e particulares, objetivando melhorias na qualidade dos recursos e dos serviços prestados, bem como, atender às necessidades informacionais de seus usuários.	O curso terá 420 horas/aula. 01 servidor capacitado, sendo lotado na SUAG.

O fortalecimento das ações de planejamento, orçamento e execução financeira no âmbito da Secretaria foi outro importante direcionamento definido para 2012. Neste sentido, uma medida estratégica foi a realização de oficina de planejamento. Num processo de construção de consensos e pactuação de caminhos intersetoriais para a atuação da SEDEST.

Foram considerados os compromissos firmados pela Secretaria internamente, no âmbito do GDF ou do Governo Federal, como pactos, planos, deliberações de conferências, além de planejamentos internos, propostas de ações, projetos prioritários e similares, entre eles:

- Competências da SEDEST;
- Planejamento Estratégico do GDF – macro desafios;
- Projetos da SEDEST cadastrados na Secretaria de Estado de Governo/ Coordenadoria de Articulação e Acompanhamento - Eixo: Combate à Pobreza (relativos ao monitoramento dos macro-objetivos);
- PPA SEDEST – 2012/2015;
- LOA SEDEST – 2012 (recursos GDF, recursos federais: MDS e PAC);
- Plano pela Superação da Extrema Pobreza - DF Sem Miséria;
- Pacto de Aprimoramento da Gestão do Distrito Federal no âmbito do SUAS - Plano do DF para o quadriênio de 2011 a 2014;
- Planejamento Estratégico da SEDEST de 2011;
- Avaliação dos indicadores do PPA (2011);
- Planejamento específico das Subsecretarias para 2012;
- Deliberações das Conferências (SUAS e SISAN);
- Compromissos do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a SEDEST e o MPDFT.

Como resultado do trabalho, foi produzido um Plano de Ação com atividades a serem implementadas, distribuídas em seis eixos de ação prioritários para a Secretaria, quais sejam:

- Cadastro - consolidação do cadastro único de políticas sociais como ferramenta para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas;
- Transferência de renda – implantação da nova política no DF;
- Assistência social – reordenamento e consolidação do SUAS em novas bases - ampliação da cobertura e alcance do SUAS no DF;
- Segurança alimentar e nutricional – implantação e consolidação do SISAN;
- Coordenação do DF sem Miséria e de Programas e Projetos Especiais;

– Gestão da SEDEST - reordenamento e fortalecimento das atividades da área meio, incluindo:

- Plano diretor de Tecnologia da Informação;
- Política de Avaliação e Gestão da Informação;
- Política de Contratos e Convênios;
- Política de gestão de pessoas;
- Ações de Planejamento, Orçamento e Execução Financeira;
- Política de gestão de próprios e infraestrutura;
- Fortalecimento Institucional e visibilidade das ações da SEDEST.

A operacionalização do Plano de Ação ficou sob a responsabilidade de cada Subsecretaria da SEDEST, contando com o acompanhamento e orientação da equipe de planejamento da Subsecretaria de Administração Geral. Além disso, em reuniões semanais de Subsecretários foram realizados balanços da execução do Plano de Ação.

Ainda na perspectiva do fortalecimento das ações de planejamento, orçamento, execução financeira e qualificação da gestão das políticas de desenvolvimento social sob a gestão da SEDEST, outras atividades importantes foram:

- revisão do PPA 2012-2015 e dos indicadores das ações, com a participação e envolvimento das demais Subsecretarias da SEDEST;
- promoção de ações integradas com a Subsecretaria de Assistência Social, com o Conselho de Assistência Social do DF e com o gestor federal da política;
- intensificação das ações voltadas ao descontingenciamento, de suplementação de recursos orçamentários e remanejamentos orçamentários da SEDEST e FAS/DF;
- acompanhamento de emendas parlamentares no âmbito do DF e Federal;
- inclusão de emendas Federais no SICONV;
- alimentação sistemática do SAG;
- sugestões de Emendas Parlamentares ao Orçamento da SEDEST para 2013;
- reuniões nas Plenárias do Orçamento Participativo;
- emissão de relatórios periódicos das atividades e da execução financeira dos recursos do FASDF e da SEDEST;
- definição de fluxo de aquisição de material e contratação;
- Circular nº 05/2012 – SUAG/SEDEST, que dispõe sobre procedimentos e diretrizes para elaboração de termos de Referência/Projetos Básicos;
- esforço de produzir informações gerenciais pautadas em dados concretos, estudos e pesquisas, de modo a subsidiar com qualidade, a tomada de decisão na implementação das políticas sob a gestão da Secretaria;
- coordenação por meio da SUAG, das atividades do Fórum de Subsecretários de Administração Geral do Governo do Distrito Federal – SUAGs, com a realização de reuniões sistemáticas, com vista ao fortalecimento e consolidação do compartilhamento de experiências e de boas práticas em gestão administrativa, discussão conjunta dos desafios comuns e da aproximação e integração com vistas à otimização de resultados.

Outro grande avanço alcançado em 2012 foi a elaboração do Regimento Interno da Secretaria (uma das ações do Plano de Ação da SEDEST), pois embora o documento ainda não tenha sido publicado, propiciou a delimitação do campo de ação de cada área, a discussão conjunta de temas sensíveis, a apropriação do conjunto de ações da Secretaria, entre outros aspectos importantes para o processo de eficácia gerencial no âmbito da Secretaria.

Ao longo de 2012 a Secretaria investiu no fortalecimento das unidades de assessoramento direto ao Secretário, quais sejam: Ouvidoria, Controladoria Interna, Assessoria de Comunicação Social, Unidade de Tecnologia da Informação, medida esta que impactou positivamente as realizações e o alcance de resultados.

As solicitações, recomendações, determinações e planos de providências recebidos dos órgãos de controle pertinentes à instituição foram devidamente observados e tratados pelos setores responsáveis. A SEDEST atendeu, por intermédio de sua Controladoria Interna, a todas as demandas contidas no Sistema de Auditoria do Distrito Federal - SAEWEB, participou de reuniões de apresentação e de encerramento de Auditorias e deu encaminhamento devido em mais de 160 processos de questionamentos e solicitações de auditoria.

A intervenção da SEDEST foi também qualificada a partir da diretriz definida para a Assessoria Jurídica – AJL, de uma ação mais proativa, atuando junto a outros órgãos do GDF em questões de interesse da Secretaria, como junto à NOVACAP, objetivando agilizar os procedimentos administrativos referentes à construção de Unidades de Acolhimento desta SEDEST; participando de reuniões com entidades de controle social da política de Assistência Social para a discussão de nova política de conveniamento para as atividades continuadas de Assistência Social; qualificando a elaboração de normas e regulamentações, a formatação de eventos de capacitação, como no caso do curso voltado a executores de contratos e convênios, os processos de reformulação dos Programas Sociais, a emissão de Pareceres Jurídicos acerca de diversos temas relevantes para a Secretaria e o acompanhamento de auditorias; bem como promovendo juntamente com a ASCOM, visitas às unidades finalísticas da SEDEST, para melhor compreender a atuação da Pasta.

Avançamos também no que concerne à transparência, controle e participação popular, fortalecendo a Ouvidoria, enquanto canal permanente de contato com a população do Distrito Federal. Por meio da Ouvidoria é possível fazer críticas, denúncias, elogios, reclamações, além de sugestões sobre o desempenho do serviço público prestado. Isso permite identificar e corrigir problemas, aprimorar serviços, apurar denúncias, tudo em prol da melhoria dos procedimentos administrativos. Foram implementadas atividades como a consolidação de atendentes dedicados; treinamento e capacitação de atendentes do 156 atendimento de ligações das famílias beneficiárias dos programas sociais (8.216 por ocasião das migrações de benefícios do Pão e Leite e Bolsa social para o Bolsa Família); implementação das ações relativas à Lei de Acesso à Informação – LAI; capacitação e novos *logins* *Soiweb* para toda a Secretaria; treinamento, capacitação e absorção do 0800 disk denuncia, para o 156; 1ª Capacitação geral para servidores da Sedest do TAG.

O trabalho é conduzido buscando a excelência no atendimento ao cidadão e obediência aos princípios constitucionais da Legalidade: realizando o que a lei determina; Impessoalidade: tratando a todos os cidadãos de maneira igual; Moralidade: agindo com ética e integridade; Publicidade: conferindo transparência aos atos públicos; Eficiência: buscando resultados satisfatórios, utilizando o mínimo de recursos necessários na prestação de um serviço de qualidade e eficiência.

PROGRAMA:**6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3222 - Reforma de Unidades Básicas de Saúde	150.000	0	0	0	

PROGRAMA:**6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1606 – Construção de Praça e Cultura	0	2.262.000	0	0	

PROGRAMA:**6212 – RESÍDUOS SÓLIDOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2079 -Manutenção das Atividades de Limpeza Pública	50.000	0	0	0	

PROGRAMA:**6214 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4089 -Capacitação de Pessoas	200.000	200.000	0	0	

PROGRAMA:**6219 - CULTURA**

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4090 -Apoio a Eventos	50.000	49.998	0	0	
4091 -Apoio a Projetos	180.000	0	0	0	

PROGRAMA:**6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 -Realização de Eventos	100.000	0	0	0	
3711 -Realização de Estudos e Pesquisas	250.000	0	0	0	

3. Informações complementares

Entre outras ações relevantes realizadas pela Secretaria, ainda não abordadas no presente Relatório merecem destaque algumas relacionadas à gestão das políticas públicas de desenvolvimento social, quais sejam:

Na gestão de recursos logísticos:

- Aumento da frota com 20 veículos, suprimindo as necessidades das unidades melhorando a locomoção e o atendimento à população;
- Melhorias na gestão dos serviços de telefonia fixa e móvel no âmbito da SEDEST, com redução das ligações interurbanas nas unidades; aprimoramento da prestação de contas das ligações telefônicas junto às unidades;
- Realização de campanha educativa sobre a racionalização na utilização da água nas unidades;
- Fornecimento de banheiros químicos a diversos eventos da SEDEST, incluindo, eventos de outras Secretarias do DF.

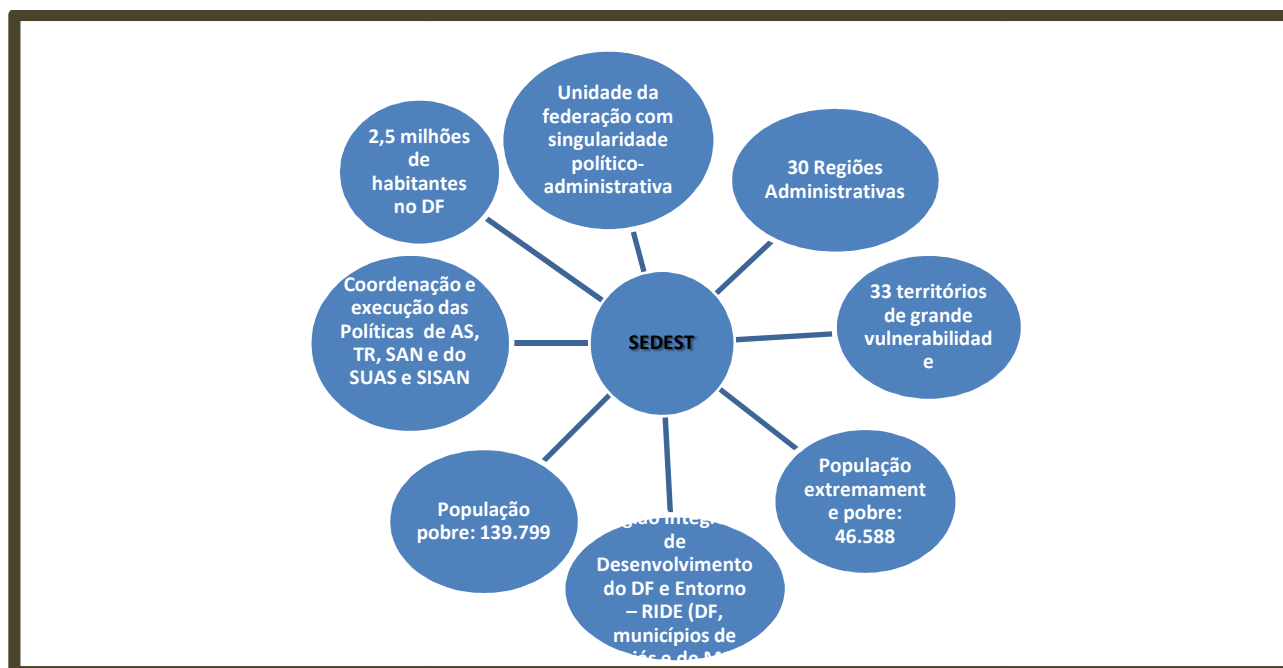
Investimento principalmente em:

- Instrumentos de planejamento, acompanhamento e controle das ações;
- Tecnologia da Informação;
- Desenvolvimento de ferramentas informacionais para coleta, organização e armazenamento de dados;
- Normativas e diretrizes;
- Comunicação adequada;
- Adequação e fortalecimento do quadro de pessoal;
- Melhores condições de trabalho;
- Cultura de monitoramento e avaliação;
- Viabilização de espaço adequado à oferta de serviços, programas, projetos e benefícios;
- Composição da força de trabalho por pessoas com vínculo com a Administração Pública;
- Capacitação e formação continuada de servidores e gestores; e
- Realização de pesquisa e estudos.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

No decorrer do exercício de 2012, em continuidade ao processo iniciado em 2011, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST promoveu o Desenvolvimento Social no Distrito Federal, por meio de diversas ações relevantes de aprimoramento e fortalecimento da gestão e da execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional, além da coordenação executiva do Plano DF Sem Miséria, alicerçadas nos princípios de gestão democrática responsável, compartilhada e transparente, e na busca da melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados e de seus impactos.

Considerando que a atuação da Secretaria está inserida em um contexto complexo, como demonstrado no quadro abaixo, foram adotados processos de gestão que obedecem a requisitos e conceitos sistêmicos e que estabelecem uma orientação integrada, buscando a melhor relação entre recurso, ação e resultado, na perspectiva de conduzir a instituição para o cumprimento de sua missão institucional.



De forma alinhada ao objetivo central de Fazer de Brasília um exemplo de Civilidade e aos macrodesafios do GDF mais diretamente ligados à SEDEST, quais sejam, Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, proporcionando acesso a serviços, gerando oportunidades de emprego e renda na área rural e urbana; e Realizar uma gestão eficaz, transparente e participativa, com foco no cidadão, definidos por ocasião do planejamento estratégico do GDF e integrantes do PPA 2012 - 2015, foram estabelecidas ações a serem implementadas no decorrer do ano, distribuídas em seis eixos prioritários para a Secretaria, consolidados no Plano de Ação da instituição, conforme mencionado anteriormente, quais sejam:

- Cadastro;
- Transferência de renda;
- Assistência social;
- Segurança alimentar e nutricional;
- Coordenação do DF sem Miséria e de Programas e Projetos Especiais;
- Gestão da SEDEST.

No desenvolvimento das atividades a Secretaria encontrou dificuldades e problemas interferiram nas realizações, sendo necessária a criatividade da equipe para driblá-los, assim como a identificação de estratégias que permitissem continuar avançando em sintonia com as demandas e necessidades da população do Distrito Federal, na perspectiva da superação da extrema pobreza, da redução de desigualdades e do desenvolvimento social.

Registram-se neste Relatório, os esforços envidados pela Unidade Gestora - UG e seus servidores no cumprimento de sua missão institucional, atingindo parcial ou integralmente e até mesmo superando, satisfatoriamente, as metas planejadas, buscando sempre vencer os desafios para continuar oferecendo serviços de qualidade a toda sociedade e justificando sua razão de ser.

De um modo geral, a SEDEST teve um bom desempenho em 2012, no entanto, entraves advindos do modelo de gestão pública imperante não puderam ser totalmente superados. Impactaram negativamente sobre parte das ações institucionais, com maior relevância nos projetos de desenvolvimento tecnológico, no monitoramento e avaliação das ações, na gestão de pessoal, e na aquisição de material e contratação de serviços, como no caso da impossibilidade de realização de concurso público, na centralização das atividades de compras e licitações, entre outros.

A partir da execução e acompanhamento do Plano de ação foi possível conhecer ainda mais a realidade da Secretaria, avaliar os caminhos trilhados e níveis de eficácia, eficiência e efetividade alcançados, bem como construir um referencial futuro para o exercício de 2013.

Nessa perspectiva e em sintonia com as prioridades do GDF estão postos alguns projetos estratégicos para a SEDEST a serem implementados no decorrer de 2013:

1. Fortalecimento das ações do Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – “Plano DF Sem Miséria”, especialmente no que tange ao acesso às políticas públicas e das ações da SEDEST relativas ao Plano de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas;

2. Ampliação do alcance de famílias, pela complementação do Plano DF Sem Miséria, por meio de alteração da Lei nº 4.737/2011 (famílias numerosas, famílias atendidas pelo Programa Brasil Carinhoso);

3. Complementação do Benefício do Programa Bolsa Família para todas as famílias do universo das atuais 4.490 100% das famílias do PBF que, após o recebimento dos benefícios, apresentarem renda per capita familiar de R\$ 100,00;

4. Concessão do benefício da Tarifa Social de Água e Esgoto para famílias do CADÚNICO, por meio de Projeto de Lei;

5. Articulação, no âmbito do Plano DF Sem Miséria, para inclusão de crianças de famílias em situação de rua no atendimento infantil em creche da política de educação e do acesso a moradias para famílias pobres e extremamente pobres do DF;

6. Conclusão do recadastramento e manutenção da suplementação do Programa Bolsa Família;

7. Aperfeiçoamento da qualidade da gestão de condicionalidades do PBF no DF;

8. Consolidação do Cadastro Único como ferramenta de planejamento e implementação de políticas públicas no DF;

9. Implantação de 13 a 15 Comitês Locais do Programa Bolsa Família, constituído por servidores da SEDEST, das Secretarias de Saúde e Educação, para promover e fortalecer as Redes de Apoio de cada região do DF e fomentar as ações intersetoriais e de diálogo entre as diferentes áreas de gestão.

10. Fortalecer ações de inclusão socioeconômica:

a. Apoio para acelerar a construção dos Centros de Triagens dos Catadores

b. Atender todos os catadores nas unidades operativas da SEDEST, de acordo com suas demandas de proteção social básica e especial (CRAS, CREAS e COSES).

c. Apoiar a inclusão social e econômica de 3.800 catadores.

d. Promover a educação técnica profissionalizante dos empreendimentos voltados aos catadores.

e. Apoiar as ações para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010.

f. Formalizar, fortalecer e ampliar a rede de cooperativas de catadores no Distrito Federal e implantar o comitê Gestor Intersetorial de inclusão Social de catadores.

g. Implementar o programa Pro Catador - Lei 7405/2010.

h. Captar recursos para implementação de ações complementares ao Programa Bolsa Família.

11. Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com:

a. Criação e instalação de novas unidades do Sistema Único de Assistência Social/SUAS

• Implantação de novas unidades de atendimento à população em situação de rua, CREAS, CRAS;

b. Ampliação, focalização e priorização da ação de acompanhamento das famílias e indivíduos, especialmente nos serviços PAIF e PAEFI;

c. Expansão e qualificação dos serviços e benefícios do SUAS;

d. Efetivo desenvolvimento de programas de combate às violações de direitos, como o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e redirecionamento do PETI para alcançar as piores formas de trabalho infantil;

• Erradicação do Trabalho Infantil e Campanha contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

• Ampliação da Abordagem social da população em situação de rua, por meio de convênio.

- Ajuste nos pisos de referência para conveniamento;
- Ampliação da oferta de vagas para atendimento a pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social e população em situação de rua.
- e. Conveniamento de dois novos serviços com entidades da Rede Socioassistencial: Acolhimento em República e em Família Acolhedora;
- f. Cumprimento das ações do Pacto de Aprimoramento da Gestão do Distrito Federal firmado pelo GDF, por intermédio desta Secretaria e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; e
- g. Realização da X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal;
- 12. Ampliação e adequada focalização das ações de Segurança Alimentar e Nutricional e efetiva implantação do SISAAN no Distrito Federal, com:
 - a. Instalação de BRB conveniências nos Restaurantes Comunitários, com acesso à internet, circuito interno de TV para educação alimentar e divulgação institucional e espaço de convivência, revitalizando os arredores dos Restaurantes.
 - b. Criação e instalação de novas unidades do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/SISAAN: Restaurante Comunitário e Cozinha Comunitária;
 - c. Implantação do sistema de cobrança de preço diferenciado nos Restaurantes Comunitários;
 - d. Investimento em ações de educação alimentar e nutricional;
 - e. Expansão de hortas e cozinhas comunitárias;
 - f. Finalização do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - g. Programa de Provimento Alimentar Institucional - cerca de 22.000 pessoas/dia;
 - h. Programa Sabor e Cidadania - espaços comunitários com hortas e atividades educativas e de promoção da saúde, implantados junto a cozinhas comunitárias.
- 13. Instalação de Coordenações Regionais de Desenvolvimento Social criadas na estrutura da SEDEST;
- 14. Publicação e Implementação do Projeto Bolsa Alfa (por membro das famílias do PBF incluídos no DF Alfabetizado e 1º Seguimento do EJA), do Projeto Agentes da Cidadania (1.000), do Projeto Caminhos da Cidadania (1.000 adolescentes/jovens); do Projeto Conexão Cidadã (100 adolescentes/jovens);
- 15. Acompanhamento das Cooperações Técnicas celebradas:
 - a. CEB - acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica para as famílias do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
 - b. SEBRAE-DF - capacitação de empreendedores individuais - 1.107 pessoas do PBF
 - c. Pronatec - Brasil sem Miséria - qualificação profissional de 3.500 pessoas de famílias do CADÚNICO, por meio de conveniamento com entidades - execução do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho no âmbito da Assistência Social/ACESSUAS-Trabalho.
- 16. Processo de transição do Projeto Lares de Cuidados Diurno - LCD para a política de educação;
- 17. Fortalecimento da ação gerencial com implantação de sistemas de gerenciamento de convênios e contratos e de gestão arquivística, entre outros; normatização e padronização de fluxos e processos de trabalho; promoção de espaços e oportunidades de compartilhamento de experiências e de boas práticas em gestão administrativa;
- 18. Realização de estudos e pesquisas afetas às políticas sob a gestão da SEDEST (Censo do Trabalho Infantil/Pesquisa da População em situação de trabalho infantil – juvenil, Avaliação do Impacto da Suplementação Financeira do Plano DF Sem Miséria ao PBF, etc.);
- 19. Política de monitoramento e avaliação das ações da Secretaria, para otimização de resultados e impactos, com fortalecimento da cultura da produção qualificada de informação e de geração de conhecimento em todos os níveis organizacionais - ampliação do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (SIDS) para todas as políticas sob gestão da SEDEST que implica na consolidação do SIDS - Módulo SUAS/DF e desenvolvimento do Módulo SISAAN/DF (Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do DF); Consolidação do Painel de Indicadores para Monitoramento e Avaliação do desempenho da SEDEST na implementação de políticas Sociais sob sua Gestão;

20.Fortalecimento e otimização da relação institucional com o parlamento, órgãos do poder judiciário e demais órgãos do poder executivo;

21.Recomposição da força de trabalho da SEDEST, por meio da realização de concurso público e capacitação dos novos servidores contratados e redimensionamento para acompanhar os avanços e demandas das políticas de desenvolvimento social;

22.Reformas parciais e gerais de prédios e próprios da SEDEST, entre eles diversos Restaurantes Comunitários como os de Sol Nascente, Ceilândia, Samambaia.

23.Eventos

- Lançamentos de novos programas
- Encontros de usuários dos serviços;
- Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil;
- Dia Mundial de Combate ao Abuso e Exploração Sexual;
- Festival Lixo e Cidadania: nos dias 23 a 27 de setembro de 2013 realizar-se-á em Brasília o XII Festival Lixo e Cidadania. Evento tradicional dos catadores do Brasil com sede em Belo Horizonte, pela primeira vez sairá de Minas Gerais para acontecer no DF;
- Seminário de 2 anos do DFSM;e
- X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal, entre outros.

O principal desafio está em consolidar um sistema de proteção social integral para o Distrito Federal, sustentável e compatível com os múltiplos e complexos desafios existentes na capital da República, capaz de articular e integrar esforços e iniciativas governamentais e não governamentais, para dar respostas positivas às necessidades e demandas da população mais vulnerabilizada pela pobreza e pelos riscos sociais.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e da política de transferência do DF, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.

O conteúdo deste Relatório representa um mérito qualitativo valorado pelas estatísticas atuais, as quais demonstram que as realizações da Secretaria têm promovido mudanças importantes na vida dos cidadãos usuários das políticas de desenvolvimento social, assegurando proteção social, reduzindo vulnerabilidades, promovendo acesso a serviços e inclusão social. Além disso, o documento garante a prestação de contas, nos termos legais e de forma transparente, do trabalho realizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal – SEDEST dentro de suas competências, consolidando, anualmente, o cumprimento de seu papel no âmbito da Administração Pública e sua importância para a sociedade do Distrito Federal.

11.1. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DF – UO: 17.902

Instituído por força da Lei Complementar nº. 08, de 19 de dezembro de 1995, o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF é um mecanismo especial de captação de receitas vinculadas à realização de ações relevantes de Assistência Social no âmbito do Distrito Federal, tal como previsto no art. 14, da Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS).

Vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal - SEDEST, o FAS/DF tem por objetivo prover recursos e meios capazes de garantir, de forma ágil, sistemática e continuada o financiamento de benefícios, serviços, programas e projetos de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

1. Realizações**PROGRAMA TÊMÁTICO:****6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****OBJETIVO GERAL:**

Universalizar a proteção social não contributiva como sistema de provisão de serviços e benefícios sociais instituídos e garantidos pelo Estado para enfrentar situações de risco social ou privações sociais já instaladas e implementar a gestão de Sistema Único de Assistência Social, com centralidade na família e no território onde esta vive.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3678 -Realização de Eventos	10.000	0	0	0	1
4118 -Acolhimento Institucional	13.774.179	13.798.890	12.405.609	1.208.463	-
0005 - Acolhimento Institucional – PSE - Acolhimento Criança e Adolescente - Distrito Federal	3.170.570	1.658.951	1.207.492	1.119.736	5/6
0006 - Acolhimento Institucional – PSE - Acolhimento Criança e Adolescente – RECONV - Distrito Federal	1.783.923	4.973.495	4.607.079	4.607.079	7/8
0007 - Acolhimento Institucional- PSE - Serviço de Acolhimento Institucional-Distrito Federal	8.101.200	3.312.069	3.164.109	2.928.719	16/17/18
0008 - Acolhimento Institucional - PSE - Serviço em Rede Conveniada - Distrito Federal	718.486	3.854.375	3.426.929	3.426.929	19/20/21/22
4153 -Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	1.649.000	2.206.056	256.275	243.622	-
0002 - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PSE - PAEFI - Em Situação de Violência Sexual - Distrito Federal	152.000	152.000	2.269	2.269	10
0003 - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos- PSE – PAEFI - Distrito Federal	1.252.000	1.659.056	254.006	241.352	23/24
4154 - Abordagem Social a Famílias e Indivíduos	150.000	141.070	1.070	1.070	-
0001 - Abordagem Social a Famílias e Indivíduos – PSE - Distrito Federal	150.000	141.070	1.070	1.070	25
4155 - Atendimento Especializado para Pessoas em Situação de Rua	832.000	442.782	83.271	31.901	-
0001 - Atendimento Especializado para Pessoas em Situação de Rua.- PSE - Centro POP-Distrito Federal	832.000	442.782	83.271	31.901	26
4156 -Acolhimento em Família Acolhedora	30.000	30.000	0	0	-
4157 – Acolhimento em República	30.000	0	0	0	-
4158 -Proteção Social Especial Para Pessoas Com Deficiência, Idosos E Suas Famílias	762.356	5.198.161	4.498.398	4.498.398	-
0001 - Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e Suas Famílias - PSE – RECONV - Distrito Federal	762.356	4.998.161	4.398.398	4.398.398	28
0003 - Proteção Social Especial Para Pessoas Com Deficiência, Idosos E Suas Famílias-Apoio Realização Seminário Potencializando Audição-Distrito Federal	0	100.000	100.000	100.000	49
4159 - Ações Complementares de Proteção Social Especial	1.000	0	0	0	-
4179 -Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF	7.095.171	4.852.105	2.712.762	2.425.548	-
0001 - Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF- PSB - Distrito Federal	7.095.171	4.852.105	2.712.762	2.425.548	31/34
4181 -Vigilância Social nos Territórios	10.000	0	0	0	-
4182 - Gestão do Trabalho e Capacitação no Sistema Único de Assistência Social - SUAS	10.000	407.079	279	279	-
0001 - Gestão do Trabalho e Capacitação no Sistema	10.000	407.079	279	279	4/47

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
Unico de Assistência Social - SUAS-Distrito Federal					
4183 - Divulgação e Disseminação das Ações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	10.000	90.246	0	0	-
4185 -Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	11.357.123	22.293.975	18.756.606	17.934.275	-
0001 - Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV-PSB - PROJOVEM - Distrito Federal	3.189.600	4.110.613	2.111.300	1.926.327	12/13
0002 - Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV-PSB - Lares de Cuidados Diurnos - Distrito Federal	1.324.400	1.626.900	1.364.800	1.364.800	14
0003 - Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV-PSB - 06 A 14 Anos – RECONV - Distrito Federal	1.253.706	9.861.689	9.095.882	9.095.882	15
0004 - Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV – PSB - Distrito Federal	5.018.600	4.208.197	4.205.157	3.567.798	33/35
0005 - Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV-PSB - RECONV - Distrito Federal	570.817	2.126.576	1.979.467	1.979.467	36/37
4186 - Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	35.478	0	0	0	-
4187 - Concessão de Benefícios Assistenciais	13.444.059	9.212.721	8.423.713	8.329.126	-
0001 - Concessão de Benefícios Assistenciais - PSB - Benefícios Eventuais - Distrito Federal	12.784.059	8.571.158	7.896.240	7.858.350	39/40/41/42/43
0002 - Concessão de Benefícios Assistenciais - PSB - Benefícios - Transporte Interestadual -Distrito Federal	660.000	641.563	527.473	470.776	44
4188 - Ações Complementares de Proteção Social Básica	3.244.500	1.219.872	491.640	491.640	-
0001 - Ações Complementares de Proteção Social Básica - PSB -Distrito Federal	3.244.500	1.219.872	491.640	491.640	45

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Aprimorar a Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Distrito Federal, Conferindo Eficiência e Eficácia à Rede de Atendimento e Proteção Social dos Usuários da Política de Assistência

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Sistema de vigilância social implantado	%	-	-	Anual	40	60	80	100	SEDEST/SUBSAS
Nº de estudos e pesquisas afetas ao SUAS realizadas	Unidade	4	31/07/11	Anual	6	9	11	13	SEDEST/SUBSAS
Nº de parcerias e ações integradas de proteção social efetivadas com municípios do entorno do DF	Unidade	-	-	Anual	02	06	08	10	SEDEST/SUBSAS
Plano de Capacitação do SUAS do DF implementado	Unidade	-	-	Anual	01	02	03	04	SEDEST/SUBSAS
Nº de Conferências de Assistência Social no DF realizadas	Unidade	09	31/12/11	Bianual	09	10	10	11	SEDEST/SUBSAS
Nº de fóruns, seminários e eventos similares afetos à política de assistência social realizados no DF	Unidade	-	-	Anual	07	14	22	30	SEDEST/SUBSAS

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 - Garantir Proteção Social Especial às Famílias e Indivíduos em Situação de Risco Pessoal e Social, com Violação de Direitos e/ou Vínculos Familiares Fragilizados ou Rompidos.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Nº de CREAS implantados no DF	Unidade	08	31/07/11	Anual	15	21	27	27	SEDEST
Nº de Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua /CENTRO POP implantado no DF	Unidade	-	-	Anual	04	06	06	06	SEDEST/ SUBSAS
Nº de unidades de acolhimento para crianças e adolescentes implantadas	Unidade	08	31/07/11	Anual	12	12	12	12	SEDEST/ SUBSAS
Nº de unidades de acolhimento para jovens implantadas	Unidade	-	-	Anual	02	05	05	05	SEDEST/ SUBSAS
Nº de unidades de acolhimento para famílias e indivíduos adultos implantadas	Unidade	02	31/07/11	Anual	04	09	09	09	SEDEST/ SUBSAS
Nº de unidades de acolhimento para idosos implantadas	Unidade	01	31/07/11	Anual	04	07	08	08	SEDEST/ SUBSAS
Taxa de acolhimento de crianças e adolescentes em família acolhedora	%	-	-	Anual	16	32	50	100	SEDEST/ SUBSAS
Taxa de acolhimento de adultos (em processo de saída das ruas) e jovens em república	%	-	-	Anual	45	60	80	100	SEDEST/ SUBSAS
Taxa de cobertura do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos em Situação de Violação de Direitos no DF	%	-	-	Anual	48	62	81	100	Sinopse Estatística SEDEST
Taxa de cobertura das abordagens sociais no DF	%	-	-	Anual	67	80	96	100	Sinopse Estatística SEDEST e Censo de População de Rua – SEDEST
Taxa de inserção de pessoas em situação de rua	%	100	31/07/11	Anual	100	100	100	100	Sinopse Estatística SEDEST e Censo de População de Rua – SEDEST
Taxa de cobertura do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias	%	-	-	Anual	100	100	100	100	SEDEST/ SUBSAS
Taxa de acolhimento institucional no DF	%	87	31/05/11	Anual	91	95	99	100	Sinopse Estatística SEDEST
Taxa de reintegração familiar	%	13	31/05/11	Anual	13	14	14	15	Sinopse Estatística SEDEST
Taxa de inserção de crianças e adolescentes em situação de trabalho e suas famílias na Rede de Proteção Social do DF	%	7	31/07/11	Anual	21	43	78	100	Sinopse estatística SEDEST CODEPLAN/ PDAD
Taxa de inserção de pessoas em situação de violência sexual e suas famílias na Rede de Proteção Social do DF	%	-	-	Anual	100	100	100	100	Dados do Disque 100 e da Central de Denúncias de Violação de Direitos da SEDEST
Taxa de reintegração familiar de pessoas em situação de acolhimento no DF	%	28	31/05/2011	Anual	28	29	29	30	Sinopse Estatística SEDEST

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 - Garantir proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade social no Distrito Federal, fortalecendo sua função protetiva e os vínculos familiares e comunitários e promovendo o

acesso e usufruto de direitos sócio assistenciais e o desenvolvimento de potencialidades e aquisições.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Nº de Centros de Referência de Assistência Social implantados no DF	Unidade	27	31/07/11	Anual	33	39	45	47	SEDEST/ SUBSAS
Nº de famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo Serviço de proteção e atendimento integral a famílias/PAIF	Unidade	9.938	31/05/11	Anual	24.390	26.780	29.948	31.150	Sinopse Estatística SEDEST
Nº de unidades de oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos implantados no DF (COSEs)	Unidade	17	31/07/11	Anual	22	25	30	30	Sinopse Estatística SEDEST
Nº de Centros de Convivência de Idosos implantados	Unidade	01	31/07/11	Anual	03	03	03	03	Sinopse Estatística SEDEST
Taxa de acompanhamento de famílias do Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos pelo Serviço de proteção e atendimento integral a famílias/PAIF	%	40	31/07/11	Anual	52	62	72	90	Sinopse Estatística SEDEST
Famílias do DF beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família em descumprimento das condicionalidades, acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às famílias /PAIF	Unidade	440	31/07/11	Anual	555	660	755	775	SEDEST/ SUBSAS
Taxa de inclusão de crianças e adolescentes retirados do trabalho no Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	%	7	31/07/11	Anual	21	43	78	100	Sinopse Estatística SEDEST
Taxa de inclusão de guardadores e lavadores de veículos e de catadores de material reciclável residentes no DF no Cadastro Único	%	-	-	Anual	30	50	70	100	Cadastro Único
Percentual de catadores associados a cooperativas e associações	%	-	-	Anual	81	90	95	100	SEDEST/ SUPAR

A Política de Assistência Social configura-se como política de proteção social na perspectiva da garantia de direitos à segurança e sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida, de convívio ou convivência familiar. Na discussão do processo de reestruturação da Política Pública de Assistência Social ficou consolidada a implantação da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial como forma de gestão e operacionalização da Política.

I. Proteção Social Básica.

A Proteção Social Básica é voltada para a população que vive em situação de pobreza ou extrema pobreza, com ausência ou baixa renda e com dificuldade de acesso aos serviços públicos. O objetivo é prevenir situações de violação de direitos e evitar que as relações familiares e comunitárias sejam desgastadas.

Nesse contexto, a Proteção Social Básica trabalha o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a prevenção de situações de risco social. No Distrito Federal, os serviços são ofertados nos

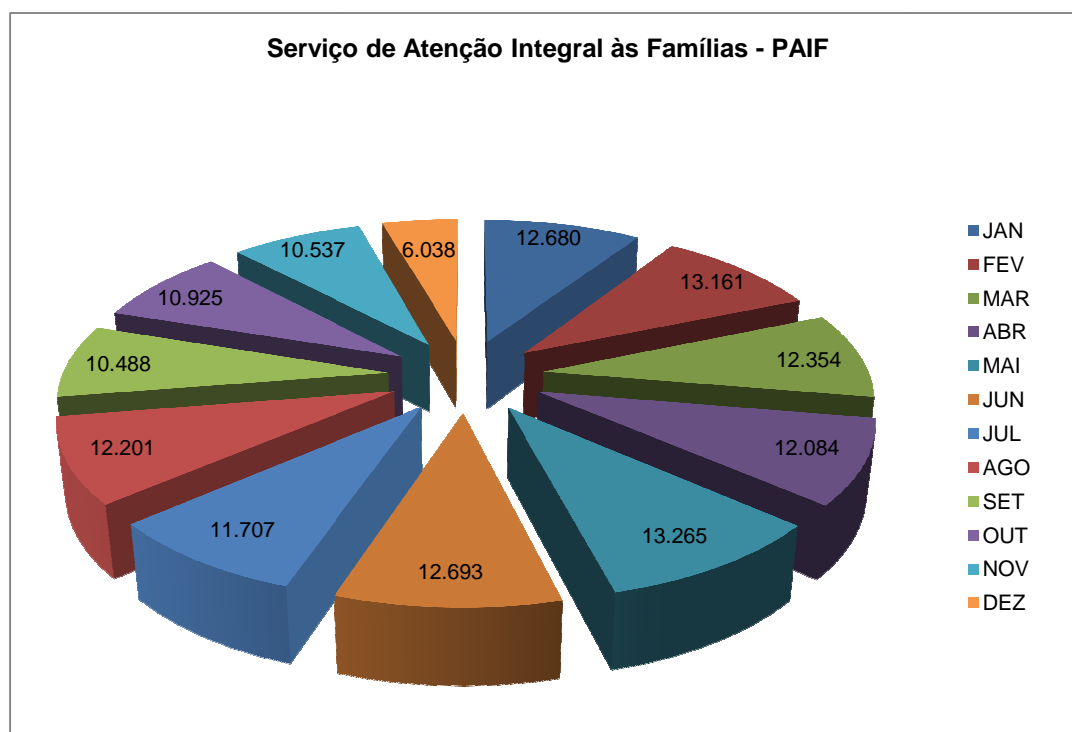
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nos Centros de Convivência (COSEs) e em entidades socioassistenciais conveniadas com a SEDEST.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

Para atender a população o Distrito Federal possui 27 CRAS, localizados em territórios de maior incidência de população vulnerável, nas Regiões Administrativas de Brasília, Brazlândia, Ceilândia Norte, Ceilândia Sul, Ceilândia P Sul, Candangolândia, Estrutural, Guará, Gama, Itapoã, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Planaltina, Planaltina Arapoanga, Planaltina Buritis IV, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Recanto das Emas, Samambaia, Samambaia Expansão, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá, Taguatinga e Varjão.

O CRAS é uma unidade pública de prestação de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. O serviço é ofertado de forma gratuita, objetivando fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; apoiar famílias que possuem dentre seu membros indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Para que os objetivos sejam alcançados, os CRAS, por meio de seus profissionais, realizam a acolhida das famílias, estudos sociais, atendimento de famílias, inserção de famílias no Cadastro Único - CadÚnico, encaminhamentos para acesso a serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores, orientação e acompanhamento para inserção no Benefício de Prestação Continuada-BPC, visitas domiciliares, acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, grupos socioeducativos e de reflexão com famílias, acompanhamento prioritário a famílias com beneficiários do BPC e benefícios eventuais, atividades de gestão do território com articulação da rede de Proteção Social Básica, ações comunitárias e busca ativa. O gráfico a seguir demonstra o número mensal de atendimentos realizados pelos 27 CRAS do Distrito Federal.



Dentre as atividades efetivadas no ano de 2012 ressalta-se a busca ativa realizada pelos profissionais do CRAS. Nas orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a busca ativa é descrita como uma procura intencional para identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento das dinâmicas do cotidiano das populações, os

apoios, recursos existentes e seus vínculos sociais. Os potenciais usuários do Sistema Único de Assistência Social, cuja demanda não é espontânea, são o público desta atividade. A busca ativa contribui também para a sensibilização da população do território para participação em ações, serviços e projetos ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, Centros de Convivência - COSES, Unidades de Acolhimento – UACS, e demais unidades da rede socioassistencial do território.

O Plano de busca ativa teve como objetivos contribuir para a inserção das famílias extremamente pobres do Distrito Federal no Cadastro Único para Políticas Sociais do Distrito Federal; Identificar as famílias com incidência de trabalho Infantil e identificar pessoas idosas e pessoas com deficiência que não possuem meios de garantir o próprio sustento e viabilizar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada.

Considerando as ações do Plano de Busca Ativa e as demais ações desenvolvidas nos CRAS é importante ressaltar o significativo aumento no número de atendimentos realizados. Consultando a sinopse estatística da SEDEST de 2011 constata-se que houve, em agosto, 8.636 atendimentos e em 2012, o mesmo instrumento aponta 12.201 atendimentos para o mês de agosto. Tal aumento de atendimento pode ser atribuído à busca ativa e também a divulgação dos serviços ofertados por meio de reuniões intersetoriais, mídia e principalmente por meio de canais populares, como associações e cooperativas.

Com a busca ativa foi possível cadastrar as famílias e qualificar informações sobre a vulnerabilidade do território, dados que tem contribuído para o planejamento de ações focalizando nos locais mais vulneráveis.

Por fim, cabe citar que durante o ano de 2012, os CRAS do Distrito Federal receberam a visita de várias comitivas internacionais: Egito, Palestina, África do Sul, Kenia, Índia e Tunísia, Cabo Verde, El Salvador, Uganda e Venezuela, Angola, Azerbaijão, Colômbia, Guiné Conakry, Indonésia, Jamaica, Níger, Nigéria, Peru e Sri Lanka. Os membros de tais delegações foram até os equipamentos e conheceram o trabalho social desenvolvido com as famílias, a fim de levar nossas experiências exitosas para seus países.

Operacionalização dos Benefícios Socioassistenciais

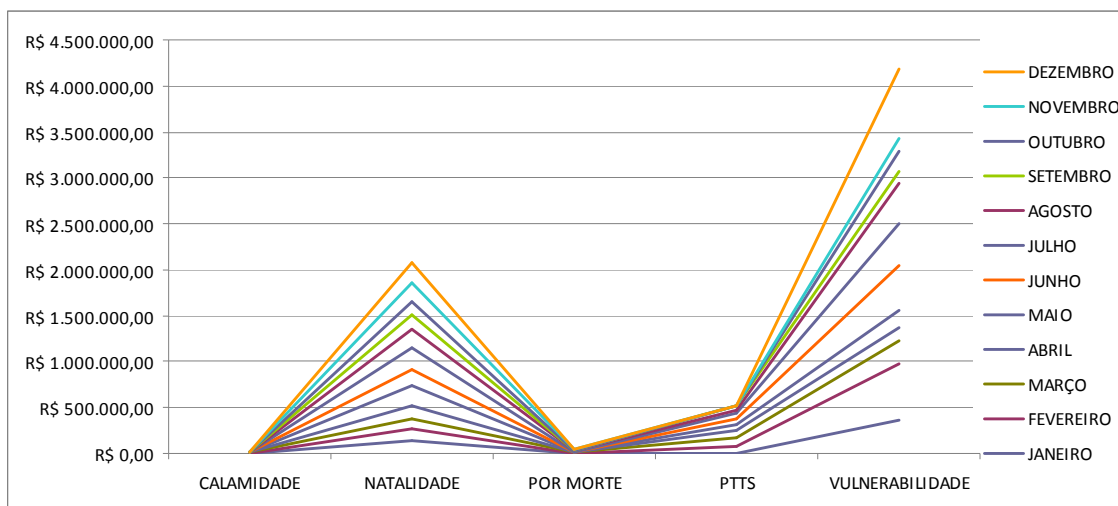
Os benefícios de ordem socioassistencial no âmbito da Política Nacional de Assistência Social têm como objetivo ser provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos. A sua finalidade é de garantir qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos. São benefícios eventuais: auxílio natalidade, auxílio vulnerabilidade temporária, auxílio por morte e auxílio em situações de calamidade pública. O público que acessa o benefício eventual são os usuários da assistência social das proteções básica e especial, onde são identificados contextos de vulnerabilidade social individual ou familiar.

Entre os benefícios assistenciais, a SEDEST, no ano de 2012, teve maior demanda e maior volume de recursos gastos na concessão de benefício eventual, conforme demonstra os gráficos que seguem.

Volume de Recursos Mensal

Mês	Calamidade	Natalidade	Por Morte	PTTS (*)	Vulnerabilidade	Total Geral
Janeiro	-	148.000	2.075	0	355.368	505.443
Fevereiro	-	124.400	2.075	83.640	621.384	831.499
Março	10.200	99.000	3.735	91.800	257.040	461.775
Abril	4.080	142.000	1.245	76.704	137.904	361.933
Maio	408	228.200	3.735	63.240	192.576	488.159
Junho	-	177.000	6.225	60.384	478.176	721.785
Julho	-	223.000	2.490	60.384	457.368	743.242
Agosto	-	204.200	5.810	36.312	441.456	687.778
Setembro	-	159.200	2.905	40.800	126.888	329.793
Outubro	-	145.200	7.470	816	215.424	368.910
Novembro	-	203.000	2.905	816	146.472	353.193
Dezembro	-	226.000	4.150	-	751.944	982.094
Total Geral	14.688	2.079.200	44.820	514.896	4.182.000	6.835.604

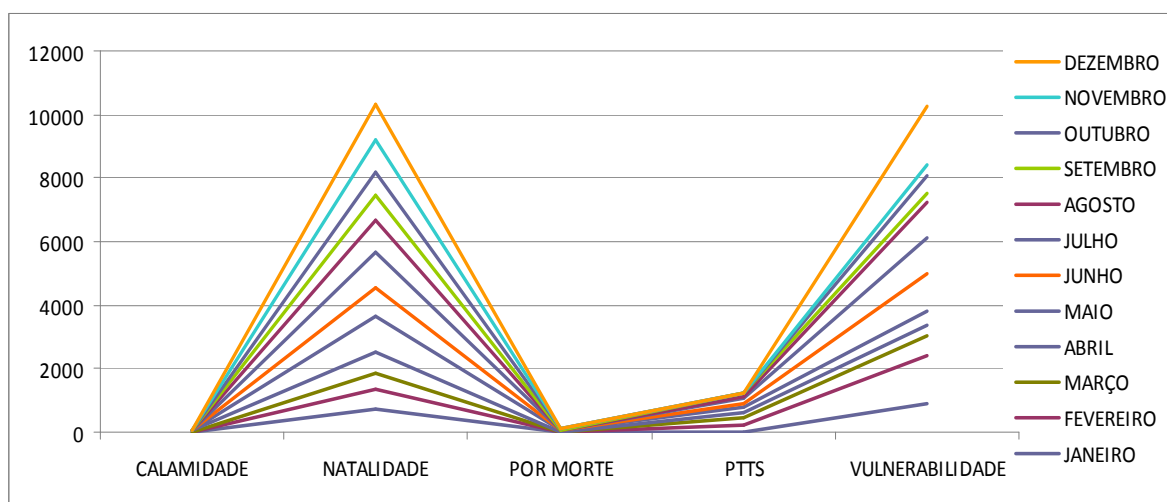
(*) PTTS – Projetos de Trabalho Técnico Social



Quantidade de Auxílios Pagos por Mês

Benefício	Meses												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Calamidade	-	-	25	10	1	-	-	-	-	-	-	-	36
Natalidade	726	615	489	703	1126	878	1102	1014	790	721	1008	1119	10291
Por Morte	5	5	9	3	9	15	6	14	7	18	7	10	108
PTTS (*)	-	205	225	188	148	148	148	84	100	2	2	-	1250
Vulnerabilidade	871	1523	630	338	472	1172	1121	1082	311	528	359	1843	2972
Total	1602	2348	1378	1242	1756	2213	2377	2194	1208	1269	1376	2972	21935

(*) PTTS – Projetos de Trabalho Técnico Social



Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, previsto pela Política Nacional de Assistência Social, acontece em grupos geracionais e intergeracionais, com crianças, adolescentes e idosos, a fim de complementar o trabalho social com as famílias, realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. O SCFV tem como objetivo complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes; fortalecer os vínculos familiares e sociais, assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social; desenvolver relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; possibilitar a ampliação do universo informacional; desenvolver potencialidades, habilidades necessárias para uma formação cidadã; estimular a participação na vida pública do território e, desenvolver ainda, uma compreensão crítico-reflexiva da sua realidade social e do mundo contemporâneo.

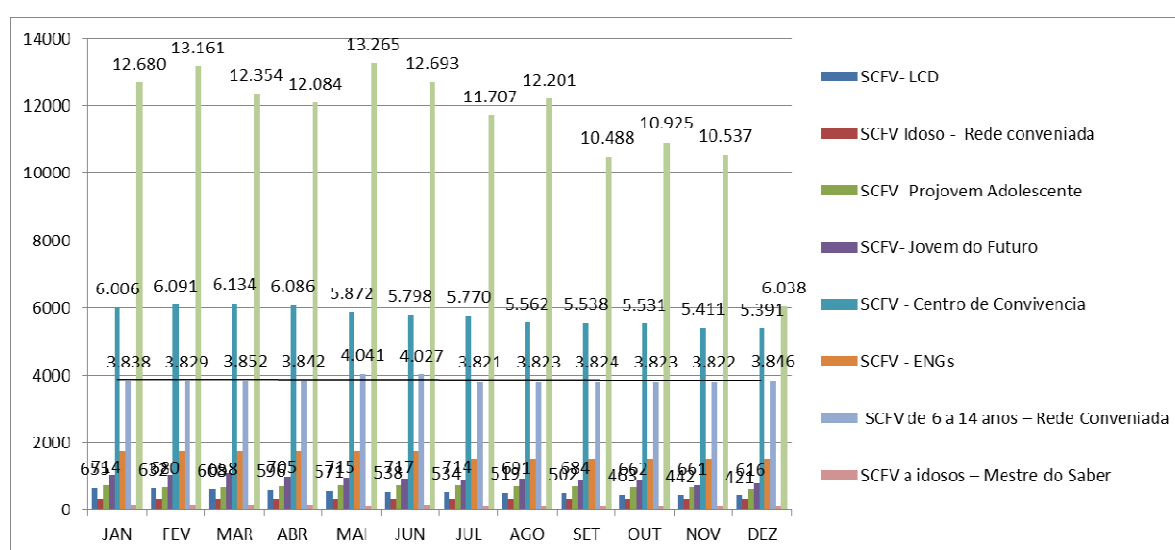
O Distrito Federal atualmente oferta o serviço em 17 Centros de Convivência: Bernardo Sayão, em Taguatinga; Brazlândia Central; Ceilândia Norte; Ceilândia Sul; Divinéia, no Núcleo Bandeirante; Estrutural; Gama Leste; Gama Oeste; Granja das Oliveiras, no Recanto das Emas; Guariroba, na Ceilândia;

Jofre Mozart Parada, em Taguatinga; Paranoá; Planaltina; Riacho Fundo I; Santa Maria; Sobradinho e Vila São José, em Brasília.

Além da execução direta, a SEDEST mantém convênio com 16 Entidades Socioassistenciais que tem como objetivo ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a 3965 crianças e adolescentes e 310 idosos.

Os usuários do PAIF e SCFV são famílias em situação de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza; do precário ou nulo acesso aos serviços públicos; da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social; residentes nos territórios de abrangência dos CRAS. Em especial são famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais (Programa Bolsa Família, BPC e Benefícios Eventuais); que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros, pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

O número de atendimentos realizados mensalmente pela rede socioassistencial, execução direta e rede conveniada com a SEDEST, para a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está demonstrado no gráfico:



II. Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial do SUAS é responsável pelos serviços, programas, projetos e ações de proteção social especial, destinadas a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. Tais situações podem incidir sobre as relações familiares e comunitárias, gerando conflitos, tensões e rupturas, demandando, portanto, atenção especializada e maior articulação com os órgãos de defesa de direitos e outras políticas públicas setoriais.

A atenção na Proteção Social Especial tem como objetivo principal contribuir para a prevenção de agravamentos e potencialização de recursos para a reparação de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais. Neste sentido encontram-se situações como: violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; afastamento do convívio familiar, dentre outras.

Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a atenção na Proteção Social Especial está organizada em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) define como serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Requerem, portanto, maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada mais individualizada e, ou acompanhamento sistemático e monitorado.

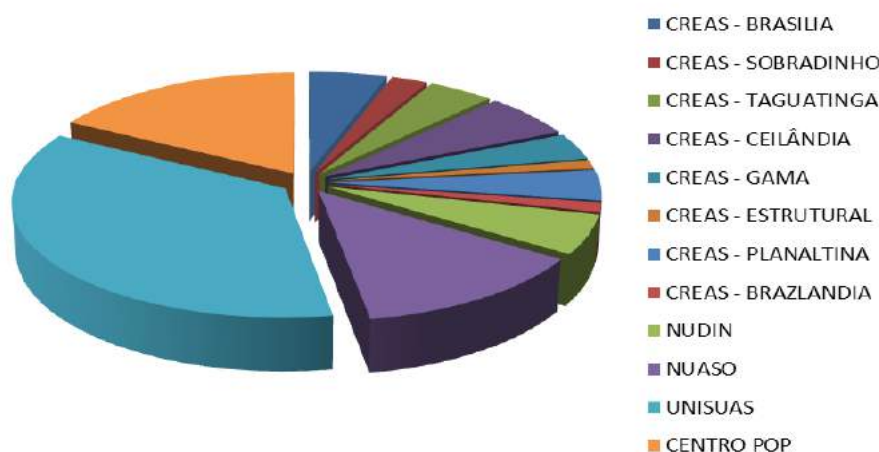
Os serviços de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral: moradia; alimentação; higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que encontram-se sem referência e/ou situação de ameaça, e que necessitam ser retirados do seu núcleo familiar e/ou comunitário (PNAS).

No âmbito da SEDEST, a estrutura gerencial dos equipamentos de oferta dos serviços de proteção social especial, é integrada pela Coordenação de Proteção Social Especial – PSE, responsável pela operacionalização dos serviços de Proteção Social Especial. Esta coordenação é responsável ainda por, supervisionar os serviços executados nas unidades vinculadas que são: os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS; o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP; a Unidade SUAS 24 horas; o Núcleo Especializado de Abordagem Social – NUASO; o Núcleo de Atendimento Especializado às Pessoas em Situação de Discriminação Sexual, Religiosa e Racial – NUDIN, e cinco unidades de acolhimento institucional.

1. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade – PSE/MC

Ao longo do ano de 2012, buscou-se realizar um trabalho voltado para o aprimoramento, qualificação e atualização sistemática dos dados de atendimento e acompanhamento das unidades vinculadas, almejando que estes dados subsidiem o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das ações realizadas. Os serviços desenvolvidos no âmbito da proteção social especial de média complexidade são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Atendimento emergencial; Serviço Especializado em Abordagem social; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Atendimentos realizados pelas unidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade



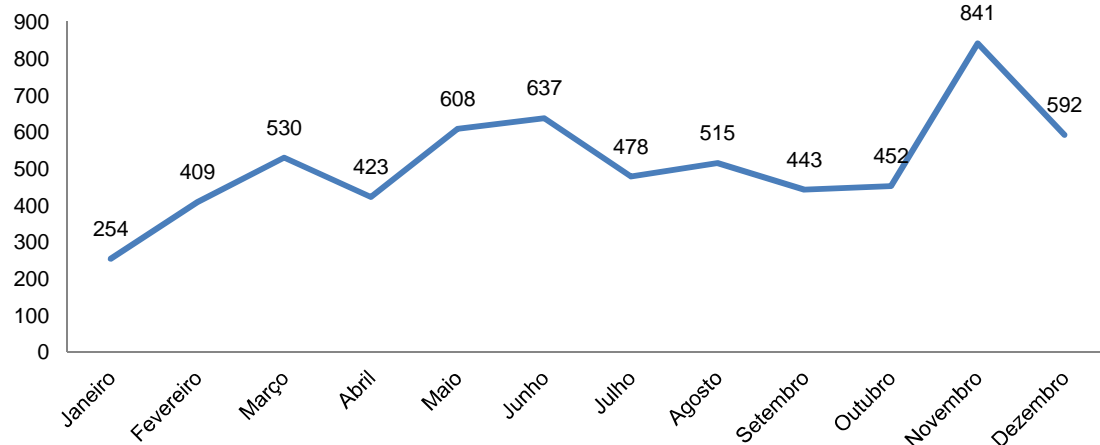
1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI

O Distrito Federal possui 08 Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS regionalizados, sendo que todos recebem recursos do financiamento federal, via Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Estas unidades ofertam o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos - PAEFI.

No PAEFI são desenvolvidas ações voltadas para a promoção de direitos, preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O PAEFI inclui ações voltadas para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território, tais como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do PETI em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direito, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, dentre outras.

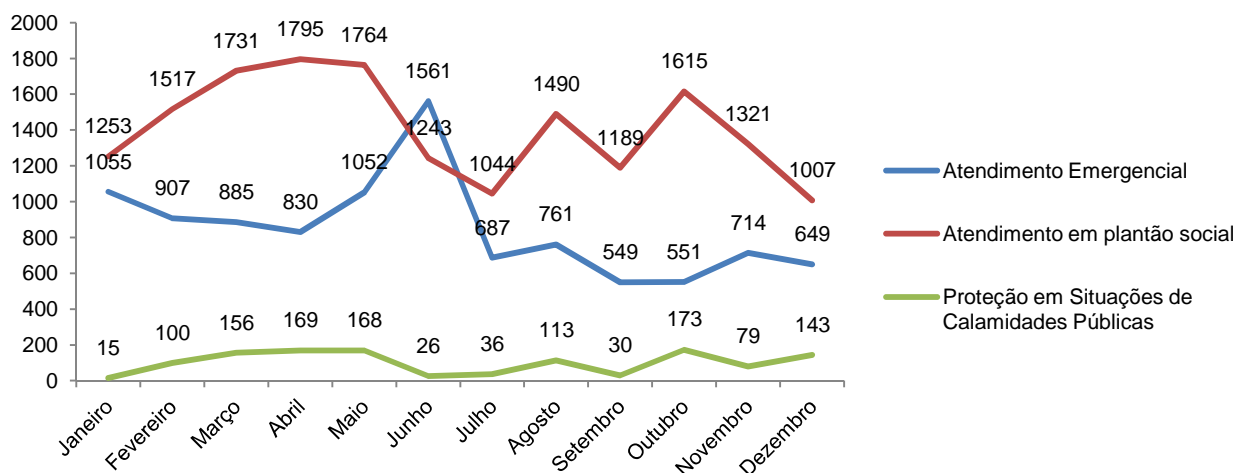
O Núcleo de Atendimento Especializado às Pessoas em Situação de Discriminação Sexual, Religiosa e Racial – NUDIN é uma unidade diferenciada, que executa o atendimento especializado. Atua com pessoas em situação de discriminação racial, sexual e religiosa e também realiza um atendimento especializado, tendo na sua articulação uma amplitude maior que a prestada no PAEFI.

Atendimentos realizados no PAEFI**1.2. Atendimento Emergencial**

Além do atendimento emergencial realizado nos CREAS, com exceção do CREAS Brasília, existe a Unidade SUAS 24 Horas - UNISUAS 24h prestando este tipo de atendimento.

Na Unidade SUAS 24 horas, busca-se garantir o atendimento imediato e adotar as providências necessárias para a resolução das demandas emergenciais, promovendo a inserção na rede de serviços socioassistenciais e nas demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos.

Além disso, prestam atendimento emergencial a indivíduos e famílias expostos a situações temporárias causadas por eventos imponderáveis e incertos proporcionados por calamidades públicas, decorrentes de risco ambiental ou climático; e atuam de forma preventiva e protetiva em remoções de grupos populacionais que ocupam irregularmente áreas públicas e de proteção ambiental, realizando uma avaliação socioassistencial das famílias, o preenchimento do cadastro socioassistencial, fazendo os encaminhamentos pertinentes e demais atividades que forem de atribuição da política de Assistência Social.

Atendimentos emergenciais realizados**1.3. Serviço Especializado em Abordagem Social**

A abordagem social é realizada pelas equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS. Este serviço é executado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop; no CREAS Brasília; no CREAS Sobradinho e no Núcleo Especializado de Abordagem Social da Ceilândia.

As equipes do SEAS desenvolvem ações de caráter especializado para indivíduos em situação de rua, com o objetivo de construir o processo de saída das ruas e para possibilitar as condições de acesso à rede de serviços e a direitos assistenciais.

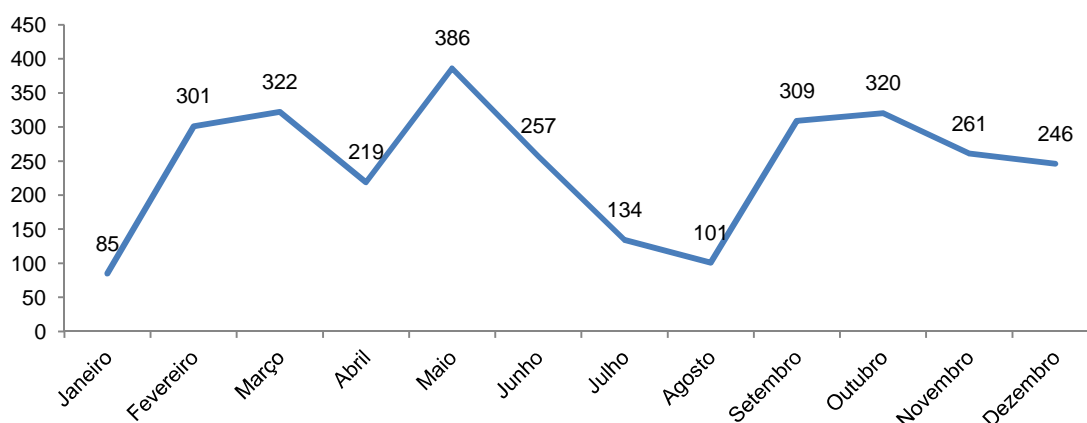
Para alcançar esse objetivo, as equipes são compostas por educadores e educadoras sociais de rua e outros profissionais que desenvolvem atividades educativas nos locais com incidência de pessoas em situação de rua. Visam despertar o desejo de saída das ruas e o desenvolvimento de habilidades que

fortaleçam a autonomia, a reconstrução de vínculos familiares e comunitários e a superação das violações de direitos.

Considerando que a população atendida por este Serviço tem uma grande dificuldade em acessar os serviços públicos em geral, o trabalho da equipe além do cunho educativo, visa garantir o acesso, destas pessoas, às Políticas de Saúde, Educação, Trabalho, Habitação, Segurança Pública, entre outras.

Por meio das intervenções realizadas pelas equipes foi possível identificar que o Distrito Federal possui um número elevado de crianças e adolescentes em situação de rua, submetidas ao Trabalho Infantil e fazendo uso abusivo de crack e solventes.

Abordagens Sociais realizadas



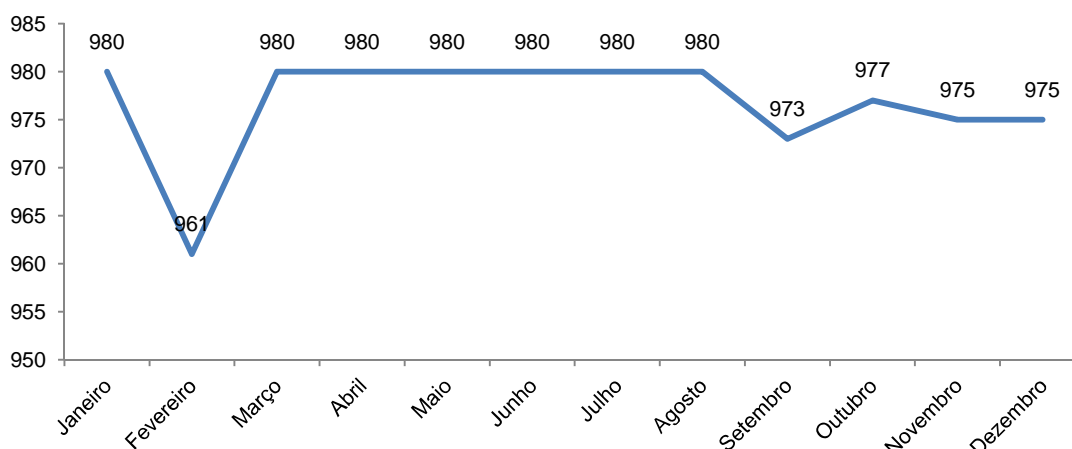
1.4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

Este serviço é ofertado às pessoas com deficiência e respectivas famílias que, vivenciam situações de vulnerabilidade, risco e violação de direitos em decorrência de abandono, negligência, discriminação e exclusão; pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação e reabilitação social ou por outras formas de submissão a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida, impedindo-as de usufruir de autonomia e bem estar.

Tem por objetivo prevenir a institucionalização e a segregação de pessoas com deficiência, promovendo a sua inclusão social, e oferecendo-lhes a possibilidade de desenvolver habilidades e potencialidades, além de defesa dos direitos e o estímulo à participação cidadã.

No Distrito Federal, o serviço é executado por seis instituições conveniadas com a SEDEST e dispõem de 980 vagas nas seguintes unidades conveniadas: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do DF - APAE/DF; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e deficientes de Taguatinga e Ceilândia – APAED; Centro de Ensino e Reabilitação – CER; Centro de Audição e Linguagem - CEAL; Pestalozzi de Brasília e Associação de Mães, Pais e Reabilitadores de Excepcionais – AMPARE.

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias



2. Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

São serviços de acolhimento, destinado á famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.

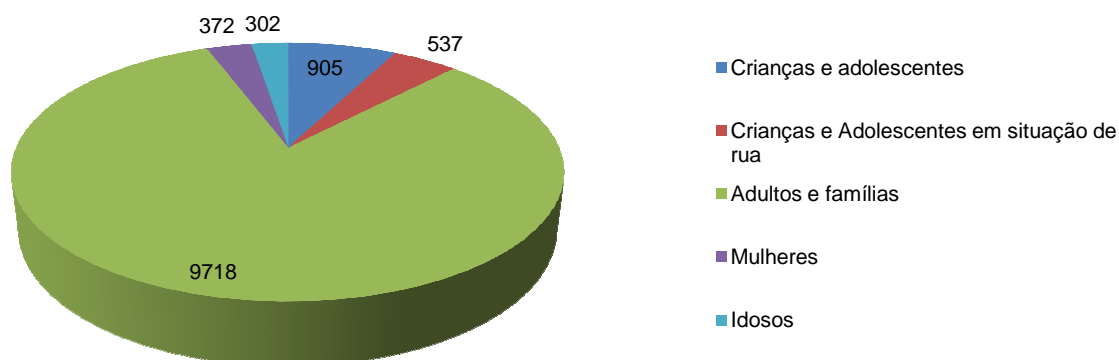
Em 2012, o trabalho realizado foi voltado para o reordenamento dos serviços de acolhimento, principalmente os de criança e adolescente, buscando garantir o cumprimento da função protetiva dos serviços e um atendimento qualificado e personalizado.

Um processo de reordenamento do serviço está relacionado à ruptura com os modelos históricos de grandes instituições e com metodologias de trabalho ultrapassadas, com a adequação dos serviços aos parâmetros de funcionamento e as orientações metodológicas presentes nas normativas vigentes.

O quadro a seguir dispõe os serviços desenvolvidos no âmbito da proteção social especial de alta complexidade:

Serviços de proteção social especial de alta complexidade
<input type="checkbox"/> Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; <input type="checkbox"/> Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua; <input type="checkbox"/> Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias; <input type="checkbox"/> Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos; <input type="checkbox"/> Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência.

Gráfico 6– Atendimentos realizados na rede de execução direta de serviços de acolhimento por seguimento (Jan a Dez/2012)



Fonte: Sinopse Estatística, SEDEST, 2012.

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

O acolhimento provisório e excepcional de crianças e adolescentes do Distrito Federal afastados do convívio familiar, por meio de Medida Protetiva de acolhimento institucional, disposta no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, é realizado na Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – UNAC, em sete entidades não governamentais conveniadas com a SEDEST, além de outras entidades que não são conveniadas.

O serviço tem como objetivos acolher e garantir proteção integral a crianças e adolescentes; contribuir para a prevenção do agravamento de situações de violência, negligência e ruptura de vínculos, possibilitando o restabelecimento dos vínculos familiares e/ou sociais, estimular o desenvolvimento dos acolhidos, promovendo hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com pessoas da família e da comunidade, entre outros e ainda promover o acesso às redes socioassistenciais, demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

O Serviço atende todo o Distrito Federal e Entorno, todavia esporadicamente recebe demandas oriundas de outras Unidades da Federação.

As sete entidades não governamentais conveniadas para o acolhimento de crianças e adolescentes são: Associação de Mães, Pais e Reabilitadores de Excepcionais (AMPARE) – 10 vagas para criança e adolescente com deficiência, Casa da Criança Ana Maria Ribeiro (CRIAMAR) – 50 vagas, Casa de Ismael – 50 vagas, Lar da Criança Padre Cícero – 25 vagas, Lar de São José – 55 vagas, Nosso Lar – 60 vagas e Casa do Caminho – 65 vagas. Além das entidades descritas acima, a SEDEST tem convênio com a Vila São José Bento Contollengo, que acolhe 68 crianças e adolescentes com deficiência severa. O

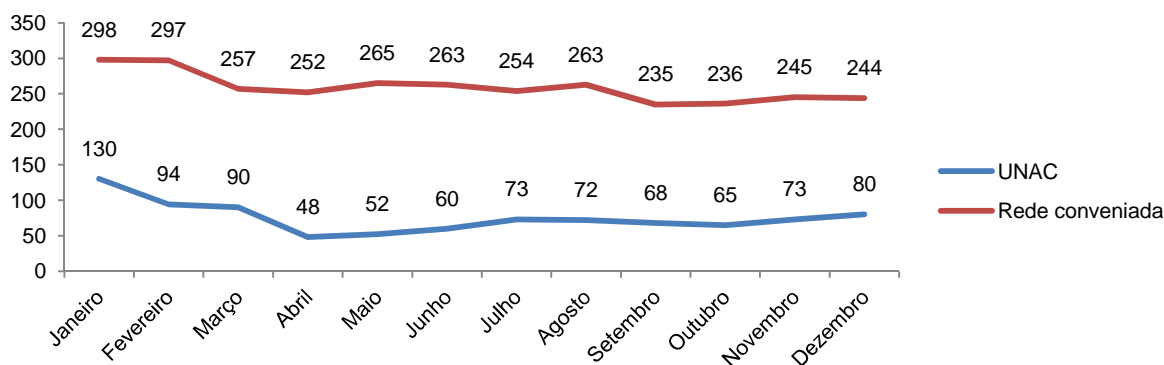
acolhimento nas entidades não governamentais foi realizado de acordo com as metas estabelecidas nos convênios.

Na unidade governamental, o serviço de acolhimento foi realizado em três Casas Lares instaladas na comunidade e no abrigo institucional, que possui capacidade de atendimento de 45 crianças e adolescentes, por dia. Durante todo o ano, foram atendidos na unidade 905 crianças e adolescentes, com média mensal de 75 acolhimentos, a qual foi maior do que a capacidade diária, pois no decorrer do mês há rotatividade do público atendido.

No início de 2012, o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, executado diretamente pela SEDEST, passou por um processo de reordenamento e consequentemente a reorganização da unidade operativa. Como parte do processo de reordenamento, foram definidas as seguintes ações: desativação da unidade Central (QNF – Taguatinga Norte), reforma do imóvel localizado na M Norte para o funcionamento da área administrativa da unidade e do acolhimento inicial (abrigo institucional), implantação de uma casa lar em Samambaia, entre outras.

As ações não foram efetivadas em sua totalidade, sendo a unidade Central parcialmente desativada, visto que a desativação completa depende da finalização da reforma do imóvel da M Norte;

A Casa Lar de Samambaia não pode ser implantada, pela não aceitação da comunidade local e, com isso, foi necessário que o abrigo institucional da M Norte funcionasse como acolhimento inicial (diagnóstico e acolhimento emergencial), e também, como local de acolhimento das crianças e dos adolescentes, causando prejuízos à qualidade do acolhimento ofertado, dificultando a conclusão do processo de reformulação do projeto político pedagógico da unidade.

Gráfico 7- Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Jan a Dez/2012)

Fonte: Sinopse Estatística, SEDEST, 2012.

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua é ofertado na Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS/Giração, que é uma unidade governamental que trabalha atuando junto ao processo de transformação dos vínculos do adolescente com a realidade da rua, buscando gerar nova perspectiva perante seu projeto de vida. Atua na transição entre a rua e a reintegração familiar, inserindo os adolescentes e jovens na rede de ensino, resgatando e fortalecendo o convívio familiar, bem como os mobilizando em processos político-pedagógicos que fortaleçam a autonomia, a convivência comunitária e a construção coletiva.

A UNACAS atende, deste modo, sujeitos em situação de grande vulnerabilidade, sendo que uma parte significativa é usuária de substâncias psicoativas, além de estar ligada à situações e redes que envolvem tráfico, trabalho infanto-juvenil e exploração sexual.

Em 2012, foram realizados 537 acolhimentos na unidade, sendo a média mensal de 45 acolhimentos. Esta unidade possui a capacidade diária de acolher 35 adolescentes ou jovens. A média mensal foi maior do que a capacidade diária, pois durante o mês há uma rotatividade do público atendido.

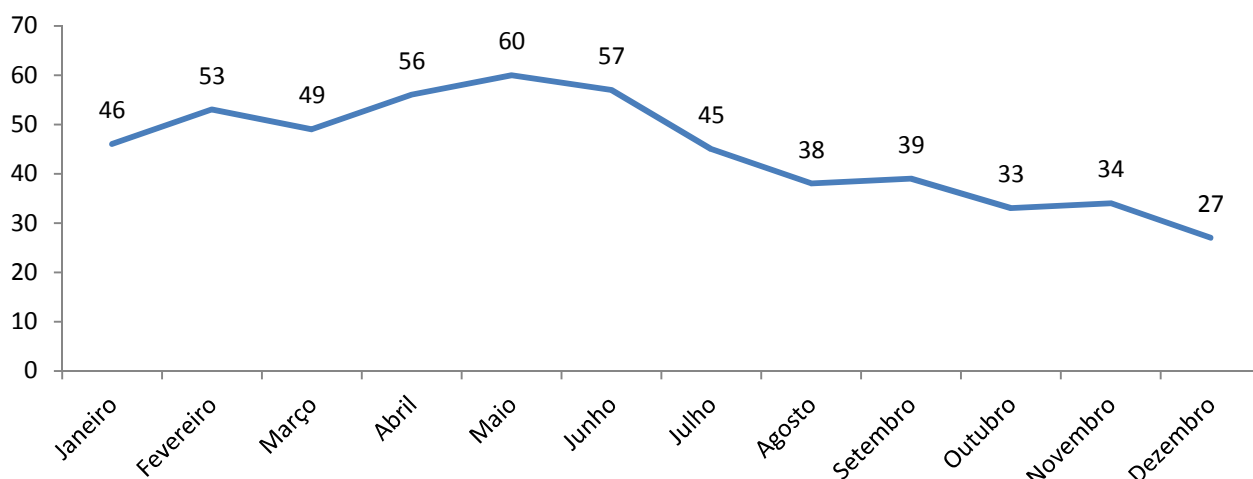
A articulação com a rede para o encaminhamento do público atendido é uma ação muito importante e essencial para a garantia dos direitos dos acolhidos, contando principalmente com: Rede de Educação - Escola de Meninos e Meninas do Parque (EMMP – SES/GDF) e Centro Educacional Gisno (SES/GDF); Rede de Saúde: CAPS AD Rodoviária, Adolescentro, Transforme; Rede de Profissionalização: Vira Vida (SESI) e Girarte (ONG).

Durante todo o ano de 2012, foram identificados diversos fatores que impactavam de forma prejudicial à oferta do serviço e adotadas algumas providências no sentido de resolvê-los. No entanto, não houve melhorias substanciais na qualidade do serviço ofertado.

Como consequência desta conjuntura, em dezembro do referido ano a unidade apresentava um ambiente insalubre e inseguro, colocando em risco a integridade física, moral e emocional dos servidores e dos adolescentes e jovens.

Para reverter o contexto e possibilitar a oferta de um serviço de qualidade aos adolescentes em situação de rua, foi identificada a necessidade de tomar algumas medidas enérgicas, dentre elas a interrupção temporária do atendimento na unidade, para ser possível efetivar um conjunto de ações articuladas, organizadas em um plano de reordenamento nas seguintes dimensões estratégicas: infraestrutura física e material, rede de parcerias, equipe profissional e projeto político-pedagógico.

Com isto, a oferta do serviço na UNACAS foi interrompida no dia 21 de dezembro e iniciou-se a adoção das providências definidas no Plano de Reordenamento da unidade.

Gráfico 8- Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (Jan a Dez/2012)

Sinopse Estatística, SEDEST, 2012.

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias

O Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias é ofertado nas unidades de acolhimento institucional, que são unidades de acolhimento provisório que oferecem atendimento integral e garantem condições de estadia, convívio e endereço de referência para adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

O objetivo principal na oferta deste serviço é atender de forma qualificada e personalizada, de modo a promover a construção conjunta com o usuário do seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia.

Este serviço é ofertado pela SEDEST na Unidade de Acolhimento para Adultos em Situação de Rua de Taguatinga – UNAFTAG, na Unidade de Acolhimento para Mulheres – UNAM e por meio de convênio com duas entidades não governamentais.

Em 2012, foram realizados 9.718 acolhimentos na UNAFTAG, sendo a média mensal de 809. Vale ressaltar que esta unidade possui a capacidade diária de acolher 300 pessoas, no entanto, como é um acolhimento provisório e possui como característica a alta rotatividade de indivíduos atendidos, a quantidade de atendimentos mensais é superior à capacidade da unidade.

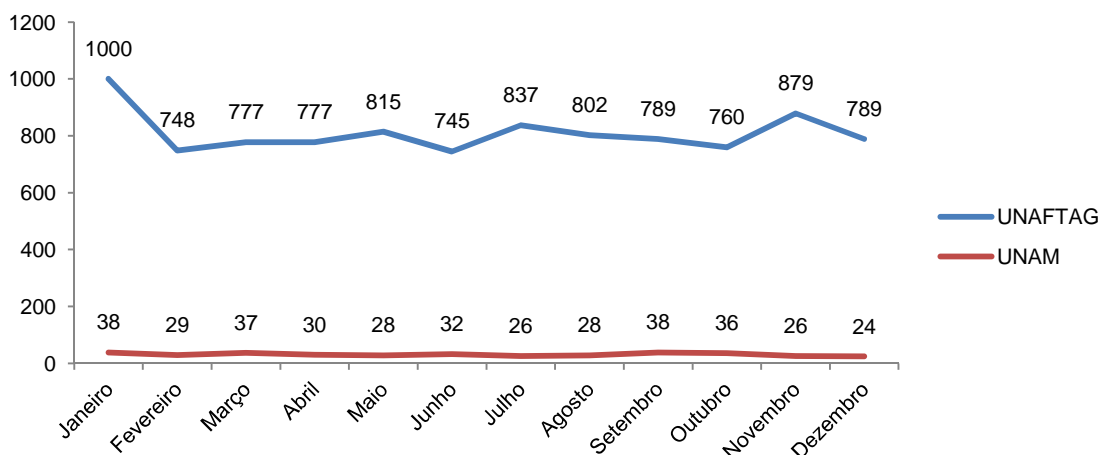
As duas entidades não governamentais conveniadas para o acolhimento de adultos em situação de rua são: Centro Comunitário São Lucas – CECOSAL, com meta de atendimento de 40 pessoas, e a Sociedade de Empenho da Recuperação de Vidas Através da Oração e Serviços – SERVOS, com a meta mensal de 18. O acolhimento nas duas entidades não governamentais foi realizado de acordo com as metas estabelecidas nos convênios.

A Unidade de Acolhimento para Mulheres – UNAM acolhe, provisoriamente, mulheres maiores de 18 anos, desacompanhadas de filhos ou companheiros, em situação de vulnerabilidade e risco social, cujos vínculos familiares foram rompidos ou fragilizados.

Em 2012, foram realizados 372 acolhimentos na UNAM, sendo a média mensal de 31 acolhimentos. Vale ressaltar que esta unidade possui a capacidade diária de acolher 25 pessoas, no entanto, como é um acolhimento provisório e possui como característica a rotatividade de mulheres atendidas, a quantidade de acolhimentos mensais é superior à capacidade da unidade.

Nos últimos meses do ano, houve uma diminuição na capacidade de atendimento da unidade, devido à realização de uma reforma para possibilitar a ampliação da meta diária de acolhimento para 50 mulheres.

Gráfico 9- Atendimentos realizados pela UNAFTAG e UNAM (Jan a Dez/2012)



Fonte: Sinopse Estatística, SEDEST, 2012.

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

O Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos é realizado no DF por meio da Unidade de Acolhimento para Idosos- UNAI e por Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI conveniadas com a SEDEST e não conveniadas.

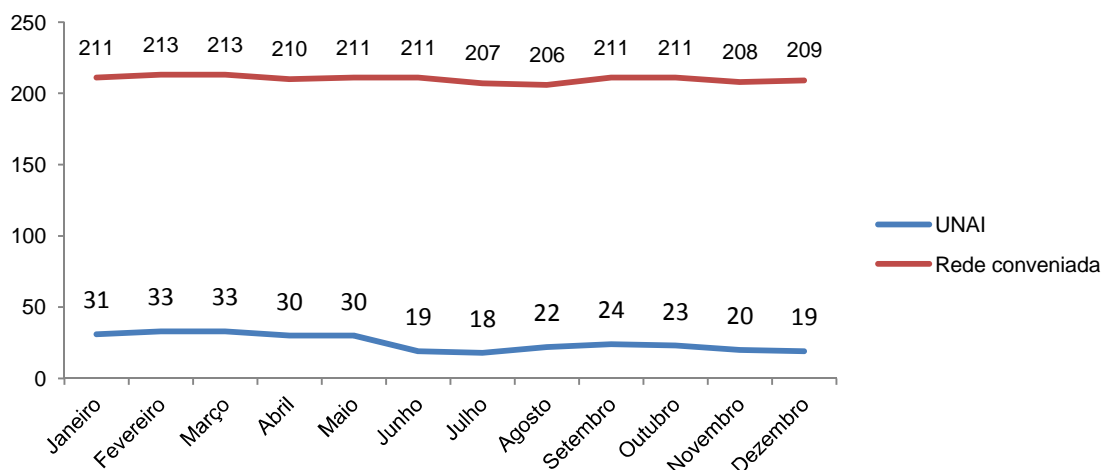
A UNAI acolhe, provisoriamente e excepcionalmente, idosos com 60 anos ou mais, do sexo masculino que sejam independentes ou com leve grau de dependência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados. A capacidade de acolhimento é de 23 idosos, por dia.

Em abril de 2012, a UNAI recebeu visita de fiscalização da Vigilância Sanitária, após denúncia de irregularidades na unidade, resultando na confecção do Relatório n.º 12/12 – PRO-PAIS/DIVISA/SVS/SES. A visita teve o objetivo de atender à requisição do Ministério Público protocolada sob o n.º PI/MP 08190.036.540/12, sobre exposição a riscos para trabalhadores e usuários, métodos operacionais e da assistência prestada e tabagismo entre os idosos acolhidos na unidade. Durante o ano, a Vigilância Sanitária realizou visitas de acompanhamento das providências adotadas, estando pendentes questões relacionadas à adequação da estrutura física da unidade, as quais acredita-se que serão sanadas com a transferência da UNAI para o imóvel que está sendo reformado pela SEDEST, localizado na QNF – Taguatinga e com a contratação do serviço de lavanderia.

Devido à inspeção da Vigilância Sanitária, foi necessário restringir o público acolhido na unidade aos idosos independentes e migrantes, que estão de passagem pelo Distrito Federal. Os casos que demandam acolhimento em instituição de longa permanência não estão sendo atendidos na unidade em questão. Com isso, houve uma redução na quantidade de atendimentos no período de junho a dezembro.

A SEDEST possui convênio com 04 Instituições de Longa Permanência de Idosos - ILPI's, que acolhem idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. As instituições conveniadas são: Lar Maria Madalena, com meta de atendimento de 65 idosos independentes e 15 dependentes; São Vicente de Paulo, 05 independentes e 25 dependentes; Lar Bezerra de Menezes, 10 independentes e 50 dependentes; e Lar São José, 15 independentes e 30 dependentes. O acolhimento nas entidades conveniadas foi realizado de acordo com as metas estabelecidas nos convênios.

Gráfico 10- Atendimentos realizados pela UNAI e Rede Conveniada (Jan a Dez/2012)



Fonte: Sinopse Estatística, SEDEST, 2012.

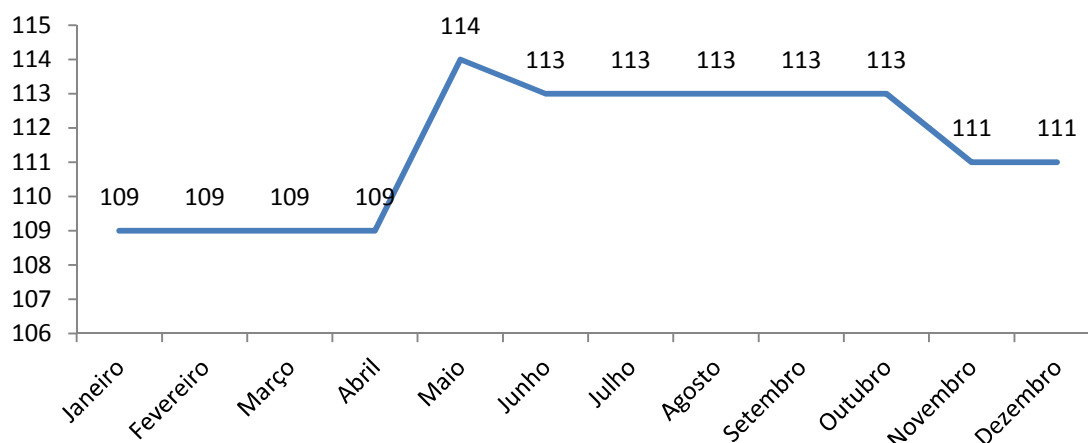
5. Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência

O serviço é destinado a jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não dispõem condições de autossustento.

No Distrito Federal, este serviço é ofertado apenas por meio de execução indireta. A SEDEST possui convênio com 03 entidades não governamentais, para o acolhimento institucional de pessoas com deficiência: Associação de Pais, Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia – APAED, com quatro vagas, Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia – AEC, com 65 vagas, e Instituto Dom Orione, com 35 vagas. O acolhimento nas entidades conveniadas foi realizado de acordo com as metas estabelecidas nos convênios.

Em junho de 2012, a SEDEST encaminhou ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS o Termo de Aceite assinado pelo Secretário de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF e pelo Excelentíssimo Governador do DF, no qual o Distrito Federal assumiu o compromisso de implantar uma residência inclusiva para a oferta deste serviço, com capacidade de atendimento de dez jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência.

Além do termo de aceite foi encaminhado o Plano do Distrito Federal para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para Pessoas com Deficiência, no qual foram definidas estratégias para a qualificação e reorganização do serviço de modo a atender ao disposto nas normativas vigentes.

Gráfico 11- Acolhimento para pessoas com deficiência – rede conveniada (Jan a Dez/2012)

Fonte: Sinopse Estatística, SEDEST, 2012.

2. Outras Realizações

PROGRAMA

6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA

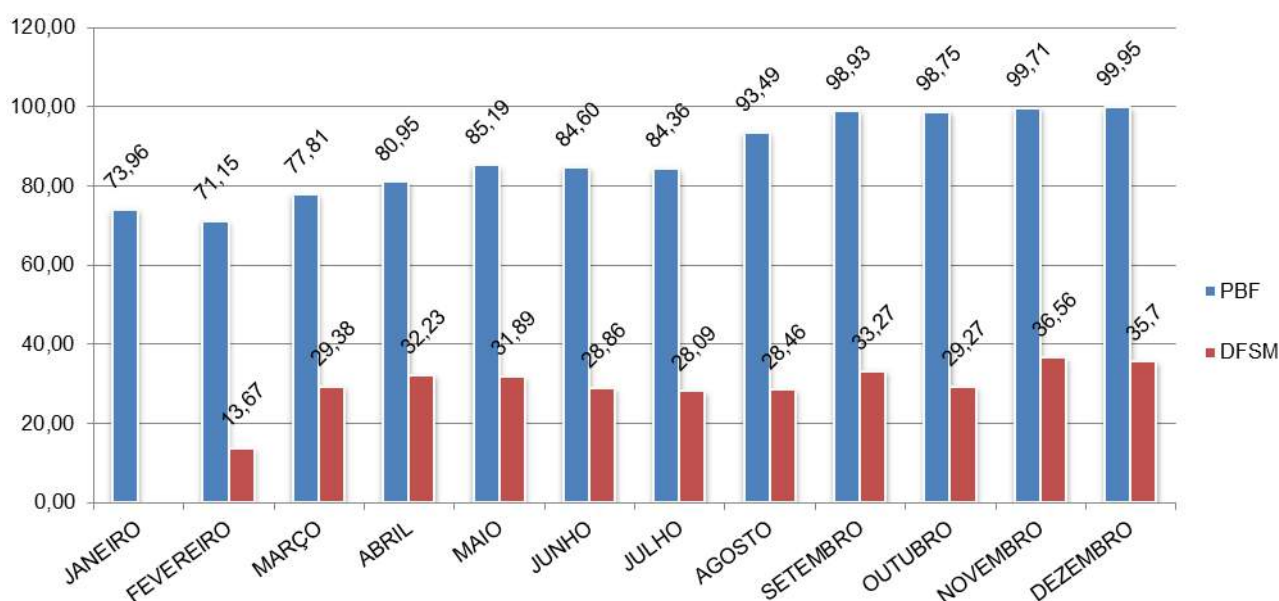
Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4160 - Cadastramento das Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza	100.000	0	0	0	
0003 - Cadastramento das Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza -Distrito Federal	100.000	0	0	0	46
4161 - Gestão e Aprimoramento de Benefícios de Transferência de Renda	1.803.244	4.088.182	3.233.503	1.668.131	
0001 - Gestão e Aprimoramento de Benefícios de Transferência de Renda – IGD -Distrito Federal	1.803.244	4.088.182	3.233.503	1.668.131	3

A política de Transferência de Renda, no ano de 2012, convergiu para a consolidação dos processos e atividades relativos ao Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO como único cadastro de identificação social de famílias pobres do DF e de seleção para programas sociais e à nova política de transferência de renda do DF, integrante do Plano DF sem Miséria.

Em sintonia com o Plano Brasil Sem Miséria lançado pelo Governo Federal em de junho de 2011, o Governo do Distrito Federal lançou o Plano Pela Superação da Extrema Pobreza - DF sem Miséria, por meio da Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, regulamentado pelo Decreto nº 33.329. O DF Sem Miséria - DFMSM estabelece ações integradas e articuladas das diversas políticas públicas com vistas à garantia de direitos de cidadania e superação da extrema pobreza no DF, por meio de acesso à renda, serviços públicos, projetos de inclusão produtiva e geração de emprego e renda.

A partir do Plano, a política de transferência de renda do DF passa a ter centralidade no Programa Bolsa Família (PBF). O GDF potencializa a proteção que este programa proporciona às famílias pobres e extremamente pobres complementando com recursos próprios, os valores financeiros do PBF. As famílias beneficiárias do PBF que após o recebimento dos benefícios apresentarem renda *per capita* inferior a 100,00, recebem recurso financeiro do GDF, a título de complementação, até atingirem renda *per capita* de 100,00, conforme a Lei 4.737/2011. Os valores do complemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, proporcionando às mais pobres receberem mais recurso de complementação do Plano DF sem Miséria. Desta forma, a política de transferência de renda do DF proporciona mais proteção a quem mais precisa, além de elevar e garantir às famílias patamar mínimo de dignidade.

Programa Bolsa Família x DF Sem Miséria – 2012**Quantitativo de Famílias**

Esse resultado demonstra que o objetivo de promover acesso aos benefícios de transferência de renda, com vistas à elevação da renda e a redução da pobreza foi atingido, o que se deve a um conjunto de ações realizadas pela SEDEST, por intermédio da Subsecretaria de Transferência de Renda - SUTRAR e parceiros, no âmbito da gestão da política de Transferência de Renda, do CADÚNICO e das Ações Complementares, que contribuíram para o acesso e a manutenção dos benefícios de transferência de renda, quais sejam:

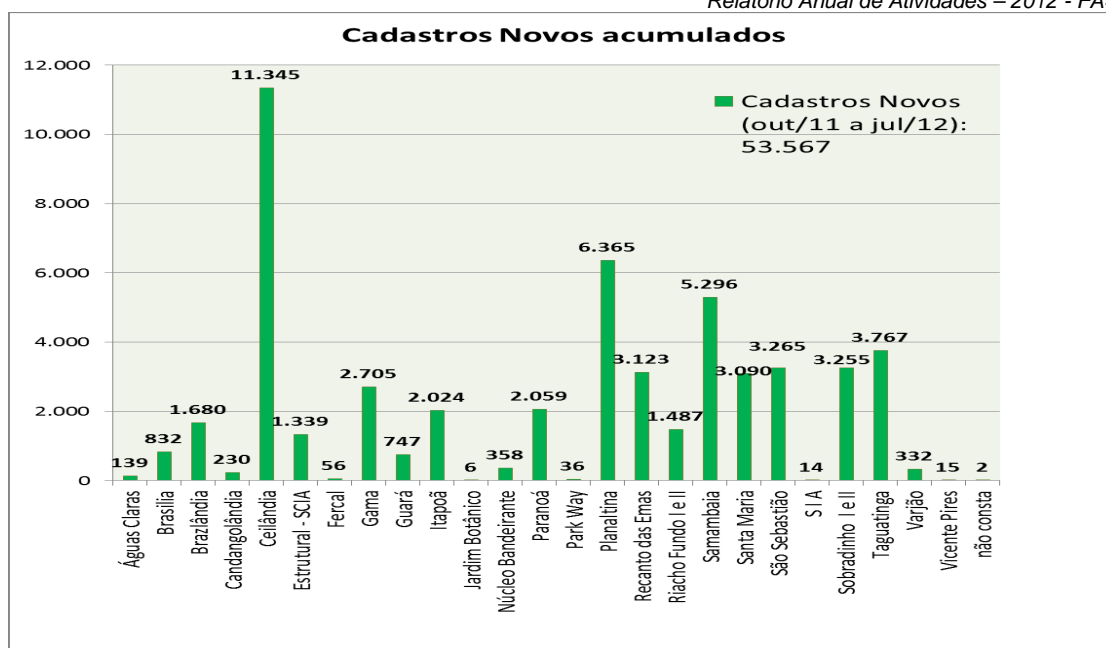
- Realização de Busca Ativa para cadastrar e atualizar cadastros de famílias pobres e extremamente pobres do DF - ação de grande importância, uma vez que somente as famílias que estão cadastradas no CADÚNICO, e que estão com seus cadastros atualizados, podem concorrer ao Programa Bolsa Família e/ou complementação financeira do DF Sem Miséria, observados os critérios de elegibilidade dos programas. A Busca Ativa contou com o envolvimento de vários setores integrantes da SEDEST e com a colaboração e parceria de vários órgãos governamentais e organizações sociais, especialmente no período de outubro de 2011 a julho de 2012, identificando grupos e áreas vulneráveis (famílias residentes em áreas mais remotas e as que vivem em regiões urbanas conflagradas pela violência; catadores de materiais recicláveis, comunidades tradicionais, dentre outras). O amplo e diversificado processo de mobilização atingiu 158.808 famílias, sendo que 53.567 famílias realizaram seu cadastramento no CADÚNICO e 105.241 famílias tiveram seus cadastros atualizados;

- Consolidação da nova política de transferência de renda do DF e finalização do processo de extinção do Programa Vida Melhor que implicou no aumento da inserção das famílias no PBF e do acesso à complementação do DFSM;

- Melhoria nos processos de gestão da transferência de renda e do CADÚNICO no âmbito da SUTRAR, proporcionando aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, e consequentemente aos usuários, melhor compreensão acerca do acesso e manutenção dos benefícios;

- Aumento e qualificação de oferta de assessoramento e capacitação aos CRAS, em conteúdos relacionados ao Cadastro Único, ao Programa Bolsa Família e à nova política de transferência de renda do DF, proporcionando melhoria nas informações e orientações aos usuários para acessarem e/ou manterem os benefícios de transferência de renda;

- Redução do quantitativo de cartões em estoque nas agências da CAIXA (cartões do PBF e do PBF+DFSM não entregues em função da não localização das famílias pelo correio) - a redução ocorreu devido a ações desenvolvidas junta a CAIXA para melhorar a gestão da confecção e disponibilização de cartões do Programa Bolsa Família e da complementação do Plano DF Sem Miséria. Parcerias realizadas com a Secretaria de Educação do DF para a distribuição de cartões também contribuíram para o acesso aos cartões e, consequentemente, dos benefícios de transferência de renda;



A garantia de renda articulada com a inclusão das famílias em atividades de acompanhamento no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dá condição de acesso a serviços de outras políticas setoriais e é compreendida como a estratégia mais adequada para a superação da miséria.

No que se refere às Ações Complementares, vale destacar:

- Aumento da cobertura de acompanhamento de famílias em descumprimento de condicionalidades pelos CRAS e CREAS e de famílias que, mesmo recebendo o complemento financeiro do Plano DFMS ainda apresentam situação de miséria. A identificação e acompanhamento dessas famílias, além de promoverem a manutenção de seus benefícios, proporcionam, por meio do diagnóstico sócio econômico e do plano de acompanhamento, a inserção dessas famílias em ações complementares de convívio/fortalecimento de vínculos, qualificação profissional, alfabetização, etc;

- Fortalecimento do Comitê Gestor do PBF no Distrito Federal, com reuniões sistemáticas entre os representantes das três Secretarias de Estado: Educação, Saúde e SEDEST; e promoção de encontros com servidores das três Secretarias que culminou com o I Encontro Intersetorial do Programa Bolsa Família no Distrito Federal, em novembro de 2012. Referido Encontro teve como principal objetivo a mobilização para criação e fortalecimento de Comitês nas diversas Regiões Administrativas do DF, os quais devem promover e fortalecer as redes de apoio de cada Região do DF, na identificação dos motivos do não cumprimento das condicionalidades do PBF (educação: frequência na escola e saúde; vacinação de crianças e pré-natal de gestantes atualizados), e realização de ações intersetoriais e de diálogo entre as diferentes áreas de gestão para promover o acesso das famílias a serviços que promovam proteção e sua manutenção no Programa Bolsa Família;

- Produção e disponibilização de dados sistematizados do CADÚNICO para diversos órgãos do GDF, para fins de planejamento e inserção de famílias do PBF em ações complementares, especialmente aquelas relacionadas ao Plano Brasil sem Miséria e o Plano DF sem Miséria, tais como: PRONATEC, EMATER, Subsecretaria de Qualificação e Capacitação Profissional – QUALICOPA, etc.

3. Informações complementares

Cumprir destacar no presente Relatório algumas ações realizadas pela SEDEST, no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, no que diz respeito à qualificação e melhoria dos serviços ofertados.

No que concerne à Proteção Social Básica – PSB, a partir das legislações e instrumentos de referência definidos nacionalmente para operacionalização dos programas BPC Trabalho e BPC Escola, foram elaborados planejamento de ações a serem realizadas em 2013, a saber: Constituição de Grupo Gestor para operacionalização local; Contratação de equipes para realização de busca ativa de famílias que sejam público do BPC; Formação das equipes para aplicação de questionários por meio da busca ativa e Inclusão dos dados coletados em busca ativa, em plataforma virtual específica do MDS. Cada família será entrevistada conforme território de abrangência do CRAS.

A SEDEST, apesar de não ter inaugurado nenhuma unidade de CRAS no ano de 2012, conseguiu ultrapassar a meta de atendimento mensal e anual nos CRAS, meta que segundo o Ministério de

Desenvolvimento Social e Combate a Fome é de 27 mil atendimentos/ano nas 27 unidades. As estatísticas internas da Secretaria apontam que em um único mês os 27 Centros realizaram 12.201 atendimentos e isso supera bastante o número estipulado pelo MDS.

Na Proteção Social Especial - PSE, os principais avanços na gestão dos serviços podem ser notados no fortalecimento da equipe e consequentemente do trabalho em rede, produzindo de fluxos; elaborando planejamento e monitoramento os serviços, por meio de reuniões e grupos de discussão, buscando o aprimoramento das ações; aproximação com a rede socioassistencial conveniada, buscando-se ampliar o suporte técnico fornecido para as entidades e ainda a qualificação dos serviços por meio da realização de oficinas, fóruns e seminários internos com temática afetas.

Outro grande avanço do ano de 2012 é o significativo aumento dos valores de referência pagos pela SEDEST, por meio de convênios, à rede socioassistencial complementar que ofertam serviços socioassistenciais. Os valores estão estabelecidos na Portaria nº. 44 de 10 de agosto de 2012 contribuindo para a qualificação dos serviços ofertados.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

No decorrer do exercício de 2012, em continuidade ao processo iniciado em 2011, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST promoveu o Desenvolvimento Social no Distrito Federal, por meio de diversas ações relevantes de aprimoramento e fortalecimento da gestão e da execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional, além da coordenação executiva do Plano DF Sem Miséria, alicerçadas nos princípios de gestão democrática responsável, compartilhada e transparente, e na busca da melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados e de seus impactos. Considerando que a atuação da Secretaria está inserida em um contexto complexo, como demonstrado no quadro abaixo, foram adotados processos de gestão que obedecem a requisitos e conceitos sistêmicos e que estabelecem uma orientação integrada, buscando a melhor relação entre recurso, ação e resultado, na perspectiva de conduzir a instituição para o cumprimento de sua missão institucional.



De forma alinhada ao objetivo central de Fazer de Brasília um exemplo de Civilidade e aos macrodesafios do GDF mais diretamente ligados à SEDEST, quais sejam, Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, proporcionando acesso a serviços, gerando oportunidades de emprego e renda na área rural e urbana; e Realizar uma gestão eficaz, transparente e participativa, com foco no cidadão, definidos por ocasião do planejamento estratégico do GDF e integrantes do PPA 2012 - 2015, foram estabelecidas ações a serem implementadas no decorrer do ano, distribuídas em seis eixos prioritários para a Secretaria, consolidados no Plano de Ação da instituição, conforme mencionado anteriormente, quais sejam:

- Cadastro;
- Transferência de renda;
- Assistência social;
- Segurança alimentar e nutricional;
- Coordenação do DF sem Miséria e de Programas e Projetos Especiais;
- Gestão da SEDEST.

Com relação à Política de Assistência Social, financiada com recursos alocados no Fundo de Assistência Social do Distrito Federal, a partir do trabalho realizado ao longo de 2012, foram identificados avanços e desafios a serem enfrentados em sua implementação.

Um dos principais entraves na implementação dos serviços foi o déficit de servidores (especialistas e técnicos) na gestão e, principalmente nas unidades operativas, tendo em vista a demanda crescente por atendimentos, além do expressivo quantitativo de servidores afastados por motivos saúde devido a quadros de adoecimento, e as poucas oportunidades de capacitação para as equipes.

Apesar desses entraves, as equipes buscaram qualificar o trabalho e atender às demandas apresentadas com eficiência, observando as normativas nacionais e distritais da política de assistência social.

De um modo geral, a SEDEST teve um bom desempenho em 2012, no entanto, entraves advindos do modelo de gestão pública imperante não puderam ser totalmente superados. Impactaram negativamente sobre parte das ações institucionais, com maior relevância nos projetos de desenvolvimento tecnológico, no monitoramento e avaliação das ações, na gestão de pessoal, e na aquisição de material e contratação de serviços, como no caso da impossibilidade de realização de concurso público, na centralização das atividades de compras e licitações, entre outros.

O conhecimento das prioridades do GDF e da realidade da Secretaria, a avaliação dos caminhos trilhados e dos níveis de eficácia, eficiência e efetividade alcançados permitiram construir um referencial futuro para o exercício de 2013, e, nessa perspectiva, estão postos alguns projetos estratégicos para a SEDEST a serem implementados no decorrer de 2013:

- Fortalecimento das ações do Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – “Plano DF Sem Miséria”, especialmente no que tange ao acesso às políticas públicas e das ações da SEDEST relativas ao Plano de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas;
- Ampliação do alcance de famílias, pela complementação do Plano DF Sem Miséria, por meio de alteração da Lei nº 4.737/2011 (famílias numerosas, famílias atendidas pelo Programa Brasil Carinhoso);
- Complementação do Benefício do Programa Bolsa Família para todas as famílias do universo das atuais 4.490 100% das famílias do PBF que, após o recebimento dos benefícios, apresentarem renda *per capita* familiar de 100,00;
- Concessão do benefício da Tarifa Social de Água e Esgoto para famílias do CADÚNICO, por meio de Projeto de Lei;
- Articulação, no âmbito do Plano DF Sem Miséria, para inclusão de crianças de famílias em situação de rua no atendimento infantil em creche da política de educação e do acesso a moradias para famílias pobres e extremamente pobres do DF;
- Conclusão do cadastramento e manutenção da suplementação do Programa Bolsa Família;
- Aperfeiçoamento da qualidade da gestão de condicionalidades do PBF no DF;
- Consolidação do Cadastro Único como ferramenta de planejamento e implementação de políticas públicas no DF;
- Implantação de 13 a 15 Comitês Locais do Programa Bolsa Família, constituído por servidores da SEDEST, das Secretarias de Saúde e Educação, para promover e fortalecer as Redes de Apoio de cada região do DF e fomentar as ações intersetoriais e de diálogo entre as diferentes áreas de gestão.
- Fortalecer ações de inclusão socioeconômica:
 - a. Apoio para acelerar a construção dos Centros de Triagens dos Catadores
 - b. Atender todos os catadores nas unidades operativas da SEDEST, de acordo com suas demandas de proteção social básica e especial (CRAS, CREAS e COSES).
 - c. Apoiar a inclusão social e econômica de 3.800 catadores.
 - d. Promover a educação técnica profissionalizante dos empreendimentos voltados aos catadores.

e. Apoiar as ações para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010.

f. Formalizar, fortalecer e ampliar a rede de cooperativas de catadores no Distrito Federal e implantar o comitê Gestor Intersectorial de inclusão Social de catadores.

g. Implementar o programa Pro Catador - Lei 7405/2010.

h. Captar recursos para implementação de ações complementares ao Programa Bolsa Família.

Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com:

i. Criação e instalação de novas unidades do Sistema Único de Assistência Social/SUAS

- Implantação de novas unidades de atendimento à população em situação de rua,

CREAS, CRAS;

j. Ampliação, focalização e priorização da ação de acompanhamento das famílias e indivíduos, especialmente nos serviços PAIF e PAEFI;

k. Expansão e qualificação dos serviços e benefícios do SUAS;

l. Efetivo desenvolvimento de programas de combate às violações de direitos, como o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e redirecionamento do PETI para alcançar as piores formas de trabalho infantil;

• Erradicação do Trabalho Infantil e Campanha contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

• Ampliação da Abordagem social da população em situação de rua, por meio de convênio.

- Ajuste nos pisos de referência para conveniamento;

• Ampliação da oferta de vagas para atendimento a pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social e população em situação de rua.

m. Conveniamento de dois novos serviços com entidades da Rede Socioassistencial: Acolhimento em República e em Família Acolhedora;

n. Cumprimento das ações do Pacto de Aprimoramento da Gestão do Distrito Federal firmado pelo GDF, por intermédio desta Secretaria e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; e

o. Realização da X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal;

Ampliação e adequada focalização das ações de Segurança Alimentar e Nutricional e efetiva implantação do SISAN no Distrito Federal, com:

i) Instalação de BRB conveniências nos Restaurantes Comunitários, com acesso à internet, circuito interno de TV para educação alimentar e divulgação institucional e espaço de convivência, revitalizando os arredores dos Restaurantes.

ii) Criação e instalação de novas unidades do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/SISAN: Restaurante Comunitário e Cozinha Comunitária;

iii) Implantação do sistema de cobrança de preço diferenciado nos Restaurantes Comunitários;

iv) Investimento em ações de educação alimentar e nutricional;

v) Expansão de hortas e cozinhas comunitárias;

vi) Finalização do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional;

vii) Programa de Provisão Alimentar Institucional - cerca de 22.000 pessoas/dia;

viii) Programa Sabor e Cidadania - espaços comunitários com hortas e atividades educativas e de promoção da saúde, implantados junto a cozinhas comunitárias.

ix) Instalação de Coordenações Regionais de Desenvolvimento Social criadas na estrutura da SEDEST;

Publicação e Implementação do Projeto Bolsa Alfa (por membro das famílias do PBF incluídos no DF Alfabetizado e 1º Seguimento do EJA), do Projeto Agentes da Cidadania (1.000), do Projeto Caminhos da Cidadania (1.000 adolescentes/jovens); do Projeto Conexão Cidadã (100 adolescentes/jovens);

Acompanhamento das Cooperações Técnicas celebradas:

p. CEB - acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica para as famílias do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

q. SEBRAE-DF - capacitação de empreendedores individuais - 1.107 pessoas do PBF

r. Pronatec - Brasil sem Miséria - qualificação profissional de 3.500 pessoas de famílias do CADÚNICO, por meio de conveniamento com entidades - execução do Programa de Acesso ao Mundo do Trabalho no âmbito da Assistência Social/ACESSUAS-Trabalho.

Processo de transição do Projeto Lares de Cuidados Diurno - LCD para a política de educação;

Fortalecimento da ação gerencial com implantação de sistemas de gerenciamento de convênios e contratos e de gestão arquivística, entre outros; normatização e padronização de fluxos e processos de trabalho; promoção de espaços e oportunidades de compartilhamento de experiências e de boas práticas em gestão administrativa;

Realização de estudos e pesquisas afetas às políticas sob a gestão da SEDEST (Censo do Trabalho Infantil/Pesquisa da População em situação de trabalho infante – juvenil, Avaliação do Impacto da Suplementação Financeira do Plano DF Sem Miséria ao PBF, etc.);

Política de monitoramento e avaliação das ações da Secretaria, para otimização de resultados e impactos, com fortalecimento da cultura da produção qualificada de informação e de geração de conhecimento em todos os níveis organizacionais - ampliação do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (SIDS) para todas as políticas sob gestão da SEDEST que implica na consolidação do SIDS - Módulo SUAS/DF e desenvolvimento do Módulo SISAN/DF (Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do DF); Consolidação do Painel de Indicadores para Monitoramento e Avaliação do desempenho da SEDEST na implementação de políticas Sociais sob sua Gestão;

Fortalecimento e otimização da relação institucional com o parlamento, órgãos do poder judiciário e demais órgãos do poder executivo;

Recomposição da força de trabalho da SEDEST, por meio da realização de concurso público e capacitação dos novos servidores contratados e redimensionamento para acompanhar os avanços e demandas das políticas de desenvolvimento social;

Reformas parciais e gerais de prédios e próprios da SEDEST, entre eles diversos Restaurantes Comunitários como os de Sol Nascente, Ceilândia, Samambaia.

Eventos

- Lançamentos de novos programas
- Encontros de usuários dos serviços
- Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil
- Dia Mundial de Combate ao Abuso e Exploração Sexual
- Festival Lixo e Cidadania: nos dias 23 a 27 de setembro de 2013 realizar-se-á em Brasília o XII Festival Lixo e Cidadania. Evento tradicional dos catadores do Brasil com sede em Belo Horizonte, pela primeira vez sairá de Minas Gerais para acontecer no DF.
- Seminário de 2 anos do DFSM
- X Conferência de Assistência Social do Distrito Federal, entre outros.

12. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SE – UO: 18.101

A Secretaria de Estado de Educação, unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal, tem por competência planejar, implantar, organizar, coordenar, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o Sistema de Ensino do Distrito Federal, conforme estabelece o Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011. É constituída por oito unidades setoriais que executam políticas definidas e priorizadas pela Secretaria de Estado de Educação: Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação - SUGEPE; Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional – SIAE; Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB; Subsecretaria de Modernização e Tecnologia - SUMTEC; Subsecretaria de Administração Geral – SUAG; Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – SUPLAV; Subsecretaria de Logística – SULO e Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	467	3.894	2.868	32.629	39.858
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	65	-	04	-	69
Requisitados	Órgãos do GDF	02	377	-	379
	Órgãos Estaduais	01	31	-	32
	Órgãos do Governo Federal	01	01	-	02
Outros	Terceirizados (FUNAP)	-	81	-	81
Subtotal (Força de Trabalho)	536	4.384	2.872	32.629	40.421
(+) Cedidos para outros órgãos	139	20	197	43	399
Total Geral	675	4.404	3.069	32.672	40.820

Dados fornecidos pela Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação e pela Gerência de Acompanhamento dos Serviços Terceirizados/SUAG.

1. Realizações**PROGRAMA TÊMÁTICO:****6220 – (EP) EDUCAÇÃO SUPERIOR****OBJETIVO GERAL:**

Garantir acesso ao ensino superior e à formação profissional com qualidade, socialmente referenciada e orientada para o atendimento da crescente demanda por serviços no âmbito do Distrito Federal.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1092 - Implantação da Estrutura Física da Universidade Pública do DF	3.000.000	0	0	0	-

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – Ampliar a oferta de ensino superior público e gratuito, mediante a implantação de *campus* da UnB nas regiões administrativas.

6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA**OBJETIVO GERAL:**

Garantir acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
1002 – Construção de Creches no Distrito Federal	0	9.012.753	0	0	-
1421 – Padronização de Escolas Públicas	1.000.000	0	0	0	-
1471 – Modernização de Sistema de Informação	0	3.502.500	2.840.605	0	-
2484 – Modernização de Sistema de Informação-Secretaria de Estado de Educação-Distrito Federal	0	3.502.500	2.840.605	0	150
2160 – Manutenção das Atividades de Educação Física	2.788.038	1.290.252	1.045.042	669.687	-
0001 – Manutenção das Atividades de Educação Física-Rede Pública-Distrito Federal	2.658.038	1.290.252	1.045.042	669.687	15
2387 – Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas	60.000.000	70.000.000	69.700.923	68.983.487	-
0003 – Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas do Distrito Federal-Programa - PDAF - SWAP-Distrito Federal	60.000.000	70.000.000	69.700.923	68.983.487	7

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2388 – Manutenção da Educação Infantil	96.789.598	87.455.206	78.999.380	72.511.174	-
0001 – Manutenção da Educação Infantil-Rede Pública-Distrito Federal	96.789.598	87.455.206	78.999.380	72.511.174	93
2389 – Manutenção do Ensino Fundamental	134.444.366	189.140.327	165.720.581	141.521.487	-
0001 – Manutenção do Ensino Fundamental-Rede Pública-Distrito Federal	66.892.741	123.172.471	101.806.606	80.335.771	17
9290 – Manutenção do Ensino Fundamental-Educação Integral-Distrito Federal	67.551.625	65.967.856	63.913.976	61.185.716	18
2390 – Manutenção do Ensino Médio	47.012.108	56.136.308	50.522.417	47.946.530	-
0001 – Manutenção do Ensino Médio-Rede Pública-Distrito Federal	47.012.108	56.136.308	50.522.417	47.946.530	63
2391 – Manutenção da Educação Profissional	6.300.000	5.425.400	2.714.626	2.689.626	-
0001 – Manutenção da Educação Profissional-Rede Pública-Distrito Federal	6.300.000	5.425.400	2.714.626	2.689.626	87
2392 – Manutenção da Educação de Jovens de Adultos	8.030.000	3.307.790	781.981	450.271	-
0003 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos-Plano Piloto	8.030.000	3.307.790	781.981	450.271	109
2393 – Manutenção da Educação Especial	5.162.000	2.819.429	1.912.717	1.416.715	-
0001 – Manutenção da Educação Especial-Rede Pública-Distrito Federal	5.162.000	2.819.429	1.912.717	1.416.715	111
2557 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	10.000.000	2.558.276	2.516.608	2.236.912	-
0020 – Gestão da Informação e dos Sistemas de TI- nas Unidades de Ensino-Distrito Federal	10.000.000	2.558.276	2.516.608	2.236.912	8
2964 – Alimentação Escolar	107.938.536	104.941.748	71.592.323	40.839.662	-
0001 – Alimentação Escolar-Alunos do Ensino Fundamental-Distrito Federal	34.787.787	69.172.971	55.993.866	33.184.165	19
0003 – Alimentação Escolar-Alunos da Educação Infantil-Distrito Federal	16.173.707	2.298.816	725.017	280.995	94
0004 – Alimentação Escolar-Alunos do Ensino Médio (Lei Nº 4.121/08)-Distrito Federal	39.449.415	20.183.968	10.382.684	4.683.089	64
9314 – Alimentação Escolar-Educação de Jovens e Adultos-Distrito Federal	17.527.627	13.285.993	4.490.756	2.691.413	110
3230 – Ampliação de Unidades de Educação Infantil	1.250.000	250.000	0	0	-
3231 – Ampliação de Unidades de Ensino Médio	650.000	0	0	0	-
3232 – Ampliação de Unidades de Ensino Fundamental	830.000	409.999	0	0	-
3235 – Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental	42.306.035	28.924.090	27.545.609	11.024.542	-
0001 – Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental-Escola Classe 203- Santa Maria	5.192.036	6.308.046	6.158.046	5.581.190	23
0002 – Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental-Escola Classe 401- Recanto das Emas	5.082.141	4.692.123	4.692.123	191.376	24
0003 – Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental-Escola Classe 108- Samambaia	4.600.506	4.295.964	4.295.964	1.419.553	25
0004 – Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental-Escola Classe 121- Samambaia	5.223.490	4.634.107	4.634.107	235.484	26
0005 – Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental-Escola Classe 19- Taguatinga	3.332.880	2.797.047	2.363.246	1.870.791	27
0007 – Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental-Centro de Ensino Fundamental 17- Ceilândia	5.017.379	4.850.529	4.850.529	1.516.000	29
0008 – Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental-Escola Classe 08- Ceilândia	260.210	220.931	220.931	210.149	30
0009 – Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental-Escola Classe 05- Planaltina	330.949	330.949	330.665	0	31
3236 – Reforma de Unidades de Ensino Fundamental	8.488.719	2.297.117	680.375	0	-
0002 – Reforma de Unidades de Ensino Fundamental - em Tempo Integral-Distrito Federal	1.000.000	680.376	680.375	0	41
3237 – Reforma de Unidades de Ensino Médio	21.524.834	16.232.911	4.350.392	4.273.216	-
0001 – Reforma de Unidades de Ensino Médio-Centro Educacional 01- Cruzeiro	4.260.516	4.260.516	4.260.516	4.183.340	67
0003 – Reforma de Unidades de Ensino Médio- Rede Pública-Distrito Federal	175.000	175.000	41.376	41.376	69
0005 – Reforma de Unidades de Ensino Médio-Reforço de Estrutura do Cem 10- Ceilândia	724.790	707.395	48.500	48.500	71
3238 – Reforma de Unidades de Educação Infantil	1.613.000	781.063	0	0	-
3239 – Reforma de Unidades de Ensino Profissional	200.000	0	0	0	-
3241 – Reconstrução de Unidades de Ensino Médio	1.374.362	1.227.394	227.394	227.394	-
0001 – Reconstrução de Unidades de Ensino Médio-Centro De Ensino Médio 01- Gama	274.362	227.394	227.394	227.394	80

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3271 – Construção de Unidades da Educação Infantil	9.378.439	15.422.764	7.662.607	6.121.728	-
9348 – Construção de Unidades da Educação Infantil-Centro de Educação Infantil QN 210- Riacho Fundo	3.381.478	3.381.478	3.145.288	3.144.091	101
9349 – Construção de Unidades da Educação Infantil-Jardim de Infância -QN 07- Riacho Fundo	1.903.601	2.000.830	2.000.820	2.000.820	102
9350 – Construção de Unidades da Educação Infantil-Centro Educação Infantil Mestre D'armas- Planaltina	3.418.360	878.423	878.422	869.763	103
9351 – Construção de Unidades da Educação Infantil-Estudos de Projetos Complementares-Distrito Federal	500.000	1.836.049	401.868	0	104
9352 – Construção de Unidades da Educação Infantil-Rede Pública-Distrito Federal	175.000	7.325.984	1.236.210	107.054	253
3272 – Construção de Unidades do Ensino Médio	4.514.914	7.562.257	3.610.058	688.839	-
9324 – Construção de Unidades do Ensino Médio-Reservatório - Cem Setor Oeste- Plano Piloto	189.956	189.956	189.833	189.833	82
9325 – Construção de Unidades do Ensino Médio-CIL-Taguatinga	3.649.958	3.420.226	3.420.226	499.006	83
9327 – Construção de Unidades do Ensino Médio-Estudos de Projetos Complementares-Distrito Federal	500.000	0	0	0	84
3632 – Saúde Escolar	4.132.145	4.135.186	2.056.503	1.718.706	-
0001 – Saúde Escolar - Distrito Federal	4.132.145	4.135.186	2.056.503	1.718.706	51
4976 – Transporte de Alunos	67.543.755	68.367.741	47.056.072	35.399.666	-
0002 – Transporte de Alunos-Ensino Fundamental-Distrito Federal	67.543.755	68.367.741	47.056.072	35.399.666	52
5023 – Construção de Unidade de Ensino	455.000	0	0	0	-
5051 – Reforma de Unidades do Ensino Especial	2.187.618	237.359	162.358	160.680	-
0001 - Reforma De Unidades Do Ensino Especial-Cobertura De Quadra Centro Ensino Especial 01-Samambaia	409.020	160.680	160.680	160.680	112
0002 - Reforma De Unidades Do Ensino Especial-Rede Pública-Distrito Federal	75.000	76.679	1.678	0	113
5112 - Construção De Unidades Do Ensino Especial	1.640.196	1.640.196	0	0	-
5924 – Construção de Unidades do Ensino Fundamental	9.724.372	2.865.092	671.742	0	-
9313 – Construção de Unidades do Ensino Fundamental-Reservatório- CEF 427- Samambaia	179.947	117.326	117.325	0	53
9315 – Construção de Unidades do Ensino Fundamental-Estudos de Projetos Complementares-Distrito Federal	500.000	500.000	500.000	0	55
9316 – Construção de Unidades do Ensino Fundamental-Rede Pública-Distrito Federal	175.000	618.046	54.416	0	56
8502 – Administração de Pessoal	1.001.771.824	1.134.715.701	1.130.771.120	1.130.771.120	-
0038 – Administração de Pessoal-Profissionais do Ensino Médio-Distrito Federal	434.611.335	270.842.300	270.842.298	270.842.298	224
0039 – Administração de Pessoal-Profissionais da Educação - Rede Pública-Distrito Federal	44.030.245	11.030.245	11.023.904	11.023.904	230
0040 – Administração de Pessoal-Prof. da Educ. Infantil da Rede Pública-Distrito Federal	299.600.574	202.100.574	202.100.574	202.100.574	245
6977 – Administração de Pessoal-Profissionais do Ensino Fundamental-Distrito Federal	223.529.670	650.742.582	646.804.345	646.804.345	60

Construção de Creches Públicas – A SEDF em parceria com o FNDE/MEC aderiu ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, cuja meta é a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Para atingir esse objetivo, a Secretaria, entre outras ferramentas conta com o Plano de Ações Articuladas – PAR, que possibilitará a construção de 111 creches (Centros de Educação da Primeira Infância – CEPis) até 2014, sendo que até a presente data já foi aprovada e efetivada a transferência de recursos para a construção de 31 creches cujos processos já se encontram em fase de licitação.

Manutenção da Educação Infantil – Conveniamento com 40 instituições privadas (comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos) para atendimento integral de 10 horas/dia a 8.052 crianças de 0 a 5 anos do Distrito Federal; aquisição de materiais pedagógicos e de higiene para atendimento a todas as turmas que ofertam educação infantil nas instituições públicas do Distrito Federal; celebração do Dia distrital da Educação Infantil, evento pedagógico desenvolvido no dia 25 de agosto que reuniu 7.000 (sete mil) crianças de 4 e 5 anos da rede pública, conveniada e comunidade com o objetivo de suscitar o diálogo e o debate com a sociedade sobre questões relativas à primeira infância, buscando proporcionar um espaço de discussão, interação e troca de experiências com todos os atores envolvidos nas ações de promoção da educação infantil; aquisição de 200 (duzentos) parques infantis compostos por sete brinquedos cada a fim de suprir a necessidade de 200 escolas que ofertam prioritariamente a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental.

A coordenação de Educação Integral atendeu 28.000 (vinte e oito mil) estudantes na educação integral (de sete a dez horas/dia) em 272 (duzentos e setenta e duas) escolas de todas as Coordenações

Regionais de Ensino do DF; iniciou o cadastramento de 183 escolas para o atendimento integral em 2013 por meio do Programa Mais Educação do MEC.

Manutenção do Ensino Fundamental – Dentre as ações pertinentes à manutenção do ensino fundamental, cabe ressaltar o Circuito de ciências das Escolas Públicas do DF que atendeu aproximadamente 2.400 alunos de 645 escolas; Semana Universitária, atendeu a 3.800 professores e especialistas (pedagogos e psicólogos) e 6.000 alunos dos anos finais do ensino fundamental, com o objetivo de conscientizar os alunos sobre o ambiente universitário bem como para o conhecimento dos cursos existentes. Encontro da Transição da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental atendendo 1.200 professores da educação infantil e do ensino fundamental; aquisição de 266.000 (duzentos e sessenta e seis mil) obras literárias para as turmas de correção da distorção idade/série e aquisição de materiais (jogos) pedagógicos para as escolas dos anos iniciais do ensino fundamental para atender a seis Coordenações Regionais de Ensino.

Manutenção do Ensino Médio - Participação 7.050 (sete mil e cinquenta) estudantes do ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional na Semana Universitária, ocorrida na Universidade de Brasília – UnB; desenvolvimento do Projeto ACORDE em parceria com a Coordenação de Diversidade em que participaram 450 alunos e 100 professores; participação de 6.390 estudantes na peça teatral Filhos da Anistia, ocorrida em setembro; participação de 1.215 estudantes na Feira Capital Estudante nos dias 16 e 17 de agosto.

Manutenção da Educação de Jovens e Adultos – Desenvolvimento dos Programas DF alfabetizado com complementação de bolsas de estudo, conclusão da 1ª Edição do Programa DF Alfabetizado: Juntos por uma Nova História e II mostra de educação de jovens e Adultos em Quatro Territórios do distrito Federal, atingindo um público de aproximadamente, 6.000 (seis mil) alunos.

Manutenção da Educação Profissional – Execução da 34ª edição do Curso Internacional de Verão de Brasília do Centro de Educação Profissional de Brasília – BEM/CIVEBRA, realizado no período de 04 a 21 de janeiro de 2012. Nesta edição participaram 840 alunos e 55 professores brasileiros e estrangeiros.

Construção, reforma e ampliação de unidades de ensino – Em 2012 foram concluídas 09 (nove) obras; 05 (cinco) estão em processo de licitação e/ou contratação; 07 (sete) em processo de construção e com relação às creches, 01 (uma) está sendo construída e 24 (vinte e quatro) estão em processo de licitação. Quando as demais, a justificativa já foi informada no Relatório do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG.

Programa de Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas do Distrito Federal – Visa garantir atenção direta às escolas por meio da descentralização de recursos financeiros para a realização de compras e serviços necessários ao pleno funcionamento e cujo fornecimento não é abrangido pelo órgão central com o objetivo de aperfeiçoar ações educativas nas escolas e fortalecer as instituições escolares.

Gestão da Informação e dos Sistemas de TI nas Unidades de Ensino – Objetiva a informatização das unidades administrativas e das instituições de ensino público do Distrito Federal, implantando soluções tecnológicas destinadas ao atendimento à demanda de informações e ao aprimoramento da gestão educacional por meio da utilização de meios adequados ao processo tecnológico atual.

Transporte Escolar – A promoção do transporte visa à facilitação do acesso dos alunos que residem em áreas que não são atendidas por linhas regulares de ônibus ou distantes das unidades de ensino. Os alunos pertencentes à Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP, da Promoção Educativa do Menor – PROEM e os residentes em área rural, recebem passe estudantil.

Em 2012 foram atendidos, em média, 35.635 alunos mensalmente em todo o Distrito Federal por meio de 13 empresas que foram divididas em 15 regiões e 500 percursos.

Alimentação Escolar – Oferta de 100.000.000 (cem milhões) de refeições para 495 alunos com alimentos baseados em dieta adequada ao fornecimento de energia e nutrientes essenciais para o aprendizado e a promoção do rendimento escolar e do desenvolvimento dos alunos. A utilização do orçamento foi efetivada por meio de 34 contratos para fornecimento de alimentos e prestação de serviços de transporte e armazenagem dos gêneros alimentícios. Do total do orçamento, aproximadamente R\$ 7.000.000,00 (sete milhões) foram executados com a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, efetuados por meio de chamamento público onde aproximadamente 1.000 (mil) agricultores do Distrito Federal se habilitaram a fornecer gêneros alimentícios como frutas, hortaliças, lácteos e produtos da agroindústria propiciando dessa forma, um cardápio mais enriquecido e diferenciado para todos os alunos da rede, e ainda, a contribuição para a melhoria da economia do setor no DF.

Saúde Escolar – Desenvolvimento de estratégias de odontologia preventiva e curativa de ações médico- oftalmológicas e sanitárias. A Secretaria efetuou 262.314 ações de odontologia preventiva, beneficiando 138.423 alunos; 15.630 ações odontológicas curativas, beneficiando 1.661 alunos. (neste

caso, apesar de o número de ações ter superado a meta, o quantitativo previsto de alunos não foi atingido em razão do número insuficiente de odontólogos e técnicos em saúde bucal existentes hoje na SEDF).

Foram realizados 74.194 Testes de Acuidade Visual – TAV; 4.800 consultas oftalmológicas; fornecimento de 3.855 óculos no período de fevereiro a dezembro de 2012 e ainda 37.9171 ações médico-sanitárias em benefício de 26.642 alunos da rede. Cabe ressaltar que esta Secretaria conta hoje com apenas um médico oftalmologista efetivo da SEDF e um médico contratado pelo Rotary Club de Brasília para atendimento dos alunos da Rede.

Administração de Pessoal - Pagamento e remuneração de servidores ativos e contratados temporariamente para a execução de atividades nas unidades administrativas e instituições educacionais da Secretaria de Educação, nos termos da legislação vigente.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Universalizar a pré-escola e ampliar o atendimento em creches, com projeto político pedagógico que atenda à especificidade da formação humana na fase de 0 a 5 anos de idade.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Atendimento da demanda reprimida de 4 e 5 anos de idade	%	67	13/07/2011	Anual	70	80	90	100	CEINF
Atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade	%	3	13/07/2011	Anual	3	8	13	19	CEINF

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 - Melhorar os índices de desempenho e corrigir a distorção idade/série dos estudantes do ensino fundamental.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado Em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Avaliação de desempenho dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Nota	5,4	31/12/2011	Bianual	-	5,5	-	5,8	IDEB/INEP
Avaliação de desempenho dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental	Nota	3,9	31/12/2011	Bianual	-	4,1	-	4,5	IDEB/INEP
Quantitativo de alunos em distorção idade-série	Unidade	70.000	31/07/2011	Anual	20.000	20.000	20.000	10.000	COENF

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – Ampliar o atendimento dos jovens de 15 a 17 ano, consolidando modelo de currículo que estimule a permanência dos alunos no ensino médio.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado Em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Matrículas dos jovens de 15 a 17 anos	%	64,5	30/06/2011	Anual	64,5	65	70	75	IBGE - Censo Demográfico/ 2010
Defasagem Idade/Série	%	13	31/05/2011	Anual	13	10	05	-	Censo Escolar/ 2011

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 - Ampliar e qualificar a oferta de educação profissional na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Unidades escolares com oferta de educação profissional	Unidade	5	31/07/2011	Anual	5	5	8	12	Censo /SUPLAV/ SEDF
Vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio	Unidade	3.586	31/07/2011	Semestral	4.500	5.000	6.000	8.000	Censo/ SUPLAV/ SEDF
Vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio na modalidade educação à distância	Unidade	150	31/07/2011	Semestral	150	500	800	1.000	Censo/ SUPLAV/ SEDF
Vagas ofertadas na forma Ensino Médio Integrado na modalidade regular (EMI/EPT) e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)	Unidade	520	31/07/2011	Semestral	724	1.500	5.000	8.000	Censo/ SUPLAV/ SEDF
Vagas ofertadas em cursos de formação inicial e continuada (FIC)	Unidade	2.700	31/07/2011	Bimestral	2.700	3.000	3.500	4.000	Censo/ SUPLAV/ SEDF

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 - Propiciar aos estudantes da educação especial um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Arquitetônica	%	75,3	31/12/2011	Anual	76	77	78,5	80	Censo Escolar
Percentual de escolas inclusivas	%	73,6	31/12/2011	Anual	74,6	77	80	85	Censo Escolar

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – Alfabetizar jovens, adultos e idosos, assegurando a oferta para continuidade dos estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado Em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Nº de pessoas atendidas no programa DF Alfabetizado	Unidade	-	30/06/2011	Anual	3.000	13.000	35.000	65.000	CEJAd
Nº de estudantes matriculados no 1º Segmento da EJA	Unidade	7.126	31/07/2011	Semestral	7.300	7.700	8.000	9.000	Censo Escolar - SEDF
Nº de estudantes matriculados no 2º segmento	Unidade	25.316	31/07/2011	Semestral	25.500	27.500	29.500	32.000	Censo Escolar - SEDF
Nº de estudantes matriculados no 3º Segmento	Unidade	25.389	31/07/2011	Semestral	25.500	27.500	29.500	32.000	Censo Escolar - SEDF
Nº de turmas de EJA na modalidade PROEJA	Unidade	5	30/06/2011	Semestral	5	10	20	40	CEJAd

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – Atender as demandas, da rede pública de ensino, referentes à Educação Física Escolar, Esporte e Lazer.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Número de quadras cobertas e/ou reformadas	Unidade	49	31/07/2011	Anual	80	220	320	420	Diretoria de obras
Número de escolas públicas participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal - JEDF	Unidade	150	31/07/2011	Anual	200	250	320	400	CEFDESC

2. Outras realizações**PROGRAMA:****6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação /Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3467 – Aquisição de Equipamentos	40.000	40.000	0	0	-
2609 – Equipar a Sala de Arte do Centro de Ensino Fundamental 01 da Estrutural	40.000	40.000	0	0	12
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	2.150.000	1.150.000	0	0	-
2368 – Reforma Geral e Ampliação de Unidades de Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino do DF	2.150.000	1.150.000	0	0	13

Informamos que as justificativas para a não execução das ações já foram devidamente descritas no Relatório de Acompanhamento Governamental – SAG.

PROGRAMA**6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – EDUCAÇÃO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação /Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1471 – Modernização de Sistema de Informação	0	269.668	269.668	269.668	-
2487 – Modernização de Sistema de Informação-Secretaria de Estado de Educação-Distrito Federal	0	269.668	269.668	269.668	153
1984 – Construção de Prédios e Próprios	8.411.954	0	0	0	-
2514 – Construção de Prédio Próprio do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais - CEEDV	5.000	0	0	0	10
9765 – Construção de Prédios e Próprios-Construção do Depósito de Patrimônio- SAI	2.802.318	0	0	0	121
9766 – Construção de Prédios e Próprios-Construção do Galpão de Gêneros Alimentícios- SAI	5.604.636	0	0	0	122
4088 – Capacitação de Servidores	4.000.000	19.726	19.483	16.593	-
0078 – Capacitação de Servidores-Secretaria de Educação-Distrito Federal	4.000.000	19.726	19.483	16.593	9
5928 – Implantação de Bibliotecas Públicas	655.000	0	0	0	-
2286 – Implantação de Bibliotecas Públicas Comunitárias nas RAs do DF	5.000	0	0	0	11
2287 – Reforma, Implantação e Construção ou Modernização de Bibliotecas Públicas nas Regiões Administrativas	650.000	0	0	0	116
8502 – Administração de Pessoal	460.898.796	82.641.576	78.080.423	78.080.423	-
0036 – Administração de Pessoal-Profissionais da Administração Geral - SE-Distrito Federal	460.459.431	82.641.576	78.080.422	78.080.422	2
0037 – Administração de Pessoal-Prof. em Atividades Alheias à Man. e Des. do Ensino-Distrito Federal	439.365	0	0	0	3
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	1.650.000	51.132.199	50.442.063	50.438.313	-
6980 – Concessão de Benefícios a Servidores-Secretaria de Educação-Distrito Federal	1.650.000	32.332.199	31.644.363	31.640.613	4
9632 – Concessão de Benefícios a Servidores-Auxílio Saúde(Artigo 2º da Lei 4.862/2012) – Distrito Federal	0	18.800.000	18.797.700	18.797.700	152
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	124.209.031	32.915.694	28.256.490	19.394.9	-

Ação /Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
				00	
0036 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Secretaria de Educação-Distrito Federal	123.713.031	32.608.211	28.071.434	19.209.844	5
9691 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Conselho de Educação-Distrito Federal	496.000	307.483	185.056	185.056	6

Gestão da Informação e dos Sistemas de Ti nas Unidades de Ensino – Objetiva a informatização das unidades administrativas e das instituições de ensino público do Distrito Federal, implantando soluções tecnológicas destinadas ao atendimento à demanda de informações e ao aprimoramento da gestão educacional por meio da utilização de meios adequados ao processo tecnológico atual.

Em 2012 foi adquirido um lote com 237 impressoras, foi efetuado contrato com a empresa REDECOM para prestar atendimento em toda a rede elétrica e lógica da Casa; foram adquiridos, em conjunto com o FNDE/MEC, 4.387 *tablets* para otimizar o desenvolvimento dos trabalhos de professores do ensino médio e 870 *Kits* de computadores interativos e lousas digitais para uso em escolas de ensino médio. Demais informações quanto a não execução das ações já foram devidamente descritas no Relatório de Acompanhamento Governamental – SAG.

PROGRAMA:**6205 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação /Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4091 – Apoio a Projetos	150.000	0	0	0	-
2239 – Projeto Parabólica do Cem 01 de Sobradinho	150.000	0	0	0	61

PROGRAMA:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação /Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3678 – Realização de Eventos	500.000	50.000	50.000	0	-
2340 – Apoio a Realização da I Festa de Literatura, Arte e Cultura de Taguatinga	100.000	50.000	50.000	0	123
2341 – Apoio a Realização do Congresso da FEMUBE - Mulheres Pela Educação: Igualdade, Desenvolvimento Sustentável e Paz	150.000	0	0	0	124
2342 – Apoio a Realização da Caravana dos Trabalhadores em Educação nas Regiões Administrativas do DF	250.000	0	0	0	117
4091 – Apoio a Projetos	300.000	15.000	0	0	-
2240 – Apoio ao Projeto Xilogravura de Literatura de Cordel das Escolas" - Realização Clube dos Violeiros Caipira"	200.000	0	0	0	125
2241 – Apoio ao Projeto Um Gol de Educação na Copa de 2014	80.000	15.000	0	0	118
2242 – Apoio ao Projeto Música nas Escolas	20.000	0	0	0	108

PROGRAMA:**6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação /Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 – Reintegra Cidadão	1.767.000	1.706.587	1.646.174	1.125.027	-
8424 – Reintegra Cidadão-Secretaria de Educação-Distrito Federal	1.767.000	1.706.587	1.646.174	1.125.027	120

Programa desenvolvido desde 1986 pela Fundação de amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF. Em parceria com a SEDF, os apenados desenvolvem atividades administrativas e de marcenaria visando à reintegração e ressocialização na sociedade.

PROGRAMA:**6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação /Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4223 – Manutenção das Unidades de Atendimento a Criança e ao Adolescente	50.000	180.000	0	0	-
2270 – Apoio as Atividades Desenvolvidas pela Creche Renascer da Estrutural	50.000	50.000	0	0	128
2271 – Manutenção das Unidades de Atendimento a Criança e ao Adolescente-Apoio a Projetos Sociais Casa do Pequeno Polegar- Lago Sul	0	29.999	0	0	141
2272 – Manutenção das Unidades de Atendimento a Criança e ao Adolescente-Apoio a Proj.Soc.Obras Assist. S. Seb. C. Sag. Fam- Santa Maria	0	99.999	0	0	142

3. Diagnóstico do desenvolvimento da unidade

Em que pese o exercício financeiro de 2012 ter recebido um aporte orçamentário em relação aos recursos aplicados em 2011 na Educação Básica da Rede Pública do Distrito Federal, houve um grande desafio, que foi o de compatibilizar a execução das ações prioritárias, previstas no planejamento institucional, com os recursos financeiros disponibilizados que, mesmo com o incremento recebido em relação ao exercício anterior, não foram suficientes para fazer frente ao grande volume de demandas oriundas das 653 unidades de ensino e das áreas administrativas e pedagógicas que dão suporte às ações educacionais oferecidas por esta SEE/DF à população do Distrito Federal. Outro fator que contribuiu para dificultar o cumprimento das ações pactuadas foi o contingenciamento e o remanejamento de parte dos recursos do orçamento ocorridos ao longo do exercício, exigindo dos gestores um constante trabalho de revisão/adequação das prioridades.

A despeito das dificuldades apontadas foram inúmeras as realizações alcançadas em 2012, após a reestruturação desta Secretaria tais como: a reforma/reconstrução de unidades de ensino; a ampliação do atendimento com 28 mil estudantes em 272 escolas atuando em regime de tempo integral; a construção de seis Centros de Educação Integral – CEIs, dos quais, três já foram entregues à comunidade; a construção e cobertura de quadras esportivas; a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Rede de Ensino Público do DF; a implantação da Gestão Democrática nas escolas; a melhoria das condições da oferta da alimentação escolar para os alunos por meio de cardápio mais rico e diferenciado, baseado em dieta adequada ao fornecimento de energia e nutrientes essenciais para o desenvolvimento do estudante e com a reforma de cozinhas; a organização do transporte escolar e a realização de parceria com FNDE para aquisição de 56 ônibus escolares, destinados aos alunos do Ensino Especial, sendo que 24 desses serão direcionados para o atendimento da Zona Rural; a adesão de quase totalidade das escolas ao PDE interativo; as modificações no PDAF para a melhoria na disponibilização de recursos às escolas; a consolidação de Programas como o “DF Alfabetizado”; a aquisição de 266 mil obras literárias para as turmas de Correção da Distorção Idade-Série e a realização de inúmeros eventos como CIVEBRA, Olimpíadas de Matemática, Feiras de Ciências, mostram o esforço da SEEDF de cumprir com sua missão institucional de “Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes”.

Cabe destacar, ainda, a parceria realizada com o Governo Federal (FNDE/MEC) que, por meio da adesão ao PROINFANCIA, irá viabilizar a construção de 111 creches (CEPIS – Centros de Educação de Primeira Infância) até 2014, buscando assim o cumprimento do objetivo estratégico da SEE/DF de ampliar o atendimento da Educação Infantil, uma das prioridades do Governo Federal na área da Educação. Até a presente data, os recursos para a construção 31 CEPIS já repassados e os processos licitatórios já estão em andamento. Outra ação importante foi o conveniamento com 40 instituições privadas (comunitárias confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos para o atendimento de 8.052 crianças na faixa etária de 0 a 5 anos), ocorridas por meio do Edital público nº 01/2012.

Por fim, merece ênfase o papel desempenhado pela nova organização administrativa da SEDF que ao assegurar a soberania dos processos pedagógicos, fez com que atividades administrativas estivessem ao seu serviço.

12.1. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 18.202**1. Realizações****PROGRAMA TEMÁTICO:****6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA****OBJETIVO GERAL:**

Garantir acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4088 -Capacitação de Servidores	19.201	9.601	0	0	

Não houve movimentação financeira, por não terem sido realizados projetos e atividades na respectiva Fundação.

12.2. FUNDO DE APOIO AO PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS – UO: 18.902

Instituído pela lei 1511/97, o FUNALFA tem os objetivos de prover recursos para dar suporte ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos e de:

- I – criar condições para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal;
- II – promover a educação básica de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou foram excluídos dela;
- III – garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania.

1. Realizações

PROGRAMA TEMÁTICO:

6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVO GERAL:

Garantir acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2392 –Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	18.401	9.830	0	0	

A dotação orçamentária foi cancelada parcialmente para atender crédito suplementar dos Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI, por determinação do Secretário de Planejamento e Orçamento.

Não houve execução da despesa, visto que todas as atividades relacionadas à educação de jovens e adultos foram realizadas na Unidade Orçamentária 18101.

12.3. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB – UO: 18.903

A Secretaria de Estado de Educação, unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal, tem por competência planejar, implantar, organizar, coordenar, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o Sistema de Ensino do Distrito Federal, conforme estabelece o Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011. É constituída por oito unidades setoriais que executam políticas definidas e priorizadas pela Secretaria de Estado de Educação: Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação - SUGEPE; Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional – SIAE; Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB; Subsecretaria de Modernização e Tecnologia - SUMTEC; Subsecretaria de Administração Geral – SUAG; Subsecretaria de Planejamento Acompanhamento e Avaliação – SUPLAV; Subsecretaria de Logística – SULOG e Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE.

O presente relatório aborda atividades inerentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, unidade orçamentária 18.903. Ressalta-se que as ações desenvolvidas nesta unidade - 18.903 complementam ações realizadas na Unidade Orçamentária 18.101 – Secretaria de Estado de Educação. Portanto, os resultados a seguir apresentados são os mesmos já detalhados na Unidade Orçamentária 18.101 – SEDF.

1. Realizações

PROGRAMA TEMÁTICO:

6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVO GERAL:

Garantir acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2388 -Manutenção da Educação Infantil	15.001.513	13.838.297	10.437.218	7.267.673	
0002 - Manutenção da Educação Infantil-Swap-Distrito Federal	15.001.513	13.838.297	10.437.218	7.267.673	007
2389 -Manutenção do Ensino Fundamental	53.210.542	51.260.542	48.317.889	41.081.408	
0002 - Manutenção do Ensino Fundamental-Swap-Distrito Federal	53.210.542	51.260.542	48.317.889	41.081.408	001
2390 -Manutenção do Ensino Médio	5.725.320	5.725.320	3.599.369	2.177.000	
3115 - Manutenção do Ensino Médio-Swap-Distrito Federal	5.725.320	5.725.320	3.599.369	2.177.000	004
4976 -Transporte de Alunos	1.500.000	4.613.216	4.613.166	3.984.590	
0001 - Transporte de Alunos-Ensino Fundamental da Rede Pública-Distrito Federal	1.500.000	4.613.216	4.613.166	3.984.590	002
8502 -Administração de Pessoal	1.314.346.625	1.445.820.312	1.431.341.121	1.431.341.121	
0015 - Administração de Pessoal-Profissionais do Ens. Fundamental da Rede Pública-Distrito Federal	1.136.108.960	1.260.177.544	1.246.063.459	1.246.063.459	012
6978 - Administração de Pessoal-Profissionais Do Ensino Médio da Rede Pública-Distrito Federal	142.932.569	150.352.517	149.987.411	149.987.411	005
6979 - Administração de Pessoal-Profissionais da Educação da Rede Pública-Distrito Federal	1.080.270	1.080.270	1.080.270	1.080.270	017
6980 - Administração de Pessoal-Profissionais da Educação Infantil da Rede Pública-Distrito Federal	34.224.826	34.209.981	34.209.981	34.209.981	020

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Universalizar a pré-escola e ampliar o atendimento em creches, com projeto político pedagógico que atenda à especificidade da formação humana na fase de 0 a 5 anos de idade.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Na	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Atendimento da demanda reprimida de 4 e 5 anos de idade	%	67	13/07/2011	Anual	70	80	90	100	CEINF
Atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade	%	3	13/07/2011	Anual	3	8	13	19	CEINF

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – Melhorar os índices de desempenho e corrigir a distorção idade/ série dos estudantes do ensino fundamental.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Avaliação de desempenho dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Nota	5,4	31/12/2011	Bianual	-	5,5	-	5,8	IDEB/INEP
Avaliação de desempenho dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental	Nota	3,9	31/12/2011	Bianual	-	4,1	-	4,5	IDEB/INEP
Quantitativo de alunos em distorção idade-série	Unidade	70.000	31/07/2011	Anual	20.000	20.000	20.000	10.000	COENF

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – Ampliar o atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, consolidando modelo de currículo que estimule a permanência dos alunos no ensino médio.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Matrículas dos jovens de 15 a 17 anos	%	64,5	30/06/2011	Anual	64,5	65	70	75	IBGE - Censo Demográfico/2010
Defasagem Idade/Série	%	13	31/05/2011	Anual	13	10	05	-	Censo Escolar/2011

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 - Propiciar aos estudantes da educação especial um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Arquitetônica	%	75,3	31/12/2011	Anual	76	77	78,5	80	Censo Escolar
Percentual de escolas inclusivas	%	73,6	31/12/2011	Anual	74,6	77	80	85	Censo Escolar

Promoção da manutenção da estrutura física, aquisição de material pedagógico e equipamentos, além do desenvolvimento de programas e projetos de cunho pedagógico e social.

A promoção do transporte visa à facilitação do acesso dos alunos que residem em áreas que não são atendidas por linhas regulares de ônibus ou distantes das unidades de ensino. Os alunos pertencentes à Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP, da Promoção Educativa do Menor – PROEM e os residentes em área rural, recebem passe estudantil. Em 2012 foram atendidos, em média, 35.635 alunos mensalmente em todo o Distrito Federal por meio de 13 empresas que foram divididas em 15 regiões e 500 percursos.

A Administração de Pessoal visa o pagamento e remuneração de servidores ativos e contratados temporariamente para a execução de atividades nas unidades administrativas e instituições educacionais da Secretaria de Educação, nos termos da legislação vigente.

2. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Em que pese o exercício financeiro de 2012 ter recebido um aporte orçamentário em relação aos recursos aplicados em 2011 na Educação Básica da Rede Pública do Distrito Federal, houve um grande desafio, que foi o de compatibilizar a execução das ações prioritárias, previstas no planejamento institucional, com os recursos financeiros disponibilizados que, mesmo com o incremento recebido em

relação ao exercício anterior, não foram suficientes para fazer frente ao grande volume de demandas oriundas das 653 unidades de ensino e das áreas administrativas e pedagógicas que dão suporte às ações educacionais oferecidas por esta SEE/DF à população do Distrito Federal. Outro fator que contribuiu para dificultar o cumprimento das ações pactuadas foi o contingenciamento e o remanejamento de parte dos recursos do orçamento ocorridos ao longo do exercício, exigindo dos gestores um constante trabalho de revisão/adequação das prioridades.

A despeito das dificuldades apontadas foram inúmeras as realizações alcançadas em 2012, após a reestruturação desta Secretaria tais como: a reforma/reconstrução de unidades de ensino; a ampliação do atendimento com 28 mil estudantes em 272 escolas atuando em regime de tempo integral; a construção de seis Centros de Educação Integral – CEIs, dos quais, três já foram entregues à comunidade; a construção e cobertura de quadras esportivas; a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Rede de Ensino Público do DF; a implantação da Gestão Democrática nas escolas; a melhoria das condições da oferta da alimentação escolar para os alunos por meio de cardápio mais rico e diferenciado, baseado em dieta adequada ao fornecimento de energia e nutrientes essenciais para o desenvolvimento do estudante e com a reforma de cozinhas; a organização do transporte escolar e a realização de parceria com FNDE para aquisição de 56 ônibus escolares, destinados aos alunos do Ensino Especial, sendo que 24 desses serão direcionados para o atendimento da Zona Rural; a adesão de quase totalidade das escolas ao PDE interativo; as modificações no PDAF para a melhoria na disponibilização de recursos às escolas; a consolidação de Programas como o “DF Alfabetizado”; a aquisição de 266 mil obras literárias para as turmas de Correção da Distorção Idade-Série e a realização de inúmeros eventos como CIVEBRA, Olimpíadas de Matemática, Feiras de Ciências, mostram o esforço da SEEDF de cumprir com sua missão institucional de “Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes”.

Cabe destacar, ainda, a parceria realizada com o Governo Federal (FNDE/MEC) que, por meio da adesão ao PROINFANCIA, irá viabilizar a construção de 111 creches (CEPIS – Centros de Educação de Primeira Infância) até 2014, buscando assim o cumprimento do objetivo estratégico da SEE/DF de ampliar o atendimento da Educação Infantil, uma das prioridades do Governo Federal na área da Educação. Até a presente data, os recursos para a construção 31 CEPIS já repassados e os processos licitatórios já estão em andamento. Outra ação importante foi o conveniamento com 40 instituições privadas (comunitárias confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos para o atendimento de 8.052 crianças na faixa etária de 0 a 5 anos), ocorridas por meio do Edital público nº 01/2012.

Por fim, merece ênfase o papel desempenhado pela nova organização administrativa da SEDF que ao assegurar a soberania dos processos pedagógicos, fez com que atividades administrativas estivessem ao seu serviço.

13. SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 19.101

A Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF, unidade orgânica de direção superior, da Administração Direta do Distrito Federal, nos termos do decreto nº 33.370, de 29 de novembro de 2011, publicado no do DF de 1º/12/11, tem a competência institucional de promover a gestão tributária e financeira distrital; bem como supervisionar, coordenar e executar a política tributária e fiscal do Governo do Distrito Federal.

Norteadas pela missão institucional que integra as áreas de administração tributária, financeira e contábil do Governo, a SEF implementou ações objetivando garantir o equilíbrio fiscal e o nível adequado de receita governamental do Distrito Federal, mesmo em face dos efeitos da crise econômica mundial, atuando preponderantemente na gestão tributária, priorizando meios para garantir efetiva fiscalização dos setores econômicos, reduzindo a inadimplência e combatendo a sonegação fiscal.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade Meio		Atividade Fim		Total
	Comissionados	Não Comissionados	Comissionados	Não Comissionados	
Quadro do GDF	157	215	211	774	1.357
Requisitados	órgãos do GDF	18	11	12	74
	órgãos Federais	01	-	02	03
Servidores comissionados sem vínculo	13	-	14	-	27
Subtotal (Força de Trabalho)	189	226	239	807	1.461
Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	110
Total	189	226	239	807	1.571

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH.

Destaca-se que, no período de 2010 a 2012, houve uma redução de 63 servidores do quadro efetivo da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, conforme demonstrativo abaixo:

Quadro 2 - Evolução da Força de Trabalho

Servidores	2010	2011	2012
Quadro do GDF	1.437	1.397	1.357
(+) Cedidos para outros órgãos	93	96	110
Total	1.530	1.493	1.467

Fonte: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH.

Nesse contexto, é fundamental demonstrar as prováveis aposentadorias até 2014:

Quadro 3 - Projeção de Aposentadorias

Carreira		Total de Aposentadorias
Auditoria Tributária ¹	Auditor tributário	41
	Fiscal tributário	5
	Agente fiscal tributário	13
Total Por Carreira		59
Fazendária	Analista	2
	Técnico	63
	Auxiliar	19
Total Por Carreira		84
Controle Interno	Auditor	38
	Inspetor técnico	61
Total Por Carreira		99
Total Geral		242

Fonte: Núcleo de Cadastro de Pessoal Ativo - NUCAT/DIGEP/SEF

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a elaboração de estudos visando à realização de concurso público, a fim de renovar o seu quadro de pessoal, bem como para cumprir as metas compreendidas no período de 2012-2015 determinadas no Plano Plurianual – PPA², em consonância com o princípio da eficiência, sendo pertinente ressaltá-las:

1. Obter 6% ao ano de crescimento real da receita tributária;
2. Alcançar Resultado Primário Positivo; e

¹ De acordo com a Lei nº 4.717, de 27 de dezembro de 2011 (Publicado no DODF Nº 248, de 28 de dezembro de 2011), as carreiras de Fiscal Tributário e Agente Fiscal Tributário foram aproveitadas para a carreira de Auditor tributário.

² Lei nº 4.742, de 29 de dezembro de 2011, publicada no DODF Nº 250, de 30 de dezembro de 2012 – Suplemento A, pág. 25.

3. Ampliar para 35% a quantidade de atendimentos remotos aos contribuintes relativamente ao total de atendimentos no ano.

I. Atividades Finalísticas e Metas Alcançadas

As ações das unidades subordinadas e/ou vinculadas à SEF, no ano de 2012, orientadas por suas competências e objetivos regimentais, associadas ao cumprimento das metas relacionadas às atividades finalísticas, concorreram para o alcance dos resultados descritos a seguir.

1. Gestão Tributária

1.1. Receita

Os resultados alcançados no âmbito da Gestão Tributária são expressos pelo desempenho da Receita de Origem Tributária – ROT e pelas ações de combate à evasão e à sonegação fiscal conforme apresentado nos itens abaixo.

1.1.1. Desempenho das Receitas de Origem Tributária de 2010 a 2012

As ROTs administradas pela Subsecretaria da Receita – SUREC englobam as receitas de: (i) impostos, exceto Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF; (ii) taxas; (iii) dívida ativa tributária; e (iv) multas e juros de mora dos tributos. Em 2012, a ROT alcançou o montante de R\$ 8,49 bilhões, o que indica crescimento nominal de 7,60% na comparação com 2011, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Evolução das Receitas de Origem Tributária do Distrito Federal

Em R\$ 1.000

Ano	Valor	Variação
2010	7.060.985	-
2011	7.890.987	11,75%
2012	8.490.786	7,60%

Fonte: SIGGO para receita realizada até Nov/2012 e Relatório de Arrecadação – Quadro da Previsão de Arrecadação (COPET/SUREC), para receita estimada de dez/12

Desempenho Real

Descontando o efeito da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, a ROT apresentou crescimento real na ordem de 2,14%, em 2012 comparado com 2011, inferior ao crescimento real de 4,78%, apurado em 2011 comparado com 2010, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Evolução das Receitas de Origem Tributária do Distrito Federal

(valores constantes a preços estimados de dezembro/2012-INPC/IBGE - R\$ 1.000)

Ano	Valor	Variação
2010	7.704.314	-
2011	8.072.822	4,78%
2012	8.245.385	2,14%

Fonte: COPET/ SUREC

No contexto macroeconômico, o crescimento real da ROT (2,14%) tende a ser superior ao do PIB nacional, estimado em 1,07% para 2012. Em 2011, o comportamento da arrecadação do DF também apresentou um crescimento superior ao do PIB (PIB de 2,73% e ROT/DF de 4,78%), como apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 - Evolução Receita de Origem Tributária do DF/ PIB

PERÍODO	ROT/DF	PIB Brasil
2011/2010	4,78%	2,73%
2012/2011	2,14%	1,07%

Elaboração: COPET/SUREC – Fonte: PIB – BACEN (www.bcb.gov.br, em 18/12/2012)

A exceção do SIMPLES, do ISS, do ITBI, do ITCD e das Taxas, as demais Receitas de Origem Tributária tiveram crescimento menor no período de 2011-2012, quando comparadas ao crescimento no período 2010-2011. O ICMS, diante de sua significativa representatividade sobre o montante total da receita (63,64%), contribuiu com 71,34% para o crescimento da arrecadação em 2012. Significa dizer que, do montante real de R\$ 173,2 milhões de incremento na arrecadação, R\$ 123,62 milhões são provenientes do ICMS. Adicionalmente, destacou-se o crescimento do ITCD (29,43%), do ITBI (24,53%), do SIMPLES

(9,62%), do ISS (7,26%), e das Taxas (4,97%). O Quadro 7 traz o desempenho real anual da arrecadação tributária do DF por receita.

Quadro 7 - Percentual de desempenho Real Anual da Arrecadação Tributária no Distrito Federal 2010-2012

Ano	Impostos Indiretos			Impostos Diretos - Imobiliários			Ipva	Dívida Ativa Tributária	Multa e Juros de Mora	Taxas
	ICMS	SIMPLES	ISS	IPTU	ITBI	ITCD				
2011/2010	4,49%	7,56%	3,10%	4,36%	-6,71%	9,24%	8,77%	21,52%	9,72%	1,12%
2012/2011	2,41%	9,62%	7,26%	1,75%	24,53%	29,43%	-15,29%	-6,15%	-18,21%	4,97%

Fonte: COPET/SUREC. / Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

1.1.2. Composição da Receita Tributária

No exercício de 2012, a participação dos tributos indiretos no total da arrecadação apresentou um pequeno acréscimo, na comparação com 2011 (de 78,21% para 79,19%). Esse acréscimo na participação deve-se ao aumento na participação dos três impostos indiretos, em especial do ISS (0,61%), como também do Simples (0,21%) e do ICMS (0,16%). dessa forma, cresceu a participação do ICMS e o ISS, que são os impostos mais significativos para o DF, com participação na ordem de 63,64% e 12,54%, respectivamente, em 2012. Portanto, a arrecadação total tenderá a ser explicada pela variação desses dois impostos.

Em relação à tributação direta, o IPVA e o IPTU apresentaram queda de participação, bem como a dívida ativa tributária e multas e juros. Em contrapartida, houve aumento na participação do ITBI e do ITCD, bem como das taxas. O Quadro 8 traz a composição da arrecadação de origem tributária no DF.

Quadro 8 - Composição da Arrecadação de Origem Tributária

ANO	ICMS	SIMPLES	ISS	IPTU	IPVA	TAXAS	ITBI	ITCD	Dívida Ativa Tributária	Multa e Juros de Mora
2010	63,64%	2,74%	12,13%	5,67%	7,61%	1,78%	2,97%	0,47%	2,31%	0,68%
2011	63,47%	2,81%	11,93%	5,65%	7,89%	1,72%	2,64%	0,49%	2,68%	0,72%
2012	63,64%	3,02%	12,54%	5,62%	6,53%	1,77%	3,23%	0,62%	2,47%	0,57%
MÉDIA	63,60%	2,65%	12,06%	5,72%	8,02%	1,77%	2,79%	0,46%	2,21%	0,72%

Fonte: COPET/SUREC.

1.1.2.1. Impostos Indiretos

Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS

Em 2012, o ICMS apresentou crescimento de receita em termos reais da ordem de 2,41%. Com isso, o crescimento real acumulado nos três últimos anos (2010-2012) fechou em 14,88%, como mostra o Quadro 9.

Quadro 9 – desempenho do ICMS – 2010-2012

Ano	Participação Na Arrecadação Tributária	Valores Correntes Arrecados (em R\$ 1.000)	Desempenho Real Ano a Ano ⁽¹⁾	Desempenho Real Em Relação A 2009 ⁽¹⁾	ICMS – Brasil desempenho Real em Relação a 2009 ⁽¹⁾
2010	63,64%	4.493.609	7,35%	7,35%	14,00%
2011	63,47%	5.008.749	4,49%	12,17%	19,20%
2012	63,64%	5.403.263	2,41%	14,88%	21,13%

Fonte: ICMS/DF - COPET/SUREC; ICMS-Brasil - COTEPE/CONFAZ. Notas: (1) desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Com relação à decomposição por atividade econômica da arrecadação do ICMS do Distrito Federal em 2012, verifica-se que o setor de energia elétrica é o segmento que registrou o maior aumento (+24,2%) na comparação com 2011. Porém, tal fato está relacionado ao decreto nº 32.514/2010, que produziu um decréscimo significativo na arrecadação de janeiro/2011, prejudicando dessa forma a base de comparação. Quanto aos demais setores, os maiores destaques em crescimentos deverão ser o de comércio atacadista e o de combustíveis.

Quadro 10 - Arrecadação do ICMS por Setor de Atividade Econômica

Setor	(valores correntes em R\$1.000)			
	2010	2011	2012	MÉDIA
Energia Elétrica	287.322	359.113	413.108	353.181
Combustíveis	926.771	1.018.204	1.109.873	1.018.283
Comunicação	873.844	956.079	961.274	930.399
Veículos	402.998	404.126	420.644	409.256

Setor	2010	2011	2012	MÉDIA
Indústria	442.363	524.858	534.862	500.694
Comércio Atacadista	730.309	785.910	859.352	791.857
Comércio Varejista	840.540	961.122	1.026.149	942.604
Outros	53.448	50.581	53.634	52.554
Total	4.557.594	5.059.992	5.378.898	4.998.828

Fonte: COPET/SUREC.

No confronto de 2012 com 2011, os segmentos que aumentaram a participação em relação ao ICMS total foram o de energia elétrica, de comércio atacadista e o de combustíveis enquanto os demais apresentaram relativa queda.

Quadro 11 - Composição da Arrecadação do ICMS 2010- 2012

Setor	2010	2011	2012	Média
Energia Elétrica	6,3%	7,1%	8,1%	7,2%
Combustíveis	20,3%	20,1%	20,2%	20,2%
Comunicação	19,2%	18,9%	18,5%	18,9%
Veículos	8,8%	8,0%	7,6%	8,1%
Indústria	9,7%	10,4%	10,0%	10,0%
Comércio Atacadista	16,0%	15,5%	15,9%	15,8%
Comércio Varejista	18,4%	19,0%	18,6%	18,7%
Outros	1,2%	1,0%	1,0%	1,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: COPET/SUREC.

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

O ISS, segundo maior imposto do DF em termos de volume arrecadado, responde por 12,54% da arrecadação tributária em 2012, uma participação maior que em 2011, quando obteve a marca de 11,93%. A arrecadação do ISS em 2012 registrou um acréscimo real de 7,26%, superior ao acréscimo real que ocorreu em 2011 comparado com 2010 (3,10%). No triênio de 2010-2012, o ISS apresentou evolução real de 18,68% no resultado acumulado, em relação a 2009. O Quadro 12 traz o desempenho do ISS no período de 2010 a 2012.

Quadro 12 - desempenho do ISS – 2010-2012

Ano	Participação na Arrecadação de Origem Tributária	Valores Correntes Arrecadados (Em R\$ 1.000)	Desempenho Real Ano a Ano ⁽¹⁾	Desempenho Real em Relação a 2009 ⁽¹⁾
2010	12,13%	856.498	7,32%	7,32%
2011	11,93%	941.306	3,10%	10,65%
2012	12,54%	1.064.832	7,26%	18,68%

Fonte: COPET/SUREC./ Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Detalhando a receita do ISS em 2012 com enfoque no regime de tributação vigente, observa-se que 28% da receita desse imposto decorreram das retenções tributárias realizadas por órgãos públicos federais e distritais. O ISS retido por órgãos públicos federais teve um acréscimo na ordem de R\$ 21,6 milhões em 2012, na comparação com 2011, enquanto o retido por órgãos distritais teve um acréscimo na ordem de R\$ 13,4 milhões.

Quadro 13 - ISS Total e ISS Retenção

(Em R\$ 1.000)

Ano	Valores Correntes Arrecadados	Arrecadação do ISS – Retenção GDF	Arrecadação do ISS – Retenção Governo Federal)
2010	856.498	80.190	175.080
2011	941.308	77.830	188.778
2012	1.064.832	91.230	210.354

Fonte: COPET/SUREC.

Simples

Em 2012, a receita do Simples apresentou aumento real de 9,62% em relação a 2011, o que está relacionado à expansão do regime Simples Nacional.

Quadro 14 – desempenho do Simples - 2010-2012

Ano	Participação Na Arrecadação de Origem Tributária	Valores Correntes Arrecadados (Em R\$ 1.000)	Desempenho Real Ano A Ano ⁽¹⁾	Desempenho Real Em Relação A 2009 ⁽¹⁾
2010	2,74%	193.124	22,82%	22,82%

2011	2,81%	221.399	7,56%	32,10%
2012	3,02%	256.121	9,62%	44,80%

Fonte: COPET/SUREC./ Nota: (1) desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Em 2012, o total de contribuintes do ICMS, do ISS e do Simples foi de 156.526, conforme apresentado no Quadro 15, o que resultou no incremento de 19.077, ou seja, 14,9% de crescimento de novos contribuintes ativos em relação a 2011.

Quadro 15 – Quantidade de Contribuintes no Cadastro Fiscal do DF – Impostos Indiretos

Ano	Total
2010	115.328
2011	137.449
2012	156.526

Fonte: NUCAC/DIRAR/SUREC./ Nota: Número de contribuintes em 31/12/2010, 31/12/2011 e 30/11/2012.

1.1.2.2. Impostos Diretos

Os impostos diretos expandiram sua participação sobre a ROT em 2012. Em anos anteriores a participação desses tributos no total da arrecadação de origem tributária baixou de um patamar de 16,72% do total da arrecadação em 2010, para 16,67% em 2011. Em 2012, os impostos diretos, no conjunto, registraram uma participação de 16% sobre a arrecadação da ROT.

Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU

Em 2012, o lançamento do IPTU alcançou mais de 20 mil novas unidades imobiliárias, perfazendo um total de 820 mil unidades. A maior expansão é observada para os imóveis residenciais, sujeitos à alíquota de 0,30%. Esse aumento reflete os efeitos da construção civil para este fim.

Quadro 16 - Quantidade de Imóveis Constantes no Cadastro Imobiliário por Alíquota

Ano	Alíquota de 0,3%	Alíquota de 1,0%	Alíquota de 3,0%	Total
2010	591.865	107.388	86.592	785.845
2011	605.876	110.082	83.315	799.273
2012	641.641	110.941	67.586	820.169

Fonte: SITAF. Nota: Número de imóveis para os quais houve lançamento do IPTU.

Observa-se que a participação do IPTU na receita total de origem tributária apresentou pequeno decréscimo em 2012 em relação a 2011 (de 5,65% para 5,62%). Apesar do aumento na participação, o IPTU não alcançou o patamar de aumento registrado em 2010, de 5,67%. A receita do IPTU cresceu no triênio 2010-2012, em valores correntes, cerca de R\$ 76,87 milhões. Na comparação com 2009 teve crescimento real de 10,50%. Em 2011, o crescimento real foi de 1,75%.

Quadro 17 - desempenho do IPTU – 2010-2012

Ano	Participação na Arrecadação de Origem Tributária	Valores Correntes Arrecadados (Em R\$ 1.000)	Desempenho Real Ano a Ano ⁽¹⁾	Desempenho Real em Relação a 2009 ⁽¹⁾
2010	5,67%	400.009	4,06%	4,06%
2011	5,65%	445.836	4,36%	8,59%
2012	5,62%	476.879	1,75%	10,50%

Fonte: COPET/SUREC./ Nota: (1) desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI

Para o ITBI, houve um acréscimo real na ordem de 24,53% em 2012, na comparação com 2011. No triênio 2010-2012 a receita do imposto, em valores correntes, expandiu em R\$ 64,459 milhões, apontando aumento real de 34,76%.

Quadro 18 - desempenho do ITBI – 2010-2012

Ano	Participação na Arrecadação de Origem Tributária	Valores Correntes Arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho Real Ano a Ano ⁽¹⁾	Desempenho Real em Relação a 2009 ⁽¹⁾
2010	2,97%	209.862	16,00%	16,00%
2011	2,64%	208.675	-6,71%	8,22%
2012	3,23%	274.321	24,53%	34,76%

Fonte: COPET/SUREC./ Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Imposto de Transmissão Causa Mortis e doação – ITCD

Quanto ao ITCD, a receita cresceu, no triênio 2010-2012, em termos nominais, R\$ 19,676 milhões, com variação real de 74,29%. Comparando o ITCD com o ITBI, observa-se que o ITCD, que teve um desempenho superior ao observado para o do ITBI em 2011 (34,66% contra 8,22% do ITBI), manteve tal

desempenho em 2012 (74,29% contra 34,76% do ITBI). Quanto à participação da receita do ITCD na arrecadação de origem tributária, observar-se-á relativa estabilidade no período de 2010 a 2012.

Quadro 19 - desempenho do ITCD – 2010-2012

Ano	Participação Na Arrecadação de Origem Tributária	Valores Correntes Arrecadados (Em R\$ 1.000)	Desempenho Real Ano A Ano ⁽¹⁾	Desempenho Real Em Relação A 2009 ⁽¹⁾
2010	0,47%	33.194	23,27%	23,27%
2011	0,49%	38.649	9,24%	34,66%
2012	0,62%	52.870	29,43%	74,29%

Fonte: COPET/SUREC./ Nota: (1) desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA

O número de veículos para os quais houve lançamento do IPVA em 2012 apresentou decréscimo de 0,07% na comparação com 2011, em razão da isenção do imposto para veículos novos.

Quadro 20 - Quantidade de Veículos Constantes no Cadastro do IPVA por Alíquota de Tributação

Ano	Alíquota de 1,0%	Alíquota de 2,0%	Alíquota de 3,0%	Total
2010	26.333	107.697	719.037	853.067
2011	29.332	121.038	784.120	934.490
2012	20.964	128.652	784.230	933.846

A isenção de IPVA para veículos novos provocou um decréscimo na arrecadação do imposto, em termos reais, na ordem de 15,29%, em contrapartida ao aumento real de 8,77% no desempenho do IPVA em 2011. A participação da receita do IPVA na arrecadação de origem tributária apresentou aumento na ordem de 6,53% em 2012, conforme apresentado no Quadro 21.

Quadro 21 - desempenho do IPVA – 2010-2012

Ano	Participação na Arrecadação de Origem Tributária	Valores Correntes Arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho Real Ano a Ano ⁽¹⁾	Desempenho Real em Relação A 2009 ⁽¹⁾
2010	7,61%	537.171	-4,98%	-4,98%
2011	7,89%	622.810	8,77%	3,35%
2012	6,53%	554.149	-15,29%	-12,45%

Fonte: COPET/SUREC./ Nota: (1) desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

1.1.2.3. Taxas

Das Taxas, a TLP é a mais representativa, cuja receita deverá responder por 59,81% do total arrecadado nessa rubrica em 2012.

O item de receita Taxas registrou comportamento decrescente em sua participação no total da arrecadação tributária, caindo de um patamar de 1,78% em 2010, para um patamar de 1,72% em 2011; e registrou um crescimento de 1,77% em 2012. A receita de Taxas atingiu o montante de R\$ 150.021 milhões em 2012, registrando um aumento real do item Taxas na ordem de 4,97%. A TLP, maior tributo do grupo, registrou acréscimo real de 1,58%, em 2012, em contrapartida a 2011, que apresentou uma queda de 5,49%. As demais taxas apresentam aumento da ordem de 10,47% em 2012.

Quadro 22 - desempenho das taxas – 2010-2012

Ano	Participação na Arrecadação de Origem Tributária	Valores Correntes Arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho Real Ano a Ano ⁽¹⁾	Desempenho Real em Relação A 2009 ⁽¹⁾
2010	1,78%	125.877	5,10%	5,10%
2011	1,72%	135.865	1,12%	6,28%
2012	1,77%	150.021	4,97%	11,57%

Fonte: COPET/SUREC./ Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

1.1.3. Outras Receitas de Origem Tributária

1.1.3.1. Multas e Juros de Mora

A receita de multas e juros de mora fechou o ano de 2012 com uma queda real de 18,21%, na comparação com o ano anterior. No triênio 2010-2012, essa receita teve decréscimo real de 14,38%.

Quadro 23 - desempenho das Multas e Juros de Mora – 2010-2012

Ano	Participação na Arrecadação de Origem Tributária	Valores Correntes Arrecadados (Em R\$ 1.000)	Desempenho Real Ano a Ano ⁽¹⁾	Desempenho Real em Relação a 2009 ⁽¹⁾
2010	0,68%	48.357	-4,60%	-4,60%

2011	0,72%	56.512	9,72%	4,68%
2012	0,57%	48.684	-18,21%	-14,38%

Fonte: COPET/SUREC. Nota: (1) desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

1.1.3.2. Receita da Dívida Ativa Tributária

Em 2012 a receita da dívida ativa registrou decréscimo real de 6,15% na comparação com 2011. Tendo como desempenho real acumulado o percentual de 72,48% no triênio 2010-2012.

Quadro 24 - desempenho Dívida Ativa Tributária – 2010-2012

Ano	Participação na Arrecadação de Origem Tributária	Valores Correntes Arrecadados (Em R\$ 1.000)	Desempenho Real Ano a Ano ⁽¹⁾	Desempenho Real em Relação a 2009 ⁽¹⁾
2010	2,31%	163.284	51,24%	51,24%
2011	2,68%	211.187	21,52%	83,79%
2012	2,47%	209.646	-6,15%	72,48%

Fonte: COPET/SUREC./ Nota: (1) desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

1.1.4. Renúncia das Receitas de Origem Tributária

No tocante à renúncia de receita de origem tributária, foi estimada para o exercício de 2012 em R\$ 1,609 bilhão. O tributo que concentrou a maior parte dos benefícios tributários foi o ICMS, cuja renúncia foi de R\$ 1,487 bilhão, ou 92,4% do total da renúncia. A segunda maior participação no montante da renúncia coube ao IPTU, que contribuiu com praticamente 3,3% do total da renúncia estimada para 2012.

Quadro 25 - Renúncia Tributária Estimada para 2012

Tributo	Valores Correntes em R\$1.000	Participação
ICMS	1.487.374	92,46%
ISS	26.854	1,67%
IPVA	13.959	0,87%
IPTU	52.738	3,28%
ITBI	575	0,04%
ITCD	2.583	0,16%
TLP	9.232	0,57%
Multas e Juros	15.291	0,95%
Total	1.608.606	100,00%

Fonte: COPET/SUREC.

1.1.5. Fiscalização Tributária

No exercício de 2012 houve uma mudança no foco das atividades da Coordenação de Fiscalização Tributária com a ampliação das atividades de monitoramento, cujo objetivo principal foi evidenciar a presença do fisco e estimular o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias.

1.1.5.1. Instituição da Malha Fina Distrital – Malha DF

Realização de cruzamento da base de dados da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e das informações das administradoras de cartão de crédito e débito com as informações prestadas pelos contribuintes nos Livros Fiscais Eletrônicos – LFE. Os contribuintes foram cientificados por meio eletrônico de inconsistências relativas às saídas declaradas.

Foi concedido prazo para retificação das informações e/ou recolhimento/parcelamento de valores devidos. Após o decurso do prazo, as empresas com maiores diferenças, que não procederam à retificação do LFE foram incluídas na programação fiscal para realização de auditoria.

Quadro 26

Nº de contribuintes alcançados	5.095
Nº de contribuintes que retificaram informações do LFE	2.586
Valor de faturamento declarado (retificações do LFE) após comunicado da Malha-DF	R\$ 3.020.368.740
Valor de ICMS declarado (retificações do LFE) após comunicado da Malha-DF – ICMS a recolher	R\$ 39.731.139
Valor do ICMS recolhido/Parcelado	R\$ 4.655.399
Número de auditorias distribuídas	40
Número de auditorias encerradas	11
Crédito tributário constituído	R\$ 8.632.902

1.1.5.2. Projeto de Monitoramento NF-e X LFE

Confronto realizado entre o ICMS destacado nas Notas Fiscais Eletrônicas emitidas e o ICMS declarado no Livro Fiscal Eletrônico (saídas). Os contribuintes com divergências estão sendo notificados das inconsistências identificadas a fim de apresentar justificativa e/ou proceder à retificação das informações fiscais. Tais contribuintes estão sendo acompanhados quanto à retificação das informações e o recolhimento e/ou parcelamento do ICMS. O passo seguinte será a seleção dos contribuintes para auditoria.

Quadro 27

Nº de Contribuintes Selecionados	Nº de Notificações Emitidas	Nº de Notificações Entregues	Nº de Contribuintes Que Retificaram Informações do LFE	Incremento no ICMS declarado Após Retificação	Valor do ICMS Recolhido/Parcelado
633	523	324	223	R\$ 8.277.542	R\$ 6.556.135

Observações:

1. Notificações não entregues referem-se empresas não encontradas;
2. 28 empresas que estavam na base, mas ainda não haviam sido notificadas, retificaram LFE;
3. Ainda não houve distribuição para auditoria (próxima fase).

1.1.5.3. Distribuição de ações fiscais

Seleção de contribuintes para a realização de ações fiscais, que podem ser classificadas em auditorias e diligências.

Os projetos de diligência são realizados com o objetivo primordial de ostentar a presença do fisco e alcançar com ações pontuais um elevado número de contribuintes, enquanto as auditorias são realizadas em empresas com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias e visam à constituição de crédito tributário.

Quadro 28 – Ações Fiscais Distribuídas – janeiro a novembro/2012

Origem / Projeto	Quantidade
Aec - Ali. Fora	5
Aec – Cartão	67
Aec - Crédito Podre	1
Aec - Créditos Impróprios	12
Aec – delete	11
Aec - Importação Irregular	1
Aec - Nota Fiscal Não Escriturada	1
Aec - Outliers - Saídas - Los Outros	2
Aec - Outras Não Especificadas	3
Aec - Reg. Especiais	4
Aec – Subprime	12
Aec – Xk	5
Auditoria	137
Baixa de Inscrição de Substituto	9
Dil. Especial	19
Dil. Gejuc/Tarf	17
Dil. Gemae	478
Dil. Nuope/Geaut	198
Dil. Preparo	21
Monitoramento	27
Op Especial Xk	36
Operação Ecf	321
Operação Ecf 2012	310
Operação Especial	2
Perícia Judicial - Assistência Técnica	2
Refazimento de Auto Julg. Nulo	2
Total de Ações Fiscais Distribuídas	1.703

Quadro 29 - Atividades desenvolvidas pela Gerência de Auditoria Tributária

(Janeiro a Novembro/2012)

Descrição das Atividades	Quantidade (Em Unidades)		
	Acumulado até Dez/2011	No Mês Referência (Jan a Nov/2012)	Acumulado com o Mês de Referência (Jan a Nov/2012)
Saldo anterior de auditorias (a)	399	399	399
Número de auditorias distribuídas (b)	621	196	196
Número de auditorias concluídas (c)	580	454	454
Número de auditorias concluídas sem débito (d)	78	70	70
Saldo atual de auditorias (e)	399	141	141
Crédito Constituído (em R\$) (f)	671.251.501	259.506.433	259.506.433

Fonte : Auditorias e AEC/Tipo de Ação/Consolidado por equipe/Relatórios Gerenciais/AFE/SIGEST.

Quadro 30 - Núcleos de Auditorias

Núcleos de Auditorias	Saldo Anterior de Auditorias (A)	N.º de Auditorias Distribuídas (B)	N.º de Auditorias Concluídas (C)	N.º de Auditorias Concluídas Sem Débito (D)	Saldo Atual de Auditorias (E) = (A)+(B)-(C)	Crédito Constituído (R\$) (F)
NUAUD I	94	49	116	27	27	90.156.089
NUAUD II	137	69	162	20	44	68.810.081
NUAUD III	168	78	176	23	70	100.540.263
Total	399	196	454	70	141	259.506.433

Núcleo de Operações Especiais (Diligências Realiz.)	Saldo Anterior	N.º de Ações Distribuídas	N.º de Ações Concluídas	N.º de Ações Concluídas Sem Débitos	Saldo Final	Crédito Constituído (R\$)
NUOPE	2.227	192	221	178	2.171	83.524

Fonte: Auditorias e AEC/Tipo de Ação/Consolidado por equipe/Relatórios Gerenciais/AFE/SIGEST.

1.1.5.4. Indicadores de desempenho

IA - Índice de Assertividade = $\{N.º \text{ de auditorias concluídas com Crédito Constituído } [(c)-(d)] / N.º \text{ de auditorias concluídas}\} \times 100$

$(384 / 454) \times 100 = 85\% \rightarrow$ Acumulado do ano até novembro

Demonstra o percentual de auditorias concluídas com Crédito Constituído.

QAPN - Quantidade média de auditorias concluídas, por núcleo, por mês = $(N.º \text{ de auditorias concluídas} / \text{quantidade de núcleos} / \text{quantidade de meses})$

$(454 / 3 / 11) = 13,76 \rightarrow$ Acumulado do ano até novembro

Demonstra o número médio de auditorias concluídas, em cada núcleo, por mês.

QAPA - Quantidade média de auditorias concluídas, por auditor, por mês = $(N.º \text{ de auditorias concluídas} / \text{quantidade de auditores envolvidos} / \text{quantidade de meses})$

$(454 / 33 / 11) = 1,25 \rightarrow$ Acumulado do ano até novembro

Demonstra o número médio de auditorias concluídas, por auditor, por mês.

PMCA - Prazo médio de conclusão de auditoria, por auditor, em dias = $(30 / QAPA)$

$(30 / 1,25) = 24 \text{ dias} \rightarrow$ Acumulado do ano até novembro

Demonstra o prazo médio, em dias, para conclusão de auditoria, por auditor.

VCPAC - Valor do Crédito Constituído por auditoria concluída = $(\text{Crédito Constituído} / N.º \text{ de auditorias concluídas})$

$(R\$ 259.506.433,78 / 454) = R\$ 571.600,07 / \text{auditoria} \rightarrow$ Acumulado do ano até novembro

Demonstra o valor médio de Crédito Constituído, por auditoria, por mês.

VCPAM - Valor do Crédito Constituído por auditor, por mês = $(\text{Crédito Constituído} / \text{quantidade de auditores envolvidos} / \text{quantidade de meses})$

$(R\$ 259.506.433,78 / 33 / 11) = R\$ 714.893,76 / \text{auditor} / \text{mês} \rightarrow$ Acumulado do ano até novembro

Demonstra o valor médio de Crédito Constituído, por auditor, por mês.

Como resultado das atividades de monitoramento executadas pela Gerência de Monitoramento e Auditorias Especiais durante o exercício de 2012, além dos serviços de acompanhamento da arrecadação e de orientação aos contribuintes dos diversos segmentos econômicos, foram constituídos créditos tributários como resultados das auditorias realizadas no valor total de R\$ 205.133.841,19.

Quadro 31 – Irregularidades no Transito de Mercadorias

Identificação de Irregularidade no Trânsito de Mercadorias e Lavraturas de Auto de Infração e/ou Apreensão Respetivo	Período – Janeiro A Novembro/2012	
	Quantidade (em Unidades)	Média Diária
Núcleo de Fiscalização Itinerante – NUFIT V	1.900	5,689

Identificação de Irregularidade no Trânsito de Mercadorias e Lavraturas de Auto de Infração e/ou Apreensão Respetivo	Período – Janeiro A Novembro/2012	
	Quantidade (em Unidades)	Média Diária
Núcleo de Controle do Posto Fiscal BEL BR 040 – NUFIT I	94	0,281
Núcleo de Controle do Posto Fiscal ANA BR 060 – NUFIT II	1.009	3,021
Núcleo de Controle do Posto Fiscal Aeroporto e Porto Seco – NUFIT III	39	0,117
Núcleo de Controle do Posto Fiscal STRC – NUFIT VI	219	0,656
Núcleo de Fiscalização do Antecipado – NUFIT IV	0	-
Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito – GEFMT (Operações)	60	0,180
Núcleo de Controle do Posto Fiscal FOR, 070, 180 e 251 – Postos desativados	0	-
Total Geral	3.321	

Fonte: Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito – GEFMT/COFIT

Quadro 32 - Valor do Crédito Constituído

Identificação de Irregularidade no Trânsito de Mercadorias e Lavraturas de Auto de Infração e/ou Apreensão Respetivo Valor do Crédito Constituído	Período – Janeiro a Novembro/2012
	Valor (em R\$)
Núcleo de Fiscalização Itinerante – NUFIT V	17.869.835
Núcleo de Controle do Posto Fiscal BEL BR 040 – NUFIT I	537.518
Núcleo de Controle do Posto Fiscal ANA BR 060 – NUFIT II	3.972.190
Núcleo de Controle do Posto Fiscal Aeroporto e Porto Seco – NUFIT III	47.219.195
Núcleo de Controle do Posto Fiscal STRC – NUFIT VI	861.259
Núcleo de Fiscalização do Antecipado – NUFIT IV	-
Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito – GEFMT (Operações)	-
Núcleo de Controle do Posto Fiscal FOR, 070, 180 e 251 – Postos desativados	-
Notificações emitidas (R\$)	60.099.559
TOTAL GERAL	130.559.560

Fonte: Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito – GEFMT/COFIT

Quadro 33 - Auditorias em Estabelecimentos

Período: Janeiro a Novembro/2012	Saldo Anterior de Auditorias (A)	N.º de Auditorias Distribuídas (B)	N.º de Auditorias Concluídas (C)	N.º de Auditorias Concluídas Sem Débito (D)	Saldo Atual de Auditorias (E) = (A)+(B)-(C)	Crédito Constituído (R\$) (F)
NUCRIM	0	33	18	8	15	1.996.412

Fonte: Núcleo de Representações Criminais - NUCRIM/GEAUT (Fiscalização do ISS)

Quadro 34 - Monitoramento de Shows e Eventos

Mês	N.º de Eventos Monitorados no Período	N.º de Eventos Monitorados ISSQN Cobrado	N.º de Eventos Monitorados Sem Cobrança de ISSQN	Valor ISS Arrecadado (R\$)
Setembro	14	14	0	92.398
Outubro	26	26	0	171.013
Novembro	44	43	1	109.798
Totais no Período	84	83	1	373.210

Fonte: Núcleo de Representações Criminais - NUCRIM/GEAUT (Fiscalização do ISS)

1.1.6. Arrecadação

Dentre as diversas melhorias nos processos de trabalho na área de cobrança e de arrecadação, ressalta-se os trabalhos executados no âmbito da Subsecretaria da Receita voltados ao saneamento de inconsistências nos diversos cadastros de contribuintes e à melhoria dos processos de lançamento e cobrança dos tributos diretos (IPTU, TLP, ITBI, ITCD e ISS).

Em relação à arrecadação de tributos diretos, observa-se que houve incremento no IPTU, TPL, ITBI e ITCD, em 2012 comparado com 2011. Esse aumento pode ser atribuído à inclusão de novos imóveis, notadamente aqueles provenientes de condomínios, e à cobrança mais efetiva de ITCD proveniente de doações. Por outro lado, o IPVA apresentou queda na arrecadação, em função de concessão de benefícios concedida para veículos novos, conjugada à depreciação dos veículos usados. O Quadro 35 apresenta os valores de arrecadação dos exercícios de 2011 e 2012.

Quadro 35

ITEM	2011 (a)	2012** (b)	(c = b / a)
IPTU	445.835.792	476.878.995	6,96%
TLP	84.022.964	89.731.442	6,79%
IPVA	622.809.855	554.148.813	-11,02%
ITBI	208.675.137	274.321.135	31,46%
ITCD	38.648.827	52.870.450	36,80%

** Valores de 2012 incluem a arrecadação prevista para o mês de dezembro

Quadro 36 - Quantidade de Imóveis do Cadastro Imobiliário por Alíquota nos Exercícios de 2009-2012

Ano	Alíquota de 0,3%	Alíquota de 1,0%	Alíquota de 3,0%	Total
2009	613.678	112.054	76.520	802.252
2010	627.545	117.717	79.630	824.892
2011	605.795	110.086	83.299	799.180
2012	629.060	106.814	81.584	817.458

Fonte: SITAF - Nota: Número de imóveis para os quais houve lançamento do IPTU.

Quadro 37 – Previsão da Arrecadação do IPTU/TLP para 2012 – Dados até dezembro

(R\$mil correntes)

Item	IPTU	TLP
(a) Receita bruta prevista para o exercício (lançamento, inclusive TERRACAP)	676.077	122.705
(b) desconto pagamento em cota única	799	-
(c) Renúncia	52.737	9.232
(d) Abatimento Programa Nota Legal	18.475	-
(e) Inadimplência estimada de 21,7% para IPTU e 22,6% para TLP*	131.986	26.151
(f) Estimativa de arrecadação adicional referente a exercícios anteriores	5.213	2.420
(g = a – b – c – d – e + f) Arrecadação prevista para o ano de 2012	477.292	89.742
(h) Arrecadação realizada até nov/2012	467.745	87.564
(i) Previsão para dezembro/2012	9.548	2.178
(j = h + i) Arrecadação realizada até nov/2012 mais previsão de dez/2012	477.293	89.742
(k = g – j) Diferença (arrecadação prevista – realizada)	-1	0

Fonte: Adaptado pela CORAT a partir de informações da COPAF/SUREC

* O percentual de inadimplência é calculado a partir da receita bruta deduzida o desconto por pagamento em cota única, a renúncia e o abatimento referente ao Programa Nota Legal.

Quadro 38 - Quantidade de Veículos do Cadastro do IPVA por Alíquota – 2009/2012

Ano	Alíquota de 1,0%	Alíquota de 2,0%	Alíquota de 3,0%	Total
2009	18.481	89.850	653.031	761.362
2010	26.333	107.697	719.037	853.067
2011	20.542	118.013	742.640	888.552
2012	25.477	149.889	926.447	1.101.813

Fonte: SITAF

Quadro 39 - Quantidade de Veículos do Cadastro Fiscal por Situação - 2011-2012

Situação	2011 (A)	2012 (B)	Varição (C=B/A)
Em circulação	1.214.620	1.502.052	23,7%
Isento por tempo de uso	258.787	400.239	54,7%
Isenções/imunidades	17.060	123.842	625,9%
Roubo/furto e sinistro	14.635	17.968	22,8%
Tributáveis	888.552	1.101.813	24,0%
Total de lançamento	920.247	997.370	8,4%

Fonte: SITAF

Quadro 40 - Cobrança do ITCD da RFB em 2012

Item	Quantidade	Valor (R\$)
Notificações	5.539	43.543.556
Pagamentos à vista	1.548	6.273.267
Parcelamentos	578	4.259.523

Nota: Valores consolidados até 13/12/2012

Quadro 41 - Sistema de Cobrança – 2011-Abril/2012*

Item	Ano	Quant.	Valor (R\$)
Débitos inscritos em DAT	2011	554.378	493.933.217
	2012*	642.114	412.590.702
Débitos ajuizados	2011	427.991	627.374.013
	2012*	81.897	168.965.625
Parcelamentos de CDA	2011	204.067	230.881.412
	2012*	72.933	701.881.996
CDA quitadas com parcelamento	2011	32.186	36.596.947
	2012*	14.987	94.680.247
CDA quitadas à vista	2011	219.097	97.400.628
	2012*	99.474	48.021.958
CDA canceladas	2011	7.050	37.621.458
	2012*	50.251	132.711.936

Item	Ano	Quant.	Valor (R\$)
Processos de compensação com precatórios deferidos	2011	66	18.070.840
	2012*	65	11.116.171
Processos de compensação com precatórios indeferidos/ excluídos	2011	39	4.319.195
	2012*	59	20.989.937

* Valores consolidados até Abril/2012, visto que o sistema apresentou um problema impossível de ser solucionado, que provoca erros na emissão de relatórios.

Quadro 42 - Arrecadação do “ICMS EM DIA” - 2012

ITEM	VALOR
Valores arrecadados à vista	50.045.683
Valores arrecadados por parcelamento	17.228.589
Valores arrecadados 1ª parcela	2.131.467
Saldo a receber do parcelamento	15.097.121

Fonte: GECRED/CORAT/SUREC

1.1.7. Tributação

Quadro 43 – Núcleo de Formulação de Normas – NUFOR

Propostas Encaminhadas		2009	2010	2011	2012
OS	Ordem de Serviço	5	4	5	-
CV	Convênios	53	-	-	35
PT	Portaria	22	40	22	31
PL	Projeto de Lei	18	23	22	20
LC	Lei Complementar	0	1	2	3
DC	Decreto	39	62	31	74
IN	Instrução Normativa	13	2	2	2
PTC	Protocolo	18	1	-	1
EDT	Edital de Lançamento	-	3	5	4
DL	Decreto Legislativo				10
NT	Nota Técnica				3
NO	Normas outras	-	-	3	1
Total		168	136	92	184

Quadro 44 - Núcleo de Disseminação de Normas – NUDIS

Alterações Na Legislação	2009	2010	2011	2012
Normas Tributárias Publicadas	510	412	272	293
Normas Disseminadas no SISLEGIS	510	412	272	293
Protocolos baixados (SCD)	190	91	71	123
Benefícios Cadastrados no SISREF	14	81	11	4
Normas veiculadas pelo “INFORMATIVO NUDIS”	84	13	4	60
Total de Ações Realizadas	1.308	1.009	630	773

Quadro 45 – Núcleo de Implementação de Normas do CONFAZ – NUCON**

Propostas Encaminhadas		2010	2011
LC	Lei Complementar	2	-
DC	Decreto	43	30
NT	Nota Técnica	2	-
DL	Decreto Legislativo	1	5
EX	Expediente	1	4
PL	Projeto de Lei	1	2
Total		50	41

** Esta unidade foi extinta quando da edição do decreto nº. 33.370, de 29 de novembro de 2011

Quadro 46 - Núcleo de Esclarecimento de Normas – NUESC

Pareceres Exarados	2008	2009	2010	2011	2012
Processos de Consultas (controvertidas ou não)	39	57	44	52	61
Pareceres em procedimentos de Consultas Internas	39	25	1	1	3
Instrução Normativa	-	2	-	-	-
Estudo para Ato declaratório	-	-	1	-	-
Parecer Técnico para SUREC	-	-	1	-	-
Total de Pareceres	78	83	47	53	64

Quadro 47 - Gerência de Julgamento do Contencioso Administrativo Fiscal – GEJUC

Processos Julgados	2008	2009	2010	2011	2012
Tributos Indiretos	1.371	1019	681	430	931
Tributos Diretos	27	28	23	28	25
Total de Julgamentos	1.398	1.047	702	458	956
Despachos de Diligências Expedidos	246	216	66	23	15
Total de Ações Realizadas	1.644	1.263	768	481	971

Dentre as atividades desenvolvidas pela GEJUC cabe, ainda, mencionar: 23 atendimentos ao Ministério Público; 24 atendimentos ao Poder Judiciário; 05 atendimentos à doT; e 300 processos encaminhados para inscrição em Dívida Ativa.

Quadro 48 - Rito Especial – Total Cobrado

Período de Apuração	Avisos de Cobrança Enviados	Valor Original Cobrado (*)
01 a 11/2007	18.395	84.918.594
11/2011	2.969	17.435.074
01 a 04/2012	12.701	142.280.600

O aviso de cobrança contemplou apenas o valor original do imposto devido, excluídas a atualização monetária, multa e juros, Esses encargos foram contemplados no documento de arrecadação correspondente.

Quadro 49 - Rito Especial – Situação dos Valores Inscritos em Dívida Ativa

Situação da CDA	Quantidade de Inscrições	Valor Original da Dívida
Ajuizado	4563	43.356.055
Cancelado	124	8.766.876
Não Pago	20.662	93.031.080
Pago	7	25.295
Pago a menor	6	2.809
Parcelado	615	5.667.353
Parcelamento esperando deferimento	3	992
Quitação precatório	4	50.826
Suspenso	7	10.146.880
Total Geral	25.991	161.048.169

(Dez/12)

Quadro 50 - Emissão de NF-e Período de Janeiro a dezembro de 2012

Mês/Ano	Quantidade Total de Emissores	Quantidade Total de Notas Autorizadas	Quantidade de Emissores Exclusivamente de ISS	Quantidade de NF Autorizadas Por Emissores Exclusivamente de ISS
12/2011	7.270	2.744.315	89	1.862
01/2012	7.324	2.530.687	135	2.529
02/2012	7.544	2.392.040	193	3.477
03/2012	8.039	2.857.782	263	7.081
04/2012	8.161	2.509.286	307	8.354
05/2012	8.490	2.801.566	394	10.168
06/2012	8.579	2.637.711	461	12.299
07/2012	8.901	2.812.243	536	38.772
08/2012	9.205	2.939.229	634	45.501
09/2012	9.337	2.612.394	685	43.727
10/2012	9.675	2.947.082	778	60.636
11/2012	9.710	2.623.376	836	54.567

Quadro 51 - Emissão de CT-e no Distrito Federal

Mês/Ano	Quantidade de Emissores	Quantidade de CT-E
Julho/2012	4	103
Agosto/2012	22	6.073
Setembro/2012	37	24.784
Outubro/2012	57	48.831
Novembro/2012	81	66.088

Com o objetivo de coibir a omissão na entrega do Livro Fiscal Eletrônico, a GEIND efetuou ação visando à suspensão da inscrição cadastral dos omissos. Foram notificados 13.480 contribuintes e o resumo da situação atual encontra-se no Quadro 52.

Quadro 52 - Contribuintes Alcançados pela Ação de Omissão na Entrega de LFE

Situação Atual dos Contribuintes Notificados	Quantidade de Contribuinte	Multa Acessória Paga	Multa Acessória Parcelada
Regularizou antes de efetivada a suspensão	3.952	-	-
Foi suspenso, mas regularizou a entrega do LFE e foi reativado	2.898	1.482.097	828.758
Inscrição Baixada, cancelada ou Paralisada	99	-	-
Suspenso e ainda não regularizou entrega de LFE	5.519	129.458	57.781
Suspenso, regularizou LFE, mas não recolheu/parcelou totalmente a multa	940	42.402	14.555
Outras situações	72	38.902	10.321
Total	13.480	1.692.861	911.416

Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro Fiscal do DF, destaca-se a depuração Cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa da situação cadastral dos contribuintes. Essa alteração pode implicar medidas punitivas para o contribuinte (ex: suspensão ou cancelamento da inscrição) ou automatização de procedimentos visando a diminuição de processos em papel (ex: baixa automática de contribuintes cancelados há mais de 5 anos). O Quadro 53 apresenta resumo das atividades de depuração cadastral feitas em 2012.

Quadro 53 - Ocorrências de Situação Cadastral

Tipo Da Ação	Motivação	Quantidade de Inscrições
Baixa de inscrição	Inscrição cancelada há mais de 5 anos	45.256
Cancelamento de inscrição	Prestação de informações cadastrais falsas	2
Cancelamento de inscrição	Permanecer suspensa por prazo superior a 90 dias	4.710
Cancelamento de inscrição	Contribuinte extinto ou baixado na Receita Federal do Brasil	122
Pedido de baixa de inscrição com cancelamento de débitos de Simples Candango Feirante/Ambulante	Feirante/Ambulante se inscreveu como Micro-empendedor Individual e teve a inscrição baixada automaticamente	169
Reativação de inscrição Suspensa	Contribuinte regularizou entrega de LFE e teve sua inscrição reativada de forma automática	2.898
Suspensão de inscrição	Omissão na entrega do Livro Fiscal Eletrônico	9.528
Suspensão de inscrição	Não solicitação de AIDF	1.703
Suspensão de inscrição	Não providência de alterações cadastrais	68
Suspensão de inscrição	Documentos Fiscais vencidos	3.592
Suspensão de inscrição	Cessaçao de atividade no endereço para o qual a inscrição foi concedida	4.888

Quadro 54 - Atividades desenvolvidas no Âmbito do Programa Nota Legal

Atividade	Quantidade
Recepção de protocolos de reclamação do consumidor	350.000
Análise de reclamações	208.000
Autos de Infração gerados	38.726
Processos analisados (consumidores e impugnação de AI)	2.589
E-mail's respondidos	5.300
Documentos fiscais digitalizados	260.000
Reuniões semanais para dirimir dúvidas sobre o LFE voltado para o NL	215 contabilistas

1.1.8. Tramitação de processo na Coordenação de Arrecadação Tributária

Cerca de 14.297 processos se encontram na carga da CORAT até 13/12/12, sendo que 4.886 estão na GECRED, 224 na GEIND, 1.061 na GEPES e 8.126 na GEDIR. O Quadro 55 apresenta um resumo da movimentação de processos na CORAT em 2012.

Quadro 55 - Movimentação de Processos na CORAT em 2012

Unidade Administrativa Da Corat	Processos Gcred	Quantidade
GECRED	Saldo inicial	2.522
	Entrada de processos	14.190
	Saída de processos	11.826
	Estoque final em 13/12/12	4.886
GEIND	Saldo inicial	205
	Entrada de processos	630
	Saída de processos	611

Unidade Administrativa Da Corat	Processos Gcred	Quantidade
	Estoque final em 13/12/12	224
GEPES	Saldo inicial	1.496
	Entrada de processos	1.382
	Saída de processos	1.817
	Estoque final em 13/12/12	1.061
GEDIR	Saldo inicial	4.958
	Entrada de processos	18.962
	Saída de processos	15.794
	Estoque final em 13/12/2012	8.126
Total de Processos Na Corat	Saldo inicial	9.181
	Entrada de processos	35.164
	Saída de processos	30.048
	Estoque final em 13/12/12	14.297

Fonte: SICOP

Quadro 56 - Núcleo de Benefícios Fiscais – NUBEF

Total de Pareceres, Atos declaratórios, despachos e Notificações	2008	2009	2010	2011	2012
Pareceres pela concessão de benefícios fiscais, reconhecimento de imunidade e não-incidência de tributos.	55	50	51	66	47
Atos declaratórios de reconhecimento de benefícios fiscais, imunidade e não-incidência de tributos.	478	377	296	371	1.016
Despachos de reconhecimento de benefícios fiscais (isenção de IPVA)	54	108	77	0	0
Despachos de indeferimento de benefícios fiscais	124	165	116	126	158
Notificações expedidas para saneamento de pendências	-	273	359	204	1.290
Total de Ações Realizadas	711	973	899	767	2.511

Quadro 57 - Núcleo de Processos Especiais - NUPE

Total de Pareceres e Notificações	2008	2009	2010	2011	2012
Parecer pela concessão de Termo de Acordo de Regime Especial	30	15	16	13	38
Parecer pela concessão de Termo de Anuência	3	6	2	20	12
Parecer pela concessão de Ato declaratório para obrigação acessória	33	51	22	31	24
Parecer pela concessão de Termo Aditivo de Regime Especial	8	-	6	8	15
Parecer pelo indeferimento de regimes especiais	62	36	11	19	28
Parecer pela concessão de REA/ICMS	102	273	87	0	0
Parecer pelo indeferimento de REA/ICMS	30	81	77	15	0
Notificações expedidas para saneamento de pendências	342	370	151	69	118
Total de Ações Realizadas	610	832	372	175	232

1.2. Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais

Em virtude de problemas que retardaram o processo de seleção de novos conselheiros do TARF, o tribunal suspendeu suas atividades em 07 de julho de 2012, portanto as estatísticas refletem à atividade do tribunal até aquela data.

Quadro 58 - Dados Estatísticos – 2010 a 2012

Recursos Registrados	2010	2011	2012
Recurso Voluntário	158	129	194
Reexame Necessário		24	38
Recurso de Ofício	97	154	-
Recurso Extraordinário	248	32	38
Reexame Necessário ao Pleno		14	16
Recurso de Ofício ao Pleno	13	6	
Recurso Contra a decisão do Presidente	-	-	4
Embargos de declaração	-	101	78
Pedido de Esclarecimento	286	99	
Pedido de Avocação	-	-	1
Recurso Especial	-	25	166
Total	802	584	535

	2010	2011	2012
Quantitativo de Processos Para Julgamento	799	634	479
Recursos Negado Seguimento	17	13	1
Recursos Recebidos Por Espécie	706	558	220
Recurso Voluntário	133	112	63
Recurso de Ofício	96	158	2
Reexame Necessário	-	10	11
Recurso de Ofício ao Pleno	13	6	-
Reexame Necessário ao Pleno		11	12
Recurso Extraordinário	214	44	19
Recurso contra a decisão do Presidente	-	1	2
Pedido de Esclarecimento	250	136	1
Embargos de declaração	-	79	60
Pedido de Avocação	-	1	-
Recurso Especial	-	-	50
	2010	2011	2012
Recursos Pautados	862	811	348
Recursos Julgados Por Espécie	799	733	308
Recurso Voluntário	244	152	79
Recurso de Ofício	79	197	6
Reexame Necessário	-	5	26
Recurso de Ofício ao Pleno	19	10	0
Reexame Necessário ao Pleno	-	3	13
Recurso Extraordinário	273	140	15
Recurso Contra a decisão do Presidente	2	1	3
Pedidos de Esclarecimento Apreciados	182	207	0
Embargos de declaração	-	17	133
Pedido de Avocação	0	1	1
Recurso Especial	-	-	32

Decisões	2010	2011	2012
Negado Provimento	392	282	123
Dado Provimento	111	32	29
Feito Anulado	22	13	4
Provimento Parcial	59	20	9
Pedido de desistência	1	0	0
Não Conhecido O Recurso E Embargos	210	383	141
Dec de Primeira Inst Anulada	2	3	0
Decisão Cameral Anulada	2	0	1
Recurso Prejudicado			1
Total	799	733	308

Acórdãos Publicados	2010	2011	2012
1ª CÂMARA	114	200	48
2ª CÂMARA	115	205	47
Pleno	419	503	172
Total	648	908	273

Sessões Realizadas	2010	2011	2012
1ª CÂMARA	75	79	30
2ª CÂMARA	88	85	30
Pleno (Ordinária)	33	28	27
Pleno (Administrativa)	12	13	7
Total	208	205	94

1.3. Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS

Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS - REFAZ é uma estrutura organizacional que visa, dentre outras atribuições: assistir e assessorar o Secretário de Estado de Fazenda nos assuntos de competência do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ; representar o Distrito Federal na COTEPE/ICMS; assessorar o Secretário de Fazenda nas questões tributárias nacionais junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo Federal.

Principais atividades realizadas:

- Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – em quatro reuniões ordinárias e dezessete reuniões extraordinárias;
- Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante em quatro Assembléias da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF;
- Participação em reuniões da Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS – para apreciação e discussões de propostas de convênios, protocolos, ajustes e atos COTEPE em quatro reuniões ordinárias e vinte reuniões extraordinárias;
- Participação nas reuniões da Câmara Técnica da ASBRAFI;
- Assessoramento ao Secretário de Fazenda para os Encontros dos Governadores do Centro-Oeste e dos Estados de Rondônia e de Tocantins;
- Em decorrência das reuniões ocorridas durante o ano de 2012, no âmbito do CONFAZ, foram celebrados e publicados os seguintes atos: 151 convênios ICMS; 223 protocolos ICMS; 27 ajustes SINIEF; 5 convênios ECF; 61 atos COTEPE; 24 atos COTEPE/PMPF; 04 atos COTEPE/MVA; 283 despachos do Secretário Executivo; 18 atos declaratórios.

2. Gestão Financeira

2.1. Despesa Pública

Quadro 59 - Execução da despesa Pública em 2012- Janeiro a Novembro

Em R\$ 1.00

Despesas Fiscais	Dotações Autorizadas (A)	Despesas Realizadas (B)	Realização (B / A)
Despesas Correntes (I)	14.711.222.228	11.553.669.269	78,54%
Pessoal e Encargos Sociais (a)	8.673.677.342	7.711.947.726	88,91%
Juros e Encargos da Dívida (b)	173.003.201	132.688.520	76,70%
Outras despesas Correntes (c)	5.864.541.685	3.709.033.023	63,25%
Despesas de Capital (II)	4.264.906.466	1.193.244.172	27,98%
Investimentos (d)	3.521.372.721	950.218.840	26,98%
Inversões Financeiras (e = e1 + e2)	561.909.167	99.201.813	17,65%
Concessão de Empréstimos (e1)	320.061.593	67.201.813	21,00%
Outras Inversões (e2)	241.847.574	32.000.000	13,23%
Amortização da Dívida (f)	181.624.578	143.823.519	79,19%
Despesa Primária (III = I + II - B - E1 - F)	18.301.439.322	12.403.199.589	67,77%
Reserva de Contingência (Tesouro)	Jan: 150.196.134 Nov: 250.000	-	-
Reserva de Contingência P/ O RPPS	Jan: 307.214.868 Nov: 306.934.868	-	-

Fonte: SIAC/SIGGO. Dados referentes ao período janeiro a novembro/2012. Valores extraídos por categoria de gasto com as opções "despesa autorizada + bloqueado" e "liquidadado".

Os dados do Quadro demonstram que do total de R\$ 18.301.439.322 das dotações programadas para despesas primárias em 2012, aproximadamente, 68% (R\$ 12.403.199.589) foram realizadas até o mês de novembro. Para tanto, considerou-se como despesa realizada o total da despesa liquidada, ressaltando-se que, para o alcance desse percentual, foram excluídas as despesas com juros e encargos da dívida pública, concessão de empréstimos e amortização da dívida pública. Cabe frisar que do total de R\$ 11.553.669.269 das despesas correntes realizadas no período em destaque (janeiro a novembro/2012), aproximadamente, 67% dizem respeito à pessoal e encargos sociais e 32%, a outras despesas correntes. Importante destacar que a representatividade da despesa com pessoal e encargos sociais, quando comparada ao mesmo período de 2011, cresceu 2%, enquanto que a da despesa com outras despesas correntes decresceu em 1%.

No que tange às despesas de capital, verifica-se que, do total programado de R\$ 4.264.906.466, 28% foram executadas até o mês de novembro, com destaque para as despesas com

investimentos que alcançaram 80% das despesas de capital realizadas, seguido das despesas com amortização da dívida pública que atingiram 12%. Ressaltando que, em relação ao mesmo período de 2011, a representatividade do primeiro grupo cresceu 12%, ao passo que o segundo grupo sofreu decréscimo de 4%.

2.2. Fundo Constitucional do Distrito Federal

O Fundo, de natureza contábil, foi instituído em atendimento à Carta de 1988 por meio da Lei Federal nº. 10.633/2002 com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação.

A execução orçamentária e financeira é realizada diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI pelas Unidades Gestoras do Distrito Federal integrantes do FCDF, onde são acompanhadas e analisadas pelo Gestor do FCDF e servidores da Subsecretaria do Tesouro/Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, mensalmente, as consistências das informações contábeis, sintéticas e analíticas, bem como a conformidade dos registros realizados pelos executores de cada unidade, de forma a obedecer ao calendário estabelecido pelo Governo Federal para o fechamento contábil. Ademais, de forma concomitante, a execução supracitada é acompanhada de forma a viabilizar o bom andamento dos programas de trabalho de todas as unidades custeadas com recursos do FCDF.

2.2.1. Orçamento do Fundo Constitucional

No exercício em análise, o valor do orçamento inicial foi de R\$ 9.967.887.188 (nove bilhões, novecentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, cento e oitenta e oito reais).

É importante ressaltar que, em virtude dos remanejamentos necessários ao bom andamento da execução orçamentária das unidades gestoras participantes do FCDF, o valor atual das áreas difere-se da dotação inicial. O cenário orçamentário apresenta a situação descrita no Quadro 60 abaixo:

Quadro 60 – Orçamento do Fundo Constitucional

(Em R\$ 1,00)

Área	Valor Inicial	Valor Atual	% Atual
Segurança	5.184.452.932	4.887.447.932	49,03%
Saúde	2.605.222.111	2.695.222.111	27,04%
Educação	2.178.212.145	2.385.217.145	23,93%
Total	9.967.887.188	9.967.887.188	100,00%

Fonte: SIAF. Dados referentes ao período janeiro a novembro/2012.

O primeiro remanejamento se deu por meio do decreto S/N, publicado no doU de 17/10/2012. Houve abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 262.903.337,00, para reforço de dotações destinadas a atender Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal, no montante de R\$ 39.000.000,00, Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, R\$ 17.000.000,00, Auxílio-Alimentação aos Servidores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, R\$ 5.000.000,00, Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal, R\$ 17.000.000,00, Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus dependentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, R\$ 7.898.337,00, e por fim, atendimento à Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal, na monta de R\$ 177.005.000,00.

Por meio do decreto Federal S/N, publicado no doU de 30/11/2012, foi aberto crédito suplementar no valor de R\$ 258.406.818,00 para reforço de dotações destinadas ao atendimento de Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal, na ordem de R\$ 6.000.000,00, Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal, R\$ 90.000.000,00, Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal, R\$ 17.500.000,00, Auxílio-Alimentação aos Servidores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, R\$ 120.000,00, Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus dependentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, R\$ 19.786.818,00, e ainda, Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal, no valor de R\$ 125.000.000,00.

2.2.2. Prestação de Contas Anual do Fundo Constitucional

Acompanhamento, orientação, análise e consolidação da prestação de contas anual do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, tendo sido entregue o relatório de gestão referente ao ano de 2011 por meio do site do Tribunal de Contas da União em 28/03/12.

A consolidação da prestação de contas anual do FCDF consta do processo nº 040.000.763/2012, que foi encaminhado ao Secretário Federal de Controle Interno, por meio do Ofício nº 257/2012-GAB/SEF-FCDF, de 29/03/11.

Durante o exercício, foram prestadas informações do FCDF aos órgãos controladores (Controladoria-Geral da União – CGU, Tribunal de Contas da União – TCU, Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas do Distrito Federal), bem como foram realizadas interlocuções entre estes e as Unidades Gestoras do referido fundo, usando-se, para tanto, reuniões e correspondências oficiais.

Em outubro, foi realizado o “Seminário – Relatório de Gestão 2012”, quando foram discutidas as normas do relatório de gestão referente ao exercício de 2012. Referido evento foi oferecido pelo Ministério da Fazenda com a participação da equipe técnica do TCU e CGU.

Também em outubro foi realizado curso “Governança, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos, Mapeamento de Processos e Monitoramento”, tendo sido oferecido pela CGU visando alinhar entendimentos referentes à prestação de contas do FCDF.

2.2.3. Acompanhamento e Controle do Fundo Constitucional

O acompanhamento e o controle da execução da despesa pública em relação à programação orçamentária e financeira anual foram feitos sempre se projetando a despesa com foco na análise do comportamento dos gastos mensais com pessoal, custeio e investimento.

Em atendimento às demandas das Unidades Gestoras do FCDF, foram enviados mensagens via correio eletrônico, SIAFI e expedientes com a finalidade de prestar orientação e controlar os procedimentos.

Em dezembro, foi realizada reunião com a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, com o Chefe da Assessoria Jurídica do Gabinete do Secretário de Estado de Fazenda e com Subsecretário do Tesouro e sua equipe técnica, objetivando avaliar a possibilidade de suspender os efeitos do Acórdão nº 3.061/2012-TCU-PLENÁRIO, que determina ao Governo do Distrito Federal a restituição ao FCDF dos valores pagos à título de gratificação aos policiais militares e aos bombeiros militares com recursos transferidos pela União no período entre novembro/1999 a maio/2002, que em valores corrigidos até 13/12/12 monta em R\$ 37.706.756,23.

2.2.4. Proposta Orçamentária do Fundo Constitucional

A partir de junho/2012, foi dado início à elaboração da proposta orçamentária do FCDF, tendo sido enviado os Ofícios nºs 18,19, 20, 21 e 22/2012 – SUTES/SEF-FCDF, datados de 01/06/12, às Unidades Gestoras para apresentarem suas demandas. Após levantamento de dados, projeções, análise e realização de reunião em conjunto com as referidas unidades, a proposta orçamentária foi consolidada e inserida no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, com os seguintes montantes:

- Pessoal e Encargos Sociais – R\$ 9.456.374.634;
- Outras despesas Correntes – R\$ 865.864.540;
- Investimentos – R\$ 372.697.296.
- A soma dos valores apresentados perfaz o orçamento total destinado ao FCDF para o exercício de 2013, qual seja, R\$ 10.694.936.470.

2.2.5. Conformidade Contábil do Fundo Constitucional

Acompanhamento e análise contábil no SIAFI, utilizando as transações CONCONFREG, CONORC, BALANSINT e Balancete, bem como dos “módulos auditores” CONCONTIR e CONINCONS, após proceder ao respectivo registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do FCDF.

Tal acompanhamento é realizado mensalmente, permitindo sanar eventuais inconsistências contábeis referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF.

2.3. Dívida Pública e Ajuste Fiscal

No exercício de 2012, foram produzidos diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal do Distrito Federal, envolvendo a apuração do resultado primário e da capacidade de endividamento do Distrito Federal, segundo metodologias definidas pela legislação em vigor e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, como também, no acompanhamento e na revisão anual do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF.

Foram repassadas informações sobre a evolução da dívida pública fundada à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF e ao Tribunal de Contas do DF.

Dando continuidade aos procedimentos iniciados no ano de 1999, a partir da renegociação da dívida fundada do DF junto à União, a Coordenação vem atuando nas revisões anuais do PAF e na elaboração do Relatório de Acompanhamento, fornecendo dados para subsidiar o monitoramento da STN sobre a execução do programa quanto ao alcance das metas fiscais acordadas, implementação das medidas de ajuste propostas e formulação de novas metas.

Além disso, atuou na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento, exigido pelo inciso III, § 7º, art. 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Para subsidiar a captação de operações de crédito e convênios, acompanha sistematicamente o Cadastro Único de Convênios – CAUC e o Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN.

Com a necessidade de garantir o cumprimento dos ditames da Lei Complementar nº 101/2000, elaborou-se quadros mensais, bimestrais e quadrimestrais sobre evolução da Dívida Pública e Serviço da Dívida da Administração Direta, além de consolidar os quadros da Indireta, para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e fornecer demonstrativos contendo a posição da Dívida Pública Fundada para a execução do Relatório de Gestão Fiscal.

2.4. Evolução da Dívida Pública Fundada

2.4.1 Projeção do Serviço da Dívida

O pagamento do Serviço da Dívida Fundada Interna e Externa em 2012 alcançou R\$ 272 milhões. A projeção para a liquidação total da dívida se estende até 2033. Observamos uma trajetória de crescimento até o ano de 2016, em função de liberações dos empréstimos externos e internos. Os contratos em fase de liberações dos empréstimos externos são: junto ao BID, para o Programa de Transporte Urbano do DF; ao BIRD, para o Programa de Modernização da Gestão Pública do DF – SWAPP; e, o último, à CAF, para o Programa de Gestão das Águas e Drenagem – Águas do DF. Já os contratos em fase de liberações dos empréstimos internos são: junto ao BNDES, para a aplicação na Aquisição de Trens e Equipamentos do Metrô no DF e construção de Terminais Rodoviários; e junto à CAIXA, para a implantação do Sistema de Abastecimento de Águas de Águas Lindas e Adjacências, a implantação de Sistema de Abastecimento de Esgotamento de Águas de Águas Lindas e Adjacências, o Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF, Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'Armas, Arapoanga e Sol Nascente/Ceilândia/DF e para a implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul, para o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM e para a ampliação da DF-047 para o acesso ao aeroporto. Assim, a partir de 2016, será retomada a trajetória de decréscimo conforme as projeções demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 61

R\$ Mil

Atual	Amortização	Encargos	Total	Atual	Amortização	Encargos	Total
2012	135.404	136.825	272.230	2023	192.170	74.759	266.928
2013	146.697	155.710	302.408	2024	193.271	63.298	256.569
2014	183.454	170.007	353.461	2025	186.443	52.439	238.882
2015	200.528	170.079	370.606	2026	186.385	41.335	227.720
2016	209.434	162.506	371.940	2027	185.782	30.023	215.805
2017	216.180	151.821	368.001	2028	173.731	18.788	192.520
2018	220.186	138.863	359.049	2029	127.735	8.844	136.579
2019	224.191	125.545	349.736	2030	46.529	3.990	50.518
2020	211.043	112.052	323.095	2031	34.307	2.208	36.515
2021	214.000	98.538	312.537	2032	27.374	1.019	28.393
2022	195.273	85.966	281.239	2033	4.855	146	5.001

Fonte: CODAF/SUTES. Em valores correntes – atualizado em 31/12/20212.

2.4.2. Estoque da Dívida Interna por Credor

O estoque da Dívida Fundada na figura do credor Sistema do Tesouro Nacional - STN vem sofrendo acréscimo em relação ao exercício anterior, devido à elevação do IGP-DI no decorrer do ano. A dívida com o BNDES reduziu em decorrência do encerramento de dois contratos. Já a dívida da CAIXA sofreu um acréscimo em função dos desembolsos de operações contratadas. A dívida junto ao BB / FINEP

foi liquidada em junho do corrente ano. Quanto ao total da dívida interna, a União, na figura da STN, é credora de 61,60 %, o BNDES de 14,37% e a CAIXA de 24,03%.

Quadro 62

R\$ Milhões						
Credor	2007	2008	2009	2010	2011	2012
STN	1.017,4	1.084,1	1.041,4	1.127,1	1.147,8	1.192,0
BNDES	138,6	109,7	170,0	250,7	302,8	278,0
BB / FINEP	0,9	0,8	0,4	0,2	0,1	0
CAIXA	116,5	222,1	285,9	289,6	302,0	465,1
Total	1.250,2	1.273,3	1.497,7	1.667,6	1.752,7	1935,1

Fonte: CODAF/SUTES. Em valores correntes – atualizado em 31/12/2012.

2.4.3. Estoque da Dívida Externa por Credor

A Dívida Fundada Externa refere-se a sete contratos, sendo quatro contraídos junto ao Banco Interamericano de desenvolvimento – BID, dois junto ao Banco Internacional de Reconstrução e desenvolvimento – BIRD e um com a Corporação Andina de Fomento - CAF. Assim, o crescimento da dívida teve um acréscimo em virtude das liberações ocorridas no período.

Quadro 63

R\$ Milhões						
Credor	2007	2008	2009	2010	2011	2012
BID	265,25	341,4	315,1	430,7	490,12	521,0
BIRD	7,0	50,1	57,4	58,7	101,05	123,2
CAF	0,0	0,0	0,0	0,0	1,87	2,1
Total	272,3	391,5	372,5	489,4	593,04	646,3

Fonte: CODAF/SUTES. Em valores correntes – atualizado em 31/12/2012

2.5. Evolução do Serviço da Dívida

2.5.1. Serviço da Dívida Interna

Em 2012, as despesas com serviço da Dívida Interna do Distrito Federal (administração direta) foram de R\$ 97,4 milhões com amortização e R\$ 125,3 com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 222,7 milhões.

Quadro 64 – Pagamento do Serviço da Dívida Interna

R\$ milhões												
Credor	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E
STN	21,2	59,7	25,0	65,2	27,4	64,5	30,3	66,5	32,0	64,2	39,3	71,9
BNDES	29,1	17,9	29,2	14,4	29,3	12,3	30,4	18,1	30,0	23,8	42,5	23,6
CAIXA	5,3	12,8	6,6	14,8	10,6	25,0	12,2	29,2	12,5	26,2	15,5	29,8
BB	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,01	0,1	0,01	0,1	0,00
Total	55,9	90,5	61,0	94,4	67,4	101,9	73,1	113,8	74,6	114,2	97,4	125,3

Fonte: CODAF/SUTES. Em valores correntes – atualizado em 31/12/2012

2.5.2. Serviço da Dívida Externa

As despesas com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal foram assim distribuídas: R\$ 38,0 milhões com amortização e R\$ 11,5 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 49,5 milhões.

Quadro 65 – Pagamento do Serviço da Dívida Externa

R\$ milhões			
Ano	Amortização	Encargos	Total
2007	24,5	16,0	40,5
2008	25,9	17,7	43,6
2009	26,0	18,2	44,2
2010	27,2	15,6	42,8
2011	22,7	9,9	32,6
2012	38,0	11,5	49,5

Fonte: CODAF/SUTES. Em valores correntes – atualizado em 31/12/2012.

2.6. Operações de Créditos – Liberações

Em 2012 foram liberados R\$ 213.334.526,00 em operações de crédito. Na dívida interna, foram liberados recursos nos seguintes contratos:

- CAIXA - Programas Pró-Moradia – Obras de infraestrutura, urbanização de assentamentos precários – Sol Nascente no valor de R\$ 5.642.167,45, Arapoanga - Planaltina – DF no valor de R\$ 755.789,68, e Implantação de Sistema Produtor de Água do Corumbá Sul no valor de R\$ 188.320,79. Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM, no valor de R\$ 5.876.486,60 e Investimento no Sistema Elétrico da CEB, no valor de R\$ 160.000.000,00
- BNDES – Aquisição de 12 trens metroviários e equipamentos do metrô foram liberados R\$ 766.223,67 e o complemento de fonte para Aquisição de Trens para o Metrô e construção de Terminais Rodoviários, no valor de R\$ 18.311.566,43.
- Nos contratos da dívida externa as liberações ocorreram da seguinte forma:
- BID – R\$ 2.818.300,00 pelo no Programa de Transporte Urbano do DF;
- BIRD – R\$ 18.815.434,50 no programa de modernização da gestão pública;
- CAF – R\$ 160.236,88 no Programa de Gestão das Águas do DF.

Quadro 66 – Liberações Ocorridas

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida Interna	2,7	106,3	166,0	125,5	109,9	191,6
Dívida Externa	28,6	43,6	108,6	166,5	43,3	21,7

Obs: em valores correntes – atualizado em 31/12/2011.

2.7. Novas operações de crédito

Em 2012 foram contratadas quatro operações de crédito internas, conforme segue:

- PEF II (Metrô e Terminais de ônibus) – BNDES, assinada em 27/06/12, no valor de R\$ 41.412.000,00;
- Aporte de Capital na Companhia Energética de Brasília – CAIXA, assinada em 28/12/12, no valor de R\$ 160.000.000,00;
- Contrapartida do Programa Minha Casa Minha Vida – Paranoá Parque - CAIXA, assinada em 28/12/12, no valor de R\$ 45.000.000,00; e
- Implantação do Sistema de Transporte Coletivo – Eixo Sul – CAIXA, assinado em 17/12/12, no valor de R\$ 561.522.650,00

Quando das negociações de novos pleitos de operações de crédito interna e externa no decorrer de 2012, o anexo V da 11ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal teve como base as previsões de novas operações de crédito a seguir discriminadas

2.7.1. Operações de crédito externas

- Brasília Sustentável II – BID - valor do financiamento: R\$ 187 milhões, para o período de 2014 a 2017;
- Pró-Cidades – Programa de desenvolvimento Econômico do DF- ADEs – BID - valor do financiamento: R\$ 93,8 milhões, para o período de 2012 a 2016;
- Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO – BID - valor do financiamento: R\$ 60 milhões, para o período de 2013 a 2016;
- PRODETUR – BID - valor do financiamento: R\$ 60 milhões, para o período de 2014 a 2017;
- Programa de Transporte Urbano II – BID - valor do financiamento: R\$ 319,9 milhões, para o período de 2014 a 2017;
- Programa Rural – BID - valor do financiamento: R\$ 72 milhões, para o período de 2014 a 2017.
- Implantação do Transporte Coletivo Eixo Sul – CAF – valor do financiamento: R\$ 166 milhões, para o período de 2013 a 2015.

2.7.2. Operações de crédito internas

- Aquisição de Material Rodante - VLT – BNDES - valor do financiamento: R\$ 108 milhões, para o período de 2014 a 2016;

- Obras Melhorias Sist. Viário Equip. Urbano do DF – Eixo Norte - BNDES – valor do financiamento: R\$ 420 milhões, para o período de 2013 a 2016;
- Prog. Financ. Contrapartida do PAC – CPAC – Paranoá Parque – CAIXA - valor do financiamento: R\$ 45 milhões, para o período de 2013 a 2015;
- Prog. Financ. Contrapartida do PAC – CPAC – Vários Emp. – CAIXA - valor do financiamento: R\$ 485 milhões, para o período de 2014 a 2016
- Prog. Reabilitação Urbana Vias do DF – 1ª Fase – CAIXA - valor do financiamento: R\$ 324 milhões, para o período de 2013 a 2015;
- PROINVEST – Eixo Norte - BNDES – valor do financiamento: R\$ 311 milhões, para o período de 2013 a 2015;
- Reforma do Teatro Nacional - CAIXA – valor do financiamento: R\$ 50 milhões, para o período de 2014 a 2015;
- Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste – CAIXA - valor do financiamento: R\$ 517 milhões, para o período de 2013 a 2016;

2.8. Capacidade de Endividamento

Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001. Os dados apurados da Capacidade de Endividamento são publicados anualmente no Balanço Geral do Distrito Federal.

2.9. Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal

No ano de 1999, o Governo do Distrito Federal refinanciou sua dívida fundada interna com a União, ao amparo da Lei 9.496/97, assinando o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal – PAF/DF, parte integrante do contrato de renegociação da dívida com previsão para o período de 30 anos. O PAF/DF é revisado anualmente com ações corretivas de ajuste fiscal ao longo do referido contrato.

O Programa prevê em sua revisão anual a definição de metas que envolvem o controle efetivo da execução da despesa e realização da receita pública, o cumprimento de compromissos e ações previstas, a elaboração de relatório anual com prazo de entrega para até 30 de maio de cada exercício e ainda, o recebimento da equipe de técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, com objetivo de verificar o cumprimento das metas estabelecidas pelo PAF/DF para o exercício em análise e formulação de metas para o triênio seguinte.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN avalia, anualmente, a execução do programa de ajuste referente ao exercício anterior. Para o ano de 2011, o Distrito Federal apresentou, os seguintes resultados:

- Meta n.º 1: manter relação ajustada Dívida Financeira/Receita Líquida Real a 1; O DF cumpriu a meta com a relação de 0,24 da RLR.
- Meta n.º 2: apresentar resultado primário deficitário em R\$ 405 milhões; O DF apresentou resultado primário superavitário de R\$ 54 milhões, expurgadas receitas e despesas previdenciárias.
- Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida; O DF cumpriu a meta com a relação de despesa com pessoal/RCL igual a 53,06%, excluídas as despesas previdenciárias.
- Meta n.º 4: alcançar receita de arrecadação própria no valor de R\$ 8.621 milhões; O DF arrecadou receitas no montante de R\$ 8.649 milhões, excluídas as receitas previdenciárias.
- Meta n.º 5: meta estabelecida na forma de compromissos, com destaque para limitar a relação de 46,25% para as Outras despesas Correntes em relação à RLR; O DF apresentou o índice de 40,38% com Outras despesas Correntes em relação à RLR, expurgadas receitas e despesas previdenciárias.
- Meta n.º 6: limitar os gastos de investimentos e demais despesas de capital a 14,94% da Receita Líquida Real anual – RLR; O DF cumpriu a meta apresentando um índice de 10,35% para as despesas de investimentos em relação à RLR.

A Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda realizou a avaliação do cumprimento das metas e compromissos estabelecidos para o exercício de 2011, informando a adimplência do Distrito Federal acerca do cumprimento das metas e compromissos previstos no PAF/DF.

O Governo do Distrito Federal revisou do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF/DF em 20 de dezembro de 2012, para o período de 2012-2014

Verifica-se na tabela abaixo os resultados apresentados pelo Distrito Federal em cumprimento às metas estabelecidas no PAF-DF para o período de 2007 a 2011, bem como as acordadas para os exercícios de 2012 e 2013:

Quadro 67 - Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF

Metas / Ano	Realizado					Assinado	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Meta 1 Dívida Financeira/RLR	0,22	0,22	0,22	≤ 1	≤ 1	≤ 1	≤ 1
Meta 2 Resultado Primário	556	145	-576	130	54	-457	-1.038
Meta 3 despesa Pessoal/RCL	47,72%	51,90%	48,77%	48,99%	53,06%	53,72%	53,28%
Meta 4 Receita Própria	6.266	7.511	7.014	7.819	8.649	9.426	10.857
Meta 5 Compromissos: (Outras despesas Correntes/RLR = 40,38% em 2011, 43,22% em 2012 e 42,29% em 2013)							
Meta 6 Investimentos/RLR	12,09%	10,17%	13,03%	17,65%	10,35%	14,01%	18,85%

Fonte: CODAF/SUTES. Em valores correntes – atualizado em 31/12/11 * A meta nº 5 é estabelecida na forma de compromissos

Com relação aos resultados do exercício de 2012, esses só poderão ser aferidos e analisados pela STN, a partir do segundo semestre de 2013, dado que a mesma virá em Missão à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal para avaliar a execução das metas acordadas no Programa.

2.10. Cadastros Informativos

É realizado o monitoramento periódico do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC e do Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN.

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC foi criado pela Instrução Normativa (IN) nº 1, de 4 de maio de 2001, sucedida pela Instrução Normativa nº 1, de 17/10/05, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. O CAUC consiste num subsistema desenvolvido dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, disponibilizado em rede a todas as unidades do Governo Federal e, na internet, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.

O objetivo do CAUC é simplificar a verificação, pelo gestor público do atendimento pelos entes federativos beneficiários de transferência voluntária de recursos da União, das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e legislação aplicável. O CAUC consolida num só lugar, a verificação das documentações comprobatórias exigidas no momento da formalização de um convênio, bem como para contratar operações de créditos.

O acompanhamento é diário e visa identificar a inclusão de órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal como inadimplentes junto à União ou entidades federais. Para tanto é realizada consulta e orientação objetivando a retirada do inadimplente do referido banco de dados. Tarefa de caráter inadiável, em se considerando as diversas implicações para o governo local, inclusive quanto ao impedimento de órgãos e entidades do GDF receberem transferências de recursos da União e contratar operações de crédito.

Em cumprimento às diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional e da Receita Federal do Brasil disciplinadas na Instrução Normativa nº 1257, de 08/03/12, que dispõe sobre o número de inscrição que representará os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no CNPJ, constatou em consulta ao Portal do Tesouro/SIAFI – CAUC, que 269 (duzentos e sessenta e nove) órgãos integravam a lista preliminar de agregação ao CNPJ Principal do Distrito Federal. Diante de tal fato, realizamos inspeção detalhada na citada lista e após reuniões na Receita Federal do Brasil, conseguimos efetuar a exclusão das entidades não pertencentes ao Complexo Administrativo deste Governo. A lista dos CNPs no CAUC será atualizado automaticamente com as informações da Receita Federal.

O Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN é o instrumento disponibilizado ao Governo do Distrito Federal para captação de dados contábeis junto ao convênio de Cooperação Técnica firmado entre a Caixa Econômica Federal e a União, por intermédio da STN. No ano de 2002, a GEDAF iniciou o provimento do sistema no que se refere ao cadastramento de operações de crédito – COC do DF. Tais dados são atualizados anualmente.

2.11. Certidão Negativa – CND junto a RFB e a PGFN

A Certidão Negativa de Débitos – CND é um documento emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil que comprova a inexistência de débitos perante a Receita Previdenciária, com validade de 180 dias.

Regularmente são feitas consultas ao site da Receita Federal do Brasil, com a finalidade de acompanhar os relatórios do Fisco Previdenciário, pois caso algum órgão do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal, apresente alguma pendência, têm-se que regularizar imediatamente, para não ocasionar atrasos quando da renovação da citada Certidão.

2.12. Contribuição ao Programa e Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP

O PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 03/12/70, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro - desemprego.

A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno, passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas.

Quadro 68 – Contribuições da Administração Direta e Fundos

R\$ Milhões					
Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Valores pagos	91,7	87,0	90,7	105,54	112,1

Fonte: CODAF/SUTES: valores correntes dos anos de 2007 à 20110 e até dezembro/2012.

2.13. Haveres e Fundo de desenvolvimento do Distrito Federal

A administração dos recursos do Tesouro Distrital, no âmbito técnico estabelecido pelos limites da política fiscal em vigência, requer a elaboração, implantação e operacionalização de instrumentos de acompanhamento e análise da evolução dos ativos mobiliários e da relação custo-benefício dos projetos apoiados pelo Fundo de desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFÉ.

Do exercício dessas atividades resultará a elaboração periódica de indicadores específicos de solvência fiscal correlacionados com a evolução agregada de recursos do tesouro e, portanto, sob o aspecto da gestão financeira reforçando a consolidação dos instrumentos de auxílio à administração e proteção dos direitos creditórios do Distrito Federal, conforme o a seguir especificado.

2.13.1. Haveres do Tesouro do Distrito Federal

O acompanhamento do regular ingresso no tesouro distrital dos dividendos financeiros provenientes do resultado anual das empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal o qual, na condição de acionista único, majoritário ou minoritário, por meio da COAFE/SUTES/SEF incumbe o exame crítico das alterações da composição anual do capital social das sociedades de economia mista com vistas à avaliação da gestão administrativa de seus haveres mobiliários.

O grau de participação dos recursos do tesouro na execução financeira anual das empresas públicas dependentes do orçamento fiscal do Distrito Federal tem seu exame crítico efetivado traduzido pela evolução individual e total dos índices de dependência operacional dos repasses financeiros efetivados pelo tesouro do Distrito Federal.

2.14. Empresas Públicas do Distrito Federal

As empresas do Distrito Federal com execução financeira condicionada à efetivação de repasses do Tesouro Distrital, denominadas empresas dependentes, são as seguintes:

- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
- METRÔ - Companhia do Metropolitano do Distrito Federal
- TCB - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília
- CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal
- CODHAB - Companhia de desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

No exercício de 2012 o total de recursos das empresas dependentes atingiu o valor de R\$ 1.735 milhões, com participação de recursos do Tesouro da ordem de R\$ 918 milhões configurando, portanto, o índice de dependência total (Idt) de 52,94%, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Quadro 69 - Receita Realizada por Origem dos Recursos e Índice de dependência (Id%), Por Empresa – 2012

Índices de dependências Das Empresas Estatais do Distrito Federal			
Receita Realizada Acumulada (R\$)			Índice de dependência
Total	PRÓPRIA	TESOURO - DF	
1.734.918.419	816.453.631	918.464.787	52,94%

Avaliando os dados das empresas desde o ano de 2007, temos uma evolução dos índices de dependência, com o índice caindo de 92,31% para 52,94%.

Este índice global foi impactado por uma melhora sensível nos dados da Novacap. Esta empresa passou a firmar convênios com órgãos do GDF para a execução de obras (notadamente a construção do Estádio Nacional de Brasília).

Com esta mudança, o seu índice evoluiu significativamente e reduziu a média geral de dependência destas empresas estatais. Apesar disto, o volume de recursos repassados pelo Distrito Federal não têm sido reduzidos. Além do fato destes valores terem crescido em termos absolutos, eles flutuaram sem uma tendência clara em relação à Receita Corrente Líquida – apresentando um comprometimento que variou entre 8,54% e 6,37% da mesma no período de 2007 a 2012.

Quadro 70 - Evolução dos índices de dependência (Id%), por exercício financeiro

Empresas	2008	2009	2010	2011	2012
EMATER	95,53	93,4	98,28	99,79	96,91
BRASILATUR	72,19	87,06	88,32	ATIVIDADE ENCERRADA	
NOVACAP	98,96	99,63	99,54	61,88	42,80
METRÔ	76,07	77,48	77,29	74,82	63,70
TCB	79,69	53,71	56,45	56,47	56,41
CODEPLAN	92,18	99,90	99,99	99,94	100,00
CODHAB	85,12	46,57	32,33	30,42	44,20
Id % Total	88,05	86,84	83,32	70,15	52,94

Fonte: SIGGO 20/12/2012

2.15. Coordenação da Gestão Financeira do Distrito Federal

- Acompanhamento da movimentação dos limites orçamentários autorizados e liberação dos recursos financeiros necessários às Unidades integrantes do sistema de programação financeira;
- Conciliação bancária das contas do Tesouro, Convênios e Fundos, conferindo e ajustando os movimentos diários dos extratos das mais de 400 contas do Banco do Brasil, 105 contas no Banco de Brasília e 45 contas na Caixa Economia Federal;
- Conferência e encaminhamento aos bancos, dos pedidos de abertura de contas correntes;
- Controle e execução das aplicações financeiras dos saldos das contas gerenciadas pelo Tesouro;
- Recebimento de depósitos judiciais, cauções, fianças, seguro garantia, guia de tributos, taxas, reposição de valores ao GDF, ressarcimentos decorrentes de prejuízos causados ao Erário e restituições de cauções, fianças, depósitos em títulos ou em espécie;
- Gerenciamento dos cheques devolvidos por insuficiência de fundos ao GDF;
- Fechamento, diário, do Caixa do Tesouro, mediante conferência das movimentações bancárias nos extratos;
- Controle de emissão de Previsão de Pagamento para melhor acompanhamento do fluxo de caixa;
- Atendimento de solicitação às Unidades/Entidades, fornecendo-lhes cópias das conciliações bancárias, de extratos bancários, de declarações de saldos, e de detalhamento da conta contábil.
- Acompanhamento financeiro dos fundos especiais do Distrito Federal. Foram apuradas as receitas de cada fundo que eram arrecadados pelo Tesouro para, logo após, serem repassadas mensalmente a cada um. Em alguns casos, o repasse foi feito através de Solicitação de Recursos – SR.

Quadro 71 - Atividades de Pagamento e Controle Financeiro

Setor	Ações desenvolvidas	2012
Gerência de Pagamento	Emissão de Ordens Bancárias - OBs a Fundos	12.000
	Emissão de Ordens Bancárias - OBs - Conta Única	70.500
Gerência de Conciliação Bancária	Boletins e fluxo de caixa diário	252
	Conciliação bancária das contas (Única, Movimento e Vinculadas)	7.212
	Cadastro e abertura de contas	12
	Lançamentos de resgates e aplicações	2.435
	Lançamentos de receitas	22.721
	Estornos de OBs (rejeitas/devolvidas)	2.207
	Compensação de OBs	1.512
	Lançamentos de valores a compensar (reversão a regularizar)	2
	Lançamentos de valores pendentes	48

Fonte: COGEF/SUTES

Quadro 72 - Atividades de Tesouraria

Documentos	Quantidade Até 01/01/12	Previsto Até 31/12/12
DAR - documento de Arrecadação / doDF	103	131
Alvará de Levantamento	449	56
DDAR - demonstrativo diário de Arrecadação	241	239
GR - Guia de Recolhimento	1.522	2.155
DAR de Caução - Recebimento de todas as modalidades	1.574	963
OB - devolução de Caução em (espécie) Atualizada	251	177
Devolução de Caução (Fiança Bancária, seguro garantia e Título da Dívida Pública)	727	269
NL - Nota de Lançamento	2.908	3.591
MC - Movimento de Caixa	241	239
Cheques devolvidos por insuficiência de fundos (outros)	5	5

Fonte: COGEF/SUTES

Quadro 73 - Conciliação Bancária de Contas Correntes do Tesouro/DF, Convênios, Fundos e elaboração de relatórios mensais

Bancos	Convênios	Fundos	Total
BRB	132	28	160
Banco do Brasil	285	53	338
Caixa Econômica Federal	58	01	59
Total	475	82	557

Fonte: COGEF/SUTES

Quadro 74 - Atividade de Controle de Compensação e Cancelamento Diário de Ordens Bancárias Mediante Exame de Extratos Bancários Extraídos do SIGGO

Mês/Ano	BRB		BB		CEF	
01/01 a 31/12/2012	C/C	Aplicação Financeira	C/C	Aplicação Financeira	C/C	Aplicação Financeira
	1.120	96	312	78	48	29

Fonte: COGEF/SUTES

3. Gestão Estratégica

A aplicação de um planejamento estratégico deve ter como foco os meios pelos quais devem ser alcançados os objetivos traçados pelas políticas públicas governamentais, que os mais diversos segmentos assim o determinam.

Uma das ferramentas usadas para dar sustentabilidade ao procedimento operacional de uma instituição pública é a gestão estratégica, cuja responsabilidade cabe a alta administração, buscando o envolvimento integrado de todos para planejar, gerenciar, executar, acompanhar e corrigir os rumos, quando necessário.

A gestão estratégica deve ser percebida como um processo macro, essencial para a condução dos objetivos definidos pela instituição e pela necessidade das mudanças, na maioria das vezes radicais, movidas pelas turbulências de ordem política.

O elemento essencial para a condução de uma boa gestão estratégica refere-se a sua implementação em um ambiente em que a vontade e a disposição dos entes públicos seja prioritária e

voltada para esse objetivo. É necessário entender que a gestão estratégica nas organizações públicas ou privadas está intimamente relacionada com a realidade das modificações e que por vezes são imprevisíveis, no meio onde as organizações atuam.

A partir do momento que o ente público decide por uma gestão estratégica, na área de sua competência, o passo seguinte é a elaboração de um plano que seja montado a partir de informações consistentes, relevantes e precisas sobre o seu ambiente interno e externo expressos no planejamento estratégico da instituição.

No caso da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF, foi elaborado o SEF em Ação 2012, alinhado aos objetivos estratégicos do GDF e contendo ações fundamentais para auxiliar o alcance dos seus objetivos, tornando-se um marco relevante no processo de Modernização da Gestão Fazendária.

Atualmente o Distrito Federal enfrenta a escassez de recursos para financiar todos os investimentos sociais demandados pela população. Parte disso pode ser solucionado com o aumento da base tributável local. Essa alternativa promove maior justiça fiscal, visto que procura alcançar igualmente todos os contribuintes, sem onerar substancialmente uns em detrimento de outros.

Para se fazer isso, no entanto, é necessário que a máquina fiscal esteja totalmente modernizada tecnologicamente, que as estruturas físicas de trabalho e de atendimento ao contribuinte sejam adequadas, que se disponha de ferramentas gerenciais efetivas, e, também, que se conte com servidores altamente qualificados.

No âmbito da SEF, foram criados, em 2012, o Escritório Corporativo de Projetos – ECP e a Unidade de Execução Municipal do Distrito Federal – UEM / DF, buscando identificar e desenvolver metodologias para promover o alcance de tais metas.

Além disso, a Secretaria possui ainda na sua estrutura: (a) o Comitê de Gestão Estratégica – COGET, criado pela Portaria nº 117, de 14/09/11, presidido pelo Secretário de Estado de Fazenda e composto pelo Secretário-Adjunto, pelos subsecretários da Receita, do Tesouro, de Tecnologia da Informação e Comunicação, de Contabilidade e de Administração Geral e pelos chefes das unidades de desenvolvimento Institucional e de Inteligência Fazendária e Gestão de Riscos; e (b) o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC, criado pela Portaria nº 17, de 09/03/11, presidido pelo Secretário-Adjunto e composto pelos subsecretários da Receita, do Tesouro, de Tecnologia da Informação e de Administração Geral.

3.1. Escritório Corporativo de Projetos - ECP

O objetivo do Escritório Corporativo de Projetos - ECP é disseminar a Metodologia de Gerenciamento de Projetos - MGP, embasada no Guia de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos denominado PMBOK® – Project Management Body of Knowledge, do Project Management Institute – PMI, com intuito de aumentar a eficiência do planejamento, da execução e da supervisão dos projetos e demais ações estratégicas prioritárias. A adoção da metodologia busca melhorar o controle e a previsibilidade dos resultados, a alocação dos recursos, a eficácia dos projetos, e fornecer condições substanciais à tomada de decisão pela alta administração.

Em setembro/2012, por meio da Portaria SEF nº 152, foi publicado o Modelo Operacional – MO do ECP, estabelecendo a uniformidade e o seqüenciamento da elaboração, execução, monitoramento e controle dos projetos da Secretaria, promovendo-se e reiterando-se a importância do Gerente de Projeto.

3.2. Unidade de Execução Municipal do Distrito Federal – UEM / DF

A Unidade de Execução Municipal – UEM é uma equipe criada para coordenar a execução do Projeto do Distrito Federal, integrante do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM Fase II, financiado com recursos do Banco Interamericano de desenvolvimento – BID (Decreto nº 33.612, de 13/04/12, publicado no doDF nº 74, de 16/04/12).

O PNAFM é uma linha de crédito do Banco Interamericano de desenvolvimento – BID com o objetivo de integrar os fiscos e modernizar a gestão administrativa, fiscal, financeira e patrimonial dos municípios brasileiros, tornando mais efetivo o sistema fiscal vigente, em cumprimento às normas constitucionais e legais brasileiras.

O órgão executor do Programa é a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, por intermédio da Unidade de Coordenação de Programas – UCP, a quem compete gerenciar sua implementação, de forma descentralizada, com apoio da Caixa Econômica Federal, agente financeiro e co-executor do Programa.

Os recursos do PNAFM Fase II são originários do Contrato de Empréstimo Individual nº 2248/OC/BR entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de desenvolvimento – BID, assinado em 29 de dezembro e 2009.

Os projetos de modernização dos municípios brasileiros são financiados por meio de subempréstimos, vinculados ao contrato de empréstimo do BID, firmados junto à Caixa Econômica Federal - CAIXA, agente financeiro e co-executor do PNAFM.

O contrato de subempréstimo entre a CAIXA e o Governo do Distrito Federal foi assinado em 13 de junho de 2011, abrindo um crédito, ao Distrito Federal, no valor total de R\$ 32.647.148,00. O valor da contrapartida de recursos próprios a serem arcados pelo Distrito Federal é de 10%, ou seja, R\$ 3.264.715,00. O montante líquido, então, do Subempréstimo, é de R\$ 29.382.433,00. O prazo para utilização do crédito aberto no âmbito do Contrato de Subempréstimo se encerra em 29 de dezembro de 2014.

Em 18 de junho de 2012, foi colocado à disposição do GDF, depósito em conta vinculada da CAIXA no valor de R\$ 5.876.486,60, referente à antecipação de 20% do valor total contratado, denominado Fundo Rotativo. Esse valor está aplicado na Poupança até que se iniciem os pagamentos.

A Carteira de Projetos do PNAFM Fase II é composta de quatro projetos:

- “Cadastro Imobiliário Georreferenciado e Aperfeiçoado”: visa à atualização da base cartográfica georreferenciada do Distrito Federal e a posterior atualização do Cadastro Imobiliário Fiscal da Secretaria de Fazenda. Foram destinados R\$ 18,3 milhões do PNAFM Fase II para sua execução. Este projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – SEDHAB, responsável pela contratação da 1ª Etapa – Atualização da Base Cartográfica Georeferenciada do Distrito Federal.

- “Solução de BackUp”: visa solucionar problemas relacionados à proteção e guarda dos dados corporativos no Centro de Dados da SEF, aumentando os atuais níveis de segurança das informações fazendárias com aquisição de solução de proteção de dados, composta por Instalação e configuração do hardware e softwares adquiridos: software de backup, unidades de fitas automatizadas e fitas de backup. Foram destinados R\$ 2 milhões do PNAFM Fase II para sua execução.

- “Padronização e Modernização do Atendimento ao Contribuinte”: cujo objetivo é modernizar o atendimento ao contribuinte em conformidade com modelo de atendimento previsto e previamente aprovado pela SEF, aliado à padronização de layout, com identificação da quantidade e localização das agências e demais pontos de atendimento. Foram destinados R\$ 7,1 milhões do PNAFM Fase II para sua execução.

- “Quadro Permanente de Servidores da SEF Capacitado”: cujo principal objetivo é a capacitação de servidores em exercício na SEF. Foram destinados R\$ 5,2 milhões do PNAFM Fase II para sua execução.

4. Gestão Contábil

Atividades desenvolvidas:

- Coordenação das ações de manutenção, disciplinamento e ordenação das demandas corretivas, evolutivas e adaptativas do SIGGO, bem como do desenvolvimento de transações e alterações das suas partes lógicas com acompanhamento da sua evolução;

- Acompanhamento dos registros de receita tributária via Boletim de Arrecadação
- Registro e acompanhamento das Dívidas Ativas
- Registro e acompanhamento dos parcelamentos de dívidas
- Registro de bens apreendidos;
- Acompanhamento dos registros contábeis da Dívida Fundada Interna e Externa conforme demonstrativos encaminhados pela Subsecretaria do Tesouro/SEF;
- Acompanhamento das conciliações bancárias do Governo do Distrito Federal;
- Acompanhamento, inscrição e baixa dos processos de regularização contábil, relativo ao lançamento das contas de responsabilidade;
- Informação sobre a adimplência de entidades que recebem recursos públicos;
- Apuração do superávit financeiro das contas vinculadas das unidades da administração direta e indireta, e, posterior lançamento, no Sistema de Administração Financeira e Contábil – SIAC;

- Acompanhamento e orientação dos registros patrimoniais, financeiros e orçamentários executados pelas unidades gestoras do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal que efetuam sua contabilização no SIGGO/SIAC;
- Contabilização das integralizações no SIGGO/SIAC, das participações minoritárias e majoritárias das empresas de cujo capital o Governo do Distrito Federal tem participação;
- Acompanhamento mensal junto a CLC (Câmara de Liquidação e Custódia e BRB/DTVM S/A, agente financeiro) da posição acionária atualizada das participações societárias do GDF nas empresas de capital aberto e no seu exercício de direito (recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio e subscrição) e do acompanhamento das cotações acionárias pelas bolsas de valores;
- Acompanhamento e controle dos precatórios emitidos pela Procuradoria Geral do Distrito Federal contra o Distrito Federal;
- Coordenação da Prestação de Contas do Governador e elaboração do Balanço Geral do Governo do Distrito Federal referentes ao exercício de 2011;
- Consolidação do Sistema de Custos conforme determina a LRF LC nº 101, de 4 de maio de 2000, § 3º do Art. 50º, permitindo a avaliação dos custos governamentais, concomitantemente com o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Acompanhamento, classificação, reclassificação e especificação de Custos, através de relatórios gerados pelo sistema;
- Mensuração dos custos dos projetos e atividades, bens e serviços gerados pelas Ações Governamentais;
- Orientação aos gestores públicos na atualização da composição de insumos e custos das ações desenvolvidas nos programas de governo;
- Ações que consolida a integração dos Sistemas de Controle Interno (SIGGO, SIGMA, SAG E SIGRE);
- Adequação e melhoria dos processos pertinentes à Gestão de Custos e Metas Físicas;
- Conciliação das contas de custos, em nível gerencial;
- Acompanhamento da gestão orçamentária e financeira por ações e produtos dos bens e serviços gerados das Unidades Orçamentárias;
- Elaboração e publicação de relatórios e demonstrativos, em atendimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à execução orçamentária e financeira da Administração Direta, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas, quais sejam:
 - Demonstrativos bimestrais
 - Balanço Orçamentário
 - Demonstrativo Consolidado da Execução da despesa Por Função e Subfunção
 - Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida
 - Demonstrativo das Receitas e despesas Previdenciárias dos Servidores Públicos
 - Demonstrativo do Resultado Primário
 - Demonstrativo do Resultado Nominal
 - Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão
 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e despesa de Capital
 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
 - Demonstrativo das Transferências de União
 - Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB
 - Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde
 - Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária
 - Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme decreto nº 17.256 de 28/03/96 e Art. 241 § 2º da LODF.
 - Demonstrativos quadrimestrais – Relatórios de Gestão Fiscal:
 - Demonstrativo da despesa com Pessoal – Poder Executivo
 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
 - Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores
 - Demonstrativo das Operações de Créditos

- Demonstrativo dos Limites
 - Lançamento de dados junto ao SISTN – Sistema Informatizado de Coleta de Dados Contábeis, gerenciado pela Caixa Econômica Federal, conforme demonstrativos anteriormente discriminados, com exceção do demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação;
- Cadastro e controle de servidores abrangidos pela Resolução nº 105/98 – TCDF;
- Desenvolvimento de Sistema Informacional para cadastramento dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos – SICARJUR;
- Treinamento e organização das Tomadas de Contas dos Ordenadores de despesas da Administração Direta e Fundos Especiais;
- Definição, normatização e coordenação de programas e ações voltados à racionalização e aperfeiçoamento da gestão patrimonial do Distrito Federal;
- Orientação e acompanhamento da execução das atividades relativas à gestão patrimonial dos órgãos da administração direta do Distrito Federal;
- Análise e adoção de procedimentos quando da alienação de bens patrimoniais de propriedade do Distrito Federal, e
- Coordenação e supervisão da execução das operações de acompanhamento da gestão patrimonial e de análise e registro do patrimônio mobiliário e imobiliário do Distrito Federal ;

Quadro 76 - Evolução anual de 2010 a 2012:

Atividades	2010	2011	2012
Acompanhamento e Consolidação Contábil Geral para fins de elaboração do Balanço Patrimonial do GDF e Prestação de Contas do Governador.	1	1	1
Elaboração e fechamento do Balanço Contábil Geral do GDF.	1	1	1
Elaboração e organização da Prestação de Contas Anual do Governador.	1	1	1
Elaboração e publicação de demonstrativos bimestrais, de responsabilidade legal: a) Balanço Orçamentário; b) demonstrativo Consolidado da Execução da despesa Por Função e Subfunção; c) demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida; d) demonstrativo das Receitas e despesas Previdenciárias; e) demonstrativos dos Resultados Primários e Nominais; f) demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão; g) demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e despesa de Capital; h) demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos; i) demonstrativo das Transferências de União; j) Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB; k) demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde; l) demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária; m) demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme Art. 241 § 2º da LODF.	84 (total)	84 (total)	84 (total)
Elaboração e publicação dos demonstrativos quadrimestrais do "Relatório de Gestão Fiscal", constante da LRF: a) Demonstrativo da despesas com Pessoal do Poder Executivo; b) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida; c) Demonstrativo das Garantias e Contra-garantias de Valores; d) Demonstrativo das Operações de Créditos; e) Demonstrativos dos Limites.	15(total)	15(total)	15(total)
Elaboração e publicação de demonstrativo de Disponibilidade de Caixa.	1	1	1
Elaboração e publicação do demonstrativo de Inscrição de Resto a Pagar.	1	1	1
Lançamentos de informações da gestão fiscal no Sistema Informatizado de Coleta de Dados Contábeis-SISTN, da Secretaria do Tesouro Nacional .	Regularmente	Regularmente	Regularmente
Análise da prestação de contas de Convênios com entidades recebedores de recursos públicos.	306	443	24
Análise da prestação de contas de Subvenções Sociais.	250	350	18
Informação sobre a adimplência de entidades que recebem recursos públicos.	92	123	51
Comunicação trimestral ao TCDF da conformidade cadastral do rol dos ordenadores de despesa e responsáveis por dinheiro, valores e bens públicos das Unidades Gestoras.	4	4	5
Atualização diária do Sistema de Cadastro de Jurisdicionada/TCDF dos ordenadores de despesa e responsáveis por dinheiro, valores e bens públicos das Unidades Gestoras.	Diária	Diária	Diária
Análise de concessão e prestação de contas de Suprimento de Fundos.	799	382	179
Análise e registro de processos de Tomadas de Conta de Agente de Material	59	61	60

Atividades	2010	2011	2012
das Unidades Gestoras			
Registro de responsáveis em Tomada de Contas Especiais.	378	495	-
Organização das Tomadas de Contas dos Ordenadores de despesas da Administração Direta e Fundos Especiais.	93	94	97
Análise e registro de processos de Inventários Patrimoniais das Unidades Gestoras.	60	61	65
Cobrança de Prestação de Contas de Convênios e Subvenções Sociais.	-	-	2418
Avaliação e acompanhamento por meio do Sistema de Integrado de Gestão Governamental - SIGGO das transferências de convênio.	-	-	149
Avaliação e acompanhamento por meio do Sistema de Integrado de Gestão Governamental - SIGGO da arrecadação tributária do GDF, da dívida ativa, do parcelamento tributário e dos bens apreendidos.	-	-	253
Testes e Acompanhamento do desenvolvimento dos demonstrativos do Sistema de Custos Governamentais.	Regularmente	Regularmente	Regularmente
Análises e Registros no Sistema de Integrado de Gestão Governamental - SIGGO dos Superávits Financeiros de Unidades Gestoras.	264	246	259
Análises e Registros no Sistema de Integrado de Gestão Governamental - SIGGO do Excesso de Arrecadação das Unidades Gestoras.	-	-	90
Análises e Registros no Sistema de Integrado de Gestão Governamental - SIGGO cancelamento de Resto a Pagar Não Processado.	-	-	267
Análises e Registros no Sistema de Integrado de Gestão Governamental - SIGGO da regularização de disponibilidade para repasse a Fundação Homocentro – atividade eventual .	-	-	5
Análise, Conferência e registros da Conciliação Bancária.	35	36	565
Análise e Emissão de Pareceres Contábeis em Processos de Tomada de Conta de Ordenadores de despesas.	95	99	103
Análise e registros contábeis pertinentes ao Inventário Patrimonial do TCDF.	1	1	1
Elaboração de Manuais Técnicos, inclusive instruções sobre procedimentos do encerramento do exercício financeiro e contábil.	11	12	101
Processo de Acompanhamento das Inscrições responsabilidades oriundas de TCEs.	328	571	-
Demandas de Atualização e Melhoria do Sistema Integrado Gestão Governamental -Módulo Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil.	38	29	16
Reprogramação de Cotas Financeiras por meio do Sistema Integrado Gestão Governamental.	207	216	92
Alterações Cadastrais de Contas Contábeis, códigos de receitas e de fontes.	-	22	151
Orientações Contábeis as Unidades Gestoras.	2288	2164	3590
Análises e correções de Irregularidades Contábeis por meio do Sistema Integrado Gestão Governamental.	149	160	1461
Análise dos Registros de Participações Acionárias do GDF.	-	10	11
Análise das Integralizações de Capital e Incorporação de Ações das Empresas, cujo capital o GDF tem participação..	8	8	8
Acompanhamento da posição acionária e participações societárias do GDF nas empresas de capital aberto.	7	10	11
Emissão de Instruções Técnicas de Procedimentos Contábeis.	8	4	4
Realização de Seminário Sobre Execução Orçamentária e Financeira.	2	1	1
Atualização de Normas e Procedimentos Contábeis.	4	-	1
Validação de informações constantes no Portal de Transparência.	5	-	-
Alterações Cadastrais no Sistema Integrado Gestão Governamental, relativo à Credor.	4866	430	1518
Alterações Cadastrais no Sistema Integrado Gestão Governamental, relativo à Unidade Gestora.	103	-	121
Atualização no Sistema Integrado Gestão Governamental do Cadastro e da Gestão de Usuários-Valor Estimado.	3000	12800	1866
Orientação e acompanhamento da execução das atividades relativas à gestão patrimonial das unidades administrativas supervisionadas.	60 Unidades Administrativas	65 Unidades Administrativas	67 Unidades Administrativas
Alteração no Sistema Integrado Gestão Governamental de Equações Contábeis.	-	-	34
Alteração no Sistema Integrado Gestão Governamental do Plano de Contas.	-	-	89
Alteração no Sistema Integrado Gestão Governamental da Tabela de Eventos.	-	-	38
Elaboração e encaminhamento de documento de Oficialização de demanda - doD para alteração/correção/atualização de sistemas informacionais	-	-	65
Registro de Acompanhamento de demanda (no sistema OASIS) de aperfeiçoamento do Sistema Integrado Gestão Governamental	-	-	91
Registro de Acompanhamento de demanda (no sistema OASIS) de	-	-	9

Atividades	2010	2011	2012
aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Patrimonial			
Atualização e distribuição, às unidades, do Manual de Administração Patrimonial e do Manual de Composição dos Subitens de despesa referentes à aquisição de equipamentos e material permanente; aquisição de imóveis; realização de obras e instalações.	-	-	30
Elaboração de minuta de decreto que disciplina a o controle patrimonial no âmbito da administração direta.	-	1	1
Elaboração das informações disponibilizadas no Portal de Transparência.	-	Mensal	Mensal
Cumprimento de diligências do TCDF, com emissão de pareceres e ofícios sobre questões relacionadas à administração patrimonial; redistribuição de bens ociosos.	Regularmente	Regularmente	Regularmente
Demandas de desenvolvimento de novas rotinas e manutenção do Sistema Geral de Patrimônio acompanhamento da operacionalização do sistema pelas UGs; registro de alteração de estruturas administrativas e dos Agentes Setoriais de Patrimônio, responsáveis pela guarda e uso dos bens móveis e pela administração dos bens imóveis.	Regularmente	Regularmente	Regularmente
Acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de bens móveis de propriedade do GDF: - adquiridos com recursos orçamentários (tesouro/Fundo Constitucional do DF) e extra-orçamentários (restos a pagar, doação, reposição, apreensão, produção, nascimento e captura) incorporados : Quantidade Valor (R\$) - transferidos entre unidades administrativas (Qtde) -alienados/ baixados (Qtde)	257.741 238.721.927,5 9 115.158 205.702	106.335 202.711.173,8 9 155.538 182.980	96.122 232.002.390,7 3 112.322 62.422
Acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de bens imóveis de propriedade do Distrito Federal: - adquiridos com recursos orçamentários (tesouro/Fundo Constitucional do DF) e extra-orçamentários (restos a pagar e doação)/ incorporados : Quantidade Valor (R\$) - Transferidos entre unidades administrativas (Qtde) - alienados/ baixados (Qtde)	59 86.327.514,57 14 53 53	187 175.959.753,5 3 21 160 160	234 137.139.145,5 4 7 70 70
Acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de: - obras em andamento/imóveis a regularizar (Valor –R\$) - obras e urbanização/obras rodoviárias/obras em imóveis de terceiros (Valor – R\$)	363.704.012,2 8 424.551.218,7 9	275.017.809,3 5 35.905.869,22	93.916.047,66 191.881.907,6 0
Análise e emissão de balancetes mensais e do demonstrativo Patrimonial do Exercício/Cadastro de bens incorporados: - bens móveis e semoventes (Qtde) - bens imóveis (Qtde).	1.672.342 2.599	1.595.697 2.626	1.656.396 2.836
Emissão de instruções e realização de reuniões visando a realização dos Inventários Patrimoniais Anuais de Bens Móveis e de Bens Imóveis.	Anual	Anual	Anual
Análise dos Inventários Patrimoniais Anuais, emissão de relatórios (bens móveis/imóveis) e acompanhamento da regularização das pendências.	59 Unidades Administrativas	60 Unidades Administrativas	65 Unidades Administrativas
Elaboração e encaminhamento as unidades supervisionadas de instruções sobre os procedimentos a serem adotados visando o encerramento do Exercício.	Anual	Anual	Anual
Análise dos processos de transferência de bens móveis e imóveis de órgãos em processos de extinção	-	-	118

5. Apoio Administrativo e Operacional

5.1. Planejamento, Orçamento e Finanças

O orçamento para o exercício de 2012 foi contemplado por meio da Lei Orçamentária Anual nº 4.744, de 29/12/113 - LOA/2012.

A evolução histórica por Categoria de Gasto e dos Restos a Pagar, no período de 2010 a 2012 ocorreu da seguinte maneira:

Quadro 77 - Categoria de Gastos

Ano	Categoria de Gasto	Despesa Autorizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
2010	1- Pessoal	394.411.201	393.855.916	393.855.916	393.855.915
	3-Custeio	70.349.334	68.419.808	60.865.004	59.856.555
	4-Investimentos	20.433.891	4.150.017	3.629.795	3.629.795
	Total	485.194.426	466.425.741	458.350.715	457.342.265
2011	1- Pessoal	463.552.674	462.982.285	462.967.692	462.936.414

³ Publicada no DODF nº 250, de 30/12/2011

	3-Custeio	73.950.861	61.154.431	58.050.030	57.637.102
	4-Investimentos	8.743.958	1.603.345	1.603.345	1.603.345
	Total	546.247.493	525.740.061	522.621.067	522.176.861
2012	1- Pessoal	500.983.666	483.174.455	487.040.726	414.308.384
	3-Custeio	64.371.763	58.405.106	48.145.276	40.371.544
	4-Investimentos	24.096.872	2.913.872	1.914.300	2.388.775
	Total	589.452.301	544.493.433	537.100.302	457.068.703

Fonte Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e Sistema de Acompanhamento Governamental– SAG. Em 31/12/2012

As cotas financeiras relativas à categoria de Custeio foram liberadas na forma da legislação vigente.

Quanto às despesas de pessoal foram liberadas as cotas financeiras, conforme a emissão de folhas de pagamento autorizadas.

As despesas relativas a investimentos foram liberadas de acordo com o disposto na lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Os valores liberados pela Subsecretaria do Tesouro – SUTES, por fonte e categoria de gasto, para o ano de 2012, foram:

Quadro 78 - Valores Liberados

Fonte	Grupo 1 Pessoal	Grupo 3 Custeio	Grupo 4 Investimento	Grupo 5 Inversões Financeiras
100	483.174.345	52.011.261	1.914.695	569.100.302
135				160.000.000
Total	483.174.345	483.174.345	966.348.690	729.100.302

Fonte Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO

As despesas de pessoal foram liberadas de acordo com a emissão de folhas de pagamento autorizadas.

Quadro 79 - Restos A Pagar

Modalidade	Inscrição	Pagamento	Cancelamento
2010	Processados	8.376.214	8.376.214
	Não Processados	2.849.231	2.019.298
	Total	11.225.445	10.395.512
2011	Processados	984.563	242.462
	Não Processados	8.075.026	5.820.593
	Total	31.510.479	26.854.079
2012	Processados	211.322	106.279
	Não Processados	3.118.993	1.834.355
	Total	3.330.315	1.940.634

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO

Cabe destacar que, desde o exercício de 2003, a SEF é responsável pelos repasses de recursos financeiros à justiça, por meio de convênio, cuja finalidade é o pagamento dos precatórios do GDF.

Em 2008, procedeu-se à execução dos Convênios GDF X TJDF, firmados em 28/09/06, e em 29/12/06, o Convênio nº 206/2007, firmado entre o GDF x TRT 10ª Região, sendo que este substituiu o Convênio 115/2004, para pagamento de RPV e RPI.

Em 2010, por força do § 1º, artigo 1º do decreto nº 31.398/10, a SEF passou a repassar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5 % (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida – RCL, cuja finalidade é o pagamento de precatórios do GDF.

Salienta-se que, em 10/07/12, firmou-se o Termo de Convênio nº 02/2012 junto ao TJDF, cujo objeto é o repasse de recursos financeiros para pagamento das Requisições de Pequeno Valor – RPV emitidas pelo referido Tribunal em face do Distrito Federal, de acordo com a sua cláusula Primeira (Processo 360.000.479/2012).

Cabe esclarecer que o TJDF presta conta, trimestralmente, à SEF, referente à aplicação dos recursos repassados, que por sua vez contabiliza os juros e a correção monetária dos referidos valores.

Além da contabilização dos valores da correção e dos juros, também, registra contabilmente os valores principais, dos quais não estão sendo efetuadas as devidas baixas, pelo fato da normatização deste procedimento estar em fase de estudo entre a Subsecretaria de Contabilidade – SUCON e a Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, a qual ainda não foi concluída.

demonstra-se, a seguir, a evolução histórica relativa aos repasses dos valores principais quanto ao pagamento de precatórios até dezembro/12.

Quadro 80 – Repasses/ RPV e Precatórios

Ano	TJDFT (RPI) (1)	TRT 10ª (RPV)	CONV. TRT 10ª(RPV)	CONV. TRT 10ª Nº 2006 (RPV)	CONV. TJDF (RPV)	TJDFT dec. 31.398/10 (Precatório)	TJDFT Termo de Convênio 002/2011 (RPV)
2003	47.234	720.028	3.000.000				
2004	1.413.790	438.478	17.863.636				
2005	335.720	5.515	7.772.727				
2006	284.457	844	6.000.000		500.000		
2007	15.779	-	-	18.000.000	6.000.000		
2008	-	-	-	18.000.000	6.000.000		
2009	-	-	-	18.000.000	6.000.000		
2010	-	-	-	6.974.807	7.260.981	133.682.806	
2011	-	-	-	-	4.500.000	178.751.011	
2012					-	200.802.587	6.000.000
TOTAL	2.096.981	1.164.867	34.636.363	65.634.409	31.753.789	513.236.404	

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO

Nota: (1) RPI – Requisição de pequenas indenizações, que passou a denominar-se de Requisição de Pequeno Valor – RPV

No que tange ao pagamento de restituição de tributos é demandado pelas Agências de Atendimento da Receita para aqueles contribuintes que deles reclamam, são liquidados por empenho ou por anulação de receita dependendo do ano que se dá a restituição. O detalhamento abaixo demonstra sua evolução no período de 2006 a 2012, conforme demonstrativo a seguir:

Quadro 81 – Evolução dos Valores Restituídos

Exercício	Valor Restituído
2006	1.584.072
2007	2.371.229
2008	4.141.153
2009	3.111.973
2010	4.107.190
2011	5.240.030,20
2012	7.376.278,06
Total	27.931.929,11

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO

Execução Orçamentária e Financeira

As ações desenvolvidas pela SUAG, no ano de 2012, orientadas por suas competências e objetivos regimentais, associadas ao cumprimento das metas relacionadas às atividades finalísticas, concorreram para o alcance dos seguintes resultados quanto à execução financeira e orçamentária, em consonância com o Plano Plurianual de 2012-2015.

Quadro 82 - Programa 6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
6203– Aperfeiçoamento Institucional do Estado	53.886.077	41.404.255	16.851.554	13.208.872	
1471 -Modernização de Sistema de Informação					
0012 - Modernização de Sistema de Informação--Distrito Federal	18.107.503	4.516.172	4.516.158	3.678.214	18, 19
2557 -Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação					
0007 - Gestão da Informação e dos Sistemas de TI--Distrito Federal	5.000.000	11.785.522	11.767.672	9.362.911	20,21
3046 -Modernização da Gestão Pública					
0004 - Modernização da Gestão Pública-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal	3.700.000	168.103	167.746	167.746	09, 10, 11, 12, 48
3102 – Programa Nacional de Apoio a Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM					
0001 - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal Dos Municípios Brasileiros - PNAFM--Distrito Federal	7.934.456	7.934.456	399.976	0	13, 14, 15
3103 -Integração Via Tecnologia da Informação					
0001 - Integração Via Tecnologia da Informação--Distrito Federal	1.930.000	0	0	0	42
3104 -Programa de desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ PROFISCO					

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
0001 - Programa de desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal - PRODEFAZ-PROFISCO--Distrito Federal	17.164.118	17.000.000	0	0	16
3105 -Interação com o Cidadão					
0001 - Interação com o Cidadão--Distrito Federal	50.000	0	0	0	17

Fonte Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e Sistema de Acompanhamento Governamental– SAG. Em 31/12/2012

Subtítulo 0012 - Modernização de Sistema de Informação--Distrito Federal

Aquisição de 183 licenças de Software, consultoria e serviços de treinamento. Serviços de suporte técnico ambiente computacional e infraestrutura de redes, seus meios de comunicação, sistemas funcionais e processos de execução; manutenção e prevenção corretiva (switches balanceadores), de centrais telefônicas (Processos nºs 040.000.828/2011, 040.002.608/2011, 040.000.642/2012) e outros 08 servidores de redes adquiridos (Processo nº 040.000.029/2012).

Subtítulo 0007 - Gestão da Informação e dos Sistemas de TI - DF

Contratação de Serviços de internet e impressão cooperativa, manutenção preventiva de infraestrutura de rede, do Sistema SIGA e de dados GDF/NET. Processos. nºs: 040.003.805/2011, 040.001.815/2011, 040.001.764/2008, 040.00.965/2010 e outros. Serviços de suporte e desenvolvimento de sistemas contratados e suporte técnico em equipamentos Sun/Oracle; A10 Networks e IBM. Processos nºs 40.003.601/2011, 040.001.312/2011, 040.003.473/2011; 040.000.642/2011 e outros.

Subtítulo 0004 - Modernização da Gestão Pública-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal

Repasse Trimestral realizado: 2. Processo. nº 040.004.804/2010. Crédito orçamentário descentralizado conforme Portaria Conjunta SEF/NOVACAP nº5, de 25/06/12 – do DF nº 122; para a realização de serviços de Programação Visual, identificação e sinalização da Agência de Atendimento da Ceilândia e da BR-60 – Poso ANA. Processo nº 112.002.352/2012.

Subtítulo 0001 – Programa Nacional de Apoio a Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM – Distrito Federal

Aquisição de circuito fechado de TV – CFTV, conforme NE nº 2915 (Processo nº 40.005.270/2012).

Subtítulo 0001 – Programa de desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – Prodefaz-Profisco – Distrito Federal

Necessidade de ação de outros órgãos. A Assinatura do Contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional encontra-se em andamento, sob a responsabilidade da Subsecretaria de Captação de Recursos da SEPLAN.

Subtítulo 0001 – Interação Com O Cidadão – Distrito Federal

Crédito cancelado, conforme decreto nº 33.755, de 04/07/12 publicado no do DF nº 132, de 05/05/12.

Quadro 83 Programa 6003 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6003 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Gestão Pública	286.458.049	297.712.236	296.062.826	292.315.887	
1984 - Construção de Prédios e Próprios					
9739 - Construção de Prédios e Próprios-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal	832.211	429.270	411.065	270.079	26, 45, 46, 47
2422 - Concessão de Bolsa Estágio					
9625 - Concessão de Bolsa Estágio-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal	340.000	0	0	0	01
2619 – Atenção À Saúde e Qualidade de Vida					
9703 – Atenção À Saúde e Qualidade de Vida-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal	100.000	0	0	0	24
3903 - Reforma de Prédios e Próprios					
6972 - Reforma de Prédios e Próprios-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal	500.000	329.865	146.241	146.228	41
4088 - Capacitação de Servidores					
0010 - Capacitação de Servidores-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal	300.000	251.437	251.026	251.026	22, 23
8502 - Administração de Pessoal					
0055 - Administração de Pessoal-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal	258.957.125	269.222.969	267.597.243	267.597.243	02

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores					
6999 - Concessão de Benefícios a Servidores-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal	5.428.713	5.501.551	5.501.549	5.501.549	03, 04, 05
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais					
0051 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal	20.000.000	22.736.484	22.713.007	18.966.068	06, 07, 08

Fonte Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e Sistema de Acompanhamento Governamental– SAG. Em 31/12/12

Subtítulo 9739 - Construção de Prédios e Próprios-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal

Crédito orçamentário descentralizado conforme Portaria Conjunta SEF/ADM. REG. CEILÂNDIA nº 7, de 20/06/12 – do DF 119; Obra iniciada: 794 m2, de pavimentação em bloco intertravado, entre outros, já executado. Processos nºs 040.001.972/2012 e 138.001.039/2012.

Crédito orçamentário descentralizado conforme Portaria Conjunta SEF/NOVACAP nº 6, de 18/07/12 – do DF 142: Reforma com a ampliação da Agência da Receita de Atendimento da Ceilândia, 70% da obra já executada. Processo nº 112.000.050/2011.

Subtítulo 9625 - Concessão de Bolsa Estágio-Secretaria de Fazenda-Distrito Federal

Crédito cancelado, conforme decreto nº 33.561, de 07/03/12, publicado no do DF nº 48, de 08/03/12.

Subtítulo 6972 - Reforma de Prédios e Próprios-Secretaria De Fazenda-Distrito Federal

Crédito orçamentário descentralizado conforme Portaria Conjunta SEF/NOVACAP nº 4, de 24/05/12 - doDF 101, para a realização de serviço de reforma do Piso intertravado de concreto do Posto Fiscal da BR-060 (sentido Anápolis – Brasília/DF). Área total 2.404m2. Obra finalizada. Remoção e Assentamento de blocos de concreto intertravado do estacionamento do pátio do Posto Fiscal da BR-060. Área total 2.404m2. Processo nº 040.006.350/2010.

Quadro 84 – Capacitação de Servidores

Eventos de Participação	Nº de Participantes	Nº Processo
Indicadores- Medindo Resultados de Recursos Humanos	02	040 000 181/2012
A Formação de Preços dos Serviços Contínuos e a Planilha da In 02/08	04	040 000 479/2012
Licitações E Contratos, Termo de Referência, Registro de Preços E Pregão Presencial E Eletrônico	02	040 000 831/2012
Aspectos Controvertidos da Legislação de Pessoal	09	040 000 5 83/2012
Contratação de Empresa Especializada em Realização de Eventos	140	040 000 316/2012
I Seminário de Integração da SEF	140	040 000 316/2012
A Fiscalização do ISS das Administradoras de Cartão de Crédito/Débito	100	125 000 7 08/2012
Despesa Com Contratação Serviço de Alimentação e Pessoal de Apoio – IV Fórum da Subsecretaria de Receita	500	040 001 572/2012
Aditamento de Contrato Para Infraestrutura - IV Fórum da SUREC	500	040 001 572/2012
Concessão de Bolsa de Estudo Referente A 20% - Curso de Mestrado	01	128 000 902/2012
Gestão Eficiente com Segurança e Possível?	150	040 002 333/2012
Conferência Internacional Anual – Potencial do IPTU Para Modernização	04	040 002 322/2012
Conferência Internacional Anual – Potencial do IPTU Para Modernização Workshop 1 e 2	03	040 002 322/2012
Xiii Congresso Paranaense de Direito Administrativo	02	040 002 403/2012
V Seminário Nacional de Melhores Práticas e Propostas de Gestão da Arrecadação	02 01	040 002 857/2012 e 040 003 288/2012

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP

Quadro 85 - Programa 6207 desenvolvimento Econômico

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6207 - Desenvolvimento Econômico	1.200.000	192.000.000	192.000.000	192.000.000	
9003 -Participação Acionária em Empresas do Distrito Federal	200.000	192.000.000	192.000.000	192.000.000	
0003 - Participação Acionária em Empresas do Distrito Federal--Distrito Federal	200.000	192.000.000	192.000.000	192.000.000	44

Fonte Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e Sistema de Acompanhamento Governamental– SAG. Em 31/12/2012

Subtítulo 0003 - Participação Acionária em Empresas do Distrito Federal--Distrito Federal

Participação de aumento de capital de empresa - CEB, conforme Lei nº 4.863, 03/07/12, publicada no do DF nº 130, de 04/07/12, a qual transferiu o valor de R\$ 32.000.000. Em 22 de novembro de 2012, publicou-se no do DF nº 236, o decreto nº 33.989, de 21/11/12 autorizando o aporte de R\$ 160.000.000,00.

Quadro 86 – Programa 6222 Promoção dos Direitos Humanos

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6222 - Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania	400.000	283.743	274.426	274.426	
2426 -Reintegra Cidadão	400.000	283.743	274.426	274.426	
8390 - Reintegra Cidadão-Secretaria de Fazenda-Plano Piloto	400.000	283.743	274.426	274.426	25

Fonte Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e Sistema de Acompanhamento Governamental– SAG. Em 31/12/12

Subtítulo 8390 - Reintegra Cidadão-Secretaria de Fazenda- Plano Piloto

Pessoas assistidas: março= 24; abril= 23; maio= 24; junho= 32; julho= 32; agosto= 22; setembro= 29; outubro= 29; novembro= 32; dezembro= 34, conforme Processo nº 040.003.575/2011.

Quadro 87 – Programa 0001 Sentenças Judiciais

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
0001 – Sentenças Judiciais	236.698.301	230.198.301	214.127.178	214.127.069	
9001 – Execução de Setenças Judiciais	236.698.301	230.198.301	214.127.178	214.127.069	
0009 - Execução de Setenças Judiciais – Precatórios - Plano Piloto	223.698.301	225.143.301	213.704.081	213.704.081	28
0010 - Execução de Setenças Judiciais – Requisições de Pequeno Valor – Plano Piloto	12.000.000	4.550.000	393.490	393.381	36
0063 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de Tributos da SEF	4.400.000	11.823.524	11.648.660	11.648.660	30

Fonte Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e Sistema de Acompanhamento Governamental– SAG. Em 31/12/12

Subtítulo 0009 - Execução de Setenças Judiciais –Precatórios- Plano Piloto

Repasse ao TJDF e Territórios a título de precatório e RPV, conforme Convênio nº 02/2012. Processos nº 040.002.597/2012 e 360.000.479/2012.

Subtítulo 0010 - Execução de Setenças Judiciais –Precatórios- Plano Piloto

Repasse ao TRT 10º Região procedidos a título de REQUISICÕES de PEQUENO VALOR – RPV. Processos nºs: 020.002.628/2011, 020.001.100/2011, 020.000.734/2010 e outros.

Subtítulo 0063 - Ressarcimentos, Indenizações E Restituições de Tributos Da Sef

Restituições de Tributos/impostos, conforme Processos nºs: 040.002.365/2005, 070.001.194/2011, 070.000.283/2010.

Contratos e Convênios

O controle dos saldos contratuais e a instrução processual necessária ao pagamento das despesas são realizados pela Gerência de Contratos e Convênios e pela Gerência de Acompanhamento e Prestação de Contas. As Gerências são responsáveis pelos contratos celebrados e/ou despesas assumidas pela SEF representadas por Notas de Empenho, acompanhando-os desde a celebração até a sua extinção.

Constituem-se atividades da Diretoria de Contratos e Convênios - DICON, a nomeação de executores contratuais, a publicação de extratos de contratos e aditivos, o controle do pagamento de faturas, o reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação dos preços, instrução de processos de reconhecimento de dívidas, consoante a legislação vigente.

A execução dos contratos é simultaneamente acompanhada com efetivo controle e avaliação; busca-se adequar as necessidades e demandas do contrato ou serviço às possibilidades da Administração, seja no que se refere aos reajustes pleiteados, apresentação de propostas mais vantajosas, concessão de descontos, negociação de obrigações entre a contratada e a Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, dentre outros.

Foram celebrados 49 (quarenta e nove) novos contratos e aditivados 26 (vinte e seis) com vistas à prorrogação de suas vigências, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Quadro 90 - Restos a pagar

Modalidade	Total
Processados	118.299
Não Processados	14.251.551
TOTAL	14.369.851

Fonte: Diretoria de Contratos e Convênios

Logística e Infraestrutura

1) Acompanhamento da Execução de Contratos Continuados: Locação de Imóvel situado no Edifício Lino Martins Pinto, telefonia Móvel Celular, serviços Postais Convencionais e de Coleta e FAC, locação de impressoras e multifuncionais, Manutenção Corretiva e Preventiva de Veículos, Manutenção Corretiva e Preventiva Mercedes Bens;

2) Elaboração e assessoramento de ações da gerência de logística em parceria com núcleos subordinados: Termos de Referência, visando à contratação de empresa de consultoria e assessoria em serviços de Gestão documental; projeto visando à informatização do Controle da Frota da SEF, visando à aquisição de Veículos entre outros;

3) Execução do contrato nº 02/2012 – SEF, processo nº 040.001.547/2012, que tem por objeto a prestação de mão de obra, por meio de reeducandos em busca de ressocialização.

5.2. Gestão de Pessoas

1) Reestruturação da Carreira Fazendária.

2) Implementação da informatização da remarcação de férias para 2013 (em andamento);

3) Otimização na tramitação dos processos de aposentadoria, que resultou na redução do prazo médio de 45 dias para 15 dias.

4) Concessão de 43 aposentadorias e 25 pensões.

5) Otimização nos procedimentos referentes as reversões de créditos decorrentes de óbitos de servidores, onde os acertos de contas estão sendo quitados diretamente nos processos de pensão especial ou por meio dos familiares que constaram do processo de auxílio funeral, gerando um crédito ao erário em torno de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

6) Em atendimento a decisão nº 5859/2008-TCDF que determinou a integralização e a concessão da paridade às pensões instituídas por servidores falecidos até 19/02/04, ativos ou aposentados, mesmo que ainda não requeridas, foram efetuadas 15 integralização por meio de atos de revisões e retificatórios de pensões.

7) Ajuizamento pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF de 12 processos dos anos de 2008 a 2011, gerando uma receita ao erário no valor de R\$ 1.100.000,00, sem juros e correção monetária.

8) Todos os acertos financeiros nos processos de concessão de aposentadoria e pensão especial concedidas no exercício de 2012 foram realizados dentro do exercício, evitando, assim, que os mesmos caíssem em exercícios findos.

9) Concessão do pagamento da Gratificação de Apoio Fazendário – GAF, para os servidores cedidos da BELACAP, por meio do decreto nº 34.053, de 18/12/12, publicado no doDF nº 256, de 19/12/12.

6. Tecnologia e Comunicação

O fortalecimento do nível de governança da TI da SEF, na esteira da mudança ocorrida em 2011, decorreu do novo modelo de gestão implantado. Nesse modelo de trabalho, a gestão da TI é realizada exclusivamente por servidores fazendários, com robusta formação em TI (cerca de 10% com mestrado) e todos com grande experiência no desenvolvimento de sistemas (cerca de 80% com mais de 05 anos de experiência em TI).

Tendo por base as ações orçamentárias, as realizações da SUTIC foram:

6.1. Modernização dos Sistemas de Informação

Para a realização da ação de Modernização dos Sistemas de Informação, a SEF firmou contrato com a empresa Cast Informática S.A. (Contrato nº 07/2012), em 14/02/12, para fins de desenvolvimento, manutenção corretiva, manutenção evolutiva e manutenção adaptativa de seus sistemas corporativos.

Trata-se, portanto, da instituição de Fábrica de Software, no âmbito desta Pasta e sob a gestão da SUTIC, de modo a reforçar a governança de TI da SEF. Esta ação possibilitou a geração dos seguintes resultados:

- Adoção da gestão de demandas pelo redesenho dos respectivos processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas;
- Padronização do processo de demanda;
- Reforço da interface com o usuário, tanto no recebimento das demandas, como na entrega dos produtos;
- Maior controle de prazos e custos, haja vista o Contrato ser baseado na capacidade real de atendimento da Fábrica;
- Melhoria no acompanhamento do andamento da execução das demandas;
- Construção dos produtos de acordo com métodos, técnicas e ferramentas padronizadas para atendimento aos requisitos demandados.

Todos os serviços são prestados no ambiente da SEF, e conta com 36 analistas e desenvolvedores alocados no contrato.

No âmbito desta ação, a SUTIC implementou, ainda, os seguintes projetos estratégicos:

- Contratação de Links de Comunicação de Dados
 - Objetivo: Atualizar a tecnologia dos links de comunicação de dados, no âmbito da SEF.
 - Resultado: Maior agilidade na prestação de serviços remotos, voltados para o atendimento ao público, além de celeridade na troca de informações entre os órgãos de sua estrutura administrativa.
- Modernização da Infraestrutura de Rede
 - Objetivo: Adquirir equipamentos de conectividade, incluindo serviços de cabeamento e infraestrutura de rede do Centro de Dados e edifício sede da SEF. Este projeto está em processo de finalização da contratação.
 - Resultado: Solucionar os problemas de conectividade entre as diversas unidades da SEF e disponibilizar os serviços aos contribuintes. Este resultado será alcançado no próximo exercício, por meio da execução do Contrato.
- Solução de Virtualização (VMWare)
 - Objetivo: Viabilizar a operação de diversos sistemas operacionais e aplicações simultaneamente em um único servidor físico (único hardware), o que otimizará a utilização dos equipamentos servidores.
 - Resultado: Consolidação de equipamentos servidores; redução de custos em até 60% quando se fala em hardware; redução de energia elétrica, cabos de rede e equipamentos; aumento da eficiência da TI.
- Aquisição de impressoras corporativas
 - Objetivo: Modernizar o parque de impressão da SEF, com recursos de maior qualidade e economia de custos.
 - Resultado: Adoção de política de uso dos recursos de impressão compartilhada da SEF.
- Implementação da Ferramenta BI
 - Objetivo: Condensar dados estratégicos de vários departamentos e áreas de negócios, sendo capaz de cruzar as informações e fornecer subsídios às ações.
 - Resultado: Geração de painéis gerenciais customizáveis para ações das áreas negociais da SEF.
- Disponibilização de serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas
 - Objetivo: Manter, atualizar e desenvolver sistemas corporativos, de acordo com as demandas da SEF.
 - Resultado: Disponibilidade de dados e informações da Receita e do Tesouro do Distrito Federal.
- Disponibilização de serviços de manutenção da infraestrutura de rede
 - Objetivo: Manter a produtividade (disponibilidade) da rede da SEF.
 - Resultado: Disponibilidade de infraestrutura de rede confiável e de qualidade.
- Disponibilização de serviços de impressão de documentos de cobrança de tributos e de relatórios
 - Objetivo: Propiciar maior agilidade e segurança na impressão de documentos de cobrança tributária e de relatórios que subsidiam o processo decisório.
 - Resultado: Celeridade na impressão de documentos tributários e de relatórios gerenciais.
- Disponibilização de serviços de solução de conectividade via fibra ótica
 - Objetivo: Permitir conectividade contínua com alta disponibilidade e desempenho

- Resultado: Segurança, confiabilidade e integridade do tráfego de dados da SEF.
- Disponibilização de serviços de suporte tecnológico a ambiente computacional de estrutura de rede, seus meios de comunicação, sistemas funcionais e processo de execução
 - Objetivo: Garantir a disponibilização dos serviços de apoio tecnológico na SEF.
 - Resultado: Suporte com atendimento 24X7 no âmbito da SEF.
- Aquisição de hardwares diversos
 - Objetivo: Ampliar a capacidade dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação ao nível de demandas da SEF.
 - Resultado: Infraestrutura de suporte tecnológico de alto desempenho. Neste projeto destaca-se a aquisição de 08 (oito) equipamentos servidores.
- Aquisição de softwares diversos
 - Objetivo: Ampliar a capacidade dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação ao nível de demandas da SEF.
 - Resultado: Infraestrutura de suporte tecnológico de alto desempenho.
- Aquisição de licenças diversas
 - Objetivo: Ampliar a capacidade dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação ao nível de demandas da SEF, notadamente em relação à segurança das informações.
 - Resultado: Infraestrutura de suporte tecnológico para segurança das informações.
- Continuidade da força de trabalho de infraestrutura em tecnologia da informação
 - Objetivo: Garantir a disponibilização dos serviços de infraestrutura tecnológica na SEF.
 - Resultado: Suporte com atendimento 24X7 no âmbito da SEF.

6.2. Gestão da Informação e dos Sistemas de TI

Importante salientar, inicialmente, que a Gestão da Informática e dos Sistemas de TI refere-se a um conjunto de atividades desenvolvidas com o objetivo de alinhar a Tecnologia da Informação e Comunicação às estratégias de negócio da SEF. Portanto, no âmbito da SEF esta ação foi realizada por meio do reforço da Governança de TI.

Esse reforço compreendeu a gestão de diversos projetos, dentre os quais se destacam:

- Portaria nº 41, de 29/02/12

Por meio dessa Portaria a SEF torna público o primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da SEF – PDTI/SEF.

A publicação do PDTI/SEF teve por escopo a necessidade de integrar os sistemas informatizados e a arquitetura tecnológica da SEF, uniformizar os procedimentos, treinar pessoal, padronizar os métodos e rotinas de trabalho, segundo as boas práticas de governança de TI, para permitir o intercâmbio facilitado, preciso, eficaz, ágil, confiável e seguro de informações e dados no âmbito do Governo do Distrito Federal.

Este projeto proporcionou, de forma planejada, o alinhamento das ações de TI aos preceitos da Instrução Normativa nº 04/2008, recepcionada pelo Distrito Federal por meio do decreto nº 32.218, de 16/09/10, e à IN nº 04/2010.

Como principal resultado, a divulgação do PDTI promoveu a maturidade na função de TI da SEF, tendo como foco a entrega de serviços de qualidade.

- Modernização da Atuação do CTIC/SEF

A partir da publicação do PDTI/SEF a atuação do CTIC/SEF foi orientada para a avaliação e análise dos documentos de Oficialização de demandas – doDs, possibilitando: (i) a apresentação das demandas pela área negocial requisitante; (ii) o conhecimento das ações empreendidas no âmbito da TI da SEF por todas as áreas negociais; (iii) a discussão de soluções de modo a ser adotada aquela que possibilita conjugar os melhores resultados institucionais.

Como principal resultado a adoção dos doDs permitiu maior controle das demandas de TI no âmbito fazendário, de modo a facilitar a tomada de decisão do CTIC/SEF, bem como canalizar esforços e recursos nos segmentos de maior fragilidade tecnológica.

- Planejamento da Contratação

No exercício de 2012, a SEF, por meio da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, adotou os documentos do Planejamento da Contratação, de modo a sistematizar o processo de contratação, bem como envolver todas as áreas participantes do processo.

Assim, todas as contratações de TI, aprovadas pelo CTIC/SEF por meio dos doDs foram balizadas por documentos de Análise de Viabilidade, Plano de Sustentação, Estratégia da Contratação e Análise de Riscos.

Como resultado a adoção do planejamento da contratação possibilitou o alinhamento estratégico do processo de contratação de TI no âmbito da SEF.

- Institucionalização da Equipe de Planejamento da Contratação

A adoção dos artefatos para o planejamento da contratação permitiu a institucionalização das equipes de planejamento da contratação, contemplando os integrantes requisitantes, técnicos e administrativo-financeiros, o que ocasionou maior participação dos representantes fazendários no processo de contratação de TI.

- Gestão da demanda

A adoção da gestão das demandas de TI foi oficializada pela disponibilização do sistema Oásis, possibilitando maior transparência às diversas etapas do desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos.

Como resultado o sistema Oásis permitiu que a área requisitante pudesse acompanhar a evolução de sua demanda de desenvolvimento ou manutenção de sistemas.

7. Ouvidoria Fazendária

Os números expostos nas tabelas são de atendimentos registrados no Sistema de Ouvidoria e informações em ambiente WEB – SOIWEB, no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, conforme descrito abaixo.

Quadro 91 - Quantitativo demandas SOIWEB – 2007 a 2012

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2007	199	288	280	243	212	155	161	245	251	207	134	137	2.512
2008	952	361	378	322	364	238	222	191	214	232	205	200	3.879
2009	232	299	705	450	209	293	250	320	233	276	237	223	3.727
2010	255	237	313	433	394	238	279	256	265	263	226	252	3.411
2011	359	319	323	301	399	318	391	345	310	269	316	338	3.988
2012	453	1.180	553	413	481	422	322	415	298	393	428	290	5.648

No ano de 2011, iniciou-se o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Atendimento ao Contribuinte - SIGAC, em parceria com a Agência de Atendimento Remoto/COATE/SUREC/SEF. Em 2012, houve continuidade dos trabalhos de desenvolvimento e produção, estando o sistema em fase final de testes para posterior disponibilização ao contribuinte. O SIGAC visa melhoria no atendimento, agilidade nas respostas e maior segurança no envio de informações

8. Atividades de Correição

A Unidade de Corregedoria Fazendária – UCF compõe a estrutura administrativa da SEF como unidade orgânica de correição, diretamente subordinada ao Secretário de Estado de Fazenda. Foi criada pelo decreto nº 33.370, de 29/11/11 (Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, e dá outras providências) com atribuições concernentes exclusivamente à atividade de correição (disciplinar).

Até que seja publicado o novo Regimento Interno da SEF⁴ as competências gerais da UCF são as dispostas, no que couber, em legislação específica, de acordo com definido no artigo 7º da Lei nº 3.167, de 11/07/03, e no artigo 1º do Anexo Único do decreto nº 23.975, de 14/08/03, que se constituiu no seu Regimento Geral, compete à COFAZ:

Art. 7º A Corregedoria Fazendária – COFAZ, unidade orgânica de correição e controle interno, diretamente subordinada ao Secretário de Fazenda, compete:

I – zelar pela qualidade, eficiência e probidade dos atos e fatos praticados pelos servidores da SEF, promovendo as ações preventivas e corretivas cabíveis;

II – receber denúncias contra atos praticados por servidores da SEF;

III – zelar pela postura ética dos servidores da SEF;

IV – proceder à correição de atos e procedimentos administrativos e fiscais;

⁴ Conforme Decreto nº 33.370, de 29 de novembro de 2011 - Art. 8º O Regimento Interno da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal será publicado em até 60 (sessenta) dias.

V – manter sistema de coleta de dados e tratamento de informações sobre a observância das normas disciplinares e sobre crimes cometidos contra a administração pública;
 VI – sugerir medidas administrativas visando ao saneamento de ocorrências que prejudiquem ou que impeçam o adequado funcionamento da SEF;
 VII – divulgar e fazer cumprir os códigos de ética e a legislação que disciplina os servidores fazendários;
 VIII – promover apurações por meio de Tomadas de Contas Especiais, Comissões de Sindicância e Comissões de Processo Administrativo Disciplinar, quando houver necessidade;
 IX – encaminhar a conclusão dos processos ao Secretário de Fazenda para as providências cabíveis;
 X – promover reuniões periódicas com as unidades e a avaliação dos resultados alcançados e eventuais ajustes e adequações que se fizerem necessários para atingir os objetivos e resultados estabelecidos;
 XI – executar outras atividades inerentes à sua área de competência. (grifo nosso)

Como exposto, ainda que tenha ocorrido mudança na estrutura da extinta Corregedoria Fazendária, suas atribuições correccionais foram transferidas, em sua totalidade, para a atual Unidade de Corregedoria Fazendária.

Quadro 92 – Procedimento Disciplinares em Curso

Procedimentos(**)	Instaurados	Em Andamento (*)
Processo Administrativo Disciplinar – PAD	9	12
Sindicância	17	13
Instrução Prévia	19	2
Acidente de Serviço	4	1
Grupo de Trabalho	2	
TOTAL	51	28

(*) considerando também processos instaurados em exercícios anteriores.

(**) Além das atividades acima listadas, a UCF atende a demandas SOIWEB, diligências determinadas por autoridades julgadoras e investigações reservadas.

Ressaltamos que se encontra em apuração atualmente na Unidade 28 (vinte e oito) processos (Sindicâncias, PADs e/ou outros).

Quadro 93 - Procedimentos Instaurados Por Ano Período: 2003 a 2012

Ano	Quantidade
2003	11
2004	32
2005	39
2006	43
2007	54
2008	36
2009	56
2010	62
2011	47
2012	51
Total	431

Quadro 94 - Média Anual de Procedimentos Instaurados Período: 2003 a 1º Semestre 2012

	Quantidade
(a) Instaurações	431
(b) Períodos	10
Média Anual de Instaurações (A/B)	431

Quadro 95 - Punições Administrativas

Punições	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Demissão				3	2						5
Cassação de Aposentadoria									1		1
Suspensão		1									1
Advertência			1								1
Total		1	1	3	2				1		8

9. Controle Interno

A Unidade de Controle Interno, no atendimento das tarefas constantes no Plano Anual de Atividades de Controle Interno – PAACI/2012, realizou acompanhamento de dados no Sistema de Gestão

Governamental - SIGGO e no Sistema de Gestão de recursos Humanos - SIGRH, análise de processos, inspeções, visitas, verificações em registros funcionais, reuniões com executores de contratos e convênios e Instruções Prévias, além do atendimento de demandas extras oriundas, em sua maioria, da STC e TCDF.

As atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno – UCI foram distribuídas em cinco áreas temáticas, cujos resultados obtidos em 2012 são apresentados a seguir:

1) Área de Recursos Humanos:

- Verificação de 68 processos de concessão do Abono Permanência. Esta verificação abrangeu os procedimentos referentes à instrução dos processos de concessão dos servidores desta pasta;
- Verificação, por amostragem, dos dossiês dos servidores quanto ao fornecimento da quitação eleitoral e entrega da declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda;
- Desenvolvimento de um aplicativo em Access, visando o acompanhamento da folha de pessoal desta Pasta, subdividido em carreiras, rubricas, status, entre outros, em obediência ao decreto nº 33.550/2012;
- Verificação de processos de incorporação de quintos dos servidores ativos desta pasta bem como o levantamento dos valores, a título de Licenças-Prêmio não gozadas, a que tem direito os servidores que percebem o Abono Permanência-custeio.
- Verificação da incorporação de quintos/décimos, por amostragem, perfazendo, em um primeiro momento, 10 processos de servidores que percebem este tipo de valor incorporado ao salário
- Verificação da concessão da Gratificação de Titularidade e Adicional de Qualificação, em 150 processos com a gratificação concedida.

2) Área de Contratos:

- Verificação de 03 processos referentes aos contratos nºs 16, 21 e 24 da SEF com serviços de Tecnologia da Informação – TI;
- Verificação dos contratos de manutenção de equipamentos gráficos, de serviço de chaveiros, de aquisição de garrações de água mineral e de passagens aéreas; além de reuniões com os executores destes contratos;
- Verificação do cumprimento aos parágrafos 3º, 4º e 5º do Artigo 41 do decreto nº 32.598/2010 e à Portaria nº 222 de 30/12/10;
- Análise do Processo nº 040.000.014/2012, que trata de contratação de empresa tendo como objeto a Conservação e Manutenção Predial;
- Relatório nº 001/2012, de 19/03/12, Processo nº. 040.004.867/2011, referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas em âmbito nacional, internacional e passagens terrestres;
- Análise do Processo nº 040.003.271/2011, Contratos de Prestação de Serviços nº 03/2012 – SEF, e Contrato nº 04/2012 – SEF, ambos, referentes à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com aplicação de peças e acessórios originais nos veículos pertencentes à frota operacional da SEF;
- Análise do Processo nº: 040.002.969/2011, Contrato nº 26/2011-SEF, referente Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de reprografia e impressão, com fornecimento de cópias e/ou impressoras digitais, para reprodução de cópias e impressões monocromáticas, fornecimento de todos os insumos, assistência técnica e reposição de peças;
- Verificação do Contrato nº 07/2011-SEF, Processo nº 040.001.815/2011;
- Verificação do Contrato nº 17/2007-SEF, Processo nº 040.004.418/2007;
- Verificação do Contrato nº 10/2010-SEF, Processo nº 040.001.183/2009;
- Verificação do Contrato nº 22/2003-SEF, Processo nº 040.002.489/2003.

3) Área de Suprimento/Almoxarifado e Bens Apreendidos/Patrimônio:

- Verificação do Sistema de Segurança do Almoxarifado;
- Verificação da publicação dos Atos declaratórios da SEF referentes a Bens Apreendidos via doDF e visitas *in loco*;
- Verificação das Contas Contábeis 199940400 - Estoque Interno e 199410100 - Mercadorias em depósito entre os dias 14 a 18 de maio, referentes aos meses de fevereiro, março e abril;

- Verificação do cumprimento das normas referentes às autorizações de incorporações de mercadorias apreendidas ou declaradas abandonadas.

4) Área de Gestão Contábil e Gestão Financeira:

- As atividades relacionadas à área contábil foram iniciadas e encontram-se em acompanhamento mensal junto aos setores responsáveis. Quanto à área gestão financeira, esta é analisada juntamente com a análise dos contratos selecionados.

5) Área Gerencial:

- Envio de despachos para consulta à PGDF;
- Manifestação a respeito do contrato da SEF com o BRB no tocante ao transporte de valores;
- Manifestação a respeito do contrato da SEF com a empresa Cavíglia Ltda. e questionamentos da empresa OFC Ltda.;
- Colaboração com a UAG no preparo das justificativas ao Relatório de Auditoria nº 001/2011 - DIRFI/CONAE/CONT/STC – Processo nº 040.001.267/2011, referente ao exercício de 2010;
- Colaboração com a UAG no preparo das justificativas ao Relatório de Auditoria nº 25/2011- FUNDEFE, referente ao exercício de 2009;
- Resposta à Controladoria das recomendações constantes no TAA 06 da Tomada de Contas do Ordenador de despesas para o exercício de 2009, referentes ao Relatório de Auditoria nº 18, Processo nº 040.001.949/2010;
- Resposta à Controladoria das recomendações constantes no TAA 06 da Tomada de Contas do Ordenador de despesas - FUNDAF para o exercício de 2009;
- Resposta à Controladoria das recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 003/2012 – DIRFI/CONAE/CONT/STC – FUNDEFE, Exercício 2010;
- Resposta à Controladoria das recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 001/2012 – DIRFI/CONAE/CONT – FUNDEFE, Exercício 2010;
- Resposta à Controladoria das recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 001/2012 – DIRFI/CONT – FUNDAF, Exercício 2010;
- Resposta à Controladoria das recomendações constantes do Relatório Auditoria nº 001/2011 – DIRAS/CONT – FUNDEFE, Exercício 2009, Processo nº 040.001.919/2010;
- Acompanhamento do Relatório de Auditoria nº 25/2011 – DIRAS/CONT, referente à Tomada de Contas Anual do Ordenador de despesas do FUNDEFE, Exercício 2009;
- Acompanhamento dos Relatórios nºs 07 e 09/2012 – DIFIS/CONEP/CONT, referentes à Prestação de Contas Anual do Governador do Distrito Federal, relativas ao exercício de 2011.
- Acompanhamento das seguintes decisões do TCDF:

6) Demandas Extras:

- Acompanhamento do Convênio SINTEGRA, especialmente o Processo nº 040.005.318/2005 – Convênio nº 22/2005;
- Levantamento das ocorrências no SITAF com relação à consistência de dados;
- Estudo para desafogar a área meio quanto à Restituição de Crédito Tributário;
- Análise do Processo nº 040.001.312/2011, referente ao Contrato nº 07/2012 – Cast Informática S/A;
- Acompanhamento das cotações de preço junto à Diretoria de Suprimento e Licitações/SUAG/SEF;
- Acompanhamento do Pregão Eletrônico nº 024/2012 – SEF, de 03 de outubro de 2012, realizado pela Diretoria de Suprimento e Licitações/SUAG/SEF;
- Participação de 03 (três) membros da UCI em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado na Unidade de Corregedoria Fazendária, conforme Ordem de Serviço nº 70, de 05/06/12 - UCF, publicada no doDF nº 110 de 06/06/12, pág. 20;

- Análise dos Processos nºs 126.000.015/2011 e 040.002.582/2010 – referentes à recomendações de abertura de processos administrativos disciplinares;
- Análise do Processo nº 040.002.715/2009 para fins de encerramento da instrução;
- Parecer e recomendação para procedimento administrativo no âmbito do Processo nº 126.000.002/2011;
- Acompanhamento da instrução contida no Processo nº 126.000.009/2011;
- Análise e manifestação acerca da necessidade de providências a serem adotadas pela SUREC - Processo nº 045.000.327/2006;
- Análise e manifestação acerca da instrução contida no Processo nº 040.003.630/2006.
- Acompanhamento das seguintes Contas Contábeis, apontadas pela Controladoria Geral do DF no Relatório de Auditoria do exercício de 2011:

A totalização das atividades está agrupada por área de atuação e atividades, conforme quadro abaixo:

Quadro 96 - Áreas de Atuação

Áreas de Atuação	Processos Analisados PAAAI/2008	Processos Analisados PAAAI /2009	Processos Analisados Paaci/2010	Processos Analisados Paaci/2011	Processos Analisados Paaci/2012
Contratos e Convênios	22	24	20	22	17
Gestão de Pessoas	11	03	03	03	228 ⁽¹⁾
Gestão Fiscal e Financeira	12	12	10	05	09
Processo Administrativo Sumário Específico	-	-	04	02	-
Processo Administrativo Disciplinar	-	-	-	-	01
Grupo de Auditoria	-	-	01	01 ⁽²⁾	-
Total Geral	45	39	38	33	255

Obs.: (1) Corresponde a 150 processos de Concessão de Gratificação de Titularidade e de Adicional de Qualificação e 68 processos de Concessão de Abono Permanência e Incorporação de Quintos/Décimos; (2) Conclusão de auditoria do contrato nº 14/2006 – SEF, celebrado entre a SEF e a empresa CTIS Tecnologia S.A.

Quadro 97 – Evolução Anual das Visitas e Inspeções

Atividades	2008	2009	2010	2011	2012
Realização de visitas e inspeções	204	196	170	102	153

10. Assessoria de Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação Social – ASCOM é responsável por desenvolver, atualizar e gerir a política de comunicação da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal de forma a, amparada nas diretrizes do Gabinete SEF e alinhada à Secretaria de Comunicação Social do DF, definir estrategicamente conforme plano anual as ações de comunicação Institucional, Interna e de Marketing da instituição.

É também responsável por toda a gestão do conteúdo e pela administração dos diversos canais on e off-lines existentes na estrutura da Secretaria como forma de informar, esclarecer e aproximar o Fisco DF dos contribuintes/ cidadãos, com o intuito maior de desenvolver na população local a consciência sobre justiça fiscal e cidadania, e promover a transparência e participação coletiva na gestão dos recursos públicos.

São também atributos da ASCOM: proteger e disseminar a identidade visual da Secretaria; Cuidar de todo o planejamento gráfico assim como criar peças informativas e de suporte à informação veiculada externa e internamente.

Operar o relacionamento com a mídia e realizar todas as atividades de assessoria de imprensa, cuidando do posicionamento social e da gestão de eventuais crises de imagem; analisar e monitorar as redes sociais e, por último, coordenar a publicidade institucional para fins pontuais ou estratégicos

Atividades desenvolvidas

- Atendimento das demandas internas (órgãos da SEF e servidores);
- Atendimento das demandas externas (Imprensa, órgãos do GDF, opinião pública);
- Leitura diária de jornais com clipagem de notícias relacionadas à SEF;
- Leitura e acompanhamento diário das publicações no doDF;
- Elaboração de clipping interno ou resumo das notícias de interesse para a instituição;
- Produção textual para material *on* e *off-lines*;

- Edição e Refinamento da informação;
- Produção e aprovação de peças gráficas;
- Dicas de Português;
- Campanhas internas;
- Monitoramento de projetos especiais na Câmara Legislativa;
- Produção de Conteúdo para Redes Sociais;
- Monitoramento de Redes Sociais;
- Suporte Informacional ao Cidadão;
- Cobertura de eventos e reuniões internas e externas na SEF;
- Oferta de conteúdo/ notícias para mídia (*follow-up*);
- Acompanhamento de blogs e notícias relacionadas aos interesses da SEF;
- Organização de Entrevistas Coletivas;

Quadro 98 – Atendimento das demandas pela ASCOM

Mês	Atendimentos À Imprensa	Atendimento Interno
Julho	38	12
Agosto	34	26
Setembro	33	22
Outubro	35	27
Novembro	45	28
Total	185	115

11. Unidade de Inteligência Fazendária e Gestão de Riscos

Atividades desenvolvidas

- Aprovação e lançamento da Política de Segurança da Informação – PS I da SEF;
- Site UNIF: Fluxo e conteúdo;
- Licitação do controle de acesso do edifício Vale do Rio doce;
- Licitação do monitoramento de vídeo da SEF;
- Capacitação e conscientização de segurança;
- Julgamento dos casos excepcionais relacionados a liberação a sites na rede SEF;
- Levantamento dos sistemas críticos em parceria com o plano de continuidade do negócio da

TI;

- Realização de ações de gestão nos setores identificados pelo Gabinete como prioritário;
- Padrão de FireFront para informe de acessos proibidos para rede local;
- Prova de conceito de monitoramento – Posto ANA – 060;
- Coordenação e conclusão do Curso Operacional de Mercadorias.
- Mapeamento de riscos atinente aos principais setores de atuação da SEF
- Desenvolvimento de metodologia para consolidação de informações sobre maturidade de

segurança da SEF

- Elaboração de artefatos padrões para suprir os processos de registro e acompanhamento de incidentes registrados.
- Desenvolvimento de campanhas de conscientização interna em torno da temática de segurança corporativa.

II. Diagnóstico da SEF

As despesas realizadas no ano de 2012 totalizaram R\$ 15,8 bilhões, sendo R\$ 8,6 bilhões destinados a Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 5,0 bilhões foram dispostos para Outras despesas Correntes, R\$ 1,6 bilhão foi empregado em Investimentos, R\$ 303 milhões para Inversões Financeiras e R\$ 162 milhões para a Amortização da Dívida.

Para o exercício de 2013, as despesas estão compostas da seguinte forma: Pessoal e Encargos Sociais – R\$ 8,8 bilhões; Juros e Encargos da Dívida – R\$ 3,7 bilhões; Inversões Financeiras – R\$ 278 milhões; Amortização da Dívida – R\$ 193 milhões; e para Reserva de Contingência – R\$ 397 milhões.

O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, que é de natureza contábil, destina-se à organização e manutenção da Polícia Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação.

O orçamento destinado ao FCDF, em 2012, atingiu o valor de R\$ 9.967.887.188,00, sendo repassados: R\$ 4.887.447.932,00 à Segurança Pública; R\$ 2.695.222.111,00 à Saúde; e R\$ 2.385.217.145,00 à Educação.

Para o exercício de 2013, será aportado no FCDF o valor de R\$ 10.694.936.470,00, o que representa uma correção de 7,29% em relação ao exercício anterior, de acordo com a variação da Receita Corrente Líquida – RCL da União. desse montante, serão destinados R\$ 5.333.751.781,00 à Segurança, R\$ 2.868.680.640,00 à Saúde e R\$ 2.492.504.049,00 à Educação.

No ano de 2012, ocorreu uma elevação nominal na arrecadação do DF de 7,60% na comparação com 2011 e um crescimento real de 2,14%. As Receitas de Origem Tributária – ROT, com exceção do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, totalizaram R\$ 8,5 bilhões, o que representa 99,2% da meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício. deve ser destacado o incremento na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, do Imposto Sobre Serviços – ISS, do Imposto de Transmissão Causa Mortis e doação – ITCD e do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.

O ICMS e o ISS — que são os impostos mais significativos para o DF —, concorrendo com quase 80% na arrecadação tributária, tiveram respectivamente, em 2012, um acréscimo real na ordem de 2,41% e 7,26%.

No ano de 2012, houve uma mudança no foco das atividades fiscalizatórias, com o estímulo às atividades de monitoramento, cujo objetivo principal é evidenciar a presença do fisco e estimular o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias.

Destaca-se, também, a melhoria na gestão tributária no DF, o aperfeiçoamento das estratégias de fiscalização de mercadorias em trânsito e as facilidades à disposição dos contribuintes, além do saneamento de inconsistências nos diversos cadastros de contribuintes e de melhoria dos processos de lançamento e cobrança dos tributos diretos.

Neste ano, foram iniciados alguns projetos fundamentais para o incremento na arrecadação do Distrito Federal, entre os mais importantes se destaca o Programa Malha Fina Distrital – Malha DF, no qual são realizados cruzamentos entre a base de dados da Nota Fiscal Eletrônica – NFe e das informações das administradoras de cartão de crédito com as informações do Livro Fiscal Eletrônico – LFE. Com início em setembro de 2012, este programa alcançou inicialmente 5.095 contribuintes que, após receberem os devidos comunicados do fisco quanto às irregularidades encontradas, fizeram as devidas retificações nos livros fiscais e geraram um valor de ICMS devido aos cofres públicos de R\$ 39.731.139,00.

Outro excelente projeto iniciado no segundo de 2012 e que terá continuidade ao longo de 2013 é o de monitoramento de contribuintes onde são cruzados os valores das NFes com o declarado nos respectivos LFEs. Após a visita e notificação aos contribuintes selecionados, no total de 324, 223 corrigiram suas informações nos livros fiscais, gerando um valor declarado como devido ao DF de R\$ 8.277.542,00. deste montante, foram recolhidos R\$ 6.556.135,00, cerca de 80% do devido, demonstrando o alto grau de efetividade do programa.

Mais um grande projeto é o “ICMS Na Fronteira”, que consiste na realização de operações conjuntas nas rodovias do DF, com as polícias Militar, Civil e Rodoviária Federal, entre outros. O projeto busca o acompanhamento e controle do trânsito de mercadorias no DF, coibindo o trânsito de mercadorias sem nota fiscal e garantindo a entrada de produtos regulares em nosso território.

Dente as ações de impacto para arrecadação de tributos, deve ser ressaltado o programa “ICMS Em Dia”, no qual foram abertas oportunidades para que os contribuintes regularizassem seus débitos junto ao fisco com descontos nas multas e juros, totalizando um montante arrecadado, em apenas uma semana de ação, de R\$ 67.274.272,00.

Um projeto fundamental realizado ao longo do ano foi o início da reestruturação do parque tecnológico da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, onde foram investidos R\$ 4,8 milhões em infraestrutura de tecnologia da informação – TI. Essa iniciativa busca aumentar a eficiência dos processos internos e permitiu disponibilizar mais serviços virtuais de atendimento aos contribuintes. Atualmente, pelo menos 40% das pessoas que procuravam as Agências de Atendimento da Fazenda no DF já podem resolver seus problemas de modo virtual.

Diante do desafio e da necessidade do Governo de arcar com suas obrigações de aumento de receita, a SEF tem como metas para a gestão de 2013 a realização das seguintes iniciativas:

- Legal;
- Modernização do processo de reclamação de notas e cupons fiscais do Programa Nota
- programas de refinanciamento;
- Pagamento *on-line* de tributos e convênio com o Banco de Brasília S.A. – BRB;
 - Programa para acerto de débitos relacionados a todos os tributos vencidos, tendo por base
- segmentos em substituição tributária;
- Implementação de programas de fiscalização “Profisc”, por meio da ampliação dos
 - Intensificação dos esforços do monitoramento de contribuintes e do “Malha DF”;
 - Intensificação das ações de fiscalização das mercadorias em trânsito;
 - Reestruturação dos Postos Fiscais;
 - Melhoria da eficiência da cobrança e da avaliação das renúncias fiscais;
 - Novos investimentos em TI para melhorar o controle, a segurança e outras melhorias da
- rede; e
- Desenvolvimento de campanhas do Programa de Cidadania Fiscal, que levem as pessoas a pensar no melhor para a cidade e não apenas no benefício monetário.

13.1. BANCO DE BRASÍLIA S.A – UO: 19.202

Banco de Brasília S.A. é uma Sociedade de Economia Mista, de capital aberto, criada conforme autorização contida na Lei Federal n.º 4.545, de 10 de dezembro de 1964, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

O Banco tem por objetivo o exercício de quaisquer operações bancárias, inclusive câmbio, de que resultem incentivo econômico e/ou social às áreas de sua influência.

Na qualidade de agente financeiro do Distrito Federal, compete ao BRB:

I. Receber, a crédito do tesouro do Distrito Federal, as importâncias provenientes de arrecadação de tributos, subvenções, auxílio e quaisquer outras rendas;

II. Realizar os pagamentos necessários à execução orçamentária do Distrito Federal consubstanciada no orçamento aprovado e em créditos abertos, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Secretário da Fazenda;

III. Receber, na qualidade de executor de serviços bancários do Distrito Federal, as disponibilidades de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao Distrito Federal;

IV. Operacionalizar, como agente financeiro do Governo do Distrito Federal o pagamento dos beneficiários dos programas sociais distritais.

O BRB poderá, na forma da lei, financiar obras públicas do Distrito Federal, de caráter produtivo ou de relevante interesse social, observadas, sempre, a viabilidade técnica do projeto e a segurança de retorno dos créditos concedidos.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com Função Gratificada	Sem Função Gratificada	Com Função Gratificada	Sem Função Gratificada	
Quadro do BRB	908	136	807	1.096	2.947
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	03	-	-	-	03
Estagiários	-	153	-	212	365
Jovens aprendizes	-	50	-	68	118
Subtotal (Força de Trabalho)	911	339	807	1.376	3.433
(+) cedidos para empresas do Conglomerado	-	108	-	-	108
(+) Cedidos para outros órgãos	-	12	-	-	12
Total Geral	911	459	807	1.376	3.553

Este quadro contempla os empregados do Banco, Financeira e DTVM. Dados de 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA TÉMATICO:

6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Etapa SAG
1471 – Modernização de Sistema de Informação	0	0	0	
0019 – Modernização de Sistema de Informação – Modernização Tecnológica BRB – Distrito Federal	38.886.000	49.386.000	37.278.097	10
3501 – Reforma de Pontos de Atendimento				
0022 – Reforma de Pontos de Atendimento – Banco de Brasília S/A – Distrito Federal	3.517.500	3.517.500	2.910.040	9
3045 – Instalação de Pontos de Atendimento				
0009 – Instalação de Pontos de Atendimento – Banco de Brasília S/A	11.148.850	11.148.850	464.252	8
8505 – Publicidade e Propaganda				
6974 – Publicidade e Propaganda – Banco de Brasília S/A – Distrito Federal	26.800.000	26.800.000	23.018.893	3

Valores liquidados até novembro/2012.

1.1. Obras de implantação e reforma de pontos de atendimento

- Finalizada obra de reforma de edificação e transferência da Agência Taguatinga Shopping;
- Executada obra de reforma de edificação e inauguração das agências P Sul, Praça do DI, Forum Bandeirante;
- Executada obras de reforma de edificação para abertura das Agências Águas Lindas, Vila Buritis, 504 Norte, Jardim Botânico e Santo Antônio do Descoberto, com previsão de inauguração em janeiro e fevereiro de 2013;

- Executada obra de reforma e modernização das instalações do PA Burity;
- Executada obras de adequação de leauyte revitalização interna para a Implantação do Modelo de Atendimento em 50 Pontos de Atendimento;
- Executada obras de revitalização das fachadas e áreas externas de 35 Pontos de Atendimento;
- Implantado projeto de sinalização externa em 70 Pontos de Atendimento.

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Etapa SAG
8502 – Administração de Pessoal	535.758.219	535.758.219	410.460.775	
6997 – Administração de Pessoal-Banco de Brasília S/A Distrito Federal	535.758.219	535.758.219	410.460.775	1
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	69.065.291	69.065.291	49.335.478	
6992 – Concessão de Benefícios a Servidores-Banco de Brasília S/A	69.065.291	69.065.291	49.335.478	4,5 e 6
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	388.724.678	388.724.678	243.074.365	
6996 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Banco de Brasília S/A – Distrito Federal	388.724.678	388.724.678	241.074.365	2

3. Informações Complementares

3.1. Rede de Atendimento

O BRB encerrou o ano de 2012 com 64 agências e 42 PAs.

No ano de 2012 foram inauguradas 02 agências: P Sul, Praça do DI e o PA TJ Bandeirante. Além disso, o antigo "PAB Confederal" foi enquadrado como Posto de Atendimento, foi registrado no Banco Central e renomeado para "PA Correspondente".

Quanto à expansão da rede de autoatendimento, foram instalados 25 terminais externos nas Regiões Administrativas do DF. Além dos terminais externos foram instalados 11 novos terminais internos em decorrência da inauguração das agências P Sul, Praça do DI e da expansão da bateria de autoatendimento do PA Procuradoria. O número de terminais instalados representa um crescimento de 13,75% do parque de autoatendimento externo e de 2,00% do parque autoatendimento interno.

O BRB encerrou o ano de 2012 com 471 ATMs em agências, 89 ATMs em PA's e 198 ATMs em pontos externos, totalizando um parque de 759 terminais.

3.1.1 Correspondentes Não Bancários

No final de 2012 o BRB possuía 231 unidades ativas e 64 empresas credenciadas.

A rede de correspondentes do BRB está presente em diversas regiões, tais como Itapoã, Vila Estrutural, Varjão, Arapoanga, Expansão da Samambaia, Sobradinho II, Riacho Fundo II e Condomínio Privê na Ceilândia. Uma das mais recentes inaugurações de BRB Conveniência aconteceu no Setor Habitacional Sol Nascente, região na qual ainda não existia a presença de nenhuma outra instituição financeira, tornando o BRB o 1º Banco a dar apoio à população local. Além disso, foram inauguradas lojas fora do DF, em Caldas Novas, Pirenópolis, Goiânia, Goianésia, Luziânia, Santo Antônio Descoberto e Aparecida de Goiânia.

Com o Plano de Expansão da Rede, diversos avanços foram conquistados. Dentre eles a implementação de diversos produtos no balcão dos correspondentes, transformando o modelo que era somente transacional para comercial/transacional. Foi implantado recentemente o produto Troco Premiado, no qual o usuário da Conveniência pode angariar um título de capitalização entre R\$ 3,00 a R\$ 10,00, concorrendo a até 10.000 vezes o valor do título, sendo que parte do valor apostado foi destinado a uma fundação filantrópica, reforçando o papel social do Banco.

A comercialização desses produtos pela Rede traz benefícios a todos. Além da diversificação de receita para as empresas parceiras, os produtos do Banco passam a ter mais espaço e visibilidade no mercado, auxiliando as agências do BRB a atingir as metas semestrais.

O BRB possui, atualmente, diversos projetos para ampliação da Rede e, por consequência, do Banco como um todo. Está em processo de aprovação pela Diretoria Colegiada um modelo de Correspondente Imobiliário, que trará maior agilidade ao processo de contratação de crédito imobiliário,

atuando junto às agências do Banco, junto às construtoras em fase de desligamento de seus imóveis, bem como captando diretamente propostas no mercado, trazendo um aumento para essa carteira de crédito do Banco.

3.1.2. Disponibilização de novos serviços pela Central de Relacionamento

A Central de Relacionamento BRB disponibilizou aos clientes a opção de contratação/implantação de limite de cheque especial por meio do Telebanco. Foram implantados 51 novos limites, cujo valor total chegou a R\$ 165.300,00. Também foi disponibilizada aos correntistas a opção de contratação dos produtos Crédito Pessoal e BRBSERV por meio do canal Telebanco. Foram 33 novos contratos do produto Crédito Pessoal cujo montante liberado chegou a R\$ 248.091,58 e 39 novos contratos do produto BRBSERV, com disponibilização de R\$ 336.976,06.

3.1.3. Disponibilização do BRB Mobile

A implantação ocorreu em novembro de 2012. Trata-se de uma interface que permite acesso via plataforma móvel (celulares com acesso à *internet*, *smartphones* e *tablets*) a algumas funcionalidades atualmente existentes no BRB *Banknet*.

Com esse serviço, o Banco oferece mais um canal de relacionamento e atende à demanda frequente dos clientes, que buscam por praticidade.

3.2. Crédito

3.2.1. Carteira Comercial

No exercício de 2012 novos produtos foram disponibilizados:

- Crédito Consignado – BRBSERV para os servidores federais, o que proporcionou uma ampliação da base de clientes beneficiários do crédito consignado com a assinatura de novos convênios de consignação junto a órgãos federais. Além disso o BRBSERV passou a ser oferecido aos servidores federais que recebem o pagamento pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. Foram cadastrados 43 novos convênios.

- Progiro para os Correspondentes não Bancários - linha de crédito que tem por finalidade dar condições especiais, visando a adequação de fluxo de caixa para a realização da atividade principal de comércio e/ou serviço destes beneficiários.

- Produto BRB Consignado INSS - com este produto os aposentados e pensionistas do INSS poderão realizar empréstimos consignados no BRB com condições bastante atrativas.

- Cartão internacional Pré-Pago - o BRB passou a disponibilizar ao público o Cartão Pré-Pago em moeda estrangeira, cuja bandeira é a American Express, nas moedas dólar dos Estados Unidos, euro e libra esterlina.

Produtos que se destacaram nos segmentos:

- Pessoa Física destacamos os Produtos Crédito Consignado - BRBSERV, que apresentou crescimento de 25,28% no ano de 2012, além dos produtos Antecipação de Férias e Antecipação de 13º Salário com crescimento de 54,45% e 19,52% respectivamente. A Carteira de Crédito Comercial;

- Pessoas Jurídicas, cresceu 42,01% no ano de 2012 em relação ao saldo de Dezembro/2011. Os produtos que impulsionaram este crescimento foram o Capital de Giro, com 60,16%, e a Conta Garantida, com 50,88%. Estes produtos representam 74,1% do volume emprestado nesta Carteira.

3.2.2. Carteira de Desenvolvimento

A Carteira de Desenvolvimento do BRB atua de forma marcante em ações alinhadas à missão do Banco como indutor do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e região de influência. Contribui com ações fomentadoras do desenvolvimento regional, seja na produção de alimentos básicos, por meio do financiamento ao agronegócio, na viabilidade da aquisição de moradias, no atendimento a micro e pequenos empreendedores e na geração de emprego e renda.

3.2.3. Crédito Rural

O montante de R\$ 223,4 milhões foram destinados ao financiamento do agronegócio, o que representa um crescimento de 36,48% em relação ao montante contratado em 2011. Foram contratados 830 projetos agropecuários para cultivo de grãos, horticultura, pecuária leiteira e pecuária de corte, entre outros. Das culturas financiadas, as que mais se destacaram foram as de milho e soja, que juntas somam cerca de R\$ 69,1 milhões e 58.800 ha de área cultivada.

Em comparação a 2011, houve uma elevação de 21,87% na quantidade de projetos aprovados, alavancada pelas contratações com Recursos de Participação Livre (RPL) iniciadas em 2012, com taxas variáveis a partir de 10% a.a. e superiores às dos recursos da exigibilidade (Recursos Obrigatórios: 5,5%a.a. e Pronaf: entre 1% e 4%a.a.). A linha de crédito RPL caracteriza-se por garantir maior rentabilidade para o Banco, e ao produtor, possibilita financiar projetos com valores superiores aos limites de crédito estabelecidos pelo Banco Central.

Ressalte-se ainda como destaque na Carteira, financiamentos destinados à agricultura familiar cuja evolução nas contratações foi de 285% e o montante das aplicações realizadas no período foi de R\$ 2,5 milhões, o que corresponde a 73 projetos aprovados.

A presença do BRB como patrocinador e participante da Feira Agrobrasil, evento já consolidado como o maior acontecimento de tecnologia rural do Planalto Central, palco de grandes negócios e de difusão de conhecimento, tem trazido à carteira rural excelentes resultados. Na edição de 2012, foram prospectados mais de R\$ 116 milhões em propostas de crédito rural, mais de 200% acima do valor de 38,2 milhões captado no ano anterior. A maior parte dos pedidos de financiamento recebidos durante o evento enquadrou-se na linha Programa BNDES PSI, com taxas de juros subsidiadas pelo Governo Federal. A carteira fechou o ano com mais de R\$ 10 milhões em operações contratadas com recursos do BNDES/Finame.

Sob o enfoque de sustentabilidade, destaca-se ainda o empenho da carteira na divulgação e operacionalização do Programa ABC – Programa de Redução de Gases de Efeito Estufa com recursos do BNDES. Ao amparo desse programa, foram analisadas propostas que montam mais de 10 milhões em financiamentos para recuperação de solo, integração floresta-pecuária e implantação de florestas comerciais, entre outras finalidades.

Contratações por Recursos – Carteira Rural

Descrição	2010		2011		2012	
	Nº Op.	Total	Nº Op.	Total	Nº Op.	Total
RO	603	125.902.267,85	648	157.871.881,24	627	164.497.313,42
RPL	0	0	0	0	97	44.191.319,02
PRONAMP	0	0	5	234.376,87	9	289.804,87
BNDES/FINAME	7	2.627.836,77	13	4.967.386,00	24	11.973.877,97
PRONAF	0	0	15	650.224,71	73	2.508.854,92
Total	610	128.530.104,62	681	163.723.868,82	830	223.461.170,20

Valor (R\$1,00); Fonte: SUDES/GEFIS – dados sujeitos a alteração.

3.2.4. Crédito Industrial

A Carteira de Crédito Industrial atua com as Linhas de Financiamento do Fundo Constitucional do Centro Oeste-FCO e BNDES no atendimento ao setor produtivo industrial, de turismo, infraestrutura, comércio e serviços e ciência e tecnologia com prioridade às empresas de micro e pequeno portes.

Foram analisadas 61 propostas de financiamento. Desse total, foram contratadas 43 operações no valor total de R\$ 40,2 milhões, o que representa um aumento de 117% em relação ao montante financiado em 2011. Do montante contratado, R\$ 15 milhões foram destinados a empresas de micro e pequeno porte, totalizando 38 operações.

Das operações realizadas pela carteira, destacaram-se as destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos com recursos do Programa BNDES de Sustentação do Investimento – BNDES PSI. Nessa modalidade de financiamento, a maioria dos clientes preferiu o BNDES PSI ao FCO, em razão da diferença nas taxas de juros. O programa PSI, além de estimular a fabricação nacional de máquinas e equipamentos, facilita o acesso das empresas tomadoras de crédito aos bens necessários à atividade produtiva, uma vez que apresenta taxas de juros fixas, subsidiadas pelo Governo Federal e inferiores às do FCO.

Nas contratações com recursos do FCO, destacaram-se os financiamentos de projetos do setor de comércio e serviços, no montante de R\$ 3,9 milhões em 18 operações realizadas.

Para divulgação e oferta dos produtos da carteira, o BRB esteve presente em diversos eventos, como a Feira Agrobrasil e Oficina de FCO Turismo.

Em fase de desenvolvimento, há um projeto em parceria com a Finep – Financiadora de Estudos e Projetos, com o objetivo de estruturar linhas de crédito de fomento a empresas em operações de investimentos voltados à ciência, tecnologia e inovação.

Ressalta-se, a respeito da remuneração aplicada às linhas de crédito FCO e BNDES-PSI, que houve uma elevação nas taxas de juros a serem praticadas a partir de 2013. As novas taxas fixadas estão

acima daquelas que estavam em vigor no segundo semestre de 2012, mas continuam atrativas para os investimentos produtivos.

Operações Contratadas por Fonte de Recursos – Crédito Industrial

Descrição	2010			2011			2012		
	Nº Op.	Total	Nº Emp	Nº Op.	Total	Nº Emp	Nº Op.	Total	Nº Emp
FCO	07	1.891.863,62	31	37	13.145.898,28	151	26	5.835.600,84	225
BNDES/FINAME	10	16.921.233,58	404	12	5.401.802,62	48	17	33.938.538,52	238
Total	17	18.813.097,20	435	49	18.547.700,90	199	43	39.774.139,36	463

Valor (R\$1,00); Fonte: SUDES/GEFIS – dados sujeitos a alteração.

3.2.5. Crédito Imobiliário

A Carteira apresentou significativo aumento tanto na quantidade de operações realizadas quanto no volume financeiro contratado. Foram contratadas 548 operações, no valor de R\$ 260,4 milhões, o que representa um crescimento de 98,91% em relação ao valor financiado em 2011.

Contratações Carteira Imobiliária

Período	2010	2011	2012
Valor de contratações	134.305.865	130.945.716	260.465.617
Número de unidades financiadas	306	468	548
Evolução financeira contratações			98,91%
Evolução da quantidade de contratos			17,09%

Valor (R\$1,00); Fonte: SUDES/GEMUT – dados sujeitos a alteração.

O segmento que mais se destacou durante o ano foi o de financiamento à aquisição destinado à compra e venda de imóveis residenciais e comerciais – financiamento a pessoa física. Nessa modalidade, foram contratadas 534 operações no montante de R\$ 92,7 milhões. Esses números representam um crescimento de 15,33% na quantidade de operações realizadas e de 43,60% no montante contratado, em comparação com o ano de 2011.

Outro produto que também se destacou foi o Plano Empresário – modalidade destinada à produção de imóveis residenciais e comerciais. Nessa linha de financiamento, foram contratadas 14 operações, no total de 162,0 milhões, o que corresponde a 1.418 unidades produzidas. O montante financiado representa um crescimento de 159,66% em relação a 2011, gerando mais de 1.000 novos empregos.

Em 2012 foi criada mais uma linha de financiamento no portfólio da Carteira Imobiliária, o produto Crédito com garantia de imóvel que tem como objetivo a concessão de recursos financeiros sem destinação específica a clientes pessoa física ou jurídica, mediante a vinculação de garantia de imóvel residencial, comercial ou terreno. Essa linha de crédito será remunerada pela TR acrescida de taxa de juros a partir de 0,98% a.m.

Como estratégia de atuação da Carteira, foi promovida a adequação e redução das taxas de juros das linhas de crédito com a finalidade de manutenção da competitividade do Banco perante o mercado, inclusive em razão da portabilidade.

Ressalta-se como importante a criação da Central de Documentação Imobiliária – CDI com equipe vinculada à Superintendência de Desenvolvimento Econômico na qual será centralizada parte das análises das propostas de crédito imobiliário. A CDI atuará em conjunto com os correspondentes imobiliários a serem contratados pela área de Correspondentes não Bancários. Com a implantação da CDI e do correspondente imobiliário, o Banco passará a contar com mais uma unidade operacional e mais um ponto de atendimento na captação e recepção de propostas, o que também possibilitará maior agilidade nos processos de análise e concessão de crédito.

O Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV a ser operacionalizado com recursos do FGTS, mediante contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, está em fase desenvolvimento.

Foi também promovida a renovação do convênio firmado com o Sinduscon, em que foi disponibilizado um espaço ao Banco na sede da entidade para atuação de prepostos em tempo integral. Essa parceria permite ao Banco uma maior aproximação aos afiliados do Sindicato para a oferta de produtos e serviços.

No campo Socioambiental, destaca-se nas carteiras de crédito rural, industrial e imobiliário uma maior adesão ao Termo Relacionamento de Valor, documento pelo qual o Banco convida os clientes a adotarem uma postura social responsável, em prol da garantia dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente. Grande parte das propostas recebidas pelas carteiras já contém o Termo com a adesão dos clientes.

Registra-se ainda como acontecimento relevante em 2012 a adequação da estrutura organizacional com a criação de gerência de Microcrédito Produtivo, que atuará na gestão da carteira de microcrédito urbano e rural, abrangendo as operações realizadas ao amparo do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

3.3. Arrecadação e Serviços Bancários

3.3.1. Arrecadação

Foram celebrados e estão em fase de negociação contratos de arrecadação visando a expansão nas regiões Sudeste e Centro Oeste, conforme listados a seguir:

Regiões	Estado	Situação de Contrato	Quantidade de Empresa
Sudoeste	São Paulo	Celebrado	01
Centro Oeste	Goiás	Celebrado	03
	Mato Grosso do Sul	Celebrado	02
Centro Oeste	Goiás	Em fase de negociação	02
	Mato Grosso	Em fase de negociação	01

3.3.2. Serviços Bancários

– BRB Negócios

Por meio dos serviços disponíveis neste gerenciador de pagamentos destinado às empresas privadas, foram arrecadadas tarifas no valor de R\$ 718.207,44. Foram registrados 545.849 lançamentos de pagamentos, que movimentaram a cifra de R\$ 504.088.170,93 o que representa, respectivamente, crescimento de 13,4% e 40,9% em relação a 2011.

– Cobrança Bancária

Em 2012, a arrecadação de tarifas atingiu a cifra de R\$ 13.479.020,38, o que representa um crescimento de 24,4% em relação a 2011 que foi o mais rentável da série histórica do serviço. Já quanto a carteira de títulos liquidados, o crescimento foi de cerca de 12,5% em relação a 2011, alcançando 4,5 milhões de títulos BRB liquidados. Essas liquidações foram responsáveis por créditos nas contas de nossos clientes/cedentes de cerca de 3,8 bilhões de reais.

– Custódia de Cheques

A arrecadação de tarifas atingiu a cifra de R\$ 329.884,96, o que representa um crescimento de 16,5% em relação ao mesmo período de 2011 que foi também o mais rentável da série histórica do serviço. Houve manutenção do quantitativo de contratos registrados na base no mesmo período do ano passado, perfazendo 1791 contratos, crescimento inferior a 1%. Esses contratos ativos mantêm 72.484 cheques na custódia do BRB que perfazem um montante de cerca de R\$ 51,1 milhões.

A evolução da carteira de custódia de cheques representa diretamente o aumento de depósitos à vista e de possibilidade de operações de desconto.

3.4. Cartão BRB

3.4.1. Novos Produtos

– Cartão de Pagamento do GDF

Cartão com função crédito e validade internacional emitido em nome da Unidade Gestora do GDF, com identificação do portador para compras e saques autorizados pelo Ordenador de Despesas. (Aguardando aprovação dos órgãos do Governo).

– Cartão Público Jovem

Foi realizada pesquisa de satisfação e análise do perfil do jovem residente em Brasília. Buscou-se entender e traçar estratégias de atuação junto à futura base de prospecção da Cartão BRB.

– Cartão Brasília da Gente

Cartão voltado para as classes D e E. Ampliação do portfólio de produtos destinado a inclusão financeira com taxas de juros e tarifas diferenciadas. (Piloto)

3.4.2. Novos Serviços

– SMS

A Cartão BRB implantou o serviço de SMS para o envio de informações sobre as compras realizadas. O serviço é utilizado também nas ações de prevenção à fraude, alterações cadastrais e avisos de cobrança para clientes em atraso a partir de sete dias.

- Portal de Serviços

Tem por objetivo disponibilizar aos clientes informações sobre as compras realizadas e fornecer um canal simples, seguro e eficiente para as demais solicitações relacionadas ao cartão de crédito. No Portal de Serviços é possível consultar o saldo disponível do cartão, o limite de crédito, a fatura e os lançamentos futuros. É possível ainda, emitir o boleto para pagamento e solicitar alteração do limite de crédito, 2ª via de plástico, inclusão/exclusão de débito em conta, resgate de pontos, alteração de produto, atualização de dados cadastrais e alteração da data de vencimento.

- Detalhamento de Faturas e Venda de Cartões de Crédito na Central de Atendimento

Visando melhor atender o cliente, foi incluído na Central de Atendimento o detalhamento eletrônico da fatura, informações sobre os saques realizados na função crédito e pagamentos efetuados. Além disso, foi implantado o serviço de vendas de cartões pela Central de Atendimento, disponibilizando mais um canal para a venda dos nossos produtos.

- Implementação do 3D Secure – Verified by Visa & Mastercard SecureCode

Este serviço agrega segurança aos clientes do Banco de Brasília nas compras realizadas pela internet e mantém a Cartão BRB em conformidade com os acordos firmados junto a operadoras. A Cartão BRB foi pioneira na implantação da solução.

3.4.3. Projetos Implantados

- Sistema de Emissão de Cartões - SEC

Tem por objetivo a automatização dos processos de captação, análise e deferimento de propostas e distribuição. Este sistema agregou segurança e confiabilidade nos processos internos da Cartão BRB.

- Sistema de Renegociação de Dívidas e Débito Automático de Cobrança

O sistema de renegociação de dívidas destina-se à renegociação com os clientes Pessoa Física e funciona integrado com as áreas operacional, contábil, fiscal, central de atendimento e de regulatórios. O sistema de débito automático de cobrança incrementa a recuperação efetiva dos ativos da Cartão BRB.

3.4.4. Ações relevantes ocorridas no período

- Adquirência/Credenciamento de estabelecimentos comerciais

O BRB - Banco de Brasília autorizou a sua controlada, Cartão BRB, dentro de sua estratégia de permanentemente buscar a identificação de novos negócios, a realizar estudos no sentido de constituir empresa para operar no ramo de Adquirência de Cartões. Essa ação estratégica permitirá ao Banco diversificar o seu portfólio de produtos e serviços oferecidos aos clientes.

- Central de Atendimento

Com foco no atendimento ao cliente foi realizada reestruturação do atendimento eletrônico da central de atendimento, treinamento de 1.169 empregados do BRB – Banco de Brasília sobre cartão de crédito, treinamento de 140 multiplicadores para utilização do sistema SEC e treinamento de 240 empregados da Fidelity nos cursos de operadoras e nos programas Vantagens e Brasília da Gente.

- Vendas

Em 2012 foram vendidos 75.442 cartões e 31.796 pacotes de serviços SMS. Além disso, foi implantada a oferta dos produtos da Cartão BRB para correntistas e não correntistas do BRB por meio dos Correspondentes Não Bancários.

3.4.5. Ações de Infraestrutura, Sistemas e Tecnologia

Com o objetivo de garantir a disponibilidade dos serviços e continuidade do negócio, foi realizada atualização do parque de servidores e contratação do *DataCenter* para hospedagem dos serviços de alta disponibilidade.

Para otimizar a Gestão dos Ativos de TI foi implantado inventário eletrônico dos ativos de rede. Destacam-se ainda, as ações de implementação de sistemas, como o BI - *Business Intelligence*, ferramenta SAC e sistema de gestão patrimonial com a utilização de leitora de código de barras.

3.4.6. Ações de cobrança e recuperação de crédito

Foram realizadas em 2012 duas campanhas de recuperação de crédito extrajudicial direcionadas aos clientes com atraso superior a 65 dias com valor renegociado total de 17,6 milhões.

A Cartão BRB participou na Semana de Conciliação do TJDFT com a realização de 365 audiências, 349 acordos, valor renegociado de 1,7 milhões e 96% de êxito nas conciliações realizadas. Na Semana Nacional de Conciliação do TJDFT/CNJ, o sucesso nas conciliações levou a Cartão BRB ao 1º lugar no ranking das empresas participantes, com 22 audiências, 20 acordos e arrecadação de R\$ 234 mil.

Com o objetivo de melhor atender o cliente, foi realizada reestruturação da central de cobrança amigável e realização da campanha de parcelamento de fatura que resultou em 2.022 parcelamentos e R\$ 6,5 milhões renegociados. A campanha foi destaque no Pricing da Revista Card Monitor na 2ª quinzena de novembro de 2012.

Foi realizada campanha de Natal “2º Comunicado Serasa” que objetivou o contato com mais de 24 mil clientes no mês de dezembro de 2012.

3.4.7. Segurança e Prevenção à Fraude

Foram destaque nas ações de prevenção à fraude a revisão dos processos de autorização e a contratação das ferramentas neurais das empresas responsáveis. Estas ações possibilitaram a redução de 77% das transações fraudulentas, representando 86% de redução nas perdas decorrentes de fraude em relação a 2011.

3.4.8. Prospecção e Retenção de Clientes

- Campanha para venda de Cartão Adicional - foco na venda e ativação de cartões de crédito adicionais para os filhos e jovens acima de 16 anos.
- Ações para o Dia das Mães e Dia dos Namorados em parceria com um shopping da cidade com vantagens exclusivas para os clientes portadores dos cartões BRB.
- Festival Brasil Sabor - envolveu os principais bares e restaurantes de Brasília beneficiando os clientes portadores do cartão BRB com brindes e um concurso cultural exclusivo. O vencedor do concurso foi premiado com uma viagem com direito a acompanhante para a Itália.
- Campanha de Natal com a divulgação das vantagens de se utilizar o cartão BRB e benefícios exclusivos para os Servidores Públicos Federais e do GDF.
- Segmentação para concessão de descontos em tarifas de anuidades, telessaque e 2ª via de cartões.
- Redução da taxa do rotativo para clientes Pessoas Física de 11,99% para 10,99% e de Pessoa Jurídica de 11,99% para 9,59%.

3.4.9. Ações de Patrocínio

A Cartão BRB atuou em sintonia com o Banco de Brasília em diversas ações de incentivo a cultura, dentre as quais destacamos, o Festival Internacional / Love Jazz, a 1ª Bienal do Livro e da Literatura de Brasília e o Cine Cultura *Liberty Mall*.

Base de Clientes

Produto	Plásticos	Contas	Clientes
BRB MC Empresarial Internacional	512	518	518
BRB MCG Internacional	14.349	13.720	13.715
BRB MC Internacional	21.689	20.825	20.809
BRB MC Nacional	8.461	8.450	8.449
BRB MC Platinum Internacional Millenium	13.964	12.902	12.894
BRB V Empresarial Internacional	1.451	1.473	1.473
BRB VG Internacional	25.679	23.741	23.734
BRB V Internacional	41.687	39.097	39.080
BRB V Nacional	23.200	22.762	22.752
BRB V Nacional Conveniência	04	09	09
BRB V Platinum Internacional Millenium	10.951	9.823	9.817
Total	161.947	153.320	153.250

3.5. Gestão de Pessoas

O Quadro de pessoal conta com 2.947 empregados; 541 terceirizados; 365 estagiários; 118 jovens aprendizes.

3.5.1. Qualidade de vida e bem-estar

Projeto Vida Ativa Academia - foi iniciado em março de 2011, alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Sedentarismo. O Programa Vida Ativa criou o projeto para incentivar a prática de atividade física pelo seu corpo funcional visando a melhora dos índices de sedentarismo, além de promover a

redução de estresse, a integração dos empregados, a melhora do sono, enfim, todos os benefícios comprovados que atividade física pode proporcionar. O projeto consiste em financiar até 50% da mensalidade em academias de ginástica limitado ao teto de R\$ 75,00, concedido em contracheque mediante a comprovação de frequência.

Outras ações - Grupo Corredores da Rua do BRB; 4º Sarau Cultural do BRB; Ginástica Laboral; Dia Internacional da Mulher; Outubro Rosa BRB - Durante o mês de outubro a sociedade adere ao movimento mundial Outubro Rosa, que visa à conscientização a respeito da importância da detecção precoce do câncer de mama. Foram adquiridas 1.280 camisetas; Dia da Cultura e do Cinema; Campanha de Prevenção ao Câncer de Pele BRB; Circuito BRB Capital Run; Campanha ajude um atleta carente a treinar; Dia Mundial de Combate ao Diabetes; Vacinação contra a Gripe e distribuição de frascos de álcool gel; Campanha de Combate a Dengue.

3.5.2. Encarreamento

A partir de 01/07/2012, o Banco implantou o novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR, que teve como principais mudanças:

- Nova estrutura de tabelas salariais para os cargos;
- Processo de criação, alteração, reavaliação ou extinção dos cargos realizado mediante a metodologia técnica específica de pontos;
- Criação de funções técnicas de jornada de 30h semanais, com vistas a regularizar a situação dos passivos trabalhistas no que se refere à 7ª e 8ª hora de determinadas funções;
- Criação de novas funções gratificadas; novo conceito para a promoção, diferenciando-se da progressão funcional;
- Estabelecimento de trilhas de encarreamento para a ascensão profissional, com a proposta de criação de carreiras em "Y", com a diferenciação das funções gerenciais das funções técnicas e de maneira a permitir que o empregado evolua profissionalmente naquela que tiver maior afinidade com o seu perfil;
- Estabelecimento de requisitos mínimos e tempo de banco para a ocupação de funções gratificadas - encarreamento.

3.5.3. Ampliação do quadro de pessoal

No ano de 2012, foram admitidos novos empregados dos Concursos Públicos nºs 26 e 27 escriturários, analistas de TI, advogado, técnico de segurança do trabalho e médico do trabalho conforme tabela abaixo:

Admitidos	Quantitativo
Escriturários	483
Analistas de TI	78
Advogados	03
Técnico de Segurança do Trabalho	01
Médico do Trabalho	01

3.5.4. Benefícios

O Auxílio-Idioma destina-se ao pagamento de matrícula e mensalidades efetuado a instituições de ensino de línguas estrangeiras (inglês, francês ou espanhol). O Auxílio passou de R\$ 258,80 para R\$ 278,21 e foram beneficiados, em média 82, empregados. Completaram os trinta meses de estudo pago pelo Banco 486 empregados. O demonstrativo abaixo informa a distribuição dos empregados nos três idiomas:

Idiomas	Beneficiados
Inglês	70
Espanhol	08
Francês	04

A Bolsa de Estudo é concedida aos empregados admitidos até 1999 e confere mediante solicitação do empregado, o ressarcimento dos gastos efetuados com sua formação acadêmico-profissional nos níveis de graduação, pós-graduação ou especialização (*lato sensu*) nas áreas definidas pelo Banco. O valor da vantagem corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) das despesas efetivamente realizadas com matrículas e mensalidades, exceto multas, taxas extras e custo de materiais. Foram beneficiados em média 20 empregados e o investimento foi da ordem de R\$ 160.812,63.

O Auxílio-Instrução é concedido ao empregado admitido no quadro permanente do Banco, a partir de 1º/1/2000, para sua própria formação acadêmico-profissional em cursos de graduação, com habilitação em bacharelado, reconhecidos ou autorizados pelo Ministério da Educação-MEC e em cursos

de pós-graduação *lato sensu*, reconhecidos ou autorizados pelo MEC. Foram concedidos 128 benefícios e o investimento foi da ordem de R\$ 1.077.178,68.

O Crédito Educação destina-se aos empregados que desejam se formar em cursos de nível superior, mas que não formam bacharéis, mas tecnólogos. São diferenciados pelo valor e por estarem fora das áreas de interesse do Banco, tais como, Nutrição, Letras, Psicologia, Matemática, ou por possuírem carga horária abaixo de 2700 horas (Técnico em Administração Pública, Gestão de RH, Técnico em Marketing, Processos Gerenciais). Foram beneficiados 24 empregados e o investimento foi da ordem de R\$134.555,39.

3.5.5. Capacitação

3.5.5.1. Principais Treinamentos oferecidos

Integração dos novos empregados; Treinamentos Regulares Internos; Treinamentos Externos; Cursos de formação; Treinamentos de origem legal; Programa de Capacitação dos Correspondentes não Bancários; Cursos On Line; Programa de Educação Financeira – o projeto “Administrando suas Finanças” tem por objetivo oferecer orientação financeira em grupo aos servidores do GDF, onde eles serão instruídos à administrar e planejar suas finanças de forma equilibrada e consciente. Por tratar-se de um programa complexo e de extrema relevância, pois atingirá a um público extenso, o Projeto está estruturado de forma a abarcar, em várias frentes e com metodologias diferentes, o maior número de clientes possível; Certificação de Agente de Investimento - trata-se de certificação obrigatória a ser oferecida por instituição de reconhecida capacidade técnica. A Certificação é destinada a todos os empregados que comercializam produtos de Investimentos.

O BRB possui profissionais devidamente certificados e apresenta um programa de renovação e realização de novas certificações de acordo com a necessidade.

Modalidades: CPA 10 – Básica e CPA 20 – Avançada

A Certificação Interna tem como objetivo ampliar as formas de obtenção e aferição de conhecimento.

3.5.5.2. Avaliação de Desempenho

Quantidade de empregados treinados e de hora-aula disponibilizada

Treinamento e Capacitação	Quantidade de Participantes	Total de Carga Horária Oferecida
Empregados	12.555	6.227,74
Educação Financeira	3.715	402,00

Certificação Interna

Prova	Quantidade de participantes	Aprovados
Certificação em Gestão de Atendimento Básica	573	279
Certificação em Gestão de Atendimento Avançada	634	351
Certificação em Prevenção à Lavagem de Dinheiro	1783	1385
Total	2.990	2.015

Avaliação de Atuação Profissional - a Avaliação de Atuação Profissional – AAP - visa o aperfeiçoamento e desenvolvimento constante dos colaboradores, além de subsidiar outros processos de gestão de pessoas como, por exemplo, identificação de perfil para funções e atividades gratificadas e promoção por merecimento.

Promoção por merecimento - visa incentivar e premiar a excelência no desempenho profissional dos colaboradores do Banco. O empregado promovido tem seu padrão salarial elevado ao padrão imediatamente superior, dentro da carreira que ocupa.

3.6.Sustentabilidade e Outras Ações Sociais

Ciente da relevância de promoverem transformações estruturais na gestão de pessoas e na cultura organizacional e coerente a diretriz estratégica da sustentabilidade - que consiste em consolidar a política de responsabilidade socioempresarial junto aos seus públicos de relacionamento, o BRB vem criando mecanismos de aperfeiçoamento da governança corporativa e de valorização das competências individuais, com vistas a integrá-las aos objetivos da instituição e a promover a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho.

Em cumprimento às obrigações públicas pactuadas em 2011 - associação ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; adesão ao Protocolo Verde da Febraban e ao Programa Pró-Equidade de Gênero e de Raça do Governo Federal, foram realizados seminários e treinamentos para empregados e clientes; campanhas de voluntariado empresarial e patrocínios a projetos esportivos, sociais

e culturais, todos em benefício de seus colaboradores e da comunidade do DF. Além disso, merece destaque a participação do BRB nos inúmeros programas sociais do Governo Distrital, no financiamento direcionado ao setor produtivo e aos empreendedores locais, com foco no desenvolvimento socioambiental, e, por último, a promoção da bancarização da população da região e do entorno, por meio da expansão da rede de correspondentes não bancários.

3.6.1. Público Externo - Comunidade

3.6.1.1. Campanhas de Voluntariado

O BRB Solidário, programa de voluntariado empresarial, mobilizou empregados e colaboradores, com o apoio da clientela do Banco, para a implementação de ações beneficentes que visam a contribuir com a melhoria das condições sociais da comunidade. Foram beneficiárias dessas campanhas três instituições assistidas pelo Banco, que abrigam cerca de 300 pessoas em situação de vulnerabilidade, além dos empregados das empresas terceirizadas contratadas pelo Banco.

- Campanha do Material Escolar;
- Campanha do Agasalho “Aqueça Uma Vida”;
- Bazar “BRB Mix Solidário” - inovação do BRB Solidário neste ano, essa ação, foi direcionada especialmente para os colaboradores terceirizados, os participantes do programa Jovem Aprendiz e os estagiários, os quais tiveram a oportunidade de trocar materiais de higiene e limpeza por parte dos produtos juntados durante a campanha do agasalho;
- Arrecadação de Produtos de Higiene e Limpeza - foram arrecadados durante o bazar produtos higiênicos e esses foram encaminhados para as três instituições assistidas;
- McDia Feliz - o BRB participou, como patrocinador e como empresa anfitriã no DF, dessa campanha que se realiza em todo o país;
- Campanha Leite com Biscoito 2012 - em comemoração ao dia da criança, essa campanha arrecadou caixas de leites e pacotes de biscoito que foram encaminhados para três instituições assistidas pelo BRB Solidário e beneficiou cerca de 330 pessoas;
- Adote um Sorriso no Natal - por ocasião das festas natalinas, são mobilizados empregados e empregados do conglomerado BRB, para que se tornem “madrinhas/padrinhos” de crianças e adolescentes assistidos pelo programa de voluntariado empresarial do Banco;
- Projeto Visão para Todos - parceria estabelecida com um hospital no DF, pelo período de um ano, para realização de exames de rotina que visam à prevenção de doenças oftalmológicas. O projeto beneficiará cerca de 900 empregados terceirizados das áreas de serviços de conservação, limpeza e vigilância e seus dependentes menores de 18 anos. A implementação terá início em fevereiro de 2013;
- Jovens Aprendizes e Estagiários - foram reservadas algumas vagas de jovem aprendiz e estagiário às instituições assistenciais atendidas pelo Programa de Voluntariado Empresarial do BRB.

3.6.1.2. Público Interno - Colaboradores

- Criação do Canal de Denúncias de Assédio Moral e Sexual - com base na legislação federal aplicável para o tratamento de ocorrências de assédio moral/sexual e no Manual de Processo Administrativo Disciplinar do BRB, foi aprovada a disponibilização de um canal sigiloso de denúncias assédio moral e sexual para os colaboradores da organização;
- Acessibilidade - fiel ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC - acessibilidade, assinado em 2008 pelo Ministério Público Federal e a Federação Brasileira de Bancos – Febraban, o BRB deu seguimento às adequações do atendimento virtual e à capacitação dos empregados para prestarem apoio assistido aos portadores de deficiência. Neste ano, foi finalizada a implantação do recurso de voz para os deficientes auditivos em todas as máquinas de autoatendimento. Os pontos de atendimento físico, por sua vez, sofreram, em sua totalidade, adaptações arquitetônicas e de mobiliário e atendem integralmente às necessidades desse público;
- Programa Pró-Equidade de Gênero e de Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Governo Federal - foram empreendidas diversas ações com vistas à transformação de ideias, comportamentos e atitudes do público interno, em prol da equidade e da valorização da diversidade e em cumprimento do Plano de Ação aprovado pelos dirigentes do BRB e homologado pelo Governo Federal. O propósito foi ampliar de forma significativa os direitos das mulheres e o respeito à diversidade étnicorracial no conglomerado do BRB. O programa tem ainda foco na cultura organizacional, alterando conceitos e paradigmas na empresa;

– Articuladores de Desenvolvimento Socioempresarial- ADSs - compõem uma rede de integração criada para atuar nos projetos e ações de responsabilidade ambiental e social da organização. Esses empregados, representantes de cada uma das unidades, foram escolhidos pela sua afinidade e pelo compromisso com as questões ambientais e sociais e foram capacitados para conduzir e implementar, junto com a Superintendência de Responsabilidade Socioempresarial, a política de sustentabilidade do Conglomerado.

3.6.2. Ações Socioambientais

O Conglomerado BRB persistiu no propósito de disseminar os princípios e valores que orientam a responsabilidade social e ambiental, bem como de envolver nesse processo todos os públicos com os quais o Banco se relaciona. Nesse sentido, foram promovidas em 2012 as seguintes ações:

– Workshop de Responsabilidade Socioempresarial - Realizado no final de maio, esse fórum de discussão visou à sensibilização dos gestores para a política de sustentabilidade da Instituição e para a diretriz estratégica da sustentabilidade, ocasião em que foram debatidas as questões: ecoeficiência, responsabilidade socioempresarial nas organizações; microcrédito e empreendedorismo; desafios da nova economia para as empresas e diversidade de raça e de gênero. O evento contou com a presença dos gestores do Banco e de clientes, para que se disseminem os valores da responsabilidade socioambiental entre esse público. Na ocasião, foi instituída a Carta de Princípios de Responsabilidade Socioempresarial da instituição, a partir da qual foi assumido o compromisso público de empreenderem-se políticas e práticas que promovam a equidade social, a preservação do meio ambiente e a elevação da qualidade de vida do público interno e da comunidade;

– Participação na “Hora do Planeta 2012” - o BRB, habitualmente, participa do movimento de iniciativa da rede WWF - “World Wildlife Fund”, Fundo Mundial para a Natureza – ONG que se dedica à preservação ambiental. O ato simbólico de apagar as luzes visa a alertar os governos e líderes mundiais para o aquecimento global e a mudança climática;

– Semana do Meio Ambiente no BRB;

– Coleta seletiva de resíduos sólidos - a implementação da Coleta Seletiva no BRB deu-se início no segundo semestre de 2011. Foi realizado credenciamento para contratação de cooperativa de catadores de material reciclável, para destinação dos resíduos;

– Coleta seletiva de resíduos eletrônicos - em parceria com a Estação de Metarreciclagem da Samambaia, da ONG Programando o Futuro, foi realizada campanha para coleta de resíduos eletroeletrônicos. Os materiais passam por uma triagem para que se separem as máquinas em boas condições, passíveis de recondicionamento, as quais são doadas para espaços públicos de inclusão digital, como escolas, bibliotecas públicas e associações de bairros;

– Conferência Internacional Ethos 2012 - o BRB participou, como membro associado convidado e juntamente com alguns clientes, da Conferência Ethos Internacional 2012, nos dias 11, 12 e 13 de junho, em São Paulo. O evento, cujo tema foi “A empresa e a Nova Economia – O que Muda com a Rio +20”, constituiu-se num fórum de discussão em prol do desenvolvimento equilibrado entre o capital financeiro, humano, social e natural, para que a sustentabilidade se consolide no mercado e na gestão pública. Representantes de empresas, do governo e de organizações da sociedade civil debateram com especialistas renomados, de todo o mundo, propostas em torno da plataforma Ethos “Por uma Economia Verde e Inclusiva”, que foram encaminhadas para a Rio + 20. O Banco, com o objetivo de tornar-se multiplicador da cultura da responsabilidade socioempresarial, e de engajar seus parceiros na missão de promover o desenvolvimento sustentável do DF e do entorno, participou das palestras e das oficinas junto com alguns clientes do segmento Pessoa Jurídica, representantes de setores estratégicos da sociedade;

– Diagnóstico de Eficiência Energética do Edifício Sede - com foco no compromisso com o uso eficiente e responsável dos recursos naturais, o Banco realizou um estudo com vistas à etiquetagem energética do edifício sede da Instituição. A partir dessa análise, está em processo de construção uma proposta de aperfeiçoamento da eficiência energética do prédio, que contemple os quesitos iluminação, envoltória, condicionamento de ar e circuitos elétricos;

– Relacionamento de Valor - aprovado no início do ano, esse documento foi criado com o objetivo de disseminar entre clientes e fornecedores o comprometimento da Instituição com o respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos, com a obediência às leis trabalhistas, com a promoção da saúde e segurança do público interno, com a proteção à criança e ao adolescente e com outros princípios e valores que norteiam a atuação da organização. Os clientes da carteira de desenvolvimento e os fornecedores são convidados a aderir ao documento, por meio de um termo de compromisso. Houve em 2012 cerca de 130 adesões.

– Programa Brasília, Cidade Parque, do GDF - esse programa se divide em três projetos: “Recuperação e Implantação de 68 Parques e 22 Áreas Protegidas”; “Plante uma Árvore” e “Centros de Sustentabilidade”. É uma iniciativa do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, em parceria com outros órgãos do GDF, que visa à implantação e à recuperação dos parques, além de aguçar o sentimento de pertencimento dos cidadãos em relação às áreas verdes do DF. O Banco aderiu ao Programa no mês de março, quando assinou um Protocolo de Intenções.

– Fórum de Responsabilidade Socioempresarial - esse evento teve o objetivo de reunir clientes e empregados para discutir políticas e modelos econômicos que buscam alinhar a eficiência econômica ao compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população e à minimização dos impactos das atividades empresariais sobre o meio ambiente, temas que foram objeto das proposições apresentadas na Rio + 20.

– Doação ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA - o BRB, a Financeira BRB e a BRB DTVM doaram R\$ 504.652,30, R\$ 20.000,00 e R\$ 5.000,00, respectivamente, ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA, gestor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA. Esse fundo tem o propósito de prover de recursos financeiros projetos e serviços direcionados às políticas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

– Prospera - lançado em julho/2012 pela Secretaria do Trabalho em parceria com o Banco de Brasília - BRB o Prospera é um Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, cujo objetivo é atender as necessidades financeiras do micro e pequeno empreendedor urbano e rural que deseja alavancar suas atividades produtivas, utilizando orientações técnicas realizadas em seu local de trabalho. Até dezembro de 2012 foram realizadas 912 operações no valor total de R\$ 4.078.011,73 e tem como meta para 2013 montante de 30 milhões.

– Programas Sociais - o BRB efetua mensalmente o pagamento dos Programas Sociais do Governo do Distrito Federal, e no ano de 2012, o montante de benefícios totalizou R\$ 54.563.059,40 distribuídos conforme tabela abaixo:

Programa	Quantidade	Valor (R\$)
DF Alfabetizado	189	445.600,00
Jovem do Futuro	11.390	2.115.500,00
Bolsa Atleta	1.355	643.649,40
Bolsa Escola Puro	162.910	23.343.968,00
Bolsa Social Puro	144.964	18.845.320,00
Maezinha Brasiliense	10.291	2.079.200,00
LCD	1.778	1.364.800,00
Mestre do Saber	1.675	713.355,00
Com Licença Eu Vou a Luta	505	209.575,00
Auxílio Vulnerabilidade	11.805	4.802.092,00
Montante de Benefícios	346.862	54.563.059,40

– Programa Material Didático - a Secretaria de Educação, em parceria com a Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, vai lançar uma nova forma para disponibilizar os recursos do Programa Material Didático, dentro do Plano DF sem Miséria, instituído pela Lei 4.601, de 14 de julho de 2011. Com o projeto, a Secretaria disponibilizará os recursos aos beneficiários por meio de cartão bancário para que eles comprem o material didático em papelarias do DF, classificadas como micro ou pequena empresas, previamente credenciadas. A entrega dos cartões aos beneficiários está prevista para março/2013 e serão beneficiados cerca de 130.000 estudantes de 60.000 famílias (60.000 cartões emitidos);

– Programa Social – Coordenadoria da Copa - trata-se de um centro de qualificação que irá atender os beneficiários do programa Bolsa Família e DF sem Miséria. Essas pessoas serão qualificadas para atuarem durante a copa e serão capacitados para trabalhos como serigrafia, fabricação de bolas e redes, entre outros. O parâmetro se dará por produção. Existe um orçamento previsto para o próximo ano de R\$ 2.000.000,00 e serão cerca de 1.200 a 1.500 beneficiários. A previsão é de que cada beneficiário participe do programa por um período de um ano. O programa está previsto para ser iniciado em março/2013, e o ato de lançamento prevê a presença do Governador do Distrito Federal e da Presidência do Brasil.

3.6.3. Patrocínios

Em 2012 destacamos o patrocínio à equipe de basquete Uniceub/BRB, orgulho de Brasília e tri-campeã do NBB.

Patrocínio a outros eventos:

– XXXVII Campeonato Brasiliense de Futebol da 1ª Divisão – 2012 – Esporte - Apoio ao

campeonato de futebol mais importante da cidade e que conta com a participação de equipes de todo o DF e entorno;

- 6ª Maratona de Revezamento de Brasília – Esporte - Corrida de rua que marca o início das festividades pelo dia do aniversário de Brasília na Esplanada dos Ministérios;

- Feira de Tecnologia e Negócios AgroBrasília 2012 – Negocial - Maior e mais importante feira do agronegócio do Centro-Oeste. Com foco apenas negocial, envolve os principais “players” do setor;

- Clube do Choro – Meu Caro Amigo Chico Buarque – Cultural - Projeto que marca a inauguração do Espaço Cultural do Choro e que consiste na realização de 120 shows de música instrumental, ao longo de 10 meses, protagonizados por 40 artistas ou grupos diferentes, vindos de todas as partes do Brasil;

- V Congresso Consad de Gestão Pública – Sociedade - Evento voltado à capacitação dos gestores públicos, aonde, reunindo representantes de todas as esferas governamentais, são discutidas as melhores práticas na gestão pública;

- 22º Corrida do Fogo – Esporte - Sendo uma das maiores da cidade, a “Corrida do Fogo” é uma corrida de rua realizada anualmente em comemoração ao Aniversário do Corpo de Bombeiros. Contando com percursos de 05 km e 10km é realizada no período noturno, no Eixo Monumental e parte da “Esplanada dos Ministérios”;

- Time Brasília de Saltos Ornamentais – Esporte - Equipe de “Saltos Ornamentais”, que conta com a participação de um atleta olímpico e tem foco no desenvolvimento de potenciais atletas para as Olimpíadas de 2016;

- “Alô Cultural” – Cultural - Com a missão de incentivar a cultura do DF, através do apoio a artistas locais e de revitalizar o SCS - Setor Comercial Sul, o evento acontece todas as sextas-feiras, no horário de 12h à 14h, na praça Central do SCS;

- XVI Campeonato Brasiliense de Futebol da 2ª Divisão – Esporte - Segundo mais importante campeonato da cidade, é categoria de acesso ao “Candangão” e também participam equipes do DF e entorno;

- Ocupação Sala Funarte Cássia Eller 2012 – Cultural – projeto que busca incentivar a música em seus diversos ritmos em um dos espaços culturais mais clássicos de Brasília;

- Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro – Cultural – apoio à uma das três melhores orquestras sinfônicas do Brasil, de acordo com a crítica do jornal Estado de São Paulo, e que é também a principal e mais tradicional instituição cultural de Brasília;

- PDR 2012 – Cultural – Ocorrendo a mais de 14 anos, o PDR é o maior festival independente de rock do Brasil e reúne grandes nomes do Rock, regional, nacional e mundial;

- 45º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro – Cultura – O mais antigo festival de cinema brasileiro é o evento cultural mais importante da capital do país e o único Festival que se consagra no cenário nacional pela sua dedicação exclusiva à produção de cinema brasileiro;

- 9º Congresso da Rede Feminina de Combate ao Câncer – Sociedade - Evento realizado a cada dois anos nas várias capitais brasileiras e que tem como objetivo aperfeiçoar a assistência ao paciente carente portador de câncer, razão da existência de mais de 500 instituições sem fins lucrativos associadas à Rede Nacional.

3.7. Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC

No exercício de 2012 tivemos um total de 16.499.719 atendimentos realizados na Central de Relacionamento BRB- CRBRB. Este quantitativo envolve todo tipo de atendimento eletrônico ou humano por meio de telefone/chat.

Em novembro/2012 a CRBRB disponibilizou aos clientes a opção de contratação/implantação de limite de cheque especial por meio do Telebanco. Até o final do exercício foram implantados 51 novos limites cujo valor total chegou a R\$ 165.300,00. Também foi disponibilizado aos correntistas, a opção de contratação dos produtos Crédito Pessoal e BRBSERV por meio do canal Telebanco. Foram 33 novos contratos do produto Crédito Pessoal cujo montante liberado chegou a R\$ 248.091,58 e 39 novos contratos do produto BRBSERV cujo montante liberado chegou a R\$ 336.976,06.

3.8. Tecnologia

O BRB promoveu uma profunda revisão e melhoria na sua estrutura funcional, aprimorando a gestão de priorização e a gestão das demandas direcionadas a TI. Ampliou seu quadro de pessoal por meio

de concurso público e implementou um novo processo de trabalho aderente às melhores práticas de governança da tecnologia da informação. Trabalhou intensivamente em busca de soluções para melhoria da disponibilidade e performance das aplicações. Como principais projetos no ano de 2012, destacamos:

- Mobile Banking - o BRB disponibilizou um novo canal para que o cliente possa acessar os dados de sua conta utilizando Smartphones e tablets. Algumas transações foram adaptadas e disponibilizadas neste novo canal. Estão sendo incrementadas funcionalidades para disponibilizar novas transações em 2013;

- Consignado INSS - firmamos convênio com o INSS para liberação de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas que recebem por aquela instituição. Os sistemas do BRB foram preparados para a operacionalização dos empréstimos, estando disponíveis aos clientes desde novembro de 2012;

- 10 dias sem juros para o Cheque Especial - como vantagem para os nossos clientes, disponibilizamos uma taxa diferenciada, passando a oferecer aos clientes até 10 dias de utilização de cheque especial com isenção da cobrança de juros;

- Recadastramento INSS / Comprovação de Vida - implementamos um processo de troca de informações sobre os clientes com os outros bancos para que a CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos) passe a controlar o limite de antecipação de recebíveis de cartão de crédito. O compartilhamento, visa aumentar a segurança na compensação de cheques e a comprovação de vida e senha para os aposentados, evitando que outras pessoas recebam o benefício em nome de clientes já falecidos;

- Troco Premiado - os correspondentes não bancários, em parceria com a Seguros BRB, disponibilizou em 2012 um novo produto, o "troco premiado". O cliente atendido nos correspondentes podem adquirir um título de capitalização chamado troco premiado em que ele concorre a prêmios em dinheiro.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Em 2012, o BRB direcionou seus esforços para o aperfeiçoamento de técnicas negociais, ofereceu novas linhas crédito, treinou e desenvolveu seu corpo funcional e readequou seus pontos de atendimento, para satisfazer seus clientes e a comunidade do Distrito Federal; implementou ações para disseminação dos princípios e valores que orientam a responsabilidade socioambiental e a elevação da qualidade de vida do público interno e da comunidade, em sintonia com a sua missão e os seus objetivos estratégicos, bem como com os preceitos da boa governança corporativa.

4.1. Metas para 2013

4.1.1. Carteira Comercial

- Criação do produto de crédito "Cred-inclusão" no segmento Pessoa Física - A linha de crédito visa financiar aparelhos e equipamentos a fim de auxiliar na aquisição de itens que facilitem a inclusão de pessoas com necessidades especiais. Os beneficiários são correntistas pessoas físicas do BRB, que possuam necessidades especiais;

- Criação/Adaptação de produto no segmento Pessoa Jurídica com características de crédito parcelado -Linha de crédito com foco no apoio à eficiência ecoambiental e atividades não poluentes, utilização de material reaproveitável, além de atender às questões socioempresariais e de ecoeficiência;

- Criação do produto Antecipação de Contratos GDF - Produto específico destinado aos clientes do segmento de Pessoa Jurídica, com o objetivo de antecipar os recebíveis oriundos dos contratos de fornecimento de produtos e serviços que as empresas possuem com o GDF, empresas do governo e com órgãos federais.

4.1.2. Carteira de Desenvolvimento

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO a ser implementado a partir de 2013 tem como objetivo a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente, por não terem como oferecer garantias reais. Apóia negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de menor poder aquisitivo, objetivando a geração de emprego e renda. O BRB destinará cerca de R\$ 12 milhões de reais a esse programa.

As metas de evolução da carteira de desenvolvimento para 2013 estão aderentes ao orçamento e em consonância com o Planejamento Estratégico do Banco, que prevê um crescimento de 25%.

Incluem-se ainda como metas para 2013, a implementação da Central de Documentação Imobiliária - CDI e do correspondente imobiliário, além da alavancagem do Pronaf e operacionalização do PNMPO. Com relação ao Pronaf, a meta é aplicar R\$ 5 milhões até o fim do exercício, mediante a expansão do programa para outros municípios do Entorno do DF.

Por fim, registra-se que o BRB realizará leilões de ativos do Fundefe, em conformidade com Leis Distritais. Os leilões de ativos do Fundefe consistem na liquidação antecipada de financiamentos realizados no âmbito do programa PRO/DF II, mediante o resgate e utilização dos valores de CDB aplicados em garantia das respectivas dívidas. O próximo leilão está previsto para 18/01/2013 e compreenderá um montante aproximado de R\$ 105 milhões num universo de 16 empresas.

4.2. Serviços

4.2.1. Projeto Detran *On-Line*

O BRB tem como meta, para esse ano de 2013, a implantação do Projeto - Detran *on-line*. Refere-se à nova modalidade de pagamento que consiste no Banco estabelecer um *link* direto com o Detran, possibilitando aos clientes, através dos canais de atendimento do BRB, ter acesso aos seus débitos junto ao Detran e realizar os pagamentos sem a necessidade do código de barras, apenas informando o número do renavam do veículo.

13.2 BRB – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A – UO 19.204

A BRB – Crédito, Financiamento e Investimento, empresa controlada pelo BRB – Banco de Brasília S.A., é uma Sociedade Anônima regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo seu Estatuto, Plano Básico Organizacional e demais disposições legais aplicáveis.

Tem como Missão, conceder crédito no segmento de varejo, bem como prospectar clientes para o Conglomerado BRB, de forma sustentável.

Os principais objetivos da Financeira BRB são:

I - Prover crédito e serviços financeiros, de forma a ampliar as receitas em escala compatível com as necessidades de investimentos em modernização com o crescimento planejado da Financeira BRB;

II - Ampliar e fidelizar a base de clientes, por meio de um portfólio competitivo de produtos e serviços e da excelência no atendimento;

III - Credenciar novos correspondentes; inaugurar unidades próprias de atendimento e possibilitar a contratação de empréstimos via web.

IV - Crescer a carteira de crédito da Financeira visando a prospecção de novos clientes para o BRB.

1. Realizações

PROGRAMA TÉMÁTICO:

6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Etapas SAG
8505 – Publicidade e Propaganda	2.500.000	1.350.250	763.045	
6975 – Publicidade e Propaganda – BRB Crédito, Financiamento e Investimento S/A – Distrito Federal	2.500.000	1.350.250	763.045	2

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Etapas SAG
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	3.654.400	4.804.150	4.370.496	
8679 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – BRB Crédito, Financiamento e Investimento S/A – Distrito Federal	3.654.400	4.804.150	4.370.496	1

3. Informações Complementares

Como única Financeira Pública do Brasil, a Financeira BRB, a exemplo do seu Acionista Controlador, atende com seus produtos toda a clientela da região do entorno e de influência do Distrito Federal, inclusive não correntistas do BRB. Essa ação se torna mais efetiva com a contratação e utilização de Correspondentes que atuam inclusive, em outros estados.

Em 2012, a BRB – CFI potencializou o resultado das carteiras pulverizadas, focou nas modalidades de crédito consignado público e de financiamento de veículo para pessoa física e fortaleceu o crédito de varejo captado por meio dos correspondentes e agências do BRB Banco de Brasília S/A.

A carteira de financiamento de veículos para pessoas físicas encerrou o ano com mais de R\$ 120 milhões de saldo na carteira, registrando 90% de aumento em comparação com o ano de 2011.

No Crédito Consignado Público houve expressivo crescimento de 1.095% em comparação ao ano anterior. Este desempenho ocorreu após a Financeira BRB focar na compra de empréstimos consignados de servidores públicos e realizar o credenciamento de novos consignantes e na contratação de correspondentes para captação de propostas de crédito.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Financeira BRB apresentou Lucro Líquido acumulado até novembro de 2012 no montante de R\$ 9,8 milhões, sendo que, no mesmo período do ano de 2011, acumulava um prejuízo de R\$ 3,8 milhões.

No que se refere ao número de clientes, em 31/12/2012, a Financeira BRB encerrou o ano com cerca de 20 mil clientes, representando um crescimento de cerca de 263% em relação ao apresentado em 31/12/2011, data em que totalizava 6,6 mil clientes.

A Financeira BRB apresentou em 31/12/2012 um saldo de Carteira de Crédito de Varejo R\$ 503,1 milhões, representando um crescimento de cerca de 316% com relação a 31/12/2011, cujo montante era de R\$ 120,9 milhões.

Foram celebrados 06 novos convênios com órgãos públicos para concessão de crédito consignado para seus servidores do Banco Central do Brasil, Instituto Nacional da Seguridade Social/DATAPREV, Prefeitura Municipal de Anápolis, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Secretaria de Estado de Administração Pública – SEAP/GDF.

Foram assinadas 51 novos convênios para concessão de crédito consignado para empregados de empresas privadas.

Realizadas ações de publicidade nos órgãos públicos para divulgação dos produtos da Financeira BRB.

Contratados dois novos Correspondentes para atuarem na captação de propostas de empréstimos consignados.

Realizados financiamento de veículos aos servidores públicos federais, optante da portabilidade da conta pagamento para o BRB Banco de Brasília S/A, nas mesmas condições negociais ofertadas aos servidores do GDF.

Capacitados empregados em assuntos referentes a sua área de atuação.

Elaboração e aprovação do Novo Modelo de Negócios da Financeira BRB.

No tocante à Tecnologia da Informação – TI, o ano de 2012 se caracterizou:

- Pelo investimento em melhorias contínuas no que se refere ao sistema de gestão de crédito da Financeira BRB. Um importante objetivo alcançado foi o de viabilizar que ocorra o aumento da capacidade de captação, disponibilizando o sistema, na sua camada WEB, para Correspondentes da Financeira BRB.

- Tecnicamente, já é possível que um Correspondente cadastrado utilize o sistema por meio de um navegador de internet, o que pode ser feito com segurança e agilidade. Os operadores cadastrados têm mobilidade para utilização da ferramenta, o que aumenta a capacidade de geração de negócios.

- Para dar sustentação ao negócio da Financeira e permitir o crescimento da carteira de forma segura, foram ampliados os recursos de infraestrutura do sistema de gestão de crédito. Deu-se continuidade ao processo de evolução do sistema, atendendo a necessidades negociais e operacionais identificadas.

Perspectivas para o exercício de 2013

Crescimento da Carteira de Crédito da Financeira BRB em aproximadamente 43% com relação ao ano de 2012, mediante ações voltadas para, principalmente:

- Celebração de novos convênios com órgãos públicos em geral e com empresas privadas, clientes do BRB Banco de Brasília S/A, de modo a incrementar a Carteira de Crédito de Empréstimos Pessoais, por meio dos produtos consignados público e privado;

- Manutenção da parceria com o BRB Banco de Brasília S/A, objetivando o crescimento da Carteira de Crédito de Financiamentos, por meio de produtos voltados para o Financiamento de Veículos para clientes pessoas físicas e jurídicas;

- Fortalecimento da parceria com os Correspondentes no País, aumentando a capacidade de atuação da Financeira BRB em outros Estados da Federação em que a Companhia não mantém Ponto de Atendimento Fixo;

- Abertura de um Ponto de Atendimento da Financeira BRB no Estado de Goiás, de modo a atender à crescente demanda por crédito naquele Estado e a fortalecer a atuação da marca da Financeira BRB naquela Unidade da Federação, bem como prospectar novos clientes para o Conglomerado BRB.

13.3. BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. – UO: 19.205

A BRB-DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A é uma empresa controlada pelo BRB Banco de Brasília S.A. e possui como atividade principal a administração dos fundos de investimento disponibilizados aos clientes do BRB. Além disso, também oferece serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Administradoras de Fundos de Investimento.

1. Realizações

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Etapa SAG
8505 – Publicidade e Propaganda	1.000.000	1.000.000	458.856	-
6976 – Publicidade e Propaganda – BRB Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliário – Distrito Federal	1.000.000	1.000.000	458.856	2

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado	Etapa SAG
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	3.583.620	3.583.620	3.192.873	
8679 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – BRB Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliário – Distrito Federal	3.583.620	3.583.620	3.192.8737	1

3. Informações Complementares

O Patrimônio Líquido dos fundos administrados e/ou geridos apresentaram uma evolução superior a 400 MM de reais, o que representa em termos percentuais um crescimento de 30% no ano.

Novos Produtos e Serviços

Visando consolidar a base de clientes do BRB, a BRB DTVM ampliou sua gama de produtos, passando a oferecer produtos direcionadas aos clientes pessoas jurídicas e clientes pessoas físicas de alta renda, tanto no Distrito Federal quanto nas demais unidades da Federação. Foram criados cinco novos fundos de investimentos, que apresentaram um incremento de aproximadamente R\$ 320 milhões de reais em recursos sob Administração em dois dos fundos que entraram em funcionamento no ano de 2012 (Riviera e Paraná).

O Riviera Fundo de Investimento em Participações – FIP merece destaque, pois a Administração do Fundo foi transferida de um grande banco à BRB DTVM. O FIP, que encerrou a captação com aproximadamente R\$ 286 milhões de cotas subscritas, tem o objetivo de desenvolver empreendimentos logísticos e tem como cotistas alguns dos maiores e mais importantes Fundos de Pensão do país. Com isso, reforça-se a capacidade e a qualificação da BRB DTVM como uma instituição de referência na região para a Administração de Recursos de Terceiros.

Contando com uma gestão mais ativa junto aos Institutos de Previdência dos Estados, RPPS, a BRB DTVM também elevou de maneira importante o PL de seus fundos de renda fixa. O BRB Solidez, por exemplo, teve seu PL aumentado de R\$ 20 milhões em dezembro de 2011 para aproximadamente R\$ 180 milhões em novembro de 2012, podendo chegar aos R\$ 200 milhões ainda em 2012.

Ainda, em consonância com as demandas desse mercado, a BRB DTVM estruturou diversos fundos, tais como Fundos de Investimentos Imobiliários – FII, Fundos de Investimento em Participações – FIP, assim como, também, fundos de Renda Fixa, Multimercados, dentre outros.

No mercado de capitais, iniciamos a estruturação de diversos produtos de emissão de companhias sediadas no Distrito Federal, como Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários. A BRB DTVM vem sendo mandatada para estruturar e coordenar a colocação desses ativos junto aos investidores.

Governança Corporativa

Para manter a confiabilidade e transparência em suas ações, a BRB DTVM ampliou sua área de conformidade, controles internos e gestão de riscos. O objetivo da medida é manter o elevado padrão de governança corporativa, garantindo aos clientes que as melhores práticas do mercado estão sendo adotadas na gestão de seus recursos. Os mais elevados padrões de controles exigidos pelas instituições que regulamentam as atividades do mercado de capitais foram implementados para proporcionar maior controle, transparência e eficiência à BRB DTVM.

Foram implementadas novas atividades de controle e divulgação de normativos publicados pelos órgãos reguladores do mercado, atualização do mapeamento de riscos, além da implantação do processo de conformidade normativa, que visa manter rígidos controles para adequação dos produtos e serviços da BRB DTVM aos normativos internos e externos.

As práticas e procedimentos adotados na BRB DTVM resultaram na manutenção do rating de Qualidade de Gestão, LFG3+, atribuído por empresa nacional de avaliação de risco LFRating. Essa menção é concedida às empresas que apresentam boa qualidade de gestão, caracterizada pelo bom nível de gerenciamento e de controles.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Em 2012, a BRB DTVM vem consolidando suas parcerias no mercado de capitais. A marca do BRB foi expandida no cenário nacional, por meio da participação em diversos eventos direcionados a Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC's e Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, clientes institucionais espalhados por todo o Brasil, além da ampliação do potencial de clientes no Distrito Federal.

A divulgação institucional realizada pela BRB DTVM trouxe grandes resultados para a empresa. Foram captados recursos junto a novos clientes RPPS para diversos fundos de investimento e firmados contratos para prestação de serviços qualificados com grandes empresas do mercado, dentre os quais destacam-se contratos firmados com uma das maiores corretoras de valores do país. A prestação de serviços qualificados irá representar melhora nos resultados da BRB DTVM e propiciar o fortalecimento e reconhecimento da empresa junto aos grandes agentes do mercado.

A BRB DTVM também tem assessorado ativamente as empresas do Distrito Federal, criando soluções financeiras inovadoras, necessárias a cada uma delas, por meio da estruturação de produtos e operações específicas. Essa ação possibilita às empresas atuantes no DF expandirem seus negócios, com o consequente aumento na oferta de produtos, serviços e significativos benefícios sociais para toda a população, por meio da geração de um maior número de empregos.

Perspectivas

Nos próximos anos, serão reforçados três eixos de geração de receitas para a DTVM, buscando melhoria dos resultados e maior diversificação nos negócios:

Expansão dos serviços financeiros qualificados

- Crescimento do volume custodiado/controlado em função do crescimento do patrimônio dos atuais clientes, prestação de novos serviços (i.e. escrituração de ações) e busca de novos clientes;
- Ampliação do serviço de administração de fundos para terceiros, em especial Fundos não IN/CVM 409, gerando ganhos de escala para a atividade.

Expansão do Patrimônio sob Gestão

- Crescimento da meta de captação da Rede de Agências, facilitado pela criação de produtos para clientes superqualificados (aplicações maiores que R\$ 1 milhão);
- Ampliação do número de Clientes Institucionais e volume de recursos sob gestão, aproveitando os bons resultados apresentados pelos fundos direcionados a esses clientes e a criação de produtos adequados às suas expectativas.

Estruturação/distribuição de produtos de mercado de capitais, tais como Fundos de Investimento em Direitos Creditórios-FIDCs, Fundo de Investimento em Participação-FIPs, Fundo de Investimento

Imobiliário-FIIs, Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRIs, Debêntures, Notas Promissórias Comerciais-NPCs

– Fortalecimento das parcerias com instituições do mercado de capitais permitirá distribuir aos nossos clientes internos e externos várias alternativas de investimento de alta rentabilidade e risco controlado;

– Ampliação do relacionamento com médias e grandes empresas da região de Brasília estruturando operações de mercado de capitais para financiar a expansão das suas atividades.

Com essas ações, a BRB DTVM estará contribuindo para a oferta de produtos para os seus clientes investidores, bem como a disponibilização de recursos para o setor privado da RIDE, estimulando a geração de emprego e renda.

13.4. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 19.901

O Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEF, instituído pelo art. 209 do Decreto-Lei nº 82, de 26/12/66, ratificado pela Lei nº 79, de 29/12/89 e regulamentado pelo Decreto nº 24.594, de 14/05/04, publicado no DODF de 17/05/04, tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da região geoeconômica do Distrito Federal, mediante apoio financeiro a empreendimentos produtivos, com projetos aprovados no âmbito dos programas de governo de desenvolvimento econômico e social. Utiliza-se da estrutura do Banco de Brasília S.A. – BRB como agente financeiro nas operações de financiamentos ou empréstimos ao setor privado, conforme preceitua o art. 6º do Decreto nº 24.594/04.

Origem e aplicação dos Recursos

Os recursos do FUNDEF constituem-se das fontes elencadas no art. 2º do Decreto nº 24.594/04, quais sejam:

- Dotações orçamentárias a ele destinadas;
- Dividendos recebidos pelo Distrito Federal, em virtude de participação acionária em empresas públicas ou sociedade de economia mista;
- Receitas decorrentes de aplicações no mercado financeiro;
- Retorno de aplicações no setor privado; e
- Outros recursos.

Metas do FUNDEF

Os artigos 3º e 4º do citado diploma legal preveem que estes recursos serão aplicados em projetos públicos ou privados, em conformidade com a programação estabelecida na lei orçamentária anual do Distrito Federal e observará as seguintes diretrizes programáticas:

“I - os recursos serão destinados a:

a) empréstimo a empreendimentos econômicos produtivos, de até 70% (setenta por cento) do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, próprio, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS;

b) empréstimo destinado a financiamento especial para o desenvolvimento, de até 25% (vinte e cinco por cento) do faturamento mensal de empresas, independente do ramo ou do setor de atividade da cadeia produtiva, de caráter estratégico, para o desenvolvimento econômico e social, sustentável do Distrito Federal; ...”

Patrimônio

O ativo do FUNDEF em 2012 totaliza R\$ 3.458.868.564,34 (três bilhões, quatrocentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), conforme balancete contábil extraído do SIAC/SIGGO, posição em 16/01/2013.

1. Realizações

PROGRAMA TEMÁTICO

6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9062 – Empréstimo Especial para o desenvolvimento	526.847.542	308.154.929	103.529.456	103.529.456	
0001 – Empréstimo Especial para o Desenvolvimento do DF	526.847.542	308.154.929	103.529.456	103.529.456	01

A realização física do FUNDEF em 2012 foi de 479 liberações de crédito acumulados ao longo de vários anos, que correspondem a 56 projetos atendidos.

Comparativo Anual por Programa de Governo – 2009 a 2012

Programa	2009	2010	2011	2012
PRÓ-DF II	97.376.620	110.482.975	168.893.445	106.449.652

Observação: a queda no valor dos financiamentos do ICMS incentivado em 2012, se comparado a 2010 e 2011, ocorreu devido à suspensão das liberações, por falta da normatização do COPEP, das revisões anuais previstas na legislação do PRÓ-DF II / FIDE, até a publicação da Resolução Normativa nº 12N, de 29/11/2012, publicada no DODF nº 248, de 10/12/2012, pg. 06.

2. Informações Complementares

2.1. Avaliações de Resultados do FUNDEF

Até a presente data, o estoque de empréstimos concedidos por intermédio do FUNDEF, ao setor privado empreendedor, situa-se em R\$ 923 milhões (SIAC/SIGGO). No entanto, não se dispõe de uma avaliação sistemática e consistente da relação custo-benefício obtida por conta dessas transferências. Em razão disto, foram realizadas algumas tentativas de avaliações, com o intuito de suprir os gestores públicos de algum instrumento de balizamento dessas transferências. Não se pode prescindir do entendimento de que as avaliações abaixo apresentadas são, ainda, um tanto incipientes, dada a carência de servidores, tanto em quantidade quanto em habilitação necessárias ao empreendimento ensejado. Bem assim, não se deve desconsiderar que essa atividade constituir-se-á em um primeiro passo para implantação de uma rotina duradoura que poderá, ao longo do tempo, consumir-se desenvolvida e aperfeiçoada.

Cumpra esclarecer que providências no âmbito legal já foram tomadas no sentido de tornar essas avaliações obrigatórias, quando nos textos dos projetos de Lei nºs 1245/2012 e 1246/2012, aprovados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, no final do exercício legislativo de 2012, que instituirão, respectivamente, o financiamento industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – Ideias Industrial e o financiamento de comércio e serviços para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – Ideias Comércio e Serviços, foram inseridos os respectivos artigos 18 e 17, prevendo a adoção de acompanhamento e avaliação de resultados dos empreendimentos financiados ao amparo dos aludidos dispositivos legais.

2.2. Avaliação do ponto de vista do custo de oportunidade

Esta avaliação é puramente um exercício de apuração de custo de oportunidade, elaborado com o intuito de comparar duas opções de investimentos. Uma, voltada a externalidades, no momento em que o Estado transfere recursos para o setor econômico privado, com ônus financeiro significativamente ameno para aquele setor visando, em contrapartida, o seu desenvolvimento e obtenção, em longo prazo, de riquezas por meio da criação de empregos, aumento da arrecadação tributária, maior competitividade e produtividade entre empresas, mais desenvolvimento de regiões ainda inexploradas economicamente ou então em processo de estagnação.

Outra, onde a preocupação principal seria a de preservar ativos financeiros, voltada para uma gestão mais de tesouraria, com o Estado entesourando recursos de caixa. Este fato não é comum de acontecer, haja vista a recorrente escassez de recursos para suprir a sempre crescente demanda por bens e serviços públicos. Algum mecanismo de aferição necessita ser desenvolvido, de forma que se possa mensurar com segurança, se o montante de recursos públicos invertidos no setor privado, a título de incentivos creditícios, para o desenvolvimento econômico local, produz resultados positivos suficientes para cobrir os custos de oportunidade, gerados por conta desses incentivos concedidos.

Avaliação do ponto de vista do Custo de Oportunidade

Ano	Saldo Devedor	Incentivos Creditícios Concedidos							Custo de Oportunidade		
		Aplicação Financeira Fictícia (APF)				Haveres Vinculados ao Incentivo Creditício Concedido			Valor Apurado (APF-Haveres)	Atualização Monetária	
		Valor Concessão	Acumulado Concessões	Taxa Selic	Juros	Juros (0,2% A.M.)	Emolu-Mentos	Total Haveres		INPC Médio	Valor Atualizado (INPC Dez/12)
2000	32.075.521	23.362.211	55.437.733	16,19%	8.975.368	1.345.239	116.811	1.462.050	7.513.318	174,34	12.751.498
2001	55.437.733	22.157.778	77.595.511	16,08%	12.477.358	1.882.914	110.789	1.993.703	10.483.655	176,46	17.578.987
2002	77.595.511	5.831.774	83.427.285	17,66%	14.733.258	2.024.427	29.159	2.053.586	12.679.672	178,20	21.054.727
2003	83.427.285	77.467.097	160.894.382	21,16%	34.045.251	3.904.225	387.335	4.291.560	29.753.691	179,64	49.008.268
2004	160.894.382	118.568.539	279.462.921	15,14%	42.310.686	6.781.382	592.843	7.374.225	34.936.461	190,91	54.149.561
2005	279.462.921	88.006.468	367.469.388	17,56%	64.527.624	8.916.926	440.032	9.356.958	55.170.666	201,91	80.852.886
2006	367.469.388	85.837.057	453.306.445	14,13%	64.052.200	10.999.829	429.185	11.429.014	52.623.186	208,49	74.685.373
2007	453.306.445	74.404.758	527.711.203	11,25%	59.367.510	12.805.317	372.024	13.177.341	46.190.169	217,01	62.982.084
2008	527.711.203	111.347.116	639.058.319	11,82%	75.536.693	15.507.240	556.736	16.063.976	59.472.717	231,27	76.091.172
2009	639.058.319	97.376.621	736.434.940	9,50%	69.961.319	17.870.159	486.883	18.357.042	51.604.277	242,94	62.853.402
2010	736.434.940	-58.867.311	677.567.629	9,37%	63.488.086	16.441.698	0	16.441.698	47.046.388	255,36	54.513.808
2011	677.567.629	152.905.707	830.473.335	11,04%	91.684.256	20.152.073	764.529	20.916.602	70.767.654	272,22	76.923.568
2012	830.473.335	91.938.649	922.411.985	8,17%	75.361.059	22.383.035	459.693	22.842.728	52.518.331	287,01	54.144.063
Total	830.473.335	890.336.464	922.411.985		676.520.668	141.014.464	4.746.019	145.760.483	530.760.185		697.589.397

2.3. Avaliação do ponto de vista da arrecadação tributária

Esta avaliação tem o objetivo de iniciar uma análise da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS proporcionada pelas empresas contempladas com a concessão de incentivos creditícios, com a receita arrecadada com aquele tributo e a evolução do Produto Interno Bruto do DF – PIB/DF. As informações de receita tributária são protegidas pelo sigilo fiscal. Portanto, não podem ser objeto de publicação e devem ser informadas somente para servidores desta Secretaria. Os dados utilizados estão atualizados até o ano de 2011, sempre que disponíveis.

2.4. Resultados Consolidados

Foram avaliadas cerca de 270 empresas envolvidas com o Programa, desde micro e pequenas até grandes empresas. A receita de ICMS por conta dessas empresas no ano de 2001 foi de aproximadamente R\$ 281 milhões, tendo crescido para aproximadamente R\$ 886 milhões em 2011, em termos absolutos.

Evolução das Receitas Tributárias advindas de empresas no FUNDEFE

Ano	Total
2001	281.707.359
2002	359.768.396
2003	465.660.857
2004	594.401.966
2005	623.235.878
2006	632.754.731
2007	688.466.537
2008	768.302.737
2009	731.340.475
2010	803.298.067
2011	886.440.725

Fonte: SUREC/SEF

Variação da Receita Tributária das Empresas no FUNDEFE

Período	Variação
2001 / 2002	13,47%
2002 / 2003	14,79%
2003 / 2004	20,65%
2004 / 2005	-0,64%
2005 / 2006	-1,03%
2006 / 2007	3,83%
2007 / 2008	4,10%
2008 / 2009	-8,62%
2009 / 2010	3,54%
2010 / 2011	3,41%
Média	5,35%

Fonte: SUREC/SEF. Atualização: Banco Central - INPC

Desta forma, a receita deste tributo advinda dessas empresas teve uma variação real média de 5,35% ao ano.

Entretanto, estes números devem ser comparados com duas variáveis: a evolução da receita de ICMS total do Distrito Federal e a evolução do PIB/DF para que se possa avaliar a evolução dessas receitas advindas das empresas incentivadas, em relação à economia do Distrito Federal como um todo e do crescimento da receita tributária do Distrito Federal.

A receita de ICMS do Distrito Federal evoluiu de um total de R\$ 1,59 bilhão de reais em 2001 para aproximadamente R\$ 5,01 bilhões de reais em 2011, como explicitado no quadro abaixo:

Valores da Receita de ICMS Total do DF – 2001/2011 (valores correntes)

Ano	Total
2001	1.590.928.117
2002	1.793.745.713
2003	2.192.768.089
2004	2.600.321.927
2005	2.906.600.539
2006	3.290.372.834
2007	3.433.791.263
2008	3.941.222.991
2009	3.983.560.655
2010	4.493.608.946
2011	5.008.748.855

Fonte: Portal da Transparência do DF.

Quando corrigidos pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os valores têm uma evolução menos impactante, mas relevante:

Valores da Receita de ICMS Total do DF após correção inflacionária - 2001/2011

Ano	Total
2001	3.063.480.682
2002	3.068.873.980
2003	3.327.159.602

Ano	Total
2004	3.729.381.448
2005	3.950.250.633
2006	4.358.983.600
2007	4.340.994.108
2008	4.647.695.095
2009	4.509.757.946
2010	4.795.416.349
2011	5.008.748.855

Fonte: Portal da Transparência do DF. Atualização: Site do Banco Central - INPC

Desta maneira, houve uma evolução média real de 5,14% desde 2001 até 2011, de acordo com o quadro abaixo.

Variação Real da Receita de ICMS Total do DF - 2001/2011

Período	Variação
2001 / 2002	0,18%
2002 / 2003	8,42%
2003 / 2004	12,09%
2004 / 2005	5,92%
2005 / 2006	10,35%
2006 / 2007	-0,41%
2007 / 2008	7,07%
2008 / 2009	-2,97%
2009 / 2010	6,33%
2010 / 2011	4,45%
Média	5,14%

Fonte: Portal da Transparência do DF. Atualização: Site do Banco Central - INPC

O valor do PIB de 2011 ainda é uma estimativa da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan, mas pode-se visualizar que a evolução média segue uma tendência semelhante a da evolução da receita tributária.

Variação Média do PIB/DF

Período	Variação
2001 / 2002	3,27%
2002 / 2003	1,50%
2003 / 2004	4,90%
2004 / 2005	5,20%
2005 / 2006	5,40%
2006 / 2007	5,90%
2007 / 2008	3,80%
2008 / 2009	4,00%
2009 / 2010	3,50%
2010 / 2011	2,70%
Média	4,01%

Fonte: CODEPLAN / Atualização: Site do Banco Central - INPC

2.5. Conclusão

O propósito desta avaliação foi dar mais um passo para a correta avaliação dos impactos econômicos e sociais do FUNDEF, do ponto de vista da arrecadação tributária, e proporcionar dados que possibilitem uma melhor compreensão dos instrumentos de incentivo ao desenvolvimento do Distrito Federal.

Os resultados de receita tributária (no caso, a receita de ICMS) das empresas têm evoluído em um ritmo semelhante ao da evolução da receita tributária total do DF e de 1,34% acima da evolução média do PIB/DF no período, indicando que o Programa pode estar influenciando no crescimento da economia distrital.

Entretanto, não há como avaliar qual seria o impacto da não existência do programa, dado que os programas de incentivo fiscal não existem no vácuo, mas estão em virtual “concorrência” com programas semelhantes de outros entes federativos, visto que estes buscam atrair as mesmas empresas.

É fato notório que, quando uma grande empresa busca um novo local para se instalar, tenta maximizar seu benefício de forma a escolher a localidade que ofereça uma infra-estrutura de logística e mercados consumidores interessantes, e também uma carga tributária e uma estrutura de financiamentos que aumentem sua competitividade perante seus concorrentes.

Desta forma, far-se-á necessário incluir futuramente novos indicadores e variáveis que possibilitem “isolar” os efeitos externos no desempenho das empresas incentivadas, de forma a proporcionar uma melhor avaliação dos impactos do programa no desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

2.6. Avaliação do ponto de vista do emprego e dos salários

Os dados relativos à força de trabalho e massa salarial das empresas beneficiárias de incentivos creditícios oriundos do FUNDEF, na forma apresentada no Quadro abaixo, foram obtidos por meio de informações colhidas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego. A base de dados para obtenção dessas informações originou-se do registro das empresas cadastradas do SIAC/SIGGO, na conta contábil “122310000 – Empréstimos Concedidos”, UG/Gestão 130901/13901, no período de 2003 a 2011, num total de 129 empresas, com um estoque de R\$ 923 milhões de créditos concedidos. **Cumpramos esclarecer que por imposição de sigilo legal, não foram expostos os dados por empresa, isoladamente.**

Força de Trabalho e Massa Salarial – Empresas Beneficiárias do FUNDEF

EMPRESA	CNPJ	2003		2004		2005		2009		2010		2011	
		QT. EMPREGOS	MASSA SALARIAL (R\$)	QT. EMPREGOS	MASSA SALARIAL (R\$)	QT. EMPREGOS	MASSA SALARIAL (R\$)	QT. EMPREGOS	MASSA SALARIAL (R\$)	QT. EMPREGOS	MASSA SALARIAL (R\$)	QT. EMPREGOS	MASSA SALARIAL (R\$)
		POSIÇÃO EM 31/12/2003	POSIÇÃO EM 31/12/2003	POSIÇÃO EM 31/12/2004	POSIÇÃO EM 31/12/2004	POSIÇÃO EM 31/12/2005	POSIÇÃO EM 31/12/2005	POSIÇÃO EM 31/12/2009	POSIÇÃO EM 31/12/2009	POSIÇÃO EM 31/12/2010	POSIÇÃO EM 31/12/2010	POSIÇÃO EM 31/12/2011	POSIÇÃO EM 31/12/2011
Empresa A													
Empresa B													
Empresa C													
.....													
Empresa n													
TOTAIS													

2.7. Avaliação temporal

Verificou-se que a avaliação do período ponta a ponta poderia provocar distorções, tendo em vista que, a cada ano, diferentes empresas, concorrentemente com as empresas já beneficiadas, iam recebendo benefícios anuais, cujas características particulares poderiam influenciar entre si os resultados. Por exemplo: os dados apresentados de uma empresa que começou a receber benefícios em 2005 que somados aos dados de outra empresa que começou a receber ou já recebia benefícios anteriores a 2003, poderiam apresentar uma falsa noção de crescimento marginal da força de trabalho e da massa salarial. Diante disso, procurou-se depurar um pouco dessas distorções como se verá nas análises seguintes. Em razão da pouca disponibilidade de tempo para apresentar essas avaliações a contento, os dados foram avaliados vinculando os grupos de empresas aos anos que tiveram concedidos os benefícios. Assim, para as empresas que estavam registradas na conta contábil 122310000 em 2003 (ano-base), analisou-se-lhes o desempenho de 2003 a 2011. O mesmo procedimento foi utilizado para aquelas cujo registro foi em 2004, e assim por diante. O ideal seria uma avaliação exaustiva empresa por empresa, ano por ano, metodologia que poderá ser aplicada a partir de 2013.

2.7.1. Avaliação temporal da força de trabalho

O Quadro a seguir dá uma idéia de como foi o desempenho do grupo de empresas inicialmente beneficiadas em um determinado ano, quando se procurou verificar qual foi o acréscimo observado em suas forças de trabalho no período ensejado (ano em que começou a receber os benefícios até 2011, inclusive), segregadas por grupos anuais. Por essa metodologia apurou-se um crescimento médio marginal da força de trabalho em 5,19% ao ano.

Avaliação da Força de Trabalho (Em unidades)

Ano	Situação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 2011/Inicial
2003	Posição inicial	4.724									
	Crescimento marginal		439	1.104	649	1.160	1.845	2.115	2.698	3.548	-24,89%
2004	Posição inicial		129								
	Crescimento marginal			76	127	217	234	232	325	342	165,12%
2005	Posição inicial			389							
	Crescimento marginal				459	610	220	210	211	233	-40,10%
2006	Posição inicial				53						
	Crescimento marginal					95	193	234	238	305	475,47%
2007	Posição inicial					133					
	Crescimento marginal						16	(27)	(16)	(5)	-103,76%
2008	Posição inicial						72				
	Crescimento marginal							46	81	140	94,44%
2009	Posição inicial							3			
	Crescimento marginal								(2)	(2)	-166,67%
2010	Posição inicial								-		
	Crescimento marginal									-	-
Variação no Período											49,95%
Variação Média Anual											5,19%

2.7.2. Avaliação temporal da massa salarial

O Quadro a seguir, da mesma forma como estabelecida para avaliar o desempenho da força de trabalho, foi utilizado para precificar os valores das massas salariais lá indicadas, com o critério de atualização com base no IGP-DI, na relação índice cheio Dezembro-2012 / nº índice médio de cada ano. Por essa metodologia apurou-se um crescimento médio da massa salarial em 6,61%.

Avaliação da Massa Salarial (Em R\$ mil)

Ano	Situação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 2011/Inicial
2003	Posição inicial	10.756									
	Crescimento marginal		1.705	2.564	1.055	1.959	5.599	6.000	8.345	10.758	0,02%
2004	Posição inicial		123								
	Crescimento marginal			76	182	346	464	460	553	499	304,44%
2005	Posição inicial			1.065							
	Crescimento marginal				2.301	2.595	208	135	173	337	-68,74%
2006	Posição inicial				80						
	Crescimento marginal					117	280	194	383	384	382,13%
2007	Posição inicial					164					
	Crescimento marginal						45	(38)	31	32	-80,42%
2008	Posição inicial						120				
	Crescimento marginal							68	135	335	179,77%
2009	Posição inicial							6			
	Crescimento marginal								(5)	(5)	-182,74%
2010	Posição inicial								-		
	Crescimento marginal									-	-
Variação no Período											66,85%
Variação Média Anual											6,61%

2.7.3. Avaliação temporal da força de trabalho e da massa salarial, sem o critério de segregação anual

Por este critério a avaliação leva em conta a variação ocorrida de um ano para outro, sem considerar a segregação dos dados iniciais de cada ano. Disto resultam variações anuais mais significativas ao tempo em que não se distingue o que é dado novo de dado originado de um mais antigo. Este critério servirá para comparar a evolução dos dados das avaliações do setor econômico privado total.

Dados Originais – Empresas Beneficiárias do FUNDEFE

Ano	Quantidade de Empregos	Δ (Ano / Ano)	Massa Salarial	Δ (Ano / Ano)
2003	4.724	-	10.756.049	-
2004	5.292	12,02%	12.584.750	17,00%
2005	6.422	21,35%	14.584.214	15,89%
2006	6.530	1,68%	15.561.766	6,70%
2007	7.510	15,01%	17.204.667	10,56%
2008	8.008	6,63%	18.903.875	9,88%
2009	8.313	3,81%	19.134.583	1,22%
2010	9.038	8,72%	21.928.271	14,60%
2011	10.064	11,35%	24.655.386	12,44%
Δ (No Período)	113,04%		129,22%	
Δ (Anual)	9,92%	10,07%	9,65%	11,04%

2.7.4. Avaliação Temporal da Força de Trabalho e da Massa Salarial do Setor Econômico Privado Total

O Quadro a seguir, indica, com dados também fornecidos pelo CAGED, em números absolutos, qual foi a força de trabalho empregada e a massa salarial registrada no setor econômico privado total no Distrito Federal, no período ensejado.

Pelo critério adotado para avaliação dessas variáveis beneficiadas com recursos do FUNDEFE, a comparação do desempenho dos dois grupos (empresas beneficiárias do FUNDEFE e setor econômico privado total) resta prejudicada, em razão de que não foi possível segregar por ano de ingresso, os dados das empresas de todo o setor econômico privado total. Pela miríade da quantidade e diversidade das empresas registradas no Distrito Federal, o critério de avaliação por segregação de ano de ingresso talvez se mostre praticamente impossível de ser adotado. Desse modo, sem o refinamento desejado, a avaliação passa a ser de 9,92% e 9,65%, respectivamente, de crescimento anual da força de trabalho, pelo critério da média da soma das variações verificadas no período ensejado e pelo critério da média da soma das médias anuais, extraídas das variações ocorridas nos períodos ensejados, para a avaliação da força de trabalho. Pela mesma metodologia, apuraram-se os respectivos resultados de 9,65% e de 11,04% para avaliação das massas salariais.

Dados Setor Privado Total

Ano	Quantidade de Empregos	Massa Salarial	Δ (Ano / Ano)
2003	335.015	428.433.351	-
2004	362.786	465.736.793	8,71%
2005	394.368	517.167.378	11,04%
2006	413.220	553.190.957	6,97%
2007	445.635	595.852.789	7,71%
2008	480.319	654.455.415	9,84%
2009	511.108	693.095.332	5,90%
2010	548.436	769.621.767	11,04%
2011	601.824	949.372.785	23,36%
Δ (No Período)	79,64%	121,59%	
Δ (Anual)	7,60%	10,46%	10,57%

2.7.5. Conclusão

A análise mais apurada das avaliações supracitadas revela que:

- Não é possível afirmar categoricamente que com os critérios adotados, a transferência de recursos públicos, a custos subsidiados para o setor produtivo privado local, traz retornos econômicos e sociais na razão direta ou superior aos montantes transferidos;
- Da mesma forma, não se pode afirmar o contrário;
- Pelo critério da avaliação das séries temporais segregando as entradas anuais de dados, a partir de 2004, obtêm-se, respectivamente, um crescimento médio anual de 5,19% e 6,61% da força de trabalho e da massa salarial, resultados maiores que a variação dos PIBs anuais apurados no âmbito do DF, cuja média apurada no período de 2003 a 2010 foi de 4,01% (fonte Codeplan);
- Pelo critério de avaliação pela não segregação dos dados iniciais de cada ano, os resultados mostram que a variação média da força de trabalho das empresas beneficiárias do FUNDEFÉ foi de 2,47% ao ano, maior que a força de trabalho do setor econômico privado local e que a variação média da massa salarial daquele grupo de empresas foi de 0,58% maior que a massa salarial do setor econômico privado local, conforme demonstrado no Quadro.

Crescimento Anual Apurado

Especificação	Força de Trabalho	Massa Salarial
Empresas Beneficiárias	10,07%	11,04%
Setor Privado Total	7,60%	10,46%
Diferenças	2,47%	0,58%

3. Conciliação entre O SIGGO E O BRB das Contas Contábeis 122310000 e 112192601 (Empréstimos Concedidos e Juros de Empréstimos FUNDEFÉ), do FUNDEFÉ em 2012

Conciliação de Contas Empréstimos Concedidos e Juros de Empréstimos FUNDEFÉ em 2012

CONCILIAÇÃO DAS DE CONTAS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E JUROS DE EMPRÉSTIMOS FUNDEFÉ EM 2012									
Em R\$ 1,00									
HISTÓRICO		APURAÇÃO PELO SIGGO			APURAÇÃO PELO BRB			DIFERENÇA SIGGO-BRB	
		EMPRÉSTIMOS (122310000)	JUROS (112192601)	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	JUROS	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	JUROS
SITUAÇÃO EM 31/12/2012		922.411.984,58	21.471.168,63	943.883.153,21	922.411.984,58	21.471.168,63	943.883.153,21	0,00	0,00
AJUSTES	Lib. empréstimo para A. Telecom Ltda	-	-	-	292.466,72	-	292.466,72	-292.466,72	-
	Lib. empréstimo para Américo Distrib. Import.	-	-	-	38.496,99	-	38.496,99	-38.496,99	-
	Lib. empréstimo para Bressol Brasília Alimentos	-	-	-	3.316.536,02	-	3.316.536,02	-3.316.536,02	-
	Lib. empréstimo para Condor Alacridista Ltda	-	-	-	1.044.742,56	-	1.044.742,56	-1.044.742,56	-
	Lib. empréstimo para First Class Ltda	-	-	-	294.051,64	-	294.051,64	-294.051,64	-
	Lib. empréstimo para Gerclau Açores Longos Ltda	-	-	-	3.059.272,40	-	3.059.272,40	-3.059.272,40	-
	Lib. empréstimo para Glocabov Bebidas e Alim. Ltda	-	-	-	15.818.347,83	-	15.818.347,83	-15.818.347,83	-
	Lib. empréstimo para Inst. Rossi Eletromecânica Ltda	-	-	-	571.524,82	-	571.524,82	-571.524,82	-
	Lib. empréstimo para Inst. Radioterapia Tag. Ltda	-	-	-	58.548,81	-	58.548,81	-58.548,81	-
	Lib. empréstimo para Nova Amazonas Ltda (matriz)	-	-	-	3.468.179,58	-	3.468.179,58	-3.468.179,58	-
	Lib. empréstimo para Nova Amazonas Ltda (filial)	-	-	-	11.236.796,06	-	11.236.796,06	-11.236.796,06	-
	Lib. empréstimo para PMH Prods. Médico-Hospitalares	-	-	-	1.727.559,95	-	1.727.559,95	-1.727.559,95	-
	Lib. empréstimo para Porto Brasil Incl. Com. Imp. Alimentos	-	-	-	409.595,01	-	409.595,01	-409.595,01	-
	Lib. empréstimo para Staccato Com. Móveis Ltda	-	-	-	744.371,89	-	744.371,89	-744.371,89	-
	Saldo devedor Banco de Brasília S/A - BRB	-	-	-	8.800,31	-	8.800,31	-8.800,31	-
Juros empréstimo Vitrail Vidros Planos reg. a misor dez/12		-	(4.833,30)	(4.833,30)	-	-	-	-	(4.833,30)
TOTAIS		922.411.984,58	21.471.168,63	943.883.153,21	922.411.984,58	21.471.168,63	943.883.153,21	(0,00)	(0,00)
Fontes:									
1. SIGGO: lançamentos efetuados ao longo do exercício financeiro de 2012 nas contas contábeis 122310000 e 112192601;									
2. BRB: lançamentos e conciliações efetuados com base nos Relatórios FCL72 e Movimentação Recursos FUNDEFÉ, extração mensal, disponibilizados pelo BRB.									
Notas:									
1. As informações sobre as liberações supracitadas foram encaminhadas ao BRB em tempo hábil. No entanto, por questão de gestão interna daquele Banco, o seu registro deverá figurar nos seus relatórios somente em 2013;									
2. A conciliação final foi feita com base Relatório FCL72 para apuração dos valores dos empréstimos concedidos e no Relatório Movimentação Recursos FUNDEFÉ para apuração dos valores dos juros remuneratórios, em razão de que os Relatórios FCL72 de dezembro/2012, no que se referem a esses juros remuneratórios, apresentaram dados inconsistentes;									
3. Em dezembro/2012 foi lançado em duplicidade no SIGGO a capitalização de juros no valor de R\$ 4.833,30 (NLS 02321 e 02330/2012), à conta da empresa Vitrail Vidros Planos. Como não houve tempo hábil para o devido ajuste em 2012, este ficará para ser ajustado no exercício financeiro de 2013.									
4. Conta do SIGGO, na conta 122310000 - Empréstimos Concedidos, um saldo devedor de R\$ 8.800,31 à conta do BRB, o qual não reconhece esse débito. Ademais, não foi encontrado, até o presente momento, qualquer registro desse débito nos arquivos da Gerência de Execução do FUNDEFÉ, na COMFESULTE/SEF.									

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O exercício de 2012 caracterizou-se pela implantação de ajustes operacionais e contábeis no FUNDEFÉ:

- Mudança no Executor do FUNDEFÉ, através do Decreto de 03 de agosto de 2012, publicado no DODF nº 155/2012 e Portaria SEF nº 173, de 29/10/2012, publicada no DODF nº 220/2012;
- Abertura do processo de conciliação contábil nº 040.003167/2012;
- Criação do e-mail compartilhado: fundefe@fazenda.df.gov.br para facilitar a interação com as empresas beneficiados nos programas sociais do FUNDEFÉ;
- Criação do código de receita “6410 – Emolumentos do FUNDEFÉ”, para recolhimento através de DAR dos emolumentos devidos, conforme previsto na legislação específica do Fundo, com o objetivo de otimizar o acompanhamento e controle contábil no Fundo;
- Criação do evento “510540 – Despesas de Concessão de Empréstimos a longo prazo vinculado a contratos registrados no SIGGO”, objetivando o registro e baixa nas conta contábeis 812310501 e 812310502, para transparência e controle contábil do Fundo;
- Registro contábil no SIGGO de aproximadamente 30% dos contratos de financiamento que estavam tramitando sem o devido registro contábil no sistema;
- Criado e implantado o “Check List” com todos elementos cobrados pelo controle interno, documento inserido nos processos de pagamento, antes da autorização da despesa emitida pelo ordenador de despesa;
- Alteração na rotina de liberação dos recursos do FUNDEFÉ, conforme ata da reunião ocorrida na SUTES, com representantes da SDE, da AGEMP, da STC e do FUNDEFÉ; e
- Suspensão da liberação dos financiamentos concedidos pelo Pró-DF II por falta da normatização do COPEP das revisões anuais do financiamento, até a publicação da Resolução Normativa do COPEP nº 12N, de 29/11/12, publicada na página 6 do DODF nº 248, de 10/12/2012.

13.5. FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – FUNDAF - UO: 19.902

O Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Administração Fazendária – FUNDAF, instituído pela Lei nº 3.311, de 21/01/04, e regulamentado pelo Decreto nº 26.246, de 29/09/05, tem por finalidade promover a modernização e o reaparelhamento da Administração Fazendária, além de propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício das atribuições fazendárias.

São objetivos do FUNDAF:

- I. Modernização e reaparelhamento das instalações da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF;
- II. Implementação de programas de educação fiscal;
- III. Qualificação profissional dos servidores da SEF;
- IV. Execução das ações previstas no Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – PINAT;
- V. Desenvolvimento de ações integradas objetivando a eficiência na cobrança administrativa de débitos fiscais;
- VI. Aperfeiçoamento e manutenção das atividades de arrecadação, fiscalização, tributação, atendimento ao contribuinte, administração financeira, contabilidade, patrimônio, licitação e compras; e
- VII. Realização de outras atividades que contribuam para o aumento da eficiência, efetividade, economicidade e eficácia da administração fazendária.

Constituirão recursos do FUNDAF:

- I. 20% do produto total das multas tributárias aplicadas no âmbito da competência da Subsecretaria da Receita – SUREC;
- II. 60% da contrapartida mensal instituída pelo art. 6º, parágrafo único, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 3.152, de 06/05/03;
- III. Resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;
- IV. Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- V. Receita advinda da aplicação dos recursos do FUNDAF;
- VI. Saldo apurado nos exercícios anteriores;
- VII. Receita advinda de licitação de bens apreendidos pela fiscalização tributária, exceto a relativa a impostos; e
- VIII. Outras contribuições financeiras destinadas ao Programa de que trata a Lei nº 2.594, de 21/09/00, devidas por optantes por regimes tributários especiais ou sujeitas a benefícios ou incentivos fiscais;

1. Realizações

PROGRAMA TEMÁTICO:

6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3046 – Modernização da Gestão Pública	6.507.327	10.436.975	9.213.109	1.204.794	
0005 – Modernização da Gestão Pública - Administração Fazendária do Distrito Federal	6.507.327	10.436.975	9.213.109	1.204.794	01 a 09 e 12
3667- Educação Fiscal	300.000	150.000	0	0	
0002- Educação Fiscal - Distrito Federal	300.000	150.000	0	0	11

Modernização da Gestão Pública

O orçamento inicial aprovado para esta ação foi de R\$ 6.507.327,00, sendo que pela Lei nº 4.802, de 03/04/12, foi aberto crédito suplementar referente a superávit financeiro no valor de R\$ 6.286.425,00, perfazendo o montante de R\$ 12.793.752,00. Desse total R\$ 2.071.364,33 foi contingenciado.

A despesa autorizada ao final do exercício foi de R\$ 10.436.974,67, sendo empenhado R\$ 9.213.109,04, que corresponde a 72% do orçamento aprovado no exercício e o valor liquidado foi de R\$ 1.204.794,19.

Neste Programa, foram realizadas as seguintes ações:

- Concluída a instalação em junho de 2012 da balança eletrônica na BR-060, para otimizar as ações de combate a sonegação fiscal. No que tange à BR-040, a sua instalação está em fase de projeto. Para tais execuções os recursos foram descentralizados para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Portaria Conjunta nº 2, de 31/01/12, SEF/NOVACAP, publicada no DODF de 08/02/12.

Início da instalação



Instalação concluída



- Concluída em 30 de junho de 2012 obras para a modernização dos elevadores do Edifício Vale do Rio Doce;
- Executada serviços de reforma e ampliação, 542,91 m², na Agência de Atendimento de Sobradinho. Foram executados 10% até dezembro de 2012, com recursos descentralizados por meio da Portaria Conjunta nº 3, de 31/01/12, SEF/NOVACAP, publicada no DODF de 08/02/12;
- Elaborado laudo técnico para a Agência de Atendimento do Gama;
- Adquirido duas empilhadeiras elétricas para o Depósito de Bens Apreendidos; 66 impressoras e mobiliários, em andamento; 50 aparelhos de ar condicionado; Câmara de monitoramento – CFTV; solução de controle e combate de incêndio do Data Center, Sistema de Controle de Acesso – SCA;
- Modernizada a infra-estrutura de rede de comunicação de dados;
- Contrato serviços de engenharia referente ao tratamento das fachadas e impermeabilização do Edifício Vale do Rio Doce.

Educação Fiscal

Contemplada na LOA/2012 com um orçamento de R\$ 300.000,00. No decorrer do exercício, foram realizadas alterações nas dotações aprovadas, destinando parte dos recursos para o desenvolvimento de outras ações prioritárias. O saldo da despesa autorizada foi de R\$ 150.000,00 e não houve gastos nas rubricas aprovadas.

Não houve gasto financeiro nesta ação, no entanto foi realizado o Curso à Distância de Disseminadores de Educação Fiscal, com público estimado de 350 pessoas, entre servidores públicos, professores, universitários e cidadãos. O Curso foi realizado em agosto de 2012, pelo Grupo de Educação Fiscal do Distrito Federal – GEF/DF, apoiado pela SEF, em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF.

O curso abordou os seguintes temas:

- Função social dos tributos;
- Relação entre estado e sociedade;
- Gestão democrática dos recursos públicos; e a
- Educação financeira.

A carga horária do curso foi de 160 horas, na modalidade Educação à Distância – EAD, ministradas por meio da plataforma *Moodle*, com auxílio de sete tutores devidamente qualificados para a função. Os alunos aprovados receberam certificados emitidos pela ESAF.

A iniciativa integra as ações do Programa de Educação Fiscal do Distrito Federal – PEF/DF, que desde 2005 já formou 1.600 disseminadores. A proposta, é conscientizar o cidadão em relação aos

direitos e deveres, incentivá-lo a participar da elaboração orçamentária e a fiscalizar a arrecadação, além de monitorar a aplicação do dinheiro público por parte dos governos.

Curso de Disseminadores de Educação Fiscal



2. Outras Realizações

PROGRAMA DE GESTÃO:

6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6066 - Ação de Incentivo á Arrecadação e Educação Tributária – PINAT	732.667	48.523	14.620	6.100	
0002 - Ação de Incentivo á Arrecadação e Educação Tributária – PINAT	732.667	48.523	14.620	6.100	10

Ação de Incentivo a Arrecadação e Educação Tributária – PINAT

Foi Contemplada na Lei nº 4.744, de 29/12/11, Lei Orçamentária Anual/2012 com o orçamento de R\$ 732.667,00, sendo contingenciado R\$ 660.144,00. A despesa autorizada foi de R\$ 48.522,50, sendo empenhado R\$ 14.620,00 e liquidado R\$ 6.100,00.

Os projetos programados e aprovados no exercício de 2012, foram treinamento de operacionalização de software, Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação – DGTI e participação no “V Congresso Brasileiro de Controle Interno”.

3. Informações Complementares

No exercício de 2012, o Conselho de Administração do FUNDAF foi composta por cinco representantes da Secretaria de Estado de Fazenda; dois representantes da Sociedade Civil e um representante dos Sindicatos dos Servidores da SEF.

Cabe mencionar que a Receita arrecadou, em 2012, R\$ 12.571.337,00, provenientes de rendimentos bancários classificados na fonte 170 e de multas tributárias classificadas nas fontes 100 e 152 aplicadas no âmbito da competência da Subsecretaria da Receita da Secretaria – SUREC.

Demonstrativo da Receita Arrecadada em 2012

Mês	Fonte 170	Fonte 152	Fonte 100	Total
Janeiro	51.243	101.447	592.850	745.540
Fevereiro	-	98.242	617.144	715.386
Março	106.799	92.379	743.884	943.062
Abril	47.199	107.458	554.522	709.179
Maio	53.848	111.400	792.316	957.564
Junho	34.085	117.240	817.784	969.109
Julho	38.375	143.006	886.267	1.067.648
Agosto	44.280	95.400	957.851	1.097.531
Setembro	38.832	107.667	1.077.205	1.223.704
Outubro	53.247	122.616	1.238.997	1.414.860
Novembro	37.310	117.773	1.220.794	1.375.877
Dezembro*	45.000	284.378	1.022.499	1.351.877
Total	550.218	1.499.006	10.522.113	12.571.337

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO

Elaboração: COPAF/SUREC

*Estimado

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A finalidade das receitas direcionadas ao FUNDAF é a complementação dos recursos financeiros destinados aos programas e projetos de modernização, desenvolvimento e aperfeiçoamento da administração fazendária e de capacitação de recursos humanos; bem como, de ampliação e reaparelhamento tecnológico, para concretização de importantes projetos para o melhor desempenho das atividades da SEF.

Com exceção da Educação Fiscal, as demais ações foram realizadas com recursos do FUNDAF distribuídos nos programas já elencados, que contribuíram com a modernização e a melhoria das diversas unidades da SEF, proporcionando atendimento ágil e transparente ao contribuinte.

Quanto à execução orçamentária e financeira, pela análise do quadro abaixo, a relação despesa empenhada/despesa autorizada é de 86% do orçamento autorizado. Com relação ao valor liquidado e pago, o percentual encontrado foi de 11,38%.

Execução Orçamentária e Financeira

Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Empenhos incluídos em Restos
10.635.497	9.227.729	1.210.894	8.016.834

O planejamento das ações foi programado em sua totalidade já a partir da primeira reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de janeiro de 2012. Entretanto, devido à demora na tramitação dos projetos entre os setores envolvidos, com isso as licitações, só aconteceram no final do exercício.

Durante o ano de 2012, o Conselho de Administração se reuniu ordinariamente oito vezes. Expediu 26 Decisões, com finalidade de aprovar a programação orçamentária do exercício; a proposta orçamentária de 2013; a alteração do regimento interno; diversos projetos, e ainda a prestação de contas do exercício.

Expediu-se a Resolução nº 1/2012 – FUNDAF, que teve como objetivo a atualização da nomenclatura dos cargos integrantes do Conselho de Administração, por força de sucessivas alterações na estrutura orgânica da SEF e que mesmo assim, vinha funcionando com a mesma composição, sem, todavia, compatibilizá-la com a estrutura atualizada.

Para o exercício de 2013, a perspectiva é de que se realizem todos os projetos aprovados pelo Conselho de Administração em 2012, que estão em andamento, como a reforma da agência de atendimento de Sobradinho; a modernização da infra-estrutura de rede que foi iniciada nesse exercício; a aquisição de mobiliários para as diversas unidades da SEF; as reformas em outras agências, entre outros.

Ressalta-se, ainda, que a Secretaria de Estado da Fazenda vem se modernizando de forma continuada, para alcançar a eficiência e eficácia, de modo consistente e transparente. Nesse contexto, o FUNDAF vem contribuindo muito com este propósito.

14. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE – UO: 20.101

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SDE, reestruturada pelo Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, tem por objetivo o planejamento econômico do Distrito Federal com propósito de fomentar a economia do Distrito Federal, gerando emprego e renda e conta com as seguintes competências institucionais: Desenvolvimento econômico; indústria, comércio e serviços; comunicações; áreas, polos e parques de desenvolvimento econômico; políticas de fomento; políticas de incentivos ao desenvolvimento econômico e empreendedorismo.

A missão é dupla: primeira é de orientar os rumos do desenvolvimento econômico, e a segunda de criar condições para atrair, crescer e reter empresas com negócios sustentáveis no DF e Entorno.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	14	20	03	10	47
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	26	-	25	-	51
Requisitados	Órgãos do GDF	05	12	05	23
	Órgãos do Governo Federal	-	-	03	03
Outros	Estagiários	-	07	-	12
(+) Cedidos para outros órgãos	01	02	-	-	03
Total Geral	46	41	36	16	139

1. Realizações

PROGRAMA TÉMatico:

6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OBJETIVO GERAL:

Promover e Articular Política de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3176 - Implantação do Projeto Cidade Aeroportuária	250.000	0	0	0	
3678 - Realização de Eventos	50.000	0	0	0	
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	650.000	0	0	0	
3954 - Implantação das Áreas de Desenvolvimento Econômico - ADES	1.350.000	0	0	0	
5021 - Modernização das Áreas de Desenvolvimento Econômico do DF - Procidades	270.000	2.452.718	0	0	
5670 - Modernização das Áreas de Desenvolvimento Econômico	8.020.000	7.702	0	0	

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 - Promover e articular Política de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em mm/A.A.	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Índice da participação da Indústria no PIB no DF	%	7,5	31/12/2010	Anual	7,8	8,1	8,4	8,7	CODEPLAN
Modernização e Revitalização das Áreas de Desenvolvimento Econômico	Unidade	-	-	Anual	2	3	3	4	SDE
Implantação de novas áreas de Desenvolvimento Econômico	Unidade	-	-	Anual	1	2	1	1	SDE

A SDE elaborou o folder “10 Motivos para Investir em Brasília” nos idiomas português e inglês; um vídeo promocional do Distrito Federal nos idiomas português, inglês e espanhol, e apresentação PowerPoint para empresários nos idiomas português e inglês. Ficha Técnica em Inglês com dados socioeconômicos do Distrito Federal em inglês. A elaboração dos materiais visa a divulgação de Brasília como destino de investimentos que foram divulgados nas embaixadas, outras secretarias, entidades de

classe, empresários e representantes de grupos de investimento. O folder tem sido divulgado em todos os eventos, reuniões e visitas técnicas que a SDE participa ou organiza (VII Cúpula Empresarial China-LAC; Reuniões do COFAP; I Conferência Distrital de Desenvolvimento Regional; FCO para todos). Também foi utilizado na Missão Internacional do Governador à Ásia, em julho/2012.

Em 2012 não houve gastos diretos com a realização de eventos, no entanto a área da SDE responsável pelo trabalho com o FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste realizou um evento compartilhado onde alcançou 110 pessoas, sendo 88 cadastrados para participarem de uma oficina técnica. O Procidades ainda não teve as atividades iniciadas pela Secretaria porque o contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não foi assinado. O processo de contratação do empréstimo está, no momento, sob análise da Secretaria do Tesouro Nacional (Ministério da Fazenda). A modernização e revitalização de duas ADEs, que seria viabilizado conforme projeto constante no processo 370.000.244/2012, entretanto o valor foi contingenciado e depois cancelado pelos Decretos nºs 33.697, de 01/06/12, publicado no DODF 108 e 33.972, de 05/11/12, publicado no DODF 224 e pela Lei nº 4.875 de 05/07/12, publicado DODF nº 135.

E, por fim, não foi possível iniciar a referida ação orçamentária para a implementação da Cidade Aeroportuária devido a não conclusão do processo de solicitação de delegação de competência do Aeródromo de Planaltina junto à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, processo nº 00055.001598/2012-61.

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1471 – Modernização de Sistema de Informação	1.000.000	386.402	278.288	0	
0024 – Modernização de Sistema de Informação – Secretaria De Desenvolvimento Econômico – Plano Piloto	1.000.000	386.402	278.288	0	8
2619 – Atenção à Saúde e Qualidade de Vida	30.000	15.000	0	0	
9705 – Atenção à Saúde e Qualidade de Vida – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Plano Piloto	30.000	15.000	0	0	10
4088 – Capacitação de Servidores	100.000	89.812	79.624	79.624	
0057 – Capacitação de Servidores – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Plano Piloto	100.000	89.812	79.624	79.624	9
8502 – Administração de Pessoal	5.717.248	9.393.573	9.376.489	9.376.489	
0067 – Administração de Pessoal – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Plano Piloto	5.717.248	9.393.573	9.376.489	9.376.489	1 e 2
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	445.000	505.000	483.982	483.982	
0058 – Concessão de Benefícios a Servidores – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Plano Piloto	445.000	505.000	483.982	483.982	3,4 e 5
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.680.000	2.018.683	1.700.477	1.591.596	
0062 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Plano Piloto	1.680.000	2.018.683	1.700.477	1.591.596	6 e 7

Brasília foi divulgada como destino de investimentos por meio de um impresso com o título: 10 motivos para investir em Brasília que foi amplamente divulgado em eventos e setores estratégicos no Brasil e em alguns países por onde Agentes da SDE passaram.

Agentes políticos da SDE, investiram em visitas nacionais e internacionais de importância estratégica para o desenvolvimento do DF, de acordo com as perspectivas de desenvolvimento do Distrito Federal, realizaram 10 visitas técnicas. Os destinos internacionais foram: Lisboa (Portugal); Frankfurt (Alemanha); Hangzhou Pequim, Shenzhen (China); Taipei (Taiwan); Seul e Incheon (Coreia do Sul).

Os destinos nacionais: Rio de Janeiro – RJ; São Paulo – SP; Anápolis e Goiânia – GO; Unaí - MG.

O público-alvo alcançado foram potenciais investidores e organizações de referência relevantes para a atração de investimentos para o Distrito Federal e para a capacitação e aperfeiçoamento institucional da SDE.

Ainda com o objetivo de atrair investimentos e promover comercialmente o Distrito Federal, agentes públicos da SDE participaram de fóruns técnicos e feiras de negócios, com prioridade para os

setores estratégicos. Em 2012 houve participação em 4 feiras e eventos nacionais para realização de negócios e atração de investimentos, sendo: Feira Agro-Brasília 2012; 1º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável da Frente Nacional de Prefeitos; Workshop sobre Atração de Investimentos Estrangeiros; e 1º SIMBRACS - Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços, o público alvo eram produtores rurais, empresas produtoras de máquinas agrícolas e empresas de alimentos, governos municipais, empresários nacionais e estrangeiros, agentes governamentais de promoção de investimentos.

Realizada a capacitação de servidores, SDE por meio de participação em seminários e cursos, conforme a tabela abaixo:

Descrição	Quantidade de Servidores
Encontro Internacional de Curitiba em Planejamento Urbano.	01
Fórum Nacional de Competências e Gestão para Resultados.	03
Curso Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos, nos períodos de 12 e 13/7/2012 e 24 e 25/09/2012.	15
Curso de Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal.	05
Curso Contratos Administrativos, rescisão do contrato e aplicação de penalidade,	03
Seminário Especial Aprendendo com os Mestres.	05
Curso SEFIP/GEFIP, para órgãos públicos e certificação digital para GFIP 2012.	05

3. Informações Complementares

3.1. Assessoria de Órgãos Colegiados – AOC/GAB

A Assessoria de Órgãos Colegiados iniciou o ano de 2012 com uma nova dinâmica de reuniões, iniciando as reuniões nos meses de janeiro e fevereiro. Essa nova sistemática visou promover celeridade na avaliação de processos com pedidos de revisão ainda pendentes de 2011 e retomar o fluxo de avaliação de novas demandas que chegam ao Conselho.

Como resultado dos trabalhos realizados no ano de 2012, houveram 16 Reuniões do COPEP/DF e 39 Reuniões das Câmaras Setoriais, sendo estas Ordinária e Extraordinárias. O COPEP/DF e Câmaras Setoriais publicaram, um total de 462 resoluções, ou seja, deliberações sobre processos em tramitação dentro do Conselho que vão desde novos pedidos de incentivos – Fiscal, Econômico e Tributário, à avaliação de recursos e processos julgados em última instância sem possibilidade de Recurso.

3.2. Representação Reuniões COPEP/DF

Em 16 Reuniões Ordinárias e Extraordinárias foram deliberados 316 processos, dos quais, 92 deferidos; 76 indeferidos; 47 diligências; 101 retirados de Pauta.

3.3. Representação Reuniões Câmaras Setoriais

Em 39 Reuniões Ordinárias e Extraordinárias foram deliberados 576 processos, dos quais:

- 233 correspondem aos deliberados pela Câmara Setorial de Acompanhamento e Avaliação de Empreendimentos e Infraestrutura;
- 146 correspondem aos deliberados pela Câmara Setorial do Comércio;
- 195 correspondem aos deliberados pela Câmara Setorial de Serviços, Turismo e Hospitalidade;
- 2 correspondem aos deliberados pela Câmara Setorial de Agricultura e Indústria.

Em todas as Câmaras Setoriais somam-se 38 os processos que foram colocados em Diligência e 122 os processos retirados de pauta.

3.4. Formulação de Políticas e Programas

É responsável pela proposição de estratégias e formulação de políticas e programas para o desenvolvimento econômico do DF e da RIDE.

3.4.1. Atividades Realizadas

Atividade	2012	2013
Realização de Benchmark Entrevistas com representantes dos governos de Bahia, Goiás, Paraná e Pernambuco.	Realizada	-
I Conferência Distrital de Desenvolvimento Regional – I CDDR Coordenação da I CDDR, presidida pela SDE, realizada nos dias 1º, 02 e 03/10/2012, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.	Realizada	-
Mapeamento de órgãos vinculados às Secretarias de Desenvolvimento nos Estados da Federação Identificação das estruturas e processos conduzidos pelas Secretarias de Estado, das	Realizada	-

Atividade	2012	2013
demais Unidades da Federação, que tratam da definição e implementação de políticas de desenvolvimento econômico, para subsidiar estudos de melhoria de processos.		
Parceria com a APEX-PEIEX – Com a criação do Núcleo Operacional do DF, a SDE passa a integrar o Comitê Consultivo do PEIEX do DF Participação da SDE no Comitê Consultivo do Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEX.	Realizada	-
Guia de Instrumentos de Apoio ao Desenvolvimento Industrial Parceria com ABDI, para disponibilização de ferramenta de consulta aos instrumentos de apoio ao desenvolvimento industrial de acordo com o perfil e a demanda da sua empresa.	Realizada	-
Formulação da Política de Desenvolvimento Produtivo do Distrito Federal Assinado em 01/out/2012, o Protocolo de Intenções entre a SDE, a ABDI, e FIBRA – para instalação do Núcleo da Rede Nacional de Política Industrial – RENAPI, no DF. A política encontra-se em fase final de elaboração e será lançada no início do 1º Semestre de 2013.	Iniciada	Previsão de lançamento em abril
Estruturação do Observatório de Oportunidades de Inclusão Socioprodutiva e Trabalho Ação integrada entre a SDE / SEDUC / UNB / BICT / SMPES / SECT / SEC / SEE / CUFA / Fundação Eliseu Alves / TecSoft, para estudo e pesquisa sobre oportunidades existentes de inclusão socioprodutiva e trabalho, fundamentalmente para os setores populares, assim como a modelagem de metodologias e projetos que promovam a transformação prática da realidade destes segmentos.	Iniciada	Em andamento
Elaboração de Estudo Técnico Elaboração de Termo de Referência para contratação de estudo técnico, junto à Fundação Getúlio Vargas – FGV, com objetivo de subsidiar a SDE com informações seguras e atualizadas sobre a realidade do DF e RIDE, para formulação de políticas de desenvolvimento econômico e atração de novos investimentos.	Iniciada	Conclusão
Implementação do Projeto Integrar Parceria da SDE / MDIC / Junta Comercial / SEBRAE Nacional / Receita Federal do Brasil, para implementação de Módulo de Consulta de Viabilidade do Projeto Integrar que visa a redução do prazo de abertura de empresas para até 9 dias.	Iniciada implantação de piloto	Conclusão
Estruturação do Projeto Módulo Contrato Padrão Parceria da SDE / MDIC / Junta Comercial / SEBRAE Nacional / Receita Federal do Brasil que visa a redução do prazo de abertura de empresas consideradas de baixo risco de 49 dias para até 48 horas. Como piloto do Projeto, foi escolhida a Região Administrativa de Brasília.	Iniciada	Conclusão

3.4.1.1. Realização de Benchmark

No início de 2012, para formulação de políticas e programas precisava de informações mais detalhadas sobre seu processo de trabalho, notadamente no que se refere à formulação de políticas e programas.

Em vista disso, a SDE orientou a realização de Benchmark nas secretarias responsáveis pelo desenvolvimento econômico dos estados que apresentam as melhores práticas na formulação e gestão de políticas de desenvolvimento econômico.

Inicialmente, foram selecionados os seguintes estados: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Goiás e Sergipe.

No planejamento do trabalho, foi elaborado questionário estruturado, com 42 questões, sobre diversos temas.

Até o momento, foram realizadas entrevistas com representantes dos governos de Bahia, Goiás, Paraná e Pernambuco.

3.4.1.2. I Conferência Distrital de Desenvolvimento Regional – I CDDR

Fase preparatória da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – I CNDR, organizada em três etapas integradas e sequenciais: Conferência Distrital, Conferência Macrorregional do Centro Oeste e Conferência Nacional.

A Comissão Organizadora Distrital é composta por órgãos e entidades, sociedade civil, empresariado e instituição de ensino superior e pesquisa do poder público.

No Distrito Federal, a I CDDR foi realizada nos dias 01, 02 e 03/10/2012, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com 240 pessoas credenciadas, distribuídas da seguinte forma:

Eixo I – Governança, Participação Social e Diálogo Federativo - 65 pessoas, Eixo II – Financiamento do Desenvolvimento Regional - 64, Eixo III – Desigualdades Regionais e Critérios de Elegibilidade – 29 pessoas, Eixo IV – Vetores de Desenvolvimento Regional Sustentável – 60 pessoas; e Eixo V – Estratégias de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica do DF – 22 pessoas.

O objetivo geral da Conferência foi promover debates que resultassem em Princípios e Diretrizes para a reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR a ser, posteriormente, apresentados nas etapas Macrorregional do Centro Oeste e Nacional.

Como resultado da I CDDR, os participantes selecionaram 5 princípios e 20 diretrizes para reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e elegeram Nove Delegados, sendo, 3 Delegados representantes do Poder Público, 3 da Sociedade Civil, 2 do Setor Empresarial e 1 Delegado representante do Segmento de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão, os quais, juntamente com o Coordenador Executivo da Conferência, deverão representar o DF nas próximas Etapas Macrorregional e Nacional, que se realizarão dias 12 a 14/11/2012 e 12 a 14/12/2012, respectivamente.

3.4.1.3. Mapeamento nacional de órgãos vinculados às Secretarias de Desenvolvimento nos Estados da Federação

Em outubro, foi executado levantamento de todos os órgãos subordinados às Secretarias de Estado, de todas as Unidades da Federação, que tratam da definição e implementação de políticas de desenvolvimento econômico. Com o trabalho foi possível identificar possíveis lacunas na estrutura orgânica da SDE.

3.4.1.4. Parceria com a APEX-PEIEX: Criação do Núcleo Operacional do DF, a SDE passa a integrar o Comitê Consultivo do PEIEX do DF

A partir de novembro/2012, a SDE passou a integrar o Comitê Consultivo do Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEX.

O PEIEX é um projeto de capacitação para empresas com potencial de exportação, cujo objetivo é incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora nas empresas de micro, pequeno e médio porte, qualificando e ampliando os mercados das indústrias iniciantes em comércio exterior.

O Projeto oferece soluções para problemas técnico-gerenciais e tecnológicos dessas empresas por meio de Núcleos Operacionais em diversos estados, que são responsáveis pelo atendimento às empresas.

Como membro do Comitê Consultivo do PEIEX, a SDE participa das definições das prioridades de atendimento, da divulgação de resultados dos atendimentos realizados e do encaminhamento de demandas sistêmicas. As reuniões do Comitê, para acompanhamento do Programa, são realizadas no início, no meio e no final do Projeto.

3.4.1.5. Guia de Instrumentos de Apoio ao Desenvolvimento Industrial

A SDE em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI disponibilizou, no sítio da SDE, o Guia de Instrumentos de Apoio ao Industrial.

Este Guia é uma ferramenta de consulta aos instrumentos de apoio ao desenvolvimento industrial de acordo com o perfil e a demanda da sua empresa, com informações atualizadas que poderão contribuir para o aumento da competitividade, como apoio financeiro, apoio técnico, defesa comercial, incentivos e desonerações, apoio à inovação e à exportação.

Basta informar localização, setor de atividade, porte da empresa e demanda específica e serão apresentadas as informações detalhadas dos instrumentos mais adequados ao seu perfil, por meio de acesso direto aos órgãos, agentes e entidades federais, regionais e distritais que oferecem o benefício.

Os instrumentos apresentados abrangem várias das medidas que integram instrumentos de órgãos do Governo Federal e Distrital. Essas iniciativas e programas se somam para o desenvolvimento sustentável, ampliação de mercados, adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor e a criação e fortalecimento de competências críticas nas empresas industriais brasileiras.

3.4.1.6. Formulação da Política de Desenvolvimento Produtivo do Distrito Federal

Para a formulação da Política de Desenvolvimento Industrial do DF, a SDE celebrou, em 01 de outubro, a assinatura de Protocolo de Intenções entre a SDE, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, e a Federação das Indústrias de Brasília – FIBRA – para instalação do Núcleo da Rede Nacional de Política Industrial – RENAPI, no DF.

A parceria do Núcleo RENAPI tem o objetivo de:

- Apoiar a formulação de política de desenvolvimento industrial;
- Identificar demandas/oportunidades empresariais relacionadas ao desenvolvimento industrial e competitividade do DF;
- Articular com parceiros privados e instâncias governamentais;
- Integrar e complementar ações e instrumentos do DF, da iniciativa privada, do Governo Federal.
- Articular e dialogar com a política de desenvolvimento industrial do Governo Federal;

- Auxiliar na implementação da Agenda de Desenvolvimento Industrial do DF;
- Identificar demandas relacionadas à política de desenvolvimento industrial do Governo Federal junto às empresas e parceiros locais;
- Auxiliar na busca de soluções das demandas identificadas;
- Colaborar com a divulgação de estudos e pesquisas sobre Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação;
- Servir de plataforma de relacionamento interinstitucional para as entidades e órgãos governamentais;
- Manter sistemas de informações gerenciais sobre o andamento dos programas desenvolvidos pelos grupos temáticos;
- Incentivar e apoiar a qualificação e especialização de mão-de-obra para o setor produtivo; Como produto final desta parceria, espera-se obter:
- Celebração do Acordo de Cooperação Técnica;
- Funcionamento do Núcleo da RENAPI no DF;
- Internalização do conceito da Política Industrial do Governo Federal (Plano Brasil Maior);
- Domínio da Metodologia para formulação da política industrial;
- Conhecimento das demandas do setor empresarial;
- Identificação das oportunidades para o desenvolvimento da industrialização;
- Formulação da Política de Desenvolvimento Econômico para o setor industrial;
- Implantação da agenda para o desenvolvimento industrial do DF.

3.4.1.7. Estruturação do Observatório de Oportunidades de Inclusão Socioprodutiva e Trabalho

O Observatório de Oportunidades de Inclusão Socioprodutiva e Trabalho é uma ação integrada entre a SDE, Secretaria de Estado da Educação do DF - SEDF, Universidade de Brasília – UNB, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, Secretaria de Estado da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária do DF - SMPES, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT, Secretaria de Estado da Cultura – SECULT, Secretaria de Estado do Entorno - SEE, Central Única das Favelas do Distrito Federal - CUFA, Fundação Eliseu Alves e TecSoft.

O Observatório foi criado visando estudo e pesquisa sobre oportunidades existentes de inclusão socioprodutiva e trabalho, fundamentalmente para os setores populares, assim como a modelagem de metodologias e projetos que promovam a transformação prática da realidade destes segmentos.

Para o desenvolvimento das análises foram selecionados, através de pesquisa, alguns segmentos considerados como estratégicos para o desenvolvimento do Distrito Federal, quais sejam: Tecnologia da Informação e Comunicação, Turismo, Cultura e Gastronomia, Saúde e Polos Estratégicos.

Estes desenhos descentralizadores do desenvolvimento abrirão frentes de geração de oportunidades de trabalho e renda que compõem uma diversidade de segmentos produtivos diretos e complementares e que justificam a antecipação de ações estratégicas relacionadas à antecipação da formação de mão de obra qualificada.

3.4.1.8. Elaboração de Estudo Técnico

A carência de informações seguras e atualizadas, sobre a realidade do DF e Entorno, gerou a necessidade de elaborar estudo técnico aprofundado, com objetivo de fornecer diagnóstico sobre a situação dos seus setores econômicos, incluindo: o mercado (produção e consumo); a infraestrutura existente e proposta para a região e o arcabouço legal para o desenvolvimento econômico no DF.

Assim, para dar continuidade à busca de solução para o trabalho de pesquisa, a SDE efetuou contato com a Fundação Getúlio Vargas – FGV, no sentido de verificar possibilidade de atendimento para o trabalho de pesquisa, alinhando os entendimentos sobre a demanda. A previsão para a elaboração do Termo de Referência para contratação do serviço será realizada até final de março/2013.

3.4.1.9. Implementação do Projeto Integrar

A SDE, em parceria com o Departamento Nacional de Registro do Comércio do Ministério da Indústria e Comércio Exterior – MDIC/DNRC, SEBRAE Nacional, Receita Federal do Brasil, Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG e demais Juntas Comerciais do País implementaram o Módulo de Consulta de Viabilidade do Projeto Integrar que visa a redução do prazo de abertura de empresas para até 9 dias, além da implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, objeto da Lei nº 11.592/2007.

A implantação do Projeto Integrar trará como vantagens a transparência, o acompanhamento on-line, a redução do retrabalho, agilidade no processo, eliminação de gastos desnecessários, redução de deslocamentos do empreendedor e agilidade na formalização e legalização de novos negócios.

No DF, foram escolhidas as Regiões Administrativas de Brasília e de Taguatinga para serem pilotos do Projeto, que iniciaram as atividades em 30 de outubro de 2012.

3.4.1.10. Estruturação do Projeto Módulo Contrato Padrão

A SDE, em parceria com o MDIC/DNRC, Secretaria de Estado da Fazenda do DF – SEFAZ, SEBRAE Nacional, Receita Federal do Brasil e Juntas Comerciais implementaram em 27/11/2012, o Projeto Módulo Contrato Padrão que visa a redução do prazo de abertura de empresas consideradas de baixo risco de 49 dias para até 48 horas.

O objetivo do Projeto é oferecer um meio integrado, ágil e simplificado para possibilitar a abertura de novas empresas no país.

O sistema facilitará o fluxo de informações entre os empresários e as entidades envolvidas, de maneira confiável, segura e capaz de atender às demandas necessárias para prover informações e cadastros aos seus usuários.

Como piloto do Projeto, foi escolhida a Região Administrativa de Brasília.

3.5. Participação em treinamentos e seminários

Workshop – Proposta para elaboração do plano de trabalho da FAPE-DE para o período 2013/2015

Participação, como representante da SDE, no workshop no dia 24 de outubro de 2012. O workshop da Federação da Agricultura e Pecuária do DF – FAPE-DF teve o objetivo de discutir suas prioridades para o Plano Diretor daquela Federação para período 2011/2014.

3.6. Treinamento – Capacitação para o Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais

Nos dias 29, 30 e 31 de outubro, participaram representantes da Secretaria, no treinamento capacitação para o observatório Brasileiro de APLs, do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTPAPL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

A participação serviu para ampliar os horizontes da Secretaria no conhecimento das redes sociais dos APLs, que é uma ferramenta de colaboração construtiva do conhecimento que promove a integração dos atores produtivos e institucionais (governo e não governo) envolvidos nos arranjos produtivos e de cidadãos interessados nesses aglomerados.

3.7. 1º Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços – SIMBRACS

O SIMBRACS é uma realização do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, com a participação de organizações das esferas Federal, Distrital, Estadual e Municipal, do Poder Legislativo, de entidades do setor privado e de trabalhadores, acadêmicos e convidados internacionais.

O seminário teve por objetivo promover o debate e a disseminação de conhecimento visando o desenvolvimento dos setores de comércio, logística e serviços e a ampliação do positivo impacto sistemático do setor terciário e na economia brasileira.

A pauta das ações da Coordenadoria inclui: realização de trabalho de integração entre o Congresso, Governo Federal e demais entes da Federação com secretarias e órgão do GDF; avaliar e monitorar a situação de execução das ações previstas no Orçamento Geral da União – OGU; e definir estratégias de apresentação e proposições de interesse do GDF no OGU 2013.

3.8. Benefício Econômico

Cumprindo seu principal objetivo institucional, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem adotado uma política de divulgação dos aspectos estruturais favoráveis que o Distrito Federal oferece às empresas nacionais e internacionais, em razão da sua localização geográfica privilegiada, a excelente rede logística e a altíssima renda per capita.

Inúmeras empresas de grande porte, polarizadoras de capital e geradoras de empregos e impostos, foram atraídas e apresentaram projetos de viabilidade econômica e financeira que encontram ressonância com as metas e objetivos do Pró-DF, e estão com os processos em fase adiantada de análise, ou até mesmo em condições de assinar contrato junto à Terracap.

Além da análise de solicitação dos novos benefícios, o Pró-DF impõe a necessidade do acompanhamento das metas comprometidas pelas empresas, o que demanda um esforço adicional por parte dos servidores desta Secretaria. A análise detalhada de um extenso número de documentos e recursos apresentados e a fiscalização periódica é condição impositiva para uma perfeita instrução do processo e transparência dos atos.

Outro trabalho de suma importância, diz respeito ao controle de estoque das unidades imobiliárias disponíveis ao Pró-DF. Quando os lotes estão desobstruídos, o cancelamento do incentivo econômico, nos casos de descumprimento das metas por parte das empresas, implica no retorno do imóvel. Entre junho de 2011 e dezembro de 2012, o controle rigoroso e sistemático dos processos, com tramitação obrigatória pela GEIMP, permitiu a alimentação fidedigna do sistema e o retorno de 155 lotes aos estoques do programa.

Entre as atividades de destaque desenvolvidas pela Secretaria no ano de 2012, está a elaboração do Manual de Procedimentos. O manual, foi produzido por um Grupo de Trabalho criado para estabelecer procedimentos operacionais que servem de apoio aos servidores e norteiam os ritos processuais, dentro dos parâmetros e normas estabelecidas pelo conjunto de Leis, Decretos e Resoluções que regulamentam o Programa.

Quanto à análise dos processos referente às Cartas Consultas e Projetos de Viabilidade Econômica e Financeira, o produto apresentado pelo Grupo de Trabalho, após a colaboração e participação dos setores envolvidos, definiu modelos de formulários e especificou relação de documentos que fortaleceram e subsidiaram a análise dos processos, oferecendo maior transparência e garantias na elaboração dos pareceres.

Atividades	Qtde.
Análise de Carta Consulta	158
Análise de Projeto de Viabilidade Econômica	33
Análise de Recursos de Carta Consulta e Projeto de Viabilidade	67
Análise de alteração de área ocorrida por ocasião da implantação	78
Análise de alteração contratual/atividades das empresas incentivadas	40
Solicitação de documentos às empresas	222
Análise de migração ao Pró-DF II	55
Pareceres e despachos diversos (DIPRO)	15
Emissão de Atestado de Implantação	135
Emissão de Atestados de Início de Implantação	54
Declarações de Licença de Funcionamento e Alvará de Construção	264
Convocação de empresários	877
Pareceres de cancelamento de incentivo	34
Pareceres de recurso contra cancelamento de incentivo	71
Pareceres sobre a redução de desconto a ser concedido para aquisição de lotes	8
Pareceres de prorrogação de prazos contratuais	38
Análise documental	557
Pré-indicações de áreas (lotes) destinadas à implantação dos empreendimentos	38
Pareceres e despachos de cancelamento de Pré-indicação de área	34
Vistorias de acompanhamento realizadas em lotes vinculados ao Pró-DF	963
Vistorias para fins de análise de Atestado de Implantação, carta consulta, migração, infraestrutura, incentivo fiscal e cancelamento	810

3.9. Benefício Fiscal

A concessão de benefício Fiscal visa a redução em até 100% da base de cálculo dos tributos IPTU/TLP e IPVA relativos aos empreendimentos contemplados com o incentivo econômico

O quadro abaixo apresenta as atividades realizadas quanto ao benefício fiscal.

Assunto	Quantidade
Análise de concessões de benefício fiscal	23
Análise de cancelamento de benefício fiscal	09
Análise de redefinição de percentuais	14

No quadro constam apresenta as empresas identificados pelos CNPJ e contempladas com o benefício fiscal.

Nº processo	CNPJ	Benefício	Nº Resolução
370.000.150/2010	03.218.295/0001-65	IPTU/TLP/ITBI	016/2012
370.001.007/2010	39.902.587/0001-10	IPTU/TLP/IPVA	003/2012
370.000.164/2011	72.635.818/0001-39	IPTU/TLP/ITBI/IPVA	002/2012
370.000.165/2011	04.198.097/0001-40	IPTU/TLP	004/2012
370.000.037/2011	00.476.911/0001-90	IPTU/TLP/IPVA	005/2012
370.000.174/2011	03.841.799/0001-37	IPTU/TLP	001/2012
370.000.470/2011	05.071.551/0001-60	IPTU/TLP	123/2012
370.000.333/2011	03.792.269/0001-46	IPTU/TLP/ITBI	068/2012
370.000.388/2011	03.913.851/0001-13	IPTU/TLP	008/2012
370.000.408/2011	08.794.493/0001-90	IPTU/TLP	177/2012
370.000.349/2011	08.041.822/0002-03	IPTU/TLP	221/2012
370.000.410/2011	30.742.597/0001-00	IPTU/TLP	209/2012

Nº processo	CNPJ	Benefício	Nº Resolução
370.001.160/2009	02.579.438/0001-00	IPTU/TLP	302/2012
370.000.047/2012	03.347.680/0001-02	IPTU/TLP/ITBI	296/2012
370.000.016/2012	08.245.997/0001-51	IPTU/TLP	303/2012
370.000.379/2010	06.376.563/0001-65	IPTU/TLP	300/2012
370.000.104/2012	10.538.349/0001-35	IPTU/TLP	391/2012
370.000.116/2011	00.644.537/0001-94	IPTU/TLP	463/2012
370.000.466/2011	05.375568/0002-91	IPTU/TLP	480/2012

3.10. Benefício Creditício

O benefício creditício é implementado através do empréstimo de até 70% (setenta por cento) do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, próprio, proveniente das operações e prestações decorrentes do empreendimento incentivado.

Assunto	Quantidade - 2012
Desembaraço aduaneiro fora do DF – Publicados	10
Cancelamento do financiamento especial – FIDE	4
Pareceres de Incentivo creditício	16
Incentivos creditícios concedidos	2
Redefinição de valores de incentivo creditício	3
Análise da execução do empreendimento – ICMS	9

3.11. Comitê de Financiamento à Atividade Produtiva (COFAP)

No ano de 2012, foram realizadas 12 reuniões ordinárias e três reuniões extraordinárias do Conselho de Financiamento à Atividade Produtiva (COFAP). Nessas reuniões foram aprovadas 202 cartas-consultas e liberada a utilização de R\$ 682.610.202,85 em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Cronograma de Reuniões do COFAP

Reuniões	Cartas Analisadas	Recursos Liberados
30/01/12 (141ª Ordinária)	12	R\$ 15.369.267,82
13/02/12 (7ª Extraordinária)	Reunião de discussão	
15/02/12 (142ª Ordinária)	23	R\$ 135.359.930,58
29/02/12 (8ª Extraordinária)	02	R\$ 5.793.000,00
14/03/12 (143ª Ordinária)	15	R\$ 10.973.464,77
18/04/12 (144ª Ordinária)	25	R\$ 35.207.883,04
16/05/12 (145ª Ordinária)	27	R\$ 17.683.971,47
13/06/12 (146ª Ordinária)	49	R\$ 68.942.646,67
27/06/12 (9ª Extraordinária)	14	R\$ 16.993.806,88
18/07/12 (147ª Ordinária)	15	R\$ 18.495.462,78
15/08/12 (148ª Ordinária)	01	R\$ 4.180.234,72
12/09/12 (149ª Ordinária)	05	R\$ 77.029.888,88
17/10/12 (150ª Ordinária)	11	R\$ 63.093.709,81
14/11/12 (151ª Ordinária)	01	R\$ 198.625.077,00
12/12/12 (152ª Ordinária)	02	R\$ 14.861.858,43
Total	202	R\$ 682.610.202,85

Valores aprovados pelo COFAP

Linha de Financiamento	Nº de Cartas-consultas	FCO (em R\$)	Recursos Próprios (em R\$)	Recursos Totais (em R\$)
Industrial	38	265.224.227,77	452.891.198,22	718.115.425,99
Turismo	24	139.596.089,35	112.209.063,23	251.805.152,58
Infraestrutura	10	222.136.630,04	206.377.816,64	428.514.446,68
Comércio e Serviços	93	132.215.570,34	111.492.452,80	243.708.023,14
Rural	38	23.357.706,35	R\$ 3.640.023,52	26.997.729,87
Total	203	782.530.223,85	886.610.554,41	1.669.140.778,26

Postos de trabalho envolvidos nas aprovações do COFAP

Linha de Financiamento	Empregos Diretos	Empregos Indiretos
Industrial	1447	3062
Turismo	884	2959
Infraestrutura	1891	3238
Comércio e Serviços	3113	7921
Rural	145	236
Total	7480	17416

Além das cartas-consultas contempladas e suas respectivas resoluções aprovadas e publicadas no Diário Oficial do Governo do Distrito Federal, em 2012 houve ainda a publicação de quatro resoluções específicas pelo COFAP – 142, 149, 152 e 155, esta última aumenta o limite da resolução

anterior para R\$ 5 milhões, até 30 de setembro de 2012, e mantém o limite de R\$ 1 milhão para as linhas de financiamento rurais.

3.12. FCO Itinerante

Em fevereiro de 2012, realizou-se, em parceria com a Secretaria de Turismo do DF, o Banco do Brasil e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), um evento Itinerante com o título de Seminário "Facilidades do FCO e Cadastur". O público atingido incluía empreendedores do ramo turístico da região de Brasília, Região Administrativa do DF cujas principais atividades são agrícolas e turísticas. O evento contou com a participação de aproximadamente 46 empresários e três palestrantes, que detalharam sobre o Cadastur; a representante da SUDECO sobre a origem do FCO, seus objetivos, suas linhas de financiamento e as vantagens do fundo, o representante do BB informou sobre os financiamentos já liberados, o crescimento que vem ocorrendo no ano de 2012, as linhas que o BB opera e as experiências de empresários com o FCO na região, as dificuldades e os benefícios do financiamento.

3.13. Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE

Foi realizada, em 2012, a segunda Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, a fim de deliberar sobre parâmetros para a definição de projetos prioritários na destinação de recursos do FCO, cuja consideração é necessária para a aprovação de projetos acima do teto de R\$ 20 milhões, até o limite de R\$ 200 milhões, em caráter de excepcionalidade.

Foi aprovada, na oportunidade, carta-consulta referente à construção do novo Centro Administrativo do Governo do Distrito Federal, com financiamento do Fundo no valor de R\$ 99.920.000,00, submetido ao Conselho pelo Comitê de Financiamento à Atividade Produtiva no DF (COFAP) em observação ao determinado pela normativa do FCO; foi ratificada Resolução COFAP de número 142, que aprova critérios de seleção e parâmetros na análise de pleitos de financiamento nos setores de Comércio e Serviços; foi feita recomendação para alteração do Decreto nº 29.030/2008, que aprova o Regimento Interno do Comitê de Financiamento à Atividade Produtiva do Distrito Federal, de forma a incluir a Secretaria de Turismo entre os membros do Comitê e registrar a delegação de competências do CDE ao COFAP para definir critérios de avaliação e prioridades para efeito de aprovação de cartas-consulta e de aplicação de recursos oriundos do FCO, publicado no DODF em 25.05.2012.

3.14. Realização do Encontro "FCO Para Todos"

Em novembro de 2012, a Coordenação de Financiamento ao Investimento realizou um encontro para discutir a execução dos recursos do FCO para divulgar as linhas de financiamento do Fundo para as representações de classe do DF. O evento contou com a participação de aproximadamente 120 pessoas, dentre empresários, empreendedores, trabalhadores, representantes classistas, e representantes de vários órgãos governamentais. O produto do evento, discutido em uma plenária, foi a elaboração de um relatório sobre os problemas de execução dos recursos do FCO e as potenciais soluções e iniciativas para melhorar a aplicação dos recursos do Fundo no DF.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O ano de 2012, desta vez, iria ser produtivo na SDE com efetivas implementações dos projetos elencados normativamente, entretanto eventos como as sucessivas substituições do titular da pasta e os atípicos, além dos típicos contingenciamentos, bloqueios e cancelamentos dos créditos afetaram a continuidade e o planejamento da Unidade Orçamentária. Os projetos como o Procidades e a Cidade Aeroportuária foram afetados por demandas de agentes externos, tendo consumido esforços; avançaram, mas sem a suficiência para a concretização do seu início neste exercício.

Para 2013 espera-se o início do projeto de construção do Complexo Aeroportuário em Planaltina. Este conjunto aeroportuário será especializado em cargas e voos internacionais, associado a um complexo logístico modal que integre o entroncamento aéreo, rodoviário e ferroviário, anexado a este, um complexo industrial de alto valor agregado. Conforme o Decreto nº 31.330/2010, a SDE tem a atribuição de instituir o Plano Aeroviário e o Plano Logístico do DF. Tais estudos são pré-requisitos para a elaboração do projeto de construção da Cidade Aeroportuária.

Também a conclusão da elaboração de todos os regulamentos operacionais, diagnósticos setoriais, Plano Operativo Anual, Aviso Geral de Aquisições e planejamento estratégico do Procidades-DF e realizar o planejamento integral conforme as exigências do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A SDE continuará as tratativas com outras instituições consideradas importantes para a execução do Procidades-DF, tais como: A Federação de Indústrias do DF (FIBRA) e instituições coligadas (notadamente o SEBRAE); o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB); e outros órgãos do GDF, a exemplo a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária. Com o SEBRAE e CDT, as negociações encontram-se em estágio avançado e já foram produzidas propostas concretas (sob a forma de projetos) de parceria com as duas instituições que serão concretizadas em 2013.

15. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – UO: 21.101

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, criada pelo Decreto nº 32.716 de 1º de janeiro de 2011 e sua estrutura criada pelo Decreto nº 33.315, de 08 de novembro de 2011, publicado no DODF nº 216, de 09 de novembro de 2011, tendo como atuação e competência as seguintes áreas: I - meio ambiente; II - recursos hídricos; III - parques e unidades de conservação; IV - lixo e gestão de resíduos sólidos.

Vinculam-se a Secretaria as seguintes Unidades Administrativas:

I - Jardim Botânico de Brasília - JBB;

II - Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA;

III - Serviço de Limpeza Urbana - SLU;

IV - Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB;

V - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental

- IBRAM;

VI - Conselhos Gestores dos Parques;

VII - Conselho Gestor da APA do Paranoá;

VIII - Conselhos Gestor das APAs das bacias do Gama e Cabeça de Veado;

IX - Conselhos das APAS, das ARIES e das Unidades de Conservação;

X - Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM;

XI - Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal - CRH-DF.

Além dessas vinculações cabe à Secretaria a gestão do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (Funam).

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	05	28	03	04	40
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	23	-	23	-	46
Requisitados	Órgãos do GDF	-	3	-	09
	Órgãos do Governo Federal	-	01	-	04
Outros	Estagiários	-	-	01	04
Subtotal (Força de Trabalho)	37	31	30	5	103
(+) Cedidos para outros órgãos	03	45	15	46	109
Total Geral	40	76	45	51	212

Obs.: Posição em 31/12/2012.

* 56 servidores do SLU cedidos a SEMARH e em serviço no IBRAM por força do Decreto nº 28.759, de 11 de fevereiro de 2008

* Os estagiários são contratados e pagos pela SEAP/DF

1. Realizações

PROGRAMA TÉMÁTICO:

6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1262 - Brasília Sempre Verde	5.000	5.000	0	0	
3221 - Implantação da Política de Resíduos Sólidos	0	933.242	0	0	
3467 - Aquisição de Equipamentos	60.000	1.885	1.260	1.260	
9552 - Aquisição de Equipamentos-Programa de	15.000	1.330	1.260	1.260	21

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
Monitoramento Ambiental- Plano Piloto					
3678 – Realização de Eventos	40.000	0	0	0	
3983 – Contratação de Consultoria E Auditorias	10.000	0	0	0	
5183 -Revitalização de Parques	40.000	40.000	0	0	

(*) O Programa “Implantação da Política de Resíduos Sólidos”, depende, para sua execução, da autorização dos Termos de Referência pela Caixa Econômica Federal – CEF, além de outros itens constantes do Ofício nº 547/2012 – GIDUR/BR/CEF.

A Subsecretaria de Políticas de Resíduos Sólidos – SUPRES, unidade responsável pelo referido contrato tem empenhado esforços para a regularização, permitindo assim a execução em 2013.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0001 – Formular políticas nas áreas de meio ambiente, recursos hídricos, resíduos sólidos, saneamento ambiental, conservação da biodiversidade, educação ambiental, saúde ambiental e condomínios urbanísticos na área do Distrito Federal.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Legislação Ambiental revisada e atualizada	Unidade	-		Anual	3	3	2	2	SEMARH
Parcerias estabelecidas	Unidade	-	-	Anual	1	1	1	1	SEMARH

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0002 – Propor, organizar, fomentar e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental do território do Distrito Federal.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
SIG implantado	Unidade	-	-	Anual	-	1	-	-	SEMARH
Atlas disponibilizado	Unidade	-	-	Anual	-	1	-	1	SEMARH

Implantação da Política de Resíduos Sólidos

- Participação no processo de concessão de Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Entulho;
 - Participação no processo de concessão de áreas para aterramento de resíduos da construção civil;
 - Elaboração de proposta para carta-consulta do BNDES, com o objetivo de realizar a construção de 12 (doze) Centros de Triagem no Programa de Coleta Seletiva do Distrito Federal, em conjunto com outros órgãos e com cooperativas de catadores (CENTCOOP/SLU/SEDEST/SENAES/FBB);
 - Assinatura do Termo de Compromisso com o SINDICOM/GDF/SEMARH para logística reversa de embalagens usadas de óleos lubrificantes. (Programa Jogue Limpo);
 - Participação no Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Volumosos do DF.
- A Semarh também realizou o acompanhamento das ações abaixo listadas:
- Implantação do Aterro Sanitário Oeste em Samambaia para encerrar operação do Lixão da Estrutural (SLU);
 - Instalação de pontos de entrega de Entulho para carroceiros e pequenos geradores (Gestão da Coordenadoria das Cidades/Casa Civil);
 - Implantação da coleta seletiva em todo o DF (SLU);
 - Instalação de aterro na região nordeste do DF para resíduos comuns e perigosos (SLU);
 - Reforma das Usinas de Tratamento P. Sul e L4 Sul (SLU);
 - Contratação da construção e operação de 2 novas Usinas de Tratamento no DF (SLU).

Programa de Monitoramento Ambiental

Foram adquiridos equipamentos de controle da emissão de radiação solar, para o desenvolvimento do Programa de Proteção à Radiação Solar.

A área de Saúde Ambiental, desenvolveu diversas ações voltadas ao desenvolvimento de Programas e projetos para o monitoramento e controle da qualidade ambiental, como:

- Programa da qualidade do ar;
- Plano de controle de poluição veicular – PCPCV, desenvolvimento de ações para implantação do Plano em 2013;
- Estações de monitoramento da qualidade do ar;
- Programa de poluição sonora;
- Projeto de saúde ambiental no Brasília Cidade Parque;
- Programa da qualidade da água;
- Projeto de avaliação de agrotóxicos;
- Estruturação de banco de dados para a implantação de Sistema de gestão da informação, para a compilação de dados sobre (qualidade do ar, ruído, radiação solar, temperatura, umidade relativa do ar).

2. Outras Realizações**PROGRAMA:****6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – MEIO AMBIENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4088 -Capacitação de Servidores	101.944	28.929	24.991	24.991	
0028 - Capacitação de Servidores-Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- Plano Piloto	101.944	28.929	24.991	24.991	11
8502 -Administração de Pessoal	15.696.516	19.145.953	19.145.380	19.145.380	
8747 - Administração de Pessoal-Secretaria de Meio Ambiente E Recursos Hídricos- Plano Piloto	15.696.516	19.145.953	19.145.380	19.145.380	5
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	474.890	771.290	766.544	766.544	
9572 - Concessão de Benefícios a Servidores-Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- Plano Piloto	474.890	771.290	766.544	766.544	6,7 e 8
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.102.575	3.013.556	2.933.136	2.781.644	
9661 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- Plano Piloto	1.102.575	3.013.556	2.933.136	2.781.644	9

As ações administrativas realizadas ao longo do exercício de 2012 incluem atividades nas áreas de Recursos Humanos, Planejamento e Orçamento, Apoio Logístico e Material e Tecnologia da Informação.

Durante o exercício de 2012, foram firmados 07 contratos, executadas atividades relativas à continuidade dos contratos firmados no exercício anterior e com vigência até 2012, aquisições de material permanente e material de consumo.

PROGRAMA TÉMATICO:**6212 – RESÍDUOS SÓLIDOS****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4110 -Expansão da Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis	350.000	0	0	0	

Em 23 de novembro de 2012 o recurso foi cancelado para atender crédito por Projeto de Lei, para atender despesas com a Folha de Pagamento da Secretaria de Saúde, conforme Nota de Crédito Adicional nº 2012NA00047.

PROGRAMA TÉMATICO:**6219 – CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4091 -Apoio a Projetos	1.300.000	450.000	450.000	450.000	

2243 - Apoio ao Projeto Cultural Natureza Viva	500.000	450.000	450.000	450.000	1
3678 – Realizações De Eventos	100.000	0	0	0	

Nesse Programa Temático, pode-se ressaltar a descentralização do orçamento da ação 4091 e do subtítulo 2243 - Apoio Ao Projeto Cultural Natureza Viva para a Unidade Orçamentária nº 11.112 – Administração Regional de Águas Claras, sendo de enorme relevância para a integração entre o Governo e a comunidade, visando à conscientização de todos sobre o valor e importância do cuidado com as questões ambientais.

A Semarh também participou de diversas ações em parceria com outros órgãos, em eventos realizados no exercício de 2012, com a montagem de stand e distribuição de material técnico, conforme lista abaixo:

- Segundo Passeio Moto Ciclístico do Dia Internacional da Mulher;
- Projeto Semeando o Bioma Cerrado;
- Dia do Lazer Comunitário;
- Qualificando os Espaços Públicos VI;
- Comemoração do Aniversário do Itapoã;
- Festival das Águas 2012;
- Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente;
- IX EXPOLPAN;
- Domingo do Lazer;
- II Circuito de Ciências das Escolas Públicas do DF;
- Projeto Vale do Sol Respira - Meio Ambiente: Natural, Patrimonial e Cultural;
- Green Move Festival;
- Inauguração do Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul;
- Fim de Tarde no Parque - Parque Ecológico de Águas Claras e Jequitibás em Sobradinho;
- Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

3. Informações complementares

Na área de atuação de políticas públicas para a regularização fundiária, urbanística, ambiental e parcelamentos de solo dos condomínios, foi desenvolvido o projeto intitulado “Regularização de desenvolvimento planejados das cidades e conservação do Distrito Federal”, além da atuação nos processos de licenciamento ambiental de condomínios, com análise e emissão de documentos, conforme disposto na Portaria Conjunta nº 2, de 14 de julho de 2011, sendo realizadas no exercício de 2012 a análise dos processos abaixo listados:

1. licença prévia da Fazenda Paranoazinho, incluindo o Setor Habitacional Contagem, Grande Colorado, Mansões Sobradinho e Boa Vista;
2. licença de Instalação do Setor Habitacional Tororó;
3. licença Prévia do Setor Habitacional Vicente Pires;
4. licença de Instalação do Setor Habitacional Dom Bosco;
5. licença de Instalação dos Condomínios: Marisol, Parque do Mirante, Querência e Flamboyant.

A Semarh também desenvolveu ações na área de Saúde Ambiental como a regulamentação da Lei nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais do Distrito Federal.

Também foi firmada parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para aplicação dos questionários aos professores de educação física, relativo ao conhecimento sobre a proteção à Radiação Solar. Além da pesquisa, esta Secretaria de Estado adquiriu instrumentos de medição do Índice Ultravioleta (IUV).

Ressalta-se também o projeto de Saúde Ambiental no Programa Brasília Cidade Parque, voltado ao desenvolvimento de ações educativas focadas na Qualidade de Vida e Saúde nos Parques.

Ao longo de 2012, a área de sustentabilidade ambiental desenvolveu ações para a implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

Com relação à Agenda 21 do Distrito Federal, coube a esta Secretaria a coordenação geral do Fórum da Agenda 21 no âmbito do Distrito Federal. com o objetivo de coordenar a construção, o monitoramento e a avaliação da implantação da Agenda 21, por meio de processo participativo, transparente e contínuo.

Dentre as ações realizadas pelo Fórum, destaca-se a formação e execução de Grupo de Trabalho temporário, que elaborou o Plano de Ações da Agenda 21, cuja aprovação se dará em reunião a ser realizada em 07 de fevereiro de 2013. Ao todo, a Coordenação realizou, em 2012, quatro Reuniões Ordinárias e uma Reunião de Articulação com os Administradores Regionais para implantação das Agendas 21 nas Regiões Administrativas.

Foi executado também atividades por intermédio de programas e projetos transversais, voltados à recuperação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população, como “Escola no Parque” e “Fim de Tarde no Parque”, voltados à difusão de informações sobre a importância da preservação ambiental.

Com relação aos Conselhos de Meio Ambiente – CONAM, criado pelo Decreto nº. 28.221, de 23 de agosto de 2007, e de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH, Criado pela Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, foram realizadas diversas reuniões.

No exercício de 2012 foi formalizado o Convênio nº 041595/2012 – Celebrado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Meio Ambiente, objetivando a Qualificação e Finalização do Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal – ZEEDF.

Em 2011 foi assinado o Contrato de Repasse nº 768835/2011 – Celebrado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Meio Ambiente, objetivando a execução do Programa de Apoio à Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, prorrogado para o exercício de 2013.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A estrutura organizacional da Semarh foi publicada em 08 de novembro de 2011, pelo Decreto nº 33.315, publicada no DODF nº 216, de 09 de novembro de 2011. No entanto, as nomeações e readequações do quadro de pessoal ocorreram no exercício de 2012, o que dificultou a execução orçamentária e o desenvolvimento de ações finalísticas da Secretaria.

Outras alterações estruturais ocorreram no decorrer do ano, com a criação da Subsecretaria de Programas e Projetos Especiais e de Políticas de Resíduos Sólidos, complementando a estrutura anteriormente criada com o objetivo de fortalecer as ações ambientais.

A partir da criação das novas Subsecretarias foi necessário à readequação do quadro técnico, com a nomeação de novos servidores, assim como na alteração da disposição do espaço físico e aquisição de equipamentos de informática.

Com relação à área meio, foi necessário a análise das rotinas internas e o desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento institucional.

No final do ano foi formalizado um convênio com o Ministério do Meio Ambiente para a qualificação e finalização do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal – ZEEDF.

Quanto às ações voltadas ao meio ambiente e recursos hídricos, a expectativa da Secretaria, além da expectativa da estruturação da equipe, no decorrer do ano de 2013, serão focadas estrategicamente para: (i) finalização do ZEE-DF mediante a coordenação de nova Comissão Distrital para qualificação da zonificação do ZEE-DF; (ii) estruturar o Programa Caminho das Águas, parcerias e financiamentos; (iii) viabilizar aproximação consistente com a área legislativa e demais instituições relevantes no esforço de saneamento e fortalecimento do marco legal ambiental no DF (legislações e governanças); (iv) desenvolver e formalizar as Base de Dados Georeferenciados (BDG)/SUPAM/SEMARH, e das bases de relacionamento institucionais para alinhamento dos principais atores/agentes e instrumentos de gestão ambiental do território; (v) contribuir para trazer para a atualidade dos debates do DF os elementos ambientais com qualidade, consistência, transparência e transversalidade nos principais fóruns e discussões do Distrito Federal e âmbito federal sempre que couber.

Na área de Saúde Ambiental um dos principais objetivos desta Secretaria de Estado é harmonizar a Política de Meio Ambiente do Distrito Federal com as Políticas Nacionais de Saúde e de Vigilância em Saúde Ambiental. Considerando esse objetivo, a Semarh caminha para a finalização e posterior implantação do programa de saúde ambiental para o Distrito Federal.

Em 2012 foram publicados os Decretos nº 33.853 e 33.854/2012 referentes à implantação do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (Programa de I/M) do Distrito Federal e a regulamentação do Plano de Controle de Poluição Veicular – PCPV, a fim de promover a medição e controle de gases poluentes, de ruídos e a verificação de itens de segurança nos veículos automotores movidos a diesel registrados e licenciados no Distrito Federal.

15.1. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB– UO: 21.106

O Jardim Botânico de Brasília – JBB, órgão relativamente autônomo, criado pela Lei nº. 528, de 03/09/1993, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH tem como competências básicas:

I. Desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, pesquisa, educação e lazer orientados, relacionados ao meio ambiente.

II. Preservar e conservar os recursos naturais e culturais por meio do mecanismo de controle, fiscalização, proteção ambiental, estudos e pesquisas científicas e tecnológicas.

III. Atuar como centro de referência para a conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais dos cerrados, promovendo o intercâmbio com os jardins botânicos e instituições afins, nacionais e internacionais.

IV. Gerenciar e administrar a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília – EEJBB.

De acordo com o Decreto nº 28.579, de 18 de dezembro de 2007, que aprova o regimento interno, compete ao Jardim Botânico de Brasília – JBB:

I. Promover a pesquisa, a conservação e a preservação ambiental na perspectiva de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

II. Proteger espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção em âmbito local e regional no sentido de resguardar espécies econômicas e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III. Assistir à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na formulação de diretrizes para a implementação da política do meio ambiente do Distrito Federal, nas atividades que visam o aproveitamento sustentável, preservação e conservação dos recursos naturais e culturais;

IV. Manter bancos de germoplasma para conservação de espécies *ex-situ* e preservar reservas genéticas *in-situ*;

V. Integrar diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração de ecossistemas com unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;

VI. Promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros jardins botânicos, entidades afins e órgãos nacionais e internacionais;

VII. Ações no sentido de auferir recursos financeiros federais e do Distrito Federal, com o intuito de desenvolver no âmbito da Estação Ecológica, programas de fomento às pesquisas técnico-científicas para o aproveitamento sustentável do bioma Cerrado;

VIII. Incentivar junto à sociedade civil, a ampla difusão – educação ambiental – das pesquisas e práticas relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

IX. Administrar e fiscalizar o plano de utilização da Estação Ecológica – Jardim Botânico de Brasília.

De acordo com Decreto nº 33.319 de 08/11/2011, foi aprovada a nova estrutura orgânica e hierárquica do órgão, alterada conforme Decreto nº 33.729 de 21/06/2012, composta atualmente da seguinte Força de Trabalho:

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	03	06	-	03	12
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	13	-	11	-	24
Requisitados	Órgãos do GDF	02	02	02	08
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	01
Outros	Estagiários	-	-	07	07
Subtotal (Força de Trabalho)	19	08	13	12	52
(+) Cedidos para outros órgãos	02	02	-	-	04
Total Geral	21	10	13	12	56

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA TÉMATICO:

6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2932 - Preservação das Áreas da Estação Ecológica e do Jardim Botânico de Brasília	150.000	89.814	80.877	60.131	
0003 - Preservação das Áreas da Estação Ecológica e do Jardim Botânico de Brasília – Lago Sul	150.000	89.814	80.877	60.131	11
3489 - Recuperação de Áreas Degradadas	50.000	5.000	0	0	
4113 - Produção de Mudas da Flora do Cerrado	10.000	5.000	0	0	

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0004 – Preservar e Conservar os Recursos Naturais do Bioma Cerrado reduzindo os incêndios florestais, catalogando, manejando e produzindo mudas das espécies nativas, recuperando e construindo infraestrutura para implantação das coleções científicas e preparando ambiente para acolhimento do público da Copa do Mundo de 2014.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Área degradada recuperada do JBB e EEJBB	Hectare	-	-	Semestral	10	10	35	35	Jardim Botânico
Espécie catalogada (fauna e flora)	%	50	31/12/2010	Anual	55	60	70	80	Jardim Botânico
Manejo de espécie ameaçada de extinção	Unidade	-	-	Anual	1	1	2	2	Jardim Botânico
Produção de mudas	Unidade	7.000	30/06/2011	Quadrimestral	56.000	107.500	159.000	210.000	Jardim Botânico
Manejo das coleções	Unidade	2	30/06/2011	Semestral	3	5	6	8	Jardim Botânico
Reprodução <i>in vitro</i> de espécies nativas e híbridas	Unidade	14	30/06/2011	Anual	16	18	20	22	Jardim Botânico

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0005 – Tornar o Jardim Botânico de Brasília um Centro de Referência do Bioma Cerrado.

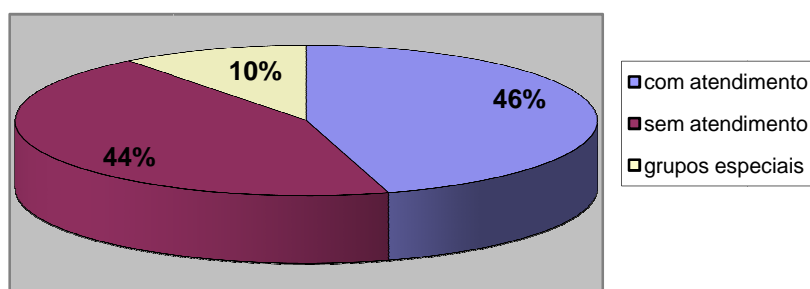
Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Cadeia produtiva fortalecida	Unidade	-	-	Anual	-	1	1	1	Jardim Botânico
Aumento de visitação	%	-	-	Anual	10	10	40	15	Jardim Botânico

Dados da Evolução Anual – Arrecadação 2010 a 2012

Atividades	Movimentação					
	2010		2011		2012	
	Quant	Valor (R\$).	Quant	Valor (R\$).	Quant.	Valor (R\$)
Ingressos emitidos pelas caixas registradoras	13.499	26.998,00	26.494	52.988,00	39.540	79.080,00
Aluguel de Espaço	15	1.388,00	41	1.379,00	166	1.897,00

A visitação do JBB aumentou aproximadamente de 50.000 pessoas/ano para 60.000 pessoas/ano em 2012; sendo 8.848 pessoas de grupos recebidos pela Educação Ambiental, 39.540 público pagante e 12.000 praticantes de caminhada matinal.

Grupos visitantes em 2012

O gráfico acima demonstra a necessidade de reforço da equipe de atendimento ao público visitante, notadamente, a equipe de Educação Ambiental;

Para um melhor desenvolvimento dos trabalhos de preservação nas áreas, foram adquiridos os seguintes equipamentos: 02 sopradores, 06 roçadeiras costais, 01 micro trator para uso em serviços gerais, sombrite, bem como, a realização de consertos e reposição de peças em equipamentos agrícolas e aquisição de materiais de consumo para o laboratório e outros setores.

Dos 10 hectares de áreas degradadas da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília – EEJBB, previstos no PPA para serem recuperados em 2012, só foi possível recuperar 1 hectare. As razões do não cumprimento dessa meta foram: 1 – A não realização da licitação para a contratação de mão-de-obra para a produção de mudas de árvores nativas do cerrado para plantio nas áreas degradadas; 2 – A deficiência de pessoal no quadro do Jardim Botânico de Brasília – JBB, por não ter sido cumprida a previsão de contratação de pessoal através de concurso público e o preenchimento das funções de confiança da estrutura do JBB.

Em parceria com a Aeronáutica/Ministério da Defesa, foi realizado o reflorestamento de áreas queimadas e serviços gerais no JBB (Limpeza de Trilhas, Poda, erradicação de espécies Invasoras, etc).

Embora tenha sido realizada a reforma do viveiro, adequando-o para a produção de até 200.000 mudas/ano de espécies nativas do Cerrado, que serviriam para a recuperação das áreas degradadas da EEJBB, por falta de mão-de-obra, não se produziram mudas de árvores no ano de 2012, tendo sido utilizadas as mudas em estoque para o plantio da área de 1 hectare.

Foram coletadas 326 amostras de plantas que, depois de tratamento adequado, foram catalogadas e arquivadas no Herbário do JBB.

No momento, continuam sendo reproduzidas 14 espécies de orquídeas, utilizando a técnica de micropropagação. Não foi possível aumentar de 14 para 16 as espécies que são reproduzidas in vitro devido a falta de especialista dedicado à pesquisa e revisão bibliográfica que pudesse apoiar a iniciativa. No entanto, a produção de orquídeas foi retomada e foram preparados 1.300 frascos de meio de cultura e reproduzidas 69.650 mudas.

Foi iniciado o procedimento de adequação dos manejos e curadoria das coleções de orquídeas, cactos e bromélias, embora o JBB ressinta da falta da contratação de consultorias especializadas para a identificação e classificação de algumas espécies dessas coleções;

A área de Manejo dos Recursos Naturais continuou prejudicada no corrente ano tendo em vista que não foram nomeados os técnicos da área, portanto, não foi iniciado o manejo de espécie nativa ameaçada de extinção.

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL****OBJETIVO GERAL:**

Universalizar a proteção social não contributiva como sistema de provisão de serviços e benefícios sociais instituídos e garantidos pelo Estado para enfrentar situações de risco social ou privações sociais já instaladas e implementar a gestão de Sistema Único de Assistência Social, com centralidade na família e no território onde esta vive.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4089 -Capacitação de Pessoas	20.000	0	0	0	

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 - Reduzir a exclusão social capacitando jovens, mulheres e produtores rurais no manejo sustentável dos recursos naturais do cerrado e capacitação de crianças e adolescentes para guiar visitantes para a COPA 2014.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Indivíduo capacitado	Pessoa	-	31/06/2011	Semestral	100	100	100	100	Jardim Botânico e Administrações Regionais
Evento Realizado	Unidade	-	30/06/2011	Anual	4	4	4	4	Jardim Botânico
Publicação impressa e editada	Unidade	1	30/06/2011	Semestral	3	3	3	3	Jardim Botânico

Foi realizada a capacitação de 40 militares em técnicas de reflorestamento, combate a incêndio, jardinagem e conservação e manutenção de áreas silvestres do Cerrado; 45 moradores de comunidades de baixa renda do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, em permacultura, por ocasião do evento Rio + 20; e ainda, 50 indivíduos da comunidade brasileira na Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS, entre os meses de maio e julho de 2012, sendo que 06 servidores do JBB participaram deste evento.

O JBB elaborou e publicou 4 volumes da revista científica “HERINGERIANA”, contendo trabalhos de pesquisa e levantamentos da fauna e da flora do bioma Cerrado; Elaborou e publicou, pela gráfica do Senado Federal o livro “Vida, Uma Poesia ao Cerrado”.

2. Outras Realizações**PROGRAMA:****6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – MEIO AMBIENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	682.000	1.240.548	609.114	609.114	
9676 – Reforma de Prédios e Próprios – Jardim Botânico de Brasília - Lago Sul	682.000	1.240.548	609.114	609.114	10
4088 -Capacitação de Servidores	25.000	8.650	8.650	8.650	
0015- Capacitação de Servidores – Jardim Botânico de Brasília - Lago Sul	25.000	8.650	8.650	8.650	9
8502- Administração De Pessoal	1.748.647	3.188.478	3.161.530	3.161.530	
8743- Administração de Pessoal- Jardim Botânico de Brasília -Lago Sul	1.748.647	3.188.478	3.161.530	3.161.530	1
8504- Concessão de Benefícios a Servidores	180.000	225.000	180.294	180.294	
9567- Concessão de Benefícios a Servidores- Jardim Botânico de Brasília - Lago Sul	180.000	225.000	180.294	180.294	2,3 e 4
8517- Manutenção de Serviços Administrativos	497.072	394.713	375.954	357.164	

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
Gerais					
9658- Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - Jardim Botânico de Brasília- Lago Sul	497.072	394.713	375.954	366.164	5

Foi concluída a reforma de revitalização e ampliação do viveiro Jorge Pelles e a compra de uma caminhonete 4x4 cabine dupla, proveniente de convênio realizado com a Terracap, a implantação do Sistema de Sinalização geral do JBB e calçamento do Jardim de Cheiros na área de visitação do Jardim Botânico de Brasília, referente a captação de recursos junto à Caixa Econômica Federal através do Ministério de Turismo. Executado e entregue a obra do Jardim Japonês. Projeto finalizado com sucesso, reforma do mirante e implantação do espaço Ninho das Aves.

Foi realizada a capacitação de 01 servidor no Curso de Prestação de Contas de Convênio, capacitação de 03 servidores no Curso de Procedimentos Obrigatórios em Processos de Licitação e Participação de 01 servidor no 3º Fórum Nacional para Gestão de Sustentabilidade.

Foram executadas atividades de manutenção periódica geral de limpeza, capina, roçagem, irrigação de plantas e jardins, manutenção das bombas, implementação de Canteiro Agroflorestral, bem como, pagamento de pessoal, concessão de benefícios a servidores, pagamento de água, luz, telefone e demais despesas de natureza contínua.

3. Informações complementares

Devido a parcerias realizadas com outras instituições, recebemos cerca de 700 indivíduos de orquídeas, aparentemente de 6 espécies, resgatados de área de construção de Linha de Transmissão em Rondônia. Atualmente a coleção do JBB é constituída por 3.860 indivíduos adultos de orquídeas.



Orquidário Margareth Mee (ao fundo) e coleção de Bromélias

Foi dada continuidade ao Projeto Orquídeas nas Quadras, desenvolvido em parceria com o Departamento de Parques e Jardins e Prefeituras das SQS 115, 116, 315 e 316.

A coleção de bromélias foi transferida para um viveiro provisório, da antiga coleção, foram recuperados 85 indivíduos; destes, 23 estão identificados e o restante em fase de confirmação da identificação.

Recebemos, em doação, 14 bromélias do Viveiro Bossa Nova do Rio de Janeiro, que foram incorporadas a nossa coleção. Porém há necessidade de sistematizar a coleção e manter os registros em dia para não perder as informações sobre a coleção. É importante o apoio de um especialista para confirmar a classificação dos indivíduos sob os quais ainda se tem dúvida.

O acervo do Herbário Ezechias Paulo Heringer - HEPH possui 28.980 espécimes, constituído principalmente por plantas do Cerrado, fato que vem fortalecer o Jardim Botânico de Brasília como um importante centro de pesquisa deste bioma.



Exemplo de Material Herborizado (exsicata)

Foram organizadas e atualizadas as seguintes coleções: xiloteca (com 30 amostras madeira), carpoteca (com 280 exemplares de frutos secos e conservados em solução de FAA) e palinoteca, com 44 lâminas de pólen de espécies do Cerrado.

Além das atividades mencionadas, destaca-se a manutenção da coleção de cactos e suculentas Gilberto Campello Brasil, que conta atualmente com cerca de 1000 indivíduos, de 40 espécies. Cabe ressaltar que parte da coleção de cactos será, em breve, transferida para o Cactário que está sendo implantado na Área de Visitação, onde ficará em exposição permanente.



O Jardim Botânico de Brasília foi incluído no Projeto Tela Verde, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, recebendo 85 vídeos sobre meio ambiente que serão exibidos aos alunos atendidos pelo grupo de educação ambiental; O subsolo da biblioteca está sendo reformado e adaptado para funcionar como um espaço exibidor: Jardim na Tela. Além disso, estão sendo adquiridos equipamentos de vídeos que deverão ser instalados em 2013.

Em 2012, os incêndios florestais na área do Jardim Botânico e da Estação Ecológica foram em menor número e de pequena magnitude, totalizando em 5,6 ha, 1% da área das Unidades de Conservação; Foram realizadas medidas preventivas no início do período de estiagem entre os quais destacamos: envio de correspondências à comunidade do entorno alertando sobre o risco de incêndio e da proibição de uso de fogo principalmente de queima de podas e de lixo, o fortalecimento da fiscalização, a limpeza de aceiros

internos e externos e a realização de aceiros negros (uso de fogo) na margem da DF 001 em seu limite com o JBB, EEJBB, Reserva do Roncador do IBGE e Fazenda Água Limpa.

No total foram executados 60km de aceiros considerando os realizados com máquina e com o uso de fogo em parceria com a Polícia Militar Ambiental, AGEFIS, IBGE, UnB, DETRAN, Corpo de Bombeiro Militar do DF, PREVFOGO/IBAMA



Equipe do JBB preparando-se para combater incêndio florestal

A fiscalização do JBB e EEJBB é realizada por 2 fiscais. São feitas, pelo menos duas rondas diárias interna e externamente. Pelas fichas preenchidas são percorridos, em média, 1400 km mês.

As principais ocorrências são: despejo de lixo na área limítrofe à Estação Ecológica; invasão das áreas por ciclistas e pedestres e pelos comerciantes do Pólo Verde; lixo deixado pelos invasores e queima de podas por alguns proprietários de residências que fazem limite com a EEJBB.

Destaca-se que o péssimo estado de alguns trechos das cercas do JBB e da EEJBB facilitam as invasões, sendo necessário que estas sejam recuperadas com urgência.

Licenças de pesquisa concedidas: Uma das missões regimentais deste Órgão é apoiar o desenvolvimento de pesquisa na área do Jardim Botânico e de sua Estação Ecológica.

Nesse sentido, várias universidades do Distrito Federal e de outros estados, inclusive em parceria com universidades de outros países realizam pesquisas na área por nós administrada.

Científicas Realizadas no JBB em 2012

Autorização de Pesquisas concedidas	Projeto	Responsável	Instituição
Pesquisa	Biogeografia de Aves do Cerrado: Uma abordagem filogenética voltada à Conservação da Biodiversidade	Renato Caparroz	UnB/Planaltina
Pesquisa	Programa Ecológico de Longa Duração: Cerrados do Planalto Central – Estrutura, dinâmica e processos ecológicos.	Augusto César Franco	UnB; Princeton University; North Carolina State University
Pesquisa	Pinheiros no Cerrado: efeito de sua ocupação sobre plantas herbáceas e microbiota do solo	John Du VallHay	UnB
Pesquisa	Características químicas dos Córregos da APA Gama-Cabeça de Veado	Maria Cunha Bustamante	UnB
Pesquisa	Dinâmica de populações e organização de comunidades aquáticas no Distrito Federal	Luciana Mendonça Galvão	Universidade católica
Pesquisa	Aspectos da vegetação e biomassa subterrânea em fitofisionomias do Cerrado no Jardim Botânico de Brasília – Distrito Federal, Brasil.	Manoel Claudio da Silva Junior	UnB
Pesquisa	Diversidade de abelhas e vespas (Hymenoptera) do Cerrado do Brasil Central: Sistemática, Ecologia de interações, bionomia e biogeografia	Antonio José Camillo de Aguiar	UnB
Pesquisa	Aplicações de modelagem de nicho para conservação de aves do Cerrado.	Miguel Angelo Marini	UnB
Pesquisa	Produção e variabilidade química dos óleos essenciais	Claudio Henrique S.	UnB

Autorização de Pesquisas concedidas	Projeto	Responsável	Instituição
	de folhas de três espécies de Lauraceae no Distrito Federal.	delManezzi	
Pesquisa	Fungos do Cerrado e Pantanal: Morfotaxonomia e caracterização/Filogenia Molecular.	José Carmine Dianese	UnB
Pesquisa	Comunidades de lagartos em Mata de Galeria do Brasil Central	Guarino Rinaldi Colli	UnB
Fotografia científica	Fotografias através do mundo	Pascal Beaudenon	Sem Vínculo
Fotografia científica	A importância do fogo e do clima como fatores determinantes da fitofisionomia do Cerrado.	Paulo Juvenal Alves	Sem Vínculo
Fotografia científica	Fitofisionomias do Cerrado	Luiz Gustavo Maciel	TSE
Fotografia Científica	Fotografia de Anfíbios	Rubens Matsushita	MPF

Eventos Promovidos em 2012

Fevereiro:

- Exposição fotográfica intitulada: Patrimônios Naturais – Edição Parques Nacionais Brasileiros. A exposição consistiu de fotografias de 23 Parques Nacionais Brasileiros de 12 renomados fotógrafos. Cerca de 1.000 pessoas visitaram a exposição;
- 1ª Mostra e Feira de Orquídeas, com oficinas de cultivo de orquídeas, com um público de cerca de 500 pessoas nos três dias da mostra;
- Exposição de Fotografia-Cerrado: Um Mosaico Fotográfico de Rubens Matsushita, 16 fotos de aves e ambientes do Cerrado brasileiro.

Março:

- Comemoração do aniversário do Jardim Botânico com recebimento de seu Registro Efetivo na Classe C;
- Concerto inaugural, marcando o início da temporada dos Concertos no Jardim em parceria com a Escola de Música de Brasília.

Abril:

- Curso de prevenção e combate a incêndios florestais com apoio do PrevFogo/IBAMA, dirigido aos brigadistas do JBB, IBGE, FAL, VI COMAR, além de voluntários. No total foram treinados 20 brigadistas;
- Curso de LIBRAS para servidores do JBB e de outras instituições do GDF, atendendo 35 participantes com nove dias de curso no mês;
- 2ª Feira e Mostra de orquídeas, cerca de 1500 participantes. Além da mostra foram realizadas oficinas abertas ao público sobre plantio e cuidados fitossanitários de orquídeas.
- Sarau Especial: Apresentação do Coral do TCU no âmbito do Projeto DV na trilha.

Maior:

- Continuação do Curso de LIBRAS 12 aulas para 35 participantes;
- Palestra Rios Voadores: Dedicado a professores, alunos e o público em geral;
- Feira do mel.

Junho:

- Continuação do curso de LIBRAS, durante nove dias para 35 treinandos;
- 1º Festival LAND ART – Exposição realizada no período de 03/06 a 30/09/2012;
- Participação do JBB na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente: Rio+20;
- 3ª Feira e Mostra de Orquídeas, com realização de oficinas de cultivo, cerca 1200 visitantes durante os 3 dias de Feira.

Julho:

- Continuação do Curso de LIBRAS com 10 dias de aulas para 35 alunos;
- Curso de animais peçonhentos ministrado pelo Grupo especializado em Atendimento ao Trauma - GEAT - com a participação de 40 pessoas, incluindo 5 funcionários do JBB.

Agosto:

- Evento de abertura do Termo de Cooperação assinado entre o JBB e a Secretaria da Criança para o recebimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, com a participação de 50 pessoas, incluindo as duas instituições, as UAMAS de São Sebastião e Paranoá e a família dos apenados.

Setembro:

- Inauguração da exposição Fotográfica comemorativa ao mês do Cerrado em parceria com o MMA, que selecionou fotos de 2 fotógrafos Paulo Araújo e Martím Garcia. O evento contou com a participação do Governador, Secretários do GDF, Secretário de Biodiversidade do MMA, Senadores, Ministros, Deputados do GDF entre outras autoridades. Na ocasião foi assinado o pacto para construção do Centro de Excelência do Cerrado no JBB;

- Oficinas Fotográficas para alunos da Rede Pública e Particular de ensino com a temática do Cerrado e concurso fotográfico sobre o Cerrado.

Outubro:

- Continuação da Exposição Fotográfica sobre Cerrado;
- Realização do evento de troca de brinquedos e consumo consciente;
- Participação no Seminário sobre conservação de *Dyckiadystachia*, promovido pela BAESA, em Florianópolis- Santa Catarina, com a apresentação do trabalho Papel dos Jardins Botânicos na Conservação *ex situ*;

- Participação na semana de Ciência e Tecnologia com apresentações do filme Rio+20 Rio+Verde, e maquete interativa sobre alternativas sustentáveis para comunidade de baixa renda.

Novembro:

- Continuação da Exposição Fotográfica sobre Cerrado.

Dezembro:

- 4ª Feira de orquídeas no JBB;
- Manutenção do Jardim de Cheiro com os integrantes do Grupo Jardineiros do Planeta e outros;
- Circuito Cross Parque de Corrida;
- Projeto correndo na Trilha (corrida e Duathlon);
- Encontros DV na Trilha;
- Acampamento de escoteiros;
- Atividades de campo do Grupo Desbravadores.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

As medidas de contenção adotadas pelo governo em 2011 continuaram em 2012, assim sendo, nosso quadro de pessoal efetivo continua incompleto, bem como os cargos em comissão que não tiveram servidores nomeados para muitas das funções de Assessoramento, Gerenciamento e Direção. A área mais prejudicada é a da Preservação para a qual não houve nenhuma nomeação. A manutenção dos espaços administrativos e de visitação pública (100ha) necessita de pessoal de campo para a realização de capina, roçagem e limpeza em geral. Há necessidade ainda de especialistas para manutenção e curadoria das coleções de plantas existentes neste órgão, abertas a visitação pública.

Devido a problemas na rede de distribuição de energia, ocorreu falta de luz por longos períodos, o que prejudicou o crescimento das orquídeas em meio de cultura (*in vitro*) tendo em vista que precisam de temperatura baixa para se desenvolver e também não propiciar o crescimento de fungos que inviabilizam as mudas.

A Dotação Orçamentária, embora insuficiente, foi suplementada por parcerias firmadas com outras instituições, possibilitando a implantação de planos e projetos previstos no Plano Diretor do Jardim Botânico e no Plano de Manejo da Estação Ecológica.

Para 2013 estão previstas as seguintes ações:

Fortalecimento Institucional:

- A criação da Fundação Jardim Botânico de Brasília, conforme projeto de lei que se encontra na Casa Civil do GDF e que deverá ser encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF. Sua aprovação propiciará maior agilidade administrativa ao JBB.

- Articulação e estabelecimento de um mosaico de unidades de conservação no Distrito Federal para reconhecimento pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA;

- Construção do Centro de Excelência do Cerrado, um centro difusor e de referência das atividades de conservação e preservação do bioma Cerrado, com recursos da compensação ambiental;
- Apoio técnico na criação e fortalecimento de outros Jardins Botânicos – Rede Brasileira de Jardins Botânicos/Ministério do Meio Ambiente;
- Completar o quadro de servidores por meio de realização de concurso público já aprovado em processo administrativo e nomeando os cargos comissionados ainda não preenchidos;
- Publicação da revista técnica científica Heringeriana;

Apoio a Programas do GDF:

- Convênio com a Secretaria da Criança para atendimento a jovens que cumprem medidas sócio educativas;
- Parceria com a Secretaria de Educação para atendimento, com visitas guiadas, aos estudantes da rede pública de ensino;
- Parceria com a Secretaria de Educação, via Escola de Música de Brasília – EMB, para realização de concertos musicais pedagógicos no JBB;
- Acordo de Cooperação Técnica com a FIOCRUZ que tem por objeto instituir a cooperação técnico-científica entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades no campo da pesquisa, ensino, divulgação, comunicação e informação nas áreas de Meio e Ambiente e Saúde, em consonância com os programas do Governo do Distrito Federal.

Melhoria da Infraestrutura:

- Asfaltamento das vias de acesso à área administrativa e Escola Classe Jardim Botânico, a ser executado pela Secretaria de Transportes (recurso de Compensação Ambiental), na fase de preparo de licitação;
- Recapeamento das vias de circulação interna (trilha do acesso principal), a ser executado pela Novacap, conforme solicitação feita via ofício nº 218/2011 – DIEX/JBB, em 21 de dezembro de 2011;
- Construção de 3 (três) estufas para coleções de plantas vivas – recursos previstos no orçamento anual;
- Construção de 1 (um) galpão garagem para abrigar veículos oficiais e máquinas – recursos previstos no orçamento anual;
- Instalação de 1 (um) PEC – Ponto de Encontro Comunitário a ser executado pela Novacap, conforme solicitação feita via ofício nº 76/2011 – DIEX/JBB, em 06 de maio de 2011;
- Emergencial: revitalização da rede elétrica com o apoio da CEB, mediante doação da rede e do transformador do JBB àquela Companhia.

Conservação e Preservação do Bioma Cerrado (Estação Ecológica – EEJBB e JBB):

- Construção de alambrado, pelo DER, nos limites da DF-001 com JBB e EEJBB (exigência da Licença de Instalação nº047/2009, da duplicação da rodovia);
- Urbanização da faixa de domínio da DF 001, pelo DER, nos limites da DF-001 com JBB e EEJBB (exigência da Licença de Instalação nº047/2009, da duplicação da rodovia);
- Plantio de mudas, pelo DER, para recuperação de áreas degradadas (exigência da Licença de Instalação nº047/2009, da duplicação da rodovia);
- Reativação do viveiro para produção de até 200.000 (duzentos mil) mudas de árvores nativas, conforme convênio assinado com a Terracap;
- Ação Integrada com os demais órgãos do GDF e ICMBio, na Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;
- Ampliação e diversificação do acervo do Herbário Ezechias Paulo Heringuer (HEPH) com recursos de emenda parlamentar;
- Manutenção e melhoria do convênio com a CAESB, ressaltando a responsabilidade daquela Companhia na conservação dos recursos hídricos, por ela utilizados para abastecimento humano, oriundos da EEJBB e JBB.

Educação Ambiental e Promoção da Qualidade de Vida (integração com a comunidade)

- Feira e Mostra de Orquídeas (três eventos) – parceria com a Sociedade Orquidófila de Brasília;
- Feira do Mel – cooperação com a Associação de Apicultores do Distrito Federal – APIDF;
- Avistar Brasília (03 e 04 de agosto) – edição local do Encontro Brasileiro de Observação de Aves;

- Gastronômade (09 de março) – evento de culinária itinerante que irá circular por sete estados brasileiros e reunir grandes nomes da gastronomia brasileira sob o fundamento do localismo, em uma reconexão com a terra e a origem dos alimentos;
- Concerto no Jardim – concertos musicais pedagógicos mensais;
- Viva a Arte – idealizado pelo STIU-DF (Sindicato dos Urbanitários) tem como foco valorizar a produção artística desenvolvida no Distrito Federal. Músicos, intérpretes e compositores se apresentam no Centro de Visitantes do JBB nas manhãs de domingo;
- Competições esportivas (mountain bike, corrida, duathlon);
- Caminhadas ecológicas em associação com organizações da sociedade civil, órgãos públicos e empresas;
- Projeto Social DV na Trilha – passeios ciclísticos com deficientes visuais em bicicletas de dois lugares (tandem);
- Colônia de Férias da Secretaria de Educação do GDF – Recebimento dos grupos de jovens e crianças para atividades de educação ambiental;
- Outras exposições e mostras culturais e ambientais;
- Além de outras ações anteriormente previstas no PPA.-

Desafio:

Consolidar o Jardim Botânico de Brasília – JBB como centro de excelência no atendimento ao turista e de disseminação das informações e tecnologias relacionadas ao bioma Cerrado, aproveitando as oportunidades geradas com os eventos da Copa das Confederações em 2013 e Copa do Mundo em 2014.

15.2. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – SLU – UO: 21.203

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo decreto nº 76, de 03 de agosto de 1961, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, com denominação estabelecida pela Lei nº 706, de 13 de maio de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, nos termos do artigo 25 do decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011 e do decreto nº 33.317, de 08 de novembro de 2011, republicado no doDF nº 229, de 01 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do SLU e dá outras providências, e decreto nº 33.726, de 21 de junho de 2012, que dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa do SLU. Possui a competência de regular e fiscalizar o cumprimento das diretrizes de saneamento básico relativo à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, conforme o decreto nº. 27.898, de 23 de abril de 2007, que atribui sua competência nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Lei nº 4.518, de 05 de novembro de 2010, trouxe a denominação, a finalidade, as competências e a reestruturação administrativa do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF, estabelecendo, *in verbis*:

Art. 2º - O SLU/DF tem por finalidade a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos urbanos, em especial no que se refere ao conjunto de atividades de coleta, triagem, transbordo, transporte, tratamento e destinação final do lixo doméstico e do lixo originário de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, observando-se os dispositivos das Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, bem como, no que couber, o constante de seus respectivos regulamentos e alterações supervenientes a esta Lei.

Art. 3º - Compete ao SLU/DF:

I. exercer, em caráter privativo, a integração da organização, do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionadas à gestão integrada de resíduos sólidos no Distrito Federal;

II. organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal;

III. implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;

IV. elaborar e implementar o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal;

V. promover, supervisionar e controlar a limpeza de monumentos, marcos e esculturas do Distrito Federal;

VI. supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal;

VII. supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;

VIII. executar projetos de obras destinadas à implementação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Distrito Federal;

IX. elaborar a sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;

X. cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos, no âmbito de suas atribuições;

XI. coletar dados e elaborar estudos sobre os resíduos sólidos urbanos, no que tange aos tipos de resíduos gerados, aos resíduos recicláveis e às formas de aproveitamento e comercialização;

XII. estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Distrito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;

XIII. promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;

XIV. desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Com base no marco legal exposto foi regulamentado o Plano Diretor de Resíduos Sólidos Urbanos, por meio do decreto nº 29.399, de 14 de agosto de 2008, que apresentou os objetivos da gestão pública e ambiental de resíduos sólidos urbanos, por meio da implantação do sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, com foco na inclusão social e promoção da reciclagem.

Convém salientar que em 23 de dezembro de 2011 foi publicado o decreto nº 33.445, que aprovou o Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão dos Resíduos Sólidos no Distrito Federal,

documento que, segundo o art. 5º do decreto nº 32.922, de 10 de maio de 2011, balizará a elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		49	146	83	1.064	1.342
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		22	-	-	-	22
Requisitados	Órgãos do GDF	02	-	-	-	02
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	-	01
Outros	Estagiários	-	48	-	-	48
	Terceirizados (ICEP)	-	33	-	20	53
Junta de Controle		-	05	-	-	05
Subtotal (Força de Trabalho)		74	232	83	1.084	1.473
(+) Cedidos para outros órgãos		19	547	-	-	566
Total Geral		93	779	83	1.084	2.039

Obs.: Posição em 31/12/2012.

O quadro abaixo mostra a série histórica do quantitativo de servidores e da força de trabalho do SLU. Com relação aos dados de dezembro de 2011 e 2012, mês que constituiu a base das informações, o SLU apresentou redução do seu quadro de funcionários de 5,03%.

Série histórica da força de trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
2008	78	1.242	88	1.100	2.508
2009	88	1.193	87	1.062	2.430
2010	134	861	114	1.151	2.260
2011	86	825	66	1.170	2.147
2012	93	779	83	1.084	2.039

Devido o tempo decorrido do último concurso público realizado (em 1990) e, à opção tomada pela terceirização progressiva dos serviços de limpeza pública ao longo dos últimos anos, é observada a redução paulatina da força de trabalho própria do Órgão. Funcionários das empresas terceirizadas pelo SLU é que realizam os serviços de limpeza pública.

Os serviços de coleta seletiva de resíduos recicláveis foram realizados com participação de servidores e veículos coletores do SLU até o dia 14 de setembro de 2012, quando então passou a ser realizado por funcionários e veículos terceirizados.

Parcela da força de trabalho da autarquia foi disponibilizada por meio da cessão para outros Órgãos do Governo do Distrito Federal, diminuindo assim a carência de pessoal nesses órgãos, processo que se iniciou no ano 2002. Apesar da cessão de servidores para outros órgãos, o SLU carece de servidores qualificados para tarefas administrativas, supervisoras e gerenciais.

1. Realizações

PROGRAMA TÉMATICO:

6212 – RESÍDUOS SÓLIDOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
2079 –Manutenção das Atividades de Limpeza Pública	175.631.644	214.162.963	211.595.355	207.917.653	
6117 - Manutenção das Atividades de Limpeza Pública--Distrito Federal	175.631.644	214.162.963	211.595.355	207.917.653	9 a 22 e 35
3001 -Encerramento e Recuperação do Aterro do Jôquei	190.000	0	0	0	
3002 – Implantação de Ecopontos	20.000	0	0	0	
3099 -Construção de Áreas de Transbordo e Triagem - Att's	10.000	271.779	0	0	
3101 -Construção de Aterro Sanitário	200.000	191.286	0	0	
3108 -Construção de Unidades de Compostagem de Resíduos Orgânicos	10.000	122.686	0	0	
3111 – Recuperação Ambiental Da Área Da Usina de Incineração	230.000	0	0	0	
4110 -Expansão Da Coleta Seletiva de Resíduos	60.000	0	0	0	

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
Recicláveis					

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0001 – Implementar gestão integrada dos resíduos gerados pela população conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, orientando o desenvolvimento do sistema de limpeza pública e estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável. (SLU)

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Índice de tratamento de resíduos domiciliares	%	13,2	28/02/ 2011	Anual	14	16	18	20	SLU
Índice de redução de aterramento de resíduos domiciliares	%	100	28/02/ 2011	Anual	96	94	92	90	SLU
Índice de redução da coleta de resíduos públicos de remoção	%	100	28/02/ 2011	Anual	95	90	85	80	SLU
Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal	%	1,9	28/02/ 2011	Anual	4	6	8	10	SLU

Os indicadores de desempenho propostos conforme fórmulas abaixo, estabeleceram metas para o ano 2012, considerando a previsão de construção de centros de triagem e ecopontos, como também no aumento das quantidades de resíduos tratados, em relação aos resíduos coletados.

O indicador I 1 - “Índice de tratamento de resíduos domiciliares”, conforme fórmula abaixo atingiu o seguinte valor:

$$I 1 = \frac{\text{Resíduos processados em usinas do SLU (t)}}{\text{Resíduos domiciliares coletados (t)}} = \frac{152.456}{822.968} = 18,53\%$$

Portanto, acima das previsões oferecidas, de 14% no 1º ano (2012) do PPA 2012-2015. Não houve interrupções expressivas no funcionamento das linhas de produção das usinas, como ocorreu no ano 2011, que resultou no índice de 13,2% em 2011, apesar da Usina da Asa Sul necessitar de reparos corretivos, em virtude do sucateamento de 2 linhas de produção, das 4 linhas existentes. Convém salientar que no percentual de tratamento observado, a maior parte, cerca de 70% dos resíduos tratados, são considerados rejeitos do tratamento, e são posteriormente aterrados.

O indicador I 2 – “Índice de redução de aterramento de resíduos domiciliares”, conforme fórmula abaixo atingiu o seguinte valor:

$$I 2 = \frac{\text{Resíduos domiciliares aterrados (t)}}{\text{Resíduos domiciliares coletados (t)}} = \frac{816.594}{822.968} = 99,22\%$$

Portanto, abaixo das previsões oferecidas de 96% no 1º ano (2012). Convém retificar o valor da redução, para 4%, e não 96%, conforme o valor desejado informado. Conforme já relatado, os Centros de Triagem de materiais recicláveis previstos não foram, até o momento, construídos, impedindo um melhor desempenho deste indicador. Há dificuldades para a obtenção de áreas, como também ao licenciamento de áreas aptas à construção destes equipamentos públicos. O aumento da quantidade de convênios com as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis com o SLU também permite melhor desempenho deste indicador, desde que locais apropriados ao desenvolvimento das atividades de triagem de materiais sejam criados / construídos. O SLU prevê a utilização de suas bases operacionais (Núcleos Regionais de Limpeza) para a construção de Centros de Triagem, caso outras áreas não sejam disponibilizadas pela TERRACAP.

O indicador I 3 - “Índice de redução da coleta de resíduos públicos de remoção”, conforme fórmula prevista erroneamente abaixo atingiu o seguinte valor:

$$I 3 = \frac{\text{Resíduo de remoção coletado em fev/2011 (em t)}}{\text{Resíduo de remoção coletado no mês de fev/2012 (em t)}} = \frac{72.722}{23.576} = 3,08$$

Retifica-se a fórmula, invertendo o numerador e o denominador, resultando em:

$$I 3 = \frac{\text{Resíduo de remoção coletado em fev/2012 (em t)}}{\text{Resíduo de remoção coletado no mês de fev/2011 (em t)}} = \frac{23.576}{72.722} = 32,42\%$$

O resultado obtido (32,42%), projeta redução de 67,58%, valor distorcido em relação à previsão oferecida (95%), ou redução de 5%, face os dados de 2011, quando as quantidades coletadas em 2011 ficaram bem acima da observada em 2012, dados de 2011 que foram questionados pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle – STC, e estão em investigação, devido à metodologia de medição da pesagem utilizada, além da prioridade em executar outros serviços de limpeza, em detrimento da coleta de entulhos, face o valor previsto nos contratos.

O indicador I 4 – “Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal”, conforme fórmula abaixo atingiu o seguinte valor:

$$I 4 = \frac{\text{Resíduos coletados (coleta seletiva) (em t)}}{\text{Resíduos coletados (coleta normal) (em t)}} = \frac{13.021}{822.968} = 1,6\%$$

O resultado obtido ficou aquém das previsões oferecidas para o ano 2012 (4%), devido o SLU realizar por meios próprios (veículos e pessoal) este serviço até o dia 12 de setembro/2012, ou seja, não houve investimentos neste tipo de coleta, também ocasionado pelo contingenciamento das dotações orçamentárias do SLU. Esta situação deve ser invertida em 2013, face o lançamento da Concorrência nº 03/2012 – CPL/SLU, cujo objeto é a contratação de empresas especializadas para a realização da coleta de resíduos recicláveis nas áreas urbanas e rurais, divididas em 4 lotes no DF, com abertura dos envelopes de propostas previsto para janeiro/2013. Assim, a coleta seletiva que era realizada apenas nos arredores do Plano Piloto, e na Cidade de Brazlândia será estendida para todo o DF.

No exercício 2012, 3 empresas prestaram serviços de manutenção das atividades de limpeza pública, divididos em 3 lotes de serviços, conforme as regiões administrativas e localidades onde foram realizados os serviços de limpeza. Além dos 3 lotes de serviços citados, o SLU recorreu a dois contratos emergenciais, um para a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos infectantes de estabelecimentos públicos de serviços de saúde, e o outro para a operação do Aterro do Jóquei. Estes dois contratos emergenciais foram encerrados em meados de junho de 2012, sendo regularizados por novas licitações públicas. Estima-se que 96% da população do Distrito Federal sejam atendidas com o serviço de coleta, devido algumas áreas rurais distantes e condomínios urbanos em áreas rurais, e condomínios urbanos recentemente criados dotarem de difíceis acessos.

A etapa/subtítulo “Manutenção das Atividades de Limpeza Pública” é a que envolve os maiores dispêndios de recursos alocados, devido o pagamento das empresas terceirizadas que prestam serviços de limpeza urbana ao SLU, incluindo a coleta dos resíduos domiciliares e comerciais, coleta de entulhos diversos, coleta dos resíduos dos estabelecimentos públicos de serviços de saúde, varrição manual e mecanizada de vias e logradouros, operação das unidades de tratamento de resíduos, operação do aterro do Jóquei, coleta de animais mortos em vias públicas, operação da unidade de compostagem da Usina do P-Sul de Ceilândia, transferência e transbordo de resíduos, lavagem de vias, lavagem de monumentos públicos, pintura de meios-fios, catação de resíduos dispersos em áreas verdes, e execução de serviços diversos de limpeza pública. Em 2012, 61,23% do valor liquidado foi utilizado para o pagamento das empresas terceirizadas.

No final do ano 2011, foram empenhados recursos para aquisição de balanças rodoviárias e instalação em áreas operacionais do SLU, processo que não houve a liquidação financeira naquele exercício financeiro, incluídos em restos a pagar não processados, e liquidados em 2012. Foram instaladas balanças rodoviárias nos Núcleos Regionais de Limpeza de Sobradinho e do Gama, como também no Aterro do Jóquei, descongestionando o tráfego de caminhões, e facilitando o controle da pesagem de resíduos transportados.

As etapas/Subtítulos “Encerramento e recuperação do Aterro do Jóquei”, “Implantação de Ecopontos”, “Construção de áreas de transbordo e triagem – ATT’s”, “Construção de Aterro Sanitário em consórcio com a RIDE”, “Construção de Aterro Sanitário – Samambaia”, “Construção de unidades de compostagem de resíduos orgânicos”, “Recuperação ambiental da área da Usina de Incineração – Ceilândia” e “Expansão da coleta seletiva de resíduos recicláveis” não tiveram execução financeira, embora os trâmites processuais realizados nos programas previstos. Houve contingenciamento de recursos orçamentários por parte da Secretaria de Planejamento.

O encerramento e recuperação do aterro do Jóquei está condicionado à construção do aterro sanitário de Samambaia, processo em andamento e com Edital de Concorrência nº 04/2012 – CPL/SLU publicado, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia especializada para a execução, mediante

o regime de empreitada por preço unitário por tonelada aterrada, dos serviços de disposição final de 3.862.000 toneladas de rejeitos, com a operação e manutenção do Aterro Sanitário Oeste, localizado na Região Administrativa de Samambaia, compreendendo, dentre outras, as atividades de implantação da base das células de aterramento, espalhamento, compactação e cobertura dos rejeitos e confecção do projeto executivo da Etapa 2, com abertura dos envelopes das propostas comerciais e documentação marcado para 30 de janeiro de 2013.

Foram firmados convênios entre o SLU e a NOVACAP, como também entre o SLU e a CAESB, para início da construção do aterro sanitário de Samambaia, sendo com a NOVACAP com a finalidade de construção do sistema viário interno, drenagem pluvial do acesso perimetral, pavimentação asfáltica e meio-fio da via de acesso de serviço, instalações prediais e execução de sondagem, bem como a elaboração de projetos executivos de edificação; e com a CAESB com a finalidade de elaboração de projeto executivo da estação elevatória, linha de recalque e estação de pré-tratamento de chorume.

A recuperação ambiental da área da usina de incineração da Ceilândia ocorreu por meio de outra rubrica, sendo contratada no final do ano 2012 empresa para realizar o plano de recuperação da área degradada – PRAD, com previsão de entrega dos estudos (produto final), em janeiro/2013.

A expansão da coleta seletiva de resíduos recicláveis, igualmente, tem previsão de execução financeira em 2013, face à Concorrência nº 3/2012, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos domiciliares, institucionais e comerciais recicláveis, nas áreas urbanas e rurais do Distrito Federal, divididos em 04 (quatro) lotes, com o início da abertura dos envelopes com as propostas comerciais e documentação marcado para 28 de janeiro de 2013.

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
8502 -Administração de Pessoal	108.672.291	107.172.291	105.729.820	105.729.820	
8740 - Administração de Pessoal-Serviço de Limpeza Urbana-Distrito Federal	108.672.291	107.172.291	105.729.820	105.729.820	1 e 2
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	14.104.961	13.786.591	13.786.589	13.786.589	
9566 - Concessão De Benefícios a Servidores-Serviço de Limpeza Urbana-Distrito Federal	14.104.961	13.786.591	13.786.589	13.786.589	3 a 6 e 27
8505 -Publicidade e Propaganda	252.000	152.000	147.435	137.355	
8697 - Publicidade e Propaganda-Institucional-Serviço de Limpeza Urbana-Distrito Federal	252.000	152.000	147.435	137.355	8
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	4.335.523	4.696.947	4.098.766	3.905.278	
9657 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Serviço de Limpeza Urbana-Distrito Federal	4.335.523	4.696.947	4.098.766	3.905.278	7

O SLU terminou o exercício 2012 remunerando 1.937 servidores ativos, 5,0% a menos em relação ao início do ano, refletindo, no período, a redução de servidores do quadro permanente. Este percentual foi maior do que o verificado no exercício 2011, que registrou redução de 3,3% de servidores ativos no quadro permanente.

Neste exercício 2012, o SLU utilizou o orçamento destinado à manutenção dos serviços administrativos gerais pagando despesas da Sede e dos Núcleos Regionais de Limpeza relativas às contas de água, luz, telefone, aluguel, condomínios, assinaturas de jornais, doDF e doU, material de expediente, limpeza, copa e cozinha, material de construção, locação de máquinas de reprografia, manutenção de aparelhos de ar-condicionado, informática, central telefônica e fax, serviços de dedetização, além do pagamento de jtons de membros da junta de controle, pagamento de estagiários e servidores do Instituto, Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com deficiência do Brasil – ICEP. Também foram adquiridos materiais permanentes entre os quais 1 transceptor de fac-simile, 1 guilhotina de mesa, 1 perfuradora gráfica, 2 esfignomanômetros, 2 limpadores a vapor, 20 ares condicionados, 3 impressoras matriciais, 5 calculadoras de mesa, 2 switches e 1 hub.

A concessão de benefícios aos servidores do SLU acompanha a redução gradual do quantitativo de servidores do quadro permanente. Em dezembro do ano 2012, foram concedidos 3.665 benefícios, em detrimento de 3.914 benefícios em 2011, ou seja, 6,3% a menos que o ano 2011.

A publicidade e propaganda institucional do SLU foi destinada para divulgar os atos administrativos gerados no SLU e publicados regularmente no doDF e, nos casos dos processos licitatórios,

nos jornais de grande circulação. Houve redução de 21,1% com gastos nesta rubrica, em relação ao ano 2011. As demandas de publicidade de utilidade pública do SLU estão sendo encaminhadas à SEMARH, com vistas à Secretaria de Estado de Publicidade Institucional, secretaria criada no atual Governo para coordenar a execução financeira deste tipo de publicidade.

Como mencionado no relatório de atividades do ano 2011, o diagnóstico dos recursos tecnológicos e sistemas de informação no SLU, feito à época, constatou uma situação crítica. Pouco se evoluiu no último ano, basicamente por falta de recurso orçamentário.

Diante disso, os projetos elencados para 2012, como a reestruturação da rede de voz e dados da sede do SLU, a integração dos Núcleos Regionais de Limpeza a esta nova rede, bem como a implantação de forma integrada, de sistemas de informação que atendam as áreas administrativas financeiras, jurídica, e principalmente as áreas fins, responsáveis pela gestão do manejo de resíduos, continuam para 2013.

Ressaltamos que a implantação dos projetos de modernização tecnológica, permitirá ao SLU fazer uma gestão mais eficaz, refletindo diretamente na qualidade de serviços prestados e na melhoria da qualidade de vida do cidadão.

3. Informações complementares

Uma das atividades não apropriadas nos relatórios operacionais é a participação conjunta do SLU com outros órgãos da esfera do GDF na remoção de invasores de áreas públicas, na limpeza da orla do Lago Paranoá e a participação em mutirões. A participação envolve a remoção de entulhos decorrentes da derrubada de barracos e a limpeza da área invadida, no 1º caso, como também o recolhimento de detritos diversos às margens do Lago e nas Regiões Administrativas.

Tais atividades ocorrem ocasionalmente, conforme a necessidade e o pedido de participação na ação conjunta.

4. Diagnóstico do desenvolvimento da Unidade

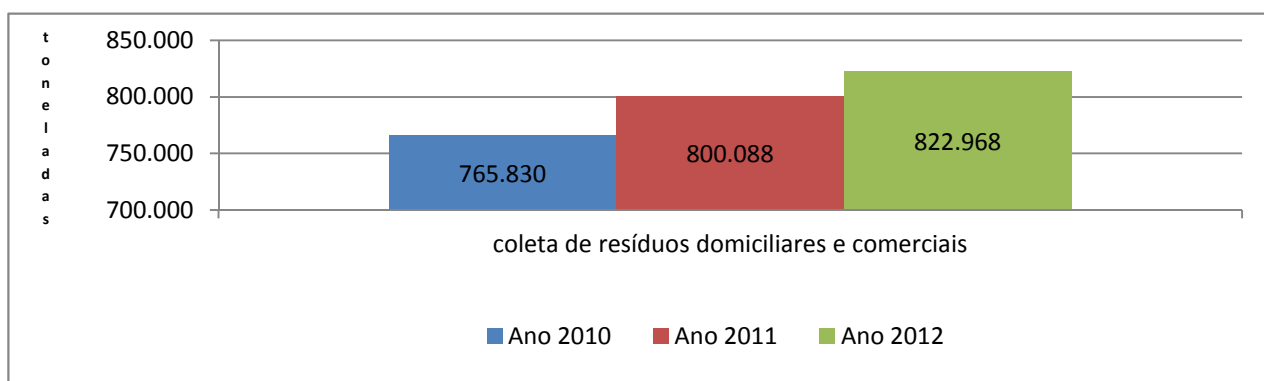
As atividades operacionais executadas pelo SLU, em sua maioria por meio dos contratos de terceirização com empresas de prestação de serviços de limpeza pública, tiveram o seguinte desempenho, conforme quadro abaixo.

Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços

Atividade	Nº. da Etapa no SAG em 2012	Unidade	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Comparação 2012/2011 - %
Coleta dos resíduos domiciliares e comerciais	9	T	765.830	800.088	822.968	+2,86%
Coleta dos resíduos de serviços de saúde	10	T	3.384	3.062	3.045	-0,05%
Coleta dos resíduos de remoção (coleta corretiva)	11	T	1.305.530	1.192.960	567.458	-52,43%
Varrição manual de vias e logradouros públicos	19	Km	893.658	1.061.481	1.171.716	+10,39%
Varrição mecânica de vias e logradouros públicos	20	Km	10.648	37.342	47.295	+26,65%
Capina	14	Km	21.846	43.920	44.358	+1,00%
Pintura de meios-fios	21	Km	6.355	4.335	7.340	+69,32%
Lavagem abrigos de passageiros e passagem de pedestres	12	U	21.788	28.155	56.661	+101,25%
Catação de resíduos	15	Ha	190.297	261.197	216.520	- 17,10%
Resíduos processados em usinas de tratamento	17	T	81.646	138.424	152.456	+10,14%
Resíduos aterrados	16	T	776.141	820.327	816.594	-0,46%
Coleta de animais mortos	13	U	4.610	3.326	3.665	+ 10,19%
Resíduos incinerados	18	T	3.406	3.062	3.045	-0,05%
Rastelagem*	-	Ha	512	136	-	-
Coleta seletiva	22	T	15.515	16.841	13.021	-22,68%

* Atividade não desenvolvida no ano 2012

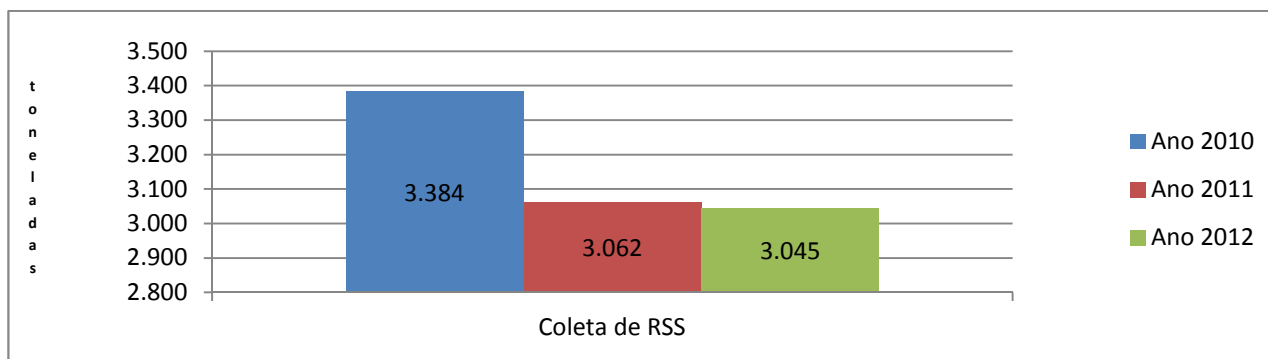
A coleta de resíduos domiciliares e comerciais apresentou acréscimo de 2,86% em relação o ano 2011, com médias de 68.580,64 t/mês, ou cerca de 880 gramas/habitante/dia, devido ao atendimento de novas áreas urbanas e ao aumento populacional, representando um acréscimo esperado, apesar das campanhas educativas quanto à redução e reutilização de materiais recicláveis veiculadas na mídia, seja pelo Governo Federal, seja pelo GDF.

Gráfico 1: Coleta de resíduos domiciliares e comerciais

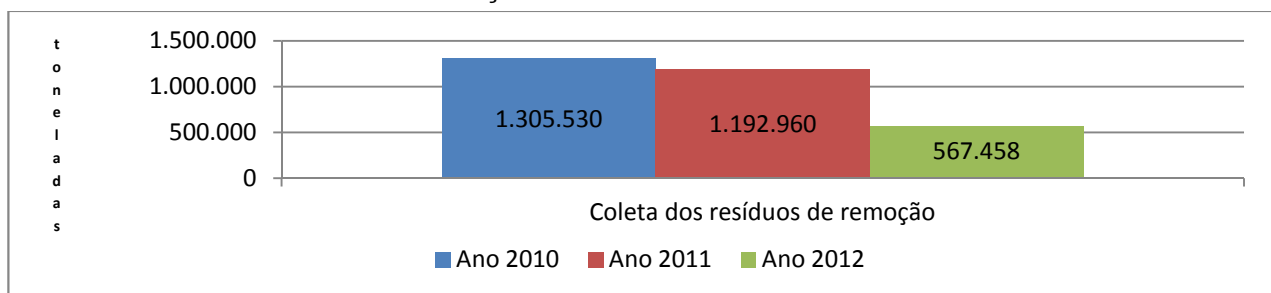
O serviço está dividido em 3 Lotes de Coleta, sendo que em 21 de junho de 2012 nos Lotes I e III houve substituição da empresa anteriormente contratada, desclassificada judicialmente, e os serviços foram assumidos pelas empresas classificadas em 2º lugar no certame licitatório realizado. O serviço do Lote II está sendo prestado pela mesma empresa contratada pela licitação, com início de prestação dos serviços em 1º de julho de 2009.

Atualmente o Lote I compreende 52,4% da quantidade total coletada, o Lote II, 29,9% e o Lote III, 17,7% da coleta total.

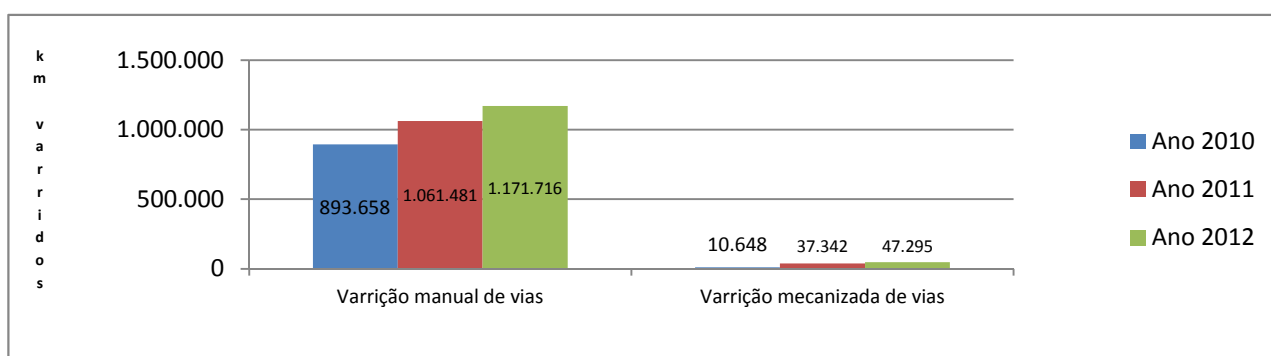
A coleta de resíduos de serviços de saúde da rede pública apresentou resultado semelhante ao observado no ano 2011, com média de 253,75 t/mês, tendo em vista as orientações emanadas pela Secretaria de Saúde quanto à segregação dos resíduos infectantes gerados na rede pública de saúde, ajudando a manter os quantitativos estáveis.

Gráfico 2: Coleta de resíduos de saúde da rede pública

A coleta dos resíduos de remoção, aqui considerada os resíduos depositados em áreas públicas e áreas de transbordo contendo entulhos diversos, apresentou resultado 52,43% menor em relação o ano 2011. Foi realizado melhor controle dos quantitativos transportados, visto os dados de 2011 estarem sob investigação, em decorrência da metodologia de controle anteriormente adotada.

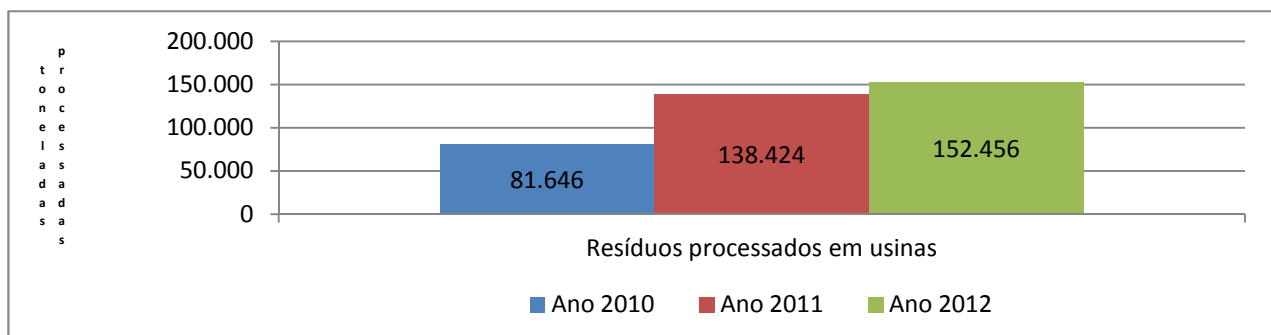
Gráfico 3: Coleta de resíduos de remoção

A varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos apresentou resultados superiores aos obtidos em 2011, de +10,39% e +26,65% respectivamente. Novos locais foram agregados aos trechos de varrição, favorecendo uma melhor qualidade da limpeza pública. A frequência de varrição é determinada conforme o trânsito de pessoas na localidade, variando de 2 vezes por semana a 3 vezes no mesmo dia. A colocação de lixeiras públicas contribui para a melhoria da limpeza no local e influencia a frequência da varrição, porém exige outros investimentos, tanto para a instalação das lixeiras como para a manutenção, haja visto serem estes equipamentos públicos danificados de forma proposital por algumas pessoas.

Gráfico 4: Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos

O processamento de resíduos nas usinas de tratamento operadas pelo SLU aumentou 10,14% em relação o ano 2011. A capacidade instalada e o tratamento de resíduos verificado estão no limite do atendimento. Com a expansão do programa de coleta seletiva previsto para o ano 2013, pretende-se encaminhar para as usinas de tratamento da Asa Sul e do Setor P-Sul resíduos orgânicos segregados pela população em maior proporção, aumentando a eficiência do tratamento com relação à produção de compostos orgânicos, para comercialização e doação aos produtores rurais do DF e entorno.

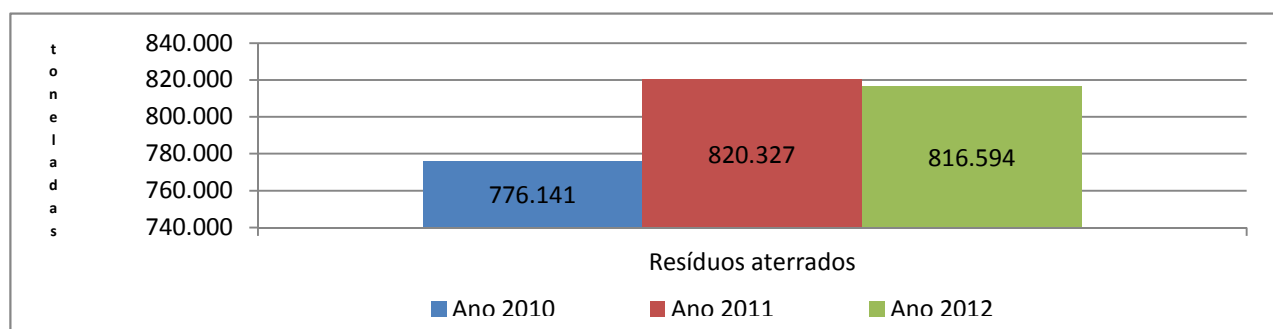
O Programa de Trabalho “Construção de unidades de compostagem de resíduos orgânicos”, prevê a construção de mais duas unidades como forma de dotar o DF de maior capacidade instalada de tratamento de resíduos orgânicos, porém os custos de instalação são bastante elevados.

Gráfico 5: Resíduos processados em usinas operadas pelo SLU

Apesar do aumento verificado na coleta de resíduos domiciliares e comerciais, já comentado, houve pequeno decréscimo das quantidades aterradas destes resíduos, -0,46%. O mercado de resíduos

recicláveis no DF está bastante aquecido, absorvendo todo o trabalho executado pelos catadores de materiais recicláveis.

Gráfico 6: Resíduos aterrados no Aterro do Jóquei



A execução de serviços complementares de limpeza pública apresentou resultados superiores ao do ano 2011, no caso, a lavagem de abrigo de passageiros e passagem de pedestres (+101,25%), a remoção de animais mortos em vias públicas (+10,19%), a pintura de meios-fios (+69,32%), e a capina (+1,00%). Estes serviços realçam a limpeza pública e são essenciais para evitar a poluição visual causada pelos detritos espalhados em áreas verdes, como também na melhor condição de dirigibilidade de veículos, no caso da pintura de meios-fios, coleta de animais mortos em vias públicas e a capina. Apenas a catação de papéis em áreas verdes apresentou resultado inferior ao ano 2011, com 17,10% de redução nos quantitativos.

Gráfico 7: Coleta de animais mortos e lavagem de abrigos e passagem de pedestres

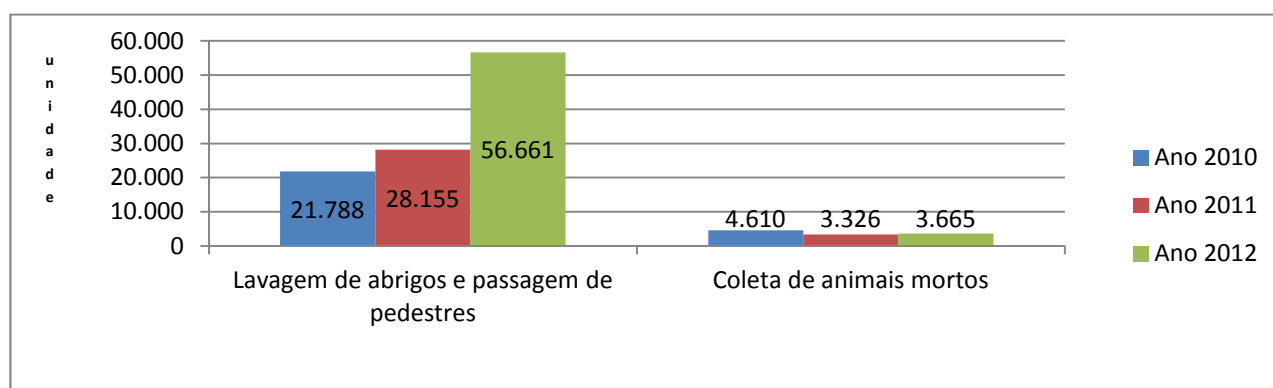


Gráfico 8: Capina e pintura de meios fios

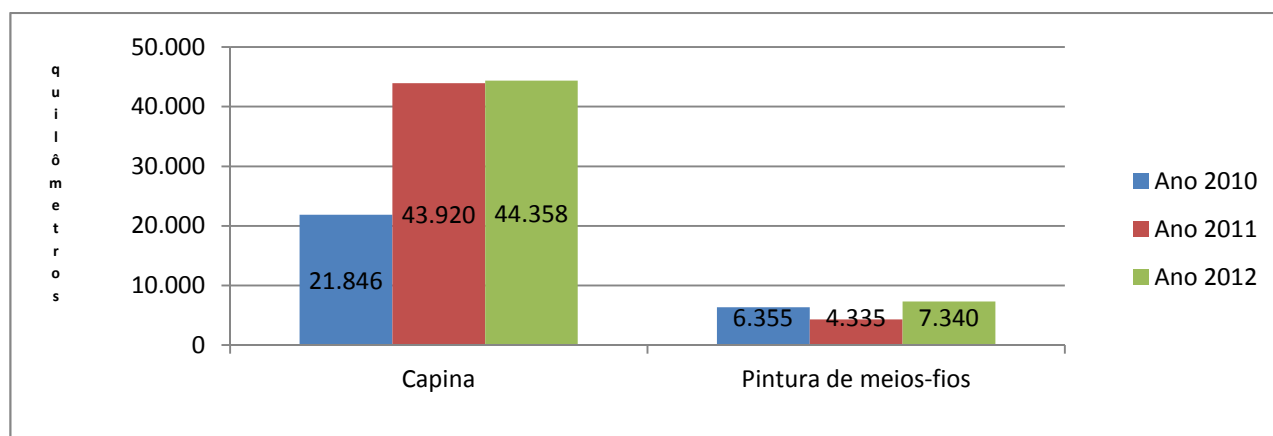
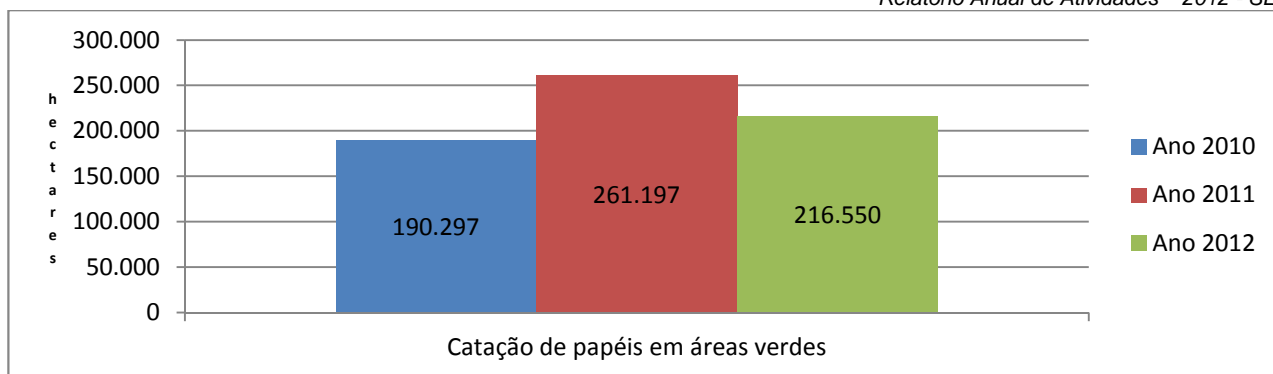


Gráfico 9: Catação de papéis em áreas verdes



O decreto nº 33.445, de 23 de dezembro de 2011, que aprova o Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão dos Resíduos Sólidos no Distrito Federal, e que foi publicado no doDF ao final do exercício 2011 estabelece as ações de curto, médio e longo prazo a serem implantadas no âmbito do DF e entorno.

O DF conta, atualmente, com 4 ações de tratamento e destinação: o aterro do Jóquei, a Usina de Tratamento da L4 Sul, a Usina de Tratamento do setor P-Sul na Ceilândia e a instalação de empresa particular e terceirizada que faz a incineração dos resíduos infectantes de serviços de estabelecimentos públicos de saúde.

Com a aprovação do Plano de Intervenção, o GDF propõe a implantação de um novo Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no DF, de forma a potencializar a redução, reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos; a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis; a compostagem e a valorização energética dos rejeitos oriundos dos processos de triagem; a disposição final em aterros sanitários como último recurso; a regulação técnica e econômica dos prestadores de serviços públicos de limpeza com manejo de resíduos sólidos urbanos.

O Plano de Intervenção citado envolve ações de reestruturação da infraestrutura de coleta, tratamento e destinação final nos seguintes campos de ação: Aterro Oeste; Centros de Triagem; Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção e demolição – RCD – ATTR; Programa de Coleta Seletiva; Ecopontos; Postos de Entrega Voluntária; Unidades de Tratamento de Resíduos; Aterro Oeste; Remediação do Aterro da Estrutural; Polo de Reciclagem.

15.3. AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DF – ADASA – UO: 21.206

Em 16 de junho de 2004, pela lei nº 3.365, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, autarquia em regime especial com personalidade Jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Todavia, a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA. Nos termos da Lei nº 4.285, o regime especial conferido à ADASA é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica.

A finalidade básica da ADASA é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da Agência:

- I. Recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;
- II. Saneamento básico, entendido como:
 - a) Abastecimento de água potável;
 - b) Esgotamento sanitário;
 - c) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
 - d) Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- III. Gás canalizado;
- IV. Mediante delegação de competência originária federal nas áreas de:
 - a) Energia elétrica;
 - b) Petróleo e derivados,
 - c) Biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes;
- V. E outras competências delegadas na forma da lei.

Missão

Contribuir para a contínua melhoria da qualidade de vida da população do DF por meio da gestão sustentável das águas e da regulação dos serviços públicos de saneamento básico e de energia, primando pela eficiência e eficácia de suas ações.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	04	14	06	30	54
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	27	-	10	-	37
Requisitados	Órgãos do GDF	05	-	-	05
	Órgãos do Governo Federal	-	01	-	01
Outros	Estagiários	-	10	12	22
	Terceirizados (FUNAP)	-	3	-	03
Total Geral	36	27	17	42	122

Fonte: SAF

A Agência vem organizando sua força de trabalho para atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e a fiscalização do setor de águas, saneamento e energia do Distrito Federal. Desde sua criação, há oito anos, a ADASA vem ampliando os conhecimentos e a inteligência de seu quadro técnico de profissionais. O concurso público realizado em 2009 com nomeação até o momento de 129 aprovados, sendo 92 reguladores, 08 advogados e 29 técnicos, embora algumas vagas não tenham sido preenchidas (desistências) e outras tenham sido novamente abertas (exonerações a pedido), proporcionou a criação do quadro efetivo essencial para sustentar as competências estabelecidas.

Durante o ano de 2012 o quadro de servidores efetivos na ADASA manteve-se relativamente estável. Pois mesmo com restrições, principalmente de espaço físico, ocorreram 09 novas nomeações no período. Houve também bastante atenção às ações de capacitação dos servidores atuais, como será visto mais adiante na descrição dos investimentos nesta área.

A força de trabalho, representada por todas as pessoas que contribuem para o funcionamento da agência, é formada por 122 colaboradores, sendo 54 cargos efetivos, 37 cargos comissionados, 05 requisitados do GDF, 01 do Governo Federal, 22 estagiários e 03 conveniados.

1. Realizações

PROGRAMA TÊMÁTICO:

0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1247 – Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural – “Brasília Sustentável”	1.060.000	0	0	0	-
1260 – Implantação dos Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa “Brasília Sustentável”	360.000	699.789	699.787	552.951	-
6095 – Implantação dos Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa “Brasília Sustentável”--Distrito Federal	360.000	699.789	699.787	552.951	22, 23, 24 e 25
1263 – Implantação do Projeto de Saneamento Ambiental - Brasília Sustentável	360.000	179.000	178.320	178.320	-
0001 – Implantação do Projeto de Saneamento Ambiental - Brasília Sustentável--Distrito Federal	360.000	179.000	178.320	178.320	26 e 27
1294 – Implantação do Projeto de Inclusão Social - Brasília Sustentável	80.000	80.000	56.175	56.175	-
6092 – Implantação do Projeto de Inclusão Social - Brasília Sustentável – Guará	80.000	80.000	56.175	56.175	28
1565 – Implantação do Projeto de Reforço Institucional - “Brasília Sustentável”	320.000	487.779	487.778	487.778	-
6108 – Implantação do Projeto de Reforço Institucional - “Brasília Sustentável”--Distrito Federal	320.000	487.779	487.778	487.778	15
1573 – Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa “Brasília Sustentável”	1.300.000	3.202.862	3.200.818	3.200.818	-
6090 – Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa “Brasília Sustentável”--Distrito Federal	1.300.000	3.202.862	3.200.818	3.200.818	17, 18 e 19

Fonte: SIGGO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0001 – Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	75%	31/12/2011	Anual	100	-	-	-	PAD/BIRD/ADASA

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0002- Contribuir para assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto, melhorando as condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr - do - Sol e parcialmente da Cidade Estrutural.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	-	-	Anual	-	30	50	75	Carta Consulta/ ADASA
Fechamento do Aterro do Jóquei	Unidade	-	-	Anual	-	100	-	-	Carta Consulta/ ADASA
Abertura do Aterro Sanitário	Unidade	-	-	Anual	-	100	-	-	Carta Consulta/ ADASA

O Programa Brasília Sustentável apresentou desempenho considerado ótimo, no exercício de 2012. Em sua programação foram contempladas 6 ações, constituídas de 16 etapas, num total de R\$ 4.649.429,09 autorizados. Dessas etapas, 12 etapas foram concluídas (75%) e foram executados R\$ 4.476.042,89 (96,27%).

Visando dotar a administração pública do Distrito Federal e os cidadãos de informações confiáveis e precisas, proporcionando maior rapidez nas consultas e na elaboração de pareceres técnicos, e ainda, subsidiar os gestores na tomada de decisão e no controle efetivo das ações relativas ao desenvolvimento das políticas urbana, habitacional, de meio ambiente, planejamento, gestão, desenvolvimento e ordenamento territorial, foram realizados, no âmbito deste programa, vários projetos. Dentre os quais convém citar: Rezzoneamento da APA do São Bartolomeu; Estudo de regularização fundiária de São Sebastião; Zoneamento Econômico Ecológico do Distrito Federal; Plano de Manejo da Vila Estrutural, tendo como público-alvo: CODHAB, SEDHAB, IBRAM, SEMARH, cidadãos, usuários e demais Órgãos que compõem o GDF. O desenvolvimento desse trabalho contribuiu para a melhoria e aperfeiçoamento do sistema de gestão territorial do DF, possibilitando o monitoramento da ocupação do solo e do controle urbanístico.

Cumprindo o compromisso do Programa Brasília Sustentável de entregar as unidades habitacionais do reassentamento do monjolo em condições adequadas de moradia, e, atendendo à solicitação da Associação de Moradores que apontou os reparos que se faziam necessários, foram executados pequenos consertos em 28 das referidas unidades. A execução dos serviços corroborou o compromisso do Programa com a qualidade das unidades habitacionais visando à melhoria da qualidade de vida dos reassentados. Como resultados positivos identificou-se um maior envolvimento e comprometimento dos reassentados quanto à necessária motivação para produção de gêneros alimentícios naquela área rural.

Outra a ser destacada foi a elaboração do projeto executivo do novo aterro sanitário do DF. Com este trabalho torna-se possível a Implantação da primeira etapa do aterro sanitário e anteprojeto das demais infraestruturas de apoio da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos do Distrito Federal – CTRS/DF, serviços esses que foram executados de acordo com as disposições estabelecidas no Contrato nº 027/2011. A realização deste projeto neste programa se justifica, pois também está entre seus objetivos, o financiamento de intervenções visando diminuir as cargas de poluição nos recursos hídricos na área de influência do Programa, com prioridade para as bacias do rio Descoberto e do Lago Paranoá. E, como resultado, melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da vila estrutural, que atualmente sobrevive em ambiente insalubre, bem como melhorar as condições de trabalho, sobrevivência e dignidade humana dos catadores de lixo que atualmente se utilizam do lixão da estrutural e não dispõem de urbanização adequada, promovendo a sua inclusão social.

No que tange às ações de reforço institucional previstas no Programa, cita-se a realização de um projeto para aperfeiçoar os procedimentos de licenciamento ambiental do IBRAM. Este trabalho consistiu de um diagnóstico em todas as áreas do IBRAM que utilizam ou irão utilizar o sistema e plano de manutenção com as modificações feitas no sistema como resultado deste levantamento de requisitos; acompanhamento do uso do sistema e os seus benefícios; Averiguação os procedimentos técnicos e administrativos que não foram contemplados na implantação do sistema; apresentação dos problemas oriundos desta implantação; criação de Plano de Manutenção para análise de processos; iniciação de ações preventivas; aplicação de controles dessas ações, bem como aperfeiçoamento dos procedimentos.

Na mesma linha, houve um projeto para apoiar a criação e o fortalecimento de estruturas institucionais sólidas, para permitir que o SLU tenha condições de tomadas de decisões rápidas e oportunas

com relação às questões metropolitanas, especialmente para promover um desenvolvimento urbano e ambiental com sustentabilidade. Esta ação envolveu o diagnóstico da situação atual da organização e métodos do SLU visando à discussão e sugerir o modelo jurídico-institucional mais adequado para o funcionamento da Instituição, objetivando a melhoria do sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos no Distrito Federal, conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito Federal - PDRSU (Decreto nº 29.399, de 14 de agosto de 2008).

Foi elaborada proposta de nova estrutura organizacional atendendo os quesitos dos TRs em atendimento aos objetivos estratégicos, suficientemente flexíveis para acompanhar as mudanças de cenários, com foco na melhoria contínua.

A partir da definição do modelo de gestão e dos objetivos estratégicos apresentados a Direção do SLU deverá implementar as metas e os planos de ação traçados pela consultoria, de modo que sejam superados desafios, obstáculos ou restrições que se apresentem.

Deverá ser adotado, ainda, um sistema de indicadores, objetivando o acompanhamento da evolução da nova estrutura em funcionamento e dos novos processos definidos, de modo a apoiar as tomadas de decisão no novo modelo de gestão.

Ainda de caráter institucional, foi feita a avaliação dos indicadores do Programa Brasília Sustentável, referentes à Vila Estrutural. Os serviços contratados tiveram dois focos diferenciados, quais sejam: (1) Avaliação das Intervenções na Vila Estrutural, por meio da medição dos indicadores preestabelecidos no Programa Brasília Sustentável; e (2) Avaliação do Reassentamento.

Foram elaborados relatórios contendo resumo das ações e desafios de campo e as estratégias utilizadas, com os seguintes objetivos:

- Retratar de forma quantitativa e permitir a análise qualitativa da situação socioeconômica atual dos moradores da Vila Estrutural, bem como a situação dos indicadores de saneamento e acesso a equipamentos comunitários, e do grupo de famílias reassentadas;
- Indicar a significância estatística de eventuais melhorias observadas nos indicadores após a intervenção física, para os moradores da Vila Estrutural, e para o grupo reassentado;
- Comparar as estimativas para os indicadores em cada grupo;
- Levantar a satisfação dos participantes quanto às melhorias implantadas.

Outro ponto relevante é a gestão do Programa. Como este é o exercício de encerramento do mesmo, houve a necessidade de trabalhos intensos para a conclusão dos projetos em andamento, além da prestação de contas, envolvendo a realização de auditorias independentes. A gestão se deu por meio de apoio técnico relacionado com os aspectos sociais e ambientais, durante a fase de projeto e implementação de obras na Vila Estrutural, para assegurar que os objetivos almejados fossem alcançados e que sua execução fosse eficiente, tanto nos aspectos sociais quanto nos aspectos ambientais; Apoio técnico através de consultores especializados nos temas dos estudos e de desenvolvimento institucional previstos no Programa que para interagir de forma sistematizada com as demais entidades envolvidas para definir e elaborar os Termos de Referência destas atividades.

Em relação às Auditorias Independentes, o trabalho dos auditores serviu para identificar, oportunamente, áreas relacionadas com a operacionalização do Programa que requerem a atenção da administração do mesmo. Nesse sentido, o produto dos auditores expressou uma opinião profissional sobre (i) a situação financeira do Projeto ao final do período auditado (demonstrativos financeiros), (ii) a adequação dos controles internos e (iii) a conformidade do Contrato de Empréstimo com as leis e regulamentos aplicáveis do Banco Mundial, permitindo bom nível de segurança e transparência às ações físico-financeiras desenvolvidas pela UGP do Programa.

“Os exames foram efetuados em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria governamental aplicáveis ao serviço público, os quais são compatíveis com as normas internacionais de auditoria, e/ou diretrizes do Banco Mundial. Os auditores examinaram as Demonstrações Financeiras do Projeto, compostas por: (i) Origens e Aplicações dos Recursos do Projeto (Fontes e Usos por Categoria) (ii) os demonstrativos dos Investimentos Acumulados do Projeto (por Categoria Gastos), (iii) demonstrativos de Retiradas de Caixa – Desembolsos (iv) conciliação da Conta Especial, (v) demonstrativo de projeção de caixa, (vi) declarações de gastos e (vii) as Notas Explicativas, e emitiram um parecer único sem ressalvas”. Ressalta-se que o Relatório de Auditoria em pauta foi aceito pelo Banco Mundial e foi considerado de acordo com os Termos de Referência.

Importante salientar que ocorreu em 2012 a elaboração de documentos preparatórios para a busca de financiamento junto ao BID visando a implementação do Programa Brasília Sustentável 2 (Carta Consulta, Perfil do Projeto, detalhamento dos componentes e avaliações econômica, ambiental e social necessárias. E que esta ação foi desenvolvida pela UGP/ADASA sem necessidade de execução orçamentária; fez parte deste trabalho a elaboração da proposta técnica a ser financiada pelo BID, no valor de US\$ 150 milhões, compreendendo o detalhamento dos projetos de infraestrutura urbana para o condomínio Pôr-do-sol , fechamento do lixão do Jóquei e implantação do Novo Aterro Sanitário do DF.

Nesse período tinha como meta a elaboração da Carta Consulta do Programa e das minutas do Perfil do Projeto e da Cooperação Técnica de preparação.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

OBJETIVO GERAL:

Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1471 – Modernização de Sistema de Informação	13.000	13.000	0	0	-
3143 – Implantação do Conselho de Consumidores de Serviços Públicos	55.000	55.000	0	0	-
3711 – Realização de Estudos e Pesquisas	884.000	884.000	0	0	-
4136 – Revisão e Reajuste Tarifário de Serviços Públicos	1.500.000	1.500.000	280.112	280.112	-
0001 – Revisão e Reajuste Tarifário de Serviços Públicos--Distrito Federal	1.500.000	1.500.000	280.112	280.112	46 e 62
4163 – Regulação de Serviços Públicos	815.717	1.270.218	207.359	170.493	-
0001 – Regulação de Serviços Públicos-- Plano Piloto	815.717	1.270.218	207.359	170.493	42 e 61

Fonte: SIGGO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – Aperfeiçoar o processo de regulação das atividades de abastecimento de água, saneamento básico e energia e contribuir para a maior participação e controle social sobre a Política de Saneamento Básico, a fim de proporcionar à população do Distrito Federal serviços dotados de qualidade técnica e preços justos.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Apurado 2012	Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano		
IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	índice	12,25	31/12/2010	Anual	12,86	13,50	14,18	14,88	8,7	Relatórios de Atividades Superintendência
IES – Índice de Envolvimento Social	índice	11,25	31/12/2010	Anual	11,81	12,4	13,02	13,67	7,7	Relatórios de Atividades Superintendência e Informações NAC.
IQT – Índice de Qualidade Técnica	índice	0,5	31/12/2010	Anual	0,525	0,551	0,58	0,609	0,5	Relatórios de Atividades Superintendência

Fonte: SIGGO

Com a reestruturação da Adasa por meio da Resolução nº 02, de 13 de abril de 2012, houve a necessidade de revisão do planejamento inicialmente previsto para grande parte dos projetos e atividades relacionados a este Programa Temático, em seu objetivo específico 005 - sob a responsabilidade da Agência. Entretanto, foram alcançadas as seguintes realizações:

Contrato de Gestão e Desempenho com o SLU

A proposição do contrato de gestão e desempenho a ser celebrado junto ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal-SLU, deve-se à necessidade de cumprir a determinação legal estabelecida pelo artigo 47 da Lei nº 4.285/2008.

Desta forma, a fim de atender a determinação legal acima citada, e, a partir da criação de uma Superintendência específica para tratar de resíduos sólidos, foi elaborada a minuta do Contrato de Gestão, a qual após já foi aprovada pelo Serviço Jurídico quanto aos aspectos legais e, atualmente, foi encaminhado ao SLU para análise e proposição dos ajustes necessários.

Apoio para implementação das áreas de transbordo, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil – ATTR

Para acabar com a disposição irregular dos Resíduos de Construção e Demolição - RCD ou seu envio para o lixão - cerca de 5000 (cinco mil) toneladas por dia - o GDF implantará ecopontos para receber os resíduos de pequenos geradores e também áreas de triagem e tratamento de resíduos da construção civil destinadas a receber e tratar os RCD coletados pelo SLU e pelos grandes geradores.

A ADASA, nos termos da Lei 4.285/2008, alterada pela Lei 4.704/2011, tem competência para regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de tratamento e destinação final de Resíduos da Construção e Demolição (RCD) e resíduos volumosos, em especial aqueles recolhidos pelo SLU em vias e logradouros públicos.

A ADASA auxiliou a SEMARH na elaboração do Projeto Básico que tem por objetivo estabelecer os parâmetros técnicos e econômicos para a realização da concorrência destinada à concessão da prestação de serviços públicos de transbordo, tratamento e destinação de RCD com a simultânea concessão de uso de seis terrenos públicos para implantação de seis unidades denominadas Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem, doravante denominadas ATTR.

A ADASA então, por meio de processo licitatório, contratou em 2012 a uma empresa de consultoria para auxiliar na proposição de critérios técnicos, de rol de documentos que deverão constar nas propostas dos licitantes, definição dos aspectos econômicos da concessão; elaboração de memorial descritivo contendo a descrição detalhada e os requisitos mínimos dos equipamentos e das edificações necessários à implantação de uma ATTR, bem como estimativa de preço para a aquisição, construção e implantação dos mesmos. Além disso, a empresa contratada deverá auxiliar a ADASA na realização das análises técnicas e econômicas das propostas apresentadas pelos licitantes.

A proposta de edital, projeto básico, estudos econômicos, estimativa de custos, contrato de concessão de prestação dos serviços e contrato regulado, todos elaborados pela equipe técnica da própria Agência, foram encaminhados em outubro/2012 à SEMARH, a qual se responsabilizará em dar prosseguimento ao processo licitatório com o apoio da ADASA.

Apoio na implementação do Aterro Sanitário Oeste

No Distrito Federal, a situação do manejo de resíduos sólidos é preocupante, principalmente no que diz respeito à questão da disposição final, uma vez que atualmente os resíduos são dispostos no Aterro do Jóquei, um lixão a céu aberto, alternativa inadequada do ponto de vista sanitário e ambiental.

Com o intuito de realizar a disposição adequada dos rejeitos será construído um aterro sanitário para o qual serão destinados os resíduos sólidos domiciliares e comerciais de todo o DF em um primeiro momento. O empreendimento já possui licença ambiental e termo de cessão de uso da área a ser ocupada (localizada na Região Administrativa de Samambaia).

Devido à urgência de implantação desse projeto, optou-se por segmentar as obras para três entidades do DF, de acordo com a sua especialização.

As obras civis serão viabilizadas pela NOVACAP, a qual publicou em novembro/2012 edital de licitação para contratação de empresa para realização de obras relativas ao acesso viário, cerca e barreira vegetal, viário interno, drenagem e edificações.

A elaboração de projeto básico e a contratação de empresa para construção de estação elevatória, linha de recalque e estação de tratamento de chorume proveniente do aterro será de responsabilidade da CAESB.

Quanto à ADASA, esta ficou encarregada de acompanhar todas as ações relacionadas a este projeto e a elaborar, em conjunto com o SLU, o projeto básico para contratação de empresa responsável pela construção preparação da base da célula de aterramento e operação do aterro por até 5 (cinco) anos. Para auxiliar os técnicos da ADASA, foi contratada uma empresa de consultoria para preparação e elaboração dos aspectos técnicos do edital de licitação para implantação e operação inicial do Aterro Sanitário Oeste.

Os estudos e propostas elaborados por técnicos da Agência foram encaminhados ao SLU, o qual publicou no DODF de 20/12/2012 a Concorrência Pública nº 04/2012, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação e de manutenção do Aterro Sanitário Oeste, localizado na Região Administrativa de Samambaia, compreendendo, dentre outras, as atividades de implantação de base das células de aterramento, espalhamento, compactação e cobertura dos rejeitos e confecção do projeto executivo da Etapa 2 da obra.

Atos Regulatórios

- Resolução ADASA nº 03, de 13 de abril de 2012

A Resolução ADASA nº 03/2012, disciplina os procedimentos a serem observados nos processos administrativos instaurados pelo prestador de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que tenham por objetivo a correção de irregularidades praticadas por usuários ou a aplicação de sanções a estes.

Está previsto no artigo 45, inciso X, da Lei Distrital nº 4.285/2008, a obrigação, dos prestadores de serviços, de fiscalizar as instalações e formas de utilização dos serviços pelos usuários, orientando-os para correções e impondo as devidas sanções, quando for o caso, nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais.

A clara definição de procedimentos a serem observados pelo prestador de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e pelos usuários no decorrer de um processo para apuração de irregularidades em razão da utilização dos serviços contribui para que haja maior transparência nas ações das partes interessadas e permite aos usuários o conhecimento prévio dos seus direitos e deveres.

– Alteração da Resolução 14/2011

Análise das contribuições recebidas durante os processos de Consulta e Audiência Pública nº 02/2012 e sugestão de redação definitiva da Resolução que altera a Resolução nº 14, de 27 de outubro de 2011, a qual estabelece as condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.

– Minuta de resolução sobre os procedimentos de comunicação de incidentes e de interrupções programadas na prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Considerando a necessidade que a Adasa tome conhecimento o mais breve possível dos incidentes relevantes relacionados à prestação dos serviços, bem como a identificação de oportunidades para melhoria do arcabouço regulatório propiciada pelo acompanhamento sistemático de incidentes, foi elaborada a minuta de resolução que dispõe sobre os procedimentos de comunicação de incidentes e de interrupções programadas na prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Além da referida minuta, também foram confeccionadas propostas de formulários que comporão o sistema eletrônico que possibilitará ao prestador de serviços registrarem as informações exigidas pela futura resolução.

O material elaborado está em fase de aprovação e, após deliberação da Diretoria Colegiada, será discutido com o SLU. Finalizado o processo de discussão, a minuta será submetida ao processo de consulta e audiência pública.

– Minuta de resolução sobre tratamento de resíduos sólidos urbanos e destinação final de rejeitos em aterros sanitários

Para auxiliar os técnicos da ADASA na elaboração de minuta de resolução sobre tratamento de resíduos sólidos urbanos e destinação final de rejeitos em aterros sanitários foi realizado por meio do “Projeto de Cooperação Técnica Internacional para Elaboração de Estudos e Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e de Organização Institucional da Adasa – PRODOC”, celebrado entre esta Agência e a UNESCO, um processo de seleção para contratação de consultor especializado. O processo de seleção foi concluído em dezembro/2012 e a contratação está prevista para janeiro/2013.

A solicitação de contratação dos serviços de consultoria fundamenta-se também na recente reestruturação da Adasa, conforme Resolução nº 02/2012, que propiciou a realocação de servidores entre os setores. Nesse contexto, o apoio de consultor especializado na matéria mostra-se fundamental para a construção do conhecimento em regulação dos serviços de resíduos sólidos, pois a elaboração de normas regulatórias demanda vastos conhecimentos técnico-científicos e experiência na área em questão.

– Outros Atos

Estão sendo iniciados estudos que, posteriormente, resultarão na elaboração das minutas de resoluções sobre:

- Resíduos de construção civil e resíduos volumosos;
- Informações a serem encaminhadas à Adasa pelo prestador de serviços públicos bem como os procedimentos de encaminhamento;
- Prestação e utilização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos domiciliares;
- Prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana;
- Prestação e utilização dos serviços públicos de coleta seletiva, centros de triagem e atuação dos catadores de materiais recicláveis.

Consórcio RIDE e apoio na formulação do plano regional de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos do Distrito Federal

Em março de 2012 foi encaminhada à Casa Civil do Distrito Federal texto elaborado pela ADASA contendo proposta de exposição de motivos para apresentação na Câmara Legislativa do projeto de lei que dispõe sobre a ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás.

O referido projeto foi aprovado pela casa legislativa, transformando-se na Lei Distrital nº 4.948, de 11 de outubro de 2012.

De acordo com a referida Lei, art. 3º, é dever do DF e dos municípios consorciados elaborar plano regional de manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo de águas pluviais na área de atuação do Consórcio.

Segundo art. 9º, inciso II, da Lei nº 4.285/2008 compete à ADASA acompanhar e contribuir para a elaboração dos planos de saneamento básico do Distrito Federal, do qual faz parte o componente resíduos sólidos.

Com base no disposto acima, a Agência iniciou no exercício de 2012, estudos visando a elaboração de termo de referência para contratação de empresa de consultoria para apoiar na elaboração do plano regional de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos do Distrito Federal. Contudo, o andamento das atividades depende da fundação e funcionamento do referido Consórcio Público.

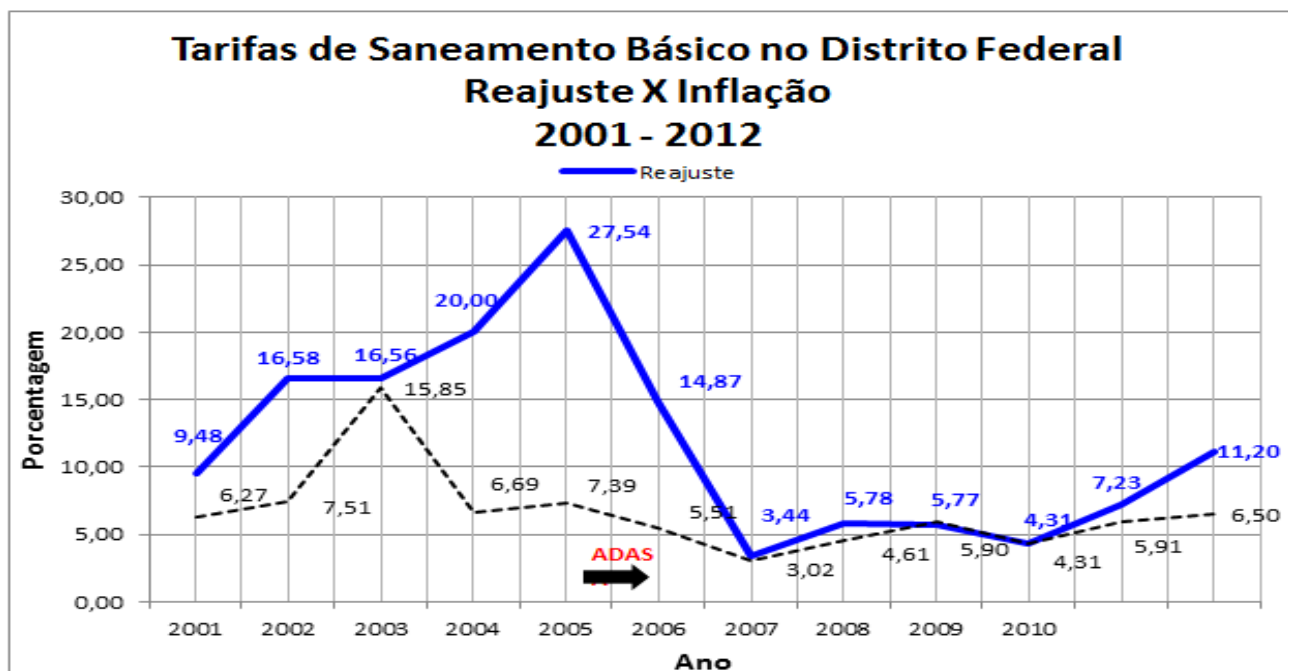
Aperfeiçoamento da estrutura tarifária dos serviços de água e esgoto

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal são prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB. Os serviços são remunerados por meio de tarifas públicas cobradas dos usuários dos serviços. As tarifas são diferenciadas por categorias e faixas de consumo, conforme o propósito de uso e a quantidade consumida.

A forma de classificação dos usuários e cobrança pelo uso dos serviços vem evoluindo no país e no exterior. Por isso, a ADASA iniciou os estudos técnicos visando ao aperfeiçoamento da estrutura tarifária, o que também contempla a análise da política de subsídio tarifário vigente dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os trabalhos estão sendo desenvolvidos pela Agência e são objeto de estudo de mestrado de um dos integrantes da equipe. Também já foram realizadas reuniões com órgãos da Administração Direta, como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST.

Comportamento de tarifas 2001 - 2012



Procedimentos de fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico

Essa atividade envolve a participação de quatro Superintendências e consiste em elaborar os procedimentos de fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, tipificar as infrações contra a prestação inadequada, definir sanções aplicáveis, critérios para celebração de termos de compromisso e ajustamento de conduta.

As atividades começaram a ser desenvolvidas para os serviços prestados pela CAESB, (abastecimento de água e esgotamento sanitário).

Realização da 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB

A Revisão Tarifária Periódica da CAESB consiste na revisão dos valores das tarifas de água e esgoto, alterando-os para mais ou para menos, considerando as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os estímulos à eficiência e à modicidade tarifária.

Segundo o Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA assinado entre ADASA e CAESB, as revisões tarifárias deverão ser realizadas a cada quatro anos.

Um componente expressivo na Revisão Tarifária Periódica é a Remuneração Adequada, cujo valor representa aproximadamente 50% (cinquenta por cento) da Receita Requerida da Concessionária. Para cálculo da Remuneração Adequada é necessário que se tenha o valor da Base de Ativos Regulatória – BAR, que representa os investimentos prudentes realizados pela CAESB para prestar os serviços nos níveis e condições de qualidade estabelecidos no Contrato de Concessão.

Para apuração do valor da Base de Ativos Regulatória – BAR, é necessária a elaboração, pela CAESB, do laudo de avaliação dos ativos da concessão, o que se deu em 23 de agosto de 2012. O Laudo foi validado conforme Nota Técnica nº 002/2012-SAE/ADASA, de 10 de dezembro de 2012.

Dispondo desses dados a ADASA, utilizando-se da metodologia aprovada pela Resolução nº 58/2009, nas cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/2006-ADASA e nos princípios regulatórios, procedeu aos trabalhos finais para estabelecer o Resultado Final da Primeira Revisão Periódica das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB; bem como do Ajuste Econômico e Financeiro advindo das diferenças de receitas apuradas entre o valor final da 1ª Revisão Tarifária Periódica e dos Reajustes Tarifários anuais de 2009, 2010, 2011 e 2012, em relação aos valores provisórios considerados nos anos correspondentes, a serem compensados nas tarifas de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário a partir de 1º de março de 2013.

Desta maneira, como a 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB será finalizada em 2013, a 2ª Revisão não foi possível, devido a fatos alheios à vontade da ADASA, conforme descrito acima.

Realizar com base no contrato de concessão as revisões periódicas e reajustes anuais das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela CAESB

Em 1º de março de 2012 entrou em vigor a Resolução nº 01/2012, de 17 de fevereiro de 2012, que homologou o Reposicionamento Tarifário Provisório de março de 2012, a vigorar no período de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013.

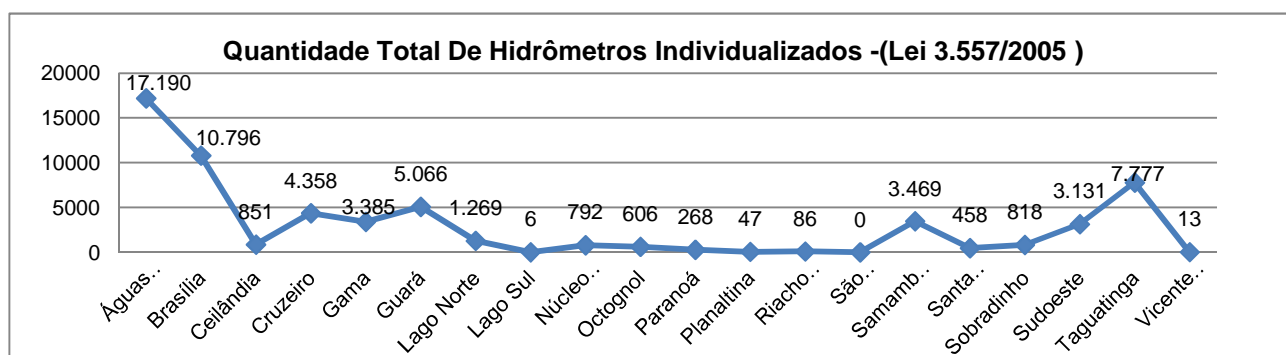
Esse trabalho desenvolvido pela ADASA durante o início de 2012 é essencial para a melhoria da qualidade da prestação dos serviços de água e esgoto no Distrito Federal, bem como da manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão, do qual a CAESB é a titular.

Outra atividade realizada pela ADASA é o monitoramento do desempenho econômico financeiro da concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que envolve ações como conferência do balancete contábil enviado pela empresa, análise dos valores das Taxa de Fiscalização de Uso dos Recursos Hídricos – TFU e Taxa de Fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário – TFS, análise horizontal e vertical dos indicadores contábeis, evolução das contas contábeis da CAESB, dentre outros.

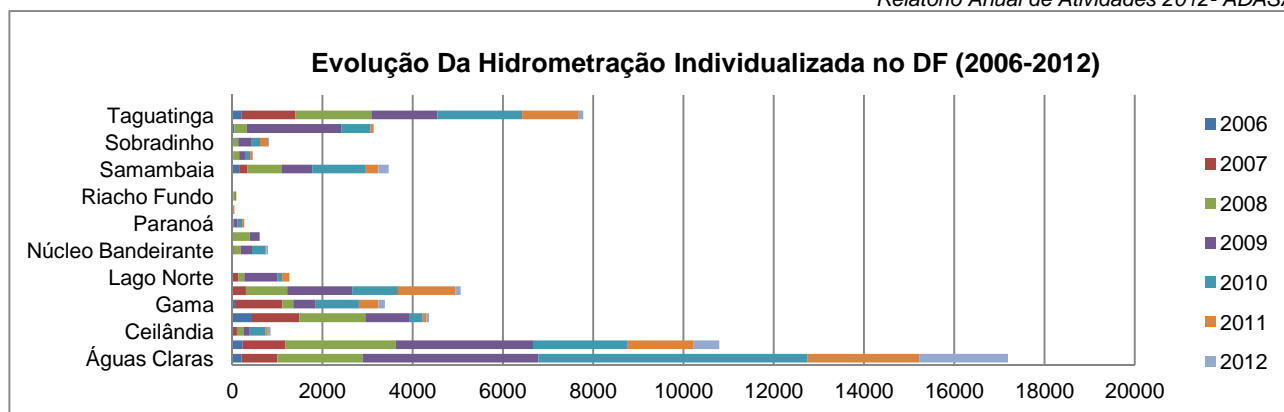
Hidrometração Individual

Compilação dos dados anuais referente ao número de individualizações realizadas ou dispensadas com a elaboração de gráficos, por região administrativa, para representação do balanço entre o número de individualizações realizadas e dispensadas.

Gráfico 2



Fonte: SAE



Fonte: SAE

Validação da Base de Ativos Regulatória – BAR da CAESB

A validação da BAR é atividade fundamental do processo de revisão tarifária periódica da CAESB. Somente após a apuração desse valor, é possível dar continuidade a Primeira Revisão Tarifária Periódica – 1ª RTP da CAESB.

Cabe à ADASA, por meio da Superintendência de Água e Esgoto - SAE, validar o Laudo de Avaliação dos Ativos Imobilizados em Serviço apresentado pela CAESB, assegurando que o processo de levantamento, validação e valoração dos ativos da concessão tenha sido elaborado conforme a metodologia definida na Resolução ADASA nº 58/2009 e os critérios estabelecidos na legislação e regulamentos pertinentes.

Contratou-se consultoria especializada para dar suporte no trabalho de validação do Laudo de Avaliação dos Ativos Imobilizados em Serviço apresentado pela CAESB à ADASA para composição da Base de Ativos Regulatória – BAR, para a verificação da correta aplicação da metodologia e dos critérios estabelecidos na legislação e regulamentos pertinentes. Ao longo desse trabalho, diversas reuniões entre a ADASA e CAESB foram realizadas, bem como várias saídas a campo para Estações de Tratamento de Água, Estações de Tratamento de Esgoto, Adutoras, Barragens, Estações Elevatórias e Reservatórios entre outros para a validação de informações apresentadas no Laudo.

Com a validação do Laudo, será possível a ADASA, por meio de sua Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira – SEF, concluir a Primeira Revisão Tarifária Periódica – 1ª RTP da CAESB em janeiro de 2013.

Avaliação de Ativos da BAR

BAR	Valor de Fábrica em 2008	VNR	VNR c/ IA
Valores Finais Ajustados do Laudo	4.191.255.103,55	4.447.920.956,54	3.999.512.569,99
Ativos Pós-03/2008 (-)	0	0	95.387.333,15
Ativos Não Onerosos* (-)	0	0	262.336.249,79
Total BAR			3.641.788.987,05

Fonte: SAE

Avaliação da Qualidade da Água

A ADASA realiza o monitoramento mensal dos Relatórios de Avaliação da Qualidade da Água para Abastecimento Público das Áreas Rurais do DF enviados pela CAESB e dos Relatórios Gerenciais do SISAGUA/Ministério da Saúde, os quais mostram a situação da qualidade da água na área urbana. Esse monitoramento mensal gerou pela primeira vez um relatório anual sobre a qualidade da água na área urbana, que foi lançado em fevereiro de 2012 e compilou os dados de qualidade do ano de 2011.

Educação Ambiental

Com o objetivo de conscientizar a população sobre os usos devidos da rede coletora de esgoto e de tentar minimizar o impacto das chuvas nas Estações de Tratamento de Esgoto, foi produzida cartilha educativa alertando a população sobre as consequências de se jogar lixo na rede de esgoto, além disso, a cartilha ainda informa sobre a forma correta de direcionamento da água de chuva e os possíveis danos provocados pelo lançamento incorreto de água da chuva no sistema de esgotamento sanitário.

Cooperações e parcerias

– AGEFIS E CAESB – Fiscalização de Lançamentos de Águas Servidas e Transbordamentos de Fossa nas Ruas do DF

Conjuntamente com a CAESB, foram realizadas palestras em todas as RAF's (Regiões Administrativas Fiscais - AGEFIS), nas quais compareceram fiscais da AGEFIS, com o intuito de aprimorar a atividade fiscalizatória do DF referente a ação de Fiscalização de Lançamentos de Águas Servidas e Transbordamentos de Fossa nas Ruas do DF, já que as competências das três entidades muitas vezes se

confundem, e assim unificar as respostas a situações que fiscais de quaisquer das três entidades estão sujeitos a encontrar.

Em decorrência desta atividade no mês de dezembro foi realizado o II Seminário de Integração das Ações de Fiscalização em parceria com a CAESB. Esse seminário surgiu em consequência das palestras sobre aprimoramento das atividades fiscalizatórias feitas nas RAFs. O tema geral do seminário foi: “Desafios para Fiscalizar Lançamentos de Águas Servidas e Transbordamentos de Fossa nas Ruas do DF”.

Houve participantes de várias entidades que atuam na área de saneamento básico, ainda que de forma indireta, como IBRAM, NOVACAP, AGEFIS, e, também houve a participação de estudiosos do tema, podendo destacar a participação do Prof. Sérgio Koide (UnB).

Fiscalização técnica da prestação dos serviços públicos de drenagem urbana, gás e energia

Durante o ano de 2012 todas as denúncias e reclamações acerca da prestação destes serviços foram atendidas. Este serviço aproxima a Agência da população e estimula o aperfeiçoamento da prestação dos referidos serviços. Nesta área foram realizadas 28 ações fiscalizatórias, sendo que 20 relacionam-se especificamente a atendimento a denúncias de lançamentos irregulares de esgoto em rede de águas pluviais, 08 referem-se a visitas a bacias de retenção e 02 correspondem a visitas a postos de distribuição de gás canalizado.

Vistoria lançamentos irregulares



Fonte: SDE

Ainda, conforme estabelecido no PPA 2012-2015 para o Distrito Federal, a ADASA realizou a inspeção programada dos sistemas de drenagem urbana e de distribuição de gás canalizado do DF.

O sistema de retenção de águas pluviais do Distrito Federal é representado por 45 bacias de retenção situadas às RA's do Cruzeiro, Ceilândia, Riacho Fundo II, Recanto das Emas, Santa Maria, Samambaia, Brazlândia e Taquari. A totalidade de bacias está sob a responsabilidade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, concessionária do serviço.

O sistema de distribuição de gás canalizado do Distrito Federal é composto por duas Unidades Autônomas de Gaseificação (UAG), bem como a rede de distribuição de gás da concessionária que ligam essas UAG's aos postos de combustíveis que fornecem GNV (Gás Natural Veicular), localizados no SIA e na Candangolândia, ambos os postos da BR Distribuidora. A empresa CEBGÁS detém a concessão exclusiva do serviço.

A equipe da ADASA vistoriou todas as unidades operacionais, dos dois sistemas de serviços, e foram produzidos relatórios operacionais para cada unidade.

Quanto à área de energia, a ADASA não tem delegação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, para fiscalizar a prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica no DF, o que está em processo de estudo de viabilidade na Agência.

A equipe da ADASA participou de Força Tarefa de Combate a Desastres, coordenada pela Casa Civil, e com participação do Corpo de Bombeiros do DF, Defesa Civil, SEDEST, NOVACAP, IBRAM, CAESB, dentre outros órgãos do Governo do Distrito Federal. As atividades da Força Tarefa compreenderam visitas às principais áreas de risco de desabamento, participação em reuniões para tomada de decisões com os outros órgãos envolvidos, e confecção do Plano de Contingenciamento de Desastres do Distrito Federal.

A ADASA também acompanhou, durante todo o ano de 2012, o Programa Águas do DF. Este Programa, financiado pela Corporação Andina de Fomento – CAF, tem o objetivo de apoiar a implementação de políticas públicas do Governo do Distrito Federal, orientadas a corrigir as deficiências existentes nos setores de drenagem pluvial, recuperação ambiental e fortalecimento institucional. E apoiou a Secretaria de Obras do Distrito Federal e a NOVACAP no processo licitatório de contratação de consultoria para Aperfeiçoamento do Marco Legal e Desenvolvimento Institucional da Regulação dos Serviços Públicos de Drenagem Urbana.

PROGRAMA TÊMÁTICO:**6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS****OBJETIVO GERAL:**

Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3711 – Realização de Estudos e Pesquisas	80.000	380.000	0	0	
3743 – Fortalecimento e Reestruturação do Sistema de Monitoramento dos Recursos Hídricos	2.481.104	3.283.104	1.263.618	818.615	
0001 – Fortalecimento e Reestruturação do Sistema de Monitoramento dos Recursos Hídricos – Distrito Federal	2.481.104	3.283.104	1.263.618	818.615	56, 57 e 59
4135 – Fiscalização de Recursos Hídricos	148.000	148.000	0	0	
4235 – Educação Ambiental	525.000	525.000	0	0	

Fonte: SIGGO

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0006 - Ampliar e reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, visando à regularização, fiscalização e regulamentação dos usos dos recursos hídricos.

Indicadores:**Indicadores do Programa Meio Ambiente e Recursos Hídricos – OE 06**

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Apurado 1º Ano - 2012	Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano		
IAGRH – Indicador ADASA de Gestão de Recursos Hídricos	%	-	-	Anual	0,336	0,567	0,737	0,869	0,639	Relatório de Atividades SRH/ADASA
IRRH – Índice de Regularização de Recursos Hídricos	%	-	-	Anual	0,109	0,197	0,269	0,329	0,338	Relatório de Atividades SRH/ADASA
IFRH – Índice de Fiscalização de Recursos Hídricos	%	-	-	Anual	0,227	0,370	0,468	0,540	0,301	Relatório de Atividades SRH/ADASA
IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	%	8,72	31/12/2010	Anual	9,15	9,61	10,09	10,59	9,19	Relatórios de Atividades SRH/ADASA
IES – Índice de Envolvimento Social	%	7,4	31/12/2010	Anual	7,77	8,15	8,57	8,99	8,64	Relatórios de Atividades Núcleo de Atendimento ao Cliente – NAC/ADASA
IQT – Índice de Qualidade Técnica	%	0,66	31/12/2010	Anual	0,69	0,73	0,76	0,80	0,27	Relatórios de Atividades SRH/ADASA

As ações vinculadas a esse Objetivo estão voltadas aos processos de Regulação, Monitoramento, Outorga e Fiscalização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, no âmbito do Distrito Federal.

Para uma gestão integrada tornam-se imperativas ações focadas na adequação da demanda à limitada oferta de água no Distrito Federal para fazer frente à crescente demanda quali-quantitativa por esses recursos.

Visando o desenvolvimento pleno dessas atividades é necessária e fundamental a existência de normativos que possibilitem, não só ao regulador como também ao usuário, conhecer os procedimentos

que norteiam as decisões para disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Distrital de Recursos Hídricos.

Dentre as ações vinculadas à Regulamentação dos usos dos recursos hídricos do Distrito Federal, desenvolvidas no exercício de 2012, estão a elaboração de normativos; a contratação de consultoria; o acompanhamento do processo de elaboração de programa de assistência técnica internacional; o apoio técnico aos Comitês de Bacia, dentre outras.

Um dos destaques é o processo de revisão da Resolução Adasa nº 163/2006, que estabelece os procedimentos gerais para a fiscalização, apuração de infrações e aplicação de penalidades pelo uso irregular dos recursos hídricos em corpos de água de domínio do Distrito Federal e outros cuja fiscalização lhe seja delegada.

Em 2012 foi concluída a revisão e atualização do Plano de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos do DF (PGIRH-DF), contemplando: análise institucional da gestão de recursos hídricos, abrangendo os atores sociais estratégicos e os planos e programas setoriais do Distrito Federal; montagem do cenário tendencial e de cenários alternativos, com estimativas das demandas hídricas, balanço hídrico para todos os cenários, possibilidades de conflitos entre setores usuários e a síntese e seleção de alternativas de intervenções; e proposta de Programas de Ação que se constituem na essência do Plano, divididos em quatro componentes: Implementação e Consolidação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos no DF, Articulação de Iniciativas para Gestão Estratégica de Recursos Hídricos, Ampliação e Difusão do Conhecimento em Recursos Hídricos e Arranjo Institucional e Organizacional para a Implementação do PGIRH/DF. O produto final da revisão e atualização do PGIRH-DF foi aprovado pelo CRH-DF, em meados de 2012.

No intuito de fortalecer os Comitês de Bacia do DF, a ADASA vem desenvolvendo uma série de ações que dão suporte às atividades dos mesmos. Neste sentido, as ações desenvolvidas em 2012 estiveram relacionadas aos seguintes colegiados: (i) Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do rio Maranhão (CBH/AM); (ii) Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do rio Preto (CBH/AP), e (iii) Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paranoá (CBHRP). A Adasa vem apoiando as atividades do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF e para tal a Agência auxilia a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH nas ações de coordenação das reuniões do referido Conselho.

Regularização dos usos dos Recursos Hídricos do DF _ Outorga

A água tem diversos usos: abastecimento humano, dessedentação animal, irrigação, indústria, geração de energia elétrica, preservação ambiental, paisagismo, lazer, navegação, etc. Para que esses usos sejam viabilizados de forma organizada é necessário que o Estado/DF, por meio da outorga, realize sua distribuição, observando a quantidade e a qualidade adequadas aos atuais e futuros usos.

Assim sendo, o instrumento de outorga é necessário para o gerenciamento dos recursos hídricos, pois permite ao administrador (outorgante) realizar o controle quali-quantitativo da água, e ao usuário (requerente) a necessária autorização para implementação de seus empreendimentos produtivos. É, também, um instrumento importante para minimizar os conflitos entre os diversos setores usuários e evitar impactos ambientais negativos aos corpos hídricos. É o instrumento adotado para indicar o nível de regularização dos usos dos recursos hídricos no DF.

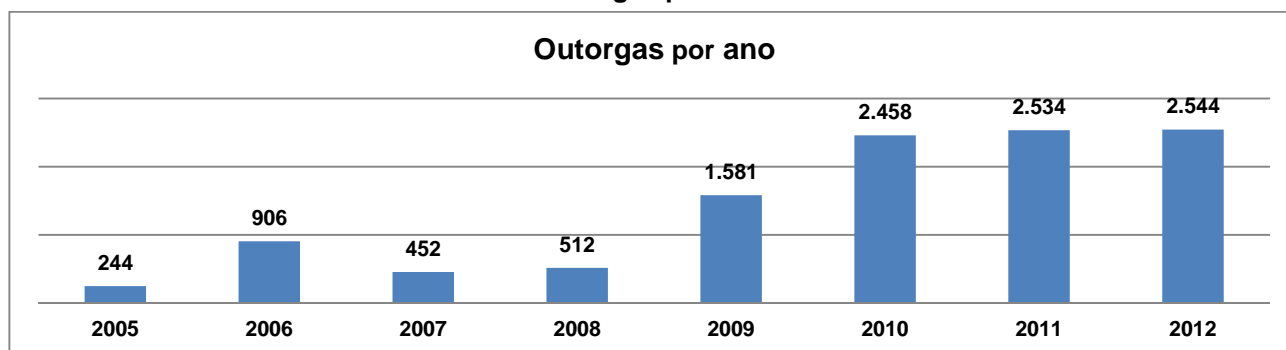
O número mensal de outorgas, atingido no ano de 2012, é mostrado no gráfico a seguir:



Fonte: SRH

Desde maio de 2005, foram emitidas 11.231 outorgas do direito de uso de recursos hídricos, conforme gráfico.

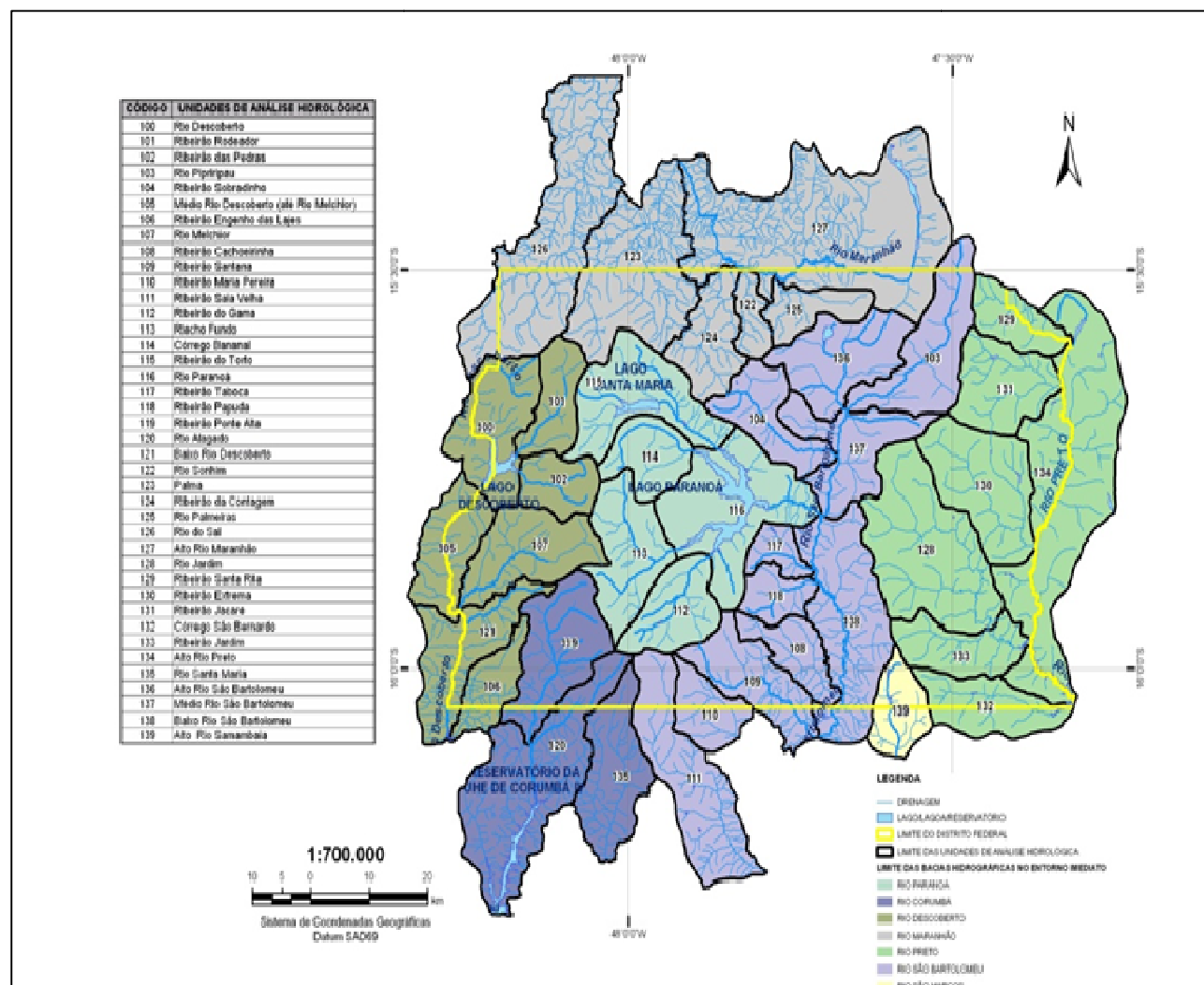
Outorgas por ano



Fonte: SRH

A outorga não implica a alienação das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de usá-la. Está condicionada às prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá preservar o uso múltiplo das águas.

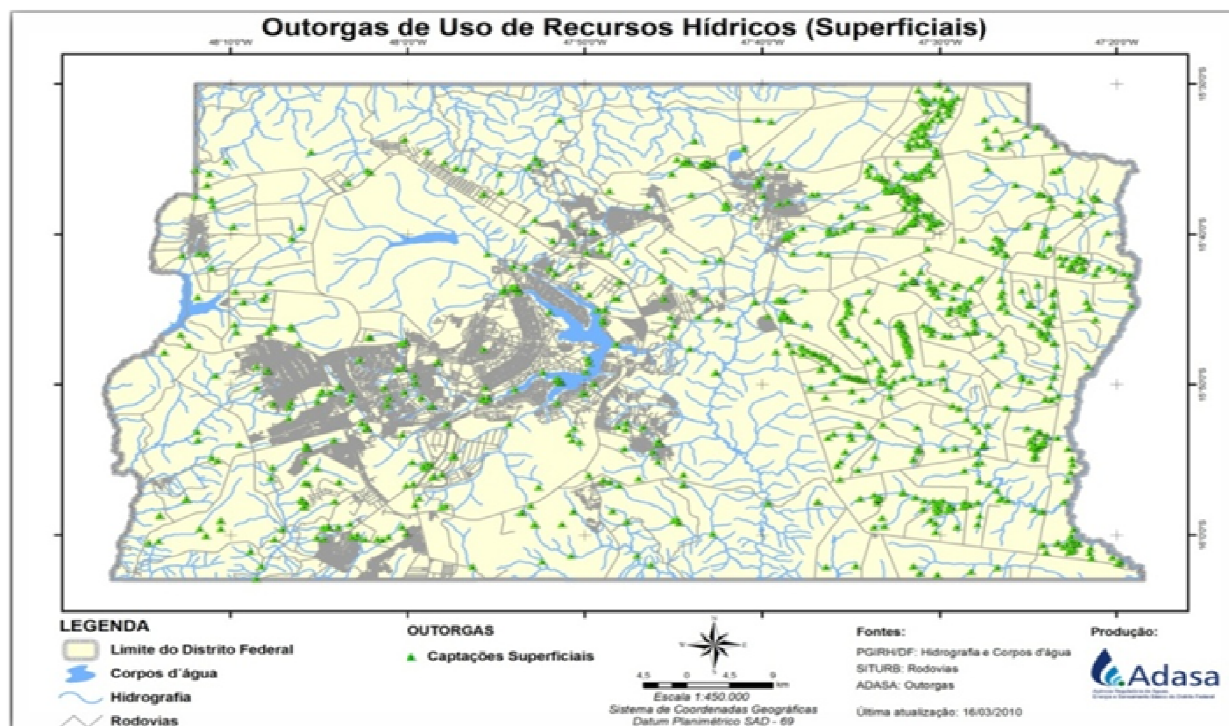
Dentre as finalidades mais frequentes do uso de água praticados no DF estão o abastecimento humano, a irrigação e a criação de animais. As águas superficiais são as de mais fácil captação e por isso há uma tendência que seja mais utilizada. No Distrito Federal, o uso dessa água é controlado por 40 (quarenta) Unidades de Análise Hidrológica – UAH, que são subdivisões das 7 (sete) bacias hidrográficas do DF. A Figura abaixo apresenta a divisão das UAH's na região do Distrito Federal.



Fonte: SRH

A figura a seguir apresenta o retrato das captações superficiais cadastradas na Adasa:

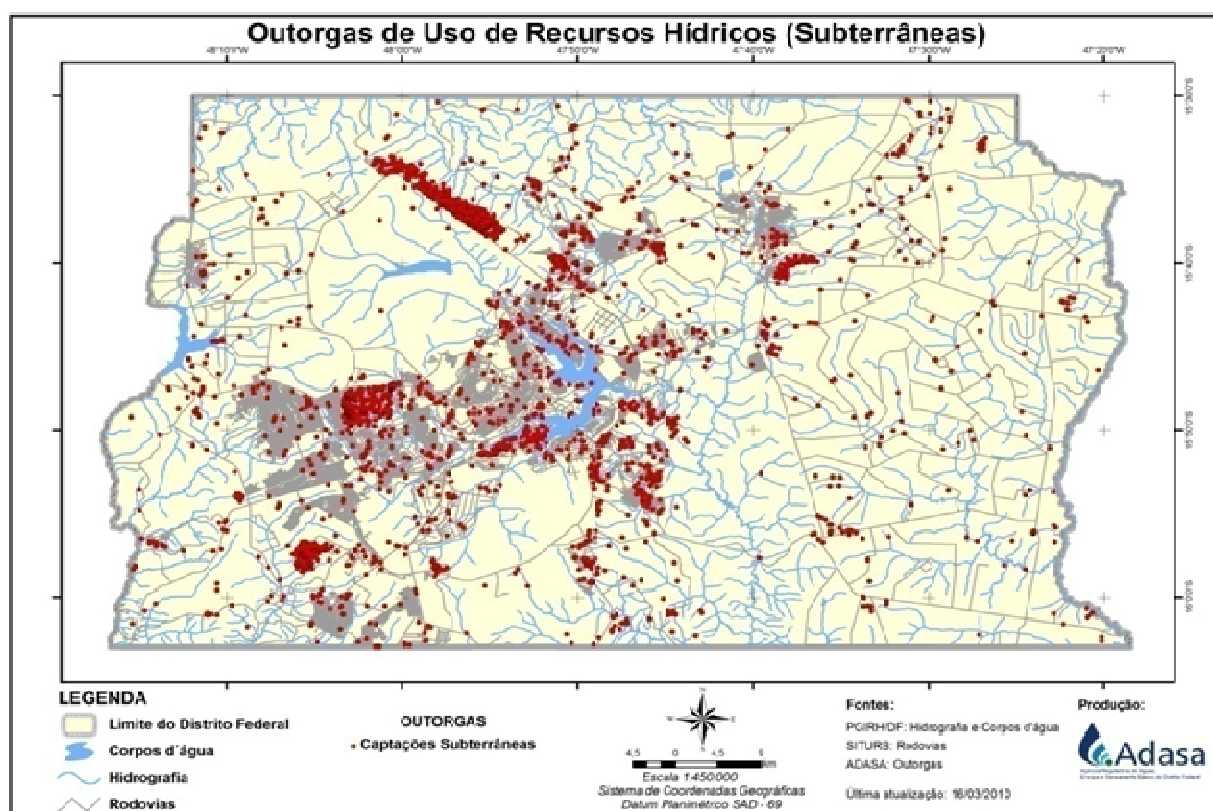
Outorgas de uso de recursos hídricos (superficiais)



Fonte: SRH

Pode ser visto na figura abaixo, o retrato das captações subterrâneas cadastradas na Adasa.

Outorgas de uso de recursos hídricos (subterrâneas)



Fonte: SRH

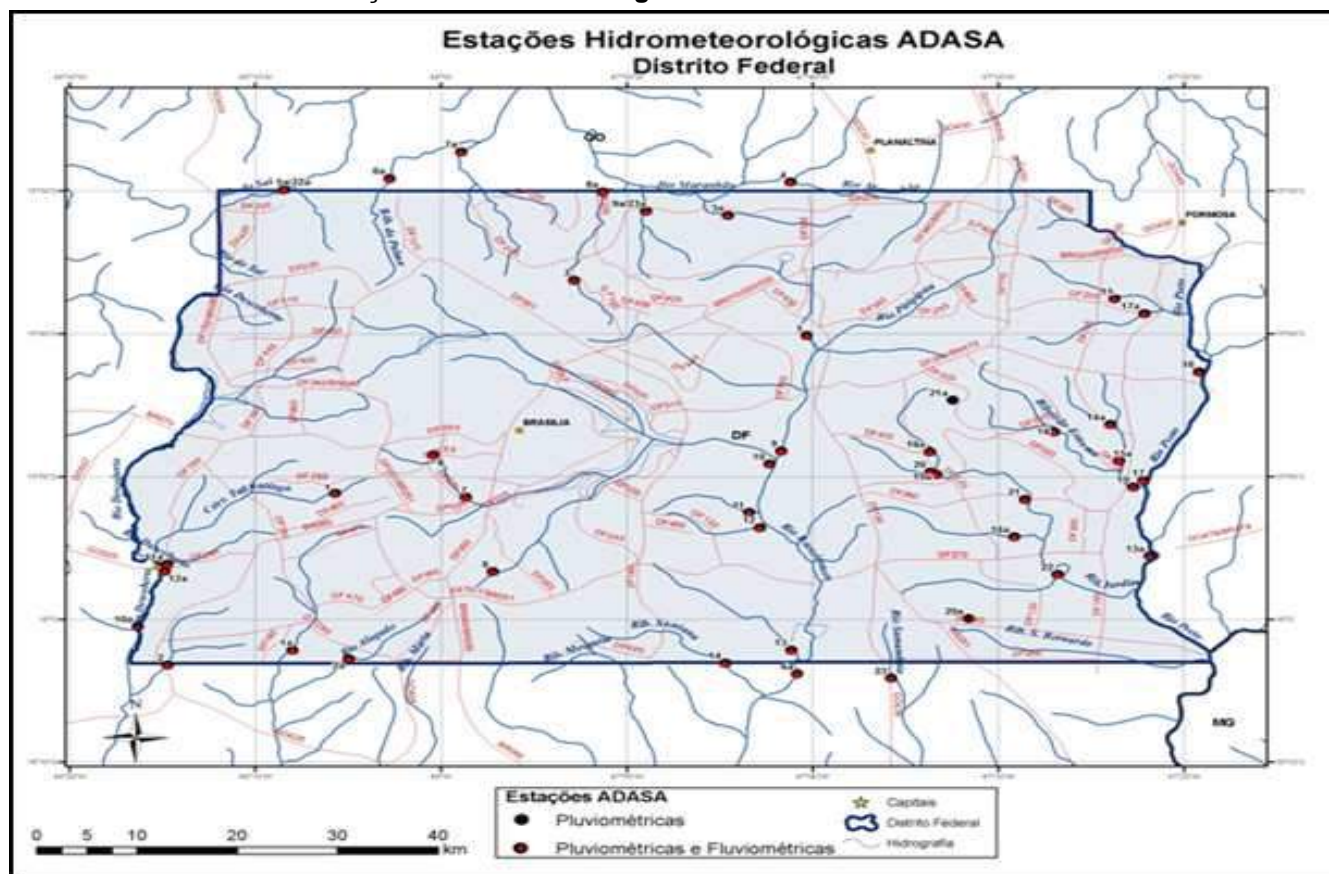
Monitoramento dos Recursos Hídricos do DF

Vinculada ao Monitoramento dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, as ações desenvolvidas no exercício de 2012 estiveram voltadas, principalmente, à implantação, manutenção, operação e expansão da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal, assim como também apoiando na construção e implantação do Sistema de Informações de Recursos Hídricos da Adasa – SISRH. Além disso, o Sistema de Informações de Recursos Hídricos do Distrito Federal (SIRH-DF) vem sendo mantido e atualizado no site da Adasa na internet.

Um sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos deve contar com informações precisas e confiáveis, a tempo e hora, para a tomada de decisão. Para tanto, o sistema deve contar com uma rede de informações estruturada e bem gerenciada, capaz de atender às demandas geradas no Distrito Federal e que permita, em situação de escassez (redução da oferta), subsidiar mediações entre usuários garantindo o uso racional e eficiente desse recurso.

Nesse sentido, a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – Adasa dentre suas várias atribuições, opera e mantém uma rede de monitoramento hidrometeorológica composta por 44 estações, com equipamentos modernos que permitem a leitura e o registro contínuos de dados de nível de água e da quantidade de chuva distribuída nas sete principais bacias hidrográficas do Distrito Federal. Além de serem os pontos de referência de coleta de amostras de água para a determinação da qualidade da água dos rios.

Estações Hidrometeorológicas Adasa Distrito Federal



Fonte: SRH

A observação sistemática do nível dos rios, da vazão e da pluviosidade nas diferentes regiões do DF fornece elementos que, analisados e estudados em conjunto com a qualidade das águas, permitem executar a gestão do uso da água e controlar a disponibilidade hídrica, com vista ao seu uso racional e sustentável.

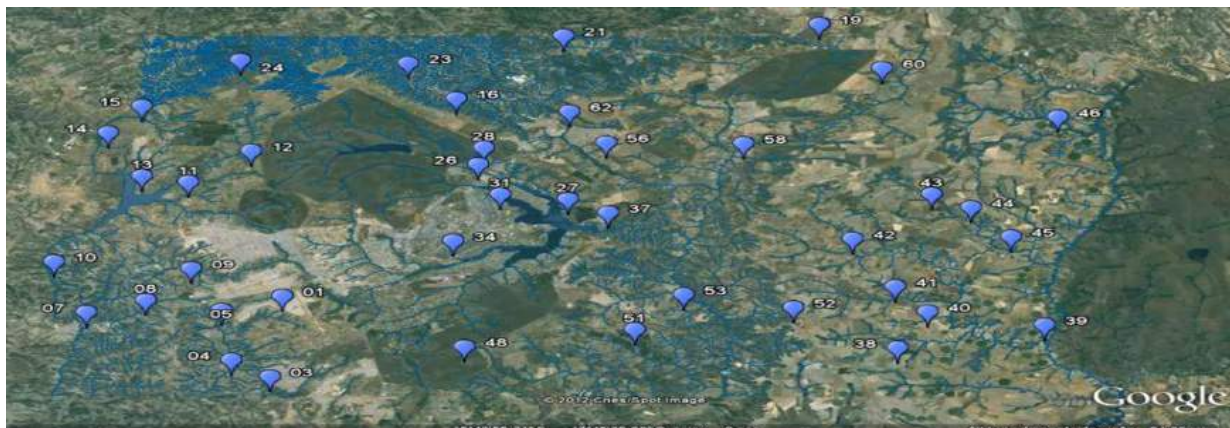
Os dados gerados a partir do monitoramento superficial são armazenados em planilhas, e posteriormente, são incluídas no SISRH-Adasa. Atualmente, os dados também abastecem o sistema HIDRO, da Agência Nacional de Águas - ANA, e a partir do qual é possível a visualização de gráficos de série histórica e estatística para cada estação de monitoramento.

No ano de 2012 ocorreram lacunas na operação e manutenção da rede de monitoramento, em consequência do processo de mudança da empresa prestadora de serviço (a não renovação de contrato). Após processo licitatório, foi assinado, em agosto de 2012, um novo contrato para desempenhar as

atividades de operação e manutenção da rede hidrometeorológica da ADASA (o contrato tem validade até agosto de 2013).

Buscando conhecer e gerir de forma global os recursos hídricos do Distrito Federal, foram implantados 42 (quarenta e dois) poços no sistema poroso e 42 (quarenta e dois) poços no sistema fraturado, o que totaliza 84 pontos de monitoramento, que compõem a rede de monitoramento das águas subterrâneas, cujos dados, após processo de integração da informação sobre plataforma geográfica, permitirá a comparação espacial da distribuição da água subterrânea e a sua dinâmica no meio natural, com outros elementos integráveis, como: a ocupação humana do território; a integração com outros corpos hídricos ou o efeito dos referidos núcleos de captação de água nas suas áreas envolventes. Permitirá, assim, conhecer a disponibilidade hídrica de cada domínio - poroso ou fraturado - possibilitando sua gestão sem comprometer a sua integridade. Não se refere apenas a aspectos quantitativos, mas também a preservação da qualidade da água.

Localização dos Poços da Rede de Monitoramento Subterrânea Instalados

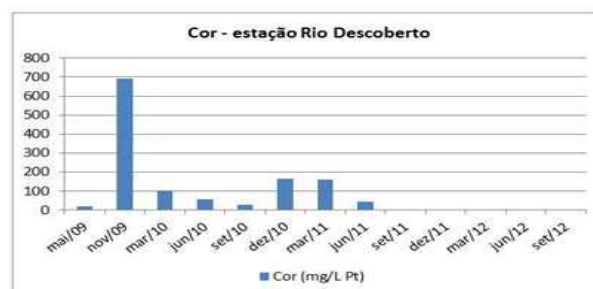
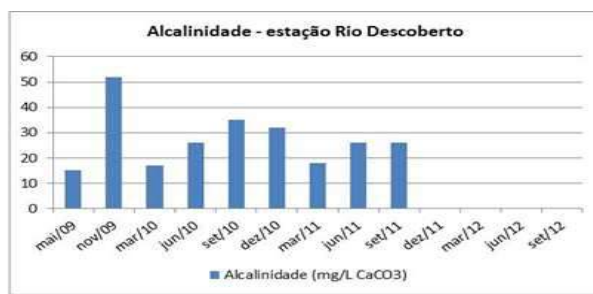
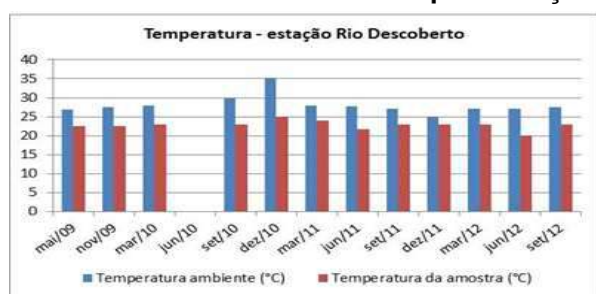


Fonte: GOOGLE

A Adasa vem realizando, desde 2009, o monitoramento da qualidade das águas do DF. No ano de 2012, esta rede está composta (i) pelos 42 (quarenta e dois) locais onde se situam as estações de monitoramento superficial, (ii) nos 4 (quatro) tributários e na barragem do Lago Paranoá, totalizando 47 (quarenta e sete) estações de monitoramento de qualidade das águas. Também vem sendo realizado o monitoramento quadrimestral nas regiões a montante e a jusante das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) da CAESB.

Gráficos são gerados para cada parâmetro avaliado e para estação de monitoramento. Assim, a série histórica pode ser acompanhada e, qualquer valor considerado fora dos padrões estabelecidos, pode ser facilmente identificado. Abaixo, um exemplo de dados gerados para uma estação de monitoramento do Rio Descoberto.

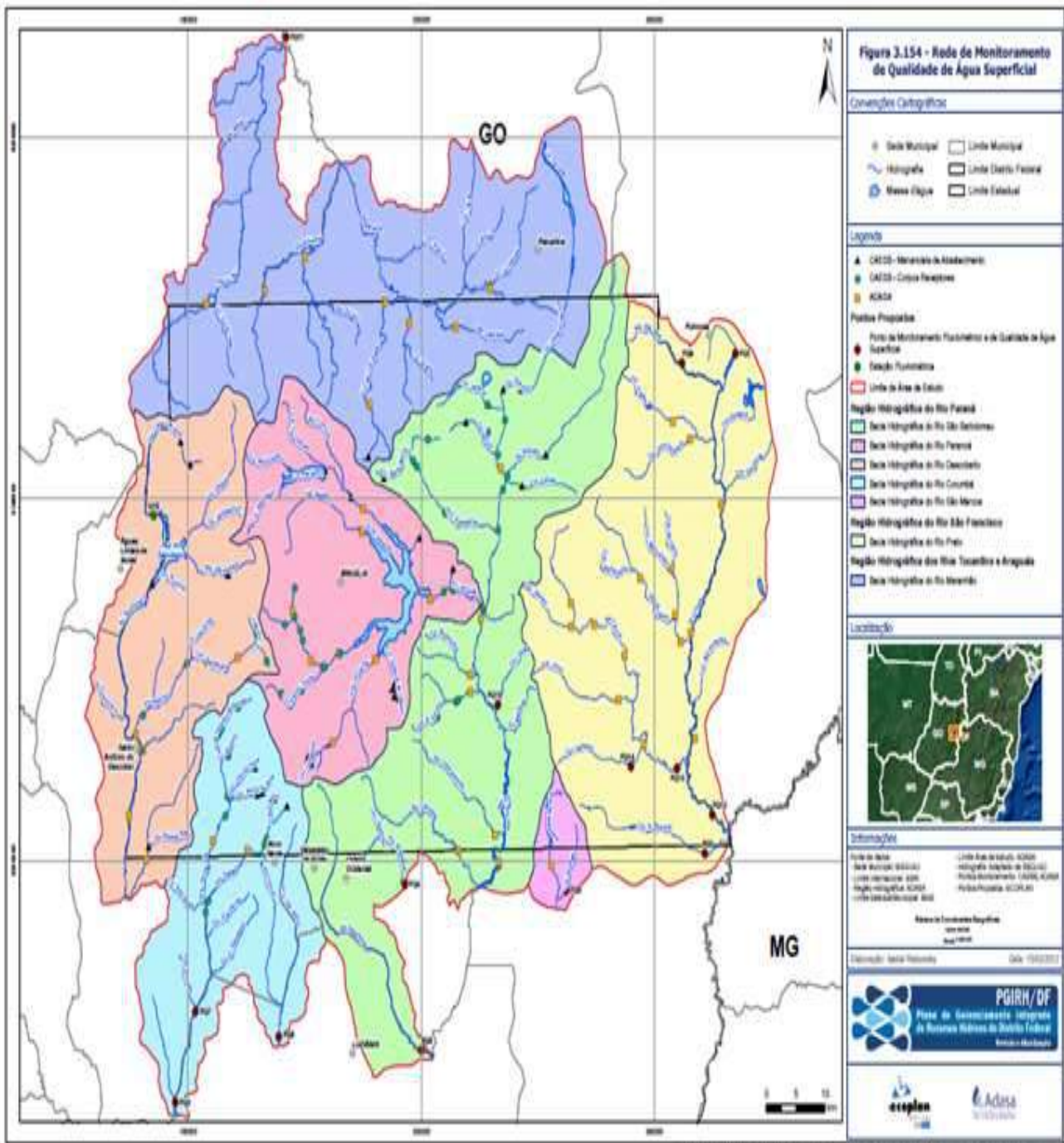
Dados Gerados pela Estação de Monitoramento do Rio Descoberto



Fonte: SRH

Uma importante ferramenta existente para abordagem da qualidade de água dos mais variados corpos hídricos é o Índice de Qualidade da Água (IQA), o qual é usado nas suas várias formas como uma metodologia integradora, por converter várias informações num único resultado numérico. As fórmulas específicas utilizadas no cálculo do IQA para cada parâmetro são as recomendadas pela National Sanitation Foundation (NSF), com modificações sugeridas pela CETESB-SP.

Qualidade de Água – Revisão do PGRIH



Fonte: SRH

No site da Adasa o consumidor pode acessar o Sistema de Informações e Recursos Hídricos do Distrito Federal - SIRH/DF, onde constam informações como os mapas temáticos, informações do que é outorga, os planos de Recursos Hídricos, a situação dos recursos hídricos com informações de disponibilidade hídrica superficial e subterrânea bem como a qualidade das águas, informações dos órgãos que compõem o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do DF e informações sobre o Uso Racional da Água. O SIRH/DF foi estruturado de acordo com o Decreto nº 22.356, de 31 de agosto de 2001, que regulamenta o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do Distrito Federal.

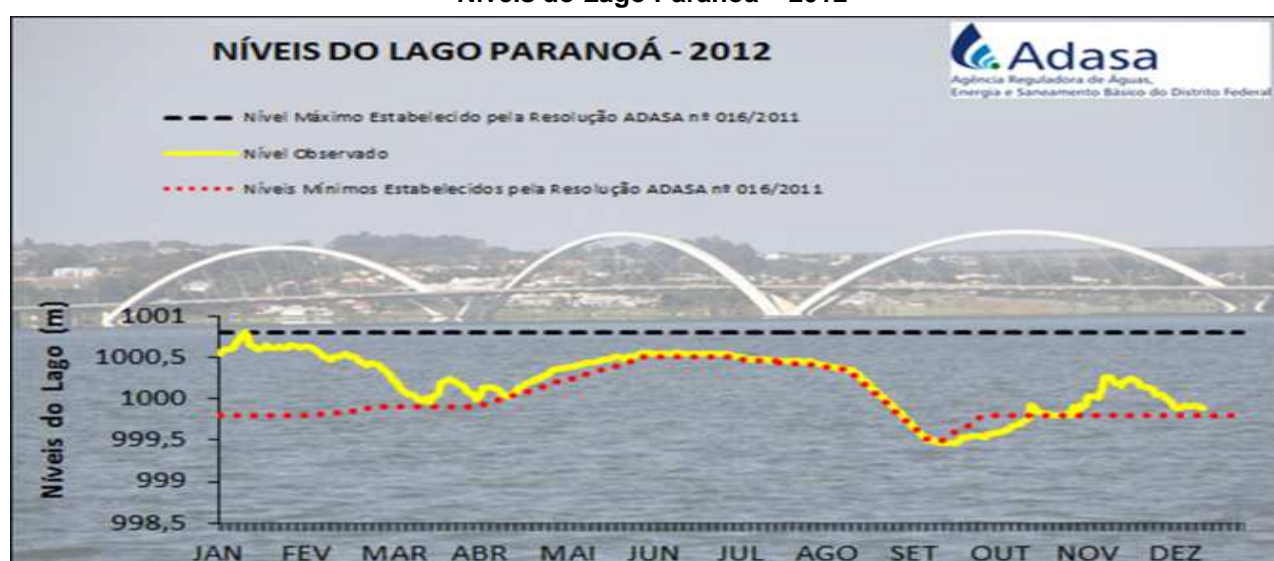
O Sistema de Recursos Hídricos da Adasa – SISRH/Adasa foi construído em módulos chamados de sistemas, são eles: o sistema de Cadastro Web, sistema de Cadastro URH (usuário de

recurso hídrico), sistema de Outorga, sistema de Fiscalização, e o sistema de Monitoramento. Estes sistemas em vários pontos são interligados e integrados formando o SISRH/Adasa. No exercício de 2012 foram recebidos os produtos e iniciada a fase de testes.

Cabe à Adasa o acompanhamento dos níveis altimétricos do Lago Paranoá. Ao longo do ano é verificado, diariamente, o nível altimétrico das águas do Lago Paranoá, e este comparado com a curva estabelecida em Resolução específica, que é elaborada anualmente no âmbito do Grupo de Acompanhamento dos Níveis Altimétricos do Lago Paranoá, composto por: Adasa - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal; CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal; CEB Geração S/A; Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá – CBHRP; DIVAL - Diretoria de Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; IBRAM - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal; Marinha do Brasil; SETUR - Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, e a SEMARH - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Ao longo do ano de 2012 foi verificado, diariamente, o nível altimétrico das águas do Lago Paranoá, e este comparado com a curva estabelecida na Resolução Adasa nº 16 de dezembro de 2011, conforme o gráfico abaixo:

Níveis do Lago Paranoá – 2012



Fonte: SRH

Em 2012 aconteceu a segunda edição da Semana Lago Limpo. Neste ano a organização do evento contou com a participação de vários servidores das demais Superintendências da Adasa, repassando informações técnicas, apoiando o evento e concedendo entrevistas para a imprensa.

Dentre os objetivos da Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, incluem-se assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos e promover a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vista ao desenvolvimento humano sustentável.

Além do monitoramento para a garantia de água em quantidade e qualidade adequados à presente e futuras gerações, a Adasa também tem como um dos seus objetivos fundamentais implementar a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais, além da atribuição de planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos das secas e inundações, em articulação com os órgãos de defesa civil e com a Agência Nacional de Águas – ANA.

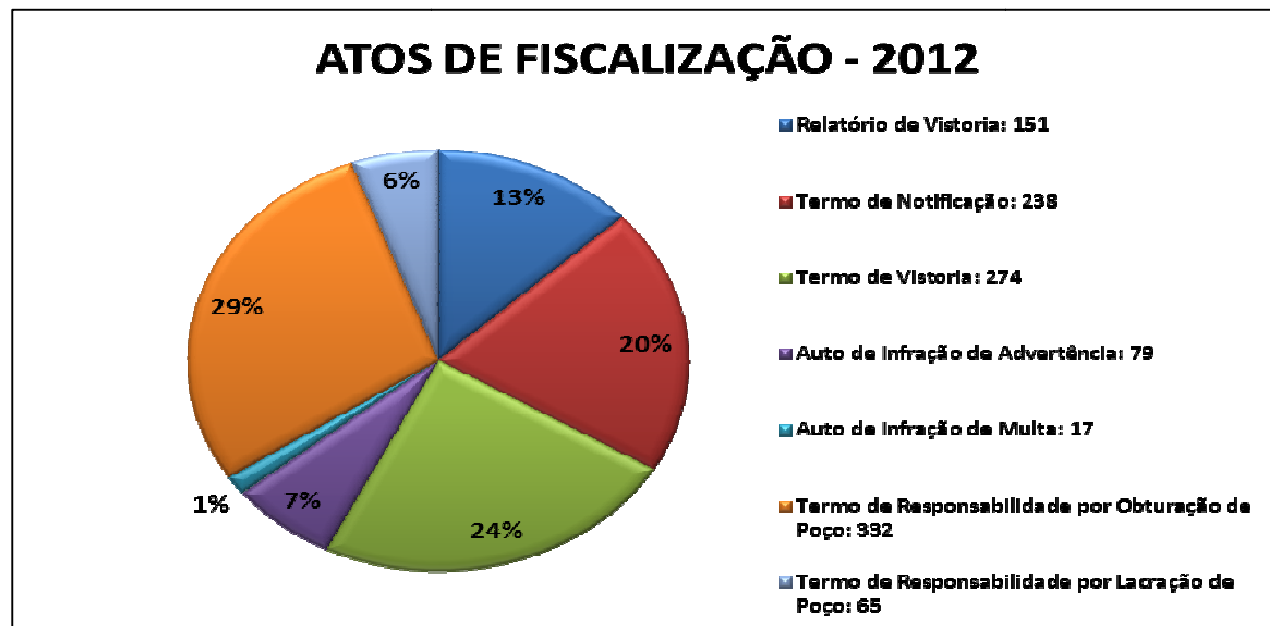
Para isto, encontra-se em processo de implantação o Centro de Operação das Águas do Distrito Federal (COA), com o objetivo de realizar o completo monitoramento dos recursos hídricos do DF, gerando informações claras e objetivas que fundamentem decisões do corpo técnico da Adasa, e também expondo de maneira didática toda a situação dos recursos hídricos para a sociedade em geral. Com o objetivo de conhecer novas ferramentas de tecnologia da informação, que deverão ser implementadas no COA, foram realizadas duas visitas às seguintes instituições: (i) Centro de Operações do Rio de Janeiro, e (ii) ao Parque Tecnológico de Itaipu: Centro Internacional de Hidroinformática.

Fiscalização de Recursos Hídricos

A ação de fiscalização de recursos hídricos retira seu fundamento legal da lei que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal (Lei Distrital nº 2.725/2001) e da lei de criação da Adasa (Lei Distrital nº 4.285/2008).

Em 2012, foram emitidos 1.156 (mil cento e cinquenta e seis) atos de fiscalização resultantes de atividades de atendimento a denúncias, cadastramento de usuários de canais, solicitações de órgãos externos, vistorias de rotina e solicitações da Coordenação de Outorgas, excluídas as ações resultantes do TAC Vicente Pires, divididos em: 151 (cento e cinquenta e um) Relatórios de Vistoria, 238 (termos de notificação), Termos de Notificação, 274 (duzentos e setenta e quatro) Termos de Vistoria, 79 (setenta e nove) Autos de Infração de Advertência, 17 (dezessete) Autos de Infração de Multa, 332 (trezentos e trinta e dois) Termos de Responsabilidade por Obtenção de Poços e 65 (sessenta e cinco) Termos de Responsabilidade por Lacração de Poços, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

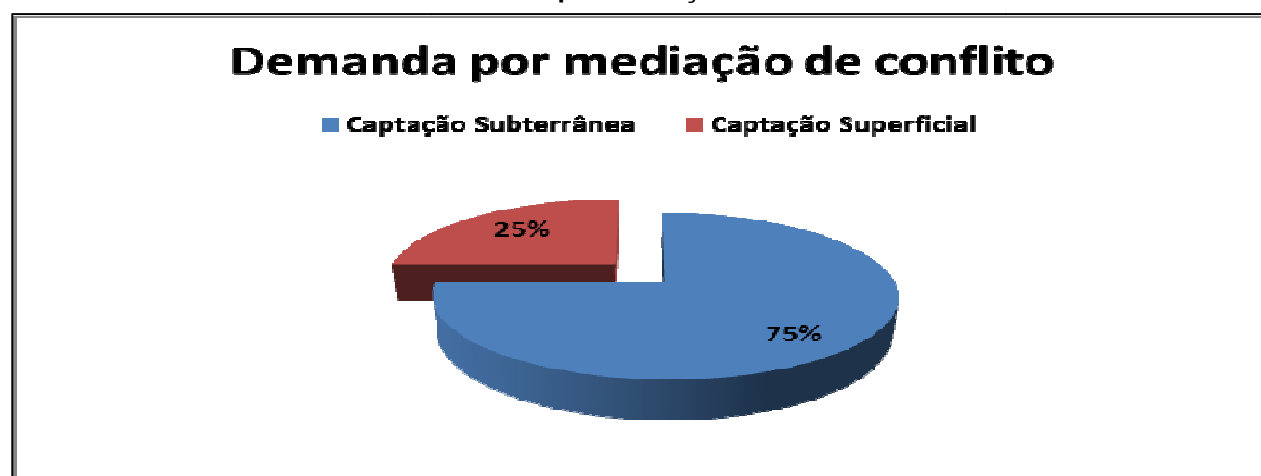
Atos de fiscalização – 2012



Fonte: SRH

A partir da análise das demandas recebidas, é possível estabelecer um perfil de sua natureza. Os dados disponíveis indicam que 75 % (setenta e cinco por cento) das demandas recebida relatam interferência em recursos hídricos subterrâneos e 25 % (vinte e cinco por cento) relatam interferência em recursos hídricos superficiais:

Demanda por Mediação de conflito



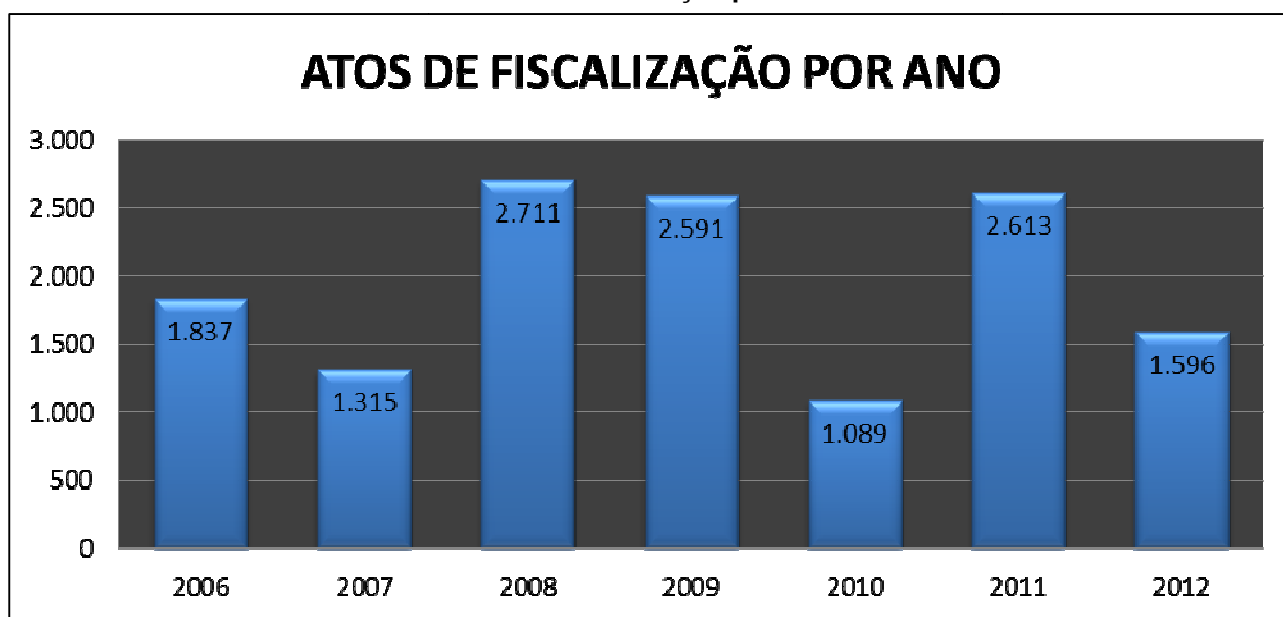
Fonte: SRH

É possível também analisar a dinâmica das demandas recebidas com os meses do ano. A análise das informações indica que nos meses de seca (abril – setembro) o número de demandas recebidas é maior que nos meses chuvosos (outubro – março), isso se deve principalmente ao problema da disponibilidade hídrica nesses dois períodos.

Os canais para captação de água superficial são amplamente utilizados nas zonas rurais do Distrito Federal principalmente para irrigação de áreas destinadas para o plantio de subsistência e comercial. Durante o ano de 2012, a Adasa realizou várias ações no sentido de instruir os usuários desses canais de água e regularizar os mesmos, podendo evidenciar os trabalhos realizados na região chamada de Ponte Alta, localizada na R.A. do Gama, e na Bacia do Rio Preto. O principal ganho nesse tipo de trabalho é permitir que os usuários discutam seus problemas e cheguem a uma solução, possibilitando a auto composição de conflitos, onde todos ganham no final do processo.

Os conflitos causados pela escassez de água tornam-se cada vez mais frequentes nas mais diversas regiões. Atenta a esse problema, a Adasa, durante o ano de 2012, participou de entendimentos quanto a mediação de conflitos junto com os Comitês de Bacias e Serviço de Atendimento ao Usuário e Mediação de Conflitos (SAM) da própria ADASA.

Atos de Fiscalização por Ano



Fonte: SRH

Partindo dos quantitativos alcançados em 2012, aqui incluídos os atos resultantes do TAC Vicente Pires, de 1.596 (mil quinhentos e noventa e seis) atos de fiscalização e os quantitativos alcançados a partir de 2010, que totaliza 5.298 (cinco mil duzentos e noventa e oito) atos de fiscalização.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0007 - Promover a educação ambiental hídrica da população urbana e rural do DF, integrada aos sistemas alternativos de saneamento, com vistas à melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos e do desenvolvimento humano sustentável.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Apurado	Fonte da Informação
			1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	1º Ano - 2012	
Indicador de efetividade da capacitação para mobilização social- iecms	Unidade	Anual	-	33,33	66,66	100	-	ADASA
Indicador de eficácia da capacitação em metodologia alternativa de saneamento IECMAS	%	Anual	-	33,33	33,33	33,33	-	ADASA
Indicador da eficiência da capacitação- iec	%	Anual	-	20	40	60	-	ADASA
Indicador da eficácia de educação ambiental (IEEA)	%	Anual	18,9	22,8	26,6	31,7	7%	ADASA

Fonte:SRH

Vinculam-se a esse objetivo as ações voltadas a Gestão do Projeto de Conservação Ambiental e as de Educação Ambiental.

As ações de Gestão do Projeto de Conservação relacionam-se ao desenvolvimento de Projetos específicos, todos voltados, com destaque, a manutenção quali-quantitativa dos recursos hídricos

superficiais, no âmbito do Distrito Federal. São destaques as bacias hidrográficas do rio São Bartolomeu, sub-bacia do ribeirão Pípiripau e a bacia do rio Descoberto, região do lago formado pela barragem do Descoberto, que é o maior manancial de abastecimento para a população do Distrito Federal.

Projeto Descoberto Coberto

O Projeto Descoberto Coberto consiste na reabilitação ambiental de propriedades rurais localizadas nas margens do Lago Descoberto. Esse projeto se dá a partir de um programa integrado viabilizando o trabalho de sensibilização e educação da comunidade do entorno ao Lago, integrando-a aos esforços de outros parceiros para a proteção e conservação dos recursos hídricos. O Projeto visa viabilizar plantios de essências nativas do cerrado aliado a um programa robusto de educação ambiental, capacitação e de comunicação. São executadas ações motivadoras à reversão do desmatamento, do processo erosivo e de sedimentação do Lago, que é o principal manancial de abastecimento de água do DF.

Para o desenvolvimento desse Projeto e implementação das ações, foi formado um grupo de trabalho que contém representantes das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (Adasa), Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF - Brasília Ambiental (Ibram), Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (Caesb) e Associação dos Produtores e Protetores da Bacia do Descoberto (Pró Descoberto).

Dando continuidade nas ações delimitadas no Projeto Descoberto Coberto, em 2012 foram plantadas mudas nativas do cerrado em diversas propriedades rurais e colaboradores participaram de oficinas em escolas de nível fundamental e com os próprios produtores rurais, a fim de sedimentar a ideia de preservação ambiental nas comunidades da região.

Abaixo são apresentados: na tabela 10, o quantitativo de mudas plantadas por período anual; mapa com as áreas que já receberam plantio de mudas e fotos das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto.

Quantidade de mudas plantadas por ano

	Caesb	Seagri	Outros	Total
2009/2010	7.604	7.740	2.400	17.744
2010/2011	29.760	36.850	-	66.610
2011/2012	30.000	16.700	-	46.700
2009 a 2012	67.364	69.260	2.400	139.024

Fonte: SRH

Áreas de plantio



Fonte: Google

Imagens dos Plantios



Imagens das Ações Educacionais



Projeto Produtor de Água no Pipiripau

No ano de 2004 foi realizado um cadastramento de usuários da bacia do ribeirão Pipiripau, tendo sido quantificadas suas demandas hídricas. A partir dessas informações, constatou-se uma situação de elevada demanda se comparada à disponibilidade hídrica da região durante o período de estiagem, o que se agrava nos anos em que a precipitação situa-se abaixo das médias da bacia ou quando ocorre atraso no período de início das chuvas. É conhecido o fato de que as precipitações médias da bacia do ribeirão Pipiripau são inferiores às médias encontradas no Distrito Federal como um todo.

Baseado nos dados obtidos pelo processo de cadastramento de usuários realizado em 2004, a ADASA e a ANA estabeleceram, por meio da Resolução ADASA nº 293/2006 e da Resolução ANA nº 127/2006, respectivamente, o Marco Regulatório para os usos dos recursos hídricos na bacia. A partir deste Marco, o gerenciamento dos recursos hídricos da bacia passou a ser realizado de forma negociada, tendo como atores deste processo de gestão, os órgãos gestores de recursos hídricos (ADASA e ANA) e os usuários da bacia.

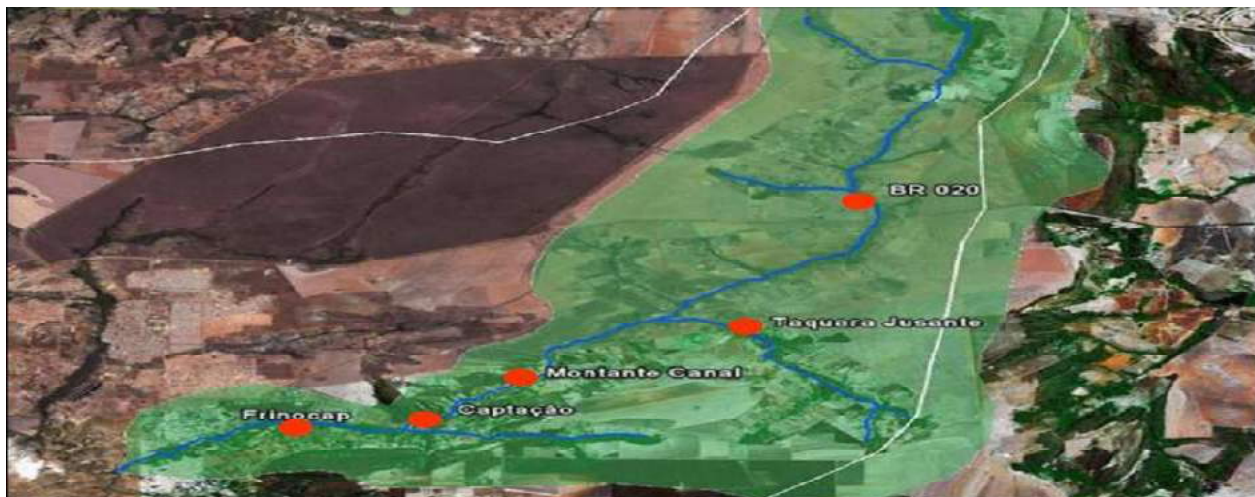
Em março de 2008, ANA e ADASA assinaram o Termo de Cooperação Técnica Nº 002/2008 para o desenvolvimento de ações na área de gestão de recursos hídricos no Distrito Federal. O Plano de Trabalho identificava a implantação de um projeto do Programa Produtor de Água - que visa a revitalização de bacias hidrográficas no Distrito Federal como cumprimento da meta 4: "Fomento de ações de integração de gestão de recursos hídricos com as de uso do solo, de conservação de água e solo, revitalização e proteção dos recursos hídricos".

Devido aos critérios como: tamanho ideal, degradação ambiental avançada, grande número de informações disponíveis e alto grau de conflito pelo uso de recursos hídricos, optou-se pela bacia do ribeirão Pipiripau.

A Adasa está encarregada em dar andamento a este projeto e pela coordenação do programa, como Secretaria Executiva da Unidade de Gestão do Projeto – UGP, composta pelas seguintes instituições: Agência Nacional de Águas – ANA; Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA; Ministério da Integração Nacional – MI; Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI-DF; Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM-DF; Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER DF; Banco do Brasil – BB; Fundação Banco do Brasil – FBB; Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy – TNC; WWF Brasil; Fundação Universidade de Brasília – FUB, e Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria – CN-SESI.

A área inicialmente escolhida é a do córrego Taquara, e o trecho a ser beneficiado é o que vai da sua nascente até a estação fluviométrica Taquara Jusante, localizada no ponto de coordenadas - 47°31'57"W; 15°37'21"S, próximo a sua foz no córrego Pipiripau.

Pontos de Controle na Bacia do Pipiripau



Fonte: Google

No ano de 2012 foi aprovada a assinatura de 05 (cinco) projetos para o programa Produtor de Águas, que resultarão na melhoria da qualidade da água; na redução da erosão e da sedimentação; na adequação ambiental das propriedades rurais e na regularização da oferta de água. A adesão ao programa é voluntária e, como compensação e incentivo à participação dos produtores, é adotado o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. Estes pagamentos são geridos pela ADASA. Deste modo, o cumprimento dos objetivos pactuados no projeto aprovado garante, ao produtor rural, o direito à compensação financeira por suas ações. Outros projetos estão em análise pela comissão.

Gestão no Ribeirão Pipiripau

Juntamente com o programa Produtor de Águas, foram realizadas, no ribeirão Pipiripau, campanhas de sensibilização quanto o uso racional da água. As campanhas foram necessárias devido à escassez de água naquela região nos meses de seca, quando são realizadas reuniões quinzenais com as instituições parceiras - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM-DF, e usuários.

Para viabilizar esse processo de gestão foi constituída uma Comissão de Acompanhamento da Bacia do Ribeirão Pipiripau para monitorar, alertar e conduzir a solução dos conflitos. Esta, ainda que não seja uma solução fática para a conciliação entre a oferta e a demanda de recursos hídricos da bacia é a forma atual de minimizar a tensão social enquanto outras linhas de ação são planejadas.

Exemplo de proposta que é apresentada e discutida



Vinculada também ao Objetivo Específico 7, está a ação de Educação Ambiental, que direciona seu foco ao processo de educar alunos da rede de ensino do DF a desenvolverem hábitos de redução, reaproveitamento e reciclagem na produção de resíduos e quanto a importância do uso racional dos recursos hídricos.

Destaque ao “Adasa na Escola” por se tratar de um programa permanente de formação de agentes multiplicadores, criado em 2010 e que tem como principal objetivo, dar conhecimento à comunidade, em caráter permanente, sobre a necessidade de conscientização e medidas educativas sobre a importância do uso racional da água, sua preservação e garantia às futuras gerações no acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Com esse programa surgiu a oportunidade de promover e implantar uma educação ambiental sobre recursos hídricos para chamar atenção da população para a necessidade de conservação desse bem natural indispensável para a humanidade – ÁGUA. Esse esforço iniciou-se, junto à rede pública e privada do Ensino Fundamental I (4ª e 5ª ano) do Distrito Federal, fortalecendo a missão institucional da Adasa de regular os usos das águas e dos serviços públicos do Distrito Federal.

A metodologia utilizada é com a realização de palestras, por servidores da Adasa, utilizando como material de apoio: cartilha – Guardião da Água, CD's educativos (Lagoas e Cachoeiras) e brindes diversos. Assim, é levado à população do DF tanto a necessidade de se combater o desperdício como o incentivo ao uso inteligente e racional da água.

Atualmente, há aproximadamente 526 instituições de ensino no Distrito Federal e desde a criação do Programa já foram visitadas aproximadamente 100 escolas, abrangendo as 14 Diretorias Regionais de Ensino – DRE, alcançando a participação de cerca de 15.000 alunos.

No ano de 2012 foram visitadas 22 instituições de ensino, nas quais contou com a participação de cerca de 6.000 alunos. As metas programadas de visita são: para 2012 - 60 escolas; para 2013 - 70 escolas; para 2014 - 80 escolas, e para 2015 - 90 escolas. Diante do previsto constata-se que no ano de 2012 a meta deixou de ser atendida plenamente.

Duas outras atividades integram essa ação. A primeira - Adasa em Ação – tem por objetivo sensibilizar e informar às administrações regionais do Distrito Federal acerca da regulação dos usos das águas e dos serviços de saneamento, e a segunda – Adasa no Campo – objetiva criar instrumentos que permitam à comunidade rural, atendida de forma precária, construir soluções alternativas de saneamento dentro de parâmetros técnicos e ambientais adequados. Essas atividades estão programadas para início do ano de 2013, e serão executadas por técnicos da Adasa e de parceiros.

2. Outras Realizações

PROGRAMA:

6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Doação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1471 – Modernização de Sistema de Informação	2.000.000	2.288.000	1.655.999	486.024	-
0017 – Modernização de Sistema de Informação-Desenvolvimento/Melhoria de Soluções Tecnológicas-Plano Piloto	2.000.000	2.288.000	1.655.999	486.024	13
1984 – Construção de Prédios e Próprios	702.154	702.154	0	0	-
2422 – Concessão de Bolsa Estágio	280.000	280.000	186.133	186.133	-
9632 – Concessão de Bolsa Estágio-Adasa DF- Plano Piloto	280.000	280.000	186.133	186.133	4
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	0	1.200.000	0	0	-
4088 – Capacitação de Servidores	454.000	454.000	116.715	93.143	-
0014 – Capacitação de Servidores-Adasa DF- Plano Piloto	454.000	454.000	116.715	93.143	10
8502 – Administração de Pessoal	14.979.825	14.979.825	13.998.195	13.998.195	-
8730 – Administração de Pessoal-Adasa DF- Plano Piloto	14.979.825	14.979.825	13.998.195	13.998.195	5 e 14
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	1.101.600	1.101.600	611.720	611.720	-
9560 – Concessão de Benefícios a Servidores-Adasa DF- Plano Piloto	1.101.600	1.101.600	611.720	611.720	6, 7, 8 e 63
8505 – Publicidade e Propaganda	2.300.000	2.951.792	2.300.000	1.560.828	-
8691 – Publicidade e Propaganda-Utilidade Pública-Adasa DF- Plano Piloto	1.300.000	1.750.000	1.746.078	1.275.573	43
8703 – Publicidade e Propaganda-Institucional-Adasa DF- Plano Piloto	1.000.000	1.201.792	553.922	285.256	44
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	9.421.851	7.933.851	3.902.159	3.637.550	-
9649 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Adasa DF- Plano Piloto	9.421.851	7.933.851	3.902.159	3.637.550	9

Fonte: SIGGO

A Lei Orçamentária Anual, exercício de 2012, fixou dotação inicial no valor de R\$ 31.239.430,00, destinada ao Programa 6006 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Meio Ambiente. Este Programa engloba diversas atividades orçamentárias voltadas ao apoio, à gestão e à manutenção da

Unidade, no âmbito das competências atribuídas a ADASA. Foram contempladas neste Programa 09 (nove) ações, das quais 07 (sete) tiveram execução em 2012.

Bolsa Estágio

Dentre as realizações do Programa está a concessão de bolsa estágio. Com a criação de novos setores, após a reestruturação da ADASA, fez-se necessário o aumento no quantitativo de estagiários, visando suprir o órgão de material humano necessário ao desenvolvimento de atividades não passíveis de realização pelo servidor efetivo, além de proporcionar a um número maior de estudantes a sua preparação para o mercado de trabalho. No exercício de 2012, a concessão de bolsa estágio, por meio do Contrato nº 08/2011-ADASA, disponibilizou 40 (quarenta) bolsas de complementação Educacional, sendo 22 (vinte e duas) para estágio de nível superior e 18 (dezoito) de nível médio. Deste total foram ocupadas, no decorrer do exercício de 2012, 29 (vinte e nove) vagas, sendo que atualmente dispomos de 27 (vinte e sete) estagiários, atuando nas diversas áreas da ADASA.

Capacitação de Servidores

A programação de capacitação dos servidores da ADASA, no exercício de 2012, foi fundamentada em quatro eixos de conhecimento que direcionaram a ação:

- Capacitação Corporativa;
- Capacitação Gerencial;
- Capacitação Técnico-Operacional; e
- Capacitação Geral, Seminários e Congressos.

A Capacitação Corporativa corresponde a treinamentos dirigidos para a formação de conhecimentos em grandes especialidades, propiciados pelos cursos de média e longa duração, tais como especialização, MBA, pós-graduação e mestrado.

A Capacitação Gerencial é orientada para a reciclagem, formação e especialização de gerentes e futuros substitutos nas atividades administrativas da gestão da Agência. Geralmente são cursos de curta e média duração.

A Capacitação Técnico-Operacional é orientada para a melhoria do “saber e do fazer”, de forma a aprimorar os processos de trabalho no que tange sua eficácia e eficiência. Assim como a Capacitação Gerencial, eles são de curta e média duração.

A Capacitação Geral é orientada para atender as necessidades complementares para permitir a sua empregabilidade interna e a representatividade da Agência no ambiente externo. É, normalmente, de média e longa duração.

Cada um desses eixos indica em que área de conhecimento o curso se classifica, tornando os processos de análise e escolha mais práticos.

No exercício, os servidores capacitados participaram de eventos, tais como, cursos, fóruns, seminários, congressos e simpósios, subdivididos em eventos “com” e “sem” ônus, nas áreas meio e fim, fundamentando-se pela necessidade da Agência em contar com pessoal qualificado em seu quadro funcional, de forma a dar suporte ao cumprimento da sua missão institucional, como segue:

Participação de servidores em eventos de capacitação

Evento (por eixo)	Com ônus	Sem ônus	Total
Capacitação Corporativa	12	-	12
Capacitação Gerencial	10	-	10
Capacitação Técnico-Operacional	17	-	17
Capacitação Geral, Seminários e Congressos	50	-	50
Totais	89	-	89

Fonte: SAF

Com relação à Capacitação Corporativa, vale ressaltar, que atualmente 06 servidores estão participando do Mestrado Profissional em “Gestão e Regulação de Serviços Públicos de Saneamento Básico”. O curso tem como objetivo apresentar o aparato jurídico institucional que rege a gestão de serviços públicos no Brasil a partir de 1988, com ênfase em saneamento básico. Discutir os principais instrumentos de gestão pública e de implementação de políticas públicas para este setor. Apresentar as diferentes metodologias de avaliação dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, rede de drenagem e manejo de resíduos sólidos com ênfase na qualidade da prestação de serviços e principais impactos gerados pela ação do Estado nas esferas estaduais e municipais.

Administração de Pessoas

A despesa estimada com pessoal para exercício de 2012 visou atender ao pagamento de vencimentos e encargos relativos a 97 (noventa e sete) servidores, dos quais 60 (sessenta) são servidores de cargos efetivos e 37 (trinta e sete) são servidores comissionados. No mês de dezembro foram nomeados mais 08 (oito) servidores de cargo efetivo. Essa contratação foi prevista na LDO/2010 (Lei nº 4.386/2009).

A realização da despesa foi de R\$ 13.998.195,00 em relação à despesa autorizada de R\$ 14.979.825,00, representando 93,4% de realização da meta financeira.

Foram concedidos os benefícios de auxílio-creche, auxílio-natalidade, auxílio-transporte e auxílio-saúde aos servidores, sendo que este último benefício foi autorizado a partir do mês de dezembro/2012, além do vale-alimentação/refeição, na forma demonstrada na tabela abaixo:

Benefícios

Benefício	Quantidade de Beneficiados
Auxílio-Creche	14
Auxílio-Natalidade	1
Auxílio-Transporte	4
Auxílio-Saúde	93
Vale Alimentação/Refeição	96

Fonte: SAF

Houve uma realização de R\$ 611.720,00, representando 55,5% da despesa autorizada para concessão de benefícios.

Manutenção dos Serviços

Em relação à manutenção do órgão, a ADASA executou R\$ 3.902.158,00 representando 49,4% da meta financeira estabelecida. Foram executadas atividades com características de serviços continuados, compreendendo: vigilância, limpeza e conservação, passagens aéreas, locação de veículos, telefonia móvel, serviços de postagem, serviços técnicos de apoio administrativo e de saúde, confecção de crachás, carimbos, serviços de acesso à rede GDFNET, manutenção das instalações prediais, manutenção de elevadores, serviços de moto-mensageiro, dentre outros, além da aquisição de material de consumo e permanente, necessários ao funcionamento da Agência.

Foram investidos R\$ 73.203,59, com material permanente, mais especificamente com o contrato de fornecimento de livros e com a aquisição de impressoras.

Tecnologia da Informação e Comunicação

Dentre as ações da ADASA em 2012, na área de gestão, ressalta-se a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações, do qual se apontam as seguintes diretrizes e ações relacionadas:

- (D1) Sociedade: Proporcionar maior celeridade e transparência no atendimento de demandas do cidadão, governo e usuários de água e de serviços públicos, através da ampliação da oferta de serviços eletrônicos via Internet;
 - Ação D1.1: Aprimorar o aplicativo de cadastramento eletrônico de usuários de recursos hídricos, disponibilizado no sítio da instituição, de modo a facilitar a identificação do perfil destes usuários e os procedimentos de emissão de outorgas;
 - Ação D1.2: Desenvolver sistema de informação que automatize o processo de consulta pública, para plataforma web, a ser disponibilizado no sítio institucional da Agência;
 - Ação D1.3: Implementar sistema de informação de possibilite a gestão de solicitações de ouvidoria encaminhadas diretamente a Agência ou originada em outros Órgãos do Distrito Federal;
- (D2) Recursos Hídricos: Possibilitar a apropriação, avaliação, fiscalização e monitoramento de informações referentes aos recursos hídricos do DF;
 - Ação D2.1: Promover melhorias nos módulos do sistema de recursos hídricos da ADASA, utilizado nos procedimentos de outorga, fiscalização e monitoramento da quantidade e de qualidade da água;
 - Ação D2.2: Desenvolver soluções tecnológicas para aporte ao Centro de Operações da ADASA, o qual atuará no monitoramento de recursos hídricos e da prestação de serviços públicos do DF;
- (D3) Serviços Públicos: Proporcionar a regulação adequada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas urbanas; distribuição de gás e dos correspondentes concessionários;
- (D4) Processos Internos: Agenciar a automação de processos de trabalho e de gestão, executados nas diversas unidades organizacionais da Agência, buscando o aumento de sua eficácia na produção de resultados;
 - Ação D4.1: Desenvolver sistema de informação tendo como escopo a gestão de bens patrimoniais da Agência;
 - Ação D4.2: Desenvolver sistema de informação para controle de deliberações da diretoria-colegiada;
- (D5) Comunicação E Colaboração: Diversificar os meios e as tecnologias de comunicações entre a Agência a sociedade, agentes regulados, e entes governamentais;
 - Ação D5.1: Contratar serviços de conectividade IP (acesso à Internet);
 - Ação D5.2: Contratar serviços de manutenção da central telefônica da Agência;
- (D6) Infraestrutura: Reger a infraestrutura de tecnologia da informação de modo a manter seus ativos e processos atualizados e alinhados às inovações tecnológicas;

- Ação D6.1: Contratar serviços de suporte tecnológico e de consultoria;
- Ação D6.2: Contratar serviços de atendimento a usuários;
- (D7) Governança: Desenvolver um conjunto de processos, costumes, políticas, leis, que regularão a maneira como o serviço de tecnologia da informação da ADASA deve ser dirigido. Inclui-se também aqui o estudo sobre as relações entre os diversos atores envolvidos (i.e. stakeholders);
- Ação D7.1: Capacitar servidores da unidade de tecnologia da informação e de comunicações em metodologias e boas práticas do setor;
- Ação D7.2: Prospectar aplicações e soluções baseadas em software livre, na busca de barateamento de custos;
- Ação D7.3: Adotar o padrão interoperabilidade e-ping, de modo a estabelecer condições de interação com os demais órgãos governamentais e com a sociedade em geral;
- (D8) Competência: Promover a identificação e desenvolvimento de aptidões dos profissionais arrolados na área de tecnologia da informação;
- Ação D8.1: Capacitar servidores nos aspectos jurídicos e legais de contratação e gestão de contratos de soluções de TIC para o serviço público;
- (D9) Segurança Da Informação: Preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade de informações sob a gestão da Agência, além de promover o uso aceitável de recursos computacionais;
- Ação D9.1: Criar política de segurança da informação;
- Ação D9.2: Adquirir soluções voltadas a segurança da informação.

Atendimento ao Usuário e Mediação de Conflitos

Dentre as muitas atividades realizadas pela ADASA em 2012, merece destaque o foco no atendimento ao usuário, fato evidenciado na reestruturação da Agência, efetivada por meio da Resolução nº 02, de 13 de abril de 2012, pela criação do Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação (SAM), composto pelo Núcleo de Atendimento ao Usuário (NAU) e pelo Núcleo de Mediação (NM).

As atividades deste serviço promovem a aproximação entre o público externo e os técnicos da Agência, estes, normalmente, mais centrados no âmbito interno. Ao exercer o papel de mediador entre os vários atores envolvidos, a ADASA conhece os principais problemas apontados pela sociedade, no que se refere às atividades por ela reguladas e adquire uma riqueza de informações capaz de indicar aos seus gestores a percepção de todos os agentes do setor e o que pode subsidiar os processos decisórios da Agência.

I. Atendimento ao Usuário

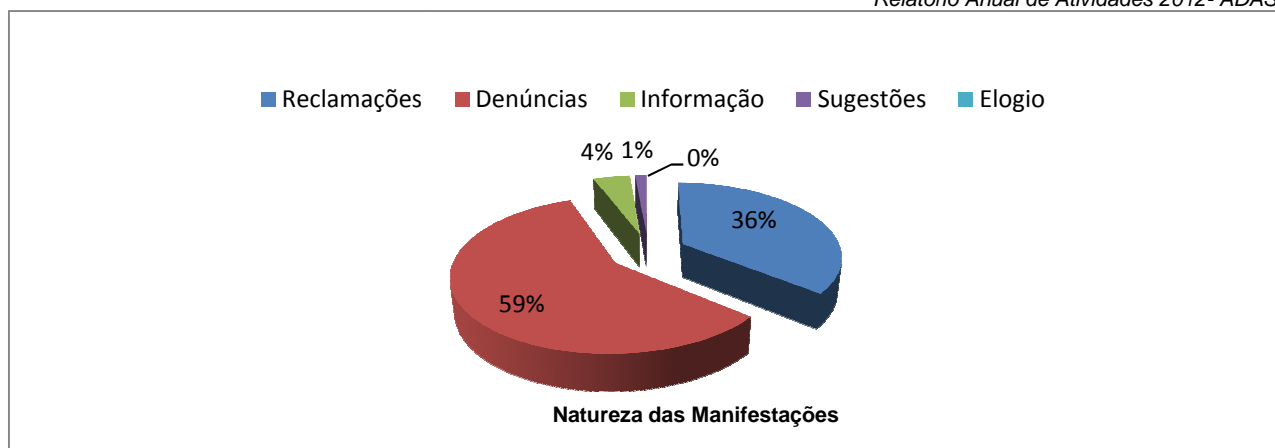
Durante o ano de 2012, foram recebidas 298 demandas/manifestações registradas dos cidadãos e usuários dos serviços públicos de águas, energia e saneamento e também foram realizadas 02 (duas) audiências públicas. As manifestações registradas estão assim distribuídas: denúncias 59%, reclamações 36%, informações 4%, sugestões e elogios 1%.

É importante mencionar que essas manifestações, independente de sua natureza, sempre carregam sinais de alerta, desafios e muitas reflexões. Cabe à ADASA transformar essas pautas em possibilidades de aperfeiçoamento institucional, tanto nos conceitos técnicos como ético-profissionais. Apesar de algumas reclamações e denúncias serem improcedentes, a sua grande maioria toca em problemas que ainda persistem como a ineficiência dos serviços prestados pelos concessionários e a falta de transparência em algumas ações com os usuários.

Manifestações atendidas em 2012

Natureza	Mes												Total Geral	%
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Reclamações	04	08	07	08	10	08	06	16	08	16	11	05	107	32
Denúncias	09	15	17	17	17	24	17	12	17	13	07	09	174	62
Informação	01		01	05		01		02		01	01	01	13	4
Sugestões			01	01	01			01					04	2
Elogio													00	0
Total	14	23	26	31	28	33	23	31	25	30	19	15	298	100
Pendentes	02	05	11	09	07	14	11	12	17	18	04	10	120	38
Concluídas	12	18	15	22	21	19	12	19	08	12	15	05	178	62

Fonte: SAM



Fonte: SAM



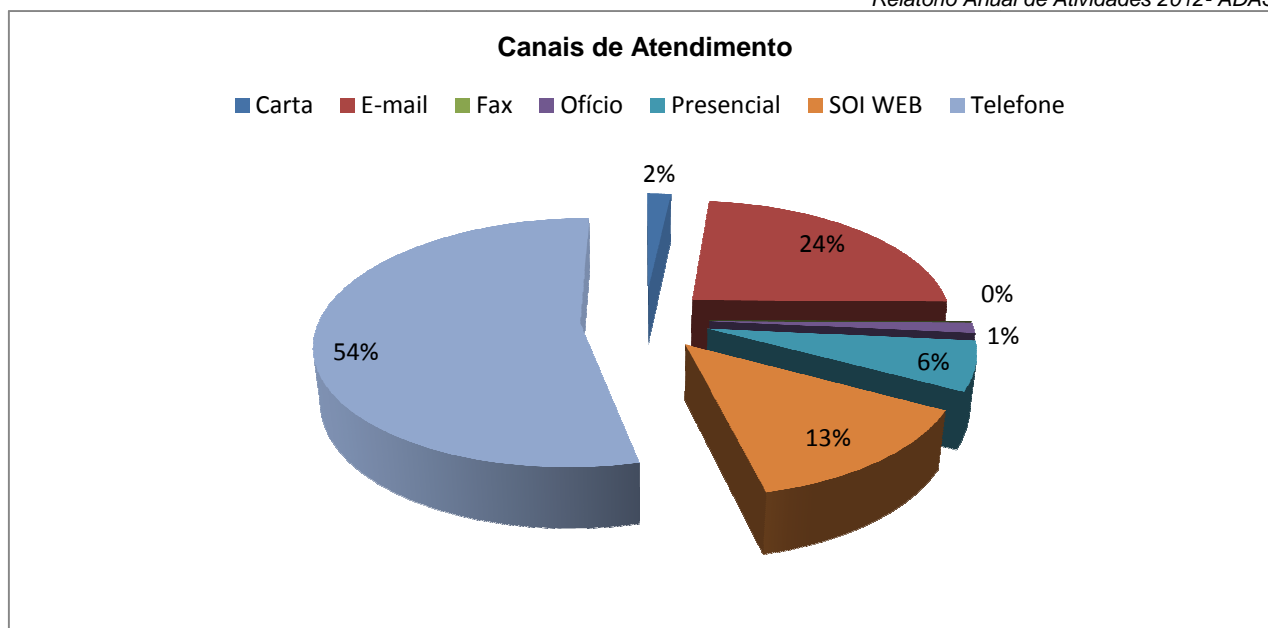
Fonte: SAM

Na tabela e no gráfico a seguir são demonstrados que em 2012 a maior parte das interações de usuários se deu por meio do telefone 3961- 4900, que acolheu 54% das manifestações, conforme dados do gráfico. O segundo canal mais utilizado foi a internet, pelo qual chegaram 24% das mensagens. O SOIWEB (Sistemas de Ouvidoria e Informação do GDF - 156) que é terceiro canal mais utilizado, contemplando 13% dos atendimentos, que em sua maioria são referentes a denúncias.

Canais de atendimento

Nº	Canais de Atendimento	Quantidade	%
1	Carta	05	2%
2	E-mail	70	24%
3	Fax	00	0%
4	Ofício	04	1%
5	Presencial	19	6%
6	SOI WEB (156)	40	13%
7	Telefone	160	54%
8	Secretária eletrônica	0	0%
Total		298	100%

Fonte: SAM



Fonte: SAM

Atendimento relacionado a recursos hídricos: cadastros e entregas de outorgas

Atendimentos	Tipo de Uso: Superficial	Tipo de Uso: Subterrâneo	Presencial	Telefônico	Outorgas Entregues	Total/Mês
Janeiro	26	76	79	23	11	102
Fevereiro	71	175	159	77	41	236
Março	114	204	231	87	75	318
Abril	92	236	90	27	39	328
Maio	94	264	238	123	62	361
Junho	79	188	176	91	39	267
Julho	89	191	193	87	55	280
Agosto	88	204	162	130	27	292
Setembro	106	185	208	83	64	291
Outubro	73	142	130	85	40	215
Novembro	54	105	106	52	19	158
Dezembro	41	68	82	25	13	109
Total Geral	927	2038	1854	890	485	2957

Fonte: SAM

As audiências públicas seguiram o rito de acordo com art. 28 da Lei nº 4.285/2008, convocadas por meio de ato específico, aviso publicado onde foi definida a matéria a ser discutida de cada audiência, os meios de acesso aos estudos técnicos que subsidiaram as propostas em debate, a especificação do público convocado, data, local e hora de sua realização.

Tabela 1: Audiências públicas realizadas na ADASA

Número	Área	Data	Objeto	Divulgação - Publicações do Aviso no DODF e Jornais	Participação	Ata Publicação	Ato
Audiência Pública nº 001/2012	SRE	10/02/2012	Obter subsídios para o reposicionamento tarifário, levando em conta a prestação dos serviços e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão nº 001/2006-ADASA, que regula a exploração do serviço público de água e esgotamento sanitário no DF.	DODF: 1ª Nº 19 de 26/01/2012 2ª Nº 24 de 01/02/2012 3ª Nº 26 de 03/02/2012 Correio Braziliense: 03/02/2011	Contribuições: 01 Participantes: 22	DODF nº 036 de 17/02/2012	Resolução nº 01 de 17/02/2012 Publicada no DODF nº 37 de 22/02/2012
Audiência Pública nº 002/2012	SRT	14/05/2012	Obter subsídios e informações adicionais referentes à alteração da Resolução nº 14, de 27	DODF: 1ª Nº 81 de 24/04/2012 2ª Nº 87 de 04/05/2012 3ª Nº 88 de 07/05/2012	Contribuições: 04	DODF nº 097 de 18/05/2012	Resolução nº Publicada no

			de outubro de 2011, que estabelece as condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.	Correio Braziliense: 10/05/2012 Jornal de Brasília: 10/05/2012	Participantes: 20	DODF nº
--	--	--	--	---	----------------------	---------

II. Mediação de Conflitos

O Núcleo de Mediação (NM) da ADASA lida com dois tipos de conflitos diferentes, como segue:

- Conflitos sobre Recursos Hídricos (conflitos ambientais):

Tais disputas são complexas, pois versam sobre um bem ambiental em constante mudança, envolvem vários setores, outros órgãos e entidades públicas, além de vários indivíduos que estão envolvidos no problema, seja pelo vínculo comunitário, seja por compartilhar do mesmo bem. A mediação ambiental ainda é um instrumento muito recente, a Adasa pode ser a primeira agência a oferecer este serviço e com isso, inovar dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Para tal atividade algumas ações já foram tomadas, como a realização de um curso básico de negociação e mediação para servidores da ADASA que tem atribuição direta com gestão de recursos hídricos. Também estão sendo propostos cursos e palestras para os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs sobre mediação de conflitos dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos, como parte dos projetos de acompanhamento dos comitês.

- Conflitos entre usuários e prestadores de serviços públicos regulados pela Adasa:

As disputas entre usuários e prestadores de serviços públicos diferem muito das disputas entre usuários de recursos hídricos, pois as primeiras são caracterizadas como disputas individuais, que se assemelham às disputas de consumidores e de fornecedores de serviços, enquanto as segundas se caracterizam por disputas comunitárias.

Analisando o cenário regulatório obtiveram-se algumas informações, como: a mediação de conflitos de disputas individuais já existe em algumas agências reguladoras, como ANEEL, ARCE e ARPE. A primeira só realiza mediação entre os grandes consumidores e os fornecedores de energia. As demais fazem mediação, que seria mais próxima da que a Adasa precisa realizar, ou seja, entre os pequenos e médios consumidores e a prestadora de serviço. Conclui-se ser muito interessante para a ADASA, realizar benchmark e estabelecer um trabalho de alinhamento com estas agências para alcançar um padrão de excelência na qualidade deste serviço prestado à população.

Outro ponto importante da análise do cenário é a necessidade de conhecer mais as demandas judiciais e administrativas contra as prestadoras de serviços para identificar todas as potencialidades do uso da mediação para este tipo de conflito e dimensionar a estrutura necessária para o setor. Dessa forma, será possível internalizar os conflitos do setor, diminuir as ações judiciais, tornando a regulação da Adasa mais efetiva e legítima. A possibilidade de uso da mediação deve ser divulgada e priorizada, pois agiliza os entendimentos para acordos e difunde a cultura de paz tão necessária ao convívio em sociedade nos dias atuais.

Ressalta-se que a Defensoria Pública do Distrito Federal, especificamente o NUDECON – Núcleo de Defesa do Consumidor tem sido responsável por muitas demandas judiciais e administrativas de pessoas de baixa renda contra a prestadora de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Destas, quatro já foram enviadas para a Adasa, as quais já foram analisadas.

Publicidade e Propaganda

Com o objetivo de levar à sociedade informações sobre os serviços regulados e fiscalizados pela ADASA e campanhas educativas, utilizando os mecanismos de comunicação: notícias, informes e campanhas de publicidade (Institucional e Utilidade Pública), a Agência executou em 2012 seu Plano Anual de Publicidade, cujas destinações do orçamento foram como segue:

- produção – criação e elaboração de peças publicitárias (filmes, documentários, material para a internet, spots para rádio, painel, anúncios, banner, faixas, cartazes, folhetos, folders, etc.) para serem utilizados nas campanhas institucionais e de utilidade pública. Despesa estimada: 40%;
- veiculação – televisão, rádio, jornais para as campanhas institucionais e de utilidade pública, além da publicidade legal. Despesa estimada: 40%;
- serviços de Terceiros – brindes, distribuição de peças, ilustrações, expedição de mala direta, desenvolvimento de pesquisa de mercado (produtos, serviços e de opinião), projetos especiais, apoio a eventos, decoração de fachadas, sinalização interna, montagem de estandes, cenários, palcos, arquibancadas, traduções para outros idiomas, e demais serviços. Despesa estimada: 20%.

A ADASA publica anualmente o Plano Anual de Publicidade, que prevê, além das inserções de caráter legal (audiências públicas, editais, etc.), a realização de campanhas de utilidade pública e institucional. Essas ações visam informar a sociedade sobre temas pertinentes às competências da ADASA, bem como prestar conta dos atos da Agência.

De janeiro a dezembro parte dos recursos de publicidade foram aplicados em publicação de editais, apoio às audiências públicas, eventos significativos como o da semana da água, elaboração de documentários educativos – sobre lagoas e cachoeiras, folders, folhetos, catálogos e cartilhas sobre o uso racional da água.

Os temas de campanhas publicitárias tiveram a seguinte abordagem:

- a) campanha Institucional – reforçar a imagem da ADASA no seu papel de agente regulador e fiscalizador dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário e de drenagem e saneamento básico;
- b) campanhas de Utilidade Pública (Educativas) – Uso Racional da Água (superficial e subterrânea), Recadastramento de Usuários dos Recursos Hídricos, Comitês de Bacias, Educação Sanitária de Saneamento Básico, Dia Mundial da Água, entre outras.

I. Semana Mundial da Água 2012

Na semana em que se comemora o Dia Mundial da Água a ADASA realiza uma série de programações para promover no Distrito Federal o tema escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para lembrar a criação da importante data. Através de ações esportivas e sócio-educativas a Agência traz à tona a discussão sobre diversos temas relacionados à água, reafirmando seu papel como incentivadora da sustentabilidade dos recursos naturais.

A Corrida e Caminhada das Águas, realizada em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), é uma competição gratuita que faz parte do Calendário de Corridas de Rua do Distrito Federal. Em quatro edições, a prova se consolidou como uma corrida inclusiva e familiar, o que a cada ano atrai mais público ao evento. Em 2012, a Corrida e Caminhada das Águas contou com a participação de 2,5 mil pessoas.

Certa de que a prática esportiva atua como ferramenta em prol da conscientização ambiental, em 2012 a ADASA uniu forças com a Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal com intuito de envolver crianças e adolescentes dos Centros Olímpicos do DF nas comemorações do Dia Mundial da Água. Os Jogos das Águas, que contou com a participação de 280 alunos dos Centros Olímpicos do DF, foi uma grande celebração que uniu esporte e conscientização no Parque da Cidade.

Em 2012, durante a solenidade de abertura das comemorações do Dia Mundial da Água, a ADASA homenageou, pelo terceiro ano consecutivo, os três produtores rurais identificados pelos serviços hábitos de consumo sustentável com o prêmio Guardião da Água.

Outra iniciativa da Agência no auxílio a formação de cidadãos dispostos a criar novos hábitos foi o concurso Mascote da ADASA. O concurso, em parceria com a Secretaria de Educação, procurou incentivar a criatividade dos alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental que através do desenho tiveram a oportunidade de aprender e incorporar prática e hábitos para o uso racional da água. 2,4 mil estudantes das regionais de ensino do Paranoá, Plano Piloto, Cruzeiro e São Sebastião participaram do concurso que premiou com tablet, celular e máquina fotográfica os vencedores.

No último ano, a segunda edição da Regata das Águas, competição que acontece no late Clube de Brasília, contou com a participação de 40 embarcações da classe oceânica que navegaram nas águas do Lago Paranoá em prol do uso racional da água.

Este ano a ADASA participou como parceira do evento **Clean Up The World**, em Brasília foi comemorado de uma maneira diferente. O evento que representou a maior campanha de limpeza de rios, praias e lagos do planeta, trouxe à tona não só a necessidade de se preservar o mais importante lago da região central do Brasil, o Lago Paranoá, como temas que vêm ganhando cada vez mais destaque em eventos promovidos pelo Governo do Distrito Federal, tais como sustentabilidade e inclusão social.

A segunda edição da Semana Lago Limpo, organizada pela ADASA, orientado para a limpeza do lago, contou com o engajamento em práticas sustentáveis com mais de mil pessoas, entre as programações planejadas, onze oficinas de reciclagem ensinaram o reaproveitamento de diversos tipos de material descartáveis, uma exposição e um desfile de moda sustentável demonstraram como o lixo pode se transformar em arte, e a apresentação cultural de alunos da rede pública de ensino.

Além das programações educativas e culturais, mais de 300 atletas vestiram a camisa do evento que levou o esporte para dentro do lago premiando os três primeiros colocados e houve distribuição de medalhas para os demais participantes.

Nos dois dias voltados para limpeza das margens do lago, 5,2 toneladas de lixo foram recolhidas por reeducandos da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP).

Ao final da coleta do lixo foi exposta ao lado da Ponte JK na QL 26, uma gaiola com lixo recolhido das margens do lago com aproximadamente uma tonelada, içado em um guindaste para sensibilização dos usuários do Lago Paranoá e a população em geral. Com um banner “O Lago Paranoá não é uma lixeira, preserve o nosso lago limpo”.

Dia Mundial da Água

**PROGRAMA TÊMÁTICO:****6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 - Reintegra Cidadão	70.000	70.000	39.611	33.611	
8394 - Reintegra Cidadão-ADASA DF- Plano Piloto	70.000	70.000	39.611	33.611	12

Fonte: SIGGO

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, este Programa contempla a execução do contrato celebrado por esta Agência com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF, visando a contratação de detentos para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro e operador de máquina de reprografia. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a ressocialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

O contrato nº 05/2008-FUNAP/ADASA prevê a contratação de 06 (seis) detentos, porém, atualmente contamos com 03 (três) detentos, exercendo as atividades de auxiliar de copeiro e auxiliar de serviços gerais. O valor executado em 2012 foi de 39.611,00, representando 56,5% da despesa autorizada.

3. Informações complementares**Acordo de Cooperação Técnica ADASA/UNESCO**

É importante destacar o Acordo de Cooperação Técnica Internacional para Desenvolvimento de Estudos e Organização Institucional da ADASA (denominado PRODOC), com a contratação pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO. Os objetivos desta cooperação técnica são a realização de estudos e o provimento dos meios essenciais para fortalecimento das políticas de recursos hídricos e saneamento básico, com vistas ao suporte do processo de consolidação da matriz institucional do sistema de gestão de recursos hídricos e do saneamento básico do Distrito Federal. Além disso, ela visa à estruturação técnica e estratégica da ADASA, no qual estarão definidas as

suas áreas de atuação e a sistemática de elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos decorrente do mandato da Agência. Está previsto, também, esforço de capacitação e treinamento dos recursos humanos existentes e daqueles a serem incorporados por concurso público durante tal processo, possibilitando ao Distrito Federal alcançar excelência nas áreas de gestão e regulação dos usos dos recursos hídricos, saneamento básico e outros serviços públicos.

Registra-se que durante o ano de 2012, a execução ficou relativamente prejudicada em relação a novos projetos, em função da necessidade de revisão do prazo do PRODOC. Como a maioria das contratações necessárias tem duração superior a 6 meses e o prazo se encerrava em junho, ficou inviável realiza-las. No segundo semestre, após a ampliação do prazo para execução das atividades até dezembro de 2013, fruto de negociações com a Agência Brasileira de Cooperação ABC e com a UNESCO, algumas contratações foram realizadas. A execução financeira durante o ano de 2012 alcançou o total de R\$ 1.056,655,00 (um milhão, cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), totalizando, no ano, aproximadamente 15% do total previsto para o Projeto. Considerando o acumulado até o final de 2012, chega a 34,79% de realização financeira e 60% de execução física.

Conclusão

Em face de todo o exposto, conclui-se que, no cumprimento das metas fixadas para o ano de 2012, a ADASA alcançou o índice de desempenho médio global de 56% de execução física e 60% de execução financeira sendo: Brasília Sustentável, 75% de execução física e 96% financeira; Aperfeiçoamento Institucional do Estado, 36% de execução física e 12% financeira; Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 59% de execução física e 19% financeira; Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Programas de Gestão, 84% de execução física e 65% financeira o que é considerado um índice de desempenho institucional satisfatório de acordo com a metodologia de avaliação adotada.

Perspectivas

Neste contexto, esperamos ampliar para 2013 as ações: i) o alinhamento da ADASA com base estratégica de planejamento do Governo do Distrito Federal. Para tanto, os programas temáticos da Agência incluso no PPA 2012-2015 possuem forte relação com os objetivos traçados em 04 dos 15 macroprocessos de Governo; ii) a celebração de contrato de concessão com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP; iii) a implementação da cobrança da Taxa de Fiscalização do Uso dos recursos Hídricos - TFU, para todos os usuários de recursos hídricos; iv) a celebração de Contrato de Gestão e Desempenho com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU, que estará responsável pela gestão e operação da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal; v) a participação da ADASA no Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA; vi) apresentação de estudo de fixação do novo valor da Taxa de Limpeza Pública – TLP para o exercício de 2014; vii) a ampliação da rede subterrânea e telemétrica de recursos hídricos; viii) a conclusão do processo da 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB; ix) a implementação do Planejamento Estratégico da ADASA visando a prospecção de cenários e tendências para um horizonte até 2020.

Desafios

Os principais desafios encontrados pela ADASA está diretamente ligada aos desafios comuns aos órgãos e entidades de regulação do país, podendo destacar os seguintes:

- Diversidade e heterogeneidade do marco legal;
- Riscos de captura pelos agentes do mercado;
- Insuficiente nível de entendimento da função regulatória no Governo;
- Absorção das atividades de formulação de políticas públicas por omissão das Secretarias de Estado;
- Exercício de poder concedente;
- Estrutura incompleta;
- Inadequação dos quadros de pessoal;
- Falta de cooperação entre órgãos dos Sistemas afetos;
- Insuficiência de instrumentos de controle social e de gestão;
- Restrições quanto aos usos de receitas destinadas a manutenção da Agência por decisões dos órgãos de controle;

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

É compromisso da ADASA contribuir para o avanço da gestão dos recursos hídricos, e regulação dos serviços públicos de saneamento básico e setores de energia elétrica e de derivados de petróleo, incluindo gás veicular e lubrificante, concentrando esforços na estratégia de atuação, o que exige ação proativa de sua força de trabalho na construção de alianças que ampliem seus resultados e insiram o tema uso sustentável de recursos hídricos na agenda de prioridades do DF.

A Agência, ao longo do ano de 2012, deu passos importantes no sentido de aperfeiçoar o seu desempenho na execução das ações sob sua responsabilidade. A análise dos dados e informações apresentados neste Relatório permite visualizar o crescente alinhamento das ações da Organização com os desafios postos pela Legislação afeta.

Nessa linha de atuação, as realizações focadas no desempenho da Agência, por Programa Temático, são tratadas nos respectivos desdobramentos constantes dos itens Realizações. No mesmo item são apresentados os principais resultados, onde são destacadas as principais realizações que apresentaram relevantes avanços visando ao alcance dos resultados esperados, definidos a partir do Plano Plurianual da Agência e apresentando desse modo o crescente avanço da Agência.

15.4. FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA – FJZB – UO: 21.207

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília, instituída nos termos da Lei n.º 1.813, de 30 de dezembro de 1997, alterada sua denominação por força do art. 6º, inciso VI, do decreto nº 27.591, de 1º de janeiro de 2007, sua estrutura administrativa através dos decretos nº 28.618, de 21 de dezembro de 2007 e 29.783, de 04 de dezembro de 2008, teve seu Regimento aprovado pela Resolução nº 10, de 21/03/2001, sendo regida por ele e pelas disposições legais pertinentes.

Aberto ao público desde dezembro de 1957, mesmo antes da inauguração oficial da Capital Federal, o Zoológico recebe visitantes de todas as camadas da sociedade, sendo a primeira instituição ambientalista criada no Distrito Federal. Hoje recebe em média 1.200.000 visitantes por ano.

Possui uma infraestrutura composta por 8.161,56 m² de área construída com prédios administrativos e 62.102,16 m² de área construída com recintos para os animais, apresentando o total de 70.263,72 m² de área construída na FJZB, excluindo o calçamento do Parque.

A quantidade de animais que compõe o plantel de um zoológico é variável em função dos nascimentos, permutas, transferências e óbitos. Assim sendo, a FJZB manteve durante o ano de 2012, 1.150 animais vertebrados (aves, mamíferos e répteis) e 8.450 invertebrados, totalizando aproximadamente 280 espécies, destacando-se várias da fauna representativa do Brasil, algumas das quais ameaçadas de extinção.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	02	20	-	08	30
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	21	-	10	-	31
Requisitados	Órgãos do GDF	09	03	12	24
	Órgãos do Governo Federal	-	-	01	01
Outros	Estagiários	-	12	-	12
	Terceirizados (FUNAP)	-	10	-	10
Total Geral	32	45	23	08	108

Obs.: Posição em 31/12/2012.

1. Realizações

PROGRAMA TÉMATICO:

6210– MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

0008 - Aprimorar os serviços conservacionistas e educativos da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, por meio de sua reestruturação, capacitação dos trabalhadores e melhoria do atendimento ao público visitante.

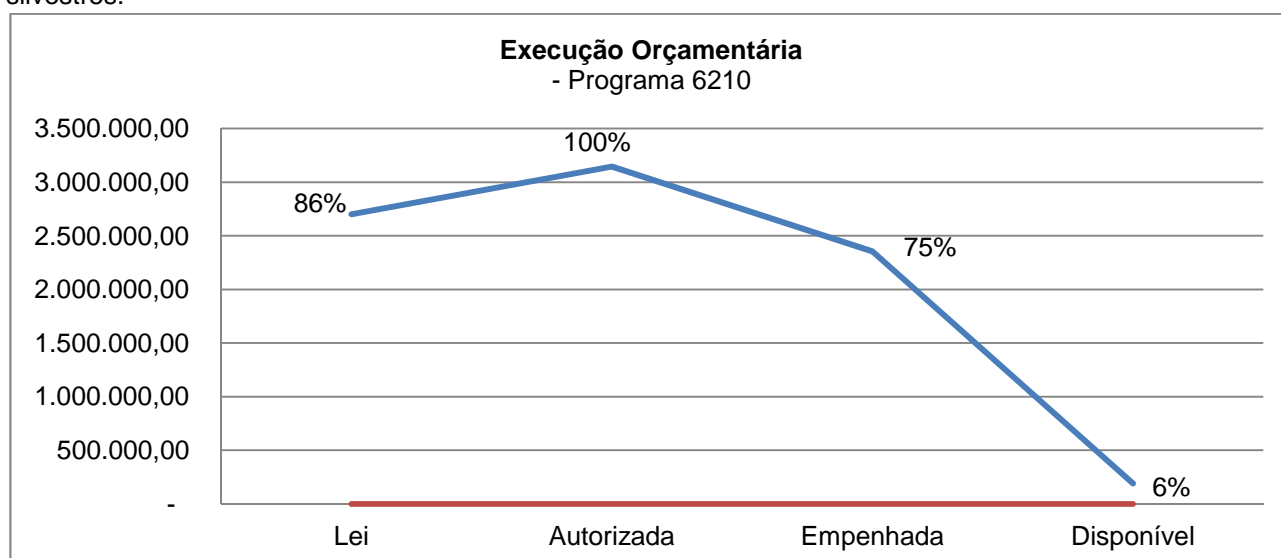
Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
1142 – Aquisição de Veículo	50.000	0	0	0	
1766 -Construção de Recintos Para Animais no Jardim Zoológico	150.000	12.506	12.505	0	
6965 - Construção de Recintos Para Animais No Jardim Zoológico – Candangolândia	150.000	12.506	12.505	0	12
3129 – Reforma de Recintos Para Animais	550.000	600.000	545.449	446.602	
0001 – Reforma de Recintos Para Animais – Fundação Jardim Zoológico De Brasília - Candangolândia.	150.000	50.000	46.602	46.602	14
2583 – Reforma de Recintos para Animais – Fundação Jardim Zoológico de Brasília	400.000	400.000	400.000	400.000	15
2584 – Reforma de Recintos Para Animais – Apoio a Reforma de Recintos de Animais da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	0	150.000	98.847	0	24
4086 -Assistência a Animais	1.700.000	1.683.545	1.546.095	1.442.613	
0002 - Assistência a Animais-Fundação Jardim Zoológico de Brasília- Candangolândia	1.700.000	1.683.545	1.546.095	1.442.613	16
4089 – Capacitação de Pessoas	50.000	0	0	0	
4094 – Promoção da Educação Ambiental e Ações Sustentáveis	200.000	250.001	250.000	250.000	
2250 – Apoio à Expansão do Projeto Zoo Vai à Escola	200.000	250.000	250.000	250.000	17

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Número de Visitas Vinculadas aos	Pessoa	106.425	31/12/10	Mensal	120.000	130.000	135.000	140.000	FJZB
Número de Público Pagante	Pessoa	194.299	31/12/10	Diária	300.000	400.000	900.000	600.000	FJZB
Recintos Construídos	m²	-	31/12/10	Anual	6.000	2.750	13.000	3.600	FJZB

Apesar de não ter atingido a meta de construção de recintos, a FJZB teve um saldo positivo em 2012 em consequência dos investimentos na qualidade do atendimento veterinário e da nutrição dos animais por meio de pesquisas, capacitações e alterações de manejo, além de uma FJZB melhor equipada e preparada para aderir aos Programas de Reprodução para Conservação das espécies de animais silvestres.



O Subtítulo 6965, vinculado à Ação 1766, teve sua dotação descentralizada para Unidade Orçamentária da Secretaria de Obras do Distrito Federal para complemento das obras de construção e reforma dos seguintes recintos no Zoológico de Brasília:

- construção do depósito de capim;

- cercamento do recinto Lobo Americano e Lobo-Guará, Cachorro do Mato, Raposas, Quatis, Antas e pequenos Felinos;
- construção de abrigos nos recintos da Girafa e do Gnu;
- rede coletora de águas pluviais; e
- vias de acesso de serviço na Galeria África.

O Subtítulo 2584, vinculado à Ação 3129, teve sua dotação descentralizada para Unidade Orçamentária da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP a fim de elaborar o projeto executivo para construção do Aquário da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, conforme Convênio 766071/2011, DODF 247, de 07/12/2012.

O Subtítulo 0001, vinculado à Ação 3129, teve sua dotação utilizada para atender o aditivo do contrato nº 07/2011 de empresa especializada em obras e serviços de engenharia, para reforma de infraestruturas prediais.

O Subtítulo 2583, vinculado à Ação 3129, teve sua dotação utilizada para atender o aditivo do contrato nº 07/2011 de empresa especializada em obras e serviços de engenharia, para reforma de infraestruturas prediais.

O Subtítulo 0002, vinculado à Ação 4086, contempla a assistência médica veterinária preventiva e curativa, incluindo exames laboratoriais realizados nos animais, medicamentos e insumos hospitalares, proporcionando qualidade de vida aos animais do plantel da FJZB. Inclui, também, o fornecimento de alimentação e nutrição adequada a cada espécie de acordo com suas necessidades.

O Subtítulo 2250, vinculado à Ação 4094, teve sua dotação descentralizada para a Administração Regional do Guará, conforme Portaria-Conjunta nº 06, de 15/08/2012, a fim de implantar o Projeto Piloto para execução de ações de educação ambiental nos Estabelecimentos de Ensino da Regional do Guará em parceria com a FJZB.

2. Outras Realizações

PROGRAMA TÉMATICO:

6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3191 – Melhoria das Estruturas Físicas	1.100.000	0	0	0	
3678 – Realização de Eventos	100.000	0	0	0	
3903 -Reforma de Prédios e Próprios	50.000	0	0	0	
8502 -Administração de Pessoal	3.950.854	5.572.346	5.507.107	5.507.107	
8750 - Administração de Pessoal-Fundação Jardim Zoológico de Brasília- Candangolândia	3.950.854	5.572.346	5.507.107	5.507.107	1
8504 -Concessão de Benefícios a Servidores	305.000	269.601	268.903	268.903	
9573 - Concessão de Benefícios a Servidores-Fundação Jardim Zoológico de Brasília- Candangolândia	305.000	269.601	268.903	268.903	2,3 e 4
8505 -Publicidade e Propaganda	20.000	2.188	0	0	
8517 -Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	6.821.401	8.972.058	8.808.636	8.410.447	
9662 - Manutenção De Serviços Administrativos Gerais-Fundação Jardim Zoológico De Brasília- Candangolândia	6.821.401	8.972.058	8.808.636	8.410.447	5

Pagamento de despesas com Pessoal Ativo da FJZB: Vencimentos e Vantagens Fixas, Obrigações Patronais, Despesas Variáveis (adicional noturno e substituições) e indenizações e restituições trabalhistas. Pagamento das folhas de competência janeiro a dezembro/2012; bem como o pagamento de benefícios aos servidores: auxílio-creche, auxílio-alimentação e auxílio-transporte. Totalizando 86 (oitenta e seis) servidores no exercício de 2012.

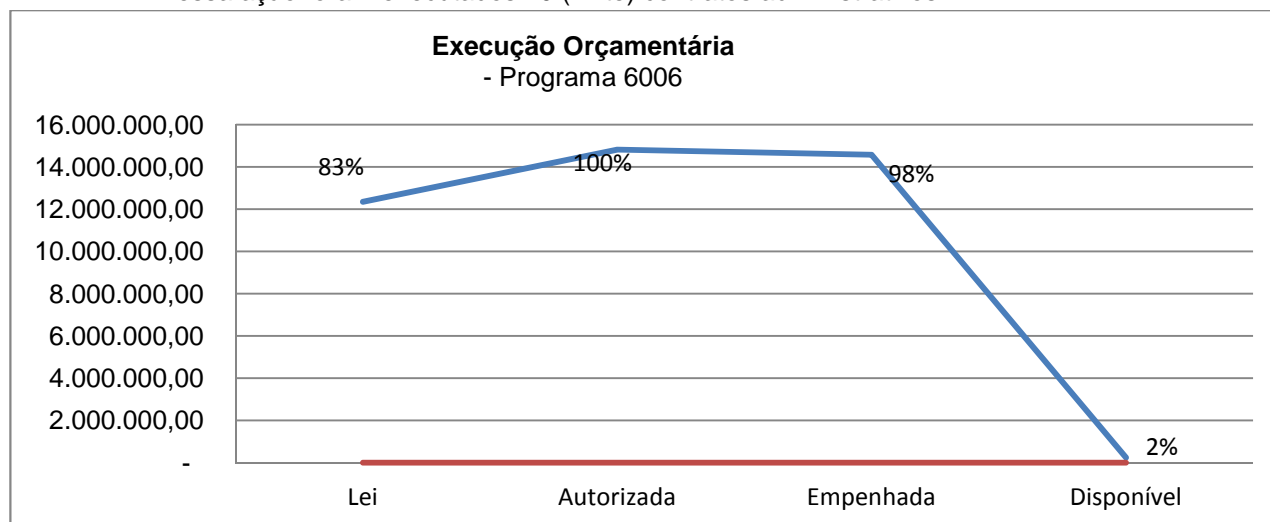
Pagamento de despesas de duração continuada:

1) Serviços Públicos (CEB, CAESB e Telefonia);

2) Contratos Administrativos: prestação de serviços terceirizados (vigilância armada e desarmada, apoio operacional nas áreas de trato de animais, manutenção, pesquisa, bilhetagem, orientação de visitantes, conservação e limpeza), contratos de locação (veículos, microcomputadores, copiadoras), documentação e comunicação (ECT – Empresa de Correios e Telégrafos-, custeio de publicações do Diário Oficial do Distrito Federal), fornecimento de combustíveis, confecção de chaves, aquisição de material de consumo diverso (expediente, informática, material para manutenção de bens imóveis, etc.), além de pagamento de diárias e passagens e aquisição de equipamentos, e material permanente (ensiladeira com reboque, roçadeira, no-breaks, extintores de incêndio).

3) Prestação de serviços de infraestrutura de rede, criação lógica (instalação de eletroduto e eletrocalha), criação do DataCenter; implantado aproximadamente 18.600 m (dezoito mil e seiscentos metros) cabos de UTP; instalação de circuito fechado de TV (CFTV); instalado sistema de bilhetagem e de ponto funcional.

Nessa ação foram executados 20 (vinte) contratos administrativos.



PROGRAMA TÉMÁTICO:

6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3047 – Implantação de Espaços Esportivos	500.000	0	0	0	

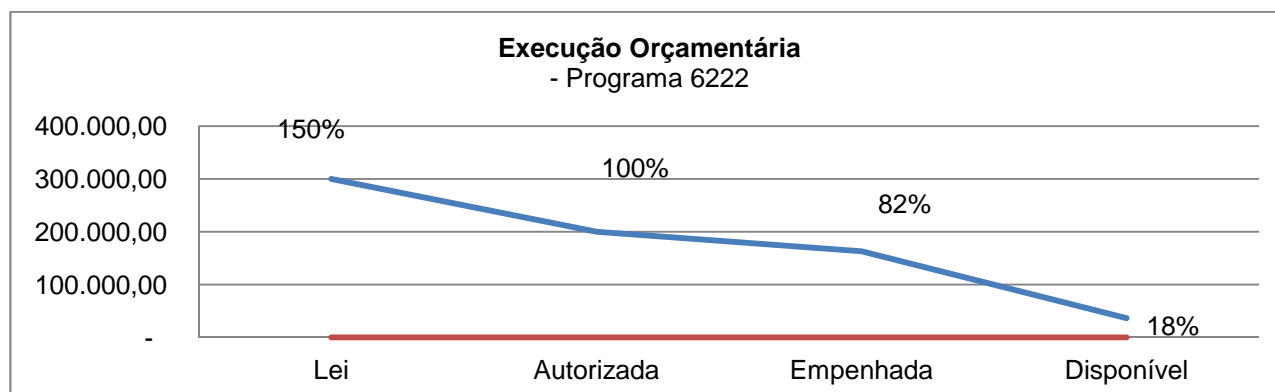
PROGRAMA TÉMÁTICO:

6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426 -Reintegra Cidadão	300.000	199.999	163.462	143.462	
8399 - Reintegración-Fundação Jardim Zoológico de Brasília- Candangolândia	300.000	199.999	163.462	143.462	8

Objetiva a assistência e ressocialização de sentenciados à disposição da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, conforme Contrato nº 03/2008 celebrado com a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF; sendo atendidos 10 (dez) sentenciados no mês de dezembro.



3. Informações complementares

Em 2012 foram executadas 281 ações de treinamento de qualificação, envolvendo cursos para servidores efetivos, comissionados, trabalhadores terceirizados e permissionários da FJZB.

Contribuiu-se, ainda, na capacitação e qualificação de servidores do Distrito Federal, tais como: Batalhão da Polícia Militar Ambiental, Corpo de Bombeiros Militar e Secretaria de Saúde, totalizando 530 trabalhadores qualificados na FJZB.

A Superintendência de Educação e Lazer (SUEL) desta Fundação Jardim Zoológico de Brasília é responsável pelos projetos na área de educação ambiental, lazer, programação das atividades culturais nos feriados e datas festivas e por toda a visitação monitorada que atende escolas e grupos sociais da cidade e das mais variadas regiões do entorno do Distrito Federal.

No ano de 2012 houve um aumento de 50% nas atividades desenvolvidas em relação a 2011. Por meio da SUEL, atendeu-se 210.849 pessoas, distribuídas em diversos programas de educação ambiental, tais como: Zoo Noturno; Zoo Toque para deficientes visuais; Zoo vai à Escola, que leva educação ambiental por meio de palestras e leva o museu itinerante para as escolas do DF; dentre outros. A FJZB possui como objetivo o aumento de 20% de atendimento a cada ano nos programas de educação ambiental.

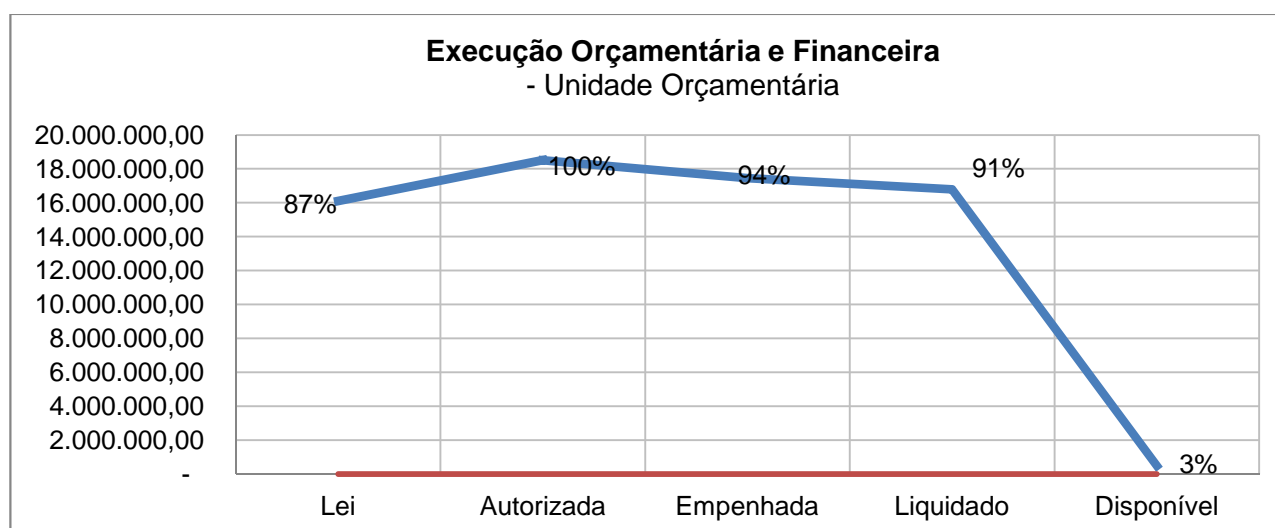
A Superintendência de Conservação e Pesquisa (SUCOP) da Fundação Jardim Zoológico de Brasília é responsável pelas atividades de pesquisa e conservação das espécies silvestres, bem como pela saúde e bem estar dos animais do plantel. Dentro das atividades conservacionistas da FJZB foram firmadas duas importantes parcerias com instituições de pesquisa: com a Fundação Universidade de Brasília/FUB que estabeleceu o primeiro programa de residência médica-veterinária em animais silvestres do país e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/EMBRAPA para desenvolvimento do primeiro banco de germoplasma e Biotecnologia da América Latina, além de termos ingressado com outras parcerias em programas de conservação e Pesquisa.

Atualmente 22 (vinte e dois) projetos de pesquisa estão sendo conduzidos por pesquisadores das instituições de ensino do Distrito Federal e por técnicos da FJZB, sob a coordenação da SUCOP.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Apesar dos cortes e bloqueios sofridos no orçamento de 2012 desta Fundação, concluímos que a FJZB está executando a contento a missão de encantar as pessoas por meio da ciência e da integração com a natureza, visando mostrar a importância da fauna e sua interação com o ambiente.

Esta gestão investiu na capacitação de seus servidores acreditando ser uma excelente alternativa à falta de servidores do quadro. Espera-se sanar esse problema com a realização de concurso público, prevista para o primeiro semestre de 2013.



15.5. INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL – UO: 21.208

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental, doravante denominado IBRAM, criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007 (DODF 30/05/2007), reestruturado pelo Decreto 33.316 de 08 de novembro de 2011, é uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e tem por finalidades, conforme disposto em seu Artigo 2º:

I – executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal;

II – controlar e fiscalizar, com poder de polícia administrativa, o manejo e o uso dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal e toda e qualquer processo, produto, atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos.

Para alcançar suas finalidades, suas principais competências, descritas no Artigo 3º de sua Lei de criação, bem como no Artigo 3º de seu Regimento Interno, são:

I - propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;

II - definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais e dos recursos hídricos;

III - propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

IV - propor a definição e executar o controle dos zoneamentos ambientais e do zoneamento ecológico econômico;

V - proceder à avaliação de impactos ambientais;

VI - promover o licenciamento, a autorização, a fiscalização e o monitoramento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;

VII - propor a criação e promover a gestão e a administração de todas as unidades de conservação e todos os parques sob domínio do Distrito Federal, bem como de outras áreas protegidas;

VIII - implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de informações sobre os recursos hídricos;

IX - fiscalizar e aplicar penalidades administrativas pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;

X - planejar e desenvolver programas de educação ambiental;

XI - promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético e de representatividade ecológica do Distrito Federal;

XII - disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

XIII - regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e a disposição final de produtos perigosos, no que tange à proteção ambiental, em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;

XIV - desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV - promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas, ao extrativismo e às populações tradicionais;

XVI - aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;

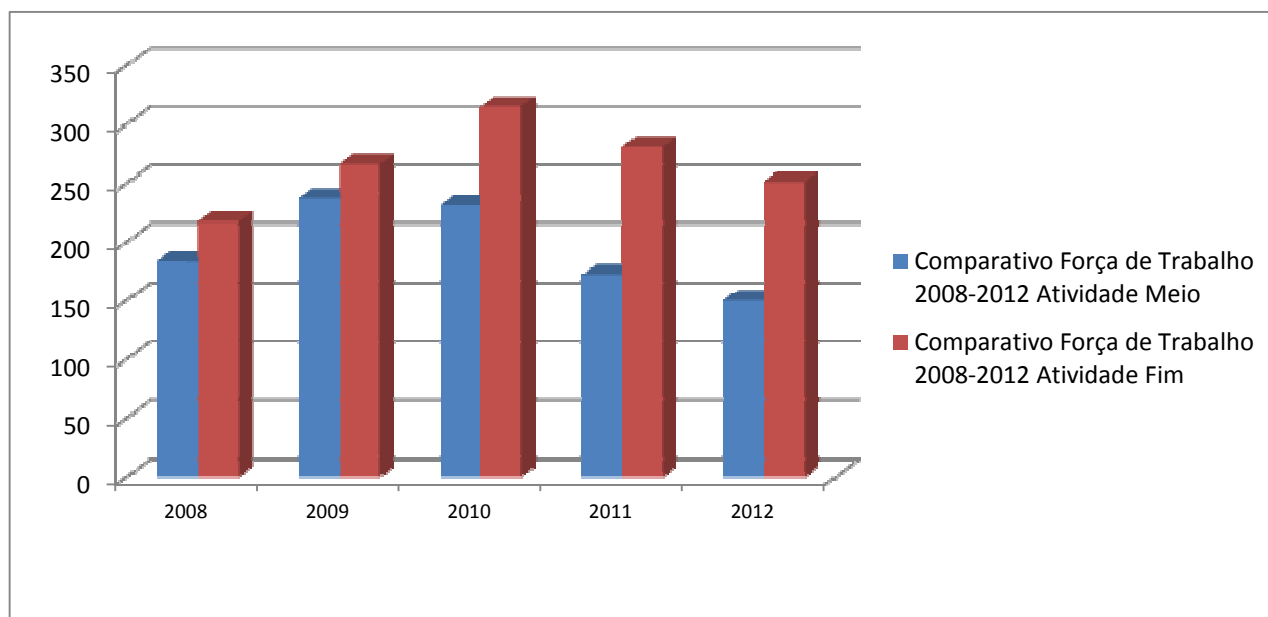
XVII - prevenir, monitorar e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;

XVIII - julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração e notificações oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;

XIX - fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambientais e de recursos hídricos, taxas e preços públicos de ocupação de espaço público, e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		14	78	24	114	230
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		29	-	18	-	47
Requisitados	Órgãos do GDF	05	41	17	95	158
Outros	Estagiários	-	09	-	05	14
	Terceirizados (FUNAP)	-	10	-	-	10
Subtotal (Força de Trabalho)		48	138	59	214	459
(+) Cedidos para outros órgãos		-	-	-	5	5
Total Geral		48	138	59	219	464



As competências finalísticas do Instituto permanecem bastante motivadas, com a manutenção do quantitativo de servidores lotados nas áreas “fim” em relação às áreas “meio”, observado no gráfico acima, durante o período de 2008 a 2012.

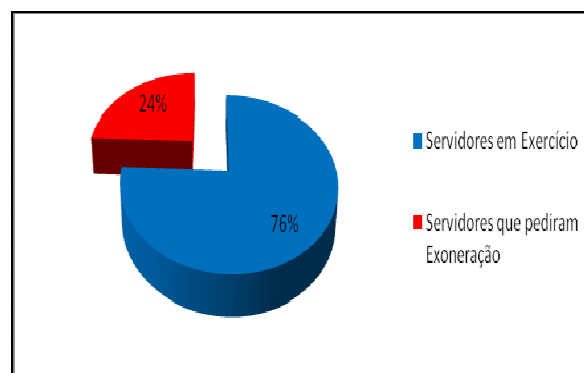
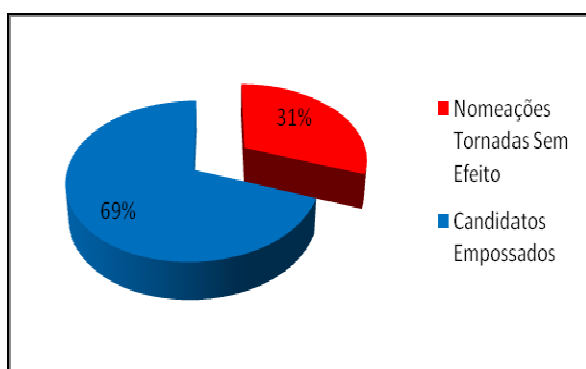
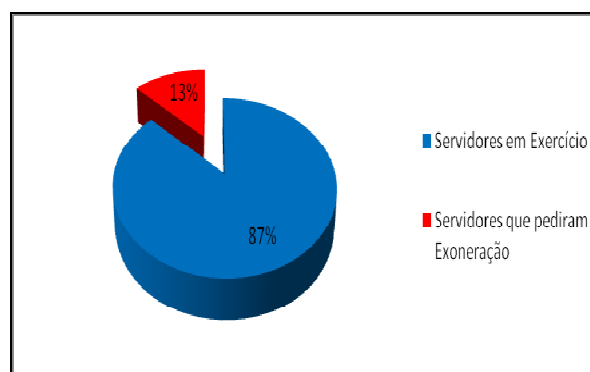
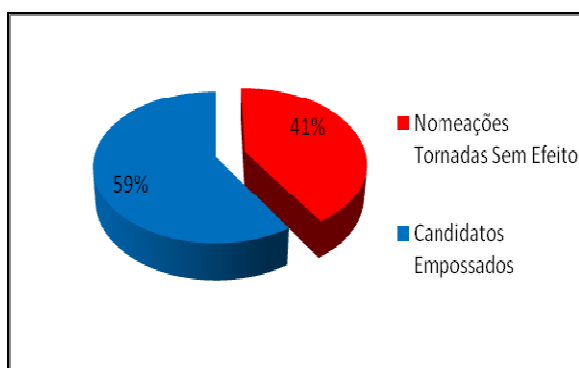
Percebe-se que, desde a sua criação até 2010, a Autarquia vinha incrementando sua força de trabalho, chegando ao final daquele exercício com 523 servidores em exercício. A partir de 2011, verifica-se uma redução na força de trabalho, devido à proporcionalidade de servidores sem vínculo na nomeação de cargos comissionados, devolução e aposentadorias de servidores que se encontravam cedidos ao IBRAM. Com as nomeações de servidores efetivos realizadas em 2012, foi possível melhorar a proporção de servidores efetivos em relação aos servidores sem vínculo, e também foi dada continuidade a devolução de servidores requisitados as suas origens, conforme determinado na Lei 3.984/2007, que cria o IBRAM.

No entanto, ao longo de 2012, observou-se uma redução do quadro causada pelos pedidos de exoneração dos recém-empossados e pelas repetidas nomeações tornadas sem efeito por desinteresse dos aprovados na posse, ambos os casos motivados pelo ingresso em outros concursos públicos mais vantajosos.

Os gráficos abaixo demonstram a alta rotatividade dos concursados, situação que interfere na estabilidade e no desenvolvimento das atividades precípuas do órgão.

Relatório Gráfico - Preenchimento das Vagas - Concurso IBRAM

Referencia 07/2012

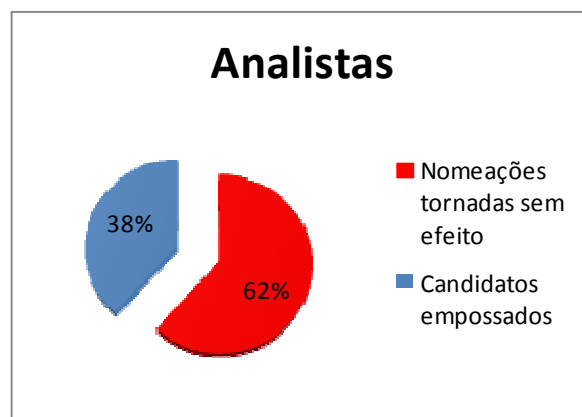
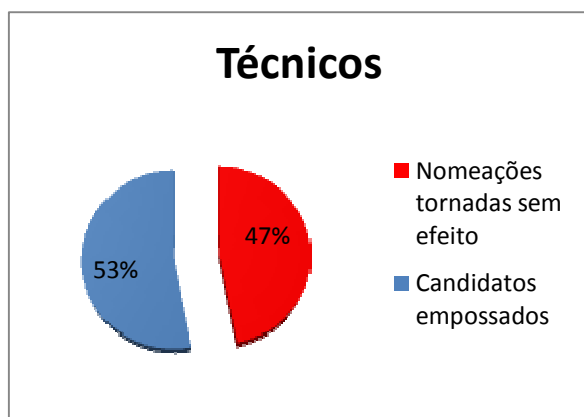
Analista de Atividades do Meio Ambiente***Técnico de Atividades do Meio Ambiente ***

*Para demonstrar a real situação da rotatividade de servidores ocorridas no órgão, não foram computados nos relatórios acima o quantitativo de servidores empossados a partir de agosto de 2012. Pois não é possível aferir a satisfação do servidor e suas expectativas neste curto período.

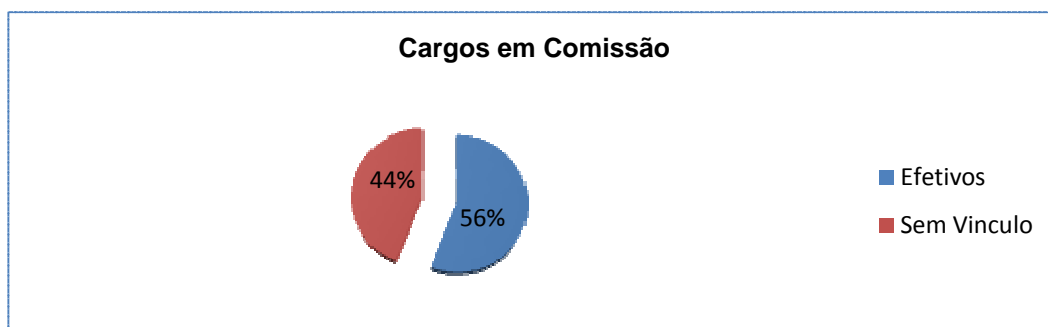
Comparativo de Nomeações, Posses e Cargos Vagos

Em referencia às últimas nomeações para Analistas e Técnicos de Atividades do Meio Ambiente, publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal Nº 229, 12 de novembro de 2012, segue abaixo os gráficos com a adesão dos concursando.

Observa-se que a adesão dos candidatos continua abaixo das expectativas e necessidades do órgão.

Comparativo de Distribuição de Cargos

Comissionados



Atualmente dos 143 cargos comissionados da Autarquia, apenas 107 estão preenchidos no mês de dezembro e falta nomeação de servidores para os cargos vagos, principalmente os cargos de chefia implicando em prejuízo ao bom andamento da máquina administrativa.

No entanto vale salientar que o Instituto vem cumprindo sua meta no ano de 2012 no que se refere à exigência da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 8 de junho de 1993 (artigo 19, inciso V), de que pelo menos 50% dos cargos em comissão sejam ocupados por servidores efetivos. Observando-se a tabela percebe-se que o esforço teve ótimo resultado e atualmente 56% dos cargos em comissão são ocupados por servidores efetivos.

Os Programas Governamentais em que o Ibram participa

Os Programas Governamentais são instrumentos de organização da atuação governamental que articulam um conjunto de ações as quais concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos em cada Plano Anual, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade do Distrito Federal. Assim, o programa é o módulo comum integrador entre plano e orçamento.

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL:

Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

-Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3070 -Implantação de Unidades de Conservação	100.000	455.224	249	249	
0003 - Implantação de Unidades de Conservação--Distrito Federal	100.000	455.224	249	249	31 e 32
3092 -Implantação de Agendas Ambientais	54.243	54.243	32.372	24.832	
0001 - Implantação de Agendas Ambientais--Distrito Federal	54.243	54.243	32.372	24.832	15, 16 e 17
4094 -Promoção da Educação Ambiental e Ações Sustentáveis	195.880	244.500	120.326	115.298	
0001 - Promoção da Educação Ambiental e Ações Sustentáveis--Distrito Federal	115.880	244.500	120.326	115.298	18, 19, 20 e 63
4095 -Realização das Atividades de Fiscalização Ambiental	313.584	293.584	252.608	250.900	
0001 - Realização das Atividades de Fiscalização	313.584	293.584	252.608	250.900	46, 47, 50 e

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
Ambiental--Distrito Federal					54
4096 -Realização das Atividades de Licenciamento Ambiental	323.329	1.429.944	176.615	176.615	
0001 - Realização das Atividades de Licenciamento Ambiental--Distrito Federal	323.329	1.429.944	176.615	176.615	52, 53 e 55
4097 -Informações para Gestão Ambiental e Práticas Sustentáveis	706.870	1.060.055	286.625	201.598	
0001 - Informações para Gestão Ambiental e Práticas Sustentáveis--Distrito Federal	706.870	1.060.055	286.625	201.598	22, 24, 25, 27 e 28
4098 -Preservação de Áreas Protegidas e Recursos Florestais	823.653	1.023.653	650.498	586.771	
0001 - Preservação de Áreas Protegidas e Recursos Florestais--Distrito Federal	823.653	1.023.653	650.498	586.771	33 e 34
4099 -Atendimento de Emergências Ambientais	383.956	916.684	614.041	561.874	
0001 - Atendimento de Emergências Ambientais--Distrito Federal	383.956	916.684	614.041	561.874	38 e 39
4100 -Modernização da Gestão Ambiental	304.877	658.729	279.806	121.451	
0001 - Modernização da Gestão Ambiental-Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos-Distrito Federal	304.877	658.729	279.806	121.451	41 e 42
5183 -Revitalização de Parques	450.000	0	0	0	

Na ação 3070 – Implantação de unidades de conservação, houve incremento com a apuração do superávit financeiro da fonte de Compensação Mineral – 357, que possibilitou rever o planejamento para a aquisição de banheiros ecológicos com estações de tratamento sustentáveis para a implantação de parques geridos pelo IBRAM. No entanto, o acréscimo só ficou disponível no último quadrimestre do exercício e, devido à complexidade da contratação, o procedimento preparatório para a licitação não foi finalizado em 2012.

Na ação de Implantação de Agendas Ambientais, a execução foi de 60%, tendo sido impactada pela não finalização de alguns processos licitatórios, que permaneceram na Subsecretaria de Licitações – SULIC/SEPLAN.

Na Promoção da educação ambiental e ações sustentáveis, houve incremento no orçamento em mais de 100% com a apuração do superávit financeiro da fonte própria – 420, que possibilitou rever o planejamento com a expansão dos projetos de educação ambiental. No entanto, não houve tempo hábil para realizar os novos projetos, por isso, a execução atingiu a margem de 49%, tendo sido impactada pela não finalização de alguns processos licitatórios, que permaneceram na Subsecretaria de Licitações – SULIC/SEPLAN.

Quanto à ação de informações para gestão ambiental e práticas sustentáveis, houve incremento no orçamento deste PT de cerca de R\$ 350.000,00 com a apuração do superávit financeiro da fonte própria – 420, que possibilitou rever o planejamento com a expansão dos projetos. Entretanto, a execução foi impactada em grande parte pela não finalização dos processos nº 391.000.241/2012 e 391.000.261/2012, que tratam de aquisição de Equipamento de Medição de Poluição Sonora e Estação de Monitoramento da Qualidade do Ar, respectivamente, os quais permaneceram na Subsecretaria de Licitações – SULIC/SEPLAN; e em uma parcela menor, pela não formalização de convênios oriundos da Fonte 232. Desta forma, a execução atingiu a margem de apenas 27%.

Na ação de preservação de áreas protegidas e recursos florestais, houve incremento no orçamento com a apuração do superávit financeiro da fonte de Compensação Mineral – 357, que possibilitou rever o planejamento com a expansão dos projetos. A execução foi de 64%, tendo sido impactada pela não finalização de alguns processos licitatórios, que permaneceram na Subsecretaria de Licitações – SULIC/SEPLAN e em uma parcela maior pela não realização de convênios oriundos da Fonte 232. Caso fosse excluída a fonte 232 na análise da execução, observa-se um percentual bastante satisfatório de 80%. [Empenhado / (Autorizado – R\$ 210.000,00)].

Quanto a atividade de atendimento de emergências ambientais, houve incremento no orçamento deste PT de cerca de R\$ 500.000,00 com a apuração do superávit financeiro da fonte própria – 420, que possibilitou rever o planejamento com a expansão dos projetos. A execução foi de 67%, tendo sido impactada pela não finalização de alguns processos licitatórios, que permaneceram na Subsecretaria de Licitações – SULIC/SEPLAN e pelo processo nº 391.001.461/2011, que trata de contratação de empresa para realização de eventos de que não foi iniciada no exercício de 2012 devido aos ajustes solicitados pela SULIC no respectivo projeto básico.

Houve incremento no orçamento para a execução da modernização da gestão ambiental de cerca de R\$ 300.000,00 com a apuração do superávit financeiro da fonte de Compensação Mineral – 357, que possibilitou rever o planejamento com a expansão dos projetos. A execução foi de 42%, tendo sido

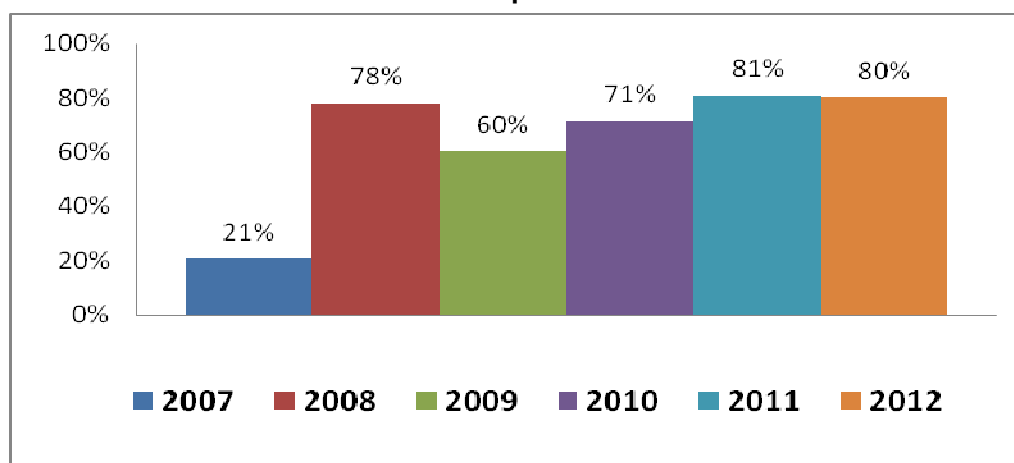
impactada pela não finalização de alguns processos licitatórios, que permaneceram na Subsecretaria de Licitações – SULIC/SEPLAN e pelo processo nº 391.001.461/2011, que trata de contratação de empresa para realização de eventos de que não foi iniciada no exercício de 2012 devido aos ajustes solicitados pela SULIC no respectivo projeto básico.

A execução da Realização das Atividades de Fiscalização Ambiental foi de 86%, tendo sido impactada pela não finalização do processo nº 391.000.241/2012, que trata de aquisição de Equipamento de Medição de Poluição Sonora, o qual permanece na SULIC.

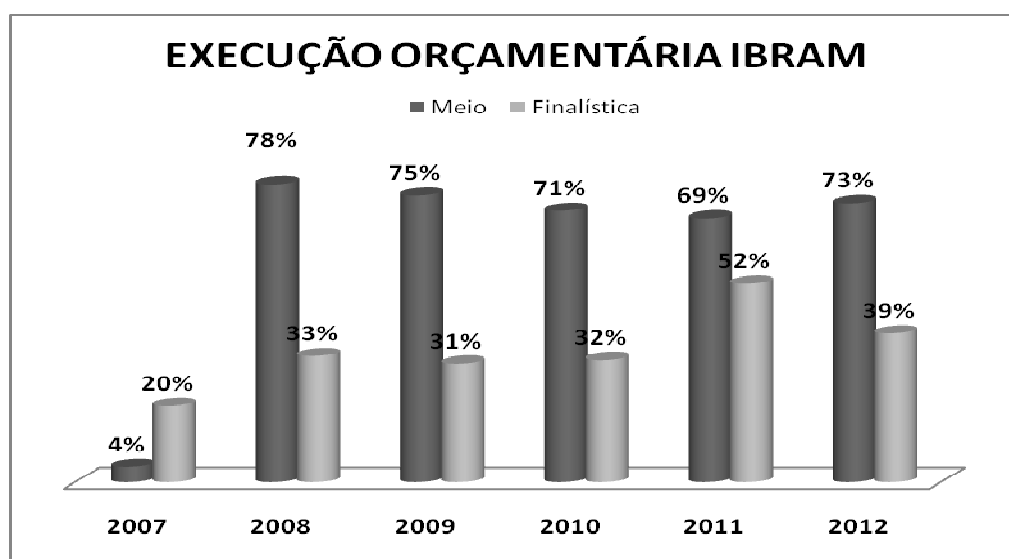
Na ação de Realização das Atividades de Licenciamento Ambiental, houve incremento de cerca de R\$ 1.100.000,00 com a apuração do superávit financeiro da fonte de Compensação Mineral – 357, que possibilitou rever o planejamento com a expansão dos projetos. A execução foi de 12%, tendo sido impactada pela não execução da contratação de serviços de consultoria para qualificação da base de processos de licenciamento ambiental, que encontra-se em fase final do projeto básico, tendo em vista a complexidade dos serviços e do procedimento licitatório.

Fazendo uma análise macro ao orçamento do IBRAM desde 2007, criação do órgão, observamos os seguintes gráficos.

Despesa Geral



Contrapondo Área Meio e Área Fim



Observa-se que grande parte das ações não foram executadas em razão da não finalização das licitações. Ou seja, houve a demanda por parte do IBRAM, foi encaminhado o processo para SULIC, e não houve o retorno do processo até o encerramento do exercício de 2012.

Oportunamente, ressaltamos que o IBRAM teve restrição de número de processos a ser atendido pela SULIC, a qual, em reunião, justificou que não teria como dar vazão a todos processos demandados pelo GDF, e que, por isso, cada unidade administrativa deveria enviar três processos por vez, encaminhando novos, apenas quando da conclusão dos anteriores. Tal orientação resultou no atendimento, para o IBRAM, de apenas 10 processos no segundo semestre de 2012.

Outro fator que contribuiu para não execução dos recursos disponíveis, foi a morosidade

Modernização do Licenciamento Ambiental

Objetivo

Tornar mais transparente, tempestivo e efetivo o processo de licenciamento, autorização e regularização ambiental, para permitir um atendimento ágil e com maior qualidade na avaliação da viabilidade ambiental, na instalação e na operação de empreendimentos, visando à adequação dos processos produtivos e à busca incessante da sustentabilidade socioambiental.

O Licenciamento Ambiental é um importante instrumento de gestão ambiental que está previsto tanto na Política Nacional do Meio Ambiente (instituída pela Lei Federal nº 6.938/1981) quanto pela Política Ambiental do Distrito Federal (instituída pela Lei Distrital nº 041/1989). É por meio desse instrumento de gestão que o Governo do Distrito Federal, juntamente com a sociedade, poderá garantir a continuidade e a melhoria da qualidade de vida atual e futura da população.

O Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), que foi criado pela Lei Distrital nº 3.984/2007, foi determinada a competência de “promover o licenciamento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal”.

Na estrutura do IBRAM a Superintendência de Licenciamento e Fiscalização Ambiental – SULFI é responsável pela análise dos processos de Licenciamento Ambiental das atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras do Distrito Federal. Em 2012 foram produzidas 1.108 Informações Técnicas, 798 Pareceres Técnicos e 19 Relatórios de Vistoria relativos ao licenciamento ambiental de empreendimentos públicos e privados, gerando a emissão de 59 Autorizações Ambientais, 18 Licenças Prévia, 48 Licenças de Instalação e 112 Licenças de Operação com média de 19,75 licenças/autorizações mensais.

O IBRAMWEB, sistema de gerenciamento de processos do Licenciamento Ambiental com objetivo de aumentar a celeridade de análise processual, buscando-se a transparência e eficiência, apresenta-se implantado em fase de adequações qualitativas. Em agosto de 2012, iniciou-se o procedimento de autuação diretamente no IBRAMWEB, com mais de 100 processos digitalizados e indexados. Através da Cooperação Técnica com a UNESCO contratou-se uma empresa para digitalizar mais 500.000 páginas de processos ambientais, com previsão de finalização em início de 2013.

Compensação Ambiental e Florestal

A compensação ambiental e florestal são ferramentas integrantes do processo de licenciamento que funcionam como uma contrapartida paga pelo empreendedor por significativos impactos ambientais negativos causados ao meio ambiente por ocasião da implantação do empreendimento, ou pela supressão de indivíduos arbóreos. Têm como base instrumentos legais previstos respectivamente na Lei Complementar 827/2010, que cria o Sistema Distrital de Unidades de Conservação – SDUC, em seu art. 33, regulamentado por meio da Instrução nº 076/2010 – IBRAM, e o Decreto Distrital 14.783/1993 combinado com o Decreto 23.585/2003, que dispõe sobre o tombamento de espécies arbóreo-arbustivas, e a forma de compensação nos casos em que a sua supressão se mostra inevitável.

Dentro do Instituto Brasília Ambiental, compete a Unidade de Compensação Florestal e Ambiental – UCAF, criada a partir da reestruturação do órgão em novembro de 2011 e vinculada à presidência, acompanhar e supervisionar a cobrança e aplicação desses recursos, a partir de medidas administrativas junto às Superintendências e, principalmente, junto à Câmara de Compensação Ambiental, colegiado deliberativo composto pelos titulares das unidades de comando do Ibram, criado pela Instrução nº24/2010 - IBRAM.

Dentre os resultados alcançados em 2012, destaca-se a introdução definitiva da cultura de cobrança das compensações dentro do procedimento licenciatório como instrumento essencial para internalização dos custos ambientais causados pela implantação dos empreendimentos nos projetos dos próprios usuários dos recursos naturais. Essas compensações citadas têm origem nos princípios do *usurário-pagador* e *poluidor-pagador*, e visam à efetiva implantação dos Parques e Unidades de

Conservação do DF e gestão e manutenção dos existentes, gerando benefícios sociais e ambientais para a sociedade como um todo.

Com o diagnóstico do passivo da compensação ambiental e florestal, realizado no final do ano passado, foi possível a elaboração de um planejamento mais eficaz em relação à implantação das Unidades de Conservação e plantio de mudas.

Além disso, a instrução nº 050/IBRAM de 02 de março de 2012 mostrou-se um avanço amplamente reconhecido no âmbito do Distrito Federal na medida em que regulamentou, por meio do estabelecimento de critérios e prazos, a apresentação e aprovação dos orçamentos para o plantio de mudas, tornando mais transparente, objetivo e célere o cálculo da conversão da compensação florestal em prestação de serviços e doação de bens e equipamentos em benefício ao meio ambiente em detrimento do simples plantio de mudas.

No que tange à compensação ambiental, um esforço coletivo da UCAF e da Procuradoria Jurídica do IBRAM vem sendo feito no sentido de regulamentar algumas questões controversas presentes no método de cálculo da compensação proposto pela Instrução nº 076/2010. Lacunas na normativa estão sendo sanadas e questões dúbias estão sendo esclarecidas, gerando mais transparência no trabalho dos técnicos responsáveis pelo cálculo e cobrança da compensação e garantia de imparcialidade para os empreendedores que solicitam o licenciamento.

O número de termos de compromisso de compensação ambiental e florestal foi satisfatório e dentro da meta planejada para o ano de 2012, perfazendo um valor total de aproximadamente 17 milhões de reais que serão destinados a obras de reforma e implantação de equipamentos para manutenção e gestão das unidades de conservação do DF. Tais investimentos são de fundamental importância para o êxito da execução do Programa Brasília Cidade Parque que foi criado por meio do Decreto Nº 32.981 de 10 de junho de 2011.

Com o fortalecimento institucional da cobrança das compensações e o aumento na eficiência de sua execução, o IBRAM inaugura uma forma inovadora e sustentável de investimento no meio ambiente no âmbito do DF, integrando as empresas, sejam elas públicas ou privadas, com o mesmo foco na melhoria da qualidade de vida da população do DF.

Ampliar e Fortalecer a Fiscalização Ambiental



Objetivo

Aplicar com eficácia este mecanismo de controle do poder público, de forma a melhorar o grau de preservação dos recursos naturais e as possibilidades de regeneração do ambiente.

A fiscalização ambiental no âmbito do Distrito Federal é realizada por 42 Auditores Fiscais de Atividades Urbanas – especialidade Controle Ambiental, lotados na Coordenação de Fiscalização Ambiental da Superintendência de Licenciamento e Fiscalização Ambiental (COFIS/SULFI).

Em 2012 os principais grupos de atividades fiscalizadas pela COFIS foram de bares e restaurantes com relação à fiscalização de ruídos, vindo logo a seguir os estabelecimentos rurais passíveis de licenciamento ambiental (aviculturas e suinoculturas), bem como propriedades com pendências com relação à averbação de Reserva Legal.

Outros estabelecimentos vistoriados com frequência foram garagens, postos de combustíveis, usinas de concreto, marmorarias e obras de infraestrutura. Foram também objeto de vistorias fiscais as unidades de conservação sob responsabilidade do IBRAM em conjunto com a SUGAP ou através de denúncias apuradas, além de operações em Unidades de Conservação como Estação Ecológica Águas Emendadas, Parque Ecológico do Guará, Parques Veredinha, Três Meninas, Águas Claras, Recreativo do Gama, Recreativo de Santa Maria, Asa Sul, Burle Marx, Lago Norte e Dom Bosco.

Diversas ações fiscais ocorreram em áreas de preservação permanentes – APPs situadas tanto em áreas urbanas quanto rurais, sendo a ação mais extensa a realizada nos córregos Jerivá, Palha, Torto, Taquari, Tamanduá e Urubu, cujo objetivo era verificar o estágio de conservação dessas áreas e autuação dos responsáveis pelos danos ambientais.

Dentre as principais operações fiscais desenvolvidas em 2012 pela COFIS foram:

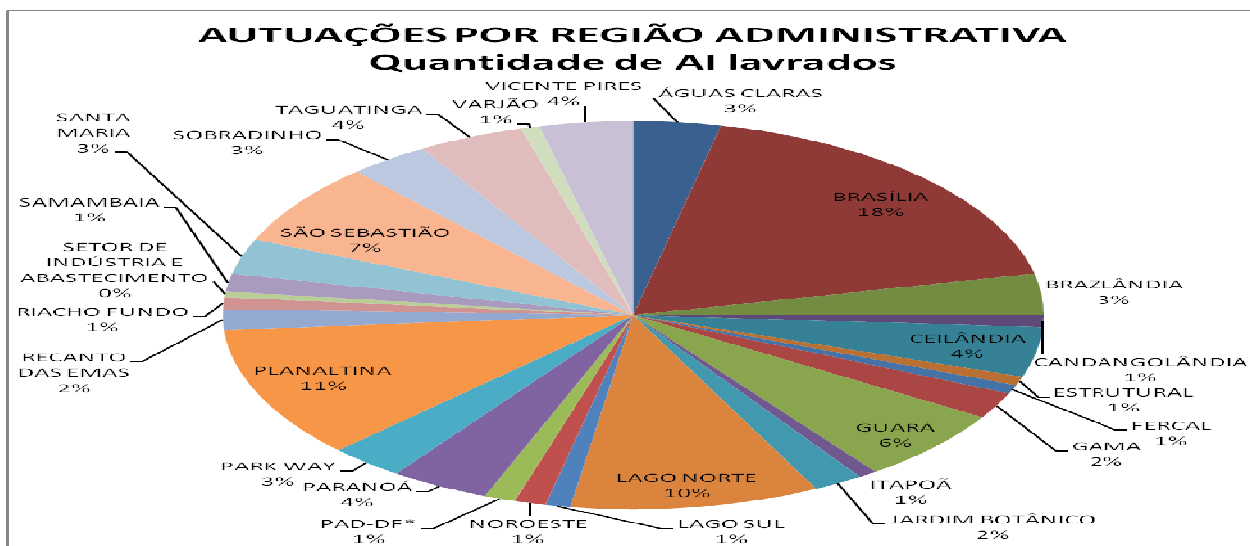
- Operação para combate a maus tratos de animais, sendo que as mesmas foram realizadas em conjunto com SEAPA, Secretaria das Cidades, DETRAN e PMDF;
- Combate a poluição sonora em todo o DF e realizada em conjuntos com a SEOPS e PMDF;
- Combate a invasão em Unidades de Conservação do DF;
- Combate a degradação de APP da Bacia do Lago Paranoá;
- Ações conjuntas com a CAESB visando coibir despejos irregulares de efluentes;
- Operação no Setor Habitacional Noroeste;
- Operações em garagens de empresas do ramo de transporte coletivo.

Números da COFIS em 2012

Foram elaborados 512 relatórios de vistorias chegando-se a 1.323 procedimentos fiscais, porém foram revertidos em valores pecuniários 534 procedimentos chegando ao valor de R\$ 2.300.000,00 (Dois milhões e trezentos mil reais) em multas aplicadas, com estimativa de acréscimo de 30 % dos procedimentos fiscais para 2013, devido à chegada de novos servidores a partir de agosto de 2012.

Quantidade de auto de infração por tipificação do dano.

Tipificação do dano	Autos de Infração						Total
	Jan/ fev	Mar/abr	Mai/jun	jul-ago	Set/out	Nov/dez	
Aterro	1	1	2	1	1	0	6
Atividade agropecuária	1	2	3	3	2	14	25
Atividade comercial	1	2	1	0	1	2	7
Captção irregular de água	0	0	1	0	15	3	19
Cimenteira/usina de asfalto	0	1	1	2	0	0	4
Degradação/ocupação em APP	1	1	3	15	34	13	67
Desmatamento/corte de árvore	0	2	2	5	3	3	15
Entidades governamentais	2	0	2	3	7	0	14
Lançamento de efluentes	3	0	1	7	3	3	17
Lava jato/oficina/garagem	1	0	1	2	3	4	11
Marmoraria	0	0	0	1	0	1	2
Maus tratos à animais	8	4	0	0	2	0	14
Mineração	0	1	1	0	1	0	3
Ocupação em unidades de conservação	1	1	0	0	2	0	4
Outros	0	3	4	4	11	6	28
Parcelamento de solo	0	0	1	1	2	1	5
Posto de combustíveis	2	2	1	5	3	5	18
Resíduos sólidos	0	1	0	1	1	6	9
Turismo rural	1	1	0	1	0	4	7
Poluição sonora	8	19	25	38	20	22	132
Total	30	40	49	90	111	87	407



Com a contratação de novos servidores para a Coordenação de Fiscalização Ambiental, em agosto de 2012, verifica-se um aumento sensível das expedições de autos de infração.

Aplicar e Fortalecer o Controle e o Monitoramento da Qualidade Ambiental

Objetivo

Identificar e avaliar – qualitativa e quantitativamente – as condições dos recursos naturais atuais e suas tendências, bem como as variáveis sociais, econômicas e institucionais, por intermédio de um processo de coleta de dados, estudos e acompanhamento contínuo.

O Monitoramento Ambiental

Os programas de monitoramento são desenvolvidos no âmbito da Coordenação de Estudos, Programas e Monitoramento da Qualidade Ambiental – CODEM, subordinada à Superintendência de Estudos, Programas, Monitoramento e Educação Ambiental - SUPEM. Além das áreas de parques e outras regiões de preservação, esses programas contemplam todo o Distrito Federal.

Assim, os programas e projetos atualmente desenvolvidos e monitorados são: Projeto Rodofauna; Projeto de Mapeamento de Áreas Degradadas do Distrito Federal, Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar, Atividades de Monitoramento de Áreas Queimadas, Programa Adote uma Nascente, Projeto de Monitoramento do Campo Térmico do Distrito Federal e Projeto de Mapeamento das

Fitofisionomias do Distrito Federal. Tais atividades são desenvolvidas pela Gerência de Monitoramento da Qualidade Ambiental e Gestão dos Recursos Hídricos – GEMON e pela Gerência de Emergências e Riscos Ambientais – GERAM.

Como o Monitoramento é Realizado Pelo Ibram

a) Projeto Rodofauna

O Projeto Rodofauna registra e georreferencia os animais atropelados ao longo das Zonas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado. Estão sendo monitoradas as rodovias que contornam a Estação Ecológica de Águas Emendadas, Jardim Botânico de Brasília, Reserva Ecológica do IBGE, Fazenda Água Limpa-UnB e Parque Nacional de Brasília. São realizadas duas saídas de campo semanais, vistoriando cada uma das Unidades de Conservação - UCs acima citadas. O objetivo do projeto é identificar áreas com maior incidência de atropelamentos para que, posteriormente, sejam elaboradas medidas mitigadoras para conservação da fauna silvestre.

b) Projeto de Mapeamento de Áreas Degradadas e Fitofisionomias do Distrito Federal - MAPEAR

O projeto de mapeamento de áreas degradadas do Distrito Federal realiza o monitoramento através de trabalho de campo e captação de pontos com uso de GPS e análise de imagens de satélite, identificando os tipos de degradação e ocupação do solo de maneira a auxiliar estratégias e ações futuras para a recuperação de áreas degradadas e manutenção dos recursos naturais, da fauna silvestre e da vegetação nativa. A primeira etapa do projeto consistiu em mapear as UCs do Distrito Federal. Os dados da primeira fase do projeto foram concluídos e para os anos seguintes, pretende-se mapear outras áreas no DF.

c) Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar

O Monitoramento da Qualidade do Ar consiste na medição da concentração de Partículas Totais em Suspensão – PTS e Fumaça, de forma pontual, utilizando equipamentos manuais, instalados em cinco pontos do Distrito Federal. As estações de monitoramento estão instaladas nos seguintes locais: rodoviária do Plano Piloto, L2 Norte (próximo ao HUB), Taguatinga Centro, Setor Comercial Sul (próximo ao Hospital de Base), na Fercal (interior do Complexo Industrial da Cimentos Planalto -CIPLAN) e Fercal 1, na comunidade do Engenho Velho.

d) Projeto de Monitoramento do Campo Térmico do Distrito Federal – PROTERM-DF

O PROTERM-DF visa realizar o monitoramento do campo térmico, de forma sistematizada para caracterizar e compreender o comportamento da temperatura na superfície, correlacionando com o padrão de uso e cobertura da terra, e assim, identificar áreas que favoreçam a formação de ilhas de calor na região urbana.

O Projeto passou por uma reformulação de metodologia, pois, as imagens de satélite que eram utilizadas não estão mais disponíveis. A metodologia agora passa pela instalação de uma rede de estações meteorológicas, identificando as diversas variações do tempo e clima em cada uma das Regiões Administrativas - RA's do DF.

Para iniciar esta rede de monitoramento, foram adquiridas 2 estações meteorológicas portáteis, no segundo semestre de 2012, e serão instaladas, uma na sede do IBRAM e a outra no Parque de Águas Claras, que atenderá, também, para o núcleo de educação ambiental do Parque.

e) Programa Adote uma Nascente – PAN

O Programa Adote uma Nascente, instituído no âmbito do Distrito Federal, e coordenado pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, tem por finalidade incentivar e apoiar a adoção de medidas de preservação de nascentes no Distrito Federal.

Observados os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, e demais legislações vigentes, o Programa Adote uma Nascente tem como objetivos:

- I. Apoiar a adoção de medidas de preservação de nascentes existentes no território do Distrito Federal;
- II. Estimular a participação da sociedade civil na gestão dos recursos hídricos;
- III. Promover ações com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades na preservação de nascentes;
- IV. Integrar as ações do Programa com as demais políticas, programas, planos e projetos, públicos e privados, relacionados ao meio ambiente no Distrito Federal.

Poderão ser colaboradores do Programa Adote uma Nascente, órgãos e entidades, públicas ou privadas, e indivíduos, pessoas físicas ou jurídicas que estejam dispostos a colaborar, de forma voluntária, com recursos financeiros, serviços ou doação de materiais para a manutenção de uma ou de um conjunto

de nascentes e/ou para a manutenção do Programa.

f) Projeto Monitoramento da Qualidade de Água do Distrito Federal

O monitoramento da qualidade da água será realizado por intermédio do Projeto de Implantação da Rede Complementar de Monitoramento da Qualidade das Águas do DF: RCQA/IBRAM.

O objetivo deste Projeto é realizar medições de qualidade de água, na foz das Unidades Hidrográficas do DF, onde a ADASA e CAESB ainda não realizam esta medição, mediante a contratação de empresa especializada para a realização do serviço.

O Processo para a contratação da empresa está em fase de licitação com a previsão de medições trimestrais em 24 pontos fixos, e 32 pontos a definir sob demanda do IBRAM.

g) Programa de Monitoramento de Área Queimada nos Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal – PROMAQ

O Programa visa a identificação e avaliação das áreas queimadas por incêndios florestais nas unidades de conservação administradas pelo IBRAM. Tem como escopo a análise da susceptibilidade a incêndios florestais dessas unidades, bem como ações preventivas a ocorrência dessa degradação.

O instrumento desse programa é o preenchimento de Registro de Incêndio Florestal – RIF, que permite registrar a localidade, data, tipo de vegetação atingida pelo fogo. É nesse formulário que se faz o registro da mensuração da área queimada, aferida por caminhamento com GPS. Posteriormente, é confeccionado um mapa de localização de todos os registros de incêndio florestal detectados em cada unidade de conservação ao longo do período de seca. Ao final, todos os mapas das áreas queimadas nos parques e unidades de conservação do DF serão compilados na forma de relatório.

Em 2012 foram vistoriados 68 parques e 10 unidades de conservação, ou seja, o programa alcançou a marca de 100% de parques monitorados, perfazendo um total de 2.622 ha de área queimada.

No que tange à capacitação dos servidores para a realização dessas atividades, foram oferecidos cursos de Combate Inicial de incêndios Florestais e Uso do GPS para 20 agentes de parque, além de equipamentos e ferramentas de combate e receptores GPS para todos os parques dotados de sede e para a equipe da Gerência de Planejamento de Unidades de Proteção Integral - GEUNI.

Para 2013, o PROMAQ pretende manter a marca de 100% dos parques monitorados, contando com a ajuda dos agentes de parque para esse fim.

h) Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal – PPCIF

O PPCIF existe desde 1996 e foi instituído pelo Decreto Distrital nº. 17.431 de 11 de junho de 1996. O plano tem por objetivo maximizar os recursos humanos e materiais na prevenção e combate aos incêndios florestais. Atualmente é coordenado pela Gerência de Emergências e Riscos Ambientais, unidade da CODEM/SUPEM/IBRAM e conta com a participação de mais de 20 instituições. Em 2012 foram realizadas seis reuniões ordinárias, de onde saíram deliberações como: mutirão de limpeza, plano de aceiramento, plano de treinamentos, diretrizes para campanha de conscientização da população, etc.

Realizou-se ainda o XIV Fórum do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal, em abril de 2012. O fórum contou com a participação de cerca de 250 pessoas e cumpriu sua função de dar publicidade às atividades desenvolvidas pelo Plano em 2011, bem como ouvir a população sobre as expectativas da sociedade civil sobre o tema para 2012.

i) Plano Integrado de Combate aos Incêndios Florestais - PICIF

O Plano Integrado de Combate Incêndios – PICIF consiste em uma reunião de dados e informações acerca da infraestrutura física, vegetação e acessos relativos aos parques e unidades de conservação sob administração do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM.

O Plano se baseia em adaptar as estruturas locais em eventuais estruturas de apoio para atividades de combate a incêndios florestais ou outros eventos críticos, que necessitem de organização e logística para sua execução, a exemplo do Sistema de Comando de Incidentes – SCI, utilizado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal em situações de combate a incêndios florestais.

Em 2012, foram concluídos PICIF de oito parques e unidades de conservação.

j) Programa de Monitoramento de Áreas Contaminadas

A Resolução CONAMA nº 420 de 2009, preceitua em seu artigo 38: “Os órgãos ambientais competentes, observando o sigilo necessário, previsto em lei, deverão dar publicidade principalmente em seus portais institucionais na rede mundial de computadores, às informações sobre áreas contaminadas identificadas e suas principais características”.

Com base nisso iniciou-se em 2012 um projeto para o monitoramento de áreas contaminadas no Distrito Federal. Este projeto encontra-se em sua fase inicial e, até o momento, identificou 13 áreas de

contaminação por produtos perigosos. Para 2013 a expectativa é aprofundar o diagnóstico de tais áreas, mapeá-las e identificar e propor soluções.

K) Programa de Monitoramento de Áreas Erodidas - PROMAE

O Programa visa a identificação e avaliação das áreas erodidas. Tem como escopo a classificação e o dimensionamento das erosões presentes nas Unidades de Conservação, administradas pelo IBRAM. São categorizadas em Laminar, Sulco e Voçoroca e a área disponibilizada em hectare.

O instrumento desse programa é o preenchimento de Registro de Vistoria de Área Erodida, que permite registrar a localidade, data, tipo de vegetação, profundidade, classe de solo atingidos pela erosão. É nesse formulário que se faz o registro da mensuração da área, aferida por caminhamento com GPS. Posteriormente, é confeccionado um mapa de localização de todas as erosões separadas por classe, detectadas nos formulários, apresentados ao longo do ano nas UC.

Este programa iniciou-se no fim de 2012, mas já fez levantamentos preliminares em 1 ARIE e 2 Parques na região beira lago Paranoá. Em 2013 pretende-se consolidar o Programa com uma listagem de locais prioritários para vistoria.

I) Mapeamento de Áreas de Riscos Envolvendo Postos de Combustíveis

Este trabalho teve por objetivo apresentar um mapa de distribuição das unidades de revenda varejista de combustíveis legalmente estabelecidos no Distrito Federal. A proposta foi identificar a capacidade de armazenamento, dinâmicas de movimentação, proximidades de áreas populacionais e sensíveis (como cursos d'água, unidades de conservação etc), elaboração de mapas de risco e avaliação periódica das unidades de abastecimento. Foi possível categorizar os postos quanto às diversas características, como classe de risco, capacidade de armazenamento, enquadramento nas bacias hidrográficas, entre outras características.

Em 2012 foram levantados e vistoriados 303 postos já licenciados no Distrito Federal. A perspectiva para 2013 é ampliar o monitoramento para os postos de gasolina que vierem a ser licenciados.

m) Mapeamento de Áreas de Manipulação, Produção e Armazenamento de Produtos Perigosos

O mapeamento e o diagnóstico atualizado sobre a situação ambiental do DF com relação aos produtos perigosos é um passo imprescindível para a elaboração e implementação de planos, programas e projetos voltados à prevenção de emergências ambientais e à preparação para resposta rápida e ações corretivas.

A identificação, a caracterização e o mapeamento de áreas de risco de ocorrência de acidentes provenientes da presença e da circulação de produtos perigosos são fundamentais para direcionar as futuras ações voltadas à segurança química e à qualidade ambiental no DF.

Nesse sentido, este Projeto tem por objetivo realizar diagnóstico da situação do Distrito Federal com relação aos produtos perigosos abrangendo a produção, armazenagem e manipulação destes insumos. Realização de diagnóstico da situação do Distrito Federal com relação aos produtos perigosos, abrangendo a produção, armazenagem e manipulação destes produtos. Este mapeamento visa à identificação, caracterização e classificação dos pontos de armazenagem, produção e manipulação de produtos perigosos.

Em 2012 já foram mapeadas 72 áreas para vistoria e acompanhamento, atividade essa que continuará em 2013.

n) Monitoramento dos Acidentes com Produtos Perigosos

Foram registrados em 2012 onze ocorrências de acidentes envolvendo produtos perigosos, sendo seis derramamentos de líquidos, três vazamentos de gases, um com material explosivo e um com material radioativo.

Outras Ações

a) Aceiros

Foi realizado levantamento da necessidade de aceiros em unidades de conservação elencadas pela SUGAP como prioritárias para esse trabalho. As vistorias indicaram o tipo de intervenção, bem como largura e extensão. O resultado foi apresentado em forma de mapa com indicação das faixas para confecção dos aceiros e locais de manutenção do aceiro já existente. Em 2012, esse trabalho foi realizado para 15 UC

b) Fauna-DF

O objetivo do estudo é listar as espécies de vertebrados e invertebrados, endêmicas ou não do Distrito Federal, apontando em quais ambientes característicos do Cerrado ela aparece com mais frequência e destacar as que estão sofrendo algum tipo de risco, de acordo com a lista de animais

ameaçados do Ministério do Meio Ambiente - MMA e da *International Union for Conservation of Nature* - IUCN.

A lista de vertebrados foi concluída e publicada no site do IBRAM desde janeiro de 2012.

O intuito do levantamento é organizar uma base de dados atualizados para estudos de impacto ambiental e para uma posterior montagem de lista de fauna de ameaçados do DF como foi realizado nos estados do Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

c) Brigada do IBRAM

Efetivou-se a contratação de uma Brigada, composta de 44 servidores temporários para o cargo de brigadistas florestais, sendo um chefe de brigada, 8 chefes de esquadrão e 29 brigadistas, para combater incêndios florestais nos parques e unidades de conservação e atender às necessidades da situação de emergência abarcadas pelo Decreto nº 33.739 de 28 de junho de 2012. Foram preenchidos 27 postos e os servidores atuaram de agosto a novembro, atuando diariamente em turno de 12 por 36 horas.

Esses servidores foram divididos em três equipes disponibilizados em três áreas núcleo devido à importância e estrutura de apoio: Jardim Botânico de Brasília, Parque Jequitibás/ESECAE e Parque Ecológico Saburo Onoyama.

Em 2012, a brigada do IBRAM fez um total de 117 atendimentos, tanto em áreas gerenciadas pelo IBRAM quanto em áreas adjacentes as Unidades de Conservação mais significativas.

d) Diagnóstico dos Pontos de Coleta de Pilhas, Baterias e Lâmpadas Fluorescentes no Distrito Federal

O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM) e a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), têm trabalhado no sentido de regulamentar a lei que proíbe o descarte inadequado destes resíduos em depósitos de resíduos domésticos ou comercial, elaborando estratégias com o intuito de minimizar os potenciais riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Esse trabalho tem por objetivo implantar o descarte adequado desses resíduos, o qual será o primeiro passo para a implementação de um futuro Plano Integrado de Gestão de Resíduos Perigosos no Distrito Federal que poderá integrar a Política de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, sob gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH).

Foram realizadas vistorias nos Pontos de Entregas Voluntárias (PEV's) no período de setembro a novembro de 2012 pelos Analistas Ambientais da GERAM, utilizando-se GPS, identificando 33 Pontos de Entrega Voluntária (PEV's) de pilhas, baterias, lâmpadas e eletrônicos espalhados pelo Distrito Federal.

Principais Dificuldades Encontradas Durante As Ações De Monitoramento

De forma geral, a grande dificuldade encontrada pelas equipes que realizam trabalhos em campo relativos aos projetos MAPEAR e PAN é a falta de segurança. É comum a equipe encontrar invasores, moradores ilegais, indícios de tráfico de drogas, entre outros. Nesses casos, a equipe interrompe as atividades, para evitar conflitos, e realiza o mapeamento da área, em outra oportunidade.

Com relação ao Monitoramento da Qualidade do Ar, a principal dificuldade encontrada em 2012 foi a questão de transporte para a realização dos trabalhos e a demora na aquisição dos materiais consumíveis para a manutenção e calibração dos equipamentos em operação. Atualmente há grande dificuldade na contratação dos serviços de construção de sete (7) bases, para a instalação de equipamentos de monitoramento, permitindo, assim, mais que duplicar os pontos de monitoramento. Outra grande dificuldade encontrada é a falta de recursos financeiros para a ampliação e modernização da rede de monitoramento, com a aquisição de equipamentos automáticos e portáteis. No ano de 2012, foram adquiridos dois equipamentos automáticos, sendo que pelo planejamento do setor responsável serão necessários ao menos mais quinze equipamentos.

Em relação ao PROTERM-DF a principal dificuldade foi a interrupção no recebimento das imagens de satélite na banda termal, devido ao encerramento das operações do satélite *Landsat 5*. Como não há outros satélites no mercado com esse tipo de sensor, não será possível a continuidade do mapeamento termal por imagens de satélite. Desta forma, buscou-se realizar modificações na metodologia para garantir a continuidade do programa. A modificação referida é a montagem de uma rede de estações meteorológicas automáticas - EMA's. Para tanto, foram adquiridas duas estações portáteis no ano de 2012, sendo que o planejamento é instalar uma rede com ao menos uma estação por Região Administrativa do DF, configurando 30 no total.

Atividades que Visam Ao Monitoramento e à Preservação dos Recursos Naturais no Distrito Federal Realizadas Em 2012

O projeto Rodofauna tem duração de quatro anos (com início em fevereiro de 2010) e seu término está previsto para abril de 2014. O relatório contendo o diagnóstico com a proposição de medidas

mitigadoras, com os resultados de 2 anos de monitoramento encontra-se em vias de finalização e publicação no site do IBRAM, apontando trechos prioritários para mitigação de atropelamento de fauna. A proposta é apresentar aos administradores das unidades de conservação estudadas, os trechos mais críticos e encaminhar aos órgãos que contribuirão para instalação de equipamentos redutores de velocidade. A proposta é finalizar o relatório até janeiro de 2013.

A equipe de campo do Projeto de Mapeamento de Áreas Degradadas visitou vinte (20) parques no ano de 2012 e, conjuntamente, com os parques visitados no ano de 2011, possui 62 mapas dos parques, com as áreas degradadas e fitofisionomias finalizados. A equipe técnica está finalizando um documento com as informações e mapas dos parques vistoriados, para publicação no site do IBRAM com prazo de envio até janeiro de 2013. Ademais, já estão disponibilizados na rede interna do IBRAM os mapas e *shapes* dos parques vistoriados para acesso a todos os servidores do IBRAM.

Sobre o Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar, de janeiro a maio de 2012, as medições da qualidade do ar foram realizadas pelos Analistas Ambientais do IBRAM, mas devido a problemas de transporte recorrentes, iniciou-se uma parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH e com a Diretoria de Vigilância Ambiental- DIVAL (Secretaria de Saúde), e desde o mês de junho as medições semanais são realizadas por servidor deste órgão, com acompanhamento dos analistas do IBRAM. Entretanto, as calibrações e manutenção da rede são realizadas pelos analistas do IBRAM.

Foi solicitada no início do ano a aquisição de consumíveis para a manutenção das estações de monitoramento da qualidade do ar, os quais chegaram ao final do mês de novembro de 2012. Estes materiais permitirão o início do monitoramento de 2013 com os equipamentos devidamente calibrados e com a manutenção em dia. Foi realizado um projeto preliminar de engenharia para a construção de sete (7) bases para a instalação de novos equipamentos de Qualidade do Ar, ainda não efetivada.

Com o objetivo de modernizar o monitoramento da qualidade do ar no DF, foi encaminhado no início do ano, um termo de referência para a aquisição de dois (2) equipamentos automáticos de monitoramento da qualidade do ar. Estes equipamentos realizarão o monitoramento de Partículas Inaláveis (PM_{10} e $PM_{2,5}$), Dióxido de Enxofre (SO_2), Óxidos de Nitrogênio (NO_x), Monóxido de Carbono (CO) e Ozônio (O_3) de maneira automática e contínua, 24 horas por dia, 7 dias por semana, sendo seus dados enviados via rede para o IBRAM. A ideia é que, primeiramente, todas as estações do IBRAM sejam substituídas por equipamentos automáticos e, após isso, que seja ampliada a rede de monitoramento para mais pontos do DF. O processo de compra das estações automáticas foi realizado em novembro.

Também foram inseridos os resultados do monitoramento no banco de dados com todas as informações referentes à qualidade do ar no DF disponíveis no IBRAM compreendendo o período de 2005 – 2012. Estas informações foram disponibilizadas no site do IBRAM, e estão à disposição dos interessados.

No que se refere ao Programa Adote uma Nascente, durante o ano de 2012 foram realizadas vistorias técnicas e dada continuidade às campanhas de campo de medição de vazão em 17 pontos, tendo sido realizadas quatro campanhas no ano de 2012. Foi redigido um termo de referência para contratação de empresa especializada a fim de realizar serviços de diagnóstico das nascentes cadastradas no Programa.

As ações referentes ao ano de 2012 seguem discriminadas no quadro abaixo:

Projetos Elaborados E Executados Ou Em Execução	
Modernização e Manutenção do Sistema de Monitoramento Ambiental – ODM 18542050051740002	
<ul style="list-style-type: none"> Projeto Rodofauna: No período foram realizados trabalhos de campo duas vezes por semana. As saídas de campo ocorrem, preferencialmente, às segundas e quintas-feiras nas rodovias que circundam três Unidades (ou grupos de Unidades) de Conservação (Estação Ecologia Águas Emendadas; Jardim Botânico de Brasília - Fazenda Água Limpa - UNB - Reserva Ecológica do IBGE: Parque Nacional de Brasília). Após o trabalho de campo realizam-se as seguintes etapas: <ul style="list-style-type: none"> – Identificação e classificação taxonômica dos animais silvestres atropelados e animais silvestres vivos observados nas margens das unidades de conservação monitoradas; – Registro fotográfico desses animais; – Digitalização desse material fotográfico e sua organização em um banco de dados; – Destinação dos animais encontrados em bom estado à Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília. 	
Outras atividades:	

- Atualização da bibliografia sobre ecologia de estradas para auxílio na elaboração do relatório final do Projeto;
- Atualização dos dados do Rodofauna para o site do IBRAM;
- Finalização do relatório de 2 anos do Rodofauna;
- Participação no “**Workshop Ecologia Aplicada: Experiências Aplicadas**”, realizado na Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Julho de 2012;
- Encaminhamento de material para divulgação no site do IBRAM.

- **Projeto de Mapeamento de Áreas Degradadas e Fitofisionomias do DF – MAPEAR**

- Vistoria em mais de 20 parques distritais e ecológicos para classificação da vegetação e confecção dos mapas de fitofisionomias;
- Finalização dos Mapas de fitofisionomias dos parques distritais e ecológicos conforme reclassificação do sistema distrital de unidades de conservação – SDUC;
- Correção do banco de dados e mapas de áreas degradadas dos 45 parques já vistoriados anteriormente;
- Redação de relatório para publicação, com todos os mapas de fitofisionomias e áreas degradadas dos 65 parques vistoriados até o momento.

- **Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar:**

As atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto de Monitoramento da Qualidade do Ar envolveram:

- Elaboração de termo de referência para compra de estações automáticas de monitoramento da qualidade do ar capazes de medir simultaneamente as concentrações de MP10, CO, SO₂, O₃ e NO₂;
- Organização e divulgação dos dados de qualidade do ar no DF referente aos anos de 2005 à 2012, no site do IBRAM e reformulação das informações contidas no site;
- Calibração e manutenção das estações de monitoramento;
- Realização da coleta de dados, de janeiro a maio, referentes à concentração de PTS e fumaça nas cinco estações da rede;
- Treinamento do pessoal da DIVAL (secretaria de Saúde), para o monitoramento;
- Solicitação de aquisição de consumíveis necessários para a manutenção das estações manuais de monitoramento da qualidade do ar;
- Trabalho de laboratório para a análise dos resultados encontrados;
- Assessoria para a SEMARH no tocante ao programa de monitoramento do Ar, Ruído e Radiação, com manipulação de reagentes químicos para monitoramento de SO₂ e análise dos Filtros de amostragem de PTS e Fumaça.

- **Projeto de Monitoramento do Campo Térmico do Distrito Federal – PROTERM-DF:**

O Projeto passou por reformulações em sua metodologia. Nessa reformulação, a metodologia compreende agora o monitoramento do tempo e clima e não somente da temperatura. Desta forma, será criada uma rede de monitoramento com estações meteorológicas automáticas e, para os estudos de clima urbano e ilhas de calor, serão feitas amostragens utilizando estações meteorológicas móveis e com os dados gerados serão feitos gráficos e mapeamentos por meio de interpeladores estatísticos. Foram adquiridas duas estações meteorológicas móveis, que serão instaladas no prédio do IBRAM e no Parque de Águas Claras.

- **Programa Adote uma Nascente - PAN:**

- Elaboração de Informações e Relatórios Técnicos de vistorias em regiões de nascentes;
- Elaboração de termo de referência para contratação de empresa para realizar um diagnóstico das nascentes cadastradas no programa via Programa ÁGUAS DO DF, da Secretaria de Obras;
- Campanhas de medição de vazão nos 17 pontos monitorados.

- **Fauna-DF**

- A lista de fauna de vertebrados já se encontra publicada no site do IBRAM;
- Início da consulta bibliográfica para elaboração da lista de invertebrados do Distrito Federal;
- A equipe técnica da gerência deu início à elaboração da lista vermelha de fauna silvestre do DF. Já foi definido a equipe de pesquisadores que irão auxiliar e o roteiro metodológico e cronológico;
- A equipe também está buscando estabelecer parceira com a SEMARH - Goiás para

elaboração de um esforço conjunto para elaboração da lista do DF e de GO. A parceria já está firmada informalmente e no momento trabalha-se para viabilizar a oficialização da construção em conjunto da lista vermelha DF e GO.

– Também está previsto para Dezembro de 2012 a realização de um curso de capacitação na elaboração de listas vermelhas ministrado pelo ICMBio. No curso estarão presentes técnicos do IBRAM-DF, SEMARH-GO e pesquisadores convidados.

- **Projeto Monitoramento da Qualidade de Água do Distrito Federal:**

Modificações no Termo de Referência para contratação de empresa para realização da coleta, análise e compilação dos dados relativos a diversos parâmetros da qualidade da água. Após vários problemas na SULIC, o processo foi enviado de volta ao IBRAM e foram realizados ajustes para licitação, agora através da SEMARH.

Vistórias Técnicas Realizadas

– Vistórias das estações de monitoramento para calibração e manutenção da rede; totalizando mais de 50 vistórias;

– Vistoria para avaliação de nascentes no Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte;

– Vistoria nas áreas do Projeto Celebrar Brasília para acompanhar o processo de recuperação em cinco áreas de nascentes;

– Vistoria nas nascentes da Chapada Imperial cadastradas no PAN;

– Vistoria para avaliar as condições ambientais da nascente SERENO;

– Vistoria para verificar possível existência de nascente e problemas com alagamentos constantes em um espaço de lazer na Região Administrativa de São Sebastião;

– Vistoria na nascente “Areal do Alcântara” em Santa Maria DF;

– Vistoria ao “bacião” do Condomínio Sol Nascente atendendo solicitação da Secretaria da Mulher;

– Vistoria ao Sítio 45 no Núcleo Rural Sobradinho;

– Vistoria ao Parque Ecológico do Cortado;

– Vistoria nas nascentes do Country Club Brasília em parceria com alunos do estágio UniCeUB –IBRAM;

– Vistoria em nascente no Núcleo Rural Sobradinho, chácara 37, para adesão ao Programa Adote uma Nascente;

– Vistoria nas nascentes do Parque Olhos d’água em parceria com alunos do estágio UniCeUB –IBRAM;

– Vistoria em todos os parques urbanos do DF no projeto MAPEAR, totalizando 20 parques visitados;

– Vistoria no Parque de Águas Claras para a escolha de local adequado para instalação da estação meteorológica portátil;

– Vistoria realizada em conjunto com ADASA para avaliação da nascente e análise da qualidade da água na chácara Pé de Serra na região administrativa do Paranoá.

Pareceres E Relatórios Técnicos Elaborados

– Relatório Técnico referente à avaliação das condições ambientais de possíveis nascentes no Parque de Uso Múltiplo Lago Norte ;

– Relatório Técnico para reavaliar as condições ambientais da nascente Sereno, cadastrada no Programa Adote uma Nascente, e atender às denúncias de um colaborador;

– Relatório Técnico referente à avaliação técnica e recomendações para recuperação e mitigações dos efeitos de alagamento decorrentes de construção de espaço de lazer em área de nascentes na RA XIV;

– Relatório Técnico referente a avaliação das condições ambientais na nascente Areal do Alcântara, cadastrada no Programa Adote uma Nascente;

– Relatório Técnico referente à vistoria realizada nas bacias de detenção construídas a jusante do Condomínio Sol Nascente em atendimento a solicitação da Secretaria da Mulher;

– Relatório Técnico referente ao monitoramento de ações de recuperação ambiental na nascente situada nos limites da ESEC-AE, às margens da DF-205, no âmbito do Projeto Celebrar Brasília;

– Relatório Técnico referente ao monitoramento de ações de recuperação ambiental na nascente situada no Assentamento Chapadinha, no âmbito do Projeto Celebrar Brasília;

– Relatório Técnico referente ao monitoramento de ações de recuperação ambiental em três nascentes situadas em propriedades privadas, no âmbito do Projeto Celebrar Brasília;

Corumbá;

- Relatório Técnico contendo informações sobre a reunião pública sobre o reservatório de Corumbá;
- Relatório Técnico referente à vistoria técnica realizada no Parque Ecológico Lago do Cortado;
- Informação Técnica referente à solicitação de Atendimento Ouvidoria específica como realizar a demarcação da nascente SERENA;
- Informação Técnica referente à avaliação dos Critérios para determinação da cota de base de Morro no processo;
- Informação Técnica referente à vistoria em conjunto SUPEM/SUGAP para avaliação de processo que causou danos ambientais ao Córrego Capão Comprido e danificou a tomada d'água para canal de irrigação e orientações sobre preservação de nascentes;
- Parecer Técnico de avaliação das propostas de equipamentos a serem adquiridos para realização do monitoramento da qualidade do ar no DF;
- Parecer Técnico com descrição dos reagentes químicos necessários para determinação de dióxido de enxofre;
- Parecer Técnico com análise de propostas relativas à aquisição dos equipamentos de Monitoramento da Poluição do Ar e Sonora, do Programa de Transportes Urbanos do Distrito Federal (PTU/DF)- LPI nº 008/201;
- Informação Técnica com Relatório de Monitoramento da Qualidade do Ar na Rodoviária de Brasília;
- Informação Técnica com Relatório de Monitoramento da Qualidade do Ar referente à região da Fercal – Sobradinho/DF;
- Informação Técnica sobre a adaptação de 03 veículos Ford Ranger para a campanha de monitoramento integrado ar, som, sol;
- Informação Técnica com resposta à solicitação para medição de poluentes, radiação solar e poluição atmosférica nos locais de operações do DETRAN;
- Informação Técnica com Relatório de Monitoramento da Qualidade do Ar em Taguatinga;
- Relatório Técnico contendo informações sobre a reunião pública sobre o reservatório de Corumbá.

Participação Em Reuniões Técnicas Diversas

- Participação na comissão de implantação do sistema de geoprocessamento do IBRAM;
- Participação, como suplente, na representação do IBRAM nas atividades referentes à elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE do Distrito Federal;
- Reunião realizada na Secretaria de Transporte para análise das propostas relativas à aquisição dos equipamentos de Monitoramento da Poluição do Ar e Sonora, do Programa de Transportes Urbano do Distrito Federal (PTU/DF)- LPI nº 008/201;
- Reuniões da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P do IBRAM em 10/02; 02/03; 16/03; 30/03; 13/04; 27/04; 15/06; 29/06; 13/07; 27/07; 10/08; 24/08; 14/09; 28/09; 05/10; 19/10; participação como membro titular representante da SUPEM para tratar de assuntos relativos ao plano de Ação da A3P 2012;
- Reunião ADASA – Grupo de acompanhamento dos níveis altimétricos do Lago Paranoá, nas datas 03/09; 21/09; 17/10 e 05/11. Participação como membro titular representante do IBRAM para tratar da programação da Semana Lago Limpo e dos níveis altimétricos do lago Paranoá;
- Reuniões da Câmara Técnica de Assessoramento do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá nos dias – 21/06/2012; 21/07/2012; 03/08/2012; 24/08/2012; 03/09/2012; 10/10/2012; 17/10/2012 participação como membro suplente representante do IBRAM para tratar de assuntos como Workshop sobre uso e ocupação do solo no lago Paranoá, cursos ministrados pelo CBHRP com patrocínio da WWF, entre outros;
- Participação na reunião extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá-CBHRP, como representante do IBRAM (suplente) em 24/08/2012;
- Participação como representante do IBRAM nas reuniões e deliberações do Grupo de Trabalho de Segurança de Barragens /CTIL/CNRH de janeiro a abril de 2012;
- Consulta Pública do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais – PACUERA-UHE-CORUMBÁ IV, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores na cidade de Luziânia de Goiás. A analista de atividades do meio ambiente lotada da GEMON participou da consulta pública como representante do IBRAM/DF em 11/08/2012;
- Participação nas reuniões e deliberações do Grupo de Trabalho de Segurança de Barragens /CTIL/CNRH;

- Apresentação do IBRAM e do Programa Adote uma Nascente para os alunos participantes do convênio IBRAM/Uniceub para o monitoramento das nascentes da Unidade Hidrográfica de Mestre D'armas e as adotadas pelo Uniceub, no dia 22/08/2012. Foi apresentada também a metodologia de medição da qualidade de águas utilizada pela GEMON nas nascentes participantes do PAN;
- Participação na reunião extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá-CBHRP, como representante do IBRAM (suplente), ocorrida no dia 10/09/2012;
- Participação no “**Workshop Ecologia Aplicada: Experiências Aplicadas**”, realizado na Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Julho de 2012.

Projetos De Informações Ambientais

a) SIG WEB - Sistema de Informações Ambientais do DF

Em março de 2012 ocorreu a instalação do *software ArcGIS Server*. Junto à instalação, o IBRAM recebeu o desenvolvimento de uma aplicação *SIG WEB*. Denominada “Sistema de Informações Ambientais”, esta ferramenta busca representar, em um ambiente interativo, as informações ambientais do Distrito Federal, a fim de subsidiar pareceres, análises e relatórios técnicos dos servidores do IBRAM.

Processo de implantação do Sistema de Informações Ambientais

Instalação	Instalação e Configuração <i>ArcGIS Server</i>
Carga dos Dados	Publicação de dados a serem utilizados na aplicação. Publicação de alguns dados como exemplo
Configuração de Ferramentas	Configuração dos serviços nas ferramentas para visualização e gestão das informações Cabeçalho da aplicação - Identidade visual <ul style="list-style-type: none"> • Legenda • Identificar • Camadas do mapa • Navegação no mapa • Janela de Contexto (<i>Overview</i>) • Favoritos - Marcadores • Exportar Informação • Desenhar e Medir • Mapa Temático • Gráficos • Busca Avançada • Impressão - título e subtítulo • Edição • Sobre
Documentação	Manual de Usuário
Repasse Tecnológico	Configuração da aplicação, <i>update</i> de serviços de mapas, inserção temas para a aplicação e configuração do arquivo XML.

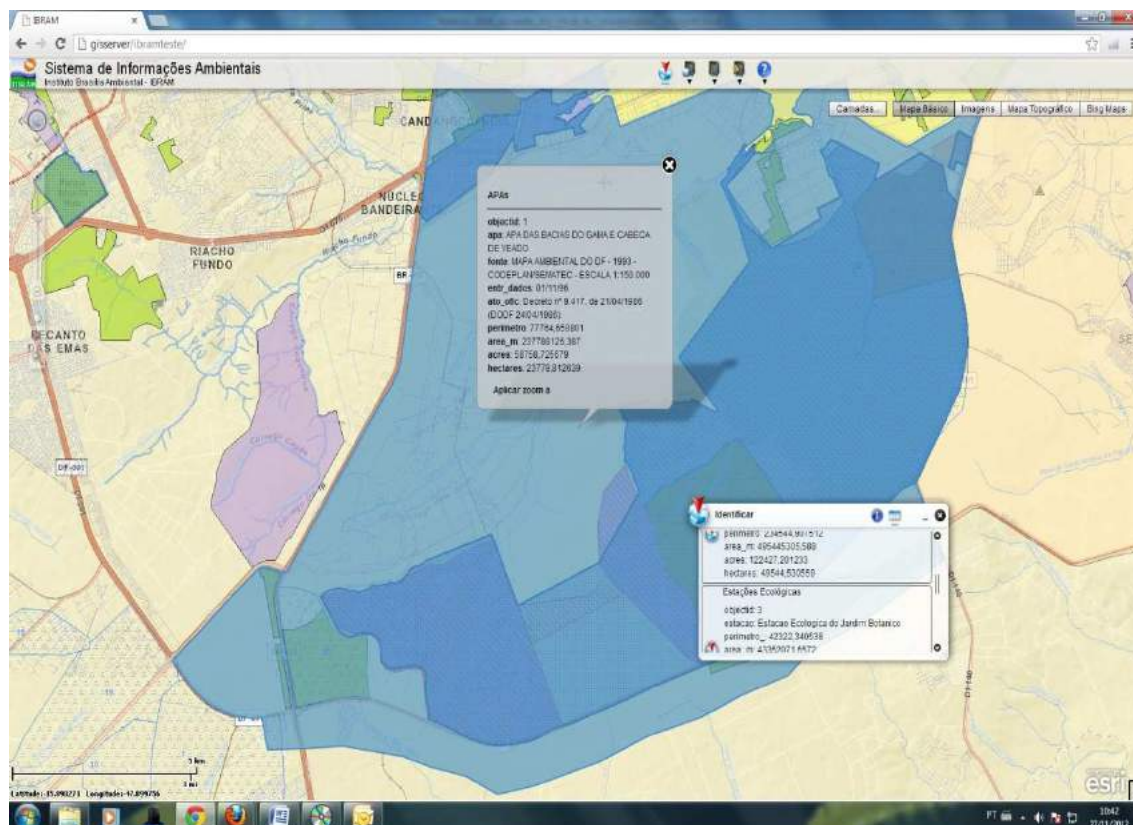


Figura 01 – Interface do Sistema de Informações Ambientais

Atividades de Informações Ambientais desenvolvidas

- Suporte às atividades da Superintendência de Licenciamento e Fiscalização, com a elaboração de mapas para subsidiar pareceres e estudos;
- Apoio às atividades de Gestão de Áreas Protegidas no que tange a produção de dados Geoespaciais;
- Instalação de licenças *ArcGIS Desktop*;
- Revisão/alteração e sugestão das poligonais de unidades de conservação do DF;
- Georreferenciamento de imagens de satélite;
- Elaboração de mosaicos de imagem de satélite;
- Implementação do Sistema de Informações Ambientais na intranet do IBRAM (figura 02);
- Atendimento às demandas por dados ambientais, tanto para o setor público como para a sociedade.

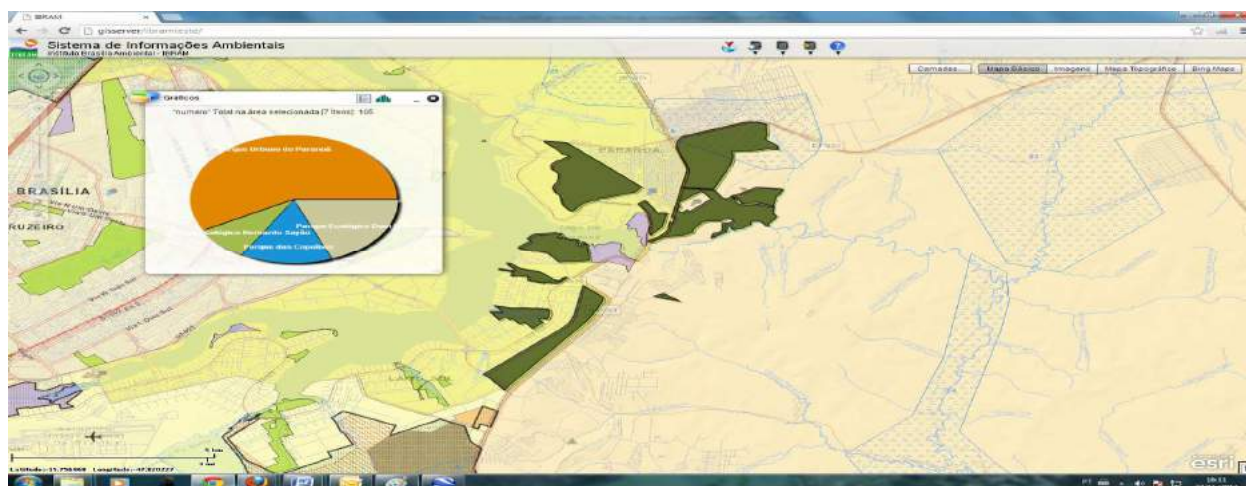


Figura 02: Sistema de Informações Ambientais com apresentação de gráficos.

Participação em comitês e câmaras técnicas

De acordo com a Portaria nº 3 – SEDHAB, de 16 de Janeiro de 2012, que cria o Comitê de Gestão de Geoinformações do Distrito Federal – COMGEO têm dois servidores como representantes do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental.

Ao longo do ano os servidores participaram da Câmara Técnica de Cartografia e Topografia e da Câmara Técnica de Mobilidade Urbana da COMGEO.

Projetos de Suporte Informacional

a) Projeto da Memória Ambiental (AMA):

O projeto de Memória Ambiental busca regatar a produção documental do IBRAM. Em 2012 houve a continuidade do processo de encadernação de 4.000 exemplares de estudos ambientais.

Atividades desenvolvidas:

- Implementação do sistema de internet e intranet na Biblioteca do Cerrado;
- O processamento de obras do acervo técnico (estudos ambientais, acervo geral, acervo da memória ambiental, multimeios) no software SOPHIA;
- Iniciou-se o processo de triagem e seleção do acervo geral (cerca de oito mil exemplares, entre: livros, folhetos, periódicos, multimeios, dentre outros) a fim de definir quais as publicações devem ser mantidas (catalogadas no sistema de gerenciamento SOPHIA), remanejadas ou doadas; (atividades em fase de finalização);
- Houve o recebimento de uma grande quantidade de publicações (em torno de seis mil exemplares). Tais obras compunham uma biblioteca particular (da área de meio ambiente e recursos hídricos) que foram doadas ao IBRAM. E estas devem passar pelo processo de seleção para que se decida em incorporá-las ao acervo (processo de catalogação e disponibilização) ou serem doadas a outras instituições demandantes; (atividade em andamento);
- O acervo técnico do IBRAM atendeu a diferentes tipos de usuários, cerca de 100 mensais, tanto os próprios servidores quanto estudantes de instituições de ensino superior, empresas de consultoria ambiental e órgãos de fiscalização e gestão (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT), dentre outros e a comunidade em geral. Deste modo, contabiliza-se a média mensal de 50 publicações emprestadas no ano de 2012.

Festival de Artes do Cerrado

O evento aconteceu no dia 15 de setembro, dia de comemoração dos 18 anos do Parque Olhos D'Água, em um espaço aberto. Aconteceu a apresentação do grupo teatral Mapati com a peça: CERRADO. Estiveram presentes cerca de 80 crianças além de 30 adultos frequentadores do parque.

Tendo em vista a drástica redução orçamentária para o evento (10% em relação ao ano de 2011), a redução de servidores na coordenação e a ausência de um gerente impactaram significativamente no desenvolvimento das atividades programadas e resultados deste evento.

Agenda 21

A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência das Nações Unidas pelo Meio Ambiente – Rio 92. Se traduziu em um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente.

A partir daí, se estabeleceu a importância de todos os setores da sociedade que poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. A Agenda 21 se constitui num poderoso instrumento de reconversão da sociedade rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de sustentabilidade.

O Fórum da Agenda 21 Distrito Federal é composto por diversos representantes do governo e da sociedade civil a fim de constituir uma instância consultiva para as questões ambientais. Estiveram entre as estratégias para 2012, fortalecer o fórum e concluir o Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Distrito Federal iniciados no âmbito da Conferência Distrital pelo Meio Ambiente em 2010.

Ações realizadas

- 05 Reuniões do Fórum da Agenda 21 do DF;
 - Reunião sobre formação de comissão da Agenda 21 em Santa Maria.
 - 06 Reuniões do Grupo de Trabalho Temático para o Fórum da Agenda 21;
 - 02 Reuniões da Comissão Interna do IBRAM para Fórum da Agenda 21;
- O IBRAM participou em reuniões técnicas diversas, entre elas destacamos:

1. Conferência das Nações Unidas pelo Meio Ambiente (Rio+20):

- a. Visita à Videoinstalação Brasil Cerrado do artista plástico Siron Franco;
- b. Visita à exposição Portinari + Brasileiros;
- c. Participação na Marcha dos Povos;
- d. Participação em atividades autogestionadas sobre Agenda 21, na Cúpula dos Povos;
- e. Visita à exposição Humanidades 2012;
- f. Participação da oficina sobre Cradle to Cradle no stand do SEBRAE;
- g. Participação no Debate – Cidades Sustentáveis e Acessíveis;
- h. Participação no Debate – Diálogos com a Conferência Rio+20;
- i. Participação em atividades dos stands do Noruega, Inglaterra, Holanda, Japão, Holanda e países árabes;
- j. Participação em atividades do Stand da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Goiás.

Comissões, Comitês Ou Fóruns

1. Composição da Coordenação Executiva do **Fórum da Agenda 21 DF**;
2. Composição do **Grupo de Trabalho Temático para o Fórum da Agenda 21**;
3. Coordenação Geral da **Comissão Interna do IBRAM para Fórum da Agenda 21**;
4. Coordenação Geral do **Programa Brasília ainda mais Ambiental do IBRAM (A3P)**;
5. Coordenação Geral da **Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA**;
6. Coordenação Geral da **Comissão Intersetorial SUPEM/SULFI/PROJU**;
7. Composição do **Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para Dengue**;
8. Composição do **Fórum Consultivo Permanente para a Educação Ambiental Formal** no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
9. Composição do **Comitê de Mobilidade Urbana**.

Educação Ambiental em Unidades de Conservação

A nova gestão do IBRAM tem como uma de suas principais diretrizes estratégicas o direcionamento das ações de Educação Ambiental para as Unidades de Conservação, em especial os Parques Ecológicos. Espera-se, com isso, oportunizar o uso sustentável destes espaços, aliando o benefício de permitir seu usufruto pela população com a possibilidade de promover uma maior conscientização dessa mesma população para a atual situação ambiental dos parques e do DF, partindo de uma escala local para uma visão global.

A ação estratégica e a educação ambiental como instrumento de conscientização dos moradores dos entornos das Unidades de Conservação. São projetos que visam incentivar: a prevenção de incêndios florestais, a adoção de práticas ambientalmente menos agressivas fundadas nos princípios agroecológicos, a separação e deposição adequada dos resíduos, a preservação de mananciais, o redução do consumo, entre outros.

Projeto Sócioeducador

O Projeto Sócio-Educador (até então denominado ‘Apenados’) tem por objetivo promover a sensibilização e conscientização daqueles que cometem delitos ambientais considerados de menor potencial ofensivo, para os quais a legislação prevê a aplicação de penas alternativas em substituição às penas restritivas de liberdade.

Tendo em vista o conteúdo do inciso VI do art. 225 da Constituição Federal, que determina que incumbe ao Poder Público “*promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente*”, esse Projeto pretende desenvolver ações socioeducativas, a fim de contribuir para a prevenção do cometimento desses ilícitos, assim como envolver os infratores em ações de pleno exercício da cidadania.

O curso teve duração de 16 (dezesesseis) horas, com atendimento de 13 pessoas, durante as quais foram realizadas diversas atividades (dinâmicas de grupo, palestras, apresentação de vídeos e explanação sobre as implicações das infrações cometidas pelos participantes).

Projeto Parque Educador

O “Parque Educador” é um Projeto de Educação Ambiental do IBRAM, em parceria com a Secretaria de Educação, voltado para alunos de escolas públicas e particulares do entorno dos parques e unidades de conservação, em especial os alunos participantes das Com-Vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida).

O objetivo do curso é propiciar ao participante o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica, que o permita compreender melhor sua própria realidade socioambiental, e, a partir disso, oferecer instrumentos para empoderá-los a agir, individual e coletivamente, em prol do meio ambiente, de

suas comunidades e, principalmente, de suas escolas.

A plena execução das atividades planejadas foi prejudicada por uma greve de longa duração na Secretaria de Educação, o que impossibilitou a participação do público alvo do projeto, os alunos-delegados do Com-Vidas. Para não inviabilizar o projeto e evitar o desperdício dos esforços realizados, foram convidadas escolas particulares do entorno do parque e turmas do COSEs (Centro de Orientação Sócio Educativo), da SEDEST.

Foram montadas duas turmas, uma pela manhã, com alunos dos COSEs da Estrutural e de Bernardo Sayão e outra à tarde, com alunos da Escola Atual, de Águas Claras. Ao todo foram cerca de 50 participantes.

Todas as atividades propostas foram executadas, cumprindo o objetivo inicial deste piloto do projeto, de testar na prática as metodologias utilizadas.

Projeto Reeditor Ambiental

O Reeditor Ambiental é um projeto do IBRAM, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, voltado à capacitação professores da rede de ensino do DF para a temática ambiental. Em funcionamento desde 2000, englobando um curso com carga horária de 180 horas, sendo realizado em sua maior parte na Estação Ecológica de Águas Emendadas - ESECAE. São realizadas aulas e atividades práticas, como rodas de automassagem, trilha sensitiva, trilha no Cerrado, ciclo de palestras, modelagem com argila, pintura em aquarela, teatro, exercício de confiança e pesquisa – Nossa Escola Pesquisa sua Opinião – NEPSO.

O projeto ocorre em três etapas: aulas para professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, trilhas educativas para alunos da rede pública de ensino e um Congresso para apresentação dos trabalhos desenvolvidos durante todo o ano nas escolas.

A primeira etapa ocorre dentro do Centro de Informação Ambiental da ESECAE e na segunda etapa, realizaram-se três saídas de campo: trilha na Vereda com visita ao Córrego Vereda Grande e Córrego Brejinho na ESEC-AE, trilha na margem direita da Lagoa Bonita da ESECAE e visita à Estação de Tratamento de Água – ETA Piripau. A terceira e última etapa acontece dentro da Universidade de Brasília, *Campus Planaltina*. Nestes 12 anos de funcionamento, já temos contabilizado a formação de pelo menos 200 professores da regional de Planaltina DF e cerca de 7000 alunos sensibilizados.

Atividades realizadas

- 50 Oficinas do corpo;
- Oficina de geração de renda durante 200 dias;
- Realização de 23 aulas presenciais, totalizando 180 horas;
- Realização de 20 trilhas, totalizando 600 pessoas atendidas;
- Realização do Congresso Reeditor Ambiental para 500 pessoas;
- Atendimento: 640 pessoas (30 professores-multiplificadores, 540 crianças, 70 adultos)

Projeto Fogo-Apagou

O “Fogo-Apagou” é um projeto do IBRAM voltado para a redução do número de ocorrência de incêndios florestais nas Unidades de Conservação do DF, por meio da sensibilização da comunidade como um todo e também dos produtores rurais quanto aos cuidados que se deve ter com o uso do fogo em suas propriedades. O projeto ocorre em parceria com o BPMA, CBMDF, EMATER e Administrações regionais.

As principais causas de incêndios florestais são: incêndios criminosos (maior ocorrência), queima de podas ou lixos em áreas rurais (média ocorrência) e incêndios causados por oferendas religiosas (média ocorrência). Com base neste diagnóstico, as ações do ano de 2012 do Projeto foram especialmente direcionadas para as comunidades de terreiro de Umbanda do Distrito Federal e em menor grau para moradores das áreas rurais. Foi identificada como região prioritária a RA de Planaltina, mais especificamente a área próxima ao Parque Ecológico dos Pequizeiros. Outra demanda surgiu por parte da EMATER que solicitou atendimento na área rural da RA de Ceilândia.

Atividades realizadas

Foram realizadas palestras educativas e entregue cartilhas educativas nas seguintes comunidades:

- 05 comunidades de terreiro, das quais:
- 04 comunidades de Umbanda;
- 01 comunidade de Candomblé;
- 01 escola no Vale do Amanhecer em Planaltina;
- 01 escola no Parque Ecológico Pequizeiros;
- sensibilização da comunidade rural Capão da Onça;

- sensibilização de alunos do Projeto Parque Educador;
- sensibilização de alunos da região de Ceilândia;
- Atendimento: 845 pessoas (800 crianças e 45 adultos).

Projeto de Educação Ambiental Descoberto Coberto

O “Descoberto Coberto” é um programa liderado pela Adasa voltado para a recuperação da orla do Rio Descoberto do qual o IBRAM atua como coordenador do projeto de Educação Ambiental do programa. As ações buscam auxiliar na consolidação da Zona de Preservação e Recuperação (ZPR) da orla do lago Descoberto e na implantação, em áreas piloto, da coleta seletiva de lixo na comunidade rural da Região Administrativa de Brazlândia.

O público alvo do projeto são proprietários e trabalhadores da área rural da Região Administrativa de Brazlândia, principalmente nas proximidades da orla do Lago Descoberto e estudantes da rede oficial de ensino.

Os principais objetivos do Projeto são:

- Sensibilizar os agricultores quanto à importância da implantação da ZPR;
- Capacitar os agricultores para adotarem práticas ambientalmente menos agressivas fundadas nos princípios agroecológicos;
- Incentivar e capacitar os agricultores quanto à importância da separação e deposição adequada do lixo, incluindo a prática da compostagem e o esclarecimento sobre o descarte adequado das embalagens de agrotóxicos;
- Promover ações de Educação Ambiental nas escolas da Região Administrativa de Brazlândia que abordem a importância da água e da preservação da Bacia do Descoberto;
- Incentivar e apoiar a coleta seletiva de lixo nas chácaras situadas próximas às áreas ambientalmente sensíveis e de preservação.
- Fortalecimento das cooperativas de catadores de recicláveis da região.

Atuam em conjunto para a realização do projeto: IBRAM, EMATER, SEAGRI, CAESB, ADASA, ICMBIO, SLU, Administração Regional de Brazlândia, ACOBRAZ - Associação dos Catadores e Recicladores dos Resíduos Sólidos de Brazlândia, Associação Pró-Descoberto, União Norte Brasileira de Educação e Cultura – UNBEC e 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural - MPDFT;

Os recursos para a realização do projeto de educação ambiental (R\$ 90.000,00) foi proveniente da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a UNBEC e a terceira Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural MPDFT. Como estratégia de atuação do projeto, os agentes multiplicadores foram contratados para atuarem como multiplicadores e isto ampliou a eficácia do projeto, uma vez que com baixo recurso a amplitude do atendimento foi muito significativa.

Atividades realizadas

- 28 agentes-multiplicadores capacitados;
- 2578 moradores sensibilizados da comunidade rural do INCRA 06, INCRA 07, INCRA 08, INCRA 09 (667 propriedades visitadas);
- 1648 alunos sensibilizados de escolas do INCRA 06, INCRA 07, INCRA 08 e INCRA 09;
- Atendimento total: 4.254 pessoas;

Fortalecer a Gestão das Unidades de Conservação



Propiciar um processo dinâmico e participativo mediante o qual é desenvolvida, implementada e fortalecida uma estratégia coordenada para atribuição de recursos ambientais, socioculturais e institucionais visando alcançar a conservação e a utilização múltipla e sustentável destas áreas, bem como compatibilizar as atividades da população com a conservação e a preservação do meio ambiente.

Áreas Protegidas

O IBRAM é legalmente responsável por 68 (sessenta e oito) dos 70 (setenta) parques existentes, hoje, no Distrito Federal. Além dessas áreas protegidas, o Ibram deve, ainda, implantar, manter e revitalizar as 23 Unidades de Conservação sob sua gestão. Como os recursos são comprovadamente escassos, o Instituto busca soluções sob diversas formas: integração interna, parcerias, políticas públicas específicas como o Programa Brasília Cidade-Parque, a utilização de recursos provenientes de Compensação Ambiental e Florestal de Empreendimentos Licenciados pelo IBRAM, e diversas outras fontes e ações que possibilitem melhorar esses espaços que deveriam ser protegidos.

Parques

A área responsável no IBRAM possui a gestão de 20 Unidades de Conservação, dentre elas Parques Ecológicos, de Uso Múltiplo e Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Existem 14 Parques com sede, onde 41 Agentes de Unidade de Conservação de Parques são distribuídos em equipes para monitoramento da qualidade ambiental destas Unidades com estrutura, além do gerenciamento de atividades básicas em outras que não possuem sede, mantendo as condições necessárias das áreas.

Ao longo do ano, para manter a manutenção adequada de cada parque, foram executadas atividades administrativas e outras rotineiras, tais como:

- - Demanda de serviços prestados pela NOVACAP e SLU, com monitoramento, acompanhamento e supervisão das atividades realizadas, como roçagens, podas e limpeza das áreas;
- - Vistorias em todas as Unidades de Conservação de responsabilidade de cada equipe periodicamente e quando requisitado;
- - Elaboração de projetos de benfeitorias para as Unidades de Conservação;
- - Verificação e mapeamento de pontos de ocupação irregular de área pública;
- - Recepção de usuários e orientação de atividades, bem como informação de regras e deveres aos visitantes dos parques, histórico do parque, orientações sobre plantios voluntários admissíveis, legislações ambientais e outros.

Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte (Módulo II)

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 3 Agentes de Unidade de Conservação de Parque. Eles gerenciam também outras Unidades de Conservação próximas à área, que não possuem sede, sendo elas:

- Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte – Módulo I
- Parque de Uso Múltiplo Morro do Careca

- Parque Ecológico das Garças
- Parque Ecológico do Taquari
- Parque de Uso Múltiplo das Sucupiras (Módulos I e II)
- Parque Urbano Bosque do Sudoeste
- Parque Ecológico e Vivencial da Vila Varjão (Módulos I e II)

Neste ano, após articulação dos agentes com Administração Regional do Lago Norte, Associação dos Amigos do Parque das Garças, outros usuários e comunidade local, foi elaborado o Plano de Uso do Parque Ecológico das Garças, pela COPAR para implantação da unidade, com possibilidade de recurso adquirido pela Administração Regional.

Compensações florestais de plantio de espécies nativas foram encaminhadas para o Parque das Sucupiras e Parque das Garças. Há, em andamento, a compensação que será feita pela CAESB, para reforma dos banheiros públicos e parquinho infantil no Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte, Módulo II. Os agentes também participaram de reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, e outras reuniões sobre o Monitoramento do Lago Paranoá e desobstrução para acesso a orla do lago pelo público.

Foram elaborados pareceres e relatórios respondendo documentos da SUDESA, denúncias de ouvidoria e Ministério Público, confirmando irregularidades ambientais e ocupações irregulares nos Parques do Varjão e Taquari e encaminhados para fiscalização ambiental.

Ainda foram recebidos eventos no Parque do Lago Norte e Parque das Garças, de aniversário do bairro e do parque, eventos de esporte, de escolas dentre outros.

Parque Ecológico Saburo Onoyama

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 3 Agentes de Unidade de Conservação de Parque. Eles gerenciam também outras Unidades de Conservação próximas à área, que não possuem sede, sendo elas:

- Parque Boca da Mata
- Parque Ecológico Irmão Afonso Hauss
- Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo

Além das atividades administrativas e rotineiras já citadas, o parque recebeu eventos ao longo do ano de 2012, plantio de mudas de espécie nativas. Os agentes do parque desenvolvem trabalho de produção de mudas de espécies nativas, e os bombeiros procuraram o parque para a possibilidade de coleta de abelhas. Houve obra de recuperação do alambrado e calçadas. Fez-se também prevenção de incêndios florestais ao longo do ano, com criação de aceiros, encaminhamento de incêndios aos bombeiros, e mapeamento de área queimada.

A revitalização do parque faz-se através do Programa Brasília Cidade-Parque, com obras na sede, manutenção da piscina e outras benfeitorias para o parque.

Parque Ecológico Dom Bosco

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 3 Agentes de Unidade de Conservação de Parque. Eles gerenciam também outras Unidades de Conservação próximas à área, que não possuem sede, sendo elas:

- Parque Ecológico Bernardo Sayão;
- Parque Ecológico Anfiteatro Nacional do Lago Sul;
- Parque das Copaíbas;
- Parque Ecológico e Vivencial Canjerana;
- Parque Ecológico Garça Branca;
- Parque Ecológico Península Sul;
- Parque São Sebastião;
- Parque Ecológico do Tororó;
- ARIE do Bosque;
- ARIE Dom Bosco.

Ao longo do ano de 2012, foi realizada retirada de entulhos no Tororó, São Sebastião, Canjerana, Bosque, Anfiteatro natural, Península Sul, Bernardo Sayão, Copaíbas.

Na ARIE do Bosque realizou-se contenção de ampliação de ocupação irregular de lotes lindeiros. No Parque Canjerana, foi feita recuperação de 840 metros de alambrados. No Tororó, houve inibição de ocupação irregular e ação preventiva de incêndio. No Parque das Copaíbas, também houve inibição de invasão, apoio à Ação Civil Pública de retirada de ocupantes (ainda não consolidada). No Parque Ecológico Dom Bosco foram realizadas vistorias e atendimento ao público, organização e recomposição de mudas nativas do cerrado (2.230 mudas), recuperação de dois banheiros, definição de

áreas internas de uso múltiplo, área intangível, área do Jardim do Patrimônio Ecológico, organização de trilhas com identificação das principais espécies.

Parque Ecológico Lago do Cortado

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 2 Agentes de Unidade de Conservação de Parque. Eles gerenciam também Parque Recreativo Taguatinga próximas à área, que não possuem sede.

Há encaminhamento para o parque de autores de fato, em convênio com a Central de Medidas Alternativas – CEMA, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). As benfeitorias são recebidas em serviços prestados nos parques que são pagas com coroamento de plantas nativas, roçagem de plantas indesejadas (braquiária, mamona, leucena), rastelagem de folhas no bosque, manutenção de jardins, recolhimento de lixo espalhado internamente no parque, produção de estacas de sinalização, etc – ou pecúnia que são revertidas em bens necessários onde foram doados equipamentos elétricos e equipamentos diversos.

Foram instaladas placas de sinalização no parque pela Subsecretaria de Infraestrutura, placas de localização e de restrições de ações (proibição de ciclismo, animais domésticos, banho, pesca, queimadas, etc).

Parque Ecológico Águas Claras

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 1 Agente de Unidade de Conservação de Parque e 2 Técnicos Administrativos. Eles gerenciam também o Parque do Areal que não possui sede.

Nesse ano o parque foi contemplado com a construção de banheiros públicos, quadras de beach soccer e society, sede da Polícia Ambiental, parques infantis, reforma do salão de Educação Ambiental. A equipe que gerencia o parque teve seu papel de destaque para outras melhorias como recuperação de áreas degradadas, prevenção à incêndios, plantio e monitoramento de mudas, contenções, campanhas educativas, sinalização, pinturas, entre outras.

Parque Ecológico Três Meninas

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 2 Agentes de Unidade de Conservação de Parque e 2 Técnicos Administrativos. Eles gerenciam também o Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Gatumé que não possuem sede.

Durante o ano de 2012 o espaço do parque foi cedido para diversos encontros e reuniões, com destaque para semana do Idoso, vacinação de cães e gatos (Vigilância Ambiental), grupo da melhor idade, reunião de professores da regional de Samambaia, curso de veículos de tração animal com o emplacamento de carroças (DETRAN) e avaliação dos animais (SEAPA), comemoração do aniversário de samambaia e do parque.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos servidores podemos destacar: acompanhamento e orientação de grupos estudantis e comunidade quanto aos aspectos ambientais e culturais do parque; acompanhamento e orientação de plantio de mudas; acompanhamento de roçagem; prevenção e primeiro combate aos incêndios florestais; mapeamento de áreas queimadas e vistorias de rotina no parque, bem como, também no parque Gatumé e outros parques conforme necessidade.

Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 4 Agentes de Unidade de Conservação de Parque. Sendo que em 2012 recebeu as seguintes benfeitorias: 2 quadras poliesportivas; Pista de Cooper; 2 Circuito inteligente; 1 Ponto de Encontro Comunitário. Além da realização de plantio de 500 mudas doadas pela NOVACAP; 960 mudas do projeto Plante uma Árvore RIO+20.

Parque Ecológico e de Uso Múltiplo Olhos d'Água

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 2 Agentes de Unidade de Conservação de Parque, 1 Técnico Administrativo e 1 Auxiliar em Administração Pública. Eles gerenciam também Parque de Uso Múltiplo da Vila Planalto e Parque de Uso Múltiplo da Enseada Norte que não possuem sede.

Parque Ecológico Ezequias Heringer

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 6 Agentes de Unidade de Conservação de Parque e 1 Técnico Administrativo. Eles gerenciam também outras Unidades, que não possuem sede, sendo elas:

- Parque Ecológico e Vivencial Bosque dos Eucaliptos;

- Parque Ecológico Ezechias Heringer;
- Parque Vivencial Denner;
- Parque das Aves (dos Pássaros);
- Parque Ecológico e Vivencial da Candangolândia (Pioneiros);
- Parque Ecológico Córrego da Onça;
- Parque Ecológico Lauro Müller;
- Parque Ecológico Luiz Cruls.

O parque possui um orquidário mantido pelos agentes de parque, que fazem a manutenção das plantas, com transplantes, replicação, adubação e controle de pragas. Foi feito também a recuperação do telhado do orquidário e reforma da quadra de esportes.

A Unidade de Conservação recebe encaminhamento de autores de fato, em convênio com a Central de Medidas Alternativas – CEMA, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A pena é paga em serviços de manutenção da área ou em pecúnia, através de doações de equipamentos necessários ao parque.

Fez-se também a prevenção ao longo do ano de incêndios florestais com criação de aceiros, encaminhamento de incêndios aos bombeiros e mapeamento de área queimada. Houve recebimento de placas de sinalização, a revitalização de áreas do parque e instalação de quadras de areia.

Parque Ecológico Veredinha

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 2 Agentes de Unidade de Conservação de Parque. Eles gerenciam também outras Unidades de Conservação próximas à área, que não possuem sede, sendo elas:

- Parque Corujas;
- Parque Ecológico e Vivencial do Rio Descoberto;
- Parque Lagoinha;
- Parque Recreativo do Setor "O".

Podem ser citados como pontos positivos realizados no ano de 2012 neste parque: cercamento das bacias de contensão; retirada de plantas invasoras em volta da bacia de contensão; plantio de plantas nativas pelos agentes; educação ambiental com escolas; reforma de sede administrativa pela empresa que construiu a estrutura; melhoria de iluminação na travessia entre a Sede do parque/Ponte/Quadra 08, setor norte; credenciamento junto ao Tribunal de Justiça para o parque ser contemplado por bens e serviços de penas alternativas.

Parque Ecológico dos Pequizeiros

Este parque possui uma equipe de 2 Agentes de Unidade de Conservação de Parque, 2 Auxiliares Administrativo. Eles gerenciam também outras Unidades de Conservação próximas à área, que não possuem infraestrutura, sendo elas:

- Parque Ecológico Vivencial Estância;
- Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília;
- Parque de Uso Múltiplo Vale do Amanhecer;
- Parque Ecológico do DER;
- Parque Ecológico e Vivencial Cachoeira do Pipiripau;
- Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho;
- Parque Ecológico e Vivencial Lagoa Joaquim de Medeiros;
- Parque Recreativo Sucupira.

O parque pequizeiros não possui sede e não conta com vigilância, patrimônio e equipamentos públicos para usufruto da população.

Ainda assim, é feita, com ajuda da sede da Associação dos Produtores Rurais do Núcleo Santos Dumont, acompanhamento das áreas e atividades de rotina.

Já com autorização do IBRAM, estudos são feitos para instalação de trilhas com intuito de uso para educação ambiental, que será instalada por empresas contratadas por licitação feita pela CAESB.

Parque Ecológico dos Jequitibás

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 3 Agentes de Unidade de Conservação de Parque. Eles gerenciam também outras Unidades de Conservação próximas à área, que não possuem sede, sendo elas:

- - Parque de Uso Múltiplo Centro de Lazer e Cultural Viva Sobradinho (Recreativo Sobradinho II)

- Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho;
- Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema.

Neste ano, ocorreram obras de construção da quadra de basquete, playground, pista de skate, montagem do ponto de encontro comunitário, reforma da sede e do anfiteatro.

Implantou-se o policiamento fixo no parque, bem como serviços da brigada de incêndio (Esquadrão Jequitibá/ESEC-AE).

Além destas atividades, foram realizados eventos com a comunidade local, visitação de escolas, todos com autorização do IBRAM. Realizou-se ainda eventos em parceria com o SESI e Polícia Militar Ambiental e reuniões sobre o programa “Brasília Cidade Limpa”

Parque Recreativo do Gama – Prainha

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 3 Agentes de Unidade de Conservação de Parque e 1 Técnico Administrativo. Eles gerenciam também outras Unidades de Conservação próximas à área, que não possuem sede, sendo elas:

- Parque Ecológico e Vivencial da Ponte Alta do Gama;
- Parque Urbano e Vivencial do Gama (Norte);
- Parque Recreativo de Santa Maria.

Foram realizados: retirada de lixo e entulho no interior do Parque Prainha, roçagem dos parques Prainha, Urbano Norte do Gama e Urbano de Santa Maria, execução de aceiro mecanizado em trechos estratégicos com condições de tráfego ao longo das poligonais dos parques, missões no interior dos parques e da ReBio com registro de imagens para confecção de relatórios sobre ocupações irregulares e interferências degradantes, acompanhamento de derrubada pela AGEFIS de invasão no interior da ReBio, acompanhamento de plantio de mudas e coroamento de rebrotas no parque Prainha, acompanhamento de analistas do IBRAM para mapeamento de áreas, reuniões com representantes de diversos órgãos do GDF e Administrações do Gama e Santa Maria.

Parque Ecológico do Paranoá

Este parque possui sede, com estrutura básica e sua equipe conta com 2 Agentes de Unidade de Conservação de Parque. Eles gerenciam também outras Unidades de Conservação próximas à área, que não possuem sede, sendo elas:

- Parque de Uso Múltiplo das Esculturas;
- Parque Urbano do Paranoá;
- Parque Vivencial dos Pinheiros;
- ARIE Paranoá Sul.

Os agentes do parque elaboraram programa de Educação Ambiental que está em análise no IBRAM, no qual está inserido a horta orgânica, o viveiro de plantas nativas e a caminhada ecológica, já implantados no parque. Ele recebe serviços prestados por apenados (da CEMA, e Vara de Execuções Penais - VEPEMA), como melhorias para a área, conserto de portões com ferros reciclados, coroamento de árvores, plantio de espécies nativas, manutenção de jardim, etc.

Houve também a recepção de eventos organizados pela comunidade, administração regional, igrejas, esportes, dentre outros. Recepção de grupo de pacientes do Centro de Habilitação CAPS, do Paranoá; colégios para atividades de educação ambiental e esportivas. Solicitação de plantio de espécies nativas para a Gestão Florestal do IBRAM, para área da nascente. Programado para começar no início de 2013.

Participação no Programa Brasília Cidade Limpa, sendo o parque um dos pontos de coleta de lixo e recicláveis da comunidade. Acompanhamento das visitas feitas no parque pelos grupos de arquitetos participantes do concurso público de projetos urbanísticos dos parques selecionados pela Secretaria de Habitação.

Outras atividades desempenhadas pela área são Acompanhamento de elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação, análises de Restrições ambientais de Lotes, análises de interferências em Parques, Propostas de implantação de Parques, Autorizações Ambientais de prosseguimento de Licenciamento Ambiental, bem como elaboração de análises e pareceres técnicos para subsidiar de informações o Legislativo, o Judiciário, Interessados Particulares e outros Órgãos do Executivo.

Foram expedidos 118 Pareceres Técnicos e 33 informações técnicas.

Planos de Recuperação de Área Degradada - PRAD:

Os PRADs, no geral são provenientes de sentenças judiciais e Autos de Infração de crime Ambiental expedidos pela Fiscalização Ambiental do IBRAM apensados a 56 processos. Destes planos, 22 estão em execução e 34 aguardando análise para posterior execução.

Planos de Manejo:

Elaboração do Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Bananal e da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Cruls.

As ARIEs Bananal e Cruls são Unidades de Conservação que foram criadas no âmbito do Licenciamento Ambiental do Setor Habitacional Noroeste, como forma de mitigar os impactos ambientais do parcelamento. Além da criação, a elaboração dos Planos de Manejos destas UCs também foram definidas como condicionantes ambientais do Noroeste.

Diante desta condicionante, o IBRAM elaborou em 2010 um termo de Referência (TR) para balizar a elaboração dos Planos de manejo. Através deste TR, a elaboração dos Planos de Manejo destas ARIEs foram contratadas neste ano e estão em desenvolvimento desde setembro.

Análises de Restrições ambientais de Lotes

Foi realizada análise ambiental de lotes existentes nos setores SMPW, SMDB e SHIS, de forma a avaliar se existem restrições ambientais nos lotes impedindo a constituição de condomínios ou a ocupação residencial pelos seus proprietários resultando na expedição de 82 Pareceres Técnicos que promoveram a análise de mais de 1.140 lotes fracionáveis, no intuito de verificar a existência de restrições ambientais que impedem a sua ocupação ou constituição de condomínios.

Análises de interferências em Parques, Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente.

As análises relacionadas a interferências existentes em Unidades de Conservação, Parques e áreas de preservação permanente perfazem um total de 12 análises.

Autorização Ambiental de Unidades de Conservação

Prosseguimento de licenciamento Ambiental de empreendimentos existentes no interior de Unidades de Conservação, conforme estabelecido pela resolução CONAMA nº 428/2010, os órgãos gestores de Unidades de Conservação devem Autorizar os processos de Licenciamento Ambiental ocorridos nas proximidades de Unidades de Conservação:

No total foram 10 análises de processos de licenciamento proferidos pela COPAR para subsidiar as autorizações ambientais para continuidade do licenciamento de empreendimentos.

Atendimentos de ouvidoria

No ano de 2012 foram respondidos um total de 72 atendimentos de Ouvidoria, sendo a sua maioria relacionados a denúncias de degradação nos Parques do Distrito Federal. Sendo realizados os seguintes procedimentos:

- Análise para supressão de vegetação nativa em área rural e urbana;
- Análise para supressão de espécies arbóreas isoladas;
- Análise para poda e transplante de espécies tombadas pelo Decreto 14.783/1993;
- Análise de plantio e exploração silvicultural de espécies arbóreas;
- Articulação junto ao IBAMA para implementar acordo de cooperação técnica para Gestão Florestal no âmbito do Distrito Federal;
- Análise de orçamentos para redução/conversão da quantidade de mudas de compensação florestal a ser convertidos em atividades em benefício do meio ambiente, conforme Decreto 23585/2003;
- Mapeamento de áreas para plantio de mudas de compensação florestal em articulação com Agentes de UC, SUPEM e CIAM;
- Criação de formulário para caracterização de áreas degradadas para plantios de compensação florestal;
- Monitoramento de Plantios de Mudas de Compensação Florestal;
- Acompanhamentos das condicionantes dos Termos de Compromisso de Compensação Florestal;
- Controle dos passivos de Compensação Florestal;
- Articulação com gestores das UC's Parque Nacional de Brasília e Floresta Nacional de Brasília para definição de áreas para plantios de compensação florestal;
- Participação na Oficina de Restauração Ecológica do Distrito Federal;
- Processo de criação do grupo de Restauração Ecológica do Distrito Federal;
- Elaboração de Termos de Referência para supressão de vegetação, exploração de florestas plantadas e apresentação de orçamentos de compensação florestal;
- Atendimento aos questionamentos das Procuradorias de Meio Ambiente do MPU e DEMA/PCDF nos assuntos relacionados à uso e degradação da flora;

– Operações conjuntas com DEMA e IBAMA em constatações de ilícitos ambientais relativos à flora.

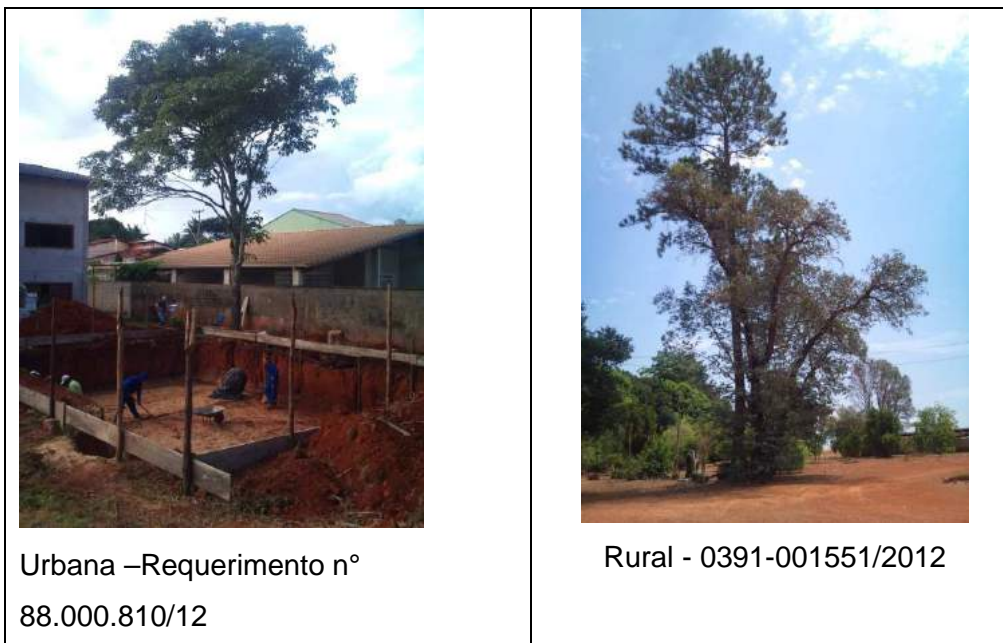
Atividades e procedimentos realizados no âmbito da Gestão Florestal:

Atividade / Procedimento	Quantidade
Vistorias	267
Parecer Técnico	103
Informação Técnica	55
Autorização Ambiental	55
Termo de Compromisso - Compensação Florestal	41

Supressão vegetação nativa



Supressão de árvores isoladas em zona rural e urbana



Poda e transplântio conforme Decreto 14.783/1993



Análise para Poda devido à interferência em rede elétrica - 391.000.018/2013



Relatório de Atendimento 274052

Análise de exploração relativa a plantios silviculturais



Corte de eucalipto - 0391-000174/2012



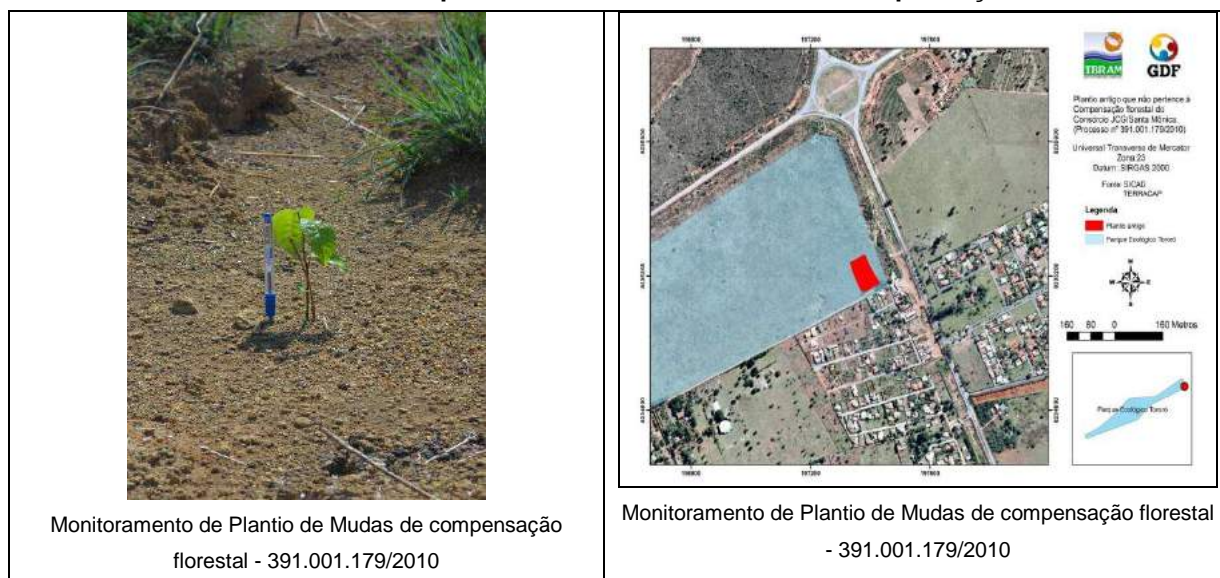
Corte e plantio de floresta de eucalipto - 0391-000553/2012

Definição de locais para plantio de mudas de compensação florestal



888.003.878/12

Monitoramento de plantios de mudas oriundas de compensação florestal



Brasília, Cidade Parque

O programa *Brasília, Cidade Parque*, inspirado nos ideais de Lucio Costa e desenvolvido pelo Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e pelo Instituto Brasília Ambiental, que visa a implantação e revitalização dos 71 parques e 22 unidades de conservação de forma sustentável e por meio da aplicação direta de recursos oriundos da iniciativa privada.

Nesta fase do programa, 25 projetos já encontram-se em andamento; algumas unidades já foram executadas e outras estão em fase de planejamento. Espalhadas por diversas regiões administrativas, estes locais estão ganhando cara nova ao receber projetos que alinham sustentabilidade e modernidade, em prol de uma melhor qualidade ambiental e de vida para todo o DF.

O programa, que já apresenta resultados concretos de investimento nas áreas de preservação foi apresentado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável como case de sucesso da gestão pública ambiental brasileira.

Parques já contemplados

- Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul

- Parque Ecológico Jequitibás
- Parque Ecológico Ezechias Heringer
- Parque Ecológico Saburo Onoyama
- Parque Ecológico Águas Claras
- Jardim Botânico do Brasília

Projetos em Andamento

- Parque dos Tribunais
- Parque das Aves
- Parque Prainha do Gama
- Parque do Cortado
- Parque Veredinha
- Parque Sucupira
- Parque do Setor O
- Parque Três Meninas
- Parque das Copaíbas
- Parque Dom Bosco
- Parque Bernardo Sayão
- Parque Canjerana
- Parque das Garças
- Parque da Candangolândia
- Parque do Bosque
- Parque da Estrutural
- Parque dos Constituintes
- Parque Asa Delta
- Parque da Enseada

Missão do Projeto: Aguçar o sentimento de pertencimento dos cidadãos em relação à natureza e áreas verdes do Distrito Federal, por meio do uso de tecnologias interativas de ponta.

O projeto “Plante uma Árvore” integra as ações do programa Brasília, Cidade Parque e prevê uma meta ambiciosa; o plantio colaborativo de mudas de espécies nativas do cerrado como ipês-amarelos, roxos e brancos, quaresmeiras, sucupiras, aroeiras, copaíbas, paineiras, bauínias e jacarandá-mimoso; que serão espalhadas por todo o território do Distrito Federal.

Estas plantas são oriundas da execução das compensações florestais recolhidas pelo órgão junto aos empreendimentos que passaram por processo de licenciamento ambiental. De acordo com o Decreto Distrital nº 23.585/2003 que discorre sobre supressão vegetal no Distrito Federal, onde para cada árvore do Cerrado retirada, faz-se necessário o plantio de 30 novas mudas e para cada árvore exótica, o plantio de 10 novas mudas de espécies nativas.

Totem Interativo - PI@nte Uma Árvore

Criado para áreas de grande circulação como feiras, parques, escolas, shoppings centers, lojas de departamento e hotéis. Promoverá o projeto **PI@nte uma Árvore** de forma elegante e moderna nos principais eventos de repercussão internacional como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, Copa das Confederações, Copa do Mundo, dentre outros.



Os totens são estruturas que suportam monitores de 40 polegadas, de última geração, com tela sensível ao toque, dispensando o uso de equipamentos como teclados e mouses.

Placas

Para cada árvore plantada é confeccionada uma placa, contendo informações com o nome do responsável pelo plantio, data e espécie plantada. Todo plantio tem endereço único e é georreferenciado, possibilitando a visita da muda. Ex: Muda de Angico Vermelho e placa de identificação do colaborador Bosque Rio+20, Parque Asa Sul Outubro de 2012.



Muda de Angico Vermelho e placa de identificação do colaborador

Bosques

O modelo de operação de plantio adotado pelo projeto é em bosque. Ele foi concebido para facilitar a localização dos berços para a visita das plantas. O projeto foi lançado oficialmente durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20. Durante a conferência foram plantadas nos totens mais de 5 mil mudas.

O "Bosque Rio+20" no Parque Asa Sul foi inaugurado dia 28/10/2012, e teve plantio inicial de 979 mudas. Essas mudas foram plantadas no Totem Interativo do Plante Uma Árvore na Rio+20 por conferencista de vários países. Estão previstas para o Bosque Rio+20 do Parque Asa Sul um total de 10 mil mudas distribuídas em 40 quadras.



Bosque Rio+20 – Parque Asa Sul

Reserva Legal

A Reserva Legal é uma área protegida obrigatória a todo imóvel rural, a qual se constitui na proporção de 20% da área total do imóvel inserido no DF. Ela contribui para a função socioambiental da propriedade prevista na Constituição Federal de 1988 e o Código Florestal estabelece que a localização da reserva deve ser aprovada pelo Órgão Ambiental, esta devendo ser averbada à margem da matrícula dos imóveis escriturados.

A averbação da Reserva legal é pré-requisito para qualquer movimentação de propriedades escrituradas (transferência em inventários, doação, compra e venda, garantia para financiamento, desmembramento / remembramento etc).

Enquanto não for implantado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, inovação consolidada com o novo código florestal de 25 maio de 2012, tal exigência de averbação permanecerá. O CAR é definido como *“registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.”*. O IBRAM ainda está providenciando um acordo de cooperação técnica com o MMA para operacionalização deste sistema desenvolvido pelo IBAMA.

A reserva legal é um dos principais meios de formação de corredores ecológicos - espaços que viabilizam o trânsito da fauna e flora nativa entre as Unidades de Conservação da Natureza e outras áreas protegidas. Isto favorece a biodiversidade, evita a extinção de espécies e ainda favorece a manutenção de serviços ambientais e processos ecológicos necessários à manutenção da sadia qualidade de vida.

Serviços Prestados

A avaliação e aprovação de reserva legal exigem análise de escritório (análise de documentos do imóvel e interessado) e análise espacial (sensoriamento remoto e análise de campo). Após a aprovação, o IBRAM deve monitorar as áreas preservadas e, na maioria dos casos, deve-se acompanhar a recuperação. O fluxo de análise está ilustrado em anexo.

Graças ao uso de sensoriamento remoto foi o iniciado o monitoramento das reservas legais. Este recurso conforme previsto na Instrução nº 132/2012 – IBRAM_DF agora também é utilizado para avaliação de propostas em configurações ambientais menos extensas/complexas permitindo maior rapidez no atendimento desse tipo de demanda.

Há ainda a necessidade de manutenção de banco de dados georreferenciados das reservas legais em tramitação, aprovadas e em recuperação, para que possam subsidiar a análise de novas propostas. Isto possibilita a configuração das reservas dos imóveis que favoreça a formação de corredores ecológicos e ainda permite identificar eventuais sobreposições de poligonais.

No início do ano de 2012 iniciou-se a manutenção deste banco de dados, o que consistiu na averiguação das poligonais dos processos presentes no arquivo corrente da gerência. Contudo, atualmente o banco de dados conta com informações de processos que já se encontram arquivados antes de 2011, o que dificulta tal procedimento e implica na presença de informações não precisas/seguras. Cabe destacar que isso representa fragilidade a ser corrigida, principalmente para obter um real cenário das reservas legais no DF e para possibilitar a integração de informações com o Cadastro Ambiental Rural em nível nacional.

Dados Quantitativos

- Processos Analisados: 684 aproximadamente
- Processamento e Avaliação de Dados Georreferenciados: 1361 processos

A Implantação do Cadastro Ambiental Rural requer a consolidação dos dados as reservas

avaliadas pelo órgão Ambiental do Distrito Federal para integração destas informações o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural.

- **Reservas Legais Aprovadas:** 111 certificados até 29 de novembro.
- **Área contemplada:** 203,54 hectares de reserva legal, respectivo a 1017,69 hectares de imóveis.

Contribuir com a Política Local de Recursos Hídricos

Propiciar um fortalecimento da Política local de recursos hídricos, compatibilizando e interagindo com a gestão ambiental e com o uso responsável do solo, com vistas a assegurar o uso múltiplo das águas de forma sustentável, bem como a utilização equilibrada, racional e justa dos recursos hídricos. Além disso, interagir com a Política Nacional e com demais órgãos distritais, estaduais e federais, a fim de se efetuar uma gestão integrada com todos os atores envolvidos no processo.

O Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal foi criado pela Lei 2725/2001, art 29 com os seguintes objetivos:

- I – Coordenar a gestão integrada das águas;
- II – Arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos;
- III – Implantar a Política de Recursos Hídricos;
- IV- Planejar, regular e controlar o uso, a prevenção e a recuperação dos recursos hídricos;
- V- Promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Integram o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

- I –O Conselho dos Recursos Hídricos;
- II – Os Comitês de Bacias Hidrográficas;
- III – Os órgãos públicos cujas competências se relacionem;
- IV- As Agências de Bacia.

O Ibram participou como membro representante do poder público do distrito federal nos seguintes conselhos, comitês, câmaras técnicas, grupos de trabalho e outros:

1. Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

- 1.1 Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH;
- 1.2 Grupo de Trabalho de Segurança de Barragens – CTIL/CNRH.

2. Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF

- 1.3 Câmara Técnica de Assessoramento do CRH/DF.
- 1.4 Grupo de acompanhamento da revisão do Plano de Gestão Integrada de Recursos Hídricos do Distrito Federal – PGIRH

3. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH Paranaíba

- 1.5 Câmara Técnica de Planejamento Institucional – CTPI;
- 1.6 Grupo de Trabalho de Revisão Regimental;
- 1.7 Comissão do Processo Eleitoral 2012.

4. Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – CBHSF

5. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá - CBHRP

- 1.8 Câmara Técnica de Assessoramento do CBHRP – CTA Paranoá;
- 1.9 Grupo de Trabalho Usos do Lago – GT Usos do Lago.

6. Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto – CBH/AP

7. Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão – CBH/AM

- 1.10 Câmara Técnica de Assessoramento do CBH/AM – CTA Maranhão;
- 1.11 Secretaria Geral do Comitê.

2 Grupo de acompanhamento dos níveis altimétricos do Lago Paranoá

3 Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Gerenciamento da Segurança do Uso e Ocupação do Lago Paranoá

4 Grupo de Trabalho Núcleo Rural Santos Dumont – GT-NRSD

5 Grupo de Trabalho para desobstrução da orla do Lago Paranoá

6 UGP Programa Produtor de Água do Pipiripau

7 GT de Revitalização do Ribeirão Sobradinho

8 Programa Águas do DF

Diante do escopo acima, o Ibram, entidade governamental responsável pela execução das políticas públicas ambientais no âmbito do Distrito Federal, busca a cada ano aprimorar sua participação na gestão integrada de recursos hídricos. No ano de 2012, entre as atividades específicas da área de Estudos, Programas e Monitoramento da Qualidade Ambiental destacam-se:

- Continuidade das atividades do Programa Adote uma Nascente e revisão da metodologia;
- Participação efetiva nas quatorze instâncias de gestão citadas acima;
- Elaboração de Termo de Referência para contratação de serviços especializados para elaboração de Programa de Proteção e Recuperação de Nascentes do Distrito Federal, no âmbito do Programa Águas do DF. Parceria com o CBHRP para contratação de consultor que, em acordo e alinhamento com os membros da CTA Paranoá, irá preparar o documento base para o edital do GDF que contratará a empresa responsável pelos estudos, levantamentos, diretrizes e ferramentas que constituirão o Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos afluentes do Rio Paranoá, no Distrito Federal. Tal Plano será contratado em parceria com a Secretaria de Obras, no âmbito do Programa Águas do DF;
- Apoio e participação na organização do 2º Workshop do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá: Padrões de Uso e Ocupação do Solo na Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá;
- Apoio e participação na organização do Módulo I do Primeiro Curso de Capacitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá: Política de Recursos Hídricos, desafios e oportunidades na bacia hidrográfica do rio Paranoá, DF;
- Apoio e participação na organização do Módulo II do Primeiro Curso de Capacitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá: Política de Recursos Hídricos, desafios e oportunidades na bacia hidrográfica do rio Paranoá, DF.

2. Outras Realizações

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6006 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – MEIO AMBIENTE

-Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapas SAG
4088 – Capacitação de Servidores	350.000	174.753	125.472	120.422	
0068 – Capacitação de Servidores – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Plano Piloto	350.000	174.753	125.472	120.422	9
8502 – Administração de Pessoal	21.132.568	20.932.568	19.920.533	19.920.533	
8744 – Administração de Pessoal – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Plano Piloto	21.132.568	20.932.568	19.920.533	19.920.533	1 e 2
8504 – Concessão de Benefícios a Servidores	1.441.600	1.323.228	967.557	967.557	
9569 – Concessão de Benefícios a Servidores – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Plano Piloto	1.441.600	1.323.228	967.557	967.557	3, 4 e 5
8505 – Publicidade e Propaganda	150.000	128.200	128.200	125.940	
8699 – Publicidade e Propaganda – Institucional – Instituto Brasília Ambiental – Plano Piloto	150.000	128.200	128.200	125.940	13
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	4.588.744	5.831.154	4.110.712	3.544.488	
9659 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Plano Piloto	4.588.744	5.831.154	4.110.712	3.544.488	6 e 7

Na ação 8502 – Administração de pessoal a divergência entre o orçado e executado é de 94,3% e refere-se ao Projeto de Lei, que trata do reajuste do vencimento-padrão das Carreiras Próprias do IBRAM (analista e técnico), bem como a criação da Gratificação de Produtividade de Atividades do Meio Ambiente – GPAA, que ainda estão sob análise da SEAP e, portanto, não surtiram efeito no orçamento do IBRAM para o exercício de 2012.

Na concessão de benefícios a servidores também houve uma divergência entre o orçado e executado de 67,1% decorrente da não concessão do aumento no auxílio-alimentação, que esta sendo solicitado. Vale lembrar que o custo desse benefício era proveniente da Fonte Própria – 220.

Houve aumento do orçamento no PT Manutenção de Serviços Administrativos com apuração do superávit financeiro das fontes exclusivas do IBRAM (Própria – 420 e Compensação Mineral – 357), que foi importante para custear despesas obrigatórias e adquirir mobiliário para os novos servidores que foram nomeados no exercício, já que grande parte do recurso da fonte própria 220, cerca de R\$ 1.300.000,00, que fora destinada na LOA para este PT, não foi arrecadada e, portanto, comprometeu a execução financeira do programa. Desta forma, se analisarmos os recursos disponíveis no financeiro, observa-se que a execução foi de aproximadamente 91%.

Quanto à capacitação de servidores devido ao contingenciamento e posterior transferência para outra unidade, o orçamento foi reduzido em 50%, o que impactou na programação dos cursos para o ano. Além disso, alguns cursos foram cancelados pelos fornecedores, o que impactou em 28% da não execução do recurso Autorizado, que fora integralmente destinado em indicações orçamentárias para as respectivas contratações.

Devido ao contingenciamento e posterior transferência para outra unidade, o orçamento para publicidade e propaganda foi reduzido em 15%, o que impactou no pagamento das despesas para publicação legal no Diário Oficial, tendo inclusive uma nota de crédito adicional tendo sido cancelada pela SEPLAN.

PROGRAMA TÊMÁTICO:

6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2426- Reintegra Cidadão	130.000	130.000	121.099	106.099	
8398 – Reintegra Cidadão – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Plano Piloto	130.000	130.000	121.099	106.099	

O IBRAM busca criar condições para desenvolver a capacitação técnica e gerencial dos servidores deste Instituto, de forma a intensificar as ações de aprimoramento da gestão, monitoramento, fiscalização e produção de informações ambientais, bem como aumentar a capacitação de disseminação ampla e sistemática de tais informações, proporcionando a eficiência, a eficácia e a transparência na execução, acompanhamentos e avaliação dos serviços ambientais prestados por esta Autarquia.

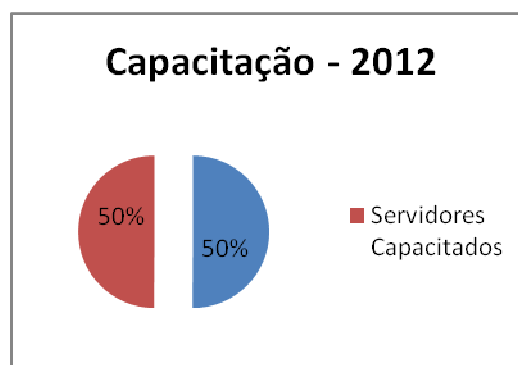
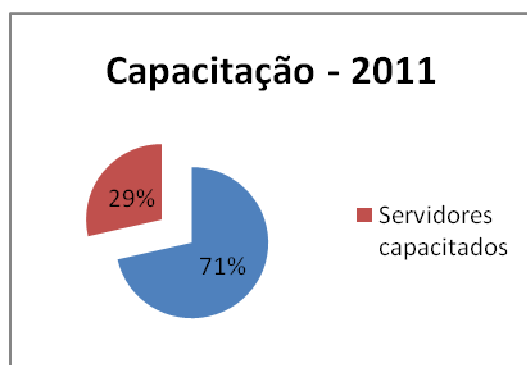
Capacitação por Meio da Escola de Governo do DF

Curso de Termo de Referência	2
Total	2

Treinamentos/ Simpósios – Entidades Externas

Capacitação	Quantidade de servidores capacitados
Curso de Aditivos, Adendos, Apostilamento e Alterações de Contratos Adm Na Prestação de Serviços - Terceirização	1
Curso de Administração de frotas de veículos. Planejamento, logística de manutenção e custos operacionais	1
Curso de Administração Orçamentária e Financeira	2
Curso de Apg Middle - Programa de Gestão Avançada	1
Curso de Aspectos Polêmicos Das Licitações e Contratos	1
Curso de Certificações Ambientais de Edificações: Leed, Aqua e Procel Edifica	1
Curso de Como Responder Diligências e Notificações Dos Órgãos de Controle (Tcu e Cgu)	1
Curso de Contabilidade Aplicada Ao Setor Público	1
Curso de Drenagem de Águas Pluviais	21
Curso de Elaboração de Plano de Resíduos Sólidos	1
Curso de Elaboração de Planos de Capacitação	1
Curso de Elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico	20
Curso de Entendendo A Nova Legislação de Convênios	1
Curso de Fundamentos de Geoprocessamento	12
Curso de Georreferenciamento Imóveis Rurais	1
Curso de Gerenciamento de Projetos	3
Curso de Gestão de Convênios	1
Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	15
Curso de Hipóteses Legais de Contratação Sem Prévia Licitação	1
Curso de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia	1
Curso de Licitação e Contratos, Pregão Presencial e Eletrônico, Termo de Referência e Registro de Preços Com Simulação	2
Curso de Metodologia Para Elaboração de Instrumentos de Gestão de Arquivos	3
Curso de Monitoramento Da Qualidade Da Água	2
Curso de Noções Básicas de GPS	20
Curso de Planejamento Na Administração Pública Com O Método <i>Balanced Scorecard</i>	2
Curso de Poluição sonora	35
Curso de Prevenção e Combate Aos Incentivos Florestais	18

Curso de Retenções de Tributos e Declarações Nos Órgãos Públicos	2
Curso Gerenciamento Áreas Contaminadas Pcbs	1
Encontro Nacional de Secretários de Meio Ambiente	1
Encontro Nacional de Engenharia de Sedimentos	1
Entac 2012	1
III Congresso Profissional Ibero-Americano de Comunicação, Cerimonial e Eventos	3
ISEI 2012	1
Mba Gestão Orçamentária e Financeira No Setor Público	2
Mestrado Em Desenvolvimento Sustentável	1
Oficina de Monitoramento de Grupos-Alvo	5
Seminário de Compras Públicas Sustentáveis do STJ	1
Simpósio de Engenharia Ambiental	2
VII Congresso Brasileiro de Licitações	2
XII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente	1
XVIII Curso de Tomada de Contas Especial - Teoria e Prática	1
XXIV Congresso Brasileiro de Entomologia	1
V Congresso Luso Brasileiro Planejamento Urbano Regional Sustentável	1
Curso de SICOP*	20
TOTAL	216



3. Informações Complementares

Convênios

No ano de 2012 permaneceram vigentes os Termos de Cooperação assinados com:

- Secretaria de Educação, com objetivo de definir ações e respectivas competências entre IBRAM e SEDF, promovendo a articulação institucional entre os partícipes;
- Rede de Sementes do Cerrado, com objetivo plantar e monitorar mudas de espécies nativas do bioma Cerrado, em área de nascentes, por meio da aplicação de doações realizadas pelo público participante do evento Celebrar Brasília;
- Fundação Cidade da Paz, com objetivo de desenvolver e realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, etc. Plano de Trabalho: Recuperação e preservação da ARIE da Granja do Ipê;
- INPE, com objetivo de estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnico-científica entre o INPE e o IBRAM;
- União Planetária, com objetivo de intercambiar conhecimento e atuar conjuntamente na área de educação e comunicação ambiental;
- UniCEUB, com objetivo de monitorar a qualidade da água dos 22 pontos de monitoramento hidrológicos localizados na Unidade Hidrográfica de Mestre D'Armas e das 10 nascentes adotadas pelo UniCeub;
- SEMARH/SO-DF/ADASA, com objetivo de realizar o Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal - Águas do DF: visa implantar melhorias necessárias no sistema de drenagem, na recuperação de áreas degradadas, na proteção e conservação dos recursos hídricos;
- MCT/Ipoema, com objetivo de realizar o Projeto Gestão Socioambiental e Permacultura no Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul (Plano de Manejo e Design Permacultural);

- Associação de Amigos do parque Ecológico Bernardo Sayão, com objetivo de construir guarita de 70m2 e prestar manutenção à guarita;
- FUB, com objetivo de realizar o Plano de Manejo do Parque Ecológico Sucupira, localizado em Planaltina/DF, desenvolvimento de pesquisas científicas e ações conjuntas para implantação do Parque;
- IESB, com objetivo de apoiar a Gestão do Parque da Asa Sul por meio da construção coopervia, 4 quadras poliesportivas, módulos sanitários, manutenção e segurança;
- ANA, MI, ADASA, CAESB, SEAPA, EMATER, FBB, BB, UNB, TNC, WWF, SESI, SEMARH, com objetivo de implementar o "Projeto Produtor de Água no Pipiripau", incluindo um modelo de incentivo financeiro aos proprietários rurais que aderirem ao Projeto, a fim de proteger os mananciais e promover a adequação ambiental das propriedades rurais;
- UNESCO, com objetivo de qualificar a gestão ambiental do IBRAM;
- WWF, com objetivo de realizar Campanha de Sensibilização do Dia do Cerrado;
- INMET, com objetivo de conjugar esforços e desenvolver conjunto de atividades, visando à operação contínua e a manutenção de uma Estação Meteorológica Automática - AUT (A045) na Estação Ecológica de Águas Emendadas.

No ano de 2012 foi iniciada a negociação dos seguintes Termos de Cooperação:

- FUB, com objetivo de realizar programas de capacitação de servidores do Sistema Ambiental do DF para cumprir exigência do Termo de Compromisso nº 02/2011;
- Polícia Militar Ambiental, com objetivo de realizar policiamento nos Parques e UCs do DF;
- MMA/IBAMA/SEMARH, com objetivo de estabelecer a cooperação entre os partícipes visando à realização de ações conjuntas destinadas à promoção e ao apoio à regularização ambiental de imóveis rurais, especialmente no que tange a adesão e à implementação do Cadastro Ambiental Rural;
- IBAMA, com objetivo de estabelecer a Gestão Florestal Compartilhada.

A cooperação de maior prioridade institucional no ano de 2012 foi o Projeto 914BRZ2001 assinado entre IBRAM, UNESCO e Agência Brasileira de Cooperação com objetivo de qualificar a gestão ambiental do IBRAM. Entre seus objetivos específicos estão listados: 1) Capacidade técnica dos servidores do IBRAM para a gestão, o monitoramento da qualidade ambiental, a geração de receitas e para a comunicação institucional, ampliada; 2) Áreas protegidas que compõem o Sistema Distrital de Unidades de Conservação – SDUC exercendo suas funções sócio-ambientais de acordo com a legislação vigente; 3) Empreendimentos com alto potencial de impacto ambiental implementados de acordo com a legislação ambiental vigente; e 4) População do Distrito Federal sensibilizada quanto à importância do equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento sócio-econômico.

Para este projeto está estimado o total de R\$ 3.152.801,00 (três milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e um reais) que serão desembolsados nos três anos de vigência. Até o final de 2012 foi desembolsado o valor de R\$ 2.653.631,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e um reais) para realização de atividades relacionadas aos resultados esperados.

Até o final de 2012 foram lançados cinco editais elaborados pelo IBRAM para contratação de pessoa física, gerando contrato de sete consultores e um edital para contratação de pessoa jurídica, gerando contrato de uma empresa. Para tais contratos está reservado o valor de R\$ 1.148.894,60 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos).

O restante do valor, R\$1.504.736,40, (um milhão, quinhentos e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), não foi gasto devido às dificuldades encontradas. Entre elas estão: a burocracia interna aos procedimentos IBRAM/UNESCO, que demandam cerca de três meses para a finalização; e a dificuldade de seleção de currículos, pois a maioria dos currículos inscritos não apresenta a experiência exigida, o que exige republicação dos editais e conseqüentemente mais tempo para finalização dos procedimentos.

Fluxos de Procedimentos

A Nova Administração Pública visa um caráter mais gerencial no serviço público através de instrumentos como a análise e melhoria de processos são aspectos fundamentais para o fortalecimento e o desenvolvimento dos processos de uma organização, conduzindo-a ao caminho da excelência gerencial.

As unidades organizacionais e os servidores públicos têm de estar interados, a fim de compartilhar a sinergia das equipes de trabalho, por meio da conscientização, da participação, da cooperação, da troca de informações e da confiança. A organização deve procurar conhecer e avaliar a opinião dos envolvidos na operação e supervisão de uma tarefa. Esse aspecto é importante para que as idéias sejam discutidas e o melhor desempenho de um processo seja alcançado. O envolvimento da alta administração é fator importante para despertar e motivar as pessoas, de forma que os gestores e os servidores públicos trabalhem de maneira integrada e se identifiquem com os desafios e resultados

almejados pela organização.

Em 2012 foram realizados mapeamentos de processos nos seguintes setores: *Secretaria Geral, Superintendência de Licenciamento e Fiscalização, Unidade de Planejamento e Assessoria de Comunicação*, os principais resultados deste mapeamento foram o aumento do conhecimento dos caminhos percorridos desde o desenvolvimento do trabalho ao resultado pretendido, otimizando o tempo e minimizando gargalos, além de propiciar eficácia e padronização das rotinas de trabalho. Aperfeiçoou-se o fluxo de informações, aperfeiçoando o sistema de comunicação, bem como se proporcionou a transparência necessária para análises mais criteriosas, facilitando e dando sustentação à tomada de decisões, que é de fundamental importância para o conhecimento do processo global do qual cada trabalho faz parte.

Encontra em processo final a contratação de uma empresa de consultoria, pela Cooperação Técnica com a UNESCO, que desenvolverá metodologias e instrumentos adaptados para a implantação de gestão por processos, visando racionalizar, padronizar e implantar normas e procedimentos lógicos e necessários ao melhor desempenho das atividades de todo IBRAM.

A meta do IBRAM é realizar o mapeamento dos processos de todos os setores até 2013.

Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública. A A3P tem como princípios a inserção de critérios socioambientais nas atividades regimentais, que vão desde a mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, até a uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O Instituto Brasília Ambiental, em consonância com sua missão, aderiu à A3P no ano de 2010. A partir daí, deu-se início ao Programa *“Instituto Brasília ainda mais Ambiental”* com uma série de ações visando à sensibilização dos servidores para a mudança de pequenos hábitos no dia-a-dia de trabalho. Em 2012 a adesão do IBRAM à A3P foi renovada por mais 5 anos (2012-2017). Várias ações foram realizadas até o momento, tais como o diagnóstico socioambiental do Instituto, implantação da coleta seletiva, produção de material gráfico, distribuição de canecas para os servidores, campanhas de sensibilização, etc. O programa é coordenado pela Comissão Gestora da A3P no IBRAM, formada por servidores dos diversos setores do Instituto, que, contam com a participação de todos os setores e o envolvimento real dos servidores para o alcance dos objetivos do programa.

Ações realizadas:

- Realização da II Semana IBRAM – Recicla;
- Realização da Campanha Descartável Zero com distribuição de canecas;
- Realização da Campanha para aproveitamento de papel, com distribuição de blocos de rascunho;
- Realização de 01 visita educativa a Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis;
- Realização de 04 oficinas de reaproveitamento de materiais;
- Realização de 01 oficina de Dança do Ventre;
- Realização de 05 treinamentos da equipe de limpeza do IBRAM;
- Realização de 02 visitas dos servidores do Instituto às Unidades de Conservação;
- Realização da campanha de redução do uso de energia elétrica;
- Participação no Fórum da A3P organizado pelo Ministério do Meio Ambiente;
- Realização da campanha da solidariedade;
- Realização do Desafio Coleta Seletiva;
- Realização do Desafio Natal Sustentável;
- Realização do I Sarau Ambiental;
- Realização de 06 Cines Ambientais;

para apuração do superávit da fonte 357, o qual foi publicado no mês de agosto, considerando que o mês de dezembro há restrições para empenho, sobram apenas 3 meses para o IBRAM planejar, licitar e contratar as despesas necessárias.

Contrapondo as ações que ficaram disponíveis em decorrência da não finalização das licitações, estão os recursos de convênios (fonte 232) que em razão da falta de servidores em buscar recursos federais para custear os projetos distritais não foi possível a sua concretização. Verificando essa dificuldade que o IBRAM enfrentou, para o exercício de 2013 não foi planejado despesa com essa fonte.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O desenvolvimento das atividades do Instituto no decorrer do ano foi facilitado pela recente reestruturação através do Decreto Distrital nº 33.316, de 09 de novembro de 2011, bem como incremento do quadro próprio de servidores.

Ressaltam-se dificuldades estruturais como: a falta de informação e sistemas de suporte à gestão; a inexistência de normas e procedimentos internos; grande dependência de recursos advindos do Tesouro e pouca mobilidade para ações próprias; desconhecimento da sociedade em relação à atuação do Instituto; alta rotatividade causada pela falta de atratividade da remuneração dos servidores; entre outras; o que ocasiona redução nos recursos humanos, materiais e tecnologia para realização do controle da qualidade ambiental no âmbito do Distrito Federal.

Continua evidente o alto passivo de processos de licenciamento aguardando análise e parecer técnico do IBRAM/DF. São cerca de cinco mil processos que foram acumulados ao longo dos cinco anos de existência da autarquia, o que gerou uma forte pressão do público interessado e torna-se o grande “gargalo”. Procedimentos internos, formulários e modelos de documentos são escassos e deficientes, dificultando a gestão das atividades realizadas pelos analistas e fiscais.

A centralização dos serviços ambientais e restritos aos interesses da Autarquia junto à Central de Compras do GDF continua a acarretar morosidade às contratações de produtos necessários ao bom desempenho de suas atividades fins. Busca-se autonomia para efetiva criação de comissão permanente de licitação para amenizar estes embarços.

Através de Cooperação Técnica com a UNESCO, foi possível contratação de consultor com o objetivo de apontar protocolo de Centro de Atendimento de Emergências Ambientais para o devido cumprimento das atribuições legais do Instituto quanto aos atendimentos das emergências relativas a riscos ambientais, tais como produtos perigosos, incêndios florestais, desbarrancamentos, erosões, etc.

A grande maioria das noventa Unidades de Conservação (UCs) do Distrito Federal administradas pelo IBRAM/DF permanece sem poligonais e demarcações definidas, e há questões fundiárias para serem resolvidas, construções irregulares, registros e autorizações de uso inadequados do imóvel, entre outras. Grande parte não possui os equipamentos mínimos para garantir a proteção ambiental, como cercamento e guaritas, e naquelas que já possuem edificações construídas, as condições de uso e manutenção são bem precárias.

Para execução da Política Ambiental e de Recursos Hídricos do Distrito Federal, o IBRAM, depende fortemente da ação conjunta com outras instituições distritais e federais, fato que torna estritamente necessário o fortalecimento de sua estrutura de procedimentos e reaparelhamento do seu quadro funcional.